



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1620

Sexta-feira - 21 de Novembro de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	3
Alto Bela Vista.....	11
Anchieta.....	12
Antônio Carlos.....	39
Arroio Trinta.....	44
Atalanta.....	49
Barra Velha.....	52
Bela Vista do Toldo.....	52
Benedito Novo.....	93
Biguaçu.....	112
Blumenau.....	122
Bom Jesus do Oeste.....	169
Bom Retiro.....	170
Brusque.....	171
Caçador.....	172
Camboriú.....	178
Campo Alegre.....	179
Campos Novos.....	213
Canelinha.....	216
Canoinhas.....	217
Capinzal.....	219
Catanduas.....	228
Chapadão do Lageado.....	234
Cocal do Sul.....	234
Concórdia.....	235
Cordilheira Alta.....	258
Coronel Freitas.....	260
Coronel Martins.....	261
Correia Pinto.....	261
Corupá.....	263
Curitibanos.....	264
Ermo.....	340
Erval Velho.....	341
Forquilha.....	341
Fraiburgo.....	346
Galvão.....	357
Garopaba.....	362
Garuva.....	363
Gaspar.....	363
Grão Pará.....	366
Guaramirim.....	368
Herval d'Oeste.....	369
Ilhota.....	372
Imarui.....	373
Imbituba.....	374
Indaial.....	375
Iomerê.....	376
Ipumirim.....	378
Irineópolis.....	380

Itapiranga.....	381
Itapoá.....	382
Jacinto Machado.....	390
Joaçaba.....	393
Lages.....	399
Lauro Muller.....	399
Leoberto Leal.....	401
Luzerna.....	404
Macieira.....	405
Mafra.....	434
Maravilha.....	435
Morro da Fumaça.....	436
Navegantes.....	436
Nova Trento.....	438
Novo Horizonte.....	440
Orleans.....	441
Paial.....	445
Palhoça.....	445
Palmitos.....	449
Papanduva.....	449
Passos Maia.....	451
Penha.....	451
Peritiba.....	452
Petrolândia.....	454
Pinheiro Preto.....	455
Pomerode.....	486
Ponte Serrada.....	504
Porto Belo.....	511
Porto União.....	511
Pouso Redondo.....	515
Rio do Sul.....	516
Santiago do Sul.....	526
São Bento do Sul.....	555
São Carlos.....	565
São Domingos.....	566
São João do Sul.....	566
São José.....	569
São José do Cedro.....	569
São Lourenço do Oeste.....	570
São Miguel do Oeste.....	572
Schroeder.....	609
Serra Alta.....	726
Sombrio.....	726
Timbó.....	727
Três Barras.....	729
Treze Tílias.....	734
Trombudo Central.....	734
Tunápolis.....	735
Urussanga.....	736

Videira.....	738
Vitor Meireles.....	753
Xavantina.....	832
Zortéa.....	832

Associações

AMAUC.....	837
AMMVI.....	837
FECAM.....	838

Consórcios

ARIS.....	838
CIM-AMAVI.....	839
CIMCATARINA.....	839
CIMVI.....	840
CIS/AMARP.....	842
CIS/AMMVI.....	842
Consórcio Lambari.....	845

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Daniilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br



22 DE NOVEMBRO

Parabéns, Lages, por seus 248 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.



Consórcio de Informática
na Gestão Pública Municipal



Água Doce

PREFEITURA

PORTARIA 288/2014

PORTARIA Nº 288/2014 - DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

"SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 781/92, alterada pela Lei nº 1.011/97 - Parágrafo Quinto,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam substituídos determinados membros do Conselho Municipal de Educação, constituído pela Portaria nº 099, de 15 de março de 2013:

- Representando o Centro de Educação Infantil Estrelinha Azul
Titular: DENISE APARECIDA CELSO PUTTON
Suplente: ANGELA RAQUEL LUCIETTI ROSSA

Art. 2º. Em substituição aos membros mencionados no artigo 1º, ficam nomeados os seguintes membros:

- Representando o Centro de Educação Infantil Estrelinha Azul
Titular: ELISABETE SALVADOR HEBERLE
Suplente: MARIVETE TOIGO

Art. 3º. Ficam mantidos os demais membros para cumprimento das suas atribuições pelo prazo legal.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 20 de novembro de 2014.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

EDITAL INFRACAO Nº 128 679 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 128 679/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZM9858	54995687E	5010/0	01/10/2014	162 * I
LZM9858	54995689E	5118/0	01/10/2014	164 c/c 162 * I
MDU8272	54995591E	5118/0	08/10/2014	164 c/c 162 * I
MDU8272	54995690E	5010/0	08/10/2014	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 20 DE NOVEMBRO DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL INFRACAONº 128 680 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 128 680/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BRH5703	54995851E	5185/1	25/10/2014	167
DNB9104	54995852E	5185/1	25/10/2014	167
LYT5414	54995693E	5614/1	11/10/2014	182 * V
LZD9710	54995860E	5487/0	02/11/2014	181 * XI
LZW7110	54995810E	5185/1	25/10/2014	167
MCP5107	54995806E	5185/1	23/10/2014	167
MCP5107	54995858E	5185/1	30/10/2014	167
MDW2027	54995856E	5525/0	29/10/2014	181 * XV
MDX5913	54995750E	5452/2	30/10/2014	181 * VIII
MEX5387	54995759E	5541/6	03/10/2014	181 * XVII
MGG3059	54995531E	5967/0	27/09/2014	203 * V
MGV7438	54995741E	5185/1	05/10/2014	167
MHU1240	54995587E	5185/1	06/10/2014	167
MJN7473	54995755E	5541/6	29/09/2014	181 * XVII
MKC5697	54995756E	5541/6	29/09/2014	181 * XVII
MLN1149	54995540E	5185/1	28/10/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 20 DE NOVEMBRO DE 2014

EVARISTA BERNARDETE TRENTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL INFRACAO Nº 128 681 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 128 681/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEH5044	54995705E	5185/1	23/08/2014	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 20 DE NOVEMBRO DE 2014

EVARISTA BERNARDETE TRENTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL INFRACAO Nº 774 372 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 774 372/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AWH2415	8774075408	7455/0	03/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
AWH2415	8774075601	7463/0	05/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
BAL2422	8774076865	7455/0	13/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
CFQ8334	8774075282	7455/0	25/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
DCE1738	8774076910	7455/0	16/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
DIX4436	8774076000	7455/0	13/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
DPG5667	8774073854	7463/0	18/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
DUC3050	8774076194	7455/0	14/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
ISU1307	8774075590	7455/0	04/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
IVM0783	8774077003	7455/0	21/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
JYP9022	8774076334	7455/0	20/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXU4857	8774076046	7455/0	15/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAS4760	8774076846	7455/0	11/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCB1534	8774075688	7463/0	06/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MCQ6678	8774075543	7455/0	06/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDF2856	8774076111	7455/0	17/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDT1891	8774076848	7455/0	11/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFK8998	8774075160	7463/0	24/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
MFK8998	8774075281	7455/0	24/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGX0265	8774076857	7463/0	12/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MHU5758	8774075757	7455/0	08/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHW8787	8774076838	7455/0	11/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJJ9368	8774076022	7455/0	14/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLE8411	8774076867	7455/0	13/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLE9417	8774076330	7455/0	20/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLX3131	8774076278	7455/0	18/07/2014	R\$ 85,12	218 * I

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MML8635	8774076558	7455/0	02/08/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 20 DE NOVEMBRO DE 2014

EVARISTA BERNADETE TRENTTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL INFRACAO Nº 774 371 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 774 371/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACE3890	8774077724	7455/0	10/10/2014	218 * I
DTW2187	8774077992	7455/0	26/10/2014	218 * I
DUC3050	8774077653	7455/0	08/10/2014	218 * I
DWP5931	8774078125	7455/0	02/11/2014	218 * I
DXU0496	8774077647	7455/0	08/10/2014	218 * I
HRF2218	8774077750	7455/0	13/10/2014	218 * I
HYP4306	8774078054	7463/0	28/10/2014	218 * II
IMM0602	8774077831	7455/0	17/10/2014	218 * I
JYP6922	8774077974	7455/0	26/10/2014	218 * I
LXI8069	8774077713	7455/0	08/10/2014	218 * I
LZE5941	8774077558	7455/0	02/10/2014	218 * I
LZI5275	8774077655	7455/0	09/10/2014	218 * I
MAY3014	8774077998	7455/0	26/10/2014	218 * I
MBE8914	8774078013	7455/0	29/10/2014	218 * I
MBT8696	8774077634	7455/0	06/10/2014	218 * I
MCF2810	8774077678	7463/0	11/10/2014	218 * II
MCY2391	8774077610	7455/0	04/10/2014	218 * I
MER7949	8774077942	7463/0	23/10/2014	218 * II
MFA4269	8774077946	7455/0	23/10/2014	218 * I
MFE3940	8774078046	7455/0	31/10/2014	218 * I
MFG0361	8774077704	7463/0	12/10/2014	218 * II
MGG9561	8774077592	7455/0	05/10/2014	218 * I
MGI3669	8774077970	7455/0	26/10/2014	218 * I
MGI3669	8774077997	7463/0	26/10/2014	218 * II
MGY1470	8774077972	7455/0	26/10/2014	218 * I
MGY1470	8774077991	7471/0	26/10/2014	218 * III

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHZ5670	8774077677	7455/0	11/10/2014	218 * I
MIE1437	8774078015	7455/0	29/10/2014	218 * I
MIO5336	8774077999	7463/0	26/10/2014	218 * II
MJO3340	8774077656	7455/0	09/10/2014	218 * I
MJU0045	8774078007	7455/0	28/10/2014	218 * I
MJW2315	8774078107	7455/0	02/11/2014	218 * I
MKO4587	8774077668	7455/0	10/10/2014	218 * I
MKV6737	8774077943	7455/0	23/10/2014	218 * I
QHB6135	8774077651	7463/0	08/10/2014	218 * II
QHB6135	8774077652	7455/0	08/10/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 20 DE NOVEMBRO DE 2014

EVARISTA BERNADETE TRENTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 1919, DE 07 NOVEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DÉCIO GRÄTNER, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos das disposições do inciso II letra C, do art. 7º da Lei Municipal nº 631, de 13 de Dezembro de 2013;

Considerando a necessidade de adequação de valores em modalidades de aplicação contempladas na mesma ação orçamentária;

Considerando a previsão legal, nos termos das disposições da alínea "c", do inciso II, do art. 7º, da Lei Municipal nº 631, de 13 de Dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais), para atender à seguinte ação orçamentária:

04.00	GERÊNCIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
04.02	Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUNDEAGRO
20	AGRICULTURA
20.608	Promoção da Produção Agropecuária
20.608.0013	Ações de Promoção da Pecuária
20.608.0013.2.027	Atividades de Assistência Técnica/Veterinária
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.2.90.00.0.1.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 6.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar aberto nos termos do artigo anterior têm origem na redução de valores na mesma ação orçamentária, conforme segue:

04.00	GERÊNCIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
04.02	Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUNDEAGRO
20	AGRICULTURA
20.608	Promoção da Produção Agropecuária
20.608.0013	Ações de Promoção da Pecuária
20.608.0013.2.027	Atividades de Assistência Técnica/Veterinária
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.5	Inversões Financeiras
4.5.90.00.0.1.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 6.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, em 07 de Novembro de 2014.

DÉCIO GRÄTNER

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e Publicado em data supra.

Fátima Lorete Clein da Silva

Responsável Pelas Publicações

DECRETO Nº 1925 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DÉCIO GRÄTNER, Prefeito Municipal em Exercício de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o servidor Público Municipal, Sr. ELIO ALFREDO LOHMANN, no cargo de GERENTE DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, Cargo de Provimento em Comissão do Quadro de Pessoal do Poder Executivo, a partir de 18 de novembro de 2014.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto de nomeação 1659 de 18 de janeiro de 2013 e disposições contrárias.

Alto Bela Vista/SC, 18 de Novembro de 2014.

DÉCIO GRÄTNER

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas Publicações

Anchieta

PREFEITURA

RREO 5º BIMESTRE 2014

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
					% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	18.445.000,00	18.445.000,00	2.284.493,82	12,39	13.444.019,33	5.000.980,67
RECEITAS CORRENTES	15.977.542,25	15.977.542,25	2.292.736,93	14,35	11.881.814,77	4.095.727,48
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.446.000,00	1.446.000,00	93.665,44	6,48	892.978,28	553.021,72
IMPOSTOS	671.000,00	671.000,00	88.565,83	13,20	768.979,04	-97.979,04
TAXAS	159.000,00	159.000,00	5.099,61	3,21	123.999,24	35.000,76
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	616.000,00	616.000,00	0,00	0,00	0,00	616.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	148.800,00	148.800,00	11.367,86	7,64	102.032,92	46.767,08
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	16.800,00	16.800,00	0,00	0,00	0,00	16.800,00
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	132.000,00	132.000,00	11.367,86	8,61	102.032,92	29.967,08
RECEITA PATRIMONIAL	26.280,00	26.280,00	29.811,69	113,44	149.129,78	-122.849,78
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	4.780,00	4.780,00	10,00	0,21	180,00	4.600,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	21.500,00	21.500,00	29.801,69	138,61	148.949,78	-127.449,78
RECEITA DE SERVIÇOS	247.220,00	247.220,00	100.272,28	40,56	212.684,69	34.535,31
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.750.810,00	13.750.810,00	2.042.456,33	14,85	10.351.795,46	3.399.014,54
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	13.745.810,00	13.745.810,00	2.042.456,33	14,86	10.351.795,46	3.394.014,54
Transf. de Pessoas	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	358.432,25	358.432,25	15.163,33	4,23	173.193,64	185.238,61
Multas e Juros de Mora	62.000,00	62.000,00	5.737,51	9,25	40.761,88	21.238,12
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	26.000,00	26.000,00	14.453,79	55,59	62.596,84	-36.596,84
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	201.000,00	201.000,00	3.766,92	1,87	34.487,51	166.512,49
RECEITAS DIVERSAS	69.432,25	69.432,25	-8.794,89	0,00	35.347,41	34.084,84
RECEITAS DE CAPITAL	2.467.457,75	2.467.457,75	-8.243,11	0,00	1.562.204,56	905.253,19
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	6.000,00	6.000,00	381,40	6,36	2.713,65	3.286,35
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.861.457,75	1.861.457,75	-8.624,51	0,00	1.559.490,91	301.966,84
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.861.457,75	1.861.457,75	-8.624,51	0,00	1.559.490,91	301.966,84
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	18.445.000,00	18.445.000,00	2.284.493,82	12,39	13.444.019,33	5.000.980,67
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	18.445.000,00	18.445.000,00	2.284.493,82	12,39	13.444.019,33	72,89
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	18.445.000,00	18.445.000,00	2.284.493,82	12,39	13.444.019,33	72,89
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	2.646.644,54	—	—	1.238.075,51	—
Superávit Financeiro	—	2.329.530,65	—	—	921.535,45	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	317.113,89	—	—	316.540,06	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	18.445.000,00	8.217.854,21	26.662.854,21	3.068.545,61	15.349.462,35	2.739.152,25	13.184.162,83	49,45
DESPESAS CORRENTES	14.981.000,00	1.051.293,65	16.032.293,65	2.025.836,44	12.422.141,67	2.429.644,99	11.323.843,91	70,63
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.709.820,00	-371.870,17	8.337.949,83	1.367.226,49	6.420.072,31	1.368.334,17	6.418.163,29	76,98
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	5.000,00	0,00	5.000,00	267,56	1.410,92	267,56	1.410,92	28,22
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.266.180,00	1.423.163,82	7.689.343,82	658.342,39	6.000.658,44	1.061.043,26	4.904.269,70	63,78
DESPESAS DE CAPITAL	3.434.000,00	7.166.560,56	10.600.560,56	1.042.709,17	2.927.320,68	309.507,26	1.860.318,92	17,55
INVESTIMENTOS	3.337.000,00	7.166.560,56	10.503.560,56	1.031.595,47	2.862.886,94	298.393,56	1.795.885,18	17,10
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	97.000,00	0,00	97.000,00	11.113,70	64.433,74	11.113,70	64.433,74	66,43
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	18.445.000,00	8.217.854,21	26.662.854,21	3.068.545,61	15.349.462,35	2.739.152,25	13.184.162,83	49,45

Continua 2/3

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Legislativa	18.445.000,00	26.662.854,21	3.068.545,61	15.349.462,35	2.739.152,25	13.184.162,83	100,00	49,45
Ação Legislativa	660.000,00	660.000,00	69.726,73	422.133,40	75.126,73	416.733,40	3,16	63,14
Administração	1.553.358,00	1.421.019,31	171.689,38	1.160.101,12	232.059,20	1.080.537,06	8,20	76,04
Administração Geral	882.850,00	811.285,00	99.112,35	649.433,37	127.232,13	600.249,19	4,55	73,99
Controle Interno	233.160,00	220.626,31	28.336,31	172.579,89	28.636,31	171.679,89	1,30	77,81
Administração de Receitas	437.348,00	389.108,00	44.240,72	338.087,86	76.190,76	308.607,98	2,34	79,31
Defesa Nacional	22.000,00	10.135,46	819,87	10.135,46	889,87	10.135,46	0,08	100,00
Defesa Terrestre	22.000,00	10.135,46	819,87	10.135,46	889,87	10.135,46	0,08	100,00
Segurança Pública	155.700,00	151.606,92	5.951,56	45.201,19	8.931,68	40.935,91	0,31	27,00
Administração Geral	22.000,00	10.006,92	0,00	10.006,92	0,00	10.006,92	0,08	100,00
Policimento	129.700,00	137.600,00	5.951,56	35.194,27	8.931,68	30.928,99	0,23	22,48
Defesa Civil	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	528.940,00	741.031,78	112.813,26	474.128,33	126.509,96	410.791,91	3,12	55,44
Administração Geral	160.030,00	138.030,00	17.938,48	117.160,56	24.655,06	108.011,08	0,82	78,25
Assistência ao Idoso	21.500,00	24.500,00	0,00	11.406,69	0,00	11.406,69	0,09	46,56
Assistência ao Portador de Deficiência	5.250,00	7.612,08	1.946,48	4.611,35	742,80	3.407,67	0,03	44,77
Assistência à Criança e ao Adolescente	182.160,00	303.999,61	48.410,33	196.220,70	68.322,25	175.244,80	1,33	57,65
Assistência Comunitária	160.000,00	266.890,09	44.517,97	144.729,03	32.789,85	112.721,67	0,85	42,24
Saúde	3.999.720,00	5.729.420,00	495.364,16	4.242.823,44	636.338,48	3.762.619,86	28,54	65,67
Administração Geral	708.020,00	988.020,00	93.162,99	702.412,03	109.205,68	654.660,24	4,97	66,26
Atenção Básica	2.161.000,00	3.229.000,00	240.056,92	2.368.473,83	397.701,21	2.123.502,70	16,11	65,76
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.039.800,00	1.330.300,00	160.613,15	1.099.103,92	127.222,49	915.526,98	6,94	68,82
Vigilância Sanitária	49.100,00	128.100,00	1.531,10	37.922,00	1.531,10	37.911,68	0,29	29,60
Vigilância Epidemiológica	6.800,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	35.000,00	45.000,00	0,00	34.911,66	678,00	31.018,26	0,24	68,93
Educação	4.234.820,00	6.198.720,01	778.998,86	4.156.481,57	855.814,26	4.000.971,77	30,35	64,55
Administração Geral	195.050,00	208.050,00	21.074,83	119.855,76	24.020,88	110.407,91	0,84	53,07
Ensino Fundamental	2.283.010,00	3.955.666,89	465.664,07	2.524.973,71	500.256,02	2.445.140,99	18,55	61,81
Ensino Médio	108.900,00	170.962,00	41.371,75	89.072,82	41.371,75	78.072,82	0,59	45,67

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Educação	18.445.000,00	26.662.854,21	3.068.545,61	15.349.462,35	2.739.152,25	13.184.162,83	100,00	49,45
Ensino Superior	4.234.820,00	6.198.720,01	778.998,86	4.156.481,57	855.814,26	4.000.971,77	30,35	64,55
Educação Infantil	20.000,00	20.000,00	0,00	20.000,00	4.000,00	14.000,00	0,11	70,00
Educação Especial	1.607.760,00	1.823.841,12	250.888,21	1.382.579,28	282.165,61	1.337.350,05	10,14	73,33
Cultura	20.100,00	20.200,00	0,00	20.000,00	4.000,00	16.000,00	0,12	79,21
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	142.500,00	416.936,25	261.865,12	375.243,90	11.187,78	124.306,56	0,94	29,81
Difusão Cultural	25.000,00	530,00	0,00	530,00	0,00	530,00	0,00	100,00
Urbanismo	117.500,00	416.406,25	261.865,12	374.713,90	11.187,78	123.776,56	0,94	29,72
Infra-Estrutura Urbana	825.200,00	2.258.123,21	529.973,98	1.422.554,79	375.143,46	866.793,16	6,57	38,39
Serviços Urbanos	108.000,00	1.400.442,93	451.295,86	805.195,86	279.065,41	327.812,93	2,49	23,41
Habituação	717.200,00	857.680,28	78.678,12	617.358,93	96.078,05	538.980,23	4,09	62,84
Habituação Urbana	50.000,00	4.988,80	4.988,80	4.988,80	4.988,80	4.988,80	0,04	99,80
Saneamento	50.000,00	4.988,80	4.988,80	4.988,80	4.988,80	4.988,80	0,04	99,80
Saneamento Básico Urbano	2.054.912,00	2.903.555,56	0,00	39.950,00	0,00	39.950,00	0,30	1,38
Gestão Ambiental	2.054.912,00	2.903.555,56	0,00	39.950,00	0,00	39.950,00	0,30	1,38
Preservação e Conservação Ambiental	27.000,00	27.000,00	0,00	4.731,00	0,00	4.731,00	0,04	17,52
Agricultura	27.000,00	27.000,00	0,00	4.731,00	0,00	4.731,00	0,04	17,52
Administração Geral	753.800,00	1.870.600,00	146.485,01	864.717,53	85.979,96	661.458,04	5,02	35,36
Promoção da Produção Vegetal	646.600,00	846.600,00	59.146,01	693.983,40	73.952,96	595.432,23	4,52	70,33
Promoção da Produção Animal	0,00	220.000,00	86.820,00	86.820,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	0,00	725.100,60	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00	0,15	2,76
Promoção da Produção Agropecuária	30.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indústria	77.200,00	68.899,40	519,00	63.914,13	12.027,00	46.025,81	0,35	66,80
Promoção Industrial	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	1.491.000,00	2.251.872,96	201.355,19	1.475.548,42	145.009,42	1.257.830,69	9,54	55,86
Desporto e Lazer	1.491.000,00	2.251.872,96	201.355,19	1.475.548,42	145.009,42	1.257.830,69	9,54	55,86
Desporto Comunitário	185.160,00	387.809,98	136.224,27	337.931,59	28.883,23	188.587,40	1,43	48,63
Encargos Especiais	185.160,00	387.809,98	136.224,27	337.931,59	28.883,23	188.587,40	1,43	48,63
Serviço da Dívida Interna	1.730.890,00	600.023,97	152.289,42	312.791,81	152.289,42	312.791,81	2,37	52,13
	102.000,00	102.000,00	11.381,26	65.844,66	11.381,26	65.844,66	0,50	64,55

Continua 2/3

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2013 A OUTUBRO/2014

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.308.004,83	1.369.096,06	1.427.550,90	1.382.300,88	1.307.153,75	1.517.273,91	1.404.741,61	1.152.825,97	1.217.006,34	1.521.663,40	1.253.253,43	1.347.246,91	16.247.920,99
RECEITA TRIBUTÁRIA	39.075,75	65.863,19	43.111,08	50.076,25	141.706,45	169.036,93	42.497,10	37.067,46	34.046,92	281.770,65	32.206,92	61.456,52	997.917,22
L.P.T.U.	1.273,77	630,50	0,00	0,00	3.129,88	79.840,05	5.989,70	5.041,16	694,77	250,55	626,86	170,23	98.018,47
I.R.R.F.	12.675,06	21.495,36	6.478,90	3.036,94	3.167,54	3.724,25	3.640,06	3.811,66	3.373,14	56.674,89	4.508,83	117.298,55	117.298,55
I.S.S.	16.690,59	27.787,63	23.614,11	30.078,85	96.954,43	21.284,01	16.605,42	14.769,29	16.986,68	217.994,89	21.741,42	37.560,86	542.051,18
I.T.B.I.	6.624,58	12.240,00	9.000,00	6.433,00	4.234,06	15.955,25	6.940,00	6.520,00	9.752,20	5.085,53	11.778,69	16.467,02	111.028,33
Outras Receitas Tributárias	1.811,75	3.709,70	4.018,07	10.526,46	34.220,54	48.247,37	9.321,92	6.562,35	3.228,13	2.774,79	2.348,03	2.751,58	129.520,69
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	11.212,42	10.901,31	13.573,16	8.969,13	11.293,90	11.633,69	11.171,14	10.991,96	11.338,45	11.691,63	11.367,86	0,00	124.146,65
RECEITA PATRIMONIAL	9.004,03	9.117,85	11.164,70	11.443,39	17.914,88	13.607,59	16.731,45	15.663,44	15.233,65	17.598,99	15.332,27	14.479,42	167.251,66
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	10.098,50	39.885,27	8.987,79	12.795,72	13.679,30	32.131,66	6.189,41	16.994,47	16.301,12	13.461,94	10.514,69	89.757,59	262.668,46
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.213.506,97	1.225.099,51	1.336.513,42	1.285.369,97	1.105.233,54	1.270.720,63	1.311.180,55	1.097.202,25	1.124.544,72	1.159.815,97	1.189.404,25	1.180.815,49	14.479.407,27
Cota-Parte do F.P.M.	490.575,68	505.993,66	594.831,36	635.192,90	376.793,29	430.046,10	573.069,30	429.779,99	369.126,63	448.426,05	393.082,94	371.503,84	5.618.441,94
Cota-Parte do I.C.M.S.	348.062,36	346.897,87	348.805,94	331.119,57	334.183,42	327.272,43	333.626,93	336.367,63	312.998,00	327.961,60	351.572,80	362.884,96	4.350.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	20.631,51	7.697,04	24.072,54	39.592,71	33.503,76	50.607,64	48.639,54	50.051,17	50.957,64	47.614,22	40.361,22	42.359,91	456.088,90
Cota-Parte do ITR.	24,62	0,00	6,16	0,00	6,24	27,69	12,93	0,00	0,00	642,69	1.384,41	2.356,57	4.463,31
Outras Transferências Correntes	182.092,15	192.941,71	195.598,78	111.209,95	206.519,11	305.552,41	184.079,04	118.376,28	240.259,50	173.725,00	218.704,09	229.980,12	2.359.038,14
Transferências da LC 61/1989	5.351,45	5.719,53	5.478,25	4.636,01	4.531,94	4.896,08	5.368,80	5.113,48	5.253,15	5.414,84	5.095,64	5.457,00	62.388,17
Transferências da LC 87/1996	1.421,79	1.421,79	1.447,65	1.447,65	0,00	1.447,65	1.447,65	1.447,65	1.447,65	1.447,65	1.447,65	1.447,65	15.872,43
Transferências do FUNDEB	165.347,21	164.428,11	166.272,74	162.169,18	146.695,78	150.827,63	164.916,36	156.065,85	144.512,15	154.583,92	157.735,50	164.823,44	1.901.397,87
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	251.07,16	18.228,93	22.320,75	13.646,42	17.325,68	20.141,41	16.971,96	14.706,39	15.544,48	37.364,22	14.427,44	735,89	216.529,73
DEDUÇÕES (II)	173.213,32	173.545,74	194.928,17	202.397,95	146.813,59	162.857,92	192.436,84	164.551,63	147.954,41	166.301,21	159.388,68	157.202,17	2.043.791,83
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	173.213,32	173.545,74	194.928,17	202.397,95	146.813,59	162.857,92	192.436,84	164.551,63	147.954,41	166.301,21	159.388,68	157.202,17	2.043.791,83
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	1.134.791,51	1.195.550,32	1.232.622,73	1.179.902,93	1.157.340,16	1.354.415,99	1.212.304,77	1.028.074,14	1.069.054,93	1.355.362,19	1.094.864,75	1.190.044,74	14.204.129,16

FONTE:

ANCHIETA, 20/11/2014

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito

NELSI LUIZA SCHMIDT PIOVESAN
Contadora CRC/RS nº 56287

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)				R\$ 1,00	
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
Valor				0,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

Município de ANCHIETA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	600.000,00	0,00		600.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	10.600.560,56	1.860.318,92	0,00	8.740.241,64
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	10.600.560,56	1.860.318,92	0,00	8.740.241,64
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-10.000.560,56	-1.860.318,92		-8.140.241,64

FONTE:

ANCHIETA, 20/11/2014

 ARI PRESTES DE OLIVEIRA
 Prefeito

 NELSI LUIZA SCHMIDT PIOVESAN
 Contadora CRC/RS nº 56287

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	154.694,73	148.599,26	194.109,13
DEDUÇÕES (II)	2.255.367,36	2.581.914,38	2.053.772,10
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.936.694,91	3.580.240,82	3.286.723,20
Demais Haveres Financeiros	83.766,18	221.310,77	114.030,13
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	765.093,73	1.219.637,21	1.346.981,23
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.100.672,63	-2.433.315,12	-1.859.662,97
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-2.100.672,63	-2.433.315,12	-1.859.662,97

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2014 (C - A)
VALOR	573.652,15	241.009,66

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

ANCHIETA, 20/11/2014

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito

NELSI LUIZA SCHIMIDT PIOVESAN
Contadora CRC/RS nº 56287

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	15.956.042,25	2.262.935,24	11.732.864,99	10.744.468,45
Receita Tributária	1.446.000,00	93.665,44	892.978,28	561.994,05
I.P.T.U.	135.000,00	797,09	96.114,20	91.503,73
I.S.S.	300.000,00	59.302,28	497.572,96	152.056,01
I.T.B.I.	70.000,00	28.245,71	92.163,75	65.959,15
I.R.R.F.	166.000,00	220,75	83.128,13	140.225,18
Outras Receitas Tributárias	775.000,00	5.099,61	123.999,24	112.249,98
Receita de Contribuição	148.800,00	11.367,86	102.032,92	107.453,79
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	148.800,00	11.367,86	102.032,92	107.453,79
Receita Patrimonial Líquida	4.780,00	10,00	180,00	460,00
Receita Patrimonial	26.280,00	29.811,69	149.129,78	76.027,85
(-) Aplicações Financeiras	21.500,00	29.801,69	148.949,78	75.567,85
Transferências Correntes	13.750.810,00	2.042.456,33	10.351.795,46	9.619.410,39
F.P.M.	6.000.000,00	611.669,46	3.697.498,16	3.422.601,31
I.C.M.S.	3.480.000,00	571.566,40	2.693.430,04	2.383.560,79
Convênios	0,00	0,00	0,00	129.439,20
Outras Transferências Correntes	4.270.810,00	859.220,47	3.960.867,26	3.683.809,09
Demais Receitas Correntes	605.652,25	115.435,61	385.878,33	455.150,22
Dívida Ativa	201.000,00	3.766,92	34.487,51	84.444,30
Diversas Receitas Correntes	404.652,25	111.668,69	351.390,82	370.705,92
RECEITAS DE CAPITAL (II)	2.467.457,75	-8.243,11	1.562.204,56	628.448,77
Operações de Crédito (III)	600.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	6.000,00	381,40	2.713,65	3.259,94
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	7.434,40
Transferências de Capital	1.861.457,75	-8.624,51	1.559.490,91	617.754,43
Convênios	1.861.457,75	-8.624,51	1.559.490,91	617.754,43
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	1.861.457,75	-8.624,51	1.559.490,91	617.754,43
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	17.817.500,00	2.254.310,73	13.292.355,90	11.362.222,88
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	16.032.293,65	2.429.644,99	11.323.843,91	9.482.870,89
Pessoal e Encargos Sociais	8.337.949,83	1.368.334,17	6.418.163,29	5.538.267,48
Juros e Encargos da Dívida (IX)	5.000,00	267,56	1.410,92	1.630,00
Outras Despesas Correntes	7.689.343,82	1.061.043,26	4.904.269,70	3.942.973,41
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	16.027.293,65	2.429.377,43	11.322.432,99	9.481.240,89
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	10.600.560,56	309.507,26	1.860.318,92	469.476,51
Investimentos	10.503.560,56	298.393,56	1.795.885,18	406.114,04
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	97.000,00	11.113,70	64.433,74	63.362,47
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	10.503.560,56	298.393,56	1.795.885,18	406.114,04

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	30.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	26.560.854,21	2.727.770,99	13.118.318,17	9.887.354,93
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-8.743.354,21	-473.460,26	174.037,73	1.474.867,95
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	1.238.075,51	0,00
Superávit Financeiro	-	-	921.535,45	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	316.540,06	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

FONTE:

ANCHIETA, 20/11/2014

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito

NELSI LUIZA SCHIMIDT PIOVESAN
Contadora CRC/RS nº 56287

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS						
	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
PODER/ÓRGÃO											
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	31.850,00	733.243,73	745.000,07	8.378,13	11.715,53	256.223,91	376.134,82	576.620,05	576.620,05	45.435,73	10.302,95
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	649.398,64	645.533,11	0,00	3.865,53	157,64	375.067,52	319.957,88	319.957,88	44.984,33	10.302,95
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	3.260,60	3.250,00	0,00	10,60	0,00	10.397,60	9.658,50	9.658,50	0,00	739,10
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL	0,00	14.490,15	14.490,15	0,00	0,00	0,00	811,89	811,89	811,89	0,00	0,00
SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	14.793,66	14.772,46	0,00	21,20	0,00	9.789,60	7.136,03	7.136,03	0,00	2.653,57
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO	0,00	2.678,32	2.678,32	0,00	0,00	0,00	130,00	0,00	0,00	0,00	130,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA	0,00	25.609,60	25.332,30	0,00	277,30	0,00	13.790,49	9.501,29	9.501,29	0,00	4.289,20
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	21.369,54	21.369,54	0,00	0,00	0,00	17.460,97	8.549,02	8.549,02	8.911,95	0,00
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	0,00	712,32	712,32	0,00	0,00	0,00	50,00	50,00	50,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORT	0,00	361.306,38	361.305,87	0,00	0,51	0,00	66.451,70	64.613,91	64.613,91	487,15	1.350,64
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	0,00	89.220,20	86.346,28	0,00	2.873,92	0,00	44.079,46	42.939,02	42.939,02	0,00	1.140,44
SECRETARIA DE SAUDE PUBLICA	0,00	115.957,87	115.275,87	0,00	682,00	157,64	212.105,81	176.698,22	176.698,22	35.565,23	0,00
FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIAN. ADOLES. A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	202,12	202,12	202,12	0,00	0,00
FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	202,12	202,12	202,12	0,00	0,00
HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE	0,00	83.845,09	75.466,96	8.378,13	0,00	0,00	865,18	393,78	393,78	471,40	0,00
HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE	0,00	83.845,09	75.466,96	8.378,13	0,00	0,00	865,18	393,78	393,78	471,40	0,00
LEGISLATIVO	31.850,00	0,00	24.000,00	0,00	7.850,00	256.066,27	0,00	256.066,27	256.066,27	0,00	0,00
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	31.850,00	0,00	24.000,00	0,00	7.850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	205.713,78	0,00	205.713,78	205.713,78	0,00	0,00
SECRETARIA MUN. DE SAUDE E ASSISTENCIA SOC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.352,49	0,00	50.352,49	50.352,49	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	31.850,00	733.243,73	745.000,07	8.378,13	11.715,53	256.223,91	376.134,82	576.620,05	576.620,05	45.435,73	10.302,95

FONTE:

ANCHIETA, 20/11/2014

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito

NELSI LUIZA SCHMIDT PIOVESAN
Contadora CRC/RS nº 56287

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	820.850,00	820.850,00	90.862,62	765.462,48	93,25
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	221.250,00	221.250,00	2.026,31	93.540,55	42,28
1.1.1- IPTU	114.750,00	114.750,00	677,52	81.808,12	71,29
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	500,00	500,00	51,87	296,95	59,39
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	100.000,00	100.000,00	971,78	7.887,31	7,89
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	6.000,00	6.000,00	325,14	3.548,17	59,14
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	70.500,00	70.500,00	28.245,71	92.228,55	130,82
1.2.1- ITBI	70.000,00	70.000,00	28.245,71	92.163,75	131,66
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	500,00	500,00	0,00	64,80	12,96
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	388.000,00	388.000,00	60.403,00	507.830,93	130,88
1.3.1- ISS	300.000,00	300.000,00	59.302,28	497.572,96	165,86
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.000,00	1.000,00	9,38	710,39	71,04
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	80.000,00	80.000,00	631,79	5.166,09	6,46
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	7.000,00	7.000,00	459,55	4.381,49	62,59
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	141.100,00	141.100,00	187,60	71.862,45	50,93
1.4.1- IRRF	141.100,00	141.100,00	187,60	71.862,45	50,93
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	12.470.850,00	12.470.850,00	1.578.395,14	8.484.508,15	68,03
2.1- Cota-Parte FPM	7.500.000,00	7.500.000,00	764.586,78	4.621.872,40	61,62
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.500.000,00	7.500.000,00	764.586,78	4.621.872,40	61,62
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	4.350.000,00	4.350.000,00	714.457,76	3.366.786,48	77,40
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	25.000,00	25.000,00	2.895,30	13.028,85	52,12
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	75.000,00	75.000,00	10.552,64	51.287,19	68,38
2.5- Cota-Parte ITR	850,00	850,00	3.181,53	3.772,88	443,87
2.6- Cota-Parte IPVA	520.000,00	520.000,00	82.721,13	427.760,35	82,26
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	13.291.700,00	13.291.700,00	1.669.257,76	9.249.970,63	69,59
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	326.360,00	326.360,00	58.736,25	261.387,80	80,09
5.1- Transferências do Salário-Educação	202.000,00	202.000,00	34.849,65	180.474,55	89,34
5.2- Transferências Diretas - PDDE	8.000,00	8.000,00	0,00	3.270,00	40,88
5.3- Transferências Diretas - PNAE	42.660,00	42.660,00	9.376,00	33.544,00	78,63
5.4- Transferências Diretas - PNAE	73.700,00	73.700,00	14.454,00	43.362,00	58,84
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	56,60	737,25	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	337.900,00	337.900,00	126.776,31	466.300,58	138,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	664.260,00	664.260,00	185.512,56	727.688,38	109,55
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.475.600,00	2.475.600,00	315.790,85	1.697.032,77	68,55
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.500.000,00	1.500.000,00	152.917,32	924.374,24	61,62
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	870.000,00	870.000,00	142.891,36	673.356,44	77,40
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	3.400,00	3.400,00	579,06	2.605,77	76,64
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	12.000,00	12.000,00	2.110,50	10.257,33	85,48
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	200,00	200,00	748,58	887,73	443,87
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	90.000,00	90.000,00	16.544,03	85.551,26	95,06
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.780.000,00	1.780.000,00	322.578,94	1.571.622,55	88,29
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.780.000,00	1.780.000,00	322.578,94	1.571.622,55	88,29
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-695.600,00	-695.600,00	6.788,09	-125.410,22	18,03
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.764.200,00	1.764.420,89	332.558,79	1.615.907,87	91,58
13.1- Com Educação Infantil	739.500,00	739.500,00	142.960,80	735.146,81	99,41
13.2- Com Ensino Fundamental	1.024.700,00	1.024.920,89	189.597,99	880.761,06	85,93
14- OUTRAS DESPESAS	17.800,00	17.800,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	17.800,00	17.800,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.782.000,00	1.782.220,89	332.558,79	1.615.907,87	90,67
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					1.615.907,87
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					102,82
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					-2,82
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	3.322.925,00	3.322.925,00	417.314,44	2.312.492,66	69,59
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	739.500,00	739.500,00	142.960,80	735.146,81	99,41
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.042.500,00	1.042.720,89	189.597,99	880.761,06	84,47
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.042.500,00	1.042.720,89	189.597,99	880.761,06	84,47
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	1.782.000,00	1.782.220,89	332.558,79	1.615.907,87	90,67
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-125.410,22
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-125.410,22
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					1.741.318,09
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					18,83
OUTRAS INFORMACOES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	206.000,00	206.000,00	49.148,30	110.098,87	53,45
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.215.820,00	3.875.499,12	470.107,17	2.260.965,03	58,34
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.421.820,00	4.381.499,12	519.255,47	2.371.063,90	54,12
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	4.203.820,00	6.163.720,01	851.814,26	3.986.971,77	64,68

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.571.622,55	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		1.571.622,55	0,00

ANCHIETA, 20/11/2014

ARI PRESTES DE OLIVEIRA NELSI LUIZA SCHMIDT PIOVESA
Prefeito Contadora CRC/RS nº 56287

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exercício anterior) + (c)
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/10/2014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

ANCHIETA, 20/11/2014

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito

NELSI LUIZA SCHIMIDT PIOVESAN
Contadora CRC/RS nº 56287

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	-43.800,65	0,00	-43.800,65

FONTE:

ANCHIETA, 20/11/2014

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito

NELSI LUIZA SCHIMIDT PIOVESAN
Contadora CRC/RS nº 56287

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	3.933.390,00	4.971.990,00	3.978.444,02	80,02	3.511.258,66	70,62
Pessoal e Encargos Sociais	1.960.120,00	2.461.204,00	1.870.278,46	75,99	1.868.765,44	75,93
Outras Despesas Correntes	1.973.270,00	2.510.786,00	2.108.165,56	83,96	1.642.493,22	65,42
DESPESAS DE CAPITAL	1.927.787,75	3.427.531,31	264.379,42	7,71	251.361,20	7,33
Investimentos	1.927.787,75	3.427.531,31	264.379,42	7,71	251.361,20	7,33

Continua 1/4

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	1.927.787,75	3.427.531,31	264.379,42	7,71	251.361,20	7,33
Investimentos	1.927.787,75	3.427.531,31	264.379,42	7,71	251.361,20	7,33
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	5.861.177,75	8.399.521,31	4.242.823,44	50,51	3.762.619,86	44,80
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO						
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	3.178.357,75	4.956.701,31	1.431.000,57	33,73	1.276.978,64	33,94
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.241.900,00	1.705.600,00	1.292.943,24	30,47	1.143.419,81	30,39
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	1.936.457,75	3.251.101,31	138.057,33	3,25	133.558,83	3,55
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	3.178.357,75	4.956.701,31	1.431.000,57	33,73	1.276.978,64	33,94
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.682.820,00	3.442.820,00	2.811.822,87	16,79	2.485.641,22	10,86
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						0,00
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIB)/100]⁶						2.485.641,22

Continua 2/4

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA					
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
Inscritos em 2013	0,00	116.830,78	-116.830,78	0,00	0,00
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	116.830,78	-116.830,78	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º					
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)				
638,38	0,00		638,38		
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013					
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2012					
TOTAL (VIII)	638,38	0,00	0,00	638,38	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26					
LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)				
-					

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	2.161.000,00	3.229.000,00	2.368.473,83	55,82	2.123.502,70	56,44
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.039.800,00	1.330.300,00	1.099.103,92	25,91	915.526,98	24,33
Vigilância Sanitária	49.100,00	128.100,00	37.922,00	0,89	37.911,68	1,01
Vigilância Epidemiológica	6.800,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	35.000,00	45.000,00	34.911,66	0,82	31.018,26	0,82
Outras Subfunções	2.569.477,75	3.658.121,31	702.412,03	16,56	654.660,24	17,40
TOTAL	5.861.177,75	8.399.521,31	4.242.823,44	100,00	3.762.619,86	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
² O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h-i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h-i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
⁵ Durante o exercício essa valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[VI(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

ANCHIETA, 20/11/2014

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito

NELSI LUIZA SCHMIDT PIOVESAN
Contadora CRC/RS nº 56287

Município de ANCHIETA - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIAORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO			No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS				
Previsão Inicial			—	18.445.000,00
Previsão Atualizada			—	18.445.000,00
Receitas Realizadas			2.284.493,82	13.444.019,33
Déficit Orçamentário			—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			—	1.238.075,51
DESPESAS				
Dotação Inicial			—	18.445.000,00
Créditos Adicionais			—	8.217.854,21
Dotação Atualizada			—	26.662.854,21
Despesas Empenhadas			3.068.545,61	15.349.462,35
Despesas Liquidadas			2.739.152,25	13.184.162,83
Superavit Orçamentário			—	259.856,50
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO			No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas			3.068.545,61	15.349.462,35
Despesas Liquidadas			2.739.152,25	13.184.162,83
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida				14.204.129,16
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)			0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)			0,00	0,00
Liquidadas			0,00	0,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados			0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)			0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	241.009,66	0,00
Resultado Primário		0,00	174.037,73	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	632.358,73	45.435,73	576.620,05	10.302,95
EXECUTIVO	376.292,46	45.435,73	320.553,78	10.302,95
LEGISLATIVO	256.066,27	0,00	256.066,27	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	765.093,73	8.378,13	745.000,07	11.715,53
EXECUTIVO	733.243,73	8.378,13	721.000,07	3.865,53
LEGISLATIVO	31.850,00	0,00	24.000,00	7.850,00
TOTAL:	1.397.452,46	53.813,86	1.321.620,12	22.018,48
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.741.318,09	25%	18,83
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.615.907,87	60%	102,82
Liquidadas		1.615.907,87		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			0,00	600.000,00
Despesa de Capital Líquida			1.860.318,92	8.740.241,64
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Município de ANCHIETA - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.485.641,22	15,00	0,00
Liquidadas	2.485.641,22		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

ANCHIETA, 20/11/2014

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito

NELSI LUIZA SCHIMDT PIOVESAN
Contadora CRC/RS nº 56287

Antônio Carlos**PREFEITURA****PORTARIA N 516/2014**

PORTARIA Nº 516/2014.

Conceder Férias a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a ILDEMAR FARIAS DINIZ, ocupante do cargo efetivo de ODONTOLOGO - 20H, a partir de 01 de dezembro de 2014, referente ao período aquisitivo de 17/10/2011 a 16/10/2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 20 de novembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 21 de novembro de 2014.

PORTARIA N 517/2014

PORTARIA Nº 517/2014.

Conceder Férias a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a MARCIA DECKER PHILIPPE, ocupante do cargo temporario de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, a partir de 01 de dezembro de 2014, referente ao período aquisitivo de 03/06/2013 a 02/06/2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 20 de novembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 21 de novembro de 2014.

DECRETO Nº 119/2014

DECRETO Nº 119/2014

Estabelece limitação de empenho e movimentação financeira segundo critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto

no artigo 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF e artigo 15 da Lei Municipal nº 1.445/2013 - LDO,

DECRETA:

Art. 1º. Fica bloqueado em R\$ 1.513.950,00, (hum milhão, quinhentos e treze mil e novecentos e cinquenta reais), e por consequência, limitado a emissão de empenho da despesa nas dotações abaixo de forma a preservar o equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos e o alcance das metas fiscais estabelecidas, conforme Demonstrativo do Cumprimento das Metas de Arrecadação até o 5º bimestre de 2014 em anexo a este Decreto:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

FONTE 0.1.16.000000 - Infra-Estrutura em Transporte - R\$ 12.390,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.15.452.0006.2019	Manutenção de Equipamentos e Serviços Públicos	12.390,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	12.390,00

FONTE 0.1.59.000000 - Manutenção do Ensino Fundamental - R\$ 17.410,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0401.12.361.0004.2005	Manutenção do Ensino Fundamental	17.410,00
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas	12.260,00
4.4.50.00	Transferências a Instituições Privadas	5.150,00

FONTE 0.1.59.000000 - Manutenção do Ensino Infantil - R\$ 4.450,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0401.12.365.0004.2006	Manutenção do Ensino Infantil	4.450,00
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas	3.100,00
4.4.50.00	Transferências a Instituições Privadas	1.350,00

FONTE 0.1.61.000000 - Manutenção do Transporte Escolar - R\$ 15.230,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0401.12.361.0004.2007	Manutenção do Transporte Escolar	15.230,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	15.230,00

FONTE 0.1.63.000000 - Manutenção FMAS - R\$ 3.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0501.08.244.0008.2014	Manutenção de Ações de Assistência Social	3.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	3.000,00

FONTE 0.1.24.000025 - Construção de Pontes - R\$ 250.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.27.812.0006.1007	Construção e Aquisição de Equipamentos Públicos	250.000,00
4.4.90.00	Investimentos	250.000,00

FONTE 0.1.24.000023 - Pavimentação de Ruas - SDR - R\$ 81.170,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.15.451.0006.1008	Pavimentação de Vias	81.170,00
4.4.90.00	Investimentos	81.170,00

FONTE 0.1.24.000026 - Festas - R\$ 50.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.23.695.0003.2023	Apoio as Ações voltadas para o Turismo	50.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	50.000,00

FONTE 0.1.52.000049 - Fundo Social - R\$ 2.970,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0501.08.244.0008.2014	Manutenção de Ações da Assistência Social	2.970,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	2.970,00

FONTE 0.1.83.000011 - BADESC - Pavimentação de Ruas - R\$ 999.990,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.15.451.0006.1008	Pavimentação de Vias	999.990,00
4.4.90.00	Investimentos	999.990,00

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FONTE 0.2.64.000036 - ASPSPACS - R\$ 5.770,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.10.301.0007.2028	Ações de Com Agentes Comunitários de Saúde	5.770,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	5.770,00

FONTE 0.2.64.000037 - ASPSPSF - R\$ 32.490,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.10.301.0007.2027	Ações de Saúde da Família - PSF	32.490,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	32.490,00

FONTE 0.2.64.000042 - ASPSNASF Estadual - R\$ 5.310,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.10.301.0007.2027	Ações de Saúde da Família - PSF	5.310,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	5.310,00

FONTE 0.2.64.000082 - ASPSNASF Federal - R\$ 16.600,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.10.301.0007.2027	Ações de Saúde da Família - PSF	16.600,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	12.000,00
4.4.90.00	Investimentos	4.600,00

FONTE 0.2.64.000038 - ASPSPSaúde Bucal - R\$ 3.690,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.10.301.0007.2029	Saúde Bucal	3.690,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	3.690,00

FONTE 0.2.64.000039 - ASPSPSF Estadual - R\$ 4.790,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.10.301.0005.2029	Ações de Saúde da Família - PSF	4.790,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	4.790,00

FONTE 0.2.67.000034 - ASPSP Farmácia Básica - R\$ 1.490,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.10.301.0007.2030	Ações de Assistência Farmacêutica Básica	1.490,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	1.490,00

FONTE 0.2.67.000040 - ASPSP Farmácia Básica Estadual - R\$ 7.200,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.10.301.0007.2030	Ações de Assistência Farmacêutica Básica	7.200,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	7.200,00

Art. 3º Restabelecida a receita prevista nas fontes acima indicadas, apurado no Demonstrativo do Cumprimento das Metas nos próximos bimestres, ainda que parcial, a recomposição das dotações correspondentes dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Antônio Carlos, 19 de Novembro de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS										1.000,00
DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO										
REFERÊNCIA 5º BIMESTRE DE 2014										
Código	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	ATÉ O BIMESTRE ANTERIOR			NO BIMESTRE DE REFERÊNCIA			ATÉ BIMESTRE DE REFERÊNCIA		
		PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA
	UNIDADE GESTORA PREFEITURA									
	RECEITAS PRIMÁRIAS									
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	7.060,00	7.807,88	747,88	1.700,00	1.788,75	88,75	8.760,00	9.596,63	836,63
0.1.01.000000	Recursos de Impostos p/ MDEB - Mínimo de 25%	1.003,00	1.108,26	105,26	218,00	246,89	28,89	1.221,00	1.355,15	134,15
0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS – Mínimo de 15%	2.491,00	2.666,45	175,45	589,00	634,32	45,32	3.080,00	3.300,77	220,77
0.1.17.000000	Iluminação Pública	175,00	208,02	33,02	47,00	83,41	36,41	222,00	291,43	69,43
0.1.16.000000	Infra-Estrutura em Transporte	12,50	1,61	(10,89)	1,50	-	(1,50)	14,00	1,61	(12,39)
0.1.58.000000	MDEB	170,00	207,60	37,60	43,00	51,16	8,16	213,00	258,76	45,76
0.1.59.000000	Manutenção de Escolas	35,00	13,13	(21,87)	-	0,01	0,01	35,00	13,14	(21,86)
0.1.60.000000	Merenda Escolar – Ensino Fundamental	40,20	53,25	13,05	16,40	19,01	2,61	56,60	72,26	15,66
0.1.61.000000	Manutenção do Transporte Escolar	73,20	62,51	(10,69)	29,40	24,86	(4,54)	102,60	87,37	(15,23)
0.1.62.000000	Outras Transf. FNDE	-	129,17	129,17	-	35,48	35,48	-	164,65	164,65
0.1.18.000000	Remuneração Profis. Magistério – Mínimo 60%	1.082,00	1.094,38	12,38	282,00	282,31	0,31	1.364,00	1.376,69	12,69
0.1.19.000000	Manut. Desenv. Ensino Básico – Máximo 40%	719,00	725,87	6,87	188,00	187,48	(0,52)	907,00	913,35	6,35
0.1.54.000000	Melhoria do Trânsito – Parte Polícia Militar	6,60	10,41	3,81	1,70	3,10	1,40	8,30	13,51	5,21
0.1.55.000000	Melhoria do Trânsito – Parte Polícia Civil	6,60	10,32	3,72	1,70	3,05	1,35	8,30	13,37	5,07
0.1.56.000000	Melhoria do Trânsito - Parte PMAC	7,20	11,34	4,14	1,90	3,40	1,50	9,10	14,74	5,64
0.1.63.000000	Manutenção do FMAS	6,64	4,55	(2,09)	1,66	0,75	(0,91)	8,30	5,30	(3,00)
0.1.24.000015	Implantação do Sistema de Esgoto	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.24.000016	Pavimentação de Ruas	-	93,15	93,15	60,00	0,14	(59,86)	60,00	93,29	33,29
0.1.22.000005	Manut. Transp. Escolar – Ensino Fundamental	120,00	145,10	25,10	40,00	48,36	8,36	160,00	193,46	33,46
0.1.22.000071	Ampliação da Rede Ensino Infantil	-	10,93	10,93	-	3,14	3,14	-	14,07	14,07
0.1.22.000074	Construção Quadra Esportiva	-	122,46	-	-	99,97	99,97	-	222,43	222,43
0.1.22.000021	Ampliação da Rede Física Ensino Fundamental	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.24.000006	Manutenção Transporte Escolar – Segundo Grau	96,00	106,41	10,41	32,00	35,47	3,47	128,00	141,88	13,88
0.1.24.000008	Preserv. e Desenvol. Patrimônio Histórico	-	5,91	5,91	-	1,56	1,56	-	7,47	7,47
0.1.24.000019	Equipamentos e Implementos Agrícolas	500,00	537,19	37,19	-	7,28	7,28	500,00	544,47	44,47
0.1.24.000023	Pavimentação de Ruas - SDR	200,00	74,51	(125,49)	-	44,32	44,32	200,00	118,83	(81,17)
0.1.24.000025	Construção de Pontes	50,00	-	(50,00)	200,00	-	(200,00)	250,00	-	(250,00)
0.1.24.000026	Convênio SDR - Festas	50,00	-	(50,00)	-	-	-	50,00	-	(50,00)
0.1.24.000007	Manutenção da Escola e Banda de Música	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.24.000027	Reforma e Revitalização do Centro Cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Código	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	ATÉ O BIMESTRE ANTERIOR			NO BIMESTRE DE REFERÊNCIA			ATÉ BIMESTRE DE REFERÊNCIA		
		PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA

0.1.24.000009	Manutenção dos Serviços de Abast. De Água	19,00	38,24	19,24	21,00	21,20	0,20	40,00	59,44	19,44
0.1.52.000049	FNAS - FEAS	2,00	0,03	(1,97)	1,00	-	(1,00)	3,00	0,03	(2,97)
0.1.52.000048	FNAS - Fundo Social	1,00	2,85	1,85	1,00	0,04	(0,96)	-	2,89	2,89
0.1.24.000069	Ministério da Integração - Defesa Civil	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.24.000073	Ministério Meio Ambiente	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.24.000080	Manutenção do Esporte	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.24.000081	Reforma do Ginásio de Esportes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.81.000000	Aquisição de Veículo para a Educação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.89.000013	Alienação de Veículos	0,80	0,98	0,18	0,20	0,28	0,08	1,00	1,26	0,26
0.1.83.000011	BADESC - Pavimentação Ruas	300,00	0,01	(299,99)	700,00	-	(700,00)	1.000,00	0,01	(999,99)
0.1.83.000079	BADESC - PAC 2 - Pró-Transporte	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.83.000084	Operação de Crédito - PMAT	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.24.000050	Manutenção da Frota Rodoviária	-	8,21	8,21	-	0,67	0,67	-	8,88	-
	SOMA	14.226,74	15.260,73	1.033,99	4.176,46	3.626,41	(550,05)	18.403,20	18.887,14	483,94
	UNIDADE GESTORA FUNDO DA SAÚDE									
	RECEITAS PRIMÁRIAS									
0.2.12.000000	Manutenção da Vigilância Sanitária	20,80	32,04	11,24	3,60	11,96	8,36	24,40	44,00	19,60
0.2.02.000000	Rendimentos de Recursos Próprios	5,20	12,46	7,26	1,40	3,11	1,71	6,60	15,57	8,97
0.2.64.000032	ASPS/PAB	106,00	117,86	11,86	26,50	29,71	3,21	132,50	147,57	15,07
0.2.66.000033	ASPS/Vigilância Sanitária	1,00	14,05	13,05	1,00	1,12	0,12	2,00	15,17	13,17
0.2.67.000034	ASPS/Farmácia Básica	27,20	29,14	1,94	6,80	3,37	(3,43)	34,00	32,51	(1,49)
0.2.66.000035	Epidemiologia e Controle de Doenças	14,40	27,45	13,05	3,80	2,53	(1,27)	18,20	29,98	11,78
0.2.64.000036	ASPS/PACS	136,00	127,64	(8,36)	34,00	36,59	2,59	170,00	164,23	(5,77)
0.2.64.000037	ASPS/PSF	180,60	150,31	(30,29)	45,20	43,00	(2,20)	225,80	193,31	(32,49)
0.2.64.000038	ASPS/Saúde Bucal	19,20	15,80	(3,40)	4,80	4,51	(0,29)	24,00	20,31	(3,69)
0.2.64.000039	ASPS/PSF - Estadual	40,60	38,23	(2,37)	10,20	7,78	(2,42)	50,80	46,01	(4,79)
0.2.64.000042	NASF Estadual	13,80	0,02	-	3,60	12,07	8,47	17,40	12,09	(5,31)
0.2.64.000076	PMAQ	20,60	192,06	171,46	5,20	21,56	16,36	25,80	213,62	187,82
0.2.64.000082	NASF Federal	13,20	-	(13,20)	3,40	-	(3,40)	16,60	-	(16,60)
0.2.64.000078	PSE	-	2,47	2,47	-	0,02	0,02	-	2,49	2,49
0.2.65.000000	Rede Cegonha	-	1,15	-	-	2,63	2,63	-	3,78	3,78
0.2.67.000040	ASPS/Farmácia Básica	21,80	17,27	(4,53)	5,60	2,93	(2,67)	27,40	20,20	(7,20)
0.2.23.000043	Ampliação Unidade Saúde	-	3,68	3,68	100,00	397,83	297,83	100,00	401,51	301,51
	SOMA	620,40	781,63	161,23	255,10	580,72	325,62	875,50	1.362,35	486,85
	UNIDADE GESTORA IPREANCARLOS									
	RECEITAS PRIMÁRIAS									
0.2.03.000000	Pagamento de Inativos e Pensionistas	1.960,00	1.971,29	11,29	587,00	484,86	(102,14)	2.547,00	2.456,15	(90,85)
	SOMA	1.960,00	1.971,29	11,29	587,00	484,86	(102,14)	2.547,00	2.456,15	(90,85)
	TOTAL GERAL	16.807,14	18.013,65	1.206,51	5.018,56	4.691,99	(326,57)	21.825,70	22.705,64	879,94
Antônio Carlos, 19 de Novembro de 2014.										
	ANTÔNIO PAULO REMOR			ANACARLAPRIM			CARLICEB.SCHMITZ			
	Prefeito Municipal			Controladora Interna			Contadora			

5º EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO

5º Edital de Convocação dos aprovados no concurso público 001/2014 - prefeitura municipal de Antônio Carlos

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 558, de 30 de novembro de 1992 e outras correlatas, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público para provimento nos cargos constantes no anexo I do presente, para apresentação no período de 21/11/2014 a 21/12/2014 (de segunda a sexta-feira), das 07:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Praça Anchieta, n.º 10, bairro Centro, Antônio Carlos/SC, munido dos documentos necessários constantes no Decreto Municipal nº. 099/2014, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Antônio Carlos, 20 de novembro de 2014.

Antônio Paulo Remor
Prefeito Municipal

Anexo I

Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
06	Oswaldo Manoel Martins	0728

DECRETO Nº 120/2014

DECRETO Nº 120/2014

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superavit Financeiro no Orçamento programa de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001451/13 de 17 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 15.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0007.2.027-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 5.000,00

11.01.10.301.0007.2.027-4.4.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 10.000,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair Superávit Financeiro de Outras Fonte 15.000,00

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 20 de Novembro de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 121/2014

DECRETO Nº 121/2014

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superavit Financeiro no Orçamento programa de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001451/13 de 17 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 30.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.364.0004.2.009-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 10.000,00

04.01.12.361.0004.2.007-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 10.000,00

04.01.12.362.0004.2.008-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 10.000,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair Superávit Financeiro de Outras Fonte 30.000,00

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 20 de Novembro de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 122/2014

DECRETO Nº 122/2014

Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento programa de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001451/13 de 17 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 30.000,00 para a(s) Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 1.200,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 -SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 -SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.06.181.0006.2.017-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 1.200,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair excesso de arrecadação 1.200,00

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 20 de Novembro de 2014.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

AVISO DE ERRATA LICITAÇÃO Nº 101/2014; TOMADA DE PREÇO Nº. 11/2014

AVISO DE ERRATA
TOMADA DE PREÇO Nº 11/2014

A Prefeitura Municipal de Antônio Carlos torna pública a errata, comunicando que, no aviso de licitação nº. 101/2014; modalidade Tomada de Preço nº. 11/2014, publicado no DOM no dia 20/11/2014, edição nº 1619:

Onde se lê:

Objeto: ..."Rua Pedro Leonardo Schmitz, com a extensão de 192,00 metros, na localidade Egito do município de Antônio Carlos/SC".

Leia-se:

Objeto: ..."Rua Pedro Leonardo Schmitz, com a extensão de 192,154 metros, na localidade Egito do município de Antônio Carlos/SC".

Antônio Carlos, 20 de novembro de 2014.
Presidente da Comissão de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 104/2014 AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 104/2014; Modalidade: Pregão Presencial nº. 65/2014; Tipo: Menor Preço Global; Objeto: contratação de empresa para pintura, instalação e manutenção da sinalização viária das ruas do município de Antônio Carlos/SC, com fornecimento de material e mão de obra especializada seguindo as normas técnicas específicas e legislação viária (DNIT). Entrega dos envelopes e abertura: 04 de dezembro de 2014 às 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 às 17:00 horas, fone (48)3272-8617, pelo email licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 20 de novembro de 2014.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Arroio Trinta

PREFEITURA

PROCESSO SELETIVO Nº 0002/2014

EDITAL PROCESSO SELETIVO Nº 002, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014.

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA A REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO - CADASTRO DE RESERVA, PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NAS MAIS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a Lei Municipal nº 1713/2014, que trata de Contratação em Caráter Temporário, resolve baixar normas para realização do Processo Seletivo - Cadastro de Reserva, para contratação de pessoal em caráter temporário, para atendimento de substituições que venham ocorrer, na Administração Municipal, na conformidade deste Edital, regendo-se pelas seguintes cláusulas e condições:

1. DAS INSCRIÇÕES:

1.1. Ficam abertas as inscrições para a possível contratação temporária de:

Cargos	Total Vagas	Jornada Semanal	Vencimento	Requisitos Ocupação	Regime de Trabalho	Taxa Inscrição
Professor	02	20h	R\$ 924,48	Magistério	Contrato Temporário	R\$ 40,00
Professor de Língua Inglesa	01	10h	R\$ 462,24	Habilidade na Área	Contrato Temporário	R\$ 40,00
Professor de Música	01	30h	R\$ 1.386,72	Habilidade na Área e/ou Experiência	Contrato Temporário	R\$ 40,00
Auxiliar de Serviços Gerais	01	40h	R\$ 800,00	Ensino Fundamental Incompleto	Contrato Temporário	R\$ 20,00
Agente Comunitário de Saúde *	01	40h	R\$ 724,00	Ensino Fundamental Completo e Residência comprovada no Município de Arroio Trinta.	Emprego Público	R\$ 30,00

Obs: * Substituição de contratada que se encontra em Licença Tratamento de Saúde.

1.2. As contratações ocorrerão apenas quando surgir necessidade temporária e de excepcional interesse público, tais como:

I - para atender necessidades temporárias na área da saúde e Educação;

II - para atender termos de convênio, acordo com ajustes celebrados com outros entes públicos, para execução de obras ou prestação de serviços;

III - para substituição de servidor efetivo em caso de afastamento por doença ou férias regulamentares e cuja atividade ou serviço é de excepcional interesse público;

IV - para execução de programas de trabalho instituídos por decreto do Prefeito Municipal, para atender necessidades conjunturais que demandam a atuação imediata da Prefeitura e para os quais não justifica a realização de concurso público para estabilizar servidor;

V - para ocupar cargo vago, não preenchido em concurso público realizado há menos de 02 (dois) anos, até a realização de novo concurso para preenchimento da vaga.

1.3. As inscrições serão realizadas no Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, situado na Rua XV de Novembro, 26 - centro, Município de Arroio Trinta.

1.3.1. A inscrição poderá ser efetuada através de procuração com firma reconhecida.

1.4. O período de inscrição será de 21 de novembro de 2014 a 08 de dezembro de 2014, no horário compreendido das 08h30min as 11h30min e das 13h30min as 16h30min.

1.5. A relação dos inscritos considerados aptos a prestarem prova escrita será tornado público dia 09 de dezembro de 2014, no site: <http://www.arroiotrinta.sc.gov.br>.

1.6. Este Processo Seletivo reserva o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas existentes e das que vierem a surgir ou forem criadas no prazo de validade desta seleção.

2. DA DOCUMENTAÇÃO PARA INSCRIÇÃO

2.1. A inscrição far-se-á mediante:

I. cópia da carteira de identidade;

II. cópia do CPF;

III. Comprovante Pagamento da Taxa de Inscrição. (Deverá ser depositada no Banco do Brasil, Agência nº 5322-8, Conta Corrente nº 0016-7).

2.2. A cópia dos documentos relacionados no item 2.1, deverá ser acompanhada de seus respectivos documentos originais, que após conferência serão devolvidos de imediato.

3. DAS PROVAS:

3.1. Todos os candidatos inscritos no presente processo seletivo farão prova escrita (tipo múltipla escolha) com 25 questões, de acordo com os conteúdos constantes no anexo I do presente Edital.

I. As provas do Processo Seletivo terão 25 (vinte e cinco) questões e serão na modalidade de escrita/objetiva.

II. A prova escrita/objetiva será aplicada a todos os candidatos e contarão com questões de Português, Informática, Conhecimentos Gerais e Conhecimentos Específicos. A prova de nível primário terá questões de Português e Conhecimentos Gerais. A prova do Agente Comunitário de Saúde terá questões de Português, Conhecimentos Gerais e Conhecimentos Específicos.

III. A prova escrita/objetiva para os cargos, e de acordo com o programa constante deste Edital, terá a duração de 02 (duas) horas e será composta de 25 (vinte e cinco) questões objetivas de múltipla escolha, subdividida em 4 (quatro) alternativas: A), B), C), D); dessas alternativas, somente UMA deverá ser assinalada.

IV. À prova escrita/objetiva será atribuída pontuação de 0 (zero) a 10 (dez), sendo que cada questão correta corresponderá a 0,40 (zero vírgula quarenta) pontos.

V. As questões da prova escrita/objetiva serão anotadas em cartão específico para respostas, fornecido para o candidato quando da realização da referida prova. Os candidatos deverão utilizar apenas caneta esferográfica nas cores azul ou preta.

VI. O candidato deverá apor no CARTÃO-RESPOSTA as suas respostas por questão, marcando a alternativa correta com um "X".

VII. Será atribuída pontuação 0 (zero) à questão da prova escrita/objetiva:

a) cuja(s) resposta(s) no cartão-resposta não corresponda(m) ao Gabarito Oficial do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta (SC);

b) quando a(s) resposta(s) no cartão-resposta contenha(m) emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);

c) que contenha(m) mais de uma opção de resposta assinalada ao cartão-resposta;

d) que não estiver(em) assinalada(s) no cartão-resposta;

e) cuja(s) resposta(s) for(em) preenchida(s) fora das especificações do cartão-resposta, ou seja, preenchida(s) com caneta não esferográfica ou com caneta esferográfica de cor diferente de azul ou preta, ou ainda, com marcação diferente da indicada;

f) o candidato deverá colocar seu nome no cartão-resposta.

3.2. As provas escritas serão realizadas no seguinte local e horário:

I - data: 13 de Dezembro de 2014.

II - local: Escola Municipal Professora Jacy Falchetti - sito a Rua do Comércio - centro - Próximo a Igreja Matriz - Município de Arroio Trinta/SC

III - Horário: início 09h e término 11h00min.

3.3. O candidato deverá apresentar-se no local da prova, portando original de sua cédula oficial de identidade e comprovante de inscrição.

3.4. Os candidatos deverão comparecer ao local da prova com a antecedência mínima de 15 (quinze) minutos, relativamente ao horário fixado para o início de sua realização.

3.5. Não será admitido, em local de realização da prova, o candidato que se apresentar após o horário fixado para o seu início.

3.6. Na realização da prova, local e transcurso desta, não será permitida a comunicação entre candidatos, nem estes a pessoas estranhas ao certame.

3.7. Não será admitida consulta qualquer, nem a utilização de qualquer meio, máquina ou aparelho, que sirva de armazenamento de dados, à gravação, à recepção ou à transmissão de mensagens, como os telefones celulares, as agendas eletrônicas, máquinas calculadoras e similares.

3.8. A Comissão de Seleção, sob as penas da lei, zelar pelo sigilo e pela inviolabilidade desta.

3.9. O gabarito da prova será publicado e divulgado logo após o término da Prova objetiva, no site: <http://www.arroiotrinta.sc.gov.br>.

4. DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

4.1. Serão considerados aprovados e classificados, pela ordem decrescente, os candidatos que obtiverem a maior pontuação.

4.2. Em caso de empate entre os candidatos deverão ser aplicados os seguintes critérios:

- I - Formação educacional, dando-se preferência àquele que possuir grau de instrução mais elevada;
- II - Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos, quando houver.
- III - Maior idade.

4.3. Apresentada à lista dos aprovados, o Chefe do Poder Executivo homologará o resultado final que será divulgado e publicado no site <http://www.arroiotrinta.sc.gov.br>, no dia 22 de dezembro de 2014.

4.4. A ausência do candidato à hora designada para prova, ou a infringência às exigências constantes deste Edital para participação das provas, importará a sua eliminação na seleção.

4.5. Todos os papéis referentes à prova, bem como os documentos dos candidatos classificados e aprovados, e as avaliações, ficarão arquivados na sede administrativa do Município de Arroio Trinta - SC, à guarda do Departamento de Pessoal.

4.7. A prova terá caráter eliminatório.

4.8. A pontuação mínima para o candidato ser aprovado deve ser superior a 0 (zero)

5. DOS RECURSOS E REQUERIMENTOS

5.1. Cabe recurso para as seguintes fases do certame:

- a) da homologação das inscrições: o candidato poderá apresentar recurso no prazo de 1 (um) dia útil, contado da data de publicação da homologação das inscrições na internet, através do sítio <http://www.arroiotrinta.sc.gov.br>.
- b) das questões da prova objetiva: no dia da realização da prova e/ou no prazo de 1 (um) dia útil, contado do 1º dia útil após a prova, utilizando um formulário para cada questão.
- c) do gabarito: prazo de 1 (um) dia útil, contado da data de publicação do documento na internet, através do sítio <http://www.arroiotrinta.sc.gov.br>.
- d) do resultado (nota) da prova objetiva: prazo de 1 (um) dia útil, contado da data de publicação do documento na internet, através do sítio <http://www.arroiotrinta.sc.gov.br>.
- e) do resultado final e classificação: prazo de 1 (um) dia útil, contado da data de publicação do documento na internet, através do sítio <http://www.arroiotrinta.sc.gov.br>.

5.2. Para interposição de recursos o candidato deverá utilizar o modelo constante no Anexo II deste Edital e deverá protocolá-lo junto a Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, situada na Rua XV de Novembro, 26 - centro, Município de Arroio Trinta.

5.2.1. O(s) recurso(s) será (ão) endereçado(s) à Comissão do Processo Seletivo.

5.3. Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito no edital.

5.4. Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes, que apontarem as circunstâncias e as razões que os justifiquem e interpostos dentro do prazo estabelecido conforme item 10, deste edital.

5.5. Se houver alteração do gabarito, por força de impugnações ou recursos considerados procedentes, o gabarito do referido cargo será corrigido de acordo com as alterações efetuadas e publicado novamente.

5.6. Não serão aceitas sobreposições de recursos apresentados pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independente de vigência de prazo.

5.7. Se do julgamento dos recursos resultar em alteração do resultado final e respectiva classificação, será publicado novo documento de resultado final.

6. DAS VAGAS:

6.1. As vagas serão preenchidas conforme a necessidade da Administração Municipal.

6.2. O preenchimento das vagas obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados.

6.3. Homologado o resultado final do Processo Seletivo e autorizada a contratação pelo Prefeito Municipal, serão convocados os primeiros colocados, os mesmos deverão comprovar o atendimento das seguintes condições:

- a) ser brasileiro nato ou naturalizado ;
- b) ter no mínimo dezoito anos de idade completos, até a data da contratação;
- c) estar em dia com as obrigações eleitorais (apresentar comprovante que votou na última eleição, ou justificativa, ou certidão de quitação eleitoral (www.tre-sc.gov.br));
- d) quando do sexo masculino, haver cumprido com a obrigação para com o Serviço Militar;

6.4. Para a admissão, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Comprovante de escolaridade e/ou habilitação exigida para o cargo, com o competente registro no órgão fiscalizador do exercício profissional, se for o caso;
 - b) Prova de aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante atestado médico;
 - c) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
 - d) Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos ou Funções Públicas;
 - e) Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez, paga pelo INSS ou por qualquer outro órgão Previdenciário;
 - f) Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário - Cartório de Distribuição de Feitos Cíveis e Cartório de Distribuição de Feitos Criminais da Comarca de Videira;
 - g) Comprovante de regularidade com as obrigações eleitorais (última eleição/2014)
 - h) 01 (uma) foto 3x4;
- Cópias:
- i) CPF;
 - j) Identidade;
 - k) Título de Eleitor;
 - l) Certificado de Reservista, para candidatos do sexo masculino;
 - m) Certidão de Nascimento e Casamento;
 - n) Certidão de Nascimento dos Dependentes;
 - o) Carteira de Trabalho
 - p) Carteira de Habilitação, para o cargo de motorista;
 - q) Pis/Pasep;
 - r) Endereço;
- Nº de conta corrente;

7. DA REMUNERAÇÃO E DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO

7.1. A remuneração mensal para os cargos está definida no quadro de vagas, constante no item 1.1 deste edital.

7.2. A contratação, objeto deste edital, passa a ter início no ato da assinatura do respectivo Contrato e término previsto até que cesse o motivo que deu causa à contratação ou ainda com o preenchimento da vaga mediante realização de Concurso Público.

7.3. Poderá haver a prorrogação do contrato, objeto deste edital, pelo prazo de 01 (um) ano, desde que não cesse o motivo que deu causa à contratação ou ainda com o não preenchimento da vaga mediante realização de concurso público.

7.3.1. O prazo inicia-se com a data da homologação da classificação final.

8. DAS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS PELO SERVIDOR

8.1. Os serviços serão prestados de 2^{as} às 6^{as} feiras, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, ou de conformidade com o horário estabelecido pelo Chefe do Poder Executivo, ou conforme a necessidade da Administração Municipal.

9. DA COMISSÃO DE SELEÇÃO

9.1. A Comissão de Seleção será formada por 03 (três) servidores do quadro de pessoal, nomeada pelo Chefe do Executivo Municipal, a qual incumbe à organização e aplicação da prova e emitir julgamento mediante atribuições de notas, conforme item 3 e 4 deste Edital.

9.2. A Comissão poderá contar com a colaboração de bancas suplementares.

9.3. O Chefe do Executivo nomeará o Presidente e o Secretário da Comissão.

10. DO CRONOGRAMA

CRONOGRAMA	DATA
Publicação do Edital	24/11/2014
Recebimento das inscrições	21/11/2014 a 08/12/2014
Resultado da homologação das inscrições	09/12/2014
Prazo recursos da homologação das inscrições	10/12/2014
Divulgação do resultado dos recursos da homologação das inscrições	11/12/2014
Prova Objetiva	13/12/2014
Prazo de recursos das questões da prova objetiva	16/12/2014
Divulgação do gabarito	16/12/2014
Prazo de recursos do gabarito	17/12/2014
Divulgação Preliminar do resultado (nota) da prova objetiva	18/12/2014
Prazo de recurso das notas da prova objetiva	19/12/2014
Divulgação do resultado final e classificação	22/12/2014

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

11.1. O candidato, se aposentado em outro cargo ou emprego público, deverá, antes de tomar posse, renunciar aos respectivos proventos, respeitada as hipóteses do inciso XVI, do art. 37 da Constituição Federal, mais o § 6º, do artigo 40.

11.2. Eventuais candidatos em licenças médicas, concedidas pelo INSS, pelo princípio de que se encontram impossibilitados de trabalhar, na vigência da referida licença, ficam impossibilitados de tomar posse.

11.3. O candidato que apresentar declaração ou documentos falsos terá sua inscrição cancelada e anulada todos os atos dela decorrentes, bem como estará sujeito à responsabilização.

11.4. Valerá a inscrição para todo e qualquer efeito como forma expressa de aceitação, por parte do candidato, de todas as normas constantes deste edital.

11.5. A chamada dos candidatos aprovados será feita, obedecida a ordem de classificação, mediante a necessidade da Administração Municipal, quando da existência de vaga a ser preenchida para o cargo pretendido.

11.6. Para inscrever-se, o candidato terá ficha (modelo próprio), preenchida no local da inscrição.

11.7. Preenchida a ficha, o candidato deverá revisá-la, ficando após a assinatura inteiramente responsável pelas informações nela contidas, recebendo nesta oportunidade protocolo, o qual deverá ser apresentado por ocasião da realização das provas.

11.8. A execução do contrato de trabalho será de conformidade com a Lei Municipal.

11.9. O Processo Seletivo terá validade de no máximo 01 (um) ano, a contar da data da homologação da classificação final, podendo ser prorrogado uma única vez pelo mesmo período.

11.10. O Processo Seletivo originado por este Edital será realizado sob a responsabilidade da AMARP - Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe, localizada na Rua Manoel Roque, 99, Município de Videira - SC.

11.11. Os casos omissos neste edital serão resolvidos pela Comissão de Processo seletivo, em conjunto com o Departamento de Pessoal.

Arroio Trinta - SC, 21 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

ANEXO I - CONTEÚDO DAS PROVAS CARGOS: PROFESSORES

Português	Interpretação de texto. CAMPO DA SINTAXE: Oração, termos da oração, orações coordenadas e subordinadas, concordância e regência. CAMPO DA CRASE E PONTUAÇÃO: Crase, pontuação, verbos, nova ortografia. Separação de Sílabas. Fone-mas. Homônimos e Parônimos, Uso dos porquês.
Informática	Noções básicas de informática
Conhecimentos Gerais	- Conhecimentos gerais do Município nos aspectos: territorial, geográfico, histórico, político administrativo, de acordo com o guia da FECAM e lei orgânica do município.
Conhecimentos Específicos	Lei do FUNDEB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Constituição Federal – Capítulo da Educação, Educação Infantil e Series Iniciais. Específico de Música. Específico de Inglês.

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Português	Interpretação de texto. E Gramática Básica.
Conhecimentos Gerais	- Conhecimentos gerais do Município nos aspectos: territorial, geográfico, histórico, político administrativo, de acordo com o guia da FECAM e lei orgânica do município.
Conhecimentos Específicos	Constituição Federal Artigos 196 a 199 ADCT art. 77. Siglas dos Programas de Saúde do Governo Federal. Atenção Básica. Vigilâncias. Blocos de Financiamento dos Programas de Saúde. Dados do Ministério da Saúde. Dados da Secretaria de Estado da Saúde. Dados da Secretaria Municipal de Saúde. Operacionalização do Programa Saúde da Família - PSF e do Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS. Conhecimento Básico da Profissão de Agente Comunitário de Saúde.

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Português	Interpretação de texto. E Gramática Básica.
Conhecimentos Gerais	- Conhecimentos gerais do Município nos aspectos: territorial, geográfico, histórico, político administrativo, de acordo com o guia da FECAM e lei orgânica do município.

**ANEXO II
FORMULÁRIO PARA INTERPOR RECURSO**

Para
COMISSÃO PROCESSO SELETIVO

Eu _____ RG nº _____
_____, CPF nº _____
, inscrito (a) no Processo Seletivo do Município de Arroio Trinta (SC), Edital nº 002/2014, inscrição nº _____ para o cargo de _____ venho requerer _____
_____, pelos motivos abaixo: _____

Arroio Trinta (SC) _____

Assinatura Candidato (a)

FICHA DE INSCRIÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nr 002/2014		FOTO
Número da Inscrição:		
Cargo:		
Nome do(a) Candidato(a):		
Identidade:	Data de Nascimento: / /	Sexo: M () F ()
CPF:	Estado Civil:	
Endereço:		Bairro:
Município:	Estado:	Fone: ()

Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Processo Seletivo, responsabilizando-me pelas informações aqui prestadas.

Local e Data:

Assinatura do Candidato:

Via Prefeitura

.....
.....
.....

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nr 002/2014		FOTO
Número da Inscrição:		
Cargo :		
Nome do(a) Candidato(a):		
Obrigatório apresentação deste, juntamente com a carteira de identidade no local da prova. Levar caneta (Preta ou Azul) e chegar com pelo menos 30 minutos de antecedência.		
Local e Data:		Assinatura do Responsável:

Via Candidato.**PREGÃO PRESENCIAL Nº 0035/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0035 /2014.

Tipo: Menor Preço Unitário.

Objeto: AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO NOVO EQUIPADO COM CAÇAMBA BASCULANTE PARA O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 805711/2014/MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, REPRESENTADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, PROCESSO Nº 2623.1019449-83/2014, PROPOSTA SICONV Nº 028728/2014.

Valor máximo R\$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais).

Origem dos recursos:

Recursos da União, valor de R\$ 146.250,00 (cento e quarenta e seis mil, duzentos e cinquenta reais).

Recursos Contrapartida, valor de R\$ 48.750,00 (quarenta e oito mil, setecentos e cinquenta reais).

Valor Total R\$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais).

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes (Credenciamento): Até às 09h:00 do dia 09/12/2014.

Abertura dos Envelopes: Às 09h:30m do dia 09/12/2014.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido através do e-mail: compras@arroio30.com.br.

Informações e esclarecimentos junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua XV de Novembro, 26, de Segunda a Sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta-SC, 20 de novembro de 2014.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Atalanta

PREFEITURA

PROJETO DE LEI Nº. 1396/2014

PROJETO DE LEI Nº. 1396/2014

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE ATALANTA PARA O EXERCÍCIO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

TARCÍSIO POLASTRI, Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Atalanta para o exercício de 2015 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$. 14.100.000,00 (quatorze milhões e cem mil reais).

DOS ORÇAMENTOS DA UNIDADE GESTORA, PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL

Art. 2º - O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$. 13.277.000,00 (treze milhões duzentos e setenta e sete mil reais), a Receita do Fundo Municipal de Saúde em R\$. 670.000,00 (seiscentos e setenta mil reais), a Receita do Fundo Municipal de Assistência Social em R\$. 153.000,00 (cento e cinquenta e três mil reais) e fixa a Despesa da Prefeitura em R\$. 10.201.000,00 (dez milhões duzentos e um mil reais), fixa a Despesa para a Câmara Municipal em R\$. 760.000,00 (setecentos e sessenta mil reais), fixa a Despesa para o Fundo Municipal de Saúde em R\$. 2.630.000,00 (dois milhões seiscentos e trinta mil reais) e fixa a Despesa para o Fundo Municipal de Assistência Social em R\$. 509.000,00 (quinhentos e nove mil reais).

§ 1º- A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES	R\$. 13.198.000,00
1.1 Receita Tributária	R\$. 499.699,00
- 1.1.1 - Prefeitura	R\$. 499.699,00
1.2 Receita de Contribuições	R\$. 30.000,00
- 1.2.1 - Prefeitura	R\$. 30.000,00
1.3 Receita Patrimonial	R\$. 50.000,00
- 1.3.1 - Prefeitura	R\$. 48.000,00
- 1.3.2 - Fundo Municipal de Saúde	R\$. 2.000,00
1.4 Receita Agropecuária	R\$. 20.000,00
- 1.4.1 - Prefeitura	R\$. 20.000,00
1.5 Receita de Serviços	R\$. 74.001,00
- 1.5.1 - Prefeitura	R\$. 74.001,00
1.6 Transferências Correntes	R\$. 12.475.700,00
- 1.6.1 - Prefeitura	R\$. 11.664.700,00
- 1.6.2 - Fundo Municipal de Saúde	R\$. 658.000,00
- 1.6.3 - Fundo Municipal de Assistência Social	R\$. 153.000,00
1.7 Outras Receitas Correntes	R\$. 48.600,00
- 1.7.1 - Prefeitura	R\$. 48.600,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	R\$. 902.000,00
2.1 Alienação de Bens	R\$. 40.000,00
- 2.1.1 - Prefeitura	R\$. 30.000,00
- 2.1.2 - Fundo Municipal de Saúde	R\$. 10.000,00
2.2 Transferências de Capital	R\$. 862.000,00

- 2.2.1 - Prefeitura	R\$.862.000,00
TOTAL	14.100.000,00

§ 2º. - A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

01 - Câmara Municipal	R\$. 760.000,00
02 - Gabinete do Prefeito e Vice	R\$. 375.000,00
03 - Secretaria da Administração e Finanças	R\$. 2.241.000,00
04 - Secretaria da Agricultura e Dês. Econômico	R\$. 964.025,00
05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esporte	R\$. 4.457.975,00
06 - Secretaria de Transportes e Obras	R\$. 1.634.000,00
07 - Fundo Municipal da Assistência Social	R\$. 509.000,00
08 - Secretaria do Turismo e Meio Ambiente	R\$. 419.000,00
09 - Fundo Municipal de Saúde	R\$. 2.630.000,00
10 - Fundo Municipal da Infância e Adolescência	R\$. 10.000,00
99 - Reserva de Contingência	R\$. 100.000,00
TOTAL GERAL	R\$. 14.100.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa	R\$. 760.000,00
04 - Administração	R\$. 2.061.000,00
06 - Segurança Pública	R\$. 20.000,00
08 - Assistência Social	R\$. 579.000,00
10 - Saúde	R\$. 2.630.000,00
12 - Educação	R\$. 4.137.975,00
13 - Cultura	R\$. 59.000,00
15 - Urbanismo	R\$. 587.000,00
16 - Habitação	R\$. 55.000,00
18 - Gestão Ambiental	R\$. 57.000,00
20 - Agricultura	R\$. 922.025,00
23 - Comércio e Serviços	R\$. 384.000,00
26 - Transportes	R\$. 992.000,00
27 - Desporto e Lazer	R\$. 261.000,00
28 - Encargos Especiais	R\$. 495.000,00
99 - Reserva de Contingência	R\$. 100.000,00
SOMA	R\$. 14.100.000,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR SUBFUNÇÕES

031 - Ação Legislativa	R\$. 760.000,00
122 - Administração Geral	R\$. 1.620.000,00
123 - Administração Financeira	R\$. 916.000,00
125 - Normatização e Fiscalização	R\$. 20.000,00
182 - Defesa Civil	R\$. 20.000,00
241 - Assistência ao Idoso	R\$. 43.000,00
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	R\$. 195.000,00
244 - Assistência Comunitária	R\$. 341.000,00
301 - Atenção Básica	R\$. 2.493.000,00
304 - Vigilância Sanitária	R\$. 90.000,00
305 - Vigilância Epidemiológica	R\$. 47.000,00
361 - Ensino Fundamental	R\$. 2.292.000,00
362 - Ensino Médio	R\$. 75.000,00
364 - Ensino Superior	R\$. 80.000,00
365 - Educação Infantil	R\$. 1.542.000,00
366 - Educação de Jovens e Adultos	R\$. 63.975,00
367 - Educação Especial	R\$. 85.000,00
392 - Difusão Cultural	R\$. 59.000,00
451 - Infra-Estrutura Urbana	R\$. 390.000,00
452 - Serviços Urbanos	R\$. 197.000,00
482 - Habitação Urbana	R\$. 55.000,00
541 - Preservação e Conservação Ambiental	R\$. 57.000,00
606 - Extensão Rural	R\$. 922.025,00
691 - Promoção Comercial	R\$. 22.000,00

695 - Turismo R\$. 362.000,00
 782 - Transporte Rodoviário R\$. 992.000,00
 812 - Desporto Comunitário R\$. 261.000,00
 999 - Reserva de Contingência R\$. 100.000,00
 SOMA. R\$. 14.100.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

0001 - Processo Legislativo R\$. 760.000,00
 0004 - Gestão Administrativa Superior R\$. 375.000,00
 0007 - Administração Geral R\$. 755.000,00
 0008 - Centro Administrativo R\$. 400.000,00
 0010 - Fortalecimento ao Municipalismo R\$. 110.000,00
 0013 - Administração Financeira R\$. 396.000,00
 0016 - Encargos Especiais R\$. 495.000,00
 0019 - Despesas de Exercícios Anteriores R\$. 25.000,00
 0022 - Reserva de Contingência R\$. 100.000,00
 0025 - Desenv. Econômico - Pequeno Prod. Assistido... R\$. 673.000,00
 0028 - Desenv. Econ. Indústria, Comércio e Serv R\$. 22.000,00
 0031 - Patrulha Mecanizada R\$. 139.025,00
 0034 - Promoções e Eventos R\$. 240.000,00
 0037 - Incentivo da Prod. Agrícola e Pecuária R\$. 30.000,00
 0039 - Defesa Civil R\$. 20.000,00
 0040 - Educação para Todos - Ens. Fundamental .. R\$. 1.285.000,00
 0043 - Educação para Todos - Educação Infantil R\$. 1.445.000,00
 0046 - Educação para Todos - Qual. Profissional R\$. 60.000,00
 0049 - Educação para Todos - Assist. ao Educando R\$. 1.284.000,00
 0052 - Educação para Todos - Jovens e Adultos R\$. 63.975,00
 0055 - Educação para Todos - Eventos e Comp. Cult.... R\$. 59.000,00
 0058 - Educação para Todos - Esporte é Vida R\$. 261.000,00
 0061 - Transportes e Estradas Vicinais R\$. 992.000,00
 0064 - Urbanismo R\$. 642.000,00
 0067 - Atenção ao Idoso R\$. 18.000,00
 0070 - Proteção Social Especial R\$. 61.000,00
 0073 - Gestão R\$. 279.000,00
 0076 - Proteção Social Básica R\$. 151.000,00
 0079 - Atenção a Criança e ao Adolescente R\$. 70.000,00
 0082 - Atalanta Turística R\$. 202.000,00
 0085 - Gestão Ambiental R\$. 57.000,00
 0088 - Saúde Para Todos R\$. 2.323.000,00
 0091 - Farmácia Básica R\$. 170.000,00
 0097 - Vigilância Sanitária R\$. 90.000,00
 0100 - Vigilância Epidemiológica R\$. 47.000,00
 SOMA. R\$. 14.100.000,00

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES R\$. 12.125.500,00
 3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais R\$. 5.850.025,00
 3.2.00.00 - Juros e Encargos da Dívida R\$. 25.000,00
 3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes R\$. 6.250.475,00
 DESPESAS DE CAPITAL R\$. 1.874.500,00
 4.4.00.00 - Investimentos R\$. 1.634.500,00
 4.6.00.00 - Amortização da Dívida R\$. 240.000,00
 9.9.99.99 - Reserva de Contingência R\$. 100.000,00
 SOMA... R\$. 14.100.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 3º. - O Orçamento do Fundo Municipal da Saúde para o exercício de 2015, fixa a Despesa em R\$. 2.630.000,00 (dois milhões seiscentos e trinta mil reais).

§ 1º. - As Despesas fixadas no valor de R\$. 1.960.000,00 (um milhão e novecentos e sessenta mil reais) terão como contrapartida Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, e as receitas de

Transferências, Convênios de Outras Esferas de Governo e Receitas Diversas, na forma da legislação em vigor, será realizada pela Unidade Gestora no valor de R\$. 670.000,00 (seiscentos e setenta mil reais).

§ 2º. - A Despesa será realizada, conforme detalhamento abaixo, obedecendo à classificação por Programa e segundo a Natureza:

I - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

0088 - Saúde para Todos R\$. 2.323.000,00
 0091 - Farmácia Básica R\$. 170.000,00
 0097 - Vigilância Sanitária R\$. 90.000,00
 0100 - Vigilância Epidemiológica R\$. 47.000,00
 SOMA. R\$. 2.630.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES R\$. 2.505.000,00
 3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais R\$. 1.382.000,00
 3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes R\$. 1.123.000,00
 DESPESAS DE CAPITAL R\$. 125.000,00
 4.4.00.00 - Investimentos R\$. 125.000,00
 SOMA... R\$. 2.630.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 4º. - O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social para o exercício de 2015, fixa a Despesa em R\$. 509.000,00 (quinhentos e nove mil reais).

§ 1º. - As Despesas fixadas no valor de R\$. 356.000,00 (trezentos e cinquenta e seis mil reais) terão como contrapartida Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, e as receitas de Transferências, Convênios de Outras Esferas de Governo e Receitas Diversas, na forma da legislação em vigor, será realizada pela Unidade Gestora no valor de R\$. 153.000,00 (cento e cinquenta e três mil reais).

§ 2º. - A Despesa será realizada, conforme detalhamento abaixo, obedecendo à classificação por Programa e segundo a Natureza:

I - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

0067 - Atenção ao Idoso R\$. 18.000,00
 0070 - Proteção Social Especial R\$. 61.000,00
 0073 - Gestão R\$. 279.000,00
 0076 - Proteção Social Básica R\$. 151.000,00
 SOMA. R\$. 509.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES R\$. 406.000,00
 3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais R\$. 210.000,00
 3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes R\$. 256.000,00
 DESPESAS DE CAPITAL R\$. 43.000,00
 4.4.00.00 - Investimentos R\$. 43.000,00
 SOMA... R\$. 509.000,00

DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 5º. - O Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores para o exercício de 2015, fixa a Despesa em R\$. 760.000,00 (setecentos e sessenta mil reais).

§ 1º. - A despesa fixada para Câmara Municipal, terá como contrapartida as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, no valor de R\$. 760.000,00 (setecentos e sessenta mil reais).

§ 2º. - A Despesa será realizada, conforme detalhamento abaixo, obedecendo à classificação por Função e segundo a Natureza:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa R\$. 760.000,00
 SOMA. R\$. 760.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES R\$. 710.000,00
 3.1.00.00 - Pessoal e Encargos SociaisR\$. 328.000,00
 3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes ..R\$. 382.000,00
 DESPESAS DE CAPITAL R\$. 50.000,00
 4.4.00.00 - Investimentos R\$. 50.000,00
 SOMA.. R\$. 760.000,00

Art. 6º. - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

I - Passivos Contingentes R\$. 10.000,00
 II- Intempéries R\$. 40.000,00
 III - Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos.... R\$. 50.000,00
 TOTAL R\$. 100.000,00

§ 1º. - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante autorização legislativa, observado o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º. - Para efeito desta lei, entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º. - Não se efetivando até o dia 10/12/2015 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes (intempéries) previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante autorização legislativa, para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no § 2º. deste artigo, desde que o Orçamento para 2015 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 7º. - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar, por Decreto, recursos de um grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação para outro, dentro do mesmo órgão/unidade orçamentária ou de um para o outro.

Parágrafo Único - Os recursos do Fundo de Reserva de Contingência poderão ser remanejados pelo Executivo Municipal, através de Projeto de Lei, para suplementação de dotações orçamentárias que apresentarem insuficiência de saldo durante o exercício.

Art. 8º. - O Executivo está autorizado, mediante autorização legislativa, nos termos do Artigo 7º., da Lei Federal nº. 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 10% (dez por cento) da Receita Total do Município, utilizando como fontes de recursos:

- I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, apurado em cada fonte de distinção de recurso;
- II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;
- III - superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único - Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 9º. - As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 10. - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais, mediante autorização legislativa.

Art.11. - Durante o exercício de 2015, o Executivo Municipal, com autorização legislativa, poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 12. - Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal, mediante autorização legislativa, poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 13. - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os Governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta e com outras entidades se for de necessidade ou interesse do poder público municipal.

Parágrafo Único - Os convênios com valor acima de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) serão considerados mediante autorização em lei específica.

Art. 14. - O Detalhamento das Destinações de Recursos para o exercício de 2015 estão discriminadas no Anexo I, que é parte integrante desta Lei.

Art. 15. - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2015, a partir de 1º. de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta, 20 de outubro de 2014.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

Barra Velha

PREFEITURA

PP 007/2014 FMAS

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 010/2014 - FMAS - Pregão Presencial
nº 007/2014-FMAS

A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Lote, aquisição de equipamentos eletrônicos, equipamentos de linha branca e móveis diversas Secretarias do município de Barra Velha, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 03/12/2014 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 03/12/2014 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração da Prefeitura de Barra Velha, no endereço acima citado, horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 20 de novembro de 2014.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

TP 012/2014 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Processo Administrativo nº 099/2014

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 0012/2014

O Prefeito de Barra Velha, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Torna Público que fará realizar Licitação na modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, tipo menor preço global, para pavimentação em lajota sextavada, incluindo drenagem do local, em estrita observância aos memoriais, planilhas e projetos anexos ao Processo. Cadastro na Prefeitura: até 12/12/2014. Data/horário recebimento envelopes: 12/12/2014 até 08:30 horas. Data/horário abertura envelopes: 17/09/2014 às 08:45 horas, nesta Prefeitura, na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração, no endereço supra, no horário das 8:00 às 12:00h e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 20 de novembro de 2014.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

CONCURSO 01

EDITAL Nº 001/2014 DE CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Abre inscrições e define normas para o concurso público destinado ao provimento de vagas de cargos efetivos do Quadro Único de Pessoal da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo, Santa Catarina e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar Concurso Público para provimento de vagas do quadro único de pessoal da administração direta do município de Bela Vista do Toldo, contratados sob o regime estatutário conforme Lei número 004/1997 e suas alterações, e que se regerá pelas normas estabelecidas neste edital e demais legislação vigente.

1.DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Concurso Público será realizado sob a responsabilidade do Instituto o Barriga Verde-IOBV, localizado na Avenida Luiz Bertoli, 233, centro, município de Taió, Estado de Santa Catarina, tel./ fax (47) 3562-1598, endereço eletrônico www.iobv.org.br, e-mail concursos@iobv.com.br, sob a supervisão da Comissão Municipal de Concurso Público, nomeada pelo Decreto Número 197/2014.

1.2 A realização do certame seguirá as datas e prazos previstos de acordo com o seguinte cronograma:

Evento	Data Provável
Inscrições exclusivamente pela internet (on-line) no período de:	20/11/14 a 19/12/14 às 12 horas
Pagamento da taxa de inscrição para todos os candidatos prazo final dia:	19/12/14
Vaga para Deficiente e condição especial para realizar a prova, prazo final para envio por sedex/ AR do requerimento.	19/12/14
Prova de títulos, prazo final para protocolo ou envio por sedex de certificado de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado) para pontuação de títulos dos cargos de nível superior.	19/12/14
Listagem dos inscritos: divulgação das inscrições deferidas e indeferidas de todos os candidatos.	07/01/2014
Recursos contra indeferimento das inscrições	08 e 09/01/15
Homologação das inscrições	13/01/15
Locais das Provas divulgação dos locais de provas	19/01/15
Divulgação da alocação dos candidatos por escola e por sala (ensalamento)	Entre 19 e 21/01/15
PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS	25/01/15
Gabarito Preliminar divulgação no site Instituto o Barriga Verde (www.iobv.org.br).	26/01/15
Recursos contra as questões e ao gabarito preliminar da prova objetiva escrita.	27 e 28/01/15
Gabarito Definitivo da prova objetiva divulgação no site do Instituto o Barriga Verde (www.iobv.org.br).	02/02/15
Classificação Preliminar	03/02/15
Recursos contra a classificação preliminar	04 e 05/02/15
Classificação Final	09/02/15
Homologação do resultado final	Após 09/02/15

1.3. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, de recursos, intempéries e por decisão da Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Concurso Público e da Comissão do Instituto o Barriga Verde, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

1.4. Os candidatos que enviarem a documentação via postal, por SEDEX AR, devem providenciar sua expedição com a devida antecedência para que o IOBV receba dentro do prazo estipulado no cronograma. Passada essa data a documentação não mais será processada. Devendo ser enviadas para o seguinte endereço:

INSTITUTO O BARRIGA VERDE

Ref.: Concurso Público Bela Vista do Toldo Edital 01/2014

Avenida Luiz Bertoli, 233 - Centro

CEP 89.190-000 - Taió - SC

1.5. O Edital do Concurso Público, os demais comunicados e avisos aos candidatos, a relação de inscritos, os gabaritos e provas, os julgamentos realizados, convocações e todos os demais atos do Concurso Público, serão publicados no site do Concurso Público na Internet: www.iobv.org.br.

1.6. O Edital do concurso público também será publicado no site da Prefeitura de Bela Vista do Toldo na Internet: <http://www.pmbv-tv.sc.gov.br> e no órgão oficial de imprensa (www.diariomunicipal.sc.gov.br), bem como afixado na sede da Prefeitura Municipal; sede da Câmara de Vereadores e sede dos entes da Administração Municipal Indireta; e ainda, publicado, na forma de extrato, em jornal de circulação local e estadual.

1.7. A nomeação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas deste certame, atenderá os dispositivos da RE/598.099//STF, de acordo com a necessidade da Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação, podendo ser convocados mais candidatos aprovados, se houver necessidade para o serviço público.

1.8. O prazo de validade do concurso é de 2 (dois) anos, contados da publicação do ato de homologação do resultado final do concurso, prorrogável uma vez, por igual período, a critério da Administração Municipal de Bela Vista do Toldo - SC.

2. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NOS CARGOS

2.1. São requisitos básicos para investidura nos cargos a que se refere o presente concurso:

- a) A nacionalidade brasileira;
- b) O gozo dos direitos políticos;
- c) A quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- d) O nível de escolaridade exigido;
- e) A idade mínima de dezoito anos;
- f) Condições de saúde física e mental compatíveis com o exercício do cargo ou função, de acordo com prévia inspeção médica oficial realizada na forma da lei.
- g) Idoneidade moral a ser comprovada mediante a apresentação de atestado de antecedentes emitido por órgão competente;
- h) Inexistência da incompatibilidade para o exercício de cargo público municipal;
- i) Ter sido aprovado no Concurso Público, na forma estabelecida neste Edital;
- j) Comprovar a formação exigida para o cargo e o registro profissional quando exigido.
- k) Outros requisitos justificados pelas atribuições do cargo ou estabelecidos em lei.

3. DOS CARGOS, FORMAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA, VENCIMENTO, CARGA HORÁRIA, E NÚMERO DE VAGAS.

3.1 A relação dos cargos com as exigências mínimas de formação, vencimento, carga horária, número de vagas, atribuições dos cargos e outras informações constam nos anexos I e II deste edital.

3.2. A escolaridade e requisitos exigidos, conforme anexo I e legislação em vigor, deverão ser comprovados quando da convocação do candidato para admissão.

4. DA INSCRIÇÃO

4.1. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do Concurso Público, tais como se acham estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

4.2. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente concurso público.

4.3. A participação no presente Concurso Público iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital.

4.4. A inscrição somente será efetuada via Internet, no endereço eletrônico www.iobv.org.br, no período estabelecido no cronograma de atividades capítulo I deste edital.

4.5. Para efetivar a sua inscrição o candidato deverá seguir os seguintes passos:

- a) Ler atentamente o edital verificando se atende a todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital;
- b) Acessar o endereço eletrônico www.iobv.org.br, em "concursos abertos" selecionar o município de BELA VISTA DO TOLDO Edital 01/2014 ADM;
- c) Preencher o Requerimento de Inscrição;
- d) Conferir atentamente os dados informados e enviá-lo pela Internet, imprimindo uma cópia que deve ficar em seu poder;
- e) Imprimir o boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição preferencialmente nas agências do BANCO DO BRASIL, até o dia do vencimento estabelecido no boleto.
- f) Manter o boleto que comprova o pagamento da taxa de inscrição em seu poder.

4.5.1 Para os candidatos que não possuem internet, haverá uma central de atendimento na Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo, localizada à Rua Estanislau Schumann, 839 -, com atendimento das 8h00min às 14h00min.

4.6 O valor da taxa de inscrição é de:

- a) Para cargos com exigência de curso superior: R\$ 100,00 (cem reais);
- b) Para cargos com exigência de curso de ensino médio: R\$ 70,00 (setenta reais);
- c) Para cargos com exigência de ensino fundamental e alfabetizado: R\$ 40,00 (quarenta reais);

4.7. O pagamento da taxa de inscrição só poderá ser feito mediante a utilização do boleto de pagamento disponível no endereço eletrônico www.iobv.org.br, impresso com o respectivo código de barras, até a data de vencimento constante no mesmo.

4.7.1 O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

4.8. No caso de extravio do boleto original, uma segunda via poderá ser obtida no mesmo endereço, na área restrita do candidato.

4.9. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

4.10. Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital acompanhando as publicações e suas possíveis alterações.

4.11 A inscrição só será aceita quando o Banco onde foi paga a taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento.

4.12 Após o pagamento do boleto bancário, em até cinco dias o candidato poderá conferir, no site do concurso, na área do candidato, se os dados da inscrição foram recebidos e se o valor da

inscrição foi pago, podendo imprimir seu comprovante definitivo de inscrição.

4.13. Da isenção da taxa de inscrição

4.13.1. Por falta de previsão legal municipal não haverá nenhuma forma de isenção de taxa de inscrição.

4.14 Demais disposições referente às inscrições

4.14.1 É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, via fax, via e-mail, ou por qualquer outra via não especificada neste edital.

4.14.2 As informações prestadas no preenchimento do Requerimento de Inscrição, são de inteira responsabilidade do candidato, podendo ser indeferida ou anulada a inscrição por seu preenchimento incompleto ou de forma indevida.

4.14.3 A Comissão Municipal de Concurso Público e o IOBV, a qualquer tempo, poderão anular a inscrição, as provas e admissão do candidato, se verificada falsidade em qualquer declaração ou documento exigido neste edital.

4.14.4 As mudanças de endereço e/ou dados cadastrais deverão ser alteradas, na área restrita do candidato, até a data de realização da prova.

4.14.5. O IOBV não se responsabilizará por solicitações de inscrição via Internet não efetivadas por falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação e outros fatores de ordem técnica que impossibilitar a transferência dos dados ou a impressão dos documentos relacionados.

4.14.6. O IOBV não se responsabilizará por boletos clonados por estelionatários, através de vírus no computador utilizado pelo candidato, devendo o candidato conferir o código de barras e se o boleto é da Banco do Brasil, cujo código de barras deve iniciar pelo número do banco ou seja 001.

4.14.7. Para evitar transtornos ao candidato aconselha-se que faça sua inscrição antecipadamente.

4.14.8 O candidato poderá participar deste edital com apenas uma inscrição, verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será considerada apenas a inscrição mais recente devidamente paga.

4.14.9 O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de cargo e/ou a devolução da importância recolhida uma vez que, o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação plena do Concurso Público.

4.14.10 A inscrição implica no conhecimento e aceitação das regras e condições estabelecidas neste edital, seus termos aditivos, convocações bem como avisos publicados no endereço eletrônico do concurso, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos, a acerca dos quais o candidato não poderá alegar desconhecimento, sendo sua responsabilidade manter-se informado, acompanhando as divulgações no site oficial www.iobv.org.br.

4.14.11 Será cancelada a inscrição do candidato que:

a) Efetuar o pagamento da taxa de inscrição com cheque sem a provisão de fundos, agendamentos não compensados ou com qualquer outra irregularidade;

b) Prestar declarações falsas, inexatas, adulterar qualquer documento informado ou apresentado ou que não satisfizer as condições estabelecidas neste Edital.

4.14.12. No caso de cancelamento da inscrição serão anulados todos os atos dela decorrentes, a qualquer tempo, mesmo que o candidato tenha sido classificado e que o fato seja constatado posteriormente.

4.14.13 Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente concurso público.

4.14.14 As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional o que poderá ser feito sem prévio aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site www.iobv.org.br e [\[do.Toldo.sc.gov.br\]\(http://do.Toldo.sc.gov.br\).](http://www.BelaVista</p></div><div data-bbox=)

4.15. Das condições especiais para realizar a prova

4.15.1 Os candidatos, inscritos que necessitem de atendimento especial para realização da prova (local de fácil acessibilidade, uso de aparelhos de audição ledor, prova com fonte ampliada e etc.), deverão assinalar esta opção no Requerimento de Inscrição e indicar o atendimento especial que desejar, devendo enviar tal solicitação através do anexo IV deste edital, via sedex AR para o endereço do Instituto o Barriga Verde, Avenida Luiz Bertoli, 233 - Centro - 89.190-000 - Taió - SC.

4.15.2 A candidata que necessitar amamentar deverá, além de requerer atendimento especial para realizar a prova, nos termos do item 4.15.1, deverá comparecer ao local do exame com a antecedência mínima de trinta minutos, acompanhada de pessoa maior de 18 anos que ficará responsável pela guarda da criança.

4.15.3. O menor e o responsável ficarão em sala especial e nos momentos de amamentação a candidata solicitará ao fiscal de sala que a conduza ao local, sendo que o tempo destinado à amamentação não será descontado do tempo de duração da prova.

4.15.4 O IOBV publicará, no endereço do concurso www.iobv.org.br, conforme cronograma, despacho das solicitações de atendimento especial deferidas e indeferidas.

5. DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

5.1 Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscreverem neste concurso público, desde que sua deficiência seja compatível com as atribuições a que pretende concorrer, sendo-lhes reservadas 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas, os quais integrarão lista de chamada especial.

5.2 Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Federal n.º 3.298/99 e as alterações constantes do artigo 7 do Decreto Federal 5.296/04.

5.3. O resultado final do Concurso será publicado em duas listas: lista geral e lista especial. A primeira trará a relação de todos os candidatos aprovados e classificados, inclusive das pessoas com deficiência.

5.3.1 Os cargos contemplados com vagas para deficientes, consta divulgado no anexo I deste edital;

5.3.1.1 Para os demais cargos não contemplados com vaga para deficientes, em função do número de vagas, não há previsão de imediato oferecimento de vaga às pessoas com deficiência. Nesses cargos, o primeiro candidato classificado no Concurso na lista especial dos candidatos inscritos para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, será nomeado para ocupar a 20ª (vigésima) vaga aberta. O segundo classificado no Concurso na listagem especial ocupará a 40ª (quadragésima) vaga aberta e assim sucessivamente, obedecida a ordem de classificação na listagem especial e o prazo de validade do concurso.

5.4. O candidato com deficiência concorrerá a todas as vagas oferecidas no cargo escolhido, utilizando-se da vaga reservada somente quando, tendo sido aprovado, não puder ser nomeado através de sua classificação na lista geral.

5.5 O candidato que se declarar pessoa com deficiência, participará do presente concurso público em igualdade de condições com os demais candidatos quanto ao conteúdo das provas; à avaliação e aos critérios de aprovação; ao horário e ao local de aplicação das provas; e nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

5.6 Para concorrer às vagas reservadas o candidato deve realizar sua inscrição pela Internet e nela declarar-se portador de deficiência em seguida providenciar e enviar a seguinte documentação:

a) Encaminhar laudo médico original, emitido nos últimos doze meses, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), bem como à provável causa da deficiência.

b) Encaminhar requerimento conforme anexo IV deste edital, devidamente preenchido e assinado, no qual poderá ser informada a condição especial que necessita para a realização da prova.

c) Cópia do comprovante de inscrição.

5.6.1 A documentação de que tratam as alíneas, deverá ser encaminhada via correios sedex/AR, ou protocolada pessoalmente na sede do Instituto o Barriga Verde, Avenida Luiz Bertoli, 233, Centro - 89190-00 - Taió - SC.

5.6.2 O fornecimento do laudo médico é de responsabilidade exclusiva do candidato e os documentos entregues não serão devolvidos, assim como não serão fornecidas cópias.

5.6.3 O atendimento às condições especiais solicitadas ficará sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido.

5.7 Os candidatos inscritos para as vagas reservadas aos portadores de deficiência que deixarem de atender, no prazo e condições determinados pelo Edital, em especial as relacionadas aos documentos comprobatórios de sua deficiência, terão sua inscrição como portador de deficiência invalidada e passarão a ser considerados como não portadores de deficiência.

5.8. Tendo sido aprovado no Concurso Público, os portadores de deficiência serão submetidos à Equipe Multiprofissional, designada com o objetivo de avaliar a compatibilidade entre as atribuições essenciais do cargo com a necessidade especial de que o candidato é portador, emitindo relatório que servirá de base para o laudo expedido pela Perícia Médica Oficial do município.

5.9 Tendo sido aprovados no Concurso Público os portadores de deficiência serão submetidos a Perícia Médica Oficial para comprovação da deficiência informada pelo candidato no ato de seu exame admissional e de sua compatibilidade com o exercício das atribuições do cargo.

5.10 Será eliminado da lista de candidatos que concorrem às vagas reservadas aos portadores de deficiência, o candidato cuja deficiência assinalada no ato da inscrição não seja constatada ou não seja compatível com o exercício das atribuições do cargo, passando a compor apenas a lista de classificação geral final.

5.11. O candidato que requerer vaga especial não está isento do pagamento da taxa de inscrição.

5.12. O candidato com deficiência participará deste concurso em igualdade de condições aos demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação e critérios de aprovação, horário, data, local de aplicação e nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

6. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

6.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão divulgadas preliminarmente no site deste concurso www.iobv.org.br, conforme cronograma deste edital.

6.2. Caso a inscrição do candidato não seja homologada, ou haja inexatidão relativas a grafia do seu nome, condição de pessoa com deficiência ou qualquer outra, caberá recurso nos termos do presente Edital.

6.2.1 Os casos de erro de grafia, data de nascimento ou outro dado pessoal, o próprio candidato deve entrar na área restrita do site, com seu CPF e senha cadastrados e fazer as devidas alterações.

6.3. Após prazo recursal as inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente na data constante do cronograma deste edital.

7. DAS ETAPAS DO CONCURSO PÚBLICO

7.1 O concurso público a que se refere o presente edital, se desenvolverá, em uma, duas ou três etapas de caráter eliminatório e/ou classificatório, conforme o cargo e conforme descrito no "tipo de prova" do anexo I deste edital, a saber:

a) Prova escrita para todos os cargos, que constará do exame de habilidades e de conhecimentos aferidos através de questões objetivas, de caráter eliminatório e classificatório, com duração de até três horas.

b) Prova de títulos, de caráter classificatório para os cargos de professores nível superior, aprovados na prova objetiva.

c) Prova Prática, de caráter classificatório para o cargo de Operador de Máquinas.

7.2 As provas serão realizadas no município de BELA VISTA DO TOLDOS-SC, não sendo permitida a realização das provas em outro local, a não ser o determinado no Edital de Convocação.

7.3. DOS HORÁRIOS E LOCAIS DAS PROVAS

7.3.1 Os locais de realização das provas serão divulgados no site www.iobv.org.br e no site www.pmbvt.sc.gov.br na data prevista no cronograma, em edital próprio de convocação.

7.3.2. Os horários de realização das provas ficam assim definidos:

Tipo de Cargo	Evento	Horário
TODOS OS CARGOS (Matutino)	Abertura dos portões e acesso dos candidatos aos locais de prova.	8h15
	Fechamento dos portões, não sendo permitido o acesso de candidatos, sob qualquer alegação, a partir deste horário.	8h50
	Abertura dos invólucros e distribuição das provas e na sequência início das provas OBS.: O tempo gasto para abertura e distribuição das provas será acrescido ao tempo final da prova caso seja necessário.	9 h
	Tempo mínimo de permanência em sala de prova	10 h
	Final Devolução obrigatória do caderno de questões e cartão-resposta	12h

7.3.3 A identificação correta do período, horário e local da prova e o comparecimento no horário determinado, será de inteira responsabilidade do candidato, devendo o mesmo manter-se informado acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br, considerando que os portões dos locais fecharão 10 (dez minutos) antes do horário marcado para início da prova.

7.3.4 O IOBV e o Município de Bela Vista do Toldo eximem-se das despesas com viagens e estadia dos candidatos para prestar as provas do concurso público em qualquer uma das etapas.

8. DA PROVA ESCRITA

8.1 A prova escrita será constituída de questões objetivas, cada uma delas com 4 (quatro) alternativas das quais uma única será correta e com duração de até 3 (três) horas.

8.2. As áreas de conhecimento para cada cargo, abrangidas pela prova, o número e valor das questões de cada uma delas, seguem descritas por escolaridade:

8.2.1. Escolaridade: Nível Alfabetizado

Cargos	Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor de cada questão	Total Nota por Disciplina
Todos	Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	5	0,25	2,50
		Matemática	5		
	Conhecimentos Específicos	Conhecimentos técnicos profissionais	15	0,50	7,50
		Total	25		10,00

8.2.3. Escolaridade: Ensino Médio completo

Cargos	Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor de cada questão	Total Nota por Disciplina
TODOS	Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	5	0,20	4,00
		Matemática	5		
		Conhecimentos Gerais	5		
		Informática Básica	5		
	Conhecimentos Específicos	Legislação	5	0,30	6,00
		Conhecimentos técnicos profissionais	15		
		Total	40		10,00

8.2.4. Escolaridade: Ensino Superior Completo

Cargos	Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor de cada questão	Total Nota por Disciplina
TODOS	Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	5	0,20	3,00
		Conhecimentos Gerais	5		
		Informática Básica	5		
	Conhecimentos Específicos	Legislação	5	0,28	7,00
		Conhecimentos técnicos profissionais	20		
		Total	40		10,00

8.3. Os programas das provas (conteúdos programáticos) constam do anexo III deste edital.

8.4. A nota da prova escrita (NPE) se dará numa escala de 0,00 a 10,00, e será calculada pela seguinte fórmula, de acordo com a escolaridade exigida para o cargo:

a) Cargos com exigência de nível alfabetizado e fundamental completo:

$$NPE = (NACG \times 0,25) + (NACE \times 0,50)$$

b) Cargos com exigência de nível médio: $NPE = (NACG \times 0,20 + (NACE \times 0,30)$

c) Cargos com exigência de nível superior: $NPE = (NACG \times 0,20) + (NACE \times 0,28)$

Sendo:

NPE = Nota da Prova Escrita

NACG = Número de acertos das questões de conhecimentos gerais;

NACE = Número de acertos das questões de conhecimentos específicos.

8.5. À Prova escrita será atribuído o seguinte resultado:

a) APROVADO: o candidato que alcançou nota final da prova escrita igual ou maior a 5,00 (cinco); sendo convocado para a próxima fase, se assim o cargo exigir;

b) REPROVADO: o candidato que obteve nota menor que 5,00 (cinco) sendo eliminado do certame;

c) AUSENTE: o candidato que não compareceu para realizar a Prova Objetiva, acarretando em sua eliminação.

d) ELIMINADO: o candidato ausente e que deixar de cumprir as normas editalícias especialmente às de regras de aplicação da prova e seu correto preenchimento.

8.6 NORMAS PARA A APLICAÇÃO DA PROVA ESCRITA COM

QUESTÕES OBJETIVAS

8.6.1 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas no horário e data estabelecidos no edital de convocação, com a antecedência mínima de 30 (trinta) minutos da hora marcada para fechamento dos portões, munido de documento de identidade original, não sendo permitido o acesso ao local da prova do candidato que chegar atrasado.

8.6.1.1 Os portões de acesso ao local da prova escrita objetiva fecham 10 (dez) minutos antes do horário definido para início da prova.

8.6.1.2. Será vedada a entrada nos locais de prova dos candidatos que chegarem após o fechamento do portão seja qual for o motivo alegado para o atraso, estando o candidato que chegar com atraso a qualquer uma das provas, eliminado do concurso público. (Não haverá nenhuma tolerância de tempo).

8.6.2. Não será permitido o acesso ao local de prova do candidato que:

a) Chegar após o horário determinado para o fechamento dos portões de entrada;

b) Não apresentar documento de identificação oficial válido, original e com foto;

c) Não dispor de caneta esferográfica de material transparente com tinta nas cores azul ou preta.

8.6.3. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo Corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional, passaporte, certificado de reservista, carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação, com foto.

8.6.4. Em caso de perda, furto ou roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias.

8.6.5. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

8.6.6. A identificação especial ou coleta de digitais poderá ser exigida, cujo documento de identificação gere dúvidas quanto à fisionomia, à assinatura ou à condição de conservação do documento.

8.6.7. Recomenda-se, para a rápida solução de qualquer pendência, que o candidato tenha consigo o comprovante de pagamento da taxa e comprovante de inscrição.

8.6.8. A não apresentação de documento de identidade, nos termos deste edital impedirá o acesso do candidato ao local de prova e, em consequência, a sua eliminação do certame.

8.6.9. O IOBV, objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade do Concurso Público poderá solicitar a impressão digital do candidato no cartão resposta (a qual não substituirá a obrigatoriedade do candidato assinar o cartão), fotografia ou gravação de imagem e a revista pessoal e de seus pertences inclusive por meio eletrônico. A recusa de tal procedimento acarretará a sua eliminação do Concurso.

8.6.10. Em vista de eventual varredura eletrônica a que possa ser submetido, o candidato que faça uso de marca-passos, pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos, deverá comunicar esta particularidade até o último dia de inscrições e entregar, até esta mesma data, ao IOBV, laudo médico que comprove as informações prestadas.

8.6.11. O candidato receberá para realizar a prova escrita, um caderno de questões e um cartão resposta, comprometendo-se a ler e conferir todos os dados, informações e instruções neles constantes, bem como conferir se o cartão resposta corresponde ao seu nome, número de inscrição e o cargo, e se o caderno de questões corresponde ao seu cargo e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a leitura e a resolução da prova.

8.6.12. Na hipótese de serem verificadas falhas de impressão no caderno de questões, o coordenador do local de prova, antes do

início da prova, diligenciará no sentido de:

- a) substituir os Cadernos de questões defeituosos;
- b) proceder, em não havendo número suficiente de cadernos para a devida substituição, a leitura dos itens onde ocorreram falhas, usando, para tanto, um caderno de questões completo.

c) estabelecer prazo para compensação do tempo usado para regularização do caderno, se a ocorrência verificar-se após o início da prova.

8.6.13. As respostas das questões da prova escrita deverão ser transcritas para o cartão resposta, de acordo com as instruções nele contidas, com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.

8.6.14. Ao terminar a prova o candidato entregará ao fiscal, juntamente com o cartão-resposta assinado, o Caderno de questões.

8.6.15. Não serão consideradas quaisquer anotações no caderno de questões, sendo o cartão resposta o único documento válido para a correção.

8.6.16. O cartão resposta não será substituído por erro ou rasura do candidato.

8.6.17. Será atribuída nota 0 (zero) à questão da prova escrita:

- a) Cuja resposta não coincida com o gabarito oficial;
- b) Contenha emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);
- c) Contenha mais de uma opção de resposta assinalada;
- d) Não estiver assinalada no cartão resposta;
- e) Seja preenchida fora das especificações contidas no cartão resposta ou nas instruções da prova.
- f) Cujo cartão resposta não esteja assinado pelo candidato.

8.6.18. O correto preenchimento do cartão resposta é de total responsabilidade do candidato, não sendo responsabilidade do fiscal de sala alertá-lo das incorreções.

8.6.18.1 Além da assinatura do candidato, a escolha da alternativa de cada questão, deve ser preenchido o quadrinho correspondente na sua totalidade, não sendo admitidos "x", bolinhas, ou outra marcação que não seja igual ao exemplo:

8.6.19. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do concurso público poderá haver mais de um tipo de prova, devendo o candidato assinalar no cartão-resposta o número da prova, sob pena de eliminação do concurso.

8.6.20. O candidato só poderá ter em seu poder no local de prova escrita objetiva o seguinte material: caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente, documento de identidade original e, se assim desejar, comprovante de pagamento da taxa de inscrição, copo ou garrafa de água fabricada de material transparente, sem rótulos ou etiquetas, alimentos (barra de cereal, chocolate, fruta, desde que desembalados e acondicionados em saco plástico transparente.)

8.6.21. Para responder as questões da prova o candidato somente poderá utilizar caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente, que não será distribuída aos candidatos, cabendo a eles sua aquisição.

8.6.22. Não é permitido durante a prova escrita objetiva:

- a) O uso de relógio, calculadoras, telefones celulares ou qualquer outro equipamento eletro-eletrônico, bem como bonés, chapéus ou qualquer outra cobertura.
- b) A comunicação entre os candidatos, bem como consulta a qualquer obra, anotação, instrumento ou equipamento.
- c) Ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal.
- d) A entrada de candidato armado, sob qualquer alegação.
- e) Comportamento agressivo e descortês com qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

8.6.23. Os candidatos que trouxeram para o local de prova quaisquer materiais, objetos e ou equipamentos não permitidos, deverão entregá-los antes do início da prova, ao fiscal de sala. A simples posse, mesmo que desligado ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredores ou banheiros, implicará na exclusão do candidato do concurso público.

8.6.24. Somente depois de decorrido o prazo mínimo de

permanência em sala de provas, que será de 60 (sessenta) minutos, o candidato poderá entregar seu caderno de questões e seu cartão-resposta e retirar-se da sala de prova, entregando, obrigatoriamente, ao fiscal de sala o seu cartão resposta devidamente assinado e o caderno de provas, sendo que o não cumprimento do corrente item incorre na desclassificação do candidato do concurso público.

8.6.25. Os três (3) últimos candidatos que permaneceram na sala só poderão entregar a prova e o cartão resposta ao mesmo tempo e assinarão a ata de sala e acompanharão termo de fechamento do envelope de provas. O candidato que negar-se a aguardar os companheiros assinará ata de prova como desistente sendo eliminado do certame.

8.6.26. O gabarito provisório será divulgado no endereço eletrônico www.iobv.org.br no dia seguinte ao da realização da prova, juntamente com as provas que estarão disponíveis na área restrita do candidato.

8.6.27. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para nenhuma das provas, nem a realização de prova fora do horário e local marcados para todos os candidatos.

8.6.28. Não serão fornecidos exemplares ou cópias dos cadernos de questões, bem como o original ou cópia do cartão resposta, mesmo após o encerramento do concurso público.

8.6.29. O IOBV e o Município de Bela Vista do Toldo não assumem responsabilidade por acidentes pessoais, perda, extravio, roubo, furto ou avaria de equipamentos e veículos trazidos pelo candidato ao local de prova.

8.6.30. Durante a realização da prova escrita objetiva, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação.

8.6.31. Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação da prova sem comunicar-se com os demais candidatos, ficando proibido inclusive de permanecer no pátio da escola, ou ligar o celular antes de se retirar da escola.

8.6.31.1 Os candidatos que terminarem a prova não poderão utilizar os banheiros que são destinados ao uso dos candidatos em prova, aconselha-se que antes de entregar a prova solicitem ao fiscal de sala o acompanhamento até os sanitários.

8.6.32. Motivará a eliminação do candidato do Concurso Público, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a qualquer das normas devidas neste edital ou a outra relativas ao concurso, aos comunicados, às instruções o candidato ou às instruções constantes da prova, bem como o tratamento indevido e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

8.6.33. No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato não constar nas listagens oficiais relativas ao local de provas estabelecido no Edital de Convocação, o Instituto O Barriga Verde poderá proceder à inclusão do candidato, desde que apresente comprovante original de pagamento da taxa de inscrição.

8.6.33.1 A inclusão de que trata o item anterior será realizada de forma condicional e será analisada pelo Instituto O Barriga Verde e a Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Concurso Público na fase do Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de verificar a pertinência da referida inscrição.

8.6.33.2. Constatada a improcedência da inscrição, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

8.6.34. Será excluído do Concurso Público o candidato que:

- a) se apresentar após o horário estabelecido, inadmitindo-se qualquer tolerância;
- b) não comparecer às provas, qualquer que seja o motivo alegado;
- c) não apresentar documento que bem o identifique, ou não submeter-se à coleta de impressão digital;
- d) ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento do fiscal;
- e) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não o

fornecido pelo IOBV no dia da prova;
f) se ausentar da sala de prova levando o cartão-resposta personalizado e/ou o Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos, sem autorização;
g) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
h) se utilizar de meios ilícitos para a execução das provas;
i) não devolver integralmente o material recebido;
j) for surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato, bem como se utilizando de quaisquer dos recursos não permitidos.
k) estiver portando ou fazendo uso, após o início da prova, em qualquer local do edifício onde a prova estiver sendo realizada, de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, mp3 players, fones de ouvido, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador ou outros equipamentos similares), bem como relógios digitais ou analógicos;
l) tratar incorretamente ou agir com descortesia a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas, bem como os Coordenadores e seus Auxiliares ou Autoridades presentes.

9. DA PROVA DE TÍTULOS PARA OS CARGOS DE PROFESSORES

9.1. A prova de títulos, de caráter classificatório, constará da avaliação dos documentos apresentados pelos candidatos aos cargos de professores que forem aprovados na prova escrita objetiva e comprovem a sua titulação.

9.2. A prova de títulos consistirá na avaliação dos DIPLOMAS e CERTIFICADOS de Pós-Graduação em nível de Especialização, Mestrado e de Doutorado, relacionados à área do cargo escolhido, desde que devidamente comprovado, concluído até o último dia definido para a inscrição e devidamente registrado.

9.2.1. O candidato deverá comprovar a conclusão do curso de pós-graduação através de fotocópia autenticada, da frente e do verso do certificado ou diploma expedido por instituição credenciada pelo MEC ou Conselho Estadual de Educação - CEE, aos quais serão atribuídas as seguintes pontuações:

- a) 1,5 (um e meio) pontos ao candidato que apresentar título de pós-graduação em nível de Doutorado relacionado à área da função pretendida;
- b) 1,00 (um) pontos ao candidato que apresentar título de pós-graduação em nível de Mestrado relacionado à área da função pretendida;
- c) 0,50 (meio) ponto ao candidato que apresentar título de pós-graduação em nível de Especialização, com no mínimo 320h/a, relacionado à área da função pretendida.

9.3. A pontuação da Prova de Títulos não é cumulativa, sendo computado os pontos referente ao título de maior grau dentre os títulos relacionados nas alíneas "a", "b" e "c" do item 9.2.1.

9.4. Nos casos de inobservância do item anterior, onde o candidato apresentar mais de um documento para comprovação de título, a comissão avaliadora escolherá ALEATORIAMENTE apenas 1 (um) único documento para a avaliação.

9.4.1 A graduação (certificado de nível superior) não será computado em hipótese alguma, pois já é requisito obrigatório para provimento do cargo.

9.5. Só serão aceitos como comprovação de títulos: certidões, atestados, declarações, acompanhados do histórico escolar, atestando e informando a data de conclusão do curso, justificativa da não emissão do certificado e devidamente assinada pelo coordenador do curso, em original ou cópia autenticada.

9.6. Caso o certificado de conclusão não conste as disciplinas e carga horária, poderá ser acompanhado de histórico escolar emitido pela instituição de ensino, assinado e autenticado em cartório.

9.7. Os certificados em língua estrangeira, devem ser acompanhados de tradução com declaração expressa assinada pelo tradutor responsável.

9.8. Serão avaliados somente os títulos dos candidatos que forem aprovados na prova escrita objetiva.

9.9. Os documentos apresentados não serão devolvidos, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.

9.10. Não haverá em hipótese alguma, outra data e horário para a entrega de títulos.

9.11. A não apresentação dos títulos não elimina o candidato do certame, sendo a este computado pontuação zero na prova de títulos para o cálculo da pontuação final.

9.12. Comprovada em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos do candidato, o candidato terá anulada a totalidade de pontos desta prova. Comprovada a culpa do candidato este será excluído do Concurso.

9.13. Da entrega dos títulos

9.13.1 Os certificados podem ser protocolados pessoalmente ou por procuração simples na sede do IOBV ou ainda, enviados através das agências dos correios obrigatoriamente por meio de SEDEX/AR, devendo o protocolo seja pessoalmente ou no correio até a data prevista no cronograma.

9.13.2 Os certificados devem ser protocolados ou enviados em envelope lacrado e ser preenchido obrigatoriamente da seguinte forma, sob pena de não serem avaliados:

INSTITUTO O BARRIGA VERDE

Ref.: Prova de Títulos Concurso Público Bela Vista do Toldo Edital 01/2014

Candidato:

Cargo:

Número de Inscrição:

Avenida Luis Bertoli, 233 - Centro

CEP 89.190-000 -TAIÓ - SC

9.13.3. Entregue o envelope com os títulos não serão aceitos pedidos de inclusão de documentos, sob qualquer hipótese ou alegação.

9.13.4 Serão avaliados apenas os títulos dos candidatos aprovados na prova escrita e a pontuação de títulos será somada à nota da prova escrita (NF = NPE + NPT)

10. DA PROVA PRÁTICA PARA O CARGO DE OPERADOR DE MÁQUINAS

10.1. Serão submetidos à PROVA PRÁTICA, os candidatos ao cargo de Operador de Máquinas.

10.2. A prova prática será realizada no mesmo dia da prova escrita, e o local será avisado em sala de provas. Podendo ainda ser antecipada para o dia imediatamente anterior a mesma, ou prorrogada em razão do número elevado de inscritos e/ou intempéries.

10.3. DAS DETERMINAÇÕES GERAIS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA PRÁTICA

10.3.1. Para realizarem a Prova Prática, todos os candidatos convocados deverão se apresentar para identificação, chamada e receber instruções, no local e no horário anunciado no edital de convocação, com 30 (trinta) minutos de antecedência, munidos do comprovante de inscrição, do documento de identidade e trajados adequadamente para a execução das tarefas da prova prática.

10.3.2. Os candidatos serão chamados por ordem alfabética, devendo assinar a lista de presença. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado. O candidato não poderá alegar qualquer desconhecimento sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência ou atraso. O não comparecimento ao local e horário de apresentação, por qualquer que seja o motivo, impedirá o acesso do candidato ao local da prova prática e caracterizará desistência, resultando na eliminação do Concurso. Não será aplicada prova fora do dia, horário e local diferente daquele informado no edital de convocação.

10.3.3. Os equipamentos, veículos, máquinas, ferramentas, utensílios e materiais que deverão ser utilizados na prova prática serão fornecidos pelo Município de Salto Veloso, no estado em que se encontrarem.

10.3.4 Os casos de alterações psicológicas ou fisiológicas (contusões, luxações, etc.) que impossibilitem o candidato de submeter-se aos testes, ou de neles prosseguir, ou que lhe diminuam a capacidade físico-orgânica, não serão considerados para fins de

tratamento diferenciado ou repetir a prova e nem lhe conferem o direito de realizar a prova em outra oportunidade.

10.3.5. Após a identificação dos candidatos, estes receberão as instruções quanto às provas práticas e o local de realização e permanecerão à espera do fiscal que vai lhes acompanhar até o local de realização da prova.

10.3.6. Será considerado desistente e eliminado do certame o candidato, que não comparecer, chegar atrasado ou que se ausentar do recinto sem autorização da comissão do concurso antes de realizar seu teste.

10.3.7. Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação sem comunicar-se com os demais candidatos.

10.3.8. O candidato ao assinar o termo de realização da prova prática atestará terem sido cumpridas todas as normas editalícias.

10.3.10. Os candidatos, para realizarem a prova prática serão chamados devendo assinar a confirmação de presença, caso o candidato não se apresente na hora da chamada será considerado ausente e será desclassificado.

10.3.10. A ordem de prestação da prova prática será determinada pela Comissão Organizadora, de acordo com as necessidades técnicas que se apresentarem.

10.3.11. Caso haja mais de uma atividade proposta ou mais de um veículo/equipamento, disponibilizados para a realização da prova prática, haverá sorteio e o candidato ao se apresentar retirará da urna de sorteio a ficha do(s) atividade/veículo/equipamento(s) em que realizará(ão) a prova.

10.3.12. No desenvolvimento da Prova Prática, cada candidato será avaliado pela Banca Examinadora, através de itens constantes em uma planilha de avaliação elaborada para esta finalidade.

10.3.13. Em razão de condições climáticas, a critério da Banca Examinadora e da Comissão de Concurso, as Provas Práticas poderão ser canceladas ou interrompidas. Em caso de adiamento da prova, a nova data será marcada e divulgada através de Edital.

10.4. DA EXECUÇÃO DA PROVA PRÁTICA

10.4.1 A prova prática constituir-se-á na execução de tarefas a serem realizadas individualmente pelo candidato, previamente elaboradas pela Banca Examinadora, com a avaliação através de planilhas, tomando-se por base as atribuições do cargo, com tempo máximo de 15 (quinze) minutos para a execução da prova.

10.4.2. Caso o candidato demonstre conhecimento insuficiente e/ou insegurança, oferecendo qualquer tipo de risco na operação, o mesmo será impedido de realizar o referido teste prático e será considerado desclassificado e eliminado do Processo Seletivo.

10.4.3 A avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento/veículo utilizado, avaliando sua habilidade ao operar o equipamento, seu aproveitamento, técnica e produtividade.

10.4.4. Para a obtenção da nota mínima para que o candidato seja declarado apto ao cargo, dar-se-á da seguinte forma:

a) O candidato iniciará a prova prática com 10 (dez) pontos, e no decorrer do trajeto serão apontadas as faltas cometidas, sendo descontados pontos conforme quadro a seguir:

Categoria da Falta	Pontos a serem descontados
Faltas Graves	1,00
Faltas Médias	0,50
Faltas Leves	0,25

b) A categoria de faltas previstas no item anterior, constarão do formulário de avaliação com a seguinte descrição:

Faltas Graves: Aproveitamento do Equipamento, Produtividade, técnica, aptidão e eficiência

- NÃO Liberou equipamentos de segurança dos comandos
- NÃO utilizou da melhor forma possível a máquina para o serviço com eficácia e qualidade.
- NÃO utilizou corretamente a máquina, para não danificar o

equipamento durante a tarefa.

- NÃO concluiu por completo a tarefa proposta.
- NÃO estacionou a máquina em baixando acessórios ao solo e/ou não engatou o freio para parar a máquina, ao estacionar após o término da tarefa.

Faltas Médias: Habilidades do Operador

- NÃO Executou com eficiência o início da operação, partida e arrancada.
- NÃO executou com eficiência movimentos de marcha à frente e à ré.
- NÃO respeitou a velocidade durante a avaliação, promovendo manobra não autorizada, como demonstração desnecessária de habilidade.
- NÃO Controlou o veículo provocando nele movimento irregular.
- NÃO respeitou a capacidade operacional e técnica da máquina.
- NÃO desligou a máquina ao estacionar após término da tarefa.
- NÃO apresentou calma e serenidade nas operações.

Faltas Leves: Verificação do Equipamento

- NÃO usou roupas e caçados adequados
- NÃO usou equipamento de proteção auricular ou não usou cinto de segurança
- NÃO subiu corretamente no equipamento usando os três pontos de apoio
- NÃO fez os ajustes necessários antes da movimentação da máquina como, bancos e espelhos retrovisores.
- NÃO esperou a leitura e/ou não conferiu os instrumentos do painel como medidores de pressão, luzes indicadoras, horímetro
- NÃO conferiu os instrumentos de painel como, nível de combustíveis e nível de óleo."

10.4.5. O candidato poderá realizar a prova em um ou mais tipos de veículos (motoniveladora, retroescavadeira, escavadeira hidráulica, trator de esteira, pá-carreadeira ou trator de pneus), sendo que para formação da nota mínima para ser declarado apto na prova prática será somado a nota de todos os tipos de veículos, dividindo-se pela quantidade de veículos. $(NPP = NV1 + NV2 \div 2)$

10.4.5.1. Cabe à banca avaliadora, juntamente com a Comissão de Concurso a definição dos equipamentos em que serão realizadas as provas, não sendo permitido ao candidatos a escolha dos mesmos.

10.4.6. Dependendo do número de candidatos as provas poderão ser realizadas em mais de um equipamento do mesmo tipo (Exemplo patrôla1, patrôla2), neste caso haverá sorteio para determinar em qual equipamento o candidato realizará a prova.

10.4.7 Para realizar a prova prática os candidatos ao cargo de Operador de Máquinas deverá apresentar carteira de habilitação categoria mínima "C", a qual deverá ter sido obtida ou renovada até a data da realização da Prova Prática, sem a qual não poderá realizar a prova.

10.4.8 O candidato que deixar de apresentar carteira de habilitação será automaticamente eliminado.

10.4.9 Não serão aceitos certificados de auto-escola, comprovantes de encaminhamento, boletim de extravio ou furto, ou outro documento que não seja a carteira de habilitação.

10.4.10 No caso de eventual pane mecânica não causada pelo candidato, que implique na troca do veículo, a prova será retomada a partir do momento em que foi interrompida, permanecendo válida a pontuação até o momento da interrupção.

11. DOS RECURSOS

11.1 Caberão recursos contra as normas deste edital, o indeferimento da inscrição, o conteúdo das provas e gabarito provisório, preterição de formalidade essencial prevista no presente edital, resultados classificatórios e homologação do resultado final do Concurso Público.

11.1.1 Os recursos poderão ser interpostos no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da publicação do ato que gerou a reclamação, somente através da área restrita do candidato no site www.iobv.org.br.

11.2 Para interposição dos recursos os candidatos deverão apresentar seu pedido de revisão obedecendo os seguintes passos:

- a) Acessar a área do candidato no site www.iobv.org.br, e realizar login identificando-se.
- b) Na área do candidato em "minhas inscrições" localizar o concurso Edital 01/2014 de Bela Vista do Toldo;
- c) Na coluna "opções" (à direita) deslize o mouse sobre os ícones (botão) e clique naquele que exibir "Solicitar Recurso".
- d) Digitar o seu recurso ou motivo que gerou o recurso com a devida fundamentação.
- e) No caso de recursos contra questões da prova objetiva, identificar o número da prova e o número da questão (fundamentando sua argumentação e indicando referência bibliográfica).
- f) Para cada questão deverá ser enviado um recurso.
- g) Caso necessite anexar arquivos anexe apenas um por recurso. Caso haja mais de um arquivo para um único recurso deve-se compactá-los (ZIP) em um único arquivo. Serão aceitos arquivos do tipo: jpg,png,gif,jpeg,bmp,doc,docx,xls,xlsx,pdf,txt,zip e rar.
- h) Clicar em "enviar"

11.4 Não serão aceitos recursos ou anexos de recursos não enviados pela área do candidato ou enviados para outro endereço de e-mail.

11.5. É de inteira responsabilidade do candidato acessar a área do candidato e enviar e/ou digitar seu recurso corretamente, e/ou enviar os anexos para o endereço eletrônico correto sendo que o Instituto O Barriga Verde confirmará o seu recebimento através de mensagem automática do sistema, sendo que a resposta será divulgada em forma de edital publicado no site do www.iobv.org.br, após encerrados os recursos e da análise da banca examinadora que terá o prazo de dois dias úteis para emitir seus pareceres.

11.5.1. O Instituto O Barriga Verde não se responsabiliza pelo não recebimento dos recursos, por motivo de ordem técnica como congestionamento, caixa de e-mail lotada, antivírus, spam, arquivo muito grande (aconselha-se enviar compactado).

11.6 Os recursos deverão conter o nome do candidato recorrente, nome do cargo, número da questão e da disciplina quando for o caso.

11.7. Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito neste Edital.

11.8. Os recursos intempestivos não serão conhecidos e os inconsistentes ou fora do padrão e sem fundamentação ou referência bibliográfica não serão providos.

11.9. No caso de anulação de qualquer questão os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que a responderam.

11.11. No caso de troca de gabarito, por erro ou falha de digitação na indicação da resposta correta no gabarito provisório, será corrigido no gabarito final.

11.11. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente através de ato publicado no site www.iobv.org.br.

11.11.1. Caso haja necessidade os documentos individuais comprobatórios serão publicados na área restrita do candidato.

11.12. Após análise dos recursos interpostos ou por constatação e ou correção de erro material, poderá haver alteração da nota, pontuação e ou classificação inicialmente obtida pelo candidato, para uma nota, pontuação e ou classificação superior ou inferior ou, ainda desclassificação do candidato que não obtiver, feitas as correções exigidas, a nota mínima na prova escrita objetiva ou nas demais avaliações realizadas.

11.13. A decisão exarada nos recursos, pela Comissão Organizadora é irrecurável na esfera administrativa.

12. DO CÁLCULO DA NOTA FINAL E DA CLASSIFICAÇÃO

12..1 A nota final dos candidatos (NF) será calculada com o emprego das fórmulas abaixo:

a) Nota Final dos cargos de professores com prova escrita e prova de títulos: $NF = NPE + NPT$

b) Nota final para todos os demais cargos: $NF = NPE$

Sendo:

NPE= Nota da prova escrita.

NPT= Nota da prova de títulos.

NPP= Nota da prova prática.

NF = Nota Final

12.2 Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota final igual ou superior a 5,00 (cinco).

12.3 A classificação será determinada pela nota final que será expressa em duas casas decimais sem arredondamento.

12.4 Ocorrendo empate na nota final, aplicar-se-á, para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 12..741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

12.5 Para o efeito do item 12..4 será considerada a idade do candidato na data do último dia de inscrições para o presente concurso.

12.6 Para os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, na hipótese de igualdade de notas, o desempate será feito através dos seguintes critérios:

- a) Maior número de acertos nas questões de conhecimentos específicos;
- b) Maior número de acertos nas questões de conhecimentos gerais;
- c) Maior titulação no caso dos cargos de professor.
- d) Maior nota na prova prática no caso dos cargos de operador de equipamentos.
- e) Maior Idade.
- f) Sorteio público.

13. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

13.1 A homologação do resultado final deste concurso, se dará através de decreto do executivo devidamente publicada nos meios legais e no endereço eletrônico do concurso e no órgão oficial do município, com a classificação dos aprovados em ordem decrescente de notas.

13.2 Os atos e resultados serão divulgados no site www.iobv.org.br.

14. DA CONVOCAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE

14.1. A aprovação e classificação neste Concurso Público não asseguram ao candidato o direito de ingresso imediato e automático no quadro da administração direta do Município de Bela Vista do Toldo, sendo a admissão é de competência do Prefeito Municipal, dentro da validade do concurso ou sua prorrogação, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste Edital, atendendo os dispositivos da RE/598.099/STF.

14.2. A posse e o exercício do cargo seguirão o estabelecido em lei municipal que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do Município de Bela Vista do Toldo.

14.3. As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade do Município de Bela Vista do Toldo.

14.3.1. É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado seus dados, endereço e telefones de contatos.

14.4. Até a homologação do resultado final o candidato pode atualizar seus dados na sua área restrita no site www.iobv.org.br, após homologação deverá informar o município junto ao Setor de Recursos Humanos.

14.5 O candidato após receber a convocação terá o prazo de 2 (dois) dias para manifestar seu interesse na vaga e/ou requerer prazo de até 30 (trinta) dias para apresentar a documentação exigida para a contratação ou apresentar sua carta de desistência.

14.6. O candidato aprovado no concurso, que não quiser ser nomeado, quando convocado, poderá requerer sua reclassificação para o último lugar dos classificados.

14.7. O candidato que não se manifestar junto a setor de Recursos

Humanos da Prefeitura de Bela Vista do Toldo, até a data, estabelecida conforme item 14.5, será excluído deste Concurso Público.

14.8. É obrigação do candidato manter atualizado seu endereço após a homologação do resultado final. Havendo mudanças de endereço dos candidatos classificados, após divulgação da homologação do concurso, estas deverão ser comunicadas diretamente ao Departamento de Gestão de Pessoas de BELA VISTA DO TOLDO.

14.8.1. A inobservância do subitem 14.5, implicará na desclassificação do Concurso Público.

14.9 Por ocasião da posse serão exigidos, dos candidatos aprovados e nomeados, os documentos que comprovem os requisitos para provimento no cargo conforme item 2 deste edital, além de outros exigíveis à época da nomeação conforme legislação e descritos no edital de convocação.

14.10 O não cumprimento dos quesitos necessários impede a posse do candidato.

14 DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

15.1 Delega-se competência ao IOBV - Instituto o Barriga Verde, como banca executora deste concurso, para:

- a) Receber os requerimentos de inscrições;
- b) Emitir os documentos de homologação das inscrições;
- c) Aplicar, julgar e corrigir as provas escritas e práticas;
- d) Analisar e pontuar os títulos;
- e) Apreçar os recursos previstos neste edital;
- f) Emitir relatórios de classificação dos candidatos;
- g) Prestar informações sobre o concurso dentro de sua competência;
- h) Atuar em conformidade com as disposições deste edital.
- i) Responder, em conjunto com o município de BELA VISTA DO TOLDO eventuais questionamento de ordem judicial e/ou recomendação ministerial.

15.2 A fiscalização e supervisão do certame está a cargo da Comissão Municipal de Concurso Público.

15.3 As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade da Administração do Município de BELA VISTA DO TOLDO.

16 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. A Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos de lei e atos normativos a ela posteriores, não serão objeto de avaliação nas provas do Concurso.

16.2. O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Concurso Público é de responsabilidade exclusiva do candidato. Não serão prestadas por telefone informações relativas a número de inscritos por cargo e ao resultado do Concurso Público.

16.3. É de responsabilidade do candidato manter seu endereço, e-mail e telefone atualizados para viabilizar eventuais contatos que se façam necessários, na área do candidato até a data de homologação do resultado final e após esta data no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Bela Vista do Toldo, até que expire a validade do Concurso, sob pena de considerar válidas as comunicações realizadas com base nos dados constantes nos registros.

16.4. A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados ao Concurso, quando constatada a omissão, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação.

16.5. Comprovada a inexistência ou irregularidades descritas no item retro, o candidato estará sujeito a responder criminalmente por seu ato.

16.6. O Município de BELA VISTA DO TOLDO e o IOBV não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Concurso sejam na imprensa ou em outros sítios eletrônicos, que não seja aquelas divulgadas no site

oficial www.iobv.org.br.

16.7. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado, sendo responsabilidade do candidato manter-se informado, acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br.

16.8 As despesas relativas à participação do candidato no Concurso e à apresentação para posse e exercício correrão a expensas do próprio candidato.

16.9 No exame da tempestividade dos recursos, solicitações e documentos enviados à Comissão de Concurso, encaminhados via postal com Aviso de Recebimento - AR (correios), será considerada a data de postagem.

16.10 É vedada a inscrição neste Concurso Público de quaisquer membros da Comissão de Concurso Público, tanto da Prefeitura do Município de BELA VISTA DO TOLDO como do IOBV, bem como de seus parentes até 2º grau.

16.11 Na ocorrência de inscrição de parente, o membro da comissão deverá afastar-se e ser substituído por outro a ser designado através de portaria.

16.12 Os cadernos de provas escrita serão mantidos sob a responsabilidade do IOBV, por um período de 3 (três) meses, após a homologação do resultado final, quando serão incinerados. Os demais apontamentos, após 6 (seis) meses da homologação do resultado serão incinerados, com registro em ata.

16.13 A Comissão do Concurso Público da Prefeitura do Município de BELA VISTA DO TOLDO e do IOBV poderão justificadamente, alterar as normas previstas nos itens deste edital e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do certame.

16.14 Os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos conjuntamente, em caráter irrecurável, pela Comissão do Concurso Público da Prefeitura do município de BELA VISTA DO TOLDO e do IOBV.

16.15 Fica eleito, para dirimir qualquer questão relacionada com o Concurso Público previsto neste Edital o Foro da Comarca de Bela Vista do Toldo/SC.

16.16 São partes integrantes deste edital os seguintes anexos: Anexo I - Cargos e Vagas; Anexo II - Atribuições dos Cargos; Anexo III - Conteúdo Programático; Anexo IV- Requerimento de Vaga de Deficiente e Condição Especial para Realizar a prova; Anexo V - Formulário de Recurso.

BELA VISTA DO TOLDO, 19 de novembro de 2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

ANEXO I
DOS CARGOS, FORMAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA, VENCIMENTO, CARGA HORÁRIA, E NÚMERO DE VAGAS.

CARGOS DE NÍVEL ALFABETIZADO

CARGO	Nº Vagas	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO	REQUISITOS HABILITAÇÃO	TIPO DE PROVA	Valor inscrição
1. Motorista	04	40 horas	R\$ 997,28	Alfabetizado e Carteira Nacional de Habilitação Categoria D	Escrita	R\$40,00
2. Operador de Máquinas	03	40 horas	R\$ 997,28	Alfabetizado e Carteira Nacional de Habilitação Categoria D	Escrita e Prática	R\$40,00

CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

CARGO	Nº Vagas	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO	REQUISITOS HABILITAÇÃO	TIPO DE PROVA	Valor inscrição
3. Auxiliar de Serviços Gerais (Secretaria Infraestrutura) (Margarida - Feminino)	03	40 horas	R\$ 724,00	Ensino Fundamental	Escrita	R\$40,00
4. Auxiliar de Serviços Gerais (Educação e Saúde) (Feminino)	03	40 horas	R\$ 724,00	Ensino Fundamental	Escrita	R\$40,00
5. Merendeira	02	40 horas	R\$ 724,00	Ensino Fundamental	Escrita	R\$40,00
6. Agente de Combate a Endemias	01	40 horas	R\$ 1.014,00	Ensino Fundamental	Escrita	R\$40,00

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

CARGO	Nº Vagas	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO	REQUISITOS HABILITAÇÃO	TIPO DE PROVA	Valor inscrição
7. Assistente Administrativo	03	40 horas	R\$ 997,28	Ensino Médio e Curso de Informática	Escrita	R\$70,00
8. Assistente Administrativo Escolar	03	40 horas	R\$ 997,28	Ensino Médio e Curso de Informática	Escrita	R\$70,00
9. Auxiliar de Odontologia	01	40 horas	R\$724,00	Ensino Médio Completo	Escrita	R\$70,00
10. Fiscal de Obras e Tributos	01	40 horas	R\$1.230,36	Curso Técnico em Edificações ou Superior	Escrita	R\$70,00
11. Monitor (Creche)	02	40 horas	R\$ 724,00	Ensino Médio	Escrita	R\$70,00
12. Técnico Agrícola	01	40 horas	R\$1.230,36	Curso Técnico em Agropecuária e Carteira Nacional de Habilitação Categoria B	Escrita	R\$70,00
13. Técnico de Enfermagem	02	40 horas	R\$1.230,38	Curso Técnico em Enfermagem com capacitação em sala de vacinas e Registro no respectivo Órgão Fiscalizador da Profissão	Escrita	R\$70,00
14. Técnico em Vigilância Sanitária	01	40 horas	R\$1.230,88	Curso Técnico em Vigilância Sanitária	Escrita	R\$70,00

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

CARGO	Nº Vagas	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO	REQUISITOS HABILITAÇÃO	TIPO DE PROVA	Valor inscrição
15. Advogado Municipal	01	40 horas	R\$6.400,00	Graduação em Direito e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	Escrita	R\$100,00
16. Assistente Social	01	30 horas	R\$1.880,49	Graduação em Assistência Social e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	Escrita	R\$100,00
17. Engenheiro Civil	01	20 horas	R\$3.075,93	Graduação em Engenharia Civil e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	Escrita	R\$100,00
18. Fisioterapeuta	01	20 horas	R\$1.456,96	Graduação em Fisioterapia e registro no respectivo Órgão Fiscalizador	Escrita	R\$100,00
19. Médico Clínico Geral	03	20 horas	R\$8.444,80	Graduação em Medicina e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	Escrita	R\$100,00
20. Médico Ginecologista	01	20 horas	R\$7.389,20	Graduação em Medicina com especialização em ginecologia e obstetrícia e registro no respectivo órgão fiscalizador	Escrita	R\$100,00
21. Médico Pediatra	01	20 horas	R\$8.444,80	Graduação em Medicina com especialização em Pediatria e registro no respectivo órgão da profissão	Escrita	R\$100,00
22. Monitor de Educação Especial	06	20 horas	R\$838,70	Licenciatura Plena em Pedagogia e no mínimo 100 (cem) horas de curso em Educação Especial	Escrita e de Títulos	R\$100,00
23. Odontólogo	01	20 horas	R\$1.880,49	Graduação em Odontologia e registro no respectivo órgão fiscalizador	Escrita	R\$100,00

24. Pedagogo	03	40 horas	R\$2.396,31	Licenciatura Plena em Pedagogia com experiência em sala de aula	Escrita e de Títulos	R\$100,00
25. Professor de Artes	02	20 horas	R\$1.198,15	Licenciatura Plena em Artes com experiência em artesanato	Escrita e de Títulos	R\$100,00
26. Professor de Ciências	01	15 horas	R\$898,61	Licenciatura em Ciências Biológicas	Escrita e de Títulos	R\$100,00
27. Professor de Educação Física	01	25 horas	R\$1.497,70	Licenciatura Plena em Educação Física	Escrita e de Títulos	R\$100,00
28. Professor de Educação Infantil e anos iniciais	05	20 horas	R\$1.198,15	Licenciatura Plena em Pedagogia	Escrita e de Títulos	R\$100,00
29. Professor de Ensino Religioso	02	15 horas	R\$898,61	Licenciatura Plena em Ciências da Religião e Ciências Sociais	Escrita e de Títulos	R\$100,00
30. Professor de Inglês (15h)	03	15 horas	R\$898,61	Licenciatura Plena em Letras (Português e Inglês)	Escrita e de Títulos	R\$100,00
31. Professor de Inglês (30h)	01	30 horas	R\$1.797,23	Licenciatura Plena em Letras (Português e Inglês)	Escrita e de Títulos	R\$100,00
32. Professor de Língua Portuguesa	01	20 horas	R\$1.198,15	Licenciatura Plena em Letras	Escrita e de Títulos	R\$100,00
33. Professor de Matemática	01	20 horas	R\$1.198,15	Licenciatura Plena em Matemática	Escrita e de Títulos	R\$100,00
34. Professor de Música	02	20 horas	R\$1.198,15	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Artes ou Música	Escrita e de Títulos	R\$100,00
35. Professor Sala Multifuncional	06	20 horas	R\$1.198,15	Licenciatura Plena em Pedagogia e no mínimo 200 (duzentas) horas de curso em educação especial	Escrita e de Títulos	R\$100,00
36. Psicólogo	01	20 horas	R\$1.437,59	Graduação em Psicologia e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	Escrita	R\$100,00

ANEXO II ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

Auxiliar de Serviços Gerais (Obras - Saúde - Educação - feminino)

Zelar pela conservação dos utensílios e equipamentos utilizados nos trabalhos de limpeza pública, recolhendo-os e mantendo-os limpos; Limpar e arrumar as dependências e instalações de edifícios públicos municipais, a fim de mantê-los nas condições de asseio requeridas; Recolher o lixo da unidade em que serve, acondicionando detritos e depositando-os de acordo com as determinações definidas; Percorrer as dependências da prefeitura, abrindo e fechando janelas, portas e portões, bem como ligando e desligando pontos de iluminação, Preparar e servir café aos visitantes e servidores da prefeitura; Manter limpos os utensílios de cozinha; Verificar a existência de material de limpeza e alimentação e outros itens relacionados com seu trabalho, comunicando ao superior imediato a necessidade de reposição, quando for o caso; Manter limpo e arrumado o material sob sua guarda; Comunicar ao superior imediato qualquer irregularidade verificada, bem como a necessidade de consertos e reparos nas dependências, móveis e utensílios que lhe cabe manter limpos e com boa aparência; Fazer o serviço de faxina em geral; remover o pó de móveis, paredes, tetos, portas, janelas e equipamentos; limpar escadas, pisos, passadeiras, tapetes.

Merendeira

Preparar e servir a merenda aos alunos, conforme horário estipulado pela direção da escola e orientação da nutricionista da prefeitura; zelar pelo acondicionamento adequado dos alimentos utilizados nas refeições; manter a cozinha limpa e organizada; portar luvas, usar jaleco, manter unhas cortadas e sem esmalte, calçados fechados, usar cabelo preso com touca e não usar adereços; informar a direção ou a secretaria municipal de educação sobre qualquer anormalidade no interior da unidade escolar; seguir às orientações técnicas da nutricionista da Secretaria Municipal de Educação, especialmente no que se refere ao uniforme adequado e procedimentos técnicos de preparo e guarda dos alimentos; ser assíduo e pontual, comunicando com antecedência os eventuais atrasos e/ou ausências, e encaminhando, quando necessário, os atestados médicos e outras declarações para a direção da escola ou secretaria municipal da educação; prestar os devidos esclarecimentos à direção da escola ou à secretaria municipal da educação quando solicitado(a); colaborar na manutenção da disciplina e observância das normas estabelecidas neste Regimento; impedir a entrada de terceiros (professores, alunos, funcionários, motoristas, pais ou responsáveis ou funcionários da SME) na cozinha na escola; seguir às orientações de conduta do manual de boas práticas das cozinhas; zelar pela conservação dos utensílios da cozinha e todos os materiais da escola; exercer as demais atribuições que lhe couberem nos termos deste Regimento e quaisquer outras que decorram da natureza do cargo.

Motorista

Dirigir automóveis, caminhonetes, veículos leves de transporte de passageiros, caminhões, micro-ônibus, ônibus escolar ou ambulâncias; Verificar diariamente as condições de funcionamento do veículo, antes de sua utilização: pneus, água do radiador, bateria, nível de óleo, sinaleiros, freios, embreagem, nível de combustível entre outros, para o transporte de cargas; Verificar se a documentação do veículo a ser utilizado está completa, bem como devolvê-la à chefia imediata quando do término da tarefa; Zelar pela segurança de passageiros verificando o fechamento de portas e o uso de cintos de segurança; Efetuar transporte de pacientes que necessitam de atendimento urgente, dentro ou fora do município; Realizar transporte de estudantes da rede municipal de educação; Manter o veículo limpo, interna e externamente e em condições de uso, levando-o à manutenção sempre que necessário; Observar os períodos de revisão e manutenção preventiva do veículo; Conduzir os servidores da prefeitura, em lugar e hora determinados, conforme itinerário estabelecido ou instruções específicas; Anotar em formulário próprio, a quilometragem rodada, viagens realizadas, cargas transportadas, itinerários percorridos e outras ocorrências; Recolher ao local apropriado o veículo após a realização do serviço, deixando-o corretamente estacionado e fechado.

Operador de Máquinas

Operar máquinas e equipamentos pesados, montados sobre rodas, pneumáticas ou não, realizando trabalhos de terraplanagem, aterros, nivelamento e revestimento de estradas, desmatamento, abertura e desobstrução de valetas, nivelamento de terrenos e taludes, remoção e compactação de terra. Relatar, em caderneta de registros, os serviços executados pela máquina, de acordo com o hodômetro, para efeitos de controle; Controlar o consumo de combustível e lubrificantes, para levantamento do custo da obra, bem como para a manutenção adequada da máquina; Zelar pela conservação da máquina, informando quando detectar falhas e solicitando sua manutenção; Efetuar o abastecimento da máquina, lubrificando-a e executando pequenos reparos, para assegurar seu bom funcionamento durante a execução da obra; Operar outras máquinas rodoviárias ou veículos de qualquer porte quando exigido pela chefia imediata.

Assistente Administrativo

Protocolar a entrada e saída de documentos, autuar os documentos recebidos, preencher e arquivar fichas de registro de processos. Receber, conferir e registrar o expediente, distribuir e expedir a correspondência e preparar documentos para expedição. Atender o público interno e externo e informar, consultando fichários e documentos. Digitar textos e tabelas simples, fichas, formulários e outros documentos simples. Digitar minutas de documentos, tais como: exposições de motivos, projetos de leis, decretos, etc. Auxiliar na conferência dos trabalhos digitados. Redigir expedientes sumários, segundo normas preestabelecidas. Encaminhar os processos às unidades competentes e registrar sua tramitação. Encaminhar, despachos e informações que devem ser submetidos à consideração superior. Recortar e arquivar, sob supervisão, documentos de interesse da unidade administrativa onde exerce suas funções e controlar o empréstimo e devoluções de documentos. Registrar sob supervisão, os processos e petições destinadas a arquivamento e localizar documentos arquivados. Efetuar cálculos simples, empregando ou não máquinas de calcular. Executar outras atividades afins que lhe forem determinadas. É administrativas,; executar serviços gerais de digitação; elaborar relatórios, demonstrativos, quadros e mapas de interesse público; auxiliar na prestação de contas do Programa dinheiro na escola; entregar demonstrativos de pagamento aos funcionários da Unidade Escolar e devolvê-los a secretaria municipal de educação devidamente assinados; organizar cadastros, fichários e arquivos de documentação, atinentes a área administrativa; efetuar o recebimento, conferir, armazenar e conservar materiais e outros suprimentos; fazer levantamento de bens patrimoniais; ajudar na elaboração do orçamento das compras diretas das escolas: operar com máquinas e materiais eletrônicos; receber materiais diversos, identificar sua origem e encaminhar ao setor destinado; executar outras atividades correlatas.

Auxiliar de Odontologia

Preparar os pacientes para as consultas; Proceder à desinfecção e esterilização de materiais e instrumentos utilizados; Participar de atividades de educação individual e coletiva em saúde bucal, como escovação supervisionada, orientações de escovação, uso de fio dental, entre outros sob supervisão do odontólogo; Preparar e organizar o instrumental e materiais necessários para o trabalho; Instrumentar o cirurgião dentista durante a realização de procedimentos clínicos; Cuidar da manutenção e conservação dos equipamentos odontológicos; Agendar o paciente e orientá-lo quanto ao retorno e a preservação do tratamento; Acompanhar e desenvolver trabalhos com a equipe em relação à saúde bucal; Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

Fiscal de Obras e Tributos

proceder à verificação e orientação do cumprimento da regulamentação urbanística concernente a edificações particulares; orientar, inspecionar e exercer a fiscalização de construções irregulares e

clandestinas, fazendo comunicações, notificações e embargos; verificar imóveis recém construídos ou reformados, inspecionando o funcionamento das instalações sanitárias e o estado de conservação das paredes, telhados, portas e janelas, a fim de opinar nos processos de concessão de "habite-se"; verificar o licenciamento de obras de construção ou reconstrução, embargando as que não estiverem providas de competente autorização ou que estejam em desacordo com o autorizado; intimar, autuar, estabelecer prazos e tomar providências relativas aos violadores da legislação urbanística; efetuar a fiscalização de terrenos baldios, verificando a necessidade de limpeza, capinação, construção de muro e calçadas, bem como fiscalizar o depósito de lixo em local não permitido; efetuar a fiscalização em construções; acompanhar o engenheiro da prefeitura nas inspeções e vistorias realizadas no município; efetuar levantamento de terrenos e loteamentos para execução de serviços, bem como efetuar levantamentos dos serviços executados; fiscalizar os serviços executados por empreiteiras e pelo município; orientar e treinar os servidores que auxiliam na execução das tarefas típicas do cargo; expedir notificações preliminares e autos de infração referentes ao cumprimento da legislação do Código Tributário do Município; verificar a regularidade do licenciamento de atividades comerciais, industriais e de prestação de serviços, face aos artigos que expõem, vendem ou manipulam, e os serviços que prestam; verificar as licenças de ambulantes e impedir o exercício desse tipo de comércio por pessoas que não possuam a documentação exigida; verificar o horário de fechamento e abertura do comércio em geral e de outros estabelecimentos, bem como a observância das escalas de plantão das farmácias; realizar vistorias para fins de acompanhamento e manutenção do sistema tributário e para fins de renovação do licenciamento; verificar a exatidão dos lançamentos efetuados pelo contribuinte nos livros fiscais e contábeis à vista dos documentos correspondentes; Efetuar diligências para verificação de notas fiscais de prestação de serviços, apuração de denúncias, concessão de inscrição municipal e informações em processo fiscal; Notificar e aplicar penalidades previstas em lei e regulamentos municipais; Localizar evasões ou clandestinidade de receitas municipais; Atender consultas de caráter tributário; Cooperar na atualização e aperfeiçoamento da legislação tributária; Executar inspeção em livros, documentos, registros e imóveis, para constatar a satisfação plena do crédito tributário municipal; Fiscalizar o transporte coletivo municipal; desempenhar outras tarefas afins.

Monitor de Creche

Auxiliar as atividades planejadas pelo professor da turma; Orientar as crianças quanto às condições de higiene, auxiliando-as no banho, vestir, calçar, pentear e guardar seus pertences, para garantir o seu bem-estar; Auxilia nas refeições, alimentando as crianças ou orientando-as sobre o comportamento à mesa; Controla os horários de repouso das crianças, preparando a cama, ajudando-as na troca de roupa, para assegurar a seu bem-estar e saúde; Acompanha crianças em passeios, visitas e festividades sociais juntamente com o professor regente, auxiliar a criança a desenvolver a coordenação motora; observar a saúde e o bem estar das crianças, levando-as quando necessário, para atendimento médico e ambulatorial; ministrar medicamentos conforme prescrição médica; prestar primeiros socorros, cientificando o superior imediato da ocorrência; Auxiliar no recolhimento e entrega das crianças que fazem uso do transporte escolar, acompanhando-as na entrada e saída do mesmo, zelando assim pela sua segurança. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo professor ou diretor da escola ou superior imediato.

Técnico Agrícola

Elaborar, orientar estudos ou programas para a recuperação e desenvolvimentos de propriedades rurais, observando a técnica conveniente; Dar pareceres e sugestões sobre o aspecto da atividade agrícola, a tendendo ao seu aperfeiçoamento e as condições sociais do homem do campo; Orientar a execução do trabalho

de campo na área de mecanização do solo, fertilizante mineral e orgânico e auxiliar na elaboração de projetos respectivos; Prestar assistência e orientação aos agricultores; Atender a consultas feitas por lavradores; Orientar a produção, administração e planejamento agrícola. Organizar e inspecionar pomares, hortas e plantações em geral; Orientar e fiscalizar os trabalhos de experimentação de campo; Prestar assistência e orientação nos programas de extensão rural; Orientar trabalhos de conservação de solo; Participar dos trabalhos de experimentação, abrangendo adulação variedades resistentes à ferrugem, herbicidas e fungicidas; Participar de previsão de safras; Orientar a produção de sementes e mudas; Executar outras tarefas semelhantes.

Técnico de Enfermagem

Prestar assistência de enfermagem ao indivíduo, família e comunidade visando a Promoção, proteção e recuperação da saúde; Fazer previsão de equipamento e material para prestar assistência de enfermagem, segundo as normas estabelecidas; Fazer atendimento de enfermagem, de acordo com programação estabelecida pela Instituição; Participar na orientação à saúde do indivíduo e a grupos da comunidade; Participar das atividades de capacitação e educação em saúde para grupos da população; Executar outros procedimentos de enfermagem de acordo com as normas técnicas; Administrar medicamentos, mediante prescrição e utilização a normas técnicas; Participar na execução de programas de vacinação, de acordo com o esquema adotado pela secretaria da saúde; Fazer coleta de material para exames complementares e proceder a sua identificação e registro; Fazer notificação de doenças transmissíveis; Participar das atividades de vigilância epidemiológica; Fazer visita domiciliar; Supervisionar e coordenar o pessoal de enfermagem na ausência do enfermeiro, quando designado, na execução de tarefas estabelecidas; Realizar cortes histológicos e inclusão; Controlar o estoque de material, visando a provisão das necessidades; Requisitar material de laboratório e verificar a sua correta especificação e condicionamento; Receber e encaminhar para análise as amostras de alimentos, bem como acondicionar e armazenar adequadamente as contraprovas; Orientar e supervisionar as atividades de coloração de lâminas desenvolvidas pelos Auxiliares do setor; Participar na organização dos arquivos das lâminas e de laudos, orientando os responsáveis; Orientar e executar os serviços de lavagem, esterilização, montagem de materiais e equipamentos utilizados no setor; Preparar reagentes, soluções, corantes e meios de cultura utilizados em laboratórios; Executar etapas intermediárias de análises laboratoriais, sob supervisão e orientação do profissional responsável.

Técnico em Vigilância Sanitária

Atuar na área de vigilância sanitária em geral, no cumprimento dos regulamentos municipais, estaduais e federais; Prestar assistência aos munícipes e estabelecimentos comerciais quanto às normas de Vigilância e saúde ambiental; Executar todas as atividades inerentes ao cargo, no cumprimento dos preceitos legais; Preparar as amostras de alimento para análise.

Advogado Municipal

Assessorar e orientar as chefias nos assuntos relacionados com os conhecimentos técnicos especializados da categoria. Emitir pareceres de natureza jurídica. Programar, organizar, coordenar, executar e controlar as atividades relacionadas com o assessoramento jurídico em geral. Lavrar e analisar contratos, convênios, acordos, ajustes e respectivos aditivos. Representar o Município em Juízo. Propor e contestar ações em geral. Acompanhar permanentemente o andamento de processos e ações judiciais. Elaborar anteprojeto de leis, decretos, regulamentos, portarias e normas internas. Organizar e manter atualizada coletânea de leis e decretos, bem como o repositório da jurisprudência judiciária e administrativa, especialmente as ligadas ao Município. Participar de comissões disciplinares ou de sindicância. Desempenhar outras atividades afins.

Assistente Social

Planejar, coordenar, controlar e avaliar programas e projetos na área do Serviço Social aplicado a indivíduos, grupos e comunidades. Elaborar e/ou participar de projetos de pesquisa, visando à implantação de serviços especializados na área de desenvolvimento comunitário. Participar no desenvolvimento de pesquisa médico-sociais e interpretar junto à equipe de saúde a situação social do indivíduo e sua família. Fornecer dados sociais para a elucidação de diagnóstico médico e pericial. Diagnosticar e tratar problemas sociais que impeçam comunidades, grupos e indivíduos de atingirem um nível satisfatório de saúde. Desenvolver atividades que visem a promoção, proteção e a recuperação da saúde da população, ocupando-se das implicações sociais, culturais, econômicas e emocionais, que influem diretamente na situação saúde, através da mobilização e desenvolvimento das potencialidades humanas e sociais. Mobilizar recursos da comunidade para que sejam devidamente utilizados e para que possa proporcionar os benefícios necessários a população. Participar de programas de treinamento de pessoal e auxiliar para o desenvolvimento das ações de educação em saúde. Desempenhar outras atividades afins.

Engenheiro Civil

Dirigir e fiscalizar a construção de obras da Administração Pública Municipal. Indicar falhas em projetos e propor soluções na obra; Embargar construções que não atendam as especificações do projeto original e as normas de responsabilidade técnica; Vistoriar, orçar, dar parecer e avaliar bens imóveis do Município. Orientar técnicos e estagiários em obras; Responsabilizar-se pelas medições para fins de liberação de parcelas; Participar de comissões técnicas; Receber processos e encaminhá-los aos setores competentes; Providenciar a compra e transporte de materiais para as obras; Desempenhar outras atividades afins.

Fisioterapeuta

Atender e analisar os aspectos sensoriais-motores; percepto-cognitivos e socioculturais; Traçar planos e preparar ambiente terapêutico; Estimular o desenvolvimento neuro-psicomotor (dnpm) normal e cognição; Ensinar técnicas de autonomia e independência; participar de equipes interdisciplinares e multiprofissionais; Emitir laudos e pareceres, quando solicitado; Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função; Desenvolver atividades educativas de saúde na área de sua competência; Participar de treinamento do pessoal de nível auxiliar, médio e superior; Fornecer dados estatísticos de suas atividades.

Médico Clínico Geral

Dirigir equipes e prestar socorros urgentes; Efetuar exames médicos; Fazer diagnósticos, prescrever e ministrar tratamento para diversas doenças, perturbações e lesões do organismo humano e aplicar os métodos da Medicina preventiva; Providenciar ou realizar tratamento especializado; Praticar intervenções cirúrgicas; Preencher e visar mapas de produção, ficha médica com diagnóstico e tratamento; Transferir, pessoalmente, a responsabilidade do atendimento e acompanhamento aos titulares de plantão; Atender casos urgentes de internados no hospital, nos impedimentos dos Titulares de plantão; Preencher os boletins de socorro urgente, mesmo os provisórios, com diagnósticos provisórios, com diagnósticos provável ou Incompleto dos doentes atendidos nas salas de primeiro socorro; Preencher as fichas dos doentes atendidos a domicílio; Preencher relatórios comprobatórios de atendimento.

Médico Ginecologista

Atender a pacientes que procuram a unidade sanitária, procedendo exame geral e obstétrico; Solicitar exames de laboratório e outros que o caso requeira; Controlar a pressão arterial e o peso da gestante; dar orientação médica à gestante e encaminhá-la à maternidade; Preencher fichas médicas das clientes; Atender ao parto e puerpério; Dar orientação relativa à nutrição e higiene da gestante; Prestar o devido atendimento às pacientes encaminhadas

por outro especialista; Prescrever tratamento adequado; Participar de programas voltados para a saúde pública; de acordo com sua especialidade; Realizar procedimentos específicos tais como: colposcopia, cauterização de colo uterino, biopsias, colocação de DIU ou implante contraceptivo. Encaminhar os pacientes que necessitam para outros níveis do sistema, garantindo a referência.

Médico Pediatra

Atender crianças que necessitam de serviços médicos, para fins de exames clínicos, educação e adaptação; Examinar pacientes em observação; Avaliar as condições de saúde e estabelecer o diagnóstico; avaliar o estágio de crescimento e desenvolvimento dos pacientes; Estabelecer o plano médico-terapêutico-profilático prescrevendo medicação, tratamento e dietas especiais; prestar pronto atendimento a pacientes externos sempre que necessário ou designado pela chefia imediata; Orientar a equipe multiprofissional nos cuidados relativos a sua área de competência; Participar da equipe médico-cirúrgica quando solicitado, Zelar pela manutenção e ordem dos materiais, equipamentos e local de trabalho; Comunicar ao seu superior imediato, qualquer irregularidade; participar de projetos de treinamento e programas educativos; Cumprir e fazer cumprir as normas; Propor normas e rotinas relativas a sua área de competência; Classificar e codificar doenças, operações e causa de morte, de acordo com o sistema adotado; Manter atualizados os registros das ações de sua competência; Atender crianças desde o nascimento até a adolescência, prestando assistência médica integral; Executar outras tarefas correlatas a sua área de competência, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão.

Monitor Educação Especial

Atuar diretamente com o aluno com Múltiplas Deficiências, Graves Comprometimentos Mentais ou Condutas Típicas de Síndromes incluídos, contribuindo para sua interação e socialização com os pares, favorecer o desenvolvimento da independência e autonomia em suas atividades de vida diária e social no contexto escolar e nas atividades extra classe, auxiliando o aluno no que for necessário; Acompanhar o aluno com o comportamento adaptativo a outros espaços e atividades pedagógicas sob a orientação do professor e outros técnicos promover em conjunto com o professor regente, o avanço contínuo das habilidades do aluno incluído, através da utilização e organização de atividades pedagógicas e AVD (Atividades de Vida Diária); Atuar como mediador do processo de ensino/aprendizagem seguindo as orientações recebidas do professor regente ou outros técnicos, contribuindo na aquisição de conhecimentos. Participar de formação continuada e/ou reuniões organizadas pela Gerência de Educação Especial. Auxiliar o professor regente, no que diz respeito a inclusão, promovendo a aprendizagem do aluno com Múltiplas Deficiências, Graves Comprometimentos Mentais ou Condutas Típicas de Síndromes e consequentemente na aprendizagem coletiva da turma.

Odontólogo

Realizar exame clínico com finalidade epidemiológica; Realizar procedimentos clínicos básicos; Encaminhar e orientar os usuários que apresentarem problemas mais complexos; Realizar atendimentos nas urgências; Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais; Executar ações de assistência integral; Coordenar ações coletivas voltadas para a promoção e prevenção à Saúde Bucal; Realizar ações educativas e preventivas em Saúde Bucal.

Pedagogo

Coordenar o processo de discussão, elaboração e avaliação do currículo da escola intervindo, de acordo com sua especificidade, como mediador da ação docente na qualificação do processo ensino-aprendizagem; coordenar, junto à unidade escolar, os processos de criação, organização e funcionamento de instâncias colegiadas : conselho Escolar, Grêmios Estudantis, e outros promovendo a democratização das relações e decisões na comunidade

escolar; Participar da elaboração do projeto político pedagógico, coordenando o levantamento de dados da comunidade escolar, como suporte necessário ao seu dinamismo; coordenar, juntamente com o diretor, o Conselho de Classe em seu planejamento, execução e avaliação, estimulando a participação dos alunos e pais; participar da relação ensino - aprendizagem criando e estimulando oportunidade de discussão coletiva e reflexão teórica sobre a prática e a troca de experiências, a avaliação do rendimento escolar, a análise de problemas e soluções comuns, leitura, estudo, pesquisa e debate sobre a prática e a troca de experiências, a avaliação do rendimento escolar, a análise de problemas e soluções comuns, leitura, estudo, pesquisa e debate sobre a prática pedagógica; participar com os professores do planejamento, desenvolvimento e avaliação de atividades que, em processo, recuperam as dificuldades apresentadas pelos alunos; participas da organização de momentos coletivos para a leitura, análise e escolha do livro didático; participar do processo de formação continuada dos professores, tendo em vista concretização da função social da escola; participar junto à Secretaria Municipal de Educação da elaboração e atualização do regimento escolar unificado, contribuindo para o seu cumprimento, realizar e ou promover pesquisas e estudos nas escolas municipais; participar de cursos, simpósios, seminários e outros eventos educacionais, definidos pela Secretaria Municipal de Educação; possibilitar aos alunos maiores condições de adaptação solução de seus problemas, proporcionando-lhes a melhor orientação quanto às suas necessidades, interesses e qualidades e responsabilidade sociais; orientar os professores quanto às atividades a serem desenvolvidas com os alunos, em função de problemática individual e coletiva; convocar e orientar os pais ou responsáveis pelos alunos sempre que necessário, visando à integração da família à escola; coordenar o planejamento global da escola, divisão de horários, turnos e turmas; participar da elaboração do calendário escolar junto a Secretaria Municipal de Educação; participar do processo de avaliação institucional das escolas do Sistema Municipal de Ensino; organizar e analisar o desempenho dos alunos das escolas municipais; exercer as demais atividades decorrentes da fundação do seu cargo ou as que lhe forem atribuídas pela Secretaria Municipal de Educação.

PROFESSORES (todos)

I. Planejar, ministrar aulas, orientar a aprendizagem dos alunos e zelar pelo desenvolvimento do aluno, respeitando seus interesses e conhecimentos prévios. II. Atualizar-se em sua área de conhecimento. III. Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos. IV. Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento. V. Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino. VI. Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional. VII. Cooperar com os serviços dos Pedagogos e Especialistas em Assuntos Educacionais no que for estabelecido para o Projeto Político Pedagógico da escola. VIII. Cumprir as horas-atividade de acordo com o que a Unidade Escolar estabelecer. IX. Cumprir com os horários pré-determinados pela escola. X. Elaborar programas, planos de curso e de aula no que for de sua competência. XI. Estabelecer formas alternativas de recuperação para os alunos que apresentarem menor rendimento. XII. Executar o trabalho docente em consonância com a proposta curricular da escola. XIII. Executar outras atividades compatíveis com o cargo, determinado pela direção da escola ou do órgão superior competente. XIV. Fornecer dados através de preenchimento de diários de classe, planejamento e outros documentos apresentados ao professor. XV. Informar os pais de reuniões na escola, quando solicitado pela direção ou quando o próprio professor sentir necessidade. XVI. Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s). XVII. Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino. XVIII. Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola. XIX. Participar no processo de planejamento das atividades da escola e de reuniões, encontros,

atividades cívicas, culturais e conselhos de classe. XX. Participar, como convocado (a) de reunião, conselhos de classe, atividades cívicas, reuniões de estudos ou cursos XXI. Promover experiências de ensino e aprendizagem contribuindo para o aprimoramento da qualidade de ensino. XXII. Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente. XXIII. Zelar pela aprendizagem do aluno. XXIV. Zelar pela disciplina e pelo material docente. XXV. Produzir com as crianças as regras do grupo, estimulando nestas o senso de limites e respeito. XXVI. Executar o trabalho em conjunto com os profissionais que realizam monitoria, visando à plena atenção ao aluno. XXVII. Agir com ética, respeito e solidariedade perante companheiros de trabalho, contribuindo com o bom clima organizacional. XXVIII. Cultivar um bom relacionamento com alunos, pais responsáveis. XXIX. Atuar em parceria com outros profissionais. XXX. Utilizar materiais adequados à faixa-etária das crianças, estimulando seu processo de desenvolvimento cognitivo. XXXI. Criar situações que elevam a autoestima da criança, tratando-a com afetividade, melhorando o vínculo com a mesma e consequentemente, facilitando o processo ensino-aprendizagem. XXXII. Cumprir os dias letivos e horas/aula e horas atividades estabelecidas no calendário escolar, de acordo com legislação vigente, bem como cumprir demais orientações e determinações da Unidade Escolar e Secretaria Municipal de Educação. XXXIII. Participar de eventos extraclasse estabelecidos no calendário escolar, bem como participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional. XXXIV. Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade, promovendo a integração entre estes. XXXV. Apresentar domínio de conteúdo, utilizando linguagem adequada à compreensão dos alunos. XXXVI. Apresentar domínio de classe com autoridade, respeito e cooperação, mantendo o bom relacionamento com os alunos. XXXVII. Manter a sala de aula com ambiência pedagógica estimuladora da aprendizagem. XXXVIII. Elaborar diferentes instrumentos de avaliação, com critérios bem definidos, a partir da matriz de habilidades. XXXIX. Fazer a reavaliação do processo de aprendizagem dos alunos, sempre que o Conselho de Classe assim determinar. XL. Estabelecer estratégias de recuperação de estudos sempre que os alunos apresentarem baixo rendimento, revendo os conteúdos relevantes. XLI. Definir juntamente com a equipe técnico-administrativa da unidade escolar, serviços especializados e de apoio, planos de ação com estratégias de intervenção e recursos didáticos específicos e/ou diferenciados, que possibilitem aos alunos que apresentam deficiência, transtorno ou altas habilidades/superlotação, o desenvolvimento das habilidades previstas na matriz curricular, de cada etapa de ensino. XLII. Redigir, quando solicitado, parecer descritivo para acompanhar o histórico do aluno com deficiência, transtorno ou altas habilidades/superlotação. XLIII. Executar outras atribuições, correlatas às acima descritas, conforme demanda e/ou a critério de seu superior imediato.

Psicólogo

Prestar escuta qualificada, individual ou grupal, visando à identificação da necessidade dos indivíduos e famílias, promovendo o encaminhamento adequado a cada caso específico; Trabalhar com as famílias as relações interpessoais, objetivando identificar a existência de conflitos individuais e grupais com vista ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários dos usuários; Realizar atendimento psicossocial, individual e familiar; Realizar visitas domiciliares, conforme cada caso específico; Definir em conjunto com a equipe as intervenções necessárias, acompanhamento de casos e encaminhamentos para a Rede de Proteção, visando à superação da situação de violação de direitos evidenciada; Elaborar e encaminhar ao Conselho Tutelar, Vara da Infância e da Juventude, e Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, relatório técnicos informando sobre a violação de direitos dos usuários e/ou para subsidiar decisões sócio jurídicas, quando solicitados; Proceder a registros de dados dos atendimentos realizados para fins de sinopse estatística da unidade. Executar outras tarefas

compatíveis com as previstas no cargo.

ANEXO III

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ATENÇÃO:

Poderão ser objeto de questões quaisquer alterações na legislação constante dos programas das provas, havidas e publicadas até o dia da publicação do presente edital. Nas questões relacionadas a conhecimentos de informática, salvo expressa menção do programa e ou enunciado, as perguntas poderão estar relacionadas a qualquer versão dos softwares existentes no mercado. As bibliografias são meramente sugestões ficando a cargo do candidato pesquisar e adquirir o material para estudo.

CARGOS NÍVEL ALFBETIZADO

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS - COMUM A TODOS OS CARGOS

LÍNGUA PORTUGUESA.

Leitura e Interpretação de Textos; Vogais e Consoantes; Maiúsculas e Minúsculas; Separação de sílabas; Ditongos, tritongos, Aumentativo e Diminutivo; Masculino e Feminino (artigos); numerais; Sinônimo e Antônimo; Plural e Singular; encontros vocálicos; encontros consonantais; sílabas; tonicidade das sílabas. Substantivos, Noções de tempos verbais: presente, passado e futuro.

MATEMÁTICA

Noções de cálculos, situações-problema para uso das operações básicas. Unidades de Medidas. Cálculo de área. Figuras Geométricas. operações com números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão; grandezas e medidas; conjuntos. Medidas de tempo, porcentagem, juros simples.

CONHECIMENTOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (OBRAS - SAÚDE - EDUCAÇÃO - FEMININO)

Materiais de limpeza e sua utilização. Destinação do lixo e reciclagem. Limpeza dos diferentes espaços. Conhecimentos teóricos e práticos relacionados a faxina, manipulação de alimentos, copa; Recepção e armazenamento de materiais de limpeza. Controle de estoque e técnicas de armazenamento de alimentos. Manuseio e conservação de equipamentos e utensílios; Produtos de limpeza, produtos químicos de limpeza, símbolos e cuidados. Prevenção de Acidentes. Segurança no trabalho. Tipos de limpeza, varredura seca, úmida e molhada. Tipos de materiais (panos de limpeza, esponjas, mops, rodos etc) e suas adequadas utilizações. Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). Noções de ética e cidadania; Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público;

MERENDEIRA

Noções de alimentação, nutrição e grupos de alimentos; Etapa da produção de refeições; Recepção e armazenamento de gêneros alimentícios, pré-preparo, preparo e distribuição. Controle de estoque e técnicas de armazenamento de alimentos. Manuseio e conservação de equipamentos e utensílios; Noções de higiene e higiene no ambiente de trabalho e higiene dos alimentos; Técnicas de uso e conservação de material de limpeza; Simbologia dos produtos químicos e de perigo; Noções de operação de máquinas simples para limpeza e conservação do ambiente; Reciclagem de lixo; limpeza e higienização de prédios públicos, superfícies brancas e revestimentos cerâmicos; Noções de higiene e higiene no ambiente de trabalho; limpeza e higienização de banheiros e áreas comuns; armazenamento, cuidados de manuseio e destino do lixo hospitalar. Noções de ética e cidadania; Regras de comportamento

no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Conhecimentos básicos de normas de higiene no ambiente de trabalho, conservação, limpeza e guarda de materiais sob sua responsabilidade; Execução de atividades afins, observando-se a prática do dia a dia. Conhecimentos básicos inerentes às atividades do cargo.

MOTORISTA

Legislação de trânsito: Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503 de 23/9/1997) e legislação complementar atualizada. Conceitos, definições e diretrizes. Sistema Nacional de Trânsito: disposições gerais, composição e competências. Normas gerais de circulação e conduta. Educação para o trânsito: conceito, propostas, responsabilidade dos órgãos competentes. Sinalização: objetivos, classificação, ordem de prevalência. Operação e fiscalização de trânsito. Veículos: Classificação. Características. Segurança. Equipamentos obrigatórios. Proibições. Transporte de cargas. Identificação. Registro de veículos. Licenciamento. Habilitação: Processo de habilitação. Carteira Nacional de Habilitação. Normas. Autorização e permissão para dirigir. Categorias. Exames. Aprendizagem. Expedição. Infrações. Penalidades: Advertências. Multa. Suspensão do direito de dirigir. Apreensão do veículo. Cassação da Carteira Nacional de Habilitação. Medidas administrativas. Processo administrativo. Cursos de reciclagem. Crimes de trânsito: Disposições gerais. Tipificação. Penalidades. Direção defensiva: Definição. Cuidados gerais ao dirigir. Riscos, perigos e acidentes. Manutenção periódica e preventiva do veículo. Cinto de segurança. Condutor. Ambiente e condições adversas para dirigir. Uso de álcool, drogas e medicamentos. Mecânica básica: Noções básicas de mecânica de automóveis. Comandos principais. Carroceria, motor e transmissão. Rodas, direção, freios, suspensão e sistema elétrico. Manual de instruções do veículo. Primeiros socorros: Noções básicas de primeiros socorros. Manutenção dos sinais vitais. Procedimentos emergenciais. Movimentação e transporte de emergência. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes às atribuições do cargo.

OPERADOR DE MÁQUINAS

Noções do Código de Trânsito Brasileiro, Resoluções, Deliberações, Portarias e demais Leis expedidas pelos órgãos componentes do Sistema Nacional de Trânsito; Direção defensiva; Noções gerais de circulação e conduta; Noções de mecânica; Manutenção e Limpeza de veículos; Equipamento de Proteção Individual, Noções de prevenção de acidentes, funcionamento e Manejo do equipamento utilizado; Noções de segurança e equipamentos de segurança no trabalho; Noções de Primeiros Socorros ética e cidadania; Conhecimento a respeito de máquinas tipo: Esteira, trator de pneus, perfuratrizes, basculantes, escavadeiras, motoniveladoras, retro-escavadeira, escavadeira hidráulica e outras máquinas similares. Manuseio de volante, alavanca de comando, acionamento de pedais. Noções de proteção ao meio ambiente. Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). Noções de ética e cidadania; Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Prática de direção veicular: Condução de veículos da espécie; manobras; conhecimentos sobre os instrumentos do painel de comando; manutenção; sinalização de trânsito; manutenção do veículo; direção e operação veicular de máquinas leves e pesadas motorizadas e não motorizadas.

CARGOS DE ENSINO MÉDIO

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS - COMUM A TODOS OS CARGOS

LÍNGUA PORTUGUESA.

Interpretação de Textos - Língua escrita objetiva e suas formas; Morfologia, Fonética e Fonologia, Ortografia, classe estrutura e formação de palavras, frase, oração, período, pontuação, derivação e composição, substantivo, adjetivo, pronome, verbos, artigo, numerais, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, o período e sua construção, sujeito, predicado, oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas, acentuação gráfica, Sintaxe, figuras de sintaxe, concordância, figuras de linguagem, noções de versificação, literatura brasileira; Gêneros literários e discursivos.

Bibliografia Sugerida

ANDRÉ, Hildebrando A de. Gramática ilustrada. 4. ed. São Paulo: Moderna, 1990.

CUNHA, Celso e CINTRA, Luis Filipe Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 5ª. Ed. 2010.

CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 26. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1985.

FERREIRA, A. B. de H. Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa. R. J: Nova Fronteira, 1999. Médicas, 1995.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. Gramática normativa da língua portuguesa. 26. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

Livros didáticos de Língua Portuguesa para o ensino médio e Outras Gramáticas Normativas.

A critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

MATEMÁTICA

Números Naturais e sistemas de numeração decimal; números racionais, operações com números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão; Espaço e forma, grandezas e medidas; Expressões numéricas, múltiplos, resolução de problemas, regras de três simples e composta, sistema de numeração decimal e romana; Raízes, proporcionalidade entre seguimentos, semelhança de figuras, números, formas geométricas, medidas de comprimento, ângulos e retas, números primos, medidas de tempo, polígonos, frações, triângulos e quadriláteros, medidas de capacidade, porcentagem, juros simples e compostos, medidas de superfície, gráficos e tabelas, simetria e medidas de massa. Álgebra, trigonometria, geometria, geometria analítica, equações de primeiro e segundo grau, noções de estatística, Sequência, Progressão Aritmética e Progressão Geométrica.

Bibliografia Sugerida

GIOVANNI, José Ruy; BONJORNO, José Roberto, GIOVANNI JR., J. Matemática Fundamental: 2º, Grau - volume único.. SP, Ed. FTD, 2008.

Outros Livros de Matemática do ensino médio

A critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Aspectos da História, Geografia, Atualidades, Cultura, Cinema, Artes, tecnologia, Economia, e organização política do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Ciências naturais e meio ambiente

Bibliografia Sugerida

Almanaque Abril 2013.

Livros, Jornais, Revistas, Telejornais e outros materiais que abrangem o programa proposto e a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

INFORMÁTICA BÁSICA

Informática Básica- Sistemas operacionais Windows e Linux: sistema de arquivos; utilização dos principais recursos, aplicativos e ferramentas, Microsoft Office e BR Office: criação, edição, formatação, visualização e impressão de textos, planilhas

e apresentações; uso de fórmulas, tabelas, imagens e gráficos, teclas de atalho, envio e recebimento de e-mail, Internet e Intranet; navegação e busca na Web; correio eletrônico. Segurança: softwares maliciosos; procedimentos e aplicativos de segurança; realização de cópias de segurança.

Bibliografia Sugerida

Ajuda eletrônica integrada aos Programas básicos de informática. A critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Assistente Administrativo

Legislação: Constituição Federal: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos - Dos Direitos Sociais - Da Nacionalidade - Dos Direitos Políticos - Dos Municípios - Da Administração Pública - Dos Servidores Públicos, Lei Orgânica do Município e Estatuto do Servidor de Bela Vista do Toldo.

Conhecimentos Técnico Profissionais:

Qualidade no atendimento: Atendimento ao público interno e externo. Comunicação; Elementos da comunicação, emissor e receptor; Redação e Documentos oficiais: formas de tratamento, elaboração, organização e expedição de documentos oficiais como relatório, ofício, memorando, aviso, ata, atestado, declaração, despacho, portaria, moção, pedido de providência, requerimento, circular e etc.; Recepção e despacho de documentos; Uso de equipamentos de escritório. Correspondência Oficial, recebimentos e envios; Técnicas de arquivos, organização, localização e manutenção; Protocolos em geral, recebimento, envio e registro; Correspondência Oficial. Conhecimento de arquivo, redação administrativa, carta comercial, requerimento, circular, memorando, ofícios, telegrama. Correio eletrônico. Conhecimento das rotinas de expedição de correspondência. Noções gerais de relações humanas. Conhecimentos gerais das rotinas administrativas. Noções de Cidadania; Relacionamento Interpessoal; Linguagem social. Conhecimentos básicos em informática: Software, hardware e redes. Editor de texto. Planilha Eletrônica. Conceitos de Internet e Intranet. Correio eletrônico. Cópias de segurança (backup). Conceito e organização de arquivos (pastas/diretórios). Tipos de arquivos. Noções básicas de armazenamento de dados.a. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

Bibliografia Sugerida

- BRASIL. Presidência da República. Manual de redação da Presidência da República. (Disponível em www.planalto.gov.br)

Publicações do site oficial do Ministério da Educação (apostilas e cartilhas), www.mec.gov.br

Publicações do site oficial do Ministério da Saúde (apostilas e cartilhas), www.saude.gov.br

Publicações do site oficial do Ministério da Assistência social, www.mds.gov.br

Legislação pode ser encontrada em www.planalto.gov.br

Outras obras a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados

Assistente Administrativo Escolar

Legislação: LDB, ECA, Constituição Federal no que diz respeito à Educação

Conhecimentos Técnico Profissionais:

Qualidade no atendimento: Atendimento ao público interno e externo. Comunicação; Elementos da comunicação, emissor e receptor; Redação e Documentos oficiais: formas de tratamento, elaboração, organização e expedição de documentos oficiais como relatório, ofício, memorando, aviso, ata, atestado, declaração, despacho, portaria, moção, pedido de providência, requerimento, circular e etc.; Recepção e despacho de documentos; Uso de equipamentos de escritório. Correspondência Oficial, recebimentos e envios; Técnicas de arquivos, organização, localização e

manutenção; Protocolos em geral, recebimento, envio e registro; Correspondência Oficial. Conhecimento de arquivo, redação administrativa, carta comercial, requerimento, circular, memorando, ofícios, telegrama. Correio eletrônico. Conhecimento das rotinas de expedição de correspondência. Noções gerais de relações humanas. Conhecimentos gerais das rotinas administrativas. Noções de Cidadania; Relacionamento Interpessoal; Linguagem social. Conhecimentos básicos em informática: Software, hardware e redes. Editor de texto. Planilha Eletrônica. Conceitos de Internet e Intranet. Correio eletrônico. Cópias de segurança (backup). Conceito e organização de arquivos (pastas/diretórios). Tipos de arquivos. Noções básicas de armazenamento de dados.a. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo. Bibliografia Sugerida

- BRASIL. Presidência da República. Manual de redação da Presidência da República. (Disponível em www.planalto.gov.br)

Publicações do site oficial do Ministério da Educação (apostilas e cartilhas), www.mec.gov.br

Publicações do site oficial do Ministério da Saúde (apostilas e cartilhas), www.saude.gov.br

Publicações do site oficial do Ministério da Assistência social, www.mds.gov.br

Legislação pode ser encontrada em www.planalto.gov.br

Outras obras a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados

Auxiliar de Odontologia

Legislação: SUS, ESF, SUAS, ECA, Constituição Federal no que diz respeito à Saúde e Estatuto do Idoso

Conhecimentos Técnico Profissionais:

Conceitos de prevenção e controle de doenças bucais para indivíduos, família e comunidade. Anatomia e fisiologia do corpo humano. Organização do ambiente de trabalho. Equipamentos e Instrumentais: nomenclatura, utilização, cuidados. Conservação e Manutenção de equipamentos odontológicos. Processos de limpeza, desinfecção e esterilização de instrumentais, equipamentos e ambientes odontológicos. Ergonomia: espaço físico, postura, posição de trabalho. Higiene Bucal: técnicas de escovação supervisionada, cuidados com aparelhos protéticos. Índices epidemiológicos utilizados em Odontologia. Preenchimento e controle de fichas clínicas, registros em Odontologia. Manejo de pacientes na clínica odontológica. Materiais odontológicos: nomenclatura, utilização, manipulação, armazenamento e controle de estoque. Utilização racional de fluoretos em Odontologia. Placa bacteriana: identificação, índices, fisiologia, patogenia, meios químicos e mecânicos utilizados para o seu controle. Principais problemas que afetam a saúde bucal: cárie, doença periodontal, má oclusão, lesões de tecidos moles - conceito, etiologia, evolução, transmissibilidade, medidas. Atendimento ao público e ao telefone, recepção, noções de arquivo e elaboração de ofícios e memorandos. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

Bibliografia Sugerida

Publicações do site oficial do Ministério da Saúde (apostilas e cartilhas), www.saude.gov.br

Publicações do site oficial do Ministério da Assistência social, www.mds.gov.br

Legislação pode ser encontrada em www.planalto.gov.br

Outras obras a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

Fiscal de Obras e Tributos

Legislação: Constituição Federal: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos - Dos Direitos Sociais - Da Nacionalidade - Dos Direitos Políticos - Dos Municípios - Da Administração Pública - Dos Servidores Públicos, Lei Orgânica do Município e Estatuto do Servidor

de Bela Vista do Toldo

Conhecimentos Técnico Profissionais:

Toda a legislação municipal atinente ao ordenamento urbano como plano diretor, código de obras e edificações, posturas. Licenciamento dos Estabelecimentos Industriais, Comerciais e Prestadores de serviços. Fundamentos técnicos e legais da construção civil. Noções de construção: fundações, estruturas, paredes e revestimentos, coberturas. Condições gerais das edificações: alinhamentos e afastamentos, classificação dos compartimentos, vãos, áreas, circulações em mesmo nível, circulações de ligação de níveis diferentes, orientação e insolação. Elementos básicos do projeto: plantas, cortes, fachadas e detalhes. Projeto de reforma e modificação: acréscimo e demolição. Instalações prediais: hidráulicas, sanitárias e elétricas. Estabelecimentos comerciais; Uso de passeio público por estabelecimentos comerciais; Limpeza de terrenos urbanos. Auto de infração. Auto de apreensão. Conceito e Limites. Parcelamento do solo. Controle de acesso a prédios e serviços públicos e particulares para Deficientes, Idosos, Gestantes e Pessoas acompanhadas de crianças de colo. Licença para Edificar (conceito, procedimentos, alteração do projeto): HABITE-SE, Licença para Reforma e Reconstrução, Licença para Demolições, Controle sobre o uso e ordenamento do solo, Sinalização de vias e obras públicas. Canteiro de obras; proteção e segurança, depósito e armazenamento de materiais, equipamentos e ferramentas. Fundações. Escavações. Escoramentos. Estruturas metálicas. Controle tecnológico. Argamassas. Instalações prediais. Alvenarias e revestimentos. Esquadrias. Coberturas. Pisos. Impermeabilização. Segurança e higiene do trabalho. Ensaios de recebimento da obra. Desenho técnico. Noções sobre Desenho técnico: projeções ortogonal, plantas, elevações, cortes e detalhes. Perspectivas: isométricas e cavaleira. Desenhos de arquitetura: plantas, cortes, fachadas, perspectivas e detalhes construtivos. Conhecimentos de Código de Obras do Município. Controle de execução de obras e serviços. Documentação de obras: diários e documentação da obra: diários e documentos de legalização. Interdição de Obra. Notificação Administrativa. Legislação Municipal Específica; Funções do Fiscal; Hierarquia; Utilização de logradouros públicos; Muros, cercas e calçadas; Queimadas; Cortes de árvores; Lei tributária. Fato gerador. Base de cálculo. Alíquota. Lançamentos - modalidades: por declaração, de ofício e por homologação, revisão, atualização de valores imobiliários, recursos contra lançamentos. Crédito tributário - exigibilidade, extinção, pagamento, decadência, prescrição, exclusão, anistia, cobrança judicial. Imunidade e isenção - isenções: unilaterais, bilaterais, subjetivas e objetivas. Incidência e não incidência. Bitributação e "BIS IN IDEM". Parafiscalidade e extrafiscalidade. Normas gerais de direito financeiro e tributário. Tributos e outras receitas municipais. Impostos privativos - imposto predial urbano (IPTU): zona urbana - incidência, alíquotas, base de cálculo e contribuintes, imposto sobre transmissão "inter vivos" de imóveis e de direitos reais (ITBI), imposto sobre serviço de qualquer natureza (ISS) - incidência, base de cálculo e contribuinte. Impostos partilhados - imposto de renda, imposto territorial rural (ITR), imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA), imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), imposto sobre produtos industrializados (IPI), fundo de participação dos municípios (FPM) e outros fundos. Tributos comuns - taxas diversas e contribuição de melhoria. Outras receitas - preços, empréstimos, financiamentos, auxílios e subvenções. Tributos municipais: critérios estruturais; princípios constitucionais; da progressividade; isenções tributárias; do processo administrativo. Autonomia e competência tributária do município. Extinção do crédito tributário; Contribuição de melhoria; Lei 8.666; Código Tributário Nacional; Tributos na Constituição Federal; Legislação Tributária Municipal. Qualidade no atendimento: Atendimento ao público interno e externo, pessoalmente ou através do telefone; recebimento, orientação e encaminhamento das pessoas ao setor específico. Noções de Arquivo: organização de arquivos e protocolos; Recepção e despacho de

documentos; Uso de equipamentos de escritório. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos. Licitações. Contratos Administrativos. Serviços Públicos. Servidores Públicos. Responsabilidade Civil da Administração. Controle Da Administração. Correspondência Oficial. Redação Oficial. Formas De Tratamento. Expressões e Vocábulos Latinos de uso freqüente nas Comunicações Administrativas Oficiais. Modelos e/ou Documentos utilizados. Cuidados com o ambiente de trabalho: Noções de segurança e higiene do trabalho., Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei de Licitações, l e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania. Constituição Federal; Ética Profissional e outros conteúdos inerentes ao cargo.

Monitor de Creche

Legislação: LDB, ECA, Constituição Federal no que diz respeito à Educação

Conhecimentos Técnico Profissionais:

Educar e cuidar; Higiene, saúde e nutrição infantil. A organização do tempo e do espaço na educação; Princípios que fundamentam a prática na educação: Pedagogia da infância, dimensões humanas; direitos da infância; relação unidade de educação e família; As instituições de educação como espaço de produção das culturas infantis; Referencial Curricular Nacional Educação Infantil - RCNEI. O, Lúdico e a educação, recreação, A inclusão escolar, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Métodos e processos no ensino da leitura. Definições dos tipos de deficiência; Programa Educação Inclusiva; Direito a Diversidade; Convenção da Guatemala Decreto nº 3.956/2001; Celestin Freinet e a aula passeio. Código de Trânsito Brasileiro no que diz respeito à sinalização e cuidados com o pedestre. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

Bibliografia Sugerida

Publicações do site oficial do Ministério da Educação (apostilas e cartilhas), www.mec.gov.br

Publicações do site oficial do Ministério da Assistência social, www.mds.gov.br

Legislação pode ser encontrada em www.planalto.gov.br

Outras obras a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

Técnico Agrícola

Legislação: Constituição Federal: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos - Dos Direitos Sociais - Da Nacionalidade - Dos Direitos Políticos - Dos Municípios - Da Administração Pública - Dos Servidores Públicos, Lei Orgânica do Município e Estatuto do Servidor de Bela Vista do Toldo.

Conhecimentos Técnico Profissionais:

Uso e conservação dos solos; Adubação em geral; Tipos e classificação de fertilizantes e corretivos; Irrigação e drenagem; Conhecimentos gerais de fitotecnia; Grandes culturas anuais; Grandes culturas perenes; Olericultura; Fruticultura; Silvicultura; Pastagens; Mecanização Agrícola; Máquinas e Implementos agrícolas; Regulagem de equipamentos agrícolas; Manutenção de máquinas e implementos agrícolas; Noções de fitossanidade; Identificação das principais pragas agrícolas; Manejo de pragas; Uso correto de agrotóxicos; Conhecimentos gerais de zootecnia; Bovinocultura; Avicultura; Ovinocultura; Caprinocultura; Piscicultura; Suinocultura; Noções de sanidade animal; Noções de higiene e de segurança individual, coletiva e de instalações. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração;

Bibliografia Sugerida

Legislação pode ser encontrada em www.planalto.gov.br

Outras obras a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras

atualizadas sobre os conteúdos especificados

Técnico em Enfermagem

Legislação: SUS, ESF, SUAS, ECA, Constituição Federal no que diz respeito à Saúde e Estatuto do Idoso

Conhecimentos Técnico Profissionais:

Noções sobre Políticas de Saúde no Brasil. Trabalho em equipe. Educação em Saúde: conceitos básicos. Manter a assepsia dos equipamentos e materiais assim como do local de trabalho; conhecer Ética e legislação em enfermagem; Regulamentação do exercício profissional; Código de ética dos profissionais de enfermagem; Técnicas básicas de enfermagem; Noções de rotinas administrativas ambulatoriais; Biossegurança; Administração de medicamentos (noções de farmacologia, cálculo para dosagem de drogas e soluções, vias de administração); Enfermagem médico-cirúrgica: Limpeza, desinfecção e esterilização de material; Assistência de urgência e emergência ambulatorial; Enfermagem materno-infantil, enfermagem em Saúde Pública, vigilância epidemiológica; e Sanitária; enfermagem do adolescente, do adulto, e do idoso; Noções de administração aplicada ao Técnico de enfermagem; Imunizações; Conhecimentos básicos inerentes as atividades do cargo; Noções de saúde pública, Política de Atenção Básica. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

Bibliografia Sugerida

Publicações do site oficial do Ministério da Saúde (apostilas e cartilhas), www.saude.gov.br

Publicações do site oficial do Ministério da Assistência social, www.mds.gov.br

Legislação pode ser encontrada em www.planalto.gov.br

Outras obras a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

Técnico em Vigilância Sanitária

Legislação: SUS, ESF, SUAS, ECA, Constituição Federal no que diz respeito à Saúde e Estatuto do Idoso

Conhecimentos Técnico Profissionais:

Noções de instalações hidrossanitárias e de coleta e tratamento e emissão de dejetos sólidos em edificações para fins habitacionais, comerciais, industriais e de prestação de serviços; Noções de tratamento de lixo orgânico, tóxico, poluente, danoso ao meio ambiente; Normas de higiene e de segurança para a saúde pública na produção, manuseio, armazenagem e comercialização de alimentos; Normas de comercialização de produtos como remédios e agrotóxicos; Normas de segurança para abate, distribuição e comercialização de carnes; Histórico do combate às doenças transmissíveis no Brasil, A Cadeia Epidemiológica das doenças transmissíveis, Agentes infecciosos e suas propriedades, Conceitos Básicos usados em Epidemiologia, Noções Básicas de Epidemiologia Descritiva, Indicadores de Saúde (medidas de saúde coletiva - coeficiente, taxa) e utilização nos serviços de saúde, Lei nº 8.080/90 e Lei 12.401/11, Conhecimento da Portaria n 1943/MG/MS de 18.10.01 referente Doenças de Notificação Compulsória, Organização do Sistema de Vigilância Epidemiológica - Município, Estado e União, Vigilância Epidemiológica das doenças imunoprevisíveis, Vigilância Epidemiológica das doenças transmitidas por vetores, Vigilância Epidemiológica das doenças diarreicas, Vigilância Epidemiológica das Zoonoses, Sistema de Informação em Epidemiologia (notificação, investigação, fluxo das informações), SUS e a vigilância epidemiológica Legislação Municipal referente à saúde pública e fiscalização. Código de Trânsito Brasileiro. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania. Constituição Federal; Ética Profissional e outros conteúdos inerentes ao cargo.

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR COMPLETO

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS - COMUM A TODOS OS CARGOS

LÍNGUA PORTUGUESA.

Interpretação de Textos - Língua escrita objetiva e suas formas; Morfologia, Fonética e Fonologia, Ortografia, classe estrutura e formação de palavras, frase, oração, período, pontuação, derivação e composição, substantivo, adjetivo, pronome, verbos, artigo, numerais, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, o período e sua construção, sujeito, predicado, oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas, acentuação gráfica, Sintaxe, figuras de sintaxe, concordância, figuras de linguagem, noções de versificação, literatura brasileira; Gêneros literários e discursivos.

Bibliografia Sugerida

ANDRÉ, Hildebrando A de. Gramática ilustrada. 4. ed. São Paulo: Moderna, 1990.

CUNHA, Celso e CINTRA, Luis Filipe Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 5ª. Ed. 2010.

CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 26. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1985.

FERREIRA, A. B. de H. Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa. R. J: Nova Fronteira, 1999. Médicas, 1995.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. Gramática normativa da língua portuguesa. 26. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

Livros didáticos de Língua Portuguesa para o ensino médio e Outras Gramáticas Normativas.

A critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Aspectos da História, Geografia, Atualidades, Cultura, Cinema, Artes, tecnologia, Economia, e organização política do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Ciências naturais e meio ambiente

Bibliografia Sugerida

Almanaque Abril 2013.

Livros, Jornais, Revistas, Telejornais e outros materiais que abrangem o programa proposto e a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

INFORMÁTICA BÁSICA

Informática Básica- Sistemas operacionais Windows e Linux: sistema de arquivos; utilização dos principais recursos, aplicativos e ferramentas, Microsoft Office e BR Office: criação, edição, formatação, visualização e impressão de textos, planilhas e apresentações; uso de fórmulas, tabelas, imagens e gráficos, teclas de atalho, envio e recebimento de e-mail, Internet e Intranet; navegação e busca na Web; correio eletrônico. Segurança: softwares maliciosos; procedimentos e aplicativos de segurança; realização de cópias de segurança.

Bibliografia Sugerida

Ajuda eletrônica integrada aos Programas básicos de informática.

A critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO	LEGISLAÇÃO COMUM
Advogado Engenheiro Civil	Legislação: SUS, ESF, SUAS, ECA, Constituição Federal no que diz respeito à Saúde e Estatuto do Idoso. Bibliografia Sugerida: Publicações do site oficial do Ministério da Saúde (apostilas e cartilhas), www.saude.gov.br ; Publicações do site oficial do Ministério da Assistência Social, www.mds.gov.br ; Legislação federal pode ser encontrada em www.planalto.gov.br . Outras obras a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

ADVOGADO

* Integram o conteúdo de todas as matérias a legislação pertinente, a doutrina e a jurisprudência dos tribunais.

Direito Constitucional: Constituição: Conceito. Espécies de Constituição. Poder Constituinte. Poder Constituinte Estadual. Leis Orgânicas Municipais. Reforma. Revisão. Norma Constitucional: a) classificação, b) supremacia. Hermenêutica Constitucional. Disposições Constitucionais Transitórias. Eficácia e Aplicabilidade das Normas Constitucionais. Dos Princípios Fundamentais. Dignidade da pessoa humana. Dos Direitos e Garantias Fundamentais. Dos Direitos Sociais. Controle de Constitucionalidade, contornos constitucionais e Lei nº 9.868/99. Ação direta de inconstitucionalidade de lei municipal, arguição de descumprimento de preceito fundamental. Figura do amicus curiae. Ação declaratória de constitucionalidade. Inconstitucionalidade por omissão. Federação: características. Divisão de competências. Soberania e autonomia do Estado Federado. Distrito Federal e Território. Estado-membro: competência e autonomia. União: competência. Município: criação, competência, autonomia e intervenção estadual. Poder Legislativo: organização; atribuições; processo legislativo e fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Poder Executivo: Presidencialismo e Parlamentarismo. Presidente da República: atribuições, responsabilidade. Poder Judiciário: composição, distribuição de competência e organização. Súmulas vinculantes. Conselho Nacional de Justiça, atribuições e competências. Estados membros: Organização dos Estados-membros; autonomia dos Estados; limites do poder constituinte estadual; princípios limitadores da atuação do constituinte estadual. Regiões Metropolitanas: organização das regiões metropolitanas. Interesse metropolitano. Institucionalização das regiões metropolitanas. Administração Pública: princípios constitucionais. Tributação, Orçamento e Fiscalização: o sistema tributário nacional: as bases do sistema tributário nacional; as limitações constitucionais do poder de tributar; a discriminação constitucional das rendas tributárias; a repartição da receita tributária. O sistema orçamentário: a estrutura integrada das leis orçamentárias - lei do plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei do orçamento anual; os princípios constitucionais dos orçamentos públicos: a Lei Orçamentária. A fiscalização contábil, financeira e orçamentária; controle da execução financeira, contábil e orçamentária: sistemas de controle interno e externo. Tribunais de Contas. Direito de Nacionalidade: modos de aquisição de nacionalidade brasileira. Condição jurídica do brasileiro nato. Condição jurídica do brasileiro naturalizado. Perda e readquirição da nacionalidade brasileira. Condição jurídica do estrangeiro no Brasil. Direitos Políticos: regime político. Tipos e formas de democracia. Fontes do poder e soberania popular. Direitos políticos: a) conceito e abrangência; b) sufrágio, voto, plebiscito, referendo e iniciativa popular; c) sistemas eleitorais; d) inelegibilidades. Partidos políticos. Justiça Eleitoral. Imunidade e incompatibilidade parlamentar. Suspensão, perda e readquirição dos direitos políticos. Direitos e Deveres Individuais e Coletivos: Princípio da isonomia. Princípio da legalidade. Direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada. Direito de propriedade e sua função social. Mandado

de Segurança. Mandado de Segurança Coletivo. Habeas corpus. Mandado de Injunção. Direitos Sociais e sua Efetivação: normas constitucionais programáticas. Regime Jurídico dos servidores públicos civis. Ordem Econômica e Financeira: os princípios gerais da atividade econômica. A Política Urbana (arts. 182 e 183 da Constituição Federal). Estatuto das Cidades (Lei Federal nº 10.257/01). Lei de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/10). Ordem Social: a seguridade social. Sistema Único de Saúde. Previdência social. Assistência Social. Educação: os princípios básicos da educação. O regime de colaboração nos sistemas de ensino. Aplicação de receitas para o desenvolvimento do ensino. Advocacia pública. - BARROSO, Luis Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. 4ª ed. Saraiva, 2013.

- BARROSO, Luis Roberto. Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro. 2ª ed. Editora Saraiva, 2006.

- BULOS, Uadi Lammêgo. Constituição Federal Anotada. 4ª ed. Editora Saraiva, 2002.

- CUNHA JÚNIOR, Dirley; NOVELINO, Marcelo. Constituição Federal para concursos. 3ª ed. Editora JusPODIVM, 2012.

- LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 14ª ed. Editora Saraiva, São Paulo, 2010.

- MENDES, Gilmar Ferreira e outros. Curso de Direito Constitucional. 2ª ed. Editora Saraiva, 2008.

- MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 17ª ed. Editora Atlas, 2005.

Direito Administrativo: Conceito: Direito Administrativo e Ciência da Administração. A Administração Pública: Administração Federal, Estadual e Municipal; Administração Pública Direta e Indireta; Órgãos da Administração Pública; Princípios básicos da Administração Pública. Os Poderes Administrativos: Poder vinculado e poder discricionário. Poder hierárquico. Poder Disciplinar. Poder Regulamentar. Poder de Polícia. Atos Administrativos: conceito e requisitos: atributos; classificação; espécies; motivação; validade e invalidade; revogação; controle jurisdicional. Contratos administrativos: conceito e peculiaridade; formalização; normas regedoras; instrumento e conteúdo; cláusulas; execução; alteração; inexecução e rescisão; espécies. Licitações - normas legais e constitucionais aplicáveis. Lei Federal nº 8.666/93 (Licitações e Contratos Administrativos). Lei Federal nº 10.520/02 (Pregão). Regime Diferenciado de Contratações Públicas (Lei Federal nº 12.462/11). Serviços Públicos: conceito e classificação; formas e meios para a prestação dos serviços públicos. Autarquias. Empresas Públicas. Sociedade de economia mista. Fundações instituídas pelo Poder Público. Serviços Sociais autônomos. Serviços concedidos, permitidos e autorizados. Convênios e consórcios administrativos (Lei Federal nº 11.107/05). Lei das Concessões. Agências Reguladoras. Parceria Público-Privada - PPP (Lei Federal nº 11.079/04). Organizações Sociais - OSCIP. Agentes Públicos: conceito e categoria. Agentes Administrativos. Servidores públicos. Cargos e função. Carreira. Provimento. Concurso. Efetividade. Estabilidade. Regime Jurídico dos servidores públicos. Princípios constitucionais pertinentes aos servidores públicos. Direitos e garantias dos servidores públicos. Deveres e proibições dos servidores públicos. Responsabilidades dos servidores públicos. Processo Administrativo. Penalidades. Disciplinar. Regime previdenciário geral e próprio previstos na Constituição Federal, incluindo as leis federais nº 9.717/98 e nº 10.887/04. Domínio Público: conceito. Os Bens Públicos: conceito, classificação e regime. Terras públicas. Águas públicas. Proteção Ambiental. Intervenção no Domínio Econômico: Intervenção na propriedade; desapropriação; servidão administrativa; requisição e ocupação provisória; limitação administrativa da propriedade. Monopólio. Repressão ao abuso do poder econômico. Responsabilidade Civil das Pessoas Jurídicas de Direito Público: fundamento constitucional. Fundamento doutrinário. Ação regressiva. Consórcio e Convênios. Improbidade administrativa, Lei Federal nº 8.429/92. Lei Federal nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação). Controle na administração pública. - MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 29ª ed. Editora Malheiros, 2004.

- MEIRELLES, Hely Lopes. Mandado de Segurança. 23ª ed. Editora

Malheiros, 2001.

- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. 23ª, Editora Atlas, 2010.

- CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 16ª ed. Editora Lumen Juris, 2006.

- MOTTA, Carlos Pinto Coelho. Eficácia nas Licitações e Contratos. 9ª ed. Editora Del Rey, 2002.

- MELO, Celso Antônio Bandeira. Curso de Direito Administrativo. 30ª ed. Malheiros Editores, 2012.

- JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 15ª ed. Dialética, 2012.

Direito Tributário e Financeiro: Direito Tributário. Definição. Noções de tributo e suas espécies. O imposto, a taxa, a contribuição de melhoria. Outras contribuições. Natureza e Relações do Direito Tributário: o Direito Tributário como Direito Público. Relações do Direito Tributário com outros ramos do Direito. Fontes do Direito Tributário. Fontes principais: Constituição, Emendas à Constituição, Leis Complementares, Tratados e Convenções Internacionais, Resoluções do Senado, Leis Ordinárias, Leis Delegadas, Decretos Legislativos. Fontes secundárias: decretos regulamentadores; normas complementares a que se refere o art. 100 do Código Tributário Nacional. A jurisprudência. As Leis orçamentárias: Lei do Plano Plurianual. Lei das Diretrizes Orçamentárias e Lei do Orçamento Anual: natureza e efeitos das leis orçamentárias. O Sistema Tributário Nacional: normas gerais. A discriminação das fontes de receitas tributárias. Distribuição de receitas tributárias. Vigência e Aplicação da Legislação Tributária no Tempo e no Espaço. Interpretação e integração da Legislação Tributária: a legislação e adoção de institutos, conceitos e formas de direito privado. Obrigação Tributária: conceito, elementos e natureza jurídica. O Fato Gerador da Obrigação Tributária: momento de ocorrência e efeitos. Sujeito Ativo: competência constitucional de tributar. Indelegabilidade da competência tributária. Limitações constitucionais da competência tributária. Sujeito Passivo: classificação. Pessoas jurídicas de Direito Público como sujeitos passivos. A capacidade tributária e a capacidade civil. A solidariedade. O domicílio tributário. Responsabilidade tributária. Responsabilidade dos sucessores e de terceiros. Responsabilidade por infrações. Incidência, Não Incidência, Isenção. Imunidade e Anistia. O Crédito Tributário: constituição do crédito tributário. Lançamento: definição, modalidade e efeitos. Suspensão do crédito tributário: modalidades. Extinção do crédito tributário: modalidades: a restituição do indébito tributário; exclusão do crédito tributário. Repartição da Competência Tributária. Tributos: impostos, taxas, contribuições das diversas espécies/categorias. O Ilícito Tributário: tipos de sanções. Crimes contra a Fazenda Pública. Débitos Fiscais: correção monetária. Parcelamento. Dívida Ativa e sua Cobrança. Lei de Responsabilidade Fiscal. Controle de Orçamento e de Balanço. Plano Plurianual. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Lei Orçamentária Anual. Lei Federal nº 4.320/64. - AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. 9ª ed. Editora Saraiva, 2003.

- JANCZESKI, Célio Armando. Direito Processual Tributário. OAB/SC editora, 2005.

- PAULO, Vicente e outro. Direito Tributário na Constituição e no STF. Editora Impetus, 2006.

- ÁVILA, Alexandre Rossato da Silva. Curso de Direito Tributário. 2ª ed. Editora Verbo Jurídico, 2006.

- ALEXANDRE, Ricardo. Direito Tributário Esquematizado. 2ª ed. Editora Método, 2008.

- SABBAG, Eduardo. Manual de direito tributário. 5ª ed. Saraiva, 2013.

Direito Processual Civil: Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária: distinção. Competência: conceito, espécies, critérios determinativos. Formação, suspensão e extinção do processo. Atos Processuais: classificação, forma, prazo, tempo e lugar. Procedimento Ordinário, Sumário e Especial. Da tutela antecipada. Petição inicial. Resposta do réu. Revelia. Intervenção de Terceiro: litisconsórcio e assistência. Dos procedimentos especiais; das ações reivindicatórias e possessórias: da ação de nunciação de obra nova; dos embargos de terceiros; usucapião. Julgamento conforme o estado do

processo. Provas: noções gerais, sistema, classificação, espécies. Audiência. Sentença e coisa julgada. Recursos: noções gerais, sistema, espécie. Reclamação. Liquidação da sentença. Cumprimento da sentença. Execução: partes, competência, requisitos. Das diversas espécies de execução. Defesa do devedor. Do processo cautelar. O processo nos tribunais. Uniformização de jurisprudência. Código de Processo Civil. Mandado de segurança. Suspensão de Segurança. Ação popular. Inquérito Civil. Ação Civil Pública. Ação declaratória incidental. Ação rescisória. Juizados Especiais da Fazenda Pública. Lei de Execuções Fiscais. Ação de Improbidade Administrativa.

- DIDIER JR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil (5 volumes).

- MARINONI, Luiz Guilherme e outro. Código de Processo Civil comentado artigo por artigo. 2ª ed. Editora RT, 2009.

- MARINONI, Luiz Guilherme e outro. Manual do Processo de Conhecimento. 5ª ed. Editora RT, 2009.

- NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil. 3ª ed. Editora Método, 2011.

- DONIZETTI, Elpidio. Curso Didático de Direito Processual Civil. 17ª ed. Atlas, 2013.

- CUNHA, Leonardo José Carneiro da. A Fazenda Pública em Juízo. 17ª ed. Dialética, 2013.

- LOPES, Mauro Luís Rocha. Processo Judicial Tributário - Execução Fiscal e Ações Tributárias. 8ª ed. Impetus, 2012.

Direito Civil: Lei: espécies, eficácia no tempo e no espaço, retroatividade e irretroatividade, interpretação, efeitos, solução de conflitos intertemporais. Das pessoas: conceito, espécies, capacidade, domicílio. Fatos jurídicos: noção, modalidades, forma, vícios, nulidade. Prescrição e decadência. Das diferentes classes de bens. Da posse e sua classificação: aquisição, efeitos, perda e proteção possessória. Da propriedade em geral. Formas de aquisição: propriedade imóvel. Dos Direitos Reais sobre coisas alheias: disposições gerais; servidões; usufruto. Dos Direitos de vizinhança; uso nocivo da propriedade. Conceito e Estrutura das Obrigações: classificação e modalidade das obrigações. Disciplina jurídica das relações de consumo. Efeitos e extinção das obrigações. Dos contratos: disposições gerais. Dos contratos bilaterais. Evicção. Das várias espécies de contratos: da compra e venda, da locação, do Leasing, do depósito, da franquia. Responsabilidade civil: Responsabilidade objetiva e subjetiva. Indenização. Dano material e moral. Direito de Família: casamento, relações de parentesco. Regime de bens entre os cônjuges. Alimentos. União estável. - FARIAS, Cristiano Chaves e outro. Direito Civil (4 volumes).

- CAVALIERI, Sérgio. Programa de Responsabilidade Civil. 10ª ed. Atlas, 2012.

- NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Código Civil Comentado. 10ª ed. RT, 2013.

- DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil v.1 - Teoria Geral do Direito Civil, 31ª ed. Saraiva, 2014.

- DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil v.2 - Teoria Geral das Obrigações, 29ª ed. Saraiva, 2014.

Direito do Trabalho e Processual do Trabalho: Vínculo empregatício como categoria jurídica: Predicados do vínculo empregatício. Sujeitos do vínculo empregatício. Empregador e capacidade jurídica: o problema dos sujeitos despidos de personalidade jurídica. Remuneração. Conceito. Distinção entre remuneração e salário. Administração Pública e tratamento derogatório da norma trabalhista: situação presente. Formação do vínculo empregatício: requisitos do consentimento (capacidade, legitimação, idoneidade do objeto, formalidade). Vícios do consentimento em matéria trabalhista (dolo, erro, coação, simulação, fraude). Alteração do vínculo empregatício: modalidades e requisitos de validade. Extinção do vínculo empregatício: hipóteses de extinção. Efeitos da aposentação voluntária sobre o vínculo empregatício: situação presente. Terceirização: conceito, tipos e efeitos. Entes estatais e terceirização: prestação de serviços e locação de mão de obra. Súmula 331 do TST. Lei 8.666/93 - art. 71. Justiça do Trabalho: organização, funcionamento e competência. Prerrogativas da Fazenda Pública. Sistema recursal trabalhista: princípios, procedimentos, efeitos.

Recursos em espécie.

- CASSAR, Vólia Bomfim. Direito do Trabalho. 8ª ed. Método, 2013.
- CARRION, Valentin. Comentários à consolidação da leis do trabalho. 28ª ed. Editora Saraiva, 2003.
- MARTINS, Sérgio Pinto. Direito Processual do Trabalho. 19ª ed. Editora Atlas, 2003.
- MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do Trabalho. 17ª ed. Editora Atlas, 2003.
- SARAIVA, Renato. Direito do Trabalho - Série Concursos Públicos. 15ª ed. Saraiva, 2013.
- SARAIVA, Renato. Processo do Trabalho - Série Concursos Públicos. 9ª ed. Saraiva, 2013.
- Direito Penal: Da aplicação da lei penal. Do Crime. Excludentes de ilicitude. Da imputabilidade penal. Do concurso de pessoas. Das Penas: Das espécies de pena; Da cominação das penas; Dos efeitos da condenação. Da Ação penal. Da extinção da punibilidade. Dos crimes contra a fé pública: Da falsidade documental. Dos crimes contra a Administração Pública: Dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral; Dos crimes praticados por particular contra a administração em geral; Dos crimes contra a administração da Justiça. Abuso de autoridade (Lei nº 4.898/1965). Dos crimes contra a honra. Imunidade penal do parlamentar.
- CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal - Parte Geral - vol. 1. 18ª ed. Saraiva, 2014
- MASSON, Cleber. Direito Penal Esquemático - Parte geral - vol. 1. 6ª ed. Editora Método, 2012.
- NUCCI, Guilherme de Souza. Código penal comentado. 7ª ed. RT, 2007.
- Direito Processual Penal: Princípios gerais: aplicação da lei processual no tempo, no espaço em relação às pessoas; sujeitos da relação processual. Do Inquérito policial. Da ação penal. Da competência. Da prova: Do exame de corpo de delito e das perícias em geral; Do interrogatório do acusado; Das testemunhas; Dos documentos; Da busca e da apreensão. Do Juiz, do Ministério Público, Do acusado e defensor, dos Assistentes e Auxiliares da Justiça. Das espécies de prisão e da liberdade provisória. Das citações e intimações. Da sentença. Das nulidades. Dos recursos em geral: disposições gerais; do recurso em sentido estrito; da apelação; do habeas corpus e seu processo. Dos Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/1995 e alterações posteriores e Lei nº 10.259/2001 e alterações posteriores).
- OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de Processo Penal. 18ª ed. Atlas, 2014.
- RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal. 21ª ed. Atlas, 2013.
- TÁVORA, Nestor; ALENCAR

ENGENHEIRO CIVIL

Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Fiscalização de obras; Medição, aplicação de recursos, controle de materiais e estoques, análise de contratos para execução de obras. Projetos civis; Arquitetônico; Estruturais (em madeira, aço e concreto). Projetos de fundações: Tipos de fundações suas aplicações e execução das mesmas. Projetos e execução de instalações elétricas e Hidráulicas em canteiros de obras e edificações (inclusive noções de segurança). Planejamento Urbano e Regional; Planejamento de Engenharia de Infra-Estrutura, Projetos Dimensionamentos e execução de obras de Saneamento Básico; Alvenaria; Revestimento; Pinturas e pisos (tipos, aplicações e execução). Especificação de materiais e serviços. Orçamentos: Composição de custos e quantitativos de materiais. Elaboração de cronogramas físico-financeiros. Canteiros de obras; construção e organização. Execução de estruturas em concreto, madeira e aço (inclusive noções de impermeabilização de calhas e telhados). Execução de instalações de água, esgoto, eletricidade e telefone. Noções de tratamento de esgotos, construção de fossas sépticas, sumidouros e valas de infiltração (segundo normas da CPRH). Noções de projetos e execução de pavimentos graníticos (paralelepípedos).

Vistorias e elaboração de laudos. Planejamento e elaboração de orçamentos públicos. Conhecimentos de AutoCAD.

CARGO	LEGILAÇÃO COMUM
Assistente Social Fisioterapeuta Psicólogo	Legislação: SUS, ESF, SUAS, ECA, Constituição Federal no que diz respeito à Saúde e Estatuto do Idoso. Bibliografia Sugerida Publicações do site oficial do Ministério da Saúde (apostilas e cartilhas), www.saude.gov.br Publicações do site oficial do Ministério da Assistência social, www.mds.gov.br Legislação federal pode ser encontrada em www.planalto.gov.br Outras obras a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

ASSISTENTE SOCIAL

Código de ética profissional do assistente social. Atuação dos conselhos municipais cuja instituição e atribuições sejam voltadas a atividades sociais; noções inerentes aos programas de assistência social pública, junto aos idosos, às crianças; conhecimentos das estruturas públicas de assistência social; atividades possíveis de execução junto às comunidades, objetivando melhorias de qualidade de vida dos indivíduos. Conhecimentos básicos inerentes à área de atuação, do conjunto de atribuições do cargo, do serviço público e de servidores públicos municipais. Medidas sócio-educativas, reinserção social, liberdade assistida e prestação de serviços. Direitos Humanos éticos e cidadania: Lei nº. 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha). Lei de Regulamentação da profissão do Assistente Social; Política Nacional do Idoso; Estatuto das Pessoas com Deficiência. Programas, serviços e metodologia do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Programas, serviços e metodologia do centro de referência especializado de Assistência Social - CREAS.; Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania. Ética Profissional e outros conteúdos inerentes ao cargo.

FISIOTERAPEUTA

Política Nacional de Humanização; Fundamentos e Técnicas de Atendimento na Fisioterapia; Conceito de Reabilitação; O Trabalho em Equipe na Reabilitação; O Papel de cada Profissional na Equipe de Reabilitação; Reabilitação; Paralisia Cerebral e Facial; Acidente Vascular Cerebral; Parkinsonismo; Síndrome de Down; Hanseníase; Afecções de Músculos e Tendões; Escolioses; Doenças Reumáticas; Cardiopatias; Amputações; Pneumopatias; Conceito e Aplicação: Exercícios Ativos, Exercícios Ativos Assistidos, Exercícios Passivos, Exercícios Isométricos; Conceito e Aplicação: Mecanoterapia; Conceito e Aplicação: Hidroterapia; Conceito e Aplicação: Termo terapia; Conceito e Aplicação: Crioterapia; Conceito e Aplicação: Massoterapia; Conceito e Aplicação: Eletroterapia; Fisioterapia aplicada à geriatria; Demências; Fisioterapia nas Doenças da 3ª idade; Ética e Legislação Profissional. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

PSICÓLOGO

Psicologia Educacional. Desenvolvimento psicológico da criança; psicologia da aprendizagem. História da Psicologia. Bases fisiológicas do Comportamento. Escolas de Psicologia. Psicologia Contemporânea. Métodos de Psicologia. Campos da Psicologia. Princípios da Psicologia. Limites e alcances da Psicologia da Saúde - O trabalho da Psicologia na Saúde Pública; Saúde mental na atualidade; Código de Ética; Constituição Federal no que diz respeito à saúde. Teorias da educação; Psicologia do desenvolvimento; Histórico da Psicologia; Métodos da Psicologia; O Arco reflexo; A Inteligência; A Motivação e a Aprendizagem; O processo de aprendizagem

segundo Piaget; A Personalidade; A sensação e a percepção; A Psicanálise; O Gestalt - Terapia; O Behaviorismo; Os testes psicológicos; Etiologia das Deficiências Mentais; Desordens da Personalidade; Deficiências Mentais; Orientação de Pais; Conhecimentos em Psicomotricidade; Psicoterapia de grupo; Desenvolvimento; Psicoterapia Breve; Orientação Familiar; História da Psicologia Brasileira - Da época colonial até 1934; Sobre o Behaviorismo; Psicomotricidade - Educação e Reeducação num Enfoque Psicopedagógico; Psicoterapia Breve - Abordagem Sistematizada de situações de crise; 32 tipos de Inteligência - Os caminhos da Árvore da Vida pelo inconsciente coletivo; Novas abordagens do Diagnóstico Psicológico da Deficiência Mental; Psicoterapia de Grupo; Gestalt - Terapia Explicada. Regulamentação da profissão e Código de Ética; e Legislação e normativas aplicadas à área. Legislação e Programas como "Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), sua criação, objetivos, portarias de regulamentação, modalidades. Administração pública. Poderes Administrativos. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

CARGOS	Legislação e Conteúdo Comum a todos
Médico Clínico Geral Médico Ginecologista Médico Pediatra Odontólogo	<p>Legislação: SUS, ESF, SUAS, ECA, Constituição Federal no que diz respeito à Saúde e Estatuto do Idoso.</p> <p>Conteúdo Específico comum a todos os cargos de médicos:</p> <p>Política Nacional de Humanização;. Processo saúde – doença. Noções de saneamento básico. Doenças transmissíveis evitáveis por vacinação. Doenças endêmicas no Brasil. Noções de vigilância epidemiológica. Planejamento e programação local de saúde. Doenças de Notificação Compulsória. . Políticas públicas de saúde no Brasil; Código de ética da Medicina. Administração pública. Poderes Administrativos. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.</p> <p>Bibliografia Sugerida</p> <p>Publicações do site oficial do Ministério da Saúde (apostilas e cartilhas), www.saude.gov.br</p> <p>Publicações do site oficial do Ministério da Assistência social, www.mds.gov.br</p> <p>Legislação federal pode ser encontrada em www.planalto.gov.br</p> <p>Outras obras a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.</p>

MÉDICO CLÍNICO GERAL

Exames de imagem; Cardiologia: Angina Pectoris, infarto agudo do miocárdio, hipertensão arterial sistêmica; Pneumologia: pneumonia, broncopneumonia, doença pulmonar obstrutiva crônica; Hematologia: anemias, leucoses e linfomas. Gastroenterologia: esofagite, gastrite, úlcera péptica, doenças inflamatórias intestinais, pancreatite, cirrose hepática; Doenças da tireóide; Urgências clínicas: ICC; edema agudo do pulmão, crise hipertensiva e pressão alta, asma brônquica, hemorragia digestiva alta, insuficiência hepática, IRA, cólica renal, embolia. Endocrinologia: diabetes melitus tipo 1 e 2, doenças da tireóide, distúrbios do eixo hipotálamo-hipófise-adrenal; Nefrologia: malformações e infecções do trato urinário, litíase urinária; Cardiologia: hipertensão arterial sistêmica, insuficiência cardíaca congestiva, endocardite infecciosa, taquiarritmias, bradiarritmias, doença arterial coronariana; Dermatologia: infecções e neoplasias cutâneas, doenças auto-imunes que acometem a pele e anexos; Imunologia: doenças reumáticas; Pneumologia: infecções e neoplasias do trato

respiratório, doença pulmonar obstrutiva crônica, asma brônquica; Infectologia: doenças sexualmente transmissíveis, vacinação, profilaxia anti-rábica; Hematologia: anemias carenciais, anemias hemolíticas, leucoses; Nutrologia: obesidade, anorexia nervosa, bulimia, desnutrição; Gastroenterologia: doenças pépticas, neoplasias do trato digestivo, hepatites, etilismo; Intoxicação e envenenamento; Adinamia circulatória aguda; Insuficiência respiratória aguda; Restauração Hemodinâmica; Politraumatismo; Abdômen agudo; Estado de inconsciência; Queimaduras; Distúrbios hidro-eletrolíticos e ácidos-básicos; Enfermidades do aparelho geritourinário; Doenças reumáticas; Doenças Sexualmente transmissíveis; Doenças infecto-contagiosas e parasitárias; Doenças neurológicas; Avitaminoses; Ortopedia; Noções gerais de Epidemiologia das doenças infecto-contagiosas; Noções gerais de Epidemiologia das doenças crônico-degenerativas; Diretrizes básicas do Sistema Único de Saúde; Organização dos Serviços de Saúde no Brasil

MÉDICO GINECOLOGISTA

Estadiamento do câncer genital e mamário; Câncer do colo uterino; Hiperplasia endometrial; Carcinoma do endométrio; Câncer de ovário; Síndrome do climatério; Osteoporose pós-menopausa; Distúrbios do sono no climatério; Acompanhamento do paciente sob reposição hormonal; Fisiologia menstrual; Amenorréia; Disfunção menstrual; Anovulação crônica; Dismenorréia; Síndrome pré-menstrual; Endometriose; Hiperprolactinemia; Tumor de ovário com atividade endócrina; Citopatologia genital; Lesões 11 benignas da vulva e da vagina; Lesões benignas do colo uterino. Cervicite; Infecção do trato genital inferior pelo HPV: Diagnóstico e tratamento; Métodos moleculares de diagnóstico em patologia do trato genital inferior; Corrimento genital; Infecção genital baixa; Salpingite aguda; Dor pélvica crônica; Doenças benignas do útero; Prolapso genital e roturas perineais; Incontinência urinária de esforço; Infecção urinária na mulher; Bexiga hiperativa; Câncer de mama; Mamografia e USG (indicações, técnicas e interpretação); Lesões não palpáveis de mama: Diagnóstico e conduta; Terapêutica sistêmica do carcinoma de mama; Neoplasias benignas de mama: fibroadenoma, papiloma e tumores filodes; Alteração funcional benigna da mama; Mastites e cistos mamários; Fluxos papilares; Mastalgias cíclicas e acíclicas; Procedimentos invasivos em mastologia; Ultra-som de mama: Indicação e técnica; Procedimentos invasivos dirigidos pela mamografia e ultra -som. Diagnóstico de Gravidez. Cuidados Pré-Natais. Abortamento. Gravidez Ectópica. Doença Hipertensiva da Gravidez. Hemorragias do Último Trimestre da Gestação. Complicações Clínicas da Gravidez. Anemia. Aids. Diabetes. Infecção Urinária. Parto Prematuro. Incompatibilidade Sanguínea Materno-Fetal. Assistência ao Parto.

MÉDICO PEDIATRA

Puericultura: aleitamento materno. Alimentação no 1.º ano de vida. Vacinação. Crescimento e desenvolvimento. Distúrbios da nutrição. Neonatologia: icterícia neonatal precoce e tardia. Coletase neonatal. Infecções congênitas: rubéola, citomegalovírus, toxoplasmose, sífilis, varicela, herpes. Distúrbios metabólicos no período neonatal: hipoglicemia, hipocalcemia e hipomagnesemia. Infectologia: Doenças exantemáticas: varicela, sarampo, rubéola, eritema infeccioso, doença de Kawasaki, exantema súbito, escarlatina. Coqueluche, dengue, febre amarela e malária. Tuberculose na infância diagnóstica, quimioprofilaxia e tratamento da AIDS na infância. Meningites. Hepatites virais: A, B e C. Pneumologia: insuficiência respiratória na infância; Infecções de vias aéreas superiores, laringites, epiglotite, pneumonias virais e bacterianas. Asma na infância: diagnóstico e tratamento. Mucoviscidose. Gastroenterologia: Diarréia aguda, diarréia crônica. Verminoses. Nefrologia: ITU. Sd. nefrítica. Sd. nefrótica. Onco-hematologia: Leucoses. Púrpura trombocitopênica imunológica. Púrpura Henoch-Schoenlein. Sd. hemolítico-urêmica. Anemias (ferropriva, talassêmica e falciforme). Reumatologia: Febre reumática. Artrite reumatóide juvenil. Neurologia: Convulsão na infância. Endocrinologia: Hiperplasia de supra-renal congênita. Diabetes melitus na

infância. Emergências cardiocirculatórias: ressuscitação cardiopulmonar no período neonatal e infância; desequilíbrio hídrico - eletrolítico; choques hipovolêmico, séptico, cardíaco; arritmias cardíacas na infância. Acidentes: intoxicações; acidentes com animais peçonhentos.

ODONTÓLOGO

Princípios da Infecção Hospitalar, Conceitos em Infecção Hospitalar, Higiene das mãos. Traumatismo em dentes permanentes jovens. Dentística restauradora diagnóstico e tratamento. Ortodontia preventiva. Níveis de prevenção. Erupção dental. Oclusão. Semiologia exame do paciente. Técnicas radiográficas. Prevenção das doenças periodontais. Prevenção da cárie dental. Diagnóstico das lesões agudas da cavidade bucal. Anatomia em cirurgia oral. Avaliação pré-operatória. Técnicas Anestésicas. Alterações periodontais agudas. Diagnóstico e tratamento dos problemas de origem endodôntica. Placa bacteriana. Controle de placa - meios físicos e químicos. Epidemiologia da cárie e doença periodontal. Exodontia: técnicas e acidentes. Esterilização e desinfecção em odontologia. Perícia odontológica: no foro criminal, trabalhista e civil. Responsabilidade profissional. Doenças Ocupacionais, Normas Técnicas de Avaliação de incapacidade laborativa; Fundamentos de Normas Técnicas Periciais. Processo saúde - doença. Noções de saneamento básico. Política Nacional de Humanização. Sistemas de Informação em Saúde. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes às atribuições do cargo.

CARGOS DA EDUCAÇÃO

CARGOS	LEGISLAÇÃO E CONTEÚDO COMUM A TODOS OS CARGOS
MONITOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PEDAGOGO (e CRAS) PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL e ANOS INICIAIS ARTES CIÊNCIAS EDUCAÇÃO FÍSICA (25 e 20h) ENSINO RELIGIOSO INGLÊS (15 e 30h) LÍNGUA PORTUGUESA MATEMÁTICA MÚSICA SALA MULTIFUNCIONAL	<p>Legislação: LDB, ECA, Estatuto Municipal do Magistério, Lei Complementar Nº 179 de 30 de Abril De 2013, Dispõe Sobre o Sistema Municipal De Ensino De Bela Vista do Toldo, Constituição Federal no que diz respeito à Educação</p> <p>Conhecimentos Comuns a todos os cargos:</p> <p>DIDÁTICA E TEORIAS DA APRENDIZAGEM: Concepções inatistas, ambientalistas e interacionistas. Abordagens comportamentais, gestálticas, humanistas, cognitivas e sistêmicas.</p> <p>Teorias clássicas de desenvolvimento cognitivo - Métodos, teorias e/ou sistemas educacionais: Freinet, Montessori, Waldorf, Freire, Decroly, Piaget, Wallon, Vygotsky, Morin, Perrenoud e etc. Teoria da Aprendizagem Social de Albert Bandura, Teoria de Ensino de Jerome Bruner, Teoria da Aprendizagem Significativa de Carl Rogers, Teoria de Aprendizagem Significativa de David Ausubel, Teoria da Atividade (Vygotsky, Leontiev, Davydov), Possibilidades de ensino e aprendizagem através de mídias eletrônicas, Pressupostos e Características da Didática, A relação pedagógica como decorrência do estar no mundo, A prática pedagógica sistemática socialmente promovida, A relação discurso-fundamento-ação, contexto da Prática Pedagógica, Propostas curriculares para o ensino fundamental, Especificidades da escola pública, Dinâmica da Sala de Aula, Interesses e objetivos: o consensual e o conflitante, A Construção de uma Proposta de Ensino-Aprendizagem, - Conhecimento da realidade e alternativas de ensino, Planejamento da ação: metas e objetivos, o significado dos conteúdos, a propriedade dos procedimentos didáticos, o sentido da avaliação. Planejamento, avaliação e currículo. Interdisciplinaridade, plano de aula, mediação professor/aluno. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes às atribuições do cargo.</p> <p>Bibliografia Sugerida</p> <p>Publicações do site oficial do Ministério da Educação (apostilas e cartilhas), www.mec.gov.br</p> <p>Publicações do site oficial do Ministério da Assistência social, www.mds.gov.br</p> <p>Legislação federal pode ser encontrada em www.planalto.gov.br</p> <p>Outras obras a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.</p>

MONITOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Currículo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceitualização apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; - PCN'S. - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Educação no mundo atual, Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escrita, Processo Ensino-Aprendizagem: avaliação, recuperação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Métodos e processos no ensino da leitura, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas. RESOLUÇÃO Nº 7, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010, Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.

PEDAGOGO (E CRAS)

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E SÉRIES INICIAIS

Currículo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceitualização apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos- RECNEI. Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escrita, Processo Ensino-Aprendizagem: avaliação, recuperação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Métodos e processos no ensino da leitura, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas, RECNEI. Educação Infantil na perspectiva histórica; O papel social e a função da educação infantil; A organização do tempo e do espaço na educação infantil; O brincar no espaço educativo; O papel do profissional da educação infantil; A documentação Pedagógica (planejamento, registro, avaliação); Princípios que fundamentam a prática na educação infantil: educar e cuidar, dimensões humanas, direitos da criança e relação creche família; As instituições de educação infantil como espaço de produção das culturas infantis; Desenvolvimento Infantil.

ARTES

A trajetória do ensino de Arte no Brasil. A produção artística da humanidade. O currículo de Arte na Educação Infantil e Séries Iniciais.

Didática do ensino de arte. Conteúdos e Princípios metodológicos para o ensino de arte. Elementos metodológicos para a análise e intervenção nas práticas educativas. O ensino de arte nos anos iniciais. A expressão da criança e a construção do objeto artístico. A arte como manifestação artística da criança, do adolescente, do jovem e do adulto. O desenho como forma de representação. O processo de representação cognitiva e o papel mediador da Arte. As linguagens artísticas como formas de representação e expressão. As estruturas cognitivas da apreensão dos códigos da Arte. A formação da percepção artística. Elementos metodológicos para a análise e intervenção nas práticas educativas. O ensino de arte nos anos iniciais. Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de Arte. Pintores famosos e suas obras. Aspectos artísticos e estéticos dos elementos da linguagem visual (linha, forma, cor, textura, volume); Práticas metodológicas da linguagem bi e tridimensional na educação básica. Consciência corporal; noções de movimento; expressão vocal e corporal; jogos teatrais relacionados ao ensino. Exercícios vocal e corporal especialmente para o desenvolvimentos das linguagens contemporâneas em artes visuais; As propriedades do som: altura, intensidade duração e timbre. A inserção da arte na historicidade da educação do homem; Pressupostos filosóficos e sociológicos da arte na educação. Aspectos conceituais da Arte na Educação; Tendências educacionais da arte na educação. Princípios teóricos da arte na educação (Lowelfeld, Dewey, Eisner, Read). Tendências do Ensino da Arte no Brasil (Barbosa, Pillar, Bueno, entre outras). A história do ensino da Arte no Brasil; Estudo e análise dos pressupostos conceituais e metodológicos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (RCNI - Referencial curricular para Educação Infantil. Arte - 1ª à 4ª série e 5ª à 8ª ensino fundamental e Ensino Médio) e Proposta Curricular de SC

CIÊNCIAS

Ensino de Ciências. Conservação e Recuperação de Áreas de Preservação Permanente. Preservação, degradação e recuperação ambiental. Política Nacional de Educação Ambiental. Agenda 21. Atmosfera, hidrosfera e litosfera: características físicas e ambientais, interferência humana e suas consequências (Efeito estufa. Alterações Ambientais Globais). Solo e resíduos sólidos. Poluição atmosférica, das águas, do solo, visual, sonora. Biodiversidade. Seres vivos: características gerais, sistemática, classificação biológica e nomenclatura. Noções de evolução. Ecologia. Relação entre os seres vivos e o ambiente: o homem e a sua ação sobre o ambiente. Princípios básicos que regem as funções vitais dos seres vivos. Relação entre estruturas e funções dos sistemas e suas adaptações ao meio. Ciclos biogeoquímicos. Animais e plantas. Vírus, bactérias, fungos, algas e protozoários; importância ambiental e importância para os seres vivos. Doenças tropicais. Noções de genética. Fisiologia e anatomia do corpo humano. O homem enquanto ser social: Aspectos afetivos, cognitivos, psicológicos, culturais, ecológicos. Sexualidade: Educação sexual e seu desenvolvimento para a produção da vida. Fatores determinantes dos avanços científicos e tecnológicos. Utilização racional dos recursos naturais. Diversidade dos materiais extraídos da natureza, transformados e produzidos pelo homem. Astronomia. Propriedades da matéria: estados físicos, massa, volume, peso, densidade, empuxo. Relação da diversidade dos materiais na composição do ambiente. Energia. Misturas e separações, átomos e características. Elementos químicos e a tabela periódica. Fundamentos teóricos da Química: conceitos. Leis. Relações. Princípios básicos. Interações e transformações químicas. Fundamentos teóricos da Física: conceitos. Leis. Relações. Princípios básicos.

EDUCAÇÃO FÍSICA (e do NASF)

- Conhecimento teórico prático das modalidades esportivas; - Concepções psicomotoras na educação física escolar; - Educação Física e o desenvolvimento humano; - Metodologia para o ensino da Educação Física; - As teorias da Educação Física e do Esporte; - As qualidades físicas na Educação Física e desportos; - Biologia do esporte; - Fisiologia do exercício. - Anatomia Humana; - Dimensões

filosóficas, antropológicas e sociais aplicadas à Educação e ao Esporte: Lazer e as interfaces com a Educação Física, esporte, mídia e os desdobramentos na Educação Física; - Dimensões biológicas aplicadas à Educação Física e ao Esporte: as mudanças fisiológicas resultantes da atividade física; - Educação física escolar e cidadania; os objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação na Educação Física Escolar; - Esporte e Jogos na Escola: competição, cooperação e transformação didático-pedagógica; A História da Educação Física; Função Social da Educação Física; Desenvolvimento Infantil e movimento humano; Metodologia para o ensino da Educação Física; Educação Física na Educação Infantil e Ensino Fundamental; As identidades que configuram o sujeito da Educação de Jovens e Adultos; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos; O trabalho docente na Educação de Jovens e Adultos; Avaliação na perspectiva processual e Letramento em Educação de Jovens e Adultos. Dança como: linguagem que permite exteriorizar sentimentos e emoções, expressão da própria vida. Educação Física Escolar e qualidade de vida, frente à realidade social econômica política e cultural, nos seus diferentes significados: Educação, Trabalho, Saúde e Lazer. Educação Física e Cidadania. Ginástica como: Forma de exercitação corporal. Jogo como: Produção social no processo ensino aprendizagem. Possibilidade de experiências corporais: Recreação e jogos. Iniciação ao desporto e a dança. Possibilidades de experiências prático-teóricas, cognitivas, sociais e afetivas, atividades lúdicas: a competição/ cooperação/ sociabilizará a reflexão /análise/ compreensão / síntese da realidade física corporal,

ENSINO RELIGIOSO

O ensino religioso no Brasil: processo histórico e perspectivas. O Ser Humano e o Fenômeno Religioso: fundamentos históricos, filosóficos, psicológicos e sociológicos das tradições religiosas; as tradições religiosas como elementos indissociáveis das culturas; religiões afro-brasileiras; o símbolo e o sagrado; o mito e o rito; os textos sagrados; a descrição das representações dos transcendentais nas tradições religiosas; síntese da história do budismo, cristianismo, hinduísmo, islamismo e judaísmo. Pluralidade Religiosa; - Tipos de Religião; - Práxis Religiosa; - História da Igreja no Brasil; - Escatologia; - Mitologia; - Símbolos e Rituais Religiosos; - Ética e Moral; - Evolução religiosa

INGLÊS

Verb Forms (affirmative/interrogative/negative): The present simple; the present continuous; the past simple; the past continuous; the present perfect; the present perfect continuous; the past perfect; the future; the near future; the future continuous. Modals and auxiliary verbs. Phrasal Verbs. Used to/get used to/be used to. If clauses and other conditionals. The Infinitive and the "-ing" form. Reported Speech. Articles: indefinite and definite articles. Nouns: singular and plural; countable and uncountable nouns. Quantifiers: much, many, a lot, little, few etc. Pronouns: subjective and objective pronouns; demonstratives; reflexive and emphatic pronouns: indefinite pronouns; possessive pronouns. Adjectives: the use and position of adjectives; comparatives and superlatives; adjectives ending in "-ed" and "-ing"; possessive adjectives. Adverbs: of manner, of frequency, time and place; adverbs of degree; "too" and "enough". Prepositions and Preposition Phrases. Prepositions/Link words. Relative clauses: with "who, which, that"; "where, whose, what"; defining and non-defining relative clauses; clauses with "-ing" or a past participle; "with" in identifying phrases. Word order. Vocabulary, antonyms, synonyms, false cognates, meanings, idioms, collocations, ambiguity. Pronunciation: vowel sounds, consonant sounds, "-ed sounds", plural sounds. Reading Comprehension.

LINGUA PORTUGUESA

Aprendizagem da língua materna: estrutura, uso e funções. Ensino e aprendizagem da gramática normativa. Linguagem: uso, unções, análise. Língua falada e escrita. Variações linguísticas.

Norma padrão. O texto: tipologia textual. Intertextualidade. Coesão e coerência textuais. O texto e a prática de análise linguística. Leitura e produção de textos. Literatura brasileira. Fonologia. Estrutura e formação das palavras. Morfologia e Morfossintaxe. Sintaxe. Semântica. Acentuação gráfica. Crase. Concordância Nominal e Verbal. Regência Nominal e Verbal. Pontuação. Tipologia textual. Gênero textual. Interpretação e compreensão de texto. Ortografia. Coexistência das regras ortográficas atuais - em vigor desde janeiro de 2009 - com as antigas. Funções da Linguagem.

MATEMÁTICA

Funções: afim, quadrática, modular, exponencial e logarítmica. Razão e proporção. Regra de três simples e composta. Geometria plana e espacial: ponto, reta e plano, paralelismo e perpendicularismo, áreas, poliedros, volumes, superfícies e sólidos de revolução. Trigonometria: trigonometria no triângulo retângulo, Lei dos Senos e dos Cossenos, funções circulares, identidades trigonométricas, transformações, funções trigonométricas, equações e inequações trigonométricas. Matrizes, determinantes e sistemas lineares. Polinômios: função polinomial, equações polinomiais, operações e propriedades. Análise combinatória, probabilidade e estatística: combinações e permutações, números binomiais, espaço amostral, espaços de probabilidades, probabilidades condicionais, distribuição binomial, medidas de centralidade e de dispersão. Sequências e Progressões. Geometria analítica plana e espacial. Números Complexos: operações e propriedades. Resolução de situações-problema. Sequências e Progressões. Álgebra linear I: matrizes, determinantes e sistemas de equações lineares. Álgebra linear II: espaços vetoriais, produto interno, transformações lineares, autovalores e autovetores. Limites e funções contínuas: limites de funções, funções contínuas, descontinuidades, funções contínuas em intervalos. Derivada: derivada no ponto, funções deriváveis em um intervalo, fórmulas de derivação, regra da cadeia, regra de L'Hospital, fórmula de Taylor, série de Taylor. Integral: funções integráveis, o teorema fundamental do cálculo, métodos de integração, integrais impróprias. Resolução de situações-problema.

MÚSICA

Noções de didática e Programas e Técnicas pedagógicas, plano de curso, plano de aula. Processo e teorias do ensino/aprendizagem - Metodologia para o ensino da Educação Música; História da música no Brasil. Influências da música africana e indígena na música nacional. Origem da música. Expressão musical aplicada a educação. Oficinas de expressão musical. Fontes sonoras. Construção de instrumentos musicais e objetos sonoros. Tipos de repertórios. Música da cultura infantil. Aspectos teóricos da música (som, partituras, timbre, voz, notas musicais). Construção de projetos e oficinas através de musicalização. Tipos de instrumentos musicais. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

SALA MULTIFUNCIONAL

Os diversos tipos de materiais e equipamentos eletrônicos e audiovisuais, sua manipulação, instalação e manutenção. Controle de uso dos equipamentos, fichas e relatórios. Materiais gráficos para exposição direta ou como matrizes de materiais projetáveis: cartazes, álbuns seriados, ilustração nos livros didáticos Elementos básicos de comunicação visual: aspectos técnicos e estéticos (composição, cores, textura, legendas, títulos e recursos simbólicos). Materiais e instrumentos para a produção de transparências para retroprojetores, diapositivos, fotografias, e as respectivas matrizes. Dimensões, proporções, formato, dimensões e proporções de matrizes gráficas para produção de slides. Habilidades indispensáveis a manipulação de instrumentos e equipamentos de produção de matrizes, slides e transparências. A imagem, o som e o texto. Princípios básicos de roteirização e gravação para

audiovisuais montados (slides, DVD, vídeo). Habilidades necessárias a operação de instrumentos de apresentação de audiovisuais (projetores, gravadores de som, etc.). Computador e suas diversas utilidades como audiovisual: montador de matrizes, exibidor de slides, CD, DVD e programas educativos. Vídeo: tecnologia digital de vídeo, armazenamento e princípios de compressão; edição digital de vídeos; utilizando vídeo na multimídia. Informática Básica. Redes de computadores, Internet, Conceitos básicos (Fundamentos, software, hardware, memórias); Sistemas operacionais Windows (manipulação de arquivos, configurações básicas); Linux conceitos básicos; Microsoft Office (Word, Excel, PowerPoint, Access); Conhecimentos básicos de internet (browser, e-mail, www, ftp, chat), Backup, Antivírus, Compactadores e descompactadores. Execução de atividades afins, observando se a prática do dia a dia.

ANEXO IV

REQUERIMENTO

Vaga para Deficiente Físico e /ou Condição Especial para REALIZAÇÃO de provas

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF nº _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, inscrito no Concurso Público 001/2014 da Prefeitura Municipal de BELA VISTA DO TOLDO, inscrição número _____, para o cargo de _____, requer a Vossa Senhoria:

1 - () Vaga para portadores de Deficiência.

Deficiência: _____

CID nº: _____

Nome do Médico: _____

2) Condição Especial para realização da prova:

a) () Prova com ampliação do tamanho da fonte
Fonte nº _____ / Letra _____

b) () Sala Especial
Especificar: _____

c) () Leitura de Prova

d) () Amamentação.
Nome do Acompanhante: _____
Horários de amamentação: _____

g) () Outra Necessidade:

Especificar: _____

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2014.

Assinatura do Requerente

ANEXO V
FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO
CONCURSO PÚBLICO 001/2014- PM BELA VISTA DO TOLDO

Tipo de Recurso:	
<input type="checkbox"/> 1 – Contra indeferimento de inscrição <input type="checkbox"/> 2 - Contra questão da prova ou gabarito provisório <input type="checkbox"/> 3 – Contra a classificação <input type="checkbox"/> 4 – Outro: _____	
Nome do Candidato:	
N.º de Inscrição:	Cargo:
N.º da Questão:	Data:
Fundamentação e Referência Bibliográfica:	

Local e data _____. ____ de _____ de 2014.

Assinatura do Candidato

CONCURSO 02

EDITAL Nº 002/2014 DE CONCURSO PÚBLICO (EMPREGO PÚBLICO)

Abre inscrições e define normas para o concurso Público destinado ao provimento de vagas de Empregos Públicos do Quadro Único de Pessoal da Administração Municipal de Bela Vista do Toldo, Santa Catarina e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna Público que fará realizar Concurso Público para provimento de vagas para Emprego Público do quadro de pessoal do município de Bela Vista do Toldo, contratados sob o regime celetista e conforme Leis de criação dos empregos Públicos Lei 822/2011, Lei 995/2013, Lei 1.059/2014 e suas alterações, e que se regerá pelas normas estabelecidas neste edital e demais legislação vigente.

1.DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Concurso Público será realizado sob a responsabilidade do

Instituto o Barriga Verde-IOBV, localizado na Avenida Luiz Bertoli, 233, centro, município de Taió, Estado de Santa Catarina, tel./ fax (47) 3562-1598, endereço eletrônico www.iobv.org.br, e-mail concursos@iobv.com.br, sob a supervisão da Comissão Municipal de Concurso Público, nomeada pelo Decreto Número 197/2014.

1.2 A realização do certame seguirá as datas e prazos previstos de acordo com o seguinte cronograma:

Evento	Data Provável
Inscrições exclusivamente pela internet (on-line) no período de:	20/11/14 a 19/12/14
Pagamento da taxa de inscrição para todos os candidatos prazo final dia:	23/12/14
Vaga para Deficiente e condição especial para realizar a prova, prazo final para envio por sedex/AR do requerimento.	19/12/14
Prova de títulos, prazo final para protocolo ou envio por sedex de certificado de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado) para pontuação de títulos dos cargos de nível superior.	19/12/14
Listagem dos inscritos: divulgação das inscrições deferidas e indeferidas de todos os candidatos.	07/01/2014
Recursos contra indeferimento das inscrições	08 e 09/01/15
Homologação das inscrições	13/01/15
Locais das Provas divulgação dos locais de provas	19/01/15
Divulgação da alocação dos candidatos por escola e por sala (ensalamento)	Entre 19 e 21/01/15
PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS	25/01/15
Gabarito Preliminar divulgação no site Instituto o Barriga Verde (www.iobv.org.br).	26/01/15
Recursos contra as questões e ao gabarito preliminar da prova objetiva escrita.	27 e 28/01/15
Gabarito Definitivo da prova objetiva divulgação no site do Instituto o Barriga Verde (www.iobv.org.br).	02/02/15
Classificação Preliminar	03/02/15
Recursos contra a classificação preliminar	04 e 05/02/15
Classificação Final	09/02/15
Homologação do resultado final	Após 09/02/15

1.3. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, de recursos, intempéries e por decisão da Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Concurso Público e da Comissão do Instituto o Barriga Verde, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

1.4. Os candidatos que enviarem a documentação via postal, por SEDEX AR, devem providenciar sua expedição com a devida antecedência para que o IOBV receba dentro do prazo estipulado no cronograma. Passada essa data a documentação não mais será processada. Devendo ser enviadas para o seguinte endereço:

INSTITUTO O BARRIGA VERDE

Ref.: Concurso Público Bela Vista do Toldo Edital 02/2014

Avenida Luiz Bertoli, 233 - Centro

CEP 89.190-000 - Taió - SC

1.5. O Edital do Concurso Público, os demais comunicados e avisos aos candidatos, a relação de inscritos, os gabaritos e provas, os julgamentos realizados, convocações e todos os demais atos do Concurso Público, serão publicados no sítio do Concurso Público na Internet: www.iobv.org.br.

1.6. O Edital do concurso Público também será publicado no site da Prefeitura de Bela Vista do Toldo na Internet: <http://www.pmbv-sc.gov.br> e no órgão oficial de imprensa (www.diariomunicipal.sc.gov.br), bem como afixado na sede da Prefeitura Municipal; sede da Câmara de Vereadores e sede dos entes da Administração

Municipal Indireta; e ainda, publicado, na forma de extrato, em jornal de circulação local e estadual.

1.7. A nomeação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas deste certame, atenderá os dispositivos da RE/598.099//STF, de acordo com a necessidade da Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação, podendo ser convocados mais candidatos aprovados, se houver necessidade para o serviço Público.

1.8. O prazo de validade do concurso é de 2 (dois) anos, contados da publicação do ato de homologação do resultado final do concurso, prorrogável uma vez, por igual período, a critério da Administração Municipal de Bela Vista do Toldo - SC.

2. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NOS EMPREGOS PÚBLICOS

2.1. São requisitos básicos para investidura nos Empregos Públicos a que se refere o presente concurso:

- a) A nacionalidade brasileira;
- b) O gozo dos direitos políticos;
- c) A quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- d) O nível de escolaridade exigido;
- e) A idade mínima de dezoito anos;
- f) Condições de saúde física e mental compatíveis com o exercício do Emprego Público ou função, de acordo com prévia inspeção médica oficial realizada na forma da lei.
- g) Idoneidade moral a ser comprovada mediante a apresentação de atestado de antecedentes emitido por órgão competente;
- h) Inexistência da incompatibilidade para o exercício de Emprego Público municipal;
- i) Ter sido aprovado no Concurso Público, na forma estabelecida neste Edital;
- j) Comprovar a formação exigida para o Emprego Público e o registro profissional quando exigido.
- k) Para o cargo de Agente comunitário de Saúde, comprovante de residência na área de atuação.
- l) Outros requisitos justificados pelas atribuições do Emprego Público ou estabelecidos em lei.

3. DOS EMPREGOS PÚBLICOS, FORMAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA, VENCIMENTO, CARGA HORÁRIA, E NÚMERO DE VAGAS.

3.1 A relação dos Empregos Públicos com as exigências mínimas de formação, vencimento, carga horária, número de vagas, atribuições dos Empregos Públicos e outras informações constam nos anexos I e II deste edital.

3.2. A escolaridade e requisitos exigidos, conforme anexo I e legislação em vigor, deverão ser comprovados quando da convocação do candidato para admissão.

4. DA INSCRIÇÃO

4.1. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do Concurso Público, tais como se acham estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

4.2. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente concurso Público.

4.3. A participação no presente Concurso Público iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital.

4.4. A inscrição somente será efetuada via Internet, no endereço eletrônico www.iobv.org.br, no período estabelecido no cronograma de atividades capítulo I deste edital.

4.5. Para efetivar a sua inscrição o candidato deverá seguir os seguintes passos:

a) Ler atentamente o edital verificando se atende a todos os

requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital;

b) Acessar o endereço eletrônico www.iobv.org.br, em "concursos abertos" selecionar o município de BELA VISTA DO TOLDO Edital 02/2014 ADM;

c) Preencher o Requerimento de Inscrição;

d) Conferir atentamente os dados informados e enviá-lo pela Internet, imprimindo uma cópia que deve ficar em seu poder;

e) Imprimir o boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição preferencialmente nas agências do BANCO DO BRASIL, até o dia do vencimento estabelecido no boleto.

f) Manter o boleto que comprova o pagamento da taxa de inscrição em seu poder.

4.5.1 Para os candidatos que não possuem internet, haverá uma central de atendimento na Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo, localizada à Rua Estanislau Schumann, 839 -, com atendimento das 8h00min às 14h00min.

4.6 O valor da taxa de inscrição é de:

a) Para Empregos Públicos com exigência de curso superior: R\$ 100,00 (cem reais);

b) Para Empregos Públicos com exigência de curso de ensino médio: R\$ 70,00 (setenta reais);

c) Para Empregos Públicos com exigência de ensino fundamental e alfabetizado: R\$ 40,00 (quarenta reais);

4.7. O pagamento da taxa de inscrição só poderá ser feito mediante a utilização do boleto de pagamento disponível no endereço eletrônico www.iobv.org.br, impresso com o respectivo código de barras, até a data de vencimento constante no mesmo.

4.7.1 O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

4.8. No caso de extravio do boleto original, uma segunda via poderá ser obtida no mesmo endereço, na área restrita do candidato.

4.9. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

4.10. Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital acompanhando as publicações e suas possíveis alterações.

4.11 A inscrição só será aceita quando o Banco onde foi paga a taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento.

4.12 Após o pagamento do boleto bancário, em até cinco dias o candidato poderá conferir, no site do concurso, na área do candidato, se os dados da inscrição foram recebidos e se o valor da inscrição foi pago, podendo imprimir seu comprovante definitivo de inscrição.

4.13. Da isenção da taxa de inscrição

4.13.1. Por falta de previsão legal municipal não haverá nenhuma forma de isenção de taxa de inscrição.

4.14 Demais disposições referente às inscrições

4.14.1 É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, via fax, via e-mail, ou por qualquer outra via não especificada neste edital.

4.14.2 As informações prestadas no preenchimento do Requerimento de Inscrição, são de inteira responsabilidade do candidato, podendo ser indeferida ou anulada a inscrição por seu preenchimento incompleto ou de forma indevida.

4.14.3 A Comissão Municipal de Concurso Público e o IOBV, a qualquer tempo, poderão anular a inscrição, as provas e admissão do candidato, se verificada falsidade em qualquer declaração ou documento exigido neste edital.

4.14.4 As mudanças de endereço e/ou dados cadastrais deverão ser alteradas, na área restrita do candidato, até a data de realização da prova.

4.14.5. O IOBV não se responsabilizará por solicitações de inscrição via Internet não efetivadas por falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação e outros fatores de ordem técnica que impossibilitar a transferência dos dados ou a impressão dos documentos relacionados.

4.14.6. O IOBV não se responsabilizará por boletos clonados por estelionatários, através de vírus no computador utilizado pelo candidato, devendo o candidato conferir o código de barras e se o boleto é da Caixa Econômica Federal, cujo código de barras deve iniciar pelo número do banco ou seja 104.

4.14.7. Para evitar transtornos ao candidato aconselha-se que faça sua inscrição antecipadamente.

4.14.8 O candidato poderá participar deste edital com apenas uma inscrição, verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será considerada apenas a inscrição mais recente devidamente paga.

4.14.9 O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de Emprego Público e/ou a devolução da importância recolhida uma vez que, o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação plena do Concurso Público.

4.14.10 A inscrição implica no conhecimento e aceitação das regras e condições estabelecidas neste edital, seus termos aditivos, convocações bem como avisos publicados no endereço eletrônico do concurso, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos, a acerca dos quais o candidato não poderá alegar desconhecimento, sendo sua responsabilidade manter-se informado, acompanhando as divulgações no site oficial www.iobv.org.br.

4.14.11 Será cancelada a inscrição do candidato que:

a) Efetuar o pagamento da taxa de inscrição com cheque sem a provisão de fundos, agendamentos não compensados ou com qualquer outra irregularidade;

b) Prestar declarações falsas, inexatas, adulterar qualquer documento informado ou apresentado ou que não satisfizer as condições estabelecidas neste Edital.

4.14.12. No caso de cancelamento da inscrição serão anulados todos os atos dela decorrentes, a qualquer tempo, mesmo que o candidato tenha sido classificado e que o fato seja constatado posteriormente.

4.14.13 Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente concurso Público.

4.14.14 As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional o que poderá ser feito sem prévio aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site www.iobv.org.br e <http://www.pmbvt.sc.gov.br>.

4.15. Das condições especiais para realizar a prova

4.15.1 Os candidatos, inscritos que necessitarem de atendimento especial para realização da prova (local de fácil acessibilidade, uso de aparelhos de audição ledor, prova com fonte ampliada e etc.), deverão assinalar esta opção no Requerimento de Inscrição e indicar o atendimento especial que desejar, devendo enviar tal solicitação através do anexo IV deste edital, via sedex AR para o endereço do Instituto o Barriga Verde, Avenida Luiz Bertoli, 233 - Centro - 89.190-000 - Taió - SC.

4.15.2 A candidata que necessitar amamentar deverá, além de requerer atendimento especial para realizar a prova, nos termos do item 4.15.1, deverá comparecer ao local do exame com a antecedência mínima de trinta minutos, acompanhada de pessoa maior de 18 anos que ficará responsável pela guarda da criança.

4.15.3. O menor e o responsável ficarão em sala especial e nos momentos de amamentação a candidata solicitará ao fiscal de sala que a conduza ao local, sendo que o tempo destinado à amamentação não será descontado do tempo de duração da prova.

4.15.4 O IOBV publicará, no endereço do concurso www.iobv.org.br, conforme cronograma, despacho das solicitações de

atendimento especial deferidas e indeferidas.

5. DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

5.1 Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscreverem neste concurso Público, desde que sua deficiência seja compatível com as atribuições a que pretende concorrer, sendo-lhes reservadas 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas, os quais integrarão lista de chamada especial.

5.2 Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298/99 e as alterações constantes do artigo 7 do Decreto Federal 5.296/04.

5.3. O resultado final do Concurso será publicado em duas listas: lista geral e lista especial. A primeira trará a relação de todos os candidatos aprovados e classificados, inclusive das pessoas com deficiência.

5.3.1 Os Empregos Públicos contemplados com vagas para deficientes, consta divulgado no anexo I deste edital;

5.3.1.1 Para os demais Empregos Públicos não contemplados com vaga para deficientes, em função do número de vagas, não há previsão de imediato oferecimento de vaga às pessoas com deficiência. Nesses Empregos Públicos, o primeiro candidato classificado no Concurso na lista especial dos candidatos inscritos para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, será nomeado para ocupar a 20ª (vigésima) vaga aberta. O segundo classificado no Concurso na listagem especial ocupará a 40ª (quadragésima) vaga aberta e assim sucessivamente, obedecida a ordem de classificação na listagem especial e o prazo de validade do concurso.

5.4. O candidato com deficiência concorrerá a todas as vagas oferecidas no Emprego Público escolhido, utilizando-se da vaga reservada somente quando, tendo sido aprovado, não puder ser nomeado através de sua classificação na lista geral.

5.5 O candidato que se declarar pessoa com deficiência, participará do presente concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos quanto ao conteúdo das provas; à avaliação e aos critérios de aprovação; ao horário e ao local de aplicação das provas; e nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

5.6 Para concorrer às vagas reservadas o candidato deve realizar sua inscrição pela Internet e nela declarar-se portador de deficiência em seguida providenciar e enviar a seguinte documentação:

a) Encaminhar laudo médico original, emitido nos últimos doze meses, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), bem como à provável causa da deficiência.

b) Encaminhar requerimento conforme anexo IV deste edital, devidamente preenchido e assinado, no qual poderá ser informada a condição especial que necessita para a realização da prova.

c) Cópia do comprovante de inscrição.

5.6.1 A documentação de que tratam as alíneas, deverá ser encaminhada via correios sedex/AR, ou protocolada pessoalmente na sede do Instituto o Barriga Verde, Avenida Luiz Bertoli, 233, Centro - 89190-00 - Taió - SC.

5.6.2 O fornecimento do laudo médico é de responsabilidade exclusiva do candidato e os documentos entregues não serão devolvidos, assim como não serão fornecidas cópias.

5.6.3 O atendimento às condições especiais solicitadas ficará sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido.

5.7 Os candidatos inscritos para as vagas reservadas aos portadores de deficiência que deixarem de atender, no prazo e condições determinados pelo Edital, em especial as relacionadas aos documentos comprobatórios de sua deficiência, terão sua inscrição como portador de deficiência invalidada e passarão a ser considerados como não portadores de deficiência.

5.8. Tendo sido aprovado no Concurso Público, os portadores de deficiência serão submetidos à Equipe Multiprofissional, designada com o objetivo de avaliar a compatibilidade entre as atribuições essenciais do Emprego Público com a necessidade especial de que o candidato é portador, emitindo relatório que servirá de base para

o laudo expedido pela Perícia Médica Oficial do município.

5.9 Tendo sido aprovados no Concurso Público os portadores de deficiência serão submetidos a Perícia Médica Oficial para comprovação da deficiência informada pelo candidato no ato de seu exame admissional e de sua compatibilidade com o exercício das atribuições do cargo.

5.10 Será eliminado da lista de candidatos que concorrem às vagas reservadas aos portadores de deficiência, o candidato cuja deficiência assinalada no ato da inscrição não seja constatada ou não seja compatível com o exercício das atribuições do cargo, passando a compor apenas a lista de classificação geral final.

5.11. O candidato que requerer vaga especial não está isento do pagamento da taxa de inscrição.

5.12. O candidato com deficiência participará deste concurso em igualdade de condições aos demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação e critérios de aprovação, horário, data, local de aplicação e nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

6. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

6.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão divulgadas preliminarmente no site deste concurso www.iobv.org.br, conforme cronograma deste edital.

6.2. Caso a inscrição do candidato não seja homologada, ou haja inexatidão relativas a grafia do seu nome, condição de pessoa com deficiência ou qualquer outra, caberá recurso nos termos do presente Edital.

6.2.1 Os casos de erro de grafia, data de nascimento ou outro dado pessoal, o próprio candidato deve entrar na área restrita do site, com seu CPF e senha cadastrados e fazer as devidas alterações.

6.3. Após prazo recursal as inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente na data constante do cronograma deste edital.

7. DAS ETAPAS DO CONCURSO PÚBLICO

7.1 O concurso Público a que se refere o presente edital, se desenvolverá, em uma, duas ou três etapas de caráter eliminatório e/ou classificatório, conforme o Emprego Público e conforme descrito no "tipo de prova" do anexo I deste edital, a saber:

a) Prova escrita para todos os Empregos Públicos, que constará do exame de habilidades e de conhecimentos aferidos através de questões objetivas, de caráter eliminatório e classificatório, com duração de até três horas.

b) Prova de títulos, de caráter classificatório para os Empregos Públicos de Pedagogo e Professor de Educação Física - NASF e Pedagogo do CRAS nível superior, aprovados na prova objetiva.

7.2 As provas serão realizadas no município de BELA VISTA DO TOLDO-SC, não sendo permitida a realização das provas em outro local, a não ser o determinado no Edital de Convocação.

7.3. DOS HORÁRIOS E LOCAIS DAS PROVAS

7.3.1 Os locais de realização das provas serão divulgados no site www.iobv.org.br e no site www.pmbvt.sc.gov.br na data prevista no cronograma, em edital próprio de convocação.

7.3.2. Os horários de realização das provas ficam assim definidos:

Tipo de Cargo	Evento	Horário
TODOS OS EMPREGOS PÚBLICOS (Matutino)	Abertura dos portões e acesso dos candidatos aos locais de prova.	8h15
	Fechamento dos portões, não sendo permitido o acesso de candidatos, sob qualquer alegação, a partir deste horário.	8h50
	Abertura dos invólucros e distribuição das provas e na sequência início das provas OBS.: O tempo gasto para abertura e distribuição das provas será acrescido ao tempo final da prova caso seja necessário.	9 h
	Tempo mínimo de permanência em sala de prova	10 h
	Final Devolução obrigatória do caderno de questões e cartão-resposta	12h

7.3.3 A identificação correta do período, horário e local da prova e o comparecimento no horário determinado, será de inteira responsabilidade do candidato, devendo o mesmo manter-se informado acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br, considerando que os portões dos locais fecharão 10 (dez minutos) antes do horário marcado para início da prova.

7.3.4 O IOBV e o Município de Bela Vista do Toldo eximem-se das despesas com viagens e estadia dos candidatos para prestar as provas do concurso Público em qualquer uma das etapas.

8. DA PROVA ESCRITA

8.1 A prova escrita será constituída de questões objetivas, cada uma delas com 4 (quatro) alternativas das quais uma única será correta e com duração de até 3 (três) horas.

8.2. As áreas de conhecimento para cada cargo, abrangidas pela prova, o número e valor das questões de cada uma delas, seguem descritas por escolaridade:

8.2.1. Escolaridade: Fundamental Completo

Empregos Públicos	Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor de cada questão	Total Nota por Disciplina
Todos	Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	5	0,25	2,50
		Matemática	5		
	Conhecimentos Específicos	Conhecimentos técnicos profissionais	15	0,50	7,50
		Total	25		10,00

8.2.2. Escolaridade: Ensino Médio completo

Empregos Públicos	Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor de cada questão	Total Nota por Disciplina
TODOS	Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	5	0,20	4,00
		Matemática	5		
		Conhecimentos Gerais	5		
		Informática Básica	5		
	Conhecimentos Específicos	Legislação	5	0,30	6,00
		Conhecimentos técnicos profissionais	15		

		Total	40		10,00
--	--	-------	----	--	-------

8.2.3. Escolaridade: Ensino Superior Completo

Empregos Públicos	Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor de cada questão	Total Nota por Disciplina
TODOS	Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	5	0,20	3,00
		Conhecimentos Gerais	5		
		Informática Básica	5		
	Conhecimentos Específicos	Legislação	5	0,28	7,00
		Conhecimentos técnicos profissionais	20		
		Total	40		10,00

8.3. Os programas das provas (conteúdos programáticos) constam do anexo III deste edital.

8.4. A nota da prova escrita (NPE) se dará numa escala de 0,00 a 10,00, e será calculada pela seguinte fórmula, de acordo com a escolaridade exigida para o cargo:

a) Empregos Públicos com exigência de nível alfabetizado e fundamental completo:

$$NPE = (NACG \times 0,25) + (NACE \times 0,50)$$

b) Empregos Públicos com exigência de nível médio: $NPE = (NACG \times 0,20) + (NACE \times 0,30)$

c) Empregos Públicos com exigência de nível superior: $NPE = (NACG \times 0,20) + (NACE \times 0,28)$

Sendo:

NPE = Nota da Prova Escrita

NACG = Número de acertos das questões de conhecimentos gerais;

NACE = Número de acertos das questões de conhecimentos específicos.

8.5. À Prova escrita será atribuído o seguinte resultado:

a) APROVADO: o candidato que alcançou nota final da prova escrita igual ou maior a 5,00 (cinco); sendo convocado para a próxima fase, se assim o Emprego Público exigir;

b) REPROVADO: o candidato que obteve nota menor que 5,00 (cinco) sendo eliminado do certame;

c) AUSENTE: o candidato que não compareceu para realizar a Prova Objetiva, acarretando em sua eliminação.

d) ELIMINADO: o candidato ausente e que deixar de cumprir as normas editalícias especialmente às de regras de aplicação da prova e seu correto preenchimento.

8.6 NORMAS PARA A APLICAÇÃO DA PROVA ESCRITA COM QUESTÕES OBJETIVAS

8.6.1 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas no horário e data estabelecidos no edital de convocação, com a antecedência mínima de 30 (trinta) minutos da hora marcada para fechamento dos portões, munido de documento de identidade original, não sendo permitido o acesso ao local da prova do candidato que chegar atrasado.

8.6.1.1 Os portões de acesso ao local da prova escrita objetiva fecham 10 (dez) minutos antes do horário definido para início da prova.

8.6.1.2. Será vedada a entrada nos locais de prova dos candidatos que chegarem após o fechamento do portão seja qual for o motivo alegado para o atraso, estando o candidato que chegar com atraso a qualquer uma das provas, eliminado do concurso Público. (não

haverá nenhuma tolerância de tempo).

8.6.2. Não será permitido o acesso ao local de prova do candidato que:

a) Chegar após o horário determinado para o fechamento dos portões de entrada;

b) Não apresentar documento de identificação oficial válido, original e com foto;

c) Não dispor de caneta esferográfica de material transparente com tinta nas cores azul ou preta.

8.6.3. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo Corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional, passaporte, certificado de reservista, carteiras funcionais expedidas por órgão Público que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação, com foto.

8.6.4. Em caso de perda, furto ou roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias.

8.6.5. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

8.6.6. A identificação especial ou coleta de digitais poderá ser exigida, cujo documento de identificação gere dúvidas quanto à fisionomia, à assinatura ou à condição de conservação do documento.

8.6.7. Recomenda-se, para a rápida solução de qualquer pendência, que o candidato tenha consigo o comprovante de pagamento da taxa e comprovante de inscrição.

8.6.8. A não apresentação de documento de identidade, nos termos deste edital impedirá o acesso do candidato ao local de prova e, em consequência, a sua eliminação do certame.

8.6.9. O IOBV, objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade do Concurso Público poderá solicitar a impressão digital do candidato no cartão resposta (a qual não substituirá a obrigatoriedade do candidato assinar o cartão), fotografia ou gravação de imagem e a revista pessoal e de seus pertences inclusive por meio eletrônico. A recusa de tal procedimento acarretará a sua eliminação do Concurso.

8.6.10. Em vista de eventual varredura eletrônica a que possa ser submetido, o candidato que faça uso de marca-passos, pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos, deverá comunicar esta particularidade até o último dia de inscrições e entregar, até esta mesma data, ao IOBV, laudo médico que comprove as informações prestadas.

8.6.11 O candidato receberá para realizar a prova escrita, um caderno de questões e um cartão resposta, comprometendo-se a ler e conferir todos os dados, informações e instruções neles constantes, bem como conferir se o cartão resposta corresponde ao seu nome, número de inscrição e o cargo, e se o caderno de questões corresponde ao seu Emprego Público e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a leitura e a resolução da prova.

8.6.12 Na hipótese de serem verificadas falhas de impressão no caderno de questões, o coordenador do local de prova, antes do início da prova, diligenciará no sentido de:

a) substituir os Cadernos de questões defeituosos;

b) proceder, em não havendo número suficiente de cadernos para a devida substituição, a leitura dos itens onde ocorreram falhas, usando, para tanto, um caderno de questões completo.

c) estabelecer prazo para compensação do tempo usado para regularização do caderno, se a ocorrência verificar-se após o início da prova.

8.6.13 As respostas das questões da prova escrita deverão ser transcritas para o cartão resposta, de acordo com as instruções nele contidas, com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.

8.6.14. Ao terminar a prova o candidato entregará ao fiscal,

juntamente com o cartão-resposta assinado, o Caderno de questões.

8.6.15 Não serão consideradas quaisquer anotações no caderno de questões, sendo o cartão resposta o único documento válido para a correção.

8.6.16 O cartão resposta não será substituído por erro ou rasura do candidato.

8.6.17 Será atribuída nota 0 (zero) à questão da prova escrita:

- a) Cuja resposta não coincida com o gabarito oficial;
- b) Contenha emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);
- c) Contenha mais de uma opção de resposta assinalada;
- d) Não estiver assinalada no cartão resposta;
- e) Seja preenchida fora das especificações contidas no cartão resposta ou nas instruções da prova.
- f) Cujo cartão resposta não esteja assinado pelo candidato.

8.6.18. O correto preenchimento do cartão resposta é de total responsabilidade do candidato, não sendo responsabilidade do fiscal de sala alertá-lo das incorreções.

8.6.18.1 Além da assinatura do candidato, a escolha da alternativa de cada questão, deve ser preenchido o quadrinho correspondente na sua totalidade, não sendo admitidos "x", bolinhas, ou outra marcação que não seja igual ao exemplo:

8.6.19 Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do concurso Público poderá haver mais de um tipo de prova, devendo o candidato assinalar no cartão-resposta o número da prova, sob pena de eliminação do concurso.

8.6.20 O candidato só poderá ter em seu poder no local de prova escrita objetiva o seguinte material: caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente, documento de identidade original e, se assim desejar, comprovante de pagamento da taxa de inscrição, copo ou garrafa de água fabricada de material transparente, sem rótulos ou etiquetas, alimentos (barra de cereal, chocolate, fruta, desde que desembalados e acondicionados em saco plástico transparente.)

8.6.21 Para responder as questões da prova o candidato somente poderá utilizar caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente, que não será distribuída aos candidatos, cabendo a eles sua aquisição.

8.6.22 Não é permitido durante a prova escrita objetiva:

- a) O uso de relógio, calculadoras, telefones celulares ou qualquer outro equipamento eletro-eletrônico, bem como bonés, chapéus ou qualquer outra cobertura.
- b) A comunicação entre os candidatos, bem como consulta a qualquer obra, anotação, instrumento ou equipamento.
- c) Ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal.
- d) A entrada de candidato armado, sob qualquer alegação.
- e) Comportamento agressivo e descortês com qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

8.6.23 Os candidatos que trouxerem para o local de prova quaisquer materiais, objetos e ou equipamentos não permitidos, deverão entregá-los antes do início da prova, ao fiscal de sala. A simples posse, mesmo que desligado ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredores ou banheiros, implicará na exclusão do candidato do concurso Público.

8.6.24 Somente depois de decorrido o prazo mínimo de permanência em sala de provas, que será de 60 (sessenta) minutos, o candidato poderá entregar seu caderno de questões e seu cartão-resposta e retirar-se da sala de prova, entregando, obrigatoriamente, ao fiscal de sala o seu cartão resposta devidamente assinado e o caderno de provas, sendo que o não cumprimento do corrente item incorre na desclassificação do candidato do concurso Público.

8.6.25 Os três (3) últimos candidatos que permaneceram na sala só poderão entregar a prova e o cartão resposta ao mesmo tempo e assinarão a ata de sala e acompanharão termo de fechamento do envelope de provas. O candidato que negar-se a aguardar os companheiros assinará ata de prova como desistente sendo

eliminado do certame.

8.6.26 O gabarito provisório será divulgado no endereço eletrônico www.iobv.org.br no dia seguinte ao da realização da prova, juntamente com as provas que estarão disponíveis na área restrita do candidato.

8.6.27 Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para nenhuma das provas, nem a realização de prova fora do horário e local marcados para todos os candidatos.

8.6.28 Não serão fornecidos exemplares ou cópias dos cadernos de questões, bem como o original ou cópia do cartão resposta, mesmo após o encerramento do concurso Público.

8.6.29 O IOBV e o Município de Bela Vista do Toldo não assumem responsabilidade por acidentes pessoais, perda, extravio, roubo, furto ou avaria de equipamentos e veículos trazidos pelo candidato ao local de prova.

8.6.30 Durante a realização da prova escrita objetiva, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação.

8.6.31 Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação da prova sem comunicar-se com os demais candidatos, ficando proibido inclusive de permanecer no pátio da escola, ou ligar o celular antes de se retirar da escola.

8.6.31.1 Os candidatos que terminarem a prova não poderão utilizar os banheiros que são destinados ao uso dos candidatos em prova, aconselha-se que antes de entregar a prova solicitem ao fiscal de sala o acompanhamento até os sanitários.

8.6.32 Motivar a eliminação do candidato do Concurso Público, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a qualquer das normas devidas neste edital ou a outra relativas ao concurso, aos comunicados, às instruções o candidato ou às instruções constantes da prova, bem como o tratamento indevido e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

8.6.33 No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato não constar nas listagens oficiais relativas ao local de provas estabelecido no Edital de Convocação, o Instituto O Barriga Verde poderá proceder à inclusão do candidato, desde que apresente comprovante original de pagamento da taxa de inscrição.

8.6.33.1 A inclusão de que trata o item anterior será realizada de forma condicional e será analisada pelo Instituto O Barriga Verde e a Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Concurso Público na fase do Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de verificar a pertinência da referida inscrição.

8.6.33.2. Constatada a improcedência da inscrição, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

8.6.34. Será excluído do Concurso Público o candidato que:

- a) se apresentar após o horário estabelecido, inadmitindo-se qualquer tolerância;
- b) não comparecer às provas, qualquer que seja o motivo alegado;
- c) não apresentar documento que bem o identifique, ou não submeter-se à coleta de impressão digital;
- d) ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento do fiscal;
- e) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não o fornecido pelo IOBV no dia da prova;
- f) se ausentar da sala de prova levando o cartão-resposta personalizado e/ou o Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos, sem autorização;
- g) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
- h) se utilizar de meios ilícitos para a execução das provas;
- i) não devolver integralmente o material recebido;
- j) for surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato, bem como se utilizando de quaisquer dos recursos não permitidos.
- k) estiver portando ou fazendo uso, após o início da prova, em qualquer local do edifício onde a prova estiver sendo realizada,

de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, mp3 players, fones de ouvido, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador ou outros equipamentos similares), bem como relógios digitais ou analógicos;

l) tratar incorretamente ou agir com descortesia a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas, bem como os Coordenadores e seus Auxiliares ou Autoridades presentes.

9. DA PROVA DE TÍTULOS PARA OS EMPREGOS PÚBLICOS DE PROFESSORES

9.1. A prova de títulos, de caráter classificatório, constará da avaliação dos documentos apresentados pelos candidatos aos Empregos Públicos de professores que forem aprovados na prova escrita objetiva e comprovem a sua titulação.

9.2. A prova de títulos consistirá na avaliação dos DIPLOMAS e CERTIFICADOS de Pós-Graduação em nível de Especialização, Mestrado e de Doutorado, relacionados à área do Emprego Público escolhido, desde que devidamente comprovado, concluído até o último dia definido para a inscrição e devidamente registrado.

9.2.1. O candidato deverá comprovar a conclusão do curso de pós-graduação através de fotocópia autenticada, da frente e do verso do certificado ou diploma expedido por instituição credenciada pelo MEC ou Conselho Estadual de Educação - CEE, aos quais serão atribuídas as seguintes pontuações:

a) 1,5 (um e meio) pontos ao candidato que apresentar título de pós-graduação em nível de Doutorado relacionado à área da função pretendida;

b) 1,00 (um) pontos ao candidato que apresentar título de pós-graduação em nível de Mestrado relacionado à área da função pretendida;

c) 0,50 (meio) ponto ao candidato que apresentar título de pós-graduação em nível de Especialização, com no mínimo 320h/a, relacionado à área da função pretendida.

9.3. A pontuação da Prova de Títulos não é cumulativa, sendo computado os pontos referente ao título de maior grau dentre os títulos relacionados nas alíneas "a", "b" e "c" do item 9.2.1.

9.4. Nos casos de inobservância do item anterior, onde o candidato apresentar mais de um documento para comprovação de título, a comissão avaliadora escolherá ALEATORIAMENTE apenas 1 (um) único documento para a avaliação.

9.4.1 A graduação (certificado de nível superior) não será computado em hipótese alguma, pois já é requisito obrigatório para provimento do cargo.

9.5. Só serão aceitos como comprovação de títulos: certidões, atestados, declarações, acompanhados do histórico escolar, atestando e informando a data de conclusão do curso, justificativa da não emissão do certificado e devidamente assinada pelo coordenador do curso, em original ou cópia autenticada.

9.5.1 Caso o certificado de conclusão não conste as disciplinas e carga horária, poderá ser acompanhado de histórico escolar emitido pela instituição de ensino, assinado e autenticado em cartório.

9.6. Os certificados em língua estrangeira, devem ser acompanhados de tradução com declaração expressa assinada pelo tradutor responsável.

9.7. Serão avaliados somente os títulos dos candidatos que forem aprovados na prova escrita objetiva.

9.8. Os documentos apresentados não serão devolvidos, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.

9.9. Não haverá em hipótese alguma, outra data e horário para a entrega de títulos.

9.10. A não apresentação dos títulos não elimina o candidato do certame, sendo a este computado pontuação zero na prova de títulos para o cálculo da pontuação final.

9.11. Comprovada em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos do candidato, o candidato terá anulada a totalidade de pontos desta prova. Comprovada a culpa do candidato este será excluído do Concurso.

9.13. Da entrega dos títulos

9.13.1 Os certificados podem ser protocolados pessoalmente ou por procuração simples na sede do IOBV ou ainda, enviados através das agências dos correios obrigatoriamente por meio de SE-DEX/AR, devendo o protocolo seja pessoalmente ou no correio até a data prevista no cronograma.

9.13.2 Os certificados devem ser protocolados ou enviados em envelope lacrado e ser preenchido obrigatoriamente da seguinte forma, sob pena de não serem avaliados:

INSTITUTO O BARRIGA VERDE

Ref.: Prova de Títulos Concurso Público Bela Vista do Toldo Edital 02/2014

Candidato:

Cargo:

Número de Inscrição:

Avenida Luis Bertoli, 233 - Centro

CEP 89.190-000 -TAIÓ - SC

9.13.3. Entregue o envelope com os títulos não serão aceitos pedidos de inclusão de documentos, sob qualquer hipótese ou alegação.

9.13.4 Serão avaliados apenas os títulos dos candidatos aprovados na prova escrita e a pontuação de títulos será somada à nota da prova escrita (NF = NPE + NPT)

10. DOS RECURSOS

10.1 Caberão recursos contra as normas deste edital, o indeferimento da inscrição, o conteúdo das provas e gabarito provisório, preterição de formalidade essencial prevista no presente edital, resultados classificatórios e homologação do resultado final do Concurso Público .

10.1.1 Os recursos poderão ser interpostos no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da publicação do ato que gerou a reclamação, somente através da área restrita do candidato no site www.iobv.org.br.

10.2 Para interposição dos recursos os candidatos deverão apresentar seu pedido de revisão obedecendo os seguintes passos:

a) Acessar a área do candidato no site www.iobv.org.br, e realizar login identificando-se.

b) Na área do candidato em "minhas inscrições" localizar o concurso Edital 02/2014 de Bela Vista do Toldo;

c) Na coluna "opções" (à direita) deslize o mouse sobre os ícones (botão) e clique naquele que exibir "Solicitar Recurso".

d) Digitar o seu recurso ou motivo que gerou o recurso com a devida fundamentação.

e) No caso de recursos contra questões da prova objetiva, identificar o número da prova e o número da questão (fundamentando sua argumentação e indicando referência bibliográfica).

f) Para cada questão deverá ser enviado um recurso.

g) Caso necessite anexar arquivos anexe apenas um por recurso. Caso haja mais de um arquivo para um único recurso deve-se compacta-los (ZIP) em um único arquivo. Serão aceitos arquivos do tipo: jpg,png,gif,jpeg,bmp,doc,docx,xls,xlsx,pdf,txt,zip e rar.

h) Clicar em "enviar"

10.4 Não serão aceitos recursos ou anexos de recursos não enviados pela área do candidato ou enviados para outro endereço de e-mail.

10.5. É de inteira responsabilidade do candidato acessar a área do candidato e enviar e/ou digitar seu recurso corretamente, e/ou enviar os anexos para o endereço eletrônico correto sendo que o Instituto O Barriga Verde confirmará o seu recebimento através de mensagem automática do sistema, sendo que a resposta será divulgada em forma de edital publicado no site do www.iobv.org.br, após encerrados os recursos e da análise da banca examinadora que terá o prazo de dois dias úteis para emitir seus pareceres.

10.5.1. O Instituto o Barriga Verde não se responsabiliza pelo não recebimento dos recursos, por motivo de ordem técnica como congestionamento, caixa de e-mail lotada, antivírus, spam, arquivo muito grande (aconselha-se enviar compactado).

10.6 Os recursos deverão conter o nome do candidato recorrente,

nome do cargo, número da questão e da disciplina quando for o caso.

10.7. Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito neste Edital.

10.8. Os recursos intempestivos não serão conhecidos e os inconsistentes ou fora do padrão e sem fundamentação ou referência bibliográfica não serão providos.

10.9. No caso de anulação de qualquer questão os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que a responderam.

10.10. No caso de troca de gabarito, por erro ou falha de digitação na indicação da resposta correta no gabarito provisório, será corrigido no gabarito final.

10.11. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente através de ato publicado no site www.iobv.org.br.

10.10.1. Caso haja necessidade os documentos individuais comprobatórios serão publicados na área restrita do candidato.

10.12. Após análise dos recursos interpostos ou por constatação e ou correção de erro material, poderá haver alteração da nota, pontuação e ou classificação inicialmente obtida pelo candidato, para uma nota, pontuação e ou classificação superior ou inferior ou, ainda desclassificação do candidato que não obtiver, feitas as correções exigidas, a nota mínima na prova escrita objetiva ou nas demais avaliações realizadas.

10.13. A decisão exarada nos recursos, pela Comissão Organizadora é irrecorrível na esfera administrativa.

11.. DO CÁLCULO DA NOTA FINAL E DA CLASSIFICAÇÃO

11..1 A nota final dos candidatos (NF) será calculada com o emprego das fórmulas abaixo:

a) Nota Final dos Empregos Públicos de professores com prova escrita e prova de títulos: $NF = NPE + NPT$

b) Nota final para todos os demais Empregos Público s: $NF = NPE$

Sendo:

NPE= Nota da prova escrita.

NPT= Nota da prova de títulos.

NPP= Nota da prova prática.

NF = Nota Final

11..2 Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota final igual ou superior a 5,00 (cinco).

11..3 A classificação será determinada pela nota final que será expressa em duas casas decimais sem arredondamento.

11..4 Ocorrendo empate na nota final, aplicar-se-á, para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 11..741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

11..5 Para o efeito do item 11..4 será considerada a idade do candidato na data do último dia de inscrições para o presente concurso.

11..6 Para os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, na hipótese de igualdade de notas, o desempate será feito através dos seguintes critérios:

a) Maior número de acertos nas questões de conhecimentos específicos;

b) Maior número de acertos nas questões de conhecimentos gerais;

c) Maior titulação no caso dos Empregos Públicos de professor.

d) Maior nota na prova prática no caso dos Empregos Públicos de operador de equipamentos.

e) Maior Idade.

f) Sorteio Público .

12 DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

12.1 A homologação do resultado final deste concurso, se dará através de decreto do executivo devidamente publicada nos meios legais e no endereço eletrônico do concurso e no órgão oficial do

município, com a classificação dos aprovados em ordem decrescente de notas.

12.2 Os atos e resultados serão divulgados no site www.iobv.org.br.

13. DA CONVOCAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE

13.1. A aprovação e classificação neste Concurso Público não asseguram ao candidato o direito de ingresso imediato e automático no quadro da administração direta do Município de Bela Vista do Toldo, sendo a admissão é de competência do Prefeito Municipal, dentro da validade do concurso ou sua prorrogação, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste Edital, atendendo os dispositivos da RE/598.099/STF.

13.2. A posse e o exercício do Emprego Público seguirão o estabelecido em lei municipal que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores Públicos do Município de Bela Vista do Toldo.

13.3. As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade do Município de Bela Vista do Toldo.

13.3.1. É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado seus dados, endereço e telefones de contatos.

13.4. Até a homologação do resultado final o candidato pode atualizar seus dados na sua área restrita no site www.iobv.org.br, após homologação deverá informar o município junto ao Setor de Recursos Humanos.

13.5 O candidato após receber a convocação terá o prazo de 2 (dois) dias para manifestar seu interesse na vaga e/ou requerer prazo de até 30 (trinta) dias para apresentar a documentação exigida para a contratação ou apresentar sua carta de desistência.

13.6. O candidato aprovado no concurso, que não quiser ser nomeado, quando convocado, poderá requerer sua reclassificação para o último lugar dos classificados.

13.7. O candidato que não se manifestar junto a setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Bela Vista do Toldo, até a data, estabelecida conforme item 13.5, será excluído deste Concurso Público.

13.8. É obrigação do candidato manter atualizado seu endereço após a homologação do resultado final. Havendo mudanças de endereço dos candidatos classificados, após divulgação da homologação do concurso, estas deverão ser comunicadas diretamente ao Departamento de Gestão de Pessoas de BELA VISTA DO TOLDO.

13.8.1. A inobservância do subitem 13.5, implicará na desclassificação do Concurso Público .

13.9 Por ocasião da posse serão exigidos, dos candidatos aprovados e nomeados, os documentos que comprovem os requisitos para provimento no Emprego Público conforme item 2 deste edital, além de outros exigíveis à época da nomeação conforme legislação e descritos no edital de convocação.

13.10 O não cumprimento dos quesitos necessários impede a posse do candidato.

14 DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

14.1 Delega-se competência ao IOBV - Instituto o Barriga Verde, como banca executora deste concurso, para:

a) Receber os requerimentos de inscrições;

b) Emitir os documentos de homologação das inscrições;

c) Aplicar, julgar e corrigir as provas escritas e práticas;

d) Analisar e pontuar os títulos;

e) Apreciar os recursos previstos neste edital;

f) Emitir relatórios de classificação dos candidatos;

g) Prestar informações sobre o concurso dentro de sua competência;

h) Atuar em conformidade com as disposições deste edital.

i) Responder, em conjunto com o município de BELA VISTA DO TOLDO eventuais questionamento de ordem judicial e/ou recomendação ministerial.

14.2 A fiscalização e supervisão do certame está a cargo da

Comissão Municipal de Concurso Público .

14.3 As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade da Administração do Município de BELA VISTA DO TOLDO.

16 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. A Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos de lei e atos normativos a ela posteriores, não serão objeto de avaliação nas provas do Concurso.

15.2. O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Concurso Público é de responsabilidade exclusiva do candidato. Não serão prestadas por telefone informações relativas a número de inscritos por Emprego Público e ao resultado do Concurso Público.

15.3. É de responsabilidade do candidato manter seu endereço, e-mail e telefone atualizados para viabilizar eventuais contatos que se façam necessários, na área do candidato até a data de homologação do resultado final e após esta data no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Bela Vista do Toldo, até que expire a validade do Concurso, sob pena de considerar válidas as comunicações realizadas com base nos dados constantes nos registros.

15.4. A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados ao Concurso, quando constatada a omissão, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação.

15.5. Comprovada a inexistência ou irregularidades descritas no item retro, o candidato estará sujeito a responder criminalmente por seu ato.

15.6. O Município de BELA VISTA DO TOLDO e o IOBV não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Concurso sejam na imprensa ou em outros sítios eletrônicos, que não seja aquelas divulgadas no site oficial www.iobv.org.br.

15.7. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado, sendo responsabilidade do candidato manter-se informado, acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br.

15.8 As despesas relativas à participação do candidato no Concurso e à apresentação para posse e exercício correrão a expensas do próprio candidato.

15.9 No exame da tempestividade dos recursos, solicitações e documentos enviados à Comissão de Concurso, encaminhados via postal com Aviso de Recebimento - AR (correios), será considerada a data de postagem.

15.10 É vedada a inscrição neste Concurso Público de quaisquer membros da Comissão de Concurso Público, tanto da Prefeitura do Município de BELA VISTA DO TOLDO como do IOBV, bem como de seus parentes até 2º grau.

15.11 Na ocorrência de inscrição de parente, o membro da comissão deverá afastar-se e ser substituído por outro a ser designado através de portaria.

15.12 Os cadernos de provas escrita serão mantidos sob a responsabilidade do IOBV, por um período de 3 (três) meses, após a homologação do resultado final, quando serão incinerados. Os demais apontamentos, após 6 (seis) meses da homologação do resultado serão incinerados, com registro em ata.

15.13 A Comissão do Concurso Público da Prefeitura do Município de BELA VISTA DO TOLDO e do IOBV poderão justificadamente, alterar as normas previstas nos itens deste edital e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do certame.

15.14 Os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos conjuntamente, em caráter irrecurável, pela Comissão do Concurso Público da Prefeitura do município de BELA VISTA DO TOLDO

e do IOBV.

15.15 Fica eleito, para dirimir qualquer questão relacionada com o Concurso Público previsto neste Edital o Foro da Comarca de Bela Vista do Toldo/SC.

15.16 São partes integrantes deste edital os seguintes anexos: Anexo I - Empregos Públicos e Vagas; Anexo II - Atribuições dos Empregos Público s; Anexo III - Conteúdo Programático; Anexo IV- Requerimento de Vaga de Deficiente e Condição Especial para Realizar a prova; Anexo V - Formulário de Recurso.

BELA VISTA DO TOLDO, 19 de novembro de 2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

ANEXO I

DOS EMPREGOS PÚBLICO S, FORMAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA, VENCIMENTO, CARGA HORÁRIA, E NÚMERO DE VAGAS.

EMPREGOS PÚBLICOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO

CARGO	Nº Vagas	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO	REQUISITOS HABILITAÇÃO	TIPO DE PROVA	Valor inscrição
1. Agente Comunitário de Saúde (Rio Bonito)	01	40 horas	R\$ 1.014,00	Ensino Fundamental Completo	Escrita	R\$ 40,00

EMPREGOS PÚBLICOS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR

CARGO	Nº Vagas	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO	REQUISITOS HABILITAÇÃO	TIPO DE PROVA	Valor inscrição
2. Odontólogo ESF	01	40 horas	R\$ 3.761,10	Graduação em Odontologia e registro no respectivo órgão de classe	Escrita	R\$100,00
3. Orientador Social (CRAS)	02	40 horas	R\$ 997,28	Ensino Médio completo	Escrita	R\$ 70,00
4. Pedagogo (CRAS)	01	40 horas	R\$ 2.396,31	Licenciatura Plena em Pedagogia	Escrita e títulos	R\$ 100,00
5. Professor Educação Física (NASF)	01	20 horas	R\$ 1.135,00	Bacharelado em Educação Física (Resolução nº 7/2004/CNE e resolução nº 4/ CNE de 06 de Abril de 2009) ou Licenciatura em Educação Física (Resolução nº 03/87/CFE), e Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão	Escrita e títulos	R\$ 100,00

6. Psicólogo (NASF)	01	40 horas	R\$ 2.348,56	Graduação em Psicologia e registro no respectivo órgão de classe	Escrita	R\$ 100,00
---------------------------	----	----------	-----------------	---------------------------------------------------------------------------------	---------	---------------

ANEXO II**ATRIBUIÇÕES DOS EMPREGOS PÚBLICO S****Agente Comunitário de Saúde**

Realizar mapeamento de sua área; Cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro; Identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco; Identificar área de risco; Orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as e até agendando consultas, exames e atendimento odontológico, quando necessário; Realizar ações e atividades, no nível de suas competências, nas áreas prioritárias da Atenção Básica; Realizar, por meio da visita domiciliar, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade; Estar sempre bem informado, e informar aos demais membros da equipe, sobre a situação das famílias acompanhadas, particularmente aquelas em situações de risco; Desenvolver ações de educação e vigilância à saúde, com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças; Promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente, entre outras; Traduzir para a ESF a dinâmica social da comunidade, suas necessidades, potencialidades e limites.

Odontólogo ESF

Realizar diagnóstico com a finalidade de obter o perfil epidemiológico para o planejamento e a programação em saúde bucal; Realizar os procedimentos clínicos da atenção básica em saúde bucal, incluindo atendimento das urgências e pequenas cirurgias ambulatoriais; Realizar a atenção integral em saúde bucal (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento reabilitação e manutenção da saúde) individual e coletiva a todas as famílias, a indivíduos e a grupos específicos, de acordo com planejamento local, com resolubilidade; Encaminhar e orientar usuários, quando necessário, a outros níveis de assistência, mantendo sua responsabilização pelo acompanhamento do usuário e o segmento do tratamento; Coordenar e participar de ações coletivas voltadas à promoção da saúde e à prevenção de doenças bucais; Acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da equipe de saúde da família, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar. Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da unidade de saúde na família.

Orientador Social (CRAS)

Recepção e oferta de informações as famílias usuárias do CRAS; Mediação dos processos grupais, próprios dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, ofertados no CRAS; Participação de reuniões sistemáticas de planejamento de atividades e de avaliação do processo de trabalho com a equipe de referência do CRAS; Participação das atividades de capacitação (ou formação continuada) da equipe de referência do CRAS.

Pedagogo (CRAS)

Acolher, ofertar informações e realizar encaminhamento às famílias usuárias do CRAS; Mediar os processos grupais do serviço socioeducativo para famílias; Realizar atendimento individualizado e visitas domiciliares às famílias referenciadas ao CRAS; Desenvolver atividades coletivas e comunitárias no território de abrangência do CRAS; Assessorar os serviços socioeducativos desenvolvidos no território de abrangência do CRAS; Acompanhar as famílias em descumprimento de condicionalidades; Alimentar o sistema de informação, registro das ações desenvolvidas e planejamento do

trabalho de forma coletiva; Articular ações que potencializam as boas experiências no território de abrangência.

Professor Educação Física (NASF)

Identificar, em conjunto com as Equipes Saúde da Família e a comunidade, as atividades, as ações e as práticas a serem adotadas em cada uma das áreas cobertas; Identificar, em conjunto com as ESF e a comunidade, o público prioritário a cada uma das ações; Atuar, de forma integrada e planejada, nas atividades desenvolvidas pelas ESF e de Internação Domiciliar, quando estas existirem, acompanhando e atendendo a casos, de acordo com os critérios previamente estabelecidos; Acolher os usuários e humanizar a atenção; Desenvolver coletivamente, com vistas a intersetorialidade, ações que se integrem a outras políticas sociais como: educação, esporte, cultura, trabalho, lazer, entre outras; Promover a gestão integrada e a participação dos usuários nas decisões, por meio de organização participativa com os Conselhos Locais e/ou Municipais de Saúde; Elaborar estratégias de comunicação para divulgação e sensibilização das atividades do NASF por meio de cartazes, jornais, informativos, e outros veículos de informação; Avaliar, em conjunto com as ESF e os Conselhos de Saúde, o desenvolvimento e a implantação das ações e a medida de seu impacto sobre a situação de saúde, por meio de indicadores previamente estabelecidos; Elaborar e divulgar material educativo e informativo nas áreas de atenção do NASF; Elaborar projetos terapêuticos individuais, por meio de discussões periódicas que permitam a apropriação coletiva pelas ESF e o NASF do acompanhamento dos usuários, realizando ações multiprofissionais e transdisciplinares, desenvolvendo a responsabilidade compartilhada.

Psicólogo (NASF)

Realizar atividades clínicas pertinentes a sua responsabilidade profissional; Apoiar as Equipes PSF na abordagem e no processo de trabalho referente aos casos de transtornos mentais severos e persistentes, uso abusivo de álcool e outras drogas, pacientes egressos de internações psíquicas, tentativas de suicídio, situações de violência intrafamiliar; Discutir com as Equipes PSF os casos identificados que necessitam de ampliação da clínica em relação a questões subjetivas; Criar em conjunto com as Equipes PSF, estratégias para abordar problemas vinculados à violência e ao abuso de álcool, tabaco e outras drogas, visando a redução de danos e a melhoria da qualidade do cuidado dos grupos de maior vulnerabilidade; Evitar práticas que levem aos procedimentos psiquiátricos e medicamentos à psiquiatria e à medicalização de situações individuais e sócias, comuns à vida cotidiana; Desenvolver ações de mobilização de recursos comunitários, buscando constituir espaços de reabilitação psicossocial na comunidade, como oficinas comunitárias, destacando a relevância da articulação intersetorial - conselhos tutelares, associações de bairro, grupos de autoajuda etc.; Priorizar as abordagens coletivas, identificando os grupos estratégicos para que a atenção em saúde mental se desenvolva nas unidades de saúde e em outros espaços na comunidade; Possibilitar a integração dos agentes redutores de danos aos Núcleos de Apoio à Saúde da Família; Ampliar o vínculo com as famílias, tornando-as como parceiras no tratamento e buscando construir redes de apoio e integração; Outras atividades inerente à função.

ANEXO III**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****ATENÇÃO:**

Poderão ser objeto de questões quaisquer alterações na legislação constante dos programas das provas, havidas e publicadas até o dia da publicação do presente edital. Nas questões relacionadas a conhecimentos de informática, salvo expressa menção do programa e ou enunciado, as perguntas poderão estar relacionadas a qualquer versão dos softwares existentes no mercado. As bibliografias são meramente sugestões ficando a Emprego Público do candidato pesquisar e adquirir o material para estudo.

LÍNGUA PORTUGUESA.

Leitura e Interpretação de Textos; Semântica; Verbos. Morfologia. Processos de formação de palavras. Mecanismos de flexão dos nomes e verbos. Classes de Palavras. Substantivos, adjetivos, conjunções, pronomes, preposições, verbos. Ortografia. Pontuação. Acentuação Gráfica.

Bibliografia Sugerida:

CUNHA, Celso e CINTRA, Luis Filipe Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 5ª. Ed. 2010.

FERREIRA, A. B. de H. Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa. R. J: Nova Fronteira, 1999. Médicas, 1995.

Livros didáticos da Língua Portuguesa de 1ª a 4ª série do ensino fundamental.

Outras Gramáticas Normativas.

MATEMÁTICA**Bibliografia Sugerida:**

Livros didáticos de 1ª a 4ª série do ensino fundamental.

GIOVANNI, José Ruy; CASTRUCCI, Benedito; GIOVANNI JR., José Ruy. A conquista da Matemática: 5ª a 8ª série. SP, Ed. FTD, 2008.

CAVALCANTE, Luiz G; SOSSO, Juliana; VIEIRA, Fabio; POLI, Edneia. Para Saber Matemática: 5ª. A 8ª. Série. SP Ed. Saraiva, 2008

SOARES, Eduardo Sarquis. Matemática com o Sarquis. 1ª a 4ª séries do ensino fundamental. Ed. Saraiva.

SANCHES, Lucília Bechara, LIBERMAN, Marlúcia, WEY, Regina Lúcia Motta. Fazendo e compreendendo a Matemática. 1ª a 4ª séries do ensino fundamental. Ed. Saraiva.

SANTOS, Ieda Medeiros C.E, DARIN Áurea Joana S. Matemática. 1ª a 4ª séries do ensino fundamental. Ed. IBEP.

SOUZA, Maria Helena Soares de. Matemática - série Brasil. 1ª a 4ª séries do ensino fundamental. Ed. Ática.

CONHECIMENTOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS**AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**

Noções Básicas sobre Saúde e Saneamento: Saúde física, mental e social; Higiene na prevenção das doenças; Necessidades nutricionais; Amamentação; Medidas profiláticas (tipos de vacinas e soros); Importância da Imunidade e tipos de Imunidade; Tipos de doenças adquiridas; Vírus e principais viroses; Bactérias patogênicas (principais doenças bacterianas); Doenças sexualmente transmissíveis; Doenças parasitárias; Epidemiologia (epidemia, endemia e pandemia); Qualidade de vida (prevenindo a hipertensão e a diabetes); Planejamento familiar (métodos contraceptivos); Noções de primeiros socorros; Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

Bibliografia Sugerida

Publicações do site oficial do Ministério da Saúde (apostilas e cartilhas), www.saude.gov.br

Publicações do site oficial do Ministério da Assistência social, www.mds.gov.br

Legislação pode ser encontrada em www.planalto.gov.br

Outras obras a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

EMPREGOS PÚBLICOS DE ENSINO MÉDIO**PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS - COMUM A TODOS OS EMPREGOS PÚBLICO S****LÍNGUA PORTUGUESA.**

Interpretação de Textos - Língua escrita objetiva e suas formas; Morfologia, Fonética e Fonologia, Ortografia, classe estrutura e formação de palavras, frase, oração, período, pontuação, derivação e composição, substantivo, adjetivo, pronome, verbos, artigo, numerais, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, o período e sua construção, sujeito, predicado, oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas, acentuação gráfica, Sintaxe, figuras de sintaxe,

concordância, figuras de linguagem, noções de versificação, literatura brasileira; Gêneros literários e discursivos.

Bibliografia Sugerida

ANDRÉ, Hildebrando A de. Gramática ilustrada. 4. ed. São Paulo: Moderna, 1990.

CUNHA, Celso e CINTRA, Luis Filipe Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 5ª. Ed. 2010.

CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 26. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1985.

FERREIRA, A. B. de H. Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa. R. J: Nova Fronteira, 1999. Médicas, 1995.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. Gramática normativa da língua portuguesa. 26. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

Livros didáticos de Língua Portuguesa para o ensino médio e Outras Gramáticas Normativas.

A critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

MATEMÁTICA

Números Naturais e sistemas de numeração decimal; números racionais, operações com números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão; Espaço e forma, grandezas e medidas; Expressões numéricas, múltiplos, resolução de problemas, regras de três simples e composta, sistema de numeração decimal e romana; Raízes, proporcionalidade entre seguimentos, semelhança de figuras, números, formas geométricas, medidas de comprimento, ângulos e retas, números primos, medidas de tempo, polígonos, frações, triângulos e quadriláteros, medidas de capacidade, porcentagem, juros simples e compostos, medidas de superfície, gráficos e tabelas, simetria e medidas de massa. Álgebra, trigonometria, geometria, geometria analítica, equações de primeiro e segundo grau, noções de estatística, Sequência, Progressão Aritmética e Progressão Geométrica.

Bibliografia Sugerida

GIOVANNI, José Ruy; BONJORNIO, José Roberto, GIOVANNI JR., J. Matemática Fundamental: 2º, Grau - volume único.. SP, Ed. FTD, 2008.

Outros Livros de Matemática do ensino médio

A critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Aspectos da História, Geografia, Atualidades, Cultura, Cinema, Artes, tecnologia, Economia, e organização política do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Ciências naturais e meio ambiente

Bibliografia Sugerida

Almanaque Abril 2013.

Livros, Jornais, Revistas, Telejornais e outros materiais que abrangem o programa proposto e a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

INFORMÁTICA BÁSICA

Informática Básica- Sistemas operacionais Windows e Linux: sistema de arquivos; utilização dos principais recursos, aplicativos e ferramentas, Microsoft Office e BR Office: criação, edição, formatação, visualização e impressão de textos, planilhas e apresentações; uso de fórmulas, tabelas, imagens e gráficos, teclas de atalho, envio e recebimento de e-mail, Internet e Intranet; navegação e busca na Web; correio eletrônico. Segurança: softwares maliciosos; procedimentos e aplicativos de segurança; realização de cópias de segurança.

Bibliografia Sugerida

Ajuda eletrônica integrada aos Programas básicos de informática. A critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**ORIENTADOR SOCIAL**

Legislação: SUS, ESF, SUAS, LOAS, ECA, Constituição Federal no que diz respeito à Saúde e Assistência Social e Estatuto do Idoso
Conhecimentos Técnico Profissionais:

Política Nacional de Assistência Social. Lei da Adoção. Cidadania. Democracia. Rede social. Direitos sociais. Proteção Social. Violência Social. Família. Políticas Públicas. Estado e Serviços Públicos. Conhecimento sobre: Relações humanas. Participação popular e controle social nas políticas públicas e garantia de direitos. Fundamentos éticos, legais, teóricos e metodológicos do trabalho com família. Ética e trabalho. A importância da família no convívio social e na proteção social. Família e políticas públicas. Trabalho com grupos. Sistema de Garantia de Direitos. O papel do Orientador Social. CRAS. Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas; A importância da participação popular na garantia dos direitos sociais; Fundamentos éticos, legais, teóricos e metodológicos do trabalho com famílias; Dinâmica Familiar: noções básicas. A importância da família no convívio social e na proteção social da criança e do adolescente. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

Bibliografia Sugerida

Publicações do site oficial do Ministério da Educação (apostilas e cartilhas), www.mec.gov.br

Publicações do site oficial do Ministério da Saúde (apostilas e cartilhas), www.saude.gov.br

Publicações do site oficial do Ministério da Assistência social, www.mds.gov.br

Legislação pode ser encontrada em www.planalto.gov.br

Outras obras a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados

EMPREGOS PÚBLICOS DE NÍVEL SUPERIOR COMPLETO

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS - COMUM A TODOS OS EMPREGOS PÚBLICO S

LÍNGUA PORTUGUESA.

Interpretação de Textos - Língua escrita objetiva e suas formas; Morfologia, Fonética e Fonologia, Ortografia, classe estrutura e formação de palavras, frase, oração, período, pontuação, derivação e composição, substantivo, adjetivo, pronome, verbos, artigo, numerais, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, o período e sua construção, sujeito, predicado, oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas, acentuação gráfica, Sintaxe, figuras de sintaxe, concordância, figuras de linguagem, noções de versificação, literatura brasileira; Gêneros literários e discursivos.

Bibliografia Sugerida

ANDRÉ, Hildebrando A de. Gramática ilustrada. 4. ed. São Paulo: Moderna, 1990.

CUNHA, Celso e CINTRA, Luis Filipe Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 5ª. Ed. 2010.

CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 26. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1985.

FERREIRA, A. B. de H. Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa. R. J: Nova Fronteira, 1999. Médicas, 1995.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. Gramática normativa da língua portuguesa. 26. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

Livros didáticos de Língua Portuguesa para o ensino médio e Outras Gramáticas Normativas.

A critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Aspectos da História, Geografia, Atualidades, Cultura, Cinema, Artes, tecnologia, Economia, e organização política do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Ciências naturais e meio ambiente

Bibliografia Sugerida

Almanaque Abril 2013.

Livros, Jornais, Revistas, Telejornais e outros materiais que abrangem o programa proposto e a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

INFORMÁTICA BÁSICA

Informática Básica- Sistemas operacionais Windows e Linux: sistema de arquivos; utilização dos principais recursos, aplicativos e ferramentas, Microsoft Office e BR Office: criação, edição, formatação, visualização e impressão de textos, planilhas e apresentações; uso de fórmulas, tabelas, imagens e gráficos, teclas de atalho, envio e recebimento de e-mail, Internet e Intranet; navegação e busca na Web; correio eletrônico. Segurança: softwares maliciosos; procedimentos e aplicativos de segurança; realização de cópias de segurança.

Bibliografia Sugerida

Ajuda eletrônica integrada aos Programas básicos de informática. A critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGILAÇÃO COMUM

Legislação: SUS, ESF, SUAS, ECA, Constituição Federal no que diz respeito à Saúde e Estatuto do Idoso.

Bibliografia Sugerida

Publicações do site oficial do Ministério da Saúde (apostilas e cartilhas), www.saude.gov.br

Publicações do site oficial do Ministério da Assistência social, www.mds.gov.br

Legislação federal pode ser encontrada em www.planalto.gov.br

Outras obras a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

PSICÓLOGO

Psicologia Educacional. Desenvolvimento psicológico da criança; psicologia da aprendizagem. História da Psicologia. Bases fisiológicas do Comportamento. Escolas de Psicologia. Psicologia Contemporânea. Métodos de Psicologia. Campos da Psicologia. Princípios da Psicologia. Limites e alcances da Psicologia da Saúde - O trabalho da Psicologia na Saúde Pública; Saúde mental na atualidade; Código de Ética; Constituição Federal no que diz respeito à saúde. Teorias da educação; Psicologia do desenvolvimento; Histórico da Psicologia; Métodos da Psicologia; O Arco reflexo; A Inteligência; A Motivação e a Aprendizagem; O processo de aprendizagem segundo Piaget; A Personalidade; A sensação e a percepção; A Psicanálise; O Gestalt - Terapia; O Behaviorismo; Os testes psicológicos; Etiologia das Deficiências Mentais; Desordens da Personalidade; Deficiências Mentais; Orientação de Pais; Conhecimentos em Psicomotricidade; Psicoterapia de grupo; Desenvolvimento; Psicoterapia Breve; Orientação Familiar; História da Psicologia Brasileira - Da época colonial até 1934; Sobre o Behaviorismo; Psicomotricidade - Educação e Reeducação num Enfoque Psicopedagógico; Psicoterapia Breve - Abordagem Sistematizada de situações de crise; 32 tipos de Inteligência - Os caminhos da Árvore da Vida pelo inconsciente coletivo; Novas abordagens do Diagnóstico Psicológico da Deficiência Mental; Psicoterapia de Grupo; Gestalt - Terapia Explicada. Regulamentação da profissão e Código de Ética; e Legislação e normativas aplicadas à área. Legislação e Programas como "Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), sua criação, objetivos, portarias de regulamentação, modalidades. CRAS. Administração pública. Poderes Administrativos. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Público s, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

ODONTÓLOGO

Princípios da Infecção Hospitalar, Conceitos em Infecção Hospitalar,

Higienização das mãos. Traumatismo em dentes permanentes jovens. Dentística restauradora diagnóstico e tratamento. Ortodontia preventiva. Níveis de prevenção. Erupção dental. Oclusão. Semiologia exame do paciente. Técnicas radiográficas. Prevenção das doenças periodontais. Prevenção da cárie dental. Diagnóstico das lesões agudas da cavidade bucal. Anatomia em cirurgia oral. Avaliação pré-operatória. Técnicas Anestésicas. Alterações periodontais agudas. Diagnóstico e tratamento dos problemas de origem endodôntica. Placa bacteriana. Controle de placa - meios físicos e químicos. Epidemiologia da cárie e doença periodontal. Exodontia: técnicas e acidentes. Esterilização e desinfecção em odontologia. Perícia odontológica: no foro criminal, trabalhista e civil. Responsabilidade profissional. Doenças Ocupacionais, Normas Técnicas de Avaliação de incapacidade laborativa; Fundamentos de Normas Técnicas Periciais.. Processo saúde - doença. . Noções de saneamento básico. Política Nacional de Humanização.. Sistemas de Informação em Saúde. Administração pública. Poderes Administrativos. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Público s, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

EMPREGOS PÚBLICOS	LEGISLAÇÃO E CONTEÚDO COMUM A TODOS OS EMPREGOS PÚBLICOS
PEDAGOGO EDUCAÇÃO FÍSICA)	<p>Legislação: LDB, ECA, CRAS, NASF, Estatuto Municipal do Magistério, Lei Complementar Nº 179 de 30 de Abril De 2013, Dispõe Sobre o Sistema Municipal De Ensino De Bela Vista do Toldo, Constituição Federal no que diz respeito à Educação</p> <p>Conhecimentos Comuns a todos os Empregos Público s: DIDÁTICA E TEORIAS DA APRENDIZAGEM: Concepções inatistas, ambientalistas e interacionistas. Abordagens comportamentais, gestálticas, humanistas, cognitivas e sistêmicas.</p> <p>Teorias clássicas de desenvolvimento cognitivo - Métodos, teorias e/ou sistemas educacionais: Freinet, Montessori, Waldorf, Freire, Decroly, Piaget, Wallon, Vygotsky, Morin, Perrenoud e etc. Teoria da Aprendizagem Social de Albert Bandura, Teoria de Ensino de Jerome Bruner, Teoria da Aprendizagem Significante de Carl Rogers, Teoria de Aprendizagem Significativa de David Ausubel, Teoria da Atividade (Vygotsky, Leontiev, Davydov), Possibilidades de ensino e aprendizagem através de mídias eletrônicas, Pressupostos e Características da Didática, A relação pedagógica como decorrência do estar no mundo, A prática pedagógica sistemática socialmente promovida, A relação discurso-fundamento-ação, contexto da Prática Pedagógica, Propostas curriculares para o ensino fundamental, Especificidades da escola pública, Dinâmica da Sala de Aula, Interesses e objetivos: o consensual e o conflitante, A Construção de uma Proposta de Ensino-Aprendizagem,</p> <p>- Conhecimento da realidade e alternativas de ensino, Planejamento da ação: metas e objetivos, o significado dos conteúdos, a propriedade dos procedimentos didáticos, o sentido da avaliação. Planejamento, avaliação e currículo. Interdisciplinaridade, plano de aula, mediação professor/aluno. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Público s, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.</p> <p>Bibliografia Sugerida</p> <p>Publicações do site oficial do Ministério da Educação (apostilas e cartilhas), www.mec.gov.br</p> <p>Publicações do site oficial do Ministério da Assistência social, www.mds.gov.br</p> <p>Legislação federal pode ser encontrada em www.planalto.gov.br</p> <p>Outras obras a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.</p>

PEDAGOGO

Currículo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos- RECNEI. Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escrita, Processo Ensino-Aprendizagem: avaliação, recuperação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Métodos e processos no ensino da leitura, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/ Atividades Pedagógicas, RECNEI. Educação Infantil na perspectiva histórica; O papel social e a função da educação infantil; A organização do tempo e do espaço na educação infantil; O brincar no espaço educativo; O papel do profissional da educação infantil; A documentação Pedagógica (planejamento, registro, avaliação); Princípios que fundamentam a prática na educação infantil: educar e cuidar, dimensões humanas, direitos da criança e relação creche família; As instituições de educação infantil como espaço de produção das culturas infantis; Desenvolvimento Infantil.

EDUCAÇÃO FÍSICA

- Conhecimento teórico prático das modalidades esportivas; - Concepções psicomotoras na educação física escolar; - Educação Física e o desenvolvimento humano; - Metodologia para o ensino da Educação Física; - As teorias da Educação Física e do Esporte; - As qualidades físicas na Educação Física e desportos; - Biologia do esporte; - Fisiologia do exercício. - Anatomia Humana; - Dimensões filosóficas, antropológicas e sociais aplicadas à Educação e ao Esporte: Lazer e as interfaces com a Educação Física, esporte, mídia e os desdobramentos na Educação Física; - Dimensões biológicas aplicadas à Educação Física e ao Esporte: as mudanças fisiológicas resultantes da atividade física; - Educação física escolar e cidadania; os objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação na Educação Física Escolar; - Esporte e Jogos na Escola: competição, cooperação e transformação didático-pedagógica; A História da Educação Física; Função Social da Educação Física; Desenvolvimento Infantil e movimento humano; Metodologia para o ensino da Educação Física; Educação Física na Educação Infantil e Ensino Fundamental; As identidades que configuram o sujeito da Educação de Jovens e Adultos; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos; O trabalho docente na Educação de Jovens e Adultos; Avaliação na perspectiva processual e Letramento em Educação de Jovens e Adultos. Dança como: linguagem que permite exteriorizar sentimentos e emoções, expressão da própria vida. Educação Física Escolar e qualidade de vida, frente à realidade social econômica política e cultural, nos seus diferentes significados: Educação, Trabalho, Saúde e Lazer. Educação Física e Cidadania. Ginástica como: Forma de exercitação corporal. Jogo como: Produção social no processo ensino aprendizagem. Possibilidade de experiências corporais: Recreação e jogos. Iniciação ao desporto e a dança. Possibilidades de experiências prático-teóricas, cognitivas, sociais e afetivas, atividades lúdicas: a competição/ cooperação/ sociabilizará a reflexão /análise/ compreensão / síntese da realidade física corporal,

ANEXO IV REQUERIMENTO

Vaga para Deficiente Físico e /ou Condição Especial para REALIZAÇÃO de provas

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF n.º _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____

_____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, inscrito no Concurso Público 002/2014 da Prefeitura Municipal de BELA VISTA DO TOLDO, inscrição número _____, para o Emprego Público de _____ requer a Vossa

Senhoria:

1 - () Vaga para portadores de Deficiência.

Deficiência: _____

CID nº: _____

Nome do Médico: _____

2) Condição Especial para realização da prova:

a) () Prova com ampliação do tamanho da fonte

Fonte nº _____ / Letra _____

b) () Sala Especial

Especificar: _____

c) () Leitura de Prova

d) () Amamentação.

Nome do Acompanhante: _____

Horários de amamentação: _____

g) () Outra Necessidade:

Especificar: _____

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2014.

Assinatura do Requerente

ANEXO V

FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO CONCURSO PÚBLICO 002/2014- PM BELA VISTA DO TOLDO

Tipo de Recurso:

[] 1 – Contra indeferimento de inscrição

[] 2 – Contra questão da prova ou gabarito provisório

[] 3 – Contra a classificação

[] 4 – Outro: _____

Nome do Candidato:

N.º de Inscrição:

Cargo:

N.º da Questão:

Data:

Fundamentação e Referência Bibliográfica:

Local e data _____. ____ de _____ de 2014.

Assinatura do Candidato

Benedito Novo

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 165 373/2009



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 165 373/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDS8854	54773155C	5550/0	16/08/2009	R\$ 85,12	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BENEDITO NOVO/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 165 374/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 165 374/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHK2472	54772982C	5274/3	15/11/2009	175
LXB5169	54772828C	6599/2	23/08/2009	230 * V
LXD0667	54773153C	6599/2	15/06/2009	230 * V
LYS8680	54773114C	5061/0	30/10/2009	163 c/c 162 * I
MAK9668	54772948C	6599/2	10/11/2009	230 * V
MBX4769	54772926C	6270/0	17/09/2009	220 * II
MEZ1436	54773113C	5967/0	27/10/2009	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BENEDITO NOVO/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADODE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 165 375/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 165 375/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXU7798	54772978C	6599/2	17/11/2009	230 * V
LXU7798	54772979C	5835/0	17/11/2009	195
LXU7798	54772980C	6394/1	17/11/2009	220 * XIV
LYF1649	54772974C	5010/0	07/11/2009	162 * I
LYP6354	54772949C	5010/0	09/11/2009	162 * I
LYP6354	54772950C	5061/0	16/11/2009	163 c/c 162 * I
LYP6354	54773001C	7048/1	09/11/2009	244 * II
MAC9037	54772975C	6599/2	09/11/2009	230 * V
MBD2504	54772976C	7030/2	09/11/2009	244 * I
MBG7481	54773071C	5819/1	31/10/2009	193
MBG7481	54773072C	6076/0	31/10/2009	210
MBG7481	54773073C	5967/0	31/10/2009	203 * V
MCD0989	54772947C	5010/0	09/11/2009	162 * I
MDL7186	54773004C	6599/2	25/11/2009	230 * V
MDL7186	54773005C	5045/0	25/11/2009	162 * V
MGV0316	54772857C	6580/0	13/11/2009	230 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BENEDITO NOVO/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADODE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 165 376/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 165 376/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAR9031	54773009C	5967/0	10/12/2009	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BENEDITO NOVO/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2014

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADODE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 165 377/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 165 377/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHW8380	54772985C	5045/0	11/12/2009	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BENEDITO NOVO/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2014

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADODE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 165 378/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 165 378/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYY8483	54772968C	5169/1	25/10/2009	R\$ 957,69	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BENEDITO NOVO/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2014

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADODE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 165 379/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 165 379/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXI8477	54773117C	5274/3	08/01/2010	175
LYM4454	54773012C	5010/0	10/01/2010	162 * I
LYM4454	54773013C	6599/2	10/01/2010	230 * V
MCH8353	54772833C	5452/1	21/01/2010	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BENEDITO NOVO/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2014

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADODE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 165 380/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 165 380/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CTH5269	54772986C	6599/2	23/01/2010	230 * V
CTH5269	54773120C	5010/0	23/01/2010	162 * I
MCH6971	54772842C	7340/0	20/02/2010	252 * IV
MHM3965	54773040C	5525/0	01/03/2010	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BENEDITO NOVO/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2014

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADODE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 165 381/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 165 381/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEO1369	54772944C	5568/0	01/10/2009	R\$ 127,69	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BENEDITO NOVO/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2014

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADODE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 165 382/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 165 382/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LWS5752	54773118C	5010/0	16/01/2010	162 * I
LYQ4148	54772834C	6599/2	27/01/2010	230 * V
LYQ4148	54772835C	6920/0	27/01/2010	233
LYQ4148	54772836C	6726/1	27/01/2010	230 * XVIII
MAJ6822	54773033C	6599/2	26/02/2010	230 * V
MAJ6822	54773034C	5061/0	26/02/2010	163 c/c 162 * I
MAJ6822	54773035C	5010/0	26/02/2010	162 * I
MAX0618	54773119C	5010/0	16/01/2010	162 * I
MDA5400	54772831C	6653/1	09/01/2010	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BENEDITO NOVO/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2014

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADODE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 165 383/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 165 383/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADQ5306	54773025C	6599/2	22/02/2010	230 * V
LXC5209	54772837C	6599/2	30/01/2010	230 * V
LXC5209	54772838C	6610/2	30/01/2010	230 * VII
LXC5209	54772839C	5010/0	30/01/2010	162 * I
LXG5074	54773046C	6394/1	01/03/2010	220 * XIV
LXS2865	54773029C	5185/1	26/02/2010	167
LYD2780	54773044C	5185/1	01/03/2010	167
LYE8827	54773030C	6599/2	26/02/2010	230 * V
LYE8827	54773031C	5010/0	26/02/2010	162 * I
LZU8116	54773201C	5835/0	26/02/2010	195
LZU8116	54773202C	7064/0	26/02/2010	244 * IV
MBC6192	54773038C	6769/1	27/02/2010	230 * XXII
MBK2980	54773048C	5185/1	01/03/2010	167
MBN6091	54773125C	5010/0	22/03/2010	162 * I
MBN6091	54773126C	6726/1	22/03/2010	230 * XVIII
MBN6091	54773127C	5835/0	22/03/2010	195
MEC0551	54772848C	6653/1	20/02/2010	230 * XI
MEI0288	54772843C	6599/2	20/02/2010	230 * V
MEI0288	54772844C	5835/0	20/02/2010	195
MEI0288	54772845C	6637/2	20/02/2010	230 * IX
MFR8188	54773206C	5010/0	22/03/2010	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BENEDITO NOVO/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2014

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADODE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 165 384/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 165 384/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BZC5322	54772998C	5185/1	09/03/2010	167
BZC5322	54772999C	7340/0	09/03/2010	252 * IV
LZP5480	54773000C	5185/1	09/03/2010	167
MED2858	54772997C	6912/0	09/03/2010	232
MHF2053	54773301C	5967/0	09/03/2010	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BENEDITO NOVO/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2014

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADODE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 165 385/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 165 385/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBY8660	54773024C	5185/1	20/02/2010	R\$ 127,69	167
MGX8145	54772832C	6912/0	12/01/2010	R\$ 53,20	232
MHX9630	54773018C	6599/2	14/02/2010	R\$ 191,53	230 * V
MHX9630	54773019C	5010/0	14/02/2010	R\$ 574,61	162 * I
MHX9630	54773020C	7048/1	14/02/2010	R\$ 191,53	244 * II
MHX9630	54773021C	5835/0	14/02/2010	R\$ 127,69	195
MHX9630	54773022C	7234/0	14/02/2010	R\$ 85,12	250 * I * a

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BENEDITO NOVO/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2014

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADODE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 165 386/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 165 386/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXB3678	54773047C	5185/1	01/03/2010	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BENEDITO NOVO/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2014

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 165 387/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 165 387/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IHD8396	54773305C	6637/2	17/05/2010	230 * IX
IHD8396	54773306C	6556/1	17/05/2010	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BENEDITO NOVO/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2014

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADODE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 165 388/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 165 388/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXB6153	54773128C	7366/2	06/05/2010	252 * VI
MCG3777	54773259C	5550/0	10/05/2010	181 * XVIII
MEM7370	54773261C	5967/0	07/05/2010	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BENEDITO NOVO/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2014

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADODE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 165 389/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 165 389/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LWW9701	54773124C	6599/2	22/03/2010	R\$ 191,53	230 * V
LYH1203	54773026C	5185/1	23/02/2010	R\$ 127,69	167
MEL0603	54773028C	5185/1	23/02/2010	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BENEDITO NOVO/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2014

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADODE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 165 390/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 165 390/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABU9362	54773212C	5290/0	26/06/2010	176 * II
ABU9362	54773213C	5320/0	26/06/2010	176 * V
ABU9362	54773214C	5347/0	26/06/2010	178

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BENEDITO NOVO/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2014

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADODE POLICIA

Biguaçu**PREFEITURA****PORTARIA Nº 2625/2014**

PORTARIA nº 2625 de 20 de novembro de 2014
Nomeia Alcici João de Campos, para exercer o cargo em comissão de Diretor de Atendimento ao Cidadão, na Secretaria Municipal de Governo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Alcici João de Campos, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Diretor de Atendimento ao Cidadão, nível CC-2, na Secretaria Municipal de Governo, a contar de 18/11/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/11/2014.

Biguaçu, 20 de novembro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2626/2014

PORTARIA Nº 2626/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANA PAULA MEDEIROS E SILVA VICENTE, ocupante do Cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10388/2014 em anexo no período de 19/11/2014 a 20/11/2014.

Biguaçu, 20 de novembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2627/2014

PORTARIA Nº 2627/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), IVANIA REGINA DA ROCHA, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10389/2014 em anexo no período de 18/11/2014 a 19/11/2014.

Biguaçu, 20 de novembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2628/2014

PORTARIA Nº 2628/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIANA ESTER BORGES COSTA, ocupante do Cargo efetivo de ENFERMEIRO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10367/2014 em anexo no período de 14/11/2014 a 28/11/2014.

Biguaçu, 20 de novembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2629/2014

PORTARIA Nº 2629/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), VERA LUCIA PEREIRA DOS SANTOS, ocupante do Cargo efetivo de RECEPCIONISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10386/2014 em anexo no período de 13/11/2014 a 12/12/2014.

Biguaçu, 20 de novembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2654/2014

PORTARIA nº 2654 de 20 de novembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOAO ARTHUR LANGE DE LINS NEVES, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOAO ARTHUR LANGE DE LINS NEVES, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO ESPECIALISTA XI (PSIQUIATRA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 20 horas semanais, no período de 12/09/2014 a 11/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a ser retroativos a 12/09/2014.

Biguaçu, 20 de novembro de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2653/2014

PORTARIA nº 2653 de 20 de novembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ADRIANO LUIZ VICENTE, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ADRIANO LUIZ VICENTE, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO ESPECIALISTA VII (INFECTOLOGISTA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 20 horas semanais, no período de 01/10/2014 a 13/11/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a ser retroativos a 01/10/2014.

Biguaçu, 20 de novembro de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2652/2014

PORTARIA nº 2652 de 20 de novembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LAURIANA CAMPOS DE BEM, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LAURIANA CAMPOS DE BEM, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/11/2014 a 25/01/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a ser retroativos a 01/11/2014.

Biguaçu, 20 de novembro de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2651/2014

PORTARIA nº 2651 de 20 de novembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), RICARDO KUPKA DA SILVA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), RICARDO KUPKA DA SILVA, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 05/10/2014 a 04/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a ser retroativos a 05/10/2014.

Biguaçu, 20 de novembro de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2650/2014

PORTARIA nº 2650 de 20 de novembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VIVIANA WEISS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VIVIANA WEISS, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SAÚDE II, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/11/2014 a 28/02/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a ser retroativos a 01/11/2014.

Biguaçu, 20 de novembro de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2649/2014

PORTARIA nº 2649 de 20 de novembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CLOVIS SOUZA RODRIGUES, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CLOVIS SOUZA RODRIGUES, para desempenhar as funções do cargo não provido de VIGIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/11/2014 a 30/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a ser retroativos a 01/11/2014.

Biguaçu, 20 de novembro de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2648/2014

PORTARIA nº 2648 de 20 de novembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ROSANA ROSA DE MELO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ROSANA ROSA DE MELO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 06/03/2014 a 06/03/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a ser retroativos a 06/03/2014.

Biguaçu, 20 de novembro de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2647/2014

PORTARIA nº 2647 de 20 de novembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VIVIANE CARDOSO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VIVIANE CARDOSO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 20/11/2014 a 19/11/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a ser retroativos a 20/11/2014.

Biguaçu, 20 de novembro de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2646/2014

PORTARIA nº 2646 de 20 de novembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VERA TEREZA CIDADE DE JESUS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VERA TEREZA CIDADE DE JESUS, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 23/01/2014 a 22/01/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a ser retroativos a 23/01/2014.

Biguaçu, 20 de novembro de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2645/2014

PORTARIA nº 2645 de 20 de novembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARIA DE LOURDES DA SILVA OLIVEIRA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARIA DE LOURDES DA SILVA OLIVEIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 02/12/2014 a 01/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 02/12/2014.

Biguaçu, 20 de novembro de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2644/2014

PORTARIA nº 2644 de 20 de novembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), RUTH MEIRE SCHELL COTTA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), RUTH MEIRE SCHELL COTTA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 11/11/2014 a 10/11/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/11/2014.

Biguaçu, 20 de novembro de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2643/2014

PORTARIA nº 2643 de 20 de novembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), TUANA RODRIGUES DA COSTA GRANDO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), TUANA RODRIGUES DA COSTA GRANDO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 20/11/2014 a 19/11/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/11/2014.

Biguaçu, 20 de novembro de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2642/2014

PORTARIA nº 2642 de 20 de novembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ISABEL NAU, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ISABEL NAU, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 07/01/2014 a 06/01/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/01/2014.

Biguaçu, 20 de novembro de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2641/2014

PORTARIA nº 2641 de 20 de novembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), TATIANI DELFIS DA CRUZ DA MAIA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), TATIANI DELFIS DA CRUZ DA MAIA, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO II, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/11/2014 a 31/01/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/11/2014.

Biguaçu, 20 de novembro de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2640/2014

PORTARIA nº 2640 de 20 de novembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), EDNA GARCIA MAFRA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), EDNA GARCIA MAFRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO II, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/11/2014 a 31/01/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/11/2014.

Biguaçu, 20 de novembro de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2639/2014

PORTARIA nº 2639 de 20 de novembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ANDREA REGINA WILL, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ANDREA REGINA WILL, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO II, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/11/2014 a 31/01/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/11/2014.

Biguaçu, 20 de novembro de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2638/2014

PORTARIA nº 2638 de 20 de novembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JANE LUCIA DA CUNHA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JANE LUCIA DA CUNHA, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO II, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/11/2014 a 31/01/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/11/2014.

Biguaçu, 20 de novembro de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2637/2014

PORTARIA nº 2637 de 20 de novembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ADRIANA FERREIRA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ADRIANA FERREIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO II, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 14/11/2014 a 13/02/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/11/2014.

Biguaçu, 20 de novembro de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2636/2014

PORTARIA nº 2636 de 20 de novembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JAQUELINE MARIA ALMEIDA ROSA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JAQUELINE MARIA ALMEIDA ROSA, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/11/2014 a 31/01/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/11/2014.

Biguaçu, 20 de novembro de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2635/2014

PORTARIA nº 2635 de 20 de novembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ELIARA FERNANDES YATES, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ELIARA FERNANDES YATES, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/11/2014 a 31/01/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/11/2014.

Biguaçu, 20 de novembro de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2634/2014

PORTARIA nº 2634 de 20 de novembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JAQUELINE MARIA ALMEIDA ROSA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JAQUELINE MARIA ALMEIDA ROSA, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/09/2014 a 31/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/09/2014.

Biguaçu, 20 de novembro de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2633/2014

PORTARIA nº 2633 de 20 de novembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GRAZIELLE BEATRIZ CARDOSO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GRAZIELLE BEATRIZ CARDOSO, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/09/2014 a 31/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/09/2014.

Biguaçu, 20 de novembro de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2632/2014

PORTARIA nº 2632 de 20 de novembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), NADIA REGINA DE SOUZA DE OLIVEIRA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), NADIA REGINA DE SOUZA DE OLIVEIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30 horas semanais, no período de 25/11/2014 a 24/02/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de a 25/11/2014.

Biguaçu, 20 de novembro de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2631/2014

PORTARIA nº 2631 de 20 de novembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), DEIZE CRISTINA PERES AMORIM, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), DEIZE CRISTINA PERES AMORIM, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30 horas semanais, no período de 24/09/2014 a 23/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de a 24/09/2014.

Biguaçu, 20 de novembro de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2630/2014

PORTARIA nº 2630 de 20 de novembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MIRIAN MARLENE RICARDO GASPAS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MIRIAN MARLENE RICARDO GASPAS, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 03/12/2014 a 03/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de a 03/12/2014.

Biguaçu, 20 de novembro de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

REPUBLICAÇÃO E RETIFICAÇÃO PP 233/2014 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

REPUBLICAÇÃO E RETIFICAÇÃO DO PP 233/2014 PMB

Informamos aos interessados no PP 233/2014 PMB, que tem como objeto "CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARA REALIZAR ACO-
LHIMENTO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA PESSOA COM NECES-
SIDADES ESPECIAIS", que devido a falta de empresas interessa-
das, ocorreu as seguintes alterações no edital e nova data:

Onde lê-se:

IX- DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA DO
OBJETO DA LICITAÇÃO:

[...]

O contrato vigorará até 12 meses.

Leia-se:

IX- DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA DO
OBJETO DA LICITAÇÃO:

[...]

O contrato vigorará de 01/01/2015 a 31/12/2015.

Onde lê-se:

Cláusula 4º- Da Vigência:

§1º- O prazo de vigência deste contrato é 12 meses, contado da
data da sua assinatura.

Leia-se:

Cláusula 4º- Da Vigência:

§1º- O Contrato terá sua vigência a iniciada em 01/01/2015 e
finalizará em 31/12/2015.

Diante do exposto o referido processo será aberto na seguinte
data:

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOS-
TAS:Até às 13:45 horas, do dia 08/12/2014, no Setor de Licitações
desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA:

Às 14:00 horas, do dia 08/12/2014, no Setor de Licitações desta
Prefeitura

As demais cláusulas do Edital permanecem inalteradas.

Biguaçu 19 de novembro 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 2658/2014

PORTARIA nº 2658 de 20 de novembro 2014

Admitir o (a) Servidor (a) DANIELA VINOTTI FERREIRA, de acor-
do com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de
ENFERMEIRO II, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras
providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições,
que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do
Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) DANIELA VINOTTI FERREIRA, de
acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário
de ENFERMEIRO II, com jornada de 40 horas semanais, na Secre-
taria Municipal de Saúde, a partir de 18/11/2014 a 17/11/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e

seus efeitos são retroativos a 18/11/2014.

Biguaçu, 20 de novembro de 2014.

JOSE CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2657/2014

PORTARIA nº 2657 de 20 de novembro 2014

Admitir o (a) Servidor (a) DAIANA ADRIANO, de acordo com a
Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE
COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá
outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições,
que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do
Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) DAIANA ADRIANO, de acordo
com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com jornada de 40 horas se-
manais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 13/11/2014
a 12/11/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e
seus efeitos são retroativos a 13/11/2014.

Biguaçu, 20 de novembro de 2014.

JOSE CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2656/2014

PORTARIA nº 1656/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas
atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de
junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JACQUELINE SANTANA DE
MELO, ocupante do Cargo efetivo de MERENDEIRA - SECRETARIA
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções labo-
rativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, confor-
me processo nº 5011/2014 em anexo no período de 22/05/2014
a 31/07/2014.

Biguaçu, 16 de junho de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2655/2014

PORTARIA nº 2655 de 20 de novembro de 2014

Exonera o(a) Servidor(a) Gilcéia Maria Pauli, ocupante do cargo
temporário de Técnico em Enfermagem da Família, na Secretaria
Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas
atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho
de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Gilcéia Maria Pauli, detentor do

cargo de provimento temporário de Técnico em Enfermagem da Família, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 30/11/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 30/11/2014.

Biguaçu, 20 de novembro de 2014.

JOAO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 206/2014

DECRETO Nº 206/2014 DE: 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

José Castelo Deschamps, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3417/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 13, da Lei Municipal nº 3457/2013 - Lei Orçamentária para 2014, DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2014, Lei Municipal nº 3457/2013:

02. GABINETE DO PREFEITO

0201.04.122.0001.2002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	1.267,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	1.267,00
	SUPLEMENTA:	
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos	1.267,00

03. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

0301.04.126.0002.1003	Revitalização da Estrutura de Informática	3.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	3.000,00
	SUPLEMENTA:	
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos	3.000,00

18. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1801.10.301.0004.2033	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	3.618,00
	ANULA:	
4.4.90.00/0.1.02.000000	Investimentos	3.618,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	3.618,00

1801.10.302.0004.2041	Serviço Atendimento Móvel Às Urgências-SAMU	12.917,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.02.000000	Outras Despesas Correntes	12.917,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.02.000000	Pessoal e Encargos Sociais	12.917,00

1801.10.302.0004.2042	Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade	128.900,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.2.28.000119	Pessoal e Encargos Sociais	128.900,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.2.28.000119	Outras Despesas Correntes	128.900,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 18 de novembro de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 55/2014 - FMS

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2014 - FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Leandro Adriano de Barros, por delegação e competência (Decreto nº. 85/2013, art. 1º, III e Portaria nº 2874/2010 de 25 de outubro de 2010), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM objetivando a AQUISIÇÃO DE RATICIDA PARA O USO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 24/11/2014, às 13h59min do dia 04/12/2014;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia 04/12/2014, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (04/12/2014), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (04/12/2014), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar substabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de substabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições

constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 24/11/2014.

Eventuais problemas de acesso no SITE da Prefeitura Municipal de Biguaçu deverão ser sanados com a Central de Processamento de Dados - CPD, da Prefeitura Municipal, através de contato a ser realizado no telefone: (48) 3279.8000.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: comprasaudebigua@gmail.com

Biguaçu, SC, 20 de novembro de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação - Leandro Adriano de Barros
Secretário de Saúde

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.189/2013 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 100/2013 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.189/2013
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 100/2013 - FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA RESPONSÁVEL PELOS SERVIÇOS DE LIMPEZA NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS

Fornecedor: ADSERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA.

Valor: R\$ 238.903,32 (duzentos e trinta e oito mil novecentos e três reais e trinta e dois centavos).

Vigência: até 05/10/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

DECRETO Nº 208/2014

DECRETO Nº 208/2014 DE: 21 DE NOVEMBRO DE 2014.

Concede pensão por morte, em face do óbito do servidor inativo ONOFRE JORGE DA SILVA, em caráter integral, nos termos do inciso I do §7º do art. 40, da Constituição da República, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03 e nos artigos 34 a 41 da Lei Municipal nº 1.619/2001, à dependente presumida BERTILDES GUESSER, com efeitos a partir de 06/10/2014, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

DECRETA:

Art.1º Conceder, pensão por morte, em face do óbito do servidor inativo ONOFRE JORGE DA SILVA, brasileiro, separado judicialmente, ex-portador do CPF nº 083.108.239-91, em caráter integral, nos termos do inciso I do §7º do art. 40, da Constituição da República, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03 e dos artigos 34 a 41 da Lei Municipal nº 1.619/2001, à dependente

presumida BERTILDES GUESSER (ex-esposa, percebedora de pensão alimentícia).

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de pensão por morte em caráter integral, nos termos do inciso I do §7º do art. 40 da Constituição da República, observada a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, perfazendo o montante bruto total de R\$ 796,51 (setecentos e noventa e seus reais e cinquenta e um centavos) que serão pagos mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Parágrafo Único. O valor dos proventos de pensão por morte serão revisados nos termos da Lei Federal nº 10.887/2004, observada a aplicação da decisão cautelar proferida pelo STF na ADIn 4582.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e retroage seus efeitos a 06/10/2014 - data do óbito do servidor inativo.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 21 de novembro de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

Blumenau

PREFEITURA

PORTARIA Nº 18.227/2014

PORTARIA Nº 18.227, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.
NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR,
com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 191/2014, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo concurso público nº 002/2014, a contar de 13 de novembro de 2014:

IRENE CRISTINA WELTER JANNING VALIM, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ELIANA DE LOURDES COSMO ROSA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MARA DENISE PAMPLONA PISSAIA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

TATIANA LOURDES DE SOUZA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

LILIAN ALVES PEREIRA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

AMANDA RAFAELLA DOS SANTOS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ADELAIDE SAUTNER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MONIKA HAERTEL, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE,

jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

FERNANDA GIRAO DA COSTA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

KELI CRISTINA FERNANDES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

DEBORA KAMMER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

FERNANDA DE OLIVEIRA COLLING, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

JULIANA SILVA VELOZA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de novembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.228/2014

PORTARIA Nº 18.228, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.
NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR,
com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 191/2014, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo concurso público nº 002/2014, a contar de 13 de novembro de 2014:

ELIANA VENSKE, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

PATRICIA FELIZARI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

LEILA KLUG RAMOS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ROSENI CRISTINA BEHLING, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

KATHRIN KRAFT, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MAIARA BABEL, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

SIMARA SINEIA DA CRUZ, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

SABRINA BEHRING, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

DAIANA KRUTZSCH CAMARGO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ACASSIA DANIELY FARIA NEVES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

AGINES MALIKOSKI STEFFENS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

FABIANI ADRIANO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

TATIANE ANTUNES MONTEIRO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de novembro de 2014.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.229/2014

PORTARIA Nº 18.229, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.
NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR,
com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 191/2014, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo concurso público nº 002/2014, a contar de 13 de novembro de 2014:

NATALIA QUINTAO GONÇALVES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

GRAZIELA HOSTIN CANDIDO RUON, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

VANESSA FIEDLER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

CRISTIANE THEISS LOPES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

BRUNA LEITE, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

LIANE REINERT DESCHAMPS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

SELVANA HUEWES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

GREICE CRISTIANE GEISLER SEIBT, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

AMANDA WERNER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão

de Vencimento A;

ADRIANA DE JESUS DOS SANTOS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

SABRINA PASOLD COSTA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ALBERTINA MONTIBELER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

TAMIRIS ANDREIA MILCHERT, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de novembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.230/2014

PORTARIA Nº 18.230, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 191/2014, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo concurso público nº 002/2014, a contar de 13 de novembro de 2014:

DANIELA ERICA IMME, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MARIA DOS ANJOS DE SOUZA LIMA ZANCANELLA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

SUELEN REGINA NUNES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

IVANILDE GLORIA DA SILVA, para ocupar o cargo de provimento

efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

BIBIANE JACINTO BITTERBRUN, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ADRIANA TEIXEIRA MOELLER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

SUEINE THAYSE SCHULTE, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

NEILA REGINA BARCELOS SPIESS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MARLENE ZILZ, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

SIMONE CRISTIANE FROELICH DE PRÁ, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

GIOVANNA OFRETORIO DE OLIVEIRA MARTIN, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ELIZANDRA BRESSANINI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ELIANE PHILIPPE, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de novembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.231/2014

PORTARIA Nº 18.231, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 191/2014, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo concurso público nº 002/2014, a contar de 13 de novembro de 2014:

JOSIANE APARECIDA DO NASCIMENTO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

GEICE MAIARA BRIG, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

SIMONE CRISTINA TOMAZELLI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

PATRICIA MARTINS LARGURA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

NILCEA DO ROCIO FLORIANO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ROSECLER CRISTIANE MACHADO PERINI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

PATRICIA DE MARCHI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ROSILENE MARIA PORTO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

JUCEMARA TEREZINHA FRIZZO FERNANDES SIQUEIRA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais,

Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

VERA LUCIA OLIVEIRA SILVA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

NATALI APARECIDA TILLMANN, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ZILDA ALVES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

VANILDA GONÇALVES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de novembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.232/2014

PORTARIA Nº 18.232, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 191/2014, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo concurso público nº 002/2014, a contar de 13 de novembro de 2014:

ALINE BEHRING, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

LUCIANE HINTERHOLZ, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

NADIA NARA DE JESUS WINDISCH, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

CLAUDIA APARECIDA SOARES DE ALMEIDA, para ocupar o cargo

de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

CLARISSA TESTONI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ROSEMERI ZEFERINO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ALEXANDRA OBERZINNER CHAVES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ALCENIR HORT, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

VIVIANE SIMONE ZANCANARO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MARIA JULIA WIEDERKEHR MIEHE, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

EDUARDA KRAUSS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

JOSIANE DA LUZ, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ROSANE SANTOS COSTA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de novembro de 2014.

NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.233/2014

PORTARIA Nº 18.233, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.
NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR,
com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 191/2014, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo concurso público nº 002/2014, a contar de 13 de novembro de 2014:

SUELI APARECIDA GOES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

LIVIA FERREIRA NEVES FIRMO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MICHELE KRAMATSCHEK BUENO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

CRISTINA CORRENTE, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

JOSLAINE MARTINS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

LAIZA MAIARA SCHLICKMANN MINATTO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

FERNANDA LAIS KEIL ARAGÃO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

NEUDES GOMES DE SOUZA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MARILZE RAQUEL SCHMITT, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I",

Padrão de Vencimento A;

FLAVIA KUNZE, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ADRIANA PATRICIA DA COSTA BRETZKE, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MAIKE REGINA CORREA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

RAQUEL FERREIRA RIBEIRO REMUS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de novembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.234/2014

PORTARIA Nº 18.234, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 191/2014, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo concurso público nº 002/2014, a contar de 13 de novembro de 2014:

LILIAN REGINA MAHNKE FRANCA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

NATANA LUANA DE SOUZA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

DAIANE CRISTINA DA SILVA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ALESSANDRA MILNITZ, para ocupar o cargo de provimento efetivo

de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

REJANE RELIA KNAESEL, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

FRANCIELE MATEUS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ANDREA GUETHS BANDLER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MARISTELA CRISTANI PAZ, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

KATIA CORREIA PACHECO DOS SANTOS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ADRIANA GAVAZZONI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

CLAUDINETE DE FATIMA OLIVEIRA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

SCHEILA APARECIDA DE OLIVEIRA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MARILIA URBAINSKI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de novembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.235/2014

PORTARIA Nº 18.235, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR, com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 191/2014, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo concurso público nº 002/2014, a contar de 13 de novembro de 2014:

RAQUELLEN MILBRATZ, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MARILIS FISCHER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MARIA LENIR CAMARGO DOS SANTOS HENCKEMAIER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

PATRICIA MANZKE, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

LUCIANA APARECIDA MARIANO AIME, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MARA REGINA ROSSI HORACIO BOIRBA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MARCIA RODRIGUES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MARIANA LUDWIG, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

NAYRA LUISA SILVA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão

de Vencimento A;

EDINAURA PADILHA BATISTA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

SHIRLEI CARLA ZANCANELLA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

DORLI BURIGO LUCHINI BONIN, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ROSELI SEVEGNANI DA SILVA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de novembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.236/2014

PORTARIA Nº 18.236, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR, com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 191/2014, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo concurso público nº 002/2014, a contar de 13 de novembro de 2014:

NAYANNA FELER DE SOUZA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

GRACIELI RODRIGUES DE BRITO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

DAIANA JANING, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MYLENE MARIA DAL COL PEREIRA, para ocupar o cargo de

provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ANGELITA MULLER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ROSANE MELLO DE ALMEIDA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MARISA MARLENE MAFRA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

LILIAN CRISTINA MEINECKE, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de novembro de 2014.

NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIAS SEDEAD NOVEMBRO/2014

PORTARIA SEDEAD Nº 28.738, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ALBERTO STEIN.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Regiane Eskelsen	Associação de Pais e Funcionários
Luzia Uliano Rengel	Coordenação Pedagógica
Valdete Freiburger Rosa	Professores / educadores
Vânia Evaristo da Rocha Nogueira	Professores / educadores
Vera Lúcia Ferreira	Pessoal do serviço técnico-administrativo

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.739, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ALWIN KNAESEL.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Ivone Hafemann Fernandes	Associação de Pais e Funcionários
Jacira dos Santos Farias	Coordenação Pedagógica
Júlia Fabiana Schwartz	Professores / educadores

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.740, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ANILDA BATISTA SCHMITT.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Mielki Grazieli Walker Iseppi	Associação de Pais e Funcionários
Patrícia Woicikoski dos Santos	Coordenação Pedagógica
Silvia Maria de Oliveira Fogaça	Professores / educadores
Vera Lucia Debarba Hostert	Professores / educadores
Maria Rita Mafra	Pessoal do serviço técnico-administrativo

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.741, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ANTON MAX ARTUR SPRANGER.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Janaina Helena Regis	Associação de Pais e Funcionários
Sandra Denise Pagel	Coordenação Pedagógica
Daiana Cardoso	Professores / educadores
Carlen Aparecida Cadihac	Professores / educadores
Sandra Regina Zils Kuhn	Pessoal do serviço técnico-administrativo

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.742, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ANTONIO JOSÉ CURTIPASSI.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Sandra Regina Paulo	Associação de Pais e Funcionários
Nícia Azevedo Marcos	Coordenação Pedagógica
Ellessandra Biondes de Souza	Professores / educadores
Icelda Zilda Lueders	Professores / educadores
Carmen Lúcia Pereira	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.743, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ARNO BERNARDES.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Solene Maria Zeitz	Associação de Pais e Funcionários
Roselene Pradela Peixer	Professores / educadores
Leonice Soares	Professores / educadores
Marli Nowasky Dickmann	Pessoal do serviço técnico-administrativo

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.744, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL AUGUSTO KOESTER.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Leonir Sacheti	Conselho Escolar
Mirelle Cristina Neves	Coordenação Pedagógica
Scheilla Cristina dos Santos	Professores / educadores

Andréa Klemz	Professores / educadores
Lucia Luciano	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Rosemeri Zulow	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.745, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL BERTHA MÜLLER.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Arthur Rossano Boaventura	Associação de Pais e Funcionários
Joyce Christiane Hochheim	Coordenação Pedagógica
Denise Garrucho Rodrigues Leite	Professores / educadores
Janete Fernandes	Professores / educadores
Marilucia Becker	Pessoal do serviço técnico-administrativo

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.746, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL BRANDINA BUERGER.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de

Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Raquel Reis	Associação de Pais e Funcionários
Sandra Regina Pinheiro	Coordenação Pedagógica
Priscila Tomio	Professores / educadores
Katia Cinara Ondea Lizandro	Professores / educadores
Taise Fernanda Siegel	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Adelza Nunes Libório	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.747, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL BRUNO SCHREIBER.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Janaina Carolina Schultz	Conselho Escolar
Claudia Regina de Mattos	Coordenação Pedagógica
Deise Carolina Cavalcanti Loch Steuck	Professores / educadores
Talita Dalva dos Anjos	Professores / educadores
Marcia Aparecida Schmitt Pinheiro	Pessoal do serviço técnico-administrativo

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.748, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CARLOS ROHWEDER.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Tatiana Pagelkoplf	Associação de Pais e Funcionários
Silvana Salete Saccon Dall Igna	Pessoal do serviço técnico-administrativo

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.749, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CILLY JENSEN.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Ana Paula Lima	Associação de Pais e Funcionários
Elizandra Aparecida Felipin	Coordenação Pedagógica
Neila Regina Barcellos Spress	Professores / educadores
Rosa Maria Deola	Professores / educadores
Kathrin Kraft	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Roseli Santos Lima	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.750, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DANIEL BRESSANINI.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Gisele Piske Pinheiro	Associação de Pais e Funcionários
Solange Schmitt Coelho	Professores / educadores
Andréa Maria Alves	Professores / educadores
Sueli Célia de Jesus da Silva	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Alair de Souza de Souza	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.751, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DÁRIO JOÃO VIEIRA.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Lediane Marielle dos Santos	Associação de Pais e Funcionários
Mara Rúbia Birkner Peters	Coordenação Pedagógica
Naiara Thomaz dos Santos	Professores / educadores
Aparecida de Cássia Pereira de Oliveira	Professores / educadores
Ieda Terezinha Mães	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Carla Bernardo	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.752, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DR. ARÃO REBELLO.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Angela Maria Freitas de Jesus Camargo	Associação de Pais e Funcionários
Carla Beatriz Schmitz da Rocha	Professores / educadores
Joyce Christiane Butci Scheibe	Professores / educadores
Vanilde Maria Tambani	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Tereza Cristina dos Santos	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.753, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DR. WILSON GOMES SANTIAGO.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Thiago Luciano Woerner	Associação de Pais e Funcionários
Júlia Patricia Noriler Marschalek	Coordenação Pedagógica
Marines Rosa Santos	Professores / educadores
Dulce da Silva	Professores / educadores
Maria de Lourdes Fontana	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.754, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL EDGAR SASSE.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Elissandra da Silva Viana	Conselho Escolar
Denise Wilrich Schmidt	Coordenação Pedagógica
Sandra dos Santos Sezário	Professores / educadores
Deonilda Oechsler	Professores / educadores
Viviane da Veiga Couto	Pessoal do serviço técnico-administrativo

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.755, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ELISA HORT.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Solange Regina Britzke	Associação de Pais e Funcionários
Soleide Batista Gomes	Coordenação Pedagógica

Patrícia Cristina Lindner	Professores / educadores
Márcia da Silva de Oliveira Junkes	Professores / educadores
Denise Hort	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Marise Hort Tomaz	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.756, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL EMÍLIA PISKE.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Cristiane Aparecida Esser	Conselho Escolar
Rosemari Formento Bonickoski	Coordenação Pedagógica
Marja Milene Belegante Costa	Professores / educadores
Daiane Stuepp	Professores / educadores

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.757, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL EMMA TRIBESS.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de

avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Jean Carlos Ribeiro Mello	Associação de Pais e Funcionários
Patrícia Martins Largura	Professores / educadores
Eliane Emi Nakashima Morsch	Professores / educadores
Jeane Angelita Dolores Calizario	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Sirlei Fátima Dias dos Santos	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.758, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ERICA BRAUN.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Roseli Serafim	Associação de Pais e Funcionários
Adriana Regina Araujo Rocha	Coordenação Pedagógica
Ivanilda Ramos da Silva	Professores / educadores
Rosangela Ribeiro Rodrigues Zeredo	Professores / educadores
Guimar Teresinha Ribeiro Costa	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.759, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ERWIN PASOLD.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação

Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Luciana Neidert	Coordenação Pedagógica
Jaqueline Reinert	Professores / educadores
Rosimari Aguiar Pacheco da Cunha	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Raquel da Cunha Theiss	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.760, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL EVALINO ROTH.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Nerilda Terezinha Mafrá Giacomelli	Associação de Pais e Funcionários
Apolyana Kling Borchardt	Coordenação Pedagógica
Elisia Casas	Professores / educadores
Neiva Zaffonato Borba	Professores / educadores
Erna Klann	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.761, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL FRANZ VOLLES.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Aline Manarim Rita	Associação de Pais e Funcionários
Alexandra Cidral dos Santos	Coordenação Pedagógica
Susana Monteiro Bering	Professores / educadores
Nadir Baumgaertner Ferreira	Professores / educadores
Alice Maria Sost Correa	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.762, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL FREI ODORICO DURIEUX.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Cleusiane Mengarda	Associação de Pais e Funcionários
Josineide Maria da Silva Alves	Professores / educadores
Janaina Plautz Wendorf	Professores / educadores

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.763, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL FREI SILVÉRIO WEBER.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Gracieli Rodrigues de Brito	Associação de Pais e Funcionários
Rozana de Campos	Coordenação Pedagógica
Albino Cenzi	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.764, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL FRIEDA ZADROZNY.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Shana Machado Mafr	Associação de Pais e Funcionários
Vera Lúcia Klock Berkenbrok	Coordenação Pedagógica
Deise Regina Hasse dos Santos	Professores / educadores
Eliane Schneider	Professores / educadores
Dulce Martins	Pessoal do serviço técnico-administrativo

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.765, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL HEINRICH REIF.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Simone Silva dos Santos	Associação de Pais e Funcionários
Jessica Rautenberg	Coordenação Pedagógica
Márcia Bento Uller	Professores / educadores
Luzia Jacinta Fistarol Soares	Professores / educadores
Melânia Regina Bertelli	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Isilda Aparecida Kraus Gonçalves	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.766, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL HERCÍLIA KRUG.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Cíntia Schmidt	Associação de Pais e Funcionários
Márcia Janice Blasius	Coordenação Pedagógica
Edna Teresinha Speck Mateus	Professores / educadores
Jacira Maria de Santana	Professores / educadores
Rosicler Rodrigues	Pessoal do serviço técnico-administrativo

Claudete Souza Cagnetti	Pessoal do Serviço Operacional
-------------------------	--------------------------------

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.767, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL HERONDINA HELENA DA SILVA.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Daniela Batista	Associação de Pais e Funcionários
Isolde Krueger Coelho	Professores / educadores
Stelamaris Claumann da Silva	Professores / educadores
Shirley Delcastanher	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.768, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL HILCA PIAZERA SCHNAIDER.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Joanna Cristina Tomio Herkenhoff de Azambuja	Associação de Pais e Funcionários

Diana Sueli Vasselai Simão	Coordenação Pedagógica
Luana Cavilha	Professores / educadores
Tatiane Caroline da Silva de Sá	Professores / educadores
Patrícia Longo	Pessoal do serviço técnico-administrativo

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.769, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL INGO WOLFGANG HERING.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Luciano Mayer	Associação de Pais e Funcionários
Silvia Olenia Clemente dos Santos	Coordenação Pedagógica
Fátima de Lucca dos Santos	Professores / educadores
Teresa Correa	Professores / educadores
Carmelita de Cássia Muniz	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.770, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL IRMÃ MARIA CHRISTA PRÜLLAGE.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de

Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Taciane Pitz May	Associação de Pais e Funcionários
Maria Luisa Schneider	Coordenação Pedagógica
Shirley Aparecida Borges Perina	Professores / educadores
Jocieli Vargas de Freias Ridieri	Professores / educadores

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.771, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL IRMGARD ZOSCHKE.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Marcos Vinícius de Freitas	Associação de Pais e Funcionários
Heloisa Machado Pereira Carneiro	Professores / educadores
	Professores / educadores
Rosana Gaitolini	Pessoal do serviço técnico-administrativo

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.772, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL JOHANNA CONRAD.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da

Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Fabíola Thais Kuipers Mikoseit	Associação de Pais e Funcionários
Daniela Volpi Grieshaber	Coordenação Pedagógica
Luciana Cristina Manske	Professores / educadores
Madaneli de Oliveira Rodrigues	Professores / educadores
Rosemeri Farias de Souza	Pessoal do serviço técnico-administrativo

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.773, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL JOSÉ DICKMANN.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Simone Perosso dos Santos	Associação de Pais e Funcionários
Adriana Anesi	Coordenação Pedagógica
Lucileine Horn da Silva	Professores / educadores
Laurita Prochnow da Silva	Professores / educadores
Graziela Valle Schultz	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Norma Kammer	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.774, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL LEONARDO LAURINDO TERRES.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Rosemere dos Santos	Associação de Pais e Funcionários
Camila de Souza Oliveira	Coordenação Pedagógica
Magali Martins Blasius	Professores / educadores
Rosa Augusta Gamboa wosterhoff	Professores / educadores

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.775, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL LUIZ VARGAS.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Fernanda da Silva Ricardo	Conselho Escolar
Patrícia Nascimento da Silva	Coordenação Pedagógica
Bernadete Apfelgrun	Professores / educadores
Rosemeri de Deus Picaski	Professores / educadores

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.776, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MAIKE ANDRESEN DEEKE.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Greici Erhardt Schneider	Associação de Pais e Funcionários
Carla Maria Suski	Coordenação Pedagógica
Elisângela Nasatto	Professores / educadores
Fabiana Martendal Oliveira Cordeiro	Professores / educadores
Janice Vigarani Cabral e Silva	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Sueli Cunha	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.777, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MANOEL DA LUZ RAMPELOTI.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Andréa Góes	Associação de Pais e Funcionários
Sirlei de Lourdes Guerra	Coordenação Pedagógica
Juliana Mueller Marculino	Professores / educadores
Gervânia Dalagnolo	Professores / educadores
Marinalda Dionízio Corrêa	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Celene Rodrigues Alberto	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão

Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.778, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MANOELA REINERT.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Daniele Afra Michels	Associação de Pais e Funcionários
Isabel Maria Cirico	Coordenação Pedagógica
Mara Flatau de Oliveira	Professores / educadores
Marilse Butzke Perosso	Professores / educadores
Gilce Teresinha Zeni	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.779, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA SALETE STRAUCH.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Christian Allan da Costa	Associação de Pais e Funcionários
Eliane Casas Sabel	Professores / educadores
Clara Teresinha da Cunha	Professores / educadores
Miryam Aparecida da Veiga Bueno	Pessoal do serviço técnico-administrativo

Marli Inês Conzatti	Pessoal do Serviço Operacional
---------------------	--------------------------------

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.780, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARITA DEEKE SASSE.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Leoni Pereira Ribeiro	Associação de Pais e Funcionários
Luzia Krueger	Professores / educadores
Mônica Seibel Cardozo Miranda	Professores / educadores

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.781, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MAX SCHEIDEMANTEL.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Marcia Leitzke	Associação de Pais e Funcionários
Mariangela Tribess	Professores / educadores

Eliete Vinotti Waldrich	Professores / educadores
-------------------------	--------------------------

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.782, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MONTEIRO LOBATO.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Janaina dos Santos	Associação de Pais e Funcionários
Maurília Maria Borges	Professores / educadores
Michele Trombelli	Professores / educadores
Silvana de Fátima Kammer Romo- aldo	Pessoal do serviço técnico-adminis- trativo
Maria de Lourdes Tomaz	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.783, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NAZARÉ.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Letícia Hensel	Associação de Pais e Funcionários
Adrisana Gauke	Professores / educadores
Patrícia Reisch	Professores / educadores

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.784, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL OLGA BREHMER.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Suzani Dacoregio Muller Santos	Associação de Pais e Funcionários
Fabiane Madruga	Professores / educadores
Liomara Maria Martins Espindola	Professores / educadores
Roseméri Heinig	Pessoal do serviço técnico-adminis- trativo
Odair Couto	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.785, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL OSVALDO DESCHAMPS.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de

Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Andréia Bento da Silva de Souza	Associação de Pais e Funcionários
Ângela Antulino	Professores / educadores
Silvana Silva Bulegon	Professores / educadores
Isoldete Muller Santos	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Evanildes Fidelis	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.786, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL OSWALDO BURGER.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Jeane Meri Uhlmann	Associação de Pais e Funcionários
Marli Alaide Schnaider	Professores / educadores
Izabel Cristina Vilela de Castro Barros	Professores / educadores
Lúcia Rinaldi	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Luciane Schappo	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.787, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PAULO TALLMANN.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Juliana Freiberg	Associação de Pais e Funcionários
Adenita Maria Nunes	Professores / educadores
Cecília Alexandre	Professores / educadores
Paulo Damião	Pessoal do serviço técnico-administrativo

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.788, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PAULO ZIMMERMANN.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Roni Roberto Balz	Associação de Pais e Funcionários
Ivone Durda	Coordenação Pedagógica
Haide Termann Balz	Professores / educadores
Rosemeri Camilo Paseto	Professores / educadores
Moacir dos Santos	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.789, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PEDRO KRAUS.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Morgana Regina Gonçalves	Associação de Pais e Funcionários
Rosiane Moser Monteiro	Professores / educadores
Ivoni Maria Lucas Conti	Professores / educadores
Edite Tomio	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.790, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSOR ADÉLIO CARLINI.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Almerinda Figueiredo Dutra	Associação de Pais e Funcionários
Cleonise Patrício Borges	Professores / educadores
Edir da Silveira Stuhler	Professores / educadores

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.791, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSOR ANSELMO A. HILLESHEIM.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Fabiano Larsen	Associação de Pais e Funcionários
Teresa Cristina Becker	Professores / educadores
Vanessa Angelina Pereira Faria	Professores / educadores
Maria Marilete Naatz	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.792, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSOR EMILIANO STOLF.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Ligia Cardoso	Associação de Pais e Funcionários
Maria de Fátima Souza	Professores / educadores
Eneli Hillesheim Schell	Professores / educadores

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.793, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSOR JOÃO BERTOLDO PETRY.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Cleunice Maria Pedrotti	Associação de Pais e Funcionários
Kátia Regina Striethorst Antunes	Coordenação Pedagógica
Janaina Maier	Professores / educadores
Letícia Cidral Silveira	Professores / educadores
Juliana Silva Veloza	Pessoal do serviço técnico-administrativo

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.794, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSOR PAULO FREIRE.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Ana Maria Barcelos	Associação de Pais e Funcionários
Ana Paula Semann	Professores / educadores
Marlene Sbardelotto	Professores / educadores
Lusimar Sabino da Silva	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Marta D. Lavarda	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.795, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA ANDRÉA DA SILVA.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Wanderléa Leite Araujo Oliveira	Conselho Escolar
Carla Denise Santos	Coordenação Pedagógica
Aline Cristie Platz de Castro	Professores / educadores
Daiane Laurindo Rosa	Professores / educadores
Josiane Soares Cicz	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Lígia Schmitt de Moura	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.796, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA ELZIRA HORNBERG.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Carla Buss Bloemer	Associação de Pais e Funcionários
Gabriele Krause	Coordenação Pedagógica
Isolete de Souza Thom	Professores / educadores
Izabel Cristina dos Santos Ribeiro	Professores / educadores
Christiane Leitzke	Pessoal do serviço técnico-administrativo

Leoni Laurentino da Rosa	Pessoal do Serviço Operacional
--------------------------	--------------------------------

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.797, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA ERNA ANNA TRAPP.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Elizete Reinhold Zech	Associação de Pais e Funcionários
Juliana Volpi Hertel	Coordenação Pedagógica
Doris Helena Moretti	Professores / educadores
Sandra Roters Trapp	Professores / educadores
Ivone Rückert	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.798, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA EVELINA ELISABETH EICHSTAEDT.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Nilson Soares	Associação de Pais e Funcionários
Ivete Tonetto	Professores / educadores
Catarina Inês Klock	Professores / educadores
Marlise Grignani	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.799, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA LENYR PEITER STARKE.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Maitê Cardoso	Associação de Pais e Funcionários
Deborah Catharine do Nascimento	Coordenação Pedagógica
Maristela Chaves da Rosa	Professores / educadores
Manchini Rodrigues	Professores / educadores
Roseli de Medeiros da Silva	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Darli Scheidt Marian	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.800, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA LEONIDES WESTARB.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da

Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Daiane Crispim	Associação de Pais e Funcionários
Maria Regina Cordini Golle	Coordenação Pedagógica
Cyntia Regina de Souza	Professores / educadores
Ivone Bornhausen da Costa	Professores / educadores
Ana Claudia Seara da Costa	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Marli Nair Goldbeck Paris	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.801, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA MARIA ZIMMERMANN.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Silvia Grings Engelmamm	Associação de Pais e Funcionários
Claudia Cristina Belegante Augustin	Coordenação Pedagógica
Marinela Grahl Pasqual	Professores / educadores
Roseli Pereira	Professores / educadores
Giovana Regina da Silva	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Marli Hünchkel Schiochet	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.802, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA MARLISE STRITTHORST THEIS.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Vanderlei Barni	Associação de Pais e Funcionários
Sandra Maria Mueller	Coordenação Pedagógica
Nara Priscilla Schmit	Professores / educadores
Nelza Doraci de Souza	Professores / educadores
Alessandra Polidoro	Pessoal do serviço técnico-administrativo

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.803, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA MARTINHA RÉGIS MORETTO.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Gabriela Aparecida Leandro	Associação de Pais e Funcionários
Fernanda Vicenti Tomio	Coordenação Pedagógica
Maria Sueli Ewald	Professores / educadores
Fernanda Kistner Silva	Professores / educadores
Maria Christina de Souza Medeiros	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Elenice Fernandes	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.804, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA RAQUEL WISINTAINER SOARES.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Marilene Domingos	Associação de Pais e Funcionários
Fernanda C. Schwartz Schwertz	Professores / educadores
Sandra de F. Alves Xavier	Professores / educadores
Ana Paula Pereira Hadlich	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Silvia Teresa Wirth	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.805, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA TERESA RAQUEL SABEL DE ARAÚJO.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Clarissa Testoni	Associação de Pais e Funcionários
Ana Cíntia Mueller	Professores / educadores
Vaneide Fortunato	Professores / educadores

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão

Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.806, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA TEREZA AMÉLIA EHLKE AUGSBURGER.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Angela Aparecida Vargas Neto	Conselho Escolar
Lurdes Miranda Kelichek	Coordenação Pedagógica
Andrea Luiza de Oliveira Carneiro	Professores / educadores
Luciana Aparecida Costa da Cruz	Professores / educadores
Eliane Correia	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Vildete Rech Bortoli	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.807, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL RICARDO MANSKE.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Rosires Maria Constantino Ferreira	Associação de Pais e Funcionários
Jandira França dos Passos	Coordenação Pedagógica
Cleuni Geminiano Alves Ikert	Professores / educadores
Soraia de Oliveira da Silva	Professores / educadores

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.808, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ROBERT RUDOLPH BARTH.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
André Cardoso de Oliveira	Conselho Escolar
Raquel Helena Krieger de Borba	Coordenação Pedagógica
Giovane Longhi	Professores / educadores
Cirlei Teresinha Daros	Professores / educadores

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.809, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL THIAGO ANZINI.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Mariza Aparecida Leite Stanke	Associação de Pais e Funcionários
Regina Cecília Bonetti Sutter	Professores / educadores
Gabrielle Sens Barni	Professores / educadores

	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Tânia Regina Stiehler	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.810, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL VEREADOR EWALDO MORITZ.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Regina Mengarda	Associação de Pais e Funcionários
Andréia Roncaglio Geraldo	Coordenação Pedagógica
Marcela Berto Santos	Professores / educadores
Patrícia Leonor Hadlich Leuthauser	Professores / educadores
Maria Fátima dos Santos	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2º A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.811, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL WALLY SERENA BRANDES.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1º Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Alinor Day	Associação de Pais e Funcionários
Suzana Beatriz Guimarães Piccini	Coordenação Pedagógica
Márcia Cristina Peixer David	Professores / educadores
Sirlene Schwertz	Professores / educadores

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.812, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL WALTER ROSEMANN.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Mara Janete Schmitt Burigo	Associação de Pais e Funcionários
Rosa Cecilia Duarte dos Santos Bahr	Coordenação Pedagógica
Morgani Hellmann Georg	Professores / educadores
Sandra Marisa da Silva de Lima	Professores / educadores
Neide Maria Muniz da Costa	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Nadir Helena Henckel Steinback	Pessoal do Serviço Operacional

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 28.813, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL WILHELM THEODOR SCHÜRMANN.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Complementar nº. 910/2013, que institui o Sistema Municipal de Avaliação

Institucional Participativa - SIMAIP - das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

Art.1o Designar membros para constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional.

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Débora Adriana Barthel	Associação de Pais e Funcionários
Terezinha Schmitz Hillesheim	Coordenação Pedagógica
Meri Regina de Souza Luchetta	Professores / educadores
Michelle Pereira da Silva Mendes	Professores / educadores

Art.2o A Comissão de que trata esta Portaria, deverá aplicar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

PREGÃO Nº 06/024/2014 - URB

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA-PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 024/2014

A COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE BLUMENAU, através da Pregoeira Oficial, designada pela Portaria nº 472/14, de 30 de julho de 2014, no uso de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que a SESSÃO PÚBLICA para Recebimento e Abertura Dos Envelopes realizada as 09h00min do dia 22 de outubro de 2014, com Aviso de Licitação publicado no Diário Oficial do Estado e Jornal de Santa Catarina no dia 13 de outubro 2014 e Boletim Oficial do Município de Blumenau, cujo objeto se trata de contratação de empresa especializada para fornecimento de refeições do tipo "marmitex", com entrega no âmbito do Município de Blumenau, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I) deste Edital. - TIPO: Menor Preço Unitário por Item, na modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2014 - constatou-se a inexistência de interessados em participar do presente certame licitatória, restando DESERTA a presente licitação.

Blumenau, 22 de outubro de 2014.

Diana Aparecida Schvartz Vieira

Pregoeira

PREGÃO Nº 006/018/2014 - URB

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Partes: Companhia de Urbanização de Blumenau - URB,

Khronos Segurança Privada Ltda.

Objeto: Prestação de serviços de sistema de segurança eletrônica de veículos com instalação e manutenção de equipamentos eletrônicos, através de locação de todos os materiais e equipamentos necessário, com a finalidade de coletar as informações de utilização e condução.

Fundamentação Legal: Pregão Presencial n.º 18/2014 de 28 de

agosto de 2014 - De acordo com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2.002 e alterações.

Valor Registrado: De acordo com a respectiva classificação:

Item 01 - Prestação de serviços de sistema de segurança eletrônica de veículos com instalação e manutenção de equipamentos eletrônicos, através de locação de todos os materiais e equipamentos necessário, com a finalidade de coletar as informações de utilização e condução. Quantidade: 100 unidades.

Valor unitário: R\$ 69,00.

1º Lugar - Khronos Segurança Privada Ltda.

Pagamento: O pagamento será efetuado em 28 (vinte e oito) dias após a apresentação da respectiva Nota Fiscal.

Recursos Orçamentários: Estão previstos no orçamento da Companhia de Urbanização de Blumenau.

Vigência da Ata de Registro de Preços: Validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Blumenau, 04 de setembro de 2014.

PREGÃO Nº 006/019/2014 - URB

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Partes: Companhia de Urbanização de Blumenau - URB,

AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda EPP,
Comercial Catarinense de Armazém em Geral Ltda, Distribuidora Nova Esperança Ltda EPP, JLM Comercio Produtos Alimentícios Ltda ME.

Objeto: Fornecimento parcelado de produtos de Limpeza e Higienização.

Fundamentação Legal: Pregão Presencial n.º 19/2014 de 29 de agosto de 2014 - De acordo com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2.002 e alterações.

Valor Registrado: De acordo com a respectiva classificação:

Item 01 - Saco para lixo 250litros, reforçado, 1º qualidade, cor preta, com etiqueta de identificação do fabricante, marca e medidas (dentro das normas ABNT) Tam. 1,20x1,30x12micras, fardo c/100unid. Quantidade: 2.000 Fardos.

Valor unitário: R\$ 108,74.

1ºLugar - JLM COMERCIO PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. - ME

2º Lugar - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA. - EPP

Item 02 - Saco para lixo 200 litros, reforçado, 1º qualidade, cor preta, com etiqueta de identificação do fabricante, marca e medidas (dentro das normas ABNT). Tam 1,20x1,50x10 micras. c/100 un. Quantidade: 5.000 Fardos.

Valor Unitário: R\$ 106,50

1º Lugar - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA. - EPP

2ºLugar - JLM COMERCIO PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. - ME

Item 03 - Saco para lixo 150 litros, reforçado, 1º qualidade, cor preta, com etiqueta de identificação do fabricante, marca e medidas (dentro das normas ABNT). Tam 90x1,20x10 micras. c/100un. Quantidade: 5.000 Fardos.

Valor Unitário: R\$ 67,99

1º Lugar - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA. - EPP

2ºLugar - JLM COMERCIO PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. - ME

Item 04 - Saco para lixo 130 litros, reforçado, 1º qualidade, cor preta, com etiqueta de identificação do fabricante, marca

e medidas (dentro das normas ABNT). Tam 90x1,10x10 micras c/100un. Quantidade: 5.000 Fardos.

Valor Unitário: R\$ 59,99

1º Lugar - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA. - EPP

2ºLugar - JLM COMERCIO PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. - ME

Item 05 - Saco para lixo 100 litros, reforçado, 1º qualidade, cor preta, com etiqueta de identificação do fabricante, marca e medidas (dentro das normas ABNT). Tam 75x105 c/100un. 0,7 Micras. Quantidade: 5.000 Fardos.

Valor Unitário: R\$ 37,17

1ºLugar - JLM COMERCIO PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. - ME

2ºLugar - COMERCIAL CATARINENSE DE ARMARINHO EM GERAL LTDA.

3º Lugar - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA. - EPP

Item 06 - Saco para lixo 60 litros, reforçado, 1º qualidade, cor preta, com etiqueta de identificação do fabricante, marca e medidas (dentro das normas ABNT). Tam 60x70 c/100un. 0,4 Micras. Quantidade: 5.000 Fardos.

Valor Unitário: R\$ 11,33

1ºLugar - COMERCIAL CATARINENSE DE ARMARINHO EM GERAL LTDA.

2º Lugar - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA. - EPP

3ºLugar - JLM COMERCIO PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. - ME

4ºLugar - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. - EPP

Item 07 - Água sanitária: alvejante desinfetante bactericida. Composição: Hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto de sódio e água. Teor de cloro ativo: 2,0 2,5 % p/p. 2 Lts. Quantidade: 800 unidades.

Valor Unitário: R\$ 3,20

1ºLugar - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. - EPP

2ºLugar - JLM COMERCIO PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. - ME

3º Lugar - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA. - EPP

Item 08 - Água sanitária: alvejante desinfetante bactericida, embalagem com 05 litros. Composição: Hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto de sódio e água. Teor de cloro ativo: 2,0 2,5 % p/p. Quantidade: 250 unidades.

Valor Unitário: R\$ 4,60.

1ºLugar - COMERCIAL CATARINENSE DE ARMARINHO EM GERAL LTDA.

2ºLugar - JLM COMERCIO PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. - ME

3º Lugar - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA. - EPP

4ºLugar - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. - EPP

Item 09 - Álcool etílico em liquido 70% Inpm 1 litro, embalagem Pvc, capacidade 1 litro. (dentro das normas da ABNT). Quantidade: 600 unidades.

Valor Unitário: R\$ 4,02

1ºLugar - COMERCIAL CATARINENSE DE ARMARINHO EM GERAL LTDA.

2ºLugar - JLM COMERCIO PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. - ME

3ºLugar - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. - EPP

4º Lugar - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA. - EPP

Item 10 - Limpador para limpeza geral, tipo multiuso. Próprio para limpeza de pias, fogões, banheiros, geladeiras, azulejos, e superfícies laváveis. Composto de alquil benzeno sulfonato de sódio, álcool etoxilado, coadjuvantes, sequestrante, fragrância. Produto que possa ser diluído em água, que limpa profundamente sem esforço, com odor perfumado após a limpeza. Em embalagens de 500 ml. Quantidade: 400 unidades.

Valor Unitário: R\$ 1,69.

1ºLugar - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. - EPP

2ºLugar - COMERCIAL CATARINENSE DE ARMARINHO EM GERAL LTDA.

3º Lugar - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA. - EPP

4ºLugar - JLM COMERCIO PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. - ME

Item 11 - Detergente para louças biodegradáveis consiste aplicação, para remoção de gorduras de louças, talheres e panelas, Aroma natural. Frasco de 500 ml. Testado dermatologicamente. Quantidade: 1.800 unidades.

Valor Unitário: R\$ 1,60.

1ºLugar - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. - EPP

2ºLugar - COMERCIAL CATARINENSE DE ARMARINHO EM GERAL LTDA.

3º Lugar - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA. - EPP

4ºLugar - JLM COMERCIO PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. - ME

Item 12 - Sabão em barra, tablete com 200 gramas. Embalagem Individual. Quantidade: 400 unidades.

Valor Unitário: R\$ 1,14

1ºLugar - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. - EPP

2º Lugar - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA. - EPP

3ºLugar - JLM COMERCIO PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. - ME

Item 13 - Sabão em pó, composto de alquilbenzeno sulfonato de sódio linear, carbonato de sódio, silicato de sódio, pigmento azul, enzimas, perfumes e agia. Com tensoativo biodegradável. Embalagens de papelão ou sache de plástico contendo 1Kg cada. Quantidade: 200 unidades.

Valor Unitário: R\$ 3,90

1ºLugar - COMERCIAL CATARINENSE DE ARMARINHO EM GERAL LTDA.

2ºLugar - JLM COMERCIO PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. - ME

3º Lugar - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA. - EPP

4ºLugar - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. - EPP

Item 14 - Papel higiênico rolo 100% celulose, na cor branca, não reciclado, neutro, rolos com 300 metros de comprimento e 10 cm de largura, fardos com 8 rolos. Quantidade: 600 fardos.

Valor Unitário: R\$ 18,80

1ºLugar - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. - EPP

2ºLugar - COMERCIAL CATARINENSE DE ARMARINHO EM GERAL LTDA.

3ºLugar - JLM COMERCIO PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. - ME

4º Lugar - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA. - EPP

Item 15 - Papel higiênico rolo com 30 metros, folhas brancas, 100% Celulose Virgem. Aparas brancas, rolos com 30 metros, fardos com 64 rolos. Picotado e gofrado. Quantidade: 500 fardos.

Valor Unitário: R\$ 38,00

1ºLugar - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. - EPP

2ºLugar - JLM COMERCIO PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. - ME

3º Lugar - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA. - EPP

Item 16 - Papel higiênico rolo com 500 metros Fd c/8 rolos, Branco Luxo neutro, absorvente na cor branca com alvura mínima de 86%, rolo com 500 metros de comprimento e de cm de largura, diâmetro externo Maximo de 22 cm e diâmetro Maximo interno de 5,5 cm com tubete rígido, gramatura 16 a 18 gramas. Quantidade: 300 fardos.

Valor Unitário: R\$ 56,00

1ºLugar - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS

LTDA. - EPP

2ºLugar - JLM COMERCIO PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. - ME

3º Lugar - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA. - EPP

Item 17 - Papel toalha branco, com duas dobras, 20x20 composto por fibras celulósicas 100% naturais, gramatura de 28 a 31 gramas. Embalados em fardos com 1.000 folhas. Quantidade: 1.000 fardos.

Valor Unitário: R\$ 6,00

1ºLugar - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. - EPP

2ºLugar - COMERCIAL CATARINENSE DE ARMARINHO EM GERAL LTDA.

3ºLugar - JLM COMERCIO PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. - ME

4º Lugar - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA. - EPP

Item 18 - Papel toalha interfolhado 2 dobras, 20,5x22,5 cm, 100% Celulose Virgem, gramatura de 24gr. Fardos com 1.000 folhas. Quantidade: 500 fardos.

Valor Unitário: R\$ 11,70

1ºLugar - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. - EPP

2ºLugar - JLM COMERCIO PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. - ME

3º Lugar - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA. - EPP

Item 19 - Pasta saponácea líquida com 300 gramas. Quantidade: 400 unidades.

Valor Unitário: R\$ 1,71

1ºLugar - COMERCIAL CATARINENSE DE ARMARINHO EM GERAL LTDA.

2º Lugar - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA. - EPP

3ºLugar - JLM COMERCIO PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. - ME

4ºLugar - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. - EPP

Item 20 - Pedra Sanitária, refil. Aspecto físico: tablete solido de 35 gramas com haste plástica de fixação. Quantidade: 500 unidades.

Valor Unitário: R\$ 1,04

1ºLugar - JLM COMERCIO PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. - ME

2º Lugar - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA. - EPP

3ºLugar - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. - EPP

Item 21 - Aromatizador de ar, em aerosol, fragrâncias diversas, embalagens com 360 a 400 ml. Quantidade: 250 unidades. Quantidade: 250 unidades.

Valor Unitário: R\$ 6,30

1ºLugar - JLM COMERCIO PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. - ME

2ºLugar - COMERCIAL CATARINENSE DE ARMARINHO EM GERAL LTDA.

3º Lugar - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA. - EPP

4ºLugar - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. - EPP

Item 22 - Limpa vidro, tipo liquido. Cor incolor/azul. Frasco plástico de 500 ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, numero do lote, validade e numero de registro no Ministério da Saúde. Quantidade: 150 unidades.

Valor Unitário: R\$ 4,69

1ºLugar - JLM COMERCIO PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. - ME

2ºLugar - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. - EPP

3º Lugar - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA. - EPP

Item 23 - Lustra moveis 200 ml, componentes ceras naturais, aroma lavanda, aplicação moveis e superfícies. Quantidade: 100 unidades.

Valor Unitário: R\$ 3,25

1ºLugar - JLM COMERCIO PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. - ME

2º Lugar - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA. - EPP
3º Lugar - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. - EPP

Item 24 - Esponja de louça dupla face (fibra e espuma), formato retangular, medindo 110x75x20 mm, abrasiva média. Composição: espuma de poliuretano com bactericida, fibra sintética com abrasivo. Quantidade: 400 unidades.

Valor Unitário: R\$ 0,89

1º Lugar - JLM COMERCIO PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. - ME
2º Lugar - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. - EPP
3º Lugar - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA. - EPP

Item 25 - Lã de aço, composto carbono, condicionado em saco plástico, contendo 8 unidades. Quantidade: 200 unidades.

Valor Unitário: R\$ 1,69

1º Lugar - JLM COMERCIO PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. - ME
2º Lugar - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA. - EPP
3º Lugar - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. - EPP

Item 26 - Sabonete líquido líquido perolado, aroma erva-doce, acidez. Neutro-PH, embalagem com 5 litros. Quantidade: 250 unidades.

Valor Unitário: R\$ 8,55

1º Lugar - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. - EPP
2º Lugar - COMERCIAL CATARINENSE DE ARMARINHO EM GERAL LTDA.
3º Lugar - JLM COMERCIO PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. - ME
4º Lugar - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA. - EPP

Item 27 - Pano de prato 100% algodão cru, embainhado nas laterais, medindo 70 x 50 cm. Na cor branca. Pct c/7 un. Quantidade: 300 unidades.

Valor Unitário: R\$ 16,50

1º Lugar - JLM COMERCIO PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. - ME
2º Lugar - COMERCIAL CATARINENSE DE ARMARINHO EM GERAL LTDA.
3º Lugar - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA. - EPP
4º Lugar - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. - EPP

Item 28 - Pano de chão 100% algodão, medindo aprox. 60x68 cm (saco alvejado). Quantidade: 300 unidades.

Valor Unitário: R\$ 3,98.

1º Lugar - JLM COMERCIO PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. - ME
2º Lugar - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA. - EPP
3º Lugar - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. - EPP

Item 29 - Cera automotiva 200g. Quantidade: 30 unidades.
DESERTO

Item 30 - Shampoo automotivo com Cera Brilho embalagem com 40Litros. Concentrado 1:20 lts. Biodegradável com registro na ANVISA e Laudo técnico. Quantidade: 40 unidades.
DESERTO

Item 31 - Silicone gel automotivo embalagem 40Litros, não sai com água e não pega poeira. Pode ser aplicado nos pneus, borrachas, frisos de borracha e painel. Com registro na ANVISA e Laudo técnico. Quantidade: 20 unidades.
DESERTO

Item 32 - Solupan concentrado Biodegradável embalagem 40litros com Registro na ANVISA e Laudo técnico - Diluição de 1L de produto para 40 L de água. Quantidade: 40 unidades.

DESERTO

Item 33 - Aluminox concentrado embalagem 40Litros - 1 L de produto diluído para 40 L de água. Quantidade: 40 unidades.

Valor unitário: R\$ 105,99

1º Lugar - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA. - EPP

Item 34 - Limpa pneus 5Lts. Biodegradável com registro na ANVISA e Laudo técnico. Quantidade: 50 unidades.

DESERTO

Item 35 - Rodo em borracha em EVA dupla, cabo em madeira e suporte plástico de 40cm. Quantidade: 100 unidades.

Valor Unitário: R\$: 8,15.

1º Lugar - JLM COMERCIO PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. - ME
2º Lugar - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. - EPP
3º Lugar - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA. - EPP

Item 36 - Pá de lixo, em metal com cabo em 90º metálico ou madeira de 1mt. Quantidade: 250 unidades.

Valor Unitário: 4,50

1º Lugar - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. - EPP
2º Lugar - COMERCIAL CATARINENSE DE ARMARINHO EM GERAL LTDA.
3º Lugar - JLM COMERCIO PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. - ME

Item 37 - Pá de lixo, em plástico com cabo em 90º metálico ou madeira de 1mt. Quantidade: 250 unidades.

Valor Unitário: R\$ 5,80

1º Lugar - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. - EPP
2º Lugar - COMERCIAL CATARINENSE DE ARMARINHO EM GERAL LTDA.
3º Lugar - JLM COMERCIO PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. - ME

Item 38 - Espanador confeccionado com penas naturais tamanho de 40 a 50cms. Quantidade: 30 unidades.

Valor Unitário: R\$ 14,98.

1º Lugar - COMERCIAL CATARINENSE DE ARMARINHO EM GERAL LTDA.
2º Lugar - JLM COMERCIO PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. - ME

Item 39 - Vassoura de nylon, com cabo de madeira e cantos arredondados, tamanho 30/35cm. Cerdas de 12,2 cm plumadas. Quantidade: 50 unidades.

Valor Unitário: R\$ 20,00

1º Lugar - JLM COMERCIO PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. - ME
2º Lugar - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. - EPP
3º Lugar - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA. - EPP

Item 40 - Vassoura artesanal confeccionada em fibra natural cipó, com cabo em madeira. Quantidade: 100 unidades.

Valor Unitário: R\$ 18,42.

1º Lugar - JLM COMERCIO PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. - ME

Item 41 - Vassoura artesanal, confeccionada em fibra natural(milho) com cabo em madeira. Quantidade: 2.000 unidades.

Valor Unitário: R\$ 13,30

1º Lugar - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. - EPP
2º Lugar - JLM COMERCIO PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. - ME
3º Lugar - COMERCIAL CATARINENSE DE ARMARINHO EM GERAL LTDA.
4º Lugar - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA. - EPP

Item 42 - Vassoura tipo Gari Cerdas em Nylon resistente plumadas, cabo em madeira tamanho 40 cm. Quantidade: 1.000 unidades.

Valor Unitário: R\$ 12,89

1ºLugar - JLM COMERCIO PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. - ME
2ºLugar - COMERCIAL CATARINENSE DE ARMARINHO EM GERAL LTDA.

3ºLugar - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. - EPP

Item 43 - Vassoura tipo Gari Cerdas em Nylon resistente pluma-das, cabo em madeira tamanho 50 cm. Quantidade: 200 unidades.

Valor Unitário: R\$ 17,00

1ºLugar - JLM COMERCIO PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. - ME
2ºLugar - COMERCIAL CATARINENSE DE ARMARINHO EM GERAL LTDA.

Item 44 - Vassoura tipo Gari confeccionada em cerdas de piaçava com tamanho de 40 cm cabo em madeira. Quantidade: 13,60

1ºLugar - JLM COMERCIO PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. - ME
2ºLugar - COMERCIAL CATARINENSE DE ARMARINHO EM GERAL LTDA.

Item 45 - Copo descartável em plástico para uso diário de 180ml. Caixa com 2.500 copos. Quantidade: 3.000 caixas.

Valor unitário: R\$ 63,40

1ºLugar - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. - EPP

2ºLugar - JLM COMERCIO PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. - ME
3ºLugar - COMERCIAL CATARINENSE DE ARMARINHO EM GERAL LTDA.

4º Lugar - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA. - EPP

Item 46 - Inseticida aerosol, mata baratas embalagem de 300ml, Tipo Mortein, SBP, Bayer, ou similar. Quantidade: 40 unidades.

Valor Unitário: R\$ 8,85

1ºLugar - JLM COMERCIO PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. - ME
2º Lugar - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA. - EPP

Item 47 - Desinfetante próprio para limpeza e desinfecção de banheiros, cozinhas e pisos em geral. Embalagens de 2Lt, Marca Bombril, Ype, Girando Sol, ou similar. Quantidade: 1.000 unidades.

Valor Unitário: R\$ 4,20.

1ºLugar - JLM COMERCIO PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. - ME
2º Lugar - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA. - EPP

3ºLugar - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. - EPP

Item 48 - Esponja Automotiva. Medida 13x20x6cm. Quantidade: 100 unidades.

DESERTO

Item 49 - Papel higiênico rolo com 30mts, folhas simples 100% fibras naturais. Embalagem Fardo c/64 Rolos. Quantidade: 200 fardos.

Valor Unitário: R\$ 20,00

1ºLugar - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. - EPP

2ºLugar - COMERCIAL CATARINENSE DE ARMARINHO EM GERAL LTDA.

3ºLugar - JLM COMERCIO PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. - ME
4ºLugar - Lugar - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA. - EPP

Pagamento: O pagamento será efetuado em 28 (vinte e oito) dias após a apresentação da respectiva Nota Fiscal.

Recursos Orçamentários: Estão previstos no orçamento da Companhia de Urbanização de Blumenau.

Vigência da Ata de Registro de Preços: Validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Blumenau, 09 de setembro de 2014.

PREGÃO Nº 006/021/2014 - URB

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Partes: Companhia de Urbanização de Blumenau - URB, ADL Comercial Eireli - EPP, Dial Departamentos Eireli - EPP, Elmo Papelaria Ltda. - EPP, Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME, JLM - Comercio de Produtos Alimentícios Ltda. - ME, Printblu Comercio e Serviços Ltda - ME.

Objeto: Aquisição de Material de Expediente.

Fundamentação Legal: Pregão Presencial n.º 21/2014 de 30 de setembro de 2014 - De acordo com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2.002 e alterações.

Valor Registrado: De acordo com a respectiva classificação:

Item 01 - Agenda Permanente capa dura, não espiral. Quantidade: 24 unidades.

Valor unitário: R\$26,95

1º Lugar - Dial Departamento Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP.

3º Lugar - ADL Comercial Eireli - EPP.

Item 02 - Almofada para carimbo, caixa plástica com esponja absorvente com tinta, tamanho nº 3, cor preta, comprimento 12 cm, largura 9 cm. Quantidade: 10 unidades.

Valor unitário: R\$ 12,60

1º Lugar - ADL Comercial Eireli - EPP.

2º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

3º Lugar - Dial Departamento Eireli - EPP

Item 03 - Apagador para quadro branco. Quantidade: 10 unidades.

Valor unitário: R\$ 9,95

1º Lugar - Dial Departamento Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP.

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 04 - Apontador de lápis, com reservatório, fabricado em resina termoplástica com lâmina de aço carbono e de corte preciso, formato retangular, medindo aproximadamente 60x15x24 mm. Quantidade: 48 unidades.

Valor unitário: R\$ 4,25

1º Lugar - ADL Comercial Eireli - EPP.

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP.

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 05 - Borracha branca de apagar, composição borracha natural, tamanho grande, macia. Medidas: comprimento 45 mm, largura 23 mm, altura 12 mm ou superior. Caixa com 40 unidades. Quantidade: 2 caixas.

Valor unitário: R\$ 15,30

1º Lugar - ADL Comercial Eireli - EPP.

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP.

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 06 - Caderno Universitário 120 folhas. Quantidade: 30 unidades.

Valor unitário: R\$ 9,95

1º Lugar - Dial Departamento Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP.

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 07 - Caderno (Livro Ata) capa dura cor preta, tamanho 205x300mm, 200 folhas, folhas internas numeradas em papel branco 56grs/m. Marca São Domingos, Foroni ou Similar. Quantidade: 30 unidades.

Valor unitário: R\$ 13,70

1º Lugar - Dial Departamento Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP.

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 08 - Caderno (Livro Protocolo correspondência) capa dura preta, tamanho 154x216mm, folhas internas papel branco 63grs/m com 104 folhas. Marca São Domingos, Foroni ou similar. Quantidade: 30 unidades.

Valor unitário: R\$ 13,45

1º Lugar - Dial Departamento Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP.

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 09 - Caixa para arquivo morto, confeccionada em papelão de gramatura mínima de 400g/m², cor parda, abertura no topo. Medindo aproximadamente 360x250x135 mm. Quantidade: 1000 unidades.

Valor unitário: R\$ 4,49

1º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP.

2º Lugar - Dial Departamento Eireli - EPP

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 10 - Caixa em acrílico para correspondência - Papeleira articulável tripla de mesa. Quantidade: 20 unidades.

Valor unitário: R\$ 78,60

1º Lugar - ADL Comercial Eireli - EPP.

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP.

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 11 - Calculadora de mesa, 8 dígitos. Quantidade: 30 unidades.

Valor unitário: R\$ 19,80

1º Lugar - ADL Comercial Eireli - EPP.

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP.

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 12 - Caneta (pincel) para quadro branco, vidro ou superfícies não porosas cor Preta. Marca Faber Castell, Bic, CIS ou similar. Quantidade: 30 unidades

Valor unitário: R\$ 9,30

1º Lugar - Dial Departamento Eireli - EPP

2º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

3º Lugar - JLM - Comercio de Produtos Alimentícios Ltda. - ME

Item 13 - Caneta (pincel) para quadro branco, vidro ou superfícies não porosas cor Azul. Marca Faber Castell, BIC, CIS ou similar. Quantidade: 30 unidades.

Valor unitário: R\$ 9,30

1º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP.

2º Lugar - Dial Departamento Eireli - EPP

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 14 - Caneta (pincel) para quadro branco, vidro ou superfícies não porosas cor vermelha. Marca Faber Castell, BIC, CIS ou similar. Quantidade: 30 unidades.

Valor unitário: R\$ 9,30

1º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP.

2º Lugar - Dial Departamento Eireli - EPP

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 15 - Caneta esferográfica cor azul, material plástico transparente, corpo sextavado e ponteira metálica. Esfera de tungstênio, escrita fina, padrão BIC ou similar. Caixa com 50 unidades. Quantidade: 10 caixas.

Valor unitário: R\$ 100,00

1º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP.

2º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

3º Lugar - Dial Departamento Eireli - EPP

Item

16 - Caneta esferográfica cor preta, material plástico transparente,

corpo sextavado e ponteira metálica. Esfera de tungstênio, escrita fina, padrão Bic ou similar. Caixa com 50 unidades. Quantidade: 10 caixas.

Valor unitário: R\$ 100,00

1º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP.

2º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

3º Lugar - Dial Departamento Eireli - EPP

Item 17 - Caneta esferográfica cor vermelha, material plástico Transparente, corpo sextavado e ponteira metálica. Esfera de tungstênio, escrita fina, padrão BIC ou similar. Caixa com 50 unidades. Quantidade: 6 caixas.

Valor unitário: R\$ 100,00

1º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP.

2º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

3º Lugar - Dial Departamento Eireli - EPP

Item 18 - Caneta esferográfica, material plástico transparente. Escrita grossa. Cor preta, padrão BIC ou similar. Caixa com 50 unidades. Quantidade: 6 caixas.

Valor unitário: R\$ 58,00

1º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP.

2º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

3º Lugar - Dial Departamento Eireli - EPP

Item 19 - Caneta esferográfica, material plástico transparente. Escrita grossa, padrão BIC ou similar. Cor azul. Caixa com 50 unidades. Quantidade: 6 caixas.

Valor unitário: R\$ 58,00

1º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP.

2º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

3º Lugar - Dial Departamento Eireli - EPP

Item 20 - Caneta marca texto amarela caixa com 12 unidades. Marca Faber Castell, Bic, CIS ou similar. Quantidade: 10 caixas.

Valor unitário: R\$ 24,90

1º Lugar - ADL Comercial Eireli - EPP.

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP.

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 21 - Caneta marca texto verde, caixa com 12 unidades. Marca Faber Castell, BIC, CIS ou similar. Quantidade: 10 caixas.

Valor unitário: R\$ 24,90

1º Lugar - ADL Comercial Eireli - EPP.

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP.

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 22 - Caneta marca texto rosa, caixa com 12 unidades. Marca Faber Castell, BIC, CIS ou similar. Quantidade: 10 caixas.

Valor unitário: R\$ 24,90

1º Lugar - ADL Comercial Eireli - EPP.

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP.

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 23 - Caneta marca texto laranja, caixa com 12 unidades. Marca Faber Castell, BIC, CIS ou similar. Quantidade: 10 caixas.

Valor unitário: R\$ 24,90

1º Lugar - ADL Comercial Eireli - EPP.

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP.

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item

24 - Cartucho de tinta original - HP 122C. Quantidade: 10 unidades.

Valor unitário: R\$ 55,39

1º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP.

2º Lugar - Printblu Comercio e Serviços Ltda - ME

3º Lugar - ADL Comercial Eireli - EPP.

Item 25 - Cartucho de tinta original - HP 122B. Quantidade: 10 unidades.

Valor unitário: R\$ 47,25

1º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP.

2º Lugar - Printblu Comercio e Serviços Ltda - ME

3º Lugar - ADL Comercial Eireli - EPP

Item 26 - Cartucho de tinta original - HP 27. Quantidade: 10 unidades.

Valor unitário: R\$ 53,11

1º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP.

2º Lugar - Printblu Comercio e Serviços Ltda - ME

3º Lugar - ADL Comercial Eireli - EPP

Item 27 - Cartucho de tinta original - HP 28. Quantidade: 10 unidades.

Valor unitário: R\$ 73,30

1º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP.

2º Lugar - Printblu Comercio e Serviços Ltda - ME

3º Lugar - ADL Comercial Eireli - EPP

Item 28 - Cartucho de tinta original - HP 21. Quantidade: 10 unidades.

Valor unitário: R\$ 49,70

1º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP.

2º Lugar - Printblu Comercio e Serviços Ltda - ME

3º Lugar - ADL Comercial Eireli - EPP

Item 29 - Cartucho de tinta original - HP 22. Quantidade: 10 unidades.

Valor unitário: R\$ 62,75

1º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP.

2º Lugar - Printblu Comercio e Serviços Ltda - ME

3º Lugar - ADL Comercial Eireli - EPP

Item 30 - Cartucho de tinta original - HP 60C. Quantidade: 10 unidades

Valor unitário: R\$ 72,50

1º Lugar - Printblu Comercio e Serviços Ltda - ME

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

3º Lugar - ADL Comercial Eireli - EPP

Item 31 - Cartucho de tinta original - HP 60B. Quantidade: 10 unidades.

Valor unitário: R\$ 62,00

1º Lugar - Printblu Comercio e Serviços Ltda - ME

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

Lugar - ADL Comercial Eireli - EPP

Item 32 - Cartucho (toner) original 285ª. Quantidade: 10 unidades.

Valor unitário: R\$ 196,00

1º Lugar - Printblu Comercio e Serviços Ltda - ME

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

3º Lugar - ADL Comercial Eireli - EPP

Item 33 - CD-R, capacidade de 700MB com duração de 80 minutos, tubo com 100 unidades. Quantidade: 1 tubo.

Valor unitário: R\$ 82,00

1º Lugar - Dial Departamento Eireli - EPP

2º Lugar - Printblu Comercio e Serviços Ltda - ME

3º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

Item 34 - Cesto plástico para lixo, 12 litros. Quantidade: 50 unidades.

Valor unitário: R\$ 30,50

1º Lugar - Dial Departamento Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 35 - Clips niquelado tamanho 2/0, formato paralelo. Caixa com 100 unidades. Quantidade: 20 caixas

Valor unitário: R\$ 2,44

1º Lugar - ADL Comercial Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 36 - Clips niquelado tamanho 3/0, formato paralelo. Caixa com 100 unidades. Quantidade: 20 caixas

Valor unitário: R\$ 3,45

1º Lugar - ADL Comercial Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 37 - Clips niquelado tamanho 4/0, formato paralelo. Caixa com 100 unidades. Quantidade: 20 caixas

Valor unitário: R\$ 3,20

1º Lugar - ADL Comercial Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 38 - Clips niquelado tamanho 6/0, formato paralelo. Caixa com 100 unidades. Quantidade: 20 caixas

Valor unitário: R\$ 3,68

1º Lugar - ADL Comercial Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 39 - Clips niquelado tamanho 8/0, formato paralelo. Caixa com 100 unidades. Quantidade: 20 caixas

Valor unitário: R\$ 5,95

1º Lugar - ADL Comercial Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 40 - Cola branca à base de PVA lavável, líquida para aplicação em papéis e materiais porosos, frasco com bico dosador, tubo de 90 gramas. Quantidade: 20 unidades.

Valor unitário: R\$ 2,47

1º Lugar - ADL Comercial Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 41 - Cola em bastão para papéis com secagem rápida e atóxica com 8 gramas. Quantidade: 30 unidades.

Valor unitário: R\$ 3,65

1º Lugar - ADL Comercial Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 42 - Corretivo líquido branco à base d'água com 18 ml. Quantidade: 30 unidades.

Valor unitário: R\$ 2,78

1º Lugar - ADL Comercial Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 43 - DVD-R, capacidade de 4.7GB com duração de 120 minutos, tubo com 100 unidades. Quantidade: 1 tubo.

Valor unitário: R\$ 113,00

1º Lugar - Printblu Comercio e Serviços Ltda - ME

2º Lugar - Dial Departamento Eireli - EPP

3º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

Item 44 - Elástico látex tipo bancário com 1.000 gramas. Quantidade: 5 pacotes.

Valor unitário: R\$ 32,50

1º Lugar - Dial Departamento Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 45 - Envelope saco pardo 26x36 cm. Quantidade: 500 unidades.

Valor unitário: R\$ 0,26

1º Lugar - ADL Comercial Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

3º Lugar - Dial Departamento Eireli - EPP

Item 46 - Envelope branco 18x25 cm. Quantidade: 500 unidades

Valor unitário: R\$ 0,29

1º Lugar - ADL Comercial Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 47 - Envelope plástico transparente para documento com 4 furos, para folha ofício, espessura extra médio 0,15mm. Medidas 240 mm x 330 mm. Caixa contendo 500 unidades. Marca Acrimet, ACP ou similar. Quantidade: 20 caixas

Valor unitário: R\$ 205,00

1º Lugar - Dial Departamento Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 48 - Estilete largo com lâmina retrátil, corpo plástico, lâmina em aço com tratamento anti-ferrugem e trava. Quantidade: 30 unidades.

Valor unitário: R\$ 6,48

1º Lugar - ADL Comercial Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 49 - Etiquetas adesivas brancas 2x10 cm, formato retangular. Caixa com 20 folhas, tamanho A4. Quantidade: 10 caixas.

Valor unitário: R\$ 45,50

1º Lugar - Dial Departamento Eireli - EPP

2º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

3º Lugar - ADL Comercial Eireli - EPP

Item 50 - Extrator de grampos, em metal, com aproximadamente 15 cm. Quantidade: 30 unidades.

Valor unitário: R\$ 1,93

1º Lugar - ADL Comercial Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 51 - Fita adesiva transparente, monoface, dimensões 25 mm x 50 metros. Quantidade: 50 unidades.

Valor unitário: R\$ 9,40

1º Lugar - Dial Departamento Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 52 - Fita adesiva, transparente, monoface, dimensões 12mmx50m. Marca Durex ou similar. Quantidade: 50 unidades.

Valor unitário: R\$ 2,15

1º Lugar - Dial Departamento Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 53 - Fita adesiva transparente, monoface, dimensões 0,48mmx50metros. Marca Durex ou Similar. Quantidade: 50 unidades.

Valor unitário: R\$ 3,65

1º Lugar - Dial Departamento Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 54 - Fita adesiva crepe, monoface dimensões 0,48mmX-50metros. Marca Adere ou Similar. Quantidade: 50 unidades.

Valor unitário: R\$ 6,85

1º Lugar - Dial Departamento Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 55 - Grafite 0,5 mm HB. Quantidade: 48 unidades.

Valor unitário: R\$ 3,00

1º Lugar - ADL Comercial Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 56 - Grafite 0,7 mm HB. Quantidade: 48 unidades.

Valor unitário: R\$ 2,75

1º Lugar - ADL Comercial Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 57 - Grampo trilho plástico, em polietileno fêmea/macho, com 50 unidades. Quantidade: 25 pacotes.

Valor unitário: R\$ 5,54

1º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

2º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

3º Lugar - Dial Departamento Eireli - EPP

Item 58 - Grampo para grampeador 26/6, galvanizado, caixa com 5.000 unidades. Quantidade: 15 caixas.

Valor unitário: R\$ 5,50

1º Lugar - ADL Comercial Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 59 - Grampeador de mesa grande, para 100 folhas, estrutura metálica resistente e com ajuste de profundidade. Quantidade: 5 unidades.

Valor unitário: R\$ 58,80

1º Lugar - ADL Comercial Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 60 - Grampeador tipo 26/6 de metal com capacidade para 20 folhas. Quantidade: 25 unidades.

Valor unitário: R\$ 21,63

1º Lugar - ADL Comercial Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 61 - Lápis grafite HB nº 02. Quantidade: 100 unidades.

Valor unitário: R\$ 0,68

1º Lugar - ADL Comercial Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 62 - Lapiseira 0,5 mm com ponteira retrátil, parte inferior emborrachada e borracha giratória substituível. Quantidade: 50 unidades.

Valor unitário: R\$ 8,00

1º Lugar - ADL Comercial Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 63 - Lapiseira 0,7 mm com ponteira retrátil, parte inferior emborrachada e borracha giratória substituível. Quantidade: 50 unidades.

Valor unitário: R\$ 8,80

1º Lugar - ADL Comercial Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 64 - Livro protocolo com 100 folhas. Quantidade: 10 unidades.

Valor unitário: R\$ 11,10

1º Lugar - Dial Departamento Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 65 - Mouse óptico USB. Quantidade: 20 unidades.

Valor unitário: R\$ 23,50

1º Lugar - Dial Departamento Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 66 - Mouse óptico PS2. Quantidade: 20 unidades.

Valor unitário: R\$ 14,40

1º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

2º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 67 - Porta Chaves e Organizador de chaves, com chaveiros com etiquetas, cores diversas, 48 chaveiros e etiquetas. Quantidade: 5 unidades.

Valor unitário: R\$ 65,00

1º Lugar - ADL Comercial Eireli - EPP

Item 68 - Chaveiros com etiquetas de identificação apresentação embalagem com 48 chaveiros. Quantidade: 5 potes.

Valor unitário: R\$ 27,50

1º Lugar - ADL Comercial Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

Item 69 - Papel A4, material papel alcalino, comprimento 297 mm, largura 210 mm, gramatura 75g/m². Extra branco, com mesma textura em ambas as faces, embalado em material resistente e contra umidade. Caixa com 10 resmas. Marca Chamex ou similar. Quantidade: 80 caixas

Valor unitário: R\$ 130,00

1º Lugar - Dial Departamento Eireli - EPP

2º Lugar - Printblu Comercio e Serviços Ltda - ME

3º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

Item 70 - Papel A4, material papel reciclado, comprimento 297mm, largura 210mm, mesma textura em ambas as faces, embalado em material resistente e contra umidade. Caixa com 10 resmas. Marca Chamex ou Similar. Quantidade: 40 caixas.

Valor unitário: R\$ 139,50

1º Lugar - Dial Departamento Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 71 - Pasta Brasil plástica com elástico. Quantidade: 30 unidades.

Valor unitário: R\$ 2,25

1º Lugar - Dial Departamento Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 72 - Pasta grampo trilho plástico, marca Polibrás ou similar. Quantidade: 40 unidades.

Valor unitário: R\$ 1,99

1º Lugar - Dial Departamento Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

3º Lugar - JLM - Comercio de Produtos Alimentícios Ltda. - ME

Item 73 - Pasta sanfonada A4 com 31 divisões. Quantidade: 30 unidades.

Valor unitário: R\$ 45,00

1º Lugar - Dial Departamento Eireli - EPP

2º Lugar - JLM - Comercio de Produtos Alimentícios Ltda. - ME

3º Lugar - ADL Comercial Eireli - EPP

Item 74 - Pasta suspensa em cartão, com visor, etiqueta haste plástica e grampo plástico. Abas coladas internamente com 6 posições para visor e etiqueta. Gramatura 336g/m². Quantidade: 200 unidades.

Valor unitário: R\$ 3,35

1º Lugar - Dial Departamento Eireli - EPP

2º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

3º Lugar - ADL Comercial Eireli - EPP

Item 75 - Pasta plástica com aba elástica. Marca Polibrás ou similar. Quantidade: 50 unidades.

Valor unitário: R\$ 3,80

1º Lugar - Dial Departamento Eireli - EPP

2º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

3º Lugar - JLM - Comercio de Produtos Alimentícios Ltda. - ME

Item 76 - Pasta de grampo trilho em material à base de polipropileno. Quantidade: 50 unidades.

Valor unitário: R\$ 2,45

1º Lugar - Dial Departamento Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 77 - Pasta Catalogo, constituída de capa e contracapa, individual, revestida em polipropileno, com visor frontal, ferragens niquelada, cor preta c/100 folhas plástica, Marca CHIES. Quantidade: 200 unidades.

Valor unitário: R\$ 22,50

1º Lugar - Dial Departamento Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 78 - Pen-drive com capacidade para armazenar 8GB. Quantidade: 20 unidades.

Valor unitário: R\$ 22,00

1º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

2º Lugar - ADL Comercial Eireli - EPP

3º Lugar - Printblu Comercio e Serviços Ltda - ME

Item 79 - Perfurador de papel com 2 furos para 20 folhas. Quantidade: 10 unidades.

Valor unitário: R\$ 28,50

1º Lugar - ADL Comercial Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 80 - Carregador bivolt, conjugado para pilhas tamanho AAA e AA. Sony ou Similar. Quantidade: 4 unidades.

Valor unitário: R\$ 55,58

1º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

2º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

3º Lugar - Dial Departamento Eireli - EPP

Item 81 - Pilhas pequena AA, recarregável, embalagem com 02 unidades. Marca Sony ou Similar. Quantidade: 10 pacotes.

Valor unitário: R\$ 39,00

1º Lugar - Dial Departamento Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 82 - Pilhas palito AAA, recarregável embalagem com 04 unidades. Marca Sony ou similar. Quantidade: 10 pacotes.

Valor unitário: R\$ 19,00

1º Lugar - Dial Departamento Eireli - EPP

2º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

3º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

Item 83 - Pilhas alcalina pequena AA, embalagem com 2 unidades. Quantidade: 20 pacotes.

Valor unitário: R\$ 5,30

1º Lugar - Dial Departamento Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 84 - Pilhas alcalina palito AAA, embalagem com 4 unidades. Quantidade: 20 pacotes.

Valor unitário: R\$ 11,10

1º Lugar - Dial Departamento Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 85 - Pincel atômico Preto. Quantidade: 20 unidades.

Valor unitário: R\$ 4,30

1º Lugar - ADL Comercial Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 86 - Pincel atômico vermelho. Quantidade: 20 unidades.

Valor unitário: R\$ 4,30

1º Lugar - ADL Comercial Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 87 - Pincel atômico azul. Quantidade: 20 unidades.

Valor unitário: R\$ 4,30

1º Lugar - ADL Comercial Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 88 - Porta objetos - caneta/lembrete/clipes. Quantidade: 20 unidades.

Valor unitário: R\$ 20,50

1º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

2º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

3º Lugar - Dial Departamento Eireli - EPP

Item 89 - Prancheta ofício MDF com prendedor de metal. Quantidade: 100 unidades.

Valor unitário: R\$ 13,20

1º Lugar - ADL Comercial Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 90 - Prendedor de papel 32mm. Tipo grampomol. Caixa 12 unidades. Quantidade: 100 unidades.

Valor unitário: R\$ 7,10

1º Lugar - Dial Departamento Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

3º Lugar - JLM - Comercio de Produtos Alimentícios Ltda. - ME

Item 91 - Régua 30 cm em poliestireno com marcação de centímetros e milímetros. Quantidade: 50 unidades.

Valor unitário: R\$ 1,80

1º Lugar - ADL Comercial Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 92 - Teclado padrão PS2 para microcomputador. Quantidade: 30 unidades.

Valor unitário: R\$ 18,90

1º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

2º Lugar - Printblu Comercio e Serviços Ltda - ME

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 93 - Teclado padrão USB para microcomputador. Quantidade: 30 unidades.

Valor unitário: R\$ 17,80

1º Lugar - Dial Departamento Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

3º Lugar - Printblu Comercio e Serviços Ltda - ME

Item 94 - Tesoura de uso geral, cabo anatômico, com 21 cm. Quantidade: 30 unidades.

Valor unitário: R\$ 19,20

1º Lugar - ADL Comercial Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 95 - Tinta para carimbo automático, cor preta, à base d'água, frasco com 30 ml. Quantidade: 10 unidades.

Valor unitário: R\$ 8,00

1º Lugar - Dial Departamento Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 96 - Visor plástico e etiqueta para pastas suspensas, caixa contendo 50 visores e 50 etiquetas. Marca Dello ou similar. Quantidade: 5 caixas.

Valor unitário: R\$ 10,50

1º Lugar - Dial Departamento Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 97 - Umedecedor de dedos cremoso para manuseio de papéis, embalagem contendo 12 gramas. Quantidade: 10 unidades.

Valor unitário: R\$ 3,68

1º Lugar - ADL Comercial Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 98 - Grampeador Industrial 106. Quantidade: 3 unidades.

Valor unitário: R\$ 66,80

1º Lugar - Dial Departamento Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

3º Lugar - ADL Comercial Eireli - EPP

Item 99 - Pasta AZ Lombo Largo. Quantidade: 40 unidades.

Valor unitário: R\$ 10,00

1º Lugar - Dial Departamento Eireli - EPP

2º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Item 100 - Papel Triplex 250grs, formato A4. Embalagem com 100 Folhas. Quantidade: 10 pacotes.

Valor unitário: R\$ 23,23

1º Lugar - Elmo Papelaria Ltda - EPP

Item 101 - Mouse pad. Quantidade: 10 unidades.

Valor unitário: R\$ 15,00

1º Lugar - Printblu Comercio e Serviços Ltda - ME

2º Lugar - Dial Departamento Eireli - EPP

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. - ME

Pagamento: O pagamento será efetuado em 28 (vinte e oito) dias após a apresentação da respectiva Nota Fiscal.

Recursos Orçamentários: Estão previstos no orçamento da Companhia de Urbanização de Blumenau.

Vigência da Ata de Registro de Preços: Validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Blumenau, 15 de outubro de 2014.

PREGÃO Nº 006/022/2014 - URB
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Partes: Companhia de Urbanização de Blumenau - URB, Loja Centro Anúncios e Publicações Ltda, W&M Publicidade Ltda - EPP.

Objeto: Prestação de serviços de publicação de atos oficiais da Companhia de Urbanização de Blumenau, no Diário oficial do Estado e Jornal de grande circulação diária Regional.

Fundamentação Legal: Pregão Presencial n.º 22/2014 de 13 de outubro de 2014 - De acordo com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2.002 e alterações.

Valor Registrado: De acordo com a respectiva classificação:
Item 01 - Veiculação de Publicações Oficiais no Diário Oficial do Estado. Quantidade: 300 cm x col.

Valor unitário: R\$ 54,00

1º Lugar - Loja Centro Anúncios e Publicações Ltda.

2º Lugar - W & M Publicidades Ltda. - EPP.

Item 02 - Veiculação de Publicações Oficiais em Jornal de Grande Circulação Diária Regional. Quantidade: 350 cm x col.

Valor unitário: R\$ 64,50

1º Lugar - Loja Centro Anúncios e Publicações Ltda.

2º Lugar - W & M Publicidades Ltda. - EPP.

Pagamento: O pagamento será efetuado em 28 (vinte e oito) dias após a apresentação da respectiva Nota Fiscal.

Recursos Orçamentários: Estão previstos no orçamento da Companhia de Urbanização de Blumenau.

Vigência da Ata de Registro de Preços: Validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Blumenau, 05 de novembro de 2014.

PREGÃO Nº 006/022/2014 - URB
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Partes: Companhia de Urbanização de Blumenau - URB, Loja Centro Anúncios e Publicações Ltda, W&M Publicidade Ltda - EPP.

Objeto: Prestação de serviços de publicação de atos oficiais da Companhia de Urbanização de Blumenau, no Diário oficial do Estado e Jornal de grande circulação diária Regional.

Fundamentação Legal: Pregão Presencial n.º 22/2014 de 13 de outubro de 2014 - De acordo com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2.002 e alterações.

Valor Registrado: De acordo com a respectiva classificação:

Item 01 - Veiculação de Publicações Oficiais no Diário Oficial do Estado. Quantidade: 300 cm x col.

Valor unitário: R\$ 54,00

1º Lugar - Loja Centro Anúncios e Publicações Ltda.

2º Lugar - W & M Publicidades Ltda. - EPP.

Item 02 - Veiculação de Publicações Oficiais em Jornal de Grande Circulação Diária Regional. Quantidade: 350 cm x col.

Valor unitário: R\$ 64,50

1º Lugar - Loja Centro Anúncios e Publicações Ltda.

2º Lugar - W & M Publicidades Ltda. - EPP.

Pagamento: O pagamento será efetuado em 28 (vinte e oito) dias após a apresentação da respectiva Nota Fiscal.

Recursos Orçamentários: Estão previstos no orçamento da Companhia de Urbanização de Blumenau.

Vigência da Ata de Registro de Preços: Validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Blumenau, 05 de novembro de 2014.

PREGÃO Nº 006/023/2014 - URB
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Partes: Companhia de Urbanização de Blumenau - URB e More Sinalização e Construção Ltda.

Sinco Sinalização e Comunicação Ind. Com. Ltda.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de implantação de sinalização horizontal/vertical em ruas e avenidas do Município de Blumenau/SC, com fornecimento de material

Fundamentação Legal: Pregão Presencial n.º 23/2013 de 14 de outubro de 2014 - De acordo com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2.002 e alterações.

Valor Registrado: De acordo com a respectiva classificação:

Item 01 - LOTE I - SINALIZAÇÃO HORIZONTAL

ITEM	QTDE.	UNID.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	PREÇO MÉDIO R\$	
				MÉDIO UNITÁRIO	MÉDIO TOTAL
1	4000	m2	Serviço de demarcação viária com tinta a base de resina acrílica padrão NBR 11862 nas cores branca, amarela ou vermelha, por aplicação mecânica com 0,6mm de espessura (úmida) com micro esferas tipo I-B e tipo II-A (NBR 6831) nas taxas especificadas para a sinalização de eixos e bordos de acordo com a NBR 15405	R\$ 20,25	R\$ 81.000,00
2	3000	m2	Serviço de demarcação viária com tinta a base de resina acrílica padrão NBR 11862 nas cores branca ou amarela por aplicação manual com 0,6mm de espessura (úmida) com micros esferas tipo I-B e tipo II-A (NBR 6831) nas taxas especificadas para sinalização de faixas de pedestres, retenções, setas, letras, símbolos e zebrações de acordo com a NBR 15405.	R\$ 20,85	R\$ 62.550,00
3	50	unid.	Serviço de fornecimento e colocação de tachão monodirecional na cor amarela, com elementos refletivos amarelos (NBR 15576).	R\$ 35,44	R\$ 1.772,00

4	1.050	unid.	Serviço de fornecimento e colocação de tachão bi-direcional na cor amarela, com elementos refletivos amarelos (NBR 15576).	R\$ 36,64	R\$ 38.472,00
5	360	unid.	Serviço de fornecimento e colocação de tachão monodirecional na cor branca, com elementos refletivos brancos (NBR 15576).	R\$ 35,46	R\$ 12.765,60
6	360	unid.	Serviço de fornecimento e colocação de tachão bi-direcional na cor branca, com elementos refletivos brancos (NBR 15576).	R\$ 37,44	R\$ 13.478,40
7	720	unid.	Serviço de fornecimento e colocação de tachão bi-direcional na cor branca, com elementos refletivos vermelhos (NBR 15576).	R\$ 37,95	R\$ 27.324,00
8	120	M	Serviço de fornecimento e implantação de defesa metálica pintada, composto de perfil metálico semimaleável simples, incluindo poste se sustentação, espaçador, elementos de fixação e terminais aéreos, com materiais no padrão NBR 6970, projeto e implantação no padrão NBR 6971 e zincagem por imersão a quente atendendo à norma NBR 6323).	R\$ 271,15	R\$ 32.538,00
VALOR TOTAL ESTIMADO LOTE I				R\$ 495,18	R\$ 269.900,00

1º Lugar - More Sinalização e Construção Ltda.

2º Lugar - Sinco Sinalização e Comunicação Ind. Com. Ltda.

Item 02 - LOTE II - SINALIZAÇÃO VERTICAL

ITEM	QTDE.	UNID.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	PREÇO MÉDIO R\$	
				MÉDIO UNITÁRIO	MÉDIO TOTAL
1	30	m2	Serviço de confecção, fornecimento e implantação de Placa de Regulamentação em chapa plana de aço, zincada (NBR 11904), com pintura de acabamento e películas (NBR 14644).	R\$ 518,54	R\$ 15.556,20
2	40	m2	Serviço de confecção, fornecimento e implantação de Placa Complementar de Regulamentação em chapa plana de aço, zincada (NBR 11904), com pintura de acabamento e películas (NBR 14644).	R\$ 518,54	R\$ 20.741,60

3	10	m2	Serviço de confecção, fornecimento e implantação de Placa Suplementar de Regulamentação em chapa plana de aço, zincada (NBR 11904), com pintura de acabamento e películas (NBR 14644).	R\$ 518,54	R\$ 5.185,40
4	35	m2	Serviço de confecção, fornecimento e implantação de Placa de Advertência em chapa plana de aço, zincada (NBR 11904), com pintura de acabamento e películas (NBR 14644).	R\$ 518,54	R\$ 18.148,90
5	30	m2	Serviço de confecção, fornecimento e implantação de Placa Complementar de Advertência em chapa plana de aço, zincada (NBR 11904), com pintura de acabamento e películas (NBR 14644).	R\$ 518,54	R\$ 15.556,20
6	10	m2	Serviço de confecção, fornecimento e implantação de Placa Indicativa de Serviços Auxiliares em chapa plana de aço, zincada (NBR 11904), com pintura de acabamento e películas (NBR 14644).	R\$ 518,54	R\$ 5.185,40
7	10	m2	Serviço de confecção, fornecimento e implantação de Placa Educativa em chapa plana de aço, zincada (NBR 11904), com pintura de acabamento e películas (NBR 14644).	R\$ 518,54	R\$ 5.185,40
8	10	m2	Serviço de confecção, fornecimento e implantação de Placa Indicativa/Turística em chapa plana de aço, zincada (NBR 11904), com pintura de acabamento e películas (NBR 14644).	R\$ 518,54	R\$ 5.185,40
9	250	unid.	Serviço de fornecimento e implantação de suporte (balisa) para fixação de placas (NBR 14890), em tubo de aço carbono, com diâmetro 1.1/2" e parede de 3,35mm de espessura, inclusive arruelas, porcas e parafusos galvanizados.	R\$ 169,00	R\$ 42.250,00
10	10	unid.	Serviço de fornecimento e implantação de semi-pórticos em tubo de aço carbono, com diâmetro coluna/braço de 114,3mm/101,6mm e parede de 5,6mm/5,0mm de espessura, inclusive arruelas, porcas e parafusos galvanizados.	R\$ 2.800,00	R\$ 28.000,00

11	50	M	Serviço de fornecimento e implantação de fita de aço inox 3/4" x 0,6mm para fixação de placas em postes de iluminação pública, inclusive arruelas, porcas e parafusos galvanizados.	R\$ 42,21	R\$ 2.110,50
12	15	unid.	Serviço de relocação de placas	R\$ 93,00	R\$ 1.395,00
VALOR TOTAL ESTIMADO LOTE II				R\$ 7.252,53	R\$ 164.500,00

1º Lugar - More Sinalização e Construção Ltda.

2º Lugar - Sinco Sinalização e Comunicação Ind. Com. Ltda.

Pagamento: O pagamento será efetuado em 28 (vinte e oito) dias após a apresentação da respectiva Nota Fiscal.

Recursos Orçamentários: Estão previstos no orçamento da Companhia de Urbanização de Blumenau.

Vigência da Ata de Registro de Preços: A vigência é de 12 meses, a contar da assinatura.

Blumenau, 31 de outubro de 2014.

PREGÃO Nº 006/025/2014 - URB

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Partes: Companhia de Urbanização de Blumenau - URB e
Auto Mecânica EJ Ltda EPP
Auto Mecânica Itanorte Ltda ME
MDM Comercio e Serviços Ltda EPP

Objeto: Prestação de serviços de manutenção corretiva da frota de veículos leves, pesados e máquinas da Companhia de Urbanização de Blumenau, com fornecimento de mão-de-obra, peças e acessórios.

Fundamentação Legal: Pregão Presencial n.º 25/2014 de 23 de outubro de 2014 - De acordo com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2.002 e alterações.

Valor Registrado: De acordo com a respectiva classificação:

LOTE - I VEÍCULOS LEVES

Serviços de Mecânica em geral com fornecimento de peças e acessórios. Quantidade: 2.000 horas.
Valor Unitário Hora: R\$ 23,00
Sistemas elétricos, com fornecimento de peças e acessórios. Quantidade: 2.000 horas
Valor Unitário hora: R\$ 35,00
Valor do percentual de desconto (peças e acessórios) 5%
1º Lugar - Auto Mecânica EJ Ltda Epp
2º Lugar - Motors By Péricles Oficina Automotiva Ltda. EPP

Lote - II - VEÍCULOS PESADOS

Serviços de Mecânica em geral com fornecimento de peças e acessórios. Quantidade: 2.000 horas.
Valor Unitário Hora: R\$ 60,00
Sistemas elétricos, com fornecimento de peças e acessórios. Quantidade: 2.000 horas
Valor Unitário hora: R\$ 60,00
Valor do percentual de desconto (peças e acessórios) 5%

1º Lugar - Auto Mecânica Itanorte Ltda. EPP
2º Lugar - M.D.M. Comercio e Serviços Ltda. EPP

LOTE III - MAQUINAS PESADAS

Serviços de Mecânica em geral com fornecimento de peças e acessórios. Quantidade: 1.000 horas.
Valor Unitário Hora: R\$ 83,00
Sistemas elétricos, com fornecimento de peças e acessórios. Quantidade: 1.000 horas
Valor Unitário hora: R\$ 78,00
Valor do percentual de desconto (peças e acessórios) 5%
1º Lugar - M.D.M. Comercio e Serviços Ltda. EPP

Pagamento: O pagamento será efetuado em 28 (vinte e oito) dias após a apresentação da respectiva Nota Fiscal.

Recursos Orçamentários: Estão previstos no orçamento da Companhia de Urbanização de Blumenau.

Vigência da Ata de Registro de Preços: A vigência é de 12 meses, a contar da assinatura.

Blumenau, 27 de outubro de 2014.

PREGÃO Nº 006/026/2014 - URB

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Partes: Companhia de Urbanização de Blumenau - URB, Cenci Equipamentos de Segurança Ltda. ME, FC Comercio de Ferragens Ltda. ME, Foot Artigos Esportivos Ltda. ME, Fornecedora Comercio Textil Ltda. ME, Mastersul Equipamentos de Segurança Ltda, MCE Baumgarten Materiais de Construção Ltda. EPP, Rio Distribuidora Ltda, WL Industria E Comercio Ltda.

Objeto: Aquisição de material de segurança e equipamentos de proteção individual (Epi's).

Fundamentação Legal: Pregão Presencial n.º 26/2014 de 24 de outubro de 2014 - De acordo com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2.002 e alterações.

Valor Registrado: De acordo com a respectiva classificação:

Item 01 - Óculos de proteção lente incolor, anti risco em policarbonato antiembaçante com proteção lateral e haste regulável. Proteção dos olhos contra impactos de partículas volantes multidirecionais. Marca: Danny, Vicsa, Steelpro, Supersafety ou similar. Quantidade: 3000 pcs.
Valor Unitário: R\$ 2,14
1º Lugar - Mastersul Equipamentos de Segurança Ltda
2º Lugar - Cenci Equipamentos de Segurança Ltda. ME
3º Lugar - MCE Baumgarten Materiais de Construção Ltda. EPP

Item 02 - Óculos de proteção lente cinza, anti risco em policarbonato antiembaçante com proteção lateral e haste regulável. Proteção dos olhos contra luminosidade, impactos de partículas volantes multidirecionais. Marca: Danny, Vicsa, Steelpro, Supersafety ou similar. Quantidade: 3000 pcs
Valor Unitário: R\$ 2,14
1º Lugar - Mastersul Equipamentos de Segurança Ltda
2º Lugar - Cenci Equipamentos de Segurança Ltda. ME
3º Lugar - MCE Baumgarten Materiais de Construção Ltda. EPP

Item 03 - Óculos de proteção modelo esportivo lente incolor, anti risco em policarbonato haste fixa produzido de acordo com a norma ANSI Z87.1/2003. Marca: 3M, MSA, Vicsa, Supersafety ou similar. Quantidade: 150 pcs.
Valor Unitário: R\$ 2,15

1º Lugar - Mastersul Equipamentos de Segurança Ltda
 2º Lugar - MCE Baumgarten Materiais de Construção Ltda. EPP
 3º Lugar - Cenci Equipamentos de Segurança Ltda. ME

Item 04 - Óculos de proteção modelo esportivo lente cinza, anti risco em policarbonato haste fixa produzido de acordo com a norma ANSI Z87.1/2003. MARCA 3M, MAS, Vicsa, supersafety ou similar. Quantidade: 150 pçs.

Valor Unitário: R\$ 2,49

1º Lugar - Mastersul Equipamentos de Segurança Ltda
 2º Lugar - Cenci Equipamentos de Segurança Ltda. ME
 3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. ME

Item 05 - Óculos de segurança modelo ampla-visão constituído de armação confeccionada em uma única peça de material plástico rígido (polipropileno) recoberto com borracha/silicone para vedação, que se acomoda à face do usuário, com sistema de ventilação indireta, tirante elástico, preso nas laterais da armação por meio de presilhas plásticas e visor (lente) de policarbonato incolor ou cinza. O modelo cobre toda região em torno dos olhos do usuário. Tratamento anti-embaçante. Marca: Plutão, Vonder, Carbografite, Vicsa, Danny ou similar. Quantidade: 50 pçs

Valor Unitário: R\$ 14,00

1º Lugar - Mastersul Equipamentos de Segurança Ltda
 2º Lugar - FC Comercio de Ferragens Ltda. ME
 3º Lugar - Cenci Equipamentos de Segurança Ltda. ME

Item 06 - Óculos de segurança de sobreposição, constituído de armação e visor confeccionados em uma única peça de policarbonato incolor, com meia borda superior. As hastes do tipo espátula, são confeccionadas do mesmo material da armação, possuem seis fendas para ventilação. Marca: Pró-Vision, 3M ou similar. Quantidade: 100 unidades.

Valor Unitário: R\$ 4,6

1º Lugar - MCE Baumgarten Materiais de Construção Ltda. EPP
 2º Lugar - Mastersul Equipamentos de Segurança Ltda
 3º Lugar - FC Comercio de Ferragens Ltda. ME

Item 07 - Óculos de segurança de sobreposição, constituído de armação e visor confeccionados em uma única peça de policarbonato cor cinza, com meia borda superior. As hastes do tipo espátula, são confeccionadas do mesmo material da armação, possuem seis fendas para ventilação. Marca: Pró-Vision, 3M ou similar. Quantidade: 100 unidades.

Valor Unitário: R\$ 6,10

1º Lugar - MCE Baumgarten Materiais de Construção Ltda. EPP
 2º Lugar - FC Comercio de Ferragens Ltda. ME
 3º Lugar - Cenci Equipamentos de Segurança Ltda. ME

Item 08 - Óculos maçariqueiro articulavel para proteção dos olhos contra impactos de partículas volantes e multidirecionais, fragmentos de metais faíscas e luminosidade intensa produzida durante os processos de soldagem oxi-acetileno ou de oxicorte. INCLUSO LENTES tonalidade 06 e incolor. Marca: Silo, Carbografite ou similar. Quantidade: 30 unidades.

DESERTO

Item 09 - Protetor facial incolor, lente em policarbonato com aproximadamente 200 mm de larg. X 250 mm de altura, carneira com regulagem de altura e de diâmetro com ajuste fino tipo catraca NORMA ANSI 87.1.1989. Marca: Plastcor, Novel, Ledan, Carbografite ou similar. Quantidade: 50 unidades.

Valor Unitário: R\$ 14,92

1º Lugar - Cenci Equipamentos de Segurança Ltda. M
 2º Lugar - Mastersul Equipamentos de Segurança Ltda

Item 10 - Protetor facial em tela aproximadamente 200 mm de larg. X 250 mm de altura, carneira com regulagem de altura e de diâmetro com ajuste fino tipo catraca NORMA ANSI 87.1.1989.

Marca: Kawashima, Ledan ou similar. Quantidade: 300 pçs.

Valor Unitário: R\$ 39,00

1º Lugar - Cenci Equipamentos de Segurança Ltda. ME

Item 11 - Mangote de raspa para soldador com fivela - par. Confeccionada em raspa com tiras e fivelas para ajuste, Marca: Rizzi, RT, conforto, Couro Arte ou similar. Quantidade: 30 unidades

Valor Unitário: R\$ 19,80

1º Lugar - FC Comercio de Ferragens Ltda. ME

2º Lugar - Rio Distribuidora Ltda.

3º Lugar - Cenci Equipamentos de Segurança Ltda. ME

Item 12 - Avental de segurança confeccionado em raspa, com mangas em raspa, elástico no pescoço, com tiras em raspa para ajuste na cintura e fivelas metálicas presas por costura. Um com fechamento parcial costal em elástico. Outro com proteção total nas costas. Medidas: 1,20 x 0,70 m ou 1,30 x 0,70 m. Aplicação: Proteção do usuário contra agentes abrasivos e escoriantes. Quantidade: 12 pçs.

Valor Unitário: R\$ 59,50

1º Lugar - Rio Distribuidora Ltda.

2º Lugar - Cenci Equipamentos de Segurança Ltda. ME

Item 13 - Luva de vaqueta de cobertura para luva de tensão, confeccionada em couro bovino tipo vaqueta, reforço interno na costura entre dedos polegar e indicador, reforço externo na veia do pulso. Possui tira com fivela para ajuste do dorso. Marca: Conforto, Luma, Couro Arte ou similar. Quantidade: 50 pares.

Valor Unitário: R\$ 23,00

1º Lugar - Rio Distribuidora Ltda.

2º Lugar - Mastersul Equipamentos de Segurança Ltda

3º Lugar - Cenci Equipamentos de Segurança Ltda. ME

Item 14 - Luva vaqueta punho 7 cm modelo petroleira, com reforço interno na palma e costura do dedo polegar. Possui bordas do punho em material têxtil e elástico no dorso. Tamanho GG(10) e XG(11). Marca: Bracol, Conforto, Fujiwara, Proluvas ou similar. Quantidade: 3000 pares

Valor Unitário: R\$ 13,60

1º Lugar - Mastersul Equipamentos de Segurança Ltda

2º Lugar - MCE Baumgarten Materiais de Construção Ltda. EPP

3º Lugar - Rio Distribuidora Ltda.

Item 15 - Luva vaqueta com punho de raspa de 15 a 20 cm, com reforço interno na palma e costura do dedo polegar. Tamanho GG(10) e XG(11). Marca: Bracol, Conforto, Fujiwara, Proluvas ou similar. Quantidade: 30 pares.

Valor Unitário: R\$ 15,99

1º Lugar - Mastersul Equipamentos de Segurança Ltda

2º Lugar - Rio Distribuidora Ltda.

3º Lugar - Cenci Equipamentos de Segurança Ltda. ME

Item 16 - Luva confeccionada em raspa, punho 7 cm, com reforço entre polegar e o indicador. Tamanho GG(10) e XG(11). Marca: Rizzi, Couro Forte, Luma, Conforto ou similar. Quantidade: 3000 pares.

Valor Unitário: R\$ 7,40

1º Lugar - FC Comercio de Ferragens Ltda. ME

2º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. ME

3º Lugar - Rio Distribuidora Ltda.

Item 17 - Luva Nitrílica forrada, punho 46 cm confeccionada em borracha 100% nitrílica, relevos antiderrapante na palma, face palmar e ponta dos dedos. Proteção das mãos do usuário contra riscos mecânicos e químicos. Tamanho GG(10) e XG(11). Marca: Mapa, Promat, Volk ou similar. Quantidade: 1000 pares.

Valor unitário: R\$ 11,56

1º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. ME

2º Lugar - Cenci Equipamentos de Segurança Ltda. ME

Item 18 - Luva látex forrada, confeccionada em látex natural, superfície externa antiderrapante na palma e nos dedos Tamanho M(8), G(9), GG(10) e XG(11). Marca: Danny, Leal, volk ou similar. Quantidade: 3000 pares.

Valor Unitário: R\$ 1,70

1º Lugar - MCE Baumgarten Materiais de Construção Ltda. EPP

2º Lugar - Cenci Equipamentos de Segurança Ltda. ME

3º Lugar - Rio Distribuidora Ltda.

Item 19 - Luva confeccionada em malha de algodão, 4 fios, palma e dedos com revestimento pigmentado emborrachado Tamanho GG(10) e XG(11). Marca: Bigcompras, Yeling, HSD ou similar. Quantidade: 3000 pares.

Valor Unitário: R\$ 1,32

1º Lugar - MCE Baumgarten Materiais de Construção Ltda. EPP

2º Lugar - Cenci Equipamentos de Segurança Ltda. ME

3º Lugar - Rio Distribuidora Ltda.

Item 20 - Luva de segurança tricotada em fios de poliamida (nylon)/ helanca, recoberta de poliuretano na palma e dedos; dorso descoberto; punho tricotado com elástico (alta sensibilidade) Tamanho GG(10) e XG(11). Marca: Promat, Danny, 3M, Yeling ou similar. Quantidade: 1000 pares.

Valor Unitário: R\$ 2,75

1º Lugar - FC Comercio de Ferragens Ltda. ME

2º Lugar - Cenci Equipamentos de Segurança Ltda. ME

3º Lugar - MCE Baumgarten Materiais de Construção Ltda. EPP

Item 21 - Luva de raspa com reforço, punho 15 cm, confeccionada em couro raspa, com tira de reforço externo entre o polegar e o indicador, Tamanho GG(10) e XG(11). Marca: Rizzi, Couro Arte, conforto ou similar. Quantidade: 3000 pares.

Valor Unitário: R\$ 9,05

1º Lugar - Mastersul Equipamentos de Segurança Ltda

2º Lugar - Rio Distribuidora Ltda.

3º Lugar - FC Comercio de Ferragens Ltda. ME

Item 22 - Luva antivibração- luva de segurança tricotada em algodão, recoberta em nitrilo, camada interna com gel ou acolchoamento amortecedor antivibratório, punho elástico ou com velcro. Tamanho G(9), GG(10) e XG(11). Marca: Danny, Ansell ou similar. Quantidade: 1000 pares.

Valor Unitário: R\$ 110,00

1º Lugar - Cenci Equipamentos de Segurança Ltda. ME

2º Lugar - Mastersul Equipamentos de Segurança Ltda

3º Lugar - FC Comercio de Ferragens Ltda. ME

Item 23 - Luva isolante de borracha baixa tensão - trabalho 500V pico 2.500V confeccionada em borracha isolante, com orla reforçada por enrolamento de cano da luva. Proteção das mãos do usuário contra choques elétricos. Tamanho GG(10) e XG(11) Marca: Orion, ou similar. Deverá ter CA com validade mínima de 4 anos a partir da entrega. Quantidade: 50 pares.

Valor Unitário: R\$ 195,00

1º Lugar - FC Comercio de Ferragens Ltda. ME

2º Lugar - Cenci Equipamentos de Segurança Ltda. ME

3º Lugar - Mastersul Equipamentos de Segurança Ltda

Item 24 - Luva isolante de alta tensão pico 40000 V classe 4 confeccionada em borracha isolante, com orla reforçada por enrolamento do cano da luva. Proteção das mãos do usuário contra choques elétricos Tamanho GG(10) e XG(11). Marca: Orion, ou similar. Deverá ter CA com validade mínima de 4 anos a partir da entrega. Quantidade: 20 pares.

Valor Unitário: R\$ 1.595,00

1º Lugar - Mastersul Equipamentos de Segurança Ltda

Item 25 - Luva de alta temperatura (até 400º C) sendo a parte externa tricotada em fios de aramida e a parte interna em fios de algodão, punho de raspa 40 cm, Tamanho GG(10) e XG(11). Marca: Promat, Danny ou similar. Deverá ter CA com validade mínima de 6 meses a partir da entrega.

Quantidade: 20 pares.

Valor Unitário: R\$ 57,00

1º Lugar - Cenci Equipamentos de Segurança Ltda. ME

Item 26 - Luva PVC forrada, palma áspera, confeccionada em suporte têxtil de algodão, totalmente revestida em PVC. Punho 70 cm, Tamanho GG(10) e XG(11). Marca: Promat, Plastcor HSD ou similar.

Deverá ter CA com validade mínima de 6 meses a partir da entrega.

Quantidade: 200 pares.

Valor Unitário: R\$ 16,30

1º Lugar - FC Comercio de Ferragens Ltda. ME

2º Lugar - MCE Baumgarten Materiais de Construção Ltda. EPP

3º Lugar - Mastersul Equipamentos de Segurança Ltda

Item 27 - Luva PVC forrada, palma áspera, confeccionada em suporte têxtil de algodão, totalmente revestida em PVC. Punho 15 cm, Tamanho GG(10) e XG(11). Marca: Promat, Plastcor HSD ou similar.

Deverá ter CA com validade mínima de 6 meses a partir da entrega.

Quantidade: 200 pares.

Valor Unitário: R\$ 5,45

1º Lugar - FC Comercio de Ferragens Ltda. ME

2º Lugar - MCE Baumgarten Materiais de Construção Ltda. EPP

3º Lugar - Mastersul Equipamentos de Segurança Ltda

Item 28 - Luva PVC forrada, palma áspera, confeccionada em suporte têxtil de algodão, totalmente revestida em PVC. Punho 45 cm, Tamanho GG(10) e XG(11). Marca: Promat, Plastcor HSD ou similar.

Deverá ter CA com validade mínima de 6 meses a partir da entrega.

Quantidade: 200 pares.

Valor Unitário: R\$ 9,10

1º Lugar - FC Comercio de Ferragens Ltda. ME

2º Lugar - MCE Baumgarten Materiais de Construção Ltda. EPP

3º Lugar - Mastersul Equipamentos de Segurança Ltda

Item 29 - Luva anticorte, em malha tricotada de kevlar, com 5 fios de aramida, punho com elástico se até 25 cm, ambidestra. Marca: Fiancor, yeling, Danny ou similar. Deverá ter CA com validade mínima de 6 meses a partir da entrega.

Quantidade: 3000 pares.

Valor Unitário: R\$ 26,00

1º Lugar - Cenci Equipamentos de Segurança Ltda. ME

Item 30 - Luva tricotada com banho em borracha vulcanizada ou látex natural corrugado - Luva tricotada em fios de algodão e poliéster com banho em borracha vulcanizada ou látex natural corrugado na palma e dedos. Tamanho GG(10) e XG(11) Marca: Yeling, Promat, Danny, Fiancor, ou similar. Deverá ter CA com validade mínima de 6 meses a partir da entrega.

Quantidade: 3000 pares.

Valor Unitário: R\$ 4,90

1º Lugar - FC Comercio de Ferragens Ltda. ME

2º Lugar - MCE Baumgarten Materiais de Construção Ltda. EPP

3º Lugar - Mastersul Equipamentos de Segurança Ltda

Item 31 - Respirador PFF1- poeiras e névoas- confeccionado em painéis de não-tecido, microfibras sintéticas tratadas eletrostaticamente, com clip nasal em grampos metálicos, com válvula de exalação, elástico de látex revestido em poliéster. Marca 3M, Diviseg,

Allianc, epicon, sperian, drager ou similar. Deverá ter CA com validade mínima de 6 meses a partir da entrega.

Quantidade: 500 unidades.

Valor Unitário: R\$ 1,00

1º Lugar - MCE Baumgarten Materiais de Construção Ltda. EPP

2º Lugar - Mastersul Equipamentos de Segurança Ltda

3º Lugar - FC Comercio de Ferragens Ltda. ME

Item 32 - Respirador PFF2- contra poeiras, névoas e fumos metálicos- confeccionado em painéis de não-tecido, microfibras sintéticas tratadas eletrostaticamente, com clipe nasal e grampos metálicos, com válvula de exalação, elástico de látex revestido em poliéster. Marca 3M, Diviseg, Allianc, epicon, sperian, drager ou similar. Deverá ter CA com validade mínima de 6 meses a partir da entrega.

Quantidade: 500 unidades.

Valor Unitário: R\$ 1,15

1º Lugar - MCE Baumgarten Materiais de Construção Ltda. EPP

2º Lugar - Mastersul Equipamentos de Segurança Ltda

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. ME

Item 33 - Respirador PFF2-VO contra poeiras, névoas, vapores orgânicos e fumos metálicos confeccionado em painéis de não-tecido, microfibras sintéticas tratadas eletrostaticamente, com clipe nasal e grampos metálicos, com válvula de exalação, elástico de látex revestido em poliéster. Marca 3M, Diviseg, Allianc, epicon, sperian, drager ou similar. Deverá ter CA com validade mínima de 6 meses a partir da entrega. Quantidade: 3000 unidades.

Valor Unitário: R\$ 2,15

1º Lugar - MCE Baumgarten Materiais de Construção Ltda. EPP

2º Lugar - Mastersul Equipamentos de Segurança Ltda

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. ME

Item 34 - Respirador semi-facial em silicone - Peça semifacial de silicone com assento plástico para filtros/ cartuchos tipo engate rápido, com tirantes elásticos reguláveis. Tamanhos P, M, G. Acompanhamento 01 par de cartuchos químicos para vapores orgânicos, 01 par de filtros para Poeiras/ névoas de sobrepor ao cartucho, 01 par de retentores plásticos para fixar filtro sobre cartucho, 01 par de adaptadores para cartuchos, caso seja necessário. Aceita reposição dos componentes. Marca 3M, sperian, drager, M S A, ou similar. Sempre deverá vir cartucho e filtro conforme a marca do Respirador; Sempre deverá vir filtro com suportes adequados para o modelo de Respirador. Deverá ter CA com validade mínima de 2 anos a partir da entrega. Quantidade: 30 unidades.

Valor Unitário: R\$ 128,00

1º Lugar - FC Comercio de Ferragens Ltda. ME

Item 35 - Cartucho Químico para Vapores Orgânicos. Filtro Químico Vapores Orgânicos, Para Reposição Item 34 desta Solicitação. Peso: 190g. Quantidade: 100 unidades.

Valor Unitário: R\$ 34,33

1º Lugar - FC Comercio de Ferragens Ltda. ME

2º Lugar - Mastersul Equipamentos de Segurança Ltda

3º Lugar - Cenci Equipamentos de Segurança Ltda. ME

Item 36 - Filtro mecânico para proteção contra poeiras, névoas e fumos (P2) Altura: 3.4 Inch, Comprimento: 4.2 Inch. Tipo de Produto: Filtro (Necessário uso com retentor 501) Para Reposição Item 34 desta Solicitação. Quantidade: 100 unidades.

Valor Unitário: R\$ 6,20

1º Lugar - FC Comercio de Ferragens Ltda. ME

2º Lugar - Cenci Equipamentos de Segurança Ltda. ME

Item 37 - Protetor auricular tipo plug de inserção em silicone - material em silicone farmacêutico, tipo inserção composto com 3 flanges maciças e cônicas, moldável a diferentes canas auditivas, com cordão de polipropileno ou nylon. tamanho universal ou M. (atenuação mínima NRRsf 15dB, desejável NRRsf 17 dB). Marca

Pomp, Sperian, Maxxi Royal ou similar. Deverá ter CA com validade mínima de 6 meses a partir da entrega. Quantidade: 3000 unidades.

Valor Unitário: R\$ 0,73

1º Lugar - Mastersul Equipamentos de Segurança Ltda

2º Lugar - Rio Distribuidora Ltda.

3º Lugar - Cenci Equipamentos de Segurança Ltda. ME

Item 38 - Protetor auricular tipo concha constituído de dois abafadores tipo concha, montados simetricamente nas extremidades de uma haste ajustável sob pressão (atenuação mínima NRRsf 20 dB). Marca 3M, M S A, Peltor, Agena ou similar. Deverá ter CA com validade mínima de 2 anos a partir da entrega. Quantidade: 200 unidades.

Valor Unitário: R\$ 15,97

1º Lugar - Mastersul Equipamentos de Segurança Ltda

2º Lugar - Cenci Equipamentos de Segurança Ltda. ME

3º Lugar - FC Comercio de Ferragens Ltda. ME

Item 39 - Botina de Segurança cor preta, modelo Blatt, com elástico lateral, em vaqueta, palmilha de montagem em material não tecido, forro não tecido transpirante, palmilha interna antimicrobiana removível ou fixa, solado PU bidensidade antiderrapante sem biqueira de aço. (Nº do 34 ao 46) Marca: Marluvas, Conforto, Bracol, Bompel, Viposa, Rogil, Polistep/ Arteflex ou similar. Deverá ter CA com validade mínima de 6 meses a partir da entrega. Quantidade: 3000 pares.

Valor Unitário: R\$ 35,74

1º Lugar - WL Industria E Comercio Ltda.

2º Lugar - FC Comercio de Ferragens Ltda. ME

3º Lugar - Mastersul Equipamentos de Segurança Ltda

Item 40 - Sapato de segurança cor preta, modelo Blatt, com elástico lateral, em vaqueta, palmilha de montagem em material não tecido, palmilha interna removível em látex com tecido algodão antimicrobiano, sola PU bidensidade antiderrapante sem biqueira de aço (Nº do 34 ao 46). Marca: Marluvas, Conforto, Bracol, Bompel, Viposa, Rogil, Polistep/ Arteflex ou similar. Deverá ter CA com validade mínima de 6 meses a partir da entrega. Quantidade: 1600 pares.

Valor Unitário: R\$ 35,74

1º Lugar - WL Industria E Comercio Ltda.

2º Lugar - FC Comercio de Ferragens Ltda. ME

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. ME

Item 41 - Botina de segurança eletricitista - cor preta, modelo Blatt, com elástico lateral, em vaqueta, palmilha de montagem em material não tecido, palmilha interna removível em látex com tecido algodão antimicrobiano, sola PU bidensidade antiderrapante, sem componentes condutores de eletricidade (Nº do 34 ao 46). Marca: Marluvas, Conforto, Bracol, Bompel, Viposa, Rogil, Polistep/ Arteflex ou similar. Deverá ter CA com validade mínima de 6 meses a partir da entrega. Quantidade: 200 pares.

Valor Unitário: R\$ 46,70

1º Lugar - Cenci Equipamentos de Segurança Ltda. ME

2º Lugar - MCE Baumgarten Materiais de Construção Ltda. EPP

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. ME

Item 42 - Botina de Segurança Alta temperatura - cor preta, modelo Blatt, com elástico lateral, toda em vaqueta, palmilha de montagem em material não tecido, forro não tecido transpirante, palmilha interna antimicrobiana removível ou fixa, solado borracha nitrílica resistente a alta temperatura (300°C por um minuto de pisada) antiderrapante sem biqueira de aço. (Nº do 34 ao 46). Marca: Marluvas, Conforto, Bracol, Bompel, Viposa, Rogil, Polistep/ Arteflex ou similar. Deverá ter CA com validade mínima de 6 meses a partir da entrega. Valor Unitário: R\$ 68,00

1º Lugar - MCE Baumgarten Materiais de Construção Ltda. EPP

2º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. ME

3º Lugar - Cenci Equipamentos de Segurança Ltda. ME

Item 43 - Botina de Segurança de cadarço - modelo de amarrar, em vaqueta, palmilha de montagem em material não tecido, palmilha interna antimicrobiana removível ou fixa, solado PU bidensidade antiderrapante sem biqueira de aço, com cadarço. (Nº do 34 ao 46). Marca: Marluvas, Conforto, Bracol, Bompel, Viposa, Rogil, Polistep/ Arteflex ou similar. Deverá ter CA com validade mínima de 6 meses a partir da entrega. Quantidade: 1600 pares.

Valor Unitário: R\$ 42,96

1º Lugar - WL Industria E Comercio Ltda.

Item 44 - Bota de PVC injetado, na cor preta, cano longo (altura acima de 37 cm), solado com desenho antiderrapante, sem bico de aço. Marca Bracol, Zuquibraz, Vulcabras, italbotas, ou similar. Deverá ter CA com validade mínima de 2 anos a partir da entrega. Quantidade: 3000 pares.

Valor Unitário: R\$ 18,30

1º Lugar - Mastersul Equipamentos de Segurança Ltda

2º Lugar - MCE Baumgarten Materiais de Construção Ltda. EPP

3º Lugar - FC Comercio de Ferragens Ltda. ME

Item 45 - Colete refletivo tipo X para sinalização, na cor laranja. Marca Capseg, Plastcor, Vicsa ou similar. Quantidade: 300 unidades.

Valor Unitário: R\$ 7,50

1º Lugar - Mastersul Equipamentos de Segurança Ltda

2º Lugar - Foot Artigos Esportivos Ltda. ME

3º Lugar - MCE Baumgarten Materiais de Construção Ltda. EPP

Item 46 - Colete refletivo de alta visibilidade, cor laranja, com ou sem bolso, confeccionado em tecido 100% poliéster, combinado retrorrefletivo de 50mm em conjunto com material fluorescente, repelente a água, fechamento frontal em zíper ou velcro, com faixas refletivas em X nas costas e duplo H na parte frontal, NBR-15292. (tamanhos M, G, XG e XXG) Marca Vicsa, Plastcor, ou similar. Deverá ter CA com validade mínima de 2 anos a partir da entrega. Quantidade: 150 unidades.

Valor Unitário: R\$ 20,60

1º Lugar - FC Comercio de Ferragens Ltda. ME

2º Lugar - MCE Baumgarten Materiais de Construção Ltda. EPP

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. ME

Item 47 - Cavalete de proteção, com travessa simples medindo 1,15x0,80 ou no Maximo de 1,20x1,00, e totalmente desmontável. e c/ refletivo e produzido em Polietileno. Quantidade: 100 unidades.

DESERTO

Item 48 - Cavalete de proteção, com travessa dupla medindo 1,00x1,00 ou no Maximo de 1,01x1,15, com rebaixo para proteção das fitas, cavidade para acoplar pisca advertência e totalmente desmontável. e c/ refletivo e produzido em Polietileno. Quantidade: 100 unidades.

DESERTO

Item 49 - Cone de sinalização 50 cm em material flexível cor laranja com faixas brancas sem refletivo. Marca Ledan, Novel, Plastcor ou similar. Quantidade: 200 unidades.

Valor Unitário: R\$ 10,90

1º Lugar - MCE Baumgarten Materiais de Construção Ltda. EPP

2º Lugar - Cenci Equipamentos de Segurança Ltda. ME

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. ME

Item 50 - Cone de sinalização 75 cm em material flexível cor laranja com faixas brancas sem refletivo. Marca Ledan, Plastcor, Novel ou similar. Quantidade: 500 unidades.

Valor Unitário: R\$ 26,00

1º Lugar - Foot Artigos Esportivos Ltda. ME

2º Lugar - MCE Baumgarten Materiais de Construção Ltda. EPP**3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. ME**

Item 51 - Cone de sinalização 75 cm refletivo - em material flexível cor laranja com faixas brancas refletivas. Marca Ledan, Plastcor, Novel ou similar. Quantidade: 500 unidades.

Valor Unitário: R\$ 37,00

1º Lugar - MCE Baumgarten Materiais de Construção Ltda. EPP

2º Lugar - Foot Artigos Esportivos Ltda. ME

3º Lugar - Mastersul Equipamentos de Segurança Ltda

Item 52 - Fita zebrada para segurança 7 cm x 200 m cor amarela e preta. Marca Capseg, Plastcor ou similar. Quantidade: 1000 unidades.

Valor Unitário: R\$ 4,30

1º Lugar - MCE Baumgarten Materiais de Construção Ltda. EPP

2º Lugar - Foot Artigos Esportivos Ltda. ME

3º Lugar - FC Comercio de Ferragens Ltda. ME

Item 53 - Rede de Sinalização (Tela Tapume) cor laranja -Rolo de Rede em Polipropileno de alta densidade com tratamento anti-UV, Altura: 1,20 metros, Comprimento: 50 Metros. Quantidade: 500 rolos

Valor Unitário: R\$ 47,50

1º Lugar - Rio Distribuidora Ltda.

2º Lugar - FC Comercio de Ferragens Ltda. ME

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. ME

Item 54 - Capa de chuva 3/4 em PVC forrado, cor amarela para proteção contra chuva, umidade e vento, soldada eletronicamente, com manga e capuz e botões de pressão no fechamento. Marca Capseg, ALM, Prot-cap ou similar. Deverá ter CA com validade mínima de 2 anos a partir da entrega. Quantidade: 600 unidades.

Valor Unitário: R\$ 9,25

1º Lugar - Mastersul Equipamentos de Segurança Ltda

2º Lugar - Cenci Equipamentos de Segurança Ltda. ME

3º Lugar - Rio Distribuidora Ltda.

Item 55 - Calça Impermeável em PVC forrado, cor amarela para proteção contra chuva, umidade e vento, soldada eletronicamente, com cordão para ajuste na cintura. Marca Capseg, ALM, Prot-cap ou similar. Deverá ter CA com validade mínima de 2 anos a partir da entrega. Quantidade: 1000 unidades.

Valor Unitário: R\$ 9,33

1º Lugar - Mastersul Equipamentos de Segurança Ltda

2º Lugar - Rio Distribuidora Ltda.

3º Lugar - Cenci Equipamentos de Segurança Ltda. ME

Item 56 - Capacete de segurança Classe A tipo aba frontal, com carneira injetada em plástico, peça absorvedora de suor em espuma de poliéster, com jugular (essas peças deverão ser da mesma marca do capacete (cores a escolher na hora do pedido: branco, amarelo azul). Marca Novel, Plastcor ou similar. Deverá ter CA com validade mínima de 4 anos a partir da entrega. Quantidade: 500 unidades.

Valor Unitário: R\$ 7,10

1º Lugar - MCE Baumgarten Materiais de Construção Ltda. EPP

2º Lugar - Cenci Equipamentos de Segurança Ltda. ME

Item 57 - Capacete Classe B tipo aba total, com carneira em tecido, com ajuste tipo catraca, com jugular, (essas peças deverão ser da mesma marca do capacete) para proteção da cabeça ou parte contra impactos de objetos e choques elétricos, (Cores a escolher no pedido: Branco, cinza, laranja, amarelo) Marca: M S A, 3M, ou similar. Deverá ter CA com validade mínima de 4 anos a partir da entrega. Quantidade: 100 unidades.

Valor Unitário: R\$ 34,00

1º Lugar - Cenci Equipamentos de Segurança Ltda. ME

2º Lugar - FC Comercio de Ferragens Ltda. ME

Item 58 - Capacete tipo alpinista, sem aba, com carneira acolchoada regulável, com jugular, (essas peças deverão ser da mesma marca do capacete (cores a definir no pedido: branco, vermelho, amarelo, azul) Marca: Altiseg, Montana ou similar. Deverá ter CA com validade mínima de 4 anos a partir da entrega. Quantidade: 50 unidades.

Valor Unitário: R\$ 175,00

1º Lugar - Cenci Equipamentos de Segurança Ltda. ME

Item 59 - Corda 12 mm poliamida padrão NR -18, para cadeira suspensa de acordo com NR 18.16. Marca: Plasma, BRC, Itacorda ou similar. Quantidade: 2000 unidades.

Valor Unitário: R\$ 2,90

1º Lugar - MCE Baumgarten Materiais de Construção Ltda. EPP

2º Lugar - Mastersul Equipamentos de Segurança Ltda

3º Lugar - Cenci Equipamentos de Segurança Ltda. ME

Item 60 - Macacão confeccionado em Tyvek, não tecido, polipropileno, revestido com lâmina respirável de polietileno com costura simples. Abertura frontal com fechamento de zíper, manga longa com punhos de elástico. Marca Dupont, Prot-cap, Simple Care ou similar. Deverá ter CA com validade mínima de 2 anos a partir da entrega. Quantidade: 30 conjuntos.

Valor Unitário: R\$ 16,99

1º Lugar - Mastersul Equipamentos de Segurança Ltda

2º Lugar - Cenci Equipamentos de Segurança Ltda. ME

3º Lugar - FC Comercio de Ferragens Ltda. ME

Item 61 - Máscara solda eletrônica com escurecimento automático, confeccionado em polipropileno, com ajuste por catraca, com filtro de luz cujo funcionamento é automático - eletrônico, proporcionando auto - escurecimento uniforme para tonalidade variável de 9 a 13, com botão de ajuste de tonalidade e sensibilidade. Acompanha 05 lentes incolores substituíveis para proteção do filtro. Marca Weld Vision, Sperian, 3M ou Similar. Deverá ter CA com validade mínima de 4 anos a partir da entrega. Quantidade: 12 unidades.

Valor Unitário: R\$ 270,00

1º Lugar - FC Comercio de Ferragens Ltda. ME

2º Lugar - Cenci Equipamentos de Segurança Ltda. ME

Item 62 - Máscara solda polipropileno com catraca e visor articulável, composta de escudo de polipropileno com carneira de polietileno com regulagem através de catraca, filtro de luz em policarbonato verde de tonalidade 10 e placas de cobertura confeccionadas em policarbonado incolor. Marca Carbografite, Vonder ou similar. Deverá ter CA com validade mínima de 4 anos a partir da entrega. Quantidade: 12 unidades.

Valor Unitário: R\$ 29,80

1º Lugar - FC Comercio de Ferragens Ltda. ME

Item 63 - Vidro/placa policarbonato transparente para máscara de solda. Marca: Carbografite, Vonder ou similar. Quantidade: 40 unidades.

Valor Unitário: R\$ 0,44

1º Lugar - MCE Baumgarten Materiais de Construção Ltda. EPP

2º Lugar - FC Comercio de Ferragens Ltda. ME

Item 64 - Vidro com tonalidade (definir no pedido tonalidade entre 10 a 13) para máscara de solda. Marca: Carbografite, Vonder ou similar. Quantidade: 40 unidades.

Valor Unitário: R\$ 1,10

1º Lugar - MCE Baumgarten Materiais de Construção Ltda. EPP

2º Lugar - FC Comercio de Ferragens Ltda. ME

Item 65 - Perneira em couro sintético bidim 4 mm 3 telas com barras/ almas de polipropileno (par). Soldada eletronicamente. Marca Vonder, Tecmater ou similar. Deverá ter CA com validade mínima

de 2 anos a partir da entrega. Quantidade: 1000 unidades.

Valor Unitário: R\$ 12,97

1º Lugar - Mastersul Equipamentos de Segurança Ltda

2º Lugar - MCE Baumgarten Materiais de Construção Ltda. EPP

3º Lugar - Cenci Equipamentos de Segurança Ltda. ME

Item 66 - Creme biodegradável para limpeza das mãos, pte 500 gr, removendo sujeiras como: graxas, óleos, fuligens, manchas, resinas, colas, massa de calafetar, cimento, etc...Tipo Iuvex, Solumax ou Mongrac (ou similar). Marca Mavaro, Rezymom ou similar. Quantidade: 1000 unidades.

Valor Unitário: R\$ 5,70

1º Lugar - Foot Artigos Esportivos Ltda. ME

Item 67 - Creme para uso ocupacional protetor para as mãos grupo 3 - 3 em 1, resistente a água, óleos, solventes e tintas. Pte 200 gr. Marca: 3M, Mavaro, henlau ou Similar. Deverá ter CA com validade mínima de 1 ano a partir da entrega. Quantidade: 1000 unidades.

Valor Unitário: R\$ 5,95

1º Lugar - Foot Artigos Esportivos Ltda. ME

2º Lugar - Cenci Equipamentos de Segurança Ltda. ME

3º Lugar - Mastersul Equipamentos de Segurança Ltda

Item 68 - Conjunto: - Cinto de segurança tipo paraquedista, confeccionado em cadarço de material sintético (poliéster) com regulagem na cintura e nas pernas, com ajuste peitoral, com 2 pontos de ancoragem, sendo 1 meia argola de aço em D nas costas e um ponto de ancoragem peitoral. - Talabarte em Y em fita de material sintético (poliéster), 2 ganchos dupla trava em aço com abertura de 55 mm, com absorvedor de energia. Incluso 01 mosquetão trava certificado para 2500N para conexão do talabarte ao cinto. Os dois itens do conjunto deverão ser da mesma marca. Marca MG Cintos, Altiseg, Hércules ou similar. Os dois itens deverão ter CA com validade mínima de 4 anos a partir da entrega. Quantidade: 30 conjuntos.

Valor Unitário: R\$ 214,00

1º Lugar - FC Comercio de Ferragens Ltda. ME

2º Lugar - Cenci Equipamentos de Segurança Ltda. ME

Item 69 - Conjunto: - Cinto de segurança tipo paraquedista com 5 pontos de ancoragem, confeccionado em cadarço de material sintético (poliéster), 2 meias -argolas duplas em aço para posicionamento na cintura do abdômen, 1 meia - argola na altura do ventre, fixa um mosquetão oval com trava de rosca fixado ao cinto. Com ajuste nas pernas, cintura e ombro/ tronco. Regulador de ajuste peitoral e almofada para proteção lombar. Incluso 01 mosquetão oval com trava de rosca certificado para 2500N. - Talabarte em Y em fita de material sintético (poliéster), 2 ganchos dupla trava em aço com abertura de 55 mm, com absorvedor de energia. Incluso 01 mosquetão trava certificado para 2500N para conexão do talabarte ao cinto. Os dois itens do conjunto deverão ser da mesma marca. Marca MG Cintos, Altiseg, Hércules ou similar. Os dois itens deverão ter CA com validade mínima de 4 anos a partir da entrega. Quantidade: 30 conjuntos.

Valor Unitário: R\$ 352,50

1º Lugar - Cenci Equipamentos de Segurança Ltda. ME

Item 70 - Talabarte confeccionado e fita de material sintético (poliéster) 1 gancho olhal dupla trava com abertura de 18 mm. Marca MG Cintos, Hércules, Altiseg ou similar. Deverá ter CA com validade mínima de 4 anos a partir da entrega. Quantidade: 30 unidades.

Valor Unitário: R\$ 30,00

1º Lugar - Cenci Equipamentos de Segurança Ltda. ME

Item 71 - Talabarte de posicionamento Regulável em corda (14 a 16 mm) com mangueira/ malha de proteção da corda, com regulador de inox, com gancho em uma extremidade e incluso 01 mosquetão com trava certificado para 2500N para conexão do

regulador do talabarte ao cinto. Deverá ter CA com validade mínima de 4 anos a partir da entrega. Quantidade: 30 unidades.

Valor Unitário: R\$ 260,00

1º Lugar - FC Comercio de Ferragens Ltda. ME

2º Lugar - Cenci Equipamentos de Segurança Ltda. ME

Item 72 - Avental confeccionado em raspa medindo 1,20 x 0,60 sem emendas. Marca VWA, OP Luvas, Luma ou similar. Deverá ter CA com validade mínima de 2 anos a partir da entrega. Quantidade: 600 unidades.

Valor Unitário: R\$ 29,80

1º Lugar - Cenci Equipamentos de Segurança Ltda. ME

Item 73 - Bloqueador solar FPS 30 de uso profissional, com repelente - pte 120 gr. Marca 3M, Henlau, luvex, mavaro ou similar. Quantidade: 4000 unidades.

Valor Unitário: R\$ 10,55

1º Lugar - Foot Artigos Esportivos Ltda. ME

2º Lugar - Rio Distribuidora Ltda.

3º Lugar - Cenci Equipamentos de Segurança Ltda. ME

Item 74 - Touca TNT branca. Marca Descartáveis Chapecó, Lagrotta, Embramac ou similar. Quantidade: 300 unidades.

Valor Unitário: R\$ 6,09

1º Lugar - Mastersul Equipamentos de Segurança Ltda

2º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. ME

3º Lugar - Cenci Equipamentos de Segurança Ltda. ME

Item 75 - Avental em PVC 0,70 X 1,20m. Na Cor Preta ou Marrom. Deverá ter CA com validade mínima de 2 anos a partir da entrega. Quantidade: 500 unidades.

Valor Unitário: R\$ 4,59

1º Lugar - Mastersul Equipamentos de Segurança Ltda

2º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. ME

3º Lugar - MCE Baumgarten Materiais de Construção Ltda. EPP

Item 76 - Avental em PVC 0,70 X 1,20m. Na Cor Branca. Deverá ter CA com validade mínima de 2 anos a partir da entrega. Quantidade: 200 unidades.

Valor Unitário: R\$ 4,59

1º Lugar - Mastersul Equipamentos de Segurança Ltda

2º Lugar - Rio Distribuidora Ltda.

3º Lugar - MCE Baumgarten Materiais de Construção Ltda. EPP

Item 77 - Conjunto impermeável em polietileno 12 micra, composto de calça impermeável e blusão impermeável com capuz e com CA. (informar preço do conjunto) Marca: WBS embalagens, Rophi embalagens ou similar. Deverá ter CA com validade mínima de 2 anos a partir da entrega. Quantidade: 1500 conjuntos.

Valor Unitário: R\$ 8,22

1º Lugar - Mastersul Equipamentos de Segurança Ltda

2º Lugar - MCE Baumgarten Materiais de Construção Ltda. EPP

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. ME

Item 78 - Boné árabe em helanca com protetor de pescoço, com regulagem no boné e fecho frontal de velcro no protetor de pescoço. (preferência cor laranja ou cor clara) Marca: Protefer, CP, Nexus ou similar. Quantidade: 1.000 unidades.

Valor Unitário: R\$ 22,00

1º Lugar - Cenci Equipamentos de Segurança Ltda. ME

Item 79 - Chapéu de palha de abas largas. Quantidade: 400 unidades.

Valor Unitário: R\$ 9,84

1º Lugar - Mastersul Equipamentos de Segurança Ltda

2º Lugar - Cenci Equipamentos de Segurança Ltda. ME

3º Lugar - MCE Baumgarten Materiais de Construção Ltda. EPP

Item 80 - Giroflex / pisca para cone, com fotocélula. Quantidade: 50 unidades.

Valor Unitário: R\$ 135,00

1º Lugar - Foot Artigos Esportivos Ltda. ME

Item 81 - Garrafa Térmica de 5 litros. Quantidade: 150 unidades. Valor Unitário: R\$ 28,00

1º Lugar - MCE Baumgarten Materiais de Construção Ltda. EPP

2º Lugar - Mastersul Equipamentos de Segurança Ltda

3º Lugar - FC Comercio de Ferragens Ltda. ME

Item 82 - Jardineira confeccionada em tecido sintético trevira (malha poliéster revestido de PVC em ambas as faces), 100% impermeável alças do mesmo material, reguláveis através de argolas metálicas, bota em PVC soldada e costurada eletronicamente. Tamanhos de jardineira M - G - GG - XG (tamanho a especificar quando fizer pedido); Botas do 39 ao 46 (tamanho a especificar quando fizer pedido). Marca Dupont, Prot-cap, Simple Care ou similar. Deverá ter CA com validade mínima de 2 anos a partir da entrega. Quantidade: 100 unidades.

Valor Unitário: R\$ 88,00

1º Lugar - MCE Baumgarten Materiais de Construção Ltda. EPP

2º Lugar - Cenci Equipamentos de Segurança Ltda. ME

3º Lugar - Fornecedora Comercio Textil Ltda. ME

Item 83 - Tapete Isolante Elétrico de Borracha. Conforme NR -10 e ABNT. Com Laudo de isolamento elétrica. Modelos específicos para cada classe de isolamento elétrica - baixa, média e alta tensão. Classe I: 5 a 10kv(5.000 a 10.000 volts); Classe II: 10 a 20kv (10.000 a 20.000 volts); Classe III: 20 a 30kv (20.000 a 30.000 volts); Classe IV: 30 a 40kv (30.000 a 40.000 volts); Modelos especiais para isolamento até 70kV. Comprimento e Largura: rolos de 20 x 2metros. Espessura: de 3 a 12,7mm - variação conforme tensão de isolamento exigida ou especificação de projeto. Preto - Classes I e II de isolamento; Cinza - Classes III, IV e modelos até 70kV. Tapete de Borracha Isolante Elétrico para Baixa, Média e Alta Tensão. Com Proteção de 1 kV, 10kV, 20kV, 30kV, 40kV e até 60kV. Atende a requisitos das normas NR10, NBR 5410, NBR 14039 ASTM F479 e ASTM D1048. Atende até Classe 4. Marca: Órion, Novo Horizonte ou similar. Quantidade: 20 unidades. DESERTO

Item 84 - Uniforme para Eletricista NR10 Risco 1(I) e 2(II) ATPV 11,3 cal/cm² com proteção para Arco-Elétrico e Fogo Repentino é composto de Calça e Camisa. Tecido FR 100% Algodão 8oz (270 g/m²). Com faixas refletivas. Costura reforçada com linha retardante a chama 100% meta aramida. ATPV 11,3 cal/cm². Cor: Cinza. Tamanhos: M-G-GG-XG. Camisa com fechamento frontal em botões plásticos com vista. Mangas longas com fechamento em botão no punho. Gola tipo esporte (italiana) abotoada até em cima. Bolso superior esquerdo 13cm de largura e 14 cm de altura, apresenta tampa, fechamento com velcro e divisão para caneta. Costuras reforçadas tipo travete nos pontos vulneráveis. Calça com meio elástico no cócs, passantes para cinto, pala atrás. Fechamento em botões plásticos com casa e vista. Dois bolsos frontais. Dois bolsos traseiros. O conjunto deverá ter CA com validade mínima de 4 anos a partir da entrega. Quantidade: 100 conjuntos.

Valor Unitário: R\$ 279,00

1º Lugar - Foot Artigos Esportivos Ltda. ME

2º Lugar - Cenci Equipamentos de Segurança Ltda. ME

3º Lugar - Rio Distribuidora Ltda.

Pagamento: O pagamento será efetuado em 28 (vinte e oito) dias após a apresentação da respectiva Nota Fiscal.

Recursos Orçamentários: Estão previstos no orçamento da Companhia de Urbanização de Blumenau.

Vigência da Ata de Registro de Preços: Validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Blumenau, 28 de outubro de 2014.

CÂMARA MUNICIPAL**RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2014.**

Reunião Ordinária do dia 18 de novembro de 2014.
Terça-Feira - 15:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Célio Dias	Cezar João Cim
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

ORDEM DO DIA

Retirados da Ordem do Dia os Projetos de Decreto Legislativo nºs 886, 887, 888, 889 e 890.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, os Projetos de Decreto Legislativo nºs 891 e 892; e o Projeto de Lei nº 6.719. Destino: à Comissão de Redação Final.

Aprovadas, em única discussão e votação, os Requerimentos nºs 1470 e 1478/2014. Destino: à Secretaria para providências.

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2178 e 2179. Destino: comunique-se e publique-se.

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

Reunião Extraordinária do dia 18 de novembro de 2014.
Terça-Feira - 19:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Célio Dias	Cezar João Cim
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 891 e 892, ficando promulgados os Decretos Legislativos nºs 835 e 836, respectivamente. Destino: comunique-se e publique-se; e o Projeto de Lei nº 6.719. Destino: à Comissão de Redação Final.

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

Reunião Ordinária do dia 20 de novembro de 2014.
Quinta-Feira - 15:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Célio Dias	Cezar João Cim
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

ORDEM DO DIA

Aprovados, em única discussão e votação, os Projetos de Decreto Legislativo nºs 886, 887, 888, 889 e 890. Destino: à Comissão de Redação Final.

Mensagem de veto total ao Projeto de Lei Complementar nº 1.379.

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2180 e 2181. Destino: comunique-se e publique-se.

Encaminhado ao arquivo, de conformidade com o art. 19 da Lei Orgânica do Município, o Projeto de Lei nº 6.724.

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

Reunião Extraordinária do dia 20 de novembro de 2014.
Quinta-Feira - 19:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Célio Dias	Cezar João Cim
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 886, 887, 888, 889 e 890, ficando promulgados os Decretos Legislativos nºs 837, 838, 839, 840 e 841, respectivamente. Destino: comunique-se e publique-se.

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

CONTRAO ADM Nº 82/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 82/14 DE 19.11.2014
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO
ADMINISTRATIVO Nº 57/14 DE 27.06.2014.

O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CGC sob nº. 01.594.009/0001-30, com sua sede a Av. Nossa Senhora de Fátima, 120, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor AIRTON ANTONIO REINEHR, brasileiro, casado, portador do RG nº 1.835.845, e inscrito no CIC/CPF sob o nº 569.504.709-91, residente e domiciliado na Rua Eduardo Sehnem, 385, Centro nesta cidade de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e de outro lado;

A empresa DA SILVA E LAMB MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA LTDA, Pessoa jurídica de direito Privado, inscrita no CGC/MF sob nº. 05.853.843/0001-54, com sede a Av. Dom Pedro II, 740, sala, centro, Município de Serra Alta - SC, neste ato representada pelo seu sócio gerente, senhor Elio César da Silva, brasileiro, empresário, casado, residente e domiciliado na Av. Dom Pedro II, 1065, centro, na cidade de Serra Alta/SC, portador do CIC, sob nº. 674.344.109-06, Rg nº 2.430.896 SSP/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA de comum acordo e com amparo legal nas Leis Federais nºs. 8.666/93 e 8.883/94, Processo Licitatório nº 1092/2014, Edital de Tomada de Preços nº 002/14, homologado em 27/06/2014, celebram o presente TERMO ADITIVO ao contrato administrativo nº 57/14 de 27 de junho de 2014, de conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO PREÇO

1. Para fins de sanar erro material (inserção equivocada de valor) fica certo e ajustado o valor a ser per pago a Contratada de R\$ 506.324,78 (Quinhentos e seis mil, trezentos e vinte e quatro reais e setenta e oito centavos), pela prestação dos serviços descrita na cláusula primeira do presente contrato.

CLAUSULA SEGUNDA DAS CONDIÇÕES GERAIS

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas do contrato administrativo nº 57/2014 ora aditado.

E por assim acordos estarem, assinam o presente termo aos representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, aos 19 de novembro de 2.014.

AIRTON ANTONIO REINEHR	ELIO CESAR DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

WALTER NAUJORKS	CELIO FAZZIONI
CIC Nº 446.591.219-68	CIC Nº 892.881.499-53

JOAO PAULO TESSEROLI SIQUEIRA
ASSESSOR JURIDICO
OAB - SC Nº 14565 B

PORTARIA Nº 231/2014 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 231/2014, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.
EXONERA SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERA Servidora Municipal Sra. LUCIANE PAULA LAMB, matrícula nº 687-4, portadora do CPF sob. nº 051.387.669-37, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, ocupante do cargo de Supervisora Administrativa, admitida em 14 de julho de 2014, sendo a exoneração a partir do dia 28/11/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 20 de novembro de 2014.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

961.11.14 - P. PRORROGA LIC. TRAT. SAUDE ERETILDA B. MORETTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 961/14 de 19.11.14

Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde de acordo com o atestado médico apresentado até o dia 28 de fevereiro de 2015, a funcionária Eretilda Borges Moretti, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Escola do Campo Barbaquá.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,

19 de novembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

088.14 - DEC. SUPLEMENTAÇÃO FMAS

Decreto N.º 88/14 de 14 de novembro de 2014.

Abre Crédito Suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2014, por excesso de arrecadação.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado no art. 5º I e art. 7º da Lei n.º 2204/13 de 12 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.243.0056.2402 - CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.52.00.07 - Recursos Piso Básico Variável - SCFV

..... R\$ 12.000,00

Total R\$ 12.000,00

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso o excesso de arrecadação, fonte de Recurso 01.52.00.07 - Recursos Piso Básico Variável - SCFV, receita: 17.21.34.13 - Piso Básico Variável - SCFV - transferidos pelo Ministério de Desenvolvimento Social ao município de Bom Retiro - SC, destinados ao custeio dos serviços e ações socioassistenciais continuadas de Proteção Social Básica do SUAS - Sistema Único de Assistência Social no valor de R\$ 12.000,00.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 14 de novembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Administração e Fazenda

962.11.14 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ELIANE T. BRIDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 962/14 de 20.11.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 11 de novembro de 2014, a funcionária Eliane Terezinha de Brida, Ocupante do cargo de Servente - Padrão I - Nível 01, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,

20 de novembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

963.11.14 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARIA V. BRUDER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 963/14 de 20.11.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 04 (quatro) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 18, 19, 20 e 21 de novembro de 2014, a funcionária Maria Verônica Bruder, Ocupante do cargo de Servente - Padrão I - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Pré Escolar Capistrano.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,

20 de novembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

964.11.14 - P. FÉRIAS LEOVANDIO LORENZI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 964/14 de 20.11.14

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2013 (Dois Mil e Treze) a 2014 (Dois Mil e Quatorze) ao funcionário Leovandio Lorenzi, Ocupante do cargo de Trabalhador Braçal - Padrão I - Nível 01, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, para gozá-las a contar de 20 de novembro com término no dia 19 de dezembro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
20 de novembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

965.11.14 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ANGELITA AP. S. VIEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 965/14 de 20.11.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 19, 20 e 21 de novembro de 2014, a funcionária Angelita Aparecida de Souza Vieira, ocupante do cargo de Pedagoga - Padrão 1 - Nível 09 do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
20 de novembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Brusque**PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO N. 123/2014**

EXTRATO DE CONTRATO n. 123/2014. Dispensa n. 034/2014. Processo licitatório n. 200/2014. Objeto: Prestação de serviços financeiros e outras avenças. Contratado: Caixa Econômica Federal. Fundamento legal: art. 24, VIII da Lei 8.666/93. Valor: R\$ 1.200.000,00. Prazo: 60 (sessenta) meses. Data: 19.11.2014. Signatários: Paulo Roberto Eccel, Renato Scalabrin e Olmir Jose Schoeler.

PROCESSO LICITATÓRIO 147/2014 RECURSO ADMINISTRATIVO

Processo Licitatório n. 147/2014
Concorrência Pública n. 014/2014

Recurso Administrativo

Empresa Recorrente: TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI.

1. Inconformada com a decisão que habilitou a empresa TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES AUGUSTO LTDA, sendo essa mantida após a interposição de recurso administrativo, inclusive ratificada pela Autoridade Superior, a empresa requerente apresenta comunicado a este chefe do executivo, requerendo em síntese (a) suspensão da sessão de abertura dos invólucros do proposta comercial e (b) rediscutir a habilitação da empresa impugnada.

2. Inicialmente, cabe informar que a decisão não comporta mais discussões administrativas, pois a decisão proferida pela Comissão já foi analisada e ratificada pela Autoridade Superior (art. 109, parágrafo 4º. da Lei 8.666/93), razão pela qual não se recebe o presente documento como recurso. Da mesma forma, não se atribui o efeito suspensivo, porquanto ausentes as hipóteses do § 2º do art. 109 da Lei de Licitações e Contratos.

3. Inobstante isso, cumpre analisar que o pedido da empresa perdeu o objeto. Isso porque a empresa pretende a suspensão da sessão de licitação (envelope n. 2), que já ocorreu dia 14.11.2014, às 15h30min. De igual modo, a empresa TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES AUGUSTO LTDA não foi a vencedora da licitação, confirmando a perda de interesse processual nesses autos.

4. Pelo exposto, recebo o comunicado da empresa e INDEFIRO a pretensa medida, pela perda do objeto.

Brusque (SC), 18 de novembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCCEL

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 142/2014 SAMAE

PORTARIA Nº 142/2014

O Diretor Presidente do SAMAE de Brusque em exercício, no uso de suas atribuições, e de acordo com os moldes do art. 37, § IX da Constituição Federal e da Lei nº 2174/97;

RESOLVE

1) Rescindir Contrato por tempo determinado, por término em 30/11/2014, dos seguintes Servidores Temporários:

206.2-04 Alino Lepech - Operador Sistema Isolado de Tratamento de Água
2168.7-01 Arlei Nogueira de Andrade - Agente Hidráulico
1855.4-02 Claudio Cesar Bertolini - Operador Sistema Isolado de Tratamento de Água
1815.5-02 Elias Aguiar da Silva - Agente Hidráulico
2462.7-00 Jean Gevaerd de Oliveira - Eletricista
1827.9-02 Osmar da Silva - Agente de Obras
794.3-03 Pedro Hoffmann - Operador Sistema Isolado de Tratamento de Água
2473.2-00 Robson do Prado - Agente de Obras

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 30/11/2014.

Brusque, 19 de novembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL Prefeito Municipal	ROGERIO RISTOW Diretor Presidente SAMAE
-------------------------------------------	-----------------------------------------------

PORTARIA Nº 2495/2014

PORTARIA Nº 2495/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Ceder o Servidor, JULIANO LEONEL DE SOUZA VINOTTI, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão, para atuar junto ao SAMAE de Brusque, sem ônus para a origem, a contar de 24 de Novembro de 2014.

§ Primeiro - As regras trabalhistas decorrentes da cessão, bem como a avaliação de desempenho de Estágio Probatório, ficarão por conta da Autarquia - SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

Art. 2º - A Cessão se dá com fulcro no Artigo 22, Inciso VII, da LC 147/2009.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 20 de Novembro de 2014.
ARNALDO FRANCISCO DA SILVA
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Publicado na Prefeitura Municipal de Brusque, 20 de Novembro de 2014.

DANIEL FELÍCIO
Diretor de Recursos Humanos

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.214/2014

DECRETO Nº 6.214, de 20 de novembro de 2014.

Suplementa dotação orçamentária no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, por conta do Excesso de Arrecadação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e da Lei nº 3.070, de 16/12/2013,

DECRETA :

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, na importância de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais):

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.2.046 - Aplicação Recursos do Fundeb 60%

3.1.90.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas R\$ 85.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação disposta no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação na fonte de recurso 18 - Transferências do Fundeb 60%, no valor de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais):

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 20 de novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO PR 14-2014 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CAÇADOR

Fundo Municipal de Assistência Social

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2014

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO - REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM DECORAÇÕES E REALIZAÇÃO DE EVENTOS, EM DATAS COMEMORATIVAS E OUTROS EVENTOS, DESTINADOS AOS PROGRAMAS SOCIAIS DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAÇADOR - SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 15h30min do dia 08/12/2014.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 15h40min do dia 08/12/2014.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 19 de outubro de 2014.

Beatriz Ribeiro dos Santos,

Secretária Municipal de Assistência Social

AVISO DE LICITAÇÃO PR 95-2014 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PORCESSO DE LICITAÇÃO Nº 140/2014

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 95/2014

OBJETO - REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MOVEIS E MATERIAL PERMANENTE DESTINADOS A REDE DE ENSINO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE CAÇADOR SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 11/12/2014.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h05min do dia 11/12/2014.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 20 de novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO,
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6.184/2014

DECRETO nº 6.184, de 30 de outubro de 2014.

Decreta Recesso Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e

Considerando as festividades natalícias e de final de ano;

Considerando a necessidade de paralisação dos serviços públicos não essenciais nestes dias comemorativos;

Considerando ainda a necessidade de redução no custeio da Administração Pública Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado recesso administrativo na Prefeitura Municipal de Caçador, na Fundação Municipal de Meio Ambiente - FUNDEMA e no Instituto de Pesquisa e Planejamento de Caçador - IPPUC, no período de 22 de dezembro de 2014 a 04 de janeiro de 2015.

Art. 2º No período em questão, funcionarão em regime de plantão, exclusivamente os serviços considerados de natureza essencial e os serviços administrativos internos que forem considerados necessários para o encerramento do exercício financeiro.

Art. 3º Os Secretários Municipais deverão organizar escala de plantão dos serviços públicos previstos pelo art. 2º deste Decreto, durante o período de recesso administrativo.

Art. 4º Os ocupantes de cargos comissionados deverão permanecer à disposição em caso de eventual necessidade de serviço.

Art. 5º As férias solicitadas durante o período de recesso administrativo serão validadas como férias, bem como as férias requeridas antes ou imediatamente após esse período serão deferidas conforme o interesse da administração.

Art. 6º O período decretado de recesso pelo presente Decreto, totalizará um número 48 (quarenta e oito) horas, que deverão ser compensados, excepcionalmente, entre 05 de janeiro e 30 de abril de 2015.

§ 1º A compensação deverá ser de uma 1 (uma hora) diária, mediante a antecipação do início da jornada de trabalho em trinta minutos, postergando o seu final em também trinta minutos.

§ 2º Aos servidores que possuírem crédito do Banco de Horas, serão programadas as folgas durante o período de recesso, ficando dispensados de compensação posterior.

Art. 7º Os processos sindicantes e disciplinares, bem como os pretenso recursos licitatórios ficarão suspensos no prazo mencionado no artigo 1º deste Decreto.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.186/2014

DECRETO Nº 6.186, de 30 de outubro 2014.

Edita o Calendário dos feriados e pontos facultativos do período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015, para os Órgãos da Administração Direta, Autarquias e Fundações Públicas do Poder Executivo Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art.1º Editar o calendário dos feriados nacionais e pontos facultativos do período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015, para os órgãos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais, conforme segue:

I - 16 e 17 de fevereiro - segunda e terça-feira - Carnaval (ponto facultativo);

II - 23 de março - segunda-feira - Antecipação Dia do Município (feriado municipal);

III - 03 de abril - sexta-feira - Paixão de Cristo (feriado nacional);

IV - 20 de abril - segunda-feira (ponto facultativo);

V - 21 de abril - terça-feira - Tiradentes (feriado nacional);

VI - 1º de maio - sexta-feira - Dia Mundial do Trabalho (feriado nacional);

VII - 04 de junho - quinta-feira - Corpus Christi (feriado nacional);

VIII - 05 de junho - sexta-feira (ponto facultativo);

IX - 7 de setembro - segunda-feira - Independência do Brasil (feriado nacional);

X - 12 de outubro - segunda-feira - Nossa Senhora Aparecida (feriado nacional);

XI - 26 de outubro - segunda-feira - Antecipação Dia do Servidor Público (ponto facultativo);

XII - 2 de novembro - segunda-feira - Finados (feriado nacional);

XIII - 15 de novembro - domingo - Proclamação da República (feriado nacional);

XIV - 24 de dezembro - quinta-feira - véspera do Natal (ponto facultativo);

XV - 25 de dezembro - sexta-feira - Natal (feriado nacional); e

XVI - 31 de dezembro - quinta-feira, véspera de Ano Novo (ponto facultativo).

Art. 2º O atendimento dos serviços públicos essenciais nas datas mencionadas no artigo 1º, deverá ser garantido pelos órgãos da Administração Municipal, por intermédio de escala de serviços ou plantão.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 6.203/2014

DECRETO Nº 6.203, de 13 de novembro de 2014.

Suplementa dotações orçamentárias, do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, por conta do superavit financeiro, verificado no exercício de 2013, em favor do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 5º, alínea "f" da Lei nº 3.070, de 16 de dezembro de 2013, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias abaixo especificadas, do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, na importância total de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), a seguir discriminadas:

09.01 IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR

04.122.0007.2034 - Manutenção das atividades do IPASC

3.1.90.00.0156 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

3.3.90.00.0156 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

04.122.0007.2035 - Manutenção da Previdência Social dos Servidores

3.1.90.00.0156 - Aplicações Diretas R\$ 550.000,00

Total R\$ 600.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações especificadas no artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do superavit financeiro apurado no exercício 2013, no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 13 de novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Gilberto Nicolao Haudsch
SECRETÁRIO DA FAZENDA.

DECRETO Nº 6.205/2014

DECRETO nº 6.205, de 17 de novembro de 2014.

Aprova desmembramento de terreno urbano.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 - Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área total de 3.522,05m² (três mil, quinhentos e vinte e dois metros e cinco décimos quadrados), objeto do Registro nº 28.819, do Registro de Imóveis desta Comarca, localizado na Rua Amazonas e Rua Pachcoal de Jesus Lopes, no Bairro Santa Catarina, nesta cidade, de propriedade de Espólio de Jenir Kaipers, ficando após o desmembramento constituído de sete lotes, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I - Lote "01" com 351.70m² (trezentos e cinquenta e um metros e setenta décimos quadrados), inicia-se no marco denominado 0=PP, situado na confrontação com o imóvel de propriedade de José de Paula Carneiro, constante na matrícula 13.008; Deste segue confrontando com o imóvel de propriedade de José de Paula Carneiro, constante na matrícula 13.008 com o azimuth 59°47'05" e a distância de 32.55 metros até o marco 1; Deste segue confrontando com o Lote 02 deste desmembramento com azimuth 339°01'53" e a distância de 13.84 metros até o marco 2; Deste segue confrontando com o Lote 02 deste desmembramento e com azimuth 248°40'26" e a distância de 13.70 metros até o marco 3; Deste segue confrontando com a Rua Amazonas com azimuth de 203°10'41" e a distância de 26.46 metros até o marco 0=PP; ponto inicial da descrição deste perímetro.

II - Lote "02" com 696.79m² (seiscentos e noventa e seis metros e setenta e nove décimos quadrados), inicia-se no marco denominado 0=PP, situado na confrontação com o imóvel de propriedade de José de Paula Carneiro, constante na matrícula 13.008; Deste segue confrontando com o imóvel de propriedade de José de Paula Carneiro, constante na matrícula 13.008 com azimuth 59°47'05" e a distância de 28.01 metros até o marco 1; Deste segue confrontando com o Lote 03 e 06 deste desmembramento com azimuth 299°15'15" e a distância de 36.32 metros até o marco 2; Deste segue confrontando com a Rua Amazonas com azimuth 203°10'41" e a distância de 26.00 metros até o marco 3; Deste segue confrontando com o Lote 01 deste desmembramento com o azimuth 68°40'26" e a distância de 13.70 metros até o marco 4; Deste segue confrontando com o Lote 01 do desmembramento com o azimuth 159°01'53" e a distância de 13.84 metros até o marco 0=PP; ponto inicial da descrição do perímetro.

III - Lote "03" com 437.50m² (quatrocentos e trinta e sete metros e cinquenta décimos quadrados), inicia-se no marco denominado 0=PP, situado na confrontação com o Lote 06 deste desmembramento; Deste segue confrontando com o Lote 06 deste desmembramento com o azimuth 212°55'18" e a distância de 17.72 metros até o marco 1; Deste segue confrontando com o Lote 02 deste desmembramento com o azimuth 299°15'15" e a distância de 26.81 metros até o marco 2; Deste segue confrontando com a Rua Amazonas com azimuth 23°10'41" e a distância de 13.51 metros até o marco 3; Deste segue confrontando com o Lote 4 deste desmembramento com o azimuth 111°01'20" e a distância de 29.68 metros até o marco 0=PP; ponto inicial da descrição deste perímetro.

IV - Lote "04" com 436.15m² (quatrocentos e trinta e seis metros e quinze décimos quadrados), inicia-se no marco denominado

0=PP, situado na confrontação com o Lote 05 deste desmembramento; Deste segue confrontando com o Lote 05 deste desmembramento com o azimuth 108°06'10" e a distância de 32.37 metros até o marco 1; Deste segue confrontando com o Lote 06 deste desmembramento com azimuth 212°55'18" e a distância de 15.27 metros até o marco 2; Deste segue confrontando com o Lote 03 deste desmembramento com azimuth 291°01'20" e a distância de 29.68 metros até o marco 3; Deste segue confrontando com a Rua Amazonas com azimuth 23°10'41" e a distância de 13.30 metros até o marco 0=PP; ponto inicial da descrição deste perímetro.

V - Lote "05" com 636.64m2 (seiscentos e trinta e seis metros e sessenta e quatro decímetros quadrados), inicia-se no marco denominado 0=PP, situado na confrontação com o Lote 08 do Loteamento Carneiro, constante na matrícula n. 31.352; Deste segue confrontando com o Lote 08 do Loteamento Carneiro, constante na matrícula n. 31.352 com o azimuth 95°24'49" e a distância de 40.38 metros até o marco 1; Deste segue confrontando com o Lote 07 deste desmembramento com azimuth 206°14'32" e a distância de 21.46 metros até o marco 2; Deste segue confrontando com os Lotes 04 e 06 deste desmembramento com azimuth 288°06'10" e a distância de 37.45 metros até o marco 3; Deste segue confrontando com a Rua Amazonas com azimuth 23°10'41" e a distância de 12.43 metros até o marco 0=PP; ponto inicial da descrição deste perímetro.

VI - Lote "06" com 636.35m2 (seiscentos e trinta e seis metros e trinta e cinco decímetros quadrados) inicia-se no marco denominado 0=PP, situado na confrontação com o imóvel de José de Paula Carneiro, constante na matrícula n. 13.008; Deste segue confrontando com o imóvel de propriedade de José de Paula Carneiro, constante na matrícula 13.008 com o azimuth 59°47'05" e a distância de 30.84 metros até o marco 1; Deste segue confrontando com a Rua Paschoal de Jesus Lopes com o azimuth 27°14'13" e a distância de 10.84 metros até o marco 2; Deste segue confrontando com os Lotes 05 e 07 deste desmembramento com o azimuth 288°06'10" e a distância de 23.12 metros até o marco 3; Deste segue confrontando com os Lotes 03 e 04 deste desmembramento com azimuth 212°55'18" e a distância de 32.99 metros até o marco 4; Deste segue confrontando com o Lote 02 deste desmembramento com azimuth 119°15'15" e a distância de 9.51 metros até o marco 0=PP; ponto inicial da descrição deste perímetro.

VII - Lote "07" com 426.92m2 (quatrocentos e vinte e seis metros e noventa e dois decímetros quadrados), inicia-se no marco denominado 0=PP, situado na confrontação com o Lote 06 deste desmembramento; Deste segue confrontando com o Lote 06 com o azimuth 108°06'10" e a distância de 18.04 metros até o marco 1; Deste segue confrontando com a Rua Paschoal de Jesus Lopes com o azimuth 27°14'13" e a distância de 25.87 metros até o marco 2; Deste segue confrontando com o Lote 09 do Loteamento Carneiro, pertencente a matrícula nº 24.352, com o azimuth 275°24'49" e a distância de 19.59 metros até o marco 3; Deste segue confrontando com o Lote 05 deste desmembramento com azimuth 206°14'32" e a distância de 21.46 metros até o marco 0=PP; ponto inicial da descrição deste perímetro.

Parágrafo único - A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 2º O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 5.876, de 13 de janeiro de 2014.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de novembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.206/2014

DECRETO nº 6.206, de 18 de novembro de 2014.

Altera denominação do "Loteamento Transrodace e Dallazem" para "Loteamento Colina".

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA :

Art. 1º O Loteamento Transrodace e Dallazem, aprovado pelo Decreto nº 5.359, de 27 de setembro de 2012, passa a se denominar Loteamento Colina.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 18 de novembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.208/2014

DECRETO Nº 6.208, de 19 de novembro de 2014.

Aprova unificação de terrenos urbanos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 - Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a unificação de áreas compostas de dois terrenos urbanos, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa de unificação e memorial descritivo que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto, conforme segue:

I - uma área com 721,50m2 (setecentos e vinte e um metros e cinquenta decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 20.409, do Registro de Imóveis da Comarca de Caçador, de propriedade de Wilson Denardi e Ivanilde Denardi, situado na Rua Ozório Timermann, nesta cidade de Caçador;

II - uma área com 690,48m2 (seiscentos e noventa metros e quarenta e oito decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 20.410, do Registro de Imóveis da Comarca de Caçador, de propriedade de Wilson Denardi e Ivanilde Denardi, situado na Avenida Barão do Rio Branco, nesta cidade de Caçador;

Art. 2º A unificação das áreas dispostas no art. 1º deste Decreto, resulta em uma área total com 1.411,98m2 (mil quatrocentos e onze metros e noventa e oito decímetros quadrados), de propriedade de Wilson Denardi e Ivanilde Denardi, iniciando-se no marco denominado 'P1'; deste segue confrontando com o imóvel

constante da matrícula nº14.152 de propriedade de Carimã Empreendimentos e Participações S/A e com o imóvel constante da matrícula nº 22.908 de propriedade de Terfens Empreendimentos e Participações Ltda, com o azimuth 83°32'41" e a distância de 38,09 metros até o marco 'P2'; deste segue confrontando com o imóvel constante da certidão nº 15.756 de propriedade de Espólio de Eri Dupont, com o azimuth 84°54'35" e a distância de 23,05 metros até o marco 'P3'; deste segue confrontando com a Avenida Barão do Rio Branco com o azimuth 178°04'22" e a distância de 23,54 metros até o marco 'P4'; deste segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº15.809 de propriedade de Fernando Seleme com o azimuth 264°12'08" e a distância de 58,60 metros até o marco 'P5'; deste segue confrontando com a Rua Ozório Timermann com o azimuth 35154'38" e a distância de 23,36 metros até o marco "P1"; Início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 1.411,98m2 .

Art. 3º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes desta unificação.

Art. 4º O registro da unificação no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de novembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.209/2014

DECRETO nº 6.209, de 19 de novembro de 2014.
Suplementa Dotação Orçamentária, por conta de Remanejamento entre Despesas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo especificada, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor do Fundo Municipal de Assistência Social, na importância de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais):

05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2.193 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade
3.3.90.00.00.00.00.0052 - Aplicações Diretas R\$ 24.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação especificada no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes de Remanejamento entre despesas, no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais):

05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2.193 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade
4.4.90.00.00.00.00.0052 - Aplicações Diretas R\$ 24.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de novembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 6.185/2014

DECRETO nº 6.185, de 30 de outubro de 2014.
Dispõe sobre recesso das atividades de espaços públicos vinculados a Fundação Municipal de Cultura e Fundação Municipal de Esportes e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso das atribuições legais e nos termos do art. 79 da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado recesso das atividades da Fundação Municipal de Cultura, no período compreendido de 22 de dezembro de 2014 a 22 de janeiro de 2015 e na Fundação Municipal de Esportes, no período compreendido de 22 de dezembro de 2014 a 20 de janeiro de 2015.

Art. 2º Os ocupantes de cargos comissionados deverão permanecer à disposição em caso de eventual necessidade de serviço.

Art. 3º As férias solicitadas durante o período de recesso administrativo serão validadas como férias, bem como as férias requeridas antes ou imediatamente após esse período serão deferidas conforme o interesse da administração.

Art. 4º O período decretado de recesso pelo presente Decreto, deverá ser compensado, excepcionalmente, no exercício de 2015, em escala e atividades a serem definidas pela Presidência de cada Fundação.

Parágrafo Único. Aos servidores que possuírem crédito do Banco de Horas, serão programadas as folgas durante o período de recesso, ficando dispensados de compensação posterior.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de outubro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 24.781

PORTARIA Nº 24.781, de 31 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 178, inciso V, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, designados para comporem Comissão de Processo Administrativo, o pagamento de gratificação a que fazem jus, especificando: código, nome dos servidores, cargo no processo, número

processo administrativo, número da portaria de instauração e valor da gratificação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Nº Processo Administrativo	Nº da Portaria	Valor da Gratif.
921	Ediane Aparecida Boscatto	Membro	PA nº 01/2014	23.844	100,00
10780	Luciana Marta Debarba Cezeira	Presidente	PA nº 01/2014	23.844	300,00
3271	Maria Aparecida Boscatto	Membro	PA nº 01/2014	23.844	100,00

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 31 de Outubro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 24.782

PORTARIA Nº 24.782, de 31 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal abaixo relacionado, lotado junto ao Gabinete do Prefeito, prestado no período de 15/09/2014 a 14/10/2014, especificando: código, nome do servidor e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas
103	Eltes Francisco Sinhorin	40h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 31 de outubro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 24.827

PORTARIA Nº 24.827, de 11 de Novembro de 2014.
Dispõe sobre nomeação de Servidora Pública Municipal aprovada em Concurso Público, conforme decisão judicial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 151, de 23/07/2009, que instituiu a Fundação Municipal de Meio Ambiente - FUNDEMA, e suas alterações,

RESOLVE:

NOMEAR, em razão de decisão judicial proferida nos Autos de Mandado de Segurança nº 0300191-05.2014.8.24.0012, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 01, de 31/05/2010 e Decreto nº 4.624, de 24/09/2010, que homologou o

resultado final do concurso, prorrogado pelo Decreto nº 5.318, de 09 de agosto de 2012, a pessoa abaixo relacionada, para ocupar cargo no Grupo Ocupacional - Superior, na Fundação Municipal de Meio Ambiente - FUNDEMA, especificando: nome, cargo, referência, carga horária semanal e data de nomeação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Data de nomeação
Andréa Tozzo Marafon	Bióloga	38	35	11/11/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de Novembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Luiz Gustavo Pavelski
PRESIDENTE DA FUNDEMA.

PORTARIA Nº 24.836

PORTARIA Nº 24.836, de 13 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 115, da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal, abaixo relacionado, 05 (cinco) dias de licença paternidade, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação e data do início da licença, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec.	Data Início
10302	Cristiano Reinaldo Rodrigues Fernandes	Agente Municipal de Segurança e Trânsito	032	23/04/2012

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 13 de Novembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 24.841

PORTARIA Nº 24.841, de 14 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 31, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, e Lei nº 202 de 23/02/2011, que altera, acrescenta e revoga dispositivos na lei complementar nº 114, de 28/08/2007, que institui a Fundação Municipal de Cultura - FMC, e dá outras providências,

RESOLVE:

CESSAR TODOS OS EFEITOS da Portaria nº 23.733, de 01 de Abril de 2014, que colocou a disposição da Fundação Municipal de Cultura, o Servidor Público Municipal NELSON MOLINSKI MOREIRA

SANTOS, designando o referido Servidor, para exercer o cargo em comissão de Presidente da Fundação Municipal de Cultura, com efeitos a contar de 17 de Novembro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 14 de Novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

AVISO DE LICITAÇÃO PR 18-2014 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAÇADOR
Fundo Municipal de Assistência Social
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO - Nº 23/2014

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2014 TIPO: MENOR PREÇO
OBJETO - REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE BRINQUE-
DOS, DESTINADOS AOS CRAS, DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSIS-
TENCIA SOCIAL DE CAÇADOR - SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 16h00min do dia 11/12/2014.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 16h10min do dia 11/12/2014.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pes-
soalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa
Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou
ainda por e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, no horário
de expediente em vigor.

Caçador, 20 de novembro de 2014.

Beatriz Ribeiro dos Santos,
Secretária Municipal de Assistência Social

Camboriú

PREFEITURA

PR 38/14 - FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 038/2014-FMS

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE
PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECÂNICA COM FORNECIMEN-
TO DE PEÇAS PARA CONserto DOS VEÍCULOS SPRINTER MIF
3586, KOMBI MIX 9524, UNO MLP 2581, GOL MFP 7687, SPACE
FOX MGO 1629, CORSA MJE 2593, CORSA MJE 2673, CORSA MJC
0174, CORSA MJC 0144 E MONTANA MGK 7253. PERTENCENTES
A FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas
no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº.
8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 04
(Quatro) de Dezembro de 2014, na sala de Reunião do Departa-
mento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro
de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no
site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 20 de Novembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

RESULTADO PR 36/14 - FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 036/2014-FMS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração
torna público que o resultado da licitação foi "DESERTA".
Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047
3365-9500.

Camboriú SC, 20 de Novembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
PREFEITA MUNICIPAL

RESULTADO PR 004/14 - FUCAM

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2014-FUCAM

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração
torna público que o resultado da licitação foi "DESERTA".
Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047
3365-9500.

Camboriú SC, 20 de Novembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
PREFEITA MUNICIPAL

Campo Alegre

PREFEITURA

LEI Nº 4.213 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

PROJETO LEI Nº 158 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014

EM REGIME ESPECIAL DE URGÊNCIA

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 53.657,85 (cincoenta e três mil, seiscentos e cinquenta e sete reais, oitenta e cinco centavos), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.02 -	Serviço do Ensino Fundamental	
12.361.0008.2.014 -	Transporte Escolar	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339039.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 53.657,85

Art.2º) O créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
12.361.0008.2.045 -	Pessoal do Apoio Administrativo à Educação	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
310000.00.519 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.519 -	Aplicações Diretas	
319011.00.519 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 5.000,00
12.361.0008.2.104 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Municipal de Educação.	
400000.00.519 -	Despesas de Capital	
440000.00.519 -	Investimentos	
449000.00.519 -	Aplicações Diretas	
449052.00.519 -	Equipamentos e Material Permanente R\$ 6.810,86	
05.02 -	Serviço do Ensino Fundamental	
12.361.0010.2.105 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Fundamental	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339030.00.519 -	Material de Consumo	R\$ 7.475,00
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
12.361.0011.2.106 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Infantil	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	

330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339030.00.519 -	Material de Consumo	R\$ 3.000,00
400000.00.519 -	Despesas de Capital	
440000.00.519 -	Investimentos	
449000.00.519 -	Aplicações Diretas	
449052.00.519 -	Equipamentos e Material Permanente R\$ 5.630,30	
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.01 -	Serviços de Agropecuária e Meio Ambiente	
18.541.0036.1.033 -	Manutenção das Áreas de Preservação Ambiental	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 1.600,00
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.755,90
20.606.0028.1.039 -	Distribuição de Calcário	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 88,68
20.606.0030.1.011 -	Capacitação e Profissionalização do Jovem Rural e da Mulher Rural	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.000,00
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00
20.606.0078.2.127 -	Manutenção do Apoio à Agricultura Familiar	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.282,00
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico	
20.606.0033.2.021 -	Apoio a Implantação de Infra-estrutura Básica Agrícola.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 100,00
23.694.0026.2.109 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 1.434,15

07.03 -	Serviço de Comércio e Indústria	
22.661.0041.1.014 -	Criação de Incubadora de Empresas.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
339035.00.896 -	Serviços de Consultoria	R\$ 1.000,00
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.000,00
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 5.000,00
23.691.0080.2.131 -	Promoção do Empreendedorismo.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 250,00
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 5.000,00
11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	
13.392.0082.2.016 -	Patrimônio Histórico Municipal	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.230,96
27.813.0084.2.810 -	Criação Patrimônio Histórico Municipal	
400000.00.896 -	Despesas de Capital	
440000.00.896 -	Investimentos	
449000.00.896 -	Aplicações Diretas	
449051.00.896 -	Obras e Instalações	R\$ 1.000,00
	Total	R\$ 53.657,85

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

LEI Nº 4.214 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 4.214 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 6.125,00 (seis mil, cento e vinte e cinco reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental	
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	
17.512.0077.2.124 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental	

300000.00.766 -	Despesas Correntes	
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.766 -	Aplicações Diretas	
339039.00.766 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 6.125,00

Art.2º) O créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental	
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	
18.541.0090.2.137 -	Manutenção do Programa de Combate ao Borrachudo	
300000.00.766 -	Despesas Correntes	
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.766 -	Aplicações Diretas	
339030.00.766 -	Material de Consumo	R\$ 625,00
339036.00.766 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 500,00
339039.00.766 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 5.000,00
	TOTAL	R\$ 6.125,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 20 de Novembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 20/11/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.215 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 4.215 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO ESPECIAL, CRIA ELEMENTO DE DESPESA E SUPLEMENTA-OS POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Assistência Social autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 29.760,95 (vinte e nove mil, setecentos e sessenta reais e noventa e cinco centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
08.244.0100.2.517 -	Atividades PAIF - Família	
300000.00.922 -	Despesas Correntes	
330000.00.922 -	Outras Despesas Correntes	

339000.00.922 -	Aplicações Diretas	
339030.00.922 -	Material de Consumo	R\$ 9.000,00
339036.00.922 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 13.000,00
339039.00.922 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 5.160,95
339047.00.922 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 2.600,00
	Total	R\$ 29.760,95

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Excesso de Arrecadação do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
20 de Novembro de 2014.

LEI Nº 4.216 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 4.216 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADACÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar, no valor de R\$ 30.019,37 (trinta mil, dezenove reais e trinta e sete centavos), a fim de suplementar os Elementos de Despesa nas seguintes Dotações do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação.	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0009.2.014 -	Transporte Escolar	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339030.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 17.081,18
05.05 -	Serviço de Controle da Merenda Escolar	
12.306.0012.2.015 -	Merenda Escolar.	
300000.00.151 -	Despesas Correntes	
330000.00.151 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.151 -	Aplicações Diretas	
339030.00.151 -	Material de Consumo	R\$ 9.965,34
300000.00.158 -	Despesas Correntes	
330000.00.158 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.158 -	Aplicações Diretas	
339030.00.158 -	Material de Consumo	R\$ 2.972,85
	Total	R\$ 30.019,37

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente dos seguintes Recursos: 519 - Receita e Transferências de Impostos a Educação; 151 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - Ensino Fundamental; 158 - Programa Nacional de Alimentação da Educação Infantil "Creches".

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
20 de Novembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 20/11/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.671 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 8.671 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.213 de 20 de novembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 53.657,85 (cincoenta e três mil, seiscentos e cinquenta e sete reais, oitenta e cinco centavos), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.02 -	Serviço do Ensino Fundamental	
12.361.0008.2.014 -	Transporte Escolar	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339039.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 53.657,85

Art.2º) O crédito a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
12.361.0008.2.045 -	Pessoal do Apoio Administrativo à Educação	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
310000.00.519 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.519 -	Aplicações Diretas	
319011.00.519 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 5.000,00
12.361.0008.2.104 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Municipal de Educação.	
400000.00.519 -	Despesas de Capital	
440000.00.519 -	Investimentos	
449000.00.519 -	Aplicações Diretas	
449052.00.519 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 6.810,86
05.02 -	Serviço do Ensino Fundamental	
12.361.0010.2.105 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Fundamental	

300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339030.00.519 -	Material de Consumo	R\$ 7.475,00
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
12.361.0011.2.106 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Infantil	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339030.00.519 -	Material de Consumo	R\$ 3.000,00
400000.00.519 -	Despesas de Capital	
440000.00.519 -	Investimentos	
449000.00.519 -	Aplicações Diretas	
449052.00.519 -	Equipamentos e Material Permanente R\$ 5.630,30	
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.01 -	Serviços de Agropecuária e Meio Ambiente	
18.541.0036.1.033 -	Manutenção das Áreas de Preservação Ambiental	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 1.600,00
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.755,90
20.606.0028.1.039 -	Distribuição de Calciário	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 88,68
20.606.0030.1.011 -	Capacitação e Profissionalização do Jovem Rural e da Mulher Rural	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.000,00
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00
20.606.0078.2.127 -	Manutenção do Apoio à Agricultura Familiar	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.282,00
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico	
20.606.0033.2.021 -	Apoio a Implantação de Infra-estrutura Básica Agrícola.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	

339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 100,00
23.694.0026.2.109 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 1.434,15
07.03 -	Serviço de Comércio e Indústria	
22.661.0041.1.014 -	Criação de Incubadora de Empresas.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
339035.00.896 -	Serviços de Consultoria	R\$ 1.000,00
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.000,00
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 5.000,00
23.691.0080.2.131 -	Promoção do Empreendedorismo.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 250,00
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 5.000,00
11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	
13.392.0082.2.016 -	Patrimônio Histórico Municipal	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.230,96
27.813.0084.2.810 -	Criação Patrimônio Histórico Municipal	
400000.00.896 -	Despesas de Capital	
440000.00.896 -	Investimentos	
449000.00.896 -	Aplicações Diretas	
449051.00.896 -	Obras e Instalações R\$ 1.000,00	
	Total	R\$ 53.657,85

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 20 de Novembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 20/11/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.672 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 8.672 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.214 de 20 de novembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 6.125,00 (seis mil, cento e vinte e cinco reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental	
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	
17.512.0077.2.124 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental	
300000.00.766 -	Despesas Correntes	
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.766 -	Aplicações Diretas	
339039.00.766 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 6.125,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental	
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	
18.541.0090.2.137 -	Manutenção do Programa de Combate ao Borrachudo	
300000.00.766 -	Despesas Correntes	
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.766 -	Aplicações Diretas	
339030.00.766 -	Material de Consumo	R\$ 625,00
339036.00.766 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 500,00
339039.00.766 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 5.000,00
	TOTAL	R\$ 6.125,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 20 de Novembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 20/11/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.673 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 8.673 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO ESPECIAL, CRIA ELEMENTOS DE DESPESA E SUPLEMENTA-OS POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei nº 4.215 de 20 de novembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Especial, Cria Elementos de Despesa e suplementa-os no valor de R\$ 29.760,95 (vinte e nove mil, setecentos e sessenta reais e noventa e cinco centavos), no Fundo Municipal de Assistência Social Orçamento Vigente.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
08.244.0100.2.517 -	Atividades PAIF - Família	
300000.00.922 -	Despesas Correntes	
330000.00.922 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.922 -	Aplicações Diretas	
339030.00.922 -	Material de Consumo	R\$ 9.000,00
339036.00.922 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 13.000,00
339039.00.922 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 5.160,95
339047.00.922 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 2.600,00
	Total	R\$ 29.760,95

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Excesso de Arrecadação do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
20 de Novembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 20/11/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.674 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 8.674 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei 8.674 de 20 de novembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre crédito suplementar, no valor de R\$ 30.019,37 (trinta mil, dezenove reais e sete centavos), a fim de suplementar os Elementos de Despesa nas seguintes Dotações do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação.	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0009.2.014 -	Transporte Escolar	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339030.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 17.081,18
05.05 -	Serviço de Controle da Merenda Escolar	
12.306.0012.2.015 -	Merenda Escolar.	
300000.00.151 -	Despesas Correntes	
330000.00.151 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.151 -	Aplicações Diretas	
339030.00.151 -	Material de Consumo	R\$ 9.965,34
300000.00.158 -	Despesas Correntes	
330000.00.158 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.158 -	Aplicações Diretas	
339030.00.158 -	Material de Consumo	R\$ 2.972,85
	Total	R\$ 30.019,37

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente dos seguintes Recursos: 519 - Receita e Transferências de Impostos a Educação; 151 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - Ensino Fundamental; 158 - Programa Nacional de Alimentação da Educação Infantil "Creches".

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
20 de Novembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 20/11/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE SUPRIMENTOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 35/2014
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 100/2014 - Modalidade Pregão Eletrônico
Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos vinte dias do mês de novembro de 2014, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de materiais para manutenção e ampliação da rede de água do município, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa LAO INDÚSTRIA LTDA, CNPJ: 00.946.219/0001-88, em decorrência da

homologação do processo licitatório nº. 100/2014, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	100	UN	Hidrômetro unijato ¾" com conexão curta e longa de metal.	69,90	6.990,00
VALOR TOTAL				R\$ 6.990,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAK MUNHOZ
Pregoeira

LAO INDÚSTRIA LTDA
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE SUPRIMENTOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 36/2014
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 100/2014 - Modalidade Pregão Eletrônico
Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos vinte dias do mês de novembro de 2014, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de materiais para manutenção e ampliação da rede de água do município, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa C.E. MACEDO E CIA LTDA, CNPJ: 07.965.552/0001-83, em decorrência da homologação do processo licitatório nº. 100/2014, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
4	10	PC	Válvula de retenção horizontal 2" com portinhola em metal, rosca interna	184,08	1.840,80
5	05	Pc	Válvula de retenção horizontal 38mm com portinhola em metal RI	132,36	661,80
6	100	Pc	Adaptador de compressão com registro para ligação ramal predial 20 x 3/4" RM	2,46	246,00
7	50	Pc	Adaptador de compressão sem registro 20 x ¾" RM	1,70	85,00
9	30	M	Tubo PEAD polietileno 60 mm	75,00	2.250,00
10	3000	M	Tubo PVC PBA classe 12 DN 50 de 60	5,00	15.000,00
12	10	Pc	Registro de esfera borboleta soldável 60mm	35,80	358,00
15	100	Pc	Luva dupla de compressão GM PP 20mm	2,50	250,00
16	10	Pc	Redução PVC JE PB 60 x 50 PBA	2,80	28,00

17	10	PC	Redução PVC JE PB 50 x 40 PBA	1,90	19,00
18	10	Pc	Redução PVC JE PB 40 x 32 PBA	1,20	12,00
VALOR TOTAL				R\$ 20.750,60	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

C.E. MACEDO E CIA LTDA
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE SUPRIMENTOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 37/2014
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 100/2014 - Modalidade Pregão Eletrônico
Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos vinte dias do mês de novembro de 2014, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de materiais para manutenção e ampliação da rede de água do município, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa DANNA COMERCIAL EIRELLI ME, CNPJ: 13.550.358/0001-30, em decorrência da homologação do processo licitatório nº. 100/2014, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
2	100	Pc	Joelho soldável 25mm	0,17	17,00
3	100	Pc	Registro de esfera soldável 25mm	3,90	390,00
13	20	Barra	Tubo pvc soldável 25mm barra com 6 metros	9,75	195,00
VALOR TOTAL				R\$ 602,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

DANNA COMERCIAL EIRELLI
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 38/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE SUPRIMENTOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 38/2014
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 100/2014 - Modalidade Pregão Eletrônico
Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos vinte dias do mês de novembro de 2014, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de materiais para manutenção e ampliação da rede de água do município, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa LAJE ÁGUA COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ: 05.372.455/0001-51, em decorrência da homologação do processo licitatório nº. 100/2014, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
11	15	Rolo	Tubo PEAD polietileno em PP 20mm, azul, rolo com 100 metros	154,99	2.324,85
VALOR TOTAL				R\$ 2.324,85	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

LAJE ÁGUA COM. DE
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE SUPRIMENTOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 39/2014
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 100/2014 - Modalidade Pregão Eletrônico
Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos vinte dias do mês de novembro de 2014, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de materiais para manutenção e ampliação da rede de água do município, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa LEA LOUREIRO - EPP, CNPJ: 04.338.351/0001-68, em decorrência da homologação do processo licitatório nº. 100/2014, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
8	50	Pc	Adaptador de compressão sem registro 20 x ¾" RF	3,63	181,50
14	50	Pc	Colar de tomada com travas PVC 60 x ¾"	4,57	228,50
VALOR TOTAL				R\$ 410,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epígrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

LEA LOUREIRO - EPP
Representante legal

DECRETO Nº 8.668 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 8.668 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.045 de 10 de dezembro de 2013; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração.	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339014.00.896 -	Diárias - Civil	R\$ 800,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração.	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração	
400000.00.896 -	Despesas de Capital	
440000.00.896 -	Investimentos	
449000.00.896 -	Aplicações Diretas	
449052.00.896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 800,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
18 de Novembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/11/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.669 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 8.669 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014
ABRE CRÉDITO ESPECIAL, SUPLEMENTA-O POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.210 de 12 de novembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente o Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
08.244.0061.2.121-	Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social	
300000.00.920 -	Despesas Correntes	
330000.00.920 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.920 -	Aplicações Diretas	
339032.00.920 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 1.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente, do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
08.244.0061.2.121-	Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social	
300000.00.920 -	Despesas Correntes	
330000.00.920 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.920 -	Aplicações Diretas	
339036.00.920 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
19 de Novembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/11/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.670 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 8.670 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.045 de 10 de dezembro de 2013; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.050,00 (um mil e cinquenta reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração.	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339091.00.896 -	Sentenças Judiciais	R\$ 1.050,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração.	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração	
400000.00.896 -	Despesas de Capital	
440000.00.896 -	Investimentos	
449000.00.896 -	Aplicações Diretas	
449052.00.896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 1.050,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18 de Novembro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
19 de Novembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/11/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

ATA TOMADA DE PREÇO 109/2014

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório TP nº 109/2014)

Aos vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Irineu Woitskovski Junior, Maria Cristina Marciniak Munhoz e Lilian Terezinha Bartsch, membros da Comissão Permanente de Licitações (nomeados

através do Decreto Municipal nº 8.125 de 06 de janeiro de 2014) responsáveis pelo Processo Licitatório nº 109/2014, modalidade Tomada de Preços, para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o Fornecimento de material e mão de obra, para ampliação e reforma do prédio da Escola Bela Vista, Rua das Azaléias, Bairro Cascatas, neste Município. Inicialmente a Presidente declarou aberta a sessão, nominando os presentes, recebendo os envelopes (documentos e proposta) das empresas proponentes: LN CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ 10.834.999/0001-28, BRUVETC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ: 05.401.426/0001-70, RENAN SISMER MAURICIO ME - CNPJ: 20.985.955/0001-52 e KATARINE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA - CNPJ : 06.966.065/0001-72. As licitantes não credenciaram representantes na sessão. Participou da sessão como ouvintes o Sr. Lino Antonio da Silva Neto. Após, procedeu-se a abertura dos envelopes "documentos" das empresas proponentes, sendo considerada INABILITADA a empresa RENAN SISMER MAURICIO ME por não cumprir a exigência do edital quanto à apresentação de Atestado ou Declaração de Capacidade Técnica, consistindo em documento emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico devidamente registrado no CREA ou CAU, atestando que a empresa e o profissional (que será o responsável técnico da obra) já executaram obra similar ao objeto desta licitação conforme o item 5.1.5.3 do Edital. A empresa KATARINE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA foi considerada INABILITADA por não cumprir a exigência do Edital quanto ao item 5.1.4.2.4.2 - Verificação da Liquidez Corrente (LC) que deverá ser maior ou igual a 1 (um), não sendo possível avaliar a situação financeira da empresa. Todas empresas apresentaram declaração de enquadramento como Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte. Concede-se prazo de 05 (cinco) dias úteis, para apresentação de recurso, em atendimento a Lei Federal 8.666/93 e alterações. Todas as empresas ficam intimadas do prazo de recurso. Não havendo nada mais a tratar, encerrou-se a presente sessão com a lavratura da presente ata, que vai assinada por todos os presentes:

ATA 2 TOMADA DE PREÇO 109/2014

ATA CIRCUNSTANCIADA 2

(Processo Licitatório TP nº 109/2014)

Após a sessão realizada aos vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, a Comissão Permanente de Licitações (nomeada através do Decreto Municipal nº 8.125 de 06 de janeiro de 2014) responsável pelo Processo Licitatório nº 109/2014, modalidade Tomada de Preços, em análise dos documentos da empresa KATARINE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA - CNPJ : 06.966.065/0001-72 já INABILITADA por não cumprir a exigência do Edital quanto ao item 5.1.4.2.4.2 - constatou ainda que a referida licitante não comprovou a Capacidade Técnica do Profissional Técnico Responsável -(Atestado ou Declaração de Capacidade Técnica do Profissional, conforme exige o item 5.1.5.3 do edital que pede: "Atestado ou Declaração de Capacidade Técnica, consistindo em documento emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico devidamente registrado no CREA ou CAU, atestando que a empresa e o profissional (que será o responsável técnico da obra) já executaram obra similar ao objeto desta licitação". Sendo também INABILITADA pela não apresentação deste documento. Concede-se prazo de 05 (cinco) dias úteis, para apresentação de recurso, em atendimento a Lei Federal 8.666/93 e alterações. Todas as empresas ficam intimadas do prazo de recurso. Não havendo nada mais a tratar, encerrou-se a presente sessão com a lavratura da presente ata, que vai assinada por todos os presentes:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

GABINETE DO PREFEITO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

“DISPÕE SOBRE A PUBLICIDADE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA, PARA DAR CUMPRIMENTO AO ESTABELECIDO NO INCISO I DO ARTIGO 48, DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF), E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos Municípios que:

CONSIDERANDO, que esta municipalidade deverá cumprir o quanto determina o Inciso I do Art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101/2000);

CONSIDERANDO, que a LRF determina a participação popular e realização de Audiências Públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, Lei de Diretrizes Orçamentária e Orçamento;

RESOLVE:

Art.1º Fica marcada para o dia 21 (vinte e um) de novembro do corrente ano, Audiência Pública da Lei Orçamentária Anual - LOA para o exercício de 2015.

§ 1º A Audiência que trata o caput deste artigo será realizada no Espaço Cultural Profª. Sirley Maria Neumann Johanson, sito na Av. Dr. Getúlio Vargas, nº 620 - Centro neste Município, às 17:00 hs.

§ 2º Ficam convidadas todas as autoridades deste Município, bem como todos os Municípios, para dar ciência do quanto determinado no Inciso I do Artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art.2º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
19 de novembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8.675 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.675 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE.

O Prefeito em exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Homologar a Resolução do CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de nº 06 anexa, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
20 de Novembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 14/05/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Municipal nº 3.425 de 25 de novembro de 2008

Rua Jorge Lacerda, nº 86 - Centro - Campo Alegre - Santa Catarina - 89294-000.

Fone: 47 3632-1568/9177-2401 - cmdca@campoalegre.sc.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 06 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL SÓCIO-EDUCATIVO PARA O DECÊNIO 2014/2024, PMASE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas por Lei, faz saber que os Conselheiros aprovaram o Plano Municipal Sócio-educativo para o decênio 201/2024, PMASE do Município de Campo Alegre/SC; Resolve:

Art.1º. Fica aprovado o PLANO MUNICIPAL SÓCIO-EDUCATIVO PARA O DECÊNIO 2014/2024, PMASE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., na forma do anexo, que é parte integrante desta Resolução.

Art.2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. Revogam-se as demais disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 17 de Novembro de 2014.

EDITHE MARICLER VIRMOND

Presidente do CMDCA Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos dezessete dias do mês de Novembro de 2014.

TÚLIO CESAR JANSEN

Secretário do CMDCA Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

PORTARIA Nº 11.320 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.320 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a servidora ocupante do cargo público de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, BÁRBARA BRÜSKI, Matrícula Funcional nº 000008, Registro no Sistema sob nº 291730, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 01 de Novembro de 2010 á 01 de Novembro de 2013.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 30 de Novembro de 2013.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Município de Campo Alegre/SC, 14 de Novembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 14/11/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.321 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.321 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, redação dada pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença Prêmio a Servidora Pública, ocupante do cargo de público de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, NADIR BUENO TELMA, Matrícula Funcional nº 000218, Registro no Sistema sob nº 227501, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 03 de Fevereiro de 2009 a 03 de Fevereiro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará sua Licença Prêmio no período de 20 de Novembro de 2014 á 19 de Dezembro de 2014.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Município Campo Alegre/SC, 19 de Novembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/11/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.322 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.322 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, redação dada pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença Prêmio a Servidora Pública, ocupante do cargo de público de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, NICIMARA AMORIM CUNHA, Matrícula Funcional nº 000604, Registro no Sistema sob nº 954842, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 01 de Junho de 2010 a 01 de Junho de 2013.

Art.2º) A servidora gozará sua Licença Prêmio no período de 20 de Novembro de 2014 á 19 de Dezembro de 2014.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Município Campo Alegre/SC, 19 de Novembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/11/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

--	--

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 360 437/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 360 437/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHK1069	55140288C	6599/2	06/08/2014	230 * V
BGU1152	55140292C	5010/0	10/08/2014	162 * I
BGU1152	55140294C	5061/0	10/08/2014	163 c/c 162 * I
LZA5115	55142171C	6599/2	09/08/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2014

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 360 438/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 360 438/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJC0926	55141428C	5029/2	23/02/2013	R\$ 957,69	162 * II
AJC0926	55141429C	5169/1	23/02/2013	R\$ 1.915,38	165
BNA5293	55142015C	6599/2	31/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
BNA5293	55142016C	5525/0	31/08/2013	R\$ 85,12	181 * XV
CEZ2904	55142022C	6599/2	26/10/2013	R\$ 191,53	230 * V
CEZ2904	55142023C	6912/0	26/10/2013	R\$ 53,20	232
CTJ5103	55140259C	5185/1	12/07/2013	R\$ 127,69	167
JNP5796	55142445C	6599/2	05/10/2013	R\$ 191,53	230 * V
LBD9363	55142031C	5010/0	02/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
LBD9363	55142032C	5169/1	02/11/2013	R\$ 1.915,38	165
LYL8023	55140263C	6599/2	09/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYL8023	55140264C	6637/2	09/08/2013	R\$ 127,69	230 * IX
LYR3767	55142412C	6610/2	10/07/2013	R\$ 127,69	230 * VII
LYT1111	55142457C	6548/0	19/05/2013	R\$ 85,12	229
LYT1111	55142458C	6700/0	19/05/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
LYZ8367	55141389C	5010/0	05/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
LYZ8367	55141390C	6912/0	05/05/2013	R\$ 53,20	232
LYZ8367	55141392C	5118/0	05/05/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LZJ7203	55141238C	5010/0	14/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
LZJ7203	55141239C	5835/0	14/05/2013	R\$ 127,69	195
LZJ7203	55141240C	5215/2	14/05/2013	R\$ 191,53	170
LZJ7203	55141241C	5215/1	14/05/2013	R\$ 191,53	170
LZJ7203	55141242C	5274/1	14/05/2013	R\$ 191,53	175
LZJ7203	55141243C	5843/3	14/05/2013	R\$ 127,69	196
MAB1621	55140269C	5169/1	17/10/2013	R\$ 1.915,38	165
MAQ5982	55141384C	5010/0	17/02/2013	R\$ 574,61	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAT2087	55142531C	5010/0	15/03/2013	R\$ 574,61	162 * I
MAY7688	55140268C	6548/0	14/09/2013	R\$ 85,12	229
MBR2616	55141426C	5193/0	23/02/2013	R\$ 191,53	168
MBY0150	55142002C	6610/2	01/07/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MBY0150	55142003C	6700/0	01/07/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
MCI6566	55142414C	5010/0	10/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
MCR6602	55142301C	5010/0	11/10/2013	R\$ 574,61	162 * I
MCR6602	55142302C	6599/2	11/10/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEP0980	55142352C	5010/0	20/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
MEP0980	55142353C	6599/2	20/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEP0980	55142354C	6556/1	20/11/2013	R\$ 191,53	230 * I
MEP0980	55142355C	6769/1	20/11/2013	R\$ 85,12	230 * XXII
MEP0980	55142356C	6653/1	20/11/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MEP0980	55142357C	7030/2	20/11/2013	R\$ 191,53	244 * I
MEP9997	55142432C	6912/0	18/08/2013	R\$ 53,20	232
MFL5816	55141436C	5010/0	11/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
MGU4329	55142450C	5010/0	09/10/2013	R\$ 574,61	162 * I
MHN4790	55142437C	5185/1	07/09/2013	R\$ 127,69	167
MHY8491	55142444C	6599/2	05/10/2013	R\$ 191,53	230 * V
MIM8126	55141433C	5835/0	07/03/2013	R\$ 127,69	195
MIM8126	55141434C	7030/2	07/03/2013	R\$ 191,53	244 * I
MIM8126	55141435C	5215/1	07/03/2013	R\$ 191,53	170
MKI9351	55142404C	6068/1	05/07/2013	R\$ 127,69	209
MKJ9388	55142403C	5010/0	05/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
MKO1024	55141248C	5010/0	28/06/2013	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2014

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 360 439/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 360 439/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ANR6047	55142172C	5029/1	17/08/2014	162 * II
ENH2482	55142173C	6599/2	25/08/2014	230 * V
ENH2482	55142174C	6408/0	25/08/2014	221

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2014

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 360 440/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 360 440/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAA5236	55142416C	6670/0	24/07/2013	R\$ 127,69	230 * XIII
AGH9540	55142405C	6599/2	07/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
AGH9540	55142406C	5010/0	06/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
BYC9000	55140514C	6548/0	27/08/2013	R\$ 85,12	229
MBI1060	55142018C	5835/0	27/09/2013	R\$ 127,69	195
MBI1060	55142019C	7366/2	27/09/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MBI1060	55142020C	5185/1	27/09/2013	R\$ 127,69	167
MHE2161	55140285C	5185/1	13/07/2014	R\$ 127,69	167
MHI0462	55142441C	6653/2	19/09/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MIM8126	55141257C	5274/1	05/07/2012	R\$ 191,53	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2014

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 360 441/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 360 441/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ANF3987	55140298C	5010/0	14/08/2014	162 * I
ANF3987	55140299C	6599/2	14/08/2014	230 * V
MAK2442	55142170C	6599/2	09/08/2014	230 * V
MHJ2386	55140635C	5010/0	28/08/2014	162 * I
MHK0891	55142318C	6599/2	11/08/2014	230 * V
MHO8275	55142159C	6858/0	20/07/2014	231 * VII
MJG9295	55140295C	6599/2	10/08/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2014

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 360 442/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 360 442/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXI1544	55141881C	6599/2	23/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
LXI1544	55142294C	5010/0	23/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
LYY8013	55142009C	5010/0	07/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
LYY8013	55142010C	6599/2	07/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYY8013	55142011C	6637/1	07/07/2013	R\$ 127,69	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2014

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 360 443/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 360 443/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABN5045	55141861C	6637/1	25/05/2014	R\$ 127,69	230 * IX
ABN5045	55141862C	6726/1	25/05/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
ABN5045	55141863C	6610/2	25/05/2014	R\$ 127,69	230 * VII
ADG7749	55142435C	6637/2	22/08/2013	R\$ 127,69	230 * IX
AHA0759	55142375C	6637/2	22/12/2013	R\$ 127,69	230 * IX
AKG3369	55142440C	7366/2	15/09/2013	R\$ 85,12	252 * VI
AMF0582	55142297C	6599/2	01/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
ANN8416	55142485C	5010/0	12/06/2013	R\$ 574,61	162 * I
ANT9427	55142546C	5835/0	20/04/2013	R\$ 127,69	195
ANT9427	55142547C	5274/1	20/04/2013	R\$ 191,53	175
ANT9427	55142548C	5274/1	20/04/2013	R\$ 191,53	175
BDK1997	55142459C	5274/1	19/05/2013	R\$ 191,53	175
BDK1997	55142460C	5185/1	19/05/2013	R\$ 127,69	167
BDK1997	55142461C	5835/0	19/05/2013	R\$ 127,69	195
BDK1997	55142463C	6050/2	19/05/2013	R\$ 191,53	208
BDK1997	55142464C	5215/2	19/05/2013	R\$ 191,53	170
BOV5280	55141901C	5525/0	12/03/2014	R\$ 85,12	181 * XV
BPC0506	55141902C	5525/0	12/03/2014	R\$ 85,12	181 * XV
CGS1250	55142391C	6599/2	06/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
CGS1250	55142392C	6408/0	06/01/2014	R\$ 85,12	221
DLF9149	55142376C	5045/0	22/12/2013	R\$ 191,53	162 * V
HPG2100	55142283C	6726/1	21/05/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
JND8121	55141249C	5525/0	28/06/2013	R\$ 85,12	181 * XV
KBL5898	55142455C	6637/1	03/05/2013	R\$ 127,69	230 * IX
LXC4797	55142515C	6637/1	22/12/2012	R\$ 127,69	230 * IX
LXI5660	55142037C	5010/0	03/11/2013	R\$ 574,61	162 * I

1 / 3

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXS5325	55142402C	6637/2	05/07/2013	R\$ 127,69	230 * IX
LYL7956	55141394C	5010/0	04/10/2013	R\$ 574,61	162 * I
LYL7956	55141395C	5207/0	04/10/2013	R\$ 53,20	169
LYL7956	55141396C	5215/2	04/10/2013	R\$ 191,53	170
LYL7956	55141397C	5274/1	04/10/2013	R\$ 191,53	175
LYL7956	55141398C	5835/0	04/10/2013	R\$ 127,69	195
LYW3975	55142050C	5010/0	19/01/2014	R\$ 574,61	162 * I
LZL3727	55141972C	5169/1	25/01/2014	R\$ 1.915,38	165
LZL3727	55142401C	6556/1	01/07/2013	R\$ 191,53	230 * I
LZZ1384	55142005C	5835/0	06/07/2013	R\$ 127,69	195
LZZ1384	55142006C	6076/0	06/07/2013	R\$ 191,53	210
LZZ1384	55142007C	6394/3	06/07/2013	R\$ 191,53	220 * XIV
LZZ1384	55142008C	6050/2	06/07/2013	R\$ 191,53	208
LZZ1384	55142407C	6394/2	06/07/2013	R\$ 191,53	220 * XIV
LZZ1384	55142408C	6050/2	06/07/2013	R\$ 191,53	208
LZZ1384	55142409C	5215/2	06/07/2013	R\$ 191,53	170
LZZ1384	55142410C	5215/1	06/07/2013	R\$ 191,53	170
MAA2782	55141941C	6599/2	07/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAV1568	55142466C	5010/0	31/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MAV1568	55142467C	6599/2	31/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MAV1568	55142468C	6556/1	31/05/2013	R\$ 191,53	230 * I
MAV1568	55142469C	6653/1	31/05/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MAV1568	55142470C	6637/2	31/05/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MAX4588	55142394C	6637/2	10/01/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MBJ7436	55141431C	5185/1	03/03/2013	R\$ 127,69	167
MBJ7436	55141432C	6548/0	03/03/2013	R\$ 85,12	229
MBU0542	55142307C	5010/0	16/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBU0542	55142308C	7030/2	16/03/2014	R\$ 191,53	244 * I
MDQ9165	55141939C	5525/0	04/04/2014	R\$ 85,12	181 * XV
MDX2977	55141904C	6610/2	14/03/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MEF7908	55142033C	5010/0	03/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
MEF7908	55142034C	6599/2	03/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MES1413	55141923C	5010/0	18/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MES1413	55141924C	6599/2	18/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MET3151	55140625C	5185/1	07/11/2013	R\$ 127,69	167
MEU1367	55141422C	5118/0	09/01/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MEZ1450	55141926C	5525/0	23/03/2014	R\$ 85,12	181 * XV

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFJ4475	55142484C	5010/0	12/06/2013	R\$ 574,61	162 * I
MGU7185	55142543C	5274/1	13/04/2013	R\$ 191,53	175
MIK0288	55141884C	5525/0	27/06/2014	R\$ 85,12	181 * XV
MIM5992	55141944C	5010/0	12/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
MIM5992	55141945C	7030/2	12/04/2014	R\$ 191,53	244 * I
MIM5992	55141946C	5118/0	12/04/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MJA3754	55140765C	7064/0	30/07/2013	R\$ 191,53	244 * IV
MKC5958	55141459C	6599/2	25/12/2013	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2014

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 360 444/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 360 444/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDQ2054	55142055C	6599/2	03/09/2014	230 * V
QHC1174	55142051C	5010/0	24/08/2014	162 * I
QHC1174	55142052C	6912/0	24/08/2014	232
QHC1174	55142054C	5835/0	24/08/2014	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2014

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 360 445/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 360 445/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AEC2553	55141975C	5525/0	26/01/2014	R\$ 85,12	181 * XV
AFZ1993	55142373C	5169/1	20/12/2013	R\$ 1.915,38	165
AHH2254	55142474C	5010/0	04/06/2013	R\$ 574,61	162 * I
AJE1928	55142360C	5169/1	27/11/2013	R\$ 1.915,38	165
ANA9479	55142367C	5010/0	16/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
ANA9479	55142368C	6637/2	16/12/2013	R\$ 127,69	230 * IX
ATZ2936	55142439C	7030/1	15/09/2013	R\$ 191,53	244 * I
BLF6191	55141891C	6653/1	06/07/2014	R\$ 127,69	230 * XI
BOY6233	55142374C	6637/2	21/12/2013	R\$ 127,69	230 * IX
LYF7431	55141875C	5738/0	18/06/2014	R\$ 191,53	186 * II
LYT1111	55142274C	5924/1	28/04/2014	R\$ 191,53	203 * I
LYT1111	55142275C	5967/0	28/04/2014	R\$ 191,53	203 * V
LYX8198	55141974C	6637/2	26/01/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LZF6530	55141962C	5045/0	21/01/2014	R\$ 191,53	162 * V
LZZ1384	55141457C	5185/1	04/09/2013	R\$ 127,69	167
MAX4588	55142393C	5010/0	10/01/2014	R\$ 574,61	162 * I
MAX4588	55142395C	6408/0	10/01/2014	R\$ 85,12	221
MEC8415	55142465C	5525/0	31/05/2013	R\$ 85,12	181 * XV
MHJ7818	55141868C	5525/0	31/05/2014	R\$ 85,12	181 * XV
MHK2649	55142475C	6700/0	11/06/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
MHN4790	55141971C	6599/2	25/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHR4509	55142363C	6599/2	16/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MIN6957	55141963C	5010/0	21/01/2014	R\$ 574,61	162 * I
MIV6718	55141443C	6050/2	30/12/2013	R\$ 191,53	208
MJQ1676	55142306C	6599/2	25/01/2014	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2014

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 360 446/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 360 446/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ATZ2937	55142175C	6912/0	25/08/2014	232
CYJ5327	55142189C	6548/0	27/09/2014	229
FEG0700	55140632C	6912/0	28/08/2014	232
MAX4588	55142188C	6548/0	27/09/2014	229
MBH9481	55142190C	6548/0	27/09/2014	229
MEU6844	55140638C	5010/0	17/09/2014	162 * I
MEU6844	55140639C	6599/2	17/09/2014	230 * V
MLN5507	55142184C	5010/0	23/09/2014	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2014

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 360 447/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 360 447/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AEC6401	55141357C	6645/0	08/07/2012	R\$ 127,69	230 * X
AEC6401	55141358C	5274/2	08/07/2012	R\$ 191,53	175
AED1083	55141347C	5525/0	08/06/2012	R\$ 85,12	181 * XV
AFQ7303	55141202C	6580/0	27/04/2012	R\$ 191,53	230 * IV
AGK3537	55141219C	5010/0	25/10/2012	R\$ 574,61	162 * I
AGK3537	55141220C	5118/0	25/10/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
AHH0371	55142502C	6637/2	14/09/2012	R\$ 127,69	230 * IX
ALU7106	55141887C	5010/0	04/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
AMB9524	55140761C	6700/1	25/10/2012	R\$ 127,69	230 * XVI
ATJ7898	55141982C	6599/2	29/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
BOB2874	55141870C	5010/0	02/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
BOB2874	55141871C	5118/0	02/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
BTG7709	55141855C	6637/2	01/05/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LXL2969	55141882C	6653/1	24/06/2014	R\$ 127,69	230 * XI
LXL2969	55141883C	6769/1	24/06/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
LXL2969	55142295C	6599/2	24/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
LXL2969	55142296C	6661/0	24/06/2014	R\$ 127,69	230 * XII
LXS7028	55141251C	5274/1	20/05/2012	R\$ 191,53	175
LXV6498	55141330C	6599/2	16/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
LXV6498	55141331C	5460/0	16/05/2012	R\$ 85,12	181 * IX
LYS5869	55141302C	7048/1	06/03/2012	R\$ 191,53	244 * II
LZV3939	55141322C	5274/2	29/04/2012	R\$ 191,53	175
LZW4834	55141402C	6599/2	04/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAX3978	55141542C	5010/0	22/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
MAX3978	55141543C	6599/2	22/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAX3978	55141544C	7048/1	22/08/2012	R\$ 191,53	244 * II

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBS1475	55141366C	7366/2	02/08/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MCV0681	54878883A	6700/1	25/10/2012	R\$ 127,69	230 * XVI
MDE7184	55141207C	7030/1	14/06/2012	R\$ 191,53	244 * I
MDE7184	55141208C	5010/0	14/06/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDE7184	55141209C	5118/0	14/06/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MEI0723	55141215C	5010/0	07/10/2012	R\$ 574,61	162 * I
MEI0723	55141216C	6599/2	07/10/2012	R\$ 191,53	230 * V
MEP9997	55140762C	6599/2	25/10/2012	R\$ 191,53	230 * V
MHK2649	55141519C	5525/0	10/07/2012	R\$ 85,12	181 * XV
MID9607	55141539C	7030/1	15/08/2012	R\$ 191,53	244 * I
MJY4209	55141356C	5452/5	25/06/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MJZ4936	55141218C	6700/1	25/10/2012	R\$ 127,69	230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2014

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 360 449/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 360 449/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAA3659	55142396C	6408/0	10/01/2014	R\$ 85,12	221
AAA3659	55142399C	6912/0	10/01/2014	R\$ 53,20	232
AEL6413	55142358C	5010/0	23/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
AHV9469	55141992C	5169/1	14/02/2014	R\$ 1.915,38	165
AHV9469	55141993C	5010/0	14/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
AKU8425	55142369C	6599/2	16/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
AKU8425	55142370C	5010/0	16/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
AMT5513	55141872C	5010/0	06/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
AMT5513	55142290C	6599/2	06/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
AMT6697	55141442C	6637/1	26/11/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MBA5639	55141965C	5010/0	22/01/2014	R\$ 574,61	162 * I
MIP7642	55142254C	6599/2	22/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MIP7642	55142255C	5185/1	22/02/2014	R\$ 127,69	167
MIP7642	55142256C	6912/0	22/02/2014	R\$ 53,20	232
MIP7642	55142257C	6637/2	22/02/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MJA3754	55141911C	5835/0	14/03/2014	R\$ 127,69	195
MJA3754	55142259C	5010/0	14/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MJA3754	55142260C	6912/0	14/03/2014	R\$ 53,20	232
MJA3754	55142261C	5061/0	14/03/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2014

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 360 450/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 360 450/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAL4631	55142212C	6912/0	02/08/2014	R\$ 53,20	232
ATJ7898	55141983C	5010/0	29/01/2014	R\$ 574,61	162 * I
ATJ7898	55141988C	6726/1	29/01/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MDO3287	55142046C	6912/0	14/01/2014	R\$ 53,20	232
MDO3287	55142047C	6599/2	14/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDO3287	55142048C	6637/2	14/01/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MIT1974	55141244C	5835/0	07/06/2013	R\$ 127,69	195
MLE3463	55141246C	5835/0	07/06/2013	R\$ 127,69	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2014

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 360 451/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 360 451/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXI1179	55142059C	6637/1	23/09/2014	230 * IX
MBH5418	55140517C	6726/1	20/09/2014	230 * XVIII
MBH5418	55140518C	6599/2	20/09/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2014

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 360 452/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 360 452/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFO7118	55142299C	5045/0	16/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
AGA6748	55141335C	5010/0	22/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
AGA6748	55141336C	6599/2	22/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
AGB7868	55141343C	5185/1	28/05/2012	R\$ 127,69	167
AIW1422	55141341C	5169/1	24/05/2012	R\$ 957,69	165
DGJ0640	55142156C	5452/2	18/07/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
IDV7660	55142205C	6599/2	18/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
IDV7660	55142206C	6580/0	18/07/2014	R\$ 191,53	230 * IV
LXE4105	55142309C	5010/0	14/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
LXE4105	55142310C	6912/0	14/07/2014	R\$ 53,20	232
LXR3973	55142311C	6912/0	14/07/2014	R\$ 53,20	232
LXR3973	55142312C	6599/2	14/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
LXR3973	55142313C	6670/0	14/07/2014	R\$ 127,69	230 * XIII
LYD3466	55141888C	6602/0	06/07/2014	R\$ 191,53	230 * VI
LYD3466	55141889C	5045/0	06/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
LYU6267	55141252C	5835/0	06/06/2012	R\$ 127,69	195
LYU6267	55141253C	5274/1	06/06/2012	R\$ 191,53	175
LYU6267	55141254C	6378/0	06/06/2012	R\$ 127,69	220 * XII
LYW3032	55141323C	5525/0	02/05/2012	R\$ 85,12	181 * XV
MBD9231	55141408C	6637/2	22/10/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MBV5403	55141994C	6599/2	18/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBV5403	55141995C	5010/0	18/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCB7073	55141520C	6599/2	10/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCV3590	55141183C	5274/2	18/03/2012	R\$ 191,53	175
MDI1223	55142158C	5045/0	20/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
MDS3164	55142165C	5738/0	29/07/2014	R\$ 191,53	186 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MET8381	55141311C	5525/0	18/03/2012	R\$ 85,12	181 * XV
MEU8569	55141541C	7048/1	20/08/2012	R\$ 191,53	244 * II
MFH5834	55140472C	5460/0	20/07/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MFY8613	55142151C	5835/0	16/07/2014	R\$ 127,69	195
MFY8613	55142152C	7030/2	16/07/2014	R\$ 191,53	244 * I
MFY8613	55142153C	7048/2	16/07/2014	R\$ 191,53	244 * II
MJB5208	55140631C	7048/1	22/07/2014	R\$ 191,53	244 * II
MJM1229	55141523C	5010/0	18/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
MJM1229	55141524C	5118/0	18/07/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MKI7771	55141896C	5525/0	12/07/2014	R\$ 85,12	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2014

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO DE POLICIA

Campos Novos

PREFEITURA

DECRETO Nº. 7.184/2014 DE 17/11/2014 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

DECRETO Nº 7.184/14 DE 17/11/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do município, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) nos projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 10 -DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.013 - Manutenção do Departamento do Ensino Fundamental

Elementos de despesa: 64-3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000- Aplicações Diretas R\$10.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos de excesso de arrecadação de Recursos Próprios.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos,
em 17 de novembro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

LEI Nº. 4.091/2014 DE 19/11/2014 ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

LEI Nº 4.091/2014 DE 19/11/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CAMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no exercício de 2014, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), a ser aplicado na seguinte classificação orçamentária.

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 2.075 - Manutenção do Programa Atenção Básica - Saúde Bucal

Elemento de despesa: 48 - 3.3.50.00.00.00.00.00.03.0064.00

0000 - Transf. Instituições privadas sem fins lucrativos
..... R\$ 60.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do Superávit financeiro apurado no exercício anterior - PAB Fixo.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos 19 de novembro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.185/2014 DE 19/11/2014 REGULAMENTA LEI Nº. 4.091/14

DECRETO Nº 7.185/14 DE 19/11/14

REGULAMENTA LEI Nº 4.091/14

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art.100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas em R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais) dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.091/14.

Art. 2º - Por conta da suplementação a que se refere o Art.1º, ficam anuladas em igual valor as dotações orçamentárias constantes do Art. 2º da referida lei.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
19 de novembro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

LEI Nº. 4.092/14 DE 19/11/2014 ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

LEI Nº 4.092/2014 DE 19/11/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CAMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do município, no valor de R\$ 2.385.486,36 (dois milhões trezentos e oitenta e cinco mil quatrocentos e oitenta e seis reais e trinta e seis centavos) nos projetos/atividades abaixo discriminados:

ÓRGÃO :01- GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 01- GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

PROJETO ATIVIDADE:2.000-Manutenção do Gabinete do Prefeito

Elemento de despesa: 02- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000- aplicações diretas R\$ 50.558,00

ÓRGÃO :03- SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 04- DEP. DE TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
 PROJETO ATIVIDADE: 2.004- Manutenção departamento de Tributação, Arrecadação e Fiscalização
 Elemento de despesa: 18- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000
 000 - Aplicações Diretas R\$ 22.110,00

ÓRGÃO :06 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 UNIDADE: 19- DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA-GERÊNCIA
 PROJETO ATIVIDADE: 2.028- Manutenção do departamento da Agricultura -Gerência
 Elemento de despesa: 90- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000
 000 - Aplicações Diretas R\$ 54.135,00

ÓRGÃO :04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 UNIDADE: 12- DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
 PROJETO ATIVIDADE: 2.013 - Manutenção do departamento de ensino fundamental
 Elemento de despesa: 64- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000
 000 - Aplicações Diretas R\$ 1.379.462,18

ÓRGÃO :04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 UNIDADE 09- Departamento de planejamento educacional
 PROJETO ATIVIDADE: 2.018-Manutenção do ensino profissionais do magistério
 Elemento de despesa: 38- 3.1.90..00.00.00.00.00.01.0019.00000
 0- aplicações diretas R\$ 276.721,18

ÓRGÃO :19- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 UNIDADE: 02-Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde
 PROJETO ATIVIDADE: 2.064 - Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde
 Elemento de despesa: 04- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002.000
 000 - Aplicações Diretas R\$ 600.000,00

ÓRGÃO :32 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUARIA
 UNIDADE: 01- FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUARIA
 PROJETO ATIVIDADE: 1.023 Reequipamento do Fundo Agropecuário
 Elemento de despesa: 02- 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0002.000
 000 - Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes das seguintes dotações orçamentárias do orçamento do município:

ÓRGÃO :02- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
 UNIDADE: 02- DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO ECOORDENAÇÃO GERAL
 PROJETO ATIVIDADE:2.001-Manutenção do Departamento de Planejamento, organização e Coordenação Geral
 Elemento de despesa: 07- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000
 000- aplicações diretas R\$ 12.356,50

ÓRGÃO :03- SECRETARIA DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
 UNIDADE: 08- DEP.DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 PROJETO ATIVIDADE:2.002-Manutenção da secretaria de Administração
 Elemento de despesa: 28- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000
 000- aplicações diretas R\$ 11.900,00

ÓRGÃO :08- SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
 UNIDADE: 25- DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL
 PROJETO ATIVIDADE: 2.037-Manutenção do Departamento de

Estrada e Rodagem
 Elemento de despesa: 127- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.00
 0000- aplicações diretas R\$ 26.011,17

ÓRGÃO :04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 UNIDADE: 09- DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL
 PROJETO ATIVIDADE: 2.027- Manutenção do programa COMAD
 Elemento de despesa: 45- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000
 000- aplicações diretas R\$ 13.257,50

ÓRGÃO :06- SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 UNIDADE: 19- DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA-GERÊNCIA
 PROJETO ATIVIDADE: 2.079-Manutenção do programa horas máquinas-Sec.de Agricultura
 Elemento de despesa: 92- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000
 000- aplicações diretas R\$ 14.738,00

ÓRGÃO :08- SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
 UNIDADE: 25- DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL
 PROJETO ATIVIDADE: 1.011-Reequipamento as Secretaria de Transportes, Obras e urbanismo
 Elemento de despesa: 129- 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.00
 0000- aplicações diretas R\$ 35.820,00

ÓRGÃO :08- SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E URBANISMO
 UNIDADE: 25- DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL
 PROJETO ATIVIDADE: 1.010-Pavimentação e Asfaltamento de Ruas
 Elemento de despesa: 115- 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.00
 0000- aplicações diretas R\$ 589.045,06

ÓRGÃO :04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 UNIDADE 12- Departamento do Ensino Fundamental
 PROJETO ATIVIDADE: 2.013-Manutenção do departamento do ensino fundamental
 Elemento de despesa: 67- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0019.000
 000- aplicações diretas R\$ 221.875,90

ÓRGÃO :04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 UNIDADE 13- Departamento de transporte escolar=- Gerência
 PROJETO ATIVIDADE: 2.014-Manutenção do Departamento de Transp.Escolar- Gerência Transporte
 Elemento de despesa: 72- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000
 000- aplicações diretas R\$ 397.135,00

ÓRGÃO :08-SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
 UNIDADE 25-DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL
 PROJETO ATIVIDADE; 1.059-Construção de praças e jardins e parques infantis
 Elemento de despesa: 136- 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.00
 0000- aplicações diretas R\$ 229.500,00

ÓRGÃO :05-SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, FAMILIA E TRABALHO
 UNIDADE 14-DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA GERENCIAIS
 PROJETO ATIVIDADE; 2.022-Manutenção departamento de assistência social da família -Gerenciais
 Elemento de despesa: 77- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000
 000- aplicações diretas R\$ 185,25

ÓRGÃO :04-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE 10-DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL -PRÉ ESCOLAR
 PROJETO ATIVIDADE; 2.015-Manutenção de creches
 Elemento de despesa: 54- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000
 000- aplicações diretas R\$ 2.700,00

ÓRGÃO :04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 UNIDADE 09- Departamento de planejamento educacional
 PROJETO ATIVIDADE: 1.019-Reequipamento do ensino fundamental
 Elemento de despesa: 41- 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0019.000
 000- aplicações diretas R\$ 1.716,01

ÓRGÃO :04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 UNIDADE 10- Departamento de educação do ensino infantil 'Pré Escolar
 PROJETO ATIVIDADE: 2.011-Manutenção do Departamento de educação do ensino infantil 'pré Escolar
 Elemento de despesa: 51- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0019.000
 000- aplicações diretas R\$ 53.129,27

ÓRGÃO :04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 UNIDADE 12- Departamento de do ensino fundamental
 PROJETO ATIVIDADE: 1. 071- Aquisição de terreno e/ edificações para o ensino fundamental
 Elemento de despesa: 145- 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001.000
 0000- aplicações diretas R\$ 166.666,70

FUNDO ROTATICO HABITACIONAL
 ÓRGÃO :37- FUNDO ROTATICO HABITACIONAL
 UNIDADE 01-MANUTENÇÃO DO FUNDO ROTATICO HABITACIONAL
 PROJETO ATIVIDADE; 1.031-Implantação de projetos habitacionais-Fdo habitacional
 Elemento de despesa: 03- 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000.000
 000- aplicações diretas R\$ 275.000,00

ÓRGÃO :37- FUNDO ROTATICO HABITACIONAL
 UNIDADE 01-MANUTENÇÃO DO FUNDO ROTATICO HABITACIONAL
 PROJETO ATIVIDADE; 0.006-Amortização da dívida fundada interna -Fdo Habitacional
 Elemento de despesa: 02- 4.6.90.00.00.00.00.00.03.0000.000
 000- aplicações diretas R\$ 30.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
 ÓRGÃO :35- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
 UNIDADE 01- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
 PROJETO ATIVIDADE; 2.48-Manutenção do Fundo de Assistência Social
 Elemento de despesa: 16 -3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000.000
 000- aplicações diretas R\$ 128.300,00

FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO
 ÓRGÃO :32- FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO
 UNIDADE 01- FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO
 PROJETO ATIVIDADE; 2.041-Manutenção do Fundo de desenvolvimento agropecuario
 Elemento de despesa: 08- 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000.000
 000- aplicações diretas R\$ 11.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO
 ÓRGÃO :32- FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO
 UNIDADE 01- FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO
 PROJETO ATIVIDADE; 2.017-Manutenção do programa de

aquicultura
 Elemento de despesa: 10- 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000.000
 000- aplicações diretas R\$ 1.000,00

FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPO NOVOENSE
 ÓRGÃO :33- FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPO NOVOENSE
 UNIDADE 01- FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPO NOVOENSE
 PROJETO ATIVIDADE; 2.043-Manutenção das atividades da fundação cultural
 Elemento de despesa: 3- 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000.0000
 00- aplicações diretas R\$ 13.800,00

FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPO NOVOENSE
 ÓRGÃO :33- FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPO NOVOENSE
 UNIDADE 01- FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPO NOVOENSE
 PROJETO ATIVIDADE; 1.025-obras reformas e ampliações na fundação cultural de Campos Novos
 Elemento de despesa: 01 -4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000.000
 000- aplicações diretas R\$ 350,00

ÓRGÃO :08-SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
 UNIDADE 25-DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL
 PROJETO ATIVIDADE; 2.037-Manutenção do departamento de estrada e rodagem
 Elemento de despesa: 127- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.00
 0000- aplicações diretas R\$ 150.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos 19 de novembro de 2014.
 NELSON CRUZ
 Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.186/14 DE 19/11/2014 REGULAMENTA LEI Nº. 4.092/14

DECRETO Nº 7.186/14 DE 19/11/14
 REGULAMENTA LEI Nº 4.092/14

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art.100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas em R\$ 2.385.486,36 (Dois milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e trinta e seis centavos) dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.092/14.

Art. 2º - Por conta da suplementação a que se refere o Art.1º, ficam anuladas em igual valor as dotações orçamentárias constantes do Art. 2º da referida lei.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 19 de novembro de 2014.
 NELSON CRUZ
 Prefeito Municipal

**RESOLUÇÃO Nº. 02 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014
APROVA O PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO
SOCIOEDUCATIVO**

CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campos Novos

Lei Complementar nº 04/09 de 10/07/09

RESOLUÇÃO Nº 02 de 20 de novembro 2014

Aprova o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPOS NOVOS - SC, no uso de suas atribuições estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei Municipal nº1765/90, resolve:

Considerando o disposto no art. 227, caput e § 7º, e no art. 204 da Constituição Federal de 1988;

Considerando o disposto no art. 4º, "d"; nos incisos II e IV do art. 88; art. 260, caput e §§ 2º, 3º e 4º e no parágrafo único do art. 261, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;

Considerando o disposto na Lei 12.594, de 18 de janeiro de 2012 em especial o art. 5º § 3º;

Considerando os princípios, as diretrizes e as normativas que estabeleceram o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE como política pública, de caráter intersetorial, destinada especificamente ao adolescente que pratique ato infracional,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo que prevê ações articuladas, para os próximos 10 (dez) anos, para os adolescentes que se encontram em cumprimento de medidas socioeducativas, e apresenta as diretrizes e o modelo de gestão do atendimento socioeducativo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDA LIMA DEPORTE

Presidente do CMDCA

AVISO DE LICITAÇÃO - PP 25/2014 SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº 25/2014 - Social

O Município de Campos Novos, através do Fundo Municipal de Assistência Social, torna público que fará realizar no dia 03 de dezembro de 2014 às 16h00min, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por Lote, tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ELABORAÇÃO DE CESTAS NATALINAS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS USUÁRIOS DO CREAS CONFORME AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 13h30min às 18h30min diariamente. Campos Novos, 20 de novembro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Canelinha**PREFEITURA****EXTRATO EDITAL 101/2014 - PMC**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 101/2014

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 74/2014

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição parcelada conforme necessidade de combustível, gasolina comum e etanol, para consumo da frota da Prefeitura do Município de Canelinha, para o exercício 2015, admitindo um deslocamento máximo de 1.500 metros dos veículos e equipamentos, conforme especificações constantes no Anexo II, parte integrante do Pregão. DATA DE ABERTURA: 04 de dezembro de 2014, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor, está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br.

Canelinha/SC, 20 de novembro de 2014.

ANTÔNIO DA SILVA

Prefeito do Município

EXTRATO EDITAL 102/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 102/2014

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 75/2014

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição parcelada conforme necessidade de combustível, gasolina comum e etanol, para consumo da frota do Fundo Municipal de Saúde de Canelinha, para o exercício 2015, admitindo um deslocamento máximo de 1.500 metros dos veículos e equipamentos, conforme especificações constantes no Anexo II, parte integrante do Pregão. DATA DE ABERTURA: 04 de dezembro de 2014, às 08:30 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor, está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br.

Canelinha/SC, 20 de novembro de 2014.

ANTÔNIO DA SILVA

Prefeito do Município

EXTRATO EDITAL 09/2014 - SEMAIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA, INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO DE CANELINHA - SEMAIS

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 09/2014

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 09/2014

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição parcelada conforme necessidade de combustível, gasolina comum e etanol, para consumo da frota do Serviço Municipal de Água, Infraestrutura e Saneamento de Canelinha - SEMAIS, para o exercício 2015, admitindo um deslocamento máximo de 1.500 metros dos veículos e equipamentos, conforme especificações constantes no Anexo II, parte integrante do Pregão. DATA DE ABERTURA: 04 de dezembro

de 2014, às 09:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor, está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br.

Canelinha/SC, 20 de novembro de 2014.
GILBERTO ROSA
Diretor do SEMAIS

EXTRATO CONTRATO Nº 211/2014 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA.

CONTRATO Nº. 211/2014. TERMO ADITIVO Nº. 001 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EXECUÇÃO DE OBRA Nº. 142/2014. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: CONSTRUTORA TERTEL LTDA - ME. OBJETO: Este termo aditivo visa alterar o prazo máximo para execução e entrega da obra prevista na cláusula 10ª e o prazo de duração do contrato previsto na cláusula 18ª, que constam do Contrato Administrativo de Execução de obra nº. 142/2014, ficando as duas alteradas para prazo de 270 (duzentos e setenta) dias, contados a partir da expedição da Ordem de Execução dos Serviços.

Canelinha/SC., 14 de novembro de 2014.
ANTÔNIO DA SILVA
PREFEITO DO MUNICÍPIO.

Canoinhas

PREFEITURA

PORTARIA Nº 811/2014

PORTARIA Nº. 811/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme prevê a Lei Municipal nº. 4.132/2007, resolve:

CONTRATAR APROVADO EM PROCESSO SELETIVO

Art. 1º - Fica contratada para exercer a função de Médico Clínico Geral, para atuar na Unidade Básica de Saúde Campo da Água Verde, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a profissional ANA JULIA DELA BRUNA BRAND, aprovada no processo seletivo nº. 001/SMS/2014, para contratação temporária e convocada através do Edital nº. 053/2014 de 30 de setembro de 2014, inicia suas atividades no dia 20/11/2014 até que o cargo seja preenchido por servidor efetivo devidamente aprovado em concurso público, conforme comunicação interna.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de novembro de 2014.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

TELMA REGINA BLEY
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/11/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 814/2014

PORTARIA Nº. 814/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal nº 2.830/1997; CONSIDERANDO; a necessidade das alterações; resolve:

ALTERAR

Art. 1º - Fica alterado o local de trabalho a partir de 12/11/2014 da profissional JUCIMARA ERZINGER, efetiva no cargo de Servente Feminino, para atuar no GEM Frei Fabiano Gadzinski, junto a Secretaria Municipal de Educação, conforme comunicação interna nº 207/SME/2014.

Art. 2º - Fica alterado o local de trabalho a partir de 12/11/2014 da profissional TEREZINHA SOUZA DE PAULA, efetiva no cargo de Servente Feminino, para atuar no CEI Monteiro Lobato, junto a Secretaria Municipal de Educação, conforme comunicação interna nº 207/SME/2014.

Art. 3º - Fica alterado o local de trabalho a partir de 12/11/2014

da profissional JANETE DE FÁTIMA ALVES, efetiva no cargo de Servente Feminino, para atuar no CEI Cecília Meirelles, junto a Secretaria Municipal de Educação, conforme comunicação interna nº 207/SME/2014.

Art. 4º - Fica alterado o local de trabalho a partir de 12/11/2014 da profissional SOLANGE HENING, efetiva no cargo de Servente Feminino, para atuar na EBM José Grosskopf, junto a Secretaria Municipal de Educação, conforme comunicação interna nº 207/SME/2014.

Art. 5º - Fica alterado o local de trabalho a partir de 12/11/2014 da profissional GISELENE APARECIDA LORENA, efetiva no cargo de Servente Feminino, para atuar na EBM Guilhermina Maria Veiga Ferreira, junto a Secretaria Municipal de Educação, conforme comunicação interna nº 207/SME/2014.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de novembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/11/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 824/2014

PORTARIA Nº. 824/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Complementar nº 038/2011 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Professor de Anos Iniciais, 40 horas semanais, 30% de regência, período matutino e vespertino, junto à Secretaria Municipal de Educação, designada para a EBM Professora Alzirinha da Silva Corrêa e para a EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, a profissional GRACIELI CAETANO DA SILVA, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012, inscrita sob nº. 2686, conforme convocação do dia 12/11/2014 da Secretaria Municipal de Educação, iniciando as suas atividades a partir de 14/11/2014.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de novembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/11/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 825/2014

PORTARIA Nº. 825/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; Resolve:

RETIFICAR PORTARIA

Art. 1º - Fica retificado o Art. 1º da Portaria nº. 813/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

"Art. 1º - Fica alterado temporariamente o local de trabalho a partir de 10/11/2014 da profissional BEATRIS DE OLIVEIRA FRANCO PAZDA, efetiva no cargo de Servente Feminino, para atuar na EBM Achilles Pazda, junto a Secretaria Municipal de Educação, conforme comunicação interna nº341/SMS/2014."

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de novembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 13/11/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 828/2014

PORTARIA Nº. 828/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER ADICIONAL DE TEMPO INTEGRAL

Art. 1º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de 13/11/2014, para o servidor SAMUEL PINHEIRO DOS SANTOS, comissionado no cargo de Chefe de Setor, junto a Secretaria Municipal de Habitação, conforme comunicação interna nº 272/DP/2014.

Art. 2º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de 13/11/2014, para a servidora JULIANE MUCHALOSKI SLABADACK, concursada no cargo de Agente Administrativo, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, conforme comunicação interna nº 272/DP/2014.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de novembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 13/11/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Capinzal

PREFEITURA

PMC ATA/CONTRATO 0244/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0244/2014		
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada.: DOLMORA & MASSON LTDA		
Valor.....: 24.693,00 (vinte e quatro mil seiscentos e noventa e três reais)		
Vigência.....: Início: 19/11/2014 Término: 19/11/2015		
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0095/2014		
Processo_Licitatório.....: 0158 / 2014		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos termos da Lei 11.947/2009, através do Convênio 4087/94 FNDE (PNAE/PNAP, PNAC) e Recursos Próprios.		
Capinzal, 19 de Novembro de 2014		

SIMAE

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/33/2014

Aviso de Licitação

Pregão Presencial Nº CAO/33/2014

Processo Licitatório Nº CAO/0352/2014

OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de materiais de construção, destinados à ampliação (Etapa 01) da sede administrativa do SIMAE (com entregas parceladas conforme solicitações).

TIPO: Menor Preço Por Item

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 09:00 horas, do dia 03 de dezembro de 2014.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail material@simaecao.sc.gov.br, francieli@simaecao.sc.gov.br ou pelo site do SIMAE www.simaecao.sc.gov.br.

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

Capinzal/SC, 21 de novembro de 2014.

Francieli Ap. da Rosa

Pregoeira

EDITAL DE ABERTURA DO CONCURSO PÚBLICO SIMAE/CAO/01/2014

CONCURSO PÚBLICO SIMAE/CAO/01/2014

EDITAL DE ABERTURA

Sidnei Penzo, Diretor Geral do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto - SIMAE, autarquia do município de Capinzal e Ouro, SC, no uso de suas atribuições, e de acordo com o art. 37, II, da CF, torna público que se acham abertas as inscrições ao Concurso Público SIMAE/CAO/01/2014, para preenchimento de vagas de cargos constantes no Plano de Carreira, Cargos, Vencimentos e Funções de Confiança dos servidores públicos do SIMAE, previsto na Lei Complementar n.º 147, de 04 de abril de 2012 e suas alterações, o qual reger-se-á, no que compete, de acordo com o disposto nessa LC n.º 147/2012 e alterações (dispõe sobre o Plano de Cargos do SIMAE) e na LC n.º 006/1991 e alterações (dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos de Capinzal) e com as normas estabelecidas neste Edital:

I - DAS VAGAS E HABILITAÇÕES.

1.- Cada candidato poderá concorrer somente a um dos cargos, conforme o seguinte quadro demonstrativo:

Cargo	Escolaridade Mínima Exigida	Vencimento Inicial	Prova	Vagas	Descrição Sumária do Cargo
Auxiliar de Operações	Ensino Fundamental Completo	R\$ 1.115,79	Escrita	01	Executar serviços de instalações, ampliações, consertos, cargas/descargas, transporte, armazenamento, alvenaria e carpintaria em geral, auxiliar em instalações nas implantações e/ou manutenções hidráulicas e elétricas, desenvolvidas pelo SIMAE.
Auxiliar Técnico	Ensino Médio Completo; Formação técnica na área de Saneamento ou Meio Ambiente, reconhecido pelo Ministério da Educação; e Carteira Nacional de Habilitação para condução de motocicletas e veículos	R\$ 2.088,70	Escrita	01	Executar trabalhos rotineiros, destinados à operação e à manutenção dos sistemas de água e esgoto.

Engenheiro Sanitarista	Curso Superior Completo e Graduação em Engenharia Sanitária. Registro no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura; Carteira Nacional de Habilitação para condução de veículos	R\$ 3.327,39	Escrita	01	Executar, Supervisionar, Planejar e Coordenar no campo da Engenharia Sanitária, observando as normas técnicas e a legislação aplicável as suas atividades.
Encanador	Ensino Médio Completo e Carteira Nacional de Habilitação para condução de motocicletas e veículos	R\$ 1.606,74	Escrita	01	Executar todas as tarefas necessárias as implantações, manutenções e ampliações das redes e ramais hidráulicos dos sistemas de abastecimento de água e coleta, tratamento e destino final do esgoto. Auxiliar nas diversas tarefas de manutenção, ampliação e conservação dos sistemas de água e esgoto.

II - DAS INSCRIÇÕES.

- 1.- As inscrições serão realizadas de 21/11/2014 à 19/12/2014, inclusive, das 08h00min às 11h00min e das 14h00min às 17h00min, na sede do SIMAE, Setor de Recursos Humanos, localizada na Rua Domingos Omizollo, 447, Bairro São Luiz, em Capinzal/SC.
- 2.- No ato da inscrição o candidato deverá apresentar cópia do CPF e RG (sem necessidade de autenticação), comprovante de depósito da taxa de inscrição, preencher e assinar a ficha de inscrição do candidato, conforme anexo I deste edital.
- 3.- O candidato receberá, no ato, o cartão de identificação com a indicação de seu número, sem o qual, juntamente com documento de identificação com foto, não terá ingresso no recinto onde se realizarão as provas.
- 4.- O valor da taxa de inscrição é o seguinte:
 - a)- Auxiliar de Operações: R\$ 20,00 (vinte reais);
 - b)- Auxiliar Técnico e Encanador: R\$ 30,00 (trinta reais);
 - c)- Engenheiro Sanitarista: R\$ 50,00 (cinquenta reais).
- 5.- A inscrição somente será aceita após o pagamento da taxa que deverá ser efetuado através de depósito bancário na conta do SIMAE, nº 122-7, agência 1071 (Caixa Econômica Federal), operação 06, até o último dia da inscrição.
- 6.- Não serão aceitos pedidos de isenção de pagamento do valor da inscrição, seja qual for o motivo alegado.
- 7.- A apresentação de declaração falsa na ficha de inscrição ou em qualquer documento apresentado ao SIMAE, verificada a qualquer tempo, implicará o cancelamento da respectiva inscrição e na eliminação do candidato do Concurso.
- 8.- Uma vez efetuada a inscrição, não será aceito pedido de alteração de quaisquer dos dados informados, a não ser mudança de

endereço ou número de telefone, que poderá ser feito por correspondência eletrônica ou pessoalmente na sede do SIMAE até a data de homologação do presente concurso.

9.- Verificada mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será considerada apenas a inscrição mais recente.

10.- O candidato que necessitar de condições especiais para a realização da prova deverá indicar as condições especiais que necessita na ficha de inscrição.

11.- Não serão devolvidas taxas de inscrição, sob qualquer condição, mesmo de inscrições indeferidas ou não realizadas pelo candidato, exceto em caso de cancelamento do Concurso Público por conveniência da Administração do SIMAE.

12.- As inscrições dos candidatos terão sua homologação ou não homologação publicadas através de Edital, assinado pelo Diretor do SIMAE, que será afixado nos murais do SIMAE e das Prefeituras Municipais de Capinzal e Ouro e no site do SIMAE - www.simaecao.sc.gov.br - a partir do dia 22/12/2014.

13.- O candidato que não tiver homologada a sua inscrição terá prazo até o dia 30/12/2014, inclusive, para interposição de recurso, devidamente fundamentado, mediante apresentação para protocolo junto à Direção do SIMAE. O recurso terá efeito suspensivo, com o que os candidatos recorrentes poderão participar da prova, mas ficarão sujeitos à desclassificação posterior se for negado provimento ao recurso.

14.- Após a data e horário fixado como termo final do prazo para recebimento de inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.

15.- O candidato é o único responsável pelo correto preenchimento da ficha de inscrição e pelo acompanhamento de seu processo, independente de avisos, salvo publicações previstas neste Edital e regulamentos em vigor.

16.- Nas inscrições por procuração, o documento hábil deve ter firma do outorgante reconhecida em Cartório e deverá ser anexado ao formulário correspondente, juntamente com uma cópia da cédula de identidade e CPF autenticados do outorgado.

III - DOS REQUISITOS PARA A INSCRIÇÃO.

1.- Para efetuar sua inscrição o candidato deverá preencher Ficha de Inscrição constante no Anexo I deste Edital, sendo requisitos indispensáveis para a inscrição o preenchimento das seguintes condições:

- a)- Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- b)- Ter 18 anos completos na data da posse, ficando os candidatos com idade inferior à 18 anos na data da inscrição cientes de que correm o risco de serem preteridos por outros candidatos no chamamento para a posse, se ainda não tiverem completados 18 anos quando convocados a posse;
- c)- Estar em dia com as obrigações eleitorais;
- e)- Haver cumprido as obrigações para como o serviço militar, para os candidatos do sexo masculino;
- f)- Ter a escolaridade exigida para o cargo, conforme dispõe o item I deste Edital;
- g)- Não ter sido condenado em processo criminal;
- h)- Juntar à ficha de inscrição 02 (duas) fotos coloridas, tamanho 3 x 4, recentes (últimos seis meses);
- i)- Apresentar cópia do CPF e RG (sem necessidade de autenticação); e
- j)- Apresentar o comprovante original do pagamento da taxa de inscrição.

2- Os documentos que comprovam as condições acima estabelecidas e os demais dados informados na Ficha de Inscrição deverão ser apresentados quando chamados para a nomeação e antes do ato da posse, após convocação pelo SIMAE.

3- Os interessados ficam cientes ainda que, se aprovados e convocados pelo SIMAE, deverão ainda ser aprovados em exame que comprove suas condições de sanidade físico-mental, conforme determina a legislação.

IV - DO REGIME JURÍDICO.

1.- Os habilitados e classificados no concurso serão admitidos para preencher as vagas disponíveis e referidas no item I deste Edital e desde que atendidas as conveniências da administração e as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, sob o regime jurídico do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, conforme estabelece Lei Complementar n.º 006, de 05 de março de 1991, e de acordo com a Lei Complementar n.º 147, de 04 de abril de 2012 e suas alterações, ambas do Município de Capinzal, sendo que as funções, a carga horária e a descrição do cargo estão estabelecidas no Anexo VI deste Edital.

2.- A jornada de trabalho é de 40 (quarenta) horas semanais, durante o período diurno, mas havendo também regime de escala, plantão e de sobreaviso para trabalhos em finais de semana e em período noturno, conforme determinado pela Direção do SIMAE, sendo a remuneração de acordo com as Leis referidas no subitem 1 acima.

3.- Os trabalhos em ambientes externos não serão interrompidos em função do clima (dias chuvosos ou ensolarados).

V - DA PROVA ESCRITA.

1.- A Prova Escrita para todos os candidatos será realizada no dia 11/01/2015 (domingo), no período da manhã, na Escola de Educação Básica Belisário Pena, localizada na Rua Dona Linda Santos, nº 605 centro, em Capinzal-SC, no horário das 09h00min às 11h30min.

2.- A Prova Escrita, para todos os cargos, será do tipo múltipla escolha, totalizando 30 (trinta) questões, com 4 (quatro) alternativas de resposta para cada questão, das quais apenas uma deverá ser assinalada como correta, sendo atribuído nota de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos a cada candidato, conforme critérios de pontuação definidos nos Anexos II, III, IV e V deste Edital.

3.- A Prova Escrita, conforme o cargo, conterà questões sobre os programas estabelecidos no Anexo II (Auxiliar de Operações), no Anexo III (Auxiliar Técnico), no Anexo IV (Engenheiro Sanitarista) e no Anexo V (Encanador) deste Edital.

4.- As respostas deverão ser assinaladas na própria folha da prova e não haverá grade ou cartão resposta.

5.- O candidato é o único responsável pela perfeita marcação dos seus resultados, os quais, após assinalados, não poderão ser substituídos, sob pena de se considerar a alternativa respondida incorretamente.

6.- Os candidatos poderão impugnar questões no ato da realização da prova ou até o dia 15/01/2015, fundamentando a razão da impugnação, que será objeto de apreciação por parte da Comissão do Concurso quando da correção da prova.

7.- Ocorrendo anulação de questões na Prova Escrita, estas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos participantes da prova.

8.- Os gabaritos com as alternativas corretas das questões serão publicados no mural do SIMAE e no site www.simaecao.sc.gov.br a partir do dia 12/01/2015.

VI - DA CLASSIFICAÇÃO.

1.- A classificação final do concurso será publicada de acordo com as notas obtidas por cada candidato e corresponderá à nota final obtida na Prova Escrita, observados os critérios de pontuação estabelecidos nos Anexos II, III, IV e V, conforme o cargo do candidato.

2.- No caso de empate na nota final, terá preferência na classificação o candidato que acertar o maior número de questões com peso de 0,5 pontos, conforme Anexos II, III, IV e V deste Edital. Se ainda assim houver manutenção do empate, será classificado primeiramente o candidato que tiver maior idade, independentemente se tiver mais ou menos de 60 anos de idade.

3.- Somente será considerado aprovado o candidato que obtiver

nota final igual ou superior a 5,00 (cinco) pontos.

4.- O resultado do concurso será homologado pelo Diretor do SIMAE, à vista do relatório do resultado final, apresentado pela Comissão do Concurso, e será publicado nos murais do SIMAE e das Prefeituras Municipais de Capinzal e Ouro, no Jornal Oficial do Município -Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM) e no site do SIMAE - www.simaecao.sc.gov.br - tão logo a Comissão do Concurso tenha corrigido todas as provas e apresentado o seu Relatório com o Resultado Final do Concurso.

VII - DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS.

1.- A organização e realização do concurso público, incluindo todas as suas fases, será de responsabilidade da empresa Laske & Feyh S/S Advocacia, inscrita no CNPJ sob n.º 00.532.330/0001-28, com sede em Florianópolis, sendo a Comissão do Concurso composta pelos Drs. Milton Laske e Rogério Urbano Feyh, advogados sócios da empresa, nomeados pela Portaria n.º 41/2014/SIMAE-CAO, de 10/11/2014, com a incumbência de elaboração, aplicação e correção da provas, assim como de elaboração da documentação com o resultado final do concurso. Na eventual inscrição de candidato parente de um dos membros da Comissão, o Sr. Diretor do SIMAE fará a substituição por outra pessoa que não tenha parentes inscritos no concurso.

2.- A inscrição do candidato implicará no conhecimento destas instruções e, conforme compromisso já expresso na ficha de inscrição, no aceite das condições do concurso, nos termos em que se acham estabelecidas, inclusive nos regulamentos e leis em vigor, dos quais não poderá alegar desconhecimento.

3.- Serão publicados apenas os resultados dos candidatos aprovados.

4.- Diante da natureza dos cargos e da existência de apenas uma vaga para cada cargo não há reserva de vagas para pessoas portadoras de deficiência.

5.- As nomeações obedecerão, rigorosamente, a ordem de classificação.

6.- Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor do SIMAE, mediante provocação da Comissão do Concurso ou por candidatos inscritos.

7.- Os candidatos que se sentirem prejudicados com o resultado final do concurso terão prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação da homologação, para interposição do recurso, que deverá estar devidamente fundamentado.

8.- O julgamento dos recursos, que não terão efeito suspensivo, será procedido pela Comissão do Concurso referida no subitem 1 deste item.

9.- O presente concurso terá validade de 2 (dois) anos, contados da data da publicação da homologação do resultado final, prorrogáveis por igual período, por decisão do Diretor do SIMAE.

10.- O presente concurso poderá ser revogado total ou parcialmente em todos os seus efeitos a qualquer tempo pelo Diretor do SIMAE, se do interesse e benefício da autarquia e do serviço público.

11.- A posse dos aprovados, após a nomeação, fica condicionada à comprovação das condições e à apresentação dos originais ou autenticações dos documentos exigidos no item III deste Edital, à apresentação de certidão negativa de condenação em processos criminal do foro de residência do aprovado ou que tenha sido reabilitado judicialmente e à comprovação de suas condições físicas e de saúde, aptas para o exercício do cargo, nos termos da legislação do Município de Capinzal e da apresentação da declaração de que trata o art. 13, da Lei Federal n.º 8.429/92.

12.- Os candidatos interessados poderão obter o conteúdo integral do Regulamento do SIMAE (Decreto Municipal de Capinzal n.º 059/2014, de 30/04/2014) e da legislação referida neste edital através de acesso ao site do SIMAE - www.simaecao.sc.gov.br.

Capinzal, SC, 21 de novembro de 2014.

Sidnei Penzo

Diretor Geral

CONCURSO PÚBLICO SIMAE/CAO/01/2014

EDITAL DE ABERTURA

ANEXO I

FICHA DE INSCRIÇÃO DE CANDIDATO FOTO
3 X 4

Cargo
Inscrição N.º
Nome do Candidato
Carteira Identidade
Título Eleitor
Certificado Militar
CPF
Estado Civil
.. Sexo (.....) M Ou (.....) F
Data de Nascimento
Natural de
Endereço Residencial
.....
Bairro
Cidade Fone
Local de Trabalho Atual
Bairro
Cidade Fone
Grau de Instrução
Cursos Relacionados ao Cargo
.....
É Aposentado? Há Quanto Tempo?
.....
É Servidor do SIMAE?
Cargo
Foi Servidor Público?
Cargo
Tempo
Trabalhou em outras Empresas?
Quanto Tempo?

Todas as informações aqui prestadas são verdadeiras e por elas assumo integral responsabilidade, comprometendo-me a comprová-las sempre que necessário. Fico ciente de que a presente inscrição será tornada sem efeito caso se demonstre a falsidade das declarações ou deixe de fazer prova delas.

Declaro que jamais fui condenado em processo criminal e também que todos os documentos ora apresentados são fotocópias fiéis dos documentos originais e que estou ciente de todos os termos do Edital de Concurso Público SIMAE/CAO/01/2014.

Capinzal, __ de _____ de 2014.

Assinatura do Candidato

CONCURSO PÚBLICO SIMAE/CAO/01/2014

EDITAL DE ABERTURA

ANEXO II

PROGRAMA DA PROVA ESCRITA

I - AUXILIAR DE OPERAÇÕES:

1.- Língua Portuguesa (08 questões):

- 1.1- Linguagem escrita: vocabulário, ortografia, pontuação, sílabas, acentuação e classes gramaticais;
- 1.2- Conjugação de verbos;
- 1.3- Concordâncias verbais e nominais; e
- 1.4- Utilização de pronomes.

2.- Matemática (08 questões):

- 2.1- Adição, subtração, multiplicação e divisão, com números inteiros e fracionários;
- 2.2- Sistema métrico decimal;
- 2.3- Números e grandezas proporcionais, razões e proporções; e
- 2.4- Divisão proporcional.

3.- Regulamento do SIMAE (08 questões):

- 3.1- As disposições do Regulamento do SIMAE - Decreto Municipal de Capinzal n.º 059/2014, de 30/04/2014.

4.- Conhecimentos Específicos do Cargo (06 questões):

- 4.1- A descrição e as atribuições do cargo, constantes no item VIII do Anexo I da Lei Complementar n.º 147, de 04 de abril de 2012, e transcritas no Anexo VI deste Edital; ou

5.- Peso das Questões:

- 5.1-As questões sobre os conhecimentos específicos dos cargos (subitem 4 acima) terão o valor de 0,50 pontos cada, as questões sobre o Regulamento do SIMAE terão o valor de 0,375 pontos cada e as demais questões terão o valor de 0,25 pontos, sendo atribuído a cada prova nota de 0 (zero) a 10 (dez).

Capinzal, SC, 21 de novembro de 2014.

Sidnei Penzo
Diretor Geral

CONCURSO PÚBLICO SIMAE/CAO/01/2014

EDITAL DE ABERTURA

ANEXO III

PROGRAMA DA PROVA ESCRITA

II - AUXILIAR TÉCNICO:

1.- Língua Portuguesa (05 questões):

- 1.1- Linguagem escrita: vocabulário, ortografia, pontuação, sílabas, acentuação e classes gramaticais;
- 1.2- Conjugação de verbos;
- 1.3- Concordâncias verbais e nominais;
- 1.4- Utilização de pronomes;
- 1.5- Fonética;
- 1.6- Morfologia;
- 1.7- Sintaxe;
- 1.8- Crase;
- 1.9- Figuras de linguagem;
- 1.10- Formas de tratamento;
- 1.11- Adjetivos, substantivos e suas flexões.

2.- Matemática (05 questões):

- 2.1- Adição, subtração, multiplicação e divisão, com números inteiros e fracionários;

- 2.2- Sistema métrico decimal;
- 2.3- Números e grandezas proporcionais, razões e proporções;
- 2.4- Geometria plana;
- 2.5- Divisão proporcional;
- 2.6- Potências e raízes;
- 2.7- Equações de primeiro e segundo grau;
- 2.8- Juros e descontos simples;
- 2.9- Médias e regras de três simples e compostas;
- 2.10- Conjuntos e subconjuntos;
- 2.11- Problemas envolvendo as operações;
- 2.12- Progressões aritméticas e geométricas.

3.- Regulamento do SIMAE (10 questões):

- 3.1- As disposições do Regulamento do SIMAE - Decreto Municipal de Capinzal n.º 059/2014, de 30/04/2014.

4.- Conhecimentos Específicos do Cargo (05 questões):

- 4.1- A Descrição e as atribuições do cargo de Auxiliar Técnico, constantes no item XIV do Anexo I da Lei Complementar n.º 147, de 04 de abril de 2012, e transcritas no Anexo VI deste Edital.

5.-Questões Técnicas sobre o Cargo (05 questões):

- 5.1- Questões técnicas sobre as atribuições do cargo de Auxiliar Técnico, constantes no item XIV do Anexo I da Lei Complementar n.º 147, de 04 de abril de 2012, e transcritas no Anexo VI deste Edital.

6.- Peso das Questões:

- 6.1-As questões sobre o Regulamento do SIMAE (subitem 3 acima) terão o valor de 0,50 pontos cada e as demais questões terão o valor de 0,25 pontos, sendo atribuído a cada prova nota de 0 (zero) a 10 (dez).

Capinzal, SC, 21 de novembro de 2014.
Sidnei Penzo
Diretor Geral

CONCURSO PÚBLICO SIMAE/CAO/01/2014

EDITAL DE ABERTURA

ANEXO IV

PROGRAMA DA PROVA ESCRITA

III - ENGENHEIRO SANITARISTA:

1.- Língua Portuguesa (05 questões):

- 1.1- Linguagem escrita: vocabulário, ortografia, pontuação, sílabas, acentuação e classes gramaticais;
- 1.2- Conjugação de verbos;
- 1.3- Concordâncias verbais e nominais;
- 1.4- Utilização de pronomes;
- 1.5- Fonética;
- 1.6- Morfologia;
- 1.7- Sintaxe;
- 1.8- Crase;
- 1.9- Figuras de linguagem;
- 1.10- Formas de tratamento;
- 1.11- Adjetivos, substantivos e suas flexões.

2.- Regulamento do SIMAE (10 questões):

- 2.1- As disposições do Regulamento do SIMAE - Decreto Municipal

de Capinzal n.º 059/2014, de 30/04/2014.

3.- Conhecimentos Específicos do Cargo (05 questões):

3.1- A Descrição e as atribuições do cargo de Engenheiro Sanitarista, constantes no item XIX do Anexo I da Lei Complementar n.º 147, de 04 de abril de 2012, e transcritas no Anexo VI deste Edital.

4.- Conhecimentos Específicos sobre Engenharia (10 questões):

4.1- Questões técnicas sobre as atribuições do cargo, envolvendo conhecimentos de engenharia sanitária sobre:

- 4.1.1- Impermeabilizações;
- 4.1.2- Mananciais e captações de água;
- 4.1.3- Adução de água;
- 4.1.4- Tratamento de água;
- 4.1.5- Reservação de água;
- 4.1.6- Rede de distribuição de água;
- 4.1.7- Controle de perdas físicas;
- 4.1.8- Macro e micro-medição;
- 4.1.9- Recalque de água;
- 4.1.10- Previsão de população futura;
- 4.1.11- Estimativa de vazões de água para consumo humano;
- 4.1.12- Rede coletora de esgoto sanitário;
- 4.1.13- Estação elevatória de esgoto sanitário;
- 4.1.14- Emissário;
- 4.1.15- Interceptor;
- 4.1.16- Sifão invertido;
- 4.1.17- Ordem de serviço para assentamento de rede coletora;
- 4.1.18- Estação de tratamento de esgoto; e
- 4.1.19- Autodepuração do corpo receptor de esgoto.

5.- Peso das Questões:

5.1.- As questões sobre conhecimentos específicos de Engenharia (subitem 4 acima) terão o valor de 0,50 pontos cada e as demais questões terão o valor de 0,25 pontos, sendo atribuído a cada prova nota de 0 (zero) a 10 (dez).

Capinzal, SC, 21 de novembro de 2014.

Sidnei Penzo
Diretor Geral

CONCURSO PÚBLICO SIMAE/CAO/01/2014

EDITAL DE ABERTURA

ANEXO V

PROGRAMA DA PROVA ESCRITA

IV - ENCANADOR:

1.- Língua Portuguesa (08 questões):

- 1.1- Linguagem escrita: vocabulário, ortografia, pontuação, sílabas, acentuação e classes gramaticais;
- 1.2- Conjugação de verbos;
- 1.3- Concordâncias verbais e nominais;
- 1.4- Utilização de pronomes;
- 1.5- Fonética;
- 1.6- Morfologia;
- 1.7- Sintaxe;
- 1.8- Crase;
- 1.9- Figuras de linguagem;
- 1.10- Formas de tratamento;
- 1.11- Adjetivos, substantivos e suas flexões.

2.- Matemática (08 questões):

- 2.1- Adição, subtração, multiplicação e divisão, com números inteiros e fracionários;
- 2.2- Sistema métrico decimal;
- 2.3- Números e grandezas proporcionais, razões e proporções;
- 2.4- Geometria plana;
- 2.5- Divisão proporcional;
- 2.6- Potências e raízes;
- 2.7- Equações de primeiro e segundo grau;
- 2.8- Juros e descontos simples;
- 2.9- Médias e regras de três simples e compostas;
- 2.10- Conjuntos e subconjuntos;
- 2.11- Problemas envolvendo as operações;
- 2.12- Progressões aritméticas e geométricas.

3.- Regulamento do SIMAE (08 questões):

3.1- As disposições do Regulamento do SIMAE - Decreto Municipal de Capinzal n.º 059/2014, de 30/04/2014.

4.- Conhecimentos Específicos do Cargo (06 questões):

4.1- A Descrição e as atribuições do cargo de Encanador, constantes no item IX do Anexo I da Lei Complementar n.º 147, de 04 de abril de 2012, e transcritas no Anexo VI deste Edital.

5.- Peso das Questões:

5.1.- As questões sobre os conhecimentos específicos dos cargos (subitem 4 acima) terão o valor de 0,50 pontos cada, as questões sobre o Regulamento do SIMAE terão o valor de 0,375 pontos cada e as demais questões terão o valor de 0,25 pontos, sendo atribuído a cada prova nota de 0 (zero) a 10 (dez).

Capinzal, SC, 21 de novembro de 2014.

Sidnei Penzo

Diretor Geral

CONCURSO PÚBLICO SIMAE/CAO/01/2014

EDITAL DE ABERTURA

ANEXO VI

DESCRIÇÃO DOS CARGOS

ANEXO I DA LC Nº 147, DE 04 DE ABRIL DE 2012

Cargo:	VIII - AUXILIAR DE OPERAÇÕES	
Padrão:	02	
Grupo:	Técnico	
Ingresso:	Concurso Público	
Processo de Seleção:	Provas	
Jornada de Trabalho:	40 (quarenta) horas semanais	
Horário:	Conforme Quadro de Horários de Trabalho	
Requisitos:		
Escolaridade Mínima:	Ensino Fundamental Completo	
Nacionalidade:	Ser brasileiro nato ou naturalizado	
Sexo:	Masculino	
Idade Mínima:	18 anos	

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO

Executar serviços de instalações, ampliações, consertos, cargas/descargas, transporte, armazenamento, alvenaria e carpintaria em geral, auxiliar em instalações nas implantações e/ou manutenções hidráulicas e elétricas, desenvolvidas pelo SIMAE.

DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

As atribuições do Cargo de Auxiliar de Operações são as seguintes:

I - Auxiliar nos serviços de instalações, aplicações e consertos de redes, adutoras e ramais domiciliares de água/esgoto, executando todas as atividades necessárias para o bom desempenho das mesmas;

II - Auxiliar em serviços de limpeza, reforma e manutenção das instalações do SIMAE;

III - Executar a abertura e o fechamento de valas, com a remoção do pavimento, reaterro e apiloamento da vala;

IV - Executar serviços de urbanização, compreendendo, construção de muro, pintura e outros que se fizerem necessários às edificações do SIMAE, bem como os serviços de poda de árvores, flores e gramas;

V - Operar máquinas e equipamentos necessários ao desempenho de suas atividades;

VI - Executar serviços de carga, descarga, transporte e armazenamento de materiais em locais determinados;

VII - Efetuar a limpeza e a manutenção das ferramentas, instrumentos, bem como manter o asseio dos locais de trabalho;

VIII - Construir casas de madeira, cercas, armários, caixas para ferramentas e caixarias para concreto;

IX - Fazer escoramento de madeira em valas, para evitar desmoronamentos;

X - Efetuar serviços de reparos em alvenarias e/ou carpintaria nas aberturas, paredes, telhados, bem como a colocação de vidros, desenvolver pequenos trabalhos na área de alvenarias e carpintaria;

XI - Confeccionar caixas de alvenarias e armações de ferragens para concreto;

XII - Requisitar e manter suprimento de material necessário ao trabalho, verificando a qualidade dos mesmos, à vista das especificações;

XIII - Executar interrupções e restabelecimento de água nos imóveis dos usuários;

XIV - Ficar a disposição do SIMAE quando designado para cumprir horários de sobreaviso;

XV - No interesse do SIMAE, conduzir veículos da Autarquia, necessário para o exercício das atribuições do cargo, responsabilizando-se pela adequada utilização;

XVI - Anotar no relatório diário de uso do veículo, quando o mesmo fizer uso de algum meio de locomoção, todas as informações nele solicitadas, bem como outras que julgar necessárias ou forem implementadas pelo SIMAE, entregando à chefia imediata para visto;

XVII - Portar-se de forma correta em seu trabalho, desenvolvendo as suas atividades de forma organizada, com clareza observando e respeitando as normas do SIMAE e os demais colegas, colaborando para manter o ambiente de trabalho limpo e harmonizado;

XVIII - Utilizar os EPIs - Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pelo SIMAE, sempre que a atividade desempenhada exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde;

XIX - Executar outras tarefas inerentes ao cargo.

Cargo:	XIV - AUXILIAR TÉCNICO	
Padrão:	05	
Grupo:	Técnico	
Ingresso:	Concurso Público	
Processo de Seleção:	Provas	
Jornada de Trabalho:	40 (quarenta) horas semanais	

Horário:	Conforme Quadro de Horários de Trabalho	
Requisitos:		
Escolaridade Mínima:	Ensino Médio Completo	
Nacionalidade:	Ser Brasileiro nato ou naturalizado	
Sexo:	Ambos	
Idade Mínima:	18 Anos	
Formação Específica:	Formação técnica na área de Saneamento ou Meio Ambiente, reconhecido pelo Ministério da Educação; Carteira Nacional de Habilitação para condução de motocicletas e veículos.	

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO

Executar trabalhos rotineiros, destinados à operação e à manutenção dos sistemas de água e esgoto.

DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

As atribuições do Cargo de Auxiliar Técnico são as seguintes:

I - Executar serviços destinados a promover a operação e a manutenção dos componentes dos sistemas de água e esgoto;

II - Inspecionar, coordenar e executar os trabalhos locais;

III - Verificar periodicamente os sistemas de proteção e segurança elétricos, fogo, etc.;

IV - Orientar e executar trabalhos de manutenção de equipamentos;

V - Preparar e dosar produtos químicos;

VI - Realizar exames simplificados de controle da qualidade da água;

VII - Coletar amostras de água para exame de laboratório;

VIII - Manter limpos, conservados e com boa apresentação os imóveis, as benfeitorias, os equipamentos, os aparelhos e demais materiais componentes do sistema;

IX - Auxiliar e/ou orientar a execução ligações domiciliares, consertos e extensões de redes de água e esgoto;

X - Desenvolver atividades necessárias ao controle e monitoramento de funcionamento dos sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos;

XI - Fazer leitura e manutenção em macro-medidores;

XII - No interesse do SIMAE, conduzir veículos da Autarquia, necessário para o exercício das atribuições do cargo, responsabilizando-se pela adequada utilização.

XIII - Anotar no relatório diário de uso do veículo, quando o mesmo fizer uso de algum meio de locomoção, todas as informações nele solicitadas, bem como outras que julgar necessárias ou forem implementadas pelo SIMAE, entregando à chefia imediata para visto;

XIV - Portar-se de forma correta em seu trabalho, desenvolvendo as suas atividades de forma organizada, com clareza, observando e respeitando as normas do SIMAE e os demais colegas, colaborando para manter o ambiente de trabalho limpo e harmonizado;

XV - Utilizar os EPIs - Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pelo SIMAE, sempre que a atividade desempenhada exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde;

XVI - Executar outras tarefas inerentes ao cargo.

Cargo:	XIX - ENGENHEIRO SANITARISTA	
Padrão:	07	
Grupo:	Técnico	
Ingresso:	Concurso Público.	
Processo de Seleção:	Provas	
Jornada de Trabalho:	40 (quarenta) horas semanais.	

Horário:	Conforme Quadro de Horários de Trabalho	
Requisitos:		
Escolaridade Mínima:	Curso Superior Completo.	
Nacionalidade:	Ser brasileiro nato ou naturalizado.	
Sexo:	Ambos.	
Idade Mínima:	18 anos.	
Formação Específica:	Graduação em Engenharia Sanitária. Registro no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura; Carteira Nacional de Habilitação para condução de veículos.	

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO

Execução, Supervisão, Planejamento e Coordenação no campo da Engenharia Sanitária, observando as normas técnicas e a legislação aplicável as suas atividades.

DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

I - Elaborar e fiscalizar projetos de construção, montagem, operação, manutenção e reparo ou adaptação de instalações destinadas aos processos de produção, distribuição, tratamento de água e disposição final de esgotos;

II - Acompanhar e orientar a operação, manutenção e controle da qualidade em sistemas de tratamento e purificação de água e esgoto;

III - Elaborar estudos, planejamento, projetos, especificações e viabilidade técnica, econômica de obras e serviços técnicos relacionados com saneamento básico;

IV - Orientar o trabalho técnico de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção de unidades na perspectiva da engenharia civil;

V - Orientar desenhista e técnicos em trabalhos referentes a edificações, sistemas de abastecimento de água e de saneamento, rios, canais, poços etc.;

VI - Efetuar vistorias, perícias, avaliação, arbitramento, laudos e pareceres técnicos, execução e fiscalização de obras e serviços técnicos;

VII - Orientar e/ou elaborar desenho técnico referente aos sistemas de água e esgoto;

VIII - Fiscalizar e controlar o andamento de obras, segundo as especificações. Orientar os serviços de topografia, desenho e elaboração de estudos, projetos e execução de obras;

IX - Elaborar e/ou analisar especificações técnicas de materiais, equipamentos e serviços, bem como orçamentos analíticos relativos aos sistemas de água e esgoto, para fins de projetos e/ou licitações;

X - Elaborar e controlar os elementos técnicos necessários para efeito de pedido de financiamento junto aos Órgãos Financeiros;

XI - Planejar, executar, acompanhar e controlar as atividades operacionais do SIMAE;

XII - Prestar assistência técnica em sua especialidade para as diversas unidades do SIMAE;

XIII - Participar das atividades administrativas de controle e apoio referentes à sua área de atuação;

XIV - Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades do SIMAE ou entidades públicas e particulares, procedendo a estudos, dando pareceres ou fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao SIMAE;

XV - Participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando treinamento em serviço ou ministrando aulas e palestras para contribuir com o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação;

XVI - No interesse do SIMAE, conduzir veículos da Autarquia, necessário para o exercício das atribuições do cargo, responsabilizando-se pela adequada utilização;

XVII - Portar-se de forma correta em seu trabalho, observando e respeitando as normas do SIMAE, os demais colegas, colaborando para a harmonizar o ambiente de trabalho;

XVIII - Utilizar os EPIs - Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pelo SIMAE, sempre que a atividade desempenhada exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde;

XIX - Executar outras e todas as tarefas inerentes ao cargo.

Cargo:	IX – ENCANADOR	
Padrão:	04	
Grupo:	Técnico	
Ingresso:	Concurso Público	
Processo de Seleção:	Provas	
Jornada de Trabalho:	40 (quarenta) horas semanais	
Horário:	Conforme Quadro de Horários de Trabalho	
Requisitos:		
Escolaridade Mínima:	Ensino Médio Completo.	
Nacionalidade:	Ser brasileiro nato ou naturalizado.	
Sexo:	Masculino	
Idade Mínima:	18 anos.	
Formação Específica:	Carteira Nacional de Habilitação para condução de motocicletas e veículos.	

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO

Executar todas as tarefas necessárias as implantações, manutenções e ampliações das redes e ramais hidráulicos dos sistemas de abastecimento de água e coleta, tratamento e destino final do esgoto. Auxiliar nas diversas tarefas de manutenção, ampliação e conservação dos sistemas de água e esgoto.

DETALHAMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

As atribuições do Cargo de Encanador são as seguintes:

I - Fazer instalação, conserto e manutenção de adutoras e redes de distribuição de água, executando todas as atividades necessárias para tal;

II - Executar instalação/retirada de equipamentos utilizados pelo SIMAE nos sistemas de distribuição de água e coleta e tratamento de esgotos;

III - Executar manutenções hidráulicas nas dependências do SIMAE;

IV - Executar todas as atividades necessárias a instalação, manutenção, consertos e mudança de ligações domiciliares, orientado os usuários e seus auxiliares para a correta execução dos serviços e instalação dos equipamentos e acessórios, tanto de água como de esgoto;

V - Relacionar e especificar tipo e quantidade de materiais necessários ao serviço e providenciar a retirada do almoxarifado;

VI - Relatar todas as atividades desenvolvidas, ao setor competente, de acordo com os critérios do SIMAE, bem como, os materiais utilizados na execução das atividades;

VII - Manter limpos, organizado e em perfeito estado de conservação todos os equipamentos e utensílios utilizados no desenvolvimento de suas atividades;

VIII - Efetuar a instalação, conserto e manutenção de redes coletoras de esgoto;

IX - Fazer e reparar poços de visitas, poços de limpeza, caixas de proteção de registros e pisos de cimento;

X - Ficar a disposição do SIMAE quando designado para cumprir

horários de sobreaviso;
XI - Prestar informação aos usuários/consumidores dos serviços executados em seus imóveis, quando solicitado pelos mesmos;
XII - Relatar as atividades desenvolvidas, de acordo com critérios do SIMAE;
XIII - Proceder a testes para detecção e localização de vazamentos domiciliares e em redes;
XIV - Realizar descargas em ponta de rede;
XV - Prestar serviços de geofonamento, operando os equipamentos e utensílios necessários para a execução de tais serviços inerentes;
XVI - No interesse do SIMAE, conduzir veículos da Autarquia, necessário para o exercício das atribuições do cargo, responsabilizando-se pela adequada utilização;
XVII - Executar interrupções e restabelecimento de água nos imóveis dos usuários;
XVIII - Comunicar a chefia imediata as manutenções necessárias nos veículos, motocicletas e outros equipamentos utilizados pelo mesmo, bem como, observar toda a legislação pertinentes a condução de veículos;
XIX - Anotar no relatório diário de uso do veículo, quando o mesmo fizer uso de algum meio de locomoção, todas as informações nele solicitadas, bem como outras que julgar necessárias ou forem implementadas pelo SIMAE, entregando à chefia imediata para visto;
XX - Portar-se de forma correta em seu trabalho, desenvolvendo as suas atividades de forma organizada, com clareza observando e respeitando as normas do SIMAE e os demais colegas, colaborando para manter o ambiente de trabalho limpo e harmonizado;
XXI - Utilizar os EPIs - Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pelo SIMAE, sempre que a atividade desempenhada exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde;
XXII - Executar outras tarefas inerentes ao cargo.

CONCURSO PÚBLICO SIMAE/CAO/01/2014

EDITAL DE ABERTURA

ANEXO VII

REGULAMENTO PARA AS PROVAS DO CONCURSO PÚBLICO

- 1.- Não será admitida a entrada de Candidato que não estiver munido do Cartão de Inscrição fornecido no ato da inscrição e de documento original de identidade com foto, em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.
- 2.-Serão considerados documentos de identidade as carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores ou por Ordens e Conselhos de Classe e Carteira Nacional de Habilitação (com foto).
- 3.- Os candidatos deverão comparecer no local das provas com 30 (trinta) minutos de antecedência para assinatura da ficha de presença e recebimento das instruções sobre a prova.
- 4.- Durante a prova não poderá se feita qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquinas calculadoras ou aparelhos celulares.
- 5.- Não será permitido qualquer tipo de comunicação do candidato com outros candidatos ou com o exterior do recinto, sob pena de eliminação do Concurso do(s) Candidato(s) envolvido(s). Aparelhos de telefonia celular, bip e/ou similares deverão ser desligados.
- 6.- A Prova Escrita terá um tempo máximo de realização de duas horas e trinta minutos, além do tempo necessário às instruções sobre a avaliação.
- 7.- O candidato poderá sair da sala durante a Prova Escrita somente em caso especial e acompanhado de um fiscal.
- 8.- É expressamente proibido comer, beber ou fumar nos locais das provas.
- 9.- Após a conclusão e entrega da prova, os candidatos não poderão permanecer nas imediações das salas onde estiverem sendo

realizadas as provas.

10.- Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala de aplicação de prova permanecerão na sala até a entrega da Prova Escrita pelo último candidato.

11.- Os envelopes contendo as provas deverão ser entregues ao Presidente da Comissão do Concurso que as manterá sob sua guarda até a sua correção.

12.- Os candidatos deverão levar caneta esferográfica de cor azul ou preta, lápis e borracha.

Capinzal, SC, 21 de novembro de 2014.

Sidnei Penzo

Diretor Geral

Catanduvas

PREFEITURA

ADENDO AO EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0085/2014 - TOMADA DE PREÇO Nº 0016/2014

ADENDO AO EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0085/2014

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 0016/2014

A Prefeita do Município de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, Exma. Sra. Gisa Aparecida Giacomini, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, torna público, para o conhecimento dos interessados, as seguintes alterações no edital de Tomada de Preço nº 0016/2014, conforme segue:

Fica acrescido o item 6.3.5, no item 6 DA HABILITAÇÃO, do edital de Tomada de Preço nº 0016/2014, com a seguinte redação:

6.3.5. Na hipótese do licitante participante ser produtor rural, apresentando o respectivo bloco de produtor rural, serão exigidos, dos documentos acima referidos, aqueles compatíveis com a qualidade de produtor.

As demais disposições do Edital permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Catanduvas/SC, 20 de novembro de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

LEI Nº 2.468/2014, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 2.468/14 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

"Dispõe sobre a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias, para 2015 e dá outras providências".

GISA APARECIDA GIACOMINI, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso de suas atribuições Legais, que a Lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Legislativo Municipal aprovou, e, ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Orçamento do Município de Catanduvas, SC, para o exercício de 2015, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

I - As metas fiscais;

II - As prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2014-2017 e suas alterações;

III - A estrutura dos orçamentos;

IV - As diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V - As disposições sobre a dívida pública municipal;

VI - As disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII - As disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII - As disposições gerais.

CAPÍTULO II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2015, 2016 e 2017 de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, estão identificadas nos seguintes anexos:

I - Anexo de Metas Fiscais - Demonstrativo I Metas anuais (LRF art. 4º, § 1º);

II - Anexo de Metas Fiscais - Demonstrativo II Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior (LRF art. 4º, § 2º, I);

III - Anexo de Metas Fiscais - Demonstrativo III Das metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores (LRF art. 4º, § 1º);

IV - Anexo de Metas Fiscais - Demonstrativo IV Evolução do patrimônio líquido (LRF art. 4º, § 2º, III);

V - Anexo de Metas Fiscais - Demonstrativo V Origem e aplicação dos recursos obtidos com alienação de ativos (LRF art. 4º, § 2º, III);

VI - Anexo de Metas Fiscais - Demonstrativo VII Estimativa e compensação da renúncia de receita (LRF art. 4º, § 2º, V);

VII - Anexo de Metas Fiscais - Demonstrativo VIII Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado (LRF art. 4º, § 2º, V);

VIII - Anexo Estimativa das Receitas Orçamentárias

IX - Anexo de Metas das Ações, Programas de Governo;

X - Anexo de Metas Fiscais - Anexo VII Demonstrativo de riscos fiscais e providências (LRF 4º, §3º);

XI - Anexo Proposta de Programa Setorial - Identificação das Ações.

CAPÍTULO III - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS de que trata o art. 2º desta Lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas e fiscais estabelecidas nesta Lei e identificadas nos anexos desta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

CAPÍTULO IV - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º Para efeito desta Lei entende-se por:

I - Programa: instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - Ação: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário a manutenção da atuação governamental;

IV - Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - Operação especial: despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - Unidade orçamentária: o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - Receita ordinária: as previstas para ingresso no caixa da unidade gestora de forma regular pela competência de tributar e arrecadar e por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - Execução física: a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - Execução orçamentária: o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - Execução financeira: o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Fiscais e indicação das fontes de financiamento na forma das Portarias da Secretária do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e a Secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 2º A categoria de programação de que trata o art. 167, inciso VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O orçamento abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração organizacional da Prefeitura.

§ 1º Os Orçamentos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente; do Fundo Municipal da Assistência Social; do Fundo Municipal de Saúde; do Fundo de Reequipamento do Bombeiro integrarão o Orçamento do Poder Executivo como unidades gestoras, respeitadas na fixação das despesas aquelas estabelecidas na legislação em vigor.

§ 2º Os Orçamentos do Fundo Municipal de Saneamento Básico, Fundo Municipal de Defesa Civil, Fundo Municipal do Meio Ambiente e Fundo Municipal da Habitação e Interesse Social integrarão o Orçamento do Poder Executivo como órgão da administração municipal vinculados a suas respectivas secretarias e respeitadas na fixação das despesas aquelas estabelecidas na legislação em vigor.

§ 3º O Orçamento do Fundo Municipal da Cultura integrará o Orçamento do Poder Executivo como unidade orçamentária vinculado a sua respectiva secretaria e respeitadas na fixação das despesas aquelas estabelecidas na legislação em vigor.

§ 4º O Orçamento do Fundo Municipal de Direitos dos Idosos integrará o Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social como unidade orçamentária vinculado a sua respectiva secretaria e respeitadas na fixação das despesas aquelas estabelecidas na legislação em vigor.

Art. 7º A Lei Orçamentária Anual evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas como código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas seus Fundos e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobrada as despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias da Secretária do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e a Secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, bem como ao que dispõe a Constituição Federal de 1988, Lei Complementar nº 101, de 2000 e Lei nº 4.320, de 1964.

§ 1º Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 2º O Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD, de que trata o inciso X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto nas Portarias da Secretária do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e a Secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, admitido o remanejamento por lei específica, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação.

Art. 8º A mensagem da proposta orçamentária conterá o disposto no inciso I, art. 22 da Lei nº 4.320, de 1964.

Art. 9º A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal até o limite de 1% da Receita Corrente Líquida Prevista.

CAPÍTULO V - DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO.

Art. 10 O orçamento para o exercício seguinte e suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos.

Art. 11 Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no art. 7º, inciso X desta Lei (QDD).

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, ser delegado a servidor municipal.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor municipal.

Art. 12 Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e sua evolução nos últimos três exercícios.

Art. 13 Se a receita estimada, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 14 Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observados a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo:

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 15 A compensação de que trata o art. 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 16 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aquelas constantes dos anexos desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício anterior.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 17 Os orçamentos para o exercício financeiro seguinte destinarão recursos para a Reserva de Contingência, nos limites previstos no art. 9º, desta Lei.

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto nas Portarias da Secretária do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e a Secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e demonstrativo de riscos fiscais nos anexos.

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 30 de novembro do exercício financeiro seguinte, poderão, excepcionalmente, ser

utilizados mediante prévia autorização legislativa por lei específica para abertura de Créditos Adicionais Suplementares de dotações que se tornarem insuficientes.

Art. 18 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual - PPA.

Art. 19 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio do fluxo de caixa.

Art. 20 Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para o exercício financeiro seguinte, com dotações vinculadas e destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos art. 8º, parágrafo único e art. 50, I da LRF.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual, os orçamentos da receita e da despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 21 A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro seguinte, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita, demonstrado na Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, integrante desta lei.

Art. 22 A transferência de recursos do tesouro municipal às entidades privadas beneficiará preferencialmente aquelas de caráter educativo, cultural, esportivo, assistencial, de saúde, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica.

Art. 23 Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000, deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro seguinte, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I, do art. 24 da Lei nº 8.666/93 atualizada.

Art. 24 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferência voluntárias e operações de crédito.

Art. 25 Despesas de competência de outros entes da Federação poderão ser assumidas pela Administração Municipal, desde que firmado por Convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na

lei orçamentária anual, devendo, obrigatoriamente estar acompanhada da estimativa de impacto financeiro e demonstrado e devidamente justificado a necessidade, o interesse público e capacidade orçamentária e financeira do Município, sem comprometimento de obras ou ações.

Art. 26 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o exercício seguinte a preços/valores correntes.

Art. 27 A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata as Portarias da Secretária do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e a Secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Parágrafo único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, somente poderá ser efetivada se precedido de lei específica, exceto os de Excesso de Arrecadação e Superávit Financeiro.

Art. 28 Durante a execução orçamentária, o Executivo Municipal, autorizado por lei específica, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício financeiro seguinte e constante desta lei.

Art. 29 O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o art. 50, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000, serão desenvolvidas de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do metro quadrado das construções, do metro quadrado das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros.

Parágrafo único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício.

Art. 30 Para fins do disposto no art. 165, § 8º da Constituição federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 31 A Lei Orçamentária Anual poderá conter autorização para a contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% (cinquenta por cento) das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF.

Art. 32 A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica.

Art. 33 Ultrapassado o limite de endividamento definido no art. 30 desta Lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e

movimentação financeira nas dotações definidas no art. 13 desta lei.

CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS DESPESAS COM PESSOAL

Art. 34 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante Lei autorizativa específica, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou majorar a remuneração dos seus servidores e agentes políticos do Poder Executivo, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observado os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de Orçamento Anual ou em créditos adicionais.

Art. 35 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extraordinárias pelos servidores quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 36 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso estas ultrapassem os limites estabelecidos da Lei Complementar nº 101/2000:

- I - Eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - Eliminação das despesas com horas extras;
- III - Exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão;
- IV - Demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 37 Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente à substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Carreira, Cargos e Salários da Administração Municipal de Catanduvas ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa.

Art. 38 O Executivo Municipal poderá colocar a disposição com ônus para o Município servidores do Quadro Geral a outros órgãos da administração pública direta ou indireta, ou a entidades sem fins lucrativos ou beneficentes conforme relação abaixo:

- I - Justiça Eleitoral, para serviços desenvolvidos na 18ª Zona Eleitoral;
- II - APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Catanduvas; e
- III - Corpo de Bombeiros - FUNREBOM - de Catanduvas.

CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.

Art. 39 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois últimos subseqüentes.

Art. 40 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 41 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesa em valor equivalente.

CAPÍTULO IX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária a Câmara Municipal que a apreciará e a devolverá para sanção no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro seguinte, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 43 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, mediante apuração de responsabilidades e, em caso de responsabilidade de agente administrativo, a cobrança do valor dos juros e multas do responsável.

Art. 44 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subseqüente, por lei específica.

Art. 45 O Executivo Municipal poderá assinar convênios com o Governo Federal, Estadual ou Municipal, através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para a realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 46 Ficam alterados os anexos da Lei nº 2.417, de 2 de outubro de 2013 (PPA - Plano Plurianual do Quadriênio 2014/2017), revogando-se as disposições em contrário, de acordo com as disposições e anexos desta Lei.

Art. 47 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Catanduvas, SC, 12 de novembro de 2014.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA
Sec. Municipal de Administração.

Publicada e Registrada por esta Secretaria em 19/11/2014.

LEI Nº 2.469/2014, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 2.469/14 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

"AUTORIZA ANULAÇÃO PARCIAL E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL."

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas SC, no uso de suas atribuições, que a Lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município que o Legislativo aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a ANULAÇÃO PARCIAL, na importância de R\$ 73.000,00 (Setenta e três mil reais), da seguinte dotação orçamentária.

ÓRGÃO	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA		
	0601	SERVIÇOS URBANOS		
	451	INFRA-ESTRUTURA URBANA		
		Construção de Espaços Públicos		
	124	DESPESAS DE CAPITAL (4490)	R\$	73.000,00

Art. 2º - Com os recursos oriundos da anulação mencionados no artigo primeiro fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 73.000,00 (Setenta e três mil reais), no orçamento vigente da Prefeitura e Fundo Municipal de Assistência Social, nas seguintes dotações orçamentárias.

ÓRGÃO	04	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO		
UNID. ORÇ.	0405	FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA		
	392	DIFUSÃO CULTURAL		
		Manutenção das Atividades Culturais e Artísticas		
	100	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390) Rec. Próprios	R\$	23.000,00

ÓRGÃO	30	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
UNID. ORÇ.	0301	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
	244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		
		Manutenção das Atividades da Assistência Social		
	100	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390) Recursos Próprios	R\$	20.000,00

		Transferências a Entidades Assistências		
	100	OUT. DESPESAS CORRENTES (3350) Recursos Próprios	R\$	30.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas SC, 18 de novembro de 2014.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA
Sec. Municipal de Administração.

Registrada e Publicada por esta Secretaria em 18/11/2014.

DECRETO Nº 2.031, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 2.031/14 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

"AUTORIZA ANULAÇÃO PARCIAL E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL."

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas SC, no uso de suas atribuições, que a Lei lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 2.469/14 de 24 de setembro de 2014 e Lei Federal nº 4.350/64. DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor Contábil, autorizado a proceder a ANULAÇÃO PARCIAL, na importância de R\$ 73.000,00 (Setenta e três mil reais), da seguinte dotação orçamentária.

ÓRGÃO	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA		
	0601	SERVIÇOS URBANOS		
	451	INFRA-ESTRUTURA URBANA		
		Construção de Espaços Públicos		
	124	DESPESAS DE CAPITAL (4490)	R\$	73.000,00

Art. 2º - Com os recursos oriundos da anulação mencionados no artigo primeiro fica o Setor Contábil, autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 73.000,00 (Setenta e três mil reais), no orçamento vigente da Prefeitura e Fundo Municipal de Assistência Social, nas seguintes dotações orçamentárias.

ÓRGÃO	04	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO		
UNID. ORÇ.	0405	FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA		
	392	DIFUSÃO CULTURAL		
		Manutenção das Atividades Culturais e Artísticas		
	100	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390) Rec. Próprios	R\$	23.000,00

ÓRGÃO	30	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
UNID. ORÇ.	0301	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
	244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		
		Manutenção das Atividades da Assistência Social		
	100	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390) Recursos Próprios	R\$	20.000,00

		Transferências a Entidades Assistências		
	100	OUT. DESPESAS CORRENTES (3350) Recursos Próprios	R\$	30.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas SC, 18 de novembro de 2014.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA
Sec. Municipal de Administração.

Registrado e Publicado por esta Secretaria em 18/11/2014.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

PORTARIA Nº 452 DE 20.11.14

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIANº 452/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, Inciso VII e pelo art. 70, inciso II, alíneas "a" e "g" da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar os efeitos da Portaria nº 333/2014 de 20.08.2014, da Servidora Publica Maria Zenaide Senem Souza.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10.10.14.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,
20 de novembro de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 39/FMAS/2014

CONTRATO Nº: 43/2014
ADITIVO Nº: 39/FMAS/2014
TIPO DE ADITIVO: PRIMEIRO TA - ACRÉSCIMO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
CONTRATADA: L1 SERVIÇOS DE ORGAN. DE FEIRAS, CONGR., VIAGENS E EVENTOS LTDA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/FMAS/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/FMAS/2014

Objeto do Contrato: Aquisição de tecidos e aviamentos, no atendimento a Secretaria de Assistência Social de Cocal do Sul/SC.

Objeto do Aditivo: Acréscimo do quantitativo nos itens 14 e 15.

Fundamento Legal: Artigo 65, alínea "b" do inciso I, combinada com o § 1º, da Lei n.º 8.666/93.

Assinatura: 18/11/2014

Vigência: Início: 18/11/2014 Término: 31/12/2014

Valor: R\$ 3.112,00 (três mil cento e doze reais).

Dotação Orçamentária: 12.01.2.030.3.3.90 (9).

Concórdia

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 006/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA / MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Rua Leonel Mosele, 62, Centro - CEP 89700-000 Concórdia - SC
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 006/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS, em conformidade com o que dispõe o §2º, do Art. 154 c/c Art. 1292, III, ambos da Lei municipal nº 1766 de 1981 (Código Tributário Municipal - CTM), depois de esgotadas as tentativas de ciência por outros meios, NOTIFICA aos contribuintes abaixo citados, a comparecer na Seção de Tributação deste município para efetuar o pagamento do valor abaixo ou impetrar recurso administrativo para impugnar o lançamento dos tributos, no prazo de 20 dias contados da publicação deste Edital, conforme prevê o Art. 155 da Lei Municipal nº 1766/81.

ADAIR JOÃO CRUZ - CPF 477.272.689-68 - Rua Rio de Janeiro, 368, Bairro dos Estados, Concórdia/SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: IPTU e taxas, referente exercício 2010, referente ao imóvel 243175 - 01.01.109.0258.001 - Valor R\$ 247,81.

ADEMIR SCHIAVINI - CPF 915.037.609-87, Linha Caravaggio, Interior, Concórdia/SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: IPTU e taxas, referente exercício 2010, referente ao imóvel 7474105 - 01.03.067.0110, Rua Lindolpho José Bordin, Sn, Loteamento Portinari, Bairro Parque de Exposições, Concórdia/SC. Valor R\$ 115,07.

ALESSANDRA FULBER (MARLENE FULBER - CPF 629.830.329-49), Rua das Ameixeiras, s/n, Loteamento Floresta, Bairro Petrópolis, Concórdia/SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: IPTU e taxas, referente exercícios 2009 a 2013, referente imóvel 1318900 - 01.06.068.0012. Valor R\$ 581,69.

ANA FONTANA ZENATTI - CPF 381.321.500-82, Rua Portugal, 21, Bairro das Nações, Concórdia/SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) IPTU e taxas, referente exercícios 2011 a 2013, referente imóvel 7502834 - 01.05.170.0436.001, Rua Jordânia, 231, Bairro das Nações, Concórdia/SC. Valor R\$ 1.430,78. 2) IPTU e taxas, referente exercícios 2011 a 2013, referente imóvel 7502842 - 01.05.170.0458, Rua Jordânia s/n, Bairro das Nações, Concórdia/SC. R\$ 536,11. 3) Contribuição de Melhoria, Edital 04/2009, Exercício 2009, parcelas 14 a 36, referente imóvel 7502834 - 01.05.170.0436.001, Rua Jordânia, 31, Bairro das Nações, Concórdia/SC. R\$ 6.467,55. 4) Contribuição de Melhoria, Edital 04/2009, exercício 2009, parcelas 14 a 36, referente imóvel 7502842 - 01.05.170.0458, Rua Jordânia, s/n, Bairro das Nações, Concórdia/SC. R\$ 6.532,92.

ANDRE LUIS PELIZZARO ME - CNPJ 11.115.187/0001-95, Rua Vila Caixa D'água, perto do clube, Bairro interior, Concórdia/SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Taxa de Licença e Localização, referente econômico 24204, referente exercícios 2010 e 2011. Valor R\$ 507,59.

ANGELINA SIQUEIRA - CPF 576.700.309-25, Rua Mendes Castanha, 26, Loteamento Floresta, Bairro Nova Brasília, Concórdia/SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: IPTU e taxas, referente ao exercício 2010, referente imóvel 1259628 - 01.06.041.0012.001, Rua das Erveiras, 246, Loteamento Floresta, Bairro Petrópolis, Concórdia/SC. Valor R\$ 225,43.

BASIC CONFECÇÕES LTDA ME - CNPJ 11.349.886/0001-08, Rua

Dr. Maruri, 190, AP/E, Sala 04, Sobreloja, Próximo Andermac, Bairro Centro, Concórdia/SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Taxa Licença Localização, parcelas 02 a 08, referente exercício 2010. Valor R\$ 510,43.

CRESPAN & DAHMER LTDA - 10.789.889/0001-91, Rodovia Caetano Chiuchetta, 6901 AP/E: Sala A, Concórdia/SC, DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Serviços de Horas Máquinas, referente exercício 2009. Valor R\$ 1.254,00.

CRISTIANE TAVARES - CPF 041.712.699-97, Rua São João, Bairro Santa Rita, Concórdia/SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: IPTU e taxas, referente exercícios 2010 e 2011, referente imóvel 1352326 - 01.06.133.0070.001, Rua São João, 153, Bairro Santa Rita, Concórdia/SC. Valor R\$ 493,59.

DARCI ORLANDO LUNKES - CPF 705.396.349-72, Rua Catharina Mafessoni, 451, Bairro da Gruta, Concórdia/SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: IPTU e taxas, referente exercício 2010, referente imóvel 7473184 - 01.03.0059.0087, Rua Luiz Vivan s/n, Loteamento Portinari, Bairro Parque de Exposições, Concórdia/SC. Valor R\$ 212,46.

EDUARDO BOROSKI - CPF 195.861.679-68, Rua do Comércio, s/n, Engenho Velho, Concórdia/SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: IPTU e taxas, referente exercícios 2009 a 2012, referente imóvel 1414291 - 03.01.004.0165.001, Rua do Comércio s/n, Concórdia/SC. Valor R\$ 591,81.

ELIANE PINHEIRO - CPF 045.562.029-65, Rua São Lucas, 243, Bairro Santa Rita, Concórdia/SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: IPTU e taxas, referente exercícios 2010 a 2013, referente imóvel 1351435 - 01.06.132.0192, Rua São Lucas, 30, Bairro Flamengo, Concórdia/SC. Valor R\$ 423,62.

EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA P.A.LTDA, CNPJ 08.458.583/0001-00, Rua Zaire, 09, Bairro das Nações, Concórdia/SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Iss Simples Nacional, Parcela 11, Exercício 2008, Econômico 23097. Valor R\$ 101,54.

ESPAÇO IND. E COM. DE MOVEIS PROJETADOS LTDA ME, CNPJ 08.580.028/0001-57, Rua Luiz Carlos Francio, s/n, Bairro Figueirosa, Caçador/SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Multa, Exercício 2008, Lançamento nº 50878. Valor R\$ 273,40.

GENI PRUDENTE - CPF 017.026.739-36, Rua Escadaria da Harmonia, Sn, entre os números 18 e 45, Bairro Vista Alegre, Concórdia/SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: IPTU e taxas, referente exercícios 2010 a 2013, referente imóvel 255343 - 01.01.134.0106. Valor R\$ 273,35.

GENUINO RAGNINI - CPF 296.771.579-49, Rua Marechal Deodoro, 1650, Bairro Centro, Concórdia/SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: IPTU e taxas, referente exercícios 2009 a 2013, referente imóvel 7498144 - 01.01.038.0184.003, Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, 1440, Bairro Santa Cruz, Concórdia/SC. Valor R\$ 1.368,78.

IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA DO BRASIL - CNPJ 95.618.112/0001-17 - Rua Antonio Brunetto, 305, Bairro das Nações, Concórdia/SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Edital de Contribuição de Melhoria 01/2014, relativo à pavimentação asfáltica referente ao imóvel cadastrado sob o nº 1118307, Inscrição Imobiliária 01.05.144.0082, mesmo endereço acima. Vcto.: 10/12/2014; Valor: R\$ 1.039,72.

IVONEI ROQUE MURARO - CPF: 513.666.499-15, Rua Luiz Olivo, 10, Bairro da Gruta, Concórdia/SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) IPTU e taxas, referente exercícios 2012 e 2013,

referente imóvel 1850946 - 01.06.150.0207.001, Rua Erwin Johann Laier, 09, Bairro da Gruta, Concórdia/SC. Valor R\$ 587,72. 2) Contribuição de Melhoria, referente exercício 2009, Edital 04/2009, parcelas 24 a 47, referente imóvel 1850946 - 01.06.150.0207.001, rua Erwin Johann Laier, 09, Concórdia/SC. Valor R\$ 3.881,84.

JACIR ANDRÉ VALCARENGHI - CPF 072.318.849-11, Rua Emilia Simioni, 255, Residência 01, Bairro Natureza, Concórdia/SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Contribuição de Melhoria, Edital 02/2010, Exercício 2010, parcelas 27 a 36, referente imóvel 1823035 - 01.01.169.0118.001, Rua Emilia Simioni, 255, residência 01, Bairro Natureza, Concórdia/SC. Valor R\$ 1.718,70.

JAIRO COLLA - CPF 430.307.859-04, Rua Dr Maruri, 372, Centro, Concórdia/SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Contribuição de Melhoria, Edital 04/2007, referente ao exercício de 2007, parcelas 28 a 36, referente ao imóvel 718700 - 01.04.031.0207.001, Rua Dos Eucaliptos, 122, Lote 76-78-A, Bairro Floresta, Concórdia/SC. Valor R\$ 1.781,51.

JAMIR TONIELO - CPF 000.174.559.01, Rua 17 de Fevereiro, 208, Centro, Presidente Castelo Branco/SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Contribuição de Melhoria, Edital 06/2010, Exercício 2010, parcelas 16 a 36, referente ao imóvel 7474636 - 01.03.065.0234.001, Rua Fiorelo Antonio Fiametti, 221, Loteamento Portinari, Bairro Parque de Exposições, Concórdia/SC. Valor R\$ 6.232,24.

JANIR MARCANTE - CPF 638.648.359.68, Rua Anita Garibaldi, s/n, Bairro Vista Alegre, Concórdia/SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Contribuição de Melhoria, Edital 03/2009, referente exercício 2009, parcela 01 a 36, referente imóvel 1276557 - 01.06.047.0157, Rua Pinheirais, s/n, Bairro Petrópolis, Concórdia/SC. Valor R\$ 4.600,61.

JORGE KRUGER - CPF: 257.966.909-49, Rua Marechal Deodoro 303, Centro, Concórdia/SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) IPTU e taxas, referente exercício 2011, referente imóvel 491403 - 01.03.009.0233.001, Rua Marechal Deodoro, 307, Resid. 01-Olga e João, Centro, Concórdia/SC. Valor R\$ 359,42. 2) IPTU e taxas, referente exercícios 2011 a 2013, referente imóvel 491586 - 01.03.009.0233.002, rua Marechal Deodoro, 305 Lazer-Unid. 03, Centro, Concórdia/SC. Valor R\$ 572,55. 3) IPTU e taxas, referente exercícios 2012 e 2013 (parcela 06), referente imóvel 491748 - 01.03.009.0233.004, rua Marechal Deodoro, 303, Resid. 02 - Alceu-Baixinho, Centro, Concórdia/SC. Valor R\$ 171,15.

LAECIO DA SILVA - CPF: 195.041.609-72, Rua Hercilio Agostinho Vieira, 320, Bairro Nazaré, Concórdia/SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: IPTU e taxas, referente exercícios 2009 a 2013, referente imóvel 815829 - 01.05.004.0690.001, endereço acima citado. Valor R\$ 1.849,54.

MARLI TERESINHA DALÓ - CPF 655.890.259-15 - Rua Jordânia, 141, Bairro das Nações, Concórdia/SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) IPTU e taxas, referente aos exercícios 2010 a 2013, referente ao imóvel 1091697 - 01.05.131.0056.001 - Valor R\$ 965,28. 2) Contribuição de Melhoria, Referente Edital 04/2009, Referente exercício 2009, Referente pavimentação asfáltica, parcelas 04 a 36, referente imóvel citado acima. Valor R\$ 5.715,74.

MOACIR LUIS SANDER - CPF: 563.434.509-04, Rua Fiorelo Sunti, 401, Bairro Sunti, Concórdia/SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: IPTU e taxas, referente exercícios 2010 a 2013, referente imóvel 923559 - 01.05.049.0062.001, endereço acima citado. Valor R\$ 1.468,23.

NATALINO DO PRADO - CPF: 347.392.209-97, Rua Ipê, 488, Bairro Petrópolis, Concórdia/SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador:

Contribuição de Melhoria, referente exercício 2009, Edital 02/2009, parcelas 13 a 36, referente imóvel 1658085 - 01.01.146.0052.001, rua Das Matas, 58, Bairro Natureza, Concórdia/SC. Valor R\$ 1.697,28.

PEGORARO EMPRE. IMOBIL. AGRO. FLOR. LTDA - CNPJ 08.584.485/0001-10, Avenida Adolfo Ziguelli, Bairro NSra de Lourdes, Joaçaba/ SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) IPTU e taxas, referente aos exercícios 2010 a 2013, referente ao imóvel 7506015 - 17.01.007.0114, Rua Francisco Cadore s/n, Sintrial, Concórdia/SC. Valor R\$ 425,87. 2) IPTU e taxas, referente ao exercício 2013, referente ao imóvel 7506457 - 17.01.011.0300, Rua Gabriel Mioranca, Sn,, Sintrial, Concórdia/SC. Valor R\$ 92,32. 3) IPTU e taxas, referente ao exercício 2013, referente ao imóvel 7506490 - 17.01.011.0348, Rua Gabriel Mioranca s/n, Sintrial, Concórdia/SC. Valor R\$ 92,32. 4) IPTU e taxas, referente ao exercício 2010, referente ao imóvel 7506503 - 17.01.011.0360, Rua Gabriel Mioranca, s/n, Sintrial, Concórdia/SC. Valor R\$ 115,24. 5) IPTU e taxas, referente ao exercício 2012, referente ao imóvel 7506708 - 17.01.013.0034, Rua Victorio Massiero s/n, Sintrial, Concórdia/SC. Valor R\$ 102,47. 6) IPTU e taxas, referente aos exercícios 2010, 2011, 2013, referente ao imóvel 7506724 - 17.01.013.0058, Rua Victorio Massiero s/n, Sintrial, Concórdia/SC. Valor R\$ 323,40. 7) IPTU e taxas, referente ao exercício 2010, parcelas 03 a 06, referente ao imóvel 7506759 - 17.01.013.0094, Rua Victorio Massiero, s/n, Sintrial, Concórdia/SC. Valor R\$ 78,27. 8) Contribuição de Melhoria, Edital 15/2012, referente pavimentação asfáltica, referente ao exercício 2013, referente ao imóvel 7506767 - 17.01.013.0106, Rua Victorio Massiero, Sn, Sintrial, Concórdia/SC. Valor R\$ 221,70.

RODOLFO GHIZZONI - CPF 219.456.679-15, Rua João José de Vargas, 153, Bairro dos Industriários, Concórdia/SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: IPTU e taxas, referente aos exercícios 2009 a 2013, referente ao imóvel 1179276 - 01.06.014.0013.001. Valor R\$ 2.327,71.

SELLA NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CNPJ 83.700.963/0001-25, Rua Fioravante Amadeus Pozzobon, s/n, Bairro Vista Alegre, Concórdia/SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) IPTU e taxas, referente aos exercícios 2011 a 2013, referente ao imóvel 390470 - 01.02.042.0253.001, Rua Fioravante Amadeus Pozzobon s/n, Bairro Vista Alegre, Concórdia/SC. Valor R\$ 718,84 . 2) IPTU e taxas, referente aos exercícios 2011 a 2013, referente ao imóvel 984930 - 01.05.080.0530, Rua Inglaterra s/n, Bairro das Nações, Concórdia/SC. Valor R\$ 423,23. 3) IPTU e taxas, referente ao exercício 2011, referente ao imóvel 1148982 - 01.05.168.0180.001, Rua Inglaterra s/n, Bairro das Nações, Concórdia/SC. Valor R\$ 490,42. 4) IPTU e taxas, referente aos exercícios 2011 a 2013, referente ao imóvel 1149016 - 01.05.168.0195.001, Rua Inglaterra s/n, Bairro das Nações, Concórdia/SC. Valor R\$ 839,63. 5) IPTU e taxas, referente aos exercícios 2010 a 2013, referente ao imóvel 1149105 - 01.05.168.0210, Rua Inglaterra s/n, Bairro das Nações, Concórdia/SC. Valor R\$ 535,79.

SEVERINO VENDRUSCOLO - CPF 563.423.309-72, Travessa Condor, 140, Lot. Albiero, Concórdia/SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: IPTU e taxas, referente aos exercícios 2010 a 2013, referente ao imóvel 1503634 - 16.01.003.0409.001. Valor R\$ 1.497,23.

SOLENIR FUSCARIN DO AMARAL - CPF 674.488.609.68, Rua Antonio Brunetto, 286, Lot Sto Angelo 2, Bairro das Nações, Concórdia/SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Contribuição de Melhoria, Referente ao Edital 04/2010, referente pavimentação asfáltica, referente ao exercício 2010, referente ao imóvel 1108921 - 01.05.139.0045.001, Rua Antonio Brunetto, 286, Lot Sto Angelo 2, Bairro das Nações, Concórdia/SC. Valor R\$ 9.956,64.

STHEFANIE CAROLINE DASSI - CPF 047.884.269-43, Rua Isidoro Maito, 71, Apto 201, 2º Ppto, Centro, Concórdia/SC. DESCRIÇÃO

DO DÉBITO: Fato Gerador: IPTU e taxas, referente aos exercícios 2009, 2010, 2011, 2013, referente ao imóvel 680397 - 01.04.019.0564.006. Valor R\$ 3.309,74.

UBIRAJARA ESIEN TOMAZ - CPF 038.998.259-85 - Rua das Matas, 452, Bloco B, Apto 3, Bairro Natureza, Concórdia/SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: IPTU e taxas, referente aos exercícios 2010 a 2013, referente ao imóvel 1671774 - 01.01.158.0320.019. Valor R\$ 1.228,66.

VALDORILDO RODRIGUES DA SILVA - CPF 733.536.559.72 - Rua Frederico Bertuzzo, 263, Bairro Imigrantes, Concórdia/SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Contribuição de Melhoria, Edital 08/2012, Referente pavimentação asfáltica, Exercício 2012, referente imóvel 7521626 - 01.03.048.181.002, Rua Severino Andognini 191, Residência 2, Bairro Imigrantes, Concórdia/SC. Valor R\$ 1.265,29.

VANDERLEI PASINATTO - CPF 831.810.409-91, Rua 29 de Julho, 928, 2º Andar, Centro, Concórdia/SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) IPTU e taxas, referente aos exercícios 2011 a 2013, referente ao imóvel 7495820 - 01.06.157.0058.001, Rua Guilherme Munaretto, 34, Bairro da Gruta, Concórdia/SC. Valor R\$ 2.095,91. 2) Contribuição de Melhoria, referente ao Edital nº 04/2009, referente ao exercício de 2009, parcelas 09 a 36, referente pavimentação asfáltica, referente ao imóvel 7495820 - 01.06.157.0058.001, Rua Guilherme Munaretto, 34, Bairro da Gruta, Concórdia/SC. Valor R\$ 1.094,73.

VILMAR ANTONIO VENSON - CPF 065.634.069-04, Localidade Rural, Interior, Concórdia/SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: IPTU e taxas, referente aos exercícios 2010 a 2013, referente ao imóvel 7493797 - 01.06.022.2430, Rua Jairo Goss, Area Remanescente, Bairro dos Industriários, Concórdia/SC. Valor R\$ 9.177,13.

VOLMIR LUIZ VENSON - CPF 219.441.059-72, Rua 29 de Julho, 438, Centro, Concórdia/SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: IPTU e taxas referente aos exercícios 2010, 2012, 2013, referente ao imóvel 1203835 - 01.06.022.0661, Rua João Romani, Bairro da Gruta, Concórdia/SC. Valor R\$ 4.013,70.

Concórdia, 19 de novembro de 2014.

Joaquim Pedro de Barros Bicca Neto Segundo Secretário Municipal de Finanças	Leão Marcos Ampessan Fiscal de Tributos
-----------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------

EXTRATO DO CONVÊNIO FMDD Nº 2/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS - FMDD

EXTRATO DO CONVÊNIO FMDD Nº 2/2014

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, pelo FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS - FMDD, representado pelo Presidente do Conselho Gestor do FMDD, senhor CARLOS FERNANDO COMASSETTO e o REGENBOGEN VOLKSTANZGRUPPE, inscrito no CNPJ sob nº 72.414.147/0001-39, representada pelo seu Presidente, senhor JURANDIR EDSON DAHMER.

OBJETO: O objeto do presente Convênio é conjunção de esforços visando o incentivo e difusão da cultura folclórica alemã, mediante a efetivação do projeto "Mantendo Viva a Cultura Alemã".
VALOR: R\$ 40.197,00.

PRAZO: Até 31.12.2014.

DATA DA ASSINATURA: 14 de novembro de 2014.

ERRATA 001 DO EDITAL DE LICITAÇÃO DO TOMADA DE PREÇO Nº 16/2014-PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

ERRATA DO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 16/2014 PMC

Na publicação do Extrato de Aviso da Tomada de Preços nº 16/2014 PMC, veiculado no dia 12 de novembro de 2014, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, edição 1613, pág. 131.

Onde lê-se: "INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: até 01/11/2014, às 16h00min."

Leia-se: INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: até 01/12/2014, às 16h00min."

Concórdia, SC, 20 de novembro de 2014.

RUIIMAR SCORTEGAGNA

Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2014 - FMAS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

Nº. 9/2014- FMAS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de itens de maquiagem e de higiene em atendimento às atividades desenvolvidas pelo PAIF e grupos de convivência junto aos CRAS I e II e CREAS, com recursos oriundos do PAIF e contrapartida Municipal, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 09/12/2014
Abertura: dia 09/12/2014 08h30min. no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 20 de novembro de 2014.

LAURI GARBOSSA

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 31/2014 – PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº31/2014- PMC
Sistema de Registro de Preços

Objeto:REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição durante o exercício de 2015 de gêneros alimentícios para preparação de refeições nas Escolas do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal e Centros de Educação Infantil CMEIs, com recursos oriundos do Convênio PNAE/PNAC e conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 12/12/2014 no endereço Eletrônico www.cidadecompras.com.br

Abertura: dia 12/12/2014 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 19 de Novembro de 2014.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2014 – FMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 5/2014- FMC

Objeto: Aquisição e instalação de equipamentos para rede lógica e monitoramento por imagem, para o Centro Cultural Concórdia, com recursos oriundos do repasse MINC/PRONAC - patrocinados pela Tractebel, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 13h45min do dia 04/12/2014 no endereço Eletrônico www.cidadecompras.com.br

Abertura: dia 04/12/2014 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 20 de novembro de 2014.

GILMAR LUIZ MONTICELLI
Diretor Superintendente da FMC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 13/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO OBRAS E
SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 13/2014

A Secretária Municipal de Educação torna público que ratificou o ato do Senhor Orides Storchio, Diretor Administrativo, que Dispensou a Licitação, nos termos do Inciso I, do Artigo 24, homologada em 20 de novembro de 2014, para reforma do telhado, em regime de empreitada por preço máximo unitário (material e mão de obra) por empresa de engenharia e/ou construção civil na Escola EMC Maria Melânia Siqueira, em favor da empresa VANDERLEI DEITOS ME, no valor total de R\$ 10.712,00 (dez mil, setecentos e doze reais).

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL ENTIDADE: CONSOLIDADO

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014 / BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO



MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balanço Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2014 / Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			Setembro a Outubro (b)	%(b/a)	Até Outubro (c)	%(c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I)	202.176.400,00	202.176.400,00	31.228.428,24	15,45	185.625.588,47	81,92	36.550.811,53
RECEITAS CORRENTES	175.393.360,00	175.393.360,00	30.564.697,79	17,43	160.098.368,07	91,28	15.294.991,93
RECEITA TRIBUTÁRIA	26.175.447,00	26.175.447,00	3.490.284,42	13,33	23.249.706,86	88,82	2.925.740,14
Impostos	20.050.000,00	20.050.000,00	3.180.192,85	15,86	19.444.282,61	96,98	605.717,39
Taxas	3.925.447,00	3.925.447,00	226.530,31	5,77	3.314.164,15	84,43	611.282,85
Contribuição de Melhoria	2.200.000,00	2.200.000,00	83.561,26	3,80	491.260,10	22,33	1.708.739,90
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	6.414.500,00	6.414.500,00	1.393.409,87	21,72	6.899.586,73	107,56	(485.086,73)
Contribuições Sociais	3.914.500,00	3.914.500,00	982.368,87	25,10	4.743.305,81	121,17	(828.805,81)
Contribuição de Intervenção no Domínio Econ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	2.500.000,00	2.500.000,00	411.041,00	16,44	2.156.280,82	86,25	343.719,08
RECEITA PATRIMONIAL	4.093.880,00	4.093.880,00	2.414.804,82	58,99	14.117.358,43	344,84	(10.023.478,43)
Receitas Imobiliárias	130.000,00	130.000,00	10.647,92	8,19	58.681,95	45,14	71.318,05
Receitas de Valores Mobiliários	3.838.880,00	3.838.880,00	2.363.315,95	61,56	12.050.005,90	313,89	(8.211.125,90)
Receita de Concessões e Permissões	125.000,00	125.000,00	40.840,95	32,67	2.006.670,58	1.606,9	(1.883.670,58)
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Área de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cassino de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	18.000,00	18.000,00	2.060,30	11,45	10.029,86	55,72	7.970,14
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	18.000,00	18.000,00	2.060,30	11,45	10.029,86	55,72	7.970,14
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	2.707.600,00	2.707.600,00	78.504,33	2,83	2.591.723,95	95,72	115.876,05
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	131.917.963,00	131.917.963,00	21.982.188,88	16,66	107.416.153,05	81,43	24.501.829,95
Transferências Intergovernamentais	130.606.963,00	130.606.963,00	21.786.645,34	16,68	106.344.950,87	81,42	24.262.032,13
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	1.311.000,00	1.311.000,00	195.543,54	14,92	1.071.202,18	81,71	239.797,82
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.065.950,00	4.065.950,00	1.205.445,17	29,85	5.813.809,19	142,99	(1.747.859,19)
Multas e Juros de Mora	2.017.000,00	2.017.000,00	484.195,88	24,01	2.093.451,82	103,79	(78.451,82)
Indenizações e Restituições	802.450,00	802.450,00	609.293,37	75,93	2.115.417,96	263,62	(1.312.967,96)
Receita da Dívida Ativa	775.000,00	775.000,00	97.582,59	12,59	987.276,39	127,39	(212.276,39)
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	471.500,00	471.500,00	14.373,55	3,05	617.663,02	131,00	(146.163,02)
RECEITAS DE CAPITAL	26.783.040,00	26.783.040,00	663.730,45	2,48	5.527.220,40	20,64	21.255.819,60
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	9.000.000,00	9.000.000,00	0,00	0,00	414.113,46	4,60	8.585.886,54
Operações de Crédito Internas	9.000.000,00	9.000.000,00	0,00	0,00	414.113,46	4,60	8.585.886,54
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	331.000,00	331.000,00	203.370,97	61,44	286.762,63	86,59	64.237,37
Alienação de Bens Móveis	286.000,00	286.000,00	200.200,00	70,00	239.781,00	83,84	46.219,00
Alienação de Bens Imóveis	45.000,00	45.000,00	3.170,97	7,05	26.981,63	59,96	18.018,37
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	17.452.040,00	17.452.040,00	460.359,48	2,64	4.846.344,31	27,77	12.605.695,69
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	38.000,00	0,00	2.502.378,24	0,00	(2.502.378,24)
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	17.452.040,00	17.452.040,00	422.359,48	2,42	2.343.966,07	13,43	15.108.073,93
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.185.000,00	5.185.000,00	1.620.710,30	31,26	7.821.476,35	150,85	(2.636.476,35)
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	207.361.400,00	207.361.400,00	32.849.138,54	15,84	173.447.064,82	83,64	33.914.335,18
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (IV) = (III + IV)	207.361.400,00	207.361.400,00	32.849.138,54	15,84	173.447.064,82	83,64	33.914.335,18
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	207.361.400,00	207.361.400,00	32.849.138,54	15,84	173.447.064,82	-	-
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	0,00	11.079.825,29	0,00	0,00	4.173.822,52	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	11.079.825,29	0,00	0,00	4.173.822,52	0,00	0,00
Reservatório de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE CONCORDIA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2014 / Bimestre Setembro-Outubro

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	Dotação Atualizada (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS		% (g/f)	Saldo (f-g)
				Setembro a Outubro	Até Outubro	Setembro a Outubro	Até Outubro (g)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇ.) (VIII)	196.686.036,94	34.498.857,64	231.184.794,58	27.908.287,53	166.617.907,51	29.161.105,63	130.398.430,73	56,41	900.789.365,85
DESPESAS CORRENTES	159.355.485,47	13.637.723,97	172.993.209,44	25.864.145,53	140.219.573,36	26.724.105,57	125.435.117,36	69,62	52.558.096,08
Pessoal e Encargos Sociais	68.253.747,14	2.072.112,82	68.325.859,96	10.822.257,77	53.134.203,67	10.842.348,90	53.129.866,69	77,75	15.294.964,07
Juros e Encargos da Dívida	620.000,00	886.000,00	1.506.000,00	8.000,00	30.000,00	8.000,00	30.000,00	19,48	124.000,00
Outras Despesas Correntes	62.261.738,33	12.231.611,35	74.493.349,68	15.235.887,76	67.055.369,69	16.075.796,67	67.284.221,67	64,38	37.229.128,01
DESPESAS DE CAPITAL	37.112.855,47	20.861.133,67	57.973.989,14	2.044.142,00	26.366.334,35	2.457.890,06	9.963.513,37	17,19	48.010.475,77
Investimentos	36.432.855,47	21.034.133,67	57.466.989,14	2.044.142,00	26.208.742,53	2.457.890,06	9.773.721,55	17,01	47.683.267,59
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	680.000,00	177.000,00	857.000,00	0,00	168.591,82	0,00	168.591,82	37,39	317.408,18
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	10.692.461,06	489.500,00	11.181.961,06	1.954.980,22	8.163.712,86	1.726.981,79	7.827.747,63	70,90	3.254.213,23
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	207.361.400,00	34.988.357,64	242.349.757,64	29.863.267,75	174.781.620,40	30.908.087,41	138.326.178,56	57,08	904.023.579,08
AMORTIZAÇÃO DA DIV. J. REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	207.361.400,00	34.988.357,64	242.349.757,64	29.863.267,75	174.781.620,40	30.908.087,41	138.326.178,56	57,08	904.023.579,08
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	35.120.886,28	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	207.361.400,00	34.988.357,64	242.349.757,64	29.863.267,75	174.781.620,40	30.908.087,41	173.447.064,84	-	-

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			Setembro a Outubro (b)	% (b/a)	Até Outubro (c)	% (c/a)	
RECEITAS CORRENTES	5.185.000,00	5.185.000,00	1.620.710,30	31,26	7.821.476,35	150,85	(2.636.476,35)
RECEITA TRIBUTÁRIA	5.185.000,00	5.185.000,00	1.620.710,30	31,26	7.821.476,35	150,85	(2.636.476,35)
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	5.185.000,00	5.185.000,00	1.620.710,30	31,26	7.821.476,35	150,85	(2.636.476,35)
Contribuições Sociais	5.185.000,00	5.185.000,00	1.620.710,30	31,26	7.821.476,35	150,85	(2.636.476,35)
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorentes de Apontes Periódicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	5.185.000,00	5.185.000,00	1.620.710,30	31,26	7.821.476,35	150,85	(2.636.476,35)

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DESPESAS ADICIONAIS (e)	Dotação Atualizada (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS		% (g/f)	Saldo (f-g)
				Setembro a Outubro	Até Outubro	Setembro a Outubro	Até Outubro (g)		
DESPESAS CORRENTES	10.692.461,06	489.500,00	11.181.961,06	1.954.980,22	8.163.712,86	1.726.981,79	7.827.747,63	71,00	3.254.213,23
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.692.461,06	58.500,00	10.751.961,06	1.632.980,22	7.841.712,86	1.620.710,30	7.821.476,35	73,00	2.930.484,71
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	430.000,00	430.000,00	322.000,00	322.000,00	106.271,49	106.271,49	25,00	323.728,51
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	10.692.461,06	489.500,00	11.181.961,06	1.954.980,22	8.163.712,86	1.726.981,79	7.827.747,63	71,00	3.254.213,23

Fonte: Sistema Atende-Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Data Emissão: 18/nov/2014

Hora de emissão: 15h e 38m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL ENTIDADE: CONSOLIDADO PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014 / BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO



MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2014 / Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas				Saldo a Liquidar (a-b)
			Setembro a Outubro	Até Outubro	Setembro a Outubro	Até Outubro (b)	%(b) / tot. (b)	%(b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇ.) (i)	196.668.938,94	231.167.796,58	27.908.287,53	168.617.907,51	29.181.105,63	130.308.430,73	94,27	56,41	100.769.385,85
Legislativa	3.073.000,00	3.073.000,00	391.578,69	2.205.212,43	420.437,05	2.035.979,94	1,47	66,25	1.037.020,06
Ação Legislativa	3.073.000,00	3.073.000,00	391.578,69	2.205.212,43	420.437,05	2.035.979,94	1,47	66,25	1.037.020,06
Administração	16.754.583,67	18.034.334,82	1.680.312,68	14.605.285,51	2.643.923,38	12.279.088,23	8,88	68,09	5.755.246,59
Ação Judiciária	73.024,37	73.024,37	4.503,73	62.834,73	6.594,51	29.945,31	0,02	41,01	43.079,06
Planejamento e Orçamento	131.443,86	131.443,86	15.863,60	75.355,42	6.152,56	57.762,98	0,04	43,94	73.680,88
Administração Geral	10.992.728,05	11.372.028,05	1.514.825,52	8.309.553,34	1.615.729,78	7.787.340,96	5,63	68,48	3.584.687,09
Formação de Recursos Humanos	100.000,00	100.000,00	(1.426,00)	79.175,53	0,00	78.141,53	0,06	78,14	21.858,47
Comunicação Social	1.473.387,39	1.475.067,39	48.283,47	1.287.414,84	224.699,27	1.048.112,34	0,76	71,06	426.955,05
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	3.984.000,00	4.852.771,15	98.162,36	4.800.951,65	790.747,26	3.277.785,11	2,37	67,13	1.604.986,04
Assistência Social	7.067.090,00	8.157.907,59	1.028.204,13	6.184.740,74	1.060.304,15	4.994.001,22	3,61	61,22	3.163.906,37
Administração Geral	3.778.000,00	4.218.831,11	655.613,07	3.294.161,90	600.640,39	2.960.518,34	2,14	70,21	1.258.312,77
Assistência ao Idoso	300.000,00	470.000,00	101.415,70	397.748,62	57.113,37	289.220,10	0,21	61,54	180.779,90
Assistência à Criança e ao Adolescente	516.911,00	616.648,75	15.028,25	421.693,97	46.298,52	331.535,23	0,24	53,76	285.113,52
Assistência Comunitária	2.474.179,00	2.854.427,73	258.147,11	2.071.138,25	358.251,87	1.412.727,55	1,02	49,49	1.441.700,18
Previdência Social	8.135.000,00	8.135.000,00	1.287.251,36	5.997.511,71	1.727.604,38	5.830.269,38	4,21	71,67	2.304.790,62
Administração Geral	1.135.000,00	1.135.000,00	86.485,35	649.588,53	113.940,24	538.165,84	0,39	47,42	586.834,36
Previdência do Regime Estatutário	7.000.000,00	7.000.000,00	1.200.766,01	5.347.923,18	1.613.655,14	5.292.043,74	3,83	75,60	1.707.956,26
Saúde	55.691.660,00	62.131.452,24	12.863.015,94	52.329.003,71	9.573.181,95	41.133.569,18	29,74	66,20	20.997.883,06
Administração Geral	2.132.550,00	2.134.700,21	329.797,21	1.717.243,68	300.617,93	1.577.592,36	1,14	73,90	567.107,85
Atenção Básica	18.276.200,00	19.775.146,19	2.908.103,02	14.124.652,00	2.812.527,80	13.416.003,70	9,70	67,84	6.359.142,49
Suporte Profilático e Terapêutico	34.070.460,00	38.443.990,64	9.574.732,17	35.995.803,33	6.398.342,07	25.769.670,94	18,63	67,03	12.674.319,70
Vigilância Sanitária	1.212.450,00	1.777.615,20	49.383,54	491.504,70	61.694,15	370.302,18	0,27	20,83	1.407.313,02
Educação	39.128.433,00	48.816.120,10	5.847.993,02	37.154.198,30	7.579.630,59	34.080.290,69	24,64	69,81	14.735.629,41
Administração Geral	1.930.500,00	2.325.000,00	305.135,63	1.877.337,89	351.274,21	1.777.255,61	1,28	76,42	548.244,39
Alimentação e Nutrição	900.000,00	1.110.000,00	111.367,56	1.043.756,61	265.995,85	938.380,20	0,68	84,54	171.619,80
Educação Fundamental	25.813.342,00	30.587.554,43	3.683.218,02	22.890.614,20	4.547.615,96	21.293.065,82	15,39	69,61	9.294.488,61
Educação Médio	799.000,00	912.000,00	(7.000,00)	904.535,65	215.815,75	689.578,01	0,51	76,71	212.421,99
Educação Superior	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Educação Infantil	9.683.591,00	13.879.065,67	1.855.272,46	10.437.964,04	2.199.828,62	9.371.591,05	6,78	67,53	4.507.074,62
Educação de Jovens e Adultos	400,00	400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00
Educação Especial	600,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00
Cultura	1.888.670,00	2.433.189,03	194.842,30	1.399.420,51	159.065,19	1.148.864,57	0,83	47,22	1.284.324,46
Administração Geral	1.120.420,00	1.150.522,99	134.903,95	903.944,48	141.819,06	797.096,44	0,58	60,28	353.426,55
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	9.396,00	9.396,00	0,00	185,00	0,00	185,00	0,00	1,76	9.211,00
Arquitetura	556.854,00	1.273.270,04	59.938,35	495.311,05	17.245,23	351.603,13	0,25	27,61	921.666,91
Urbanismo	28.417.154,45	39.286.675,02	2.836.757,04	23.270.799,47	2.867.661,86	12.895.410,19	9,32	32,82	26.391.264,83
Administração Geral	4.229.999,10	4.687.999,10	693.575,73	3.667.075,01	715.343,07	3.588.885,44	2,59	76,55	1.099.113,66
Infra-Estrutura Urbana	17.716.356,52	27.198.065,89	1.100.398,25	12.713.595,57	937.340,29	3.981.016,48	2,88	14,84	23.217.049,21
Serviços Urbanos	3.679.829,54	3.919.829,54	305.874,12	3.624.044,60	665.747,58	3.011.167,86	2,18	76,82	908.661,68
Saneamento Básico Urbano	2.790.969,29	3.480.780,69	736.908,94	3.076.084,29	549.230,92	2.314.340,41	1,67	66,49	1.166.440,28
Habituação	355.100,00	260.096,25	(467,39)	45.219,63	16.997,21	44.169,63	0,03	16,98	215.926,62
Administração Geral	156.000,00	48.347,90	(467,39)	11.964,33	9.019,11	11.964,33	0,01	24,24	37.383,57
Habituação Rural	40.000,00	51.648,35	0,00	5.980,64	0,00	5.980,64	0,00	11,58	45.667,71
Habituação Urbana	159.100,00	159.100,00	0,00	27.274,66	7.978,10	26.224,66	0,02	16,48	132.875,34
Gestão Ambiental	930.800,00	990.800,00	92.754,98	694.074,99	154.381,81	580.458,40	0,42	58,58	410.341,60
Administração Geral	520.800,00	530.800,00	51.221,98	381.353,07	71.419,60	330.477,57	0,24	62,26	200.322,43
Preservação e Conservação Ambiental	410.000,00	460.000,00	41.533,00	312.721,92	82.962,21	249.980,83	0,16	54,34	210.019,17
Agricultura	3.368.106,16	6.496.749,39	285.742,57	5.636.014,53	402.221,04	2.198.529,82	1,59	33,83	4.300.225,57
Administração Geral	23.465,00	23.465,00	2.145,00	5.620,00	2.846,60	4.376,00	0,00	18,85	19.089,00
Saneamento Básico Rural	163.282,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção da Produção Vegetal	51.651,11	51.651,11	400,00	20.225,00	3.650,00	20.225,00	0,01	39,16	31.426,11
Promoção da Produção Animal	168.644,18	168.644,18	52.638,32	141.098,22	56.396,00	141.098,22	0,10	83,67	27.545,96
Abastecimento	109.563,89	109.563,89	5.030,00	52.975,49	9.930,00	41.350,49	0,03	37,74	68.213,40
Extensão Rural	2.849.499,91	6.145.425,21	225.529,25	5.416.095,82	329.598,44	1.991.474,11	1,44	32,41	4.153.951,10
Indústria	1.631.300,00	1.954.800,00	(115,50)	1.839.705,85	211.360,00	1.628.345,85	1,18	83,30	326.454,15
Promoção Industrial	1.631.300,00	1.954.800,00	(115,50)	1.839.705,85	211.360,00	1.628.345,85	1,18	83,30	326.454,15
Comércio e Serviços	14.571.800,00	15.845.244,89	306.447,18	2.361.894,92	75.473,29	452.188,74	0,33	2,95	15.393.056,15
Promoção Comercial	615.000,00	390.500,00	0,00	242.547,08	42.337,50	214.135,98	0,15	64,84	176.364,02
Turismo	13.956.800,00	15.454.744,89	306.447,18	2.139.347,84	33.135,79	238.052,76	0,17	1,54	15.216.692,13
Transporte	5.464.100,00	5.468.100,00	422.067,96	4.629.543,96	889.508,75	4.241.456,69	3,07	77,31	1.244.643,31
Administração Geral	2.405.000,00	2.327.000,00	346.744,03	1.845.552,76	359.837,40	1.807.688,23	1,31	77,66	519.911,77
Transporte Rodoviário	3.059.100,00	3.159.100,00	75.323,93	2.783.991,20	529.671,35	2.434.369,46	1,76	77,05	724.731,54
Desporto e Lazer	3.747.894,66	4.102.244,41	434.186,00	3.795.962,21	751.712,05	3.352.799,84	2,42	61,73	749.444,77
Administração Geral	1.506.944,98	1.715.065,09	239.590,53	1.445.040,28	292.368,29	1.336.075,52	0,97	77,90	378.989,57
Desporto de Rendimento	1.919.442,98	2.053.160,09	214.425,30	2.044.809,45	402.939,12	1.789.800,22	1,29	87,17	263.359,87
Desporto Comunitário	321.506,70	334.019,23	(19.829,92)	306.332,48	56.384,64	226.923,90	0,16	67,94	107.095,33
Encargos Especiais	6.447.847,00	5.761.482,84	157.715,97	4.449.299,04	847.842,03	3.503.074,56	2,15	60,80	2.258.408,28
Defesa Civil	583.200,00	583.200,00	0,00	583.200,00	44.896,00	514.896,00	0,37	88,29	68.304,00
Serviço da Dívida Interna	1.500.000,00	961.000,00	6.000,00	219.591,82	6.000,00	219.591,82	0,16	33,22	441.408,18
Outros encargos Especiais	4.364.447,00	4.517.282,84	151.715,97	3.646.507,22	596.746,93	2.768.586,74	2,00	61,29	1.748.696,10
Reserva de Contingência	200.600,00	200.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.600,00
Reserva de contingência	200.600,00	200.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.600,00

Despesa Intra-Orçamentária



MUNICÍPIO DE CONCORDIA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2014 / Bimestre Setembro-Outubro

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		% (b) / tot. (b)	% (b/a)	Saldo a Liquidar (a-b)
			Setembro a Outubro	Até Outubro	Setembro a Outubro	Até Outubro (b)			
DESPESAS (INTRA-ORÇ.) (III)	10.692.461,06	11.181.961,06	1.954.980,22	8.163.712,89	1.726.961,78	7.927.747,83	5,73	70,90	3.254.213,23
Legislativa	130.000,00	130.000,00	15.911,66	74.836,61	15.911,66	74.836,61	0,05	57,57	55.163,39
Ação Legislativa	130.000,00	130.000,00	15.911,66	74.836,61	15.911,66	74.836,61	0,05	57,57	55.163,39
Administração	1.055.869,11	991.369,11	151.280,26	735.429,54	151.280,26	735.429,54	0,53	74,18	255.939,57
Administração Geral	1.055.869,11	991.369,11	151.280,26	735.429,54	151.280,26	735.429,54	0,53	74,18	255.939,57
Assistência Social	494.000,00	461.000,00	70.213,06	337.689,44	70.213,06	337.689,44	0,24	73,25	123.310,56
Administração Geral	479.000,00	449.000,00	67.367,92	330.333,84	67.367,92	330.333,84	0,24	73,57	118.666,16
Assistência Comunitária	15.000,00	12.000,00	2.845,16	7.355,60	2.845,16	7.355,60	0,01	61,30	4.644,40
Previdência Social	80.000,00	80.000,00	20.000,00	57.200,00	7.730,08	36.963,46	0,03	46,20	43.036,54
Administração Geral	80.000,00	80.000,00	20.000,00	57.200,00	7.730,08	36.963,46	0,03	46,20	43.036,54
Saúde	1.955.000,00	1.975.500,00	289.525,40	1.416.239,50	289.525,40	1.416.239,50	1,02	71,69	559.260,50
Administração Geral	111.000,00	131.500,00	19.459,69	100.141,37	19.459,69	100.141,37	0,07	76,15	31.358,63
Atenção Básica	1.844.000,00	1.844.000,00	270.065,71	1.316.098,13	270.065,71	1.316.098,13	0,95	71,37	527.901,87
Educação	5.584.000,00	5.882.500,00	886.982,56	4.161.822,99	886.982,56	4.161.822,99	3,01	73,24	1.520.677,01
Administração Geral	245.000,00	258.500,00	42.293,28	186.693,87	42.293,28	186.693,87	0,13	72,22	71.806,13
Ensino Fundamental	3.572.500,00	3.657.500,00	542.538,17	2.651.915,10	542.538,17	2.651.915,10	1,92	72,51	1.005.584,90
Educação Infantil	1.766.500,00	1.766.500,00	282.151,11	1.323.214,02	282.151,11	1.323.214,02	0,96	74,91	443.285,98
Cultura	84.000,00	81.500,00	12.101,28	60.285,10	12.101,28	60.285,10	0,04	73,97	21.214,90
Administração Geral	84.000,00	81.500,00	12.101,28	60.285,10	12.101,28	60.285,10	0,04	73,97	21.214,90
Urbanismo	634.945,51	662.945,51	103.023,59	488.147,58	103.023,59	488.147,58	0,35	73,63	174.797,93
Administração Geral	634.945,51	662.945,51	103.023,59	488.147,58	103.023,59	488.147,58	0,35	73,63	174.797,93
Gestão Ambiental	22.000,00	22.000,00	3.326,58	16.100,68	3.326,58	16.100,68	0,01	73,18	5.899,32
Administração Geral	22.000,00	22.000,00	3.326,58	16.100,68	3.326,58	16.100,68	0,01	73,18	5.899,32
Transporte	364.000,00	354.000,00	53.054,07	262.653,34	53.054,07	262.653,34	0,19	74,20	91.346,66
Administração Geral	364.000,00	354.000,00	53.054,07	262.653,34	53.054,07	262.653,34	0,19	74,20	91.346,66
Desporto e Lazer	115.646,44	123.146,44	18.932,88	92.058,88	18.932,88	92.058,88	0,07	74,76	31.087,56
Administração Geral	115.646,44	123.146,44	18.932,88	92.058,88	18.932,88	92.058,88	0,07	74,76	31.087,56
Encargos Especiais	173.000,00	818.000,00	350.629,06	461.249,23	134.909,54	245.520,71	0,18	39,73	372.479,29
Outros encargos (Especiais)	173.000,00	818.000,00	350.629,06	461.249,23	134.909,54	245.520,71	0,18	39,73	372.479,29
TOTAL (III) = (I) + (II)	207.361.400,00	242.349.757,84	29.863.267,75	174.781.620,40	30.908.067,41	138.326.178,56	100,00	57,08	104.023.579,08

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Data Emissão: 15/nov/2014

Hora de emissão: 15h e 40m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - MUNICÍPIOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL ENTIDADE: CONSOLIDADO PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014 / BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO**MUNICÍPIO DE CONCORDIA**

Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2014 / Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL DOS 12 MESES	PREVISÃO ATUALIZADA (R\$)
	Novembro/2013	Dezembro/2013	Janeiro/2014	Fevereiro/2014	Março/2014	Abril/2014	Maio/2014	Junho/2014	Julho/2014	Agosto/2014	Setembro/2014	Outubro/2014		
RECEITAS CORRENTES (1)	17.805.693,55	15.869.186,46	10.043.176,00	17.342.442,28	21.430.429,92	17.374.162,00	17.374.162,00	15.645.074,04	91.256.535,14	17.620.899,19	15.645.074,04	17.673.070,88	208.494.217,69	109.943.380,00
Impostos	1.575.079,88	1.763.846,70	1.419.254,33	1.563.875,46	2.143.371,74	2.519.111,13	2.519.111,13	1.968.270,35	2.015.759,27	1.974.535,73	1.968.270,35	1.974.535,73	28.415.622,33	28.175.447,00
IPTU	28.596,07	63.413,41	28.237,25	54.453,16	3.693.137,91	468.880,69	468.880,69	378.866,70	388.086,67	346.905,70	378.866,70	346.905,70	5.786.540,54	5.900.000,00
ISS	862.490,20	974.170,65	891.891,00	849.619,62	799.165,95	813.811,00	813.811,00	620.918,31	1.000.150,23	953.170,40	620.918,31	953.170,40	10.783.657,67	9.900.000,00
ITB	183.446,51	245.406,96	194.305,21	214.354,62	238.038,88	383.801,15	383.801,15	385.441,61	278.000,71	309.113,45	385.441,61	309.113,45	4.014.034,63	4.000.000,00
IPROP	153.922,13	332.867,97	339.035,21	335.420,00	128.965,94	160.940,96	160.940,96	165.355,86	172.252,07	161.007,04	165.355,86	161.007,04	3.059.305,26	2.000.000,00
Outras Receitas Tributárias	138.571,71	178.026,60	162.767,47	329.827,83	1.388.093,08	552.607,20	552.607,20	543.554,91	175.138,19	143.483,09	543.554,91	143.483,09	2.055.094,30	1.850.000,00
Receita de Contribuições	623.070,73	895.965,66	620.154,48	623.655,66	952.204,99	692.801,29	692.801,29	674.416,51	675.962,77	691.530,00	675.962,77	691.530,00	4.122.024,36	6.125.447,00
Receita Patrimonial	1.074.983,96	953.976,44	1.070.499,78	2.735.956,53	328.385,94	1.337.380,85	1.337.380,85	839.838,15	1.035.902,39	2.118.217,38	839.838,15	1.035.902,39	17.046.320,63	4.093.880,00
Receita Agropecuária	622,50	367,50	1.170,00	412,50	1.450,21	247,50	247,50	1.213,50	892,50	1.670,79	892,50	1.670,79	11.010,66	10.000,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	18.629,73	39.684,90	24.695,62	48.026,41	1.432.045,35	167.807,10	167.807,10	175.688,76	216.178,78	250.420,40	175.688,76	216.178,78	2.650.038,58	2.707.600,00
Transferências Correntes	11.763.727,89	11.791.215,92	12.543.349,09	11.858.883,28	11.302.579,36	12.263.807,62	12.263.807,62	11.571.009,06	11.575.499,87	12.063.916,86	11.571.009,06	11.575.499,87	148.467.983,00	148.467.983,00
Cota-parte do FPM	1.802.303,50	2.940.365,07	2.077.692,50	2.752.502,50	1.632.770,91	1.803.533,12	1.803.533,12	1.802.370,96	1.999.548,74	1.943.179,07	1.802.370,96	1.943.179,07	24.950.782,90	25.000.000,00
Cota-parte do ICMS	3.594.951,50	3.260.805,07	3.383.931,28	3.221.861,96	3.268.696,41	3.194.720,91	3.237.244,66	3.284.263,70	3.052.076,68	3.433.220,39	3.052.076,68	3.433.220,39	39.402.553,22	37.000.000,00
Cota-parte do IPVA	539.094,72	290.545,66	479.699,07	649.535,60	877.190,26	1.025.462,34	1.025.462,34	969.530,00	1.126.749,95	1.016.520,64	969.530,00	1.016.520,64	10.110.457,31	10.000.000,00
Cota-parte do ITR	586,62	218,06	327,70	140,46	203,42	362,85	362,85	148,80	32,71	294,97	362,85	32,71	53.920,02	20.000,00
Transferências do LC 87/1969	13.679,59	13.679,59	14.307,19	14.307,19	14.307,19	14.307,19	14.307,19	14.307,19	14.307,19	14.307,19	14.307,19	14.307,19	196.123,89	90.000,00
Transferências do FUNDEC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	2.420.328,36	2.407.838,00	2.500.892,04	2.447.234,47	2.259.032,64	2.276.062,18	2.435.090,23	2.305.130,46	2.367.777,81	2.332.707,69	2.305.023,90	2.467.289,09	28.542.062,25	27.721.017,00
Outras Receitas Correntes	3.625.783,40	2.827.800,88	3.689.496,25	2.778.086,01	3.364.815,92	3.869.430,00	3.192.102,98	3.071.247,38	3.690.096,79	3.804.865,84	3.071.247,38	3.762.064,41	40.315.555,28	46.548.986,00
DEDUÇÕES (II)	2.209.641,60	394.076,35	394.076,35	402.000,50	759.301,13	572.000,40	670.274,06	470.802,90	737.356,76	500.003,23	521.196,23	694.243,94	8.417.530,20	4.005.000,00
Contrib. p/ o Plano de Prev. do Servidor	3.170.685,75	1.768.168,38	1.635.779,01	1.675.420,16	1.596.122,36	1.594.382,96	1.724.805,68	1.606.869,84	1.537.750,00	1.616.865,19	1.620.869,84	1.846.585,35	21.325.294,80	16.934.000,00
Contrib. p/ o Plano de Prev. do Servidor	290.147,95	571.221,64	292.540,15	294.557,48	297.359,65	323.037,21	322.706,00	322.460,60	324.903,71	323.037,07	323.750,00	323.750,00	4.021.164,21	2.004.500,00
Contribuição Financeira entre Reg. Previd.	1.705.000,00	83.204,06	61.692,03	43.914,60	43.914,60	43.914,60	43.914,60	43.914,60	43.914,60	43.914,60	43.914,60	43.914,60	2.034.030,19	30.000,00
Dedução da Rec. Formação do FUNDEC	1.173.949,56	1.134.855,63	1.307.163,63	1.358.644,08	1.564.835,13	1.226.537,15	1.356.204,45	1.240.469,50	1.565.907,69	1.245.022,46	1.245.022,46	1.245.022,46	14.869.500,20	14.550.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III=I-II)	14.793.057,40	14.080.580,13	9.407.397,29	15.667.022,13	19.682.307,23	15.788.169,69	15.788.169,69	14.038.065,10	14.718.815,14	16.004.134,06	13.948.052,44	15.768.425,63	173.359.890,00	173.359.890,00
FONTE: Sistema Alerta Nat. - IPW, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE CONCORDIA														
Data Emissão:	12/10/2014													
Hora de Emissão:	11:25													
Notas:														

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de FinançasLEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4JOAO GIRARDI
Prefeito MunicipalALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - PLANO PREVIDENCIÁRIO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL ENTIDADE: CONSOLIDADO

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014 / BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO PÁG



MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de
Previdência dos Servidores - Plano Previdenciário
Orçamento da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2014 / Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			Setembro a Outubro	Até Outubro 2014	Até Outubro 2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (Exeto Intra-Orçamentárias) (I)	4.640.000,00	4.640.000,00	2.262.261,16	13.493.410,19	10.752.354,18
RECEITAS CORRENTES	4.640.000,00	4.640.000,00	2.262.261,16	13.493.410,19	10.752.354,18
Receita de Contribuições dos Segurados	2.004.500,00	2.004.500,00	654.456,15	3.159.794,71	2.819.001,10
Pessoal Civil	2.004.500,00	2.004.500,00	654.456,15	3.159.794,71	2.819.001,10
Ativo	2.000.000,00	2.000.000,00	653.166,53	3.151.664,61	2.810.924,95
Inativo	3.000,00	3.000,00	1.269,18	6.806,38	5.084,67
Pensionista	1.500,00	1.500,00	20,44	2.323,72	2.991,48
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	2.600.000,00	2.600.000,00	1.312.071,44	9.687.325,16	3.532.895,09
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	2.600.000,00	2.600.000,00	1.312.071,44	9.687.325,16	3.532.895,09
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	35.500,00	35.500,00	295.733,57	646.290,32	4.400.457,49
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	30.000,00	30.000,00	295.733,57	644.737,80	4.396.981,43
Demais Receitas Correntes	5.500,00	5.500,00	0,00	1.552,52	3.476,06
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PREVIDENCIÁRIA - RPPS (Intra-Orçamentárias) (II)	3.575.000,00	3.575.000,00	1.306.911,88	6.318.943,21	5.630.806,15
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I+II)	8.215.000,00	8.215.000,00	3.571.173,04	19.812.353,40	16.383.160,33

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Liquidada		
			Setembro a Outubro	Até Outubro 2014	Até Outubro 2013
DESP. PREVID. - RPPS (Exeto Intra-Orçamentária) (IV)	8.135.000,00	8.135.000,00	1.727.604,38	5.630.209,38	4.678.234,22
ADMINISTRAÇÃO	8.135.000,00	8.135.000,00	113.949,24	538.166,84	447.798,48
Despesas Correntes	8.035.000,00	8.035.000,00	113.949,24	513.130,84	446.629,08
Despesas de Capital	100.000,00	100.000,00	0,00	25.036,00	1.169,40
PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	1.613.655,14	5.292.043,74	4.230.435,74
Pessoal Civil	0,00	0,00	1.613.655,14	5.292.043,74	4.230.435,74
Aposentadorias	0,00	0,00	1.270.166,03	3.721.669,87	2.699.936,80
Pensões	0,00	0,00	154.425,80	748.129,23	638.580,68
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	189.063,31	822.244,64	891.918,26
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVID. - RPPS (Intra-Orçamentárias) (V)	80.000,00	80.000,00	7.730,00	36.963,46	21.513,69
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV+V)	8.215.000,00	8.215.000,00	1.735.334,46	5.667.172,84	4.699.747,91
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	1.835.838,58	13.945.180,56	11.683.414,42

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			Setembro a Outubro	Até Outubro 2014	Até Outubro 2013
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00



MUNICÍPIO DE CONCORDIA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de
Previdência dos Servidores - Plano Previdenciário
Orçamento da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2014 / Bimestre Setembro-Outubro

BENS E DIREITOS DO RPPS	Setembro/2014	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2014	2013
CAIXA	0,00	0,00	0,00
BANCOS COM MOVIMENTO	6.504,13	2.275,90	19.603,60
INVESTIMENTOS	76.563.373,28	77.527.808,17	63.582.108,67
OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00	0,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			Setembro a Outubro	Até Outubro 2014	Até Outubro 2013
RECEITAS CORRENTES (VII)	3.575.000,00	3.575.000,00	1.306.911,88	6.318.943,21	5.630.808,15
Receita de Contribuições	3.575.000,00	3.575.000,00	1.306.911,88	6.318.943,21	5.630.808,15
Patronal	2.775.000,00	2.775.000,00	978.114,31	4.721.974,82	4.212.423,16
Pessoal Civil	2.775.000,00	2.775.000,00	978.114,31	4.721.974,82	4.212.423,16
Ativo	2.768.000,00	2.768.000,00	978.186,93	4.709.824,06	4.200.353,18
Inativo	4.000,00	4.000,00	1.896,84	8.677,88	7.599,16
Pensionista	3.000,00	3.000,00	30,54	3.472,90	4.470,82
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	800.000,00	800.000,00	330.797,57	1.596.968,39	1.418.384,99
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VII + IX - X)	3.575.000,00	3.575.000,00	1.306.911,88	6.318.943,21	5.630.808,15

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Liquidada		
			Setembro a Outubro	Até Outubro 2014	Até Outubro 2013
ADMINISTRAÇÃO (XII)	80.000,00	80.000,00	7.730,08	38.963,48	21.513,69
Despesas Correntes	80.000,00	80.000,00	7.730,08	38.963,48	21.513,69
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)	80.000,00	80.000,00	7.730,08	38.963,48	21.513,69

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável IPRECON - INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Data Emissão: 12/nov/2014 **Hora de emissão:** 11h e 26m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL ENTIDADE: CONSOLIDADO PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014 / BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO



MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Nominal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2014 / Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 5 (LRF, art. 53, inciso III)

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dezembro/2013 (a)	Em 31/Agosto/2014 (b)	Em 31/Outubro/2014 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	3.669.697,06	4.778.632,52	7.744.436,44
DEDUÇÕES (II)	16.146.801,71	34.975.312,39	34.908.813,43
Disponibilidade de Caixa bruta	16.467.425,72	35.059.598,82	34.978.964,41
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto precatórios)	320.624,01	84.286,43	70.150,98
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	(12.477.104,65)	(30.196.679,87)	(27.164.376,99)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	(12.477.104,65)	(30.196.679,87)	(27.164.376,99)

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	Setembro à Outubro(c-b)	Até Outubro(c-a)
VALOR	3.032.302,88	(14.687.272,34)

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	8.639.111,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dezembro/2013 (a)	Em 31/Agosto/2014 (b)	Em 31/Outubro/2014 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	70.518.842,33	87.519.384,86	87.519.384,86
Passivo Atuarial	70.518.842,33	87.519.384,86	87.519.384,86
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	64.088.807,69	76.181.340,91	78.017.179,49
Disponibilidade de Caixa Bruta	19.603,60	81.596,10	2.275,90
Investimentos	63.582.108,67	75.612.649,39	77.527.808,17
Demais Haveres Financeiros	487.500,42	487.500,42	487.500,42
(-) Restos a Pagar Processados	405,00	405,00	405,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX)=(VII-VIII)	6.430.034,64	11.338.043,95	9.502.205,37
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	6.430.034,64	11.338.043,95	9.502.205,37

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Data Emissão: 18/nov/2014

Hora de emissão: 15h e 58m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO - ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL ENTIDADE: CONSOLIDADO PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014 / BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO



MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário - Estados, Distrito Federal e Municípios
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2014 / Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 6 (LRF, art. 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		Setembro a Outubro	Até Outubro 2014	Até Outubro 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	176.739.480,00	29.822.092,14	155.869.838,52	137.672.253,55
Receitas Tributárias	26.175.447,00	3.490.284,42	23.249.706,86	20.366.634,70
IPTU	5.800.000,00	62.214,72	5.708.541,06	5.142.224,27
ISS	9.800.000,00	1.957.661,42	8.946.987,56	7.528.549,95
ITBI	2.600.000,00	823.668,23	3.220.449,79	2.221.741,11
IRRF	1.850.000,00	336.648,48	1.568.304,20	1.358.965,00
Outras Receitas Tributárias	6.125.447,00	310.091,57	3.805.424,25	4.115.154,37
Receitas de Contribuições	11.589.500,00	3.014.120,17	14.721.063,08	13.133.198,06
Receitas Previdenciárias	5.579.500,00	1.963.368,03	9.478.737,92	8.448.809,25
Outras Receitas de Contribuições	6.020.000,00	1.050.752,14	5.242.325,16	4.683.388,81
Receita Patrimonial Líquida	255.000,00	51.488,87	2.067.352,53	212.058,55
Receita Patrimonial	4.093.880,00	2.414.804,82	14.117.358,43	4.721.396,96
(-) Aplicações Financeiras	3.838.880,00	2.363.315,95	12.050.005,90	4.509.338,41
Transferências Correntes	131.917.983,00	21.862.188,88	107.416.153,05	93.451.668,63
FPM	20.000.000,00	2.650.567,56	16.022.491,31	13.690.404,51
ICMS	29.600.000,00	5.578.300,52	26.245.332,66	22.941.920,44
Convênios	1.311.000,00	195.543,54	1.071.202,18	1.050.646,86
Outras Transferências Correntes	81.006.983,00	13.557.777,26	64.077.126,90	55.768.696,82
Demais Receitas Correntes	6.791.550,00	1.284.009,80	8.415.563,00	10.508.693,61
Dívida Ativa	775.000,00	97.582,59	987.276,39	1.136.858,11
Diversas Receitas Correntes	6.016.550,00	1.186.427,21	7.428.286,61	9.371.835,50
RECEITAS DE CAPITAL (II)	26.783.040,00	663.730,45	5.527.220,40	2.278.921,87
Operações de Crédito (III)	9.000.000,00	0,00	414.113,46	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	331.000,00	203.370,97	266.762,63	166.130,49
Transferências de Capital	17.452.040,00	460.359,48	4.846.344,31	2.112.791,38
Convênios	17.452.040,00	422.359,48	2.343.966,07	2.112.791,38
Outras Transferências de Capital	0,00	38.000,00	2.502.378,24	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	17.452.040,00	460.359,48	4.846.344,31	2.112.791,38
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	194.191.520,00	30.282.451,62	160.716.182,83	139.785.044,93

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Despesas Executadas em 2014		Despesas Executadas em 2013
		Liquidada entre Setembro a Outubro	Liquidada Até Outubro	Liquidada Até Outubro
DESPESAS CORRENTES (VIII)	184.175.168,50	28.451.087,35	128.362.865,19	113.501.318,58
Pessoal e Encargos Sociais	79.077.820,82	12.263.059,20	60.942.372,04	53.092.002,31
Juros e Encargos da Dívida (IX)	154.000,00	6.000,00	30.000,00	60.312,58
Outras Despesas Correntes	104.943.347,68	16.182.028,15	67.390.493,15	60.349.003,69
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	184.021.168,50	28.445.087,35	128.332.865,19	113.441.006,00
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	57.973.989,14	2.457.000,06	9.963.313,37	8.178.762,11
Investimentos	57.466.989,14	2.457.000,06	9.773.721,55	8.178.762,11
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	507.000,00	0,00	189.591,82	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	57.466.989,14	2.457.000,06	9.773.721,55	8.178.762,11
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	200.600,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	241.688.757,64	30.902.087,41	138.106.586,74	121.619.768,11
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	(47.497.237,64)	(619.635,79)	22.609.596,09	18.165.276,82
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	4.173.822,52	-

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	(17.441.864,00)

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Data Emissão: 18/nov/2014

Hora de emissão: 15h e 50m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de FinançasLEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4JOAO GIRARDI
Prefeito MunicipalALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL ENTIDADE: CONSOLIDADO PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014 / BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO**MUNICÍPIO DE CONCORDIA**

Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2014 / Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)

Poder/Orgão	RP Processados e Não Processados Liquidados					RP Não Processados					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Exercícios Anteriores	Inscritos em 31/12/2013				Exercícios Anteriores	Inscritos em 31/12/2013				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I)											
Executivo	53.296,70	267.733,31	195.972,20	58.000,00	67.056,81	493.879,96	4.467.976,28	3.145.791,10	3.142.291,93	672.135,95	1.147.428,36
	53.296,70	267.733,31	195.972,20	58.000,00	67.056,81	493.879,96	4.453.284,03	3.131.068,85	3.127.599,68	672.135,95	1.147.428,36
Encargos Gerais	60,00	7.404,00	7.404,00	0,00	60,00	0,00	305.720,45	170.636,29	170.636,29	132.184,16	2.900,00
Fundacao Municipal de Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.620.912,49	871.671,65	871.671,65	3.929,20	745.311,61
Fundacao Municipal de Defesa do Meio Ambiente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	445,93	445,93	445,93	0,00	0,00
Fundacao Municipal de Esportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.610,02	27.391,31	27.391,31	1.568,59	650,12
Fundo Municipal de Assistencia Social	0,00	725,70	725,70	0,00	0,00	0,00	27.514,32	27.087,32	27.087,32	427,00	0,00
Fundo Municipal de Saude	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.070,00	554.878,82	346.765,66	346.765,66	207.828,16	32.355,00
Gabinete do Prefeito	482,50	0,00	0,00	0,00	482,50	240,00	18.937,94	3.906,72	3.906,72	15.031,22	240,00
Gabinete do Vice-prefeito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	969,20	847,04	847,04	152,16	0,00
Instituto de Previdencia Social dos Servidores	405,00	0,00	0,00	0,00	405,00	0,00	18.396,67	16.808,76	16.808,76	1.587,91	0,00
Secretaria Munic.de Agric.desenv.rural e Meio Amb.	3.000,00	58.950,00	0,00	58.000,00	3.950,00	0,00	51.978,83	51.193,50	51.193,50	414,72	370,61
Secretaria Munic.desenv.economico e Turismo-sedat	6.420,00	0,00	0,00	0,00	6.420,00	0,00	46.509,15	46.038,40	46.038,40	470,76	0,00
Secretaria Munic.desenv.social, Cidadania e Hab.	8.761,03	24.643,05	16.250,65	0,00	17.153,43	0,00	117.361,93	80.422,41	77.923,24	36.474,40	2.964,29
Secretaria Municipal da Administracao - Semad	670,00	10.405,00	9.486,29	0,00	1.588,71	670,00	96.663,22	84.470,28	84.470,28	11.060,61	1.802,33
Secretaria Municipal de Educacao - Semad	8.424,67	2.276,01	2.276,01	0,00	8.424,67	345.780,82	428.129,15	179.506,84	179.506,84	246.639,75	347.763,39
Secretaria Municipal de Financas - Semuf	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.448,66	7.623,26	7.623,26	6.825,40	0,00
Secretaria Municipal de Transportes - Semut	3.975,00	1.000,00	1.000,00	0,00	3.975,00	0,00	13.763,93	7.656,20	7.656,20	3.462,08	2.645,65
Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras - Semurb	21.087,50	162.329,55	158.829,55	0,00	24.587,50	115.119,14	1.107.013,30	1.208.627,28	1.207.627,28	4.079,83	10.425,33
Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.692,25	14.692,25	14.692,25	0,00	0,00
Camara Municipal de Vereadores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.692,25	14.692,25	14.692,25	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II)	53.296,70	267.733,31	195.972,20	58.000,00	67.056,81	493.879,96	4.467.976,28	3.145.791,10	3.142.291,93	672.135,95	1.147.428,36

Fonte: Sistema Atende Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DATA EMISSÃO: 12/nov/2014

HORA DE EMISSÃO: 11h e 21m

Assinatura: _____

FONTE: Sistema Monev.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Data Emissão: 12/nov/2014

Hora de emissão: 11h e 21m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 080502/O-4

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL ENTIDADE: CONSOLIDADO PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014 / BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO



MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2014 / Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

RECEITAS DE ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(s)	RECEITAS REALIZADAS		
			Setembro a Outubro	Até Outubro 2014 (b)	%(b/a)
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	20.778.000,00	20.778.000,00	3.273.725,14	20.268.153,90	97,55
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	6.147.000,00	6.147.000,00	115.591,05	6.019.634,10	97,93
1.1.1- IPTU	5.800.000,00	5.800.000,00	63.155,96	5.716.195,07	98,56
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	32.000,00	32.000,00	5.938,75	23.856,67	74,55
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	220.000,00	220.000,00	28.796,85	204.009,62	92,73
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	95.000,00	95.000,00	18.640,73	83.226,75	87,61
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	941,26	7.654,01	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	2.600.000,00	2.600.000,00	823.668,23	3.220.449,79	123,86
1.2.1- ITBI	2.600.000,00	2.600.000,00	852.138,64	3.263.567,25	126,29
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	28.470,41	63.117,46	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	10.181.000,00	10.181.000,00	1.997.817,38	9.459.765,81	92,92
1.3.1- ISS	9.800.000,00	9.800.000,00	1.956.260,92	8.966.618,77	91,70
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	85.000,00	85.000,00	21.800,28	88.056,23	103,60
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	220.000,00	220.000,00	12.755,47	270.192,48	122,81
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	76.000,00	76.000,00	5.600,21	154.529,54	203,33
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	599,50	39.631,21	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.850.000,00	1.850.000,00	336.648,48	1.568.304,20	84,77
1.4.1- IRRF	1.850.000,00	1.850.000,00	336.648,28	1.568.459,84	84,78
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	0,00	0,00	16,80	155,64	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	72.750.000,00	72.750.000,00	12.586.008,27	62.806.914,15	86,33
2.1- Conta-Parte FPM	25.000.000,00	25.000.000,00	3.313.209,40	20.028.113,83	80,11
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b (22,05%)	25.000.000,00	25.000.000,00	3.313.209,40	20.028.113,83	80,11
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d (1% em dezembro de cada ano)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Conta-Parte ICMS	37.000.000,00	37.000.000,00	6.972.875,38	32.806.664,71	88,67
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	180.000,00	180.000,00	28.614,38	128.764,71	71,54
2.4- Conta-Parte IPI-Exportação	550.000,00	550.000,00	104.165,69	508.431,03	92,08
2.5- Conta-Parte ITR	20.000,00	20.000,00	51.493,48	53.123,27	265,62
2.6- Conta-Parte IPVA	10.000.000,00	10.000.000,00	2.115.649,96	9.283.816,60	92,84
2.7- Conta-Parte ICF-Curo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	93.528.000,00	93.528.000,00	15.859.733,41	83.075.068,05	88,82

RECEITA ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO					
RECEITA ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(s)	RECEITAS REALIZADAS		
			Setembro a Outubro	Até Outubro 2014 (b)	%(b/a)
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	4.529.716,00	4.529.716,00	934.949,39	4.172.819,88	92,12
5.1- Transferências do Salário-Educação	2.885.889,00	2.885.889,00	485.438,36	2.490.667,31	86,31
5.2- Transferência Diretas do PDOE	3.132,00	3.132,00	0,00	1.060,00	33,84
5.3- Transferência Diretas do PNAE	970.685,00	970.685,00	180.144,00	717.408,00	73,91
5.4- Transferência Diretas do PNATE	268.000,00	268.000,00	48.276,50	168.967,75	63,05
5.5- Outras Transferências do FNDE	383.000,00	383.000,00	110.447,74	683.538,62	178,47
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	19.010,00	19.010,00	110.642,79	111.178,20	584,84
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.121.000,00	1.121.000,00	132.053,61	923.732,70	82,40
6.1- Transferências de Convênios	1.120.000,00	1.120.000,00	131.674,70	921.722,90	82,30
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	1.000,00	1.000,00	378,91	2.009,80	200,98
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	38.000,00	38.000,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	5.650.716,00	5.650.716,00	1.105.003,00	5.134.552,58	90,67



MUNICÍPIO DE CONCORDIA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento
do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2014 / Bimestre Setembro-Outubro

FUNDEB					
RECEITA DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Setembro a Outubro	Até Outubro 2014 (b)	% (b/a)
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	14.550.000,00	14.550.000,00	2.517.284,63	12.560.967,01	86,33
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	5.000.000,00	5.000.000,00	662.841,84	4.005.822,52	80,11
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	7.400.000,00	7.400.000,00	1.394.574,86	6.561.332,05	88,67
10.3- ICMS-Devolução Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	36.000,00	36.000,00	5.722,86	25.752,87	71,54
10.4- Cota-Parte IP-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	110.000,00	110.000,00	20.833,15	101.283,20	92,06
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecado Destinados ao FUNDEB - (20% de ((1.5 - 1.5.5) + 2.5))	4.000,00	4.000,00	10.296,87	10.824,55	265,61
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	2.000.000,00	2.000.000,00	423.213,25	1.856.351,82	92,82
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	27.826.017,00	27.826.017,00	4.913.880,54	23.931.576,14	86,00
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	27.721.017,00	27.721.017,00	4.867.918,08	23.714.496,89	85,55
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	105.000,00	105.000,00	45.962,46	217.080,25	206,74
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB ((11.1 - 10))	13.171.017,00	13.171.017,00	2.350.633,45	11.153.528,88	84,68
DECRESCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					
ACRESCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA(d)	DESPESA LIQUIDADADA		
			Setembro a Outubro	Até Outubro 2014	% (f) = (e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	26.251.000,00	26.992.366,85	4.290.878,53	20.837.178,06	77,20
13.1- Com Educação Infantil	6.431.000,00	6.620.900,00	1.127.036,86	5.326.108,13	80,44
13.2- Com Ensino Fundamental	19.820.000,00	20.371.466,85	3.163.842,77	15.511.069,93	76,14
14- OUTRAS DESPESAS	1.575.017,00	2.460.717,00	273.497,48	1.776.184,48	72,18
14.1- Com Educação Infantil	94.017,00	227.017,00	35.897,76	190.692,77	84,00
14.2- Com Ensino Fundamental	1.481.000,00	2.233.700,00	237.599,72	1.585.491,71	70,98
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	27.826.017,00	29.453.083,85	4.564.376,11	22.613.362,54	76,78

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO		VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB		0,00
16.1- FUNDEB 60%		0,00
16.2- FUNDEB 40%		0,00
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB		697.466,85
17.1- FUNDEB 60%		201.466,85
17.2- FUNDEB 40%		496.000,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)		697.466,85
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 + 18)		21.915.895,69
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério! ((13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100%)		86,23
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério ((14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100%)		5,35
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %		8,42

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE		VALOR
20- RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS		697.466,85
21- DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014		697.466,85

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Setembro a Outubro	Até Outubro 2014 (b)	% (b/a)
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)	23.382.000,00	23.382.000,00	3.964.933,36	20.768.767,01	88,82

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA(d)	DESPESA LIQUIDADADA		
			Setembro a Outubro	Até Outubro 2014 (e)	% (f) = (e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	10.282.517,00	12.459.417,00	2.268.712,99	9.861.141,56	79,15
23.1- Creche	6.580.245,85	7.762.237,85	1.460.198,89	6.291.408,32	81,05
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.162.960,85	4.162.100,85	741.951,85	3.519.718,97	84,16
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.397.285,00	3.599.137,00	718.247,24	2.771.689,34	77,42
23.2- Pré-Escola	3.722.271,15	4.697.179,15	828.514,10	3.569.733,24	76,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.362.056,15	2.665.816,15	420.981,97	1.997.081,93	74,91
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.360.215,00	2.031.363,00	407.532,13	1.572.651,32	77,42
24- ENSINO FUNDAMENTAL	28.262.400,00	32.278.066,85	4.779.490,82	23.582.711,37	73,07
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	21.301.000,00	22.805.166,85	3.401.442,49	17.096.561,64	75,63
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	6.961.400,00	9.472.900,00	1.378.048,13	6.486.149,73	67,07
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	800,00	800,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	38.546.717,00	44.737.283,85	7.068.203,61	33.443.862,93	74,76



MUNICÍPIO DE CONCORDIA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento
do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2014 / Bimestre Setembro-Outubro

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	10.062.395,53
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)	217.080,25
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	687.466,85
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPO	630.824,63
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURS	246.639,75
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35)	11.844.407,01
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))	21.599.445,92
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM NODES ((38) / (3) x 100) %	26,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESA LIQUIDADADA			
			Setembro a Outubro	Até Outubro 2014 (e)	% (f) = (e/d)x100	
40- DESP. COM APLIC. FINANC. OUTROS REC. IMPOST. VINC. AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	2.900.889,00	2.901.911,81	524.038,95	1.978.093,40	68,17	
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS REC. PARA FINANC. DO ENSINO	3.284.827,00	6.859.424,44	854.370,59	2.820.187,35	41,11	
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	6.185.716,00	9.761.336,25	1.378.409,54	4.798.280,75	49,16	
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	44.712.433,00	54.498.620,10	8.446.613,15	38.242.113,68	70,17	

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	322.213,39	246.639,75
46.1- Executada com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	301.962,57	24.775,96
46.2- Executada com Recursos do FUNDEB	20.250,82	221.864,39

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB(h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	982.478,68	0,00
48 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	23.715.046,87	0,00
49 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	22.666.830,14	0,00
49.1 - Orçamento do Exercício	22.614.521,46	0,00
49.2 - Restos a Pagar	52.308,68	0,00
50 - (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	217.080,25	0,00
50.1 - (+) OUTRAS MOVIMENTAÇÕES	0,00	0,00
51 - (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	2.257.775,66	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE CONCORDIA
 Data Emissão: 12/nov/2014 Hora de emissão: 11h e 11m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL ENTIDADE: CONSOLIDADO PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014 / BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO



MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2014 / Bimestre Setembro-Outubro

LRF, Art. 48 - Anexo 14

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS	Setembro à Outubro	Até Outubro
Previsão Inicial da Receita	207.361.400,00	207.361.400,00
Previsão Atualizada da Receita	207.361.400,00	207.361.400,00
Receitas Realizadas	32.849.138,54	173.447.064,82
Déficit Orçamentário	0,00	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	4.173.822,52

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS	Setembro à Outubro	Até Outubro
Dotação Inicial	207.361.400,00	207.361.400,00
Créditos Adicionais	6.604.655,14	34.988.357,64
Dotação Atualizada	242.349.757,64	242.349.757,64
Despesas Empenhadas	29.863.267,75	174.781.620,40
Despesas Liquidadas	30.908.087,41	138.326.178,56
Superávit Orçamentário	0,00	35.120.886,26

DESPESA POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Setembro à Outubro	Até Outubro
Despesas Empenhadas	29.863.267,75	174.781.620,40
Despesas Liquidadas	30.908.087,41	138.326.178,56

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até Outubro
Receita Corrente Líquida	185.168.923,09

RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Setembro à Outubro	Até Outubro
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)	3.571.173,04	19.812.353,40
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)	1.735.334,46	5.867.172,84
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	1.835.838,58	13.945.180,56

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO (a)	Resultado apurado Até Outubro(b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	8.639.111,00	(14.687.272,34)	(170,01)
Resultado Primário	(17.441.864,00)	22.609.596,09	(129,63)

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Canc. Até Outubro	Pag. Até Outubro	Saldo a pagar
Por Poder e Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	321.029,01	58.000,00	195.972,20	67.056,81
Poder Executivo	321.029,01	58.000,00	195.972,20	67.056,81
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	4.961.856,24	672.135,95	3.142.291,93	1.147.428,36
Poder Executivo	4.947.163,99	672.135,95	3.127.599,68	1.147.428,36
Poder Legislativo	14.692,25	0,00	14.692,25	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	5.282.885,25	730.135,95	3.338.264,13	1.214.485,17

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor Apurado Até Outubro	% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até Outubro
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	21.599.445,92	25,00	26,00
Min. Anual de 60% do FUNDEB na Rem. do Magis. com Educ. Infan. e Ens. Fundam.	20.139.711,21	60,00	86,23



MUNICÍPIO DE CONCORDIA
 Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2014 / Bimestre Setembro-Outubro

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL	Valor Apurado Até Outubro	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	414.113,46	8.585.886,54
Despesa de Capital Líquida	9.963.313,37	48.010.675,77

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos				
Receitas Previdenciárias (IV)	7.834.943,61	3.742.213,81	1.156.594,56	10.482,94
Despesas Previdenciárias (V)	3.476.657,59	5.465.106,78	6.108.040,43	3.107.847,88
Resultado Previdenciário (IV - V)	4.358.286,02	(1.722.892,97)	(4.951.445,87)	(3.097.364,94)

RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DO RECURSOS	Valor Apurado Até Outubro	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	266.762,63	64.237,37
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	78.790,25	525.679,41

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIDORES PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até Outubro	Limite Constitucional Anual	
		%Mínimo a Aplicar Exer.	% Aplicado Até Outubro
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	17.509.456,46	15,00	21,08

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Data Emissão: 18/nov/2014 Hora de emissão: 16h e 04m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLE
Controlador Interno

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL ENTIDADE: CONSOLIDADO PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014 / BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO



MUNICÍPIO DE CONCORDIA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita de Impostos Líquida e das Despesas Próprias com
Ações e Serviços Públicos de Saúde
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2014 / Bimestre Setembro-Outubro

RREO ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Outubro 2014 (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTO LÍQUIDA (I)	20.778.000,00	20.778.000,00	20.268.153,90	97,55
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	5.800.000,00	5.800.000,00	5.708.541,06	98,42
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	2.600.000,00	2.600.000,00	3.220.449,79	123,86
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	9.800.000,00	9.800.000,00	8.946.987,56	91,30
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.850.000,00	1.850.000,00	1.568.304,20	84,77
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	117.000,00	117.000,00	111.912,90	95,65
Dívida Ativa dos Impostos	440.000,00	440.000,00	474.202,10	107,77
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	171.000,00	171.000,00	237.756,29	139,04
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	72.750.000,00	72.750.000,00	62.806.914,15	86,33
Cota-Parte FPM	25.000.000,00	25.000.000,00	20.028.113,83	80,11
Cota-Parte ITR	20.000,00	20.000,00	53.123,27	265,62
Cota-Parte IPVA	10.000.000,00	10.000.000,00	9.283.816,60	92,84
Cota-Parte ICMS	37.000.000,00	37.000.000,00	32.806.664,71	88,67
Cota-Parte IPI-Exportação	550.000,00	550.000,00	506.431,03	92,08
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	180.000,00	180.000,00	128.764,71	71,54
Desoneração ICMS (LC 87/96)	180.000,00	180.000,00	128.764,71	71,54
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	93.528.000,00	93.528.000,00	83.075.068,05	88,82

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Outubro 2014 (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	38.371.910,00	38.371.910,00	24.870.604,91	64,81
Provenientes da União	35.677.260,00	35.677.260,00	23.075.213,50	64,68
Provenientes dos Estados	2.534.000,00	2.534.000,00	1.602.755,01	63,25
Provenientes de Outros Municípios	48.000,00	48.000,00	26.947,10	56,14
Outras Receitas do SUS	112.650,00	112.650,00	165.689,30	147,08
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS A SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	70.276.490,00	70.276.490,00	57.679.968,03	82,08
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	108.648.400,00	108.648.400,00	82.550.572,94	75,98

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Outubro (f)	% (f/e) x 100	Até Outubro (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	53.475.610,00	59.076.559,99	51.247.161,30	86,75	41.087.509,05	69,55
Pessoal e Encargos Sociais	17.940.700,00	18.127.645,77	13.976.626,31	77,10	13.971.953,97	77,08
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	35.534.910,00	40.948.914,22	37.270.534,99	91,02	27.115.555,08	66,22
DESPESAS DE CAPITAL	4.171.050,00	5.030.392,25	2.498.081,91	49,66	1.462.299,63	29,07
Investimentos	4.171.050,00	5.030.392,25	2.498.081,91	49,66	1.462.299,63	29,07
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	57.646.660,00	64.106.952,24	53.745.243,21	83,84	42.549.808,68	66,37



MUNICÍPIO DE CONCORDIA
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Demonstrativo da Receita de Impostos Líquida e das Despesas Próprias com
 Ações e Serviços Públicos de Saúde
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2014 / Bimestre Setembro-Outubro

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Outubro (h)	% (h/IVf)x 100	Até Outubro (i)	% (i/IVg)x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	38.818.360,00	40.823.821,69	34.441.232,21	64,08	25.040.352,22	58,85
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	38.353.110,00	40.176.747,47	34.081.133,95	63,41	24.763.583,51	58,20
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	465.250,00	647.074,22	360.098,26	0,67	276.768,71	0,65
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA			0,00	0,00		
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS A PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS (V)	38.818.360,00	40.823.821,69	34.441.232,21	64,08	25.040.352,22	58,85
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	18.828.300,00	23.283.130,55	19.304.011,00	35,92	17.509.456,46	41,15
TOTAL GERAL						

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%	21,08
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------

VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - (15 x IIIb) / 100)]	5.048.196,25
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
2013	116.845,98	23.637,30	93.208,68	0,00	116.845,98
Total	116.845,98	23.637,30	93.208,68	0,00	116.845,98

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	SALDO FINAL (Não Aplicado)
Restos Cancelados	23.637,30	-	23.637,30



MUNICÍPIO DE CONCORDIA
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Demonstrativo da Receita de Impostos Líquida e das Despesas Próprias com
 Ações e Serviços Públicos de Saúde
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2014 / Bimestre Setembro-Outubro

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	SALDO FINAL (Não Aplicado)
	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Outubro (l)	% (l/ total l) x 100	Até Outubro (m)	% (m/ total m) x 100
Atenção Básica	20.120.200,00	21.619.146,19	15.440.750,13	28,73	14.732.101,83	34,62
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	34.070.460,00	38.443.990,64	35.995.603,33	66,97	25.769.670,94	60,56
Vigilância Sanitária	1.212.450,00	1.777.615,20	491.504,70	0,91	370.302,18	0,87
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	2.243.550,00	2.266.200,21	1.817.385,05	3,38	1.677.733,73	3,94
Total	57.646.660,00	64.106.952,24	53.745.243,21	100,00	42.549.808,68	100,00

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCORDIA Data Emissão: 12/nov/2014 Hora de emissão: 11h e 17m

Notas:

1. Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2. O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+l" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total l".
3. O valor apresentado na interseção com a coluna "m" ou com a coluna "h+m" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total m".
4. Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
5. Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
6. No último bimestre, será utilizada a fórmula: $[V/(h+i) - (15 \times l/b)/100]$.

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

DEMONSTRATIVO DAS PARCEIRAS PÚBLICO-PRIVADAS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL ENTIDADE: CONSOLIDADO PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014 / BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO



MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2014 / Bimestre Setembro-Outubro

PRCO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 26 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No bimestre	Até o bimestre (b)	
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrapartida para Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações Não Relacionadas a Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrapartida para Ativos da SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
GARANTIAS DE PPP (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS CONTINGENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Contraprestações Futuras	0,00	0,00	0,00	0,00
Riscos Não Provisãoados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00
ATIVOS CONTINGENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (2014)	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Do Erário Federado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Das Entidades Não-dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	156.984.377,12	185.168.923,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Alcance Net - 3PM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Data Emissão: 15/Nov/2014 Hora de emissão: 13h e 57m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 515/2014

DECRETO Nº 515/2014, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014
"DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1075/2013,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no presente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais) que serão utilizados para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 13.392.2507.2.065 - Feiras, Eventos e atrações Culturais, recreativos, Calendário Anual.
Modalidade de Aplicação: 339000 - 60
Fonte de Recursos: 10.00 - Ordinários - R\$ 6.000,00

Projeto/Atividade: 01.031.2501.2.001 - Manutenção e Funcionamento da Câmara de Vereadores.
Modalidade de Aplicação: 319000 - 01
Fonte de Recursos: 10.00 - Ordinários - R\$ 40.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo 1º, serão utilizados o provável excesso de arrecadação do orçamento vigente. - R\$ 46.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 17 de novembro de 2014.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

DECRETO N. 519/2014

DECRETO Nº 519/2014, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde, à servidora Municipal, Sra. LOURDES MARIA LANZARIN FÁVERO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria municipal de Saúde e Assistência Social de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 19 de novembro de 2014
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 520/2014

DECRETO Nº 520/2014, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde, à servidora Municipal, Sra. DULCINEIA SIMIONATO VOGT, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 20 de novembro de 2014
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 521/2014

DECRETO Nº 521 /2014, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014
"INSTITUI E NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e, em especial a Lei Complementar nº 112/2014 de 29 de outubro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam instituídos e nomeados para compor o Conselho Municipal do Idoso, os seguintes membros:

I - Do Governo Municipal:

a) Representantes da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social:
Titular - Marcia Dalagasperina Boff
Suplente - Maria Terezinha Luza
Titular - Sidonia Salete C. Merisio
Suplente - Rafaela Regina Pacifico Dezen

b) Representantes da Secretaria Municipal de Educação:
. Titular - Edimar dos Passos
Suplente - Katia Ana Di Domenico

c) Representantes da Secretaria Municipal da Administração,

Fazenda e Planejamento:
Titular: Mauro Arlindo Moresco
Suplente: Ademir Tressoldi

d) Representantes da Secretaria Municipal de Cultura e Esporte:
Titular: Gustavo André Foppa
Suplente: Liciane Magnanti Pasa

II - Representantes das Organizações não Governamentais de defesa dos direitos dos Idosos:

a) Representantes da entidade do meio rural:
. Titular - Luiz Rossoni
Suplente - Laura Maria Piva Graciani

b) Representantes de organização de Grupo de Idosos:
. Titular - Leonir Borsoi
Suplente - Valdemar Tressoldi
. Titular - Arlindo Três
Suplente - Valdemar Giussani

c) Representantes de entidades com políticas permanente de atendimento e promoção do Idoso:
. Titular - Ernesto Scramin
Suplente - Joane Orlandin

d) Representantes do credo religioso com políticas regulares de atendimento e promoção do Idoso:
. Titular - Doraci Piaia
Suplente - Oscar Guaragni

Art. 2º O mandato dos membros do Conselho Municipal do Idoso será de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

Art. 3º Os membros do Conselho, nomeados por este Decreto, exercerão suas atividades em caráter relevante, sem ônus para o município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 20 de novembro de 2014.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 522/2014

DECRETO Nº 522/2014, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde, à servidora Municipal, Sra. ISABEL CRISTINA TOZZO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 20 de novembro de 2014
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Coronel Freitas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO ATA DE REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 98/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

=====

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 98/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2014

ATA DE REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 98/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2014 DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS. Aos Dezoito dias do mês de Novembro de Dois Mil e Quatorze, as 09h00min, na sala de reuniões da prefeitura Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Avenida Santa Catarina 1022, Centro, reuniram-se o pregoeiro, Equipe de Apoio e a Assessoria Jurídica, para efetuar a análise da revogação do referido processo licitatório, tendo em vista QUE A LICITAÇÃO NÃO ATINGIU O SEU OBJETIVO MAGNO, QUE É A AMPLA PARTICIPAÇÃO DE PARTICULARES, PARA DENTRE VÁRIAS PROPOSTAS SELECIONAR-SE A MAIS VANTAJOSA AO PODER PÚBLICO. Fica, portanto revogado o presente processo, sendo publicado no site da Prefeitura Municipal e no Diário dos Municípios. Nada mais havendo a tratar a Pregoeira encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que após lida será assinada pelos membros da Comissão de Licitação.

Coronel Freitas (SC), 18 de Novembro de 2014
FLÁVIA ROLIM DE MOURA
PREGOEIRA

CASSIANE FICAGNA CARVALHO
MEMBROS DA COMISSÃO

LUIS CARLOS OSS
MEMBROS DA COMISSÃO

PAULO CESAR STRADA
MEMBROS DA COMISSÃO

JUCILAINE BORTOLOSSO
MEMBROS DA COMISSÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 09/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Tomada de preço Nº 09/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ATRAVÉS DE EMPREITADA GLOBAL PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRA IRREGULAR

Tipo: maior oferta.

Entrega dos envelopes: até as 08:30 horas do dia 10/12/2014

Abertura dos envelopes: na sequência às 08:30 horas do dia 10/12/2014

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:00 às 13:030 hrs ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 21 de novembro de 2014
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº 004/2014

Estado de Santa Catarina
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES - CORONEL FREITAS - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital Tomada de Preço Nº 004/2014

Objeto: Contratação de serviço de engenharia para execução da quarta etapa da sede da Câmara Municipal de Vereadores De Coronel Freitas, incluindo material e mão de obra, de acordo com as especificações constantes na lista de itens, memorial descritivo, e com o Projeto de Engenharia, anexo a este edital.

Tipo: Menor Preço/ Preço Global

Entrega dos envelopes: até as 14h00min horas do dia 08/12/2014

Abertura dos envelopes: 15h00min horas do dia 08/12/2014

O Edital estará disponível no site: www.camaracoronelfreitas.sc.gov.br e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Rio Grande do Norte, 740 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 13h00min às 17h00min ou pelo fone 3347-0424.

Coronel Freitas (SC) 20 de Novembro de 2014

Diovani Pagnocelli
Presidente

Coronel Martins**PREFEITURA****PORTARIA Nº. 176 DE 20 NOVEMBRO DE 2014.**

PORTARIA Nº. 176 DE 20 NOVEMBRO DE 2014.

REQUISITA O RETORNO AO SERVIÇO DA SERVIDORA QUE ENCONTRA-SE EM GOZO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público;

REQUISITA:

Art. 1º O retorno da Servidora, Sra. Elisangela de Fatima salvador, ocupante do Cargo efetivo de Enfermeira, no dia 25 de novembro á 28 de novembro de 2014 em virtude da falta de profissional Junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único - Sendo que o direito ao gozo do saldo de Férias referente aos dias 25 de novembro á 28 de novembro de 2014 no qual foi requisitada, a servidora gozará em 03 de dezembro a 06 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 20 de novembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

EVANDRO BELATTO
Chefe de Gabinete

Correia Pinto**PREFEITURA****ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO 72/2014 PMCP**

ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO Nº 72/2014

PREFEITURA

A Prefeitura Municipal de Correia Pinto - SC, com sede à Avenida Duque de Caxias, 1569 - Centro em Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados a ERRATA ao edital do Pregão Presencial - Processo n.º 72/2014 PMCP, alterando-se o objeto da licitação, onde se lê: "REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM E ADITIVADA, ETANOL, DIESEL, ÓLEO LUBRIFICANTE, FILTRO DE LUBRIFICANTE, FILTRO DE COMBUSTÍVEL, FILTRO PURIFICADOR DE AR, GRAXA, SOLUPÁ E SHAMPOO AUTOMOTIVO PARA A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL", passa a ser lido: "REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM E ADITIVADA, ETANOL, DIESEL, ÓLEO LUBRIFICANTE, FILTRO DE LUBRIFICANTE, FILTRO DE COMBUSTÍVEL, FILTRO PURIFICADOR DE AR E GRAXA, PARA A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL", e alterando-se a data e hora de abertura do processo, onde se lê: "24/11/2014 às 09:00 horas", passa a ser lido: "25/11/2014 às 15:00 horas".

Correia Pinto, 21 de novembro de 2014.

VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES
Presidente da Comissão de Licitação

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Ficam Notificados os contribuintes nominados na relação disponível no setor de tributação do Município de Correia Pinto/SC, devidamente numerada e rubricada que passa a fazer parte acessória do edital, para exercerem, caso queiram, suas obrigações de PAGAMENTO ou impugnação dos lançamentos efetuados pela Administração Municipal, com relação à DÍVIDA ATIVA de natureza tributária referente à IPTU (art. 3º e ss. do CTM), ISQN (art. 1º e ss. da LCM 1210/2003), TLL (art. 86 e ss. do CTM) e demais taxas municipais, no prazo máximo e improrrogável de 20 (vinte) dias, contados da data do presente edital de notificação afixado no local de costume, publicado na imprensa Oficial e no site www.correia-pinto.sc.gov.br, SOB PENA DE TAIS DÉBITOS SEREM DEVIDAMENTE ENCAMINHADOS PARA EXECUÇÃO JUDICIAL, com a incidência dos acréscimos legais disciplinados pelo art. 125, item, I, II.a e II.b do Código Tributário Municipal, incluindo custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo de outras medidas administrativas que se fizerem necessárias, tudo em conformidade com o disposto no art. 112, § 2º e ss. do Código Tributário Municipal.

Correia Pinto/SC, 17 de novembro de 2014.

MARIA LUIZA GONÇALVES
Secretária Municipal de Finanças

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 513/2012

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 513/2012

O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC, pessoa jurídica de direito público interno, portador do CNPJ sob n.º 75.438.655/0001-45, com sede administrativa na Avenida Duque de Caxias, n.º 1569, na cidade de Correia Pinto/SC, CEP: 88535-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. VÂNIO FORSTER, adiante denominado DISTRATANTE, vem, respeitosamente perante Vossa Senhoria, expor e determinar o contido abaixo:

CONSIDERANDO que foi firmado com a empresa VIAPAV CONSTRUTORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 03.671.437/0001-45, com sede na Rua Pernambuco, n.º 340, no município de Balneário Camboriú/SC, CEP: 88339-030, adiante denominado DISTRATADA, o contrato administrativo n.º 513/2012, no valor de R\$ 370.438,63 (Trezentos e setenta mil quatrocentos e trinta e oito reais e sessenta e três centavos), sendo que o objeto era a pavimentação asfáltica da Rua Estados Unidos e da Rua José Santana Ribeiro de Andrade no Município de Correia Pinto, através do Contrato de Repasse n.º 0348415-66/2010, firmado entre o Município de Correia Pinto e a União Federal, através do Ministério das Cidades, conforme especificações constantes no edital de Tomada de Preços da Prefeitura n.º 16/2012.

CONSIDERANDO que a empresa contratada não cumpriu os termos e prazos estabelecidos na Cláusula Terceira do Contrato Administrativo n.º 513/2012.

CONSIDERANDO que a obra encontra-se paralisada sem justificativa, conforme parecer do setor de engenharia do município.

CONSIDERANDO que as tentativas amigáveis de obter o cumprimento do acordado restaram infrutíferas.

DECIDE RESCINDIR UNILATERALMENTE o Contrato Administrativo n.º 0513/2012, celebrado com a empresa VIAPAV CONSTRUTORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 03.671.437/0001-45, com sede na Rua Pernambuco, n.º 340, no município de Balneário Camboriú/SC, CEP: 88339-030, adiante denominado DISTRATADA, com fulcro na Cláusula Sexta, item n.º 6.5 e item 6.6, alíneas "a" e "d", todos do contrato celebrado entre as partes descrito acima, bem como no art. 78, I, III e V e art. 79, I, ambos da Lei Federal n.º 8.666/93.

Correia Pinto, 17 de novembro de 2014.

VÂNIO FORSTER

Prefeito do Município de Correia Pinto

PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO 58/2014 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 58/2014

PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA REPOSIÇÃO NOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E CAMINHÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, CONFORME ANEXO I DO EDITAL. Tipo: Menor preço por item. Abertura dos envelopes: 03/12/2014 às 09:00 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente a matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia

Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 19:00hs, ou em www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 21 de novembro de 2014.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES

Pregoeiro Municipal

Corupá

PREFEITURA

PREGÃO ELETRÔNICO 003/14 - REGISTRO DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO LICITAÇÃO - REGISTRO DE PREÇO
Modalidade Pregão Eletrônico nº 03/14

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE Equipamentos e Materiais permanentes para que seja oferecido um atendimento de maior qualidade e segurança no atendimento prestado pelos profissionais da Equipe da Estratégia de Saúde da Família aos Municípios DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08 horas do dia 21/11/2014 às 10 horas do dia 03/12/2014.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 10h30min do dia 03/12/2014.

TIPO: Menor Preço por item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site <http://www.corupa.sc.gov.br>, e bll.org.br.

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 21 de Novembro de 2014

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 3075/14

PORTARIA Nº 3075/14

DEMITE O SR. C. D., MATRÍCULA Nº 15.140/01, DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica, na Constituição Federal, na Constituição do Estado de Santa Catarina e na Lei Complementar Municipal 014/09 artigos 79, Parágrafo único, I, 170, IV, 174, II, 177, I,

CONSIDERANDO que nos autos do Processo Administrativo Disciplinar RH 002/2013, instaurado por força da portaria 2565/2013, restou constatado que o servidor C.D. auxiliar de serviços gerais, matrícula nº 15.140/01, violou dever funcional que possui de proceder na vida pública e privada na forma que dignifique a função pública, além de manter conduta incompatível com a moralidade administrativa, configurando-se em incidência de conduta incontinente, fazendo-se por incidir o art. 174, VI da LCM 14/09.

CONSIDERANDO que é verificado que no Processo Administrativo Disciplinar RH 002/2013, visando apurar prática na incursão dos termos dos art. 158, XVI e XI, da LCM 014/09, foram atendidos e respeitados todos os Princípios de Direito Administrativo, bem como fora assegurado o Contraditório e a Ampla Defesa, culminando na conclusão final pela pena de Demissão.

CONSIDERANDO que o Sr. C. D. fora intimado da decisão e deixou de interpor recurso no prazo legal, considerando-se o processo transitado em julgado.

RESOLVE:

Art. 1º. Demite por Justa Causa o Servidor Público Municipal, Sr. C.D., matrícula nº 15.140/01, Auxiliar de Serviços Gerais, para o qual foi nomeado pela portaria nº 1710/12.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de novembro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 272/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 272/2014

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA USO NA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CARTEIRA DE TRABALHO, PROCON, PRAÇA CENTENARIO, LIMPEZA PUBLICA, AEROPORTO, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DA AGRICULTURA, ABAST., MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE OBRAS, FUNDO MUN. DE SAUDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO E INT. SOCIAL. CONFORME ANEXO 1 DESTA EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 18:00 horas do dia 05/12/2014.

A partir das 14:00 horas do dia 09/12/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 05 de Novembro de 2014.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 43/2014

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 43/2014
REFERENTE: Contrato de prestação de serviço firmado entre o Fundo Municipal de Assistência Social de Curitibanos e a empresa Mix Palestras e Eventos Ltda. EPP, com o valor total de R\$ 7.400.00 (Sete mil e quatrocentos reais).

RESUMO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PALESTRA "PRAZER SOU MULHER!", MINISTRADA PELA PALESTRANTE LÚCIA ALVES, À REALIZAR-SE NO DIA 28/11/2014 ÀS 14 H, FAZENDO PARTE DA SEMANA DA CAMPANHA DESENVOLVIDA PELO CREAS, NA FORMA DO ARTIGO 25, INCISO II DA LEI 8.666/93, CONFORME JUSTIFICATIVA E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 25 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação."

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta

Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 25 inciso II da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Presidente do Fundo, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 20 de novembro de 2014.

Diego Sebem Wordell Cristina Melo Menegotto

Presidente da Comissão Membro

Márcia Dominski Penteadó

Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 25 o inciso II dou como aprovada.

Curitibanos, 20 de novembro de 2014.

Claudio Vieira França

Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 20 de novembro de 2014.

João Carlos Martins dos Santos

Presidente do Fundo

ANEXOS DA RREO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS 5º BIMESTRE / 2014

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
RECEITAS CORRENTES	68.303.500,00	68.303.500,00	12.005.114,96	17,58	64.025.271,00	93,74	4.278.229,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	67.920.500,00	67.920.500,00	12.005.114,96	17,68	60.921.148,93	89,69	6.999.351,07
IMPOSTOS	10.147.000,00	10.147.000,00	1.320.737,10	13,02	8.576.236,23	84,52	1.570.763,77
TAXAS	8.220.000,00	8.220.000,00	1.123.157,50	13,66	6.978.983,81	84,90	1.241.016,19
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.827.000,00	1.827.000,00	129.028,48	7,06	1.421.570,38	77,81	405.429,62
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	100.000,00	100.000,00	68.551,12	68,55	175.682,04	175,68	-75.682,04
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.480.000,00	3.480.000,00	422.328,79	12,14	2.624.038,63	75,40	855.961,37
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.720.000,00	1.720.000,00	308.660,07	17,95	1.446.689,02	84,11	273.310,98
RECEITA PATRIMONIAL	1.760.000,00	1.760.000,00	113.668,72	6,46	1.177.349,61	66,89	582.650,39
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	819.500,00	819.500,00	233.763,78	28,53	3.263.221,45	398,20	-2.443.721,45
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	819.500,00	819.500,00	233.763,78	28,53	3.263.221,45	398,20	-2.443.721,45
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	50.858.000,00	50.858.000,00	9.215.748,69	18,12	43.092.931,16	84,73	7.765.068,84
Transf. de Instituições Privadas	50.532.000,00	50.532.000,00	8.961.936,23	17,74	42.772.667,86	84,64	7.759.332,14
Transf. de Pessoas	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Transf. de Conv.	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	66.450,84	329,02	-61.450,84
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	311.000,00	311.000,00	253.812,46	81,61	253.812,46	81,61	57.187,54
Multas e Juros de Mora	2.616.000,00	2.616.000,00	812.536,60	31,06	3.364.721,46	128,62	-748.721,46
INDENIZAÇÕES E RESSTITUIÇÕES	976.000,00	976.000,00	203.955,20	20,90	1.041.100,11	106,67	-65.100,11
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	83.000,00	83.000,00	287.670,93	346,59	660.050,29	795,24	-577.050,29
RECEITAS DIVERSAS	1.045.000,00	1.045.000,00	143.737,85	13,75	769.157,80	73,60	275.842,20
RECEITAS DE CAPITAL	512.000,00	512.000,00	177.172,62	34,60	894.413,26	174,69	-382.413,26
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	383.000,00	383.000,00	0,00	0,00	3.104.122,07	810,48	-2.721.122,07
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
ALIEAÇÃO DE BENS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	141.687,50	180,73	-129.687,50
ALIEAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	38.000,00	542,86	-31.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	103.687,50	073,75	-98.687,50
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	351.000,00	351.000,00	0,00	0,00	2.962.434,57	844,00	-2.611.434,57
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	350.000,00	350.000,00	0,00	0,00	2.962.434,57	846,41	-2.612.434,57
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.125.000,00	5.125.000,00	858.036,57	16,74	4.103.261,35	80,06	1.021.738,65
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.125.000,00	5.125.000,00	858.036,57	16,74	4.103.261,35	80,06	1.021.738,65
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.625.000,00	3.625.000,00	608.036,57	16,77	2.853.261,35	78,71	771.738,65
Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	3.625.000,00	3.625.000,00	608.036,57	16,77	2.853.261,35	78,71	771.738,65
Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	1.500.000,00	1.500.000,00	250.000,00	16,67	1.250.000,00	83,33	250.000,00

Continua 1/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.125.000,00	5.125.000,00	858.036,57	16,74	4.103.261,35	80,06
Transferência para Cobertura de Déficit Atuarial -	1.500.000,00	1.500.000,00	250.000,00	16,67	1.250.000,00	83,33
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	73.428.500,00	73.428.500,00	12.863.151,53	17,52	68.128.532,35	92,78
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	73.428.500,00	73.428.500,00	12.863.151,53	17,52	68.128.532,35	92,78
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	73.428.500,00	73.428.500,00	12.863.151,53	17,52	68.128.532,35	92,78
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	4.622.975,89	—	—	2.440.136,57	—
Superávit Financeiro	—	4.622.975,89	—	—	2.440.136,57	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	73.428.500,00	73.428.500,00	12.863.151,53	17,52	68.128.532,35	92,78
SALDO A REALIZAR (a - c)	—	—	—	—	—	—
SALDO A REALIZAR (a - c)	—	—	—	—	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	68.303.500,00	16.556.696,94	84.860.196,94	9.050.383,71	65.811.650,37	12.591.186,56	52.824.765,83	62,25
DESPESAS CORRENTES	59.492.150,00	4.428.769,92	63.920.919,92	7.883.568,16	49.959.829,86	9.868.394,21	45.192.298,98	70,70
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	37.083.200,00	140.825,71	37.224.025,71	5.820.045,43	28.443.210,26	5.884.041,92	28.376.159,67	76,23
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	600.000,00	500.000,00	100.000,00	8.869,56	52.047,11	8.869,56	52.047,11	52,05
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.808.950,00	4.787.944,21	26.596.894,21	2.054.653,17	21.464.572,49	3.975.482,73	16.764.092,20	63,03
DESPESAS DE CAPITAL	6.961.350,00	12.127.927,02	19.089.277,02	1.166.815,55	15.851.820,51	2.722.792,35	7.632.466,85	39,98
INVESTIMENTOS	6.361.350,00	12.307.927,02	18.669.277,02	1.074.641,70	15.491.325,97	2.656.660,16	7.298.013,97	39,09
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	600.000,00	-180.000,00	420.000,00	92.173,85	360.494,54	66.132,19	334.452,88	79,63

Continua 2/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
								% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	68.303.500,00	16.556.696,94	84.860.196,94	9.050.383,71	65.811.650,37	12.591.186,56	52.824.765,83	62,25
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.850.000,00	0,00	1.850.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	5.125.000,00	140.000,00	5.265.000,00	605.539,91	4.345.579,79	855.539,91	4.095.579,79	77,79
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.625.000,00	140.000,00	3.765.000,00	605.539,91	2.845.579,79	605.539,91	2.845.579,79	75,58
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00	250.000,00	1.250.000,00	83,33
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	73.428.500,00	16.696.696,94	90.125.196,94	9.655.923,62	70.157.230,16	13.446.726,47	56.920.345,62	63,16
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	73.428.500,00	16.696.696,94	90.125.196,94	9.655.923,62	70.157.230,16	13.446.726,47	56.920.345,62	63,16
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	11.208.186,73	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	73.428.500,00	16.696.696,94	90.125.196,94	9.655.923,62	70.157.230,16	13.446.726,47	68.128.532,35	75,59

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 3.320.630,46

FONTE:

CURITIBANOS, 19/11/2014

JOSE ANTONIO GUIDI Prefeito Municipal	AMAURY SILVA Secretário de Administração	FLAVIO LUIZ ZILIO Contador CRC/SC-20.710/0-0
------------------------------------------	---------------------------------------------	-------------------------------------------------

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	68.303.500,00	68.303.500,00	12.005.114,96	17,58	64.025.271,00	93,74
RECEITAS CORRENTES	67.920.500,00	67.920.500,00	12.005.114,96	17,68	60.921.148,93	89,69
RECEITA TRIBUTÁRIA	10.147.000,00	10.147.000,00	1.320.737,10	13,02	8.576.236,23	84,52
IMPOSTOS	8.220.000,00	8.220.000,00	1.123.157,50	13,66	6.978.983,81	84,90
TAXAS	1.827.000,00	1.827.000,00	129.028,48	7,06	1.421.570,38	77,81
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	100.000,00	100.000,00	68.551,12	68,55	175.682,04	175,68
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.480.000,00	3.480.000,00	422.328,79	12,14	2.624.038,63	75,40
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.720.000,00	1.720.000,00	308.690,07	17,95	1.446.689,02	84,11
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.760.000,00	1.760.000,00	113.668,72	6,46	1.177.349,61	66,89
RECEITA PATRIMONIAL	819.500,00	819.500,00	233.763,78	28,53	3.263.221,45	398,20
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	819.500,00	819.500,00	233.763,78	28,53	3.263.221,45	398,20
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	50.858.000,00	50.858.000,00	9.215.748,69	18,12	43.092.931,16	84,73
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	50.532.000,00	50.532.000,00	8.961.936,23	17,74	42.772.667,86	84,64
Transf. de Instituições Privadas	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. de Pessoas	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	66.450,84	329,02
Transf. de Conv.	311.000,00	311.000,00	253.812,46	81,61	253.812,46	81,61
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.616.000,00	2.616.000,00	812.536,60	31,06	3.364.721,46	128,62
Multas e Juros de Mora	976.000,00	976.000,00	203.955,20	20,90	1.041.100,11	106,67
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	83.000,00	83.000,00	287.670,93	346,59	660.050,29	795,24
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.045.000,00	1.045.000,00	143.737,85	13,75	769.157,80	73,60
RECEITAS DIVERSAS	512.000,00	512.000,00	177.172,62	34,60	894.413,26	174,69
RECEITAS DE CAPITAL	383.000,00	383.000,00	0,00	0,00	3.104.122,07	810,48
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	141.687,50	180,73
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	38.000,00	542,86
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	103.687,50	2073,75
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	351.000,00	351.000,00	0,00	0,00	2.962.434,57	844,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	350.000,00	350.000,00	0,00	0,00	2.962.434,57	846,41
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.125.000,00	5.125.000,00	858.036,57	16,74	4.103.261,35	80,06
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.125.000,00	5.125.000,00	858.036,57	16,74	4.103.261,35	80,06
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.625.000,00	3.625.000,00	608.036,57	16,77	2.853.261,35	78,71
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.625.000,00	3.625.000,00	608.036,57	16,77	2.853.261,35	78,71
Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	1.500.000,00	1.500.000,00	250.000,00	16,67	1.250.000,00	83,33

Continua 1/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.125.000,00	5.125.000,00	858.036,57	16,74	4.103.261,35	80,06
Transferência para Cobertura de Déficit Atuarial -	1.500.000,00	1.500.000,00	250.000,00	16,67	1.250.000,00	83,33
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	73.428.500,00	73.428.500,00	12.863.151,53	17,52	68.128.532,35	92,78
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	73.428.500,00	73.428.500,00	12.863.151,53	17,52	68.128.532,35	92,78
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	73.428.500,00	73.428.500,00	12.863.151,53	17,52	68.128.532,35	92,78
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	4.622.975,89	—	—	2.440.136,57	—
Superávit Financeiro	—	4.622.975,89	—	—	2.440.136,57	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	73.428.500,00	73.428.500,00	12.863.151,53	17,52	68.128.532,35	92,78
SALDO A REALIZAR (a - c)	—	—	—	—	—	—
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	73.428.500,00	73.428.500,00	12.863.151,53	17,52	68.128.532,35	92,78
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	4.622.975,89	—	—	2.440.136,57	—
Superávit Financeiro	—	4.622.975,89	—	—	2.440.136,57	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	68.303.500,00	16.556.696,94	84.860.196,94	9.050.383,71	65.811.650,37	12.591.186,56	52.824.765,83	62,25
DESPESAS CORRENTES	59.492.150,00	4.428.769,92	63.920.919,92	7.883.568,16	49.959.829,86	9.868.394,21	45.192.298,98	70,70
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	37.083.200,00	140.825,71	37.224.025,71	5.820.045,43	28.443.210,26	5.884.041,92	28.376.159,67	76,23
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	600.000,00	500.000,00	100.000,00	8.869,56	52.047,11	8.869,56	52.047,11	52,05
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.808.950,00	4.787.944,21	26.596.894,21	2.054.653,17	21.464.572,49	3.975.482,73	16.764.092,20	63,03
DESPESAS DE CAPITAL	6.961.350,00	12.127.927,02	19.089.277,02	1.166.815,55	15.851.820,51	2.722.792,35	7.632.466,85	39,98
INVESTIMENTOS	6.361.350,00	12.307.927,02	18.669.277,02	1.074.641,70	15.491.325,97	2.656.660,16	7.298.013,97	39,09
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	600.000,00	-180.000,00	420.000,00	92.173,85	360.494,54	66.132,19	334.462,88	79,63

Continua 2/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (c)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	68.303.500,00	16.556.696,94	84.860.196,94	9.050.383,71	65.811.650,37	12.591.186,56	52.824.765,83	32.035.431,11
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.850.000,00	0,00	1.850.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.850.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	5.125.000,00	140.000,00	5.265.000,00	605.539,91	4.345.579,79	855.539,91	4.095.579,79	1.169.420,21
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.625.000,00	140.000,00	3.765.000,00	605.539,91	2.845.579,79	605.539,91	2.845.579,79	919.420,21
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00	250.000,00	1.250.000,00	250.000,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	73.428.500,00	16.696.696,94	90.125.196,94	9.655.923,62	70.157.230,16	13.446.726,47	56.920.345,62	33.204.851,32
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	73.428.500,00	16.696.696,94	90.125.196,94	9.655.923,62	70.157.230,16	13.446.726,47	56.920.345,62	33.204.851,32
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	11.208.186,73	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	73.428.500,00	16.696.696,94	90.125.196,94	9.655.923,62	70.157.230,16	13.446.726,47	68.128.532,35	33.204.851,32

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 3.320.630,46

FONTE:
CURITIBANOS, 19/11/2014

JOSE ANTONIO GUIDI Prefeito Municipal	AMAURY SILVA Secretário de Administração	FLAVIO LUIZ ZILIO Contador CRC/SC-20.710/0-0
------------------------------------------	---------------------------------------------	-------------------------------------------------

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	68.303.500,00	68.303.500,00	12.005.114,96	17,58	64.025.271,00	93,74
RECEITAS CORRENTES	67.920.500,00	67.920.500,00	12.005.114,96	17,68	60.921.148,93	89,69
RECEITA TRIBUTÁRIA	10.147.000,00	10.147.000,00	1.320.737,10	13,02	8.576.236,23	84,52
IMPOSTOS	8.220.000,00	8.220.000,00	1.123.157,50	13,66	6.978.983,81	84,90
TAXAS	1.827.000,00	1.827.000,00	129.028,48	7,06	1.421.570,38	77,81
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	100.000,00	100.000,00	68.551,12	68,55	175.682,04	175,68
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.480.000,00	3.480.000,00	422.328,79	12,14	2.624.038,63	75,40
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.720.000,00	1.720.000,00	308.690,07	17,95	1.446.689,02	84,11
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.760.000,00	1.760.000,00	113.668,72	6,46	1.177.349,61	66,89
RECEITA PATRIMONIAL	819.500,00	819.500,00	233.763,78	28,53	3.263.221,45	398,20
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	819.500,00	819.500,00	233.763,78	28,53	3.263.221,45	398,20
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	50.858.000,00	50.858.000,00	9.215.748,69	18,12	43.092.931,16	84,73
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	50.532.000,00	50.532.000,00	8.961.936,23	17,74	42.772.667,86	84,64
Transf. de Instituições Privadas	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. de Pessoas	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	66.450,84	329,02
Transf. de Conv.	311.000,00	311.000,00	253.812,46	81,61	253.812,46	81,61
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.616.000,00	2.616.000,00	812.536,60	31,06	3.364.721,46	128,62
Multas e Juros de Mora	976.000,00	976.000,00	203.955,20	20,90	1.041.100,11	106,67
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	83.000,00	83.000,00	287.670,93	346,59	660.050,29	795,24
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.045.000,00	1.045.000,00	143.737,85	13,75	769.157,80	73,60
RECEITAS DIVERSAS	512.000,00	512.000,00	177.172,62	34,60	894.413,26	174,69
RECEITAS DE CAPITAL	383.000,00	383.000,00	0,00	0,00	3.104.122,07	810,48
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIEAÇÃO DE BENS	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	141.687,50	180,73
ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	38.000,00	542,86
ALIEAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	103.687,50	073,75
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	351.000,00	351.000,00	0,00	0,00	2.962.434,57	844,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	350.000,00	350.000,00	0,00	0,00	2.962.434,57	846,41
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.125.000,00	5.125.000,00	858.036,57	16,74	4.103.261,35	80,06
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.125.000,00	5.125.000,00	858.036,57	16,74	4.103.261,35	80,06
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.625.000,00	3.625.000,00	608.036,57	16,77	2.853.261,35	78,71
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.625.000,00	3.625.000,00	608.036,57	16,77	2.853.261,35	78,71
Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	1.500.000,00	1.500.000,00	250.000,00	16,67	1.250.000,00	83,33

Continua 1/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.125.000,00	5.125.000,00	858.036,57	16,74	4.103.261,35	80,06
Transferência para Cobertura de Déficit Atuarial -	1.500.000,00	1.500.000,00	250.000,00	16,67	1.250.000,00	83,33
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	73.428.500,00	73.428.500,00	12.863.151,53	17,52	68.128.532,35	92,78
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	73.428.500,00	73.428.500,00	12.863.151,53	17,52	68.128.532,35	92,78
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	73.428.500,00	73.428.500,00	12.863.151,53	17,52	68.128.532,35	92,78
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	4.622.975,89	—	—	2.440.136,57	—
Superávit Financeiro	—	4.622.975,89	—	—	2.440.136,57	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	73.428.500,00	73.428.500,00	12.863.151,53	17,52	68.128.532,35	92,78
SALDO A REALIZAR (a - c)	—	—	—	—	—	—
SALDO A REALIZAR (a - c)	—	—	—	—	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	68.303.500,00	16.556.696,94	84.860.196,94	9.050.383,71	65.811.650,37	12.591.186,56	52.824.765,83	62,25	62,25	32.035.431,11
DESPESAS CORRENTES	59.492.150,00	4.428.769,92	63.920.919,92	7.883.568,16	49.959.829,86	9.868.394,21	45.192.298,98	70,70	70,70	18.728.620,94
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	37.083.200,00	140.825,71	37.224.025,71	5.820.045,43	28.443.210,26	5.884.041,92	28.376.159,67	76,23	76,23	8.847.866,04
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	600.000,00	500.000,00	100.000,00	8.869,56	52.047,11	8.869,56	52.047,11	52,05	52,05	47.952,89
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.808.950,00	4.787.944,21	26.596.894,21	2.054.653,17	21.464.572,49	3.975.482,73	16.764.092,20	63,03	63,03	9.832.802,01
DESPESAS DE CAPITAL	6.961.350,00	12.127.927,02	19.089.277,02	1.166.815,55	15.851.820,51	2.722.792,35	7.632.466,85	39,98	39,98	11.456.810,17
INVESTIMENTOS	6.361.350,00	12.307.927,02	18.669.277,02	1.074.641,70	15.491.325,97	2.656.660,16	7.298.013,97	39,09	39,09	11.371.263,05
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	600.000,00	-180.000,00	420.000,00	92.173,85	360.494,54	66.132,19	334.452,88	79,63	79,63	85.547,12

Continua 2/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (c)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	68.303.500,00	16.556.696,94	84.860.196,94	9.050.383,71	65.811.650,37	12.591.186,56	52.824.765,83	62,25
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.850.000,00	0,00	1.850.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	5.125.000,00	140.000,00	5.265.000,00	605.539,91	4.345.579,79	855.539,91	4.095.579,79	77,79
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.625.000,00	140.000,00	3.765.000,00	605.539,91	2.845.579,79	605.539,91	2.845.579,79	75,58
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00	250.000,00	1.250.000,00	83,33
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	73.428.500,00	16.696.696,94	90.125.196,94	9.655.923,62	70.157.230,16	13.446.726,47	56.920.345,62	63,16
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	73.428.500,00	16.696.696,94	90.125.196,94	9.655.923,62	70.157.230,16	13.446.726,47	56.920.345,62	63,16
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	11.208.186,73	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	73.428.500,00	16.696.696,94	90.125.196,94	9.655.923,62	70.157.230,16	13.446.726,47	68.128.532,35	75,59

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 3.320.630,46

FONTE:
CURITIBANOS, 19/11/2014

JOSE ANTONIO GUIDI Prefeito Municipal	AMAURY SILVA Secretário de Administração	FLAVIO LUIZ ZILIO Contador CRC/SC-20.710/0-0
------------------------------------------	---------------------------------------------	-------------------------------------------------

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES E SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Legislativa	68.303.500,00	84.860.196,94	9.050.383,71	65.811.650,37	12.591.186,56	52.824.765,83	92,80	62,25
Ação Legislativa	2.300.000,00	2.350.000,00	261.373,58	1.830.655,08	401.105,43	1.742.047,31	3,06	74,13
Administração	2.300.000,00	2.350.000,00	261.373,58	1.830.655,08	401.105,43	1.742.047,31	3,06	74,13
Planejamento e Orçamento	6.740.700,00	7.007.700,00	950.760,27	5.368.899,02	951.983,03	4.714.400,47	8,28	67,27
Administração Geral	553.000,00	623.000,00	87.923,57	464.308,76	90.818,17	451.953,63	0,79	72,54
Administração Financeira	2.680.500,00	2.257.500,00	273.416,06	1.563.667,14	311.344,70	1.507.519,38	2,65	66,78
Controle Interno	3.412.200,00	4.032.200,00	579.419,30	3.286.900,34	539.235,82	2.701.896,68	4,75	67,01
Segurança Pública	95.000,00	95.000,00	10.001,34	54.022,78	10.584,34	53.030,78	0,09	55,82
Policimento	691.000,00	1.122.920,89	190.114,67	731.515,47	158.206,74	519.508,25	0,91	46,26
Defesa Civil	618.000,00	1.049.920,89	176.963,88	714.239,68	144.395,95	503.222,46	0,88	47,93
Assistência Social	73.000,00	73.000,00	13.150,79	17.275,79	13.810,79	16.285,79	0,03	22,31
Assistência à Criança e ao Adolescente	2.684.000,00	3.270.223,12	278.658,74	1.695.399,65	384.512,71	1.423.693,88	2,50	43,54
Assistência Comunitária	317.000,00	453.710,48	36.414,66	295.005,53	53.559,69	244.478,09	0,43	53,88
Serviço da Dívida Interna	1.767.000,00	2.716.512,64	233.374,52	1.348.347,01	322.083,46	1.127.168,68	1,98	41,49
Previdência Social	600.000,00	100.000,00	8.869,56	52.047,11	8.869,56	52.047,11	0,09	52,05
Previdência do Regime Estatutário	5.535.000,00	5.535.000,00	1.041.163,03	5.025.407,92	1.041.163,03	5.025.407,92	8,83	90,79
Saúde	5.535.000,00	5.535.000,00	1.041.163,03	5.025.407,92	1.041.163,03	5.025.407,92	8,83	90,79
Atenção Básica	14.019.000,00	16.765.504,77	1.964.393,61	14.058.775,95	2.783.276,04	11.702.394,01	20,56	69,80
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	10.554.000,00	12.360.140,64	1.531.058,19	9.913.887,59	1.973.176,09	8.685.336,44	15,26	70,27
Vigilância Epidemiológica	1.910.000,00	2.469.311,01	119.189,90	2.412.708,42	429.322,79	1.742.956,32	3,06	70,58
Alimentação e Nutrição	125.000,00	323.099,64	155.110,67	224.211,09	83.146,58	143.474,19	0,25	44,41
Educação	1.430.000,00	1.612.953,48	159.034,85	1.507.968,85	297.630,58	1.130.627,06	1,99	70,10
Ensino Fundamental	19.855.500,00	21.688.235,74	2.783.167,86	15.896.579,34	3.441.445,09	13.398.030,91	23,54	61,78
Ensino Médio	11.332.500,00	12.875.671,74	1.710.068,21	9.339.628,59	2.221.594,01	7.571.487,99	13,30	58,80
Ensino Superior	238.000,00	165.500,00	6.263,18	120.016,38	24.194,78	101.178,78	0,18	61,14
Educação Infantil	85.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação de Jovens e Adultos	8.110.000,00	8.577.064,00	1.066.836,47	6.331.934,37	1.185.656,30	5.680.364,14	9,98	66,23
Educação Especial	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	70.000,00	70.000,00	0,00	45.000,00	10.000,00	45.000,00	0,08	64,29

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES E SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)								
Cultura	68.303.500,00	84.860.196,94	9.050.383,71	65.811.650,37	12.591.186,56	52.824.765,83	92,80	62,25
Difusão Cultural	730.000,00	730.000,00	36.733,32	283.214,90	42.691,17	275.908,03	0,48	37,80
Urbanismo	4.919.800,00	15.281.116,39	463.604,53	14.150.984,85	2.239.388,21	7.920.550,37	0,48	37,80
Serviços Urbanos	4.899.800,00	15.281.116,39	463.604,53	14.150.984,85	2.239.388,21	7.920.550,37	13,92	51,83
Preservação e Conservação Ambiental	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13,92	51,83
Habituação	438.000,00	273.000,00	56.488,09	82.873,09	1.779,56	17.942,96	0,00	0,00
Habituação Urbana	438.000,00	273.000,00	56.488,09	82.873,09	1.779,56	17.942,96	0,03	6,57
Saneamento	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	6,57
Saneamento Básico Urbano	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	707.500,00	678.000,00	97.499,40	504.188,24	89.340,43	486.506,69	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	707.500,00	670.000,00	97.004,40	503.693,24	89.340,43	486.506,69	0,85	71,76
Controle Ambiental	0,00	8.000,00	495,00	495,00	0,00	0,00	0,85	72,61
Agricultura	1.775.000,00	3.112.500,00	98.793,48	2.450.180,29	192.700,15	2.252.463,28	0,00	0,00
Extensão Rural	1.775.000,00	3.112.500,00	98.793,48	2.450.180,29	192.700,15	2.252.463,28	3,96	72,37
Indústria	407.000,00	110.000,00	14.696,59	70.193,61	14.696,59	70.193,61	3,96	72,37
Promoção Industrial	407.000,00	110.000,00	14.696,59	70.193,61	14.696,59	70.193,61	0,12	63,81
Comércio e Serviços	430.000,00	13.000,00	0,00	12.059,40	1.274,93	6.492,70	0,12	63,81
Turismo	430.000,00	13.000,00	0,00	12.059,40	1.274,93	6.492,70	0,01	49,94
Energia	1.760.000,00	1.760.000,00	312.651,04	1.174.701,83	411.639,04	1.173.311,43	0,01	49,94
Energia Elétrica	1.760.000,00	1.760.000,00	312.651,04	1.174.701,83	411.639,04	1.173.311,43	0,01	49,94
Transporte	570.000,00	547.000,00	34.718,85	430.192,50	96.193,56	389.846,14	2,06	66,67
Transporte Aéreo	140.000,00	117.000,00	8.428,05	68.677,45	15.591,50	58.723,35	0,68	71,27
Transporte Rodoviário	430.000,00	430.000,00	26.290,80	364.515,05	80.602,06	331.122,79	0,10	50,19
Desporto e Lazer	1.260.000,00	1.314.996,03	263.951,28	1.141.081,72	164.217,14	767.362,02	0,58	77,01
Desporto Comunitário	1.095.000,00	1.095.000,00	111.731,28	931.601,14	164.217,14	761.497,36	1,35	58,35
Lazer	165.000,00	219.996,03	152.220,00	209.480,58	0,00	5.864,66	1,34	69,54
Encargos Especiais	1.621.000,00	1.441.000,00	201.615,37	964.747,51	175.573,71	938.705,85	0,01	2,67
Serviço da Dívida Interna	846.000,00	666.000,00	92.173,85	360.494,54	66.132,19	334.462,88	1,65	65,14
Outros Encargos Especiais	775.000,00	775.000,00	109.441,52	604.252,97	109.441,52	604.252,97	0,59	50,22
							1,06	77,97

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	68.303.500,00	84.860.196,94	9.050.383,71	65.811.650,37	12.591.186,56	52.824.765,83	92,80	62,25
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.850.000,00	1.850.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.125.000,00	5.265.000,00	605.539,91	4.345.579,79	855.539,91	4.095.579,79	7,20	77,79
Legislativa	90.000,00	90.000,00	12.454,03	63.792,87	12.454,03	63.792,87	0,11	70,88
Ação Legislativa	90.000,00	90.000,00	12.454,03	63.792,87	12.454,03	63.792,87	0,11	70,88
Administração	2.700.000,00	2.600.000,00	170.199,36	2.326.863,02	420.199,36	2.076.863,02	3,65	79,88
Administração Geral	2.700.000,00	2.600.000,00	170.199,36	2.326.863,02	420.199,36	2.076.863,02	3,65	79,88
Saúde	750.000,00	902.000,00	155.541,49	671.153,12	155.541,49	671.153,12	1,18	74,41
Atenção Básica	750.000,00	902.000,00	155.541,49	671.153,12	155.541,49	671.153,12	1,18	74,41
Educação	1.585.000,00	1.673.000,00	267.345,03	1.283.770,78	267.345,03	1.283.770,78	2,26	76,73
Ensino Fundamental	760.000,00	808.000,00	131.954,22	630.119,15	131.954,22	630.119,15	1,11	77,99
Educação Infantil	825.000,00	865.000,00	135.390,81	653.651,63	135.390,81	653.651,63	1,15	75,57
TOTAL (III) = (I + II)	73.428.500,00	90.125.196,94	9.655.923,62	70.157.230,16	13.446.726,47	56.920.345,62	100,00	63,16

FONTE:

CURITIBANOS, 19/11/2014

JOSE ANTONIO GUIDI	AMALURY SILVA	FLAVIO LUIZ ZILIO
Prefeito Municipal	Secretário de Administração	Contador CRC/SC-20.710/0-0

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES E SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			R\$ 1,00
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)								
Legislativa	68.303.500,00	84.860.196,94	9.050.383,71	65.811.650,37	12.591.186,56	52.824.765,83	92,80	32.035.431,11
Ação Legislativa	2.300.000,00	2.350.000,00	261.373,58	1.830.655,08	401.105,43	1.742.047,31	3,06	607.952,69
Administração	2.300.000,00	2.350.000,00	261.373,58	1.830.655,08	401.105,43	1.742.047,31	3,06	607.952,69
Planejamento e Orçamento	6.740.700,00	7.007.700,00	950.760,27	5.368.899,02	951.983,03	4.714.400,47	8,28	2.293.299,53
Administração Geral	553.000,00	623.000,00	87.923,57	464.308,76	90.818,17	451.953,63	0,79	171.046,37
Administração Financeira	2.680.500,00	2.257.500,00	273.416,06	1.563.667,14	311.344,70	1.507.519,38	2,65	749.980,62
Controle Interno	3.412.200,00	4.032.200,00	579.419,30	3.286.900,34	539.235,82	2.701.896,68	4,75	1.330.303,32
Segurança Pública	95.000,00	95.000,00	10.001,34	54.022,78	10.584,34	53.030,78	0,09	41.969,22
Policimento	691.000,00	1.122.920,89	190.114,67	731.515,47	158.206,74	519.508,25	0,91	603.412,64
Defesa Civil	618.000,00	1.049.920,89	176.963,88	714.239,68	144.395,95	503.222,46	0,88	546.698,43
Assistência Social	73.000,00	73.000,00	13.150,79	17.275,79	13.810,79	16.285,79	0,03	56.714,21
Assistência à Criança e ao Adolescente	2.684.000,00	3.270.223,12	278.658,74	1.695.399,65	384.512,71	1.423.693,88	2,50	1.846.529,24
Assistência Comunitária	317.000,00	453.710,48	36.414,66	295.005,53	53.559,69	244.478,09	0,43	209.232,39
Serviço da Dívida Interna	1.767.000,00	2.716.512,64	233.374,52	1.348.347,01	322.083,46	1.127.168,68	1,98	1.569.343,96
Previdência Social	600.000,00	100.000,00	8.869,56	52.047,11	8.869,56	52.047,11	0,09	47.952,89
Previdência do Regime Estatutário	5.535.000,00	5.535.000,00	1.041.163,03	5.025.407,92	1.041.163,03	5.025.407,92	8,83	509.592,08
Saúde	5.535.000,00	5.535.000,00	1.041.163,03	5.025.407,92	1.041.163,03	5.025.407,92	8,83	509.592,08
Atenção Básica	14.019.000,00	16.765.504,77	1.964.393,61	14.058.775,95	2.783.276,04	11.702.394,01	20,56	5.063.110,76
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	10.554.000,00	12.360.140,64	1.531.058,19	9.913.887,59	1.973.176,09	8.685.336,44	15,26	3.674.804,20
Vigilância Epidemiológica	1.910.000,00	2.469.311,01	119.189,90	2.412.708,42	429.322,79	1.742.956,32	3,06	726.354,69
Alimentação e Nutrição	125.000,00	323.099,64	155.110,67	224.211,09	83.146,58	143.474,19	0,25	179.625,45
Educação	1.430.000,00	1.612.953,48	159.034,85	1.507.968,85	297.630,58	1.130.627,06	1,99	482.326,42
Ensino Fundamental	19.855.500,00	21.688.235,74	2.783.167,86	15.836.579,34	3.441.445,09	13.398.030,91	23,54	8.290.204,83
Ensino Médio	11.332.500,00	12.875.671,74	1.710.068,21	9.339.628,59	2.221.594,01	7.571.487,99	13,30	5.304.183,75
Ensino Superior	238.000,00	165.500,00	6.263,18	120.016,38	24.194,78	101.178,78	0,18	64.321,22
Educação Infantil	85.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação de Jovens e Adultos	8.110.000,00	8.577.064,00	1.066.836,47	6.331.934,37	1.185.656,30	5.680.364,14	9,98	2.896.699,86
Educação Especial	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	70.000,00	70.000,00	0,00	45.000,00	10.000,00	45.000,00	0,08	25.000,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES E SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)								
Cultura	68.303.500,00	84.860.196,94	9.050.383,71	65.811.650,37	12.591.186,56	52.824.765,83	92,80	62,25
Difusão Cultural	730.000,00	730.000,00	36.733,32	283.214,90	42.691,17	275.908,03	0,48	37,80
Urbanismo	730.000,00	730.000,00	36.733,32	283.214,90	42.691,17	275.908,03	0,48	37,80
Serviços Urbanos	4.919.800,00	15.281.116,39	463.604,53	14.150.984,85	2.239.388,21	7.920.550,37	13,92	51,83
	4.899.800,00	15.281.116,39	463.604,53	14.150.984,85	2.239.388,21	7.920.550,37	13,92	51,83
Preservação e Conservação Ambiental	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação	438.000,00	273.000,00	56.488,09	82.873,09	1.779,56	17.942,96	0,03	6,57
Habituação Urbana	438.000,00	273.000,00	56.488,09	82.873,09	1.779,56	17.942,96	0,03	6,57
Saneamento	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	707.500,00	678.000,00	97.499,40	504.188,24	89.340,43	486.506,69	0,85	71,76
Preservação e Conservação Ambiental	707.500,00	670.000,00	97.004,40	503.693,24	89.340,43	486.506,69	0,85	72,61
Controle Ambiental	0,00	8.000,00	495,00	495,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	1.775.000,00	3.112.500,00	98.793,48	2.450.180,29	192.700,15	2.252.463,28	3,96	72,37
Extensão Rural	1.775.000,00	3.112.500,00	98.793,48	2.450.180,29	192.700,15	2.252.463,28	3,96	72,37
Indústria	407.000,00	110.000,00	14.696,59	70.193,61	14.696,59	70.193,61	0,12	63,81
Promoção Industrial	407.000,00	110.000,00	14.696,59	70.193,61	14.696,59	70.193,61	0,12	63,81
Comércio e Serviços	430.000,00	13.000,00	0,00	12.059,40	1.274,93	6.492,70	0,01	49,94
Turismo	430.000,00	13.000,00	0,00	12.059,40	1.274,93	6.492,70	0,01	49,94
Energia	1.760.000,00	1.760.000,00	312.651,04	1.174.701,83	411.639,04	1.173.311,43	2,06	66,67
Energia Elétrica	1.760.000,00	1.760.000,00	312.651,04	1.174.701,83	411.639,04	1.173.311,43	2,06	66,67
Transporte	570.000,00	547.000,00	34.718,85	430.192,50	96.193,56	389.846,14	0,68	71,27
Transporte Aéreo	140.000,00	117.000,00	8.428,05	68.677,45	15.591,50	58.723,35	0,10	50,19
Transporte Rodoviário	430.000,00	430.000,00	26.290,80	364.515,05	80.602,06	331.122,79	0,58	77,01
Desporto e Lazer	1.260.000,00	1.314.996,03	263.951,28	1.141.081,72	164.217,14	767.362,02	1,35	58,35
Desporto Comunitário	1.095.000,00	1.095.000,00	111.731,28	931.601,14	164.217,14	761.497,36	1,34	69,54
Lazer	165.000,00	219.996,03	152.220,00	209.480,58	0,00	5.864,66	0,01	2,67
Encargos Especiais	1.621.000,00	1.441.000,00	201.615,37	964.747,51	175.573,71	938.705,85	1,65	65,14
Serviço da Dívida Interna	846.000,00	666.000,00	92.173,85	360.494,54	66.132,19	334.462,88	0,59	50,22
Outros Encargos Especiais	775.000,00	775.000,00	109.441,52	604.252,97	109.441,52	604.252,97	1,06	77,97

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	68.303.500,00	84.860.196,94	9.050.383,71	65.811.650,37	12.591.186,56	52.824.765,83	92,80	62,25
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.850.000,00	1.850.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.125.000,00	5.265.000,00	605.539,91	4.345.579,79	855.539,91	4.095.579,79	7,20	77,79
Legislativa	90.000,00	90.000,00	12.454,03	63.792,87	12.454,03	63.792,87	0,11	70,88
Ação Legislativa	90.000,00	90.000,00	12.454,03	63.792,87	12.454,03	63.792,87	0,11	70,88
Administração	2.700.000,00	2.600.000,00	170.199,36	2.326.863,02	420.199,36	2.076.863,02	3,65	79,88
Administração Geral	2.700.000,00	2.600.000,00	170.199,36	2.326.863,02	420.199,36	2.076.863,02	3,65	79,88
Saúde	750.000,00	902.000,00	155.541,49	671.153,12	155.541,49	671.153,12	1,18	74,41
Atenção Básica	750.000,00	902.000,00	155.541,49	671.153,12	155.541,49	671.153,12	1,18	74,41
Educação	1.585.000,00	1.673.000,00	267.345,03	1.283.770,78	267.345,03	1.283.770,78	2,26	76,73
Ensino Fundamental	760.000,00	808.000,00	131.954,22	630.119,15	131.954,22	630.119,15	1,11	77,99
Educação Infantil	825.000,00	865.000,00	135.390,81	653.651,63	135.390,81	653.651,63	1,15	75,57
TOTAL (III) = (I + II)	73.428.500,00	90.125.196,94	9.655.923,62	70.157.230,16	13.446.726,47	56.920.345,62	100,00	63,16

FONTE:

CURITIBANOS, 19/11/2014

JOSE ANTONIO GUIDI	AMALURY SILVA	FLAVIO LUIZ ZILIO
Prefeito Municipal	Secretário de Administração	Contador CRC/SC-20.710/0-0

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES E SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Legislativa	68.303.500,00	84.860.196,94	9.050.383,71	65.811.650,37	12.591.186,56	52.824.765,83	92,80	62,25
Ação Legislativa	2.300.000,00	2.350.000,00	261.373,58	1.830.655,08	401.105,43	1.742.047,31	3,06	74,13
Administração	2.300.000,00	2.350.000,00	261.373,58	1.830.655,08	401.105,43	1.742.047,31	3,06	74,13
Planejamento e Orçamento	6.740.700,00	7.007.700,00	950.760,27	5.368.899,02	951.983,03	4.714.400,47	8,28	67,27
Administração Geral	553.000,00	623.000,00	87.923,57	464.308,76	90.818,17	451.953,63	0,79	72,54
Administração Financeira	2.680.500,00	2.257.500,00	273.416,06	1.563.667,14	311.344,70	1.507.519,38	2,65	66,78
Controle Interno	3.412.200,00	4.032.200,00	579.419,30	3.286.900,34	539.235,82	2.701.896,68	4,75	67,01
Segurança Pública	95.000,00	95.000,00	10.001,34	54.022,78	10.584,34	53.030,78	0,09	55,82
Policimento	691.000,00	1.122.920,89	190.114,67	731.515,47	158.206,74	519.508,25	0,91	46,26
Defesa Civil	618.000,00	1.049.920,89	176.963,88	714.239,68	144.395,95	503.222,46	0,88	47,93
Assistência Social	73.000,00	73.000,00	13.150,79	17.275,79	13.810,79	16.285,79	0,03	22,31
Assistência à Criança e ao Adolescente	2.684.000,00	3.270.223,12	278.658,74	1.695.399,65	384.512,71	1.423.693,88	2,50	43,54
Assistência Comunitária	317.000,00	453.710,48	36.414,66	295.005,53	53.559,69	244.478,09	0,43	53,88
Serviço da Dívida Interna	1.767.000,00	2.716.512,64	233.374,52	1.348.347,01	322.083,46	1.127.168,68	1,98	41,49
Previdência Social	600.000,00	100.000,00	8.869,56	52.047,11	8.869,56	52.047,11	0,09	52,05
Previdência do Regime Estatutário	5.535.000,00	5.535.000,00	1.041.163,03	5.025.407,92	1.041.163,03	5.025.407,92	8,83	90,79
Saúde	5.535.000,00	5.535.000,00	1.041.163,03	5.025.407,92	1.041.163,03	5.025.407,92	8,83	90,79
Atenção Básica	14.019.000,00	16.765.504,77	1.964.393,61	14.058.775,95	2.783.276,04	11.702.394,01	20,56	69,80
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	10.554.000,00	12.360.140,64	1.531.058,19	9.913.887,59	1.973.176,09	8.685.336,44	15,26	70,27
Vigilância Epidemiológica	1.910.000,00	2.469.311,01	119.189,90	2.412.708,42	429.322,79	1.742.956,32	3,06	70,58
Alimentação e Nutrição	125.000,00	323.099,64	155.110,67	224.211,09	83.146,58	143.474,19	0,25	44,41
Educação	1.430.000,00	1.612.953,48	159.034,85	1.507.968,85	297.630,58	1.130.627,06	1,99	70,10
Ensino Fundamental	19.855.500,00	21.688.235,74	2.783.167,86	15.896.579,34	3.441.445,09	13.398.030,91	23,54	61,78
Ensino Médio	11.332.500,00	12.875.671,74	1.710.068,21	9.339.628,59	2.221.594,01	7.571.487,99	13,30	58,80
Ensino Superior	238.000,00	165.500,00	6.263,18	120.016,38	24.194,78	101.178,78	0,18	61,14
Educação Infantil	85.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação de Jovens e Adultos	8.110.000,00	8.577.064,00	1.066.836,47	6.331.934,37	1.185.656,30	5.680.364,14	9,98	66,23
Educação Especial	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	70.000,00	70.000,00	0,00	45.000,00	10.000,00	45.000,00	0,08	64,29

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES E SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)								
Cultura	68.303.500,00	84.860.196,94	9.050.383,71	65.811.650,37	12.591.186,56	52.824.765,83	92,80	62,25
Difusão Cultural	730.000,00	730.000,00	36.733,32	283.214,90	42.691,17	275.908,03	0,48	37,80
Urbanismo	730.000,00	730.000,00	36.733,32	283.214,90	42.691,17	275.908,03	0,48	37,80
Serviços Urbanos	4.919.800,00	15.281.116,39	463.604,53	14.150.984,85	2.239.388,21	7.920.550,37	13,92	51,83
	4.899.800,00	15.281.116,39	463.604,53	14.150.984,85	2.239.388,21	7.920.550,37	13,92	51,83
Preservação e Conservação Ambiental	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação	438.000,00	273.000,00	56.488,09	82.873,09	1.779,56	17.942,96	0,03	6,57
Habituação Urbana	438.000,00	273.000,00	56.488,09	82.873,09	1.779,56	17.942,96	0,03	6,57
Saneamento	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	707.500,00	678.000,00	97.499,40	504.188,24	89.340,43	486.506,69	0,85	71,76
Preservação e Conservação Ambiental	707.500,00	670.000,00	97.004,40	503.693,24	89.340,43	486.506,69	0,85	72,61
Controle Ambiental	0,00	8.000,00	495,00	495,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	1.775.000,00	3.112.500,00	98.793,48	2.450.180,29	192.700,15	2.252.463,28	3,96	72,37
Extensão Rural	1.775.000,00	3.112.500,00	98.793,48	2.450.180,29	192.700,15	2.252.463,28	3,96	72,37
Indústria	407.000,00	110.000,00	14.696,59	70.193,61	14.696,59	70.193,61	0,12	63,81
Promoção Industrial	407.000,00	110.000,00	14.696,59	70.193,61	14.696,59	70.193,61	0,12	63,81
Comércio e Serviços	430.000,00	13.000,00	0,00	12.059,40	1.274,93	6.492,70	0,01	49,94
Turismo	430.000,00	13.000,00	0,00	12.059,40	1.274,93	6.492,70	0,01	49,94
Energia	1.760.000,00	1.760.000,00	312.651,04	1.174.701,83	411.639,04	1.173.311,43	2,06	66,67
Energia Elétrica	1.760.000,00	1.760.000,00	312.651,04	1.174.701,83	411.639,04	1.173.311,43	2,06	66,67
Transporte	570.000,00	547.000,00	34.718,85	430.192,50	96.193,56	389.846,14	0,68	71,27
Transporte Aéreo	140.000,00	117.000,00	8.428,05	68.677,45	15.591,50	58.723,35	0,10	50,19
Transporte Rodoviário	430.000,00	430.000,00	26.290,80	364.515,05	80.602,06	331.122,79	0,58	77,01
Desporto e Lazer	1.260.000,00	1.314.996,03	263.951,28	1.141.081,72	164.217,14	767.362,02	1,35	58,35
Desporto Comunitário	1.095.000,00	1.095.000,00	111.731,28	931.601,14	164.217,14	761.497,36	1,34	69,54
Lazer	165.000,00	219.996,03	152.220,00	209.480,58	0,00	5.864,66	0,01	2,67
Encargos Especiais	1.621.000,00	1.441.000,00	201.615,37	964.747,51	175.573,71	938.705,85	1,65	65,14
Serviço da Dívida Interna	846.000,00	666.000,00	92.173,85	360.494,54	66.132,19	334.462,88	0,59	50,22
Outros Encargos Especiais	775.000,00	775.000,00	109.441,52	604.252,97	109.441,52	604.252,97	1,06	77,97

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	68.303.500,00	84.860.196,94	9.050.383,71	65.811.650,37	12.591.186,56	52.824.765,83	92,80	62,25
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.850.000,00	1.850.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.125.000,00	5.265.000,00	605.539,91	4.345.579,79	855.539,91	4.095.579,79	7,20	77,79
Legislativa	90.000,00	90.000,00	12.454,03	63.792,87	12.454,03	63.792,87	0,11	70,88
Ação Legislativa	90.000,00	90.000,00	12.454,03	63.792,87	12.454,03	63.792,87	0,11	70,88
Administração	2.700.000,00	2.600.000,00	170.199,36	2.326.863,02	420.199,36	2.076.863,02	3,65	79,88
Administração Geral	2.700.000,00	2.600.000,00	170.199,36	2.326.863,02	420.199,36	2.076.863,02	3,65	79,88
Saúde	750.000,00	902.000,00	155.541,49	671.153,12	155.541,49	671.153,12	1,18	74,41
Atenção Básica	750.000,00	902.000,00	155.541,49	671.153,12	155.541,49	671.153,12	1,18	74,41
Educação	1.585.000,00	1.673.000,00	267.345,03	1.283.770,78	267.345,03	1.283.770,78	2,26	76,73
Ensino Fundamental	760.000,00	808.000,00	131.954,22	630.119,15	131.954,22	630.119,15	1,11	77,99
Educação Infantil	825.000,00	865.000,00	135.390,81	653.651,63	135.390,81	653.651,63	1,15	75,57
TOTAL (III) = (I + II)	73.428.500,00	90.125.196,94	9.655.923,62	70.157.230,16	13.446.726,47	56.920.345,62	100,00	63,16

FONTE:

CURITIBANOS, 19/11/2014

JOSE ANTONIO GUIDI	AMALURY SILVA	FLAVIO LUIZ ZILIO
Prefeito Municipal	Secretário de Administração	Contador CRC/SC-20.710/0-0

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	5.617.666,91	6.853.076,91	5.948.908,43	7.146.823,05	7.406.271,71	6.901.002,77	6.776.134,87	5.951.078,76	6.596.101,01	6.586.641,10	6.169.056,97	6.900.775,16	79.079.737,65
RECEITA TRIBUTÁRIA	475.027,78	572.704,53	395.345,42	995.757,58	2.394.246,97	852.834,79	671.834,09	593.599,85	769.838,80	601.070,63	708.593,05	612.174,05	9.623.988,54
IPTU	12.628,35	22.389,17	29,08	146.874,82	1.507.194,97	227.071,26	102.171,67	91.513,56	93.999,00	87.595,07	78.470,38	20.426,85	2.390.334,16
IRPJ	154.390,85	154.390,85	69.890,88	88.390,83	95.023,44	89.230,49	103.394,73	92.390,25	115.249,10	97.746,52	103.696,23	99.696,23	1.205.348,74
L.S.S.	226.676,18	216.870,45	242.786,74	230.917,84	217.315,43	242.589,66	253.170,51	237.382,74	248.151,20	244.634,31	292.326,93	272.237,76	2.925.088,75
LTBL	85.361,83	128.723,83	51.169,92	101.546,47	89.658,91	160.616,11	115.494,95	99.291,93	201.136,54	88.026,90	120.094,14	126.255,68	1.394.689,11
Outras Receitas Tributárias	60.970,57	50.354,79	31.489,02	430.057,82	473.754,22	133.326,27	93.642,23	63.001,37	92.303,96	82.097,98	104.012,07	93.597,53	1.706.577,78
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	293.769,94	354.589,70	167.393,04	361.832,54	330.267,87	283.139,88	257.078,11	299.183,88	266.505,92	276.312,55	255.061,96	167.266,84	3.218.378,27
RECEITA PATRIMONIAL	70.032,30	102.099,79	74.488,81	590.852,91	167.702,14	387.392,06	656.390,18	134.409,39	298.806,89	769.423,29	114.688,92	119.074,86	819.500,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.851.138,41	5.522.737,44	5.146.396,15	4.943.621,34	4.362.189,09	5.186.996,35	5.021.403,74	4.447.257,74	4.470.412,76	4.705.103,03	4.535.468,49	5.761.967,37	58.954.651,91
Cota-Parte de FPM	1.471.727,62	2.220.274,19	1.784.494,11	1.905.578,88	1.130.379,87	1.290.138,31	1.719.267,93	1.269.339,96	1.107.379,89	1.345.278,17	1.179.248,79	1.114.511,54	17.557.619,06
Cota-Parte de ICMS	1.099.230,32	1.095.552,09	1.070.744,97	1.015.106,48	1.024.493,20	1.002.464,20	1.021.939,61	1.000.335,32	988.720,11	1.004.596,06	1.076.909,94	1.111.590,51	12.511.662,81
Cota-Parte do IPVA	18.593,12	125.604,89	153.960,19	202.019,46	250.415,20	284.202,29	330.796,69	296.042,77	337.316,51	293.343,94	314.288,96	333.547,63	3.104.889,14
Cota-Parte do ITR	776.151,23	789.104,62	784.057,13	511.543,12	749.706,60	1.379.094,47	626.118,70	570.895,07	888.592,32	813.038,95	668.490,40	1.659.078,40	8.166.000,00
Outras Transferências Correntes	16.900,85	18.063,17	16.794,61	14.218,72	13.893,52	15.119,83	16.445,30	15.863,28	16.091,06	16.598,33	15.008,59	16.715,49	192.100,55
Transferências da LC 87/1989	4.490,22	4.490,22	4.438,03	4.438,03	4.438,03	4.438,03	4.438,03	4.438,03	4.438,03	4.438,03	4.438,03	4.438,03	53.380,74
Transferências do FUNDEB	1.270.715,44	1.264.157,84	1.319.077,33	1.287.773,63	1.188.723,05	1.197.710,51	1.309.598,45	1.299.307,01	1.147.559,90	1.227.539,38	1.252.724,70	1.308.950,97	15.013.728,21
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	181.698,48	301.025,45	165.319,01	263.758,68	161.855,64	190.679,64	169.438,75	526.657,99	840.533,64	233.931,60	572.244,56	240.292,04	2.616.000,00
DEDUÇÕES (II)	693.526,64	801.189,97	738.108,58	756.297,14	629.468,22	663.448,50	761.290,75	670.818,49	686.299,78	686.951,90	694.651,09	724.753,76	8.427.485,86
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	129.374,47	247.723,79	129.462,47	129.392,98	144.754,32	141.915,82	144.091,67	143.248,30	151.405,89	153.047,22	141.735,07	165.952,61	1.720.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	564.152,17	553.466,18	608.646,11	628.944,16	484.733,90	521.533,72	617.139,08	527.370,19	484.853,89	532.904,68	522.916,02	558.801,15	7.048.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	5.124.140,27	6.051.916,94	5.210.799,85	6.388.525,91	6.776.783,49	6.237.553,23	6.014.904,12	5.280.460,27	5.969.841,23	5.899.689,20	5.521.405,88	6.176.021,40	66.200.500,00
FONTE													
CURITIBANOS, 19/11/2014													

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito MunicipalANAIURY SILVA
Secretário de AdministraçãoFLAVIO LUIZ ZILIO
Controlador CRC/SC-20.710.00

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

RECEITA - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)														RS 1,00
ESPECIFICAÇÃO		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
		Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Maio/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	
RECEITAS CORRENTES (I)														
RECEITA TRIBUTÁRIA														
IPTU	5.817.666,91	6.853.076,91	5.948.908,43	7.146.823,05	7.406.271,71	6.901.002,77	6.776.134,87	5.951.078,76	6.596.101,01	6.586.641,10	6.169.056,97	6.900.775,16	79.079.737,65	74.968.500,00
IRR.F	475.027,78	572.704,53	395.345,42	995.757,58	2.394.246,97	852.834,79	671.834,09	593.599,85	769.838,80	601.070,63	708.593,05	612.174,05	9.623.988,54	10.147.000,00
L.S.S.	12.628,35	22.398,17	29,08	146.874,82	1.507.194,97	227.071,26	102.171,67	91.513,56	93.999,00	87.595,07	78.470,38	20.426,85	2.390.334,16	3.000.000,00
OUTRAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS	83.300,85	154.390,29	69.890,88	88.390,63	95.023,44	89.230,49	109.394,73	92.390,25	115.249,10	97.746,52	103.696,53	99.696,23	1.205.348,74	1.020.000,00
OUTRAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS	226.676,18	216.870,45	242.786,74	230.917,84	217.315,43	242.599,66	253.170,51	237.392,74	248.151,20	244.634,31	292.326,93	272.237,76	2.925.098,75	3.000.000,00
OUTRAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS	85.361,83	128.723,83	51.169,92	101.546,47	89.658,91	160.618,11	115.494,95	99.291,93	201.136,54	88.026,90	120.094,14	126.255,68	1.394.699,11	1.200.000,00
OUTRAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS	60.970,57	50.354,79	31.489,02	430.057,82	473.754,22	133.326,27	93.642,23	63.001,37	92.303,96	82.097,98	104.012,07	93.597,53	1.706.577,78	1.827.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	293.769,94	354.599,70	167.393,04	361.832,54	330.267,87	283.139,88	257.078,11	299.183,88	266.505,92	276.312,55	255.061,96	167.266,84	3.218.378,27	3.480.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	70.032,30	102.099,79	74.488,81	590.852,91	167.702,14	387.392,06	656.390,18	134.409,39	298.806,89	769.423,29	114.698,92	119.074,86	3.435.293,54	819.500,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES														
Cota-Parte do FPM	4.851.138,41	5.522.737,44	5.146.396,15	4.943.621,34	4.362.189,09	5.186.996,35	5.021.403,74	4.447.257,74	4.470.412,76	4.705.103,03	4.535.468,49	5.761.967,37	58.954.651,91	57.900.000,00
Cota-Parte do ICMS	1.471.727,62	2.220.274,19	1.784.494,11	1.905.578,88	1.130.379,87	1.290.138,31	1.719.267,93	1.269.339,96	1.107.379,89	1.345.278,17	1.179.246,79	1.114.511,54	17.557.619,06	18.000.000,00
Cota-Parte do IPVA	1.099.230,32	1.095.552,09	1.070.744,97	1.015.106,48	1.024.493,20	1.002.464,20	1.021.939,61	1.000.335,32	988.720,11	1.004.596,06	1.076.909,94	1.111.590,51	12.511.662,81	14.000.000,00
Cota-Parte do ITR	193.329,81	125.604,89	153.990,19	202.019,46	250.415,20	284.202,29	330.796,69	296.042,77	337.316,51	293.343,94	314.298,96	333.547,63	3.104.899,14	2.800.000,00
Outras Transferências Correntes	18.593,12	5.490,62	12.798,78	2.943,22	50,62	13.767,71	2.899,03	1.446,30	322,94	292,17	23.791,08	213.264,80	296.571,39	120.000,00
Transferências da LC 87/1989	776.151,23	789.104,62	784.057,13	511.543,12	749.795,60	1.379.094,47	626.118,70	570.895,07	888.592,32	813.038,95	668.490,40	1.659.078,40	10.225.740,01	8.166.000,00
Transferências da LC 87/1996	16.900,85	18.063,17	16.794,61	14.218,72	13.893,52	15.119,83	16.445,30	15.993,28	16.091,06	16.598,33	15.000,59	16.715,49	192.100,55	200.000,00
Transferências do FUNDEB	4.490,22	4.490,22	4.438,03	4.438,03	4.438,03	4.438,03	4.438,03	4.438,03	4.438,03	4.438,03	4.438,03	4.438,03	53.390,74	120.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.270.715,44	1.264.157,84	1.319.077,33	1.287.773,63	1.188.723,05	1.197.710,51	1.309.598,45	1.299.307,01	1.147.599,90	1.227.539,38	1.252.724,70	1.308.950,97	15.013.728,21	14.500.000,00
DEDUÇÕES (II)	181.698,48	301.025,45	165.319,01	263.759,68	161.855,64	190.679,64	169.438,75	526.657,99	840.533,64	233.931,60	572.244,56	240.292,04	3.847.445,39	2.616.000,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	693.526,64	801.199,97	738.108,58	755.297,14	629.468,22	663.448,50	761.290,75	670.818,49	636.299,78	686.951,90	694.651,09	724.753,76	8.427.495,86	8.766.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	129.374,47	247.723,79	129.462,47	129.392,98	144.754,32	141.915,82	144.091,67	143.248,30	151.403,89	153.047,22	141.735,07	165.992,61	1.822.062,61	1.720.000,00
564.152,17	553.436,18	608.646,11	628.944,16	484.733,90	521.533,72	617.139,08	527.370,19	484.853,89	532.904,68	522.916,02	558.801,15	606.433,25	7.048.000,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	5.124.140,27	6.051.916,94	5.210.799,85	6.391.525,91	6.776.783,49	6.237.553,23	6.014.904,12	5.280.460,27	5.969.841,23	5.899.689,20	5.521.405,88	6.176.021,40	70.652.241,79	66.200.500,00

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	5.617.666,91	6.853.076,91	5.948.908,43	7.146.823,05	7.406.271,71	6.901.002,77	6.776.134,87	5.951.078,76	6.596.101,01	6.586.641,10	6.169.056,97	6.900.775,16	79.079.737,65
RECEITA TRIBUTÁRIA	475.027,78	572.704,53	395.345,42	995.757,58	2.394.246,97	852.834,79	671.834,09	593.599,85	769.838,80	601.070,63	708.593,05	612.174,05	9.623.988,54
IPTU	12.628,35	22.389,17	29,08	146.874,82	1.507.194,97	227.071,26	102.171,67	91.513,56	93.999,00	87.595,07	78.470,38	20.426,85	2.390.334,16
IRPJ	154.390,85	154.390,85	69.890,88	88.390,83	95.023,44	89.230,49	105.394,73	92.390,25	115.249,10	97.746,52	103.696,23	99.696,23	1.205.348,74
L.S.S.	226.676,18	216.870,45	242.786,74	230.917,84	217.315,43	242.589,66	253.170,51	237.382,74	248.151,20	244.634,31	292.236,93	272.237,76	2.925.098,75
LTBL	85.361,83	128.723,83	51.169,92	101.546,47	89.638,91	160.618,11	115.494,95	99.291,93	200.136,54	88.026,90	120.094,14	126.255,68	1.394.699,11
Outras Receitas Tributárias	60.970,57	50.354,79	31.489,02	430.057,82	473.754,22	133.326,27	93.642,23	63.001,37	92.303,96	82.097,98	104.012,07	93.597,53	1.706.577,78
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	293.769,94	354.599,70	167.393,04	361.832,54	330.267,87	283.139,88	257.078,11	299.183,88	266.505,92	276.312,55	255.061,96	167.266,84	3.218.378,27
RECEITA PATRIMONIAL	70.032,30	102.099,79	74.488,81	590.852,91	167.702,14	387.392,06	656.390,18	134.409,39	298.806,89	769.423,29	114.688,92	119.074,86	3.480.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	819.500,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.851.138,41	5.522.737,44	5.146.396,15	4.943.621,34	4.362.189,09	5.186.996,35	5.021.403,74	4.447.257,74	4.470.412,76	4.705.103,03	4.535.468,49	5.761.967,37	58.954.651,91
Cota-Parte de FPM	1.471.727,62	2.220.274,19	1.784.494,11	1.905.578,88	1.130.379,87	1.290.138,31	1.719.267,93	1.269.339,96	1.107.379,89	1.345.278,17	1.179.246,79	1.114.511,54	17.557.619,06
Cota-Parte de ICMS	1.099.230,32	1.095.552,09	1.070.744,97	1.015.106,48	1.024.493,20	1.002.464,20	1.021.939,61	1.000.335,32	988.720,11	1.004.596,06	1.076.919,94	1.111.590,51	12.511.662,81
Cota-Parte do IPVA	193.329,81	125.604,89	153.960,19	202.019,46	250.415,20	284.202,29	330.796,69	296.042,77	337.316,51	293.343,94	314.281,96	333.547,63	3.104.869,14
Cota-Parte do ITR	18.593,12	5.490,62	12.798,78	2.943,22	50,62	13.767,71	2.899,03	1.446,30	322,94	292,17	23.791,08	213.264,80	296.571,39
Outras Transferências Correntes	776.151,23	789.104,62	784.057,13	511.543,12	749.706,60	1.379.094,47	626.118,70	570.865,07	888.592,32	819.038,95	668.490,40	1.659.078,40	8.166.000,00
Transferências da LC 87/1989	16.900,85	18.063,17	16.794,61	14.218,72	13.863,52	15.119,83	16.445,30	15.863,28	16.091,06	16.596,33	15.006,59	16.715,49	192.100,55
Transferências da LC 87/1996	4.490,22	4.490,22	4.438,03	4.438,03	4.438,03	4.438,03	4.438,03	4.438,03	4.438,03	4.438,03	4.438,03	4.438,03	53.390,74
Transferências do FUNDEB	1.270.715,44	1.264.157,84	1.319.077,33	1.287.773,63	1.188.723,05	1.197.710,51	1.309.598,45	1.299.307,01	1.147.559,90	1.227.539,38	1.252.724,70	1.308.950,97	15.013.728,21
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	181.698,48	301.025,45	165.319,01	263.759,68	161.855,64	190.679,64	169.438,75	526.657,99	840.533,64	233.931,60	572.244,56	240.292,04	2.616.000,00
DEDUÇÕES (II)	693.526,64	801.189,97	738.108,58	756.297,14	629.468,22	663.448,50	761.290,75	670.818,49	663.299,78	686.951,90	694.651,09	724.753,76	8.427.485,86
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	129.374,47	247.723,79	129.462,47	129.392,98	144.754,32	141.915,82	144.091,67	143.248,30	151.403,89	153.047,22	141.735,07	165.952,61	1.822.062,61
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	564.152,17	553.466,18	608.646,11	628.944,16	484.733,90	521.533,72	617.139,08	527.370,19	484.853,89	532.904,68	522.916,02	558.801,15	6.606.433,25
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	5.124.140,27	6.051.916,94	5.210.799,85	6.388.525,91	6.776.783,49	6.237.553,23	6.014.904,12	5.280.460,27	5.939.841,23	5.899.689,20	5.521.405,88	6.176.021,40	66.200.500,00
FONTE													
CURITIBANOS, 19/11/2014													

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito MunicipalANAIURY SILVA
Secretário de AdministraçãoFLAVIO LUIZ ZILIO
Controlador CRC/SC-20.710.00

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)			R\$ 1,00	
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)				Até o Bimestre/2013
RECEITAS CORRENTES	2.198.000,00	2.198.000,00	605.163,23	1.885.699,86
Receita de Contribuições dos Segurados	2.198.000,00	2.198.000,00	605.163,23	1.885.699,86
Pessoal Civil	1.720.000,00	1.720.000,00	307.687,68	1.235.905,84
Ativo	1.700.000,00	1.700.000,00	307.687,68	1.235.905,84
Inativo	1.700.000,00	1.700.000,00	304.021,14	1.220.468,46
Pensionista	10.000,00	10.000,00	2.204,64	8.688,74
Pessoal Militar	10.000,00	10.000,00	1.461,90	6.748,64
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recostas Imobiliárias	448.000,00	448.000,00	27.126,27	221.771,77
Recostas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recostas Patrimoniais	448.000,00	448.000,00	27.126,27	221.771,77
Recasta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recostas Correntes	30.000,00	30.000,00	270.349,28	428.022,25
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	30.000,00	30.000,00	270.052,73	428.022,25
Demais Recostas Correntes	0,00	0,00	296,55	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recostas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.125.000,00	5.125.000,00	868.036,57	3.690.961,63
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	7.323.000,00	7.323.000,00	1.463.199,80	5.576.661,49
DESPESAS			DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)				Até o Bimestre/2013
ADMINISTRAÇÃO	5.873.000,00	5.873.000,00	1.075.521,38	4.330.202,91
Despesas Correntes	338.000,00	338.000,00	34.358,35	147.653,16
Despesas de Capital	320.000,00	320.000,00	34.358,35	147.653,16
PREVIDÊNCIA SOCIAL	18.000,00	18.000,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	5.535.000,00	5.535.000,00	1.041.163,03	4.182.549,75
Aposentadorias	0,00	0,00	1.041.163,03	4.182.549,75
	0,00	0,00	820.891,57	3.267.855,70
				Continua 1/3

Município de CURITIBANOS - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Pensões	0,00	0,00	220.037,86	1.080.767,01
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	233,60	934,40
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	5.535.000,00	5.535.000,00	0,00	210,24
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	5.535.000,00	5.535.000,00	0,00	210,24
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	5.535.000,00	5.535.000,00	1.075.521,38	5.217.570,53
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	1.450.000,00	1.450.000,00	387.678,42	3.320.630,46
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	99.367,02	497.385,73
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	99.367,02	497.385,73
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atual	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	99.367,02	497.385,73
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
Valor				1.450.000,00
BENS E DIREITOS DO RPPS	SETEMBRO	PERÍODO DE REFERÊNCIA		Até o Bimestre/2013
		2014	2013	
Caixa	0,00	0,00	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	570.254,07	452.519,05	391.069,38	
Investimentos	16.031.146,87	16.348.638,57	13.918.633,89	
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	5.125.000,00	5.125.000,00	858.036,57	4.103.261,35
RECEITAS CORRENTES (VIII)	5.125.000,00	5.125.000,00	858.036,57	4.103.261,35
				3.690.961,63
				3.690.961,63
				Continua 2/3

Município de CURITIBANOS - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
Receita de Contribuições Patronais	3.625.000,00	3.625.000,00	608.036,57	2.853.261,35	2.440.961,63
Pessoal Civil	3.625.000,00	3.625.000,00	608.036,57	2.853.261,35	2.440.961,63
Ativo	3.625.000,00	3.625.000,00	608.036,57	2.853.261,35	2.440.961,63
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	1.500.000,00	1.500.000,00	250.000,00	1.250.000,00	1.250.000,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	5.125.000,00	5.125.000,00	858.036,57	4.103.261,35	3.690.961,63
DESPESAS					
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

CURITIBANOS, 19/11/2014

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AWAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador CRC/SC-20.710/0-0

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)					R\$ 1,00	
RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
					Até o Bimestre/2013	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES						
Receita de Contribuições dos Segurados						
Pessoal Civil						
Ativo						
Inativo						
Pensionista						
Pessoal Militar						
Ativo						
Inativo						
Pensionista						
Para Cobertura de Déficit Atuarial						
Em Regime de Débitos e Parcelamentos						
Outras Receitas de Contribuições						
Receita Patrimonial						
Receitas Imobiliárias						
Receitas de Valores Mobiliários						
Outras Receitas Patrimoniais						
Receita de Serviços						
Outras Receitas Correntes						
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS						
Demais Receitas Correntes						
RECEITAS DE CAPITAL						
Alienação de Bens, Direitos e Ativos						
Amortização de Empréstimos						
Outras Receitas de Capital						
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA						
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)						
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)		7.323.000,00	7.323.000,00	1.463.199,80	8.538.200,99	
DESPESAS						
		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
					Até o Bimestre/2013	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)						
ADMINISTRAÇÃO						
Despesas Correntes						
Despesas de Capital						
PREVIDÊNCIA SOCIAL						
Pessoal Civil						
Aposentadorias						
				820.891,57	3.956.480,39	
					4.330.202,91	
					147.653,16	
					147.653,16	
					0,00	
					4.182.549,75	
					4.182.549,75	
					3.267.855,70	
					Continua 1/3	

Município de CURITIBANOS - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
Pensões	0,00	0,00	220.037,86	1.080.767,01	914.694,05
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	233,60	934,40	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	5.535.000,00	5.535.000,00	0,00	210,24	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	5.535.000,00	5.535.000,00	0,00	210,24	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	5.873.000,00	5.873.000,00	1.075.521,38	5.217.570,53	4.330.202,91
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	1.450.000,00	1.450.000,00	387.678,42	3.320.630,46	1.246.458,58
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	99.367,02	497.385,73	460.545,02
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	99.367,02	497.385,73	460.545,02
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	99.367,02	497.385,73	460.545,02
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor					1.450.000,00
BENS E DIREITOS DO RPPS	SETEMBRO	PERÍODO DE REFERÊNCIA		Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
		2014	2013		
Caixa	0,00	0,00	0,00		
Bancos Conta Movimento	570.254,07	452.519,05	391.069,38		
Investimentos	16.031.146,87	16.348.638,57	13.918.633,89		
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	5.125.000,00	5.125.000,00	858.036,57	4.103.261,35	3.690.961,63
RECEITAS CORRENTES (VIII)	5.125.000,00	5.125.000,00	858.036,57	4.103.261,35	3.690.961,63
					Continua 2/3

Município de CURITIBANOS - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
Receita de Contribuições Patronais	3.625.000,00	3.625.000,00	608.036,57	2.853.261,35	2.440.961,63
Pessoal Civil	3.625.000,00	3.625.000,00	608.036,57	2.853.261,35	2.440.961,63
Ativo	3.625.000,00	3.625.000,00	608.036,57	2.853.261,35	2.440.961,63
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	1.500.000,00	1.500.000,00	250.000,00	1.250.000,00	1.250.000,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	5.125.000,00	5.125.000,00	858.036,57	4.103.261,35	3.690.961,63
DESPESAS					
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

CURITIBANOS, 19/11/2014

JOSE ANTONIO GUIDI	AMAURY SILVA	FLAVIO LUIZ ZILIO
Prefeito Municipal	Secretário de Administração	Contador CRC/SC-20.710/0-0

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 4 (LRF - Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	2.198.000,00	2.198.000,00	605.163,23	4.434.939,64	1.885.699,86
RECEITAS CORRENTES	2.198.000,00	2.198.000,00	605.163,23	4.434.939,64	1.885.699,86
Receita de Contribuições dos Segurados	1.720.000,00	1.720.000,00	307.687,68	1.444.964,35	1.235.905,84
Pessoal Civil	1.720.000,00	1.720.000,00	307.687,68	1.444.964,35	1.235.905,84
Ativo	1.700.000,00	1.700.000,00	304.021,14	1.426.645,40	1.220.468,46
Inativo	10.000,00	10.000,00	2.204,64	11.123,21	8.688,74
Pensionista	10.000,00	10.000,00	1.461,90	7.195,74	6.748,64
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	448.000,00	448.000,00	27.126,27	2.352.666,02	221.771,77
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas de Valores Mobiliários	448.000,00	448.000,00	27.126,27	2.352.666,02	221.771,77
Outras Recetas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	30.000,00	30.000,00	270.349,28	637.309,27	428.022,25
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	30.000,00	30.000,00	270.052,73	637.012,72	428.022,25
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	296,55	296,55	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(*) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.125.000,00	5.125.000,00	868.036,57	4.103.261,35	3.690.961,63
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	7.323.000,00	7.323.000,00	1.463.199,80	8.538.200,99	5.576.661,49
DESPESAS					
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
ADMINISTRAÇÃO	5.873.000,00	5.873.000,00	1.075.521,38	5.217.570,53	4.330.202,91
Despesas Correntes	338.000,00	338.000,00	34.358,35	179.178,49	147.653,16
Despesas de Capital	320.000,00	320.000,00	34.358,35	174.600,49	147.653,16
PREVIDÊNCIA SOCIAL	18.000,00	18.000,00	0,00	4.578,00	0,00
Pessoal Civil	5.535.000,00	5.535.000,00	1.041.163,03	5.038.392,04	4.182.549,75
Aposentadorias	0,00	0,00	1.041.163,03	5.038.181,80	4.182.549,75
	0,00	0,00	820.891,57	3.956.480,39	3.267.855,70
					Continua 1/3

Município de CURITIBANOS - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
Pensões	0,00	0,00	220.037,86	1.080.767,01	914.694,05
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	233,60	934,40	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	5.535.000,00	5.535.000,00	0,00	210,24	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	5.535.000,00	5.535.000,00	0,00	210,24	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	5.873.000,00	5.873.000,00	1.075.521,38	5.217.570,53	4.330.202,91
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	1.450.000,00	1.450.000,00	387.678,42	3.320.630,46	1.246.458,58
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	99.367,02	497.385,73	460.545,02
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	99.367,02	497.385,73	460.545,02
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	99.367,02	497.385,73	460.545,02
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
Valor					1.450.000,00
BENS E DIREITOS DO RPPS	SETEMBRO	PERÍODO DE REFERÊNCIA		Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
		2014	2013		
Caixa	0,00	0,00	0,00		0,00
Bancos Conta Movimento	570.254,07	452.519,05	391.069,38		
Investimentos	16.031.146,87	16.348.638,57	13.918.633,89		
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
		No Bimestre			
RECETAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	5.125.000,00	858.036,57	4.103.261,35		3.690.961,63
RECETAS CORRENTES (VIII)	5.125.000,00	858.036,57	4.103.261,35		3.690.961,63
					Continua 2/3

Município de CURITIBANOS - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
Receita de Contribuições Patronais	3.625.000,00	3.625.000,00	608.036,57	2.853.261,35	2.440.961,63
Pessoal Civil	3.625.000,00	3.625.000,00	608.036,57	2.853.261,35	2.440.961,63
Ativo	3.625.000,00	3.625.000,00	608.036,57	2.853.261,35	2.440.961,63
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	1.500.000,00	1.500.000,00	250.000,00	1.250.000,00	1.250.000,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	5.125.000,00	5.125.000,00	858.036,57	4.103.261,35	3.690.961,63
DESPESAS					
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

CURITIBANOS, 19/11/2014

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AWAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador CRC/SC-20.710/0-0

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	20.000,00	0,00		20.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	19.089.277,02	7.632.466,85	0,00	11.456.810,17
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	19.089.277,02	7.632.466,85	0,00	11.456.810,17
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-19.069.277,02	-7.632.466,85		-11.436.810,17

FONTE:

CURITIBANOS, 19/11/2014

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador CRC/SC-20.710/0-0

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	20.000,00	0,00		20.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	19.089.277,02	7.632.466,85	0,00	11.456.810,17
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	19.089.277,02	7.632.466,85	0,00	11.456.810,17
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-19.069.277,02	-7.632.466,85		-11.436.810,17

FONTE:

CURITIBANOS, 19/11/2014

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador CRC/SC-20.710/0-0

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	20.000,00	0,00		20.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	19.089.277,02	7.632.466,85	0,00	11.456.810,17
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	19.089.277,02	7.632.466,85	0,00	11.456.810,17
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-19.069.277,02	-7.632.466,85		-11.436.810,17

FONTE:

CURITIBANOS, 19/11/2014

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador CRC/SC-20.710/0-0

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	3.722.766,42	3.248.973,08	3.182.840,89
DEDUÇÕES (II)	11.854.897,68	18.098.187,02	16.709.253,77
Disponibilidade de Caixa Bruta	13.940.797,19	18.101.455,89	16.712.308,97
Demais Haveres Financeiros	-464,70	-405,04	-464,70
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	2.085.434,81	2.863,83	2.590,50
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-8.132.131,26	-14.849.213,94	-13.526.412,88
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	398.189,88	383.146,73	379.221,46
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-8.530.321,14	-15.232.360,67	-13.905.634,34

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2014 (C - A)
VALOR	1.326.726,33	-5.375.313,20

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	200.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	53.242.410,59	53.242.410,59	53.242.410,59
Passivo Atuarial	53.242.410,59	53.242.410,59	53.242.410,59
DEDUÇÕES (VIII)	13.271.454,59	16.314.112,18	16.801.157,62
Disponibilidade de Caixa Bruta	388.010,38	447.599,88	452.519,05
Investimentos	12.883.444,21	15.866.512,30	16.348.638,57
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	39.970.956,00	36.928.298,41	36.441.252,97
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	39.970.956,00	36.928.298,41	36.441.252,97

FONTE:

CURITIBANOS, 19/11/2014

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador CRC/SC-20.710/0-0

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	3.722.766,42	3.248.973,08	3.182.840,89
DEDUÇÕES (II)	11.854.897,68	18.098.187,02	16.709.253,77
Disponibilidade de Caixa Bruta	13.940.797,19	18.101.455,89	16.712.308,97
Demais Haveres Financeiros	-464,70	-405,04	-464,70
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	2.085.434,81	2.863,83	2.590,50
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-8.132.131,26	-14.849.213,94	-13.526.412,88
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	398.189,88	383.146,73	379.221,46
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-8.530.321,14	-15.232.360,67	-13.905.634,34

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2014 (C - A)
VALOR	1.326.726,33	-5.375.313,20

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	200.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	53.242.410,59	53.242.410,59	53.242.410,59
Passivo Atuarial	53.242.410,59	53.242.410,59	53.242.410,59
DEDUÇÕES (VIII)	13.271.454,59	16.314.112,18	16.801.157,62
Disponibilidade de Caixa Bruta	388.010,38	447.599,88	452.519,05
Investimentos	12.883.444,21	15.866.512,30	16.348.638,57
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	39.970.956,00	36.928.298,41	36.441.252,97
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	39.970.956,00	36.928.298,41	36.441.252,97

FONTE:

CURITIBANOS, 19/11/2014

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador CRC/SC-20.710/0-0

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	3.722.766,42	3.248.973,08	3.182.840,89
DEDUÇÕES (II)	11.854.897,68	18.098.187,02	16.709.253,77
Disponibilidade de Caixa Bruta	13.940.797,19	18.101.455,89	16.712.308,97
Demais Haveres Financeiros	-464,70	-405,04	-464,70
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	2.085.434,81	2.863,83	2.590,50
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-8.132.131,26	-14.849.213,94	-13.526.412,88
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	398.189,88	383.146,73	379.221,46
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-8.530.321,14	-15.232.360,67	-13.905.634,34

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2014 (C - A)
VALOR	1.326.726,33	-5.375.313,20

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	200.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	53.242.410,59	53.242.410,59	53.242.410,59
Passivo Atuarial	53.242.410,59	53.242.410,59	53.242.410,59
DEDUÇÕES (VIII)	13.271.454,59	16.314.112,18	16.801.157,62
Disponibilidade de Caixa Bruta	388.010,38	447.599,88	452.519,05
Investimentos	12.883.444,21	15.866.512,30	16.348.638,57
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	39.970.956,00	36.928.298,41	36.441.252,97
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	39.970.956,00	36.928.298,41	36.441.252,97

FONTE:

CURITIBANOS, 19/11/2014

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador CRC/SC-20.710/0-0

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	72.226.000,00	12.629.387,75	61.761.188,83	55.529.269,83
Receita Tributária	10.147.000,00	1.320.737,10	8.576.236,23	7.609.840,84
I.P.T.U.	3.000.000,00	98.897,23	2.355.316,64	2.100.762,04
I.S.S.	3.000.000,00	564.564,69	2.481.492,12	2.246.994,15
I.T.B.I.	1.200.000,00	256.349,82	1.180.583,45	1.054.857,03
I.R.R.F.	1.020.000,00	203.345,76	961.591,60	791.991,95
Outras Receitas Tributárias	1.927.000,00	197.579,60	1.597.252,42	1.415.235,67
Receita de Contribuição	7.105.000,00	1.030.365,36	5.477.299,98	4.891.741,54
Receitas Previdenciárias	5.345.000,00	915.724,25	4.298.225,70	3.676.867,47
Outras Contribuições	1.760.000,00	114.641,11	1.179.074,28	1.214.874,07
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	819.500,00	233.763,78	3.263.221,45	604.053,07
(-) Aplicações Financeiras	819.500,00	233.763,78	3.263.221,45	604.053,07
Transferências Correntes	50.858.000,00	9.215.748,69	43.092.931,16	38.733.276,96
F.P.M.	14.400.000,00	1.835.008,31	11.092.494,05	10.267.803,37
I.C.M.S.	11.200.000,00	1.750.776,55	8.253.505,20	7.636.504,50
Convênios	311.000,00	253.812,46	253.812,46	391.384,36
Outras Transferências Correntes	24.947.000,00	5.376.151,37	23.493.119,45	20.437.584,73
Demais Receitas Correntes	4.116.000,00	1.062.536,60	4.614.721,46	4.294.410,49
Dívida Ativa	1.045.000,00	143.737,85	769.157,80	817.881,75
Diversas Receitas Correntes	3.071.000,00	918.798,75	3.845.563,66	3.476.528,74
RECEITAS DE CAPITAL (II)	383.000,00	0,00	3.104.122,07	3.300.339,75
Operações de Crédito (III)	20.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	12.000,00	0,00	141.687,50	315.816,00
Transferências de Capital	351.000,00	0,00	2.962.434,57	2.984.523,75
Convênios	350.000,00	0,00	2.962.434,57	2.941.395,75
Outras Transferências de Capital	1.000,00	0,00	0,00	43.128,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	351.000,00	0,00	2.962.434,57	2.984.523,75
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	72.577.000,00	12.629.387,75	64.723.623,40	58.513.793,58
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	69.185.919,92	10.723.934,12	49.287.878,77	43.630.010,88
Pessoal e Encargos Sociais	40.989.025,71	6.489.581,83	31.221.739,46	27.789.884,86
Juros e Encargos da Dívida (IX)	100.000,00	8.869,56	52.047,11	379.428,53
Outras Despesas Correntes	28.096.894,21	4.225.482,73	18.014.092,20	15.460.697,49
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	69.085.919,92	10.715.064,56	49.235.831,66	43.250.582,35
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	19.089.277,02	2.722.792,35	7.632.466,85	4.941.203,60
Investimentos	18.669.277,02	2.656.660,16	7.298.013,97	4.385.399,27
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	420.000,00	66.132,19	334.452,88	555.804,33
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	18.669.277,02	2.656.660,16	7.298.013,97	4.385.399,27
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	400.000,00	-	-	-

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DO RPPS (XVII)	1.450.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	89.605.196,94	13.371.724,72	56.533.845,63	47.635.981,62
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-17.028.196,94	-742.336,97	8.189.777,77	10.877.811,96
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	2.440.136,57	0,00
Superávit Financeiro	-	-	2.440.136,57	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				348.500,00

FONTE:

CURITIBANOS, 19/11/2014

 JOSE ANTONIO GUIDI
 Prefeito Municipal

 AMAURY SILVA
 Secretário de Administração

 FLAVIO LUIZ ZILIO
 Contador CRC/SC-20.710/0-0

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	72.226.000,00	12.629.387,75	61.761.188,83	55.529.269,83
Receita Tributária	10.147.000,00	1.320.737,10	8.576.236,23	7.609.840,84
I.P.T.U.	3.000.000,00	98.897,23	2.355.316,64	2.100.762,04
I.S.S.	3.000.000,00	564.564,69	2.481.492,12	2.246.994,15
I.T.B.I.	1.200.000,00	256.349,82	1.180.583,45	1.054.857,03
I.R.R.F.	1.020.000,00	203.345,76	961.591,60	791.991,95
Outras Receitas Tributárias	1.927.000,00	197.579,60	1.597.252,42	1.415.235,67
Receita de Contribuição	7.105.000,00	1.030.365,36	5.477.299,98	4.891.741,54
Receitas Previdenciárias	5.345.000,00	915.724,25	4.298.225,70	3.676.867,47
Outras Contribuições	1.760.000,00	114.641,11	1.179.074,28	1.214.874,07
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	819.500,00	233.763,78	3.263.221,45	604.053,07
(-) Aplicações Financeiras	819.500,00	233.763,78	3.263.221,45	604.053,07
Transferências Correntes	50.858.000,00	9.215.748,69	43.092.931,16	38.733.276,96
F.P.M.	14.400.000,00	1.835.008,31	11.092.494,05	10.267.803,37
I.C.M.S.	11.200.000,00	1.750.776,55	8.253.505,20	7.636.504,50
Convênios	311.000,00	253.812,46	253.812,46	391.384,36
Outras Transferências Correntes	24.947.000,00	5.376.151,37	23.493.119,45	20.437.584,73
Demais Receitas Correntes	4.116.000,00	1.062.536,60	4.614.721,46	4.294.410,49
Dívida Ativa	1.045.000,00	143.737,85	769.157,80	817.881,75
Diversas Receitas Correntes	3.071.000,00	918.798,75	3.845.563,66	3.476.528,74
RECEITAS DE CAPITAL (II)	383.000,00	0,00	3.104.122,07	3.300.339,75
Operações de Crédito (III)	20.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	12.000,00	0,00	141.687,50	315.816,00
Transferências de Capital	351.000,00	0,00	2.962.434,57	2.984.523,75
Convênios	350.000,00	0,00	2.962.434,57	2.941.395,75
Outras Transferências de Capital	1.000,00	0,00	0,00	43.128,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	351.000,00	0,00	2.962.434,57	2.984.523,75
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	72.577.000,00	12.629.387,75	64.723.623,40	58.513.793,58
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	69.185.919,92	10.723.934,12	49.287.878,77	43.630.010,88
Pessoal e Encargos Sociais	40.989.025,71	6.489.581,83	31.221.739,46	27.789.884,86
Juros e Encargos da Dívida (IX)	100.000,00	8.869,56	52.047,11	379.428,53
Outras Despesas Correntes	28.096.894,21	4.225.482,73	18.014.092,20	15.460.697,49
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	69.085.919,92	10.715.064,56	49.235.831,66	43.250.582,35
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	19.089.277,02	2.722.792,35	7.632.466,85	4.941.203,60
Investimentos	18.669.277,02	2.656.660,16	7.298.013,97	4.385.399,27
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	420.000,00	66.132,19	334.452,88	555.804,33
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	18.669.277,02	2.656.660,16	7.298.013,97	4.385.399,27
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	400.000,00	-	-	-

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DO RPPS (XVII)	1.450.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	89.605.196,94	13.371.724,72	56.533.845,63	47.635.981,62
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-17.028.196,94	-742.336,97	8.189.777,77	10.877.811,96
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	2.440.136,57	0,00
Superávit Financeiro	-	-	2.440.136,57	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				348.500,00

FONTE:

CURITIBANOS, 19/11/2014

 JOSE ANTONIO GUIDI
 Prefeito Municipal

 AMAURY SILVA
 Secretário de Administração

 FLAVIO LUIZ ZILIO
 Contador CRC/SC-20.710/0-0

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	72.226.000,00	12.629.387,75	61.761.188,83	55.529.269,83
Receita Tributária	10.147.000,00	1.320.737,10	8.576.236,23	7.609.840,84
I.P.T.U.	3.000.000,00	98.897,23	2.355.316,64	2.100.762,04
I.S.S.	3.000.000,00	564.564,69	2.481.492,12	2.246.994,15
I.T.B.I.	1.200.000,00	256.349,82	1.180.583,45	1.054.857,03
I.R.R.F.	1.020.000,00	203.345,76	961.591,60	791.991,95
Outras Receitas Tributárias	1.927.000,00	197.579,60	1.597.252,42	1.415.235,67
Receita de Contribuição	7.105.000,00	1.030.365,36	5.477.299,98	4.891.741,54
Receitas Previdenciárias	5.345.000,00	915.724,25	4.298.225,70	3.676.867,47
Outras Contribuições	1.760.000,00	114.641,11	1.179.074,28	1.214.874,07
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	819.500,00	233.763,78	3.263.221,45	604.053,07
(-) Aplicações Financeiras	819.500,00	233.763,78	3.263.221,45	604.053,07
Transferências Correntes	50.858.000,00	9.215.748,69	43.092.931,16	38.733.276,96
F.P.M.	14.400.000,00	1.835.008,31	11.092.494,05	10.267.803,37
I.C.M.S.	11.200.000,00	1.750.776,55	8.253.505,20	7.636.504,50
Convênios	311.000,00	253.812,46	253.812,46	391.384,36
Outras Transferências Correntes	24.947.000,00	5.376.151,37	23.493.119,45	20.437.584,73
Demais Receitas Correntes	4.116.000,00	1.062.536,60	4.614.721,46	4.294.410,49
Dívida Ativa	1.045.000,00	143.737,85	769.157,80	817.881,75
Diversas Receitas Correntes	3.071.000,00	918.798,75	3.845.563,66	3.476.528,74
RECEITAS DE CAPITAL (II)	383.000,00	0,00	3.104.122,07	3.300.339,75
Operações de Crédito (III)	20.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	12.000,00	0,00	141.687,50	315.816,00
Transferências de Capital	351.000,00	0,00	2.962.434,57	2.984.523,75
Convênios	350.000,00	0,00	2.962.434,57	2.941.395,75
Outras Transferências de Capital	1.000,00	0,00	0,00	43.128,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	351.000,00	0,00	2.962.434,57	2.984.523,75
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	72.577.000,00	12.629.387,75	64.723.623,40	58.513.793,58
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	69.185.919,92	10.723.934,12	49.287.878,77	43.630.010,88
Pessoal e Encargos Sociais	40.989.025,71	6.489.581,83	31.221.739,46	27.789.884,86
Juros e Encargos da Dívida (IX)	100.000,00	8.869,56	52.047,11	379.428,53
Outras Despesas Correntes	28.096.894,21	4.225.482,73	18.014.092,20	15.460.697,49
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	69.085.919,92	10.715.064,56	49.235.831,66	43.250.582,35
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	19.089.277,02	2.722.792,35	7.632.466,85	4.941.203,60
Investimentos	18.669.277,02	2.656.660,16	7.298.013,97	4.385.399,27
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	420.000,00	66.132,19	334.452,88	555.804,33
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	18.669.277,02	2.656.660,16	7.298.013,97	4.385.399,27
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	400.000,00	-	-	-

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DO RPPS (XVII)	1.450.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	89.605.196,94	13.371.724,72	56.533.845,63	47.635.981,62
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-17.028.196,94	-742.336,97	8.189.777,77	10.877.811,96
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	2.440.136,57	0,00
Superávit Financeiro	-	-	2.440.136,57	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				348.500,00

FONTE:

CURITIBANOS, 19/11/2014

 JOSE ANTONIO GUIDI
 Prefeito Municipal

 AMAURY SILVA
 Secretário de Administração

 FLAVIO LUIZ ZILIO
 Contador CRC/SC-20.710/0-0

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS			RP NÃO PROCESSADOS							
	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	2.085.434,81	2.082.844,31	-	2.590,50	356.789,50	4.076.988,42	3.847.182,13	3.847.182,13	265.189,91	321.405,88
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA											
CHEFIA DO EXECUTIVO	0,00	2.085.434,81	2.082.844,31	0,00	2.590,50	356.789,50	3.840.646,92	3.610.840,63	3.610.840,63	265.189,91	321.405,88
FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCEN	0,00	1.925.393,40	1.922.772,90	0,00	2.590,50	320.269,76	631.801,98	699.328,00	699.328,00	79.200,33	173.543,41
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	1.743,30	1.743,30	0,00	0,00	0,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	33.497,59	33.497,59	0,00	0,00	0,00	92.084,17	80.509,61	80.509,61	9.174,56	2.400,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	117.276,26	117.276,26	0,00	0,00	36.519,74	2.999.696,42	2.740.639,90	2.740.639,90	150.113,79	145.462,47
FUNREBOM	0,00	7.554,26	7.554,26	0,00	0,00	0,00	94.396,99	80.189,02	80.189,02	14.197,97	0,00
IPESMUC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.177,36	8.674,10	8.674,10	12.503,26	0,00
INST. PREV. SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	841,50	841,50	841,50	0,00	0,00
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	235.500,00	235.500,00	235.500,00	0,00	0,00
PODER LEGISLATIVO											
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	0,00	0,00	235.500,00	235.500,00	235.500,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	2.085.434,81	2.082.844,31	0,00	2.590,50	356.789,50	4.076.988,42	3.847.182,13	3.847.182,13	265.189,91	321.405,88

FONTE:

CURITIBANOS, 19/11/2014

JOSE ANTONIO GUIDI Prefeito Municipal	AMAUÍRY SILVA Secretário de Administração	FLAVIO LUIZ ZILIO Contador CRC/SC-20.710/0-0
------------------------------------------	----------------------------------------------	-------------------------------------------------

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS			
	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Pagos	Saldo	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Liquidados	Pagos
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	2.085.434,81	2.082.844,31	2.590,50	356.789,50	4.076.988,42	3.847.182,13	3.847.182,13
EXECUTIVO								
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	2.085.434,81	2.082.844,31	2.590,50	356.789,50	3.840.646,32	3.610.840,63	3.610.840,63
CHEFIA DO EXECUTIVO	0,00	1.925.363,40	1.922.772,90	2.590,50	320.289,76	631.801,98	699.328,00	699.328,00
FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	0,00	1.743,30	1.743,30	0,00	0,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	33.487,59	33.487,59	0,00	0,00	92.084,17	80.509,61	80.509,61
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	117.276,26	117.276,26	0,00	36.519,74	2.999.696,42	2.740.639,90	2.740.639,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	7.554,26	7.554,26	0,00	0,00	94.396,99	80.189,02	80.189,02
FUNREBOM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.117,36	8.674,10	8.674,10
IPESMUC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	841,50	841,50	841,50
INST. PREV. SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	841,50	841,50	841,50
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	235.500,00	235.500,00	235.500,00
PODER LEGISLATIVO								
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	235.500,00	235.500,00	235.500,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	2.085.434,81	2.082.844,31	2.590,50	356.789,50	4.076.988,42	3.847.182,13	3.847.182,13
FONTE:								
CURITIBANOS, 19/11/2014								

JOSE ANTONIO GUIDI Prefeito Municipal	AMAUÍRY SILVA Secretário de Administração	FLAVIO LUIZ ZILIO Contador CRC/SC-20.710/0-0
------------------------------------------	----------------------------------------------	-------------------------------------------------

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS			
	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Pagos	Saldo	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Liquidados	Pagos
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	2.085.434,81	2.082.844,31	2.590,50	356.789,50	4.076.988,42	3.847.182,13	3.847.182,13
EXECUTIVO								
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	2.085.434,81	2.082.844,31	2.590,50	356.789,50	3.840.646,32	3.610.840,63	3.610.840,63
CHEFIA DO EXECUTIVO	0,00	1.925.363,40	1.922.772,90	2.590,50	320.289,76	631.801,98	699.328,00	699.328,00
FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	0,00	1.743,30	1.743,30	0,00	0,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	33.487,59	33.487,59	0,00	0,00	92.084,17	80.509,61	80.509,61
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	117.276,26	117.276,26	0,00	36.519,74	2.999.696,42	2.740.639,90	2.740.639,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	7.554,26	7.554,26	0,00	0,00	94.396,99	80.189,02	80.189,02
FUNREBOM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.117,36	8.674,10	8.674,10
IPESMUC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	841,50	841,50	841,50
INST. PREV. SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	841,50	841,50	841,50
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	235.500,00	235.500,00	235.500,00
PODER LEGISLATIVO								
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	235.500,00	235.500,00	235.500,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	2.085.434,81	2.082.844,31	2.590,50	356.789,50	4.076.988,42	3.847.182,13	3.847.182,13
FONTE:								
CURITIBANOS, 19/11/2014								

JOSE ANTONIO GUIDI Prefeito Municipal	AMAUÍRY SILVA Secretário de Administração	FLAVIO LUIZ ZILIO Contador CRC/SC-20.710/0-0
------------------------------------------	----------------------------------------------	-------------------------------------------------

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	9.276.000,00	9.276.000,00	1.264.729,96	7.854.339,53	84,67
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	3.865.000,00	3.865.000,00	212.976,07	3.115.963,56	80,62
1.1.1- IPTU	3.000.000,00	3.000.000,00	98.997,21	2.357.157,33	78,57
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	15.000,00	15.000,00	2.655,91	5.881,76	39,21
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	500.000,00	500.000,00	54.194,73	344.420,56	68,88
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	350.000,00	350.000,00	57.228,20	410.344,60	117,24
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	(99,98)	(1.840,69)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.201.000,00	1.201.000,00	256.710,74	1.181.280,08	98,36
1.2.1- ITBI	1.200.000,00	1.200.000,00	261.149,82	1.193.455,65	99,45
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.000,00	1.000,00	360,92	696,63	69,66
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	(4.800,00)	(12.872,20)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.190.000,00	3.190.000,00	591.697,41	2.595.504,29	81,36
1.3.1- ISS	3.000.000,00	3.000.000,00	564.904,69	2.481.847,42	82,73
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	30.000,00	30.000,00	5.580,97	19.386,09	64,62
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	120.000,00	120.000,00	13.476,12	64.043,53	53,37
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	40.000,00	40.000,00	7.735,63	30.227,25	75,57
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.020.000,00	1.020.000,00	203.345,76	961.591,60	94,27
1.4.1- IRRF	1.020.000,00	1.020.000,00	203.345,76	961.591,60	94,27
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	35.240.000,00	35.240.000,00	5.408.321,39	27.441.436,97	77,87
2.1- Cota-Parte FPM	18.000.000,00	18.000.000,00	2.293.760,33	13.865.617,25	77,03
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	18.000.000,00	18.000.000,00	2.293.760,33	13.865.617,25	77,03
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	14.000.000,00	14.000.000,00	2.188.470,45	10.316.890,40	73,69
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	120.000,00	120.000,00	8.676,06	44.390,30	36,98
2.4- Cota-Parte IP-Estado	200.000,00	200.000,00	32.324,08	157.136,73	78,57
2.5- Cota-Parte ITR	120.000,00	120.000,00	237.055,88	271.487,65	226,24
2.6- Cota-Parte IPVA	2.800.000,00	2.800.000,00	647.834,59	2.785.934,64	99,50
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	44.516.000,00	44.516.000,00	6.673.051,37	35.295.778,50	79,29
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.786.500,00	1.786.500,00	381.284,60	1.789.090,87	100,14
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.200.000,00	1.200.000,00	242.119,31	1.240.096,73	103,34
5.2- Transferências Diretas - PDDE	5.000,00	5.000,00	1.110,00	1.110,00	22,20
5.3- Transferências Diretas - PNAE	270.000,00	270.000,00	67.604,00	270.416,00	100,15
5.4- Transferências Diretas - PNATE	130.000,00	130.000,00	13.505,50	51.858,85	39,89
5.5- Outras Transferências do FNDE	165.000,00	165.000,00	36.480,00	145.920,00	88,44
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	16.500,00	16.500,00	20.465,79	79.679,29	482,90
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	385.000,00	385.000,00	262.921,59	660.953,20	171,68
6.1- Transferências de Convênios	380.000,00	380.000,00	253.812,46	625.062,98	164,49
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	5.000,00	5.000,00	9.109,13	35.890,22	717,80
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	0,00	75.390,00	201.041,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.171.500,00	2.171.500,00	719.596,19	2.651.075,07	122,08
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	7.048.000,00	7.048.000,00	1.081.717,17	5.487.844,90	77,86
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	3.600.000,00	3.600.000,00	458.752,02	2.773.123,20	77,03
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	2.800.000,00	2.800.000,00	437.693,90	2.063.375,20	73,69
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	24.000,00	24.000,00	1.775,20	8.876,00	36,98
10.4- Cota-Parte IP-Estado Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	40.000,00	40.000,00	6.464,82	31.427,32	78,57
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	24.000,00	24.000,00	47.411,15	54.297,40	226,24
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	560.000,00	560.000,00	129.620,08	556.745,78	99,42
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	14.555.000,00	14.555.000,00	2.598.075,71	12.637.953,48	86,83
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	14.500.000,00	14.500.000,00	2.561.575,67	12.478.854,93	86,06
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	55.000,00	55.000,00	36.500,04	159.098,55	289,27
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	7.452.000,00	7.452.000,00	1.479.858,50	6.991.010,03	93,81
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	10.916.250,00	11.425.560,99	1.851.878,12	8.663.172,08	75,82
13.1- Com Educação Infantil	5.930.000,00	6.245.000,00	1.017.999,97	4.805.762,13	76,95
13.2- Com Ensino Fundamental	4.986.250,00	5.180.560,99	833.878,15	3.857.409,95	74,46
14- OUTRAS DESPESAS	3.638.750,00	3.913.750,00	449.386,87	1.403.468,93	35,86
14.1- Com Educação Infantil	1.035.000,00	1.101.000,00	3.961,50	146.488,13	13,31
14.2- Com Ensino Fundamental	2.603.750,00	2.812.750,00	445.425,37	1.256.980,80	44,69
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	14.555.000,00	15.339.310,99	2.301.264,99	10.066.641,01	65,63
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					394.310,99
17.1 - FUNDEB 60%					394.310,99
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					394.310,99
INDICADORES DO FUNDEB					
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					9.672.330,02
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11 x 100) %					65,43
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11 x 100) %					11,11
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					23,47
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					394.310,99
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²					394.310,99
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	11.129.000,00	11.129.000,00	1.688.262,84	8.823.944,13	79,29
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	8.555.000,00	8.998.000,00	1.255.259,27	6.137.538,83	68,21
23.1- Creche	4.277.500,00	4.499.000,00	627.629,63	3.068.769,41	68,21
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.482.500,00	3.673.000,00	510.980,73	2.476.125,13	67,41
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	795.000,00	826.000,00	116.648,90	592.644,28	71,75
23.2- Pré-escola	4.277.500,00	4.499.000,00	627.629,64	3.068.769,42	68,21
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.482.500,00	3.673.000,00	510.980,74	2.476.125,13	67,41
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	795.000,00	826.000,00	116.648,90	592.644,29	71,75
24- ENSINO FUNDAMENTAL	10.690.000,00	11.208.810,99	1.991.967,80	7.452.088,68	66,48
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	7.590.000,00	7.993.310,99	1.279.303,52	5.114.390,75	63,98
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.100.000,00	3.215.500,00	712.664,28	2.337.677,93	72,70
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	19.245.000,00	20.206.810,99	3.247.227,07	13.589.607,51	67,25
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					6.991.010,03
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					159.098,55
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					394.310,99
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					13.884,61
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					7.588.304,18
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					6.031.303,33
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					17,09
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.210.000,00	1.944.110,75	301.612,35	636.281,66	32,73
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.012.500,00	1.597.767,48	215.892,24	711.736,48	44,55
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.222.500,00	3.541.878,23	517.504,59	1.348.018,14	38,06
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	21.467.500,00	23.748.689,22	3.764.731,66	14.937.625,65	62,90

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	242,96	13.884,61	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	242,96	13.884,61	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		2.180.568,91	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		12.478.854,93	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		11.788.366,96	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		10.090.590,16	0,00
49.2 Restos a Pagar		1.697.776,80	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		159.098,55	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		3.030.155,43	0,00

CURITIBANOS, 19/11/2014

JOSE ANTONIO GUIDI	AMÁURY SILVA	FLAVIO LUIZ ZILIO
Prefeito Municipal	Secretário de Administração	Contador CRC/SC-20.710/0-0

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 394.310,99, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	9.276.000,00	9.276.000,00	1.264.729,96	7.854.339,53	84,67
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	3.865.000,00	3.865.000,00	212.976,07	3.115.963,56	80,62
1.1.1- IPTU	3.000.000,00	3.000.000,00	98.997,21	2.357.157,33	78,57
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	15.000,00	15.000,00	2.655,91	5.881,76	39,21
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	500.000,00	500.000,00	54.194,73	344.420,56	68,88
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	350.000,00	350.000,00	57.228,20	410.344,60	117,24
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	(99,98)	(1.840,69)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.201.000,00	1.201.000,00	256.710,74	1.181.280,08	98,36
1.2.1- ITBI	1.200.000,00	1.200.000,00	261.149,82	1.193.455,65	99,45
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.000,00	1.000,00	360,92	696,63	69,66
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	(4.800,00)	(12.872,20)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.190.000,00	3.190.000,00	591.697,41	2.595.504,29	81,36
1.3.1- ISS	3.000.000,00	3.000.000,00	564.904,69	2.481.847,42	82,73
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	30.000,00	30.000,00	5.580,97	19.386,09	64,62
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	120.000,00	120.000,00	13.476,12	64.043,53	53,37
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	40.000,00	40.000,00	7.735,63	30.227,25	75,57
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.020.000,00	1.020.000,00	203.345,76	961.591,60	94,27
1.4.1- IRRF	1.020.000,00	1.020.000,00	203.345,76	961.591,60	94,27
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	35.240.000,00	35.240.000,00	5.408.321,39	27.441.436,97	77,87
2.1- Cota-Parte FPM	18.000.000,00	18.000.000,00	2.293.760,33	13.865.617,25	77,03
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	18.000.000,00	18.000.000,00	2.293.760,33	13.865.617,25	77,03
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	14.000.000,00	14.000.000,00	2.188.470,45	10.316.890,40	73,69
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	120.000,00	120.000,00	8.676,06	44.390,30	36,98
2.4- Cota-Parte IP-Estado	200.000,00	200.000,00	32.324,08	157.136,73	78,57
2.5- Cota-Parte ITR	120.000,00	120.000,00	237.055,88	271.487,65	226,24
2.6- Cota-Parte IPVA	2.800.000,00	2.800.000,00	647.834,59	2.785.934,64	99,50
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	44.516.000,00	44.516.000,00	6.673.051,37	35.295.778,50	79,29
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.786.500,00	1.786.500,00	381.284,60	1.789.090,87	100,14
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.200.000,00	1.200.000,00	242.119,31	1.240.096,73	103,34
5.2- Transferências Diretas - PDDE	5.000,00	5.000,00	1.110,00	1.110,00	22,20
5.3- Transferências Diretas - PNAE	270.000,00	270.000,00	67.604,00	270.416,00	100,15
5.4- Transferências Diretas - PNATE	130.000,00	130.000,00	13.505,50	51.858,85	39,89
5.5- Outras Transferências do FNDE	165.000,00	165.000,00	36.480,00	145.920,00	88,44
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	16.500,00	16.500,00	20.465,79	79.679,29	482,90
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	385.000,00	385.000,00	262.921,59	660.953,20	171,68
6.1- Transferências de Convênios	380.000,00	380.000,00	253.812,46	625.062,98	164,49
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	5.000,00	5.000,00	9.109,13	35.890,22	717,80
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	0,00	75.390,00	201.041,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.171.500,00	2.171.500,00	719.596,19	2.651.075,07	122,08
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	7.048.000,00	7.048.000,00	1.081.717,17	5.487.844,90	77,86
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	3.600.000,00	3.600.000,00	458.752,02	2.773.123,20	77,03
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	2.800.000,00	2.800.000,00	437.693,90	2.063.375,20	73,69
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	24.000,00	24.000,00	1.775,20	8.876,00	36,98
10.4- Cota-Parte IP-Estado Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	40.000,00	40.000,00	6.464,82	31.427,32	78,57
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	24.000,00	24.000,00	47.411,15	54.297,40	226,24
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	560.000,00	560.000,00	129.620,08	556.745,78	99,42
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	14.555.000,00	14.555.000,00	2.598.075,71	12.637.953,48	86,83
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	14.500.000,00	14.500.000,00	2.561.575,67	12.478.854,93	86,06
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	55.000,00	55.000,00	36.500,04	159.098,55	289,27
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	7.452.000,00	7.452.000,00	1.479.858,50	6.991.010,03	93,81
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	10.916.250,00	11.425.560,99	1.851.878,12	8.663.172,08	75,82
13.1- Com Educação Infantil	5.930.000,00	6.245.000,00	1.017.999,97	4.805.762,13	76,95
13.2- Com Ensino Fundamental	4.986.250,00	5.180.560,99	833.878,15	3.857.409,95	74,46
14- OUTRAS DESPESAS	3.638.750,00	3.913.750,00	449.386,87	1.403.468,93	35,86
14.1- Com Educação Infantil	1.035.000,00	1.101.000,00	3.961,50	146.488,13	13,31
14.2- Com Ensino Fundamental	2.603.750,00	2.812.750,00	445.425,37	1.256.980,80	44,69
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	14.555.000,00	15.339.310,99	2.301.264,99	10.066.641,01	65,63
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					394.310,99
17.1 - FUNDEB 60%					394.310,99
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					394.310,99
INDICADORES DO FUNDEB					
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					9.672.330,02
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11 x 100) %					65,43
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11 x 100) %					11,11
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					23,47
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					394.310,99
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²					394.310,99
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	11.129.000,00	11.129.000,00	1.688.262,84	8.823.944,13	79,29
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	8.555.000,00	8.998.000,00	1.255.259,27	6.137.538,83	68,21
23.1- Creche	4.277.500,00	4.499.000,00	627.629,63	3.068.769,41	68,21
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.482.500,00	3.673.000,00	510.980,73	2.476.125,13	67,41
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	795.000,00	826.000,00	116.648,90	592.644,28	71,75
23.2- Pré-escola	4.277.500,00	4.499.000,00	627.629,64	3.068.769,42	68,21
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.482.500,00	3.673.000,00	510.980,74	2.476.125,13	67,41
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	795.000,00	826.000,00	116.648,90	592.644,29	71,75
24- ENSINO FUNDAMENTAL	10.690.000,00	11.208.810,99	1.991.967,80	7.452.088,68	66,48
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	7.590.000,00	7.993.310,99	1.279.303,52	5.114.390,75	63,98
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.100.000,00	3.215.500,00	712.664,28	2.337.677,93	72,70
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	19.245.000,00	20.206.810,99	3.247.227,07	13.589.607,51	67,25
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					6.991.010,03
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					159.098,55
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					394.310,99
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					13.884,61
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					7.588.304,18
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					6.031.303,33
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					17,09
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.210.000,00	1.944.110,75	301.612,35	636.281,66	32,73
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.012.500,00	1.597.767,48	215.892,24	711.736,48	44,55
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.222.500,00	3.541.878,23	517.504,59	1.348.018,14	38,06
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	21.467.500,00	23.748.689,22	3.764.731,66	14.937.625,65	62,90

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	242,96	13.884,61	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	242,96	13.884,61	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		2.180.568,91	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		12.478.854,93	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		11.788.366,96	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		10.090.590,16	0,00
49.2 Restos a Pagar		1.697.776,80	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		159.098,55	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		3.030.155,43	0,00

CURITIBANOS, 19/11/2014

JOSE ANTONIO GUIDI

AMÁURY SILVA

FLAVIO LUIZ ZILIO

Prefeito Municipal

Secretário de Administração

Contador CRC/SC-20.710/0-0

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 394.310,99, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	9.276.000,00	9.276.000,00	1.264.729,96	7.854.339,53	84,67
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	3.865.000,00	3.865.000,00	212.976,07	3.115.963,56	80,62
1.1.1- IPTU	3.000.000,00	3.000.000,00	98.997,21	2.357.157,33	78,57
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	15.000,00	15.000,00	2.655,91	5.881,76	39,21
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	500.000,00	500.000,00	54.194,73	344.420,56	68,88
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	350.000,00	350.000,00	57.228,20	410.344,60	117,24
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	(99,98)	(1.840,69)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.201.000,00	1.201.000,00	256.710,74	1.181.280,08	98,36
1.2.1- ITBI	1.200.000,00	1.200.000,00	261.149,82	1.193.455,65	99,45
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.000,00	1.000,00	360,92	696,63	69,66
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	(4.800,00)	(12.872,20)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.190.000,00	3.190.000,00	591.697,41	2.595.504,29	81,36
1.3.1- ISS	3.000.000,00	3.000.000,00	564.904,69	2.481.847,42	82,73
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	30.000,00	30.000,00	5.580,97	19.386,09	64,62
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	120.000,00	120.000,00	13.476,12	64.043,53	53,37
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	40.000,00	40.000,00	7.735,63	30.227,25	75,57
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.020.000,00	1.020.000,00	203.345,76	961.591,60	94,27
1.4.1- IRRF	1.020.000,00	1.020.000,00	203.345,76	961.591,60	94,27
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	35.240.000,00	35.240.000,00	5.408.321,39	27.441.436,97	77,87
2.1- Cota-Parte FPM	18.000.000,00	18.000.000,00	2.293.760,33	13.865.617,25	77,03
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	18.000.000,00	18.000.000,00	2.293.760,33	13.865.617,25	77,03
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	14.000.000,00	14.000.000,00	2.188.470,45	10.316.890,40	73,69
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	120.000,00	120.000,00	8.676,06	44.390,30	36,98
2.4- Cota-Parte IP-Estação	200.000,00	200.000,00	32.324,08	157.136,73	78,57
2.5- Cota-Parte ITR	120.000,00	120.000,00	237.055,88	271.487,65	226,24
2.6- Cota-Parte IPVA	2.800.000,00	2.800.000,00	647.834,59	2.785.934,64	99,50
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	44.516.000,00	44.516.000,00	6.673.051,37	35.295.778,50	79,29
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.786.500,00	1.786.500,00	381.284,60	1.789.090,87	100,14
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.200.000,00	1.200.000,00	242.119,31	1.240.096,73	103,34
5.2- Transferências Diretas - PDDE	5.000,00	5.000,00	1.110,00	1.110,00	22,20
5.3- Transferências Diretas - PNAE	270.000,00	270.000,00	67.604,00	270.416,00	100,15
5.4- Transferências Diretas - PNATE	130.000,00	130.000,00	13.505,50	51.858,85	39,89
5.5- Outras Transferências do FNDE	165.000,00	165.000,00	36.480,00	145.920,00	88,44
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	16.500,00	16.500,00	20.465,79	79.679,29	482,90
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	385.000,00	385.000,00	262.921,59	660.953,20	171,68
6.1- Transferências de Convênios	380.000,00	380.000,00	253.812,46	625.062,98	164,49
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	5.000,00	5.000,00	9.109,13	35.890,22	717,80
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	0,00	75.390,00	201.041,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.171.500,00	2.171.500,00	719.596,19	2.651.075,07	122,08
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	7.048.000,00	7.048.000,00	1.081.717,17	5.487.844,90	77,86
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	3.600.000,00	3.600.000,00	458.752,02	2.773.123,20	77,03
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	2.800.000,00	2.800.000,00	437.693,90	2.063.375,20	73,69
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	24.000,00	24.000,00	1.775,20	8.876,00	36,98
10.4- Cota-Parte IP-Estação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	40.000,00	40.000,00	6.464,82	31.427,32	78,57
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	24.000,00	24.000,00	47.411,15	54.297,40	226,24
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	560.000,00	560.000,00	129.620,08	556.745,78	99,42
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	14.555.000,00	14.555.000,00	2.598.075,71	12.637.953,48	86,83
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	14.500.000,00	14.500.000,00	2.561.575,67	12.478.854,93	86,06
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	55.000,00	55.000,00	36.500,04	159.098,55	289,27
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	7.452.000,00	7.452.000,00	1.479.858,50	6.991.010,03	93,81
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	10.916.250,00	11.425.560,99	1.851.878,12	8.663.172,08	75,82
13.1- Com Educação Infantil	5.930.000,00	6.245.000,00	1.017.999,97	4.805.762,13	76,95
13.2- Com Ensino Fundamental	4.986.250,00	5.180.560,99	833.878,15	3.857.409,95	74,46
14- OUTRAS DESPESAS	3.638.750,00	3.913.750,00	449.386,87	1.403.468,93	35,86
14.1- Com Educação Infantil	1.035.000,00	1.101.000,00	3.961,50	146.488,13	13,31
14.2- Com Ensino Fundamental	2.603.750,00	2.812.750,00	445.425,37	1.256.980,80	44,69
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	14.555.000,00	15.339.310,99	2.301.264,99	10.066.641,01	65,63
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					394.310,99
17.1 - FUNDEB 60%					394.310,99
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					394.310,99
INDICADORES DO FUNDEB					
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					9.672.330,02
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					65,43
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					11,11
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					23,47
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					394.310,99
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²					394.310,99
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	11.129.000,00	11.129.000,00	1.688.262,84	8.823.944,13	79,29
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	8.555.000,00	8.998.000,00	1.255.259,27	6.137.538,83	68,21
23.1- Creche	4.277.500,00	4.499.000,00	627.629,63	3.068.769,41	68,21
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.482.500,00	3.673.000,00	510.980,73	2.476.125,13	67,41
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	795.000,00	826.000,00	116.648,90	592.644,28	71,75
23.2- Pré-escola	4.277.500,00	4.499.000,00	627.629,64	3.068.769,42	68,21
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.482.500,00	3.673.000,00	510.980,74	2.476.125,13	67,41
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	795.000,00	826.000,00	116.648,90	592.644,29	71,75
24- ENSINO FUNDAMENTAL	10.690.000,00	11.208.810,99	1.991.967,80	7.452.088,68	66,48
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	7.590.000,00	7.993.310,99	1.279.303,52	5.114.390,75	63,98
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.100.000,00	3.215.500,00	712.664,28	2.337.677,93	72,70
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	19.245.000,00	20.206.810,99	3.247.227,07	13.589.607,51	67,25
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					6.991.010,03
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					159.098,55
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					394.310,99
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					13.884,61
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					7.558.304,18
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					6.031.303,33
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					17,09
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.210.000,00	1.944.110,75	301.612,35	636.281,66	32,73
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.012.500,00	1.597.767,48	215.892,24	711.736,48	44,55
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.222.500,00	3.541.878,23	517.504,59	1.348.018,14	38,06
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	21.467.500,00	23.748.689,22	3.764.731,66	14.937.625,65	62,90

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	242,96	13.884,61
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	242,96	13.884,61
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	2.180.568,91	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	12.478.854,93	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	11.788.366,96	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	10.090.590,16	0,00
49.2 Restos a Pagar	1.697.776,80	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	159.098,55	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	3.030.155,43	0,00

CURITIBANOS, 19/11/2014

JOSE ANTONIO GUIDI

AMÁURY SILVA

FLAVIO LUIZ ZILIO

Prefeito Municipal

Secretário de Administração

Contador CRC/SC-20.710/0-0

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 394.310,99, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exercício anterior) + (c)
2013	4.289.141,50	4.441.216,56	-152.075,06	13.271.454,58
2014	4.624.575,32	4.152.148,14	472.427,18	13.743.881,76
2015	4.321.900,55	4.188.016,42	133.884,13	13.877.765,89
2016	4.065.451,37	4.128.614,84	-63.163,47	13.814.602,42
2017	3.792.196,93	4.147.538,29	-355.341,36	13.459.261,06
2018	3.538.493,87	4.143.487,19	-604.993,32	12.854.267,74
2019	3.283.931,52	4.170.466,90	-886.535,38	11.967.732,36
2020	3.029.233,92	4.219.658,42	-1.190.424,50	10.777.307,86
2021	2.740.491,55	4.389.640,00	-1.649.148,45	9.128.159,41
2022	2.504.797,28	4.431.388,55	-1.926.591,27	7.201.568,14
2023	2.258.546,57	4.517.759,15	-2.259.212,58	4.942.355,56
2024	1.967.515,94	4.752.244,07	-2.784.728,13	2.157.627,43
2025	1.763.492,99	4.763.007,10	-2.999.514,11	-841.886,68
2026	1.559.992,38	4.794.550,11	-3.234.557,73	-4.076.444,41
2027	1.412.801,05	4.689.458,40	-3.276.657,35	-7.353.101,76
2028	1.244.542,08	4.662.929,27	-3.418.387,19	-10.771.488,95
2029	1.087.531,41	4.624.878,42	-3.537.347,01	-14.308.835,96
2030	939.322,43	4.581.962,97	-3.642.640,54	-17.951.476,50
2031	809.338,72	4.507.058,26	-3.697.719,54	-21.649.196,04
2032	674.639,18	4.463.235,54	-3.788.596,36	-25.437.792,40
2033	569.105,25	4.355.956,26	-3.786.851,01	-29.224.643,41
2034	468.812,96	4.252.246,34	-3.783.433,38	-33.008.076,79
2035	379.236,93	4.136.298,26	-3.757.061,33	-36.765.138,12
2036	304.571,25	3.995.678,93	-3.691.107,68	-40.456.245,80
2037	240.144,23	3.843.918,83	-3.603.774,60	-44.060.020,40
2038	191.180,88	3.664.940,31	-3.473.759,43	-47.533.779,83
2039	147.640,14	3.487.268,98	-3.339.628,84	-50.873.408,67
2040	110.621,81	3.307.072,51	-3.196.450,70	-54.069.859,37
2041	78.428,66	3.128.603,75	-3.050.175,09	-57.120.034,46
2042	57.661,98	2.933.088,39	-2.875.426,41	-59.995.460,87
2043	42.097,51	2.737.901,19	-2.695.803,68	-62.691.264,55
2044	32.415,66	2.539.786,50	-2.507.370,84	-65.198.635,39
2045	22.651,26	2.354.861,71	-2.332.210,45	-67.530.845,84
2046	15.080,10	2.176.207,11	-2.161.127,01	-69.691.972,85
2047	9.581,64	2.003.820,50	-1.994.238,86	-71.686.211,71
2048	8.079,43	1.832.871,60	-1.824.792,17	-73.511.003,88
2049	5.751,03	1.675.237,13	-1.669.486,10	-75.180.489,98
2050	4.538,27	1.522.809,45	-1.518.271,18	-76.698.761,16
2051	1.301,69	1.388.169,56	-1.386.867,87	-78.085.629,03
2052	1.226,07	1.242.632,22	-1.241.406,15	-79.327.035,18
2053	434,07	1.120.487,04	-1.120.052,97	-80.447.088,15
2054	408,48	995.522,31	-995.113,83	-81.442.201,98
2055	0,00	893.894,18	-893.894,18	-82.336.096,16
2056	0,00	797.400,89	-797.400,89	-83.133.497,05
2057	0,00	710.236,07	-710.236,07	-83.843.733,12
2058	0,00	630.511,11	-630.511,11	-84.474.244,23
2059	0,00	554.936,13	-554.936,13	-85.029.180,36
2060	0,00	486.338,05	-486.338,05	-85.515.518,41
2061	0,00	421.320,96	-421.320,96	-85.936.839,37
2062	0,00	362.909,12	-362.909,12	-86.299.748,49
2063	0,00	312.659,29	-312.659,29	-86.612.407,78
2064	0,00	272.096,87	-272.096,87	-86.884.504,65
2065	0,00	235.696,13	-235.696,13	-87.120.200,78
2066	0,00	201.065,10	-201.065,10	-87.321.265,88
2067	0,00	172.286,91	-172.286,91	-87.493.552,79
2068	0,00	141.394,41	-141.394,41	-87.634.947,20
2069	0,00	118.538,97	-118.538,97	-87.753.486,17
2070	0,00	101.031,96	-101.031,96	-87.854.518,13
2071	0,00	83.890,19	-83.890,19	-87.938.408,32
2072	0,00	71.020,05	-71.020,05	-88.009.428,37

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2073	0,00	59.844,48	-59.844,48	-88.069.272,85
2074	0,00	50.364,61	-50.364,61	-88.119.637,46
2075	0,00	40.696,06	-40.696,06	-88.160.333,52
2076	0,00	33.873,31	-33.873,31	-88.194.206,83
2077	0,00	28.086,45	-28.086,45	-88.222.293,28
2078	0,00	22.681,75	-22.681,75	-88.244.975,03
2079	0,00	18.686,98	-18.686,98	-88.263.662,01
2080	0,00	15.100,67	-15.100,67	-88.278.762,68
2081	0,00	12.447,85	-12.447,85	-88.291.210,53
2082	0,00	10.023,93	-10.023,93	-88.301.234,46
2083	0,00	7.456,55	-7.456,55	-88.308.691,01
2084	0,00	5.511,15	-5.511,15	-88.314.202,16
2085	0,00	4.630,59	-4.630,59	-88.318.832,75
2086	0,00	2.319,26	-2.319,26	-88.321.152,01
2087	0,00	1.919,86	-1.919,86	-88.323.071,87

Projeção atuarial elaborada em 30/03/0014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

CURITIBANOS, 19/11/2014

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador CRC/SC-20.710/0-0

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exercício anterior) + (c)
2013	4.289.141,50	4.441.216,56	-152.075,06	13.271.454,58
2014	4.624.575,32	4.152.148,14	472.427,18	13.743.881,76
2015	4.321.900,55	4.188.016,42	133.884,13	13.877.765,89
2016	4.065.451,37	4.128.614,84	-63.163,47	13.814.602,42
2017	3.792.196,93	4.147.538,29	-355.341,36	13.459.261,06
2018	3.538.493,87	4.143.487,19	-604.993,32	12.854.267,74
2019	3.283.931,52	4.170.466,90	-886.535,38	11.967.732,36
2020	3.029.233,92	4.219.658,42	-1.190.424,50	10.777.307,86
2021	2.740.491,55	4.389.640,00	-1.649.148,45	9.128.159,41
2022	2.504.797,28	4.431.388,55	-1.926.591,27	7.201.568,14
2023	2.258.546,57	4.517.759,15	-2.259.212,58	4.942.355,56
2024	1.967.515,94	4.752.244,07	-2.784.728,13	2.157.627,43
2025	1.763.492,99	4.763.007,10	-2.999.514,11	-841.886,68
2026	1.559.992,38	4.794.550,11	-3.234.557,73	-4.076.444,41
2027	1.412.801,05	4.689.458,40	-3.276.657,35	-7.353.101,76
2028	1.244.542,08	4.662.929,27	-3.418.387,19	-10.771.488,95
2029	1.087.531,41	4.624.878,42	-3.537.347,01	-14.308.835,96
2030	939.322,43	4.581.962,97	-3.642.640,54	-17.951.476,50
2031	809.338,72	4.507.058,26	-3.697.719,54	-21.649.196,04
2032	674.639,18	4.463.235,54	-3.788.596,36	-25.437.792,40
2033	569.105,25	4.355.956,26	-3.786.851,01	-29.224.643,41
2034	468.812,96	4.252.246,34	-3.783.433,38	-33.008.076,79
2035	379.236,93	4.136.298,26	-3.757.061,33	-36.765.138,12
2036	304.571,25	3.995.678,93	-3.691.107,68	-40.456.245,80
2037	240.144,23	3.843.918,83	-3.603.774,60	-44.060.020,40
2038	191.180,88	3.664.940,31	-3.473.759,43	-47.533.779,83
2039	147.640,14	3.487.268,98	-3.339.628,84	-50.873.408,67
2040	110.621,81	3.307.072,51	-3.196.450,70	-54.069.859,37
2041	78.428,66	3.128.603,75	-3.050.175,09	-57.120.034,46
2042	57.661,98	2.933.088,39	-2.875.426,41	-59.995.460,87
2043	42.097,51	2.737.901,19	-2.695.803,68	-62.691.264,55
2044	32.415,66	2.539.786,50	-2.507.370,84	-65.198.635,39
2045	22.651,26	2.354.861,71	-2.332.210,45	-67.530.845,84
2046	15.080,10	2.176.207,11	-2.161.127,01	-69.691.972,85
2047	9.581,64	2.003.820,50	-1.994.238,86	-71.686.211,71
2048	8.079,43	1.832.871,60	-1.824.792,17	-73.511.003,88
2049	5.751,03	1.675.237,13	-1.669.486,10	-75.180.489,98
2050	4.538,27	1.522.809,45	-1.518.271,18	-76.698.761,16
2051	1.301,69	1.388.169,56	-1.386.867,87	-78.085.629,03
2052	1.226,07	1.242.632,22	-1.241.406,15	-79.327.035,18
2053	434,07	1.120.487,04	-1.120.052,97	-80.447.088,15
2054	408,48	995.522,31	-995.113,83	-81.442.201,98
2055	0,00	893.894,18	-893.894,18	-82.336.096,16
2056	0,00	797.400,89	-797.400,89	-83.133.497,05
2057	0,00	710.236,07	-710.236,07	-83.843.733,12
2058	0,00	630.511,11	-630.511,11	-84.474.244,23
2059	0,00	554.936,13	-554.936,13	-85.029.180,36
2060	0,00	486.338,05	-486.338,05	-85.515.518,41
2061	0,00	421.320,96	-421.320,96	-85.936.839,37
2062	0,00	362.909,12	-362.909,12	-86.299.748,49
2063	0,00	312.659,29	-312.659,29	-86.612.407,78
2064	0,00	272.096,87	-272.096,87	-86.884.504,65
2065	0,00	235.696,13	-235.696,13	-87.120.200,78
2066	0,00	201.065,10	-201.065,10	-87.321.265,88
2067	0,00	172.286,91	-172.286,91	-87.493.552,79
2068	0,00	141.394,41	-141.394,41	-87.634.947,20
2069	0,00	118.538,97	-118.538,97	-87.753.486,17
2070	0,00	101.031,96	-101.031,96	-87.854.518,13
2071	0,00	83.890,19	-83.890,19	-87.938.408,32
2072	0,00	71.020,05	-71.020,05	-88.009.428,37

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2073	0,00	59.844,48	-59.844,48	-88.069.272,85
2074	0,00	50.364,61	-50.364,61	-88.119.637,46
2075	0,00	40.696,06	-40.696,06	-88.160.333,52
2076	0,00	33.873,31	-33.873,31	-88.194.206,83
2077	0,00	28.086,45	-28.086,45	-88.222.293,28
2078	0,00	22.681,75	-22.681,75	-88.244.975,03
2079	0,00	18.686,98	-18.686,98	-88.263.662,01
2080	0,00	15.100,67	-15.100,67	-88.278.762,68
2081	0,00	12.447,85	-12.447,85	-88.291.210,53
2082	0,00	10.023,93	-10.023,93	-88.301.234,46
2083	0,00	7.456,55	-7.456,55	-88.308.691,01
2084	0,00	5.511,15	-5.511,15	-88.314.202,16
2085	0,00	4.630,59	-4.630,59	-88.318.832,75
2086	0,00	2.319,26	-2.319,26	-88.321.152,01
2087	0,00	1.919,86	-1.919,86	-88.323.071,87

Projeção atuarial elaborada em 30/03/0014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

CURITIBANOS, 19/11/2014

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador CRC/SC-20.710/0-0

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exercício anterior) + (c)
2013	4.289.141,50	4.441.216,56	-152.075,06	13.271.454,58
2014	4.624.575,32	4.152.148,14	472.427,18	13.743.881,76
2015	4.321.900,55	4.188.016,42	133.884,13	13.877.765,89
2016	4.065.451,37	4.128.614,84	-63.163,47	13.814.602,42
2017	3.792.196,93	4.147.538,29	-355.341,36	13.459.261,06
2018	3.538.493,87	4.143.487,19	-604.993,32	12.854.267,74
2019	3.283.931,52	4.170.466,90	-886.535,38	11.967.732,36
2020	3.029.233,92	4.219.658,42	-1.190.424,50	10.777.307,86
2021	2.740.491,55	4.389.640,00	-1.649.148,45	9.128.159,41
2022	2.504.797,28	4.431.388,55	-1.926.591,27	7.201.568,14
2023	2.258.546,57	4.517.759,15	-2.259.212,58	4.942.355,56
2024	1.967.515,94	4.752.244,07	-2.784.728,13	2.157.627,43
2025	1.763.492,99	4.763.007,10	-2.999.514,11	-841.886,68
2026	1.559.992,38	4.794.550,11	-3.234.557,73	-4.076.444,41
2027	1.412.801,05	4.689.458,40	-3.276.657,35	-7.353.101,76
2028	1.244.542,08	4.662.929,27	-3.418.387,19	-10.771.488,95
2029	1.087.531,41	4.624.878,42	-3.537.347,01	-14.308.835,96
2030	939.322,43	4.581.962,97	-3.642.640,54	-17.951.476,50
2031	809.338,72	4.507.058,26	-3.697.719,54	-21.649.196,04
2032	674.639,18	4.463.235,54	-3.788.596,36	-25.437.792,40
2033	569.105,25	4.355.956,26	-3.786.851,01	-29.224.643,41
2034	468.812,96	4.252.246,34	-3.783.433,38	-33.008.076,79
2035	379.236,93	4.136.298,26	-3.757.061,33	-36.765.138,12
2036	304.571,25	3.995.678,93	-3.691.107,68	-40.456.245,80
2037	240.144,23	3.843.918,83	-3.603.774,60	-44.060.020,40
2038	191.180,88	3.664.940,31	-3.473.759,43	-47.533.779,83
2039	147.640,14	3.487.268,98	-3.339.628,84	-50.873.408,67
2040	110.621,81	3.307.072,51	-3.196.450,70	-54.069.859,37
2041	78.428,66	3.128.603,75	-3.050.175,09	-57.120.034,46
2042	57.661,98	2.933.088,39	-2.875.426,41	-59.995.460,87
2043	42.097,51	2.737.901,19	-2.695.803,68	-62.691.264,55
2044	32.415,66	2.539.786,50	-2.507.370,84	-65.198.635,39
2045	22.651,26	2.354.861,71	-2.332.210,45	-67.530.845,84
2046	15.080,10	2.176.207,11	-2.161.127,01	-69.691.972,85
2047	9.581,64	2.003.820,50	-1.994.238,86	-71.686.211,71
2048	8.079,43	1.832.871,60	-1.824.792,17	-73.511.003,88
2049	5.751,03	1.675.237,13	-1.669.486,10	-75.180.489,98
2050	4.538,27	1.522.809,45	-1.518.271,18	-76.698.761,16
2051	1.301,69	1.388.169,56	-1.386.867,87	-78.085.629,03
2052	1.226,07	1.242.632,22	-1.241.406,15	-79.327.035,18
2053	434,07	1.120.487,04	-1.120.052,97	-80.447.088,15
2054	408,48	995.522,31	-995.113,83	-81.442.201,98
2055	0,00	893.894,18	-893.894,18	-82.336.096,16
2056	0,00	797.400,89	-797.400,89	-83.133.497,05
2057	0,00	710.236,07	-710.236,07	-83.843.733,12
2058	0,00	630.511,11	-630.511,11	-84.474.244,23
2059	0,00	554.936,13	-554.936,13	-85.029.180,36
2060	0,00	486.338,05	-486.338,05	-85.515.518,41
2061	0,00	421.320,96	-421.320,96	-85.936.839,37
2062	0,00	362.909,12	-362.909,12	-86.299.748,49
2063	0,00	312.659,29	-312.659,29	-86.612.407,78
2064	0,00	272.096,87	-272.096,87	-86.884.504,65
2065	0,00	235.696,13	-235.696,13	-87.120.200,78
2066	0,00	201.065,10	-201.065,10	-87.321.265,88
2067	0,00	172.286,91	-172.286,91	-87.493.552,79
2068	0,00	141.394,41	-141.394,41	-87.634.947,20
2069	0,00	118.538,97	-118.538,97	-87.753.486,17
2070	0,00	101.031,96	-101.031,96	-87.854.518,13
2071	0,00	83.890,19	-83.890,19	-87.938.408,32
2072	0,00	71.020,05	-71.020,05	-88.009.428,37

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2073	0,00	59.844,48	-59.844,48	-88.069.272,85
2074	0,00	50.364,61	-50.364,61	-88.119.637,46
2075	0,00	40.696,06	-40.696,06	-88.160.333,52
2076	0,00	33.873,31	-33.873,31	-88.194.206,83
2077	0,00	28.086,45	-28.086,45	-88.222.293,28
2078	0,00	22.681,75	-22.681,75	-88.244.975,03
2079	0,00	18.686,98	-18.686,98	-88.263.662,01
2080	0,00	15.100,67	-15.100,67	-88.278.762,68
2081	0,00	12.447,85	-12.447,85	-88.291.210,53
2082	0,00	10.023,93	-10.023,93	-88.301.234,46
2083	0,00	7.456,55	-7.456,55	-88.308.691,01
2084	0,00	5.511,15	-5.511,15	-88.314.202,16
2085	0,00	4.630,59	-4.630,59	-88.318.832,75
2086	0,00	2.319,26	-2.319,26	-88.321.152,01
2087	0,00	1.919,86	-1.919,86	-88.323.071,87

Projeção atuarial elaborada em 30/03/0014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

CURITIBANOS, 19/11/2014

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador CRC/SC-20.710/0-0

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	12.000,00	141.687,50	-129.687,50
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	5.000,00	103.687,50	-98.687,50
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	7.000,00	38.000,00	-31.000,00
TOTAL	12.000,00	141.687,50	-129.687,50

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	535.969,31	532.320,53	0,00	3.648,78
Investimentos	535.969,31	532.320,53	0,00	3.648,78
TOTAL	535.969,31	532.320,53	0,00	3.648,78

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	390.633,03	-390.633,03	0,00

FONTE:

CURITIBANOS, 20/11/2014

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador CRC/SC-20.710/0-0

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	9.276.000,00	9.276.000,00	7.854.339,53	84,67
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	3.000.000,00	3.000.000,00	2.555.316,64	78,51
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	1.200.000,00	1.200.000,00	1.180.593,45	98,38
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.000.000,00	3.000.000,00	2.481.847,42	82,73
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.020.000,00	1.020.000,00	961.591,60	94,27
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	46.000,00	46.000,00	25.964,48	56,44
Dívida Ativa dos Impostos	620.000,00	620.000,00	408.464,09	65,88
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	390.000,00	390.000,00	440.571,85	112,97
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	35.240.000,00	35.240.000,00	27.441.436,97	77,87
Cota-Parte FPM	18.000.000,00	18.000.000,00	13.865.617,25	77,03
Cota-Parte ITR	120.000,00	120.000,00	271.487,65	226,24
Cota-Parte IPVA	2.800.000,00	2.800.000,00	2.785.934,64	99,50
Cota-Parte ICMS	14.000.000,00	14.000.000,00	10.316.880,40	73,69
Cota-Parte IPH-Exportação	200.000,00	200.000,00	157.136,73	78,57
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	120.000,00	120.000,00	44.380,30	36,98
Desoneração ICMS (LC 87/86)	120.000,00	120.000,00	44.380,30	36,98
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	44.516.000,00	44.516.000,00	35.295.776,50	79,29

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	4.888.000,00	4.888.000,00	4.715.945,21	96,48
Provenientes da União	4.550.500,00	4.550.500,00	4.505.889,44	99,02
Provenientes dos Estados	337.500,00	337.500,00	210.075,77	62,24
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	63.000,00	63.000,00	13.590,00	21,57
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	4.951.000,00	4.951.000,00	4.729.535,21	95,53

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	12.803.000,00	14.686.394,88	12.029.434,28	81,91	10.701.747,22	72,87
Pessoal e Encargos Sociais	8.070.000,00	9.055.114,72	6.924.623,10	76,47	6.914.509,56	76,36
Outras Despesas Correntes	4.533.000,00	5.631.250,16	5.104.811,18	90,65	3.786.637,66	67,25
DESPESAS DE CAPITAL	736.000,00	1.368.186,41	1.192.525,94	87,16	541.172,85	39,55
Investimentos	736.000,00	1.368.186,41	1.192.525,94	87,16	541.172,85	39,55

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)						
DESPESAS DE CAPITAL Investimentos	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
	736.000,00	1.368.186,41	1.192.525,94	87,16	541.172,85	39,55
	736.000,00	1.368.186,41	1.192.525,94	87,16	541.172,85	39,55
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	13.339.000,00	16.054.551,29	13.221.960,22	82,36	11.242.920,07	70,03
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO						
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS DESPESA COM ASSISTÊNCIA A SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSE DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS Recursos de Operações de Crédito Outros Recursos OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹ DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS² DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
	Até o Bimestre (h)	% (h/f)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/f)*100		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	4.888.000,00	6.936.724,59	5.699.369,85	43,11	4.120.688,37	36,65
	4.888.000,00	6.936.724,59	5.699.369,85	43,11	4.120.688,37	36,65
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	-	-	0,00	0,00	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	4.888.000,00	6.936.724,59	5.699.369,85	43,11	4.120.688,37	36,65
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	8.451.000,00	9.117.826,70	7.522.890,37	39,25	7.122.231,70	33,38
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / VIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI] - (15 x VIIb)/100³						
1.827.965,23						

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de CURTIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2013		101.941,25	3.491,51	40.102,47	61.838,78	0,00
TOTAL		101.941,25	3.491,51	40.102,47	61.838,78	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º			SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013			0,00	0,00	0,00	
TOTAL (VII)			0,00	0,00	0,00	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ADIÇÃO DE E 2º				LIMITE NÃO CUMPRIDO			
				SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
				-	-	-	

DESPESAS COM SAÚDE (Por subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (j)	% (j/total)*100	Até Bimestre (m)	% (m/total)*100
Atenção Básica	11.304.000,00	13.262.140,64	10.585.040,71	80,06	9.356.489,56	83,22
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.910.000,00	2.469.311,01	2.412.708,42	18,25	1.742.956,32	15,50
Vigilância Epidemiológica	125.000,00	323.069,64	224.211,09	1,70	143.474,19	1,28
TOTAL	13.339.000,00	16.054.551,29	13.221.960,22	100,00	11.242.920,07	100,00

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "j+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "j+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual não estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $(M/n) - ((15 \times IIIb)/100)$

CURTIBANOS, 19/11/2014

JOSE ANTONIO GUIDI Prefeito Municipal	AMALURY SILVA Secretário de Administração	FLAVIO LUIZ ZILIO Contador CRC/SC-20.7100-0
------------------------------------------	----------------------------------------------	------------------------------------------------

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	9.276.000,00	9.276.000,00	7.854.339,53	84,67
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	3.000.000,00	3.000.000,00	2.555.316,64	78,51
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	1.200.000,00	1.200.000,00	1.180.593,45	98,38
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.000.000,00	3.000.000,00	2.481.847,42	82,73
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.020.000,00	1.020.000,00	961.591,60	94,27
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	46.000,00	46.000,00	25.964,48	56,44
Dívida Ativa dos Impostos	620.000,00	620.000,00	408.464,09	65,88
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	390.000,00	390.000,00	440.571,85	112,97
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	35.240.000,00	35.240.000,00	27.441.436,97	77,87
Cota-Parte FPM	18.000.000,00	18.000.000,00	13.865.617,25	77,03
Cota-Parte ITR	120.000,00	120.000,00	271.487,65	226,24
Cota-Parte IPVA	2.800.000,00	2.800.000,00	2.785.934,64	99,50
Cota-Parte ICMS	14.000.000,00	14.000.000,00	10.316.880,40	73,69
Cota-Parte IPH-Exportação	200.000,00	200.000,00	157.136,73	78,57
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	120.000,00	120.000,00	44.380,30	36,98
Desoneração ICMS (LC 87/86)	120.000,00	120.000,00	44.380,30	36,98
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	44.516.000,00	44.516.000,00	35.295.776,50	79,29

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	4.888.000,00	4.888.000,00	4.715.945,21	96,48
Provenientes da União	4.550.500,00	4.550.500,00	4.505.889,44	99,02
Provenientes dos Estados	337.500,00	337.500,00	210.075,77	62,24
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	63.000,00	63.000,00	13.590,00	21,57
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	4.951.000,00	4.951.000,00	4.729.535,21	95,53

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	12.803.000,00	14.686.394,88	12.029.434,28	81,91	10.701.747,22	72,87
Pessoal e Encargos Sociais	8.070.000,00	9.055.114,72	6.924.623,10	76,47	6.914.509,56	76,36
Outras Despesas Correntes	4.533.000,00	5.631.250,16	5.104.811,18	90,65	3.786.637,66	67,25
DESPESAS DE CAPITAL	736.000,00	1.368.186,41	1.192.525,94	87,16	541.172,85	39,55
Investimentos	736.000,00	1.368.186,41	1.192.525,94	87,16	541.172,85	39,55

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	736.000,00	1.368.186,41	1.192.525,94	87,16	541.172,85	39,55
Investimentos	736.000,00	1.368.186,41	1.192.525,94	87,16	541.172,85	39,55
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	13.336.000,00	16.054.551,29	13.221.960,22	82,36	11.242.930,07	70,03
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/f)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/f)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	4.888.000,00	6.936.724,59	5.699.369,85	43,11	4.120.688,37	36,65
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	4.888.000,00	6.936.724,59	5.699.369,85	43,11	4.120.688,37	36,65
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	4.888.000,00	6.936.724,59	5.699.369,85	43,11	4.120.688,37	36,65
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	8.451.000,00	9.117.826,70	7.522.890,37	39,25	7.122.231,70	33,38
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VII / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL (VI) - (15 x IIIB)/100³						
						1.827.965,23

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2013		101.941,25	3.491,51	40.102,47	61.838,78	0,00
TOTAL		101.941,25	3.491,51	40.102,47	61.838,78	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º			SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013			0,00	0,00	0,00	
TOTAL (VII)			0,00	0,00	0,00	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ADIÇÃO DE E 2º				LIMITE NÃO CUMPRIDO			
				SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
				-	-		

DESPESAS COM SAÚDE (Por subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/total)*100	Até Bimestre (m)	% (m/total)*100
Atenção Básica	11.304.000,00	13.262.140,64	10.585.040,71	80,06	9.356.489,56	83,22
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.910.000,00	2.469.311,01	2.412.708,42	18,25	1.742.956,32	15,50
Vigilância Epidemiológica	125.000,00	323.069,64	224.211,09	1,70	143.474,19	1,28
TOTAL	13.339.000,00	16.054.551,29	13.221.960,22	100,00	11.242.920,07	100,00

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "m" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "m" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual não estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $(M/n) - ((15 \times IIIb)/100)$

CURITIBANOS, 19/11/2014

JOSE ANTONIO GUIDI Prefeito Municipal	AMALURY SILVA Secretário de Administração	FLAVIO LUIZ ZILIO Contador CRC/SC-20.7100-0
------------------------------------------	----------------------------------------------	------------------------------------------------

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	9.276.000,00	9.276.000,00	7.854.339,53	84,67
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	3.000.000,00	3.000.000,00	2.555.316,64	78,51
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	1.200.000,00	1.200.000,00	1.180.583,45	98,38
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.000.000,00	3.000.000,00	2.481.847,42	82,73
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.020.000,00	1.020.000,00	961.591,60	94,27
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	46.000,00	46.000,00	25.964,48	56,44
Dívida Ativa dos Impostos	620.000,00	620.000,00	408.464,09	65,88
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	390.000,00	390.000,00	440.571,85	112,97
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	35.240.000,00	35.240.000,00	27.441.436,97	77,87
Cota-Parte FPM	18.000.000,00	18.000.000,00	13.865.617,25	77,03
Cota-Parte ITR	120.000,00	120.000,00	271.487,65	226,24
Cota-Parte IPVA	2.800.000,00	2.800.000,00	2.785.934,64	99,50
Cota-Parte ICMS	14.000.000,00	14.000.000,00	10.316.880,40	73,69
Cota-Parte IPH-Exportação	200.000,00	200.000,00	157.136,73	78,57
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	120.000,00	120.000,00	44.380,30	36,98
Desoneração ICMS (LC 87/86)	120.000,00	120.000,00	44.380,30	36,98
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	44.516.000,00	44.516.000,00	35.295.776,50	79,29

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	4.888.000,00	4.888.000,00	4.715.945,21	96,48
Provenientes da União	4.550.500,00	4.550.500,00	4.505.889,44	99,02
Provenientes dos Estados	337.500,00	337.500,00	210.075,77	62,24
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	63.000,00	63.000,00	13.590,00	21,57
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	4.951.000,00	4.951.000,00	4.729.535,21	95,53

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	12.803.000,00	14.686.394,88	12.029.434,28	81,91	10.701.747,22	72,87
Pessoal e Encargos Sociais	8.070.000,00	9.056.114,72	6.924.623,10	76,47	6.914.509,56	76,36
Outras Despesas Correntes	4.533.000,00	5.631.250,16	5.104.811,18	90,65	3.786.637,66	67,25
DESPESAS DE CAPITAL	736.000,00	1.368.186,41	1.192.525,94	87,16	541.172,85	39,55
Investimentos	736.000,00	1.368.186,41	1.192.525,94	87,16	541.172,85	39,55

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	736.000,00	1.368.186,41	1.192.525,94	87,16	541.172,85	39,55
Investimentos	736.000,00	1.368.186,41	1.192.525,94	87,16	541.172,85	39,55
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	13.336.000,00	16.054.551,29	13.221.960,22	82,36	11.242.930,07	70,03
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/f)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/f)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	4.888.000,00	6.936.724,59	5.699.369,85	43,11	4.120.688,37	36,65
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	4.888.000,00	6.936.724,59	5.699.369,85	43,11	4.120.688,37	36,65
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	4.888.000,00	6.936.724,59	5.699.369,85	43,11	4.120.688,37	36,65
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	8.451.000,00	9.117.826,70	7.522.890,37	39,25	7.122.231,70	33,38
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VII / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL (VI) - (15 x IIIB)/100³						
						1.827.965,23

Continua 2/3

Município de CURTIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2013		101.941,25	3.491,51	40.102,47	61.838,78	0,00
TOTAL		101.941,25	3.491,51	40.102,47	61.838,78	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)		
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013		0,00	0,00		
TOTAL (VII)		0,00	0,00	0,00	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ADIÇÃO DE E 2º		LIMITE NÃO CUMPRIDO		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		
		-	-		

DESPESAS COM SAÚDE (Por subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/total)*100	Até Bimestre (m)	% (m/total)*100
Atenção Básica	11.304.000,00	13.262.140,64	10.585.040,71	80,06	9.356.489,56	83,22
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.910.000,00	2.469.311,01	2.412.708,42	18,25	1.742.956,32	15,50
Vigilância Epidemiológica	125.000,00	323.069,64	224.211,09	1,70	143.474,19	1,28
TOTAL	13.339.000,00	16.054.561,29	13.221.960,22	100,00	11.242.920,07	100,00

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "m" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "m" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual não estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula: $(M/n) - ((15 \times IIIb)/100)$

CURTIBANOS, 19/11/2014

JOSE ANTONIO GUIDI Prefeito Municipal	AMALURY SILVA Secretário de Administração	FLAVIO LUIZ ZILIO Contador CRC/SC-20.7100-0
------------------------------------------	----------------------------------------------	------------------------------------------------

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADAA DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADAA DECLARAR

FONTE:

CURITIBANOS, 19/11/2014

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador CRC/SC-20.710/0-0

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADAA DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADAA DECLARAR

FONTE:

CURITIBANOS, 19/11/2014

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador CRC/SC-20.710/0-0

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADAA DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADAA DECLARAR

FONTE:

CURITIBANOS, 19/11/2014

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador CRC/SC-20.710/0-0

Município de CURITIBANOS - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	73.428.500,00
Previsão Atualizada		—	73.428.500,00
Receitas Realizadas		12.863.151,53	68.128.532,35
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	2.440.136,57
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	73.428.500,00
Créditos Adicionais		—	16.696.696,94
Dotação Atualizada		—	90.125.196,94
Despesas Empenhadas		9.655.923,62	70.157.230,16
Despesas Liquidadas		13.446.726,47	56.920.345,62
Superávit Orçamentário		—	11.208.186,73
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		9.655.923,62	70.157.230,16
Despesas Liquidadas		13.446.726,47	56.920.345,62
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			70.652.241,79
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		1.463.199,80	8.538.200,99
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		1.075.521,38	5.217.570,53
Liquidadas		1.075.521,38	5.217.570,53
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		387.678,42	3.320.630,46
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		200.000,00	-5.375.313,20
Resultado Primário		348.500,00	8.189.777,77
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	4.433.777,92	265.189,91	3.847.182,13
EXECUTIVO	3.841.488,42	257.793,98	3.298.788,56
LEGISLATIVO	235.500,00	0,00	235.500,00
EXECUTIVO	356.789,50	7.395,93	312.893,57
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.085.434,81	0,00	2.082.844,31
EXECUTIVO	2.085.434,81	0,00	2.082.844,31
TOTAL:	6.519.212,73	265.189,91	5.930.026,44
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		6.031.303,33	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		8.268.861,09	60%
Liquidadas		8.663.172,08	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	20.000,00

Continua 1/2

Município de CURITIBANOS - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Despesa de Capital Líquida			7.632.466,85	11.456.810,17
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	4.624.575,32	2.504.797,28	674.639,18	9.581,64
Despesas Previdenciárias (V)	4.152.148,14	4.431.388,55	4.463.235,54	2.003.820,50
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	472.427,18	-1.926.591,27	-3.788.596,36	-1.994.238,86
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			141.687,50	-129.687,50
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			532.320,53	3.648,78
DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	7.122.231,70	15,00	20,18	
Liquidadas	7.122.231,70			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

CURITIBANOS, 20/11/2014

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador CRC/SC-20.710/0-0

Ermo**PREFEITURA****EXTRATO DO CONTRATO Nº 39/2014 - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 04/2014**

EXTRATO DO CONTRATO nº 39/2014

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 04/2014

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo
CONTRATADO: AUTO POSTO DAMINELLI LTDA

OBJETO: Fornecimento de combustíveis para o consumo dos veículos e máquinas, de forma parcelada, durante o exercício de 2014.

VALOR ESTIMADO: O valor do item 01 (óleo diesel), previsto na cláusula terceira do contrato de origem de R\$ 2,398 (dois reais, trinta e nove centavos e oito centésimos de centavos), após reajuste resulta no valor de R\$ 2,499 (dois reais, quarenta e nove centavos e nove centésimos de centavos), conforme termo de solicitação de reajuste de preço anexo. O valor do item 02 (gasolina), previsto na cláusula terceira do contrato de origem de R\$ 2,998 (dois reais, noventa e nove centavos e oito centésimos de centavos), após reajuste resulta no valor de R\$ 3,049 (três reais, quatro centavos e nove centésimos de centavos), conforme termo de solicitação de reajuste de preço anexo.

DATA DA ASSINATURA: 17/11/2014.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 41/2014 - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2014

EXTRATO DO CONTRATO nº 41/2014

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 01/2014

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: AUTO POSTO DAMINELLI LTDA

OBJETO: Fornecimento de combustíveis para o consumo dos veículos e máquinas, de forma parcelada, durante o exercício de 2014.

VALOR ESTIMADO: O valor do item 01 (óleo diesel), previsto na cláusula terceira do contrato de origem de R\$ 2,398 (dois reais, trinta e nove centavos e oito centésimos de centavos), após reajuste resulta no valor de R\$ 2,499 (dois reais, quarenta e nove centavos e nove centésimos de centavos), conforme termo de solicitação de reajuste de preço anexo.

O valor do item 02 (gasolina), previsto na cláusula terceira do contrato de origem de R\$ 2,998 (dois reais, noventa e nove centavos e oito centésimos de centavos), após reajuste resulta no valor de R\$ 3,049 (três reais, quatro centavos e nove centésimos de centavos), conforme termo de solicitação de reajuste de preço anexo.

DATA DA ASSINATURA: 17/11/2014.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 42/2014 - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 31/2014

EXTRATO DO CONTRATO nº 42/2014

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 31/2014

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: AUTO POSTO DAMINELLI LTDA

OBJETO: Aquisição de 15.500 litros de combustível (Diesel S10) para serem utilizados nos veículos novos da Secr. Educação: Ducato placa MMK-7374 e Ônibus placa OKH-2594 e da Secr. Obras: Caçamba placa MKH-3912, de forma parcelada, durante o exercício de 2014.

VALOR ESTIMADO: O valor do item 01 (Diesel S10) previsto na cláusula terceira do contrato de origem de R\$ 2,549 (dois reais, cinquenta e quatro centavos e nove centésimos de centavos), após reajuste resulta no valor de R\$ 2,615 (dois reais, sessenta e um centavos e cinco centésimos de centavos), conforme termo de solicitação de reajuste de preço anexo.

DATA DA ASSINATURA: 17/11/2014.

Erval Velho

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 001/2014

RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº. 001/2014

O Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, Senhor Walter Kleber Kucher Junior, no uso de suas atribuições, RETIFICA o Edital nº 001/2014 nos seguintes termos:

- 1 Preâmbulo. Fica suprimido lei complementar nº 341, de 02 de dezembro 2013.
- 2 Item 4.3 - Onde se lê 30 de novembro de 2014, leia-se 21 de dezembro de 2014.
- 3 Item 9.1 - Onde se lê em janeiro de 2015, leia-se fevereiro de 2015.
- 4 Anexo II- fica estabelecido o novo cronograma abaixo:

ANEXO II CRONOGRAMA DO CONCURSO PÚBLICO

Publicação e Disponibilização do Edital	23/10/2014
Impugnação do Edital	23/10/2014 a 21/11/2014
Período de Inscrição	23/10/2014 a 21/11/2014
Apresentação dos Documentos da Prova de Títulos	23/10/2014 a 21/11/2014
Homologação das Inscrições Deferidas	24/11/2014
Recursos da Homologação das Inscrições	25 e 26/11/2014
Homologação Final das Inscrições Deferidas	27/11/2014
Data e horários da Prova Escrita	21/12/2014 – das 09h às 12h
Divulgação do Gabarito Provisório	21/12/2014 – às 17h
Recurso ao Gabarito e Prova Escrita	05 e 06/01/2015
Divulgação do Gabarito Oficial	07/01/2015
Divulgação da Classificação da Prova Escrita e da Prova de Títulos	07/01/2015
Recurso a classificação da Prova Escrita e Prova de Títulos	08 e 09/01/2015
Divulgação da classificação da Prova Escrita	12/01/2015
Prova Prática e de esforço físico	17/01/2015 – a partir das 08h
Recursos das provas práticas e de esforço físico	19 e 20/01/2015
Classificação Final do Concurso Público	21/01/2015
Recurso da Classificação Final	22 e 23/01/2015
Homologação Final do Concurso Público	26/01/2015

Ficam as demais disposições do Edital supramencionado inalteradas.

Publique-se.

Erval Velho, 21 de novembro de 2014.
Prefeito Municipal de Erval Velho
Walter Kleber Kucher Junior

Forquilha

PREFEITURA

DECRETO Nº. 111 DE 01 DE SETEMBRO 2014.

DECRETO Nº. 111 DE 01 DE SETEMBRO 2014.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 13, inciso I, IV e V da Lei Municipal nº 1.917 de 18 de novembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Prefeitura Municipal de Forquilha, do exercício de 2014, no valor de R\$ 237.815,89 (duzentos e trinta e sete mil, oitocentos e quinze reais, oitenta e nove centavos) distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 05 - Secretaria de Educação

1.005 - Construção, Ampliação, Reforma, Reeq. de Unidades Escolares

049 - 4490.00.01.96 - Aplicações Diretas
.....R\$ 199.075,04

Órgão 07 - Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano

1.019 - Aquisição Área, Coonstr, Ampliação Edificações Públicas/ Centros Comunit/Centro Conv/Multiplo Uso

103 - 4490.00.01.95 - Aplicações Diretas
.....R\$ 5.000,00

Órgão 12 - Fundo Municipal de Habitação

2.034 - Manutenção do Fundo Municipal de Habitação

236 - 4490.00.06.94 - Aplicações Diretas
.....R\$ 27.700,95

Órgão 13 - Fundo Municipal de Assistência Social

2.020 - Manutenção e Ampliação dos Programas e Serviços Sociais

238 - 3390.00.06.25 - Aplicações Diretas
.....R\$ 2.780,00

244 - 4490.00.06.25 - Aplicações Diretas
.....R\$ 3.259,90

TOTAL
.....R\$ 237.815,89

Art. 2º - Para atender aos créditos de que trata o art. 1º, no órgão 05, projeto 1.005, será utilizado como fonte de recursos o valor recebido, conforme convenio com FNDE, creditado na conta nº 27.419-4; no órgão 07, projeto 1.019, será utilizado como fonte de recursos o valor recebido, conforme convênio, creditado na conta nº 27.608-1; no órgão 12, atividade 2.034, será utilizado parte do superávit financeiro do exercício de 2013, conforme saldo da conta nº 647.001-0; no órgão 13, atividade 2.030, será utilizado parte do superávit financeiro do exercício de 2013, conforme saldo da conta nº 24.824-X.

TOTAL
.....R\$ 237.815,89

Art. 3º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Fundo Municipal de Saúde de Forquilha, do exercício de 2014, no valor de R\$ 159.664,00 (Cento e cinquenta e nove mil, seiscentos e sessenta e quatro reais), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 17 - Fundo Municipal de Saúde
 2.050 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
 015 - 3390.00.01.02 - Aplicações Diretas
R\$ 50.000,00
 2.052 - Programa Atenção Básica - PAB
 032 - 3391.00.02.64 - Aplicações Diretas
R\$ 58.000,00
 2.061 - Programa Co-financiamento
 087 - 3390.00.06.06 - Aplicações Diretas
R\$ 25.000,00
 088 - 4490.00.06.06 - Aplicações Diretas
R\$ 26.664,00

TOTAL
R\$ 159.664,00

Art. 4º - Para atender aos créditos de que trata o art. 3º, será utilizado como fonte de recursos, na atividade 2.061, parte do superávit financeiro do exercício de 2013, conforme saldo da conta nº 125.357-3, e nas demais atividades será utilizado como fonte às anulações a seguir:

2.050 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
 009 - 3190.00.01.00 - Aplicações Diretas
R\$ 50.000,00
 2.052 - Programa Atenção Básica - PAB
 030 - 3191.00.02.64 - Aplicações Diretas
R\$ 50.000,00
 033 - 4490.00.02.64 - Aplicações Diretas
R\$ 8.000,00

TOTAL
R\$ 159.664,00

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 01 de setembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 01 de setembro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 114 DE 08 DE SETEMBRO 2014.

DECRETO Nº. 114 DE 08 DE SETEMBRO 2014.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 13, inciso I e IV da Lei Municipal nº 1.917 de 18 de novembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Prefeitura Municipal de Forquilha, do exercício de 2014, no valor de R\$ 31.800,00 (trinta e um mil e oitocentos reais), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 08 - Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo
 2.039 - Manutenção da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo
 134 - 3350.00.01.00 - Aplicações Diretas
R\$ 6.500,00

Órgão 13 - Fundo Municipal de Assistência Social
 2.020 - Manutenção e Ampliação dos Programas e Serviços Sociais
 195 - 4490.00.01.52 - Aplicações Diretas
R\$ 15.000,00
 2.021 - Programa Bolsa Família IGD/SUAS
 201 - 4490.00.01.63 - Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00
 2.025 - Manutenção Centro Referência Especializado de Assistência Social - CREAS
 213 - 4490.00.01.00 - Aplicações Diretas
R\$ 300,00

TOTAL
R\$ 31.800,00

Art. 2º - Para atender aos créditos de que trata o art. 1º, será utilizado como fonte de recursos à anulação de valores de dotações orçamentárias das seguintes contas:

Órgão 08 - Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo
 2.039 - Manutenção da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo
 135 - 3390.00.01.00 - Aplicações Diretas
R\$ 6.500,00

Órgão 13 - Fundo Municipal de Assistência Social
 2.020 - Manutenção e Ampliação dos Programas e Serviços Sociais
 193 - 3390.00.01.52 - Aplicações Diretas
R\$ 15.000,00
 2.021 - Programa Bolsa Família IGD/SUAS
 198 - 4490.00.01.63 - Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00
 2.025 - Manutenção Centro Referência Especializado de Assistência Social - CREAS
 211 - 3390.00.01.00 - Aplicações Diretas
R\$ 300,00

TOTAL
R\$ 31.800,00

Art. 3º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Fundo Municipal de Saúde de Forquilha, do exercício de 2014, no valor de R\$ 7.137,08 (sete mil, cento e trinta e sete reais, oito centavos), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 17 - Fundo Municipal de Saúde
 2.061 - Programa Co-Financiamento
 088 - 4490.00.06.06 - Aplicações Diretas
R\$ 7.137,08

TOTAL
R\$ 7.137,08

Art. 4º - Para atender aos créditos de que trata o art. 3º, será utilizado como fonte de recursos parte do superávit financeiro do exercício de 2013, conforme saldo conta bancária nº 125.357-3.

TOTAL
R\$ 7.137,08

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 08 de setembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 08 de setembro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 116 DE 12 DE SETEMBRO 2014.

DECRETO Nº. 116 DE 12 DE SETEMBRO 2014.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 13, inciso I e IV da Lei Municipal nº 1.917 de 18 de novembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Prefeitura Municipal de Forquilha, do exercício de 2014, no valor de R\$ 541.373,47 (quinhentos e quarenta e um mil, trezentos e setenta e três reais, quarenta e sete centavos), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 05 - Secretaria de Educação
2.013 - Manutenção Centro Educação Infantil
056 - 3190.00.01.19 - Aplicações Diretas
.....R\$ 120.000,00
2.015 - Manutenção Ensino Fundamental
069 - 3190.00.01.19 - Aplicações Diretas
.....R\$ 330.000,00
076 - 3390.00.01.19 - Aplicações Diretas
.....R\$ 10.000,00

Órgão 07 - Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano
1.017 - Abertura Avenidas, Pavimentação, Manutenção, Drenagem Estradas Municipais
242 - 4490.00.06.94 - Aplicações Diretas
.....R\$ 81.373,47

TOTALR\$ 541.373,47

Art. 2º - Para atender aos créditos de que trata o art. 1º, será utilizado no órgão 07, projeto 1.017, o superávit financeiro do exercício de 2013, conforme saldo da conta nº 647.001-0; no órgão 05, será utilizado como fonte de recursos à anulação de valores de dotações orçamentárias das seguintes contas:

Órgão 05 - Secretaria de Educação
2.013 - Manutenção Centro Educação Infantil
062 - 3390.00.01.19 - Aplicações Diretas
.....R\$ 120.000,00
2.015 - Manutenção Ensino Fundamental
068 - 3190.00.01.18 - Aplicações Diretas
.....R\$ 330.000,00
080 - 4490.00.01.19 - Aplicações Diretas
.....R\$ 10.000,00
TOTALR\$ 541.373,47

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 12 de setembro de 2014.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 12 de setembro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 118 DE 26 DE SETEMBRO 2014.

DECRETO Nº. 118 DE 26 DE SETEMBRO 2014.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 13, inciso I e IV da Lei Municipal nº 1.917 de 18 de novembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Prefeitura Municipal de Forquilha, do exercício de 2014, no valor de R\$ 208.381,99 (duzentos e oito mil, trezentos e oitenta e um reais, noventa e nove centavos), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 05 - Secretaria de Educação
1.005 - Constr. Ampliação, Reforma Reeq. Unidades Escolares
246 - 4490.00.03.07 - Aplicações Diretas
.....R\$ 178.381,99
2.013 - Manutenção Centros de Educação Infantil
056 - 3190.00.01.19 - Aplicações Diretas
.....R\$ 30.000,00

TOTALR\$ 208.381,99

Art. 2º - Para atender aos créditos de que trata o art. 1º, no órgão 05, projetos 1.005, será utilizado como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2013, conforme saldo da conta 672.001-7 e nos demais projetos/atividades será utilizado como fonte de recursos à anulação de valores de dotações orçamentárias das seguintes contas:

Órgão 05 - Secretaria de Educação
2.013 - Manutenção Centros de Educação Infantil
056 - 3190.00.01.19 - Aplicações Diretas
.....R\$ 30.000,00

TOTALR\$ 208.381,99

Art. 3º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Fundação Ambiental Municipal de Forquilha, do exercício de 2014, no valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 21- Fundação Ambiental Municipal
2.090 - Manutenção da Fundação Municipal Ambiental
004 - 3390.00.02.00 - Aplicações Diretas
.....R\$ 750,00

TOTALR\$ 750,00

Art. 4º - Para atender aos créditos de que trata o art. 3º, será utilizado como fonte de recursos à anulação dos valores de dotações orçamentárias das seguintes contas:

Órgão 21- Fundação Ambiental Municipal
2.090 - Manutenção da Fundação Municipal Ambiental
006 - 4490.00.02.00 - Aplicações Diretas
.....R\$ 750,00

TOTALR\$ 750,00

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 26 de setembro de 2014.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 26 de setembro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 119 DE 01 DE OUTUBRO 2014.

DECRETO Nº. 119 DE 01 DE OUTUBRO 2014.
AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR
CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 13, inciso I e V da Lei Municipal nº 1.917 de 18 de novembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Prefeitura Municipal de Forquilha, do exercício de 2014, no valor de R\$ 83.333,33 (Oitenta e três mil, trezentos e trinta e três, trinta e três centavos), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 07 - Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano
1.017 - Abertura Avenidas, Pavim, Manut, Drenagem Ruas Municipais
121 - 4450.00.01.95 - Aplicações Diretas
.....R\$ 83.333,33

TOTALR\$ 83.333,33

Art. 2º - Para atender aos créditos de que trata o art. 1º, será utilizado como fonte de recursos os valores recebidos conforme convênio vinculado ao Estado de Santa Catarina, creditado na conta bancária nº 27.609-X.

TOTALR\$ 83.333,33

Art. 3º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Fundo Municipal de Saúde de Forquilha, do exercício de 2014, no valor de R\$ 33.333,33 (trinta e três mil, trezentos e trinta e três reais, trinta e três centavos), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 17 - Fundo Municipal de Saúde
2.052 - Programa Atenção Básica - PAB
081 - 4490.00.06.06 - Aplicações Diretas
.....R\$ 33.333,33

TOTALR\$ 33.333,33

Art. 4º - Para atender aos créditos de que trata o art. 3º, será utilizado como fonte de recursos o superávit do exercício de 2013, conforme saldo da conta nº 624.001-5.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 01 de outubro de 2014.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 01 de outubro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 126 DE 22 DE OUTUBRO 2014.

DECRETO Nº. 126 DE 22 DE OUTUBRO 2014.
AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR
CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 13, inciso I e VI da Lei Municipal nº 1.917 de 18 de novembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Prefeitura Municipal de Forquilha, do exercício de 2014, no valor de R\$ 146.511,20 (cento e quarenta e seis mil, quinhentos e onze reais, vinte centavos) distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 05 - Secretaria de Educação
2.013 - Manutenção Centro de Educação Infantil
056 - 3190.00.01.19 - Aplicações Diretas
.....R\$ 100.000,00
2.015 - Manutenção do Ensino Fundamental
078 - 4490.00.01.58 - Aplicações Diretas
.....R\$ 35.000,00

Órgão 13 - Fundo Municipal de Assistência Social
2.020 - Manutenção e Ampliação dos Programas e Serviços Sociais
190 - 3350.00.01.52 - Aplicações Diretas
.....R\$ 1.511,20

2.024 - Manutenção Programa Pro Jovem
247 - 3390.00.06.25 - Aplicações Diretas
.....R\$ 10.000,00

TOTALR\$ 146.511,20

Art. 2º - Para atender aos créditos de que trata o art. 1º, no órgão 13, atividade 2.024, será utilizado como fonte de recursos parte do superávit financeiro do exercício de 2013, conforme saldo da conta nº 26.615-9; e nas demais atividades serão utilizadas como fonte de recursos à anulação de valores de dotações orçamentárias da seguinte conta:

Órgão 05 - Secretaria de Educação
2.013 - Manutenção Centro de Educação Infantil
058 - 3191.00.01.19 - Aplicações Diretas
.....R\$ 10.000,00
064 - 4490.00.01.19 - Aplicações Diretas
.....R\$ 40.000,00
062 - 3390.00.01.19 - Aplicações Diretas
.....R\$ 50.000,00

2.015 - Manutenção do Ensino Fundamental
074 - 3390.00.01.58 - Aplicações Diretas
.....R\$ 35.000,00

Órgão 13 - Fundo Municipal de Assistência Social
2.020 - Manutenção e Ampliação dos Programas e Serviços Sociais
193 - 3390.00.01.52 - Aplicações Diretas
.....R\$ 1.511,20

TOTALR\$ 146.511,20

Art. 3º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Fundo Municipal de Saúde - Forquilha, do exercício de 2014, no valor de R\$ 111.285,11 (cento e onze mil, duzentos e oitenta e cinco reais, onze centavos), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 17 - Fundo Municipal de Saúde - Forquilha
 2.050 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
 015 - 3390.00.01.02 - Aplicações Diretas
R\$ 90.000,00
 2.051 - Manutenção Programa de Saúde Mental - CAPS
 027 - 3390.00.02.65 - Aplicações Diretas
R\$ 1.500,00
 2.057 - Programa Vigilância Epidemiológica
 049 - 4490.00.02.66 - Aplicações Diretas
R\$ 19.785,11
 TOTALR\$ 111.285,11

Art. 4º - Para atender aos créditos de que trata o art. 3º, na atividade 2.057, será utilizado como fonte de recursos o excesso de arrecadação na fonte 2.66; nas demais atividades serão utilizadas como fonte de recursos à anulação de valores de dotações orçamentárias da seguinte conta:

Órgão 17 - Fundo Municipal de Saúde - Forquilha
 2.050 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
 009 - 3190.00.01.02 - Aplicações Diretas
R\$ 90.000,00
 2.051 - Manutenção Programa de Saúde Mental - CAPS
 029 - 4490.00.02.65 - Aplicações Diretas
R\$ 1.500,00
 TOTALR\$ 111.285,11

Art. 5º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Fundação Municipal Ambiental de Forquilha, do exercício de 2014, no valor de R\$ 415,00 (quatrocentos e quinze reais), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 021 - Fundação Municipal Ambiental - Forquilha
 2.090 - Manutenção da Fundação Municipal Ambiental
 006 - 4490.00.02.00 - Aplicações Diretas
R\$ 415,00

Art. 6º - Para atender aos créditos de que trata o art. 5º será utilizada como fonte de recursos à anulação de valores de dotações orçamentárias da seguinte conta:

Órgão 021 - Fundação Municipal Ambiental - Forquilha
 2.090 - Manutenção da Fundação Municipal Ambiental
 002 - 3190.00.02.00 - Aplicações Diretas
R\$ 415,00

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 22 de outubro de 2014.
 VANDERLEI ALEXANDRE
 Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 22 de outubro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
 Secretário de Administração e Finanças

AVISO DE ALTERAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 210/PMF/2014

AVISO DE ALTERAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 210/PMF/2014

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, retificar o Edital do Pregão Presencial Nº. 210/PMF/2014 publicado em 13 de novembro de 2014 neste veículo de comunicação. Em virtude da inclusão das logomarcas correspondentes e aditamento das especificações no anexo VI do Edital, segue retificação da data de abertura:

Onde se lê: "DATA DE ABERTURA: Dia 01 de dezembro de 2014 às 09:00 horas."

Leia-se: "DATA DE ABERTURA: Dia 03 de dezembro de 2014 às 11:00 horas."

Feita a alteração acima, ficam todos notificados para os fins legais e de direito, na forma da lei vigente.

Forquilha, 20 de novembro de 2014.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/FMS/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
 MUNICÍPIO DE FORQUILHA

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 33/FMS/2014.

OBJETIVO: O presente Edital tem por objetivo a aquisição de fraldas descartáveis geriátricas, necessários e imprescindíveis para atendimentos a pessoas carentes do Município de Forquilha/SC, por meio da Secretaria de Saúde, para o exercício de 2015.

DATA DE ABERTURA: Dia 11 de dezembro de 2014 às 09:00 horas.
 EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00, ou por e-mail: licitações@forquilha.sc.gov.br e processos@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 20 de novembro de 2014.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

Fraiburgo

PREFEITURA

ACÓRDÃO - LIMGER EMP. DE LIMP. GERAIS E SRV. LTDA - 3361/2014

Processo Administrativo nº 3361/2014

Relatora: Cladi Ana Frozza Vescovi

Recorrente: Autoridade Fiscal - de ofício

TRIBUTÁRIO. ESCRITURAÇÃO DE LIVRO FISCAL. INEXISTÊNCIA DE OBRIGAÇÃO LEGAL. EMPRESA SEDIADA FORA DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, INAPLICABILIDADE DA LEI MUNICIPAL Nº 1.934 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2007. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Vistos, relatados e discutidos estes Autos de Ação Fiscal nº 3361/2014 em sede de reexame necessário (recurso de ofício) nos termos do artigo 622 do Código Tributário Municipal:

ACORDAM, por unanimidade de votos, conhecer do recurso e no mérito negar provimento.

RELATÓRIO

Limger Empresa de Limpezas Gerais e Serviços Ltda apresentou defesa contra o Auto de Infração nº 385/2014, alegando em síntese que está desobrigada da escrituração do livro eletrônico, tendo em vista que somente possui cadastro no Município e não um econômico cadastrado que lhe obrigue ao preenchimento da declaração.

Em sede de defesa preliminar houve acatamento pelo Fisco Municipal opinando pela sua procedência e cancelamento do Auto.

Analisando a legislação municipal, especialmente o contido na Lei Municipal nº 1934/2007, suas disposições são inaplicáveis a empresas prestadoras ou tomadoras de serviço que não possuam econômicos cadastrados.

No caso dos Autos, criou-se erroneamente um econômico quando na verdade se tratava apenas de uma cadastro.

Por estas razões, voto pelo desprovisionamento do recurso.

DECISÃO

Ante o exposto, nos termos do voto do relator, por unanimidade de votos, decidiu conhecer do recurso de ofício e no mérito negar-lhe provimento.

O conteúdo do presente Acórdão, nos termos do artigo 628 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003 deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios.

O julgamento, realizado no dia 03 de novembro de 2014, foi presidido pelo Exmo Senhor Elvito Coldebella, e dele participaram os Exmos Senhores Conselheiros Dr. Alisson Luiz Soligo, Moisés Ama-deu Patrício, Lucas Dalagnoli, funcionando como representante da Fazenda Pública o Procurador Dr. Silvano Pelissaro.

Fraiburgo, 20 de novembro de 2014.

Cladi Ana Frozza Vescovi

RELATORA

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0148A_2014-PMF

Aviso de Republicação do Pregão Presencial Nº 0148A/2014 - PMF MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O Prefeito Municipal, torna público a REPUBLICAÇÃO do certame em epígrafe, cujo objeto é a aquisição de um freezer vertical, para utilização na Casa Lar João Alves dos Santos. Fundamentação: alteração na descrição do objeto para aquisição de um freezer vertical, para utilização da "Secretaria de Ação Social". Mantém-se a data de abertura, tendo em visto que não houve alteração da proposta (art. 21, §4º Lei 8.666/93). Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 14:15 horas do dia 04.12.2014. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 20 de novembro de 2014.

Ivo Biazolo

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 0301/2014

DECRETO Nº 0301, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei Nº 2210, de 05 de Dezembro de 2013;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2014 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 305.000,00 (trezentos e cinco mil reais), nas seguintes dotações:

07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Educação Geral		
12.361.0005.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0300 (67)	R\$	50.000,00
12.365.0005.2.013 – Manutenção da Educação Infantil		
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0300 (91)	R\$	10.000,00
11.00 – Secretaria de Ação Social		
11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social		
08.244.0020.2.046 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social		
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0518 (304)	R\$	10.000,00
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0512 (174)	R\$	6.000,00
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0516 (175)	R\$	3.000,00
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0518 (305)	R\$	15.000,00
08.244.0021.2.047 – Manutenção do CRAS		
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0509 (188)	R\$	1.000,00
08.244.0022.2.048 – Manutenção do CREAS		

3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0520 (302)	R\$	10.000,00
14.00 – Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo		
14.01 – SANEFRAI		
17.512.0027.2.055 – Manutenção do Saneamento Básico		
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0900 (7)	R\$	200.000,00
Total	R\$	305.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

417220101 – Cota Parte do ICMS	R\$	60.000,00
417213412 – Transf. de Recursos FNAS - ACESSUAS	R\$	25.000,00
417229905 – Transf. de Recursos FEAS - Custeio	R\$	6.000,00
417229903 – Transf. de Recursos FEAS – Benef. Eventuais	R\$	3.000,00
417213408 – Transf. de Recursos FNAS - PBF	R\$	1.000,00
417213414 – Transf. de Recursos FNAS – Criança e Adolesc.	R\$	10.000,00
416002600 – Serviços de Fornecimento de Água	R\$	200.000,00
TOTAL	R\$	305.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 20 DE NOVEMBRO DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 0303/2014

DECRETO Nº 303, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2257, de 24 de Setembro de 2014.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar, para o exercício de 2014 no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

11.00 – Secretaria de Ação Social		
11.02 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente		
08.243.0023.2.049 – Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0600 (202)	R\$	3.000,00

Total	R\$	3.000,00
-------	-----	----------

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

11.00 – Secretaria de Ação Social		
11.02 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente		
08.243.0023.2.049 – Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente		
3.3.50.00.00 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos – Recurso 0.1.0600 (200)	R\$	30.000,00
Total	R\$	3.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 20 DE NOVEMBRO DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

EXTRATO EDITAL - SANEFRAI - 0007/2014

Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - Sanefrai
Fone: (49) 3246-0160 - Fax: (49) 3246-1868
CNPJ: 06.017.932/0001-23
Rua Nereu Ramos, nº 1061, Centro.

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0007 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

O PRESIDENTE DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público do Município de Fraiburgo, para as funções públicas de Agente de Serviços Gerais. O preenchimento de vagas será para o ano de 2015, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 24 de novembro a 04 de dezembro de 2014, das 08:30 as 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, em dia de expediente, na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no sítio "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3057.

Fraiburgo, 20 de novembro de 2014.
Elói Regalin
Presidente
Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI

André Luiz de Oliveira
Secretário de Administração e Planejamento

EXTRATO EDITAL - SANEFRAI - 0008/2014

Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - Saneфри
Fone: (49) 3246-0160 - Fax: (49) 3246-1868
CNPJ: 06.017.932/0001-23
Rua Nereu Ramos, nº 1061, Centro.

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0008 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

O PRESIDENTE DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público do Município de Fraiburgo, para a função pública de Operador de ETA. O preenchimento de vagas será para o ano de 2015, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 24 de novembro de 2014 a 04 de dezembro de 2014, das 08:30 as 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, em dia de expediente, na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no sítio "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3057.

Fraiburgo, 20 de novembro de 2014.
Elói Regalin
Presidente
Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI

André Luiz de Oliveira
Secretário de Administração e Planejamento

EXTRATO EDITAL - SANEFRAI - 0009/2014 - GUARDA DE PATRIMONIO

Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - Saneфри
Fone: (49) 3246-0160 - Fax: (49) 3246-1868
CNPJ: 06.017.932/0001-23
Rua Nereu Ramos, nº 1061, Centro.

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0009 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

O PRESIDENTE DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público do Município de Fraiburgo, para a função pública de Guarda de Patrimônio. O preenchimento de vagas será para o ano de 2015, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 24 de novembro até 04 de dezembro de 2014, das 08:30 as 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, em dia de expediente, na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no sítio "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3057.

Fraiburgo, 20 de novembro de 2014.
Elói Regalin
Presidente
Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI

André Luiz de Oliveira
Secretário de Administração e Planejamento

RECURSOS FEDERAIS 19.11.2014**NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS**

O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
10/11/2014	FMAS	PBF	1.735,16
10/11/2014	FMAS	IGD – SUAS	941,37
10/11/2014	FMAS	IGD – SUAS	506,25
12/11/2014	FMAS	IGDBF	6.000,19
12/11/2014	FMAS	IGDBF	5.950,86
12/11/2014	FMAS	PACI	5.000,00
12/11/2014	FMAS	PMFC	6.500,00
12/11/2014	FMAS	PMFC	6.500,00
12/11/2014	FMAS	PBFI	8.400,00
12/11/2014	FMAS	PBFI	8.400,00
20/11/2014	FMAS	ACE-SUAS	25.536,00
20/11/2014	FMAS	PACI	5.000,00

Secretaria de Finanças

PORTARIA Nº 2049/2014

PORTARIA N.º 2.049, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0009 de 17 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01321/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de TAMARA BALTEZAN FERREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 000.663.630-63, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - LÍNGUA PORTUGUESA, com carga horária de 27 horas semanais, no período de 01 de dezembro de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de novembro DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2050/2014

PORTARIA N.º 2.050, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0042 de 31 de outubro 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01322/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARIA CAROLINA PRATES ZENERE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 907.901.469-91, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 13 de dezembro de 2014 até 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de novembro DE 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2051/2014

PORTARIA N.º 2.051, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0042 de 31 de outubro 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01323/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ROSELI DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 020.338.319-22, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 13 de dezembro de 2014 até 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de novembro DE 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2052/2014

PORTARIA N.º 2.052, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0025 de 02 de maio de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01327/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CRISTIAN BITTANCOURT, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 066.855.079-18, contratado em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 30 horas semanais, no período de 01 de dezembro de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de novembro DE 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2053/2014

PORTARIA Nº 2.053, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a servidora SIMONE PATRICIA HEPP GOMES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 053.349.719-12, nomeada no cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de dezembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de novembro DE 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2054/2014

PORTARIA Nº 2.054, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a servidora ROSENILDA DE FÁTIMA RIBEIRO, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o nº 998.362.709-49, nomeada no cargo de provimento em comissão de DIRETOR ESCOLAR NÍVEL 4, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de dezembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de novembro DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fraiburgo, 20 de novembro DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2055/2014

PORTARIA N.º 2.055, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir a pedido, o contrato de NILTON DOMINGUES DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 445.512.669-49, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 20 de novembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de novembro DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2056/2014

PORTARIA Nº 2.056, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

Concede Licença Sem Remuneração a Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art. 87 da Lei Complementar nº 0109, de 03 de Março de 2010; e em conformidade com o Processo Administrativo nº 5455, de 18 de novembro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora JESSICA DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 080.868.649-60, nomeada no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com carga horária de 40 horas semanais, licença sem remuneração para tratar de assuntos particulares, no período de 24 de novembro de 2014 até 23 de novembro de 2016.

DECRETO Nº 302/2014

DECRETO Nº 0302, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

HOMOLOGA O RESULTADO DA PROVA PRÁTICA E A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0037, DE 2 DE OUTUBRO DE 2014.

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o resultado da prova prática e a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0037, de 2 de outubro de 2014, conforme listas anexas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0037 DE 02 DE OUTUBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: Técnico em Música Quadro: I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Código: 3 Área de Atuação: Geral

Disciplina: Técnico em Música

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática	Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	12	JOAO LENON RODRIGUES	14	0	10	0	0	NÃO	05/09/1991
2	3	SÉRGIO DOMINGUES	8	0	2	1	0	NÃO	27/12/1984

quinta-feira, 20 de novembro de 2014

Página 1 de 1



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0037 DE 02 DE OUTUBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: Instrutor de Trabalhos Quadro: I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Código: 2 Área de Atuação: Geral

Disciplina: Instrutor de Trabalhos Manuais

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática	Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	10	JOSIELE DE FATIMA GOIS RODRIGUES	20	8,6	2	0	2	NÃO	20/08/1982
2	4	ESTEFANI GOETEN	14	8,5	0	1	0	NÃO	15/08/1984
3	2	TATIANE DOMINGUES DOS SANTOS	14	9,6	0	0	2	NÃO	10/11/1988
4	7	MÁRCIA SOARES DOS SANTOS PEREIRA	9	9,2	0	0	3	NÃO	11/01/1987
5	8	FRANCILIANE APARECIDA PEDROSO	8	3,2	0	0	1	NÃO	08/10/1987

DECRETO Nº 0304/2014

DECRETO Nº 0304, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

**DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO
EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0048, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada a classificação do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0048 de 30 de outubro de 2014, conforme listas anexas.

Art. 2º. Os códigos 2,3 e 4 deixaram de ser divulgados por não haver inscritos.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0049 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR ACT** Quadro: **I - QUADRO DE INSCRIÇÃO ESPECIAL PARA FÉRIAS DE PROFESSOR EFETIVO DA EDUCAÇÃO INFANTIL "MÊS DE JANEIRO DE 2015"**

Código: **1** Área de Atuação: **Educação Infantil**

Disciplina: **MÊS DE JANEIRO DE 2015**

Crítérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	47	MARIA CAROLINA PRATES ZENERE	19
2	41	MARILSE PRIGOL	17
3	40	ANALICE APARECIDA ANGOLERI	17
4	43	MARCIA EULINA LUCIANO	17
5	24	MARIZETE FÁTIMA GAIO	16
6	25	SANDRA CEZÁRIA RONCHI ROCHA	16
7	7	VALEICA CLEIA BAHR DA SILVA	15
8	46	ANA CLAUDIA RIBEIRO	14
9	30	IVETE FATIMA SEGALA PUHL	13
10	19	ROSELI LEITE FERNANDES	13
11	23	LINDAMIR TEREZINHA GAIO CORDEIRO	13
12	35	MARINES DE FATIMA PINHEIRO SCAIN	13
13	51	NANDINE DE FÁTIMA GUEDES	13
14	53	IRACI PEREIRA DA CRUZ	13
15	5	VANESSA BRANDT	13
16	2	ELENICE MELLO PHILIPPUS	13
17	16	MARILI APARECIDA DO PRADO	13
18	37	LILLIAN CARINA T RIBEIRO DE OLIVEIRA	13
19	27	ENEZITA DE MELO PERAZZOLLI	13
20	1	JULIA KARINE MACHADO DOS SANTOS	13
21	3	MARISA APARECIDA SCHISSI FERREIRA	12
22	33	EDIANE MOLIM	12

Pós Grad.	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço Área Esp.	Portador Defic.	Data Nascimento
6	5	6	NÃO	31/01/1975
6	5	4	NÃO	18/05/1970
6	5	4	NÃO	24/07/1978
4	5	6	NÃO	05/01/1970
6	5	3	NÃO	15/03/1975
6	5	3	NÃO	06/11/1977
4	5	4	NÃO	27/06/1979
6	5	3	NÃO	10/02/1982
6	5	2	NÃO	21/09/1957
6	5	2	NÃO	25/05/1963
6	5	2	NÃO	23/11/1969
6	5	2	NÃO	20/08/1973
6	5	2	NÃO	19/07/1976
6	5	2	NÃO	22/06/1981
6	5	2	NÃO	07/05/1982
6	5	2	NÃO	10/07/1982
6	5	0	NÃO	02/11/1981
6	1	4	NÃO	13/08/1979
4	5	2	NÃO	25/05/1977
4	5	2	NÃO	30/10/1979
6	5	1	NÃO	25/12/1972
6	5	1	NÃO	19/11/1989

terça-feira, 18 de novembro de 2014

Página 1 de 2



23	42	ROSANA APARECIDA COMACHIO	12	4	4	2	NÃO	30/04/1978
24	17	MARILENE DE FÁTIMA DO PRADO	11	6	5	0	NÃO	22/02/1989
25	18	ROANGELA DORNELLES	11	4	5	2	NÃO	26/09/1981
26	15	TEREZINHA FERREIRA	10	4	5	1	NÃO	08/10/1967
27	44	MARLI APARECIDA DA ROSA	10	4	5	1	NÃO	02/07/1970
28	50	MARLENE PEREIRA	10	4	5	1	NÃO	21/03/1971
29	38	ANA LUCIA DE SOUZA VARELA	10	4	5	1	NÃO	14/11/1974
30	26	GERUSA ANDREA SCRAMOCIM ZAGO	10	4	5	1	NÃO	13/11/1979
31	11	DELYRIA BENTO DE ANDRADE	10	4	5	1	NÃO	17/04/1984
32	8	GRAZIELE BOGO	10	4	5	1	NÃO	07/11/1988
33	49	FABIANA TELLE	10	4	5	1	NÃO	21/02/1989
34	48	ROSEMERI SATURNINO DE MATOS	10	0	5	3	NÃO	14/10/1983
35	32	JUSSARA FARIAS BRANCO DA COSTA	9	4	5	0	NÃO	30/05/1977
36	31	DIANE DINO DOS SANTOS DO PRADO	9	4	5	0	NÃO	23/07/1981
37	34	SALETE IVANIR MAITELI DE OLIVEIRA	8	6	0	0	NÃO	20/08/1958
38	28	MELANIA DE FATIMA SUTIL DE OLIVEIRA DE BAIRROS	8	0	5	1	NÃO	03/02/1980
39	4	LUCIA MAINARD DE OLIVEIRA	7	0	5	2	NÃO	09/09/1971
40	39	NILSEIA APARECIDA LEMOS	7	0	5	2	NÃO	21/11/1976
41	6	LEONEIA APARECIDA MARCONDES DE CAMPOS	7	0	5	0	NÃO	19/09/1977
42	36	LUCIANE GERLACH MORAES	7	0	5	0	NÃO	14/12/1985
43	22	MARISA RODRIGUES	6	0	5	1	NÃO	05/11/1966
44	13	DERLI DE OLIVEIRA CORRÊA	6	0	5	1	NÃO	19/10/1968
45	10	MARLI GONÇALVES DE SOUZA	6	0	5	1	NÃO	26/10/1976
46	9	MARINÊS TELLES	6	0	5	1	NÃO	01/04/1979
47	20	DEJANIRA MOREIRA	6	0	5	1	NÃO	08/09/1984
48	12	ROSMARI DE FÁTIMA CAMARGO GARCIA	5	0	5	0	NÃO	29/08/1969
49	14	SUSAN CORREA	5	0	5	0	NÃO	03/01/1988
50	54	LUEINE MARIELI DE OLIVEIRA	5	0	5	0	NÃO	24/01/1991
51	52	ADRIANA OLIVEIRA DE SOUZA	5	0	3	0	NÃO	14/05/1985
52	45	MARCIA ADRIANA ROSALEN MALLMANN	3	0	3	0	NÃO	28/04/1979
53	21	EVELIZE CRISTINA GARCIA	2	0	2	0	NÃO	07/07/1990
54	29	RITA DE CÁSSIA SIMÕES	1	0	1	0	NÃO	31/05/1988

terça-feira, 18 de novembro de 2014

Página 2 de 2

Galvão

PREFEITURA

DECRETOS 2014 - 220 A 229

DECRETO Nº 220/2014

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 805/2014 de 14/11/2014, resolve e,

Art. 1º. Fica aberto Crédito Suplementar no orçamento do Município de Galvão-SC e Fundo Municipal da Saúde, no valor de R\$ 294.000,00 (Duzentos e Noventa e Quatro mil reais), conforme segue:

Entidade: 1. MUNICÍPIO DE GALVÃO

Unidade: Secretaria Municipal de Administração e Gestão			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
04.122.0402	2.019	Man. atividades administrativas	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
3190000000	Aplicações Diretas	01.0000	45.000,00
Total			45.000,00

Unidade: Secretaria Municipal de Administração e Gestão			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
04.123.0403	2.020	Man. das atividades financeiras	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
3350000000	Transfer. Instit. Priv. sem Fins Luc.	01.0000	3.000,00
Total			3.000,00

Unidade: Secretaria Municipal de Educação			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
12.361.1201	2.034	Man Ativid. Ensino Fundamental	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
3190000000	Aplicações Diretas	01.0001	76.000,00
3390000000	Aplicações Diretas	01.0001	5.000,00
Total			81.000,00

Unidade: Secretaria Municipal de Educação			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
12.365.1201	2.036	Manutenção da Educação Infantil	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
3190000000	Aplicações Diretas	01.0001	35.000,00
3190000000	Aplicações Diretas	01.0018	25.000,00
Total			60.000,00

Unidade: Secretaria Municipal Desenv. Social, Cultura e Esportes			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
13.392.1301	2.022	Manutenção atividades desenvolvimento social, cultura e esportes	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
3190000000	Aplicações Diretas	01.0000	50.000,00
Total			50.000,00

Entidade: 2. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Unidade: Fundo Municipal da Saúde			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
10.301.1001	2.025	Manut. das atividades da Saúde	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
3190000000	Aplicações Diretas	01.0002	55.000,00
Total			55.000,00

Art. 2º. Para satisfazer a cobertura deste Crédito Adicional Suplementar, serão Anulados recursos das dotações orçamentárias conforme segue:

Entidade: 1. MUNICÍPIO DE GALVÃO

Unidade: Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
04.122.0401	2.018	Manut. ativ. Gab. Prefeito e Vice	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
3190000000	Aplicações Diretas	01.0000	5.000,00
Total			5.000,00

Unidade: Secretaria Municipal De Administração e Gestão			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
04.122.0402	1.002	Aquisição de Veículos	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
4490000000	Aplicações Diretas	01.0000	4.995,00
Total			4.995,00

Unidade: Secretaria Municipal de Educação			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
12.361.1201	1.006	Ampliação rede física ens. fund.	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
4490000000	Aplicações Diretas	01.0001	15.000,00
Total			15.000,00

Unidade: Secretaria Municipal de Educação			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
12.361.1201	1.007	Aquisição de veículos	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
4490000000	Aplicações Diretas	01.0001	35.000,00
Total			35.000,00

Unidade: Secretaria Municipal de Educação			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
12.361.1201	2.034	Manut. Ativ. Ensino Fundamental	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
3190000000	Aplicações Diretas	01.0018	25.000,00
4490000000	Aplicações Diretas	01.0001	400,00
Total			25.400,00

Unidade: Secretaria Municipal de Educação			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
12.364.1201	2.035	Apoio ao Ensino Superior	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
3390000000	Aplicações Diretas	01.0000	9.000,00
Total			9.000,00

Unidade: Secretaria Municipal de Educação			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
12.365.1201	1.008	Ampliação da rede física infantil	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
4490000000	Aplicações Diretas	01.0001	3.500,00
Total			3.500,00

Unidade: Secretaria Municipal Desenvolvimento Cultura e Esportes			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
08.244.0801	1.048	Obras de Infraestrutura Social	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
4490000000	Aplicações Diretas	01.0000	5.100,00
Total			5.100,00

Unidade: Secretaria Municipal Desenvolvimento Cultura e Esportes			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
13.392.1301	2.037	Manut. Das Atividades Culturais	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
3390000000	Aplicações Diretas	01.0000	31.705,00
Total			31.705,00

Unidade: Secretaria Municipal Desenvolvimento Cultura e Esportes			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
23.695.2301	2.042	Manutenção e apoio ao turismo	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
3390000000	Aplicações Diretas	01.0000	2.000,00
Total			2.000,00

Unidade: Secretaria Municipal Desenvolvimento Cultura e Esportes			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
27.812.2701	2.044	Manutenção Atividades Esportivas	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
3390000000	Aplicações Diretas	01.0000	8.600,00
4490000000	Aplicações Diretas	01.0000	1.400,00
Total			10.000,00

Unidade: Sec. Mun. Desenv. Rural, Agricultura e Meio Ambiente			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
20.601.2001	1.013	Ampliação da patrulha agrícola	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
4490000000	Aplicações Diretas	01.0000	30.000,00
Total			30.000,00

Unidade: Sec. Mun. Desenv. Rural, Agricultura e Meio Ambiente			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
20.601.2001	2.040	Manut. funcional da agricultura	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
3190000000	Aplicações Diretas	01.0000	40.000,00
Total			40.000,00

Unidade: Secretaria Municipal de Infraestrutura			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
06.181.0601	2.021	Manutencao convenio secretaria de seguranca publica	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
3390000000	Aplicações Diretas	01.0000	5.000,00
Total			5.000,00

Unidade: Secretaria Municipal de Infraestrutura			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
15.451.1501	1.009	Pavimentacao de ruas e passeios	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
4490000000	Aplicações Diretas	01.0000	9.800,00
Total			9.800,00

Unidade: Secretaria Municipal de Infraestrutura			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
15.452.1502	1.010	Obras de Infraestrura Urbana	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
4490000000	Aplicações Diretas	01.0000	10.000,00
Total			10.000,00

Unidade: Secretaria Municipal de Infraestrutura			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
15.452.1502	2.038	Manut. Serv. de utilidade publica	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
3390000000	Aplicações Diretas	01.0000	10.000,00
Total			10.000,00

Unidade: Secretaria Municipal de Infraestrutura			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
17.512.1701	1.012	Saneamento geral	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
4490000000	Aplicações Diretas	01.0000	5.000,00
Total			5.000,00

Unidade: Secretaria Municipal de Infraestrutura			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
26.782.2601	1.015	Aquisicao de maquinas e veiculos	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
4490000000	Aplicações Diretas	01.0000	27.500,00
Total			27.500,00

Unidade: Secretaria Municipal de Infraestrutura			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
16.482.1601	1.011	Apoio ao sistema habitacional	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
4490000000	Aplicações Diretas	01.0000	10.000,00
Total			10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 14 de novembro de 2014.
Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 221/2014 CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 520/2005 de 22/11/2005;

Considerando o pedido formulado pelo servidor, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido exoneração ao servidor Claudio José Bernardelli, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas Rodoviárias, nomeado através do Decreto Municipal nº 039/2010 de 01/02/2010, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, com efeitos a partir do dia 17 de novembro de 2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 14 de novembro de 2014.
Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 222/2014 NOMEIA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ARTICULAÇÃO/ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Federal nº 13.005/2014, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada uma comissão municipal composta por

servidores públicos dos poderes Executivo, responsável pela articulação/elaboração do Plano Municipal de Educação do Município de Galvão-SC, composta conforme segue:

- Sayonara Regina Dalla Cort Presidente
- Nadir Lucia Tozzo Marinello Secretário
- Edijane Borella de Almeida Membro
- Marcelli Possan de Freitas Membro
- Caroline Fatini Bez Batti Membro
- Geneci Pacheco Francisco Membro
- Adriana de Fátima Grotto Boff Membro
- Dilce Aparecida de Medeiros Cadore Membro
- Alvani Pietá Membro
- Gema Terezinha Maculan Membro

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 14 de novembro de 2014.
Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 223/2014 NOMEIA COMISSÃO TÉCNICA RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Federal nº 13.005/2014, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada uma comissão municipal composta por servidores públicos dos poderes Executivo, responsável pela avaliação técnica do Plano Municipal de Educação do Município de Galvão-SC, composta conforme segue:

- Zeli Pacheco;
- Leonídio Levinski;
- Célio Luiz Pozzan;
- Roberval Dalla Cort;
- Sandra Maria Turmina.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 14 de novembro de 2014.
Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 224/2014 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 769/2013 de 28/10/2013, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de

R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

10.01 / FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
10.301.1001	2.025	Manut Atividades da Saúde	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
3390000000	Aplicações Diretas	03.0002	25.000,00
TOTAL	25.000,00		

Art. 2º. Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do Município de Galvão, Exercício 2013, Fonte de Recursos 03.0002, no valor de R\$ 25.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 14 de novembro de 2014.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 225/2014
ABRE CRÉDITO ADICIONAL, ANULA DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO
PROGRAMA DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 769/2013 de 28/10/2013, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 29.050,00 (vinte e nove mil e cinquenta reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

04.01 / SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
12.361.1201	2.034	Manut Ativ Ensino Fundamental	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
3390000000	Aplicações Diretas	01.0058	15.000,00
3390000000	Aplicações Diretas	01.0001	4.050,00
TOTAL	19.050,00		

04.01 / SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
12.365.1201	2.036	Manut Ativ Educação Infantil	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
3390000000	Aplicações Diretas	01.0001	900,00
TOTAL	900,00		

06.02 / SEC MUN DE DES RURAL, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
20.606.2001	2.041	Man Ativ de Apoio ao Agricultor	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$

3390000000	Aplicações Diretas	01.0000	1.700,00
TOTAL	1.700,00		

09.01 / ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
28.846.0000	0.000	Amort Dív e Encargos Municipais	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
4690000000	Aplicações Diretas	01.0000	7.400,00
TOTAL	7.400,00		

Art. 2º. Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

04.01 / SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
12.361.1201	2.034	Manut Ativ Ensino Fundamental	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
4490000000	Aplicações Diretas	01.0058	15.000,00
4490000000	Aplicações Diretas	01.0001	4.050,00
TOTAL	19.050,00		

04.01 / SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
12.365.1201	2.036	Manut Ativ Educação Infantil	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
4490000000	Aplicações Diretas	01.0001	900,00
TOTAL	900,00		

06.02 / SEC MUN DE DES RURAL, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
20.606.2001	2.041	Man Ativ de Apoio ao Agricultor	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
4490000000	Aplicações Diretas	01.0000	1.700,00
TOTAL	1.700,00		

09.01 / ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
28.846.0000	0.000	Amort Dív e Encargos Municipais	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
3290000000	Aplicações Diretas	01.0000	7.400,00
TOTAL	7.400,00		

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 14 de novembro de 2014.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 226/2014

INCLUI FAMÍLIA NO PROGRAMA "CESTA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA FAMÍLIAS CARENTES" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 409/2003, 487/2005 e 570/2007, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica incluída no programa "Cesta Materiais de Construção", a família da senhora Sonia Aparecida Alves, portadora do CPF 077.599.239-96, RG 4.081.662, objetivando a reforma de sua residência, localizada na Rua Francisco Rosa de Lima, nº 1274, Bairro Centro, neste Município de Galvão, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 18 de novembro de 2014.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 227/2014

DISPÕE SOBRE A VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO POR MOTIVO DE APOSENTADORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que o servidor Paulo Garcia Filho, cupante do Cargo de Agente de Topografia, nomeado através do Decreto Municipal nº 053/1990 de 28/12/1990, obteve a concessão de aposentadoria, pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS; CONSIDERANDO o disposto da Lei Complementar nº 520/2005 (Estatuto dos Servidores Municipais), que explicita que a aposentadoria é uma forma de vacância do cargo público; CONSIDERANDO o disposto no Art. 37, II da Constituição Federal que veda a investidura em cargo público sem a aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, sendo que a permanência deste servidor público no cargo, após a concessão de aposentadoria, implica em nova admissão, admissível somente mediante prévio concurso público, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado vago 01 (um) Cargo de Agente de Topografia, integrante do Plano de Cargos do Município de Galvão, em função da concessão de aposentadoria ao servidor Paulo Garcia Filho, ocupante do Cargo de Agente de Topografia, com a extinção do vínculo de trabalho respectivo com o Município, com efeitos a partir do dia 30 de novembro de 2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 18 de novembro de 2014.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 228/2014

DISPÕE SOBRE A VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO POR MOTIVO DE APOSENTADORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que a servidora Arlete Graciosa Geitens, cupante do Cargo de Agente de Copa e Limpeza, nomeada através do Decreto Municipal nº 151/1993 de 01/11/1993, obteve a concessão de aposentadoria, pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS; CONSIDERANDO o disposto da Lei Complementar nº 520/2005 (Estatuto dos Servidores Municipais), que explicita que a aposentadoria é uma forma de vacância do cargo público; CONSIDERANDO o disposto no Art. 37, II da Constituição Federal que veda a investidura em cargo público sem a aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, sendo que a permanência deste servidor público no cargo, após a concessão de aposentadoria, implica em nova admissão, admissível somente mediante prévio concurso público, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado vago 01 (um) Cargo de Agente de Copa e Limpeza, integrante do Plano de Cargos do Município de Galvão, em função da concessão de aposentadoria a servidora Arlete Graciosa Geitens, ocupante do Cargo de Agente de Copa e Limpeza, com a extinção do vínculo de trabalho respectivo com o Município, com efeitos a partir do dia 30 de novembro de 2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 18 de novembro de 2014.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 229/2014

DISPÕE SOBRE NORMAS DE FUNCIONAMENTO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GALVÃO-SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica determinado que o atendimento junto a Unidade Básica de Saúde do Município de Galvão-SC, por prazo indeterminado será nos dias e horários conforme abaixo:

- segunda-feira à sexta-feira: das 07h00min até às 21h00min;
- sábados, domingos e feriados: das 07h00min até às 19h00min.

Art. 2º. Fica ainda, determinada a suspensão por prazo indeterminado do plantão médico 24 horas (no período noturno), junto a Unidade Básica de Saúde do Município de Galvão-SC, conforme segue:

- segunda-feira à sexta-feira: das 21h00min até às 07h00min do dia seguinte;
- sábados, domingos e feriados: das 19h00min até às 07h00min do dia seguinte.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 18 de novembro de 2014.
Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 172/2014

DECRETO N.º 172, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 70.540,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.770 de 29/11/2013 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 70.540,00 (setenta mil, quinhentos e quarenta reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	70.540,00
12365281.018 - Construção, Ampliação Escolas para a Educação Infantil	70.540,00
4.4.90.0.3.22.001032 - Aplicações Diretas	70.540,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 70.540,00 (setenta mil, quinhentos e quarenta reais), correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de novembro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 21/11/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO
Secretário de Administração

Garuva

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PMG Nº 086/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 086/2014
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo de julgamento: Menor Preço por Lote

Objeto: Contratação de empresa para locação de decoração natalina no município, incluindo a instalação, manutenção e retirada dos materiais, conforme planilha e memorial descritivo em anexo.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 03/12/2014 as 11:00 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 20 de novembro de 2014.
JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 171/2014

DECRETO Nº 171, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014

"Autoriza a liberação de caução de lote integrante do Loteamento GAVA, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município de Garuva;

Considerando que na aprovação do loteamento "GAVA", através do Decreto n.º 189 de 15 de agosto de 2012 restou caucionado, como garantia para execução das obras, o lote nº. 01 com 380,80 m²; da Quadra "A";

Considerando o Atestado de Conclusão de Loteamento emitido pelo Setor Competente da Prefeitura Municipal de Garuva, no qual se verifica que os serviços e obras de infraestrutura e supraestrutura necessários já foram devidamente executados, obedecendo ao disposto no anexo do Decreto n.º 189 de 15 de agosto de 2012;

Considerando requerimento formulado pelo loteador pleiteando a liberação do lote caucionado;

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a liberação de caução referente ao lotes de terras sob n.º 01 com 380,80 m²; da Quadra "A", registrado junto ao Cartório de Registro de Imóveis deste Município e Comarca de Garuva/SC.

Parágrafo Único - Em face da liberação mencionada no "caput", fica o Cartório de Registro de Imóveis local devidamente autorizado a proceder ao cancelamento da respectiva caução.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

CONVÊNIO AMPLIADO DO CONTRATO Nº 0338.174-46

CONVÊNIO Ampliado do Contrato nº 0338.174-46
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL / PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR. Objeto: Execução de Trabalho Técnico Social Ampliado do contrato 0338.174-46, no Residencial Milano, no âmbito do programa MCMV - FAR. Valor R\$ 152.513,94 provenientes do FAR. Vigência 25/08/2015. Assinaturas: Renato Scalabrin e Pedro Celso Zuchi.

PORTARIA Nº 3.508, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
PORTARIA Nº 3.508, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.
HOMOLOGA CONCLUSÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar a conclusão de estágio probatório dos servidores abaixo relacionados:

Nome	Cadastro	Cargo	Data de Posse	Término do Estágio Probatório
JANICE DA SILVA	9024	Assistente Social	15/08/2011	15/08/2014

Art. 2º Os servidores que obtiveram aprovação ficam por este ato declarados ESTÁVEIS NO SERVIÇO PÚBLICO, nos termos do artigo 41, § 4º, da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de novembro de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 3.509, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 3.509, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.
COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA MARIA APARECIDA DE S. OLIVEIRA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Colocar a servidora MARIA APARECIDA DE S. OLIVEIRA, professora de Educação Infantil, lotada com 40 horas semanais no CDI Ivan Carlos D. Duarte, à disposição na Secretaria do CDI Vovó Leonida, para desempenhar atividades administrativas e pedagógicas no período de 13/11/2014 a 18/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 13/11/2014.

Gaspar, 17 de novembro de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.127, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 6.127, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

DELEGA A COMPETÊNCIA DE EXECUTAR O ORÇAMENTO AOS OCUPANTES DOS CARGOS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica delegado aos Secretários Municipais, ao Chefe de Gabinete e ao Procurador-Geral do Município, titulares dos órgãos de que trata o inciso I, do art. 1º, da Lei nº 2.612, de 04 de julho de 2005, a competência para executar o orçamento vinculado a sua pasta, imputando-lhes a incumbência de ordenar as despesas de natureza financeira, contábil, patrimonial e operacional, no âmbito dos órgãos pelos quais respondem.

Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se o ordenador de despesa responsável pela emissão de empenho, autorização de pagamento ou dispêndio de recursos do Município.

Parágrafo único. Responderá pelos prejuízos que, direta ou indiretamente, causar à Fazenda Pública, o ordenador de despesa.

Art. 3º Todo ordenador de despesa ficará sujeito à tomada de contas, inclusive especial, realizada pelo órgão de controle interno e, se for o caso, pelo próprio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Todo aquele que, a qualquer título, tenha a seu cargo serviços de contabilidade do Município de Gaspar é pessoalmente responsável pela exatidão das contas e tempestiva apresentação dos balancetes, balanços e demais registro contábeis dos atos relativos à administração orçamentária, financeira e patrimonial do setor, órgão ou entidade sob o seu encargo.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 04 de novembro de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

PORTARIA Nº 3.510, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 3.510, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO À SINDICÂNCIA Nº 02/2013, INSTAURADA PARA APURAR O DESAPARECIMENTO DE UM NOTEBOOK NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 18 de novembro de 2014, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação à Sindicância nº 02/2013, instaurada para apurar o desaparecimento de um notebook na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de novembro de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal de Gaspar

PORTARIA Nº 3.511, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 3.511, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 11/2013, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE MARA LUCIA DE LIMA MINOZZO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº 1.305/91, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 22 de novembro de 2014, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 11/2013, instaurado para apurar a responsabilidade de Mara Lucia de Lima Minozzo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de novembro de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 234/2014

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 234/2014

OBJETO: Aquisição de materiais escolares. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 9h do dia 03/12/2014. ABERTURA: às 9h30min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, 435, Centro ou no site www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar(SC), 20 de novembro de 2014.

MARLENE ALMEIDA

Secretária Mun. de Educação

SAMAE - GASPAR**RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2014 - SAMAE**

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 21/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 36/2013

Aos dez dias do mês de dezembro do ano de 2013, no Departamento de Compras, localizado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº. 36/2013, conforme registradas na Ata de Sessão homologada em 10/12/2013, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

OBJETO: A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de produtos químicos para tratamento de água., conforme especificações constantes no Anexo V do Edital de Pregão Presencial nº. 36/2013. As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

HIDROMAR INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA. (46.481.156/0004-85)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
6	kg CLORO GÁS	10.000	R\$ 7,15	R\$ 71.500,00

Valor total julgado do Licitante: R\$ 71.500,00 (Setenta e um mil e quinhentos reais)

PROJESAN SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA (80.696.479/0001-81)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
1	tn HIDRÓXIDO DE CÁLCIO EM SUSPENSÃO PARA TRATAMENTO DE ÁGUA POTÁVEL	150	R\$ 481,00	R\$ 72.150,00
2	kg SULFATO DE ALUMÍNIO LÍQUIDO ISENTO DE FERRO (A GRANEL), PARA TRATAMENTO DE ÁGUA	220.000	R\$ 0,37	R\$ 81.400,00

Valor total julgado do Licitante: R\$ 153.550,00 (Cento e cinquenta e três mil, quinhentos e cinquenta reais).

AVANEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. (78.668.969/0001-22)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
3	kg SULFATO DE ALUMÍNIO (GRANULADO-PÓ) PARA TRATAMENTO DE ÁGUA, ISENTO DE FERRO	22.000	R\$ 1,10	R\$ 24.200,00
7	kg CARBONATO DE SÓDIO (BARRILHA LEVE)	3.000	R\$ 1,26	R\$ 3.780,00

Valor total julgado do Licitante: R\$ 27.980,00 (Vinte e sete mil, novecentos e oitenta reais)

BUSCHLE E LEPPER S.A. (84.684.471/0001-56)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
4	lt HIPOCLORITO DE SÓDIO COMERCIAL	28.000	R\$ 0,93	R\$ 26.040,00
5	kg FLUOSSILICATO DE SÓDIO (NA-2SIF6)	5.000	R\$ 2,04	R\$ 10.200,00

Valor total julgado do Licitante: R\$ 36.240,00 (Trinta e seis mil, duzentos e quarenta reais)

TECNIÁGUA - SOLUÇÕES EM TRATAMENTO DE ÁGUA LTDA. - ME (05.014.350/0001-20)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
8	qbs ORTOPOLIFOSFATO	6.000	R\$ 16,00	R\$ 96.000,00

Valor total julgado do Licitante: R\$ 96.000,00 (Noventa e seis mil)

Valor total julgado da Licitação: R\$ 385.270,00 (Trezentos e oitenta e cinco mil, duzentos e setenta reais).

Este instrumento não obriga o SAMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

VIGÊNCIA: A presente Ata vigorará a partir de 01 de janeiro de 2014, pelo período de 12 (doze) meses.

ENTREGA: Os produtos químicos licitados deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade do SAMAE, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação. Após efetuada sua

solicitação, os produtos químicos licitados deverão ser entregues no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, nos seguintes locais: ETA I - Rua: São Pedro, s/nº - Bairro: Centro - Gaspar - SC

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento dos materiais, mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura devidamente atestada pela Gerente de ETA e Esgotamento Sanitário, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Gaspar (SC), em 10 de dezembro de 2013.

COMISSÃO:

ANA PAULA BECKER - Pregoeira

MARLENE CAMPOS DA SILVA - Equipe de Apoio

MARIA DE LURDES RAMOS PISETTA - Equipe de Apoio

MAYRA DOS SANTOS- Equipe de Apoio

GISELA MARIA LOBO MACHADO- Equipe de Apoio

Grão Pará

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL N 1978-2014 - SUPLEMENTAÇÃO FMS

LEI MUNICIPAL Nº 1.978/2014

(De 19 de novembro de 2014)

"AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ E ALTERA ANEXOS DAS LEIS Nº 1.934, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013, (PPA), E Nº 1.935, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013, (LDO), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam modificadas, no Demonstrativo de Compatibilização da Programação dos Orçamentos com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Plano Plurianual, da Lei Municipal nº 1.934, de 26 de novembro de 2013, que estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Grão-Pará, seus Órgãos e Entidades, para o Exercício de 2014, as ações valoradas e especificadas abaixo.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde do Município de Grão-Pará até os valores abaixo relacionados:

14.00 -	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS		
14.01 -	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS		
1.019 -	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UBS E EQUIPAMENTOS PARA SUS MUNICIPAL		
4.4.90.00.00.00.00.00.0002 -	Aplicações Diretas	R\$	41.308,10
4.4.90.00.00.00.00.00.0023 -	Aplicações Diretas	R\$	30.000,00

Art. 3º. Para cobertura da abertura do crédito adicional suplementar definido no artigo segundo desta Lei, ficam utilizados os seguintes recursos:

14.00 -	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS		
14.01 -	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS		
1.009 -	CONSTRUÇÃO DE MÓDULOS SANITÁRIOS		
4.4.90.00.00.00.00.00.0002 -	Aplicações Diretas	R\$	16.308,10
4.4.90.00.00.00.00.00.0023 -	Aplicações Diretas	R\$	30.000,00
2.034 -	MANUTENÇÃO DO PROG. ATENÇÃO BÁSICA		
3.3.90.00.00.00.00.00.0002 -	Aplicações Diretas	R\$	25.000,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Grão-Pará/SC, 19 de novembro de 2014.
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 19 de novembro de 2014.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

LEI MUNICIPAL N 1979-2014 - SUPLEMENTAÇÃO CRÉDITO ESPECIAL PMGP

LEI MUNICIPAL Nº 1.979/2014
(De 19 de novembro de 2014)

"AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ E ALTERA ANEXOS DAS LEIS MUNICIPAIS Nº 1.934, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013, (PPA), E Nº 1.935, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013, (LDO), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam modificadas, no Demonstrativo de Compatibilização da Programação dos Orçamentos com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Plano Plurianual, da Lei Municipal nº 1.937, de 11 de Dezembro de 2013, que estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Grão-Pará, seus Órgãos e Entidades, para o Exercício de 2014, as ações valoradas e especificadas abaixo.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no Orçamento vigente do Município de Grão-Pará até os valores especificados abaixo:

14.00 -	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
14.01 -	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
2.034 -	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA		
3.3.71.00.00.00.00.0154 -	Transferência a Consórcios Públicos	R\$	20.000,00

Art. 3º. Para cobertura da abertura do crédito especial, definido no artigo segundo desta Lei, ficam reduzidas as seguintes dotações do Orçamento vigente do Município de Grão-Pará, até os valores especificados abaixo:

14.00 -	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
14.01 -	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
2.034 -	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA		
3.3.50.00.00.00.00.0154 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins	R\$	7.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0154 -	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0154 -	Aplicações Diretas	R\$	8.000,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Grão-Pará/SC, 19 de novembro de 2014.
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 19 de novembro de 2014.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

LEI MUNICIPAL N 1980-2014-SUPLEMENTAÇÃO PMGP

LEI MUNICIPAL Nº 1.980/2014
(De 19 de novembro de 2014)

"AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ E ALTERA ANEXOS DAS LEIS Nº 1.934, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013, (PPA), E Nº 1.935, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013, (LDO), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam modificadas, no Demonstrativo de Compatibilização da Programação dos Orçamentos com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Plano Plurianual, da Lei Municipal nº 1.934, de 26 de novembro de 2013, que estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Grão-Pará, seus Órgãos e Entidades, para o Exercício de 2014, as ações valoradas e especificadas abaixo.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Grão-Pará até os valores abaixo relacionados:

04.00	SECRETARIA DE PLAN. IND. COM. E DESENV. URBANO		
04.03	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO		
1.002	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS, PASSEIOS E OBRAS DE ARTE		
4.4.90.00. 00. 00. 00.0024	Aplicações Diretas	R\$	40.000,00

Art. 3º. Para cobertura da abertura do crédito adicional suplementar definido no artigo segundo desta Lei, ficam utilizados os seguintes recursos:

04.00	SECRETARIA DE PLAN. IND. COM. E DESENV. URBANO		
04.03	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO		
1.015	AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL		
4.4.90.00. 00. 00. 00.0024	Aplicações Diretas	R\$	40.000,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Grão-Pará/SC, 19 de novembro de 2014.
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria da Administração e

Fazenda em 19 de novembro de 2014.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 142/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão - 142/2014
Tipo : Menor Preço - por itens
Objeto : AQUISIÇÃO DE CARROCERIA TIPO BAÚ EM ALUMÍNIO PARA-CAMINHÃO, ATRAVÉS DE RECURSOS DO PROGRAMA BADESC CIDADES JURO ZERO
Entrega dos Envelopes: 03/12/2014 às 09:00h
Abertura dos Envelopes: 03/12/2014 às 09:00h
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 14:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247
GUARAMIRIM (SC), 20/11/2014.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Herval d'Oeste

PREFEITURA

EDITAL REMOÇÃO 13_4_2014

EDITAL Nº 013/4/2014/SMECE

Considerando as vagas novas oriundas do Concurso de Remoção referente ao Edital nº 013/3/2014/SMECE, ABRE inscrições por intermédio de requerimento e baixa normas para o concurso de REMOÇÃO aos membros do Magistério Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Herval d'Oeste, torna público que se encontram abertas as inscrições para o concurso de Remoção aos membros do Magistério Público Municipal, de acordo com a Lei Complementar Nº 316, de 20 de dezembro de 2013 e regulamentação do presente Edital.

1. DO CONCURSO

1.1 Poderão participar do Concurso de remoção os ocupantes do cargo de professor das áreas 1 (1º a 5º ano), 2 (6º a 9º ano), 3 (educação infantil), conforme as necessidades de cada unidade escolar, respeitada a carga horária semanal de trabalho.

2. DA REMOÇÃO

2.1 A Remoção é o deslocamento voluntário do membro do magistério de sua lotação para outra unidade educacional, sem modificação de sua situação funcional.

2.2 A remoção não modifica cargo, nível e carga horária do servidor, podendo ser alterado apenas o turno de trabalho, desde que existam vagas previstas em edital.

2.3 Para solicitar remoção o candidato deverá observar os seguintes critérios:

2.3.1 No ato da escolha para remoção, o professor poderá optar por uma ou mais Unidades Escolares para onde deseja ser removido, desde que estas apresentem vagas excedentes.

2.3.2 As opções do candidato devem ser compatíveis com a carga horária de trabalho do mesmo, uma vez que não será permitido alterá-la através deste concurso.

2.3.3 O preenchimento das vagas disponíveis obedecerá a ordem de classificação, obtida mediante a apresentação dos títulos:

1º. Curso de pós-graduação, mestrado na área específica;

2º. Curso de pós-graduação, especialização na área específica da educação ou do ensino;

3º. Habilitação obtida em curso superior de Licenciatura Plena, na área de atuação.

2.3.4 No caso de concorrentes a mesma vaga e que possuam qualificação profissional equivalente, os critérios para classificação obedecerão ao disposto no artigo 50 da Lei Complementar nº 316/2013:

1º. Maior qualificação profissional;

2º. Maior tempo de serviço no Magistério Público Municipal;

3º. Melhor resultado na avaliação de desempenho;

4º. Em caso de empate dar-se-á preferência ao mais idoso.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições estarão abertas no período de 25 e 26 de novembro de 2014, das 13h às 18h, no Setor Administrativo da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

3.2 No ato da inscrição o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Original e fotocópia do Diploma de pós-graduação - mestrado;
- b) Original e fotocópia do Diploma de pós-graduação- especialização;
- c) Original e fotocópia do Diploma de graduação;
- d) Atestado de tempo de serviço no Magistério Público Municipal;
- e) Original e fotocópia da Carteira de Identidade;
- f) Procuração, quando for o caso.

3.3 O tempo de serviço solicitado deve ser apresentado através de atestado emitido pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Herval d'Oeste, expresso em anos, meses e dias, contados até 30 de setembro de 2014.

3.4 A inscrição constará do preenchimento de Requerimento, constante no anexo I deste edital.

3.5 O candidato deverá verificar a exatidão das informações contidas no requerimento, tornando-se após sua assinatura, inteiramente responsável pelas mesmas.

3.6 Não será admitido requerimento condicional ou por correspondência, admitindo-se, no entanto, por procuração.

4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 O requerimento do candidato implicará no conhecimento do presente Edital.

4.2 O candidato que no ato da inscrição por intermédio de requerimento prestar declaração falsa ou inexata, ou apresentar documentos alterados, terá sua inscrição cancelada, anulando todos os atos dela decorrentes.

4.3 O quadro com as vagas disponíveis para Remoção consta no anexo II deste Edital.

4.4 O concurso de que trata o presente Edital terá validade restrita ao período de sua realização e seus efeitos efetivar-se-ão no primeiro dia letivo de 2015, previsto no calendário escolar da respectiva área.

4.5 O professor terá o prazo de 01 (um) dia útil, a partir do último dia da inscrição, para interpor recurso administrativo, bem como, solicitar anulação do seu requerimento, que deverá ser protocolado na Secretaria de Educação do Município, setor administrativo, das 13h às 18h.

4.6 A lista com a classificação final será divulgada no dia 01 de dezembro de 2014.

4.7 Os casos omissos serão resolvidos por comissão própria.

Herval d'Oeste, 20 de Novembro de 2014.

LOURDES FERREIRA BRANDÃO

Sec. Munic. de Educação, Cultura e Esportes

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

ANEXO I

Ilma Sr^a
LOURDES FERREIRA BRANDÃO
Secretária de Educação, Cultura e Esportes

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Pelo Deferimento

Pelo Indeferimento

Motivo: _____

Data: ____/____/2014

Responsável: _____

, lotado(a) no(a) _____
(Nome) _____, em exercício no(a)

(Escola) (Escola)

_____, localizado(a) no município de Herval d'Oeste, SC, com regime de trabalho de _____ horas semanais, vem requerer a Vossa Senhoria REMOÇÃO para a (as) Unidade(s) Escolar(es) abaixo relacionada(s):

1ª opção: _____ Turno _____

2ª opção: _____ Turno _____

3ª opção: _____ Turno _____

NESTES TERMOS
PEDE DEFERIMENTO

Herval d'Oeste ____/____/2014.

Requerente

ANEXO II

QUADRO DE VAGAS

Educação Infantil - Pré Escolar

Unidade Escolar	Turno	Carga Horária	Nº de Vagas
EBM Cruz e Sousa	Matutino	20h	01
EBM Cruz e Sousa	Vespertino	20h	01
GEM Nossa Senhora de Fátima	Vespertino	20h	02
ERM Prof. Alcino Fernandes	Vespertino	20h	01
CME Pequeno Príncipe	Vespertino	20h	01
Total			06

Educação Infantil - Creche

Unidade Escolar	Turno	Carga Horária	Nº de Vagas
CMEI Profª Tania Regina Piovesan Bortoluz	Mat/Vesp	40h	04
CMEI Criança Feliz	Mat/Vesp	40h	01
Total			05

Ensino Fundamental Anos Iniciais

Unidade Escolar	Turno	Carga Horária	Nº de Vagas
EBM Cruz e Sousa	Vespertino	20h	01
ERM Prof. Alcino Fernandes	Vespertino	20h	02

CME Pequeno Príncipe	Matutino	20h	01
Total			04

Ensino Fundamental Anos Finais

Unidade Escolar	Disciplina	Turno	Carga Horária	Nº de Vagas
EBM Cruz e Sousa	Ciências	Matutino	20h	01
EBM Estação Luzerna	Geografia	Matutino	20h	01
EBM Cruz e Sousa	Língua Portuguesa	Matutino	20h	01

Educação Física (pré-escolar/anos iniciais e anos finais do Ensino Fundamental)

Unidade Escolar	Turno	Carga Horária	Nº de Vagas
EBM Cruz e Sousa	Mat/Vesp	40h	01
CME Pequeno Príncipe	Mat/Vesp	10h	01
ERM Prof. Alcino Fernandes	Vespertino	10h	01
Total			03

DECRETO Nº 3.364/2014.

DECRETO Nº 3.364/2014.

"NOMEIA COMISSÃO PARA ATUAR NO CONCURSO DE REMOÇÃO DE QUE TRATA O EDITAL Nº 013/4/2014/SMECE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d' Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os servidores públicos municipais Geisa Trombetta Bernardi (Presidente), Sadir Rovêa, Paulo César Dolejal Berté e Mara Terezinha Ribeiro dos Santos Kühl, para comporem a Comissão que irá realizar a análise dos documentos apresentados e necessários, para o Concurso de Remoção de que trata o Edital nº 013/4/2014/SMECE.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 20 de novembro de 2014.
NELSON GUINDANI
Prefeito

DECRETO Nº 3.365/2014.

DECRETO Nº 3.365/2014.

HOMOLOGA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CONCURSO DE REMOÇÃO REGULAMENTADO PELO EDITAL Nº. 013/3/2014/SMECE.

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Edital nº. 013/3/2014/SMECE,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a classificação final do concurso de remoção regulamentado pelo Edital nº. 013/3/2014/SMECE, conforme relação constante do Anexo Único do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 20 de novembro de 2014.

NELSON GUINDANI
Prefeito

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 3.365/2014.

CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CONCURSO DE REMOÇÃO - EDITAL 013/3/2014/SMECE

Cargo: Professor de Ensino Fundamental Anos Iniciais,
Remoção

Nº de Proto- colo	Nome do ser- vidor	Turno	Carga Horária	Opções			– Unidade Escolar Resultado	Critério de de- sempate
				1ª	2ª	3ª		
01	Aline Alves Cabral	Ves- pertino	20h	GEM Nossa Senho- ra de Fátima (Ves- perti- no)	-	-	Final GEM Nossa Senhora de Fátima (Vesperti- no)	-

DECRETO Nº 3.367/2014.

DECRETO Nº 3.367/2014.

DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 3.112/1012, QUE DISPÕE SOBRE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º. O artigo 1º do Decreto nº 3.112/2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. Fica fixado horário de funcionamento, atendimento e expediente nas repartições públicas municipais, de segundas a sextas-feiras, das 12h30min às 18h30min, com exceção da Secretaria de Saúde - ESF Unidade Central e os ESFs localizados nos bairros, que atenderão das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min.

Art. 2º. Os demais artigos do Decreto nº 3.112/2012, permanecem inalterados.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 20 de novembro de 2014.
NELSON GUINDANI
Prefeito

DECRETO Nº 3.366/2014.

DECRETO NR. 3366 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC) NAS DATAS QUE ESPECIFICA".

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º É considerado ponto facultativo nos dias 24, 26 e 31 de dezembro de 2014 e no dia 02 de janeiro de 2015 nas repartições públicas municipais, ressalvados os serviços e as atividades considerados de natureza essencial.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de novembro de 2014.
NELSON GUINDANI
Prefeito

Ilhota

PREFEITURA

PORTARIA 703 2014

PORTARIA NO 703, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.
Exonera JOÃO ROBERTO VIEIRA, do exercício do cargo em comissão de Coordenador da Defesa Civil, do Município de Ilhota - SC.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de SC, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, resolve:

EXONERAR j

JOÃO ROBERTOP VIEIRA do exercício do cargo em comissão de Coordenador da Defesa Civil do Município de Ilhota, SC.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Ilhota, 03 de novembro de 2014.
DANIEL CHRISTIAN BOSI
Prefeito Municipal

PORTARIA 704 2014

PORTARIA NO 704, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.
Nomeia JONAS JACÓ, para o exercício do cargo em comissão de Coordenador da Defesa Civil, do Município de Ilhota - SC.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de SC, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, resolve:

Nomear

JONAS JACÓ, para o exercício do cargo em comissão de Coordenador da Defesa Civil do Município de Ilhota, SC.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Ilhota, 03 de novembro de 2014.
DANIEL CHRISTIAN BOSI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 007/2014 – FUNDAÇÃO CULTURAL JOSÉ IZIDRO VIEIRA

Extrato de Contrato nº 007/2014 - Fundação Cultural José Izidro Vieira
Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota
Prefeitura Municipal de Ilhota
Setor de Compras e Licitações
Extrato de Contrato nº 007/2014 - Fundação Cultural José Izidro Vieira
Processo: Pregão Presencial nº 001/2014 - Fundação Cultural José Izidro Vieira

Objeto: Aquisição de Instrumentos Musicais, Equipamentos Eletrônicos, Ar condicionado e mobiliário, conforme anexos do Edital. Convênio 2014TR002794

Fornecedor: ADL COMERCIAL EIRELLI - EPP

Valor: R\$ 2.551,30 (dois mil quinhentos e cinquenta e um reais e trinta centavos)

Assinatura: 05/11/2014

Vigência: Da assinatura até 31/12/2014

Daniel Christian Bosi
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 005/2014 – FUNDAÇÃO CULTURAL JOSÉ IZIDRO VIEIRA

Extrato de Contrato nº 005/2014 - Fundação Cultural José Izidro Vieira
Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota
Prefeitura Municipal de Ilhota
Setor de Compras e Licitações
Extrato de Contrato nº 005/2014 - Fundação Cultural José Izidro Vieira
Processo: Pregão Presencial nº 001/2014 - Fundação Cultural José Izidro Vieira

Objeto: Aquisição de Instrumentos Musicais, Equipamentos Eletrônicos, Ar condicionado e mobiliário, conforme anexos do Edital. Convênio 2014TR002794

Fornecedor: MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME

Valor: R\$ 3.040,20 (três mil e quarenta reais e vinte centavos)

Assinatura: 05/11/2014

Vigência: Da assinatura até 31/12/2014

Daniel Christian Bosi
Prefeito Municipal

DECRETO 44 2014

DECRETO Nº 44, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014
INSTITUI PONTO FACULTATIVO E CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ILHOTA

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º Fica instituído ponto facultativo nas repartições públicas municipais nos dias 24 e 31 de dezembro de 2014 e concedidas férias coletivas aos servidores no período de 22 de dezembro de 2014 a 02 de janeiro de 2015, ressalvados os ocupantes dos cargos de Professor e de Educador dos Quadros do Magistério Público Municipal e os que atuam em serviços essenciais.

§ 1º O período de férias dos servidores ocupantes dos cargos de Professor e de Educador será fixado no Calendário Escolar Oficial divulgado pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º Compete ao Chefe do Poder Executivo e aos Dirigentes Superiores de Autarquias e Fundações estabelecer os serviços essenciais, observados os critérios de conveniência e oportunidade da Administração, cujos servidores ficam excepcionados, integral ou

parcialmente, de usufruírem as férias no período de que trata o caput deste artigo.

Art.2º Os servidores em gozo de férias coletivas terão 08 (oito) dias deduzidos do respectivo período aquisitivo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA,
em 17 de novembro de 2014.
DANIEL CHRISTIAN BOSI
Prefeito Municipal

Imarui**PREFEITURA****ERRATA - DECRETO Nº 119**

ERRATA - DECRETO Nº 119, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

O Município de Imaruí comunica que na página 250 da edição nº 1619 do dia 20/11/2014 do Diário Oficial dos Municípios, houve erro de digitação na publicação do Decreto Nº 119 em seu artigo primeiro, conforme correção abaixo:

No artigo primeiro, onde se lê: "[...] na importância de R\$ 6.030,00 [...];

Leia-se: "[...] na importância de R\$ 3.411,00 [...].

Todas as demais informações mantenham-se inalteradas.

Imbituba

PREFEITURA

PORTARIA PMI/DGP Nº 506/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 506, de 18 de novembro de 2014.
Dispõe sobre a Progressão Funcional por Nova Titulação ou Habilitação, da servidora integrante da carreira do magistério, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar n.º 1.984, de 16 de dezembro de 1999, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;
Considerando, que a Progressão por Nova Titulação ou Habilitação - Progressão Vertical - se dá através da apresentação do diploma ou certificado devidamente registrado na Instituição de Ensino de Nível Superior;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora, abaixo relacionada, PROGRESSÃO FUNCIONAL POR NOVA TITULAÇÃO OU HABILITAÇÃO, conforme estabelecido na tabela a seguir:

Servidor(a)/Matr.	Referência/Nível Anterior	Referência/Nível Atual	Processo Administrativo
Fabiana Dias Marcelino - 5220	II - 01	III - 01	20.313/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 1º de novembro de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 18 de novembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

DECRETO PMI Nº 255.2014

DECRETO PMI Nº 255, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.465, de 23 de outubro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para reforço da dotação orçamentária, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA

Manutenção do Fundo de Assistência Social

08.244.0013-2.078		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.000 (0013)	Aplicações Diretas	20.000,00
Total		20.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial da dotação orçamentária abaixo, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA

Família Acolhedora

08.243.0013-2.109		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.000 (0020)	Aplicações Diretas	20.000,00
Total		20.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de outubro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Governo

DECRETO PMI Nº 266.2014

DECRETO PMI Nº 266, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre Autorização a título precário de Prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) e serviço a título de turismo e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o que dispõe no § 2º do Art. 4º e no Art. 33 da Lei nº 1.650, de 21 de agosto de 1995;

Considerando o Termo de Vistoria - Transporte Escolar - DTP/SEINFRA Nº 020/2014, às fls. 51, do Processo Administrativo nº 2523/2014;

Considerando a Comunicação Interna do Departamento de Transportes Público nº 030/2014, às fls. 56, do Processo Administrativo nº 2523/2014, e

Considerando o parecer exarado pela Procuradora Dra. Sabrina Machado, as fls.68, do Processo Administrativo nº 2523/2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica AUTORIZADA A TÍTULO PRECÁRIO a Prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) e serviço a título de turismo ao Senhor FÁBIO LOPES, inscrito no CPF sob o nº 888.375.649-53 e RG nº 2387116, tendo como motorista condutor do veículo o Sr. CLEMILSON FERNANDES MARQUES, inscrito no CPF sob o nº 005.780.249-18 e RG nº 4603939 e o Sr.

MÁRCIO ZANGHELINI, inscrito no CPF sob o nº 033.482.939-95 e no RG nº 4642329, nos termos do Processo Administrativo nº 2523/2014.

Parágrafo único. A autorização da prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) e a título de turismo, constante do caput do art. 1º, deverá ser renovada anualmente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Imbituba, 30 de outubro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Secretário Municipal de Governo

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2014 (PMI)

PREFEITURA DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 153/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2014

A Prefeitura de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 03 de dezembro de 2014, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para aquisição de materiais de expediente para uso das Secretarias Municipais de Imbituba com orçamento de 2015. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 21 de novembro de 2014.
Zeli Pires
Secretário da Administração

Indaial

PREFEITURA

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 243/2014

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 243/2014

CONTRATADA: CRISTIANE DE LIMA QUADROS ME

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Alteração da cláusula quinta, item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a contratação dos serviços de limpeza de fossa séptica e filtro anaeróbio coletivo

PRAZO: 10 de novembro de 2014 a 10 de janeiro de 2015

ASSINATURA: 10/11/2014

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 232/2014

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 232/2014

CONTRATADA: FREEWIL IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Alteração da cláusula oitava, item 8.1, do contrato original, que tem como objeto a aquisição e instalação de carroceria tipo gaiola para coleta seletiva, para instalação no caminhão Volkswagen 13180 - Placas MEJ 4721.

PRAZO: 08 de novembro de 2014 a 08 de janeiro de 2015

ASSINATURA: 07/11/2014

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 153/2014

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 153/2014

CONTRATADA: CSF CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Alteração da cláusula quinta, item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a construção de uma edificação em alvenaria com cobertura em estrutura metálica, incluindo o fornecimento do projeto da estrutura da cobertura metálica, destinada à Academia da Saúde, com área de 79,19m².

PRAZO: 20 de novembro de 2014 a 20 de abril de 2015

ASSINATURA: 20/11/2014

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 123/2014

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 123/2014

CONTRATADA: SOBERANA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Alteração da cláusula quinta, item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a execução da construção de uma unidade de saúde - Estratégia de Saúde da Família Alcides Müller, com área total a construir de 338,20m².

PRAZO: 11 de novembro de 2014 a 11 de abril de 2015

ASSINATURA: 11/11/2014

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 132/2014

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 132/2014

CONTRATADA: BLOCOPAV PAVIMENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Alteração da cláusula quinta, item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a execução de terraplanagem, drenagem pluvial, pavimentação em blocos de cimento intertravados e sinalização viária da Avenida Alfredo H. Hardt.

PRAZO: 31 de outubro de 2014 a 28 de fevereiro de 2015

ASSINATURA: 31/10/2014

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 189/2014
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 189/2014

CONTRATADA: HABITARK ENGENHARIA LTDA

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Alteração da cláusula quinta, item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a construção de refeitório, depósito e sanitários para a ETE Bairro das Nações, com área total a construir de 91,98 m².

PRAZO: 19 de novembro de 2014 a 19 de março de 2015

ASSINATURA: 19/11/2014

CONTRATO Nº 257/2014

EXTRATO DE CONTRATO Nº 257/2014

Processo Licitatório nº 233/2014 - Termo de Inexigibilidade 034/2014-10430

CONTRATADA: INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - INP - LTDA - ME

OBJETO: Contratação de assinatura de período mensal, consultoria on-line, livro sobre legislação de licitações e contratos administrativos e curso on-line.

PRAZO: 20 de novembro de 2014 a 20 de novembro de 2015

VALOR: R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)

ASSINATURA: 20/11/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 247/2014

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Licitatório nº 247/2014.

Pregão Presencial nº 092/2014-10430

Objeto: Locação de impressoras e multifuncionais.

Entrega dos envelopes: 04/12/2014 as 09:15h.

Abertura das propostas: 04/12/2014 as 09:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

Iomerê**PREFEITURA****PORTARIA 2405/2014**

PORTARIA Nº 2405 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Nomeia Equipe Técnica responsável pela reelaboração do Plano Municipal de Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Nomear a Equipe Técnica Responsável pela reelaboração do Plano Municipal de Educação:

1. Presidente do Conselho Municipal de Educação
Nádia Scur2. Membro do Conselho Municipal de Educação
Carla Candiago3. Presidente do Fórum Municipal de Educação
Camila Rostirola4. Membro do Fórum Municipal de Educação
Maria F. S. Colissi5. Secretaria Municipal de Educação
Mauricio Bridi6. Secretaria de Adm. e Finanças
Sirlei Cristina S. Altenhofen

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009 revogadas as disposições em contrário.

Iomerê - SC, 13 de novembro de 2014.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2406/2014

PORTARIA Nº 2406 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014

Empossa JACIR ANTONIO FAPPI

para Conselheiro Tutelar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com as Leis Municipais nº 043/97 e 044/97 e editais pertinentes;

RESOLVE

Art. 1º Empossar JACIR ANTONIO FAPII, brasileiro, portadora da cédula de identidade nº 2.666.234 e CPF nº 794.257.719-87, como Conselheiro Tutelar, de conformidade com a legislação federal, estadual e municipal pertinentes, em especial o artigo 20 da Lei Municipal nº 044/97.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO
Iomerê, 14 de novembro de 2014.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 14 de novembro de 2014

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2407/2014

PORTARIA Nº 2407 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora PAULA PASQUAL, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/01/2013 a 31/12/2013 a contar de 20/11/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 18 de novembro de 2014.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2408/2014

PORTARIA Nº 2408 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora SIRLEI CRISTINA SELZLEIN ALTENHOFEN, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 09/05/2013 a 08/05/2014 a contar de 24/11/2014 a 23/12/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 18 de novembro de 2014.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2409/2014

PORTARIA Nº 2409 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014
Cessa efeitos da portaria nº 2389

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Cessar efeitos da portaria nº 2389, que designou a servidora Maura Renata Tragancin Perazzoli para o exercício temporário das funções de Conselheira Tutelar.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a data de 17 de novembro de 2014, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 18 de novembro de 2014.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 1578/2014

DECRETO Nº. 1578 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.
Autoriza desmembramento de áreas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o Sr. Lino Mariani, a desmembrar os lotes abaixo discriminados, pertencentes ao perímetro urbano, da área total de 800,00m² (oitocentos metros quadrados) cada, registrado no Cartório de Registro de Imóveis sob nº 11.585 e 11.601:

Matrícula 11.585

Lote: 08

Quadra: 42

Inscrição Imobiliária: 01.42.08.0

Área a desmembrar: 400,00m² (quatrocentos metros quadrados)

Confrontações:	
Área 4-A – 400,00m ² - Área à desmembrar	
NORTE	Confronta-se com área Lino Mariani, com distância de 20,00m;
SUL	Confronta-se com área remanescente 04, com distância de 20,00m;
LESTE	Confronta-se com a Rua Antônio Breda, com distância de 20,00;
OESTE	Confronta-se com Ivo Mariani, com distância de 20,00m.
Área 04 – 400 m ² - Área remanescente	
NORTE	Confronta-se com área a desmembrar "4-A", com distância de 20,00m;
SUL	Confronta-se com a Rua João Breda, com distância de 20,00m;
LESTE	Confronta-se com a Rua Antônio Breda, com distância de 20,00m.

OESTE	Confronta-se com Ivo Mariani, com distância de 20,00m.
-------	--------------------------------------------------------

Matrícula 11.601

Lote: 04

Quadra: 42

Inscrição Imobiliária: 01.42.04.0

Área a desmembrar: 400,00m² (quatrocentos metros quadrados)

Confrontações:	
Área 08 – 400,00m ² - Área remanescente	
NORTE	Confronta-se com a Rua São Luiz, com distância de 20,00m;
SUL	Confronta-se com área a desmembrar "8-A", com distância de 20,00m;
LESTE	Confronta-se com a Rua Antônio Breda, com distância de 20,00;
OESTE	Confronta-se com Cezar Sadi Gotardo, com distância de 20,00m.
Área "08 A" – 400 m ² - Área à desmembrar	
NORTE	Confronta-se com área remanescente 08, com distância de 20,00m;
SUL	Confronta-se com área Lino Mariani, com distância de 20,00m;
LESTE	Confronta-se com a Rua Antônio Breda, com distância de 20,00;
OESTE	Confronta-se com Cezar Sadi Gotardo, com distância de 20,00m.

Art. 2º. Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 18 de novembro de 2014.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

Ipumirim

PREFEITURA

DECRETO N. 2.110 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO VALOR DE R\$ 25.000,00.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos incisos II e III do artigo 34 da Lei 1.725 de 15 de outubro de 2.013 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.014 - LDO e dá outras providências e combinado com o inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e incisos I e III do § 4º do artigo do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.729 de 12 de dezembro de 2.013, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.014 - LOA,

DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos suplementares:

I - Código reduzido 38, Projeto 1.021 - Estruturação e modernização do Ensino Fundamental, elemento 449000000000000, fonte de recursos 0.1.0001, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 25.000,00.

TOTAL GERALR\$ 25.000,00

Art. 2º Os créditos suplementares constantes do artigo anterior serão abertos por conta das seguintes fontes de recursos:

I - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0001, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 25.000,00.

TOTAL GERALR\$ 25.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 19 de novembro de 2.014.

Ipumirim-SC, 19 de novembro de 2.014

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 13/2014, PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2014/FMS

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 13/2014

JACIR LIRIO BONISSONI - GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 09:00:00 horas do dia 04/12/2014, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 04/12/2014. Objeto da licitação: contratação de pessoa jurídica para abrigamento/internação compulsório e tratamento especializado para os pacientes D.T. e L.T. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação).

Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (049) 3438-3400, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 20/11/2014
JACIR LIRIO BONISSONI
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DECRETO N. 2.111 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2.014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 25.000,00

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do artigo 34 da Lei 1.725 de 15 de outubro de 2.013 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.014 - LDO e dá outras providências e combinado com o inciso I do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e inciso II do § 4º do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.729 de 12 de dezembro de 2.013, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.014 - LOA,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

I - Código reduzido 41, Projeto 2.024 - Gestão das Políticas e Ações de Saúde Básica, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.3.0002, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 25.000,00.

TOTAL GERAL
R\$ 25.000,00

Art. 2º O crédito suplementar constante no artigo anterior será aberto por conta da seguinte fonte de recursos:

I - Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.3.0002, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 25.000,00

TOTAL GERAL
R\$ 25.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 19 de novembro de 2.014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 19 de novembro de 2.014
Valdir zanella
Prefeito de Ipumirim

EXTRATO DE CONTRATO Nº 15/2014/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 15/2014

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2014, Processo de Licitação nº 12/2014, homologado em 18 de novembro de 2014.

Objeto: aquisição de peças originais e serviço conserto motor veículo Bora placa MGS-5474, ano de fabricação 2009, destinado as atividades da Secretaria de Saúde.

Valor: R\$ 7.998,52 (Sete Mil Novecentos e Noventa e Oito Reais e Cinquenta e Dois Centavos)

Assinatura: 18/11/2014 Vigência: 18/11/2015

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

Contratado: FERMAC PEÇAS E VEÍCULO LTDA, pessoa jurídica de Direito Privado, com sede na RUA GETULIO VARGAS, Nº 224, Bairro: CENTRO, cidade de CONCÓRDIA-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.569.079/0001-01, e Inscrição Estadual sob o nº 250.034.026.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 79/2014/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 79/2014

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2014, Processo de Licitação nº 26/2014, homologado em 26 de maio de 2014.

Objeto: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO Nº 48/2014, OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA CONSTRUTORA FOSCARINI LTDA EPP.

Valor: R\$ 100.000,01 (Cem mil reais e um centavo)

Assinatura: 19/11/2014 Vigência: 31/12/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: CONSTRUTORA FOSCARINI LTDA EPP, situada na RUA GETULIO VARGAS, Nº 215 SALA 05 PAV. Bairro CENTRO, cidade de Concórdia-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.517.944/0001-57.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 08/2014

Edital de Notificação nº 08/2014 VALDIR ZANELLA, Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 2º da Lei Federal nº 9.452 de 20 de março de 1997 e Decreto nº 1.526/2007, de 25 de outubro de 2.007 que regulamenta notificação da liberação de recursos federais para o Município, NOTIFICA pelo presente EDITAL, todos os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, que a Prefeitura Municipal de Ipumirim, recebeu recursos financeiros do Governo Federal, de acordo com as especificações a seguir:

Recursos recebidos no período de 22/10/2014 a 19/11/2014

Rúbrica	Descrição	Valor
417213301000000	Transferências SUS - PAB Fixo	15.747,33
417213302000000	Transferências SUS - ESF	18.260,00
417213303000000	Transferências SUS - ACS	16.224,00
417213304000000	Transferências SUS - Epidemiológica	0,00
417213305000000	Transferências SUS - Farmácia Básica	3.145,00
417213306000000	Transferências SUS - Vigilância Sanitária	9.453,60
417213307000000	Transferências SUS - SAÚDE BUCAL	4.460,00
417213312000000	Transferências SUS - MAC	300,00
417213404000000	Transferências FNAS - IGD BOLSA FAMÍLIA	0,00
417213402000000	Transferências FNAS - APAE	3.307,52
417213405000000	Transferências FNAS - Atenção Básica	0,00
417213501000000	Transferências do Salário-Educação	26.792,99
417213503010000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAEF - Funda	4.046,00
417213503040000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAEC Creche	2.640,00
417213503050000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAEP Pré-esc	1.720,00
417213504010000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE Fundame	6.804,64
417213504020000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE Médio	1.470,14
417213504030000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE Infantil	1.036,10
Total dos Recursos Recebidos no Período		115.407,32

Maiores informações a respeito do valor liberado e a íntegra dos Termos supramencionado, podem ser obtidas na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, na Prefeitura Municipal de Ipumirim, situada na Avenida D. Pedro II, 230, Centro, ou pelo telefone (49) 3438.11.11.

Ipumirim(SC), em 20.11.2014
VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Irineópolis**PREFEITURA****PORTARIA Nº 510/2014**

PORTARIA Nº 510/2014.

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001, e, amparado nas disposições contidas no Art. 181 da LC 01/97, de 30/12/1997,

RESOLVE:

Art 1º - PRORROGAR, por 30 (trinta) dias, o prazo para a apresentação do Relatório Final dos trabalhos relativos ao Processo Administrativo Disciplinar, nº 006/2014, instaurado através da Portaria nº 474/2014 de 08/10/2014.

Art 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC),
em 19 de Novembro de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

Itapiranga

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO PREFEITURA Nº 149/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - EXTRATOS CONTRATOS - PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 149/2014

PARTES: Município de Itapiranga e Kelimar Arylton Lorenski Me.

ORIGEM: Pregão presencial nº 157/2014.

OBJETO: Aquisição de 01 fachada com estrutura de alumínio, destinada para o quartel do corpo de bombeiros de Itapiranga.

VALOR: R\$ 5.450,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2014.

Itapiranga - SC. 18 de novembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

PREGÃO Nº 161/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL

PARA REGISTRO DE PREÇOS

Nº 161/2014

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 161/2014, cujo objeto é a aquisição de materiais diversos destinados para a manutenção das atividades do setor de Urbanismo e para reforma do telhado da Escola Municipal Irmã Tabita, desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 03 de dezembro de 2014. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por email: compras@itapiranga.sc.gov.br

Itapiranga - SC., 20 de novembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

PREGÃO Nº 162/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL

PARA REGISTRO DE PREÇOS

Nº 162/2014

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 162/2014, cujo objeto é a aquisição de botas táticas destinadas para uso da Polícia Militar de Itapiranga. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 03 de dezembro de 2014. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por email: compras@itapiranga.sc.gov.br

Itapiranga - SC. 20 de novembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATOS DA SAÚDE Nº 032/2014 A 038/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATOS CONTRATOS - SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 032/2014

PARTES: Município de Itapiranga e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC

ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 32/2014.

OBJETO: Contratação de empresa para ministrar treinamento/capacitação de boas praticas em higienização, limpeza, esterilização e acondicionamento de materiais, destinados para os profissionais cabelereiros, barbeiros, esteticista, manicure, pedicure, depilador, maquiador e massagista.

VALOR: R\$ 2.678,26

VIGÊNCIA: 19 de dezembro de 2014.

Itapiranga - SC., 03 de novembro de 2014.

Luis Carlos Steffenon - Administrador do FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 033/2014

PARTES: Município de Itapiranga e Altermed Material Médico Hospitalar Ltda

ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 31/2014.

OBJETO: Aquisição de 01 veiculo novo, 0 km, equipamentos e material permanente destinados para as unidades básicas de saúde do município de Itapiranga, conforme portaria Ministério da Saúde nº 2.198 de 11/09/2009, proposta nº 11356.676000/1130-03, recurso de emenda parlamentar nº 29050004 e 01 veiculo novo, 0 km, destinado para uso da vigilância em saúde.

VALOR: R\$ 3.068,48

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2014.

Itapiranga - SC., 13 de novembro de 2014.

Luis Carlos Steffenon - Administrador do FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2014

PARTES: Município de Itapiranga e Dental Oeste Eireli.

ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 31/2014.

OBJETO: Aquisição de 01 veiculo novo, 0 km, equipamentos e material permanente destinados para as unidades básicas de saúde do município de Itapiranga, conforme portaria Ministério da Saúde nº 2.198 de 11/09/2009, proposta nº 11356.676000/1130-03, recurso de emenda parlamentar nº 29050004 e 01 veiculo novo, 0 km, destinado para uso da vigilância em saúde.

VALOR: R\$ 9.412,35

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2014.

Itapiranga - SC., 13 de novembro de 2014.

Luis Carlos Steffenon - Administrador do FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2014

PARTES: Município de Itapiranga e Plasmedic Comércio de Material para uso Médico Laboratorial Ltda - Me.

ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 31/2014.

OBJETO: Aquisição de 01 veiculo novo, 0 km, equipamentos e material permanente destinados para as unidades básicas de saúde do município de Itapiranga, conforme portaria Ministério da Saúde nº 2.198 de 11/09/2009, proposta nº 11356.676000/1130-03, recurso de emenda parlamentar nº 29050004 e 01 veiculo novo, 0 km, destinado para uso da vigilância em saúde.

VALOR: R\$ 3.195,20

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2014.

Itapiranga - SC., 13 de novembro de 2014.

Luis Carlos Steffenon - Administrador do FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 036/2014

PARTES: Município de Itapiranga e Atual Informática e Assistência Técnica Ltda Me.

ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 31/2014.

OBJETO: Aquisição de 01 veiculo novo, 0 km, equipamentos e

material permanente destinados para as unidades básicas de saúde do município de Itapiranga, conforme portaria Ministério da Saúde nº 2.198 de 11/09/2009, proposta nº 11356.676000/1130-03, recurso de emenda parlamentar nº 29050004 e 01 veículo novo, 0 km, destinado para uso da vigilância em saúde.

VALOR: R\$ 55.412,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2014.

Itapiranga - SC., 13 de novembro de 2014.

Luis Carlos Steffenon - Administrador do FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 037/2014

PARTES: Município de Itapiranga e Cirúrgica São Felipe Produtos para Saúde Ltda - Me.

ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 31/2014.

OBJETO: Aquisição de 01 veículo novo, 0 km, equipamentos e material permanente destinados para as unidades básicas de saúde do município de Itapiranga, conforme portaria Ministério da Saúde nº 2.198 de 11/09/2009, proposta nº 11356.676000/1130-03, recurso de emenda parlamentar nº 29050004 e 01 veículo novo, 0 km, destinado para uso da vigilância em saúde.

VALOR: R\$ 46.065,48

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2014.

Itapiranga - SC., 13 de novembro de 2014.

Luis Carlos Steffenon - Administrador do FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 038/2014

PARTES: Município de Itapiranga e Kalinovski e Kalinovski Ltda.

ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 31/2014.

OBJETO: Aquisição de 01 veículo novo, 0 km, equipamentos e material permanente destinados para as unidades básicas de saúde do município de Itapiranga, conforme portaria Ministério da Saúde nº 2.198 de 11/09/2009, proposta nº 11356.676000/1130-03, recurso de emenda parlamentar nº 29050004 e 01 veículo novo, 0 km, destinado para uso da vigilância em saúde.

VALOR: R\$ 8.314,60

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2014.

Itapiranga - SC., 13 de novembro de 2014.

Luis Carlos Steffenon

Administrador do FMS

Itapoá

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL PREGÃO Nº 84/14- AR CONDICIONADO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº84/2014

PROCESSO Nº155/2014

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor preço por item, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 11h:00min estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 12h:00min do dia 03 de dezembro de 2014, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para a Aquisição de equipamentos de ar-condicionado tipo Split, que serão destinados às Escolas e Creches da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações constantes no Anexo V do edital. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h às 14h.

Itapoá, 20 de novembro de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Município de Itapoá/SC

Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2014

REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2014

PROCESSO Nº 117/2014

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço Global, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal Nº 877/2009, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h:00min receberá o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h:30min do dia 03 de dezembro de 2014, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável à participação no certame para a Contratação de serviços de análises clínicas e laboratoriais, mediante requisição de exames autorizados pela Secretaria de Saúde, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h00min às 14h00min.

Itapoá, 20 de novembro de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL

CRISTIAN ANGELO GRASSI
SECRETÁRIO DE SAÚDE

DECRETO MUNICIPAL Nº 2316/2014 - NOMEIA COMISSÃO PARA CONDUÇÃO DE PROCESSOS SELETIVOS SIMPLIFICADOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

DECRETO MUNICIPAL NO 2316/2014

Data: 19 de novembro de 2014.

NOMEIA COMISSÃO PARA CONDUÇÃO DE PROCESSOS SELETIVOS SIMPLIFICADOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 016/2007, de 03 de dezembro de 2007 e considerando Ofício SMBES 119/2014, da Secretaria Municipal de Assistência Social,

DECRETA

Art.1º Ficam nomeados para compor a comissão para condução de processos seletivos simplificados da Secretaria Municipal de Assistência Social, os servidores:

- 1) Alexandre Ribeiro da Silva
- 2) Ana Luiza Valente de Oliveira
- 3) Flávia Jordana Sanches

Art. 2º A Comissão ora nomeada fica responsável pela elaboração dos editais e demais trâmites inerentes aos processos seletivos simplificados que venham ser realizados pela Secretaria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com vigência de dois anos.

Itapoá (SC), 19 de novembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2317/2014 – NOMEIA COMISSÃO PARA CONDUÇÃO DE PROCESSOS SELETIVOS SIMPLIFICADOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.

DECRETO MUNICIPAL NO 2317/2014

Data: 19 de novembro de 2014.

NOMEIA COMISSÃO PARA CONDUÇÃO DE PROCESSOS SELETIVOS SIMPLIFICADOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 016/2007, de 03 de dezembro de 2007 e considerando CI - 477/2014/SOSP, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos,

DECRETA

Art.1º Ficam nomeados para compor a comissão para condução de processos seletivos simplificados da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, os servidores:

- 1) Eloi Roberto Mendes
- 2) Euclides Goulart Sanches
- 3) Valdir Martins Gonçalves

Art. 2º A Comissão ora nomeada fica responsável pela elaboração dos editais e demais trâmites inerentes aos processos seletivos simplificados que venham ser realizados pela Secretaria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com vigência de dois anos.

Itapoá (SC), 19 de novembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2318/2014 – DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

DECRETO MUNICIPAL NO2318/2014

Data: 19 de novembro de 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 6º, inciso V da Lei Municipal nº 501/2013 - LOA 2014, e considerando CI/DO/118/2014, de 19 de novembro de 2014,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por excesso de arrecadação, referente à DR 10.000, nas seguintes rubricas orçamentárias, perfazendo o montante de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), conforme segue:

Suplementações

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

13.01 Ensino Fundamental

012361021.2090 Manutenção da Secretaria de Educação

33390 Aplicações Diretas (441) DR 10100R\$ 5.000,00

012361021.2095 Manutenção do Ensino Fundamental

33390 Aplicações Diretas (445) DR 10100 R\$ 9.000,00

Total das Suplementações R\$ 14.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 19 de novembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2319/2014 – NOMEIA COMISSÃO PARA CONDUÇÃO DE PROCESSOS SELETIVOS SIMPLIFICADOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

DECRETO MUNICIPAL NO 2319/2014

Data: 19 de novembro de 2014.

NOMEIA COMISSÃO PARA CONDUÇÃO DE PROCESSOS SELETIVOS SIMPLIFICADOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 016/2007, de 03 de dezembro de 2007 e considerando CI SMS 489/2014, de 18 de novembro de 2014, da Secretaria Municipal de Saúde,

DECRETA

Art.1º Ficam nomeados para compor a comissão para condução de processos seletivos simplificados da Secretaria Municipal de Saúde, os servidores:

- 1) Joseane Maria Soares de Lima
- 2) Marciane Rech
- 3) Susinei Ribeiro Schultz

Art. 2º A Comissão ora nomeada fica responsável pela elaboração dos editais e demais trâmites inerentes aos processos seletivos simplificados que venham ser realizados pela Secretaria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com vigência de dois anos.

Itapoá (SC), 19 de novembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2315/2014 – HOMOLOGA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMDEMA.

DECRETO MUNICIPAL NO 2315/2014

Data: 19 de novembro de 2014.

HOMOLOGA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - COMDEMA.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art.1º Fica HOMOLOGADO o Regimento Interno do COMDEMA - Conselho Municipal de Meio Ambiente, aprovado na 9º reunião/2014, em 10/10/2014, conforme texto anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 19 de novembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

ANEXOCONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - COMDEMA
ITAPOÁ/SCREGIMENTO INTERNO
DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE
ITAPOÁ**CAPÍTULO I - DO OBJETIVO**

Art. 1º. Este Regimento estabelece as normas de organização e funcionamento do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA.

Parágrafo único. A expressão Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e a sigla COMDEMA se equivalem para efeito de referência e comunicação.

CAPÍTULO II - DA FINALIDADE E DA COMPETÊNCIA

Art. 2º. O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Itapoá, instituído como órgão colegiado deliberativo, consultivo e normativo pela Lei nº 162 de 28 de dezembro de 2007, é o responsável pela formulação, avaliação, controle e normatização da política e do Sistema Municipal de Meio Ambiente e atuará para complementar a ação do Poder Executivo e assessorar o Poder Legislativo nas decisões relacionadas ao meio ambiente.

Art. 3º. O COMDEMA terá suporte técnico, administrativo e financeiro prestado pela Prefeitura Municipal, inclusive no tocante às instalações, equipamentos e recursos humanos necessários.

§1º. O suporte técnico será suplementarmente requerido aos órgãos estaduais e federais afetos aos programas de proteção, conservação e melhoria do meio ambiente.

§2º. O COMDEMA detém autonomia organizacional e se vincula, funcionalmente, à Secretaria Municipal do Turismo, Meio Ambiente e Cultura.

Art. 4º. A atuação do COMDEMA será orientada em consonância com os princípios gerais definidos na Constituição Federal, na Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981, no Decreto n. 99.274 de 06 de junho de 1990 e demais legislações pertinentes.

CAPÍTULO III - DA ORGANIZAÇÃO

Art. 5º. O COMDEMA tem a seguinte estrutura básica:

I - Plenário, integrado pelos representantes de órgãos governamentais e de entidades da sociedade civil, nomeados por Decreto do Poder Executivo, de acordo com a Lei Municipal 162/2007 ou outra que venha a lhe substituir;

II - Presidência;

III - Vice-Presidência;

IV - Secretaria Executiva e;

V - Câmaras Técnicas.

CAPÍTULO IV - DOS ATOS E DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO

Art. 6º. São considerados atos do Conselho Municipal do Meio Ambiente:

I - Resolução: ato formal, resultante de apreciação de matéria vinculada a estabelecer diretrizes normas técnicas, critérios e padrões relativos à proteção ambiental e ao uso sustentável dos recursos ambientais;

II - Proposição: ato formal, resultante de apreciação de matéria ambiental, a ser encaminhada ao Chefe do Poder Executivo, ao Poder Legislativo ou a outro órgão governamental;

III - Recomendação: quando se tratar de manifestação acerca da implementação de políticas, programas públicos e normas com repercussão na área ambiental;

IV - Moção: quando se tratar de manifestação, de qualquer natureza, relacionada com a temática ambiental; e

V - Decisão: quando se tratar definição de assunto afeto à sua competência.

Parágrafo único. A matéria de que trata este artigo será encaminhada à Secretaria Executiva do COMDEMA que a colocará na pauta para análise e tramitação, conforme ordem cronológica de apresentação ou atendendo às prioridades fixadas pelo próprio Conselho.

Art. 7º. São atribuições do Plenário do Conselho:

I - Assessorar e propor diretrizes e políticas municipais de meio

ambiente, acompanhando sua execução;

II. Avaliar e se manifestar sobre planos, programas e normas legais, bem como adequação e regulamentação de leis e padrões ambientais municipais, estaduais e federais;

III. Manifestar-se sobre a exploração dos recursos naturais existentes no Município e sobre as atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental em âmbito municipal;

IV. Apreçar e deliberar, na forma de parecer, sobre estudos de impacto ambiental, com os respectivos relatórios, por requerimento de qualquer um dos seus membros;

V. Propor e formular diretrizes e normas de aplicação do Fundo Municipal do Meio-Ambiente;

VI. Propor a criação de Unidades de Conservação e demais espaços territoriais especialmente protegidos;

VII. Analisar e emitir parecer sobre toda matéria em tramitação no Município que envolva as questões ambientais, tanto a pedido do Prefeito, do Presidente da Câmara de Vereadores ou mesmo por solicitação de 1/3 (um terço) de seus membros do Conselho;

VIII. Manifestar-se sobre convênios de gestão ambiental entre o Município e organizações públicas e privadas;

IX - Estabelecer a integração com órgãos estaduais, federais e internacionais, bem como com outros municípios, no que diz respeito às questões ambientais;

X. Incentivar e colaborar com ações educacionais, tais como, campanha de conscientização ambiental à população, cursos, seminários, palestras, simpósios e conferências sobre temas ambientais de interesse local;

XI. Identificar, prever e comunicar aos órgãos competentes as agressões ambientais ocorridas no Município, sugerindo soluções a partir de estudo elaborado em câmara técnica;

XII. Revisar seu Regimento Interno;

XIII - Expedir as normas de sua competência, necessárias à regulamentação e implementação da política municipal do meio ambiente, através de resoluções;

XIV - Opinar sobre os projetos de lei do Poder Executivo e decretos referentes à proteção, zoneamento e planejamento ambientais;

XV - Discutir e propor prioridades para investimento do orçamento municipal na área do meio ambiente;

XVI - Convocar audiências públicas;

XVII - Criar e extinguir Câmara Técnicas e dispor sobre o funcionamento destas;

XVIII - Analisar os demonstrativos trimestrais sobre a situação econômico-financeira do FMMA - Fundo Municipal do Meio Ambiente, conforme determinado no art. 9º da Lei Municipal 205/2008;

XIX - Exercer outras atribuições que lhe forem conferidas por lei, por atos normativos ou por este Regimento Interno.

Art. 8º - São atribuições dos Conselheiros:

I - Propor diretrizes para a política municipal de meio ambiente, à luz do conceito de desenvolvimento sustentável, através de recomendações e proposições de planos, programas e projetos;

II - Propor normas, padrões e procedimentos visando a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável;

III-Apresentar proposições, propostas de Resoluções, de Recomendações e Moções;

IV - Propor a definição e implantação de espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos;

V - Propor a convocação de reuniões extraordinárias, para a apreciação de assunto relevante;

VI - Propor e colaborar na execução de atividades com vistas à educação ambiental;

VII - Propor a realização de campanhas de conscientização quanto os problemas ambientais;

VIII - Discutir e votar todas as matérias submetidas ao COMDEMA;

IX - Colaborar com a Presidência e Secretaria Executiva no cumprimento de suas atribuições;

X - Propor a inclusão de matérias na ordem do dia e, justificando, a discussão prioritária de assuntos nela constantes;

XI - Pedir vista de processos e documentos que estejam sob análise do Conselho, em qualquer fase;

XII - Propor votação nominal;

XIII - Solicitar o registro em ata de seu ponto de vista;

XIV - Solicitar correção do conteúdo da ata e, estando de acordo, assinar as atas de reunião;

XV - Convidar pessoas de notório conhecimento, na área ambiental, para expor sobre determinado tema ao COMDEMA;

XVI - Propor a criação e extinção de Câmara Técnicas;

XVIII - exercer outras atribuições que lhe forem conferidas por lei, por atos normativos ou por este Regimento Interno.

CAPÍTULO V - DO MANDATO

Art.9º. O mandato dos conselheiros do COMDEMA terá duração de 02 (dois) anos, iniciando-se de pleno direito em 1º de janeiro do ano ímpar e terminando em 31 de dezembro do ano par seguinte.

§1º. Até o dia 20 de janeiro do ano ímpar, o Presidente do COMDEMA enviará, através de ofício ao Poder Executivo Municipal, a relação dos Conselheiros titulares e suplentes a serem nomeados para o biênio que se inicia.

§ 2º. Até o dia 1º de fevereiro do ano ímpar, impreterivelmente, o Poder Executivo Municipal publicará o Decreto com a nomeação dos Conselheiros titulares e suplentes, indicando os respectivos órgãos ou entidades que representam, bem como o período do mandato.

§3º. Ainda que um Conselheiro assumo o cargo no decorrer do biênio, seu mandato também se encerrará juntamente com os demais em 31 de dezembro do ano ímpar.

Art. 10. Observado o § 1º deste artigo, os órgãos e entidades que integram o COMDEMA indicarão livremente seus respectivos representantes para o cargo de Conselheiro titular e de suplente, sendo permitida a recondução.

§ 1º. Como representante de qualquer entidade da sociedade civil, não poderá ser indicado ocupante de cargo público, assim entendido quem, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, exerça cargo, emprego, serventia ou função pública, na administração direta ou indireta municipal ou estadual.

§ 2º. A qualquer tempo, os órgãos e entidades poderão requerer, através de ofício endereçado ao Presidente do COMDEMA, a substituição dos seus respectivos Conselheiros, sendo que os novos indicados exercerão suas atribuições até o término do mandato que estiverem em curso.

§ 3º. Deferido o pedido de substituição mencionado no parágrafo anterior, o Presidente do COMDEMA encaminhará imediatamente ao gabinete do Prefeito, através de ofício, requerimento de publicação em Decreto da nomeação dos novos Conselheiros, indicando o período restante de mandato.

Art. 11.As entidades sociais e ambientais serão excluídas do COMDEMA após completarem 04 (quatro) em reuniões, sem justificativa, a cada ano civil.

§1º - A Secretaria Executiva informará por escrito via AR (Aviso de Recebimento) ao Presidente da entidade, do risco da perda da respectiva vaga no COMDEMA, caso ocorram ausências injustificadas de seu representante em 03 reuniões ordinárias ou extraordinárias do Conselho a cada ano civil.

§ 2º. Para que não seja computada a falta da entidade na reunião, a justificativa para a ausência tanto do seu respectivo titular como do suplente deverá ser apresentada por escrito à Secretaria Executiva do COMDEMA em até 10 (dez) dias úteis após a realização da reunião, sendo admitida a comunicação através de e-mail com confirmação de recebimento.

§ 3º. A justificativa passará por aprovação dos Conselheiros na primeira reunião ordinária após o término do prazo da apresentação da justificativa.

CAPÍTULO VI - DO PROCESSO DE RENOVAÇÃO DO COMDEMA

Art. 12. Em 1º de agosto do ano par, o Presidente do COMDEMA expedirá ofício, com aviso de recebimento, para os órgãos e entidades com cadeira permanente no Conselho, solicitando a indicação, no prazo de 30 dias, dos representantes a serem nomeados

para o cargo de Conselheiro Titular e de Suplente no biênio seguinte, bem como os respectivos e-mails e telefones de contato.

§1º. No ofício endereçado às entidades da sociedade civil, constará expressamente advertência sobre a vedação contida no art. 10, § 2º.

§2º. Em não havendo resposta dos órgãos e entidades com cadeira permanente no COMDEMA, será renovado o mandato de seus respectivos Conselheiros.

§ 3º. Quando o mandato seguinte coincidir com novo mandato eletivo do Chefe do Poder Executivo Municipal, a escolha dos representantes dos Poder Público Municipal será realizada pelo novo Prefeito e a nomeação dos Conselheiros constará do Decreto previsto no art. 7º, § 2º, deste Regimento Interno.

Art. 13. Em 1º de agosto do ano par, o Presidente do COMDEMA publicará no mural da Secretaria Municipal de Meio Ambiente o edital de convocação para seleção das entidades sociais e das entidades ambientais interessadas em participar do Conselho.

Parágrafo único. No prazo de 20 dias contados da publicação do edital de convocação, as entidades deverão protocolizar na Secretaria Municipal de Meio Ambiente requerimento escrito, dirigido à Presidência do COMDEMA, solicitando sua inclusão no processo seletivo, apresentando os seguintes documentos e informações:

- a) Requerimento contendo os dados da entidade e de seu representante, especialmente endereço completo, e e-mail telefone para contato;
- b) Cartão de CNPJ atualizado, expedido pelo site da Receita Federal há menos de 30 dias;
- c) Cópia simples do documento constitutivo da entidade, em que esteja caracterizada sua pertinência como entidade social ou ambiental;
- d) Cópia simples da ata de eleição de seu representante, se for o caso;
- e) Cópia simples do documento de identidade de seu representante;
- f) Cópia simples do decreto de utilidade pública da entidade, se houver;
- g) Cópia simples das atas de reunião e respectivas listas de presença referentes aos 12 meses anteriores ao protocolo do requerimento;
- h) Indicação dos nomes para o cargo de Conselheiro Titular e Suplente do COMDEMA, bem como os respectivos e-mails e telefones de contato dos indicados;
- i) Cópia simples de documentos que comprovem sua efetiva atuação como entidade social ou ambiental, tais como relatórios, fotografias, reportagens, participação em eventos, dentre outros.

Art. 14. Até 30 de setembro do ano par, o Presidente do COMDEMA analisará a documentação apresentada e, em relação a cada entidade inscrita, formará um procedimento separado e ao final proferirá decisão escrita e fundamentada acerca de sua habilitação, ou não, para continuar participando da seleção.

Art. 15. Em 01 de outubro do ano par, o Presidente do COMDEMA publicará no mural da Secretaria Municipal de Meio Ambiente o edital contendo o nome das entidades sociais e ambientais inscritas e a respectiva decisão sobre sua habilitação ou não para o processo de seleção.

§1º. No prazo de 10 dias contados da publicação do edital de que trata o caput deste artigo, qualquer interessado poderá recorrer, por escrito, ao Plenário do COMDEMA, contra a decisão de deferimento ou de indeferimento da habilitação, apresentando as razões de fato e de direito de seu inconformismo, podendo apresentar documentos, vedado o requerimento de produção de provas.

§2º. É permitido aos interessados terem vista dos documentos referentes ao processo seletivo nas dependências da Secretaria de Meio Ambiente, vedada a retirada em carga de processos e documentos.

Art. 16. Havendo recurso ao Plenário do COMDEMA, o Conselho será convocado pelo Presidente para se reunir extraordinariamente na última semana do mês de outubro, para fins de realização do julgamento dos recursos.

§1º. A decisão recorrida e as razões de recurso serão previamente enviadas aos Conselheiros juntamente com a convocação para a reunião extraordinária através de e-mail.

§2º. Os procedimentos em que houver recurso ficarão à disposição dos Conselheiros para consulta nas dependências da Secretaria de Meio Ambiente, vedada a retirada em carga de processos e documentos.

§ 3º. A decisão do Plenário do COMDEMA a respeito da habilitação, ou não, da entidade para o processo seletivo é irrecorrível e será publicada através de edital no mural da Secretaria de Meio Ambiente em 1º de novembro do ano par.

Art. 17. Na reunião ordinária do mês de novembro do ano par, as entidades sociais e ambientais habilitadas serão apresentadas ao Plenário, que escolherá as entidades que passarão a integrar o Conselho no biênio seguinte.

§1º. As entidades sociais e ambientais integrantes do COMDEMA e presentes à reunião poderão participar da votação, ainda que estejam concorrendo à vaga para o biênio seguinte, assim como as outras entidades previstas na lei e órgãos governamentais.

§ 2º. Para a realização da escolha prevista no caput deste artigo, o Presidente do COMDEMA providenciará cédulas impressas com o nome das entidades sociais e, separadamente, das entidades ambientais habilitadas, colocadas em ordem alfabética, antecedidas de um quadrado para marcação do voto.

§ 3º. Será entregue somente uma cédula de entidade social e uma cédula de entidade ambiental para cada Conselheiro com direito a voto presente na reunião.

§ 4º. Em votação secreta, os Conselheiros marcarão dois nomes na cédula de entidade social e dois nomes na cédula de entidade ambiental e colocarão seus votos na urna.

§ 5º. Finalizada a votação, perante o Plenário, o Presidente do COMDEMA fará a abertura das cédulas e a contagem dos votos, classificando as entidades sociais e ambientais separadamente, conforme o número de votos recebidos.

§ 6º. As duas entidades sociais e as duas entidades ambientais mais votadas ficarão eleitas para compor o COMDEMA no biênio seguinte.

§ 7º. As entidades habilitadas, mas não eleitas, serão classificadas pelo número de votos recebidos e formarão lista de espera para o Conselho, para serem imediatamente chamadas, de acordo com a ordem de classificação, para assumir a vaga em caso de exclusão de entidade eleita no decorrer do biênio seguinte.

§8º. A eleição de que trata este artigo é irrecorrível.

§ 9º. Em 1º de dezembro do ano par, o Presidente do COMDEMA publicará edital no mural da Secretaria de Meio Ambiente informando as entidades sociais e ambientais eleitas e seus respectivos Conselheiros, bem como a classificação das entidades não eleitas e que comporão a lista de espera de que trata o § 7º deste artigo.

§ 10. Os conselheiros e a Secretaria executiva do COMDEMA tomarão posse na primeira reunião ordinária do ano ímpar, valendo a posterior assinatura da ata dessa reunião como termo de posse.

CAPÍTULO VII - DA PRESIDÊNCIA

Art. 18. A presidência e a Vice Presidência do COMDEMA serão exercidas alternadamente por membros do Poder Público ou de entidades da sociedade civil, eleitos em votação fechada na primeira reunião ordinária de cada ano, por maioria simples de votos dos presentes, para o período de 01 (um) ano.

Parágrafo único. Os Conselheiros interessados deverão protocolizar ofício endereçado à Secretaria Executiva do COMDEMA, até 48 horas antes da primeira reunião ordinária de cada ano, requerimento de inscrição de chapa com indicação de Presidente e Vice-Presidente.

Art. 19. No caso de renúncia ou vacância da Presidência e da Vice Presidência, a Secretaria Executiva convocará imediatamente uma reunião extraordinária para eleger a nova Presidência e Vice-Presidência do Conselho.

Art. 20. O Presidente do COMDEMA poderá ser destituído em caso de descumprimento de suas atribuições previstas no artigo

seguinte e, especialmente, caso sejam inobservadas as datas e os procedimentos previstos nos Capítulos V e VI deste Regimento Interno.

§ 1o. A destituição do Presidente do COMDEMA poderá ser proposta através de requerimento escrito, protocolizado na Secretaria Executiva do COMDEMA, assinado por no mínimo três Conselheiros, fundamentado com as razões de fato e a expressa indicação dos dispositivos deste regimento interno supostamente violados, podendo ser acompanhado de documentos.

§ 2o. A Secretaria Executiva encaminhará imediatamente o requerimento protocolizado ao Presidente do COMDEMA para, no prazo de 20 dias, elaborar resposta escrita e fundamentada, podendo juntar documentos.

§ 3o. Encerrado o prazo de resposta, o Presidente do COMDEMA convocará por e-mail reunião extraordinária para deliberação sobre a destituição, com no mínimo 10 dias úteis de antecedência, encaminhando obrigatoriamente a digitalização integral do requerimento e da resposta, com os respectivos documentos, se houver.

§ 4o. Aberta a reunião extraordinária, será dada a palavra a um dos Conselheiros requerentes pelo prazo de 10 minutos e, em seguida, ao Presidente pelo mesmo tempo, para apresentação de suas considerações.

§ 5o. Os demais Conselheiros poderão solicitar esclarecimentos ou manifestar seu entendimento, pelo prazo de até 3 minutos cada.

§ 6o. Encerrado o debate, será realizada a votação fechada, sendo que o Presidente somente será destituído pelo voto de dois terços dos Conselheiros presentes com direito a voto.

§ 7o. Aprovada a destituição, o Vice-Presidente assumirá e o Presidente destituído continuará integrando o COMDEMA como Conselheiro.

Art. 21. Ao Presidente compete:

- I - cumprir e fazer cumprir este Regimento Interno;
- II - convocar e presidir as reuniões, conduzindo a participação dos conselheiros de modo a garantir o cumprimento da pauta;
- III - propor a criação de Câmaras Técnicas;
- IV - dirimir dúvidas relativas a interpretação de normas deste Regimento;
- V - encaminhar a votação de matéria submetida a decisão do Plenário;
- VI - proclamar o resultado das votações;
- VII - assinar as atas aprovadas nas reuniões;
- VIII - assinar as deliberações do Conselho e encaminhá-las ao Prefeito, sugerindo os atos administrativos necessários;
- IX - designar relatores para temas examinados pelo COMDEMA;
- X - dirigir as sessões do COMDEMA, ou suspendê-las;
- XI - propor, através de Resolução, normas e procedimentos para o funcionamento do COMDEMA;
- XII - convidar pessoas ou entidades para participar como ouvintes das reuniões do Plenário, sem direito a voz e a voto;
- XIII - delegar atribuições de sua competência;
- XIV - representar a entidade, perante os órgãos públicos, privados e eventos;
- XV - votar como Conselheiro e exercer voto de qualidade;
- XVI - manter contatos com entidades privadas e oficiais da União, dos Estados e dos Municípios, quanto à coleta de dados e informações no campo da preservação do meio ambiente, assim como para a execução conjunta de ações ambientais;
- XVII - encaminhar os casos não previstos neste regime para deliberação do plenário do Conselho.

CAPÍTULO VIII - DA VICE-PRESIDÊNCIA

Art. 22. Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente em seus impedimentos, exercendo as suas atribuições.

Parágrafo Único. Em caso de impedimento simultâneo de Presidente e do Vice-Presidente para comparecimento à reunião do Conselho, a mesma será transferida para outra data, dando-se ciência, com a devida antecedência, aos demais Conselheiros.

CAPÍTULO IX - DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 23. A Presidência do COMDEMA será assessorada pela Secretaria Executiva disponibilizada pelo Executivo Municipal, que terá como atribuição:

- I - Organizar e ter a guarda do arquivo do Conselho;
- II - Providenciar a anotação de presença nas reuniões, colhidas as assinaturas e livro próprio;
- III - Providenciar o envio das comunicações e convocações, inclusive relativas ao Parágrafo Único do Art. 8º deste Regimento, bem como as atas aos conselheiros presentes na última reunião;
- IV - Providenciar a elaboração das atas e do registro de presença das reuniões, assentadas em livro próprio;
- V - Organizar o Expediente do Conselho;
- VI - Encaminhar os pedidos de informações, fazendo-os constar do expediente do Conselho;
- VII - Receber as proposições dos conselheiros;
- VIII - Encaminhar imediatamente ao Gabinete do Prefeito Municipal o ofício com a indicação dos órgãos públicos, entidades da sociedade civil e respectivos conselheiros titular e suplente, para que seja publicado o decreto de nomeação.

CAPÍTULO X - DAS CÂMARAS TÉCNICAS

Art. 24. As Câmaras Técnicas criadas e extintas por deliberação do Plenário, serão constituídas por membros do Conselho para finalidade específica, com atribuições de examinar, sob o crivo técnico e científico assunto de sua competência, elaborando relatório ou parecer conclusivo para o Plenário, sendo que as reuniões deverão ser deverão ser convocadas pelo Presidente do Conselho e/ou por seus respectivos coordenadores com, no mínimo, três dias úteis de antecedência.

§1º. A composição das Câmaras Técnicas será deliberada pelo Plenário que, por sua vez, deverá observar, para escolha de seus membros, a natureza técnica do assunto de sua competência, a finalidade dos órgãos ou entidades representados e a formação técnica ou notória atuação na área ambiental dos mesmos.

§2º. Excepcionalmente, em casos emergenciais, a convocação preconizada no caput deste artigo, poderá ser de vinte e quatro horas.

Art. 25. As Câmaras Técnicas serão constituídas por no mínimo 03 (três) membros.

§1º. Cada Câmara Técnica será coordenada por um de seus membros, eleito na primeira reunião ordinária da mesma, por maioria simples dos votos dos presentes.

§2º. As decisões das Câmaras Técnicas serão através de votação da maioria simples dos presentes, cabendo o voto de desempate à sua Coordenação.

§3º. A ausência não justificada de membro de qualquer Câmara Técnica por três reuniões, implicará sua exclusão desta.

Art. 26. As atas das reuniões das Câmaras Técnicas serão lavras em livro próprio, aprovadas e assinadas pelos seus membros.

CAPÍTULO XI - DAS DELIBERAÇÕES DO COMDEMA

Art.27. O COMDEMA se reunirá ordinária e extraordinariamente.

§1º. O Plenário do COMDEMA se reunirá ordinariamente de março a dezembro, na segunda sexta-feira de cada mês, com início às nove horas da manhã, na sede da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

§2º. O Plenário do COMDEMA se reunirá extraordinariamente por iniciativa do Presidente, por requerimento de 1/3 de seus membros ou por solicitação de qualquer Câmara Técnica.

§3º. A convocação para as reuniões ordinárias e extraordinárias do COMDEMA será realizada pela Secretaria Executiva através de e-mail enviado a todos os Conselheiros titulares e suplentes, nos endereços eletrônicos fornecidos pelos respectivos órgãos ou entidades por ocasião de sua indicação para compor o Conselho.

§ 4º. As reuniões extraordinárias serão convocadas por e-mail

com antecedência de no mínimo 02 (dois) dias úteis, sendo vedados debates ou deliberações a respeito de qualquer matéria não contemplada, expressa e previamente, na comunicação.

§ 5º. A convocação para as reuniões ordinárias será realizada com no mínimo 4 (quatro) dias úteis de antecedência e será obrigatoriamente acompanhada de cópia da ata da reunião anterior e da respectiva Ordem do Dia.

§ 6º. As reuniões terão duração de 01 (uma) hora e poderão ser prolongadas por mais 30 (trinta) minutos, havendo necessidade e sendo aprovada pelo Conselho, manter-se em caráter permanente até a solução da matéria objeto de deliberação.

Art. 28. À hora estipulada, o Presidente do Conselho ou quem o substitua verificará o quórum no livro de presença e, se houver quórum, declarará iniciada a reunião.

§ 1º. O quórum das reuniões se estabelece com a presença de 50% (cinquenta por cento) mais um de seus membros, considerado em relação ao número de titulares.

§ 2º. Caso não haja quórum em primeira chamada, serão aguardados 15 minutos para nova verificação, quando será dado início ou encerramento da reunião.

§ 3º. Os trabalhos serão relatados circunstanciadamente no livro de atas de reuniões, as quais serão assinadas pela Presidência ou seu substituto e pelos Conselheiros presentes à respectiva sessão.

§ 4º - Não havendo a reunião, será anotada em ata a relação dos conselheiros que assinaram o livro de presença e o encerramento da mesma pela Presidência.

Art. 29. Observada a capacidade física da sala de reuniões, as reuniões Plenárias do COMDEMA serão públicas e abertas aos interessados, os quais não poderão se manifestar.

CAPÍTULO XII - DO EXPEDIENTE

Art. 30. Constarão do expediente das reuniões ordinárias do COMDEMA, os seguintes itens:

I - abertura da sessão, leitura, discussão, votação e assinatura da ata da reunião anterior;

II - leitura das comunicações da ordem do dia;

III - deliberações e formalização das votações;

IV - palavra franca;

V - encerramento.

Parágrafo Único. O Secretário do Conselho, em seguida à leitura da ata, dará conta das comunicações e informações dos assuntos urgentes apresentados até o início dos trabalhos da reunião.

CAPÍTULO XIII - DAS PROPOSIÇÕES

Art. 31. Os conselheiros farão as inscrições das proposições, que deverão ser apresentadas por e-mail à Secretaria Executiva até 8 dias úteis antes da reunião ordinária.

Art. 32. Os conselheiros poderão fazer uso da palavra para esclarecer suas proposições por até 5 (cinco) minutos, podendo ser dilatado a critério do Presidente, respeitando-se a ordem cronológica de inscrição das mesmas junto à Secretaria Executiva.

Art. 33. Após justificativa, se nenhum conselheiro pedir formação de processo, a proposta será discutida e votada.

§ 1º. Nas discussões de proposições que não tenham processo formado, cada conselheiro disporá de 03 (três) minutos para sua participação no debate.

§ 2º - As votações das proposições sem processo formado serão conduzidas conforme o Capítulo XVI deste Regimento Interno.

Art. 34. Para proposições em que for solicitada a formação de processo, o pedido será analisado pelo plenário e, se julgado pertinente, será votada sua abertura.

§ 1º - Na formação do processo a Presidência do COMDEMA deverá obter dos setores competentes da Prefeitura Municipal de Itapoá a instrução técnica ou jurídica da matéria, contando sempre com o apoio da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Meio Ambiente.

§ 2º - Na mesma reunião, o Plenário indicará a Câmara Técnica que analisará o processo e preparará parecer escrito para posterior

apreciação do plenário na Ordem do Dia.

CAPÍTULO XIV - DA ORDEM DO DIA

Art. 35. Finalizado o expediente e esgotados os prazos para proposições, a Presidência dará início à discussão e votação da Ordem do Dia.

§ 1º. A Ordem do Dia será organizada pela Presidência, ouvidos os Coordenadores das Câmaras Técnicas, e encaminhada para conhecimento dos conselheiros, por e-mail, com 4 (quatro) dias úteis de antecedência.

§ 2º - A matéria constante da pauta na Ordem do Dia obedecerá a seguinte ordem:

I - exposição das Câmaras Técnicas;

II - matérias em regime de urgência;

III - votações e discussões adiadas;

IV - demais matérias segundo a antiguidade.

§ 3º. Todo e qualquer assunto constante da Ordem do Dia deverá ter um relator, que apresentará parecer sobre o assunto.

Art. 36. O deferimento dos pedidos de urgência ou de preferência dependerá da aprovação Plenário.

Art. 37. A Ordem do Dia poderá ser alterada, mediante aprovação do Plenário, nos casos de:

I - inclusão de matéria relevante;

II - inversão preferencial;

III - adiamento;

IV - retirada de pauta.

Art. 38. O adiamento da discussão ou votação será requerido verbalmente, devendo ser aprovado pelo Plenário e não podendo exceder o prazo de 30 (trinta) dias.

§ 1º. O adiamento de votação só poderá ser requerido antes de iniciado o processo de votação.

§ 2º. É vedado o segundo adiamento de qualquer matéria, a requerimento do mesmo conselheiro, não podendo haver mais do que dois adiamentos, em qualquer hipótese.

CAPÍTULO XV - DA DISCUSSÃO

Art. 39. Apresentado o assunto em pauta e colocado em discussão pela Presidência, será concedida a palavra primeiramente ao relator e aos demais conselheiros que a solicitarem.

Art. 40. Serão concedidos os seguintes prazos para debates:

I - ao relator, até 15 (quinze) minutos para a leitura de seu relatório e voto;

II - aos demais conselheiros, até 03 (três) minutos para cada inscrito.

Art. 41. Será facultada a apresentação de emendar ou substitutivos durante a discussão.

§ 1º. As emendas e substitutivos serão apresentados na reunião, referindo-se especificamente ao assunto em discussão.

§ 2º. Poderão ser destacadas emendas para a constituição de nova proposição quando a Presidência ou o Conselho julgarem pertinente, ou mediante solicitação de um conselheiro.

Art. 42. Não havendo mais oradores, a Presidência do Conselho encerrará discussão da matéria e procederá a votação.

CAPÍTULO XVI - DA VOTAÇÃO

Art. 43. Quando o conselheiro titular e o conselheiro suplente do mesmo órgão ou entidade comparecerem à reunião, apenas o titular se sentará à mesa e terá direito a voto.

Parágrafo único. Quando somente o conselheiro suplente comparecer, ele se sentará à mesa e terá direito a voto.

Art. 44. As deliberações do COMDEMA serão tomadas pela maioria simples dos conselheiros presentes com direito a voto, salvo as exceções expressamente previstas neste Regimento.

Art. 45. Os processos de votação serão os seguintes:

I - simbólico, em que a Presidência solicitará que os conselheiros 'a favor' permaneçam como estão e discordantes ou abstenções que se manifestem e, em seguida, proclamará o resultado da votação;

II - nominal, em que os conselheiros serão chamados a votar pela Presidência, anotando o Secretário as respostas e passando a lista à Presidência, para a proclamação do resultado.

Art. 46. Na votação simbólica ou nominal, será lícito ao conselheiro retificar seu voto, antes de proclamado o resultado da votação.

Art. 47. As declarações de votos não poderão ultrapassar o prazo de 01 (um) minuto e deverão ser apresentadas verbalmente ou então enviadas à mesa por escrito, até o final da reunião, para feitos de registro.

Art. 48. Poderá o conselheiro pedir a palavra para o encaminhamento da votação pelo prazo de 01 (um) minuto, inadmitidos os apartes.

Art. 49. O substitutivo terá preferência na votação e, em caso de rejeição, será votada a proposição original.

Art. 50. Nenhuma emenda poderá ser apresentada depois de iniciada a votação.

Art. 51. As votações das emendas seguirão a seguinte ordem:

I - emendas supressivas;

II - emendas substitutivas;

III - emendas aditivas.

Art. 52. Vencido o relator em seu voto, a Presidência designará um revisor, de preferência o autor do substitutivo ou emenda, para redigir o texto aprovado, cuja redação deverá ser submetida ao plenário na reunião seguinte.

Art. 53. As súmulas de todas as decisões do COMDEMA deverão constar não apenas das atas das reuniões, mas também dos processos a que se referirem, assinadas pela Presidência e pelo relator.

CAPÍTULO XVII - DOS PARECERES

Art. 54. Os pareceres do COMDEMA constarão de duas partes fundamentais:

I - análise global;

II - parecer conclusivo, propondo aprovação ou rejeição o projeto e quando for o caso, oferecendo-lhe substitutivo ou emendas.

Art. 55. Os pareceres serão aprovados pela maioria simples dos conselheiros presentes à reunião.

CAPÍTULO XVIII - DA ÉTICA

Art. 56. Fica proibido a todo e qualquer conselheiro apresentar-se, manifestar-se e firmar documentos em nome do COMDEMA sem a devida autorização por escrito, da maioria simples registrada em ata dos membros que o compõem, sob pena de exclusão, após a devida apuração, que seguirá o procedimento de destituição do Presidente do Conselho.

CAPÍTULO XIX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS TRANSITÓRIAS

Art. 57. Qualquer cidadão poderá obter informação de interesse público ambiental, mediante requerimento escrito, à Secretaria Executiva do COMDEMA.

Art. 58. As resoluções e demais decisões do COMDEMA serão divulgadas apenas pela Presidência do Conselho através da imprensa do Município de Itapoá e por meio eletrônico no sítio da Prefeitura Municipal de Itapoá e, se conveniente, através de outros meio de comunicação.

Art. 59. Em caso de dúvida a respeito da interpretação ou aplicação do presente Regimento, o conselheiro poderá suscitar questão de ordem no prazo de 03 (três) minutos, vedados os apartes.

Parágrafo Único. Compete à Presidência Conselho decidir sobre a pertinência da questão de ordem.

Art. 60. As decisões sobre a interpretação do presente Regimento, bem como sobre os casos omissos, serão registradas em ata.

Art. 61. As propostas de alteração parcial ou total deste Regimento somente serão procedidas se aprovadas por dois terços dos Conselheiros com direito à voto presentes à reunião.

Parágrafo único. As propostas de alteração serão encaminhadas

como proposição.

Art. 62. Caso as datas e prazos previstos neste Regimento Interno caiam em sábado, domingo, feriado ou dia em que não haja expediente na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, os mesmos ficarão automaticamente prorrogados para o primeiro dia útil seguinte.

Art. 63. Excepcionalmente, para permitir a transição para as disposições deste Regimento Interno, o mandato dos atuais conselheiros ficará prorrogado até 31 de dezembro de 2016, sendo que o processo de renovação previsto no Capítulo VI será realizado a partir de 1º de agosto de 2016.

Art. 64. Excepcionalmente, e para permitir a transição para as disposições deste Regimento Interno, a próxima eleição para Presidente e Vice-Presidente do COMDEMA será realizada na primeira reunião ordinária de 2016.

Art. 65. O presente Regimento, aprovado em reunião do COMDEMA, entrará em vigor na data de sua publicação através de Decreto do Poder Executivo.

Jacinto Machado

PREFEITURA

LEI Nº. 749 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº. 749 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO SUPLEMENTAR O ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO DO EXERCÍCIO DE 2014 POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado suplementar as dotações orçamentárias nos Projetos/Atividades dos Orçamentos da Unidade Prefeitura Municipal e do Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado, abaixo discriminados, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 520.000,00 (Quinhentos e vinte mil reais), como segue:

Órgão 03: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS

Unidade 01: DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Atividade 2.005: Manutenção dos Serviços Administrativos e de Planejamento

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0.0080(10) - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0.0080(13) - Aplicações Diretas...R\$ 120.000,00

TOTAL: R\$ 180.000,00

Órgão 05: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade 01: DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO

Atividade 2.013: Manutenção das Creches

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0.0695(44) - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

TOTAL: R\$ 30.000,00

Órgão 07: SECRETARIA DA AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E MEIO AMBIENTE

Unidade 01: DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade 2.048: Manutenção da Secretaria de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0.0080(88) - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

TOTAL: R\$ 10.000,00

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade 2.020: Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0080(07) - Aplicações Diretas.R\$ 130.000,00

Atividade 2.021: Manutenção do PSF/PACS

Modalidade de Aplicação: 3.1.71.00.00.00.0080(13) - Transf. a Cons. Públicos R\$ 150.000,00

Atividade 2.023: Manutenção dos Programas Sociais

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0080(15) - Aplicações Diretas...R\$ 20.000,00

TOTAL: R\$ 300.000,00

TOTAL GERAL: R\$ 520.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados às suplementações do artigo anterior ocorrerão por conta das anulações de dotações orçamentárias, como seguem:

Órgão 02: GABINETE DO PREFEITO

Unidade 01: GABINETE DO PREFEITO

Projeto 1.004: Aquisição de Veículos e Equipamentos Funcionais

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0.0080(01) - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

TOTAL: R\$ 15.000,00

Órgão 03: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS

Unidade 01: DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Projeto 1.006: Equipamentos e Infraestrutura Operacional

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0.0080(08) - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

TOTAL: R\$ 10.000,00

Órgão 04: SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA FAMÍLIA

Unidade 01: FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE

Atividade 2.024: Manutenção do FIA

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0.0080(15) - Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

TOTAL: R\$ 11.000,00

Órgão 05: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade 01: DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO

Projeto 1.012: Construção e Ampliação de Creches

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0.0080(21) - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Atividade 2.008: Manutenção da Educação Básica

Modalidade de Aplicação: 3.1.71.00.00.0.0695(30) - Transf. a Cons. Públicos R\$ 2.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0.0695(32) - Aplicações Diretas...R\$ 200.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.71.00.00.0.0695(33) - Transf. a Cons. Públicos R\$ 2.000,00

Modalidade de Aplicação: 4.4.71.00.00.0.0695(39) - Transf. a Cons. Públicos R\$ 2.000,00

TOTAL: R\$ 236.000,00

Órgão 05: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade 02: DEPARTAMENTO DE CULTURA

Projeto 1.060: Aquisição de Áreas e Const. e Manutenção de Ambientes Culturais

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0.0080(50) - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

Atividade 2.059: Manutenção dos Eventos Municipais

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0.0080(54) - Aplicações Diretas...R\$ 120.000,00

TOTAL: R\$ 124.000,00

Órgão 06: SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade 01: DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Atividade 2.033: Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0.0080(75) - Aplicações Diretas...R\$ 124.000,00

TOTAL: R\$ 124.000,00

TOTAL GERAL: R\$ 520.000,00

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC),
18 de novembro de 2014.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

DECRETO Nº. 127 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº. 127 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.
SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO DO EXERCÍCIO DE 2014 POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 749 de 18 de novembro de 2014:

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado suplementar as dotações orçamentárias nos Projetos/Atividades dos Orçamentos da Unidade Prefeitura Municipal e do Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado, abaixo discriminados, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 520.000,00 (Quinhentos e vinte mil reais), como segue:

Órgão 03: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS
Unidade 01: DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
Atividade 2.005: Manutenção dos Serviços Administrativos e de Planejamento
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0.0080(10) - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0.0080(13) - Aplicações Diretas...R\$ 120.000,00
TOTAL: R\$ 180.000,00

Órgão 05: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
Unidade 01: DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO
Atividade 2.013: Manutenção das Creches
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0.0695(44) - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
TOTAL: R\$ 30.000,00

Órgão 07: SECRETARIA DA AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E MEIO AMBIENTE
Unidade 01: DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Atividade 2.048: Manutenção da Secretaria de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0.0080(88) - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
TOTAL: R\$ 10.000,00

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade 01: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Atividade 2.020: Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0080(07) - Aplicações Diretas...R\$ 130.000,00
Atividade 2.021: Manutenção do PSF/PACS
Modalidade de Aplicação: 3.1.71.00.00.00.0080(13) - Transf. a Cons. Públicos R\$ 150.000,00

Atividade 2.023: Manutenção dos Programas Sociais
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0080(15) - Aplicações Diretas...R\$ 20.000,00
TOTAL: R\$ 300.000,00
TOTAL GERAL: R\$ 520.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados às suplementações do artigo anterior ocorrerão por conta das anulações de dotações orçamentárias, como seguem:

Órgão 02: GABINETE DO PREFEITO
Unidade 01: GABINETE DO PREFEITO
Projeto 1.004: Aquisição de Veículos e Equipamentos Funcionais
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0.0080(01) - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00
TOTAL: R\$ 15.000,00

Órgão 03: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS
Unidade 01: DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
Projeto 1.006: Equipamentos e Infraestrutura Operacional
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0.0080(08) - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
TOTAL: R\$ 10.000,00

Órgão 04: SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA FAMÍLIA
Unidade 01: FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE
Atividade 2.024: Manutenção do FIA
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0.0080(15) - Aplicações Diretas R\$ 11.000,00
TOTAL: R\$ 11.000,00

Órgão 05: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
Unidade 01: DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO
Projeto 1.012: Construção e Ampliação de Creches
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0.0080(21) - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
Atividade 2.008: Manutenção da Educação Básica
Modalidade de Aplicação: 3.1.71.00.00.0.0695(30) - Transf. a Cons. Públicos R\$ 2.000,00
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0.0695(32) - Aplicações Diretas...R\$ 200.000,00
Modalidade de Aplicação: 3.3.71.00.00.0.0695(33) - Transf. a Cons. Públicos R\$ 2.000,00
Modalidade de Aplicação: 4.4.71.00.00.0.0695(39) - Transf. a Cons. Públicos R\$ 2.000,00
TOTAL: R\$ 236.000,00

Órgão 05: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
Unidade 02: DEPARTAMENTO DE CULTURA
Projeto 1.060: Aquisição de Áreas e Const. e Manutenção de Ambientes Culturais
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0.0080(50) - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00
Atividade 2.059: Manutenção dos Eventos Municipais
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0.0080(54) - Aplicações Diretas...R\$ 120.000,00
TOTAL: R\$ 124.000,00

Órgão 06: SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade 01: DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Atividade 2.033: Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0.0080(75) - Aplicações Diretas...R\$ 124.000,00
TOTAL: R\$ 124.000,00
TOTAL GERAL: R\$ 520.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 18 de novembro de 2014.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIAS Nº. 437 A 454 DE 2014

PORTARIA Nº. 437 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, ADRIANA DE SOUZA DA ROSA, portadora do CPF nº. 009.779.629-89, no cargo de Servente, nível SGM E2, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no Centro de Convivência da 3ª Idade, no período de 03/11/2014 a 19/12/2014, aprovada no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 438 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

Art. 1º - EXONERAR a pedido o Servidor JEFERSON HUMBERTO ESPINDOLA do cargo em (ACT) de Professor, lotado junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 439 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

Art. 1º - EXONERAR a pedido o servidor AMILTON GHELLERE, portador do CPF nº. 479.563.059-34, do cargo em comissão de Chefe de Gabinete, nível DAS-5, lotado junto ao Gabinete do Prefeito, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 440 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

Art. 1º - Concede Licença sem Vencimentos para Tratar de Interesses Particulares ao servidor AMILTON GHELLERE, matrícula nº. 958, ocupante do cargo de Motorista, a serem gozadas no período de 02 (dois) anos consecutivos, a partir de 03/11/2014 à 01/11/2016.

PORTARIA Nº. 441 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora ROSANA DE OLIVEIRA do cargo em (ACT) de Servente, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 442 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

Art. 1º - NOMEAR, o Servidor AMILTON GHELLERE, para a função gratificada de DIRETOR do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Jacinto Machado.

PORTARIA Nº. 443 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias ao Diretor Geral do SAMAE, com período de gozo e período aquisitivo conforme abaixo relacionado, a saber:

NOME DO SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
EDEVAR DA RÉ	21/05/08 a 20/05/09	04/11/14 a 03/12/14

PORTARIA Nº. 444 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

Art. 1º - Fica reduzida a carga horária de trabalho da Auxiliar de Ensino de Educação Infantil MARKSA BETERLI DA SILVA MOLGA-RO, admitida em Caráter Temporário (ACT) de 30 (trinta) para 20 (vinte) horas semanais, em observância ao determinado no art. 42, da Lei nº. 470, de 01 de setembro de 2006, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 445 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

Art. 1º - Fica ampliada a carga horária de trabalho da Auxiliar de Ensino de Educação Infantil TAMIRES MAGENIS ELIAS, admitida em Caráter Temporário (ACT) de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas semanais, para atuar na EMEB Arizona, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 446 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014.

Art. 1º - Declarar vacância de cargo público por motivo de aposentadoria de MARIA SALETE MATIAS MARTIGNAGO, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, conforme Benefício no. 1645798701, parte integrante desta portaria.

PORTARIA Nº. 447 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, MARIA APARECIDA SILVEIRA PAULINO, portadora do CPF nº. 683.603.809-10, no cargo de Servente, nível SGM E2, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na APAE, no período de 06/11/2014 a 19/12/2014, aprovada no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 448 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada a Professora de Ciências DANIELA DAGOSTIN RECCO, portadora do CPF nº. 044.944.959-99, nível MAG 1A, para atuar na EMEB Figueira, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, no período de 06/11/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 449 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada a Professora de Ciências ROSANE PIROLA, portadora do CPF nº. 711.993.069-91, nível MAG 1A, para atuar na EMEB Figueira, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, no período de 06/11/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 450 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 01 (um) mês a Servidora LEDA TRAMONTIN ZANATTA, matrícula nº. 2700, ocupante do cargo de Professora, a serem gozadas no período de 10/11/2014 à 09/12/2014, período aquisitivo 09/02/2009 à 08/02/2014.

PORTARIA Nº. 451 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, ANITA CRISTINA NEOTTI MAIA, portadora do CPF nº. 769.765.219-68, no cargo de Servente, nível

SGM E2, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, no período de 11/11/2014 a 31/12/2014, aprovada no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 452 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

Art. 1º - Declarar vacância de cargo público por motivo de aposentadoria de JOSE BORGES, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, conforme Benefício no. 1623562381, parte integrante desta portaria.

PORTARIA Nº. 453 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

Art. 1º - Remover a pedido a Servidora FABIANA PICOLO BORGES, matrícula nº. 2629, cargo de Professora, nível MAG LP D04, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, do Centro Educacional Infantil Viver e Crescer para a Escola Municipal de Educação Básica Albino Zanatta.

PORTARIA Nº. 454 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil MARLI DA SILVA NAZÁRIO, portadora do CPF nº. 072.302.769-26, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Viver e Crescer, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 17/11/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Joaçaba

PREFEITURA

PORTARIA N.º 3351

PORTARIA Nº 3.351 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

"REDUZ CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - REDUZ A CARGA HORÁRIA d(a) Sr.(a) PATRICIA APARECIDA SBRUZZI, Professor Temporário, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, contratada para atuar como 2º professor para aluno com necessidades especiais, com carga horária de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais, a partir de 03 de novembro de 2014.

Art. 2º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 03 de novembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 17 de novembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3352

PORTARIA Nº 3.352 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 17 de novembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) JESSICA REGINATO GARBO, para exercer as funções de ENFERMEIRO - ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - ESF (Estratégia de Saúde da Família), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º § 1º I e II da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, em função da classificação no edital de Processo Seletivo n.º 04/2014/FMS.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 17 de novembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3353

PORTARIA Nº 3.353 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

1º INSTAURAR "Processo Administrativo Disciplinar", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure possível infração disciplinar por parte da servidora Deise Cristina Crippa, diante de relatório encaminhado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e parecer jurídico.

2º DESIGNAR os servidores, HELLEN CHRISTIAN WIEST DABROWSKI, JANA TERESINHA PINTO PILGER e VALKIRIA SUZANA MARTINS TREVIZAN, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e alterações, Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecendo ao disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 18 de novembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

DECRETO Nº 4.678 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.678 de 18 de NOVEMBRO de 2014.

ALTERA DECRETO Nº 3.946/2011 QUE REGULAMENTA O USO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o art. 3º, do Decreto nº 3.946/2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º A Nota Fiscal eletrônica é facultativa para os empreendedores individuais e para os profissionais autônomos cadastrados no Município.

Art. 2º Os demais dispositivos permanecem inalterados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA (SC), em 18 de novembro de 2014.
RAFAEL LASKE
Prefeito

DECRETO Nº 4.679 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.679 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 15, II DA LEI MUNICIPAL 4.439 DE 20/12/13 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), destinados à suplementação das dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente, por conta do provável excesso de arrecadação dos recursos do Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 2.010 BLATB - MANUTENCAO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.002.0 (13)
Valor: R\$ 25.000,00

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 2.014 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADES MEDICAS - CEM

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.002.0 (18)
Valor: R\$ 50.000,00

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 2.075 BLAFB - MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA (34)

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.002.0
Valor: R\$ 85.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 19 de novembro de 2014.
RAFAEL LASKE
Prefeito

DECRETO Nº 4.680 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.680 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 15, II DA LEI MUNICIPAL 4.439 DE 20/12/13 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal de Joaçaba, autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, no Orçamento Vigente do Município de Joaçaba:

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj./Atividade: 2.101 - MANUT. DOS SERVIÇOS ASSISTENCIAIS A COMUNIDADE

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 (29)
Valor: R\$ 2.000,00

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Atividade: 2.073 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CRAS/PAIF/IGD PBF/PBV II/SCFV
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 (21)
Valor: R\$ 20.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações apontadas no artigo 1º, são provenientes das anulações das seguintes dotações:

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Atividade: 2.101 - MANUT. DOS SERVIÇOS ASSISTENCIAIS A COMUNIDADE
Modalidade Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 (28)
Valor: R\$ 2.000,00

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Atividade: 2.073 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CRAS/PAIF/IGD PBF/PBV II/SCFV
Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 (19)
Valor: R\$ 20.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 20 de novembro de 2014.
RAFAEL LASKE
Prefeito

SIMAE - JOAÇABA**BALANCETE FINANCEIRO OUTUBRO 2014****SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Outubro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	1.302.573,42	Despesa Orçamentária	1.173.811,58
RECEITA PATRIMONIAL	71.077,50	Despesas exceto Intra-orçamentárias	1.087.218,45
RECEITA DE SERVIÇOS	1.195.315,54	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	353.006,69
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	20.974,80	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	443.139,79
RECEITA DE SERVIÇOS	15.205,58	INVESTIMENTOS	291.071,97
		Despesas Intra-orçamentárias	86.593,13
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	68.247,23
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.345,90
Receita Extra - Orçamentária	1.393.792,19	Despesa Extra - Orçamentária	1.476.029,35
DEPÓSITOS	159.881,39	DEPÓSITOS	155.467,14
CONSIGNAÇÕES	116.236,41	CONSIGNAÇÕES	113.014,94
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.611,55	PREVIDÊNCIA SOCIAL	4.100,89
PENSAO ALIMENTICIA	4.467,12	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	22.195,47
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	22.153,58	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA	41.530,67
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA	44.048,64	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	29.612,32
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	12.791,99	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	42.452,20
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	29.163,53	DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	42.452,20
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	43.644,98	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	1.319.554,58
DEPÓSITOS E CAUÇÕES	809,68	OBRIGAÇÕES A PAGAR	1.309.549,26
DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	42.835,30	FORNECEDORES	687.863,72
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	1.232.903,17	PESSOAL A PAGAR	350.290,40
OBRIGAÇÕES A PAGAR	1.222.527,33	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	82.730,52
FORNECEDORES	724.955,95	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	13.330,99
PESSOAL A PAGAR	350.290,40	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	175.333,63
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	86.593,13	CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	6.488,87
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	13.087,85	ENTIDADES CREDORAS	6.488,87
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	47.600,00	ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	3.516,45
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	6.488,87	ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	3.516,45
ENTIDADES CREDORAS	6.488,87	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.007,63
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	3.886,97	RECEITAS PENDENTES	1.007,63
ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	3.886,97	RECEITAS A CLASSIFICAR	1.007,63
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.007,63		
RECEITAS PENDENTES	1.007,63		
RECEITAS A CLASSIFICAR	1.007,63		
Saldos anteriores	7.810.454,02	Saldos atuais	7.856.978,70
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	7.608.642,17	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	7.659.666,17
BANCO C/ MOVIMENTO	25.840,93	BANCO C/ MOVIMENTO	46.378,43
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANÇA	175.970,92	POUPANÇA	150.934,10
TESOURARIA GERAL - Caixa	0,00	TESOURARIA GERAL - Caixa	0,00
Total	10.506.819,63	Total	10.506.819,63

JOACABA, 19/11/2014

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora PresidentePATRICIA CALLEGARI WARKEN
Contadora CRC SC 029205/O-3

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO PREGÃO 017/2014 - SOFTWARE.2**

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA
EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 20/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2014

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), neste ato representada por seu Presidente Senhor FRANCISCO MOREIRA LOPES, torna público que fará realizar PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06, Decreto Municipal n. 2.879/2006 e Decreto Municipal n. 4.388/2013, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, bem como de acordo com as condições fixadas no respectivo Edital, cujas informações resumidas são as seguintes:

OBJETO: Contratação de serviço especializado na área de informática, para locação de sistemas de gestão pública integrados, com acesso simultâneo de usuários.

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Global

CREDENCIAMENTO: Até às 14 horas do dia 05 de dezembro de 2014, no Setor de Protocolo da Câmara de Vereadores.

ABERTURA DA SESSÃO: Dia 05 de dezembro de 2014, às 14h30min na Câmara de Vereadores Rua Tiradentes, 872, Centro, Joaçaba, SC.

O Edital na íntegra se encontra disponível no site www.cmj.sc.gov.br e também na sede da Câmara de Vereadores, telefone (49) 3527-2900, em dias úteis de segunda a sexta-feira, no horário de expediente (das 13 às 19 horas), a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba (SC), 21 de novembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba

EXTRATO PREGÃO 015/2014 - LICITAÇÃO DESERTA

ESTADO DE SANTA CATARINA CAMARA MUNICIPAL DE JOACABA	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 15/2014 - PR
CNPJ: 78.491.230/0001-98 Rua Tiradentes, 872 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	Processo Administrativo: 18/2014 Processo de Licitação: 18/2014 Data do Processo: 04/11/2014
<u>Objeto:</u> Contratação de serviço especializado na área de informática, para locação de sistemas de gestão pública integrados, com acesso simultâneo de usuários.	
<u>NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 3 / 2014</u>	
<u>Motivo:</u> Denota-se que o presente certame foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, na edição do dia 05 de novembro de 2014; Mural Público a partir do dia 06 de novembro de 2014 e no site da Câmara a partir do dia 06 de novembro de 2014, para dar amplo conhecimento aos interessados e divulgação do presente certame. Aberta a Sessão Pública, a Comissão de Pregão, através de seus membros presentes constatou que até o presente momento nenhuma Empresa manifestou interesse em participar, caracterizando a licitação como DESERTA. Nada mais havendo a ser tratado, lavrado Ata Negativa.	
Joaçaba, 19 de Novembro de 2014	
----- FRANCISCO MOREIRA LOPES PRESIDENTE DA CAMARA	

Lages**PREFEITURA****EXTRATO CONTRATO 65/2014 SEMASA**

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 065/2014 SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: SELBETTI GESTÃO DE DOCUMENTOS LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 83.483.230/0001-86, estabelecida à Av. Getúlio Vargas n.º 408 - Joinville/SC - CEP: 89.202-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Locação de Equipamentos para Fornecimento de Cópias, Impressões e Digitalizações de Documentos com Manutenção de Toners e Papéis, conforme especificações e quantitativos, constantes no Anexo II, parte integrante do Edital. - SEMASA - Secretaria Municipal de Águas e Saneamentos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2014, a contar da data(s) da assinatura da ordem de Serviços;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 208.700,00 (duzentos e oito mil e setecentos reais)

Lages, 20 de Novembro de 2014.

Benjamin Schultz

Secretário SEMASA

Lauro Muller**PREFEITURA****LEI Nº 1.835/2014**

LEI Nº 1.835/2014 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre Crédito Suplementar Especial ao Orçamento Vigente e dá outras providências.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar Especial ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Lauro Muller, no valor de R\$ 133.000,00. (Cento e Trinta e Três Mil Reais), assim classificado:

07 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

02 - Fundo Municipal de Saúde

Dotação 10

Fonte de Recurso 0003 - Recursos Próprios

2.015 - GERENCIAMENTO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

3.3.71.00 - Aplicações Diretas R\$ 133.000,00

TOTAL: R\$ 133.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação nos seguintes itens orçamentários:

07 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

02 - Fundo Municipal de Saúde

Dotação 01

Fonte de Recurso 0003 - Recursos Próprios

1.007 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SAÚDE

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

07 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

02 - Fundo Municipal de Saúde

Dotação 03

Fonte de Recurso 0003 - Recursos Próprios

1.008 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

07 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

02 - Fundo Municipal de Saúde

Dotação 05

Fonte de Recurso 0003 - Recursos Próprios

1.009 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A SAÚDE

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

07 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

02 - Fundo Municipal de Saúde

Dotação 26

Fonte de Recurso 0003 - Recursos Próprios

1.014 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A VIG. SANITÁRIA

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

TOTAL: R\$ 133.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 17 DE NOVEMBRO DE 2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

EDUARDO BETT
SEC. ADMINISTRAÇÃO, FIN. PLANEJ.

EDITAL DE PREGAO Nº121/2014 - PMLM

EDITAL DE PREGAO Nº121/2014 - PMLM
PROCESSO Nº121/2014

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 02 de dezembro de 2014 às 10:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITAÇÕES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão presencial para contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de caixas de leite para o Programa Municipal Leite é Vida e de cestas básicas para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social para o exercício de 2015, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 20 de novembro de 2014.
ALAN CROCETTA
Pregoeiro Municipal

EDITAL DE PREGAO Nº45/2014 - HMHL

EDITAL DE PREGAO Nº45/2014 - HMHL
PROCESSO Nº45/2014

O HOSPITAL MUNICIPAL DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 02 de dezembro de 2014 às 13:30h (RELOGIO DO SETOR DE LICITAÇÕES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão presencial para Contratação de empresa prestação de serviços especializados em diagnostico por imagem (ultrassom) e CIRURGIAS GERAIS DE PEQUENO (procedimentos com anestesia local e com pequena probabilidade de perda de fluido e sangue) E MÉDIO PORTE (procedimentos com anestesia epidural, raquianestesia ou anestesia geral e com media probabilidade de perda de fluido e sangue) e serviços de raio x para o Hospital Municipal Henrique Lage no ano de 2015. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 20 de novembro de 2014.
ALAN CROCETTA
Pregoeiro Municipal

EDITAL DE PREGAO Nº46/2014 - HMHL

EDITAL DE PREGAO Nº46/2014 - HMHL

PROCESSO Nº46/2014

O HOSPITAL MUNICIPAL DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 02 de dezembro de 2014 às 13:30h (RELOGIO DO SETOR DE LICITAÇÕES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão presencial para contratação de empresas do ramo pertinente, para a aquisição de oxigênio medicinal, para atendimento das demandas do Hospital Municipal Henrique Laje, durante o exercício de 2015. . O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 20 de novembro de 2014.
ALAN CROCETTA
Pregoeiro Municipal

Leoberto Leal

PREFEITURA

DECRETO N.º 115/2014

DECRETO Nº 115, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VI-
GENTE E DA SEGURIDADE SOCIAL"

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal n.º 1.104, de 19 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada dotação do Orçamento Fiscal Vigente, com as seguintes classificações, no valor de:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	5.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	5.000,00
Função	26	Transporte	5.000,00
Sub-Função	782	Transporte Rodoviários	5.000,00
Programa	0009	Revitalização das Estradas	5.000,00
Projeto/ Atividade	2.028	Funcionamento e Manutenção da Secretaria dos Transportes Obras e Serviços Urbanos	5.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	5.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e encargos Sociais	5.000,00
Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	5.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	5.000,00
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	500,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	500,00
Função	04	Administração	500,00
Sub-Função	122	Administração Geral	500,00

Programa	0003	Gestão Geral e Administrativa	500,00
Projeto/ Atividade	2.003	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Administração Contabilidade e Finanças	5.000,00

Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	500,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e encargos Sociais	500,00
Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	500,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	500,00
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	6.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	6.000,00
Função	12	Educação	6.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	6.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	6.000,00
Projeto/ Atividade	2.004	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Educação Cultura e Desporto	6.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	6.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e encargos Sociais	6.000,00
Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	6.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Receita de Imposto e de Transferências de Impostos educação	6.000,00
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	15.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	15.000,00
Função	8	Assistência Social	15.000,00

Sub-Função	244	Assistência Comunitária	15.000,00
Programa	0007	Vivendo com Amor	15.000,00
Projeto/ Atividade	2.021	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Saúde e Assistência Social	15.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	3.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e encargos Sociais	3.000,00
Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	3.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	3.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	12.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e encargos Sociais	12.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	12.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	12.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....			26.500,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta das anulações, nas dotações com as seguintes classificações e valores:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	6.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	6.000,00
Função	12	Educação	6.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	6.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	6.000,00
Projeto/ Atividade	2.004	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Educação Cultura e Desporto	6.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	6.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e encargos Sociais	6.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	6.000,00

Fonte de Recurso	0.1.0001	Receita de Imposto e de Transferências de Impostos educação	6.000,00
Órgão	02	GABINETE DO PREFEITO	12.000,00
Unidade Orçamentária	01	GABINETE DO PREFEITO	12.000,00
Função	4	Administração	12.000,00
Sub-Função	122	Administração Geral	12.000,00
Programa	0002	Gestão Geral com Excelência	12.000,00
Projeto/ Atividade	2.002	Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito	12.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	12.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	12.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	12.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	12.000,00
Órgão	07	SECRETARIA DA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	8.500,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	8.500,00
Função	20	Agricultura	8.500,00
Sub-Função	606	Extensão Rural	8.500,00
Programa	0011	Revitalização da Agricultura Familiar	8.500,00
Projeto/ Atividade	2.030	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente	8.500,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	8.500,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	8.500,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	8.500,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	8.500,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			26.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 20 de Novembro de 2014.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

DECRETO N.º 116/2014

DECRETO Nº 116, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL QUE SERÁ RESPONSÁVEL NO MUNICÍPIO PELA ELABORAÇÃO DO PLANO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, previstas pelo art. 66, da Lei Orgânica do Município de Leoberto Leal.

CONSIDERANDO o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, destinado a regulamentar a forma como o Poder Público, por seus mais diversos órgãos e agentes, deverá prestar o atendimento especializado ao qual adolescentes autores de ato infracional têm direito;

CONSIDERANDO que o SINASE foi originalmente instituído pela Resolução nº 119/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, e foi aprovado pela Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que trouxe uma série de inovações no que diz respeito à aplicação e execução de medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, dispondo desde a parte conceitual até o financiamento do Sistema Socioeducativo, definindo papéis e responsabilidades;

CONSIDERANDO que com o advento da Lei nº 12.594/2012, passa a ser obrigatória a elaboração e implementação, nos municípios o Plano de Atendimento Socioeducativo (de abrangência decenal), com a oferta de serviços e programas destinados à execução das medidas socioeducativas em meio aberto (cuja responsabilidade ficou a cargo dos municípios) e privativas de liberdade (sob a responsabilidade dos estados), além da previsão de intervenções específicas junto às famílias dos adolescentes socioeducandos;

CONSIDERANDO que o objetivo do SINASE, é a efetiva implementação de uma política pública especificamente destinada ao atendimento de adolescentes autores de ato infracional e suas respectivas famílias, de cunho eminentemente intersetorial, que ofereça alternativas de abordagem e atendimento junto aos mais diversos órgãos e "equipamentos" públicos;

CONSIDERANDO que o SINASE, estabelece que a aplicação e execução das medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, por ser norteadas, antes e acima de tudo, pelo "princípio da proteção integral à criança e ao adolescente", deve observar uma "lógica" completamente diversa da que orienta a aplicação e execução de penas a imputáveis (sem prejuízo, logicamente, do "garantismo" que, tanto na forma da lei quanto da Constituição Federal é assegurado indistintamente em qualquer dos casos), e que a verdadeira solução para o problema da violência infanto-juvenil, tanto no plano individual quanto coletivo, demanda o engajamento dos mais diversos órgãos, serviços e setores da Administração Pública, que não mais podem se omitir em assumir suas responsabilidades para com esta importante demanda;

CONSIDERANDO que a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo é uma tarefa complexa, que por força do disposto na própria Lei nº 12.594/2012, relativa ao SINASE, demanda uma abordagem eminentemente interdisciplinar, considerando, inclusive, a necessidade de execução das ações a ele correspondentes de forma intersetorial;

CONSIDERANDO que a elaboração do Plano de Atendimento Socioeducativo depende de dados confiáveis acerca da demanda de atendimento e estes deverão ser colhidos junto às mais diversas fontes - Polícias Civil e Militar, Ministério Público, Poder Judiciário, Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO que não é correto "delegar" exclusivamente a Gestão da Assistência Social a responsabilidade pela elaboração do "Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo" (assim como pela execução das medidas nele previstas), pois embora a área da assistência social seja muito importante tanto no processo de elaboração do "Plano", quanto no atendimento dos adolescentes autores de atos infracionais e suas famílias, o planejamento e

execução das ações respectivas deve também ficar a cargo de outros setores da administração (assim como outros "atores" do "Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente"), que desta forma, precisam ser também chamados a participar, formando uma "comissão intersetorial" encarregada de elaborar um esboço de "Plano Municipal";

CONSIDERANDO que o Plano de Atendimento Socioeducativo é uma construção coletiva, e exige uma a definição de uma "comissão intersetorial" que irá esboçá-lo e colocá-lo a aprovação em Audiência Pública;

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão Intersectorial responsável pela elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, conforme segue:

I - Representantes da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social:

- a) Rejane Kuster
- b) Gian Carlos Knaul

II - Representante da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social:

- a) Samuel José Abreu

III - Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto:

- a) Cileni Regina Gonçalves da Cunha

IV - Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA):

- a) Lucemar Nacir Guchert de Souza

V - Representante do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS do Município:

- a) Rosimeri Schmitt Scheidt
- b) Joelma da Silva

VI - Representante do Conselho Tutelar:

- a) Cricila Aparecida Hilleshein
- b) Eliza Henckel Kreusch

VII - Representante da Escola de Educação Básica Bertino Silva:

- a) Angélica Cecília Lohn

PARÁGRAFO ÚNICO: Poderão ser convidados a participar das atividades de discussão e elaboração do Plano Municipal o membro do Ministério Público, o Juiz da Vara da Infância e Juventude da Comarca e quaisquer outros representantes de órgãos públicos e/ou cidadãos que tenham relação com o objeto da presente Decreto e ou possam auxiliar e contribuir com informações imprescindíveis à elaboração do Plano Municipal.

Art. 2º. O processo de elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo será de forma participativa, através da Comissão Intersectorial, conforme Art. 1º, cabendo a esta Comissão seguir a seguinte metodologia:

- Reuniões com a Comissão Intersectorial no Município, para definição das ações por áreas intersectoriais;
- Audiência Pública para apresentação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo a população municipal.

PARÁGRAFO ÚNICO: A Comissão Intersectorial definirá entre seus membros um coordenador, além de definir conjuntamente o calendário de reuniões sistemáticas para o processo de elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

Art. 3º. A Comissão Intersectorial terá a responsabilidade de elaborar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo e encaminhar para aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor a partir da sua publicação.

Leoberto Leal, 20 de Novembro de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Luzerna

PREFEITURA

PL 130/2014 - CC 008/2014 - REMOÇÃO E GUARDA DE VEÍCULOS - PML

MUNICIPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 0130/2014 - PML

Concorrência Pública nº 0008/2014 – PML

O MUNICIPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a concessão para a exploração do serviço público de remoção e guarda de veículos apreendidos por infrações previstas no Código de Trânsito Brasileiro no Município de Luzerna/SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09h do dia 23 de dezembro de 2014.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO: às 09h10min do dia 23 de dezembro de 2014.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br.

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Macieira

PREFEITURA

LRF 5º BIMESTRE

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			R\$ 1,00
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
						SALDO A REALIZAR (a - c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	10.223.418,00	10.223.418,00	1.715.830,86	16,78	10.683.712,56	104,50
RECEITAS CORRENTES	10.223.400,00	10.223.400,00	1.606.264,78	15,71	9.115.987,92	89,17
RECEITA TRIBUTÁRIA	310.000,00	310.000,00	48.790,65	15,74	222.325,38	71,72
IMPOSTOS	276.000,00	276.000,00	47.972,06	17,38	212.066,00	76,84
TAXAS	14.000,00	14.000,00	818,59	5,85	10.259,38	73,28
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	168.000,00	168.000,00	43.497,41	25,89	202.160,52	120,33
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	138.000,00	138.000,00	38.041,15	27,57	176.960,55	128,23
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	30.000,00	30.000,00	5.456,26	18,19	25.199,97	84,00
RECEITA PATRIMONIAL	455.900,00	455.900,00	69.186,20	15,18	631.561,12	138,53
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	455.900,00	455.900,00	69.186,20	15,18	631.561,12	138,53
RECEITA AGROPECUÁRIA	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	29.000,00	29.000,00	12.275,04	42,33	25.334,10	87,36
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.199.600,00	9.199.600,00	1.471.904,82	16,00	7.939.752,89	86,31
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	9.119.600,00	9.119.600,00	1.416.743,92	15,54	7.416.786,96	81,33
Transf. de Conv.	80.000,00	80.000,00	55.160,90	68,95	522.965,93	653,71
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	57.900,00	57.900,00	-39.389,34	0,00	94.853,91	163,82
Multas e Juros de Mora	13.000,00	13.000,00	1.471,78	11,32	7.351,25	56,55
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	14.000,00	14.000,00	4.085,90	29,19	22.899,24	163,57
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	10.000,00	10.000,00	2.584,50	25,85	3.995,87	39,96
RECEITAS DIVERSAS	20.900,00	20.900,00	-47.531,52	0,00	60.607,55	289,99
RECEITAS DE CAPITAL	18,00	18,00	109.586,08	700,44	1.587.724,64	581,33
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	7.600,00	0,00	285.000,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	7.600,00	0,00	285.000,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	18,00	18,00	101.966,08	478,22	1.282.724,64	248,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	18,00	18,00	101.966,08	478,22	1.282.724,64	248,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	277.000,00	277.000,00	77.725,51	28,06	330.339,89	119,26
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	277.000,00	277.000,00	77.725,51	28,06	330.339,89	119,26
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	277.000,00	277.000,00	77.725,51	28,06	330.339,89	119,26
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	277.000,00	277.000,00	77.725,51	28,06	330.339,89	119,26
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	10.500.418,00	10.500.418,00	1.793.556,37	17,08	11.014.052,45	104,89

Continua 1/3

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas						
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	10.500.418,00	10.500.418,00	1.793.556,37	17,08	11.014.052,45	104,89
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	10.500.418,00	10.500.418,00	1.793.556,37	17,08	11.014.052,45	104,89
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	649.046,23	—	—	396.593,30	—
Superávit Financeiro	—	649.046,23	—	—	396.593,30	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	10.223.418,00	4.364.282,18	14.587.700,18	1.543.995,02	10.434.725,61	1.716.459,33	9.307.585,35	63,80
DESPESAS CORRENTES	9.097.500,00	412.618,28	9.510.118,28	1.264.850,06	7.685.339,70	1.537.910,81	7.199.146,83	75,70
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.369.000,00	-46.391,48	5.322.608,52	788.803,35	4.125.338,50	793.341,35	4.116.280,03	77,34
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	43.000,00	0,00	43.000,00	3.652,69	18.733,55	3.652,69	18.733,55	43,57
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.685.500,00	459.009,76	4.144.509,76	472.394,02	3.541.267,65	740.916,77	3.064.133,25	73,93
DESPESAS DE CAPITAL	440.918,00	4.046.141,90	4.487.059,90	279.144,96	2.749.385,91	178.548,52	2.108.438,52	46,99
INVESTIMENTOS	194.718,00	3.997.141,90	4.191.859,90	226.079,37	2.489.812,08	125.482,93	1.848.864,69	44,11
INVERSOES FINANCEIRAS	16.200,00	49.000,00	65.200,00	0,00	65.000,00	0,00	65.000,00	99,69
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	230.000,00	0,00	230.000,00	53.065,59	194.573,83	53.065,59	194.573,83	84,60
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	685.000,00	-94.478,00	590.522,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	277.000,00	186.100,00	463.100,00	76.975,51	345.784,07	76.975,51	345.034,09	74,51
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	277.000,00	186.100,00	463.100,00	76.975,51	345.784,07	76.975,51	345.034,09	74,51

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Macieira - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (gf)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	277.000,00	186.100,00	463.100,00	76.975,51	345.784,07	76.975,51	345.034,09	74,51	118.065,91
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	10.500.418,00	4.550.382,18	15.050.800,18	1.620.970,53	10.780.509,68	1.793.434,84	9.652.619,44	64,13	5.398.180,74
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	10.500.418,00	4.550.382,18	15.050.800,18	1.620.970,53	10.780.509,68	1.793.434,84	9.652.619,44	64,13	5.398.180,74
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.361.433,01	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	10.500.418,00	4.550.382,18	15.050.800,18	1.620.970,53	10.780.509,68	1.793.434,84	11.014.052,45	73,18	5.398.180,74

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 918.052,39

FONTE:

Macieira, 20/11/2014

EMERSON ZANELLA	EDEMAR NICOLAU KUHN
PREFEITO MUNICIPAL	CONTABILISTA

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2013	396.969,07	69.069,18	327.899,89	5.371.147,48
2014	410.286,65	288.022,89	122.263,76	5.493.411,24
2015	396.912,16	331.968,43	64.943,73	5.558.354,97
2016	405.154,87	368.968,08	36.186,79	5.594.541,76
2017	418.805,75	415.234,11	3.571,64	5.598.113,40
2018	438.284,12	461.233,76	-22.949,64	5.575.163,76
2019	424.524,28	505.746,72	-81.222,44	5.493.941,32
2020	439.610,06	541.366,17	-101.756,11	5.392.185,21
2021	437.954,51	568.328,20	-130.373,69	5.261.811,52
2022	457.491,79	595.671,96	-138.180,17	5.123.631,35
2023	461.188,64	632.696,42	-171.507,78	4.952.123,57
2024	465.238,16	680.494,27	-215.256,11	4.736.867,46
2025	472.410,27	732.553,85	-260.143,58	4.476.723,88
2026	484.475,45	774.936,58	-290.461,13	4.186.262,75
2027	486.165,48	813.424,20	-327.258,72	3.859.004,03
2028	487.993,91	851.743,41	-363.749,50	3.495.254,53
2029	506.951,72	901.187,68	-394.235,96	3.101.018,57
2030	521.787,39	953.364,44	-431.577,05	2.669.441,52
2031	518.093,77	1.008.966,87	-490.873,10	2.178.568,42
2032	516.728,55	1.054.357,89	-537.629,34	1.640.939,08
2033	522.426,80	1.087.630,44	-565.203,64	1.075.735,44
2034	535.712,71	1.113.649,88	-577.937,17	497.798,27
2035	527.538,06	1.139.708,28	-612.170,22	-114.371,95
2036	529.590,01	1.168.614,81	-639.024,80	-753.396,75
2037	526.563,46	1.191.140,77	-664.577,31	-1.417.974,06
2038	535.699,87	1.206.855,64	-671.155,77	-2.089.129,83
2039	533.371,59	1.222.440,32	-689.068,73	-2.778.198,56
2040	526.746,57	1.232.900,76	-706.154,19	-3.484.352,75
2041	525.306,65	1.240.100,86	-714.794,21	-4.199.146,96
2042	528.279,25	1.246,87	527.032,38	-3.672.114,58
2043	530.199,13	1.260.116,03	-729.916,90	-4.402.031,48
2044	522.130,90	1.269.466,61	-747.335,71	-5.149.367,19
2045	273.255,59	1.270.883,63	-997.628,04	-6.146.995,23
2046	268.222,65	1.260.679,76	-992.457,11	-7.139.452,34
2047	262.834,48	1.241.250,39	-978.415,91	-8.117.868,25
2048	257.532,94	1.216.441,07	-958.908,13	-9.076.776,38
2049	251.645,51	1.189.181,57	-937.536,06	-10.014.312,44
2050	245.614,24	1.160.743,37	-915.129,13	-10.929.441,57
2051	239.436,21	1.131.550,60	-892.114,39	-11.821.555,96
2052	233.076,79	1.101.497,10	-868.420,31	-12.689.976,27
2053	226.553,10	1.070.666,80	-844.113,70	-13.534.089,97
2054	219.892,50	1.039.189,49	-819.296,99	-14.353.386,96
2055	213.125,37	1.007.208,75	-794.083,38	-15.147.470,34
2056	206.280,24	974.859,35	-768.579,11	-15.916.049,45
2057	199.402,82	942.357,35	-742.954,53	-16.659.003,98
2058	192.455,11	909.523,21	-717.068,10	-17.376.072,08
2059	185.406,78	876.213,52	-690.806,74	-18.066.878,82
2060	178.246,53	842.374,88	-664.128,35	-18.731.007,17
2061	171.002,65	808.141,07	-637.138,42	-19.368.145,59
2062	163.694,88	773.605,27	-609.910,39	-19.978.055,98
2063	155.575,57	735.234,24	-579.658,67	-20.557.714,65
2064	148.363,92	701.152,72	-552.788,80	-21.110.503,45
2065	141.184,34	667.222,80	-526.038,46	-21.636.541,91
2066	134.085,12	633.672,59	-499.587,47	-22.136.129,38
2067	127.079,18	600.563,22	-473.484,04	-22.609.613,42
2068	120.152,08	567.826,45	-447.674,37	-23.057.287,79
2069	113.319,67	535.537,18	-422.217,51	-23.479.505,30
2070	106.639,43	503.967,08	-397.327,65	-23.876.832,95
2071	100.163,44	473.362,21	-373.198,77	-24.250.031,72
2072	93.950,38	443.999,90	-350.049,52	-24.600.081,24

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2073	87.959,90	415.689,52	-327.729,62	-24.927.810,86
2074	82.195,29	388.446,55	-306.251,26	-25.234.062,12
2075	76.648,73	362.234,06	-285.585,33	-25.519.647,45
2076	71.393,17	337.396,83	-266.003,66	-25.785.651,11
2077	66.426,64	313.925,54	-247.498,90	-26.033.150,01
2078	61.800,31	292.061,94	-230.261,63	-26.263.411,64
2079	57.505,93	271.767,14	-214.261,21	-26.477.672,85
2080	53.500,59	252.838,35	-199.337,76	-26.677.010,61
2081	49.762,16	235.170,87	-185.408,71	-26.862.419,32
2082	46.297,09	218.795,33	-172.498,24	-27.034.917,56
2083	43.149,90	203.922,02	-160.772,12	-27.195.689,68
2084	40.293,58	190.423,36	-150.129,78	-27.345.819,46
2085	37.677,32	178.059,17	-140.381,85	-27.486.201,31
2086	35.334,79	166.988,62	-131.653,83	-27.617.855,14
2087	33.242,32	0,00	33.242,32	-27.584.612,82

Projeção atuarial elaborada em 31/12/2013 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Macieira, 20/11/2014

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN
CONTABILISTA

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/MÊS OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	285.000,00	-285.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	285.000,00	-285.000,00
TOTAL	0,00	285.000,00	-285.000,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Mês		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	178.447,92	178.447,92	0,00	0,00
Investimentos	178.447,92	178.447,92	0,00	0,00
TOTAL	178.447,92	178.447,92	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	106.552,08	106.552,08

FONTE:

Macieira, 20/11/2014

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN
CONTABILISTA

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100	
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	287.000,00	287.000,00	216.061,87	75,28	
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	20.000,00	20.000,00	27.927,31	139,64	
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	40.000,00	40.000,00	37.736,98	94,34	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	80.000,00	80.000,00	29.893,96	37,37	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	136.000,00	136.000,00	116.507,75	85,67	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	
Dívida Ativa dos Impostos	9.000,00	9.000,00	3.995,87	44,40	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	9.297.000,00	9.297.000,00	7.488.204,75	80,54	
Cota-Parte FPM	6.000.000,00	6.000.000,00	4.621.872,40	77,03	
Cota-Parte ITR	15.000,00	15.000,00	10.676,69	71,18	
Cota-Parte IPVA	90.000,00	90.000,00	101.104,74	112,34	
Cota-Parte ICMS	2.900.000,00	2.900.000,00	2.593.564,80	89,43	
Cota-Parte IPI-Exportação	46.000,00	46.000,00	39.343,76	85,53	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	246.000,00	246.000,00	121.642,36	49,45	
Desoneração ICMS (LC 87/96)	16.000,00	16.000,00	10.033,11	62,71	
Outras	230.000,00	230.000,00	111.609,25	48,53	
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	9.584.000,00	9.584.000,00	7.704.266,62		80,39

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100	
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	515.800,00	515.800,00	437.395,84	84,80	
Provenientes da União	515.800,00	515.800,00	437.395,84	84,80	
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	2,00	2,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	12.100,00	12.100,00	48.101,07	397,53	
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	527.902,00	527.902,00	485.496,91		91,97

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)
DESPESAS CORRENTES	2.272.550,00	2.409.666,22	2.031.282,19	84,30	1.983.142,70
Pessoal e Encargos Sociais	1.613.000,00	1.663.000,00	1.388.911,24	83,52	1.386.811,24
Outras Despesas Correntes	659.550,00	746.666,22	642.370,95	86,03	596.331,46
DESPESAS DE CAPITAL	78.602,00	510.769,50	403.136,03	78,93	403.085,73
Investimentos	78.602,00	510.769,50	403.136,03	78,93	403.085,73

Continua 1/4

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	78.602,00	510.769,50	403.136,03	78,93	403.085,73	78,92
Investimentos	78.602,00	510.769,50	403.136,03	78,93	403.085,73	78,92
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.351.152,00	2.920.435,72	2.434.418,22	83,36	2.386.228,43	81,71
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDEAO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	515.902,00	999.366,48	728.799,96	29,94	722.030,53	30,26
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	515.800,00	784.264,48	563.703,36	23,16	556.934,23	23,34
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	102,00	215.102,00	165.096,60	6,78	165.096,30	6,92
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	515.902,00	999.366,48	728.799,96	29,94	722.030,53	30,26
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	1.835.250,00	1.921.069,24	1.705.618,26	53,42	1.664.197,90	51,45
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						21,60
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]⁶						508.557,91

Continua 2/4

Município de Macieira - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA							
INSCRITOS		CANCELADOS/ PRESCRITOS		PAGOS		A PAGAR	
0,00		0,00		0,00		0,00	
0,00		0,00		0,00		0,00	
TOTAL							
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º							
SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
0,00		0,00			0,00		
0,00		0,00			0,00		
TOTAL (VIII)							
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGO 24, § 2º							
SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
-		-			-		
LIMITE NÃO CUMPRIDO							
SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
-		-			-		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)							
2.323.752,00		2.827.268,67		2.355.227,21		2.311.187,21	
5.200,00		9.859,24		8.816,00		8.816,00	
12.200,00		66.215,41		59.587,12		55.577,33	
10.000,00		17.092,40		10.787,89		10.647,89	
2.351.152,00		2.920.435,72		2.434.418,22		2.386.228,43	
96,86		96,75		96,75		96,86	
0,37		0,36		0,36		0,37	
2,33		2,45		2,45		2,33	
0,45		0,44		0,44		0,45	
100,00		100,00		100,00		100,00	

FONTE:

- 1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
- 2 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- 3 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- 4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
- 5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
- 6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i) - (15 \times \text{IIIb})/100]$

Continua 3/4

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

Macieira, 20/11/2014

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN
CONTABILISTA

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Macieira, 20/11/2014

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN
CONTABILISTA

Município de Macieira - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	10.500.418,00	
Previsão Atualizada		—	10.500.418,00	
Receitas Realizadas		1.793.556,37	11.014.052,45	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	396.593,30	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	10.500.418,00	
Créditos Adicionais		—	4.550.382,18	
Dotação Atualizada		—	15.050.800,18	
Despesas Empenhadas		1.620.970,53	10.780.509,68	
Despesas Liquidadas		1.793.434,84	9.652.619,44	
Superavit Orçamentário		—	1.361.433,01	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		1.620.970,53	10.780.509,68	
Despesas Liquidadas		1.793.434,84	9.652.619,44	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			10.794.965,28	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		167.080,31	1.062.739,41	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		33.614,39	144.687,02	
Liquidadas		33.614,39	144.687,02	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		133.465,92	918.052,39	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal	0,00	-643.862,29	0,00	
Resultado Primário	-182.000,00	658.179,27	-361,64	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	2.331.560,54	25%	30,71	
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	518.374,06	60%	74,55	
Liquidadas	518.374,06			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00			
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		2.108.438,52	2.378.621,38	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	410.286,65	457.491,79	516.728,55	262.834,48
Despesas Previdenciárias (V)	288.022,89	595.671,96	1.054.357,89	1.241.250,39
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	122.263,76	-138.180,17	-537.629,34	-978.415,91
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		285.000,00	-285.000,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		178.447,92	0,00	

Continua 1/2

Município de Macieira - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.664.197,90	15,00	21,60
Liquidadas	1.664.197,90		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Macieira, 20/11/2014

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN
CONTABILISTA

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)	
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	10.223.418,00	14.587.700,18	1.543.995,02	10.434.725,61	1.716.459,33	9.307.585,35	96,43	63,80	5.280.114,83	
Legislativa	570.000,00	560.000,00	71.038,18	420.787,66	72.551,38	415.397,89	4,30	74,18	144.602,11	
Ação Legislativa	570.000,00	560.000,00	71.038,18	420.787,66	72.551,38	415.397,89	4,30	74,18	144.602,11	
Administração	1.208.500,00	1.434.450,00	124.958,89	1.196.009,30	250.877,13	1.113.029,32	11,53	77,59	321.420,68	
Administração Geral	1.208.500,00	1.434.450,00	124.958,89	1.196.009,30	250.877,13	1.113.029,32	11,53	77,59	321.420,68	
Segurança Pública	14.680,00	18.158,00	5.728,74	12.576,02	5.908,74	12.566,02	0,13	69,20	5.591,98	
Policimento	14.680,00	18.158,00	5.728,74	12.576,02	5.908,74	12.566,02	0,13	69,20	5.591,98	
Assistência Social	255.501,00	331.774,51	60.490,66	225.151,01	50.434,43	195.440,87	2,02	58,91	136.333,64	
Assistência ao Idoso	43.000,00	43.000,46	10.599,79	27.257,84	9.572,04	26.230,09	0,27	61,00	16.770,37	
Assistência à Criança e ao Adolescente	9.500,00	9.500,00	580,00	4.400,00	829,34	3.895,98	0,04	41,01	5.604,02	
Assistência Comunitária	203.001,00	279.274,05	49.310,87	193.493,17	40.033,05	165.314,80	1,71	59,19	113.959,25	
Previdência Social	135.000,00	226.000,00	34.721,23	146.240,96	33.614,39	144.687,02	1,50	64,02	81.312,98	
Previdência do Regime Estatutário	135.000,00	226.000,00	34.721,23	146.240,96	33.614,39	144.687,02	1,50	64,02	81.312,98	
Saúde	2.334.653,00	2.802.875,21	332.699,50	2.345.864,36	430.504,46	2.295.392,84	23,78	81,89	507.482,37	
Atenção Básica	2.248.752,00	2.640.268,67	295.005,96	2.216.010,73	378.979,97	2.171.970,73	22,50	82,26	468.297,94	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.200,00	9.859,24	4.759,00	8.816,00	4.759,00	8.816,00	0,09	89,42	1.043,24	
Vigilância Sanitária	12.200,00	66.215,41	19.203,93	59.587,12	30.140,57	55.577,33	0,58	83,93	10.638,08	
Vigilância Epidemiológica	10.000,00	17.092,40	90,00	10.787,89	1.025,80	10.647,89	0,11	62,30	6.444,51	
Alimentação e Nutrição	57.500,00	59.438,49	13.640,61	50.662,62	15.599,12	48.380,89	0,50	81,40	11.057,60	
Abastecimento	1.001,00	10.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.001,00	
Educação	2.325.352,00	3.376.459,01	265.115,87	2.471.940,44	346.507,22	2.057.091,91	21,31	60,92	1.319.367,10	
Ensino Fundamental	2.304.352,00	3.352.899,01	265.115,87	2.458.938,12	345.157,22	2.044.539,59	21,18	60,98	1.308.359,42	
Ensino Médio	5.000,00	7.560,00	0,00	6.300,00	0,00	6.300,00	0,07	83,33	1.260,00	
Ensino Superior	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	
Educação Infantil	5.000,00	5.000,00	0,00	2.202,32	0,00	2.202,32	0,02	44,05	2.797,68	
Educação Especial	6.000,00	6.000,00	0,00	4.500,00	1.350,00	4.050,00	0,04	67,50	1.950,00	
Cultura	85.000,00	5.590,00	0,00	5.170,00	1.020,00	5.170,00	0,05	92,49	420,00	
Difusão Cultural	85.000,00	5.590,00	0,00	5.170,00	1.020,00	5.170,00	0,05	92,49	420,00	
Urbanismo	232.923,00	232.923,00	0,00	210.062,60	32.244,16	149.591,27	1,55	64,22	83.331,73	
Infra-Estrutura Urbana	5.002,00	5.002,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.002,00	
Serviços Urbanos	227.921,00	227.921,00	0,00	210.062,60	32.244,16	149.591,27	1,55	65,63	78.329,73	

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)			1.543.995,02	10.434.725,61	1.716.459,33	9.307.585,35	96,43	63,80
Habitação	10.229.418,00	14.587.700,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	10.201,00	201,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	1.001,00	1.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Rural	1.001,00	1.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	700.001,00	1.329.341,77	155.278,14	1.148.341,84	180.579,43	907.717,59	9,40	68,28
Promoção da Produção Vegetal	20.001,00	487.553,89	0,00	391.789,80	0,00	253.100,00	2,62	51,91
Produção Industrial	680.000,00	841.787,88	155.278,14	756.552,04	180.579,43	654.617,59	6,78	77,77
Indústria	20.001,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	20.001,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	501,00	501,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	501,00	501,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	1.229.103,00	2.550.072,28	221.665,28	1.719.143,28	235.747,07	1.701.652,57	17,63	66,73
Transporte Rodoviário	1.229.103,00	2.550.072,28	221.665,28	1.719.143,28	235.747,07	1.701.652,57	17,63	66,73
Desporto e Lazer	27.001,00	744.830,40	215.580,25	230.130,76	5.738,20	18.613,89	0,19	2,50
Desporto Comunitário	27.001,00	744.830,40	215.580,25	230.130,76	5.738,20	18.613,89	0,19	2,50
Encargos Especiais	383.000,00	383.000,00	56.718,28	303.307,38	70.732,72	291.234,16	3,02	76,04
Outros Encargos Especiais	383.000,00	383.000,00	56.718,28	303.307,38	70.732,72	291.234,16	3,02	76,04
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	685.000,00	590.522,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)			76.975,51	345.784,07	76.975,51	345.034,09	3,57	74,51
Legislativa	277.000,00	10.000,00	1.499,96	7.878,26	1.499,96	7.128,28	0,07	71,28
Ação Legislativa	10.000,00	10.000,00	1.499,96	7.878,26	1.499,96	7.128,28	0,07	71,28
Administração	25.000,00	38.800,00	6.965,26	32.687,45	6.965,26	32.687,45	0,34	84,25
Administração Geral	25.000,00	38.800,00	6.965,26	32.687,45	6.965,26	32.687,45	0,34	84,25
Saúde	75.000,00	187.000,00	31.637,24	139.216,48	31.637,24	139.216,48	1,44	74,45
Atenção Básica	75.000,00	187.000,00	31.637,24	139.216,48	31.637,24	139.216,48	1,44	74,45
Educação	82.000,00	119.300,00	20.584,77	88.883,58	20.584,77	88.883,58	0,92	74,50
Ensino Fundamental	82.000,00	119.300,00	20.584,77	88.883,58	20.584,77	88.883,58	0,92	74,50

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Agricultura	277.000,00	463.100,00	76.975,51	345.784,07	76.975,51	345.034,09	3,57	74,51
Produção Industrial	25.000,00	48.000,00	7.720,39	34.864,21	7.720,39	34.864,21	0,36	72,63
Transporte	25.000,00	48.000,00	7.720,39	34.864,21	7.720,39	34.864,21	0,36	72,63
Transporte Rodoviário	60.000,00	60.000,00	8.567,89	42.254,09	8.567,89	42.254,09	0,44	70,42
	60.000,00	60.000,00	8.567,89	42.254,09	8.567,89	42.254,09	0,44	70,42
TOTAL (III) = (I + II)	10.500.418,00	15.050.800,18	1.620.970,53	10.780.509,68	1.793.434,84	9.652.619,44	100,00	64,13

FONTE:

Macieira, 20/11/2014

EMERSON ZANELLA PREFEITO MUNICIPAL	EDEMAR NICOLAU KUHN CONTABILISTA
---------------------------------------	-------------------------------------

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Macieira - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2013 A OUTUBRO/2014

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Set/2014	Out/2014	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	943.772,49	1.237.542,46	1.076.644,90	1.153.159,96	885.867,99	1.053.422,25	1.540.439,75	924.990,58	1.049.745,31	1.030.994,98	898.670,31	978.245,31	12.772.496,17
RECEITA TRIBUTÁRIA	12.267,72	10.823,49	22.355,09	29.284,17	14.996,23	24.396,62	24.020,78	24.909,45	17.356,75	16.310,64	23.256,92	25.563,73	310.000,00
I.P.T.U.	0,00	272,57	0,00	0,00	0,00	10.481,26	11.535,27	2.309,94	2.399,91	67,06	350,59	783,28	20.000,00
I.R.R.F.	9.907,24	6.490,72	14.029,15	23.173,03	10.704,79	10.725,98	8.426,77	10.229,83	4.696,62	5.656,55	14.100,51	9.765,03	132.905,71
I.S.S.	1.528,08	3.440,31	5.627,09	3.152,27	1.402,11	1.957,17	2.730,67	2.016,19	4.237,65	4.448,46	4.000,51	5.386,84	80.000,00
I.T.B.I.	409,84	0,00	5.372,00	1.332,07	1.493,10	652,91	1.188,07	7.741,88	87,57	5.498,57	4.177,23	9.408,58	40.000,00
Outras Receitas Tributárias	422,56	619,89	2.394,85	1.626,80	1.396,23	591,30	140,00	2.511,61	150,00	640,00	596,59	220,00	34.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	11.224,33	10.632,77	23.274,64	12.637,49	15.993,51	21.512,94	21.395,82	22.825,94	19.921,08	21.340,59	21.740,19	21.757,22	168.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	9.454,23	50.572,65	7.053,78	69.156,74	26.917,40	64.751,79	93.861,58	10.171,86	176.044,58	114.417,19	19.406,86	48.779,34	455.900,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	2.368,03	1.148,11	482,00	2.115,66	967,61	1.626,94	3.334,74	0,00	824,14	3.707,97	8.330,97	3.944,07	28.890,24
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	905.593,06	1.147.874,91	1.011.486,23	1.038.458,52	767.194,25	939.349,82	1.394.855,81	861.399,52	789.415,37	870.251,01	821.245,06	921.310,60	11.013.000,00
Cota-Parte do FPM	490.576,88	505.983,66	594.831,36	635.192,90	376.793,29	430.046,10	573.089,30	429.779,99	369.126,63	448.426,05	393.082,94	371.503,84	6.000.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	263.109,13	262.228,72	268.387,11	254.984,24	257.344,06	252.084,10	256.975,56	256.274,99	244.593,10	252.611,88	270.796,30	279.511,48	2.900.000,00
Cota-Parte do IPVA	5.336,70	3.000,06	4.283,37	6.626,70	9.169,83	14.023,97	14.438,23	11.274,42	13.470,81	10.498,90	10.351,46	6.967,05	109.441,50
Cota-Parte do ITR	93,78	19,06	0,00	15,45	0,00	0,00	10,93	0,00	0,00	6,45	1.222,88	9.420,98	15.000,00
Outras Transferências Correntes	76.125,52	306.339,79	65.960,43	65.859,43	54.742,00	172.157,52	472.793,96	90.756,42	93.711,11	85.654,05	71.591,30	176.332,18	1.196.000,00
Transferências da LC 61/1989	4.045,30	4.323,55	4.216,63	3.571,60	3.489,91	3.862,02	4.135,32	3.781,11	4.046,23	4.170,77	3.924,91	4.203,26	47.712,61
Transferências da LC 87/1996	1.074,77	1.074,77	1.114,79	1.114,79	0,00	1.114,79	1.114,79	1.114,79	1.114,79	1.114,79	1.114,79	1.114,79	12.182,65
Transferências do FUNDEB	65.231,98	64.895,30	72.670,54	71.093,41	66.655,16	66.121,32	72.297,72	68.417,80	63.352,70	67.788,14	69.158,48	72.257,02	750.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.865,12	16.490,53	11.910,16	1.507,38	597.989,99	1.782,14	3.009,92	5.083,81	46.183,39	4.967,46	4.720,31	-44.109,65	57.900,00
DEDUÇÕES (II)	161.726,06	163.650,88	195.485,41	190.519,72	143.271,22	159.352,87	188.868,63	158.833,31	145.043,83	162.086,87	155.395,01	153.286,98	1.951.400,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	8.879,06	8.323,26	20.915,52	10.218,72	13.911,94	19.138,97	18.915,95	18.520,47	18.573,61	18.721,22	19.288,30	18.752,85	194.162,87
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	152.847,00	155.327,72	174.566,89	180.301,00	129.359,28	140.213,90	169.952,68	140.312,84	126.470,22	143.365,65	136.106,71	134.544,13	1.813.400,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	782.046,43	1.073.891,48	881.059,49	962.640,24	742.596,77	894.069,38	1.351.571,12	765.257,27	904.701,48	868.907,99	743.275,30	824.948,33	10.794.965,28

FONTE:

Macieira, 2011/2014

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPALEDEMAR NICOLAU KUHN
CONTABILISTA

Município de Macieira - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
					No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)			538.000,00	538.000,00	89.354,80	732.399,52	188.168,88
RECEITAS CORRENTES			538.000,00	538.000,00	89.354,80	732.399,52	188.168,88
Receita de Contribuições dos Segurados			138.000,00	138.000,00	38.041,15	176.960,55	102.038,58
Pessoal Civil			138.000,00	138.000,00	38.041,15	176.960,55	102.038,58
Ativo			130.000,00	130.000,00	38.041,15	176.960,55	97.269,78
Inativo			8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	4.768,80
Pensionista			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial			400.000,00	400.000,00	51.313,65	555.438,97	86.130,30
Receitas Imobiliárias			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários			400.000,00	400.000,00	51.313,65	555.438,97	86.130,30
Outras Receitas Patrimoniais			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)			277.000,00	277.000,00	77.725,51	330.339,89	202.238,91
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)			815.000,00	815.000,00	167.080,31	1.062.739,41	390.407,79
DESPESAS			DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
					No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)			135.000,00	226.000,00	33.614,39	144.687,02	80.141,10
ADMINISTRAÇÃO			0,00	0,00	0,00	0,00	48.002,40
Despesas Correntes			0,00	0,00	0,00	0,00	48.002,40
Despesas de Capital			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL			135.000,00	226.000,00	33.614,39	144.687,02	32.138,70
Continua 1/4							

Continuação 2/4

Município de Macieira - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
Pessoal Civil	0,00	0,00	30.021,23	131.265,06	32.138,70
Aposentadorias	0,00	0,00	28.573,23	129.817,06	23.586,51
Pensões	0,00	0,00	1.448,00	1.448,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	8.552,19
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	135.000,00	226.000,00	3.593,16	13.421,96	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	135.000,00	226.000,00	3.593,16	13.421,96	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	135.000,00	226.000,00	33.614,39	144.687,02	80.141,10
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	680.000,00	589.000,00	133.465,92	918.052,39	310.265,69
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor			589.000,00		
BENS E DIREITOS DO RPPS			PERÍODO DE REFERÊNCIA		
			SETEMBRO	2014	2013
Bancos Conta Movimento			1.948.955,67	2.067.212,18	1.613.827,26
Investimentos			3.932.929,63	3.895.451,20	3.693.568,47

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Macieira - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	277.000,00	277.000,00	77.725,51	330.339,89
RECEITAS CORRENTES (VII)	277.000,00	277.000,00	77.725,51	330.339,89
Receita de Contribuições Patronais	277.000,00	277.000,00	77.725,51	330.339,89
Pessoal Civil	277.000,00	277.000,00	77.725,51	330.339,89
Ativo	277.000,00	277.000,00	77.725,51	330.339,89
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	277.000,00	277.000,00	77.725,51	330.339,89

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Macieira - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Macieira, 20/11/2014

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN
CONTABILISTA

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	321.296,77	179.788,53	126.722,94
DEDUÇÕES (II)	938.139,54	1.524.674,18	1.387.428,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	938.139,54	1.701.902,87	1.532.320,39
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	177.228,69	144.892,39
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-616.842,77	-1.344.885,65	-1.260.705,06
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-616.842,77	-1.344.885,65	-1.260.705,06

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2014 (C - A)
VALOR	84.180,59	-643.862,29

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	4.978.947,30	4.978.947,30	4.978.947,30
Passivo Atuarial	4.978.947,30	4.978.947,30	4.978.947,30
DEDUÇÕES (VIII)	5.043.247,59	5.828.920,88	5.962.663,38
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.507.773,72	1.948.955,67	2.067.212,18
Investimentos	3.535.473,87	3.880.061,79	3.895.451,20
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	96,58	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-64.300,29	-849.973,58	-983.716,08
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-64.300,29	-849.973,58	-983.716,08

FONTE:

Macieira, 20/11/2014

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN
CONTABILISTA

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	10.044.500,00	1.614.804,09	8.814.766,69	7.339.380,65
Receita Tributária	310.000,00	48.790,65	222.325,38	182.884,79
I.P.T.U.	20.000,00	1.133,87	27.927,31	15.745,32
I.S.S.	80.000,00	9.387,35	29.893,96	32.698,25
I.T.B.I.	40.000,00	13.585,81	37.736,98	27.949,38
I.R.R.F.	136.000,00	23.865,03	116.507,75	95.919,05
Outras Receitas Tributárias	34.000,00	818,59	10.259,38	10.572,79
Receita de Contribuição	445.000,00	121.222,92	532.500,41	327.002,93
Receitas Previdenciárias	415.000,00	115.766,66	507.300,44	304.277,49
Outras Contribuições	30.000,00	5.456,26	25.199,97	22.725,44
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	455.900,00	69.186,20	631.561,12	122.973,68
(-) Aplicações Financeiras	455.900,00	69.186,20	631.561,12	122.973,68
Transferências Correntes	9.199.600,00	1.471.904,82	7.939.752,89	6.757.858,84
F.P.M.	4.800.000,00	611.669,46	3.697.498,15	3.422.601,31
I.C.M.S.	2.320.000,00	440.240,23	2.074.845,14	1.802.159,82
Convênios	80.000,00	55.160,90	522.965,93	57.235,85
Outras Transferências Correntes	1.999.600,00	364.834,23	1.644.443,67	1.475.861,86
Demais Receitas Correntes	89.900,00	-27.114,30	120.188,01	71.634,09
Dívida Ativa	10.000,00	2.584,50	3.995,87	8.169,33
Diversas Receitas Correntes	79.900,00	-29.698,80	116.192,14	63.464,76
RECEITAS DE CAPITAL (II)	18,00	109.566,08	1.567.724,64	254.270,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	7.600,00	285.000,00	109.500,00
Transferências de Capital	18,00	101.966,08	1.282.724,64	144.770,00
Convênios	18,00	101.966,08	1.282.724,64	144.770,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	18,00	101.966,08	1.282.724,64	144.770,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	10.044.518,00	1.716.770,17	10.097.491,33	7.484.150,65
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	9.973.218,28	1.614.886,32	7.544.180,92	6.649.686,62
Pessoal e Encargos Sociais	5.785.708,52	870.316,86	4.461.314,12	4.093.904,96
Juros e Encargos da Dívida (IX)	43.000,00	3.652,69	18.733,55	33.028,72
Outras Despesas Correntes	4.144.509,76	740.916,77	3.064.133,25	2.522.752,94
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	9.930.218,28	1.611.233,63	7.525.447,37	6.616.657,90
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	4.487.059,90	178.548,52	2.108.438,52	578.743,97
Investimentos	4.191.859,90	125.482,93	1.848.864,69	396.711,00
Inversões Financeiras	65.200,00	0,00	65.000,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	65.200,00	0,00	65.000,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	230.000,00	53.065,59	194.573,83	182.032,97
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	4.257.059,90	125.482,93	1.913.864,69	396.711,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	590.522,00	-	-	-

Município de Macieira - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	590.522,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	14.777.800,18	1.736.716,56	9.439.312,06	7.013.368,90
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-4.733.282,18	-19.946,39	658.179,27	470.781,75
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	396.593,30	0,00
Superávit Financeiro	-	-	396.593,30	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-182.000,00

FONTE:

Macieira, 20/11/2014

 EMERSON ZANELLA
 PREFEITO MUNICIPAL

 EDEMAR NICOLAU KUHN
 CONTABILISTA

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS		RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos	Saldo	Inscritos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013			
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Macieira, 20/11/2014

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN
CONTABILISTA

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	288.000,00	288.000,00	50.556,56	216.061,87	75,02
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	31.000,00	31.000,00	3.718,37	31.923,18	102,98
1.1.1- IPTU	20.000,00	20.000,00	1.133,87	27.927,31	139,64
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	8.000,00	8.000,00	2.584,50	3.995,87	49,95
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	40.000,00	40.000,00	13.585,81	37.736,98	94,34
1.2.1- ITBI	40.000,00	40.000,00	13.585,81	37.736,98	94,34
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	81.000,00	81.000,00	9.387,35	29.893,96	36,91
1.3.1- ISS	80.000,00	80.000,00	9.387,35	29.893,96	37,37
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	136.000,00	136.000,00	23.865,03	116.507,75	85,67
1.4.1- IRRF	136.000,00	136.000,00	23.865,03	116.507,75	85,67
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	9.067.000,00	9.067.000,00	1.353.216,68	7.376.595,50	81,36
2.1- Cota-Parte FPM	6.000.000,00	6.000.000,00	764.586,78	4.621.872,40	77,03
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.000.000,00	6.000.000,00	764.586,78	4.621.872,40	77,03
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	2.900.000,00	2.900.000,00	550.309,78	2.593.564,80	89,43
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	16.000,00	16.000,00	2.229,58	10.033,11	62,71
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	46.000,00	46.000,00	8.128,17	39.343,76	85,53
2.5- Cota-Parte ITR	15.000,00	15.000,00	10.643,86	10.676,69	71,18
2.6- Cota-Parte IPVA	90.000,00	90.000,00	17.318,51	101.104,74	112,34
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	9.355.000,00	9.355.000,00	1.403.773,24	7.592.657,37	81,16
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	112.000,00	112.000,00	3.776,00	53.084,11	47,40
5.1- Transferências do Salário-Educação	90.000,00	90.000,00	0,00	37.980,11	42,20
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	22.000,00	22.000,00	3.776,00	15.104,00	68,65
5.4- Transferências Diretas - PNAE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	80.002,00	80.002,00	17.409,00	501.984,00	627,46
6.1- Transferências de Convênios	80.002,00	80.002,00	17.409,00	501.984,00	627,46
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	272.500,00	272.500,00	8.647,09	144.692,97	53,10
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	464.502,00	464.502,00	29.832,09	699.761,08	150,65
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.813.400,00	1.813.400,00	270.650,84	1.475.193,30	81,35
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.200.000,00	1.200.000,00	152.917,32	924.374,25	77,03
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	580.000,00	580.000,00	110.069,55	518.719,66	89,43
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	3.200,00	3.200,00	445,90	2.006,55	62,70
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	9.200,00	9.200,00	1.625,63	7.742,68	84,16
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	3.000,00	3.000,00	2.128,74	2.135,30	71,18
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	18.000,00	18.000,00	3.463,70	20.214,86	112,30
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	754.000,00	754.000,00	143.096,47	695.309,92	92,22
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	750.000,00	750.000,00	141.415,50	688.792,29	91,84
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	4.000,00	4.000,00	1.680,97	6.517,63	162,94
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-1.063.400,00	-1.063.400,00	-129.235,34	-786.401,01	73,95
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	677.400,00	722.308,52	165.788,49	518.374,06	71,77
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	677.400,00	722.308,52	165.788,49	518.374,06	71,77
14- OUTRAS DESPESAS	76.600,00	76.600,00	5.235,28	76.332,32	99,65
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	76.600,00	76.600,00	5.235,28	76.332,32	99,65
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	754.000,00	798.908,52	171.023,77	594.706,38	74,44
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					594.706,38
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %					74,55
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %					10,98
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					14,47
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	2.338.750,00	2.338.750,00	350.943,31	1.898.164,34	81,16
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	5.000,00	5.000,00	0,00	2.202,32	44,05
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.174.350,00	2.223.458,52	339.199,65	1.549.474,84	69,69
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	754.000,00	798.908,52	171.023,77	594.706,38	74,44
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.420.350,00	1.424.550,00	168.175,88	954.768,46	67,02
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.179.350,00	2.228.458,52	339.199,65	1.551.677,16	69,63
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-786.401,01
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					6.517,63
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-779.883,38
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					2.331.560,54
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					30,71
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	91.000,00	81.060,49	5.133,19	18.306,50	22,58
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	194.502,00	1.245.678,49	38.358,27	624.372,72	50,12
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	285.502,00	1.326.738,98	43.491,46	642.679,22	48,44
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	2.464.852,00	3.555.197,50	382.691,11	2.194.356,38	61,72

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		688.792,29	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		6.517,63	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		695.309,92	0,00

Macieira, 20/11/2014

EMERSON ZANELLA EDEMAR NICOLAU KUHN
PREFEITO MUNICIPAL CONTABILISTA

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	4.487.059,90	2.108.438,52	0,00	2.378.621,38
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	4.487.059,90	2.108.438,52	0,00	2.378.621,38
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-4.487.059,90	-2.108.438,52		-2.378.621,38

FONTE:

Macieira, 20/11/2014

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN
CONTABILISTA

Mafra

PREFEITURA

TERMO DE CONVOCAÇÃO

TERMO DE CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal e o Secretário Municipal de Administração, com fundamento na Lei Municipal Nº 3.008, de 15 de dezembro de 2005, Lei Municipal nº 3.088 de 28 de junho de 2.006 e Lei Municipal nº 3197 de 19 de junho de 2007 e no uso das atribuições legais, convoca a cidadã a seguir relacionada, aprovada no Processo Seletivo, Edital nº 002/2013 desta Municipalidade, a comparecer no endereço a seguir:

Na Praça Desembargador Flávio Tavares nº 12 - (prédio da Prefeitura Municipal de Mafra - SC), no setor de Recursos Humanos e Qualidade, a CANDIDATA CONVOCADA a seguir:

Cargo	Nome
ENFERMEIRA	HILDES ARIANNE TINOCO FARI-NHUK

Comparecer até dia 28.11.2014 (para manifestar interesse pela vaga)

O não comparecimento caracterizará o não interesse pela vaga e implicará na exclusão e desclassificação em caráter irrevogável e irretratável do Processo Seletivo nº 002/2013, facultando-nos a convocar outro (a) candidato (a), conforme Ordem de Classificação.

Ao concluir, aproveita do ensejo para cumprimentá-las pela classificação no Processo Seletivo nº 002/2013 desta Municipalidade.

Mafra, 18 de novembro de 2014.

Roberto Agenor Scholze
Prefeito Municipal

Tadeu David Geronasso
Secretário Municipal de Administração

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 190/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 190/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa especializada para prestação de Serviços de Assessoria e Consultoria junto a Atenção Básica da política Pública Municipal de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 11/12/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada à lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de

2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 14:00 pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 20 de novembro de 2014.

Roberto Agenor Scholze Fabiano Maurício Kalil
Prefeito Municipal Pregoeiro Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 194/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 194/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de peças, e Mão de Obra, destinados a Secretaria Municipal De Educação, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 08/12/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada à lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 14:00 pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 20 de novembro de 2014.

Roberto Agenor Scholze Diego Ricardo Krachinski
Prefeito Municipal Pregoeiro Municipal

NOVA DATA DE ABERTURA - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 063/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 063/2014 (NOVA DATA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de uniformes escolares destinados as Unidades de Ensino através da Secretaria Municipal de Educação, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 05/12/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 14:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 20 de novembro de 2014.

Roberto Agenor Scholze Fabiano Mauricio Kalil
Prefeito Municipal Pregoeiro Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - Nº 193/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 193/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para aquisição de material de vestuário, destinado o pessoal da agência de inteligência da Polícia Militar, através do FUMMPOM, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 11h30min do dia 09/12/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 14:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 20 de novembro de 2014.

Roberto Agenor Scholze Fabiano Maurício Kalil

Prefeito Municipal Pregoeiro Municipal

**ERRATA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO
002/2014 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DE MAFRA**

ERRATA

Errata do Edital 002/2014 - Processo Seletivo Secretaria Municipal de Educação de Mafra

No item 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

Onde se lê:

Roberto Agenor

Prefeito Municipal de Mafra

Leia-se:

Roberto Agenor Scholze

Prefeito Municipal de Mafra

Mafra, 20 de novembro de 2014.

Juliano Munhoz

Secretário Municipal de Educação

Mafra - SC

Maravilha**PREFEITURA****EXTR. RETIFICAÇÃO CONTRATO ADM. N. 100/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Extrato de Contrato

Retificação

Espécie: Contrato Administrativo n. 100/2013. Partes: Município de Maravilha - SC e Laboratório Citopreve Ltda Me. Objeto: Fazer constar que o Contrato Administrativo 100/2013, vincula-se ao Edital de Chamada Pública n. 004/2013. Data de assinatura do instrumento pioneiro: 10/12/2013. Signatários: Rosimar Maldaner pela Contratante e Sandra da Silva pela Contratada.

Morro da Fumaça

PREFEITURA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2014

MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2014. Objeto: Admissão de professores em caráter temporário, com atuação nas Rede Municipal de Ensino, para o ano letivo de 2015. A pré-inscrição será efetuada via internet, no período de 28 de novembro a 08 de dezembro de 2014 no endereço eletrônico: <http://www.processosseletivos.com.br/morrodafumaca> e a validação das inscrições será de 08 a 10 de dezembro na Secretaria de Educação e Cultura das 08:00 as 13:00 horas. A íntegra do edital se encontra disponível no site <http://www.processosseletivos.com.br/morrodafumaca> e na sede da Secretaria de Educação e Cultura, sito a Rua Vinte de Maio, nº 690, Centro.

Morro da Fumaça em 20 de Novembro de 2014.
Queila de Almeida Simões Zanatta
Presidente da Comissão de Processo Seletivo.

Navegantes

PREFEITURA

LEI 2945 DENOMINA LOGRADOURO PÚBLICO

STADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emilio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

LEI N º 2945 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014
DENOMINA LOGRADOURO PÚBLICO - PRAÇA JOSÉ MARCELINO NEVES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais, FAZ saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ELE sanciona a seguinte lei:

Art. 1º A praça sem denominação oficial localizada no Centro de Navegantes, próxima à Avenida Portuária Vicente Coelho, na saída do Terminal Portuário da Portonave, passa a denominar-se oficialmente PRAÇA JOSÉ MARCELINO NEVES.

Art. 2 º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES,
19 DE NOVEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de novembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

LEI 2946 DENOMINA LOGRADOURO PÚBLICO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emilio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

LEI N º 2946 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014
DENOMINA LOGRADOURO PÚBLICO - PRAÇA JOSÉ MARCELINO NEVES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais, FAZ saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ELE sanciona a seguinte lei:

Art. 1º A rua sem denominação oficial localizada no Bairro Nossa Senhora das Graças, em Navegantes, próximo às ruas Prefeito João José Fagundes e Manoel da Luz, passa a denominar-se

oficialmente Rua Pedro Ribeiro dos Santos.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES,
19 DE NOVEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de novembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 217/2014 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
TOMADA DE PREÇO Nº 217/2014 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS RETANGULAR DE CONCRETO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DA RUA FRANCISCO JOSÉ BARON, LOCALIZADA NO BAIRRO MEIO PRAIA, COM RECURSOS ORIUNDOS DO SALDO RESIDUAL DO CONTRATO Nº 0349.433-01/2011 FIRMADO COM A CAIXA ECONOMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 08/12/2014 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 08/12/2014 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 20 de novembro de 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 48/2014 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2014 FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SAMU DE NAVEGANTES NAS OCORRÊNCIAS DE EMERGENCIA E URGENCIA A POPULAÇÃO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 03/12/2014 até às 8:50 hs. Abertura envelopes: 03/12/2014 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 20 de novembro de 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 51/2014 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2014 FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NÃO PERECIVEIS PARA COMPOSIÇÃO DOS ALIMENTOS DESTINADOS AOS PACIENTES DO CAPS (CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL) E AOS FUNCIONARIOS DO SAMU, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 03/12/2014 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 03/12/2014 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 20 de novembro de 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

CHAMAMENTO DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA PARA SENSIBILIZAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR

O Prefeito Municipal de Navegantes, no uso das suas atribuições, em cumprimento ao Artigo 1º e seu Parágrafo Único e ao Artigo 182º da Constituição Federal, aos incisos II, III, XIII do Artigo 2º, do Parágrafo 4º, Artigo 40º e do Capítulo IV da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e suas posteriores alterações, COMUNICA a todos os cidadãos e às entidades representativas dos segmentos da sociedade civil organizada do Município de Navegantes, que serão realizadas Reuniões de Sensibilização a Participação do Processo de Revisão do Plano Diretor, nas seguintes datas, horários e locais:

Bairro	Data	Local	Horário
Centro	08/12/2014 (segunda-feira)	Local: Centro Integrado de Cultura - CIC Endereço: Rua Maria Leonor da Cunha, nº 432	18:30 h às 21:00 h
Machados	10/12/2014 (quarta-feira)	Local: Sociedade 1º de Maio Endereço: Rua Orlando Ferreira, 2.492	18:30 h às 21:00 h
Gravatá	11/12/2014 (quinta-feira)	Local: Clube Recreativo 18 de Maio Endereço: Av. Pref. José Juvenal Mafra, nº 8.689	18:30 h às 21:00 h

A íntegra deste Edital encontra-se no Mural da Prefeitura Municipal de Navegantes e no Diário Oficial do Município de Navegantes.

Navegantes, 20 de novembro de 2014.

Nova Trento

PREFEITURA

PORTARIA Nº 736/2014

PORTARIA Nº 736/ 2014
Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 142 da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999, do Quadro de Servidores do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 132/2014, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 07/2013, de 31/10/2013, LEONIRIA FATIMA ANZINI MISTURA, matrícula nº 6111, para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental - Área I) na Escola de Ensino Fundamental Aguti - Distrito de Aguti, Município de Nova Trento, a contar de 20 de agosto de 2014 a 15 de dezembro de 2014, em substituição a Titular Lucimar Leoni Demonti Bosio, afastada conforme a Portaria nº 004/2014 (Licença Prêmio).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 20 de agosto de 2014.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 20 de agosto de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esporte, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2103, de 22 de dezembro de 2005 e Lei Complementar nº 512, de 30 de março de 2011, a Senhora LEONIRIA FATIMA ANZINI MISTURA, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Geral de Aguti, s/nº, Distrito de Aguti, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 894.452.289-87, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado

das atribuições para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental - Área I) na Escola de Ensino Fundamental Aguti - Distrito de Aguti, Município de Nova Trento, em substituição a Titular Lucimar Leoni Demonti Bosio, afastada conforme a Portaria nº 004/2014 (Licença Prêmio).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.019,46 (hum mil e dezenove reais e quarenta e seis centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 20 de agosto de 2014 a 15 de dezembro de 2014, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 20 de agosto de 2014.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Leoniria Fatima Anzini Mistura
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 20 de agosto de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:
Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 951/2014 "A"

PORTARIA Nº 951/ 2014 "A"

Concede Licença Para Tratamento de Saúde

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 102, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999, do Quadro de Servidores do Magistério Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal INÊS DE AGUIRRE TAMANINI, matrícula nº 11, concursada no cargo de Professor Nível IV, Referência E, (Ensino Fundamental - Inglês), com 20 (vinte) horas semanais, lotada na E. E. Fundamental Professor Francisco João Valle - Trinta Reis, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 15 (quinze) dias, a contar de 28 de outubro de 2014 a 11 de novembro de 2014, conforme resultado pericial datado de 07/11/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 10 de novembro de 2014.
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e Publicada a presente Portaria em 10 de novembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 951/2014 "B"

PORTARIA Nº 951/ 2014 "B"

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação e Esporte do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria de nº 297/2014, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 07/2013, de 31/10/2013, JUCÉLI MARIA ARMELINI, matrícula nº 6050, para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental - Área II - Inglês), na E.E.F. Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 30 de outubro de 2014 a 11 de novembro de 2014, em substituição a Titular Inês de Aguirre Tamanini, afastada conforme Portaria de nº 951/2014 "A" (Licença Tratamento de Saúde).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 10 de novembro de 2014.
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 10 de novembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora JUCÉLI MARIA ARMELINI, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Madre Paulina, s/ nº, Bairro Vígolo, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 035.603.309-50, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental - Área II - Inglês), na E.E.F. Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, em substituição a Titular Inês de Aguirre Tamanini, afastada conforme Portaria de nº 951/2014 "A".

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.019,46 (hum mil e dezenove reais e quarenta e seis centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 30 de outubro de 2014 a 11 de novembro de 2014, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 30 de outubro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Jucéli Maria Armelini

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 30 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 964/2014

PORTARIA Nº 964/ 2014

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 93, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992, alterado pela Lei Complementar nº 584/2012 de 13 de abril de 2012,

RESOLVE:

CONCEDER Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à Servidora Pública Municipal MARIA NAZARETE CIPRIANI, matrícula nº 1059, concursada no cargo de Professor Nível III, Referência E (Educação Infantil), com 20 (vinte) horas semanais, lotada na E. F. João Bayer Sobrinho - Claraíba, Distrito de Claraíba, Município de Nova Trento, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 07 de novembro de 2014 a 06 de dezembro de 2014, conforme atestado médico datado de 07/11/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 13 de novembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e Publicada a presente Portaria, em 13 de novembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Novo Horizonte

PREFEITURA**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL Nº 023/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2014

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 19/11/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR, PROTETORES DE CÂMARAS NOVOS E SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência Anexo VIII deste edital e demais condições estabelecidas no Edital;

CONTRATADO: JOAÇABA PNEUS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 30.535,00 (Trinta mil quinhentos e trinta e cinco reais)

CONTRATADO: BELLENZIER PNEUS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.420,00 (quatro mil quatrocentos e vinte reais)

CONTRATADO: COMERCIAL AUTOMOTIVA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 738,00 (Setecentos e trinta e oito reais)

CONTRATADO: MODELO PNEUS

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.260,00 (Seis mil duzentos e sessenta reais)

Novo Horizonte, 19/11/2014

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

Orleans

PREFEITURA

2.577

LEI Nº 2.577 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014
ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR

O Prefeito de Orleans, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º. Fica anulada total ou parcial a seguinte dotação orçamentária:

04.00 - SECRETARIA MUN.DA FAZENDA IND. E COMERCIO
04.02 - DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
2.009 - Gerenciamento da Indústria e Comércio
F.R. - 01.0000 - Recursos Ordinários
3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

TOTAL R\$ 15.000,00

Art.2º.) - A conta do recurso do artigo anterior fica suplementado o seguinte crédito suplementar:

02.00 - GABINETE DO PREFEITO
02.02 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE
2.004 - Manutenção do Departamento de Esporte
F.R. - 01.0000 - Recursos Ordinários
3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

TOTAL R\$ 15.000,00

Orleans/SC, em 19 de novembro de 2014; 129º anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Político Administrativo.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração, aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze

EDUARDO BERTONCINI
Secretário de Administração Interino

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 49 DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

Senhor Presidente,
Senhores (as) Vereadores (as),

Cumprimentando cordialmente Vossas Excelências, tenho a satisfação de encaminhar para apreciação desta Casa Legislativa o anexo Projeto de Lei que ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

O projeto de Lei ora encaminhado visa custear despesas com o Departamento Municipal de Esportes - DME, a saber:

1. Participação de atletas Orleanenses na modalidade de ciclismo e Bocha nos Jogos Abertos em Itajaí/SC, no mês de novembro de 2014, totalizando o atendimento de 12 atletas e;
2. Participação de um atleta Orleanense na corrida de São Silvestre em São Paulo, no mês de dezembro de 2014 e de uma atleta no concurso nacional de Fisiculturismo.

Na certeza de que o presente Projeto de Lei receberá acolhida favorável dos Senhores Vereadores, solicito que o mesmo seja votado e aprovado conforme determina o Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores.

Orleans/SC, em 30 de outubro de 2014; 129º anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Político Administrativo.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito Municipal

2.578

LEI COMPLEMENTAR Nº 2.578 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.
"ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 2.546, DE 02 DE ABRIL DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIA"

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, no uso de suas atribuições legais, faz saber aos habitantes do Município de Orleans que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Art. 1º da Lei Complementar nº 2.546, de 02 de abril de 2014, passa a vigorar acrescido do parágrafo 2º:

Art. 1º. Fica criado o Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano do Município de Orleans - FUMDUR, vinculado ao Gabinete do Prefeito o qual será gerido pelo Conselho da Cidade.

§ 1º - A criação do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano do Município de Orleans - FUMDUR, está previsto no art. 140 da Lei Complementar nº 2.147, de 18 de dezembro de 2007 - Plano Diretor.

§ 2º - A contabilidade integrará a Contabilidade Geral do Município, como Unidade Orçamentária distinta, vinculada na Secretaria de Infraestrutura, Departamento de Serviços Urbanos.

Art. 2º O Art. 2º da Lei Complementar nº 2.546, de 02 de abril de 2014, passa a vigorar acrescido do parágrafo 1º:

Art. 2º. Constitui receita do FUMDUR:

I - Recursos próprios do Município;

II - Transferências intergovernamentais;

III - Transferências de instituições privadas;

IV - Transferências do exterior;

V - Transferências pessoa física;

VI - Receitas provenientes de Outorga Onerosa do Direito de Construir;

VII - Contribuição de melhoria decorrente de obras públicas realizadas com base na Lei do Plano Diretor, excetuada aquela proveniente do asfaltamento de vias públicas;

VIII - Rendas provenientes da aplicação financeira dos seus recursos próprios;

IX - Doações;

X - Outras receitas que lhe sejam destinadas por lei.

§ 1º - Os recursos financeiros próprios do Município, contribuições, subvenções e auxílios específicos de Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta, Federal e Estadual, constarão da proposta orçamentária do FUMDUR e integrará o Orçamento da

Prefeitura Municipal, tendo como Unidade Orçamentária a Secretaria de Infraestrutura.

§ 2º. Os recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano do Município de Orleans - FUMDUR serão movimentados em conta corrente específica aberta junto ao banco oficial, sediada no Município de Orleans.

Art. 3º. Fica excluído o art. 5º da Lei Complementar nº 2.546, de 02 de abril de 2014.

Art.4º. Ficam mantidas as demais disposições da Lei Complementar nº 2.546, de 02 de abril de 2014, não alteradas por esta Lei.

Art.5º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, 19 de novembro de 2014; 129º anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Político Administrativo.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração Interina

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 011 DE 17 DE OUTUBRO DE 2014.

Senhor Presidente,
Senhores(as) Vereadores(as),

Com os cordiais cumprimentos encaminhamos para apreciação desta Casa Legislativa, o anexo Projeto de Lei Complementar que ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 2.546, DE 02 DE ABRIL DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O presente Projeto de Lei vincula o presente Fundo na Unidade Orçamentária vinculada na Secretaria de Infraestrutura, serviços urbanos, uma vez que a Lei de criação não fez referencia a mesma.

Na certeza que o presente Projeto de Lei receberá acolhida favorável dos Senhores Vereadores, solicito que o mesmo seja votado e aprovado em conformidade com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores.

Atenciosamente,

Orleans/SC, 27 de outubro de 2014; 129º anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Político Administrativo.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

3.757

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.757 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.
"NOMEIA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 68, item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans e considerando o disposto na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para comporem a Comissão que irá realizar os pregões eletrônicos e presenciais no âmbito da Prefeitura

Municipal de Orleans e do Fundo Municipal de Saúde, os seguintes Membros:

Pregoeiro: Valvirio Rosseti

1

Equipe de Apoio: Marcio Coan e Camila Hoffmann Hobold.

Art. 2º A realização dos pregões serão procedidos na Administração Direta do Município de Orleans, nos fundos especiais, nas autarquias, nas fundações, nas entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 3.671 de 25 de março de 2014.

Orleans/SC, 17 de novembro de 2014; 129º anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos dezessete dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração Interino

3.758

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.758 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.
NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 68, item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans e para os fins do artigo 51, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993,

DECRETA:

Art.1º Ficam nomeados, para comporem a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Orleans e do Fundo Municipal de Saúde, sob a presidência do primeiro, os seguintes membros servidores públicos qualificados pertencentes ao quadro permanente, a saber:

1. Valvirio Rosseti

2. Marcio Coan

3. Camila Hoffmann Hobold.

§ 1º. Compete à Comissão Permanente de Licitações processar e julgar a habilitação preliminar e as propostas, com a presença de, pelo menos, 03 (três) membros.

§ 2º. A Comissão se incumbirá do julgamento dos pedidos de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento.

§ 3º. Substituirá o presidente, no caso de impedimento, o membro imediatamente seguinte na ordem de nomeação dada neste artigo e, assim, sucessivamente.

Art. 2º Os trabalhos da Comissão Permanente de Licitação serão secretariados pela servidora municipal: Camila Hoffmann Hobold.

Art. 3º Os membros da Comissão Permanente responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada

a decisão.

Art. 4º As funções de membro da Comissão Permanente de Licitação não são remuneradas, mas consideradas de relevante interesse público.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado em especial o Decreto nº 3.679 de 25 de março de 2014.

Orleans/SC, 17 de novembro de 2014; 129º anos da Fundação e 100 anos da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos dezessete dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração Interino

3.759

DECRETO Nº 3.759 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

"ESTABELECE NORMAS PARA A PADRONIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO VISUAL DE TÁXIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, prefeito municipal de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO que compete exclusivamente ao Município regular, executar, licenciar, fiscalizar, conceder, permitir ou autorizar, conforme o caso, os serviços de carro de aluguel, a teor do disposto no art. 11, inciso XXXI, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERNADO o teor da Lei Ordinária nº 2.229, de 02 de dezembro de 2008;

CONSIDERANDO a necessidade de identificação da frota de táxis do Município, possibilitando uma melhor identificação por parte dos usuários;

DECRETA

Art. 1º. É estabelecida com fundamento nas disposições emergentes do art. 17 da Lei nº 2.229/08, que dispõe sobre normas para os serviços de táxi no Município, a padronização da comunicação visual dos veículos utilizados no transporte individual de passageiros, em conformidade com as disposições do presente Decreto.

Art. 2º. A padronização da comunicação visual dos táxis deverá seguir as diretrizes conforme modelo do anexo I, deste decreto:

a) o prefixo será constituído de até 05 (cinco) algarismos, conforme o Número de Inscrição no cadastro econômico municipal do taxista, conforme anexo;

b) preferencialmente os veículos deverão ser dotados de para-choque na cor branca (cor do veículo), sendo que no caso de o para-choque ser preto, é obrigatória a afixação do prefixo na cor branca seguindo as mesmas dimensões descritas;

c) Todos os veículos de transporte individual de passageiros (Táxi) deverão ser de cor predominantemente branca;

§ 1º Face aos diferentes modelos de veículos, os padrões ora estabelecidos podem permitir adaptações, sem prejuízo da uniformização, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Administração.

§ 2º O prazo para adequação do veículo de acordo com o presente Decreto se encerra em 31/12/2014, sendo que após o prazo estabelecido, os veículos que não estiverem padronizados de acordo com o presente Decreto, não poderão exercer suas atividades, até a plena adequação.

§ 3º Encerrado o prazo estabelecido, os veículos não padronizados de acordo com este Decreto não poderão exercer suas atividades, ficando impedidos de permanecer nos referidos pontos.

§ 4º O condutor/permissionário de veículos não padronizados após o prazo estabelecido serão formalmente notificados pela Fiscalização do Município e terão o prazo adicional de 30 (trinta) dias para se adequar.

§ 5º Findo o prazo adicional estabelecido em Notificação, será aberto processo administrativo para cassação da Permissão outorgada pelo Município de Orleans - SC, sem que ao Permissionário assista qualquer direito a indenização.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto serão suportadas pelos permissionários do serviço público de transporte individual de passageiros.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans, 17 de novembro de 2014; 129º anos da Fundação e 101 anos de Emancipação Política Administrativa.

MARCO ANTÔNIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito Municipal de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos dezessete dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

EDUARDO BERTONCINI

Secretário Interino de Administração

3.760

DECRETO Nº 3.760 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR

O Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei n. 2.577 de 19 de novembro de 2014.

DECRETA:

Art.1º. Fica anulada total ou parcial a seguinte dotação orçamentária:

04.00 - SECRETARIA MUN.DA FAZENDA IND. E COMERCIO

04.02 - DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

2.009 - Gerenciamento da Indústria e Comércio

F.R. - 01.0000 - Recursos Ordinários

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

TOTAL R\$ 15.000,00

Art.2º.) - A conta do recurso do artigo anterior fica suplementado o seguinte crédito suplementar:

02.00 - GABINETE DO PREFEITO

02.02 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE
 2.004 - Manutenção do Departamento de Esporte
 F.R. - 01.0000 - Recursos Ordinários
 3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

TOTAL R\$ 15.000,00

Orleans/SC, em 19 de novembro de 2014; 129º anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Político Administrativo.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto nesta Secretaria de Administração, aos dezanove dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração Interino

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº003/2014

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº003/2014

O Prefeito Municipal de Orleans homologa e torna pública a Lista dos candidatos Aprovados, conforme estabelecido no EDITAL.

AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL

Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA NASC.	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
015	PATRICIA WANDERLIND DE FAVERI	13/06/1982	8,4	1º LUGAR
009	MARIA APARECIDA RAMOS	21/07/1967	8,0	2º LUGAR
006	NADIR APARECIDA HANN SPRICIGO	11/08/1967	8,0	3º LUGAR
003	TAMIRES DE ESPINDOLA DASSOLER	20/01/1988	7,2	4º LUGAR
019	RUBIA FERNANDES BORGES	30/03/1990	6,8	5º LUGAR
014	MAYARA CRISTINA MARTINS	05/10/1990	6,4	6º LUGAR
017	TATIANE DA ROSA DE LIMA	16/09/1981	5,6	7º LUGAR
008	BEATRIZ FARIAS MARCOS	02/10/1993	5,2	8º LUGAR

AGENTE DE APOIO E ZELADORIA DA SF

Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA NASC.	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
016	VALDIRENE BASCHIROTO	14/06/1976	8,0	1º LUGAR
011	IZABEL CRISTINA ECHILE	29/12/1980	7,6	2º LUGAR
005	ADRIANA DE SOUZA MENDES MOTTA	08/02/1973	6,4	3º LUGAR
020	CACILDA DELAVEDOVA JUNG	24/08/1974	6,4	4º LUGAR
001	LUZIA ANGELINA KESTRING FACHIN	12/12/1966	5,6	5º LUGAR
010	MIRIAM REGINA ELIAS	11/01/1969	5,6	6º LUGAR
018	MARILEIA COSTA	20/04/1975	5,6	7º LUGAR
021	SONIA APARECIDA RIBEIRO	15/10/1972	5,2	8º LUGAR

Ficam homologadas as notas e a classificação dos candidatos aprovados deste Concurso Público Nº003/2014.

Orleans, 21 de novembro de 2014.
 marco antonio bertoncini cascaes
 Prefeito de Orleans

Paial**PREFEITURA****ERRATA PREGÃO 11/2014 FMS**

ERRATA AO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAIAL

Onde se lê: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 010/2014

Leia-se: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 011/2014

Objeto aquisição de cadeira de rodas motorizada destinada para Unidade Básica de Saúde conforme relações de itens constantes no Anexo "E" deste edital.

Tipo: Menor Preço por item

Onde se lê: Recebimento das propostas: até as 08hs15min do dia 28/11/2014 - Abertura: 28/10/2014 as 08hs30min.

Leia-se: Recebimento das propostas: até as 08hs15min do dia 28/11/2014 - Abertura: 28/11/2014 as 08hs45min.

Informações complementares estarão disponíveis na página do município www.paial.sc.gov.br e poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045, pelo e-mail compras@paial.sc.gov.br

Município de Paial - SC em 20 de novembro de 2014.

Elisete Esposito Wortmann

Secretária de Saúde

Palhoça**PREFEITURA****RESULTADO TP 175-2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESUMO DE JULGAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS Nº 175/2014

A Prefeitura Municipal de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento das Propostas de Preços apresentadas para o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 181/2014, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, que tem como objeto a contratação de empresa para execução de melhoria operacional da rede de abastecimento de água da região da Guarda do Cubatão, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material, de acordo com as especificações contidas nos anexos.

CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA:

NCM CONSTRUÇÕES LTDA ME venceu o item, totalizando a importância de R\$ 1.158.409,33 (um milhão, cento e cinquenta e oito mil, quatrocentos e nove reais e trinta e três centavos).

Palhoça, 19 de Novembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito

RESULTADO DO PREGÃO 212/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 212/2014

O Município de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 212/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na aquisição de aquisição de livros para Faculdade Municipal de Palhoça.

EMPRESAS CLASSIFICADAS:

APAGINA DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA, venceu em primeiro lugar o os lotes 03 e 04, totalizando a importância de R\$ 11.792,21 (onze mil setecentos e noventa e dois reais e vinte e um centavos).

RIGEL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, venceu em primeiro lugar os lotes 11 e 18, totalizando a importância de R\$ 14.187,89 (quatorze mil, cento e oitenta e sete reais e oitenta e nove centavos).

Palhoça, 20 de novembro de 2014.

Shirley Regina de Farias

Pregoeira - Portaria n. 2365/2014

DECRETO Nº 1.741, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº. 1.741, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

RECESSO. Determina.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica determinado o Recesso aos servidores públicos do Poder Executivo Municipal, nos períodos de 22 de dezembro de 2014 à 04 de janeiro de 2015.

Parágrafo único. O último dia de expediente do ano será em 19 de dezembro de 2014 e o retorno das atividades será no dia 05 de janeiro de 2015;

Art. 2º O titular de cada órgão deverá definir quais serviços e servidores ficarão excluídos do disposto no caput do artigo 1º cabendo-lhe:

I - notificar formalmente os servidores alcançados pelo disposto no caput, especificando com clareza em quais dias cada um irá trabalhar; e

II - encaminhar a notificação à Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão.

Parágrafo único. O atendimento dos serviços públicos essenciais nas datas mencionadas no caput artigo 1º serão garantidos pelos órgãos competentes, através de escalas de serviços.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 1.740, de 13 de novembro 2014.

Art. 4º Este Decreto entra em vigência a partir da data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 20 de novembro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PROJETO DE LEI Nº. 277/2014

PROJETO DE LEI Nº. 277/2014.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Dá nova redação ao art. 1º da Lei n. 2.040 de 09 de maio de 2005, que denomina a Rua Nelson Coelho.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei n. 2.040, de 09 de maio de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica denominada de Rua Nelson Coelho com extensão de 60,00 metros de comprimento, e 4,00 metros de largura, via pública localizada no Bairro São Sebastião, neste Município.”

Parágrafo único. A localização da referida via pública de que trata o artigo anterior obedece croqui em anexo, parte integrante desta

Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de novembro de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 344/2014

DECRETO LEGISLATIVO Nº 344/2014.

APROVA MINUTA DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/CMDCA/FIA E O CERENE - CENTRO DE RECUPERAÇÃO NOVA ESPERANÇA.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado Minuta de Convênio, que entre si celebram o Município de Palhoça, através da Secretaria de Assistência Social/CMDCA/FIA e o CERENE - Centro de Recuperação Nova Esperança, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de novembro de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 113/2014.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 345/2014

DECRETO LEGISLATIVO Nº 345/2014.

APROVA MINUTA DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/CMDCA/FIA E O CONSELHO COMUNITÁRIO ARIRIÚ DA FORMIGA.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado Minuta de Convênio, que entre si celebram o Município de Palhoça, através da Secretaria de Assistência Social/CMDCA/FIA e o Conselho Comunitário Aririú da Formiga, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de novembro de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos doze

dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 114/2014.

PROJETO DE LEI Nº. 378/2014

PROJETO DE LEI Nº. 378/2014.

DESAFETAÇÃO E AFETAÇÃO DE BENS PÚBLICOS. Desafetação e afetação de bens públicos que específica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a promover a compensação em razão da desafetação promovida pela Lei Municipal nº 4.059/2014, da característica de Área Institucional, passando a ser afetado como Área Verde, dos bens públicos abaixo identificados:

I - Área medindo 7.614,86 m² (sete mil, seiscentos e quatorze metros e oitenta e seis centímetros quadrados) com as seguintes medidas e confrontações: frente medindo 81,79 metros com a Rua Salvador Assiscllo da Sileira; fundos medindo 73,92 metros com Área Institucional Remanescente; laterais medindo, de um lado 90,50 metros com lotes 1 a 7 e de outro medindo 131,00 metros com terras de Adelino de Almeida Filho e Antonio Justino de Souza, com matrícula nº 55.508, livro 2-ML, no Cartório de Registro de Imóveis de Palhoça/SC, designada como Área de Uso Institucional III.

Parágrafo Único. A área prevista no inciso I deste artigo fica desafetada e passa a ser designada de Área Verde, em razão da desafetação operada pela Lei Municipal nº 4.059/2014, na forma de compensação.

Art. 2º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a promover a desafetação da característica de Área Verde, passando para Área Institucional com a pertinente afetação, dos bens públicos abaixo identificados:

I - Terreno urbano, sem benfeitoria, com 2.160,00 m² (dois mil, cento e sessenta metros quadrados), designados por parte da Área Verde de matrícula 69.959 do Cartório de Registro de Imóveis de Palhoça/SC, objeto das quadras nº 27 e 2, do Loteamento Parque Residencial Pagani, Passa Vinte, neste Município, com as seguintes medidas e confrontações: Frente 49,02 metros, com Área Verde da Prefeitura Municipal de Palhoça/SC; Fundos 46,83 metros, divididos em quatro lances, os três primeiros medem 12 metros cada um, com os lotes 03 a 05, o quarto mede 10,83 metros com o lote 06, todos da quadra 27, com Vendecasa Empreendimentos Imobiliários Ltda.; Lado direito 53,36 metros em dois lances, o primeiro mede 23,36 metros, com o lote nº 14, o segundo mede 30,00 metros com o lote nº 15, todos da quadra 27, com Vendecasa Empreendimentos Imobiliários Ltda.; e Lado esquerdo 38,88 metros, com a Área Verde da Prefeitura Municipal, com registro geral de 19.627,91 m² da matrícula 69.959 do Cartório de Registro de Imóveis;

Art. 3º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a promover a desafetação da característica de Área de Uso Institucional III, passando para Área Verde com a pertinente afetação, dos bens públicos abaixo identificados:

I - Área com 2.160,00 m² (dois mil, cento e sessenta metros quadrados), sendo parte de área maior com 5.343,82 m² denominada

como Área Institucional do Loteamento Jardim Coqueiros, com as seguintes medidas e confrontações: Frente medindo 36,00 metros com a Rua Adelino de Almeida Filho; Fundos medindo 36,00 com a Área Verde; Laterais, de um lado medindo 60,00 metros com lotes 07 a 11 e do outro lado com 60,00 metros com Área Institucional, com matrícula nº 55.508, livro 2-ML, no Cartório de Registro de Imóveis de Palhoça/SC;

Art. 4º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a promover a permuta entre as áreas previstas nos incisos I do art. 2º e inciso I do art. 3º desta Lei Municipal, na forma de compensação de áreas.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 12 de novembro de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

PROJETO DE LEI Nº 405/2014

PROJETO DE LEI Nº 405/2014.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua Olavo Debiassi.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada a RUA OLAVO DEBIASI, com extensão de 300 m (trezentos metros) e 5 m (cinco metros) de largura, com início na Servidão BENEDITO A. DA SILVA.

Parágrafo único. A localização das vias públicas, de que trata este artigo, obedece ao croqui em anexo, a certidão de óbito, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de novembro de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

PROJETO DE LEI Nº 422/2014

PROJETO DE LEI Nº 422/2014.

UTILIDADE PÚBLICA. Associação Rádio Comunitária Pinheira.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA PINHEIRA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ nº 05.086.023/0001-84, localizada na Miguel Abel da Silva, 61, sobreloja, Praia de Cima, Pinheira, Palhoça/SC, Cep: 88.139-379.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de novembro de 2014.
NIRDO ARTUR LUZ
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

SUBSTITUTIVO GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 423/2014

SUBSTITUTIVO GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 423/2014.
DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua Florata.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada Rua: FLORATA, via pública localizada no Bairro Barro do Aririú, que liga as Ruas: VIDEIRA E CAMBORIÚ, no Loteamento Vila Nova, neste Município com extensão de 190 metros de comprimento e com 5 metros de largura.

Parágrafo único. A localização da referida via pública de que trata o artigo anterior, obedece ao croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2014.
NIRDO ARTUR LUZ
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos treze dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

SUBSTITUTIVO GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 424/2014.

SUBSTITUTIVO GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 424/2014.
DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua Henrique Ernesto Truppel.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada a Rua Henrique Ernesto Truppel com extensão de 350 m (trezentos e cinquenta metros) e 6 m (seis metros) de largura, Bairro São Sebastião, com início na Rua Alaor Silveira.

Parágrafo único. A localização da referida via pública de que trata o artigo anterior, obedece ao croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de novembro de 2014.
NIRDO ARTUR LUZ
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

PROJETO DE LEI Nº 438/2014

PROJETO DE LEI Nº 438/2014.

DENOMINA VIA PÚBLICA. RUA PAI NOSSO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada RUA PAI NOSSO, com extensão de 101 metros de comprimento e 7 metros de largura, com início na Rua: Paraná. Via Pública localizada no Bairro Bela Vista, Município de Palhoça/SC.

Parágrafo único. A localização da referida via pública de que trata o artigo anterior obedece croqui em anexo, parte integrante desta lei.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de novembro de 2014.
NIRDO ARTUR LUZ
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

Palmitos

PREFEITURA

PROCESSO 135/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 135/2014. Modalidade: CREDENCIAMENTO 03/2014. Objeto: SELECIONAR PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REMOÇÃO, RECOLHA, GUARDA E DEPÓSITO DE VEÍCULOS LOCALIZADOS E/OU APREENDIDOS, EM DECORRÊNCIA DE PROCEDIMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA OU POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Data da entrega dos envelopes: 15/12/2014 até as 14:10 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura.

Palmitos, 20 de Novembro de 2014.

Norberto Paulo Gonzatti

Prefeito Municipal.

Papanduva

PREFEITURA

DECRETO Nº 2477, DE 14.11.2014 - APROVA SUBDIVISÃO DE ÁREA DE JANICE ALVES LOPES BUENO E OUTRA

DECRETO Nº 2477, DE 14.11.2014.

APROVA SUBDIVISÃO DE IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE JANICE ALVES LOPES BUENO e outra.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, combinado com o Inciso XX da Lei Orgânica Municipal, e ainda o disposto na Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979,

DECRETA

Art. 1º. O imóvel urbano de propriedade de JANICE ALVES LOPES BUENO e OUTRA, com a área total de 800,00 (oitocentos metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Rufino Mendes de Souza, distante 60,50 metros da esquina com o lado ímpar da Rua Capitão Estevão Furtado, com base no Ponto OPP, Lote 19, neste Município de Papanduva/SC - devidamente registrado sob a matrícula nº 1.436, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva/SC, passa a subdividir-se em 02(duas) Áreas, sendo:

Descrição do Lote "19-A" - 400,00m²
Janice Alves Lopes Bueno

Localização: O imóvel está localizado no lado ímpar da Rua Rufino Mendes de Souza, distante 60,50 metros da esquina com o lado ímpar da Rua Capitão Estevão Furtado, com base no Ponto OPP.

Frente:- 10,00 metros com o Município pela Rua RUFINO MENDES DE SOUZA, lado ímpar;

Fundos:- 10,00 metros com a Matrícula nº 6.968-Papanduva/SC de NATALIO FERNANDES D ANHAIA e outro, Lote 17;

Lado Direito:- 40,00 metros com o Lote "19-B" Desmembrado;

Lado Esquerdo:- 25,00 metros com a Matrícula nº 7.891-Papanduva/SC de ROSELI REVA, Lote 18-B; e 15,00 metros com a Matrícula nº 7.890-Papanduva/SC de LUIS CARLOS KRAJEVSKI, Lote 18-A.

Descrição do Lote "19-B" - 400,00m²

Jucelem Alves Lopes

Localização: O imóvel está localizado no lado ímpar da Rua Rufino Mendes de Souza, distante 70,50 metros da esquina com o lado ímpar da Rua Capitão Estevão Furtado, com base no Ponto OPP, do Loteamento Paulino Furtado de Mello.

Frente:- 10,00 metros com o Município pela Rua RUFINO MENDES DE SOUZA, lado ímpar;

Fundos:- 10,00 metros com a Matrícula nº 6.968-Papanduva/SC de NATALIO FERNANDES D ANHAIA e outro, Lote 17;

Lado Direito:- 40,00 metros com a Matrícula nº 7.022-Itaiópolis/SC, de CARLOS JOSÉ CARVALHO, Lote 22;

Lado Esquerdo:- 40,00 metros com o Lote "19-A" Desmembrado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 14 de novembro de 2014.

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

De acordo:

Orlando Marcelo Vieira Nicolau Zaranski
Procurador Jurídico Diretor Dpto. Tributação

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio - mural de publicações desta Prefeitura Municipal, na mesma data supra.

Fábio José Padilha
Secretário da Administração

EDITAL DE CONCURSO HINO OFICIAL N/ 001-2014 - RESULTADO FINAL

EDITAL DE CONCURSO Nº 001/2014.
RESULTADO FINAL -
HINO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA - SC

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA - SC, torna público aos interessados o RESULTADO da escolha do Hino Oficial do Município.

A Comissão JULGADORA após análise de todas as obras inscritas no Concurso Público Oficial para escolha do HINO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA, chegou ao resultado final com a escolha da obra de número 08(oito), onde se constatou ser do autor EDIVAL OLYNEK.

O Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores a obra para que seja transformada em lei.

Publique-se. Registre-se.

Papanduva, 19 de novembro de 2014.
Dario Schicovski
Prefeito Municipal

LEI N. 2034, DE 20.11.2014 - CANCELA PARTE DA RUA ERNESTO GREINERT

LEI N.º 2034, 20 DE NOVEMBRO DE 2014.
CANCELA PARTE DE PROJETO DE PROLONGAMENTO DE RUA NESTE MUNICÍPIO, CONFORME CONSTA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAPANDUVA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte
LEI

Art. 1º. Fica cancelada parte de Projeto de Prolongamento da Rua Ernesto Greinert, com a área total de 3.535,06 (três mil quinhentos e trinta e cinco metros quadrados), com as seguintes confrontações:

Prolongamento da Rua Ernesto Greinert com área superficial de 3.535,06 (três mil quinhentos e trinta e cinco metros quadrados), partindo da esquina da Rua Antonio Vicente Gonçalves com a Rua Ernesto Greinert, de frente para a Rua Ernesto Greinert, lado ímpar, no Bairro São Cristóvão em Papanduva SC, com as seguintes descrições: A poligonal tem início no marco 0=PP, que faz divisa com a RUA ERNESTO GREINERT, segue com o rumo de 25°19'09"NE e percorre 20.60 m que faz divisa com a RUA ERNESTO GREINERT, até o marco 1, segue com o rumo de 50°50'15"NO e percorre 16.00 m que faz divisa com terras de JADSON FREDERICO, até o marco 2, segue com o rumo de 50°50'15"NO e percorre 128.42 m que faz divisa com terrenos de SÉRGIO HORT, até

o marco 3, segue com o rumo de 69°20'43"NO e percorre 63.00 m que faz divisa com a antiga RUA TENENTE ARY RAUEM, até o marco 4, segue com o rumo de 50°50'15"SE e percorre 178.42 m que faz divisa com terras de SÉRGIO HORT, até o marco 5, segue com o rumo de 50°50'15"SE e percorre 30.67 m que faz divisa com terras de JADSON FREDERICO, até o marco 0=PP, onde teve início esta descrição.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 20 de novembro de 2014.
Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no átrio - mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, na mesma data supra.

Fábio José Padilha
Secretário da Administração

Passos Maia**PREFEITURA****EXTRATO CONTRATO 0094/2014**

EXTRATO CONTRATO n. 0094/2014

PROCESSO LICITATORIO n. 0057/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO n. 0013/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: BANDA PORTAL DO SUL LTDA - ME

Objeto: Tem como objeto presente instrumento contratual a contratação de banda para as comemorações do 23º aniversário do município, que será realizado no dia 28 de novembro de 2014, as 20:00 Horas.

O processo de Dispensa acima mencionado, bem como a proposta da contratada, ficam integrantes ao presente contrato.

Valor: Pelos serviços e produtos a serem prestados, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância de R\$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais)

Vigência: O presente contrato vigorará no dia 28 de novembro de 2014.

Passos Maia, SC, 20 de novembro de 2014.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

Penha**PREFEITURA****CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 01/2014 - FMAS**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 28/11/2014, das 08:00hs às 12:00hs ou das 13:30hrs às 17:30hrs, conforme cláusula 9 do Edital do Processo Seletivo nº 01/2014 - FMAS.

Cargo: ASSISTENTE SOCIAL

Nº INSCRIÇÃO

NOME

2º. - 046

MARA REGINA DA ROCHA COUTINHO

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- c) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- d) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- e) Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- f) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- g) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- h) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- i) Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- j) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal;
- k) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00.
- l) Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- m) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal;
- n) Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- o) Original Atestado de antecedentes criminal Estadual / Federal, passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato; pelo site www.trf4.jus.br;
- p) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- q) Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- r) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- s) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho da Prefeitura Municipal de Penha;
- t) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não-cumprimento dos prazos, a não-apresentação da documentação prevista ou a não-comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 20 de novembro de 2014.
Rafael Celestino
Secretário da Administração

DECRETO Nº 2120

DECRETO Nº 2120/2014

AUTORIZA REAJUSTE DE TARIFAS DE LIXO NO MUNICÍPIO DE PENHA

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º -

As tarifas para coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos domiciliares e de resíduos de saúde ficam reajustadas em 3,21 % (IGPDI), conforme cláusula sexta do contrato nº 14/2007, nos seguintes valores:

- Coleta do lixo – R\$ 1,86 (um real e oitenta e seis centavos);
- Resíduos de saúde – R\$ 19,89 (dezenove reais e oitenta e nove centavos) o kilo.

Art. 2º-

Este Decreto entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 20 de novembro de 2014.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto nesta Secretaria, aos vintes dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

RAFAEL CELESTINO
Secretário da Administração

DECRETO Nº 2121/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2121/2014

EXONERA: o Sr. ALESSANDRO RUBENS DA SILVA, do cargo em comissão de SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, da Secretaria de Planejamento, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 20 de novembro de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

Peritiba

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 141/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº. 76/2014, Pregão Presencial nº. 41/2014.
Objeto: O presente contrato tem por objeto a aquisição de produtos para confecção de Cestas básicas para distribuição aos servidores municipais. Dados do Contrato: Contrato nº 141/2014
Contratado: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CON-CÓRDIA.
CNPJ: 83.573.212/0006-08
Data de Vigência: 19/11/2014 à 31/12/2014
Valor estimado do Contrato: R\$ 3.970,10 (Três mil novecentos e setenta reais e dez centavos).

Município de Peritiba - SC em 19 de Novembro de 2014.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 142/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº. 76/2014, Pregão Presencial nº. 41/2014.
Objeto: O presente contrato tem por objeto a aquisição de produtos para confecção de Cestas básicas para distribuição aos servidores municipais. Dados do Contrato: Contrato nº 142/2014
Contratado: MERCADO POLIANE LTDA.
CNPJ: 00.072.364/0001-48
Data de Vigência: 19/11/2014 à 31/12/2014
Valor estimado do Contrato: R\$ 4.252,85 (Quatro mil duzentos e cinquenta e dois reais e oitenta e cinco centavos).

Município de Peritiba - SC em 19 de Novembro de 2014.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 143/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº. 76/2014, Pregão Presencial nº. 41/2014.
Objeto: O presente contrato tem por objeto a aquisição de produtos para confecção de Cestas básicas para distribuição aos servidores municipais. Dados do Contrato: Contrato nº 143/2014
Contratado: ELOI FRANCISCO BERVIAN & CIA LTDA EPP.
CNPJ: 03.536.050/0001-86
Data de Vigência: 19/11/2014 à 31/12/2014
Valor estimado do Contrato: R\$ 4.164,40 (Quatro mil cento e sessenta e quatro reais e quarenta centavos)

Município de Peritiba - SC em 19 de Novembro de 2014.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 144/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:
Processo Licitatório nº. 77/2014, Pregão Presencial nº. 42/2014.
Objeto: O presente contrato tem por objeto a aquisição de brinquedos para o Centro Educacional Professor José Arlindo Winter e Centro de Educação Infantil Mateus Petter.
Dados do Contrato: Contrato nº 144/2014
Contratado: ALLIEVI & ALLIEVI LTDA.
CNPJ: 74.005.943/0001-43
Data de Vigência: 20/11/2014 à 31/12/2014
Valor estimado do Contrato: R\$ 9.010,10 (Nove mil e dez reais e dez centavos).

Município de Peritiba - SC em 20 de Novembro de 2014.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 145/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:
Processo Licitatório nº. 77/2014, Pregão Presencial nº. 42/2014.
Objeto: O presente contrato tem por objeto a aquisição de brinquedos para o Centro Educacional Professor José Arlindo Winter e Centro de Educação Infantil Mateus Petter.
Dados do Contrato: Contrato nº 145/2014
Contratado: DIDATICA LIVRARIA E PAPELARIA E BRINQUEDOS LTDA ME.
CNPJ: 08.985.825/0001-14
Data de Vigência: 20/11/2014 à 31/12/2014
Valor estimado do Contrato: R\$ 7.365,00 (Sete mil trezentos e sessenta e cinco reais).

Município de Peritiba - SC em 20 de Novembro de 2014.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 146/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:
Processo Licitatório nº. 74/2014, Pregão Presencial nº. 40/2014.
Objeto: O presente contrato tem por objeto a aquisição de material escolar para o ano letivo de 2015.
Dados do Contrato: Contrato nº 147/2014
Contratado: VANCIN INFORMATICA COMERCIO LTDA EPP.
CNPJ: 06.275.370/0001-18
Data de Vigência: 20/11/2014 à 20/02/2015
Valor estimado do Contrato: R\$ 4.636,00 (quatro mil, seiscentos e trinta e seis reais).

Município de Peritiba - SC em 20 de Novembro de 2014.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 148/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:
Processo Licitatório nº. 74/2014, Pregão Presencial nº. 40/2014.
Objeto: O presente contrato tem por objeto a aquisição de material escolar para o ano letivo de 2015.
Dados do Contrato: Contrato nº 148/2014
Contratado: OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME.
CNPJ: 11.499.653/0001-83
Data de Vigência: 20/11/2014 à 20/02/2015
Valor estimado do Contrato: R\$ 3.240,95 (Três mil duzentos e quarenta reais e noventa e cinco centavos).

Município de Peritiba - SC em 20 de Novembro de 2014.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 149/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:
Processo Licitatório nº. 74/2014, Pregão Presencial nº. 40/2014.
Objeto: O presente contrato tem por objeto a aquisição de material escolar para o ano letivo de 2015.
Dados do Contrato: Contrato nº 149/2014
Contratado: COR & ARTE COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA ME.
CNPJ: 05.758.684/0001-09
Data de Vigência: 20/11/2014 à 20/02/2015
Valor estimado do Contrato: R\$ 4.845,00 (Quatro mil oitocentos e quarenta e cinco reais).

Município de Peritiba - SC em 20 de Novembro de 2014.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 150/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:
Processo Licitatório nº. 74/2014, Pregão Presencial nº. 40/2014.
Objeto: O presente contrato tem por objeto a aquisição de material escolar para o ano letivo de 2015.
Dados do Contrato: Contrato nº 150/2014
Contratado: FIPI COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA.
CNPJ: 20.395.388/0001-84
Data de Vigência: 20/11/2014 à 20/02/2015
Valor estimado do Contrato: R\$ 3.600,00 (Três mil e seiscentos reais).

Município de Peritiba - SC em 20 de Novembro de 2014.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 147/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº. 74/2014, Pregão Presencial nº. 40/2014.

Objeto: O presente contrato tem por objeto a aquisição de material escolar para o ano letivo de 2015.

Dados do Contrato: Contrato nº 147/2014

Contratado: VANCIN INFORMATICA COMERCIO LTDA EPP.

CNPJ: 06.275.370/0001-18

Data de Vigência: 20/11/2014 à 20/02/2015

Valor estimado do Contrato: R\$ 4.636,00 (quatro mil, seiscentos e trinta e seis reais).

Município de Peritiba - SC em 20 de Novembro de 2014.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Petrolândia**PREFEITURA****CONTRATO Nº 62/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 48/2014

CONVITE P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 7/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 62/2014

Contrato que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Petrolândia e a empresa RODRIGO PROBST ME, CNPJ nº 13.214.253/0001-00. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA. Data: 21/11/2014. Valor da Aquisição: R\$ 9.200,00.

Joel Longen

Prefeito Municipal.

Pinheiro Preto

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.105, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.105, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.717 de 18 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 1.150,00 (Um mil, cento e cinquenta reais) do Fundo Municipal de Assistência Social de Pinheiro Preto abaixo discriminado;

04 - Fundo de Assistência Social

0401 - Fundo de Assistência Social

0401.08 - Assistência Social

0401.08.244 - Assistência Comunitária

0401.08.244.0801 - Assistência Social Geral

0401.08.244.0801.2026 - Manutenção da Assistência Social Geral

4490-0000- Aplicações Diretas

Fonte 0152

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$1.150,00 (Um mil, cento e cinquenta reais) conforme abaixo discriminado;

04 - Fundo de Assistência Social

0401 - Fundo de Assistência Social

0401.08 - Assistência Social

0401.08.244 - Assistência Comunitária

0401.08.244.0801 - Assistência Social Geral

0401.08.244.0801.2026 - Manutenção da Assistência Social Geral

3390-0000- Aplicações Diretas

Fonte 0152

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO,

18 DE NOVEMBRO DE 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

Município de Pinheiro Preto - SC

RREO - ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO
				No Bimestre (b)	%	Até o bimestre (c)	%	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Receitas Correntes	12.606.124,00	12.606.124,00	13.756.979,46	109,13	13.756.979,46	109,13	-1.150.855,46	
Receita Tributária	12.606.100,00	12.606.100,00	10.948.332,17	86,85	10.948.332,17	86,85	1.657.767,83	
Impostos	578.000,00	578.000,00	478.307,80	82,75	478.307,80	82,75	99.692,20	
Taxas	424.000,00	424.000,00	324.796,43	76,60	324.796,43	76,60	99.203,57	
Contribuição de Melhoria	124.000,00	124.000,00	153.511,37	123,80	153.511,37	123,80	-29.511,37	
Receitas de Contribuições	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	
Contribuições Sociais	482.000,00	482.000,00	447.151,21	92,77	447.151,21	92,77	34.848,79	
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	430.000,00	430.000,00	399.956,35	93,01	399.956,35	93,01	30.043,65	
Receita Patrimonial	339.900,00	339.900,00	640.312,01	188,38	640.312,01	188,38	4.805,14	
Receitas Imobiliárias	2.000,00	2.000,00	650,00	32,50	650,00	32,50	1.350,00	
Receitas de Valores Mobiliários	299.900,00	299.900,00	620.418,94	206,88	620.418,94	206,88	-320.518,94	
Outras Receitas Patrimoniais	38.000,00	38.000,00	19.243,07	50,64	19.243,07	50,64	18.756,93	
Receita Agropecuária	1.000,00	1.000,00	60,00	6,00	60,00	6,00	940,00	
Outras Receitas Agropecuárias	1.000,00	1.000,00	60,00	6,00	60,00	6,00	940,00	
Receita de Serviços	30.000,00	30.000,00	26.158,00	87,19	26.158,00	87,19	3.842,00	
Transferências Correntes	11.014.400,00	11.014.400,00	9.239.668,36	83,89	9.239.668,36	83,89	1.774.731,64	
Transferências Intergovernamentais	10.904.400,00	10.904.400,00	9.062.107,30	83,11	9.062.107,30	83,11	1.842.292,70	
Transferências de Comênios	110.000,00	110.000,00	177.561,06	161,42	177.561,06	161,42	-67.561,06	
Outras Receitas Correntes	160.800,00	160.800,00	116.674,79	72,56	116.674,79	72,56	44.125,21	
Multas e Juros de Mora	22.400,00	22.400,00	14.531,62	64,87	14.531,62	64,87	7.868,38	
Indenizações e Restituições	5.500,00	5.500,00	15.622,71	284,05	15.622,71	284,05	-10.122,71	
Receita da Dívida Ativa	7.500,00	7.500,00	27.892,09	371,89	27.892,09	371,89	-20.392,09	
Receitas Diversas	125.400,00	125.400,00	58.628,37	46,75	58.628,37	46,75	66.771,63	
Receitas de Capital	24,00	24,00	2.808.647,29	11.702,69	2.808.647,29	11.702,69	-2.808.623,29	
Operações de Crédito	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	
Operações de Crédito Internas	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	
Alienação de Bens	0,00	0,00	230.367,14	0,00	230.367,14	0,00	-230.367,14	

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Outubro 2014

Continuação									
RREO - ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)									RS 1,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	98.960,00	0,00	98.960,00	0,00	98.960,00	0,00	-98.960,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	131.407,14	0,00	131.407,14	0,00	131.407,14	0,00	-131.407,14
Transferências de Capital	22,00	22,00	2.578.280,15	11.719,45	2.578.280,15	11.719,45	2.578.280,15	11.719,45	-2.578.258,15
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	28.828,79	0,00	28.828,79	0,00	28.828,79	0,00	-28.828,79
Transferências de Convênios	22,00	22,00	2.549.451,36	11.588,41	2.549.451,36	11.588,41	2.549.451,36	11.588,41	-2.549.429,36
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	817.800,00	817.800,00	550.177,41	67,28	550.177,41	67,28	550.177,41	67,28	267.622,59
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	13.423.924,00	13.423.924,00	14.307.156,87	106,58	14.307.156,87	106,58	14.307.156,87	106,58	-883.232,87
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	13.423.924,00	13.423.924,00	14.307.156,87	106,58	14.307.156,87	106,58	14.307.156,87	106,58	-883.232,87
DÉFICIT (VI)							0,00		
TOTAL (VII) = (V + VI)	13.423.924,00	13.423.924,00	14.307.156,87	106,58	14.307.156,87				
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES(Utilizados para créditos adicionais)							1.385.259,60		
Superavit Financeiro							1.385.259,60		
Reabertura de créditos adicionais							0,00		
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	% (g/f)	(f-g)
DESPESAS (EXCETO INTRA-OR) (VIII)	(d)	(e)	(f)=(d+e)	14.181.418,14	14.181.418,14	12.631.718,66	12.631.718,66	69,99	5.415.399,67
	12.606.124,00	5.440.994,33	18.047.118,33						
Continua 2 / 5									

Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Outubro 2014

Continuação

RREO - ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)	RS 1,00
Despesas Correntes	11.657.500,00
Pessoal e Encargos Sociais	6.032.220,00
Juros e Encargos da Dívida	68.000,00
Outras Despesas Correntes	5.557.280,00
Despesas de Capital	758.824,00
Investimentos	437.824,00
Inversões Financeiras	1.000,00
Amortização da Dívida	320.000,00
Reserva de Contingência	189.800,00
Reserva de Contingência	189.800,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTARIAS) (IX)	817.800,00
SUBTOTAL DESPESAS (X)=(VIII + IX)	13.423.924,00
Amortização Dívida/Refinanciam. (XI)	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00
Dívida Mobiliária	0,00
Outras Dívidas	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00
Dívida Mobiliária	0,00
Outras Dívidas	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	13.423.924,00
SUPERÁVIT (XIII)	0,00
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	13.423.924,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITA REALIZADA			SALDO	
			No Bimestre	%	Até o bimestre	%	
	(a)	(b)	(b/a)	(c/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
RECEITAS	817.800,00	817.800,00	550.177,41	67,28	550.177,41	67,28	267.622,59

Continua 3 / 5

Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Outubro 2014

RREO - ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)		Continuação		RS 1,00	
Receitas correntes intra-orçamentárias		817.800,00	817.800,00	550.177,41	67,28
Receitas de Contribuições		817.800,00	817.800,00	550.177,41	67,28
Contribuições Sociais		817.800,00	817.800,00	550.177,41	67,28
TOTAL		817.800,00	817.800,00	550.177,41	67,28

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (f-g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
Despesa	817.800,00	30.100,00	847.900,00	623.473,13	623.473,13	623.473,13	623.473,13	623.473,13	73,53	224.426,87
Despesas Correntes	817.800,00	30.100,00	847.900,00	623.473,13	623.473,13	623.473,13	623.473,13	623.473,13	73,53	224.426,87
Pessoal e Encargos Sociais	817.800,00	30.100,00	847.900,00	623.473,13	623.473,13	623.473,13	623.473,13	623.473,13	73,53	224.426,87
TOTAL	817.800,00	30.100,00	847.900,00	623.473,13	623.473,13	623.473,13	623.473,13	623.473,13	73,53	224.426,87

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.16.0024) LRF 2014 (04.00.16.0001)
Unidade Responsável: Município de Pinheiro Preto
Data de emissão: 19/11/2014
Hora de emissão: 10:47

Euzebio Calisto Viscell
Prefeito

Simone Rabuske Olivo
Contadora
CRC/SC 031218/09

Sandra R. Paravisi Bressan
Controlador Interno

Continua 4 / 5

Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Outubro 2014

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAM.) (I)	12.606.124,00	18.047.118,33	14.181.418,14	14.181.418,14	12.631.718,66	12.631.718,66	95,30	69,99	5.415.399,67
LEGISLATIVA	566.200,00	559.200,00	339.996,94	339.996,94	339.996,94	339.996,94	2,57	60,80	219.203,06
Ação Legislativa	566.200,00	559.200,00	339.996,94	339.996,94	339.996,94	339.996,94	2,57	60,80	219.203,06
ADMINISTRAÇÃO	1.915.000,00	2.148.681,08	1.904.036,77	1.904.036,77	1.767.973,25	1.767.973,25	13,34	82,28	380.707,83
Administração Geral	1.915.000,00	2.148.681,08	1.904.036,77	1.904.036,77	1.767.973,25	1.767.973,25	13,34	82,28	380.707,83
SEGURANÇA PÚBLICA	47.400,00	206.165,88	51.946,31	51.946,31	51.944,71	51.944,71	0,39	25,20	154.221,17
Policimento	47.400,00	206.165,88	51.946,31	51.946,31	51.944,71	51.944,71	0,39	25,20	154.221,17
Defesa Civil	18.900,00	40.513,08	14.502,20	14.502,20	14.502,20	14.502,20	0,11	35,80	26.010,88
DEFESA CIVIL	18.900,00	40.513,08	14.502,20	14.502,20	14.502,20	14.502,20	0,11	35,80	26.010,88
ASSISTÊNCIA SOCIAL	767.202,00	965.109,86	663.053,50	663.053,50	608.593,78	608.593,78	4,59	63,06	356.516,08
Assistência à Criança e Ao Adolescente	767.202,00	965.109,86	663.053,50	663.053,50	608.593,78	608.593,78	4,59	63,06	356.516,08
Assistência Comunitária	10.000,00	4.500,00	2.029,50	2.029,50	2.029,50	2.029,50	0,02	45,10	2.470,50
PREVIDÊNCIA SOCIAL	757.202,00	960.609,86	661.024,00	661.024,00	606.564,28	606.564,28	4,58	63,14	354.045,58
Assistência Social	757.202,00	960.609,86	661.024,00	661.024,00	606.564,28	606.564,28	4,58	63,14	354.045,58
PREVIDÊNCIA SOCIAL	950.000,00	950.000,00	575.744,94	575.744,94	481.624,66	481.624,66	3,63	50,70	468.375,34
Previdência Do Regime Estatutário	950.000,00	950.000,00	575.744,94	575.744,94	481.624,66	481.624,66	3,63	50,70	468.375,34
SAÚDE	2.625.960,00	3.065.257,15	2.790.910,64	2.790.910,64	2.436.465,52	2.436.465,52	18,38	79,49	628.791,63
Atenção Básica	2.583.659,00	2.974.681,94	2.746.740,73	2.746.740,73	2.399.982,38	2.399.982,38	18,11	80,68	574.699,56
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	7.100,00	7.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.100,00
Vigilância Sanitária	20.200,00	42.319,64	23.325,33	23.325,33	18.688,56	18.688,56	0,14	44,16	23.631,08
Vigilância Epidemiológica	12.000,00	38.154,57	20.844,58	20.844,58	17.794,58	17.794,58	0,13	46,64	20.359,99
Abastecimento	3.001,00	3.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.001,00
EDUCAÇÃO	2.095.628,00	3.863.537,74	3.346.830,28	3.346.830,28	2.809.160,92	2.809.160,92	21,19	72,71	1.054.376,82
Ensino Fundamental	1.842.627,00	3.317.131,61	2.934.678,96	2.934.678,96	2.516.728,27	2.516.728,27	18,99	75,87	800.403,34
Ensino Superior	60.000,00	37.900,00	26.350,00	26.350,00	26.350,00	26.350,00	0,20	69,53	11.550,00
Educação Infantil	172.001,00	488.982,13	366.277,32	366.277,32	249.812,65	249.812,65	1,88	51,09	239.169,48
Educação Especial	21.000,00	19.524,00	19.524,00	19.524,00	16.270,00	16.270,00	0,12	83,33	3.254,00
CULTURA	122.500,00	150.699,00	132.926,16	132.926,16	132.926,16	132.926,16	1,00	88,21	17.772,84
Diffusão Cultural	122.500,00	150.699,00	132.926,16	132.926,16	132.926,16	132.926,16	1,00	88,21	17.772,84
URBANISMO	263.904,00	990.891,48	273.966,17	273.966,17	218.768,88	218.768,88	1,65	22,08	772.122,60
Infra-estrutura Urbana	263.904,00	990.891,48	273.966,17	273.966,17	218.768,88	218.768,88	1,65	22,08	772.122,60
	38.004,00	782.391,48	117.899,60	117.899,60	67.326,31	67.326,31	0,51	8,61	715.065,17

Continua 1 / 4

Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Outubro 2014

Continuação

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a-b)	
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	% (b/a)	
RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										
RS 1,00										
Serviços Urbanos		225.900,00	208.500,00	156.066,57	156.066,57	151.442,57	151.442,57	1,14	72,63	57.057,43
HABITAÇÃO		20.001,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00
Habituação Urbana		20.001,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00
SANEAMENTO		5.001,00	1.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.001,00
Saneamento Básico Urbano		5.001,00	1.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.001,00
GESTÃO AMBIENTAL		3.000,00	3.000,00	2.736,01	2.736,01	2.736,01	2.736,01	0,02	91,20	263,99
Preservação e Conservação Ambiental		3.000,00	3.000,00	2.736,01	2.736,01	2.736,01	2.736,01	0,02	91,20	263,99
AGRICULTURA		558.002,00	698.252,00	543.307,88	543.307,88	517.157,52	517.157,52	3,90	74,06	181.094,48
Extensão Rural		538.000,00	532.000,00	447.618,88	447.618,88	421.468,52	421.468,52	3,18	79,22	110.531,48
Promoção Da Produção Agropecuária		20.002,00	166.252,00	95.689,00	95.689,00	95.689,00	95.689,00	0,72	57,56	70.563,00
INDÚSTRIA		5.001,00	1.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.001,00
Promoção Industrial		5.001,00	1.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.001,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS		10.000,00	10.000,00	9.982,53	9.982,53	9.982,53	9.982,53	0,08	99,83	17,47
Turismo		10.000,00	10.000,00	9.982,53	9.982,53	9.982,53	9.982,53	0,08	99,83	17,47
TRANSPORTE		1.836.524,00	3.549.297,60	3.022.131,06	3.022.131,06	2.737.498,83	2.737.498,83	20,65	77,13	811.798,77
Transporte Rodoviário		1.836.524,00	3.549.297,60	3.022.131,06	3.022.131,06	2.737.498,83	2.737.498,83	20,65	77,13	811.798,77
DESPORTO E LAZER		102.001,00	172.222,54	97.481,10	97.481,10	90.521,10	90.521,10	0,68	52,56	81.701,44
Desporto Comunitário		102.001,00	172.222,54	97.481,10	97.481,10	90.521,10	90.521,10	0,68	52,56	81.701,44
ENCARGOS ESPECIAIS		523.000,00	523.000,00	426.367,85	426.367,85	426.367,85	426.367,85	3,22	81,52	96.632,15
Outros Encargos Especiais		523.000,00	523.000,00	426.367,85	426.367,85	426.367,85	426.367,85	3,22	81,52	96.632,15
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		189.800,00	189.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	189.800,00
Reserva De Contingência		189.800,00	189.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	189.800,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		817.800,00	847.900,00	623.473,13	623.473,13	623.473,13	623.473,13	4,70	73,53	224.426,87
TOTAL (III) = (I + II)		13.423.924,00	18.895.018,33	14.804.891,27	14.804.891,27	13.255.191,79	13.255.191,79	100,00	70,15	5.639.826,54

Continua 2 / 4

Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Outubro 2014

Continuação

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	% (b/a)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	817.800,00	847.900,00	623.473,13	623.473,13	623.473,13	623.473,13	100,00	73,53
LEGISLATIVA	3.800,00	10.800,00	5.423,40	5.423,40	5.423,40	5.423,40	0,87	50,22
Ação Legislativa	3.800,00	10.800,00	5.423,40	5.423,40	5.423,40	5.423,40	0,87	50,22
ADMINISTRAÇÃO	135.000,00	135.000,00	119.377,10	119.377,10	119.377,10	119.377,10	19,15	88,43
Administração Geral	135.000,00	135.000,00	119.377,10	119.377,10	119.377,10	119.377,10	19,15	88,43
ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	8.100,00	2.048,59	2.048,59	2.048,59	2.048,59	0,33	0,00
Assistência Comunitária	0,00	8.100,00	2.048,59	2.048,59	2.048,59	2.048,59	0,33	25,29
SAÚDE	210.000,00	200.000,00	76.347,28	76.347,28	76.347,28	76.347,28	12,25	38,17
Atenção Básica	210.000,00	200.000,00	76.347,28	76.347,28	76.347,28	76.347,28	12,25	38,17
EDUCAÇÃO	254.000,00	279.000,00	232.373,19	232.373,19	232.373,19	232.373,19	37,27	83,29
Ensino Fundamental	219.000,00	244.000,00	210.799,85	210.799,85	210.799,85	210.799,85	33,81	86,39
Educação Infantil	35.000,00	35.000,00	21.573,34	21.573,34	21.573,34	21.573,34	3,46	61,64
AGRICULTURA	50.000,00	50.000,00	48.283,38	48.283,38	48.283,38	48.283,38	7,74	96,57
Extensão Rural	50.000,00	50.000,00	48.283,38	48.283,38	48.283,38	48.283,38	7,74	96,57
TRANSPORTE	165.000,00	165.000,00	139.620,19	139.620,19	139.620,19	139.620,19	22,39	84,62
Transporte Rodoviário	165.000,00	165.000,00	139.620,19	139.620,19	139.620,19	139.620,19	22,39	84,62
TOTAL	817.800,00	847.900,00	623.473,13	623.473,13	623.473,13	623.473,13	100,00	73,53

Continua 3 / 4

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.16.0024) LRF 2014 (04.00.16.0001)
Unidade Responsável: Município de Pinheiro Preto
Data de emissão: 19/11/2014
Hora de emissão: 10:48

Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Outubro 2014

Continuação

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	%	
							% (b/total b)	

Euzebio Calisto Viecelli
Prefeito

Simone Rabuske Olivo
Contadora
CRC/SC 03.12.18/09

Sandra R. Paravisi Bressan
Controlador Interno

Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Novembro/2013 a Outubro/2014

RREO - ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses											
	Novembro/2013	Dezembro/2013	Janeiro/2014	Fevereiro/2014	Março/2014	Abril/2014	Maio/2014					
RECEITAS CORRENTES (I)	1.208.363,43	1.515.059,14	1.314.191,63	1.410.321,57	1.120.116,99	1.291.827,22	1.493.258,66					
Receitas tributárias	28.021,15	28.866,34	21.160,50	33.917,59	28.006,56	26.457,53	150.802,00					
IPPU	1.437,10	1.124,36	0,00	0,00	0,00	3.990,18	42.650,12					
ISS	7.780,96	-715,91	11.455,84	7.009,56	9.981,31	7.061,28	19.366,68					
ITBI	2.530,44	0,00	1.702,27	0,00	2.820,81	878,38	2.550,00					
IRRF	13.008,23	25.167,23	1.700,35	16.012,85	5.806,13	979,19	516,77					
Outras receitas tributárias	3.264,42	3.290,66	6.302,04	10.895,18	9.398,31	13.548,50	85.718,43					
Receita de contribuições	14.981,28	78.578,38	39.189,46	44.098,39	43.265,75	39.396,27	51.338,20					
Receita Patrimonial	29.749,05	22.663,08	27.394,22	98.231,01	55.729,29	72.174,42	81.357,66					
Receita Agropecuária	30,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60,00					
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Receita de Serviços	5.307,00	6.275,00	2.660,00	1.125,00	2.263,00	1.700,00	3.200,00					
Transferências Correntes	1.108.483,36	1.366.869,87	1.212.550,20	1.219.787,95	979.431,69	1.141.796,55	1.195.951,10					
Cota-Parte FPM	490.575,88	505.993,66	594.831,36	635.192,90	376.793,29	430.046,10	573.089,30					
Cota-Parte do ICMS	397.812,48	396.125,55	409.591,17	390.149,91	395.798,33	385.993,45	392.359,40					
Cota-Parte do IPVA	38.450,27	7.075,67	28.655,37	32.092,24	39.846,52	39.668,62	55.040,31					
Cota-Parte do ITR	12,83	6,00	6,15	0,00	0,00	0,00	0,00					
Transferências da LC 87/1996	1.646,59	1.646,59	1.732,46	1.732,46	0,00	1.732,46	1.732,46					
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	6.556,05	5.550,51	5.423,56	5.905,46	6.423,16					
Transferências do FUNDEB	90.273,37	89.807,51	95.559,49	93.346,79	86.166,87	86.818,40	94.928,08					
Outras Transferências correntes	89.711,94	366.214,89	75.618,15	61.723,14	75.403,12	191.632,06	72.378,39					
Outras receitas correntes	21.791,59	11.806,47	11.237,25	13.161,63	10.302,45	10.302,45	10.549,70					
DEDUÇÕES (II)	197.775,80	258.110,50	239.120,45	231.234,57	180.373,60	190.851,14	224.340,22					
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	10.836,85	74.616,42	30.846,18	18.291,17	16.801,48	18.182,09	18.611,51					
Compensação Finan. Entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Dedução de receita para formação do FUNDEB	186.938,95	183.494,08	208.274,27	212.943,40	163.572,12	172.669,05	205.728,71					
RECEITA CORRENTE LIQUIDA (I-II)	1.010.587,63	1.256.948,64	1.075.071,18	1.179.087,00	939.743,39	1.100.976,08	1.268.918,44					

Continua 1 / 3

Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Novembro/2013 a Outubro/2014

Continuação

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses						
	Junho/2014	Julho/2014	Agosto/2014	Setembro/2014	Outubro/2014	Total Últimos 12 Meses	Previsão atualizada 2014
RECEITAS CORRENTES (I)	1.353.830,18	1.183.296,31	1.256.529,21	1.157.564,96	1.187.343,47	15.491.702,77	14.808.700,00
Receitas tributárias	119.140,26	22.925,67	33.353,21	26.258,53	16.285,95	535.195,29	578.000,00
IPTU	4.673,60	379,45	528,49	211,90	106,49	55.101,69	94.000,00
ISS	47.913,09	13.963,20	14.424,78	13.292,14	9.390,41	160.923,34	130.000,00
ITBI	4.180,48	782,00	4.935,78	2.029,59	0,00	22.409,75	60.000,00
IRRF	50.660,79	1.445,68	11.483,69	8.356,01	1.557,14	136.694,06	140.000,00
Outras receitas tributárias	11.712,30	6.355,34	1.980,47	2.368,89	5.231,91	160.066,45	154.000,00
Receita de contribuições	45.638,86	45.157,55	46.093,16	46.030,87	46.942,70	540.710,87	482.000,00
Receita Patrimonial	62.205,20	69.745,05	80.237,08	39.122,97	54.115,11	692.724,14	339.900,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90,00	1.000,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	2.443,91	4.001,09	2.185,00	2.460,00	4.120,00	37.740,00	30.000,00
Transferências Correntes	1.098.591,47	1.031.085,63	1.085.722,21	1.034.547,71	1.060.151,88	13.534.969,62	13.217.000,00
Cota-Parte FPM	429.779,99	369.126,63	448.426,05	393.082,94	371.503,84	5.618.441,94	6.100.000,00
Cota-Parte do ICMS	398.058,20	369.909,48	388.075,69	416.111,99	429.012,05	4.768.997,70	4.400.000,00
Cota-Parte do IPVA	53.120,64	57.759,22	39.786,23	35.905,50	41.903,60	469.304,19	420.000,00
Cota-Parte do ITR	0,00	6,37	0,00	663,04	1.407,66	2.102,05	3.000,00
Transferências da LC 87/1996	1.732,46	1.732,46	1.732,46	1.732,46	1.732,46	18.885,32	26.000,00
Transferências da LC 61/1989	6.117,73	6.284,80	6.478,24	6.096,36	6.528,70	61.364,57	64.000,00
Transferências do FUNDEB	89.833,66	83.183,14	88.980,61	90.806,22	94.874,64	1.084.578,78	1.040.000,00
Outras Transferências correntes	119.948,79	143.083,53	112.242,93	90.149,20	113.188,93	1.511.295,07	1.164.000,00
Outras receitas correntes	25.810,48	10.381,32	8.938,55	9.144,88	5.727,83	150.272,85	160.800,00
DEDUÇÕES (II)	197.272,27	180.648,05	196.547,60	190.509,59	190.013,67	2.476.797,46	2.452.600,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	19.510,65	19.684,44	19.648,04	19.791,33	19.596,24	286.416,40	250.000,00
Compensação Finan. Entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de receita para formação do FUNDEB	177.761,62	160.963,61	176.899,56	170.718,26	170.417,43	2.190.381,06	2.202.600,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	1.156.557,91	1.002.648,26	1.059.981,61	967.055,37	997.329,80	13.014.905,31	12.356.100,00

Nota: Não devem ser consideradas, para fins de apuração da Receita Corrente Líquida, as Receitas Introrçamentárias.

Continua 2 / 3

Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Novembro/2013 a Outubro/2014

Continuação

R\$ 1,00

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.16.0024) LRF 2014 (04.00.16.0001)
Unidade Responsável: Município de Pinheiro Preto
Data de emissão: 19/11/2014
Hora de emissão: 10:50

Euzebio Calisto Viecelli
Prefeito

Simone Rabucke Olivo
Controlador
CRC/SC 031218/09

Sandra R. Paravisi Bressan
Controlador Interno

Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS (FINANCEIRO)
PLANO FINANCEIRO
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Outubro 2014

RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas		
			No Bimestre	Até Bimestre / 2014	Até Bimestre / 2013
RECEITAS PREV. RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAM) (I)	450.000,00	450.000,00	657.132,54	657.132,54	36.024,86
RECEITAS CORRENTES	450.000,00	450.000,00	657.132,54	657.132,54	36.024,86
Receitas de contribuições dos segurados	250.000,00	250.000,00	200.963,13	200.963,13	17.406,91
Pessoal Civil	250.000,00	250.000,00	200.963,13	200.963,13	17.406,91
Ativo	250.000,00	250.000,00	200.963,13	200.963,13	17.406,91
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	120.000,00	120.000,00	428.938,64	428.938,64	13.360,85
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de valores mobiliários	120.000,00	120.000,00	428.938,64	428.938,64	13.360,85
Outras receitas patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras receitas correntes	80.000,00	80.000,00	27.230,77	27.230,77	5.257,10
Compensação previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais receitas correntes	80.000,00	80.000,00	27.230,77	27.230,77	5.257,10
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de bens, direitos e ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREV. RPPS (INTRA-ORÇAM) (II)	817.800,00	817.800,00	550.177,41	550.177,41	26.731,36
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I+II)	1.267.800,00	1.267.800,00	1.207.309,95	1.207.309,95	62.756,22

DESPESAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas liquidadas		
			No Bimestre	Até Bimestre / 2014	Até Bimestre / 2013
DESPESAS PREV. RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAM) (IV)	945.000,00	945.000,00	481.306,66	481.306,66	63.703,46
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA	945.000,00	945.000,00	481.306,66	481.306,66	63.703,46
Pessoal Civil	0,00	0,00	460.902,15	460.902,15	63.703,46
Aposentadorias	0,00	0,00	395.027,42	395.027,42	52.407,26
Pensões	0,00	0,00	65.874,73	65.874,73	11.296,20
Outros Benefícios previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1 / 3

Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS (FINANCEIRO)
PLANO FINANCEIRO
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Outubro 2014

Continuação

Outras despesas previdenciárias	945.000,00	945.000,00	20.404,51	20.404,51	0,00
Compensação prev. do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	945.000,00	945.000,00	20.404,51	20.404,51	0,00
DESPESAS PREV. RPPS (INTRA-ORÇAM) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	945.000,00	945.000,00	481.306,66	481.306,66	63.703,46
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)	322.800,00	322.800,00	726.003,29	726.003,29	-947,24

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas		
			No Bimestre	Até Bimestre / 2014	Até Bimestre / 2013
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	177.800,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	Bimestre anterior	Período de Referência	
		2014	2013
Caixa	0,00	0,00	0,00
Bancos conta movimento	2.855,80 D	7.173,12 D	2.855,80 D
Investimentos	3.960.169,80 D	4.526.228,83 D	3.960.169,80 D
Outros bens e direitos	0,00	0,00	0,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas		
			No Bimestre	Até Bimestre / 2014	Até Bimestre / 2013
RECEITAS CORRENTES (VIII)	817.800,00	817.800,00	550.177,41	550.177,41	26.731,36
Receita de Contribuições	817.800,00	817.800,00	550.177,41	550.177,41	26.731,36
Patronal	817.800,00	817.800,00	547.025,74	547.025,74	26.731,36
Pessoal Civil	817.800,00	817.800,00	547.025,74	547.025,74	26.731,36
Ativo	817.800,00	817.800,00	547.025,74	547.025,74	26.731,36
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para cobertura déficit atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2 / 3

Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS (FINANCEIRO)
PLANO FINANCEIRO
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Outubro 2014

Continuação

Em regime débito e parcelamento	0,00	0,00	3.151,67	3.151,67	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras receitas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS PREV INTRA-ORÇAM - RPPS (XI) = (VIII + IX - X)	817.800,00	817.800,00	550.177,41	550.177,41	26.731,36

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas liquidadas		
			No Bimestre	Até Bimestre / 2014	Até Bimestre / 2013
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAM - RPPS (XIII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.16.0024) LRF 2014 (04.00.16.0001)
Unidade Responsável: Município de Pinheiro Preto
Data de emissão: 19/11/2014
Hora de emissão: 10:51

Euzebio Calisto Vieceli
Prefeito

Simone Rabuske Olivo
Contadora
CRC/SC 031218/O9

Sandra R. Paravisi Bressan
Controle Interno

Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período: Janeiro a Outubro 2014

RREO - ANEXO 05 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2013 (a)	Bimestre Anterior (b)	Bimestre Atual (c)
Dívida Consolidada (I)	666.053,03	666.053,03	414.204,72
Deduções (II)	1.115.738,47	1.115.738,47	3.152.220,67
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.115.738,47	1.115.738,47	3.152.087,03
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	133,64
(-) Restos a pagar processados (Exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida (III = I - II)	-449.685,44	-449.685,44	-2.738.015,95
Receita de Privatizações (IV)		0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	3.925,76
Dívida Fiscal Líquida (VI = III + IV - V)	-449.685,44	-449.685,44	-2.741.941,71

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	-2.292.256,27	-2.292.256,27

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
Meta de resultado nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência	450.000,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/Dez/2013	Bimestre Anterior	Bimestre Atual
Dívida consolidada previdenciária (VII)	1.704.615,31	1.704.615,31	3.750.872,71
Passivo Atuarial	0,00	0,00	3.750.872,71
Demais Dívidas	1.704.615,31	1.704.615,31	0,00
Deduções (VIII)	3.963.025,60	3.963.025,60	4.533.401,95
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.963.025,60	3.963.025,60	7.173,12
Investimentos	0,00	0,00	4.526.228,83
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados	0,00	0,00	0,00
Dívida consolidada líquida previdenciária (IX = VII - VIII)	-2.258.410,29	-2.258.410,29	-782.529,24
Passivos Reconhecidos (X)	0,00	0,00	0,00
Dívida Fiscal Líquida Previdenciária (XI = IX - X)	-2.258.410,29	-2.258.410,29	-782.529,24

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.16.0024) LRF 2014 (04.00.16.0001)
Unidade Responsável: Município de Pinheiro Preto
Data de emissão: 19/11/2014
Hora de emissão: 10:56

Continua 1 / 2

Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período: Janeiro a Outubro 2014

Continuação

RREO - ANEXO 05 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2013 (a)	Bimestre Anterior (b)	Bimestre Atual (c)

Euzebio Calisto Vieceli
Prefeito

Simone Rabuske Olivo
Contadora
CRC/SC 031218/09

Sandra R. Paravisi Bressan
Controle Interno

Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Outubro 2014

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	13.124.000,00	10.878.090,64	10.878.090,64	28.225.076,15
Receitas tributárias	578.000,00	478.307,80	478.307,80	1.437.657,34
IPTU	94.000,00	52.540,23	52.540,23	323.668,79
ISS	130.000,00	153.858,29	153.858,29	275.998,15
ITBI	60.000,00	19.879,31	19.879,31	104.465,78
IRRF	140.000,00	98.518,60	98.518,60	336.694,99
Outras Receitas Tributárias	154.000,00	153.511,37	153.511,37	396.829,63
Receitas de Contribuições	1.299.800,00	997.328,62	997.328,62	1.727.017,11
Receitas Previdenciárias	1.067.800,00	751.140,54	751.140,54	1.617.473,64
Outras Receitas Contribuições	232.000,00	246.188,08	246.188,08	109.543,47
Receita Patrimonial Líquida	40.000,00	19.893,07	19.893,07	87.223,10
Receita patrimonial	339.900,00	640.312,01	640.312,01	628.061,53
(-) Aplicações Financeiras	299.900,00	620.418,94	620.418,94	540.838,43
Transferências Correntes	11.014.400,00	9.239.668,36	9.239.668,36	24.539.690,54
FPM	4.880.000,00	3.697.498,16	3.697.498,16	10.850.892,41
ICMS	3.520.000,00	3.180.048,65	3.180.048,65	8.164.919,38
Convênios	110.000,00	177.561,06	177.561,06	0,00
Outras Transferências Correntes	2.504.400,00	2.184.560,49	2.184.560,49	5.523.878,75
Demais Receitas Correntes	191.800,00	142.892,79	142.892,79	433.488,06
Dívida Ativa	7.500,00	27.892,09	27.892,09	22.094,88
Diversas Receitas Correntes	184.300,00	115.000,70	115.000,70	411.393,18
RECEITAS DE CAPITAL (II)	24,00	2.808.647,29	2.808.647,29	2.553.964,15
Operações de Crédito (III)	2,00	0,00	0,00	456.423,60
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	0,00	230.367,14	230.367,14	638.237,04
Transferências de Capital	22,00	2.578.280,15	2.578.280,15	1.459.303,51
Convênios	22,00	2.549.451,36	2.549.451,36	10.368,00
Outras Transferências de Capital	0,00	28.828,79	28.828,79	1.448.935,51
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II-III-IV-V)	22,00	2.578.280,15	2.578.280,15	1.459.303,51
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I+VI)	13.124.022,00	13.456.370,79	13.456.370,79	29.684.379,66

Continua 1 / 2

Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Outubro 2014

Continuação

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	13.105.911,19	9.946.320,95	9.946.320,95	25.759.317,15
Pessoal e Encargos Sociais	6.746.753,78	5.200.813,72	5.200.813,72	13.164.299,27
Juros e Encargos da Dívida (IX)	68.000,00	61.161,95	61.161,95	171.873,65
Outras despesas Correntes	6.291.157,41	4.684.345,28	4.684.345,28	12.423.144,23
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII-IX)	13.037.911,19	9.885.159,00	9.885.159,00	25.587.443,50
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	5.599.307,14	3.308.870,84	3.308.870,84	3.299.520,95
Investimentos	5.278.807,14	3.056.989,53	3.056.989,53	3.048.186,85
Inversões Financeiras	500,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	-----	0,00	0,00	0,00
Aquis. Títulos Capital já Integralizado (XIII)	-----	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	-----	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	320.000,00	251.881,31	251.881,31	251.334,10
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI-XII-XIII-XIV)	5.279.307,14	3.056.989,53	3.056.989,53	3.048.186,85
Reserva de Contingência (XVI)	189.800,00	-----	-----	-----
Reserva do RPPS (XVII)	0,00	-----	-----	-----
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X+XV+XVI+XVII)	18.507.018,33	12.942.148,53	12.942.148,53	28.635.630,35
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII-XVIII)	-5.382.996,33	514.222,26	514.222,26	1.048.749,31
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-----	-----	1.385.259,60 D	
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL			VALOR CORRENTE	
Meta de resultado primário fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência			88.098,00	

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.16.0024) LRF 2014 (04.00.16.0001)
Unidade Responsável: Município de Pinheiro Preto
Data de emissão: 19/11/2014
Hora de emissão: 10:58

Euzebio Calisto Vieceli
Prefeito

Simone Rabuske Olivo
Contadora
CRC/SC 031218/O9

Sandra R. Paravisi Bressan
Controle Interno

Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Outubro 2014

RREO - ANEXO 07 (LRF, Art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2013				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇ) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.378,83	34.378,83	34.378,83	0,00	0,00
EXECUTIVO											
Município de Pinheiro Preto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.378,83	34.378,83	34.378,83	0,00	0,00
LEGISLATIVO											
Câmara Municipal de Vereadores de Pinheiro Preto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTO) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I +II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.378,83	34.378,83	34.378,83	0,00	0,00

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.16.0024) LRF 2014 (04.00.16.0001)
Unidade Responsável: Município de Pinheiro Preto
Data de emissão: 19/11/2014
Hora de emissão: 10:58

Euzebio Calisto Viecelli
Prefeito

Simone Rabuske Olivo
Contadora
CRC/SC 03.1218/O9

Sandra R. Paravisi Bressan
Controle Interno

Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS E DESPESAS COM MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Outubro 2014

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)= (b/a)x100
1-Receita de impostos	432.700,00	432.700,00	331.009,18	331.009,18	76,50
1.1-Receita resultante do IPTU	101.000,00	101.000,00	58.526,29	58.526,29	57,95
1.1.1-IPTU	94.000,00	94.000,00	52.540,23	52.540,23	55,89
1.1.2-Multas, Juros e outros encargos do IPTU	1.000,00	1.000,00	308,13	308,13	30,81
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU	4.000,00	4.000,00	3.908,97	3.908,97	97,72
1.1.4-Multas, juros, Outros encargos Dívida Ativa do IPTU	2.000,00	2.000,00	1.768,96	1.768,96	88,45
1.1.5-(-) Deduções da Receita do IPTU	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)
1.2-Receita resultante do ITBI	60.000,00	60.000,00	19.879,31	19.879,31	33,13
1.2.1-ITBI	60.000,00	60.000,00	20.120,93	20.120,93	33,53
1.2.2-Multas, Juros e Outros encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5-(-) Deduções da Receita do ITBI	(0,00)	(0,00)	(-241,62)	(-241,62)	(0,00)
1.3-Receita resultante do ISS	131.700,00	131.700,00	154.084,98	154.084,98	117,00
1.3.1-ISS	130.000,00	130.000,00	153.964,05	153.964,05	118,43
1.3.2-Multas, Juros e Outros encargos do ISS	500,00	500,00	193,19	193,19	38,64
1.3.3-Dívida Ativa do ISS	1.000,00	1.000,00	27,00	27,00	2,70
1.3.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ISS	200,00	200,00	6,50	6,50	3,25
1.3.5-(-) Deduções da Receita do ISS	(0,00)	(0,00)	(-105,76)	(-105,76)	(0,00)
1.4-Receita resultante do IRRF	140.000,00	140.000,00	98.518,60	98.518,60	70,37
1.4.1-IRRF	140.000,00	140.000,00	98.518,60	98.518,60	70,37
1.4.2-Multas, Juros e Outros encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5-(-) Deduções da Receita do IRRF	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)
1.5-Receita resultante do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1-ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2-Multas, Juros e Outros encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3-Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5-(-) Deduções da Receita do ITR	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)
2-Receitas de transferências constitucionais e legais	11.013.000,00	11.013.000,00	9.099.750,25	9.099.750,25	82,63
2.1-Cota Parte FPM	6.100.000,00	6.100.000,00	4.621.872,40	4.621.872,40	75,77
2.1.1-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea b	6.100.000,00	6.100.000,00	4.621.872,40	4.621.872,40	75,77
2.1.2-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2-Cota Parte ICMS	4.400.000,00	4.400.000,00	3.975.059,67	3.975.059,67	90,34
2.3-ICMS Desoner. L.C. nº 87/96	26.000,00	26.000,00	15.592,14	15.592,14	59,97
2.4-Cota Parte IPI-Exportação	64.000,00	64.000,00	61.364,57	61.364,57	95,88
2.5-Cota-Parte ITR	3.000,00	3.000,00	2.083,22	2.083,22	69,44
2.6-Cota-Parte IPVA	420.000,00	420.000,00	423.778,25	423.778,25	100,90
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	11.445.700,00	11.445.700,00	9.430.759,43	9.430.759,43	82,40

Continua 1 / 5

Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS E DESPESAS COM MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Outubro 2014

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)= (b/a)x100
4-Receita da aplicação financeira de outros recursos de impostos vinculados ao ensino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5-Transferências do FNDE	180.000,00	180.000,00	162.489,48	162.489,48	90,27
5.1-Transferências do Salário-Educação	110.000,00	110.000,00	98.759,36	98.759,36	89,78
5.2-Transferências Diretas - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3-Transferências Diretas - PNAE	30.000,00	30.000,00	24.032,00	24.032,00	80,11
5.4-Transferências Diretas - PNATE	38.000,00	38.000,00	20.072,29	20.072,29	52,82
5.5-Outras transferências do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6-Aplicações financeiras de recursos do FNDE	2.000,00	2.000,00	19.625,83	19.625,83	981,29
6-Transferências de convênios	110.002,00	110.002,00	1.073.137,27	1.073.137,27	975,56
6.1-Transferências de convênios	110.002,00	110.002,00	1.073.137,27	1.073.137,27	975,56
6.2-Aplicações financeiras dos recursos de convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7-Receita de Operações de créditos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8-Outras receitas para financiamentos do ensino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9-TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO (4+5+6+7+8)	290.002,00	290.002,00	1.235.626,75	1.235.626,75	426,08

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)= (b/a)x100
10-Receitas destinadas ao FUNDEB	2.202.600,00	2.202.600,00	1.819.948,03	1.819.948,03	82,63
10.1-Cota Parte FPM (20% de 2.1.1)	1.220.000,00	1.220.000,00	924.374,24	924.374,24	75,77
10.2-Cota Parte ICMS (20% de 2.2)	880.000,00	880.000,00	795.011,02	795.011,02	90,34
10.3-ICMS Desoneração (20% de 2.3)	5.200,00	5.200,00	3.118,41	3.118,41	59,97
10.4-Cota Parte IPI-Exportação (20% de 2.4)	12.800,00	12.800,00	12.272,91	12.272,91	95,88
10.5-Cota Parte ITR ou ITR destinado Fundeb (20% de (1.5 + 2.5))	600,00	600,00	416,62	416,62	69,44
10.6-Cota Parte IPVA (20% de 2.6)	84.000,00	84.000,00	84.754,83	84.754,83	100,90
11-Receitas recebidas do FUNDEB	1.045.000,00	1.045.000,00	908.863,44	908.863,44	86,97
11.1-Transferências de Recursos do FUNDEB	1.040.000,00	1.040.000,00	904.497,90	904.497,90	86,97
11.2-Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3-Receita de Aplicação Financ. Recursos do FUNDEB	5.000,00	5.000,00	4.365,54	4.365,54	87,31
12-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.162.600,00	-1.162.600,00	-915.450,13	-915.450,13	78,74

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRASNSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) (e/d)x100

Continua 2 / 5

Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS E DESPESAS COM MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Outubro 2014

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)	R\$ 1,00				
13-PAGTO PROFISSIONAIS MAGISTÉRIO	836.000,00	731.000,00	638.114,84	638.114,84	87,29
13.1-Com Educação Infantil	107.000,00	107.000,00	74.378,45	74.378,45	69,51
13.2-Com Ensino Fundamental	729.000,00	624.000,00	563.736,39	563.736,39	90,34
14-OUTRAS DESPESAS	209.000,00	315.932,78	261.982,06	261.982,06	82,92
14.1-Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2-Com Ensino Fundamental	209.000,00	315.932,78	261.982,06	261.982,06	82,92
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)	1.045.000,00	1.046.932,78	900.096,90	900.096,90	85,97

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	Valor
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS SEM DISPON. FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
16.1- FUNDEB 60%	0,00
16.2- FUNDEB 40%	0,00
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	1.932,78
17.1- FUNDEB 60%	0,00
17.2- FUNDEB 40%	1.932,78
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	1.932,78
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18) ¹	898.164,12
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %	70,21
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %	28,61
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %	1,18
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	Valor
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	1.932,78
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²	1.932,78

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)= (b/a)x100
22-Impostos e transf. destinadas à MDE (25% de 3) ³	2.861.425,00	2.861.425,00	2.357.689,86	2.357.689,86	82,40
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) (e/d)x100
23-EDUCAÇÃO INFANTIL	207.001,00	523.982,13	271.385,99	271.385,99	51,79
23.1-Creche	207.001,00	523.982,13	271.385,99	271.385,99	51,79
23.1.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	107.000,00	107.000,00	74.378,45	74.378,45	69,51
23.1.2-Custeadas com outros recursos de impostos	100.001,00	416.982,13	197.007,54	197.007,54	47,25
23.2-Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2-Custeadas com outros recursos de impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24-EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	2.061.627,00	3.561.131,61	2.727.528,12	2.727.528,12	76,59
24.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	938.000,00	939.932,78	825.718,45	825.718,45	87,85
24.2-Custeadas com outros recursos de impostos	1.123.627,00	2.621.198,83	1.901.809,67	1.901.809,67	72,55
25-Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26-Ensino Superior	60.000,00	37.900,00	26.350,00	26.350,00	69,53
27-Ensino Profissional nao integrado ao ensino regular	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28-Outras	21.000,00	19.524,00	16.270,00	16.270,00	83,33

Continua 3 / 5

Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS E DESPESAS COM MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Outubro 2014

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.349.628,00	4.142.537,74	3.041.534,11	3.041.534,11	73,42
-------------------------------------------------------------------------------------	--------------	--------------	--------------	--------------	-------

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	Valor
30-Resultado líquido das transferências do FUNDEB = (12)	-915.450,13
31-Despesas custeadas com a complementação do FUNDEB no exercício	0,00
32-Receita de aplicação financeira dos recursos do FUNDEB até o bimestre = (50h)	4.365,54
33-Despesas custeadas com o superávit financeiro, do exercício anterior, do FUNDEB	1.932,78
34-Despesas custeadas com superávit financeiro, do exercício anterior, de outros recursos impostos	604,75
35-Restos a pagar inscritos no exercício sem dispon financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino ⁴	0,00
36-Cancelamento, no exercício, de restos a pagar inscritos com dispon financ de rec de impostos vinculados ao ensino = (46g)	0,00
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)	-908.547,06
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))	3.907.461,17
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ⁵ ((38) / (3) x 100) %	41,43

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) (e/d)x100
40-Custeadas com aplic finan de outros rec de imposto vinculadas ao ensino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41-Custeadas com contrib social salário-educação	110.500,00	130.583,73	64.743,73	64.743,73	49,58
42-Custeadas com operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43-Custeadas com outras receitas para finan do ensino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44-TOTAL OUTRAS DESPESAS (40+41+42+43)	110.500,00	130.583,73	64.743,73	64.743,73	49,58
45-TOTAL GERAL DESPESAS COM MDE (29+44)	2.460.128,00	4.273.121,47	3.106.277,84	3.106.277,84	72,69

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM (g)
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1-Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2-Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	1.932,78	0,00
48-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	904.497,90	0,00
49-(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	888.964,40	0,00
49.1-Orçamento do Exercício (+ empenhos extras)	888.964,40	0,00
49.2 Restos a Pagar (+ empenhos extras)	0,00	0,00
50-(+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	4.365,54	0,00
51-(=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	21.831,82	0,00

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.16.0024) LRF 2014 (04.00.16.0001)
Unidade Responsável: Município de Pinheiro Preto
Data de emissão: 19/11/2014
Hora de emissão: 10:59

Continua 4 / 5

Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS E DESPESAS COM MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Outubro 2014

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

- 1 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
- 2 Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.
- 3 Caput do art. 212 da CF/1988
- 4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
- 5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Euzebio Calisto Vieceli
Prefeito

Simone Rabuske Olivo
Contadora
CRC/SC 031218/O9

Sandra R. Paravisi Bressan
Controle Interno

Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Outubro/2014

RREO - ANEXO 12 (ADCT, Art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	432.700,00	432.700,00	331.114,94	76,52
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	94.000,00	94.000,00	52.540,23	55,89
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	60.000,00	60.000,00	19.879,31	33,13
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	130.000,00	130.000,00	153.964,05	118,43
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	140.000,00	140.000,00	98.518,60	70,37
Imposto Territorial Ruaral - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos de Impostos	1.500,00	1.500,00	501,32	33,42
Dívida Ativa de Impostos	5.000,00	5.000,00	3.935,97	78,72
Multas e Juros de Mora e Outros Encargos Dívida Ativa	2.200,00	2.200,00	1.775,46	80,70
RECEITAS DE TRANSFÊRENCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	11.013.000,00	11.013.000,00	9.099.750,25	82,63
Cota-parte FPM	6.100.000,00	6.100.000,00	4.621.872,40	75,77
Cota-parte ITR	3.000,00	3.000,00	2.083,22	69,44
Cota-parte do IPVA	420.000,00	420.000,00	423.778,25	100,90
Cota-parte ICMS	4.400.000,00	4.400.000,00	3.975.059,67	90,34
Cota-parte do IPI - Exportação	64.000,00	64.000,00	61.364,57	95,88
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos de Transferências Constitucionais	26.000,00	26.000,00	15.592,14	59,97
Desoneração ICMS (LC 87/96)	26.000,00	26.000,00	15.592,14	59,97
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	11.445.700,00	11.445.700,00	9.430.865,19	82,40

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)x100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	462.004,00	462.004,00	639.443,49	138,41
Proveniente da União	419.002,00	419.002,00	588.819,32	140,53
Proveniente dos Estados	43.002,00	43.002,00	50.624,17	117,73
Proveniente de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADOS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	4.900,00	4.900,00	673,01	13,73
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	466.904,00	466.904,00	640.116,50	137,10

Continua 1 / 4

Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Outubro/2014

Continuação

RREO - ANEXO 12 (ADCT, Art. 77)

R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre	%	Até o Bimestre	%
			(f)	(f/e) x 100	(g)	(g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	2.732.655,00	2.797.950,30	2.484.465,59	88,80	2.273.504,57	81,26
Pessoal e encargos sociais	1.352.000,00	1.342.000,00	1.132.951,16	84,42	1.132.951,16	84,42
Juros e encargos da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	1.380.655,00	1.455.950,30	1.351.514,43	92,83	1.140.553,41	78,34
DESPESAS DE CAPITAL	83.205,00	450.706,85	366.292,33	81,27	222.808,23	49,44
Investimentos	83.205,00	450.706,85	366.292,33	81,27	222.808,23	49,44
Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (IV)	2.815.860,00	3.248.657,15	2.850.757,92	87,75	2.496.312,80	76,84

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre	%	Até o Bimestre	%
			(h)	(h/IVf x 100)	(i)	(i/IVg x 100)
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	464.904,00	886.201,15	701.011,37	24,59	530.377,04	21,25
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	464.904,00	886.201,15	701.011,37	24,59	530.377,04	21,25
Recursos de operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDIVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELAS DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS (V)	464.904,00	886.201,15	701.011,37	24,59	530.377,04	21,25
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.350.956,00	2.362.456,00	2.149.746,55	91,00	1.965.935,76	83,22

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb X 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5 **20,85**

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100] **551.305,98**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2 / 4

Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Outubro/2014

Continuação

RREO - ANEXO 12 (ADCT, Art. 77)					R\$ 1,00
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Anteriores a 2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência	Saldo Final (Não Aplicado)
Inscritos em 2014	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2011	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2010	0,00	0,00	0,00
Anteriores a 2010	0,00	0,00	0,00
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LÍMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência	Saldo Final (Não Aplicado)
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2011	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2010	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2009	0,00	0,00	0,00
Anteriores a 2009	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l)x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m)x 100
Atenção Básica	2.773.559,00	3.158.081,94	2.806.588,01	98,45	2.459.829,66	98,54
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	7.100,00	7.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	20.200,00	42.319,64	23.325,33	0,82	18.688,56	0,75
Vigilância Epidemiológica	12.000,00	38.154,57	20.844,58	0,73	17.794,58	0,71
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 3 / 4

Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Outubro/2014

Continuação

RREO - ANEXO 12 (ADCT, Art. 77)						R\$ 1,00
Outras subfunções	3.001,00	3.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.815.860,00	3.248.657,15	2.850.757,92	100,00	2.496.312,80	100,00

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.16.0024) LRF 2014 (04.00.16.0001)
Unidade Responsável: Município de Pinheiro Preto
Data de emissão: 19/11/2014
Hora de emissão: 11:01

- ¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último
- ² O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- ³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- ⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.
- ⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23da LC 141/2012.

Euzebio Calisto Viecei
Prefeito

Simone Rabuske Olivo
Contadora
CRC/SC 031218/O9

Sandra R. Paravisi Bressan
Controle Interno

Município de Pinheiro Preto - SC

SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Outubro 2014

LRF, Art. 48 - ANEXO 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Jan a Out/2014	Até Out/2014
RECEITAS			
Previsão inicial		-----	13.423.924,00
Previsão atualizada		-----	13.423.924,00
Receitas realizadas		14.307.156,87	14.307.156,87
Déficit Orçamentário		-----	0,00
Saldo de exercicios anteriores (Utilizados para créditos adicionais)		-----	1.385.259,60
DESPESAS			
Dotação Inicial		-----	13.423.924,00
Créditos Adicionais		-----	5.471.094,33
Dotação Atualizada		-----	18.895.018,33
Despesas empenhadas		14.804.891,27	14.804.891,27
Despesas liquidadas		13.255.191,79	13.255.191,79
Superávit Orçamentário		-----	1.051.965,08
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Jan a Out/2014	Até Out/2014
Despesas empenhadas		14.804.891,27	14.804.891,27
Despesas liquidadas		13.255.191,79	13.255.191,79
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até Out/2014
Receita Corrente Líquida			13.014.905,31
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Jan a Out/2014	Até Out/2014
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos			
Receitas previdenciárias realizadas (IV)		1.207.309,95	1.207.309,95
Despesas previdenciárias liquidadas (V)		481.306,66	481.306,66
Resultado previdenciário (VI) = (IV - V)		726.003,29	726.003,29
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o bimestre (b) % em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		450.000,00	-2.292.256,27 -509,39
Resultado Primário		88.098,00	514.222,26 583,69

Continua 1 / 2

Município de Pinheiro Preto - SC

SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Outubro 2014

Continuação

LRF, Art. 48 - ANEXO 14

R\$ 1,00

RESTOS A PAGAR POR PODER	Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	34.378,83	0,00	34.378,83	0,00
Poder Executivo	34.378,83	0,00	34.378,83	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL:	34.378,83	0,00	34.378,83	0,00

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até Out/2014	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até Out/2014
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na MDE	3.907.461,17	25,00	41,43
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	638.114,84	60,00	70,21
Complementação da União ao FUNDEB	0,00	10,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até Out/2014	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até Out/2014
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.965.935,76	0,00	20,85

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas/RCL (%)	

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.16.0024) LRF 2014 (04.00.16.0001)
Unidade Responsável: Município de Pinheiro Preto
Data de emissão: 19/11/2014
Hora de emissão: 11:06

Euzebio Calisto Vieceli
Prefeito

Simone Rabuske Olivo
Contadora
CRC/SC 031218/09

Sandra R. Paravisi Bressan
Controle Interno

Pomerode**PREFEITURA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 393/2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 393/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXT5504	55600612A	27/10/2006	55500	181 * XVIII	85.13
LZB8513	55602039A	13/12/2006	51850	167	127.69
MBF7004	55599830A	24/11/2006	70480	244 * II	191.54
MCV2952	55602046A	17/12/2006	58350	195	127.69
MCV2952	55602047A	17/12/2006	70480	244 * II	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 285/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 285/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZA8748 55600501A 09/07/2005 66370 230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 407/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 407/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ASS0520	55190520B	07/03/2007	66290	230 * VIII
ASS0520	55190519B	07/03/2007	65990	230 * V
CCL4179	55601437A	09/02/2007	69120	232
LYP5951	55601394A	04/02/2007	50450	162 * V
LYP5951	55601396A	04/02/2007	69120	232
LYW3645	55190417B	16/02/2007	51690	165
MCH9214	55190533B	09/03/2007	69120	232
MCM1981	55190831B	10/03/2007	51690	165
MCM1981	55190832B	10/03/2007	73400	252 * IV
MCP6460	55190353B	22/02/2007	50370	162 * III
MCP6460	55190352B	22/02/2007	65990	230 * V
MDT2439	55601909A	14/09/2006	50450	162 * V
MDT2439	55601910A	14/09/2006	65990	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 343/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 343/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
KTH9301	55601802A	10/07/2006	65990	230 * V
LYK0466	55601837A	04/08/2006	67690	230 * XXII
MAC5329	55601377A	04/08/2006	67690	230 * XXII
MAC5329	55601376A	04/08/2006	65560	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 70/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
 DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 70/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BOU0546	55542505	23/06/2000	67690	230 * XXII	85.12
CMG9697	55542285	03/07/2000	73660	252 * VI	85.12
LWT1751	55542559	08/07/2000	65990	230 * V	191.53
LXJ2873	55559429	30/06/2000	54520	181 * VIII	127.69
LXJ3677	55541967	05/07/2000	62380	218 * II * a	127.69
LXV7935	55541964	03/07/2000	62380	218 * II * a	127.69
LYA9916	55542512	27/06/2000	61220	214 * I	191.53
LYC4716	55542513	27/06/2000	60500	208	191.53
LYH4728	55541966	05/07/2000	62380	218 * II * a	127.69
LYT9598	55542506	23/06/2000	72340	250 * I * a	85.12
LZD3553	55541826	24/06/2000	65990	230 * V	191.53
LZD3553	55541826	24/06/2000	50100	162 * I	574.61
LZG3073	55541946	05/07/2000	65990	230 * V	191.53
LZN6703	55541827	24/06/2000	69120	232	53.20
LZY2021	55541947	05/07/2000	54520	181 * VIII	127.69
MAC0334	55542528	04/07/2000	62380	218 * II * a	127.69
MAC0334	55542528	04/07/2000	65990	230 * V	191.53
MAE6609	55542503	23/06/2000	62380	218 * II * a	127.69
MAO4102	55542537	05/07/2000	62380	218 * II * a	127.69
MBC0790	55542504	23/06/2000	62380	218 * II * a	127.69
MBJ2650	55542095	21/06/2000	70480	244 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
 TATIANA LEITE SLOMP
 GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 93/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 93/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AGW5349	54486806A	09/09/2001	65300	228	127.69
LXG4222	54486902A	24/08/2001	69200	233	127.69
LZV8117	54486901A	23/08/2001	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 169/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 169/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEN3928	54487205A	11/03/2003	62380	218 * II * a	127.69
AHU1437	54486327A	12/03/2003	62380	218 * II * a	127.69
BGZ9210	54488270A	16/03/2003	72340	250 * I * a	85.12
BVU3448	54487251A	14/03/2003	54520	181 * VIII	127.69

CSW9963	54486326A	12/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
GKU3378	54487204A	11/03/2003	52070	169					53.20
KGC6003	54488351A	09/03/2003	55680	181	*	XIX			127.69
LXQ2711	54487883A	13/03/2003	69200	233					127.69
LXT4915	54487881A	01/03/2003	70300	244	*	I			191.53
LYC9466	54487252A	14/03/2003	59400	203	*	III			191.53
LYG9578	54488354A	11/03/2003	59670	203	*	V			191.53
LYM1989	54487206A	11/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYO1534	54487884A	15/03/2003	60500	208					191.53
LZD8319	54487203A	11/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZD8319	54487203A	11/03/2003	52070	169					53.20
LZN9252	54488353A	11/03/2003	59670	203	*	V			191.53
MAI2230	54487202A	11/03/2003	52070	169					53.20
MAV2774	54487885A	16/03/2003	70300	244	*	I			191.53
MBV0790	54488269A	11/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCC8539	54488089A	08/03/2003	52740	175					191.53
MCS6779	54488302A	18/03/2003	55250	181	*	XV			85.12
MDB2170	54486329A	12/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDC1191	54488352A	11/03/2003	52070	169					53.20
MDE4444	54488267A	28/02/2003	54870	181	*	XI			127.69
MEL0063	54488402A	17/03/2003	60500	208					191.53
MFE3980	54488268A	28/02/2003	65990	230	*	V			191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 237/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 237/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BSP7285 55600291A 08/08/2004 57380 186 * II

LWR1433 55599917A 16/09/2004 55250 181 * XV
MAL7759 55599918A 17/09/2004 55250 181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 136/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 136/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABT0534	54487901A	02/07/2002	67260	230 * XVIII	127.69
ABT0534	54487901A	02/07/2002	50100	162 * I	574.61
CES0339	54932628A	02/07/2002	60500	208	191.53
ICI4002	54486767A	18/06/2002	65990	230 * V	191.53
IFJ5686	54486768A	04/07/2002	55500	181 * XVIII	85.12
KAD9798	54486495A	26/06/2002	69200	233	127.69
LYR6098	54486404A	05/07/2002	60500	208	191.53
LZI5759	54932627A	02/07/2002	50100	162 * I	574.61
LZI5759	54932627A	02/07/2002	65990	230 * V	191.53
LZT1545	54932629A	03/07/2002	65990	230 * V	191.53
MAD0341	54932684A	04/07/2002	57380	186 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 152/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 152/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWY3476	54486734A	17/11/2002	52070	169	53.20
LXA4445	54486735A	17/11/2002	52070	169	53.20
LYX1624	54488043A	15/11/2002	70300	244 * I	191.53
LYX1624	54488043A	15/11/2002	70480	244 * II	191.53
LZJ4345	54488041A	04/11/2002	51690	165	957.69
LZJ4345	54488040A	04/11/2002	65990	230 * V	191.53
MBK1844	54488044A	20/11/2002	70480	244 * II	191.53
MBP1320	54487879A	09/11/2002	60500	208	191.53
MBZ7448	54486736A	21/11/2002	57380	186 * II	191.53
MCI5542	54488042A	15/11/2002	70480	244 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 138/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 138/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AHV7418	54487860A	14/07/2002	55680	181 * XIX	127.69
BAR0094	54487859A	14/07/2002	55680	181 * XIX	127.69
LWW6033	54487765A	23/07/2002	54520	181 * VIII	127.69
LWW6033	54487765A	23/07/2002	55250	181 * XV	85.12
LXA9826	54932685A	12/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXM3114	54487763A	23/07/2002	51850	167	127.69
LXN0981	54487759A	22/07/2002	55500	181 * XVIII	85.12
LXS9776	54487856A	14/07/2002	55680	181 * XIX	127.69
LYQ9850	54487857A	14/07/2002	55680	181 * XIX	127.69
LYX7967	54486497A	12/07/2002	69200	233	127.69
LZC2573	54487760A	22/07/2002	55250	181 * XV	85.12
LZR5587	54487764A	23/07/2002	50100	162 * I	574.61
LZV3541	54487854A	14/07/2002	55680	181 * XIX	127.69
MBJ2481	54932686A	12/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBR0217	54487858A	14/07/2002	55680	181 * XIX	127.69
MBY5311	54487855A	14/07/2002	55680	181 * XIX	127.69
MCJ8632	54487762A	23/07/2002	51850	167	127.69
MDL6150	54487861A	16/07/2002	60500	208	191.53
MIL1616	54487761A	22/07/2002	60500	208	191.53
MLA0410	54932687A	12/07/2002	50450	162 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 382/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 382/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

BZS0944 55599829A 07/11/2006 60500 208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVENBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 272/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 272/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACH5211	54487011A	08/04/2005	69200	233
AMR0022	55600163A	18/04/2005	69200	233
LWY3591	55601213A	19/04/2005	50450	162 * V
LWY3591	55601213A	19/04/2005	65990	230 * V
LXZ9237	55600385A	06/04/2005	55410	181 * XVII
LYI5538	55601007A	28/04/2005	51850	167
LYR2137	55600407A	17/03/2005	60500	208
LYT6239	55600391A	10/04/2005	51690	165
LZB6247	55600339A	31/03/2005	65990	230 * V
LZB6247	55600338A	31/03/2005	50450	162 * V
LZF7220	55600451A	31/03/2005	50100	162 * I
MAP9404	55600162A	16/04/2005	53980	181 * II
MDI6160	55600661A	24/04/2005	55250	181 * XV
MEK6880	55600654A	20/04/2005	73660	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 425/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 425/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEE2136	55191075B	12/04/2007	65990	230 * V
AEE2136	55191076B	12/04/2007	50450	162 * V
AEE2136	55191077B	12/04/2007	69120	232
AEE2136	55191078B	12/04/2007	65560	230 * I
LWS5602	55190535B	09/03/2007	50100	162 * I
LYC8738	55190534B	09/03/2007	69120	232
MDY6112	55190840B	01/04/2007	50100	162 * I
MDY6112	55190841B	01/04/2007	50610	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 474/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 474/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWV3952	55191513B	19/05/2007	65990	230 * V	191.54
MEF6677	55191245B	22/05/2007	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 496/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 496/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DEH2886	55190743B	30/09/2007	54520	181 * VIII
DHZ6882	55192095B	27/08/2007	55250	181 * XV

MDW9632 55192352B 12/10/2007 70300 244 * I
MFW4444 55192402B 12/10/2007 55680 181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVENBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 494/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 494/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACY0146	55192160B	01/10/2007	69200	233
JXH6080	55191276B	01/10/2007	69120	232
MIM3030	55191495B	13/09/2007	65560	230 * I
MIM3030	55191494B	13/09/2007	65990	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVENBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 481/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 481/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ATA2122	55192000B	07/08/2007	51850	167
MCI5063	55192055B	09/08/2007	51850	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 435/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 435/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LWR9547	55191321B	28/04/2007	65990	230	* V
LWR9547	55191322B	28/04/2007	50610	163	c/c 162 * I
LWR9547	55191323B	28/04/2007	50100	162	* I
LWR9547	55191324B	28/04/2007	66370	230	* IX
LXM6979	55191456B	28/04/2007	52740	175	
LXM6979	55191455B	28/04/2007	51690	165	
MAB5862	55191242B	05/05/2007	66700	230	* XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 234/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 234/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AZY8080	55599587A	28/07/2004	69200	233
BFF6013	54486991A	08/08/2004	60760	210
BOL0085	55599726A	04/08/2004	65990	230 * V
BPM4913	55599912A	06/08/2004	51850	167
FLR2001	55599594A	21/08/2004	70300	244 * I
LWR1778	55599808A	12/08/2004	50100	162 * I
LWU1775	54486990A	04/08/2004	69120	232
LWY2258	55599807A	07/08/2004	60500	208
LXA6492	55599866A	15/08/2004	50100	162 * I
LXA6492	55599866A	15/08/2004	65990	230 * V
LXB2167	54486993A	08/08/2004	57380	186 * II
LXY6974	55599595A	13/08/2004	55760	182 * I
LYQ4824	55599910A	05/08/2004	65990	230 * V
LYQ4824	55599910A	05/08/2004	69120	232
LZB5384	55599727A	12/08/2004	65990	230 * V

LZJ7878	55599966A	06/08/2004	52740	175	
MAM1619	55599962A	18/07/2004	54520	181	* VIII
MAW1533	54486989A	04/08/2004	65990	230	* V
MBK1842	54486986A	04/08/2004	65990	230	* V
MBK8803	55599588A	28/07/2004	51850	167	
MEK7570	54488280A	13/08/2004	70300	244	* I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 443/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 443/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFJ4120	55190221B	11/04/2007	73660	252 * VI
BPJ9833	55190709B	19/04/2007	60500	208
CXC8757	55191618B	17/05/2007	53800	181 * I
DHV4029	55191183B	17/04/2007	74550	218 * I
LWS9929	55191105B	25/04/2007	74550	218 * I
LXH2021	55191403B	24/04/2007	55250	181 * XV
LZT6034	55601985A	04/05/2007	51850	167
MBH4719	55191090B	17/04/2007	74550	218 * I
MCS3757	55191177B	13/04/2007	51850	167
MDL6807	55191009B	10/05/2007	60760	210
MDL6807	55191008B	10/05/2007	58350	195
MEW1771	55190632B	02/05/2007	72340	250 * I * a
MFY5570	55191153B	05/04/2007	60500	208
MGN3910	55191169B	13/04/2007	53800	181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

LEI ORDINÁRIA Nº 2.671, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.671, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

REVOGA A LEI Nº 2.609 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 2.609 de 19 de dezembro de 2013, que "REVOGA A LEI Nº 2.609 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Art. 2º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 20 de novembro de 2014.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 2.672, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.672, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONTRATO de comodato DE VEÍCULO TRATOR COM O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza o Executivo Municipal a celebrar CONTRATO DE COMODATO com o SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, objetivando a cessão por parte do Município de Pomerode, de um TRATOR DE PNEUS/RETRO ESCAVADEIRA, M.A./CASE 580 H, DIESEL, ANO MODELO 1995, CATEGORIA OFICIAL, COR AMARELA, PLACA MAP - 3224, CHASSI JHF 0007763, na forma e nas condições constantes da Minuta do CONTRATO DE COMODATO, em anexo, parte integrante da presente Lei.

Art. 2º O Contrato de Comodato, autorizado pela presente lei, terá a vigência pelo prazo de 5 (cinco) anos, podendo ser modificado através de Termo Aditivo, renovado, prorrogado ou rescindido antecipadamente, mediante acordo entre as partes contratantes.

Art. 3º Com a cessão do TRATOR ao SAMAE, ficará este responsável pela manutenção, respondendo o Presidente da Autarquia, quando não informado o condutor/operador, pelas infrações de trânsito que eventualmente recaírem sobre os mesmos.

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 20 de novembro de 2014.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

CONTRATO DE COMODATO

Pelo presente instrumento de COMODATO, de um lado o MUNICÍPIO DE POMERODE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.251/0001-04, com sede à Rua Quinze de Novembro, nº 525 - Centro - Pomerode - SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ROLF NICOLODELLI, doravante denominado simplesmente de COMODANTE, e de outro lado, o SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 85.461.804/0001-40, com sede à Avenida 21 de Janeiro, nº 1725 - Centro - Pomerode (SC), representado por seu Presidente, Sr. MÁRCIO SCHEIDEMANTEL, doravante denominado de COMODATÁRIO, resolvem de pleno e comum acordo, celebrar o presente CONTRATO DE COMODATO devidamente autorizado pela Lei nº 2672 de 20 de NOVEMBRO de 2014, nos termos e condições adiante elencados:

1) O COMODANTE é proprietário do TRATOR DE PNEUS/RETRO ESCAVADEIRA, M.A./CASE 580 H, DIESEL, ANO MODELO 1995, CATEGORIA OFICIAL, COR AMARELA, PLACA MAP - 3224, CHASSI JHF 0007763.

2) O COMODANTE cede o trator mencionados no item "1" ao COMODATÁRIO, para a utilização junto a USINA DE RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS.

3) O COMODATÁRIO recebe o TRATOR nas condições em que se encontra, devendo promover sua reforma, quando necessário, para atender a sua finalidade.

4) As despesas de reforma do TRATOR, sua manutenção e licenciamento serão suportadas pelo COMODATÁRIO, bem como, as despesas relativas a seguros, multas de trânsito e as decorrentes da responsabilidade civil.

5) O prazo do presente CONTRATO DE COMODATO é de 5 (cinco) anos, contados da data da assinatura do presente instrumento, podendo ser renovado e prorrogado se houver interesse das partes.

6) Em caso de rescisão antecipada do presente CONTRATO DE COMODATO, a parte interessada deverá notificar a outra com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente CONTRATO DE COMODATO em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

MUNICÍPIO DE POMERODE, 20 de NOVEMBRO de 2014.

ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal
Comodante

MÁRCIO SCHEIDEMANTEL
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
Comodatário

Testemunhas:

CPF nº _____

CPF nº _____

LEI ORDINÁRIA Nº 2.673, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.673, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.
CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL AO GRUPO FOLCLÓRICO ALPEN'BACH DE POMERODE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder, a título de subvenção social no exercício financeiro de 2014, ao Grupo Folclórico Alpen'Bach de Pomerode, inscrito no CNPJ sob nº 04.601.606/0001-33, com sede à Rua XV de Novembro, 2430, Pomerode/SC, no valor de até R\$ 3.360,00 (Três Mil e Trezentos e Sessenta Reais).

Parágrafo Único. Os recursos financeiros de que trata o caput, deste artigo, destinam-se, à cobertura de despesas com manutenção das atividades da entidade, objetivando, a prestação de serviços culturais à comunidade pomerodense.

Art. 2º O Grupo Folclórico Alpen'Bach de Pomerode, para recebimento e prestação de contas dos recursos financeiros, de que trata o artigo anterior, submete-se à legislação pertinente em vigor.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento em vigor.

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 20 de novembro de 2014.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 2.674, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.674, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.
DÁ DENOMINAÇÃO DE HILBERT FISCHER PARA O AMBULATÓRIO DA MEDICINA DO TRABALHO.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada como AMBULATÓRIO DA MEDICINA DO TRABALHO HILBERT FISCHER o ambulatório implantado nos fundos da Prefeitura Municipal, junto ao prédio da UEJA(Unidade de Educação de Jovens e Adultos) .

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 20 de novembro de 2014.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 2.675, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.675, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.
DÁ DENOMINAÇÃO DE INVALID SELL PARA A PONTE LOCALIZADA NA RUA RODOLFO SELL.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada como PONTE INVALID SELL, a ponte localizada na rua Rodolfo Sell em Pomerode Fundos, neste Município.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 20 de novembro de 2014.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 2.676, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.676, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DAS FARMÁCIAS, DROGARIAS E UNIDADES DE SAÚDE DISPONIBILIZAR AO PÚBLICO A LISTA DE MEDICAMENTOS GRATUITOS E DAS FARMÁCIAS CONVENIADAS PARA AQUISIÇÃO.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Art. 1º - As farmácias, drogarias e as unidades de saúde conveniadas com o projeto Farmácia Popular, estabelecidas no Município deverão disponibilizar aos clientes e usuários, em seus estabelecimentos, a lista dos remédios gratuitos e os descontos especiais oferecidos pelo projeto Farmácia Popular, bem como das farmácias conveniadas para sua aquisição.

Art. 2º. As empresas e entidades mencionadas no artigo anterior deverão disponibilizar a lista em seus estabelecimentos, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da vigência desta Lei.

Art.3º. Os estabelecimentos mencionados no artigo 1º desta Lei deverão expor na parte externa de seus estabelecimentos, e de forma facilmente visível, placa ou similar informativa que integram o projeto Farmácia Popular.

Art. 4º. A Secretaria de Saúde deverá distribuir a lista informativa mencionada no art. 1º à população, através das Agentes de Saúde.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 20 de novembro de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 2.677, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.677, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.
DÁ DENOMINAÇÃO DE RUA ONDINA PINTO PARA A VIA PÚBLICA TRANSVERSAL DA RUA GUARAMIRIM.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada como RUA ONDINA PINTO a via pública que se localiza no lado ímpar da rua Guaramirim, no Centro de Pomerode, que dista cerca de 273,00 m da esquina das ruas Guaramirim com Luíz Abry, partindo do lado ímpar daquela, com a extensão de 61,66 m tendo as coordenadas WGS 84(S) 26º 43'15,48 (W) 49º 10' 18,50".

Art. 2º. A via ora denominada atende todos os requisitos exigidos pelo artigo 309 da Lei Complementar Municipal 162 de 12 dezembro de 2008, pelo que fica o Executivo Municipal autorizado a promover a sua identificação oficial, nos termos do Laudo de Vistoria emitido pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento da Cidade.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Município de Pomerode, 20 de novembro de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Ponte Serrada**PREFEITURA****DECRETO 609/2014**

DECRETO Nº 609/2014, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Artigo 7º da Lei Municipal nº. 2.183, de 11 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 195.900,00 (Cento e Noventa e Cinco Mil e Novecentos Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 01 GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO

01.122.201.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recursos: 00.03.00 - 86 - APLICAÇÕES DIRETAS - Valor: R\$ 5.000,00

Órgão: 02 SECRETARIA DE ADM. FAZENDA. IND. COM. E TURISMO

02.122.402.2.003 - Manutenção da Secretaria da Adm. Fazenda Id. Com. E Turismo

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recursos: 00.03.00 - 87 - APLICAÇÕES DIRETAS - Valor: R\$ 40.000,00

Órgão: 03 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

12.368.1201.2.012 - Manutenção da Educação Básica

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recursos: 00.03.00 - 90 - APLICAÇÕES DIRETAS - Valor: R\$ 10.000,00

12.368.1201.2.014 - Manutenção do Transporte Escolar

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recursos: 00.03.00 - 91 - APLICAÇÕES DIRETAS - Valor: R\$ 30.000,00

12.368.1201.2.015 - Manutenção da Educação Básica

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recursos: 00.03.00 - 92 - APLICAÇÕES DIRETAS - Valor: R\$ 5.900,00

Órgão: 04 SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS

02.122.402.2.003 - Manutenção da Secretaria De Transportes, Obras e Serviços

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recursos: 00.03.00 - 84 - APLICAÇÕES DIRETAS - Valor: R\$ 40.000,00

Órgão: 05 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

20.606.201.2.021 - Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recursos: 00.03.00 - 93 - APLICAÇÕES DIRETAS - Valor: R\$ 30.000,00

Órgão: 07 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

28.846.201.2.026 - Pagamento Encargos Gerais do Município

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recursos: 00.03.00 - 94 - APLICAÇÕES DIRETAS - Valor: R\$ 35.000,00

Art. 2º. Para cobertura da suplementação de que trata o art. 1º serão utilizados recursos no valor de R\$ 195.900,00 (Cento e Noventa e Cinco Mil e Novecentos Reais), provenientes do Superávit Financeiro apurado no Exercício de 2013, da Fonte de Recursos 00.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 24 DE OUTUBRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada na data supra, na forma da lei.

DECRETO 610/2014

DECRETO Nº 610/2014, DE 28 DE OUTUBRO DE 2014.
"REDUZ LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica reduzida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. MAIELI APARECIDA LAMP, Matrícula 5930, ocupante do cargo de MONITORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - O pedido de prorrogação apresentado não foi reconhecido o direito ao benefício, tendo em vista que não foi constatada em exame realizado pela perícia médica do INSS incapacidade para sua atividade, conforme comunicado de decisão em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 28 DE OUTUBRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 612/2014

DECRETO Nº 612/2014, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e art. 7º da Lei Municipal nº. 2.183, de 11 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 63.600,00 (Sessenta e Três Mil Reais e Seiscentos Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

12.368.1201.2.014 - Manutenção do Transporte Escolar

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recursos: 00.01.22 - 35 - APLICAÇÕES DIRETAS - Valor: R\$ 63.600,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto pelo artigo 1º: serão utilizados recursos do Excesso de Arrecadação apurado no exercício, Proveniente do Repasse do Convênio nº firmado com a Secretaria de Estado da Educação, referente ao Transporte Escolar.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 30 DE OUTUBRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada na data supra, na forma da lei.

DECRETO 613/2014

DECRETO Nº 613/2014, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Artigo 10 da Lei Municipal nº. 2.183, de 11 de dezembro de 2013,

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional espécie Suplementar no orçamento do exercício de 2014 no valor de até R\$ 957.437,47 (Novecentos e Cinquenta e Sete Mil, Quatrocentos e Trinta e Sete Reais e Quarenta e Sete Centavos) destinados a suplementar as seguintes dotações orçamentárias:
Órgão: 03 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

12.368.1201.2.013 - Manutenção do Fundeb da Educação Básica
Modalidade de Aplicação: 31900000

Fonte de Recursos: 00.01.18 - 29 - APLICAÇÕES DIRETAS - Valor: R\$ 900.328,60

Fonte de Recursos: 00.01.19 - 30 - APLICAÇÕES DIRETAS - Valor: R\$ 57.108,87

Art. 2º. Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação no valor de R\$ 957.437,47 (Novecentos e Cinquenta e Sete Mil, Quatrocentos e Trinta e sete Reais e Quarenta e Sete Centavos) das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 03 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

12.368.1201.2.013 - Manutenção do Fundeb da Educação Básica
Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recursos: 00.01.19 - 31 - APLICAÇÕES DIRETAS - Valor: R\$ 900.328,60

Modalidade de Aplicação: 44900000

Fonte de Recursos: 00.01.19 - 32 - APLICAÇÕES DIRETAS - Valor: R\$ 57.108,87

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA EM 30 DE OUTUBRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada na data supra, na forma da lei.

DECRETO 614/2014

DECRETO Nº 614/2014, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida licença gestação a Funcionária Pública Municipal Sra. MARISTELA RIBEIRO FLICHI, Matrícula 6279, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 44:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, conforme atestado médico em anexo, a contar do dia 23 de Outubro de 2014.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 615/2014

DECRETO Nº 615/2014, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. NEUZA ANTONIA CORDEIRO, Matrícula 756, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 44:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O período do atestado médico é por tempo indeterminado, a contar do dia de 22 de setembro de 2014, sendo que o mesmo foi apresentado no dia 24 de outubro de 2014, conforme cópia em anexo, sendo que a data da licença para tratamento poderá ser prorrogada ou reduzida conforme decisão da perícia médica a ser realizada pelo INSS.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 616/2014

DECRETO Nº 616/2014, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias ao Servidor Público Municipal Sr. JOSE OLIVO VANZIN, Matrícula 5908, ocupante do cargo de MOTORISTA (40:00 horas semanais), lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013, para serem gozadas de 04 de novembro de 2014 a 03 de dezembro de 2014.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 617/2014

DECRETO Nº 617/2014, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias ao Servidor Público Municipal Sr. LUIZ SARAIVA PERES, Matrícula 1180, ocupante do cargo de MÉDICO (40:00 horas semanais), lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 02 de junho de 2013 a 01 de junho de 2014 para serem gozadas de 08 de dezembro de 2014 a 06 de janeiro de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 618/2014

DECRETO Nº 618/2014, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. DAIANE LUZIA TOBIAS, Matrícula 6237, ocupante do cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 20 (vinte) dias, a contar do dia de hoje, conforme cópia em anexo, sendo que a data da licença para tratamento poderá ser prorrogada ou reduzida conforme decisão da perícia médica a ser realizada pelo INSS.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 619/2014

DECRETO Nº 619/2014, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. VIVIANE DANDOLINI DE SOUZA, Matrícula 1575, ocupante do cargo em comissão de ASSISTENTE, com 44:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 30 (trinta) dias, a contar do dia de 29 de outubro de 2014, conforme cópia em anexo, sendo que a data da licença para tratamento poderá ser prorrogada ou reduzida conforme decisão da perícia médica a ser realizada pelo INSS.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 620/2014

DECRETO Nº 620/2014, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

"NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO a classificação obtida no Concurso Público nº 001/2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado a partir do dia 10 de novembro de 2014, em razão de aprovação em concurso público, o Sr. ARILDO ANTONIO AMADORI, portador do RG n. 1.694.260 e do CPF n. 543.892.959-87, para exercer o cargo efetivo de MOTORISTA DE AMBULANCIA, Nível "61", Referência "A", com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para atuar junto ao SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta da dotação própria consignada no orçamento vigente e futuros.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 622/2014

DECRETO Nº 622/2014, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.
"PRORROGA LIÇENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal Interino de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Público Municipal Srª. ZELI APARECIDA DAMACENO, Matrícula 6190, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 44:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O benefício foi concedido até o dia 31 de janeiro de 2015, podendo ainda a servidora, se sentir incapaz para retornar as suas atividades, requerer novo exame medico pericial, mediante formalização de outro pedido de prorrogação. .

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE NOVEMBRO DE 2014.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 624/2014

DECRETO Nº 624/2014, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.
"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. CHEILA CORONETTI, Matrícula 6142, ocupante do cargo em comissão de ASSESSORA (44:00 horas semanais), lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, por um período de 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo de 11 de julho de 2013 a 10 de julho de 2014, e que serão gozadas de 05 de dezembro de 2014 a 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE NOVEMBRO DE 2014.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 626/2014

DECRETO Nº 626/2014, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.
"DISPÕE SOBRE NOVA LOTAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO a necessidade de o município transferir o local de trabalho de alguns de seus servidores, com vistas a atender ao interesse público, sobretudo no tocante à excelência na prestação dos serviços de responsabilidade do ente público,

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado que a servidora GIOVANA VRUBLIESCKI VICENSI ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, passará a ser lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 12 DE NOVEMBRO DE 2014.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 627/2014

DECRETO Nº 627/2014, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.
"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"
EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Art. 10 da Lei Municipal nº. 2.183, de 11 de dezembro de 2013,

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional espécie Suplementar no orçamento do exercício de 2014 no valor de até R\$ 52.415,75 (Cinquenta e Dois Mil Quatrocentos e Quinze Reais e Setenta e Cinco Centavos) destinados a suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 02.00 - SECRETARIA DE ADM. FAZENDA IND. COM. E TURISMO

04.122.0402.2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração, Fazenda, Indústria, Comércio e Turismo

Modalidade de Aplicação: 31900000

Fonte de Recursos: 00.01.0000 - 7 - APLICAÇÕES DIRETAS - Valor: R\$ 11.159,75

Órgão: 03 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

12.368.1201.2.014 - Manutenção do Transporte Escolar da Educação Básica

Modalidade de Aplicação: 31900000

Fonte de Recursos: 00.01.0000 - 34 - APLICAÇÕES DIRETAS - Valor: R\$ 20.000,00

12.368.1201.2.015 - Manutenção do Transporte Escolar da Educação Básica

Modalidade de Aplicação: 31900000

Fonte de Recursos: 00.01.0000 - 41 - APLICAÇÕES DIRETAS - Valor: R\$ 2.000,00

Órgão: 04.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS
26.782.1501.2.020 - Manutenção da Secretaria de transportes, Obras e Serviços
Modalidade de Aplicação: 31900000
Fonte de Recursos: 00.01.0000 - 49 - APLICAÇÕES DIRETAS - Valor: R\$ 6.500,00
26.782.1501.2.023 - Manutenção dos Serviços de Utilidade Pública
Modalidade de Aplicação: 31900000
Fonte de Recursos: 00.01.0000 - 49 - APLICAÇÕES DIRETAS - Valor: R\$ 6.000,00

Órgão: 06.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0801.2.034 - Manutenção do Conselho Tutelar
Modalidade de Aplicação: 31900000
Fonte de Recursos: 00.01.0000 - 55 - APLICAÇÕES DIRETAS - Valor: R\$ 6.756,00

Art. 2º. Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação no valor de R\$ R\$ 52.415,75 (Cinquenta e Dois Mil Quatrocentos e Quinze Reais e Setenta e Cinco Centavos) das seguintes dotações orçamentárias:
Órgão: 02.00 - SECRETARIA DE ADM. FAZENDA IND. COM. E TURISMO
04.122.0402.2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração, Fazenda, Indústria, Comércio e Turismo
Modalidade de Aplicação: 31900000
Fonte de Recursos: 00.01.0000 - 5 - APLICAÇÕES DIRETAS - Valor: R\$ 552,00
Fonte de Recursos: 00.01.0000 - 6 - APLICAÇÕES DIRETAS - Valor: R\$ 10.000,00
Fonte de Recursos: 00.01.0000 - 8 - APLICAÇÕES DIRETAS - Valor: R\$ 607,75

Órgão: 03 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
12.368.1201.2.014 - Manutenção do Transporte Escolar da Educação Básica
Modalidade de Aplicação: 31900000
Fonte de Recursos: 00.01.0000 - 38 - APLICAÇÕES DIRETAS - Valor: R\$ 20.000,00
12.368.1201.2.015 - Manutenção do Transporte Escolar da Educação Básica
Modalidade de Aplicação: 31900000
Fonte de Recursos: 00.01.0000 - 42 - APLICAÇÕES DIRETAS - Valor: R\$ 2.000,00

Órgão: 04.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS
26.782.1501.2.020 - Manutenção da Secretaria de transportes, Obras e Serviços
Modalidade de Aplicação: 31900000
Fonte de Recursos: 00.01.0000 - 51 - APLICAÇÕES DIRETAS - Valor: R\$ 6.500,00
26.782.1501.2.023 - Manutenção dos Serviços de Utilidade Pública
Modalidade de Aplicação: 31900000
Fonte de Recursos: 00.01.0000 - 47 - APLICAÇÕES DIRETAS - Valor: R\$ 6.000,00

Órgão: 06.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0801.2.034 - Manutenção do Conselho Tutelar
Modalidade de Aplicação: 31900000
Fonte de Recursos: 00.01.0000 - 56 - APLICAÇÕES DIRETAS - Valor: R\$ 6.756,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2014.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra, na forma da lei.

DECRETO 628/2014

DECRETO Nº 628/2012, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.
"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 e Art. 10º da Lei Municipal nº. 2.183, de 11 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 130.000,00 (Cento e Trinta Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02.00 - SECRETARIA DE ADM. FAZENDA IND. COM. E TURISMO
04.122.0402.2.003 - Manutenção da Secretaria de Administ. Fazenda, Industria Com. e Turismo
Modalidade de Aplicação: 33900000
Fonte de Recursos: 00.03.0000 - 87 - APLICAÇÕES DIRETAS - Valor: R\$ 64.000,00

Órgão: 03 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
12.368.1201.2.011 - Manutenção da Merenda Escolar
Modalidade de Aplicação: 33900000
Fonte de Recursos: 00.03.0000 - 89 - APLICAÇÕES DIRETAS - Valor: R\$ 40.000,00
12.368.1201.2.019 - Manutenção das Ações e Projetos Culturais
Modalidade de Aplicação: 33900000
Fonte de Recursos: 00.03.0000 - 95 - APLICAÇÕES DIRETAS - Valor: R\$ 26.000,00

Art. 2º. Para cobertura da suplementação de que trata o art. 1º serão utilizados recursos no valor de R\$ 130.000,00 (Cento e Trinta Mil Reais), provenientes do Superávit Financeiro apurado no Exercício de 2013, da Fonte de Recursos 0000.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 12 DE NOVEMBRO DE 2014.
EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada na data supra, na forma da lei.

DECRETO 631/2014

DECRETO Nº 631/2014, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.
"PRORROGA LIÇENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. CLEONICE VIEIRA DOS SANTOS, Matrícula 1421, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O pedido de prorrogação do benefício nº. 6039674842 foi indeferido, sendo que foi interposto o pedido de reconsideração do pedido agendado para o dia 05 de dezembro de 2014.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 12 DE NOVEMBRO DE 2014.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 641/2014

DECRETO Nº 641/2014, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.
"REDUZ LIÇENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica reduzida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. JUCELI CAMARGO DOS SANTOS VIEIRA, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O benefício foi concedido até o dia 31 de dezembro de 2014, conforme comunicado de decisão em anexo, podendo ainda a servidora se considerar incapacitado para o trabalho, requerer novo exame medico pericial, mediante formalização pedido de prorrogação.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE NOVEMBRO DE 2014.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 638/2014

DECRETO Nº 638/2014, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.
"PRORROGA LIÇENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. MARISTELA MARIA SANTIN LUVISON, Matrícula 5822, ocupante do cargo de PROFESSORA, com 40:00 horas semanais, sendo 20:00 horas efetiva e 20:00 horas contratada lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O benefício foi concedido até o dia 15 de dezembro de 2014, podendo a servidora se sentir incapaz para retornar as suas atividades, requerer novo exame medico pericial.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE NOVEMBRO DE 2014.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

Porto Belo**PREFEITURA****LEI MUNICIPAL Nº 2.224, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.**

LEI MUNICIPAL Nº 2.224, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.
AUTORIZA O MUNICÍPIO DE PORTO BELO E CEDER EQUIPAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que submete a apreciação da Câmara Municipal de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º - Autoriza o Município de Porto Belo a ceder maquinário para nivelar o imóvel localizado a Avenida Governador Celso Ramos 740, com cadastro imobiliário/inscrição 4177/01.03.114.0289.001.0 de propriedade de Casa da Água Materiais de Construção Ltda.

Parágrafo Único - O imóvel descrito no artigo 1º será contratado pela Associação dos Proprietários de Vans, Ônibus e Micro Ônibus de Porto Belo e será disponibilizado gratuitamente através de convênio ao Município de Porto Belo para estacionamento de ônibus e veículos de carga pesada que terão seu trânsito limitado durante a temporada de verão.

Art. 2º - Fica o Município de Porto Belo autorizado a ceder banheiros móveis para utilização no estacionamento.

Art. 3º - As despesas desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 20 dias do mês de novembro de 2014

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

Porto União**PREFEITURA****PORTARIA Nº 034/2014**

PORTARIA Nº 034, de 18 de novembro de 2014.

Nomeia Comissão Especial para os fins que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Especial com a finalidade específica de analisar o software a ser apresentado pelos proponentes do Processo Licitatório nº 030/2014 - FAS - Tomada de Preços nº 004/2014, a fim de garantir a sua completa conformidade com o descrito no Edital do referido Processo.

Art. 2º Designar, como membros da Comissão:

I- Deividson Luiz Okopnik - Presidente;

II- Graciele Carla Bordignon Rodrigues - Secretária;

III- Neusa Lucia Benoni - Membro;

IV- Luciana Cristina Kauva - Membro;

V- Arlene Alves Daubermann Padilha - Membro.

Art. 3º O prazo para a conclusão dos trabalhos será de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Portaria, prorrogáveis na forma da Lei, por igual período.

Parágrafo único. Caso seja necessária a prorrogação desta Portaria, a mesma será sem ônus para os membros da Comissão.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 18 de novembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 108/2014 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato aditivo 108/2014 - Educação

Aditivo ao Contrato de Fornecimento 075/2014 - Educação

Partes: Município de Porto União e RAVIERI COSTA HAEMING - ME.

CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR CONTRATUAL

Adita-se o valor de R\$ 19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais) ao aludido contrato superior, equivalente a 25% (vinte e cinco por cento).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

Prorroga-se o aludido contrato superior até 31 de dezembro de 2014.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a

este deu origem
Porto União SC, 03 de novembro de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 109/2014 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato aditivo 109/2014 - Educação
Aditivo ao Contrato de Fornecimento 073/2014 - Educação
Partes: Município de Porto União e HARMONIZE INDÚSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA - ME.

CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR CONTRATUAL

Adita-se o valor de R\$ 6.162,50 (seis mil cento e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) ao aludido contrato superior, equivalente a 25% (vinte e cinco por cento).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

Prorroga-se o aludido contrato superior até 31 de dezembro de 2014.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem

Porto União SC, 03 de novembro de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 110/2014 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato aditivo 110/2014 - Educação
Aditivo ao Contrato de Fornecimento 074/2014 - Educação
Partes: Município de Porto União e BABINSKI BOLSAS EIRELI - EPP.

CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR CONTRATUAL

Adita-se o valor de R\$ 4.864,50 (quatro mil oitocentos e sessenta e quatro reais e cinquenta centavos) ao aludido contrato superior, equivalente a 25% (vinte e cinco por cento).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

Prorroga-se o aludido contrato superior até 31 de dezembro de 2014.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem

Porto União SC, 03 de novembro de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 111/2014 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato aditivo 111/2014 - Educação
Aditivo ao Contrato de Fornecimento 071/2014 - Educação
Partes: Município de Porto União e AVA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - ME

CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR CONTRATUAL

Adita-se o valor de R\$ 13.075,00 (treze mil e setenta e cinco reais) ao aludido contrato superior, equivalente a 25% (vinte e cinco por cento).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

Prorroga-se o aludido contrato superior até 31 de dezembro de 2014

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem

Porto União SC, 03 de novembro de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 112/2014 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato aditivo 112/2014 - Educação
Aditivo ao Contrato de Fornecimento 072/2014 - Educação
Partes: Município de Porto União e FITFORMA INDÚSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA - ME.

CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR CONTRATUAL

Adita-se o valor de R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais) ao aludido contrato superior, equivalente a 25% (vinte e cinco por cento).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

Prorroga-se o aludido contrato superior até 31 de dezembro de 2014.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem

Porto União SC, 03 de novembro de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 174/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 174/2014 - PREFEITURA
Partes: Município de Porto União e BELLO E MACHADO LTDA.
Objeto: Aquisição de Material Elétrico para Melhoria da Iluminação Pública da Avenida Exp. Edmundo Arrabar.
Valor total R\$ 39.730,00 (trinta e nove mil setecentos e trinta reais).
Vigência: será de 90 (noventa) dias.
Base legal: Pregão Presencial 046/2014 - Prefeitura, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 05 de novembro de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

BELLO E MACHADO LTDA.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 175/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 175/2014 - PREFEITURA
Partes: Município de Porto União e
ELETRICA LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - ME
Objeto: Aquisição de Material Elétrico para Melhoria da Iluminação Pública da Avenida Exp. Edmundo Arrabar.
Valor total R\$ 210,00 (duzentos e dez reais).
Vigência: será de 90 (noventa) dias.
Base legal: Pregão Presencial 046/2014 - Prefeitura, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 05 de novembro de 2014.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

ELETRICA LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - ME
Contratada

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 046/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 089/2014 - PREFEITURA
Pregão Presencial 046/2014
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - ME
BELLO E MACHADO LTDA

Porto União SC, 05 de novembro de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 049/2014 - FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 049/2014 - FAS
Partes: Município de Porto União e
JACKIW ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA - EPP.
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios, Material de Higiene e Limpeza e Utensílios Plásticos Destinados ao CRAS Volante.
Valor total R\$ 4.616,90 (quatro mil seiscentos e dezesseis reais e noventa centavos).
Vigência: será de 06 (seis) meses.
Base legal: Pregão Presencial 023/2014 - Fas, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 13 de novembro de 2014.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

JACKIW ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA - EPP.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 050/2014 - FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 050/2014 - FAS
Partes: Município de Porto União e
MERCADO KOSERA LTDA - ME.
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios, Material de Higiene e Limpeza e Utensílios Plásticos Destinados ao CRAS Volante.
Valor total R\$ 5.264,04 (cinco mil duzentos e sessenta e quatro reais e quatro centavos).
Vigência: será de 06 (seis) meses.
Base legal: Pregão Presencial 023/2014 - Fas, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 13 de novembro de 2014.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

MERCADO KOSERA LTDA - ME.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 051/2014 - FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 051/2014 - FAS
Partes: Município de Porto União e
SUPERMERCADO DUKELLI LTDA.
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios, Material de Higiene e Limpeza e Utensílios Plásticos Destinados ao CRAS Volante.
Valor total R\$ 5.110,55 (cinco mil cento e dez reais e cinquenta e cinco centavos).
Vigência: será de 06 (seis) meses.
Base legal: Pregão Presencial 023/2014 - Fas, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 13 de novembro de 2014.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

SUPERMERCADO DUKELLI LTDA..
Contratada

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 023/2014 - FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 027/2014 - FAS
Pregão Presencial 023/2014
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
MERCADO KOSERA LTDA - ME
JACKIW ATACADISTA DE ALIMENTOS - EPP
SUPERMERCADO DUKELLI LTDA

Porto União SC, 13 de novembro de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 116/2014 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 116/2014 - EDUCAÇÃO
Partes: Município de Porto União e
ADELMO REISDORFER - ME.
Objeto: Prestação de Serviços de Lavagem de Veículos.
Valor total R\$ 24.660,00 (vinte e quatro mil seiscentos e sessenta reais).
Vigência: será de 06 (seis) meses.
Base legal: Pregão Presencial 028/2014 - Educação, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 17 de novembro de 2014.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

ADELMO REISDORFER - ME.
Contratada

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 028/2014 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 050/2014 - EDUCAÇÃO
Pregão Presencial 028/2014
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa
ADELMO REISDORFER - ME

Porto União SC, 17 de novembro de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 052/2014 - FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 052/2014 - FAS
Partes: Município de Porto União e
MERCADO KOSERA LTDA - ME.
Objeto: Aquisição de Material Escolar, Expediente e Artesanato destinado ao CRAS Volante.
Valor total R\$ 7.831,20 (sete mil oitocentos e trinta e um reais e vinte centavos).
Vigência: será de 06 (seis) meses.
Base legal: Pregão Presencial 024/2014 - Fas, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 14 de novembro de 2014.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

MERCADO KOSERA LTDA - ME.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 053/2014 - FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 053/2014 - FAS
Partes: Município de Porto União e
RECIER GREGÓRIO - ME.
Objeto: Aquisição de Material Escolar, Expediente e Artesanato destinado ao CRAS Volante.
Valor total R\$ 4.182,32 (quatro mil cento e oitenta e dois reais e trinta e dois centavos).
Vigência: será de 06 (seis) meses.
Base legal: Pregão Presencial 024/2014 - Fas, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 14 de novembro de 2014.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

RECIER GREGÓRIO - ME.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 054/2014 - FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 054/2014 - FAS
Partes: Município de Porto União e
LUIS KAMINSKI - ME.
Objeto: Aquisição de Material Escolar, Expediente e Artesanato destinado ao CRAS Volante.
Valor total R\$ 3.062,45 (três mil e sessenta e dois reais e quarenta e cinco centavos).
Vigência: será de 06 (seis) meses.
Base legal: Pregão Presencial 024/2014 - Fas, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 14 de novembro de 2014.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

LUIS KAMINSKI - ME.
Contratada

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 024/2014 - FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 028/2014 - FAS
Pregão Presencial 024/2014
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
MERCADO KOSERA LTDA - ME
RECIER JOSE GREGORIO - ME
LUIS KAMINSKI - ME

Porto União SC, 14 de novembro de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

**TERMO DE REVOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL
007/2014 - FUNREBOM**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 010/2014-FUNREBOM

Pregão Presencial 007/2014

Termo de Revogação

Revoga-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da Lei 8666/1993.

Porto União SC, 19 de novembro de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

Pouso Redondo**PREFEITURA****CONVITE 011 2014 PROCESSO 076 2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº. 76/2014

CONVITE Nº. 11/2014

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 10:00 Horas do dia 28.11.2014, para LOCAÇÃO de uso de bem público municipal visando sua exploração comercial, da Lanchonete e banheiros, com área de 169,48m², de propriedade do Município, situada Na Praça Gotlieb Reif - Rua 23 de Julho - Bairro Centro, nesta Cidade, destinada exclusivamente à atividade de Lanchonete. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-1133, licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, em 20 de Novembro de 2014.

Nair Goulart

Prefeita Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÕES Nº 009/2014/FMAS DISPENSA DE LICITAÇÕES Nº 009/2014/FMAS

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL (SC), Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:
Objeto: Realização de atividades de lazer com usuários da Política de Assistência Social.

R\$ 19.250,00 (dezenove mil e duzentos e cinquenta reais)

Fundamento Legal: Art. 25 da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único, Incisos I, II, III e IV da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito Municipal,
Rio do Sul, 19 de novembro de 2014
Garibaldi Antônio Ayroso
Prefeito Municipal

Claudia Mara Fronza da Silva
Secretária Municipal de Assistência Social e de Habitação

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 346/2014

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 346/2014 firmado em 03/10/2014, com término previsto para 05/11/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. CARLOS ALBERTO LUITHARDT, na qualidade de Secretário de Administração Interino, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JOACIRA TERESINHA ATAIDE MAGNANI portador(a) do CPF nº 003.656.929-13, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 346/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto
Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, a partir de 27/10/2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Anos Iniciais, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) CE Roberto Machado, em substituição a Goretti Schlickmann Lehmkuhl, que está afastada em Licença Tratamento de Saúde."

Cláusula Segunda - Da ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18/11/2014.
CARLOS ALBERTO LUITHARDT
Secretário de Administração Interino

JOACIRA TERESINHA ATAIDE MAGNANI
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome:.. Nome:..
CPF:.. CPF:..

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 223/2014

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 223/2014 firmado em 26/02/2014, com término previsto para 19/12/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. CARLOS ALBERTO LUITHARDT, na qualidade de Secretário Municipal de Administração Interino, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MICHELE DEOLA, portador(a) do CPF 042.181.269-92, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 223/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, a partir de 03/10/2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA PRIMEIRA - O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VII e III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Anos Iniciais, com jornada de 40 horas semanais, sendo 20 horas a serem desenvolvidas no(a) CE Ricardo Marchi, em substituição a Erondina Marchi, designada para ocupar cargo comissionado e 20 horas a serem desenvolvidas no CE Aníbal de Barba, em substituição a Adriana Maísa Nikel Wetzstein, que está em Licença para Tratamento de Saúde."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 17/11/2014.
CARLOS ALBERTO LUITHARDT
Secretário Municipal de Administração Interino

MICHELE DEOLA
Contratado(a)

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 172/2014

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 172/2014 firmado em 10/02/2014, com término previsto para 19/12/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. CARLOS ALBERTO LUITHARDT, na qualidade de Secretário de Administração Interino, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DJEINES MAGUI DOS SANTOS FERNANDES portador(a) do CPF nº 006.414.499-25, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 172/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, a partir de 03/10/2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de PROFESSOR DE ANOS INICIAIS,

com jornada de 20 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) CE Willy Schleumer, em substituição a Edelise Lippel, que está designada para exercer cargo comissionado e 20 horas semanais, com fundamento no Art. 2º, inciso III da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, a serem desenvolvidas no(a) CE Aníbal de Barba, vaga vinculada Máisa Nikel Wetzstein, que está afastada para Tratamento de Saúde.”

Cláusula Segunda - Da ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 17/11/2014.
CARLOS ALBERTO LUITHARDT
Secretário de Administração Interino

DJEINES MAGUI DOS SANTOS FERNANDES
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome:. Nome:.
CPF:. CPF:.

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 281/2014

6º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 281/2014 firmado em 24/03/2014, com término previsto para 23/12/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. CARLOS ALBERTO LUITHARDT, na qualidade de Secretário de Administração Interino, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) PAMELA CRISTINE FILAGRANA portador(a) do CPF nº 057.620.259-26, na qualidade de Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 281/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto
Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, a partir de 03/11/2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) CE Guilherme Butzke, em virtude de vaga não ocupada através de Concurso Público”

Cláusula Segunda - Da ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 17/11/2014.
CARLOS ALBERTO LUITHARDT
Secretário de Administração Interino

PAMELA CRISTINE FILAGRANA
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome:. Nome:.
CPF:. CPF:.

9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 266/2014

9º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 266/2014 firmado em 10/03/2014, com término previsto para 23/12/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. CARLOS ALBERTO LUITHARDT, na qualidade de Secretário de Administração Interino, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) TATIANE MACIEL DOS SANTOS portador(a) do CPF nº 051.825.949-84, na qualidade de Contratado(a), celebram o 9º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 266/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto
Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, a partir de 03/11/2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) CEI Navegantes, em substituição a Silvia Schlemper, que está em Licença para Tratamento de Saúde.”

Cláusula Segunda - Da ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 17/11/2014.
CARLOS ALBERTO LUITHARDT
Secretário de Administração Interino

TATIANE MACIEL DOS SANTOS
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome:. Nome:.
CPF:. CPF:.

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 263/2014

6º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 263/2014 firmado em 10/03/2014, com término previsto para 23/12/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. CARLOS ALBERTO LUITHARDT, na qualidade de Secretário de Administração Interino, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SANDRA REGINA COSTA KRUEGER portador(a) do CPF nº 812.171.109-68, na qualidade de Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 263/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto
Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, a partir de 14/10/2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) CEI Augusto Bosco, em substituição a Marisete Looz Gutz, que está em Licença para Tratamento de Saúde."

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 17/11/2014.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

Secretário de Administração Interino

SANDRA REGINA COSTA KRUEGER

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..

CPF:.. CPF:..

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 313/2014

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 313/2014 firmado em 14/05/2014, com término previsto para 23/12/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. CARLOS ALBERTO LUITHARDT, na qualidade de Secretário de Administração Interino, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) HERMELINDA KNAUL portador(a) do CPF nº 004.635.069-10, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 313/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, a partir de 02/10/2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) CEI Cinderela, em substituição a Isolene Odorizzi de Almeida, que está em Licença Maternidade."

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 17/11/2014.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

Secretário de Administração Interino

HERMELINDA KNAUL

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..

CPF:.. CPF:..

PAUTA DE SORTEIO Nº 003/2014

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC

Pauta de Sorteio Nº 003/2014

Leonice Witte, Secretária Geral do Conselho Municipal de Contribuintes de Rio do Sul, no uso das obrigações definidas no inciso I do art. 7º do Regimento Interno do Conselho e de acordo com o previsto no art. 16 do mesmo instrumento legal, torna público que o Conselho Municipal de Contribuintes estará reunido em Sessão Extraordinária no dia 24 de novembro de 2014, às 08hs00min na sala de Licitações, sito andar térreo do prédio central da Prefeitura Municipal, para realização do sorteio de distribuição do seguinte Recurso:

Número do Protocolo: Protocolo Nº 146763/2014

Nome do Recorrente: Kwecien & Pamplona Clínica e Reabilitação Ltda ME

Nº do Recurso: 006/2014

Rio do Sul, 20 de Novembro de 2014.

LEONICE WITTE

Secretaria Geral do CMC

3º TERMO ADITIVO - ELENICE DE JESUS

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 88/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELENICE DE JESUS, portador(a) do CPF nº 007.731.019-50, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 88/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 88/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 08/10/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ELENICE DE JESUS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

4º TERMO ADITIVO - ELENICE DE JESUS

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 88/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELENICE DE JESUS, portador(a) do CPF nº 007.731.019-50, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 88/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 88/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/10/2014 e encerrando-se em 23/12/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 08/10/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ELENICE DE JESUS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

3º TERMO ADITIVO - ELIANE MARIA GARCIA RAUSCH

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 40/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELIANE MARIA GARCIA RAUSCH, portador(a) do CPF nº 920.653.929-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 40/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 40/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 08/10/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ELIANE MARIA GARCIA RAUSCH

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

4º TERMO ADITIVO - ELIANE MARIA GARCIA RAUSCH

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 40/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELIANE MARIA GARCIA RAUSCH, portador(a) do CPF nº 920.653.929-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 40/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 40/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/10/2014 e encerrando-se em 23/12/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.
Rio do Sul, 08/10/2014.

GIVANILDO SILVA Secretário Municipal de Administração	ELIANE MARIA GARCIA RAUSCH Contratado(a)
----------------------------------------------------------	---------------------------------------------

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

3º TERMO ADITIVO - ELIETE LESSA

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 157/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELIETE LESSA, portador(a) do CPF nº 846.062.401-30, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 157/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 157/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 08/10/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.
Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA Secretário Municipal de Administração	ELIETE LESSA Contratado(a)
----------------------------------------------------------	-------------------------------

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

4º TERMO ADITIVO - ELIETE LESSA

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 157/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELIETE LESSA, portador(a) do CPF nº 846.062.401-30, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 157/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 157/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/10/2014 e encerrando-se em 23/12/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2014.

GIVANILDO SILVA Secretário Municipal de Administração	ELIETE LESSA Contratado(a)
----------------------------------------------------------	-------------------------------

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

4º TERMO ADITIVO - ELISANGELA PEREIRA MACHADO

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 190/2014, firmado em 07/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELISANGELA PEREIRA MACHADO, portador(a) do CPF nº 004.580.840-69, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 190/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 190/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 08/10/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ELISANGELA PEREIRA MACHADO
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

5º TERMO ADITIVO - ELISANGELA PEREIRA MACHADO

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 190/2014, firmado em 07/02/2014, com término previsto para 08/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELISANGELA PEREIRA MACHADO, portador(a) do CPF nº 004.580.840-69, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 190/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 190/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/10/2014 e encerrando-se em 23/12/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ELISANGELA PEREIRA MACHADO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

LEI 5.517

LEI Nº 5.517, de 03 de novembro de 2014.

“SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL”.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-

Fica suplementada até o limite de R\$ 323.000,00 (trezentos e vinte e três mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
2.034	Transporte Escolar Educação Básica		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01580000	Salário Educação	R\$	233.000,00
03580000	Sup. Rec. Salário Educação	R\$	90.000,00
	TOTAL	R\$	323.000,00

Art. 2º-

Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 323.000,00 (trezentos e vinte e três mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
1.113	Construção e Ampliação de Centros de Educação		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03580000	Sup. Rec. Salário Educação	R\$	90.000,00
1.114	Aquisição de Veículos		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		

01580000	Salário Educação	R\$	65.000,00
1.115	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01580000	Salário Educação	R\$	81.000,00
2.066	Manutenção do Ensino Infantil		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01580000	Salário Educação	R\$	87.000,00
	TOTAL	R\$	323.000,00

Art. 3º-
Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º-
Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
03 de novembro de 2014.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

4º TERMO ADITIVO - ELISIANE NAIARA FLORIANO DA SILVA

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 224/2014, firmado em 26/02/2014, com término previsto para 08/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELISIANE NAIARA FLORIANO DA SILVA, portador(a) do CPF nº 093.363.359-95, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 224/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 224/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/10/2014 e encerrando-se em 23/12/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2014.

GIVANILDO SILVA Secretário Municipal de Administração	ELISIANE NAIARA FLORIANO DA SILVA Contratado(a)
----------------------------------------------------------	----------------------------------------------------

Testemunhas:

Nome: CPF:	Nome: CPF:
---------------	---------------

5º TERMO ADITIVO - ELISIANE NAIARA FLORIANO DA SILVA

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 224/2014, firmado em 26/02/2014, com término previsto para 08/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELISIANE NAIARA FLORIANO DA SILVA, portador(a) do CPF nº 093.363.359-95, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 224/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 224/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/10/2014 e encerrando-se em 23/12/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2014.

GIVANILDO SILVA Secretário Municipal de Administração	ELISIANE NAIARA FLORIANO DA SILVA Contratado(a)
----------------------------------------------------------	----------------------------------------------------

Testemunhas:

Nome: CPF:	Nome: CPF:
---------------	---------------

3º TERMO ADITIVO - EDA TEREZINHA LOSI DE JESUS

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 148/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) EDA TEREZINHA LOSI DE JESUS, portador(a) do CPF nº 543.186.539-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 148/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 148/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 08/10/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

EDA TEREZINHA LOSI DE JESUS
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

4º TERMO ADITIVO - EDA TEREZINHA LOSI DE JESUS

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 148/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) EDA TEREZINHA LOSI DE JESUS, portador(a) do CPF nº 543.186.539-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 148/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 148/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/10/2014 e encerrando-se em 23/12/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2014.

GIVANILDO SILVA Secretário Municipal de Administração	EDA TEREZINHA LOSI DE JESUS Contratado(a)
----------------------------------------------------------	----------------------------------------------

Testemunhas:

Nome: CPF:	Nome: CPF:
---------------	---------------

3º TERMO ADITIVO - EDITE CARDOSO

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 47/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) EDITE CARDOSO, portador(a) do CPF nº 049.454.089-39, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 47/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 47/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 08/10/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA Secretário Municipal de Administração	EDITE CARDOSO Contratado(a)
----------------------------------------------------------	--------------------------------

Testemunhas:

Nome: CPF:	Nome: CPF:
---------------	---------------

4º TERMO ADITIVO - EDITE CARDOSO

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 47/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) EDITE CARDOSO, portador(a) do CPF nº 049.454.089-39, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 47/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 47/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/10/2014 e encerrando-se em 23/12/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2014.

GIVANILDO SILVA Secretário Municipal de Administração	EDITE CARDOSO Contratado(a)
----------------------------------------------------------	--------------------------------

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

2º TERMO ADITIVO - EDNA DA SILVA

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 177/2014, firmado em 07/02/2014, com término previsto para 01/06/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) EDNA DA SILVA, portador(a) do CPF nº 020.641.969-43, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 177/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 177/2014, iniciando-se a prorrogação em 02/06/2014 e encerrando-se em 27/06/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 30/05/2014.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

EDNA DA SILVA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

3º TERMO ADITIVO - EDNA DA SILVA

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 177/2014, firmado em 07/02/2014, com término previsto para 27/06/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) EDNA DA SILVA, portador(a) do CPF nº 020.641.969-43, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 177/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 177/2014, iniciando-se a prorrogação em 28/06/2014 e encerrando-se em 08/08/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27/06/2014.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

EDNA DA SILVA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

4º TERMO ADITIVO - EDNA DA SILVA

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 177/2014, firmado em 07/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) EDNA DA SILVA, portador(a) do CPF nº 020.641.969-43, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 177/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 177/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 19/12/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

EDNA DA SILVA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

3º TERMO ADITIVO - EDNA KOCH SCHOWAMBACH

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 41/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) EDNA KOCH SCHOWAMBACH, portador(a) do CPF nº 026.198.369-56, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 41/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 41/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 08/10/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA Secretário Municipal de Administração	EDNA KOCH SCHOWAMBACH Contratado(a)
----------------------------------------------------------	----------------------------------------

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

4º TERMO ADITIVO - EDNA KOCH SCHOWAMBACH

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 41/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) EDNA KOCH SCHOWAMBACH, portador(a) do CPF nº 026.198.369-56, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 41/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 41/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/10/2014 e encerrando-se em 23/12/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2014.

GIVANILDO SILVA Secretário Municipal de Administração	EDNA KOCH SCHOWAMBACH Contratado(a)
----------------------------------------------------------	----------------------------------------

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Santiago do Sul

PREFEITURA

CONTRATO 91/2014

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Termo Aditivo Nº	91/2014
Contrato Principal Nº	64/2014
Contratante	Município de Santiago do Sul
Contratada	CONSTRUTORA CONAV LTDA – ME
Objeto	Prorrogação de prazo de execução de obra.
Vigência	18 de novembro a 31 de dezembro de 2014.
Processo Nº.	57/2014
Tomada de Preço	02/2014
Santiago do Sul-SC, 18 de novembro de 2014.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

CONTRATO 92/2014

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	92/2014
Contratante	Município de Santiago do Sul
Contratada	BRESSAO METALURGICA LTDA - ME
Objeto	Execução de obra de cobertura dos solários da Creche Municipal, conforme projeto 4.753 da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina – AMOSC
Valor	R\$ 35.508,74 (trinta e cinco mil quinhentos e oito reais e setenta e quatro centavos).
Vigência	08 de setembro a 08 de outubro de 2014.
Processo Nº.	92/2014
Tomada de Preço	06/2014
Santiago do Sul-SC, 19 de novembro de 2014.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

DISPENSA 17/2014

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO	
Processo Administrativo Nº. 108/2014	
Edital: Dispensa por Justificativa Nº. 17/2014	
Fornecedor	PAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
Objeto	Aquisição de peças/serviços visando o conserto/manutenção do equipamento rodoviário Trator de Esteiras Komatsu D41E Nº.66, utilizado nos serviços da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.
Valor	R\$ 6.255,19 (seis mil duzentos e cinquenta e cinco reais e dezenove centavos).
Santiago do Sul-SC, 19 de novembro de 2014.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL - RREO - 5º BIMESTRE - ANEXO 1

Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.763.000,00	9.763.000,00	1.390.652,65	14,24	8.820.632,82	90,35	942.367,18
RECEITAS CORRENTES	8.885.000,00	8.885.000,00	1.390.652,65	15,65	7.666.926,41	86,29	1.218.073,59
RECEITA TRIBUTÁRIA	309.200,00	309.200,00	25.588,82	8,28	223.286,58	72,21	85.913,42
IMPOSTOS	257.900,00	257.900,00	25.416,51	9,86	187.321,13	72,63	70.578,87
TAXAS	51.300,00	51.300,00	172,31	0,34	35.965,45	70,11	15.334,55
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	24.800,00	24.800,00	3.275,83	13,21	21.683,40	87,43	3.116,60
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	24.800,00	24.800,00	3.275,83	13,21	21.683,40	87,43	3.116,60
RECEITA PATRIMONIAL	69.502,50	69.502,50	28.432,10	40,91	126.534,42	182,06	-57.031,92
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	69.502,50	69.502,50	28.432,10	40,91	126.534,42	182,06	-57.031,92
RECEITA AGROPECUÁRIA	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
Receita da Produção Vegetal	300,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00
Outras Receitas Agropecuárias	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00
RECEITA DE SERVIÇOS	196.302,50	196.302,50	69.183,49	35,24	195.283,70	99,48	1.018,80
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.262.193,00	8.262.193,00	1.255.731,72	15,20	7.080.019,78	85,69	1.182.173,22
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	8.243.793,00	8.243.793,00	1.240.962,71	15,05	7.063.549,18	85,68	1.180.243,82
Transf. de Pessoas	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
Transf. de Conv.	11.400,00	11.400,00	14.769,01	129,55	16.470,60	144,48	-5.070,60
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	22.502,00	22.502,00	8.440,69	37,51	20.118,53	89,41	2.383,47
Multas e Juros de Mora	8.980,00	8.980,00	3.702,10	41,23	7.701,61	85,76	1.278,39
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.452,00	1.452,00	170,25	11,73	2.705,22	186,31	-1.253,22
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	11.000,00	11.000,00	3.855,27	35,05	8.901,16	80,92	2.098,84
RECEITAS DIVERSAS	1.070,00	1.070,00	713,07	66,64	810,54	75,75	259,46
RECEITAS DE CAPITAL	878.000,00	878.000,00	0,00	0,00	1.153.706,41	131,40	-275.706,41
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	800.000,00	800.000,00	0,00	0,00	598.380,00	74,80	201.620,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	800.000,00	800.000,00	0,00	0,00	598.380,00	74,80	201.620,00
ALIENAÇÃO DE BENS	48.000,00	48.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	48.000,00	48.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	555.326,41	0,00	-555.326,41
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	406.198,40	0,00	-406.198,40
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	149.128,01	0,00	-149.128,01
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	9.763.000,00	9.763.000,00	1.390.652,65	14,24	8.820.632,82	90,35	942.367,18

Continua 1/3

Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas						
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	9.763.000,00	9.763.000,00	1.390.652,65	14,24	8.820.632,82	90,35
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	9.763.000,00	9.763.000,00	1.390.652,65	14,24	8.820.632,82	90,35
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	845.213,52	—	—	614.278,79	—
Superávit Financeiro	—	845.213,52	—	—	614.278,79	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (c)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	9.763.000,00	2.556.491,02	12.319.491,02	1.095.047,63	9.426.159,26	1.293.454,49	8.383.525,03	68,05
DESPESAS CORRENTES	8.101.190,00	1.012.053,16	9.113.243,16	1.017.404,73	7.554.965,38	1.234.241,09	6.767.852,26	74,26
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.195.369,70	86.574,62	4.281.944,32	647.721,40	3.284.323,55	653.766,50	3.278.278,45	76,56
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	25.000,00	-18.118,63	6.881,37	0,00	6.881,37	0,00	6.881,37	100,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.880.820,30	943.597,17	4.824.417,47	369.683,33	4.263.760,46	580.474,59	3.482.692,44	72,19
DESPESAS DE CAPITAL	1.563.810,00	1.544.437,86	3.108.247,86	77.642,90	1.871.193,88	59.213,40	1.615.672,77	51,98
INVESTIMENTOS	1.363.810,00	1.644.707,86	3.008.517,86	77.642,90	1.771.463,88	19.321,40	1.555.834,77	51,71
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	200.000,00	-100.270,00	99.730,00	0,00	99.730,00	39.892,00	59.838,00	60,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	98.000,00	0,00	98.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	9.763.000,00	2.556.491,02	12.319.491,02	1.095.047,63	9.426.159,26	1.293.454,49	8.383.525,03	68,05

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (c)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COMI REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	9.763.000,00	2.556.491,02	12.319.491,02	1.095.047,63	9.426.159,26	1.293.454,49	8.383.525,03	3.935.965,99
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	437.107,79	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	9.763.000,00	2.556.491,02	12.319.491,02	1.095.047,63	9.426.159,26	1.293.454,49	8.820.632,82	3.935.965,99

FONTE:

Santiago do Sul, 20/11/2014

Volmir Antonio Soffile
Prefeito Municipal

Domíngos Severino Sponchiado
Contador SC-020.348/O-5

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL - RREO - 5º BIMESTRE - ANEXO 2

Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.763.000,00	12.319.491,02	1.096.047,63	9.426.159,26	1.293.454,49	8.383.525,03	100,00	68,05
Legislativa	444.000,00	444.000,00	44.748,38	278.828,10	50.839,93	264.011,21	3,15	59,46
Ação Legislativa	444.000,00	444.000,00	44.748,38	278.828,10	50.839,93	264.011,21	3,15	59,46
Administração	1.488.681,80	1.597.404,93	151.235,66	1.313.330,00	204.354,03	1.197.831,65	14,29	74,99
Planejamento e Orçamento	660.800,00	689.423,13	57.623,72	566.162,93	80.555,02	506.668,33	6,04	73,49
Administração Geral	574.881,80	649.981,80	62.740,75	554.588,07	86.928,86	499.951,53	5,96	76,92
Administração Financeira	182.000,00	187.000,00	20.442,13	148.891,96	26.441,09	137.534,75	1,64	73,55
Controle Externo	71.000,00	71.000,00	10.429,06	53.687,04	10.429,06	53.687,04	0,64	75,62
Assistência Social	401.550,00	518.674,65	43.394,32	402.501,19	78.240,50	372.347,19	4,44	71,79
Assistência à Criança e ao Adolescente	294.550,00	346.674,65	33.418,93	249.550,28	47.032,80	237.904,98	2,84	68,62
Assistência Comunitária	107.000,00	172.000,00	9.975,39	152.950,91	31.207,70	134.442,21	1,60	78,16
Saúde	2.036.722,70	2.204.343,76	205.695,29	1.754.879,52	283.044,21	1.532.568,44	18,28	69,52
Atenção Básica	1.964.139,70	2.135.460,67	205.216,37	1.698.787,44	270.859,22	1.495.795,15	17,84	70,05
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	47.000,00	47.000,00	0,00	47.000,00	11.750,00	29.375,00	0,35	62,50
Vigilância Sanitária	12.813,00	9.113,09	0,00	1.774,00	0,00	1.774,00	0,02	19,47
Vigilância Epidemiológica	12.770,00	12.770,00	478,92	7.318,08	434,99	5.624,29	0,07	44,04
Educação	1.658.005,50	1.926.157,43	231.585,21	1.520.246,16	254.866,47	1.361.813,76	16,24	70,70
Alimentação e Nutrição	48.400,00	52.300,00	10.165,95	47.904,80	8.418,05	41.529,33	0,50	79,41
Ensino Fundamental	1.194.330,00	1.405.455,13	173.847,06	1.115.758,70	192.604,38	1.030.093,87	12,29	73,29
Ensino Médio	99.200,00	106.300,00	4.960,60	94.463,89	11.976,62	74.225,80	0,89	69,83
Ensino Superior	35.000,00	35.000,00	12.380,00	28.090,00	0,00	15.710,00	0,19	44,89
Educação Infantil	257.075,50	298.119,50	26.717,60	205.163,97	37.108,22	179.663,16	2,14	60,27
Educação Especial	24.000,00	28.982,80	3.514,00	28.864,80	4.759,20	20.591,60	0,25	71,05
Cultura	84.000,00	107.400,00	18.289,35	78.717,24	19.810,86	74.249,66	0,89	69,13
Difusão Cultural	84.000,00	107.400,00	18.289,35	78.717,24	19.810,86	74.249,66	0,89	69,13
Urbanismo	303.610,00	1.020.816,10	73.862,96	325.656,47	39.826,74	181.621,91	2,17	17,79
Infra-Estrutura Urbana	114.410,00	784.597,47	55.093,98	121.250,67	7.761,40	21.947,35	0,26	2,80
Serviços Urbanos	189.200,00	236.218,63	18.768,98	204.405,80	32.065,34	159.674,56	1,90	67,60
Habitação	11.000,00	3.878,01	0,00	2.878,01	0,00	2.878,01	0,03	74,21
Habitação Rural	5.000,00	2.104,52	0,00	2.104,52	0,00	2.104,52	0,03	100,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Habituação	9.763.000,00	12.319.491,02	1.095.047,63	9.426.159,26	1.293.454,49	8.383.525,03	100,00	68,05
Habituação Urbana	11.000,00	3.878,01	0,00	2.878,01	0,00	2.878,01	0,03	74,21
Habituação Urbana	6.000,00	1.773,49	0,00	773,49	0,00	773,49	0,01	43,61
Saneamento	28.000,00	31.500,00	1.225,00	11.101,67	1.272,94	10.829,95	0,13	34,38
Saneamento Básico Rural	13.000,00	16.500,00	1.225,00	11.101,67	1.272,94	10.829,95	0,13	65,64
Saneamento Básico Urbano	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	15.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	15.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	951.000,00	1.554.300,41	119.315,62	1.346.750,98	122.575,60	1.160.724,20	13,85	74,68
Extensão Rural	951.000,00	1.554.300,41	119.315,62	1.346.750,98	122.575,60	1.160.724,20	13,85	74,68
Indústria	14.000,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	14.000,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	1.779.530,00	2.463.004,36	189.071,76	2.091.074,34	163.973,50	1.997.305,18	23,82	81,09
Transporte Rodoviário	1.779.530,00	2.463.004,36	189.071,76	2.091.074,34	163.973,50	1.997.305,18	23,82	81,09
Desporto e Lazer	119.000,00	120.500,00	16.624,08	90.684,21	19.668,83	77.623,23	0,93	64,42
Desporto Comunitário	119.000,00	120.500,00	16.624,08	90.684,21	19.668,83	77.623,23	0,93	64,42
Encargos Especiais	327.900,00	209.511,37	0,00	209.511,37	54.980,88	149.720,64	1,79	71,46
Outros Encargos Especiais	327.900,00	209.511,37	0,00	209.511,37	54.980,88	149.720,64	1,79	71,46

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.763.000,00	12.319.491,02	1.096.047,63	9.426.159,26	1.293.454,49	8.383.525,03	100,00	68,05
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	98.000,00	98.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	9.763.000,00	12.319.491,02	1.096.047,63	9.426.159,26	1.293.454,49	8.383.525,03	100,00	68,05

FONTE:

Santiago do Sul, 20/11/2014

Volmir Antonio Sotille	Domingos Severino Sponchiado
Prefeito Municipal	Contador SC-020.348/O-5

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL - RREO - 5º BIMESTRE - ANEXO 3

Município de Santiago do Sul - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

NOVEMBRO/2013 A OUTUBRO/2014

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	TOTAL (ÚLT. 12 MES)
RECEITAS CORRENTES (I)	902.865,39	1.187.749,01	1.036.490,24	1.008.253,05	780.919,73	946.574,19	1.088.838,08	823.986,82	790.028,12	889.673,36	813.831,63	832.644,74	10.634.557,90
RECEITA TRIBUTÁRIA	17.925,20	33.157,63	12.393,36	12.031,99	22.846,86	44.625,46	32.344,84	28.476,97	27.084,46	17.691,18	12.944,16	13.244,56	274.349,41
IPTU	7.788,51	7.827,12	0,00	0,00	0,00	11.753,12	15.688,55	9.327,26	8.773,32	3.193,25	227,50	1.098,99	66.626,62
IR-RF	5.651,61	11.925,93	7.257,94	8.054,02	6.662,33	6.576,43	6.796,07	6.327,81	6.605,90	6.241,80	6.599,24	6.796,52	85.699,60
I.S.S.	2.418,36	7.659,36	3.735,04	3.977,97	7.367,82	4.626,88	4.926,53	8.202,65	7.900,51	7.005,42	3.353,62	4.590,64	105.000,00
I.T.B.I.	0,00	1.240,00	1.400,00	0,00	1.920,00	1.800,00	910,00	2.350,00	1.790,00	600,00	2.100,00	650,00	20.000,00
Outras Receitas Tributárias	2.065,72	4.485,22	0,00	0,00	6.896,73	20.027,03	4.043,69	2.184,25	2.003,73	650,71	63,80	108,51	42.517,29
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.202,57	2.099,45	2.228,70	2.351,65	2.298,52	2.232,52	2.227,25	2.246,65	2.369,94	2.349,04	455,47	2.819,36	24.800,00
RECEITA PATRIMONIAL	7.471,94	8.464,01	9.504,74	10.428,44	13.523,01	12.520,26	13.457,87	12.014,45	8.380,13	18.677,74	14.659,51	13.773,59	142.884,69
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	25.049,75	21.877,21	3.671,00	15.595,22	16.221,05	9.348,27	9.695,59	24.512,01	29.951,70	17.115,36	32.219,99	36.963,50	196.302,50
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	847.654,60	1.103.637,94	1.005.789,70	997.276,30	724.848,39	876.523,96	1.030.506,12	854.313,44	718.915,41	803.224,90	751.710,34	759.895,87	10.012.373,00
Cota-Parte do FPM	460.575,88	740.091,40	594.831,36	558.192,90	376.793,29	430.046,10	573.099,30	429.779,99	393.125,63	448.426,05	393.062,94	371.503,84	5.862.539,68
Cota-Parte do ICMS	236.255,40	235.464,84	238.714,68	226.616,99	228.714,68	224.067,67	228.446,78	230.323,59	214.314,55	224.567,54	240.735,01	248.480,81	2.776.653,12
Cota-Parte do IPVA	5.061,90	1.510,11	6.436,10	10.637,36	10.877,41	9.730,27	17.339,22	8.767,23	10.387,29	9.347,70	9.485,17	5.949,41	107.000,00
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	30,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23,78	0,00	455,59	573,32	1.900,00
Outras Transferências Correntes	72.734,26	83.462,96	122.343,34	52.865,99	70.470,35	173.124,50	168.505,40	144.774,69	87.792,69	80.154,88	63.701,29	90.344,25	861.473,00
Transferências da LC 81/1989	3.632,43	3.882,27	3.746,32	3.174,25	3.101,67	3.379,93	3.676,23	3.501,40	3.597,04	3.707,75	3.488,17	3.736,62	52.000,00
Transferências da LC 87/196	965,07	965,07	990,77	990,77	0,00	990,77	990,77	990,77	990,77	990,77	990,77	990,77	15.000,00
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	38.429,66	38.231,29	38.751,71	37.798,14	34.890,99	35.154,72	38.438,42	36.275,57	33.682,66	36.030,21	36.769,40	38.416,85	400.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.561,33	16.332,77	2.923,12	579,45	1.079,67	1.110,42	606,41	2.123,40	2.326,46	615,14	2.442,16	5.947,76	21.879,90
DEDUÇÕES (II)	147.297,96	146.563,06	168.894,53	175.322,29	123.897,26	133.646,75	164.712,09	119.681,67	119.687,82	137.407,83	129.847,73	126.226,76	1.750.180,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	147.297,96	146.563,06	168.894,53	175.322,29	123.897,26	133.646,75	164.712,09	119.687,82	119.687,82	137.407,83	129.847,73	126.226,76	1.710.185,52
Outras Transferências - Conv.2014-R-1403 SOR QBO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4,15	-4,15	0,00	0,00	0,00	-8,15
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	755.567,43	1.038.185,95	867.595,71	832.930,76	656.922,47	812.925,44	924.125,99	709.314,48	670.346,45	722.265,53	684.183,90	706.417,98	8.884.377,90
FONTE:													
Santiago do Sul, 20/11/2014													
Volmir Antonio Sallie Prefeito Municipal													
Domingos Severino Sponchiado Contador SC-020.3480-5													

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL - RREO - 5º BIMESTRE - ANEXO 4

Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)		R\$ 1,00			
RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
				No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)					
RECEITAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados		0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atual		0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições		0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial		0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias		0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS		0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)		0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
				No Bimestre	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Santiago do Sul - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS					
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA					
Valor					0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Continua 2/3					

Continuação 3/3

Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recapta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recapta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Santiago do Sul, 20/11/2014

Volmir Antonio Solille
Prefeito Municipal

Domingos Severino Sponchiado
Contador SC-020.348/O-5

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL - RREO - 5º BIMESTRE - ANEXO 5

Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	578.434,00	538.542,00
DEDUÇÕES (II)	2.054.193,31	1.766.540,97	1.863.056,54
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.473.643,42	2.160.244,85	2.239.012,70
Demais Haveres Financeiros	598.380,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	17.830,11	393.703,88	375.956,16
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.054.193,31	-1.188.106,97	-1.324.514,54
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	578.434,00	538.542,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-2.054.193,31	-1.766.540,97	-1.863.056,54

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2014 (C - A)
VALOR	-96.515,57	191.136,77

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-429.186,69

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Santiago do Sul, 20/11/2014

Volmir Antonio Sotille
Prefeito Municipal

Domingos Severino Sponchiado
Contador SC-020.348/O-5

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL - RREO - 5º BIMESTRE - ANEXO 6

Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	8.815.497,50	1.362.220,55	7.540.391,99	6.535.085,85
Receita Tributária	309.200,00	25.588,82	223.286,58	176.885,06
I.P.T.U.	54.000,00	1.324,49	50.010,99	29.305,00
I.S.S.	105.000,00	7.944,26	55.698,08	43.619,87
I.T.B.I.	20.000,00	2.750,00	13.520,00	11.006,50
I.R.R.F.	78.900,00	13.397,76	68.092,06	59.292,57
Outras Receitas Tributárias	51.300,00	172,31	35.965,45	33.661,12
Receita de Contribuição	24.800,00	3.275,83	21.683,40	20.360,69
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	24.800,00	3.275,83	21.683,40	20.360,69
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	69.502,50	28.432,10	126.534,42	51.800,46
(-) Aplicações Financeiras	69.502,50	28.432,10	126.534,42	51.800,46
Transferências Correntes	8.262.193,00	1.255.731,72	7.080.019,78	6.205.453,22
F.P.M.	4.720.000,00	611.669,46	3.697.498,16	3.422.601,31
I.C.M.S.	2.140.000,00	391.372,85	1.843.947,15	1.617.982,51
Convênios	11.400,00	14.769,01	16.470,60	5.252,62
Outras Transferências Correntes	1.390.793,00	237.920,40	1.522.103,87	1.159.616,78
Demais Receitas Correntes	219.304,50	77.624,18	215.402,23	132.386,88
Dívida Ativa	11.000,00	3.855,27	8.901,16	6.781,85
Diversas Receitas Correntes	208.304,50	73.768,91	206.501,07	125.605,03
RECEITAS DE CAPITAL (II)	878.000,00	0,00	1.153.706,41	290.930,01
Operações de Crédito (III)	800.000,00	0,00	598.380,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	30.000,00	0,00	0,00	3.318,03
Alienação de Ativos (V)	48.000,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	555.326,41	287.611,98
Convênios	0,00	0,00	149.128,01	201.098,08
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	406.198,40	86.513,90
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	0,00	555.326,41	287.611,98
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	8.815.497,50	1.362.220,55	8.095.718,40	6.822.697,83

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	9.113.243,16	1.234.241,09	6.767.852,26	5.971.245,79
Pessoal e Encargos Sociais	4.281.944,32	653.766,50	3.278.278,45	2.982.510,26
Juros e Encargos da Dívida (IX)	6.881,37	0,00	6.881,37	0,00
Outras Despesas Correntes	4.824.417,47	580.474,59	3.482.692,44	2.988.735,53
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	9.106.361,79	1.234.241,09	6.760.970,89	5.971.245,79
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	3.108.247,86	59.213,40	1.615.672,77	281.225,66
Investimentos	3.008.517,86	19.321,40	1.555.834,77	281.225,66
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	99.730,00	39.892,00	59.838,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	3.008.517,86	19.321,40	1.555.834,77	281.225,66

Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	98.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	12.212.879,65	1.253.562,49	8.316.805,66	6.252.471,45
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-3.397.382,15	108.658,06	-221.087,26	570.226,38
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	614.278,79	0,00
Superávit Financeiro	-	-	614.278,79	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-722.502,50

FONTE:

Santiago do Sul, 20/11/2014

Volmir Antonio Sotille
 Prefeito Municipal

Domingos Severino Sponchiado
 Contador SC-020.348/O-5

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL - RREO - 5º BIMESTRE - ANEXO 7

Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	1.086,80	16.743,31	16.743,31	-	1.086,80	45.118,85	17.539,31	57.920,23	57.920,23	1.087,93	3.650,00
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1.086,80	16.743,31	16.743,31	0,00	1.086,80	45.118,85	17.539,31	57.920,23	57.920,23	1.087,93	3.650,00
GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	403,96	313,09	313,09	90,87	0,00
SEC. MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.266,30	3.810,59	3.810,59	455,71	0,00
SEC. MUNIC. EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	0,00	11.117,80	11.117,80	0,00	0,00	3.650,00	1.026,62	844,99	844,99	181,63	3.650,00
SEC. MUNIC. DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	1.937,50	1.937,50	0,00	0,00	41.468,85	10.663,39	52.046,71	52.046,71	85,53	0,00
SEC. MUNIC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	252,26	131,69	131,69	120,57	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E FINANÇAS	1.086,80	3.688,01	3.688,01	0,00	1.086,80	0,00	926,78	773,16	773,16	153,62	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E FINANÇAS	-	-	-	-	-	0,00	-	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)											
TOTAL (III) = (I + II):	1.086,80	16.743,31	16.743,31	0,00	1.086,80	45.118,85	17.539,31	57.920,23	57.920,23	1.087,93	3.650,00

FONTE:

FONTE:

Santiago do Sul, 20/11/2014

Volmir Antonio Scallie
Prefeito Municipal

Domingos Severino Scondiado
Contador SC-020.34810-5

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL - RREO - 5º BIMESTRE - ANEXO 8

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	261.410,00	261.410,00	25.773,27	189.897,32	72,64
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	56.810,00	56.810,00	1.432,43	51.290,63	90,28
1.1.1- IPTU	56.000,00	56.000,00	1.324,49	50.010,99	89,31
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	260,00	260,00	107,94	264,02	101,55
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	1.900,00	1.900,00	0,00	921,71	48,51
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	1.250,00	1.250,00	0,00	93,91	7,51
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(2.600,00)	(2.600,00)	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	20.000,00	20.000,00	2.750,00	13.520,00	67,60
1.2.1- ITBI	20.000,00	20.000,00	2.750,00	13.520,00	67,60
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	105.700,00	105.700,00	8.193,08	56.994,63	53,92
1.3.1- ISS	105.000,00	105.000,00	7.944,26	55.698,08	53,05
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	100,00	100,00	26,09	142,53	142,53
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	500,00	500,00	198,32	1.014,54	202,91
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	100,00	100,00	24,41	139,48	139,48
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	78.900,00	78.900,00	13.397,76	68.092,06	86,30
1.4.1- IRRF	78.900,00	78.900,00	13.397,76	68.092,06	86,30
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	8.750.900,00	8.750.900,00	1.279.374,42	7.070.796,28	80,80
2.1- Cota-Parte FPM	5.900.000,00	5.900.000,00	764.586,78	4.621.872,40	78,34
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.680.000,00	5.680.000,00	764.586,78	4.621.872,40	81,37
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	220.000,00	220.000,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	2.675.000,00	2.675.000,00	489.215,82	2.304.932,88	86,17
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº 87/1996	15.000,00	15.000,00	1.981,54	8.916,93	59,45
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	52.000,00	52.000,00	7.225,79	35.113,38	67,53
2.5- Cota-Parte ITR	1.900,00	1.900,00	1.029,91	1.084,53	57,08
2.6- Cota-Parte IPVA	107.000,00	107.000,00	15.334,58	98.876,16	92,41
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	9.012.310,00	9.012.310,00	1.305.147,69	7.280.693,60	80,56
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	78.300,00	78.300,00	15.266,69	68.781,21	87,84
5.1- Transferências do Salário-Educação	35.600,00	35.600,00	8.283,93	42.999,55	120,79
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - FNAE	9.300,00	9.300,00	2.684,00	10.736,00	115,44
5.4- Transferências Diretas - FNATE	24.500,00	24.500,00	4.298,76	15.045,66	61,41
5.5- Outras Transferências do FNDE	8.900,00	8.900,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	36.600,00	36.600,00	50,01	123.043,45	336,18
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	114.900,00	114.900,00	15.316,70	191.824,66	166,96
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.750.180,00	1.750.180,00	255.874,49	1.414.157,50	80,80
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.180.000,00	1.180.000,00	152.917,32	924.374,24	78,34
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	535.000,00	535.000,00	97.842,97	460.985,73	86,17
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	3.000,00	3.000,00	396,30	1.783,35	59,44
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	10.400,00	10.400,00	1.445,15	7.022,69	67,53
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	380,00	380,00	205,96	216,87	57,07
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	21.400,00	21.400,00	3.066,79	19.774,62	92,40
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	401.860,00	401.860,00	75.984,63	369.562,07	91,96
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	400.000,00	400.000,00	75.186,25	366.308,67	91,58
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	1.860,00	1.860,00	798,38	3.253,40	174,91
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-1.350.180,00	-1.350.180,00	-180.688,24	-1.047.848,83	77,61
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	381.300,00	389.116,10	79.803,41	326.926,01	84,02
13.1- Com Educação Infantil	40.000,00	41.994,00	15.114,26	41.994,00	100,00
13.2- Com Ensino Fundamental	341.300,00	347.122,10	64.689,15	284.932,01	82,08
14- OUTRAS DESPESAS	20.560,00	47.560,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	20.560,00	47.560,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	401.860,00	436.676,10	79.803,41	326.926,01	74,87
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					326.926,01
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					88,46
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					11,54
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	2.253.077,50	2.253.077,50	326.286,92	1.815.173,40	80,56
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	244.075,50	278.119,50	37.108,22	175.663,16	63,16
23.1- Creche	90.000,00	100.000,00	12.033,48	41.441,70	41,44
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	90.000,00	100.000,00	12.033,48	41.441,70	41,44
23.2- Pré-escola	154.075,50	178.119,50	25.074,74	134.221,46	75,35
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	40.000,00	41.994,00	15.114,26	41.994,00	100,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	114.075,50	136.125,50	9.960,48	92.227,46	67,75
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.120.900,00	1.171.722,10	178.926,89	833.027,78	71,09
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	361.860,00	394.682,10	64.689,15	284.932,01	72,19
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	759.040,00	777.040,00	114.237,74	548.095,77	70,54
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	1.364.975,50	1.449.841,60	216.035,11	1.008.690,94	69,57
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-1.047.848,83
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					3.253,40
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					5.822,10
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-1.038.773,33
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					2.047.464,27
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					28,2
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	36.230,00	66.893,31	2.870,28	43.926,99	65,67
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	50.200,00	60.489,72	9.626,55	33.578,49	55,51
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	86.430,00	127.383,03	12.496,83	77.505,48	60,84
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	1.451.405,50	1.577.224,63	228.531,94	1.086.196,42	68,87

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEF	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEF (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	366.308,67	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	3.253,40	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	369.562,07	0,00

Santiago do Sul, 20/11/2014

Volmir Antonio Sottile
Prefeito Municipal

Domingos Severino Sponchiado
Contador SC-020.348/O-5

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEF foi de R\$ 5.822,10, e da complementação do FUNDEF foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL - RREO - 5º BIMESTRE - ANEXO 9

Município de Santiago do Sul - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I)	800.000,00	598.380,00		201.620,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	3.108.247,86	1.615.672,77	0,00	1.492.575,09
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	3.108.247,86	1.615.672,77	0,00	1.492.575,09
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-2.308.247,86	-1.017.292,77		-1.290.955,09

FONTE:

Santiago do Sul, 20/11/2014

Volmir Antonio Sotille
 Prefeito Municipal

Domingos Severino Sponchiado
 Contador SC-020.348/O-5

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL - RREO - 5º BIMESTRE - ANEXO 10

Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exercício anterior) + (c)
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/10/2014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Santiago do Sul, 20/11/2014

Volmir Antonio Sotille
Prefeito Municipal

Domingos Severino Sponchiado
Contador SC-020.348/O-5

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL - RREO - 5º BIMESTRE - ANEXO 11

Município de Santiago do Sul - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	48.000,00	0,00	48.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	48.000,00	0,00	48.000,00
TOTAL	48.000,00	0,00	48.000,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	50.173,13	2.201,82	0,00	47.971,31
Investimentos	50.173,13	2.201,82	0,00	47.971,31
TOTAL	50.173,13	2.201,82	0,00	47.971,31

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	-2.201,82	-2.201,82

FONTE:

Santiago do Sul, 20/11/2014

Volmir Antonio Sotille
 Prefeito Municipal

Domingos Severino Sponchiado
 Contador SC-020.348/O-5

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL - RREO - 5º BIMESTRE - ANEXO 12

Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	262.010,00	262.010,00	189.897,32	72,48
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	54.000,00	54.000,00	50.010,99	92,61
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	20.000,00	20.000,00	13.520,00	67,60
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	105.000,00	105.000,00	55.698,08	53,05
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	78.900,00	78.900,00	68.092,06	86,30
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	360,00	360,00	406,55	112,93
Dívida Ativa dos Impostos	2.400,00	2.400,00	1.936,25	80,68
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	1.350,00	1.350,00	233,39	17,29
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	8.750.900,00	8.750.900,00	7.070.796,28	80,80
Cota-Parte FPM	5.900.000,00	5.900.000,00	4.621.872,40	78,34
Cota-Parte ITR	1.900,00	1.900,00	1.084,53	57,08
Cota-Parte IPVA	107.000,00	107.000,00	98.876,16	92,41
Cota-Parte ICMS	2.675.000,00	2.675.000,00	2.304.932,88	86,17
Cota-Parte IPI-Exportação	52.000,00	52.000,00	35.113,38	67,53
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	15.000,00	15.000,00	8.916,93	59,45
Desoneração ICMS (LC 87/96)	15.000,00	15.000,00	8.916,93	59,45
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	9.012.910,00	9.012.910,00	7.260.693,60	80,56
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	498.423,00	498.423,00	417.256,61	83,72
Provenientes da União	405.983,00	405.983,00	375.685,95	92,54
Provenientes dos Estados	92.440,00	92.440,00	41.570,66	44,97
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	6.155,00	6.155,00	19.150,83	311,14
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	504.578,00	504.578,00	436.407,44	86,49
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)				
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100
DESPESAS CORRENTES	1.929.722,70	2.074.043,76	1.663.748,13	80,22
	739.499,70	830.733,50	567.464,16	68,31
	1.190.223,00	1.243.310,26	1.096.283,97	88,17
Pessoal e Encargos Sociais			1.454.090,84	70,11
Outras Despesas Correntes			566.264,16	68,16
			887.826,68	71,41

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	107.000,00	130.300,00	91.131,39	69,94	78.477,60	60,23
Investimentos	107.000,00	130.300,00	91.131,39	69,94	78.477,60	60,23
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.036.722,70	2.204.343,76	1.754.879,52	79,61	1.532.568,44	69,52
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IV)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	504.223,00	579.810,26	389.804,06	22,21	349.314,47	22,79
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	466.723,00	542.310,26	389.804,06	22,21	349.314,47	22,79
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	37.500,00	37.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	504.223,00	579.810,26	389.804,06	22,21	349.314,47	22,79
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	1.532.499,70	1.624.533,50	1.366.075,46	57,40	1.183.253,97	46,73
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI - (15 x IIIb)/100]						
						94.149,93

Continua 2/4

Município de Santiago do Sul - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2013	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE			
	6.231,80	12,41	6.219,39	12,41	0,00			
TOTAL	6.231,80	12,41	6.219,39	12,41	0,00			
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				SALDO FINAL (NÃO APLICADO)			
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)						
	0,00	0,00		0,00				
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013					0,00			
TOTAL (VIII)		0,00	0,00		0,00			
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 26 E 28								
	LIMITE NÃO CUMPRIDO				SALDO FINAL (NÃO APLICADO)			
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)						
	-	-		-				
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)								
Atenção Básica Assistência Hospitalar e Ambulatorial Vigilância Sanitária Vigilância Epidemiológica	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100		
	1.964.139,70	2.135.460,67	1.698.787,44	96,80	1.495.795,15	97,60		
	47.000,00	47.000,00	47.000,00	2,68	29.375,00	1,92		
	12.813,00	9.113,09	1.774,00	0,10	1.774,00	0,12		
12.770,00	12.770,00	7.318,08	0,42	5.624,29	0,37			
TOTAL	2.036.722,70	2.204.343,76	1.754.879,52	100,00	1.532.568,44	100,00		

Município de Santiago do Sul - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

Santiago do Sul, 20/11/2014

Volmir Antonio Sotille
Prefeito Municipal

Domingos Severino Sponchiado
Contador SC-020.348/O-5

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL - RREO - 5º BIMESTRE - ANEXO 13

Município de Santiago do Sul - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Santiago do Sul, 20/11/2014

 Volmir Antonio Sotille
 Prefeito Municipal

 Domingos Severino Sponchiado
 Contador SC-020.348/O-5

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL - RREO - 5º BIMESTRE - ANEXO 14

Município de Santiago do Sul - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	9.763.000,00	
Previsão Atualizada		—	9.763.000,00	
Receitas Realizadas		1.390.652,65	8.820.632,82	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	614.278,79	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	9.763.000,00	
Créditos Adicionais		—	2.556.491,02	
Dotação Atualizada		—	12.319.491,02	
Despesas Empenhadas		1.095.047,63	9.426.159,26	
Despesas Liquidadas		1.293.454,49	8.383.525,03	
Superavit Orçamentário		—	437.107,79	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		1.095.047,63	9.426.159,26	
Despesas Liquidadas		1.293.454,49	8.383.525,03	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			9.460.742,09	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-429.186,69	191.136,77	-44,53
Resultado Primário		-722.502,50	-221.087,26	30,60
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	62.658,16	1.087,93	57.920,23	3.650,00
EXECUTIVO	62.658,16	1.087,93	57.920,23	3.650,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	17.830,11	0,00	16.743,31	1.086,80
EXECUTIVO	17.830,11	0,00	16.743,31	1.086,80
TOTAL:	80.488,27	1.087,93	74.663,54	4.736,80
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		2.047.464,27	25%	28,20
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		326.926,01	60%	88,46
Liquidadas		326.926,01		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		598.380,00	201.620,00	
Despesa de Capital Líquida		1.615.672,77	1.492.575,09	

Continua 1/2

Município de Santiago do Sul - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	48.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			2.201,82	47.971,31
DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.183.253,97	15,00		16,30
Liquidadas	1.183.253,97			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Santiago do Sul, 20/11/2014

Volmir Antonio Sotille
 Prefeito Municipal

Domingos Severino Sponchiado
 Contador SC-020.348/O-5

São Bento do Sul

PREFEITURA

LEI Nº 3446/2014

LEI Nº 3446, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL A FIRMAR TERMO DE CESSÃO DE USO COM A SOCIEDADE MÃE DA DIVINA PROVIDÊNCIA/ HOSPITAL E MATERNIDADE SAGRADA FAMÍLIA

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Município de São Bento do Sul autorizado a efetuar termo de Cessão de Uso com a SOCIEDADE MÃE DA DIVINA PROVIDÊNCIA/ HOSPITAL E MATERNIDADE SAGRADA FAMÍLIA, CNES N.º 2521792 - Filantrópico, CNPJ N.º 84.942.887/0003-99, dos bens móveis descritos no ANEXO I, adquiridos através do Fundo Municipal de Saúde para utilização na UNACON - Unidade de Alta Complexidade em Oncologia, localizada junto ao Hospital e Maternidade Sagrada Família, em São Bento do Sul/SC.

Parágrafo Único: Os bens objeto do termo de cessão de uso são de utilização exclusiva do Hospital e Maternidade Sagrada Família, ficando vedada outra destinação, e deverão ser usados por pacientes vinculados ao Sistema Único de Saúde em tratamento de quimioterapia.

Art. 2º A Cessão de Uso vigorará durante cinco anos, a contar da assinatura do respectivo termo, ficando a cargo da SOCIEDADE MÃE DA DIVINA PROVIDÊNCIA/HOSPITAL E MATERNIDADE SAGRADA FAMÍLIA as despesas decorrentes de conservação e manutenção dos bens cedidos.

Art. 3º O minuta do Termo de Cessão de Uso dos bens a serem utilizadas no UNACON é parte integrante da presente Lei.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 19 de novembro de 2014.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

ANEXO I

DESCRIÇÃO DO ITEM	N. PATRIMÔNIO
Roteador Wireless 150MBPS.	11.11947
Roteador Wireless 150MBPS.	11.11948
Impressora HP multifuncional laser mono	11.11949
Estabilizador TS Shara 1000VA bivolt	11.11950
Estabilizador TS Shara 1000VA bivolt	11.11951
Estabilizador TS Shara 1000V bivolt	11.11952
Nobreak UPS Mini 600V BK	11.11953
Nobreak UPS Mini 600V BK	11.11954
Nobreak UPS Mini 600V BK	11.11955
Nobreak UPS Mini 600V BK	11.11956
Nobreak UPS Mini 600V BK	11.11957
Impressora ML-216W Laser Mono	11.11958

Impressora ML-216W Laser Mono	11.11959
Condicionador de ar Split 9000 BTUS LG Libero inverter	11.11960
Condicionador de ar Split 12000 BTUS LG Libero Inverter	11.11961
Condicionador de ar Split 12000 BTUS LG Libero Inverter	11.11962
Condicionador de ar Split 18000 BTUS LG Libero Inverter ARTCOOL	11.11963
Cadeira Secretária c/ capa SC Componentes	03.30047
Cadeira Secretária c/ capa SC Componentes	03.30048
Cadeira Secretária c/ capa SC Componentes	03.30049
Cadeira Secretária c/ capa SC Componentes	03.30050
Cadeira Secretária c/ capa SC Componentes	03.30051
Cadeira Secretária c/ capa SC Componentes	03.30052
Cadeira 4 pés palito sec.3/4 METAL-CAD curvin preto	03.30053
Cadeira 4 pés palito sec.3/4 METAL-CAD curvin preto	03.30054
Cadeira 4 pés palito sec.3/4 METAL-CAD curvin preto	03.30055
Cadeira 4 pés palito sec.3/4 METAL-CAD curvin preto	03.30056
Arquivo de Aço 4 gavetas RCH4/61	01.1646
Arquivo de Aço 4 gavetas RCH4/61	01.1647
Poltrona Reclinável	03.30057
Poltrona Reclinável	03.30058
Longarina 4 lugares	03.30059
Longarina 4 lugares	03.30060
Longarina 4 lugares	03.30061
Longarina 4 lugares	03.30062
Longarina 4 lugares	03.30063
Longarina 3 lugares	03.30064
Carro de Emergência com cilindro de O ₂ , fluxômetro e aspirador	11.11964
Balança Antropométrica adulto	11.11965
Laringoscópio	11.11966
Estetoscópio	S/ placa código 16
Esfigmomanômetro	S/ placa código 16
Cuba Rim inox	S/ placa código 16
Telefone de mesa padrão com chave	S/ placa código 16
Telefone de mesa padrão com chave	S/ placa código 16
Telefone de mesa padrão com chave	S/ placa código 16
Telefone de mesa padrão com chave	S/ placa código 16
Computador positivo Desktop Core i3, 4gb ,500hd, Windows 7	11.8749
Computador positivo Desktop Core i3, 4gb ,500hd, Windows 7	11.8748
Computador positivo Desktop Core i3, 4gb ,500hd, Windows 7	11.8747

Computador positivo Desktop Core i3, 4gb ,500hd, Windows 7	11.8746
Computador positivo Desktop Core i3, 4gb ,500hd, Windows 7	11.8745
Estabilizador 1000 VA	11.8770
Estabilizador 1000 VA	11.8771
Estabilizador 1000 VA	11.8772
Estabilizador 1000 VA	11.8773
Estabilizador 1000 VA	11.8774
Monitor AOC 19 Polegadas	11.8795
Monitor AOC 19 Polegadas	11.8796
Monitor AOC 19 Polegadas	11.8797
Monitor AOC 19 Polegadas	11.8798
Monitor AOC 19 Polegadas	11.8799

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ente jurídico de direito público interno, com CNPJ/MF nº 86.051.398/0001-00, com sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, Centro, neste Município, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. FERNANDO TURECK, portador do CPF nº 033.667.519-40, daqui por diante denominado CEDENTE, e, de outro lado, a SOCIEDADE MÃE DA DIVINA PROVIDÊNCIA/ HOSPITAL E MATERNIDADE SAGRADA FAMÍLIA, CNES N.º 2521792 - FILANTRÓPICO, CNPJ N.º 84.942.887/0003-99 neste ato representado pela sua representante legal Diretora IR. NELSA HACKBARTH, brasileira, solteira, Diretora Geral da Instituição, CPF sob nº. 154.393.729-20; daqui por diante denominada CESSIONÁRIO, firmam a presente Cessão de Uso, de conformidade com a Lei Municipal nº _____ e as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

O objeto do presente termo é a cessão de uso pelo CEDENTE em favor do CESSIONÁRIO, a título gratuito, os seguintes bens móveis adquiridos com recursos do Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Sul/SC:

DESCRIÇÃO DO ITEM	N. PATRIMÔNIO
Roteador Wireless 150MBPS.	11.11947
Roteador Wireless 150MBPS.	11.11948
Impressora HP multifuncional laser mono	11.11949
Estabilizador TS Shara 1000VA bivolt	11.11950
Estabilizador TS Shara 1000VA bivolt	11.11951
Estabilizador TS Shara 1000V bivolt	11.11952
Nobreak UPS Mini 600V BK	11.11953
Nobreak UPS Mini 600V BK	11.11954
Nobreak UPS Mini 600V BK	11.11955
Nobreak UPS Mini 600V BK	11.11956
Nobreak UPS Mini 600V BK	11.11957
Impressora ML-216W Laser Mono	11.11958
Impressora ML-216W Laser Mono	11.11959
Condicionador de ar Split 9000 BTUS LG Libero inverter	11.11960
Condicionador de ar Split 12000 BTUS LG Libero Inverter	11.11961
Condicionador de ar Split 12000 BTUS LG Libero Inverter	11.11962

Condicionador de ar Split 18000 BTUS LG Libero Inverter ARTCOOL	11.11963
Cadeira Secretária c/ capa SC Componentes	03.30047
Cadeira Secretária c/ capa SC Componentes	03.30048
Cadeira Secretária c/ capa SC Componentes	03.30049
Cadeira Secretária c/ capa SC Componentes	03.30050
Cadeira Secretária c/ capa SC Componentes	03.30051
Cadeira Secretária c/ capa SC Componentes	03.30052
Cadeira 4 pés palito sec.3/4 METAL-CAD curvin preto	03.30053
Cadeira 4 pés palito sec.3/4 METAL-CAD curvin preto	03.30054
Cadeira 4 pés palito sec.3/4 METAL-CAD curvin preto	03.30055
Cadeira 4 pés palito sec.3/4 METAL-CAD curvin preto	03.30056
Arquivo de Aço 4 gavetas RCH4/61	01.1646
Arquivo de Aço 4 gavetas RCH4/61	01.1647
Poltrona Reclinável	03.30057
Poltrona Reclinável	03.30058
Longarina 4 lugares	03.30059
Longarina 4 lugares	03.30060
Longarina 4 lugares	03.30061
Longarina 4 lugares	03.30062
Longarina 4 lugares	03.30063
Longarina 3 lugares	03.30064
Carro de Emergência com cilindro de O ₂ , fluxômetro e aspirador	11.11964
Balança Antropométrica adulto	11.11965
Laringoscópio	11.11966
Estetoscópio	S/ placa código 16
Esfigmomanômetro	S/ placa código 16
Cuba Rim inox	S/ placa código 16
Telefone de mesa padrão com chave	S/ placa código 16
Telefone de mesa padrão com chave	S/ placa código 16
Telefone de mesa padrão com chave	S/ placa código 16
Telefone de mesa padrão com chave	S/ placa código 16
Telefone de mesa padrão com chave	S/ placa código 16
Computador positivo Desktop Core i3, 4GB ,500hd, Windows 7	11.8749
Computador positivo Desktop Core i3, 4GB ,500hd, Windows 7	11.8748
Computador positivo Desktop Core i3, 4GB ,500hd, Windows 7	11.8747
Computador positivo Desktop Core i3, 4GB ,500hd, Windows 7	11.8746
Computador positivo Desktop Core i3, 4GB ,500hd, Windows 7	11.8745
Estabilizador 1000 VA	11.8770
Estabilizador 1000 VA	11.8771
Estabilizador 1000 VA	11.8772

Estabilizador 1000 VA	11.8773
Estabilizador 1000 VA	11.8774
Monitor AOC 19 Polegadas	11.8795
Monitor AOC 19 Polegadas	11.8796
Monitor AOC 19 Polegadas	11.8797
Monitor AOC 19 Polegadas	11.8798
Monitor AOC 19 Polegadas	11.8799

CLÁUSULA SEGUNDA:

A cessão de uso vigorará pelo prazo de 05 (cinco anos), a contar da data de publicação do presente termo, podendo ser prorrogado, durante a vida útil dos bens descritos na cláusula primeira.

Parágrafo Único: Quando devidamente comprovado que os bens não mais oferecerem condições de uso, a CESSIONÁRIA deverá comunicar imediatamente ao CEDENTE, o qual adotará os procedimentos legais para a devida baixa no patrimônio municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA:

A CESSIONÁRIA compromete-se a fazer a conservação e manutenção dos bens, objeto deste instrumento, como se próprio fosse, custeando as despesas de conservação e manutenção, bem como as decorrentes de acidentes (materiais e/ou pessoais), não cabendo ao CEDENTE ressarcimento pelas despesas que vier a efetuar, seja a que título for.

CLÁUSULA QUARTA:

A CESSIONÁRIA providenciará a pronta reposição de qualquer avaria que os bens apresentarem, enquanto os mesmos estiverem em seu poder assumindo, ainda, toda obrigação e/ou responsabilidade decorrente de seu uso, isentando o CEDENTE de qualquer envolvimento ou ônus com terceiros.

CLÁUSULA QUINTA:

O CEDENTE transfere à CESSIONÁRIA e esta assume todas as obrigações e/ou responsabilidades que possam advir do uso dos bens cedidos, providenciando ainda, sempre que solicitado, informações necessárias aos controles e registros patrimoniais do CEDENTE.

CLÁUSULA SEXTA:

É expressamente vedada a cessão ou transferência, a qualquer título, dos bens descritos na CLÁUSULA PRIMEIRA a terceiros, bem como sua utilização para fins diversos do objeto ajustado.

CLÁUSULA SÉTIMA:

O CEDENTE poderá, se for o caso, retirar os bens que estiverem sendo usados inadequadamente, ou fora das áreas de abrangência da CESSIONÁRIA.

CLÁUSULA OITAVA:

Ao CEDENTE é facultado o direito de inspecionar e fiscalizar a utilização dos bens ora cedidos.

CLÁUSULA NONA:

Este Termo poderá ser rescindido por qualquer das partes, pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou por interesse administrativo, mediante notificação, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA:

Ao término da vigência do presente instrumento, conforme estabelecido na cláusula segunda, ou no caso de sua rescisão antecipada, os bens descritos na cláusula primeira deverão ser restituídos ao CEDENTE em perfeitas condições de conservação e

funcionamento, considerando o desgaste natural dos mesmos pelo tempo de uso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

Fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC para dirimir quaisquer dúvidas oriundas desta Cessão de Uso que, porventura, não venham a ser resolvidas administrativamente.

E, por estarem justos e acordados, firmam a presente CESSÃO DE USO em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também assinam.

São Bento do Sul,
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

NELSA HACHBARTH
Diretora Hospital e Maternidade Sagrada Família

Testemunhas:

1. _____
2. _____

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 9/2014 EMHAB

EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS 009/2014

A Empresa Municipal de Habitação ☐ EMHAB, torna público a homologação e o resultado da licitação do Edital de Tomada de Preços nº 009/2014, tendo como objeto: Contratação de empresas do ramo da indústria da construção civil, para a construção de unidades habitacionais pré-fabricadas, conforme especificações constantes no Orçamento Estimativo e Cronograma Físico-Financeiro, Memorial Descritivo e Projeto Arquitetônico Anexos, o qual a Comissão, após analisar detalhadamente as documentações e as propostas, julga vencedora a empresa TERRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, para o lote 01 totalizando em R\$ 109.864,21. O lote 02 foi prejudicado, sendo objeto para nova licitação.

São Bento do Sul, 19 de novembro de 2014.
LUIZ CARLOS PEDROZO
Diretor Presidente da EMHAB

DECRETO Nº 752/2014

DECRETO Nº 0752, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.
FERNANDO TURECK,
PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo; Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.285/2013 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 76.890,14 (setenta e seis mil, oitocentos e noventa reais e quatorze centavos) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Atividade: 2.025 - Coordenação, manutenção e ampliação do ensino - Salário Educação

(472) 3.3.90.32.00.00.00 158 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 30.000,00

Atividade: 2.027 - Convênios com Empresas

(490) 3.3.90.30.00.00.00 022 - Material de Consumo R\$ 4.997,64

() 3.3.90.30.00.00.00 322 - Material de Consumo R\$ 32.292,50

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.081 - Gestão dos Serv. de Proteção Social Básica - PBF

(290) 3.3.90.47.00.00.00 152 - Obrig. Tribut. e Contributivas R\$ 600,00

Atividade: 2.079 - Gestão dos Serv. de Proteção Social Especial de Média Complexidade

(269) 3.3.90.30.00.00.00 152 - Material de Consumo R\$ 9.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais e totais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Atividade: 2.025 - Coordenação, manutenção e ampliação do ensino - Salário Educação

(471) 3.3.90.30.00.00.00 158 - Material de Consumo R\$ 30.000,00

Atividade: 2.027 - Convênios com Empresas

(492) 3.3.90.39.00.00.00 022 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 3.172,64

(493) 4.4.90.52.00.00.00 022 - Equip. Material Permanente R\$ 1.825,00

(560) 4.4.90.52.00.00.00 322 - Equip. Material Permanente R\$ 32.292,50

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.081 - Gestão dos Serv. de Proteção Social Básica - PBF

(288) 3.3.90.36.00.00.00 152 - Outros Serv. Terc. PF R\$ 600,00

Atividade: 2.079 - Gestão dos Serv. de Proteção Social Especial de Média Complexidade

(270) 3.3.90.32.00.00.00 152 - Mat. Distrib. Gratuita R\$ 8.000,00

(274) 3.3.90.47.00.00.00 152 - Obrig. Tributárias e Contributivas R\$ 1.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de novembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 753/2014

DECRETO Nº 0753, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores Jocemari Telma Teixeira, Edemilson Benedito de Assis, Carla Eloise Muhlbauer, Scheliga Monia Foitt Poltronieri e Ricardo Antonio Homechen para, sob a presidência da primeira, constituírem a Comissão de abertura e análise da documentação de habilitação e acompanhamento dos trabalhos referentes ao Edital de Concorrência Pública nº 310/2014, a realizar-se às 14:00 horas, do dia 17 de dezembro de 2014, na sala de reuniões da sede da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 19 de novembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

DECRETO Nº 754/2014

DECRETO Nº 0754, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores Mauro Siqueira Ramos, Sandra Maria Sadowski Andrzejewski, Edemilson Benedito de Assis, Ricardo Callado e Sergio Miguel de Matos para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de abertura e análise da documentação de habilitação e acompanhamento dos trabalhos referentes ao Edital de Concorrência Pública nº 306/2014, a realizar-se às 09:00 horas, do dia 17 de dezembro de 2014, na sala de reuniões da sede da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 19 de novembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 6876/2014

PORTARIA Nº 6876, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar as servidoras DANIELA DA SILVA e KELI PAULI, ocupantes do cargo de Técnico em Enfermagem - CAPS, na Secretaria Municipal de Saúde, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais abaixo relacionados:

- GM/Corsa, placa LZS 2583
- GM/Corsa, placa MBI 0423
- GM/Corsa, placa MHW 3336
- GM/Celta, placa MMK 1823
- GM/Celta, placa MMJ 8823
- Fiat/Doblo, placa MFF 1106
- Fiat/Doblo, placa MFN 6248
- Ford/Fiesta, placa OKF 3715
- Ford/Fiesta, placa OKF 3645
- VW/Gol, placa MBL 6765
- VW/Gol, placa MFQ 9645
- VW/Gol, placa MFT 3739
- VW/Gol, placa MJS 2989
- GM/Montana, placa MJC 4066
- Fiat/Palio, placa MGX 5834
- Peugeot, placa MJZ 8342
- Fiat/Uno, placa MCG 4284
- Fiat/Uno, placa MFN 8302
- Fiat/Uno, placa MFN 8322

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 19 de novembro de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 6887/2014

PORTARIA Nº 6887, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor ANDERSON MOMBELLI BARRAGAN, ocupante do cargo de Agente de Autoridade de Trânsito, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial FIAT/Doblo, placas MKU 3593.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 19 de novembro de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 6888/2014

PORTARIA Nº 6888, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera a Portaria nº 2717, de 15 de Julho de 2013, que Nomeia os Membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

FERNANDO TURECK,

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com as Leis nºs 513/95, 2330/09 e 2818/11,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam substituídos no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, os membros representantes da Fundação Cultural, constante da Portaria nº 2717, de 15 de julho de 2013, como segue:

Eliane Medeiros Mallon - Titular

Vivian Pollum - Suplente

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 19 de novembro de 2014

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

LISTAGEM PORTARIAS Nº 11/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 6877, de 19 de novembro de 2014. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2011/2013. Valdecir Correa da Silva. Vigia. SEMED.

Portaria nº 6878, de 19 de novembro de 2014. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2011/2014. Marcio Andrei Dias. Almo-xarife. SEMUS.

Portaria nº 6879, de 19 de novembro de 2014. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2007/2010. Marli Skonieczny. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 6880, de 19 de novembro de 2014. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2008/2011. Angela Ines Zwiefka Cardoso dos Santos. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 6881, de 19 de novembro de 2014. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2011/2014. José Jurandir da Silva Feliciano. Pintor. SEMOB.

Portaria nº 6882, de 19 de novembro de 2014. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2005/2008. Eliane Maria Zwiefka Alves. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 6883, de 19 de novembro de 2014. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2005/2008. Eliane Bergmann Rank. Secretária de Escola. SEMED.

Portaria nº 6884, de 19 de novembro de 2014. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2008/2011. Mariane Schneider. Auxiliar de Consultório Dentário. SEMUS.

Portaria nº 6885, de 19 de novembro de 2014. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2011/2014. Gicelia Weiss. Secretária de Escola. SEMED.

Portaria nº 6886, de 19 de novembro de 2014. Concede Licença Prêmio, triênio 2010/2013. Período de 11/12/2014 a 09/01/2015. Carla Grossl Diener. Farmacêutico. SEMUS.

São Bento do Sul, 21 de novembro de 2014.
FERNANDO TURECK,
PREFEITO MUNICIPAL.

RESOLUÇÃO Nº 20/2014 - CMAS

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 20/2014

APROVA A INSCRIÇÃO DO INSTITUTO DE PESQUISA, ATENDIMENTO, DEFESA E ASSESSORIA ESTRELA DE ISABEL, NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO BENTO DO SUL - CMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº. 513, de 12 de dezembro de 1995; pela Lei Municipal nº 2818, de 09 de junho de 2011 e, pelo Decreto Municipal nº. 878, de 08 de novembro de 2011, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e, de acordo com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária em 19 de novembro de 2014.

CONSIDERANDO:

- a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de nº 8.742/93, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

- a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), que estabelece as atribuições dos Conselhos no Controle Social da Política Municipal de Assistência Social, em consonância com o art. 18, da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS);

- a Resolução CNAS nº. 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

- a Resolução CNAS nº. 14, de 15 de maio de 2014, que define os parâmetros nacionais para inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Inscrição do Instituto de Pesquisa, Atendimento, Defesa e Assessoria Estrela de Isabel, com CNPJ nº 13.616.700/0005-80, localizado à Rua Helena Muhlbauer, 151, Bairro Schramm, no município de São Bento do Sul/SC, sob o nº. 09/2014 no CMAS, com o serviço abaixo mencionado:

I - Serviço de Acolhimento Institucional.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 19 de novembro de 2014.

Maira Denice Gonçalves de Almeida
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO BENTO DO SUL

Inscrição Nº 09/2014

O Instituto de Pesquisa, Atendimento, Defesa e Assessoria Estrela de Isabel, com CNPJ nº 13.616.700/0005-80, localizado à Rua Helena Muhlbauer, 151, Bairro Schramm, no Município de São Bento do Sul/SC, fica inscrita neste Conselho sob número 09/2014, desde 19 de novembro de 2014.

Executará o seguinte serviço socioassistencial: Serviço de Acolhimento Institucional..

A presente inscrição é por tempo indeterminado.

São Bento do Sul, 19 de novembro de 2014
Maira Denice Gonçalves de Almeida
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 292/2014

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 292/2014

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 05 de dezembro de 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COPA, COZINHA, LIMPEZA E HIGIENE PARA MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA 2ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO BENTO DO SUL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 19 de novembro de 2014.
ALCIONEI FRANÇA DA SILVA
Secretário de Administração

DEBORAH CINTIA DE QUADROS
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 309/2014

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 309/2014

MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às

13:30 horas do dia 05 de dezembro de 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS (CLIMATIZADOR DE AR FRIO PARA AMBIENTES, RÁDIO PORTÁTIL, APRESENTADOR MULTIMÍDIA, FORNO MICRO-ONDAS E GUARDA ROUPAS), PARA A SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E 2ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO BENTO DO SUL.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 24 de outubro de 2014.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA
Secretário de Administração

CARLA ELOISE MÜLBAUER
Pregoeira

EXTRATO DE CONTRATO Nº 308/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 308/2014

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Passes Vale Transporte, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa NIVALDO STOEBERL - TRANSPORTES COLETIVOS.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste no fornecimento de 45.229 unidades de passes (vale-transporte) para funcionários da rede municipal de ensino pelo período de 03 meses, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 280/2014 de 17 de setembro de 2014.

DA VIGÊNCIA: 03 (três) meses, a contar de outubro de 2014.

DO VALOR: R\$ 135.684,00 - Valor Total.

São Bento do Sul, 08 outubro de 2014.

ASS: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

NIVALDO STOEBERL - TRANSPORTES COLETIVOS, como Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 309/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 309/2014

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Passes Estudante, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa NIVALDO STOEBERL - TRANSPORTES COLETIVOS.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste no fornecimento de passes escolares para alunos do ensino médio pelo período de outubro a dezembro de 2014, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 285/2014 de 25 de setembro de 2014.

DA VIGÊNCIA: 03 (três) meses, a contar de outubro de 2014.

DO VALOR: R\$ 138.434,40 - Valor Total.

São Bento do Sul, 08 outubro de 2014.

ASS: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

NIVALDO STOEBERL - TRANSPORTES COLETIVOS, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 329/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 329/2014

DA ESPÉCIE: Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 088/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa BRACOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA, em 18 de MARÇO de 2014, conforme Edital de Concorrência Pública nº 287/2013.

Considerando o objeto do Contrato nº 088/2014, que constitui no fornecimento de material e mão de obra para execução de serviços de terraplanagem, drenagem pluvial, sinalização viária e pavimentação asfáltica das Ruas Ipê e Alfredo Baron, Bairro 25 de Julho, conforme Memorial Descritivo, Projetos e Contrato de Empréstimo entre Caixa Econômica Federal / Prefeitura Municipal de São Bento do Sul nº 780694/2012;

Considerando a solicitação protocolada da Contratada de nº 042530 em 05 de novembro de 2014 em anexo a este Termo Aditivo, a qual pede prorrogação do referido Contrato para que não haja prejuízo a comunidade, devido às condições climáticas terem ocasionado retardamento dos trabalhos, faz-se necessário prorrogar a vigência do referido Contrato, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso I e II, da Lei 8.666/93, nos seguintes termos: Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato por 01 (um) mês, a contar de 09 de novembro de 2014 e com término em 08 de dezembro de 2014.

Mantém-se o prazo de vigência com término em 31 de dezembro de 2014.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 06 de novembro de 2014.

Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

SCHELIGA MONIA FOITT POLTRONIERI, como Engenheira Civil.
BRACOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA, como Contratado.

DECISÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5021/2014 (PREGÃO Nº 307/2013)

DECISÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO
(Ref.: Pregão n. 307/2013)

I - RELATÓRIO

Trata-se de processo licitatório instaurado na modalidade "pregão presencial com registro de preços", que gerou a respectiva Ata de Registro de Preços, tendo a empresa Supremaville Alimentação Ltda. - ME se sagrado vencedora dos itens 42, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53 e 57 (vide ata FLS. 3-15).

Em razão de informações, declarações e registros fotográficos recebidos nesta Secretaria, restou instaurado o devido processo administrativo contra a empresa Supremaville Alimentação Ltda. - ME, acusada de cometer as irregularidades descritas às fls. 95/96 destes autos.

Instada a se defender e requerer o que entendesse de direito para exercício do contraditório e ampla defesa, a empresa citada apresentou defesa por escrito, afirmando, em suma:

- i) que atua como distribuidora de alimentos, razão pela qual não tem como atestar a qualidade dos produtos entregues, uma vez que a lei não lhe permite "abrir os pacotes e conferir os produtos ali armazenados";
- ii) que fornece alimentos para diversas prefeituras, tendo sido premiada em Joinville/SC;
- iii) que a administração municipal deveria ter solicitado a troca dos

produtos, o que foi feito somente uma vez, por notificação;
iv) que a planilha de fls. 37-38 dos presentes autos atesta que tudo estava correto;
v) afirma que ou houve desvio de mercadorias por parte das servidoras mensais, ou substituição de mercadorias pelos funcionários da empresa, sem o consentimento desta;
vi) que sempre procedeu da forma correta e que a notificação anterior, para a troca de produtos, não garantiu o contraditório e a ampla defesa, o mesmo ocorrendo com a decisão que suspendeu o fornecimento.

Em vista destes argumentos acima resumidos, a empresa requereu a improcedência do procedimento administrativo, com a diligência junto à empresa C. Vale para verificar se existe alguma relação comercial com a requerente; o encaminhamento da defesa à Procuradoria Geral do Município e ao Ministério Público e, por fim, a reativação do contrato suspenso.

É o relatório.

Passo à decisão.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Trata-se de processo licitatório instaurado na modalidade “pregão presencial com registro de preços”, que gerou a respectiva Ata de Registro de Preços, tendo a empresa Supremaville Alimentação Ltda. - ME se sagrado vencedora dos itens 42, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53 e 57 (vide ata FLS. 3-15).

As informações, declarações e registros fotográficos recebidos nesta Secretaria, davam conta que a empresa Supremaville Alimentação Ltda. - ME teria cometido no decorrer do fornecimento de alimentos à rede municipal de ensino, em decorrência do Pregão n. 307/2013, as seguintes irregularidades (vide documentação anexa contendo as datas das anunciadas irregularidades):

- * entrega de moela de frango no CEIM Neide da Fátima Lobermayer, “suja, com pele e restos de alimentos”;
- * recusa do entregador da empresa, na EBM Alexandre Pfeiffer, em pesar a entrega de 15kg de batata inglesa, na tentativa de deixar apenas a metade do produto;
- * fornecimento de carne suína na EBM Professora Adélia Lutz, com excesso de gordura e nervos, de difícil cozimento e com odor não característico;
- * fornecimento de aipim descascado na CEIM Peter Pan, “cheirando azedo”, impossibilitando de ser servido aos berçários, razão pela qual o produto teve de ser descartado, ocasionando a alteração não planejada do cardápio;
- * fornecimento de carne de porco na EBM Professora Adélia Lutz, com excesso de gordura, não condizente com a qualidade esperada;
- * fornecimento de carne de frango com validade vencida na EBM/PEM/CEIM Dr. Hercílio Malinowsky;
- * fornecimento de carne de frango com validade vencida na EBM Sophia Schwedler;
- * fornecimento de carne de frango com validade vencida no CEIM Pica Pau;
- * fornecimento de carne suína sem condições de utilização, por conter muita gordura (sebo) e carne bovina misturada;
- * fornecimento de carne de frango com validade vencida na EBM Garibaldi S. Fuginaga;
- * não fornecimento de peito de frango e recusa do entregador da empresa em deixar proceder a anotação em sua planilha de controle (quanto o não fornecimento), alegando este que já teria entregue o produto em outra creche. Fato ocorrido no CEIM Tico e Teco ;
- * entrega de moelas de frango na EBM Prefeito Antônio Tremli, sem condições de utilização, contendo larvas;
- * fornecimento de carne de frango com validade vencida no CEIM

Pastor Adolfo Prinz;

* apresentação de produtos regulares para conferência/fiscalização no próprio caminhão da empresa ao Setor de Alimentação da Secretaria Municipal de Educação, seguida da entrega de produtos diversos às unidades escolares, contendo os problemas supra citados;

Apesar de registrar um único pedido de diligência (reputado desnecessário, como veremos mais adiante), o presente processo nos parece maduro para ser decidido.

É o que passo a fazer.

Como primeira medida, deixo de considerar na prolação da presente decisão, a manifestação e documentos juntados nos autos pela Secretaria Municipal de Educação (fls. 117 a 124), por terem sido apresentadas após a defesa escrita da empresa.

Imperioso ressaltar, no entanto, que as informações acerca dos problemas com os produtos fornecidos (vide fls. 16, 17, 19 a 36, 40 a 47), foram prestadas por Cozinheiras e Diretoras de diversas unidades escolares (EBMs e CEIMs) da Rede Municipal de Educação, por Nutricionistas responsáveis pela alimentação escolar, pelo Conselho de Alimentação Escolar do nosso município e pela Secretária Municipal de Educação, ou seja, tratam-se de profissionais que têm contato direto os produtos fornecidos e possuem conhecimento e técnica suficientes para identificar os problemas alegados e os possíveis danos decorrentes.

Assim sendo e considerando que a defesa baseia-se ora na tese de “ausência de fornecimento” ora na tese de “ausência de responsabilidade pelos produtos fornecidos” — deixando de negar a ocorrência dos problemas em si —, tenho como incontroversa a ocorrência dos problemas alegados.

Apesar de a empresa fornecedora negar genericamente sua responsabilidade pelos problemas constatados sob o singelo argumento de ser “apenas distribuidora dos produtos”, é cediço que ao assumir o fornecimento de alimentos perecíveis para a Administração Pública Municipal, a empresa Suprema-Ville Alimentos Ltda. - ME contraiu a obrigação de garantir a qualidade dos produtos que integram a alimentação escolar de crianças matriculadas na rede municipal de ensino. Importante esclarecer que a responsabilidade pelo fornecimento de produtos de origem animal é de grandeza tal, que um único pacote de carne vencida ou sem condições de uso pode gerar grave intoxicação alimentar em todas as crianças de uma unidade escolar.

Em sua defesa, a empresa também alega que foi notificada por escrito somente uma vez para efetuar a troca de alimentos inadequados, como se não tivesse ciência das demais ocorrências alegadas pela Administração Escolar. Contudo, constam das fls. 59 a 62 inúmeras mensagens eletrônicas enviadas à Suprema-Ville, dando conta de irregularidades no fornecimento decorrente do Pregão n. 307/2013.

Em se tratando de comunicações não refutadas pela defesa, tenho que a empresa Suprema-Ville tinha plena ciência das inúmeras ocorrências.

Ora, tomando conhecimento dos graves problemas de fornecimento, a empresa deveria no mínimo ter adotado as providências necessárias para não incorrer mais nestes vícios, o que não ocorreu, mantendo conduta inadequada reiteradamente, pois continuou desprezando suas obrigações decorrentes do certame público, fornecendo alimentos que poderiam colocar em risco muitas crianças da rede municipal de ensino, caso fossem utilizados.

Trata-se de falta muito grave, que deve ser administrativamente

punida à mesma altura.

Quanto a alegada planilha de fls. 37/38, considero que tal documento atesta a regularidade apenas de um único fornecimento e no momento da fiscalização, isto é, não pode ser considerada para o momento das inúmeras entregas realizadas a posteriori, nas unidades escolares.

Ressalte-se que ainda que houvesse a substituição de alimentos pelos funcionários da empresa fornecedora sem a ciência e o consentimento desta — hipótese ventilada pela própria empresa a título de argumentação —, sua responsabilidade não estaria ilidida, pois é cediço que toda empresa é responsável pelos atos de seus empregados/prepostos, a teor do disposto no Art. 932 do Código Civil.

Melhor sorte não socorre a empresa fornecedora em relação ao argumento de que nunca manteve relação comercial com a empresa C. Vale. Entendo não haver necessidade de diligenciar junto à mesma para atestar a alegação da requerente pois para fornecer produtos desta marca não há a menor necessidade de a empresa ter adquirido diretamente da fabricante, podendo ter comprado de distribuidores e fornecido.

Destarte, a diligência requerida além de mostrar-se desnecessária para a formação do convencimento do julgador administrativo, somente atrasaria o andamento do processo, razão pela qual, fica o mencionado indeferido.

No que concernem os atos praticados no presente processo administrativo, entendo que não há qualquer violação ao exercício do contraditório e ampla defesa da empresa, seja em relação à notificação (que não gerou punição, mas apenas determinou a substituição de produtos impréstáveis ao consumo humano), seja em momento posterior.

Como se percebe, a empresa se fez representar por profissional da Advocacia devidamente habilitado, protocolizou defesa escrita e não apresentou outros requerimentos além da diligência reputada protelatória.

Assim, não vislumbro prejuízos ao direito de defesa.

Por fim, destaco que o fato de manter conduta adequada ou até mesmo “premiada” em outro município, não possui o menor condão de modificar ou atenuar as infrações cometidas pela empresa Suprema-Ville. O que se pode concluir na hipótese da alegação ser verídica, é que a empresa não vem mantendo a mesma conduta no fornecimento de alimentos perecíveis ao Município de São Bento do Sul.

E o que ocorre em relação ao fornecimento pela empresa Suprema-Ville a esta Administração Pública Municipal é o que basta para confirmar a interrupção do fornecimento e a aplicação das penalidades inerentes.

Quanto a estas últimas, a Lei de Licitações e Contratos Administrativos prevê em seu Art. 87:

“Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a

Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.”

Considerando: i) a reiteração da conduta da empresa Suprema-Ville, nada obstante as diversas reclamações e pedidos formulados pelas profissionais da Secretaria Municipal de Educação, seja de forma oral, e-mail ou notificação extra-judicial; ii) os transtornos causados pela referida empresa, tanto em relação perda de alimentos por serem impréstáveis ao consumo, quanto em relação à necessidade de interrupção do fornecimento e iii) o risco a que poderiam ter sido expostas as crianças matriculadas na rede municipal de ensino ante a negligência da empresa fornecedora de alimentos perecíveis, não fosse a intervenção das profissionais diretamente envolvidas com a alimentação escolar; entendo que as penalidades a serem aplicadas excedem os limites da mera “advertência” pena mais branda, o que já foi feito verbalmente, via e-mail e pela notificação extra-judicial, já não mais cabível neste momento.

Assim sendo, pelas faltas graves e inadimplementos obrigacionais que cometeu, aplico à empresa SUPREMA-VILLE, a pena de multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado com a empresa, e efetivamente entregue e pago até o momento da suspensão, no processo licitatório 307/2013, que deverá ser apurado pela Secretaria Municipal de Finanças, antes de emitir o boleto de recolhimento, por se tratar de ata de registro de preços que gera a expectativa de contratação, e não a obrigação, por expressa disposição do instrumento convocatório que rege a presente relação (item 11.3 do Edital de Pregão n. 307/2013), esclarecendo desde já que o pregão com registro de preços não gera o contrato padrão normalmente utilizado em outras aquisições, mas apenas a denominada “Ata de Registro de Preços”.

Além disso, inegável que a conduta reiterada da empresa, em face do inadimplemento de suas obrigações, quebra a necessária confiança da relação contratual, exigindo a imposição da penalidade prevista no inciso III do Art. 87 da Lei n. 8.666/93, pela gravidade da situação e alto risco causado às crianças da rede pública de ensino, razão pela qual decreto a suspensão temporária da empresa Sumprema-Ville Alimentação Ltda. (pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n. 16.646.631/0001-12, com sede na Rua Fátima, n. 2043, bairro Fátima, Joinville/SC), de participar de licitação e contratar com esta Administração Municipal pelo prazo de 18 (dezoito) meses, inclusive com as fundações, autarquias e empresas de economia mista.

III - DISPOSITIVO

ANTE O EXPOSTO, com base no item 11.3 do Edital de Pregão n. 307/2013 e nas Leis n.ºs 10.520/2002 e 8.666/93, DECIDO confirmar a interrupção do fornecimento dos alimentos constantes itens 42, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53 e 57 da Ata de Registro de Preços do Pregão n. 307/2013 e aplicar as seguintes penalidades à empresa SUPREMA-VILLE ALIMENTAÇÃO LTDA. (CNPJ/MF n. 16.646.631/0001-12):

a) multa de multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado e efetivamente entregue e pago pela municipalidade até o momento para a empresa, no processo licitatório 307/2013; b) suspensão temporária de participar de licitações municipais em todos os seus órgãos, e de contratar com esta municipalidade pelo prazo de 18 (dezoito) meses, contados da intimação da empresa. Intime-se a empresa SUPREMA-VILLE ALIMENTAÇÃO LTDA. do teor desta decisão, encaminhando cópia à Contabilidade e Tesouraria desta Prefeitura, para que apurem o valor da multa, e

emitam a respectiva guia de recolhimento da multa, que deverá ser quitada, sob pena de lançamento e inscrição em dívida ativa não tributária, cientificando a Secretaria Municipal de Educação do inteiro teor da presente decisão, para que tome providências no sentido da não interrupção no fornecimento dos insumos.

Publique-se e intime-se.
Após, archive-se.

São Bento do Sul/SC, 03 de outubro de 2014.
ALCIONEI FRANÇA DA SILVA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 6860/2014

PORTARIA Nº 6860, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014
Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor público municipal NELSON ANTONIO CORREA, ocupante do cargo de Vigia, na Secretaria Municipal de Administração, averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00048/13-3, de 16 anos, 07 meses e 14 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 7147, de 04 de novembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de novembro de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 327/2014

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 327/2014

OBJETO: Contratação de hospedagem para o idoso Sr. Oajair José Anhaya pelo período de 12 meses, idoso referenciado no Programa "Garantindo Política do Idoso em Situação de Vulnerabilidade Social". Com pagamento retroativo a partir de dezembro/14, conforme descrito no ofício nº 01.2014.00017987-2.
CONTRATADO: INSTITUTO SANTÉ
VALOR: R\$ 21.518,40

SÃO BENTO DO SUL, 18 de novembro de 2014.
EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS
DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO

RITA MARIA DUMS
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 327/2014

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 25 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I - Objeto: Contratação de hospedagem para o idoso Sr. Oajair José Anhaya pelo período de 12 meses, idoso referenciado no Programa "Garantindo Política do Idoso em Situação de Vulnerabilidade Social". Com pagamento retroativo a partir de dezembro/14, conforme descrito no ofício nº 01.2014.00017987-2.

II - Contratado: INSTITUTO SANTÉ.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: A Inexigibilidade de licitação para os referidos serviços se funda no caput do artigo 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pela inviabilidade de competição existente na contratação. Trata-se de uma Instituição de Longa Permanência - ILPI, estabelecimento para atendimento integral institucional, cujo público alvo é pessoas acima de 60 anos, que não dispõe de condições para permanecer com a família ou em seu domicílio. A ILPI contratada é a única da região com vaga disponível para atender o senhor, Sr. OAJAIR JOSÉ ANHAYA, conforme determinado no ofício Nº0747/201401PJ/SBS E DESPACHO Nº 01.2014.00017987-2, anexo no Processo.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A instituição é receptível a prestação dos referidos serviços, a idosos encaminhados por órgãos, a assistência na modalidade asilar ocorre no caso da inexistência do grupo familiar, abandono, carência de recursos financeiros próprios ou da própria família. Sendo assim a única a ter vaga disponível no momento e a única a atender as necessidades do cadeirante. Ficando evidenciada a inviabilidade de competição para a referida contratação.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado é o praticado no mercado, para o referido tipo de serviço.

RITA MARIA DUMS
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

CÂMARA MUNICIPAL

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 018/2014

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 018/2014

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 019/2013 firmado entre a Câmara Municipal de São Bento do Sul e Betha Sistemas Ltda.

Onde lia-se:

Ilse Cristina de Souza - pela Empresa Contratada

Passa-se a ler:

Ernesto Muniz de Souza Junior - pela Empresa Contratada

São Carlos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO N.95/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.95/2014
Edital: PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS N.95/2014
Tipo : Menor preço
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SHOW PIROTECNICO-REVEILLON LUZ 2015.
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas - dia 04 de dezembro de 2014.
Abertura dos Envelopes: 08:00 horas - dia 04 de dezembro de 2014.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 014 493325.3000

SAO CARLOS, 20 de novembro de 2014
CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO N.96/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.96/2014
Edital: PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS N.96/2014
Tipo : Menor preço
Objeto: MATERIAL P/DECORAÇÃO NATALINA.
Entrega dos Envelopes: 09:00 horas - dia 04 de dezembro de 2014.
Abertura dos Envelopes: 09:00 horas - dia 04 de dezembro de 2014.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 014 493325.3000

SAO CARLOS, 20 de novembro de 2014
CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito Municipal

AVISO N.26/2014 - FMS

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
SÃO CARLOS - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.:26/2014
Edital: PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS – Nº 26/2014
Tipo : Menor Preço/ Por Item
Objeto: AQUISIÇÃO DE OXIGENIO MEDICINAL
Entrega dos Envelopes : 08:00 horas do dia 05 de dezembro de 2014.
Abertura dos Envelopes : 08:00 horas do dia 05 de dezembro de 2014
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 014 49 3325 3000 .

SAO CARLOS, 20 de novembro de 2014.

CLEOMAR WEBER KUHN
Gestor do Fundo Municipal

QUARTO TERMO BETHA

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCARLOS	
EXTRATO ADITIVO DE VALOR	
Contrato Nº:	040/2013- QUARTO TERMO ADITIVO DE VALOR
Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE SCARLOS
Contratada:	BETHA SISTEMAS LTDA
Objeto...:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE USO DE SISTEMAS DE GESTÃO PUBLICA .
Prazo.....	36 meses
Valor...:	R\$13.583,25(quinhetos e oitenta e três mil e vinte cinco centavos)
Licitação...:	PREGÃO PRESENCIAL N.99/2013
SAO CARLOS, 15 de outubro de 2014	
CLEOMAR WEBER KUHN	
Prefeito Municipal	

São Domingos

PREFEITURA

DEC 1764 DE 18 11 2014 SUPERÁVIT PASEP

DECRETO Nº 1764, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2014 PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.729, de 04/12/13;

DECRETA:

Art. 1º Abre crédito adicional, pelo superávit financeiro, criando a modalidade de aplicação e adiciona o valor de R\$ 12.420,36 (doze mil, quatrocentos e vinte reais e trinta e seis centavos), na seguinte programação de despesa:

08.00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO				
28.846.0000.0.004 – Obrigações Tributárias e Contributivas				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	147	03.0000	12.420,36

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 12.420,36 (doze mil, quatrocentos e vinte reais e trinta e seis centavos), da Fonte de Recursos 03.0000 - Recursos Ordinários.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 18 de novembro de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

São João do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº. 111 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº. 111 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

Altera o Art. 4º do Decreto Municipal nº 090, de 06 de outubro de 2014, que Estabelece horário de atendimento ao público nas Repartições Públicas Municipais de São João do Sul a partir da data que especifica, e dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso V, Art. 55 da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º - O Art. 4º do Decreto nº 090 de 06 de outubro de 2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º - O Conselho Tutelar, o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV farão atendimento ao público, de segunda a sexta-feira, das 08h00min. às 12h00min. e das 13h00min. às 17h00min".

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de novembro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 19 de novembro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos dezanove dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração

DECRETO Nº 112 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 112 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE O PROTESTO EXTRAJUDICIAL DOS CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições constitucionais e legais conferidas pelo artigo 30, incisos, I, II e III da Constituição Federal e art. 55, inciso V, da Lei Orgânica Municipal de 06 de abril de 1990, bem como pelos artigos 114 e 193, I, e parágrafo único, da Lei Municipal n.º 629, de 17 de dezembro de 1990;

CONSIDERANDO que atualmente a Dívida Ativa Consolidada do Município importa em aproximadamente R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), em sua maior parte originada do não pagamento do IPTU, ISS e de multas impostas pela municipalidade, valores esses que podem e devem ser cobrados e revertidos em prol do bem estar da comunidade São João do Sul;

CONSIDERANDO que o Município de São João do Sul cobra parte dessa dívida ativa em cerca de 400 (quatrocentas) ações de execução fiscal, que estão em andamento na Vara Única da Comarca de Santa Rosa do Sul;

CONSIDERANDO esse enorme quantitativo de ações abarrotada o Judiciário local, fato que causa uma excessiva lentidão na tramitação dos processos de interesse do Município de São João do Sul;

CONSIDERANDO que os custos processuais com essas mais de 400 (quatrocentas) ações são elevados e dotados de baixo índice de eficácia;

CONSIDERANDO que o protesto de Certidão de Dívida Ativa não acarretará nenhuma despesa com emolumentos, taxas, diligências ou condução para o Município, em razão da isenção legal contida no artigo 33 da Lei Complementar Estadual n.º 156, de 15 de maio de 1997;

CONSIDERANDO que do ponto de vista legal podem ser protestados os títulos de crédito, as obrigações que se originem de títulos executivos judiciais ou extrajudiciais e outros documentos de dívida, conforme a norma estampada no artigo 1º, da Lei 9.492, de 10/09/1997 (Lei do Protesto);

CONSIDERANDO que nos termos do artigo 585, V, do Código de Processo Civil, com redação dada pela Lei nº 11.382/2006, as Certidões de Dívida Ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios são títulos executivos extrajudiciais, sendo passíveis, portanto, de protesto extrajudicial;

CONSIDERANDO que a Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina já exarou orientação no sentido de que as certidões de dívida ativa podem ser protestadas;

CONSIDERANDO que a 3ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, em decisão de 19 de outubro de 2010 nos Embargos Infringentes nº 994.08.204665-6/50002, rel. o Des. Magalhães Coelho, concluiu pela legalidade do protesto de Certidão de Dívida Ativa, porquanto integrante do conceito aberto de "outros documentos de dívida" contido no artigo 1.º da Lei 9.492, de 10-09-1997; e que a Lei Federal nº 12.767/2012 inseriu no referido artigo o parágrafo único, o qual diz que "incluem-se entre os títulos sujeitos a protesto as certidões de dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias e fundações públicas";

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional de Justiça e os 91 (noventa e um) Tribunais do país definiram como meta prioritária (Meta 03) reduzir em 20% os 25 milhões de execuções fiscais que abarrotam nossos fóruns e tribunais, enfrentando aquilo que presidente do CNJ definiu como o maior gargalo do Judiciário brasileiro;

CONSIDERANDO que no julgamento dos Pedidos de Providências 2009.10.00.004178-4 e 2009.10.00.004537-6, realizado em 06 de abril de 2010 (102.ª Sessão Plenária), o Conselho Nacional de Justiça recomendou que os Tribunais de Justiça editassem os atos normativos necessários para se realizar o protesto extrajudicial de Certidões de Dívida Ativa da Fazenda Pública;

CONSIDERANDO que o Código de Norma da Corregedoria Geral de Justiça do nosso Estado de Santa Catarina, em posição de vanguarda, já prevê o protesto de certidão de dívida ativa no artigo 846, a dispor que "é cabível o protesto por falta de pagamento da certidão de dívida ativa que atenda aos requisitos do artigo 2º, §§ 5º e 6º, da Lei n. 6.830/80, de 22 de setembro de 1980";

CONSIDERANDO que no âmbito federal, o Senhor Ministro de Estado da Fazenda Interino e o Advogado Geral da União assinaram a Portaria Interministerial nº 574-A, de 20 de dezembro de 2010, publicada no D.O.U. nº 02, de 04/01/2011, autorizando o protesto das Certidões de Dívida Ativa da União, das autarquias e

das fundações públicas federais, independentemente do valor do crédito fiscal;

CONSIDERANDO que a Portaria n.º 321, de 06/04/2006, do Senhor Procurador-Geral da Fazenda Nacional, publicada no D.O.U. de 07/04/2006, já autorizava o protesto das Certidões de Dívida Ativa da União;

CONSIDERANDO que a presente medida não implica na instituição, extinção, majoração, redução, definição de fato gerador, fixação de alíquota, base de cálculo, cominação de penalidades, exclusão, suspensão ou na extinção de crédito tributário, não estando, portanto, sujeita aos princípios da legalidade e da anterioridade (artigos 96 e 104 do Código Tributário Nacional), o que dispensa lei em sentido formal;

CONSIDERANDO que de acordo com o representante da Advocacia Geral da União, procurador-geral federal Marcelo de Siqueira Freitas, responsável pelo protesto extrajudicial das Certidões de Dívida Ativa da União em sua fase inicial, o índice médio de recuperação de créditos com o ajuizamento de ações para a cobrança de dívida ativa é de 1%, enquanto no protesto em cartório dos créditos do INMETRO chegou-se a alcançar uma taxa de retorno de 48%;

CONSIDERANDO, por fim, que o protesto de certidão da dívida ativa implicará, certamente, choque de gestão capaz de diminuir a inadimplência e aumentar significativamente a arrecadação municipal, permitindo o desenvolvimento de novas e melhores ações nas áreas de educação e saúde, bem como o investimentos em obras públicas, inclusive a (re) pavimentação de logradouros públicos, tudo em plena consonância com o princípio da eficiência plasmado no artigo 37 da Constituição da República, ao qual a Administração Tributária deve obediência;

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o protesto extrajudicial das Certidões de Dívida Ativa do Município, representativas de créditos tributários ou não, desde que os contribuintes ou devedores estejam devidamente identificados.

Parágrafo Único. Além do nome completo e dos demais elementos exigidos nas leis e regulamentos em vigor relativos ao protesto de títulos, os documentos da dívida deverão conter a indicação precisa do número de inscrição no CPF ou no CNPJ do contribuinte ou devedor, endereço completo, número da Certidão da Dívida Ativa, valor total abrangendo os juros e a correção monetária, data de emissão e vencimento.

Art. 2º. As parcelas inadimplidas de parcelamentos concedidos pela Administração Tributária poderão ser levadas a protesto, individualmente, mediante expedição de certidão específica para a parcela não paga.

Art. 3º. As Certidões da Dívida Ativa cuja cobrança já tenha sido ajuizada poderão, igualmente, ser levadas a protesto.

Art. 4º. Fica autorizada e incumbida de encaminhar as Certidões da Dívida Ativa ao Tabelionato de Protestos da Comarca o titular da pasta da Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 5º. O Município poderá fornecer ao interessado apenas informações a respeito da existência ou não de protesto e o tabelionato que o lavrou, cabendo-lhe a responsabilidade pelos dados que fornecer.

§1º. O Município não prestará informações sobre protestos cancelados, conforme dispõe o artigo 29, parágrafo 1º, da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997.

§2º. Para maiores informações, o usuário deverá solicitar certidão no tabelionato competente.

Art. 6º. Ao protesto e seu procedimento aplicam-se as leis e regulamentos que lhes são próprios.

Art. 7º. Poderá o Município solicitar a retirada do título, no prazo de 03 (três) dias úteis contados da intimação do devedor, em casos de constatação de erro ou qualquer equívoco da própria Administração, constando tal circunstância do requerimento, hipótese em que não haverá custas e emolumentos a serem satisfeitos.

Parágrafo único. Se a retirada for solicitada no tríduo legal por concessão de parcelamento, deverá o contribuinte ser orientado no sentido de comparecer, dentro do prazo, ao Tabelionato de Protestos para satisfazer as custas e emolumentos, sob pena de ser protestada a Certidão da Dívida Ativa.

Art. 8º. Ficará a critério da Administração Municipal a concessão ou não de parcelamento de Certidões da Dívida Ativa levadas a protesto.

Art. 9º. Protestada a Certidão da Dívida Ativa, o cancelamento será feito nas formas previstas no artigo 26 da Lei Federal nº 9.492/97 e no artigo 894 do vigente Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Santa Catarina, mediante o pagamento, pelo devedor ao Tabelionato, de todas as custas e emolumentos devidos, como os próprios do cancelamento, do protesto, diligências, condução, digitalização e gravação eletrônica de dados, selos e todos a que fizer jus o Tabelião.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
20 de novembro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria aos vinte dias do mês novembro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

LICITAÇÃO Nº 083/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

LICITAÇÃO Nº 083/2014

Modalidade - Tomada de Preços nº 004/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL/SC, EM ATERRO SANITÁRIO, DEVIDAMENTE LICENCIADO. Os envelopes de Habilitação e Propostas: Poderão ser entregues até às 07h 45 min do dia 09/12/2014, com abertura dos envelopes prevista para as 08h do dia 09/12/2014. A entrega do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de São João do Sul, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às sextas feiras das 07h às 13h, ou pelo e-mail licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br

São João do Sul - SC, em 20 de Novembro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 92 DE 16 DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO Nº 92 DE 16 DE OUTUBRO DE 2014

"Transpõe dotações do orçamento vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 5º da Lei nº 1704 de 04 de dezembro 2013 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a transposição de saldos no valor de R\$ 4.130,20 (quatro mil, cento e trinta reais e vinte centavos), para cobertura de dotações do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme seguem:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0125.2013 - Programa de Atendimento Integral a Família (PAIF e SCFV)

4.4.90.00.00.00.00.00.3054 - Aplicações Diretas R\$ 896,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0058 - Aplicações Diretas R\$ 590,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0054 - Aplicações Diretas R\$ 384,20

0501 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.364.0128.2034 - Manutenção e Auxílio ao Ensino Superior

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

0601 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, CULTURA, ESPORTE, TURISMO E MEIO AMBIENTE

23.695.0132.2044 - Manutenção e Desenvolvimento do Turismo

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 1.260,00

TOTAL R\$ 4.130,20

Art. 2º - Para cobertura das dotações do artigo primeiro, serão anuladas parcialmente as seguintes dotações orçamentárias:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0125.2013 - Programa de Atendimento Integral a Família (PAIF e SCFV)

3.3.90.00.00.00.00.00.3054 - Aplicações Diretas R\$ 896,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0058 - Aplicações Diretas R\$ 590,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0054 - Aplicações Diretas R\$ 384,20

0501 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.364.0128.2034 - Manutenção e Auxílio ao Ensino Superior

3.3.50.00.00.00.00.00.0080 - Transf. a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 1.000,00

0601 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, CULTURA, ESPORTE, TURISMO E MEIO AMBIENTE

23.695.0132.2044 - Manutenção e Desenvolvimento do Turismo

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 1.260,00

TOTAL R\$ 4.130,20

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
16 de outubro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

São José**PREFEITURA****TERMO ADITIVO/TA Nº 218/2011-04**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 218/2011-04 - PR 044/2010 - Processo 063/2010 - Contratado: WIK-TEL SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES EIRELI. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de conectividade de Rede IP, permitindo conectar todas as localidades municipais com o prédio central da Prefeitura e desta saindo para a rede pública. Alteração Contratual: A partir deste termo, considerar-se-á transformada a sociedade limitada da Contratada para empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI, passando o nome empresarial a ser Wik-Tel Serviços de Telecomunicações EIRELI. Prazo: Ficam prorrogados os prazos de vigência e execução do Contrato nº 218/2011, pelo período de 12 (doze) meses, com efeitos a partir do dia 28/06/2014. Alteração Quantitativa: Os serviços contratados sofrerão acréscimo quantitativo no importe de 09 (nove) pontos, o que totaliza 125 (cento e vinte e cinco) pontos.

Data da assinatura: 26 de junho de 2014.

São José do Cedro**PREFEITURA****EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.112/2014**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº112/2014
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº 112/2014, Edital de Pregão Nº 112/2014 para Registro de Preço, sendo o Objeto: Registro de preço para aquisição de eletrodomésticos e eletrônicos para uso nos setores do fundo municipal de assistência social e aquisição de equipamentos para instalação de sistema de vídeo-monitoramento na unidade da polícia civil. Recebimento dos envelopes das propostas e habilitação até às 13:00 horas do dia 03/12/2014. Abertura dos envelopes e julgamento às 08:00 horas do dia 04/12/2014, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro - SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura ou.

São José do Cedro - SC.
Antonio Plinio de Castro Silva
Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 167, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014.

LEI COMPLEMENTAR Nº 167, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014.

Institui o Abono Especial FUNDEB aos servidores do magistério público municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica instituído o Abono Especial FUNDEB, no valor de até 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), que será concedido aos servidores do magistério público municipal em efetivo exercício no mês de novembro de 2014, através de creditamento na folha de pagamento dos servidores, conforme o art. 22, da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

§ 1º Os referidos recursos serão rateados proporcionalmente, seguindo os critérios: carga horária, mês de admissão e tempo de efetivo exercício ininterrupto no ano de 2014, conforme a tabela constante do Anexo Único desta Lei.

§ 2º O Abono Especial FUNDEB será concedido no mês de novembro de 2014 e será creditado em folha de pagamento do servidor.

§ 3º O período de concessão do abono especial, constante do § 2º, poderá ser prorrogado, por ato do Chefe do Poder Executivo, até a data limite de 31/12/2014.

§ 4º Os valores constantes do Anexo Único desta Lei são estimativos, podendo variar para mais ou para menos, respeitando-se o valor global constante do caput deste artigo.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da execução da presente Lei Complementar serão usados recursos do orçamento municipal.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 21 de novembro de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
(Lei Complementar nº 167, de 21 de novembro de 2014)
VALORES DO ABONO ESPECIAL FUNDEB

PROFESSOR 10 HORAS											
MÊS DE ADMISSÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV
VALOR DO ABONO	RR\$358,74	R\$322,87	R\$287,00	R\$251,12	R\$215,25	R\$179,37	R\$143,50	R\$107,62	R\$71,75	R\$35,87	R\$ 17,93

PROFESSOR 20 HORAS											
MÊS DE ADMISSÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV
VALOR DO ABONO	R\$717,49	R\$645,74	R\$573,99	R\$502,24	R\$430,49	R\$358,74	R\$287,00	R\$215,25	R\$143,50	R\$71,75	R\$ 35,87

PROFESSOR 30 HORAS											
MÊS DE ADMISSÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV
VALOR DO ABONO	R\$1.076,23	R\$968,61	R\$860,99	R\$753,36	R\$645,74	R\$538,12	R\$430,49	R\$322,87	R\$215,25	R\$107,62	R\$ 53,81

PROFESSOR 40 HORAS											
MÊS DE ADMISSÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV
VALOR DO ABONO	R\$1.434,98	R\$1.291,48	R\$1.147,98	R\$1.004,48	R\$860,99	R\$717,49	R\$573,99	R\$430,49	R\$287,00	R\$143,50	R\$71,84

São Lourenço do Oeste - SC, 21 de novembro de 2014.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 157/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 157/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/2014

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de carregador para cilindros de ar comprimido/respirável tipo cascata destinados para o 12º Batalhão do Corpo de Bombeiros Militar de São Miguel do Oeste - SC, conforme Convênio entre Prefeitura Municipal e Corpo de Bombeiros Lei n.º 6.434 de 26 de dezembro de 2010, de acordo com as quantidades e especificações constantes no Anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 04 de dezembro de 2014.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 20 de novembro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N. 60/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2014

O Fundo Municipal de Saúde, a partir de seu Gestor, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de materiais destinados a readequação provisória do espaço físico junto a academia pólo de ginástica, no Bairro São Gotardo, necessário ao funcionamento do atendimento médico e odontológico no Bairro, de acordo com as quantidades e especificações constantes no anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 04 de dezembro de 2014.

Abertura: às 14h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 20 de novembro de 2014.

AIRTON JOSÉ MACARINI SEGUNDO

Gestor do Fundo

PROCESSO LICITATÓRIO N. 158/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 158/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2014

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de pneus novos destinados para as viaturas do 11º BPM/FRON, conforme Convênio de Trânsito n. 2013TN003171, Lei Municipal n. 4.727/2001, de acordo com as quantidades e especificações constantes no Anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 05 de dezembro de 2014.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 20 de novembro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

RERRATIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 22/2014- 18/11/2014

EDITAL RERRATIFICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO Nº 22 /2014-II

ABRE VAGAS E BAIXA NORMAS PARA CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS AO QUADRO GERAL DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Orgânica Municipal, e das Leis Complementares Municipais ns. 009/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), 025/2013 (Plano de Cargos e Salários da Administração Pública Municipal), TORNA PÚBLICO aos interessados, que se acham abertas as inscrições ao Concurso Público destinado ao provimento de vagas e formação de cadastro reserva no Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de São Miguel do Oeste, a seguir relacionada, o qual reger-se-á pelas instruções e normas deste Edital e demais normas atinentes.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público destina-se ao preenchimento de vagas existentes no Quadro de Pessoal Efetivo do Município de São Miguel do Oeste, SC e formação de cadastro reserva, de acordo com as necessidades e interesses da Administração, mediante as condições estabelecidas neste Edital, legislação municipal e demais regras pertinentes.

1.2. O presente Edital de Concurso Público é disciplinado pelo Art. 37, II, da Constituição Federal, Leis Complementares Municipais ns. 009/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), 025/2013 (Plano de Cargos e Salários da Administração Pública Municipal), e demais Legislações relacionadas.

1.3. É de responsabilidade do candidato o conhecimento da legislação mencionada no item anterior e outras determinações

referentes ao Concurso Público para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar as provas e documentos necessários exigidos para o cargo/emprego por ocasião da nomeação se aprovado e convocado.

1.4. A inscrição no Concurso Público implicará, desde logo, a ciência e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital.

1.5. O Concurso Público será regido por este Edital, supervisionado por Comissão de Acompanhamento e Fiscalização designada pela Administração Municipal, nomeada pela Portaria nº 88/2014 e executado pela Universidade do Oeste de Santa Catarina - Unoesc.

1.6. Os documentos exigidos pelas normas do presente Edital, requerimentos e recursos administrativos, deverão ser entregues, respeitados os prazos e condições Editalícias na Unoesc, Campus de São Miguel do Oeste, situado à Rua Oiapoc, 211, Bairro Agostini, São Miguel do Oeste, SC, CEP: 89.900-000.

1.7. A divulgação oficial das informações referentes a este Concurso Público dar-se-á pela publicação de editais no Mural Público Municipal e site oficial do Município de São Miguel do Oeste, SC, www.saomiguel.sc.gov.br.

1.8. O prazo de validade do Concurso Público será de 2 anos, contado da publicação de sua homologação, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração Municipal.

1.9. Cadastro de Reserva é a relação dos candidatos aprovados que tenham obtido classificação além do número de vagas oferecidas pelo presente Edital.

1.9.1. Os candidatos que compuserem o Cadastro de Reserva somente serão nomeados durante o prazo de validade do presente concurso, quando ocorrerem novas vagas, quando o candidato nomeado não venha a tomar posse ou, se empossado, sua posse tenha se tornado insubsistente ou sem efeito.

1.10. São condições para participação no presente Concurso Público:

- Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Constituição Federal - § 1º do Art. 12, de 05/10/88 e Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98 - Art. 3º);
- Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral, e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar;
- Ter conhecimento e concordar com todas as exigências contidas neste edital;
- Possuir o nível de escolaridade e habilitação legal para o exercício da profissão e exigida para o cargo.

1.11. O candidato deve comprovar a idade mínima de 18 anos e a escolaridade/habilitação exigida no edital no ato da investidura, sob pena de ser automaticamente eliminado do Concurso Público.

1.12. Os candidatos aprovados quando da nomeação, serão lotados junto ao órgão central da Administração Municipal, e exercerão suas atividades a critério da Administração, em qualquer dos Órgãos da Administração Pública Municipal de São Miguel do Oeste, na forma do art. 47, da Lei Complementar n. 009/2012.

1.13. O concurso público será realizado em duas etapas:

- Primeira etapa: PROVA ESCRITA com questões objetivas, de caráter eliminatório e classificatório, obrigatória para todos os cargos.
- Segunda etapa: PROVA PRÁTICA, apenas para os cargos de Motorista, Operador de Máquinas e Merendeira.

2. DOS CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA, HABILITAÇÃO E VENCIMENTO

NÍVEL SUPERIOR				
CARGO	VAGAS	C. H. SEMANAL	HABILITAÇÃO	VENCIMENTO INICIAL (R\$)
Arquiteto	01	40	Ensino Superior em Arquitetura com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional (CAU).	4.435,20
Assistente Social	04	40	Ensino Superior em Serviço Social com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional (CRESS).	2.904,00
Bibliotecário	01	40	Ensino superior em biblioteconomia com registro no respectivo conselho regulador da categoria profissional (CRB)	2.904,00
Nutricionista	01	40	Ensino Superior em Nutrição com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional (CRN).	2.904,00
Contador	01	40	Ensino superior em Ciências Contábeis com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional (CRC).	4.435,20
Fiscal de Tributos	CR*	40	Ensino superior em Administração, Ciências Contábeis, Economia, Direito, ou tecnólogo em área afim com diploma reconhecido pelo MEC.	4.435,20
Fiscal Sanitarista	CR*	40	Ensino superior em farmácia/bioquímico, biomedicina, enfermagem, engenharia sanitária, biólogo com diploma reconhecido pelo MEC.	2.904,00
Psicólogo	02	40	Ensino Superior em Psicologia com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional (CRP).	2.904,00
Bioquímico	CR*	40	Ensino Superior em Farmácia, Ciências Biomédicas ou Biomedicina, com habilitação em Bioquímica e com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional.	2.904,00
Biólogo	01	40	Ensino Superior em Biologia ou Ciências Biológicas com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional (CRBio)	2.904,00
Enfermeiro	05	40	Ensino Superior em Enfermagem com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional (COREN)	2.904,00
Farmacêutico	02	40	Ensino Superior em Farmácia com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional (CRF)	2.904,00

Fisioterapeuta	01	40	Ensino Superior em Fisioterapia com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional (CREFITO)	2.904,00
Odontólogo	9	40	Ensino Superior em Odontologia com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional (CRO)	4.435,20

NÍVEL SUPERIOR

CARGO	AREA DE ATUAÇÃO	VAGAS	C. H. SEMANAL	HABILITAÇÃO	VENCIMENTO INICIAL (R\$)
Odontólogo	Pediatria	01	10, 20, 30 ou 40	Ensino Superior em Odontologia com registro no Órgão fiscalizador da categoria profissional (CRO), com diploma de especialista em Pediatria.	**4.435,20
Cirurgião Dentista Especialista	Buco-maxilo-facial	01	10, 20, 30 ou 40	Ensino Superior em Odontologia com registro no Órgão fiscalizador da categoria profissional (CRO), com diploma de especialista Buco-maxilo-facial.	**8.131,20
Cirurgião Dentista Especialista	Endodontista	02	10, 20, 30 ou 40	Ensino Superior em Odontologia com registro no Órgão fiscalizador da categoria profissional (CRO), com diploma de especialista em Endodontia	**8.131,20
Cirurgião Dentista Especialista	Periodontista	01	10, 20, 30 ou 40	Ensino Superior em Odontologia com registro no Órgão fiscalizador da categoria profissional (CRO), com diploma de especialista em Periodontia.	**8.131,20
Cirurgião Dentista Especialista	Especialista em Portadores de Necessidades Especiais (PNE)	01	10, 20, 30 ou 40	Ensino Superior em Odontologia com registro no Órgão fiscalizador da categoria profissional (CRO), com diploma de especialista em Portadores de Necessidades Especiais.	**8.131,20
Cirurgião Dentista Especialista	Protesista	01	10, 20, 30 ou 40	Ensino Superior em Odontologia com registro no Órgão fiscalizador da categoria profissional (CRO), com diploma de especialista em prótese.	**8.131,20

Engenheiro	Engenharia Civil	02	40	Ensino superior em Engenharia Civil com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional (CREA)	4.435,20
Engenheiro	Engenharia Ambiental	CR*	40	Ensino Superior em Engenharia Ambiental com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional (CREA)	4.435,20
Médico	Saúde da Família	09	10, 20, 30 ou 40	Ensino Superior em Medicina, com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional (CRM)	**13.305,60
Médico	Clinico Geral	02	10, 20, 30 ou 40	Ensino Superior em Medicina, com especialização em clínica geral, com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional (CRM)	**13.305,60
Médico	Psiquiatra	01	10, 20, 30 ou 40	Ensino Superior em Medicina, com especialização em Psiquiatria com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional (CRM)	**13.305,60
Médico	Infectologista	01	10, 20, 30 ou 40	Ensino Superior em Medicina, com especialização em Infectologia com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional (CRM)	**13.305,60
Médico	Gastroenterologista	01	10, 20, 30 ou 40	Ensino Superior em Medicina, com especialização em Gastroenterologia com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional (CRM)	**13.305,60
Médico Veterinário	Veterinária	CR*	40	Ensino Superior em Medicina Veterinária com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional (CRMV)	4.435,20

NÍVEL MÉDIO

CARGO	VAGAS	C. H. SEMANAL	HABILITAÇÃO	VENCIMENTO INICIAL (R\$)
-------	-------	---------------	-------------	--------------------------

Auxiliar de Consultório Dentário	09	40	Ensino Médio concluído e Curso Técnico na área de Auxiliar de Odontologia e ou Técnico em Higiene Dental, com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional (CRO)	1.425,60
Atendente Social	11	40	Ensino Médio concluído	1.108,80
Fiscal Técnico de Obras e Posturas	02	40	Ensino médio concluído e Carteira de Habilitação "AB"	1.742,40
Fiscal Técnico Sanitário	01	40	Ensino Médio concluído ou Ensino Técnico e Carteira de Habilitação "AB"	1.742,40
Técnico em Enfermagem	05	40	Ensino Médio concluído e curso profissionalizante de Técnico em Enfermagem com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional (COREN)	1.742,40
Técnico Administrativo	09	40	Ensino Médio concluído ou ensino Técnico equivalente ao ensino médio.	1.742,40
Técnico em Informática	03	40	Ensino Médio concluído e curso Técnico na Área de Informática	1.742,40
Técnico Agrícola	CR*	40	Ensino Médio concluído e curso profissionalizante de Técnico Agrícola e/ou Técnico Agropecuário, com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional (CREA ou CRMV)	1.742,40
Técnico em Agrimensura	01	40	Ensino Médio e Curso Profissionalizante de Técnico em Agrimensura com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional (CREA)	3.696,00
Técnico em Segurança do Trabalho	01	40	Ensino Médio e Curso Profissionalizante de Técnico em Segurança do Trabalho com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional (CREA ou CAU)	1.742,40
Telefonista	01	20 ou 30	Ensino Médio concluído	**1.108,80

Recepcionista	01	40	Ensino Médio con- cluído	1.214,40	
Motorista	09	40	Ensino médio con- cluído/CNH 'C', 'D' ou 'E'	1.425,60	
Operador de Máquinas	02	40	Ensino médio con- cluído/CNH 'C', 'D' ou 'E'	1.425,60	
NÍVEL FUNDAMENTAL					
CARGO	AREA DE ATUAÇÃO	VA- GAS	C. H. SEMANAL	HABILI- TAÇÃO	VENCIMEN- TO INICIAL (R\$)
Agente Co- munitário de Saúde	Estra- tégia Saúde da Família	48	40	Ensino Funda- mental Conclu- ído	1.014,00
Agente Co- munitário de Saúde	Controle de Ende- mias (Dengue)	12	40	Ensino Funda- mental Conclu- ído	1.014,00
Agente de Lim- peza e Serviços Gerais	Lim- peza e Serviços Gerais	10	40	Ensino Funda- mental Conclu- ído	1.003,20
Agente de Obras e Servi- ços Gerais	Obras e Serviços Gerais	03	40	Ensino Funda- mental Conclu- ído	1.003,20
Merendeira	Meren- deira	15	40	Ensino Funda- mental Conclu- ído	1.003,20

Legendas:

**Vencimento para 40 horas semanais, sendo que o mesmo será proporcional à carga horária.

CR= Cadastro de Reserva.

2.1. O candidato ao cargo de agente comunitário de saúde necessariamente deve residir na área geográfica de atuação da equipe de Estratégia de Saúde da Família, na data da publicação do edital onde exercerá suas funções, devendo comprovar no momento que assumir o cargo o local de sua residência, sendo que as equipes de saúde da família estão distribuídas pelo Decreto n. 7.845 de 11 de setembro de 2013, bem como as vagas para cada unidade de saúde, as quais estão assim distribuídas:

UBS/ESF	VAGAS POR UNIDADE	ENDEREÇO	BAIRROS/COMUNIDADES DE COBERTURA DO UBS/ESF
UNIDADE DE SAUDE ESTRELA	05	Rua Hélio Wassun, 001.	Bairro Estrela (centro) Linha Canela Gaúcha
UNIDADE DE SAUDE SÃO JORGE	06	Rua Duque de Caxias, s/n.	Bairro São Jorge Bairro Jardim Peperi

UNIDADE DE SAUDE AGOSTINI	11	Rua Jorge Lacerda, s/n.	Bairro Agostini Linha Fatima Linha Caxias Linha Três barras Linha Campo Sales
UNIDADE DE SAUDE SÃO LUIZ	04	Rua John Kennedy, 2138.	Bairro São Luiz Linha Santa Catarina Linha Barra do Guamerin
UNIDADE DE SAUDE SÃO GOTARDO	05	Rua Goiás, s/n.	Bairro São Gotardo (centro) Bairro Andreatta Linha 7 de Setembro Linha Nereu Ramos Linha São Domingos
UNIDADE DE SAUDE SÃO SEBASTIÃO	04	Rua do Bom Fim, 89.	Bairro São Sebastião (Estrela) Linha Bela Vista das Flores Linha Pinheirinho Linha Tupanci Linha Jacutinga Linha Três Curvas
UNIDADE DE SAUDE PROGRESSO	04	Willy Barth, nº 1010.	Bairro Progresso (São Gotardo) Linha Pedreira Linha Filomena
UNIDADE DE SAUDE SANTA RITA	04	Travessa Santa Rita, nº 187.	Bairro Santa Rita Linha Cruzinhas Linha 2 Irmãos Linha 26 de Outubro Linha 8 de Março Linha Vista Alta Linha Nossa Senhora Aparecida
UNIDADE DE SAUDE SALETE	05	Rua 7 de Setembro, s/n.	Bairro Salete/Sagrado Coração/Cohab Linha Alto Guamerin Linha Emboaba

2.2. As atribuições dos cargos são as constantes do Anexo I deste Edital, conforme Leis Municipais.

2.3. O Município de São Miguel do Oeste, oferecerá aos candidatos aprovados no concurso pública para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, quando do seu chamamento Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada (art. 6º, II, Lei n. 11.350/2006).

3. DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

3.1. Para efeito do que dispõe o inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal e na Lei Nº. 7.853/89, e no Decreto Nº. 5.298, de 20 de dezembro de 1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº. 5.296, de 2 de dezembro de 2004, e Estatuto dos servidores públicos municipais, para as pessoas portadoras de deficiência são reservados 10% (dez por cento) das vagas existentes, das que vierem a surgir ou das que forem criadas no prazo de validade e forem destinadas ao provimento de candidato aprovado neste concurso, para o cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que sejam portadores. 3.1.1. Os candidatos que concorrerem às vagas destinadas aos portadores de deficiência integrarão lista especial de classificação e também a lista de classificação geral.

3.1.2. A ordem de chamada dos candidatos portadores de deficiência, dar-se-á a cada dez vagas providas ou abertas, devendo ser chamado para ocupar a décima (10ª) vaga o candidato portador de deficiência constante da Lista Especial.

3.2. Para concorrer às vagas destinadas aos portadores de deficiência, o candidato deverá:

- Assinalar o campo destinado aos portadores de deficiência no Formulário de Inscrição;
- Preencher o requerimento contido no Anexo III do presente Edital;
- Anexar Laudo Médico (original ou cópia legível autenticada), com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causada deficiência, cuja data de expedição não seja superior a 90 dias.

3.2.1. Os documentos acima descritos deverão ser entregues, até o dia 01 de dezembro de 2014, na UNOESC, Campus de São Miguel do Oeste, situado à Rua Oiapoc, 211, Bairro Agostini, São Miguel do Oeste, CEP: 89.900-000, no horário das 13h30min às 17h e das 19h às 22h.

3.3. A não observância ao disposto no item anterior acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

3.4. O candidato portador de deficiência que necessitar de condições especiais para a realização da prova deverá informar no Formulário de Inscrição, bem como no requerimento constante no Anexo III deste Edital.

3.4.1. Os candidatos serão comunicados acerca do deferimento ou não dos pedidos de condições especiais por aviso publicado no Mural Público e site oficial da Prefeitura de São Miguel do Oeste, no dia 12 de dezembro de 2014.

3.4.2. Os candidatos que tiverem seus pedidos de condições especiais indeferidos poderão encaminhar recurso à UNOESC, Campus de São Miguel do Oeste, situado à Rua Oiapoc, 211, Bairro Agostini, São Miguel do Oeste, CEP: 89.900-000, no prazo previsto no cronograma do Item 13 do presente Edital, conforme Formulário de Recurso constante do Anexo IV, com a estrita observância ao disposto no Item 9 do presente Edital.

3.5. Os portadores de deficiência participarão do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao dia, local, horário de prova e à nota mínima exigida.

3.6. Os candidatos portadores de deficiência não estarão isentos do pagamento da taxa de inscrição, salvo no caso previsto no item 5.1 do presente Edital.

3.7. O candidato portador de deficiência que, no ato da inscrição não declarar esta condição, não poderá impetrar recurso em favor de sua situação.

3.8. Respeitada a ordem classificatória, os candidatos portadores de deficiência aprovados neste Concurso Público, por ocasião da admissão, serão submetidos à Avaliação Médica pelo Município de São Miguel do Oeste (SC), o qual avaliará a compatibilidade entre as atribuições essenciais do cargo e a deficiência de que o candidato é portador, emitindo Laudo de parecer, nos termos deste Edital, que terá decisão terminativa sobre:

- qualificação do candidato como deficiente ou não;
- o grau de deficiência, capacitante ou não para o exercício do cargo.

3.9. Será eliminado da lista de vagas reservadas o candidato cuja

deficiência não seja constatada ou se mostre incompatível com o exercício das atribuições do cargo, passando a compor apenas a lista de classificação geral, caso em que se convocará o candidato imediatamente seguinte, de mesma condição, com a estrita observância da ordem classificatória.

3.10. Serão consideradas deficiências somente aquelas conceituadas na medicina especializada que se enquadrarem nas categorias descritas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/99.

3.11. Inexistindo candidatos portadores de deficiência, as vagas serão preenchidas pelos demais candidatos.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições serão realizadas no período de 31 de outubro a 1º de dezembro de 2014 exclusivamente via internet, através do site oficial da Prefeitura do Município de São Miguel do Oeste, www.saomiguel.sc.gov.br.

4.2. Somente será admitida uma inscrição por candidato para um único cargo.

4.2.1. Em caso de constatação de erro nos dados pessoais informados no Formulário de Inscrição, e/ou mudança do cargo inscrito, o candidato deverá solicitar a retificação/alteração das informações através de requerimento dirigido à Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Concurso Público, devendo ser entregue na Unoesc - Universidade do Oeste de Santa Catarina, Campus de São Miguel do Oeste, situado à Rua Oiapoc, 211, Bairro Agostini, São Miguel do Oeste, CEP: 89.900-000, no horário das 13h30min às 17h e das 19h às 22h.

4.2.2. A alteração descrita no item anterior somente poderá ser solicitada até o dia 1º de dezembro de 2014 às 17h.

4.2.3. Não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido, nem mesmo quanto à restituição do valor pago em duplicidade.

4.3. Para inscrever-se via internet o candidato deverá:

- Acessar o site www.saomiguel.sc.gov.br e clicar no link Concursos Públicos;
- Ler atentamente o Edital de Concurso Público;
- Preencher o Formulário de Inscrição e transmitir os dados pela internet;
- Imprimir o comprovante de inscrição e o boleto bancário;
- Efetuar o pagamento da taxa de inscrição exclusivamente por meio de boleto bancário.

4.3.1. O Município disponibilizará no período de inscrições um terminal de computador para os candidatos que não possuírem acesso a internet, para a realização de sua inscrição junto à BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL JOSÉ DE ALENCAR, sito à Rua Sete de Setembro, 2045, no horário de funcionamento da mesma.

4.4. Os candidatos que desejarem se inscrever como doadores de sangue deverão realizar suas inscrições, bem como entregar todos os documentos exigidos para a respectiva isenção, conforme item 5.2 do presente Edital, até o dia 10 de novembro de 2014.

4.5. O candidato deverá manter o comprovante de inscrição em seu poder e, em caso de perda do comprovante de inscrição, o candidato deverá reimprimi-lo no site oficial da Prefeitura do Município de São Miguel do Oeste (SC).

4.6. A taxa de inscrição será paga exclusivamente através de boleto bancário, não sendo aceito depósitos em conta e transferências bancárias.

4.6.1. Em caso de perda ou extravio do boleto bancário o candidato deverá imprimir uma segunda via no site oficial da Prefeitura do Município de São Miguel do Oeste (SC).

4.7. A Unoesc e a Administração do Município de São Miguel do Oeste não se responsabilizarão por solicitação de inscrição via internet não recebida por motivo de ordem técnica de computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas, bem como quaisquer outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

4.8. Somente serão acatadas as inscrições após o pagamento da taxa de inscrição.

4.8.1. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não constituem elementos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

4.9. É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, fax, ou por qualquer outra via não Editalícia.

4.10. O valor da taxa de inscrição será:

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	VALOR EM REAIS
ENSINO SUPERIOR	130,00
ENSINO MÉDIO	80,00
ENSINO FUNDAMENTAL	40,00

4.11. O candidato é responsável pelas informações prestadas no Formulário de Inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros, fraudes e/ou omissões, bem como pela apresentação de documentos fora dos prazos e critérios estabelecidos por este Edital.

4.12. Os candidatos que não tiverem as inscrições homologadas poderão encaminhar recurso à UNOESC, Campus de São Miguel do Oeste, devendo ser entregue na UNOESC, situado à Rua Oiapoc, 211, Bairro Agostini, São Miguel do Oeste, CEP: 89.900-000, no horário das 13h30min às 17h e das 19h às 22h, no prazo previsto no item 13 do edital, conforme Formulário de Recurso constante em Anexo IV, com a estrita observância ao disposto no Item 9 do presente Edital.

4.12.1. O candidato cujo nome não constar na relação preliminar de inscrições homologadas, desde que tenha efetuado o pagamento conforme previsão do presente edital, deverá obrigatoriamente interpor recurso, sob pena de não poder realizar a prova objetiva no dia de sua aplicação.

4.12.2. A publicação da homologação final das inscrições, após a apreciação dos Recursos Interpostos, será realizada no dia 20 de dezembro de 2014.

4.13. O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido, salvo em caso de cancelamento do certame.

4.14. Os candidatos que necessitarem de condições especiais para a realização da prova deverão assinalar esta condição no Formulário de Inscrição, em campo específico para esta finalidade.

4.14.1. A candidata que tiver necessidade de amamentar, além de assinalar a condição prevista no item anterior, deverá levar acompanhante maior de 18 anos, o qual permanecerá em sala reservada para essa finalidade. O tempo dispensado para a amamentação não será acrescido ao tempo normal de realização da prova.

4.14.2. Os candidatos serão comunicados acerca do deferimento ou não dos pedidos de condições especiais, por aviso publicado

no Mural Público e site oficial da Prefeitura do Município de São Miguel do Oeste, no dia 12 de dezembro de 2014.

4.14.3. Os candidatos que tiverem seus pedidos de condições Especiais Indeferidos poderão encaminhar recurso a Unoesc - Universidade do Oeste de Santa Catarina, Campus de São Miguel do Oeste, situado à Rua Oiapoc, 211, Bairro Agostini, São Miguel do Oeste, CEP: 89.900-000, no prazo estabelecido no Item 13 do Edital, no horário das 13h30min às 17h e das 19h às 22h, conforme Formulário de Recurso constante em Anexo IV, com a estrita observância ao disposto no Item 9 do presente Edital.

4.15. O ensalamento dos candidatos será divulgado no dia 03 de fevereiro de 2015.

4.16. São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração das provas, cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

5. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

5.1. Não haverá isenção total ou parcial da taxa de inscrição, salvo no caso de candidato doador de sangue, nos termos da Lei Estadual nº 10.567, de 7 de novembro de 1997.

5.2. Os candidatos doadores de sangue deverão realizar sua inscrição para o Concurso Público até o dia 10 de novembro de 2014, procedendo da seguinte forma:

- Assinalar esta condição no Formulário de Inscrição;
- Preencher o Anexo V do presente Edital;
- Anexar o comprovante das doações;
- Providenciar fotocópia simples do comprovante de inscrição.

5.2.1. O Anexo V devidamente preenchido, acompanhado do comprovante de doação, bem como de cópia do comprovante de inscrição, deverão ser entregues, até o dia 10 de novembro de 2014, na UNOESC, Campus de São Miguel do Oeste, situado à Rua Oiapoc, 211, Bairro Agostini, São Miguel do Oeste, SC, CEP: 89.900-000, das 13h30min às 17h e das 19h às 22h.

5.2.2. O comprovante de doação exigido deverá ser fornecido por entidade coletora oficial ou credenciada, com discriminação da data e do número de doações realizadas, não podendo ser inferior a 02 doações anuais, considerando-se os 12 meses que antecederam a publicação do presente Edital.

5.2.3. Equipara-se ao doador de sangue a pessoa que integra a Associação de Doadores e contribui, comprovadamente, para estimular, de forma direta ou indireta, a doação.

5.3. O resultado da homologação das isenções da taxa de inscrição será divulgado no dia 14 de novembro de 2014.

5.3.1. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção da taxa de inscrição deferidos seguirão todas as etapas do certame da mesma forma que os demais candidatos, estando unicamente isentos do pagamento da taxa de inscrição.

5.3.2. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção da taxa de inscrição indeferidos deverão efetuar o pagamento da taxa de inscrição até o dia 02 de dezembro de 2014, sob pena de indeferimento da inscrição.

5.4. Não haverá recurso do indeferimento de isenção da taxa de inscrição para candidatos doadores de sangue.

6. DA PROVA ESCRITA

6.1. A prova escrita será realizada no dia 22 de fevereiro de 2015, com duração de 3 (três) horas, das 14h às 17h, em local a ser informado no Mural Público e site oficial da Prefeitura do Município de São Miguel do Oeste, após a homologação final das inscrições.

6.2. A prova escrita, de caráter eliminatório e classificatório, conterá 40 questões do tipo múltipla escolha, sendo subdivida em quatro alternativas, A, B, C e D, das quais somente uma deverá ser assinalada como correta.

6.3. A prova escrita é obrigatória para todos os candidatos e será composta de questões objetivas, cujo grau de dificuldade seja compatível com o nível de escolaridade mínima exigida para cada cargo, de acordo com o conteúdo programático constante no Anexo II do presente Edital, abrangendo as seguintes áreas de conhecimento:

Cargos	Área de Conhecimento	N. de Questões	Valor por Questão	Total de Pontos
TODOS	Língua Portuguesa	10	0,20	2,00
TODOS	Raciocínio Lógico	05	0,20	1,00
TODOS	Conhecimentos Gerais	05	0,20	1,00
TODOS	Conhecimentos Específicos para o cargo	20	0,30	6,00
TOTAL		40		10,00

6.4. O candidato deverá chegar ao local da prova com no mínimo 1 (uma) hora de antecedência do horário de fechamento dos portões, para localizar sua sala e assinar a lista de presença.

6.5. O acesso às salas de provas será fechado no horário de início das provas e não será permitida a entrada de nenhum candidato após este horário, ficando, automaticamente, excluído do certame. O candidato deverá localizar sua sala, conferir seu material e documentação e deverá estar na sala de provas até o horário previsto para o início das mesmas.

6.6. A identificação correta do local da prova e o comparecimento no horário determinado serão de inteira responsabilidade do candidato.

6.7. Somente será admitido à sala de provas o candidato:

- cujo nome conste na lista de homologação final das inscrições e/ou portar a ficha de inscrição;
- que se apresentar no portão até horário estabelecido para seu fechamento;
- que estiver portando documento identificação original, não se aceitando cópias, mesmo autenticadas ou protocolos.

6.7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo Corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional, passaporte, certificado de reservista, carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação, com foto.

6.7.2. Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato.

6.7.3. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial,

expedido há, no máximo 30 (trinta) dias, sendo, então, submetido a identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.

6.7.4. A identificação especial será exigida, também, do candidato cujo documento de identificação gere dúvidas quanto à fisionomia, à assinatura ou à condição de conservação do documento.

6.7.5. A não apresentação de documento de identificação, nos termos do presente edital, impedirá o acesso do candidato ao local de prova.

6.8. O candidato deverá levar consigo o material de uso pessoal para realização da prova, sendo este obrigatoriamente caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente. Não será permitida utilização de lápis, lapiseira, borracha ou outro material para a realização da prova, além de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente.

6.8.1. Não serão fornecidas canetas no local.

6.9. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do Concurso Público poderá haver mais de um tipo de prova e a Unoesc, poderá proceder, como forma de identificação, à coleta da impressão digital nos cartões resposta, de todos os candidatos no dia de realização das provas, bem como usar detector de metais.

6.10. Não haverá segunda chamada ou repetição de prova, seja qual for o motivo alegado, para justificar o atraso ou a ausência do candidato.

6.11. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

6.12. O não comparecimento às provas, qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência do candidato e resultará em sua eliminação do Concurso Público.

6.13. Durante a realização da Prova é vedado:

- a) consultar livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações ou equipamentos eletrônicos;
- b) comunicação entre os candidatos;
- c) ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal;
- d) ingestão de alimentos e bebidas, com exceção de água acondicionada em embalagem plástica transparente sem rótulos e/ou etiquetas;
- e) entregar a prova e o cartão resposta antes de decorrida 1 (uma) hora do seu início.
- f) uso de relógio digital, aparelhos telefônicos, qualquer equipamento elétrico ou eletrônico, bonés, chapéus, lenços ou outros acessórios que possam fraudar a realização das provas, e porte de qualquer tipo de arma;
- g) fumar nos locais de prova, que compreendem: salas, corredores, banheiros, enfim todo o prédio onde se realizará as provas (Lei n. 9.294/96).

6.14. Motivará a eliminação do candidato do Concurso Público, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a quaisquer das normas definidas neste Edital ou a outras relativas ao Concurso Público, aos comunicados, às Instruções ao Candidato ou às Instruções da prova, bem como o tratamento indevido e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação da prova.

6.15. Poderá ser excluído do Concurso Público o candidato que:

- a) apresentar-se após o horário estabelecido, não se admitindo qualquer tolerância;
- b) apresentar-se em local diferente da convocação oficial;

- c) não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado;
- d) não apresentar documento que bem o identifique;
- e) ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal;
- f) ausentar-se do local antes de decorridos 1 (uma) hora do início da prova;
- g) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não o autorizado pela Unoesc no dia da aplicação da prova;
- h) ausentar-se da sala da prova levando Folha de Respostas, Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos;
- i) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
- j) lançar mão de meios ilícitos para a execução da prova;
- k) não devolver integralmente o material recebido;
- l) for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livro, anotação, impresso não permitido, máquina calculadora ou similar;
- m) estiver portando ou fazendo uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais e analógicos, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, smartphone ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares;
- n) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

6.16. Os aparelhos eletrônicos deverão ser desligados e acondicionados em local indicado pelos fiscais no momento da realização da prova, e assim permanecer até a saída do candidato do local de prova.

6.17. Os pertences pessoais dos candidatos deverão ser acomodados em local a ser indicado pelos fiscais de sala, onde deverão ficar durante todo o período de permanência dos candidatos na sala de prova.

6.18. A Unoesc e a Administração do Município de São Miguel do Oeste (SC) não se responsabilizarão por perda ou extravio de documentos, objetos ou equipamentos eletrônicos ocorridos no local de realização da prova, nem por danos neles causados.

6.19. Distribuídos os Cadernos de Questões aos candidatos e, na hipótese de serem verificadas falhas de impressão, o Coordenador do Local de Prova, antes do início da prova, diligenciará no sentido de:

- a) substituir os Cadernos de Questões defeituosos;
- b) proceder, em não havendo número suficiente de Cadernos para a devida substituição, a leitura dos itens onde ocorrerem falhas, usando, para tanto, um Caderno de Questões completo;
- c) estabelecer, prazo para compensação do tempo usado para regularização do Caderno, se a ocorrência verificar-se após o início da prova.

6.20. Quando, após a prova, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato utilizado processos ilícitos, sua prova será anulada e o candidato será automaticamente eliminado do Concurso Público.

6.21. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão de afastamento do candidato da sala de prova.

6.22. Em hipótese nenhuma será realizada qualquer prova fora do local, data e horário determinados.

6.23. Os cadernos de provas não serão disponibilizados aos candidatos após a realização das provas e serão posteriormente publicados no site oficial do Município de São Miguel do Oeste (www.saomiguel.sc.gov.br).

6.24. Os três últimos candidatos que permanecerem na sala de provas deverão retirar-se do local simultaneamente, após assinarem o verso de todos os cartões resposta, a ata e o lacre do envelope dos cartões resposta.

6.25. Durante a realização da prova, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo e/ou critérios de avaliação/classificação.

6.26. Durante a realização da prova, sobre a mesa do candidato deverá permanecer apenas seu caderno de prova, canetas esferográficas de tinta azul ou preta de material transparente, cartão de respostas, comprovante de inscrição, documento de identificação e água acondicionada em vasilhame transparente sem rótulo ou etiqueta.

6.27. Ao candidato aconselha-se que no dia da realização da prova, leve consigo o comprovante de pagamento e de inscrição para possíveis conferências. Porém, é indispensável a apresentação de documento de identificação com foto.

7. DO PREENCHIMENTO DO CARTÃO RESPOSTA

7.1. Na Prova Escrita, o candidato deverá assinalar as respostas no CARTÃO RESPOSTA, que será o único documento válido para a correção da prova.

7.2. O preenchimento do CARTÃO RESPOSTA será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder de conformidade com as instruções específicas no Caderno de Questões e no próprio cartão resposta.

7.3. Não será fornecido em nenhuma hipótese novo Cartão Resposta, ou realizada a substituição do mesmo por erro do candidato.

7.4. O candidato deverá assinar seu Cartão Resposta no local indicado. Não serão corrigidos os cartões respostas que não estiverem assinados.

7.5. Os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no Cartão Resposta serão de inteira responsabilidade do candidato.

7.6. Será atribuída nota 0 (zero) à questão da prova objetiva:

- a) cuja(s) resposta(s) no Cartão Resposta não corresponda(m) ao Gabarito Oficial do Concurso Público;
- b) quando a(s) resposta(s) no Cartão Resposta contenha(m) emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);
- c) que contenha(m) mais de uma opção de resposta assinalada no Cartão Resposta;
- d) que não estiver(em) assinalada(s) no Cartão Resposta;
- e) cuja(s) resposta(s) for(em) preenchida(s) fora das especificações do Cartão Resposta, ou seja, preenchida(s) com caneta não esferográfica ou com caneta esferográfica de cor diferente de preta ou azul, ou com lápis, ou ainda, com marcação diferente da indicada.

7.7. Em nenhuma hipótese, será considerado para correção e respectiva pontuação o caderno de provas.

7.8. Será permitido aos candidatos copiar suas respostas do Cartão Resposta, em formulário próprio, a ser indicado pelo fiscal de sala.

7.9. O Gabarito Preliminar da prova escrita será divulgado no dia 25 de fevereiro de 2015, no Mural Público e site oficial da Prefeitura do Município de São Miguel do Oeste(SC) www.saomiguel.sc.gov.br

8. DA PROVA PRÁTICA

8.1. A prova prática para os cargos de Motorista, Operador de Máquinas e Merendeira é de caráter eliminatório e classificatório, permite avaliar o grau de conhecimento e as habilidades do candidato por meio de demonstração prática das atividades a serem desempenhadas no exercício do cargo. Deverão ser considerados também, os conhecimentos específicos constantes do Anexo II do presente Edital.

8.2. A prova prática será aplicada na data de 26 de março de 2015, em local e data a serem definidos e informados no edital de convocação para as mesmas.

8.3. Serão convocados para realizar as provas práticas apenas os candidatos que na prova objetiva atingirem nota igual ou superior a 4(quatro).

8.4. Será eliminado o candidato que chegar ao local de realização da prova após o horário previsto para seu início, sendo este informado no Edital de Convocação para as provas práticas.

8.5 Para prestar a prova prática, os candidatos deverão apresentar documento de identidade com foto, ou conforme disposto nos item 6 deste edital, e para os cargos de Motorista e Operador de Máquinas, deverá apresentar também a CNH exigida para o cargo, sem restrições para o exercício de atividades dentro do prazo de validade, sem estar plastificada ou dilacerada.

8.5.1. O candidato deverá apresentar-se ao local de realização de provas vestido e calçado adequadamente para a realização da prova prática.

8.6. O candidato que deixar de apresentar qualquer dos documentos exigidos no item anterior será desclassificado do concurso.

8.7. Nenhum candidato poderá retirar-se do local da prova prática sem autorização expressa do responsável pela aplicação.

8.8. O candidato, ao concluir a prova prática, deverá assinar termo de compromisso de realização da prova prática, e deverá deixar o local de realização das mesmas.

8.9. As provas práticas para os cargos de Motorista e Operador de Máquinas serão aplicadas em veículos a serem disponibilizados pela Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste, compatível com o cargo para o qual o candidato se inscreveu, e que atenda o interesse e necessidade imediata da Prefeitura Municipal.

8.10. A prova prática para os Cargos de Motorista e Operador de Máquinas avaliará o candidato individualmente, no que diz respeito aos conhecimentos e habilidades na prática volante, aferindo a experiência, adequação de atitudes, postura e habilidades do candidato em dirigir veículos ou operar equipamentos na categoria exigida.

8.11. Para o cargo de Merendeira, a prova prática consistirá na realização de atividades, de acordo com as atribuições do cargo.

8.12. A prova prática valerá de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

8.13. Será considerado habilitado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 4 (quatro) pontos na prova prática.

8.14. A comissão organizadora reserva-se o direito de, por razões de ordem técnica ou condições meteorológicas, alterar as datas e locais das provas práticas. Ocorrendo qualquer alteração, será publicado um comunicado no Mural Público da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste e no site oficial desta, com até 24 (vinte e

quatro) horas de antecedência (www.saomiguel.sc.gov.br).

8.15. Concluída a prova, o candidato assinará termo de realização da prova prática que atestará terem sido cumpridas todas as normas editalícias, do que não poderá arguir posteriormente. As arguições referentes à prova prática deverão ser feitas no momento de realização da mesma, não cabendo posteriormente a interposição de recursos.

9. DOS RECURSOS

9.1. É assegurado aos candidatos a interposição de recursos nos seguintes casos:

- a) Quanto ao indeferimento das inscrições;
- b) Quanto às questões da prova escrita;
- c) Quanto ao gabarito preliminar das questões objetivas;
- d) Quanto à Classificação Preliminar do Concurso Público.

9.2. A interposição dos recursos acima delineados deverá ocorrer mediante preenchimento do Formulário de Recurso previsto no Anexo IV deste Edital, sendo:

- a) Encaminhado à Unoesc, Campus de São Miguel do Oeste, situado à Rua Oiapoc, 211, Bairro Agostini, São Miguel do Oeste, CEP: 89.900-000, nos prazos editalícios;
- b) Obrigatoriamente individual, fazendo-se constar nome completo do candidato, número da inscrição e cargo para o qual se inscreveu;
- c) Os recursos contra questões da prova escrita deverão ser apresentados em uma folha (Formulário) para cada questão recorrida, com fundamentação clara e ampla, comprovando-se as alegações mediante citação das fontes de pesquisa, páginas de livros, nome dos autores, bibliografia específica, entre outros, juntando cópia dos comprovantes.
- d) Quando o candidato apresentar mais de um recurso no mesmo formulário, apenas será apreciado o recurso da primeira questão apresentada.

9.3. Caso da análise dos recursos interpostos decorra a anulação de questões da prova escrita, estas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos presentes.

9.3.1. Se resultar alteração de gabarito, as provas de todos os candidatos serão corrigidas conforme essa alteração e seu resultado final divulgado de acordo com o novo gabarito.

9.4. Será indeferido liminarmente o recurso que não estiver fundamentado ou for interposto fora do prazo, bem como aqueles que contenham erro formal e/ou material em sua elaboração ou procedimentos que sejam contrários ao disposto neste Edital.

9.5. Não serão aceitos recursos encaminhados por meio que não seja o previsto neste Edital, bem como sobreposições de recursos apresentadas pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independente de vigência de prazo.

9.6. As respostas aos recursos serão encaminhadas, via correio eletrônico (e-mail), para os candidatos que interpuserem recurso.

10. DA CLASSIFICAÇÃO

10.1. Para atribuição da nota final da prova objetiva (escrita), o resultado será calculado conforme fórmula abaixo:

$NPO = N^{\circ} \text{ de Acertos} \times \text{Valor da Questão}$

NPO= Nota Prova Objetiva

10.1.1 Para atribuição da nota final, para os cargos que exigirem

prova de prática, o resultado será calculado conforme fórmula abaixo:

$NF = (NPO) + (PPP)$

NF= Nota Final

NPO= Nota Prova Objetiva

PPP= Pontuação Prova Prática

10.2. Ocorrendo empate na nota final, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que:

- a) Possuir maior idade dentre os candidatos com mais de 60 (sessenta) anos, completados até o último dia do prazo de inscrição, nos termos do Art. 27 da Lei nº 10.741/2003, considerando-se o ano, o mês e o dia do nascimento;
- b) Possuir maior número de pontos na prova de Conhecimentos Específicos;
- c) Possuir maior número de pontos na prova de Conhecimento Gerais;
- d) O candidato de maior idade;
- e) Sorteio.

10.3. A classificação final dos candidatos obedecerá a ordem decrescente de notas obtidas.

10.4. Serão considerados classificados na prova escrita objetiva os candidatos que obtiverem nota final igual ou superior a 5 (cinco), exceto para os cargos de Nível Fundamental, cuja nota final deverá ser igual ou superior a 4 (quatro).

11. DA INVESTIDURA E NOMEAÇÃO

11.1. A nomeação é de competência do Prefeito Municipal, segundo interesse e conveniência da Administração Municipal.

11.2. O provimento das vagas obedecerá rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos e a contratação se dará sob o regime estatutário, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos da legislação vigente.

11.3. Para ser investido no cargo o candidato deverá atender às seguintes exigências:

- a) ter sido aprovado no Concurso Público, na forma estabelecida neste Edital;
- b) Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Constituição Federal - § 1º do Art. 12, de 05/10/88 e Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98 - Art. 3º);
- c) encontrar-se no pleno gozo de seus direitos civis e políticos;
- d) estar quite com as obrigações militares e eleitorais;
- e) conhecer e estar de acordo com as exigências do presente edital;
- f) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos até a data da admissão;
- g) não ter sido demitido por ato de improbidade ou exonerado "a bem do serviço público", mediante decisão transitado em julgado em qualquer esfera governamental;
- h) não estar aposentado em decorrência de cargo, função ou emprego público de acordo com o previsto no inciso XVI, XVII e parágrafo 10 do art. 37 da Constituição Federal, alterado pelas Emendas Constitucionais nº 19 e 20 bem como receba benefício proveniente de regime próprio da previdência social ou do regime geral de previdência social relativo a emprego público;
- i) não estar em exercício de cargo público, de acordo com previsto no inciso XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal, alterado pelas Emendas Constitucionais nº 19 e 20;
- j) comprovar os requisitos (escolaridade, formação, habilitação, etc.), exigidos para o exercício do cargo na data da posse;
- k) ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, comprovada através dos exames médicos;
- l) apresentar, quando se tratar de profissão regulamentada, no ato da posse, o competente registro de inscrição no respectivo órgão

fiscalizador, bem como a certidão de quitação de suas obrigações perante o referido órgão;

m) certidão de antecedentes criminais, estadual e federal, emitida pelo Juízo da Comarca e pela Justiça Federal com circunscrição onde reside o candidato;

n) outros documentos necessários exigidos pelo Departamento de Recursos Humanos do Poder Executivo Municipal.

11.4. A não apresentação dos documentos no prazo estabelecido no Estatuto do Servidor, bem como quaisquer dos requisitos de que trata o presente Edital e/ou a prática de ato de falsidade ideológica em prova documental, resultará na exclusão do candidato do Concurso Público.

11.4.1. A inexatidão das informações ou irregularidades nos documentos, ainda que verificados posteriormente à nomeação, ocasionarão a exoneração do candidato.

11.5. O candidato obriga-se a manter atualizado seu endereço junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de São Miguel do Oeste (SC).

12. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

12.1. Fica delegada competência à FUNOESC - Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina- Campus de São Miguel do Oeste/SC, para:

- Preparar resultado da homologação das inscrições;
- Elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar a prova escrita objetiva;
- Aplicar e julgar a prova prática;
- Apreciar os recursos previstos no Item 9 deste Edital;
- Apresentar o relatório final, com a classificação dos candidatos;
- Prestar, juntamente com a Administração do Município de São Miguel do Oeste (SC), informações sobre o Concurso Público.

13. DO CRONOGRAMA

13.1. O Concurso Público seguirá as datas e prazos estipulados de acordo com o cronograma a seguir:

ATIVIDADES	PERÍODO
Publicação do edital	30/10/2014
Período de inscrições.	31/10/2014 a 01/12/2014
Último dia para pagamento do boleto bancário.	01/12/2014
Período de inscrições para candidatos doadores de sangue (Isenção de pagamento da taxa de inscrição) e entrega de documentos conforme item 5.2 e 5.2.1 do Edital.	31/10/2014 a 10/11/2014
Homologação das isenções da taxa de inscrição.	14/11/2014
Prazo final para protocolo do requerimento e do laudo médico dos candidatos que optarem por vagas para pessoas portadoras de necessidades especiais e para solicitar condição especial para realização da prova, inclusive mãe nutriz.	01/12/2014
Homologação preliminar das inscrições e do deferimento de condições especiais para os candidatos portadores de necessidades especiais.	12/12/2014
Período para interposição de recursos contra a homologação preliminar e quanto ao indeferimento de condições especiais para os candidatos portadores de necessidades especiais.	15 e 16/12/2014
Homologação final das inscrições.	20/12/2014
Divulgação do local das provas e do ensalamento dos candidatos	03/02/2015

Aplicação das provas escritas	22/02/2015
Divulgação do gabarito preliminar e das provas escritas	25/02/2015
Prazo para interposição de recurso contra o gabarito preliminar e questões das provas escritas	26 e 27/02/2015
Divulgação do gabarito final das provas escritas	11/03/2015
Publicação de edital de classificação preliminar e convocação para as provas práticas para os cargos de Motorista e Operador de Máquinas	18/03/2015
Aplicação das provas práticas	26/03/2015
Publicação do Edital do resultado da prova prática e da classificação preliminar para todos os cargos.	10/04/2015
Prazo para interposição de recursos contra a classificação preliminar.	13 e 14/04/2015
Divulgação da classificação final	22/04/2015
Homologação do Concurso Público	Até 28/04/2015

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As publicações sobre o Concurso Público serão feitas por Edital e veiculadas na imprensa.

14.2. Aquele que sentir-se prejudicado por qualquer das disposições feitas neste Edital poderá pedir a sua impugnação mediante órgão competente, no prazo estabelecido no Item 13.

14.3. O Foro para dirimir qualquer questão relacionada com o presente Concurso Público é o da Comarca de São Miguel do Oeste (SC), exclusivamente na Justiça Estadual.

14.4. Os casos não previstos no presente Edital, no que tange ao Concurso Público em questão, serão resolvidos pela Unoesc - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Campus de São Miguel do Oeste/SC, pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Concurso Público e pela Administração do Município de São Miguel do Oeste (SC).

14.5. Fazem parte deste Edital:

- Anexo I - Atribuições dos cargos;
- Anexo II - Conteúdo Programático;
- Anexo III - Formulário de requerimento de vaga candidatos portadores de necessidades especiais ou condição especial para realizar prova;
- Anexo IV - Formulário de Recurso;
- Anexo V - Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição;
- Anexo VI - Formulário de entrega de títulos.

14.6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, ficando o mesmo como edital original em substituição ao edital n. 22/2014.

São Miguel do Oeste, SC, 18 de novembro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

ANEXO I

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

NÍVEL SUPERIOR

ARQUITETO

- Acompanhar e fiscalizar projetos de arquitetura e urbanismo, quando a realização for executada por terceiros;
- Assessorar gestores em assuntos técnicos de sua área de atuação profissional
- Realizar, em articulação com o órgão jurídico, o exame de

questões de ordem legal, perícias e arbitramentos relativos à atividade arquitetura;

- Atuar como responsável legal nas atribuições de sua especialidade;
- Padronizar, normatizar e regulamentar os processos de sua área de atuação;
- Elaborar e monitorar normas e padrões referentes à atividade arquitetura;
- Analisar e elaborar pareceres técnicos e relatórios referentes a projetos de sua área;
- Apoiar a execução dos trabalhos de equipe, esclarecendo dúvidas e informando sobre alterações introduzidas em procedimentos, normas e instruções em vigor;
- Supervisionar, coordenar, orientar e fiscalizar contratos referentes a obras e serviços de arquitetura, realizados por equipe própria ou terceirizada;
- Supervisionar e orientar a especificação técnica de obras, materiais, serviços, equipamentos e sistemas;
- Realizar vistorias, perícias e avaliações, emitindo pareceres técnicos ou laudos, inerentes à sua área de atuação;
- Orientar e executar as tarefas de padronização, mensuração e controle de qualidade;
- Produzir, coordenar ou supervisionar a elaboração de projetos e desenhos técnicos;
- Orientar e estagiários em sua área de atuação;
- Acompanhar práticas de mercado com proposição de soluções aplicáveis aos processos inerentes à sua área de atuação;
- Zelar pela guarda dos materiais, equipamentos e ferramentas utilizados na execução de suas atribuições e área de trabalho;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;
- Observar o cumprimento das normas urbanísticas estabelecidas no Plano Diretor.

ASSISTENTE SOCIAL

- Elaborar, implementar, executar e avaliar planos, projetos, políticas e medidas sócio-educativas do âmbito de atuação de serviço social;
- Encaminhar providências e prestar orientações sociais a indivíduos, grupos e diferentes segmentos da população, inclusive aquelas relativas à identificação de recursos e à utilização eficaz dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;
- Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais de acordo com os Programas Federais, Estaduais e Municipais vigentes, implementando-os de acordo com o planejamento estratégico existente no município;
- Planejar, executar e avaliar pesquisas e estudos sócio-econômicos que contribuam para o conhecimento da realidade individual, familiar e social, possibilitando eleição de alternativas de intervenção;
- Prestar assessoria e consultoria a órgãos de administração pública, Municípios, entidades e movimentos sociais, em matéria relacionada às Políticas Sociais, bem como, no exercício e defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- Realizar investigação da necessidade da população em usufruir benefícios de Programas Federais, Estaduais e Municipais e realizar pareceres;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico.

BIBLIOTECÁRIO

- Realizar e controlar empréstimos de materiais bibliográficos e audiovisuais;
- Realizar pesquisas e organizar relatório de acordo com necessidade do cliente; Indexar/classificar e catalogar o acervo de acordo com os padrões da área de biblioteconomia e arquivística;
- Armazenar, classificar, inventariar documentos de acordo com normas de biblioteconomia;
- Elaborar e atualizar tabela de temporalidade, gerenciamento e

atualização da base de dados;

- Organizar publicações/documentos técnicos e administrar arquivos intermediários e permanentes;
- Divulgar informações sobre novas aquisições;
- Orientar na consulta/utilização: catálogos, livros, internet, base de dados, etc; Executar o registro e preparo físico de materiais bibliográficos e audiovisuais;
- Orientar e efetuar a catalogação de livros, folhetos, periódicos, mapas, atlas e demais instrumentos de consulta, com vistas à organização da biblioteca e determinação do patrimônio do respectivo órgão;
- Auxiliar na coordenação e a propor a compra, a permuta, a aceitação ou a solicitação de doação de material bibliográfico, selecionando as obras por meio de consultas técnicas;
- Providenciar, coordenar e supervisionar os serviços de encadernação e restauração de publicações;
- Padronizar, normatizar e regulamentar os processos de sua área de atuação;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;
- Sugerir ao Secretário lista de livros, periódicos e publicações a serem adquiridos;

NUTRICIONISTA

- Planejar serviços ou programas de nutrição nos campos da saúde pública, educação e de outros similares, fazendo-o com observação à qualidade e boas técnicas de manuseio e preparação;
- Organizar cardápios e elaborar dietas;
- Acompanhar o trabalho do pessoal auxiliar, supervisionando o preparo, distribuição de refeições, recebimento dos gêneros alimentícios, sua armazenagem e distribuição;
- Controlar a estocagem, preparação, conservação e distribuição dos alimentos, a fim de contribuir para a melhoria proteica, racionalidade e economicidade dos regimes alimentares;
- Zelar pela ordem e manutenção de boas condições higiênicas, observando e analisando o ambiente interno, orientando e supervisionando os funcionários e providenciando medidas adequadas para solucionar os problemas pertinentes, para oferecer alimentação sadia e o aproveitamento das sobras de alimento;
- Planejar e ministrar cursos de educação alimentar;
- Prescrever suplementos nutricionais necessários à complementação da dieta;
- Responsabilizar-se por equipes auxiliares necessárias à execução das atividades próprias do cargo;
- Executar tarefas afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão;
- Preparar listas de compras de produtos utilizados, baseando-se nos cardápios e no número de refeições a serem servidas e no estoque existente;
- Trabalhar segundo normas técnicas de segurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;
- Orientar e fiscalizar o trabalho das merendeiras nas escolas, quanto a escolha e aplicação de cardápios e manipulação de alimentos.

CONTADOR

- Organizar e dirigir os serviços de contabilidade da instituição, planejando, supervisionando, orientando sua execução e participando dos mesmos, de acordo com as exigências legais e administrativas;
- Proceder à análise de contas, zelando pela sua regularidade e adequação às normas legais e administrativas vigentes;
- Assessorar sobre problemas contábeis especializado, dando pareceres sobre às práticas contábeis, a fim de contribuir para a correta elaboração de políticas e instrumentos de ação dos setores;
- Realizar trabalhos de auditoria contábil e prestação de contas;
- Participar de projetos multidisciplinares que visem o

aperfeiçoamento da gestão econômico-financeira da instituição;
- Padronizar, normatizar e regulamentar os processos de sua área de atuação;

- Assessorar gestores em assuntos de natureza contábil, coordenando, supervisionando e orientando a realização de estudos, emissão de pareceres e realizando aconselhamento de ordem contábil;
- Analisar e elaborar pareceres técnicos e relatórios referentes a projetos de sua área, incluindo projeções e impacto no negócio;
- Apoiar a execução dos trabalhos de equipe, esclarecendo dúvidas e informando sobre alterações introduzidas em procedimentos, normas e instruções em vigor;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico.

FISCAL DE TRIBUTOS

- Fiscalizar todas as atividades sujeitas à tributação municipal;
- Fiscalizar o cumprimento da legislação tributária vigente;
- Realizar atividades de fiscalização em campo e aplicar todos os mecanismos legais vigentes à consecução da atividade;
- Constituir o crédito tributário mediante lançamento;
- Controlar a arrecadação e promover a cobrança de tributos;
- Aplicar penalidades administrativas e encaminhar procedimentos legais ao responsável hierárquico, quando necessário;
- Analisar e tomar decisões sobre processos administrativo-fiscais;
- Assistir superiores e auxiliares na execução e no cumprimento da legislação tributária;
- Efetuar cálculos e sistemas explicativos de cálculos de tributos;
- Elaborar e acompanhar cronogramas de fiscalização, lançamentos e arrecadação de tributos;
- Auditar documentos fiscais e contábeis e realizar comparações visando o adequado enquadramento fiscal do contribuinte;
- Prestar atendimento, orientações e informações ao público;
- Desenvolver técnicas de aperfeiçoamento da sistemática de fiscalização e consciência e conhecimento comunitário no que tange a tributação;
- Emitir pareceres em processos e consultas interpretando e aplicando a Legislação Tributária quando houver tal delegação;
- Fiscalizar pedidos de inscrições em cadastro de contribuintes municipais e licenças de localização e funcionamento de acordo com a legislação e especificações técnicas;
- Manter cadastros de contribuintes, alvarás e licenças;
- Fiscalizar a utilização e segurança na guarda de documentos fiscais de uso obrigatório;
- Realizar levantamentos fiscais, elaborar relatórios pertinentes, lavrar atos cabíveis com vistas à homologação dos lançamentos;
- Realizar levantamentos junto a órgãos públicos e privados de acordo com as especificações;
- Orientar e informar outros servidores e contribuintes sobre a legislação e procedimentos;
- Executar análises comparativa das atividades dos contribuintes visando a sua adequada caracterização fiscal;
- Dirigir veículos leves;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área.

FISCAL SANITARISTA

- Coordenar ou assegurar a inspeção de fábricas de laticínios, massas, conservas ou de outros tipos de produtos alimentícios, como armazéns, restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos similares, verificando as condições sanitárias dos seus interiores, limpeza do equipamento, refrigeração, suprimento de água, instalações sanitárias e condições de asseio e saúde dos que manipulam alimentos, para assegurar as condições necessárias à produção e distribuição de alimentos sadios e de boa qualidade;
- Proceder à inspeção de imóveis novos ou reformados, antes de ser habitados, verificando as condições sanitárias dos seus interiores, a existência de dispositivos para escoamento das águas fluviais e o estado de conservação das paredes, telhados, portas e

janelas, para opinar sobre habite-se;

- Monitorar as atividades de industrialização e comercialização de produtos alimentícios, a imóveis recém-construídos ou reformados visando proteger a saúde da coletividade;
- Identificar problemas na área sanitária, submetendo-os à análise técnica para posterior comunicação e integração com órgãos responsáveis pelas ações subsequentes;
- Verificar projetos e seu licenciamento de acordo com a legislação e especificações técnicas vigentes, notificando, embargando e autuando as irregularidades;
- Orientar a comunidade, técnica e legalmente, na execução de projetos de sistemas individuais de abastecimento de água, coleta de esgoto sanitário e de lixo, visando a adequação dos recursos à proteção ambiental e à melhoria dos padrões de saúde da população;
- Orientar a observação clínica de animais, anotando e coletando materiais para exames;
- Supervisionar e coletar amostras de água, alimentos e medicamentos de acordo com as normas ou rotinas preestabelecidas;
- Detectar irregularidades quanto à saúde ocupacional e outras que afetam a saúde;
- Participar de atividades que visem a saúde comunitária;
- Fiscalizar aterros, nascentes, drenagens e condução de líquidos percolados, drenagens para gases, compactação e cobertura de lixo com material argiloso, processos de reciclagem de lixo em usinas, incineração e operações de vala séptica controlada para o lixo hospitalar, objetivando o cumprimento das normas para defesa ambiental;
- Acompanhar e fiscalizar os serviços de limpeza urbana pública, serviços de valas, drenagem de águas pluviais, execução de aterros de ruas, verificando o sistema de nascentes, drenagem e águas;
- Dirigir veículos leves e inspecionar estabelecimentos de ensino e órgãos públicos;
- Efetuar comunicações, intimações e interdições decorrentes de seu trabalho;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;
- Cumprir os protocolos e determinações da ANVISA e da Vigilância Sanitária Estadual.

PSICÓLOGO

- Desenvolver diagnóstico psicossocial no setor em que atua visando à identificação de necessidades e da clientela alvo de sua atuação, proporcionando, por intermédio do acompanhamento profissional, acompanhamento e resolução das demandas;
- Desenvolver outras atividades que visem a preservação, promoção, recuperação, reabilitação da saúde mental e valorização do homem;
- Proceder ao estudo e avaliação dos mecanismos de comportamento humano para possibilitar a orientação à seleção e ao treinamento atitudinal no campo profissional e o diagnóstico e terapia clínicos; realizar psicoterapia breve, ludoterapia individual e grupal, com acompanhamento clínico;
- Realizar exames de seleção em crianças, para fins de ingresso em instituições assistenciais, bem como para contemplação com bolsas de estudos;
- Prestar atendimento breve a pacientes em crise e a seus familiares, bem como a alcoolistas e toxicômanos;
- Atender crianças excepcionais, com problemas de deficiência mental e sensorial, ou portadora de desajustes familiares ou escolares, encaminhando-as para escolas ou classes especiais;
- Formular hipóteses de trabalho, para orientar as explorações psicológicas, médicas e educacionais; realizar pesquisas psicopedagógicas;
- Confeccionar e selecionar o material psicopedagógico e psicológico necessário ao estudo dos casos;
- Manter atualizado o prontuário de casos estudados;

- Responsabilizar-se por equipes auxiliares necessárias à execução das atividades próprias do cargo;
- Executar tarefas afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão;
- Participar, dentro de sua especialidade, de equipes multidisciplinares e programas de ação comunitária visando a construção de uma ação integrada;
- Desenvolver ações de pesquisas e aplicações práticas da psicologia no âmbito da saúde, educação, trabalho, assistência social e outros;
- Assessorar, prestar consultoria e dar pareceres dentro de uma perspectiva psicossocial;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico.

BIOQUÍMICO

- Assegurar o transporte e conservação adequado de material de interesse clínico;
- Estabelecer rotinas microbiológicas, dentro dos padrões técnicos científicos vigentes, que permitam o isolamento e identificação dos principais agentes infecciosos de importância clínica, por gênero e, se possível, por espécie;
- Efetuar, em laboratório, atividade de análises inerente à patologia clínica, realizando e orientando exames, testes, e cultura de microorganismo por meio de manipulação de aparelhos de laboratório e por outros meios para possibilitar diagnósticos, tratamento e prevenção de doenças;
- Emitir e se responsabilizar pelos laudos;
- Determinar a sensibilidade às drogas antimicrobianas;
- Efetuar o controle de qualidade suas atividades e dos processos de esterilização; divulgar e por em prática normas de biossegurança;
- Participar junto com a comissão de controle de infecção, do rastreamento epidemiológico dos surtos de infecção hospitalar; fornecer periodicamente dados relacionados com a etiologia das infecções hospitalares e da resistência às drogas;
- Executar outras atividades afins de natureza não rotineira e de relevância em determinadas situações como, por exemplo, estudo microbiológicos de materiais inanimados, portadores, desinfetantes, etc;
- Auxiliar à Vigilância Epidemiológica no diagnóstico de Doenças de Notificação Compulsória;
- Seguir rigidamente os padrões técnicos estabelecidos para realização dos exames e as normas de biossegurança;
- Planejar, coordenar, controlar, analisar, avaliar e executar atividade de atenção à saúde;
- Assessorar e prestar suporte técnico de gestão em saúde, regular os processos assistenciais (organizar a demanda e oferta de serviço) no âmbito do sistema único de saúde do município, integrando-o com outros níveis do sistema;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área.

BIÓLOGO

- Acompanhamento da sua ocorrência, identificando as áreas de risco e realizando análises necessárias para subsidiar as intervenções quando necessárias;
- Avaliação do impacto das ações de intervenções;
- Planejamento, organização e oferta de cursos de capacitação;
- Realização de supervisão aos programas de vigilância e controle no âmbito municipal;
- Participação na elaboração de estratégias de ações educativas e de sensibilização, objetivando a promoção e a prevenção da saúde da população alvo;
- Elaboração de relatórios, documentos e notas técnicas que subsidiem as ações de vigilância e controle a serem desenvolvidas no município;
- Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional;

- Exercer outras responsabilidades\atribuições correlatos ao setor.

ENFERMEIRO

- Supervisionar e coordenar o trabalho do pessoal de enfermagem, assistente administrativo e zeladores, conforme delegação, realizando educação em serviço e em período de adaptação, planejamento cronograma, orientando atividades, avaliando o desempenho técnico-administrativo, fornecendo parecer técnico sobre o aproveitamento do mesmo, visando a boa qualidade do serviço prestado na sua área de atuação;
- Participar de equipe multiprofissional na elaboração de diagnósticos de saúde da região, analisando os dados e propondo mecanismos de intervenção prioritários para a melhoria do nível de saúde da população;
- Participar na elaboração, execução, adequação e/ou coordenação de programas e projetos, visando a sistematização e melhoria da qualidade das ações de saúde;
- Promover a integração entre a Unidade Saúde, a comunidade e outros serviços locais, visando a promoção da saúde;
- Participar do planejamento, coordenação, execução e avaliação de campanhas de vacinação, auxiliando no estabelecimento de locais, metas, materiais, equipamentos, pessoal e outros itens necessários;
- Planejar necessidade, avaliar qualidade, controlar e dar pareceres técnicos sobre medicamentos, materiais de consumo, imunobiológicos e equipamentos, solicitando manutenção ou reparo quando necessário;
- Participar de montagem de unidade prestadoras de serviços de saúde, planejando necessidades de equipamentos, materiais e outros;
- Realizar cuidados diretos de enfermagem nas urgências e emergências clínicas, fazendo a indicação para a continuidade da assistência prestada;
- Realizar consulta de enfermagem, solicitar exames complementares, prescrever/transcrever medicações, conforme protocolos estabelecidos nos Programas do Ministério da Saúde e as disposições legais da profissão;
- Executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, mulher, adulto, e idoso;
- No nível de suas competências, executar assistência básica e ações de vigilância epidemiológica e sanitária;
- Realizar ações de saúde em diferentes ambientes e, quando necessário, no domicílio;
- Realizar as atividades corretamente às áreas prioritárias de intervenção na Atenção Básica, definidas nas normas operacionais de assistência à saúde;
- Aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva;
- Organizar e coordenar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental;
- Supervisionar e coordenar ações para capacitação dos Agentes Comunitários de Saúde e outros auxiliares, com vistas ao desempenho de suas funções;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;

FARMACÊUTICO

- Efetuar a manipulação farmacêutica, o aviamento e entrega de receitas médicas, sempre com orientação técnica sobre o uso, guarda e aplicação dos insumos;
- Controlar a requisição e guarda de medicamentos;
- Organizar e atualizar fichários e produtos farmacêuticos, químicos e biológicos, mantendo registro permanente do estoque de drogas, especialmente da medicação controlada;
- Participar de orientações microbiológicas e imunológicas químicas, físico-químicas e Físicas e toxicológicas;
- Acompanhar, quando necessário, os efeitos dos medicamentos;
- Detectar e identificar substâncias tóxicas; efetuar análises clínicas;
- Orientar, coordenar e supervisionar trabalhos a serem

desenvolvidos por auxiliares;

- Executar outras tarefas afins;
- Participar do controle de estoque e controle de entrega de medicamentos;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;
- Observar e cumprir as normas estabelecidas pela ANVISA.

FISIOTERAPEUTA

- Executar atividades técnicas específicas de fisioterapia no tratamento de entorses, fraturas em vias de recuperação, paralisias, perturbações circulatórias e enfermidades nervosas por meios físicos, de acordo com as prescrições médicas ou procedimentos profissionais adequados;
- Planejar e orientar as atividades fisioterápicas de cada paciente em função de seu quadro clínico; supervisionar e avaliar atividades do pessoal auxiliar de fisioterapia, orientando-os na execução das tarefas para possibilitar a realização correta de exercícios físicos e a manipulação de aparelhos simples;
- Realizar avaliações fisioterápicas com vistas à determinação da capacidade funcional;
- Participar de atividades de caráter profissional, educativa ou recreativa organizadas sob controle médico e que tenham por objetivo a readaptação física ou mental dos incapacitados;
- Responsabilizar-se por equipes auxiliares necessárias à execução das atividades próprias do cargo;
- Executar tarefas afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;

ODONTÓLOGO

- Realizar os procedimentos clínicos definidos nas normas operacionais básicas do sistema único de saúde e demais normativas vigentes no que tange a esta atribuição funcional;
- Realizar o tratamento integral, no âmbito da atenção básica para a população adscrita;
- Encaminhar e orientar os usuários que apresentam problemas complexos a outros níveis de assistência, assegurando seu acompanhamento;
- Realizar atendimentos de primeiros cuidados nas urgências;
- Prescrever medicamentos e outras orientações na conformidade dos diagnósticos efetuados;
- Emitir laudos, pareceres e atestados sobre assuntos de sua competência;
- Executar rotinas administrativas de apoio; controle de material odontológico; controle de informações; orientação de pessoal auxiliar; conservação de bens e imóveis;
- Propor e ou participar de ações dentro de princípios de odontologia integral, visando à proteção e recuperação do indivíduo no seu contexto social; através de participação em equipes multidisciplinares;
- Desenvolvimento de programas, padrões e técnicas de trabalho;
- Vigilância sanitária e epidemiológica em odontologia;
- Executar as ações de assistência integral, aliado à atuação clínica à saúde coletiva, assistindo as famílias, indivíduos ou grupo específicos, de acordo com planejamento local;
- Coordenar ações coletivas voltadas para promoção e prevenção em saúde bucal;
- Programar e supervisionar o fornecimento de insumos para as ações coletivas;
- Capacitar as equipes de saúde da família no que se refere às ações educativas e preventivas em saúde bucal;
- Supervisionar o trabalho desenvolvido pelo THD e o ACD;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;
- Desenvolver ações educativas de promoção à saúde da equipe profissional e da comunidade em geral;
- Cumprir e fazer cumprir as determinações dos entes

governamentais no âmbito dos programas específicos.

ODONTÓLOGO - PEDIATRIA

- Realizar os procedimentos clínicos definidos nas normas operacionais básicas do sistema único de saúde e demais normativas vigentes no que tange a esta atribuição funcional;
- Realizar o tratamento integral, no âmbito da atenção básica para a população adscrita;
- Encaminhar e orientar os usuários que apresentam problemas complexos a outros níveis de assistência, assegurando seu acompanhamento;
- Realizar atendimentos de primeiros cuidados nas urgências;
- Prescrever medicamentos e outras orientações na conformidade dos diagnósticos efetuados;
- Emitir laudos, pareceres e atestados sobre assuntos de sua competência;
- Executar rotinas administrativas de apoio; controle de material odontológico; controle de informações; orientação de pessoal auxiliar; conservação de bens e imóveis;
- Propor e ou participar de ações dentro de princípios de odontologia integral, visando à proteção e recuperação do indivíduo no seu contexto social; através de participação em equipes multidisciplinares;
- Desenvolvimento de programas, padrões e técnicas de trabalho;
- Vigilância sanitária e epidemiológica em odontologia;
- Executar as ações de assistência integral, aliado à atuação clínica à saúde coletiva, assistindo as famílias, indivíduos ou grupo específicos, de acordo com planejamento local;
- Coordenar ações coletivas voltadas para promoção e prevenção em saúde bucal;
- Programar e supervisionar o fornecimento de insumos para as ações coletivas;
- realizar os procedimentos clínicos de odontologia à crianças e afins, na forma estabelecidas nos protocolos clínicos.
- Capacitar as equipes de saúde da família no que se refere às ações educativas e preventivas em saúde bucal;
- Supervisionar o trabalho desenvolvido pelo THD e o ACD;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;
- Desenvolver ações educativas de promoção à saúde da equipe profissional e da comunidade em geral;
- Cumprir e fazer cumprir as determinações dos entes governamentais no âmbito dos programas específicos.

CIRURGIÃO BUCO-MAXILO-FACIAL

- Realizar exame clínico com a finalidade conhecer a realidade epidemiológica de saúde bucal da comunidade;
- Realizar os procedimentos clínicos definidos pelas normas operacionais básicas de saúde vigentes no Sistema Único de Saúde
- Assegurar a integralidade do tratamento no âmbito da atenção básica para a população;
- Encaminhar e orientar os usuários, que apresentarem problemas mais complexos, a outros níveis de especialização, assegurando o seu retorno e acompanhamento, inclusive para fins de complementação do tratamento;
- Realizar atendimentos de primeiros cuidados nas urgências;
- Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais;
- Prescrever medicamentos e outras orientações na conformidade dos diagnósticos;
- Emitir laudos, pareceres e atestados sobre assuntos de sua competência;
- Executar as ações de assistência integral, aliando a atuação clínica à de saúde coletiva, assistindo as famílias, indivíduos ou grupos específicos, de acordo com plano de prioridades locais;
- Coordenar ações coletivas voltadas para a promoção e prevenção em saúde bucal;
- Programar e supervisionar o fornecimento de insumos para as ações coletivas;
- Supervisionar o trabalho desenvolvido pelo THD e o ACD;

- Capacitar as equipes de saúde da família no que se refere às ações educativas e preventivas em saúde bucal;
- Registrar na Ficha D - Saúde Bucal, do Sistema de Informação da Atenção Básica - Siab - todos os procedimentos realizados;
- Cumprir e fazer cumprir as determinações dos entes governamentais no âmbito dos programas específicos;
- realizar implantes, enxertos, transplantes, reimplantes e biópsias, cirurgia com finalidade protética; cirurgia com finalidade ortodôntica; cirurgia ortognática; realizar o diagnóstico e tratamento cirúrgico de cistos; afecções radiculares e perirradiculares; doenças das glândulas salivares; doenças da articulação têmporo-mandibular; lesões de origem traumática na área buco-maxilo-facial; malformações congênitas ou adquiridas dos maxilares e da mandíbula; tumores benignos da cavidade bucal; tumores malignos da cavidade bucal, atuando juntamente com a equipe de oncologista; e, de distúrbio neurológico, com manifestação maxilo-facial, em colaboração com neurologista ou neurocirurgião.

CIRURGIÃO DENTISTA ENDODONTISTA

- Realizar exame clínico com a finalidade conhecer a realidade epidemiológica de saúde bucal da comunidade;
- Realizar os procedimentos clínicos definidos pelas normas operacionais básicas de saúde vigentes no Sistema Único de Saúde
- Assegurar a integralidade do tratamento no âmbito da atenção básica para a população;
- Encaminhar e orientar os usuários, que apresentarem problemas mais complexos, a outros níveis de especialização, assegurando o seu retorno e acompanhamento, inclusive para fins de complementação do tratamento;
- Realizar atendimentos de primeiros cuidados nas urgências;
- Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais;
- Prescrever medicamentos e outras orientações na conformidade dos diagnósticos;
- Emitir laudos, pareceres e atestados sobre assuntos de sua competência;
- Executar as ações de assistência integral, aliando a atuação clínica à de saúde coletiva, assistindo as famílias, indivíduos ou grupos específicos, de acordo com plano de prioridades locais;
- Coordenar ações coletivas voltadas para à promoção e prevenção em saúde bucal;
- Programar e supervisionar o fornecimento de insumos para as ações coletivas;
- Supervisionar o trabalho desenvolvido pelo THD e o ACD;
- Capacitar as equipes de saúde da família no que se refere às ações educativas e preventivas em saúde bucal;
- Registrar na Ficha D - Saúde Bucal, do Sistema de Informação da Atenção Básica - Siab - todos os procedimentos realizados;
- Cumprir e fazer cumprir as determinações dos entes governamentais no âmbito dos programas específicos;
- Realizar procedimentos conservadores da vitalidade pulpar; procedimentos cirúrgicos no tecido e na cavidade pulpares; procedimentos cirúrgicos paraendodônticos; e, tratamento dos traumatismos dentários; Cirurgião Dentista Especialista em Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais: Prestar atenção odontológica aos pacientes com graves distúrbios de comportamento, emocionalmente perturbados; prestar atenção odontológica aos pacientes que apresentam condições incapacitantes, temporárias ou definitivas a nível ambulatorial, hospitalar ou domiciliar; e, aprofundar estudos e prestar atenção aos pacientes que apresentam problemas especiais de saúde com repercussão na boca e estruturas anexas.

CIRURGIÃO DENTISTA PERIODONTISTA

- Realizar exame clínico com a finalidade conhecer a realidade epidemiológica de saúde bucal da comunidade;
- Realizar os procedimentos clínicos definidos pelas normas operacionais básicas de saúde vigentes no Sistema Único de Saúde
- Assegurar a integralidade do tratamento no âmbito da atenção básica para a população;

- Encaminhar e orientar os usuários, que apresentarem problemas mais complexos, a outros níveis de especialização, assegurando o seu retorno e acompanhamento, inclusive para fins de complementação do tratamento;
- Realizar atendimentos de primeiros cuidados nas urgências;
- Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais;
- Prescrever medicamentos e outras orientações na conformidade dos diagnósticos;
- Emitir laudos, pareceres e atestados sobre assuntos de sua competência;
- Executar as ações de assistência integral, aliando a atuação clínica à de saúde coletiva, assistindo as famílias, indivíduos ou grupos específicos, de acordo com plano de prioridades locais;
- Coordenar ações coletivas voltadas para à promoção e prevenção em saúde bucal;
- Programar e supervisionar o fornecimento de insumos para as ações coletivas;
- Supervisionar o trabalho desenvolvido pelo THD e o ACD;
- Capacitar as equipes de saúde da família no que se refere às ações educativas e preventivas em saúde bucal;
- Registrar na Ficha D - Saúde Bucal, do Sistema de Informação da Atenção Básica - Siab - todos os procedimentos realizados;
- Cumprir e fazer cumprir as determinações dos entes governamentais no âmbito dos programas específicos;
- Desenvolver avaliação diagnóstica e planejamento do tratamento; avaliação da influência da doença periodontal em condições sistêmicas; controle dos agentes etiológicos e fatores de risco das doenças dos tecidos de suporte e circundantes dos dentes e dos seus substitutos; procedimentos preventivos, clínicos e cirúrgicos para regeneração dos tecidos periodontais e peri-implantares; planejamento e instalação de implantes e restituição das estruturas de suporte, enxertando materiais naturais e sintéticos; e, procedimentos necessários à manutenção de saúde.

CIRURGIÃO DENTISTA ESPECIALISTA EM PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

- Realizar exame clínico com a finalidade conhecer a realidade epidemiológica de saúde bucal da comunidade dos portadores de necessidade especiais;
- Realizar os procedimentos clínicos definidos pelas normas operacionais básicas de saúde vigentes no Sistema Único de Saúde
- Assegurar a integralidade do tratamento no âmbito da atenção básica para a população;
- Encaminhar e orientar os usuários, que apresentarem problemas mais complexos, a outros níveis de especialização, assegurando o seu retorno e acompanhamento, inclusive para fins de complementação do tratamento;
- Realizar atendimentos de primeiros cuidados nas urgências;
- Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais;
- Prescrever medicamentos e outras orientações na conformidade dos diagnósticos;
- Emitir laudos, pareceres e atestados sobre assuntos de sua competência;
- Executar as ações de assistência integral, aliando a atuação clínica à de saúde coletiva, assistindo as famílias, indivíduos ou grupos específicos, de acordo com plano de prioridades locais;
- Coordenar ações coletivas voltadas para à promoção e prevenção em saúde bucal;
- Programar e supervisionar o fornecimento de insumos para as ações coletivas;
- Supervisionar o trabalho desenvolvido pelo THD e o ACD;
- Capacitar as equipes de saúde da família no que se refere às ações educativas e preventivas em saúde bucal;
- Registrar na Ficha D - Saúde Bucal, do Sistema de Informação da Atenção Básica - Siab - todos os procedimentos realizados;
- Cumprir e fazer cumprir as determinações dos entes governamentais no âmbito dos programas específicos;
- desenvolver atividades de radiologia odontológica, com emissão de parecer, laudos e afins, para desenvolvimento de atividades

odontológicas no âmbito dos programas de saúde pública bucal.

CIRURGIÃO DENTISTA PROTESISTA

- Realizar exame clínico com a finalidade conhecer a realidade epidemiológica de saúde bucal da comunidade dos portadores de necessidade especiais;
- Realizar os procedimentos clínicos definidos pelas normas operacionais básicas de saúde vigentes no Sistema Único de Saúde
- Assegurar a integralidade do tratamento no âmbito da atenção básica para a população;
- Encaminhar e orientar os usuários, que apresentarem problemas mais complexos, a outros níveis de especialização, assegurando o seu retorno e acompanhamento, inclusive para fins de complementação do tratamento;
- Realizar atendimentos de primeiros cuidados nas urgências;
- Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais;
- Prescrever medicamentos e outras orientações na conformidade dos diagnósticos;
- Emitir laudos, pareceres e atestados sobre assuntos de sua competência;
- Executar as ações de assistência integral, aliando a atuação clínica à de saúde coletiva, assistindo as famílias, indivíduos ou grupos específicos, de acordo com plano de prioridades locais;
- Coordenar ações coletivas voltadas para a promoção e prevenção em saúde bucal;
- Programar e supervisionar o fornecimento de insumos para as ações coletivas;
- Supervisionar o trabalho desenvolvido pelo THD e o ACD;
- Capacitar as equipes de saúde da família no que se refere às ações educativas e preventivas em saúde bucal;
- Registrar na Ficha D - Saúde Bucal, do Sistema de Informação da Atenção Básica - Siab - todos os procedimentos realizados;
- Cumprir e fazer cumprir as determinações dos entes governamentais no âmbito dos programas específicos;
- desenvolver atividades de radiologia odontológica, com emissão de parecer, laudos e afins, para desenvolvimento de atividades odontológicas no âmbito dos programas de saúde pública bucal.

ENGENHEIRO CIVIL

- Elaborar, executar e dirigir projetos de engenharia relativos a estrutura de edificações, tráfegos, vias urbanas e obras de pavimentação, sistemas de água e esgoto, aproveitamento de recursos naturais, serviços de equipamentos urbanos, rurais e regionais, entre outros;
- Estudar características, especificações e preparar plantas, orçamentos de custos, técnicas de execução e outros dados, para possibilitar e orientar a construção, manutenção e reparo das obras, dentro dos padrões técnicos exigidos;
- Efetuar vistorias, perícias, avaliação de imóveis, arbitramento, emitir laudos e pareceres técnicos sempre que inerente à sua área de atuação;
- Assessorar gestores em assuntos técnicos da sua área;
- Atuar como responsável legal da Município nas atribuições de sua especialidade, sempre que solicitado;
- Padronizar, normatizar e regulamentar os processos de sua área de atuação;
- Analisar e elaborar pareceres técnicos e relatórios referentes a projetos de sua área, incluindo projeções;
- Supervisionar, coordenar, orientar e fiscalizar contratos referentes a obras e serviços de engenharia;
- Apoiar a execução dos trabalhos de equipe, esclarecendo dúvidas e informando sobre alterações introduzidas em procedimentos, normas e instruções em vigor;
- Supervisionar e orientar a especificação técnica de obras, materiais, serviços, equipamentos e sistemas;
- Supervisionar e orientar a instalação, a operação, a montagem e o acompanhamento da manutenção de sistemas, máquinas e equipamentos realizados por equipe própria ou terceirizada;

- Coordenar, orientar e executar as tarefas de padronização, mensuração e controle de qualidade;
- Supervisionar, orientar e estabelecer padrões técnicos alusivos à manutenção, distribuição, instalação e controle de funcionamento e utilização dos equipamentos de telecomunicações;
- Produzir, coordenar ou supervisionar a elaboração de projetos técnicos e desenhos técnicos;
- Acompanhar práticas de mercado com proposição de soluções aplicáveis aos processos;
- Zelar pela guarda dos materiais, equipamentos e ferramentas utilizados na execução de suas tarefas;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;
- Observar o cumprimento das normas urbanísticas estabelecidas no Plano Diretor Municipal.

ENGENHEIRO AMBIENTAL

- Elaborar, executar e dirigir projetos de engenharia ambiental de edificações, tráfegos, vias urbanas e obras de pavimentação, sistemas de água e esgoto, aproveitamento de recursos naturais, serviços de equipamentos urbanos, rurais e regionais, entre outros;
- Estudar características, especificações e preparar plantas, orçamentos de custos, técnicas de execução e outros dados, para possibilitar e orientar a construção, manutenção e reparo no que diz respeito as normas ambientais das obras, dentro dos padrões técnicos exigidos;
- Efetuar vistorias, perícias, avaliação de imóveis, arbitramento, emitir laudos e pareceres técnicos sempre que inerente à sua área de atuação;
- Assessorar gestores em assuntos técnicos da sua área;
- Atuar como responsável legal do Município nas atribuições de sua especialidade, sempre que solicitado;
- Padronizar, normatizar e regulamentar os processos de sua área de atuação;
- Analisar e elaborar pareceres técnicos e relatórios referentes a projetos de sua área, incluindo projeções;
- Supervisionar, coordenar, orientar e fiscalizar contratos referentes a obras e serviços de engenharia;
- Apoiar a execução dos trabalhos de equipe, esclarecendo dúvidas e informando sobre alterações introduzidas em procedimentos, normas e instruções em vigor;
- Supervisionar e orientar a especificação técnica de obras, materiais, serviços, equipamentos e sistemas;
- Supervisionar e orientar a instalação, a operação, a montagem e o acompanhamento da manutenção de sistemas, máquinas e equipamentos realizados por equipe própria ou terceirizada;
- Coordenar, orientar e executar as tarefas de padronização, mensuração e controle de qualidade;
- Supervisionar, orientar e estabelecer padrões técnicos alusivos à manutenção, distribuição, instalação e controle de funcionamento e utilização dos equipamentos de telecomunicações;
- Produzir, coordenar ou supervisionar a elaboração de projetos técnicos e desenhos técnicos;
- Acompanhar práticas de mercado com proposição de soluções aplicáveis aos processos;
- Zelar pela guarda dos materiais, equipamentos e ferramentas utilizados na execução de suas tarefas;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;
- Observar o cumprimento das normas urbanísticas estabelecidas no Plano Diretor Municipal.

MÉDICO - SAÚDE DA FAMÍLIA

- Prestar atendimento médico e ambulatorial; examinando pacientes, solicitando e interpretando exames, prescrevendo, orientando e acompanhando a evolução, registrando a consulta em documentos próprios e encaminhando quando necessário;

- Executar atividades médicos-sanitaristas, exercendo atividades clínicas, procedendo cirurgias de pequeno porte, laboratoriais, dentro das especialidades básicas do modelo assistencial, conforme sua área de atuação, desenvolvendo ações que visem a promoção, prevenção e recuperação da saúde da população;
- Participar de equipe multiprofissional, na elaboração de diagnóstico de saúde da área, analisando dados de morbidade e mortalidade, verificando os serviços e a situação de saúde da comunidade, para o estabelecimento de prioridades nas atividades a serem implantadas;
- Coordenar as atividades médicas, acompanhando e avaliando as ações desenvolvidas, participando de estudos de casos, estabelecendo planos de trabalho, visando prestar assistência integral ao indivíduo;
- Participar na elaboração e ou adequação de programas, normas, rotinas, visando a sistematização e melhoria da qualidade ações de saúde;
- Participar dos programas Programa Estratégia Saúde Família e seus objetivos;
- Orientar a equipe de técnicos e assistentes nas atividades delegadas;
- Realizar exames em peças operatórias ou de necropsias para fins de diagnósticos;
- Realizar necropsia para fins de diagnósticos de causas mortes;
- Assinar declaração de óbito;
- Atuar na área de urgência e ou emergência, quando necessário;
- Atuar nas demais tarefas e atividades inerentes a sua formação profissional, fazendo-o, quando necessário, na sua área de especialidade, de acordo com as determinações ético-profissionais;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;
- Atender os requisitos técnico/profissional da sua área de atuação conforme o exigido pelo concurso;
- Seguir as diretrizes da Secretaria que atua;
- Cumprir e fazer cumprir os protocolos médicos estabelecidos pelo Sistema Único de Saúde.

MÉDICO PSIQUIATRA

- Prestar atendimento médico e ambulatorial; examinando pacientes, solicitando e interpretando exames, prescrevendo, orientando e acompanhando a evolução, registrando a consulta em documentos próprios e encaminhando quando necessário;
- Executar atividades médicos-sanitaristas, exercendo atividades clínicas, procedendo cirurgias de pequeno porte, laboratoriais, dentro das especialidades básicas do modelo assistencial, conforme sua área de atuação, desenvolvendo ações que visem a promoção, prevenção e recuperação da saúde da população;
- Participar de equipe multiprofissional, na elaboração de diagnóstico de saúde da área, analisando dados de morbidade e mortalidade, verificando os serviços e a situação de saúde da comunidade, para o estabelecimento de prioridades nas atividades a serem implantadas;
- Coordenar as atividades médicas, acompanhando e avaliando as ações desenvolvidas, participando de estudos de casos, estabelecendo planos de trabalho, visando prestar assistência integral ao indivíduo;
- Participar na elaboração e ou adequação de programas, normas, rotinas, visando a sistematização e melhoria da qualidade ações de saúde;
- Participar dos programas Programa Estratégia Saúde Família e seus objetivos;
- Orientar a equipe de técnicos e assistentes nas atividades delegadas;
- Realizar exames em peças operatórias ou de necropsias para fins de diagnósticos;
- Realizar necropsia para fins de diagnósticos de causas mortes;
- Assinar declaração de óbito;
- Atuar na área de urgência e ou emergência, quando necessário;
- Atuar nas demais tarefas e atividades inerentes a sua formação

profissional, fazendo-o, quando necessário, na sua área de especialidade, de acordo com as determinações ético-profissionais;

- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;
- Atender os requisitos técnico/profissional da sua área de atuação conforme o exigido pelo concurso;
- Seguir as diretrizes da Secretaria que atua;
- Cumprir e fazer cumprir os protocolos médicos estabelecidos pelo Sistema Único de Saúde;
- Compor a equipe do CAPS e ter habilidade de trabalhar em equipe multiprofissional, colaborando na construção do projeto terapêutico da unidade; Disponibilidade em trabalhar na lógica do território: conhecer, diagnosticar, intervir e avaliar a prática cotidiana de acordo com as necessidades da população da região; Responsabilidade técnica pelo atendimento psiquiátrico e terapêutico, preferencialmente em grupo, da clientela; Realizar todos os atendimentos levando em conta os diversos aspectos da constituição do sujeito, com abordagem psicossocial, através do desenvolvimento da clínica ampliada; Cumprir horário conforme contratado e participar de reuniões de equipe na unidade; Responsabilidade para trabalhar com oficinas terapêuticas e atividades de inserção comunitária; Disponibilidade para trabalhar com famílias; Realizar visitas domiciliares quando necessário; Participar de atividades junto à Secretaria Municipal de Saúde - SMS quando solicitado; Representar a unidade em reuniões, aulas e outras atividades quando solicitado, no horário de trabalho; Promover e participar de ações intersecretoriais com outras secretarias do poder público e sociedade civil, bem como com outros equipamentos da saúde, escolas, conselho tutelar, etc;

Trabalhar de acordo com as diretrizes do SUS (Sistema Único de Saúde), conforme as políticas públicas de saúde; Desenvolver as atividades de acordo com as diretrizes dos Projetos Prioritários e a Política Municipal de Humanização; Preencher os impressos da unidade como, por exemplo, prontuário, laudo de APAC, etc.

MÉDICO INFECTOLOGISTA

- Prestar atendimento médico e ambulatorial; examinando pacientes, solicitando e interpretando exames, prescrevendo, orientando e acompanhando a evolução, registrando a consulta em documentos próprios e encaminhando quando necessário;
- Executar atividades médicos-sanitaristas, exercendo atividades clínicas, procedendo cirurgias de pequeno porte, laboratoriais, dentro das especialidades básicas do modelo assistencial, conforme sua área de atuação, desenvolvendo ações que visem a promoção, prevenção e recuperação da saúde da população;
- Participar de equipe multiprofissional, na elaboração de diagnóstico de saúde da área, analisando dados de morbidade e mortalidade, verificando os serviços e a situação de saúde da comunidade, para o estabelecimento de prioridades nas atividades a serem implantadas;
- Coordenar as atividades médicas, acompanhando e avaliando as ações desenvolvidas, participando de estudos de casos, estabelecendo planos de trabalho, visando prestar assistência integral ao indivíduo;
- Participar na elaboração e ou adequação de programas, normas, rotinas, visando a sistematização e melhoria da qualidade ações de saúde;
- Participar dos programas Programa Estratégia Saúde Família e seus objetivos;
- Orientar a equipe de técnicos e assistentes nas atividades delegadas;
- Realizar exames em peças operatórias ou de necropsias para fins de diagnósticos;
- Realizar necropsia para fins de diagnósticos de causas mortes;
- Assinar declaração de óbito;
- Atuar na área de urgência e ou emergência, quando necessário;
- Atuar nas demais tarefas e atividades inerentes a sua formação profissional, fazendo-o, quando necessário, na sua área de especialidade, de acordo com as determinações ético-profissionais;

- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;
- Atender os requisitos técnico/profissional da sua área de atuação conforme o exigido pelo concurso;
- Seguir as diretrizes da Secretaria que atua;
- Cumprir e fazer cumprir os protocolos médicos estabelecidos pelo Sistema Único de Saúde;
- Compor a equipe de DST/AIDS municipal e efetuar as políticas públicas do SUS, no âmbito de sua atuação.

MÉDICO GASTROENTEROLOGISTA

- Prestar atendimento médico e ambulatorial; examinando pacientes, solicitando e interpretando exames, prescrevendo, orientando e acompanhando a evolução, registrando a consulta em documentos próprios e encaminhando quando necessário;
- Executar atividades médicos-sanitaristas, exercendo atividades clínicas, procedendo cirurgias de pequeno porte, laboratoriais, dentro das especialidades básicas do modelo assistencial, conforme sua área de atuação, desenvolvendo ações que visem a promoção, prevenção e recuperação da saúde da população;
- Participar de equipe multiprofissional, na elaboração de diagnóstico de saúde da área, analisando dados de morbidade e mortalidade, verificando os serviços e a situação de saúde da comunidade, para o estabelecimento de prioridades nas atividades a serem implantadas;
- Coordenar as atividades médicas, acompanhando e avaliando as ações desenvolvidas, participando de estudos de casos, estabelecendo planos de trabalho, visando prestar assistência integral ao indivíduo;
- Participar na elaboração e ou adequação de programas, normas, rotinas, visando a sistematização e melhoria da qualidade ações de saúde;
- Participar dos programas Programa Estratégia Saúde Família e seus objetivos;
- Orientar a equipe de técnicos e assistentes nas atividades delegadas;
- Realizar exames em peças operatórias ou de necropsias para fins de diagnósticos;
- Realizar necropsia para fins de diagnósticos de causas mortes;
- Assinar declaração de óbito;
- Atuar na área de urgência e ou emergência, quando necessário;
- Atuar nas demais tarefas e atividades inerentes a sua formação profissional, fazendo-o, quando necessário, na sua área de especialidade, de acordo com as determinações ético-profissionais;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;
- Atender os requisitos técnico/profissional da sua área de atuação conforme o exigido pelo concurso;
- Seguir as diretrizes da Secretaria que atua;
- Cumprir e fazer cumprir os protocolos médicos estabelecidos pelo Sistema Único de Saúde.

MÉDICO CLÍNICO GERAL

- Prestar atendimento médico e ambulatorial; examinando pacientes, solicitando e interpretando exames, prescrevendo, orientando e acompanhando a evolução, registrando a consulta em documentos próprios e encaminhando quando necessário;
- Executar atividades médicos-sanitaristas, exercendo atividades clínicas, procedendo cirurgias de pequeno porte, laboratoriais, dentro das especialidades básicas do modelo assistencial, conforme sua área de atuação, desenvolvendo ações que visem a promoção, prevenção e recuperação da saúde da população;
- Participar de equipe multiprofissional, na elaboração de diagnóstico de saúde da área, analisando dados de morbidade e mortalidade, verificando os serviços e a situação de saúde da comunidade, para o estabelecimento de prioridades nas atividades a serem implantadas;
- Coordenar as atividades médicas, acompanhando e avaliando as

- ações desenvolvidas, participando de estudos de casos, estabelecendo planos de trabalho, visando prestar assistência integral ao indivíduo;
- Participar na elaboração e ou adequação de programas, normas, rotinas, visando a sistematização e melhoria da qualidade ações de saúde;
- Participar dos programas Programa Estratégia Saúde Família e seus objetivos;
- Orientar a equipe de técnicos e assistentes nas atividades delegadas;
- Realizar exames em peças operatórias ou de necropsias para fins de diagnósticos;
- Realizar necropsia para fins de diagnósticos de causas mortes;
- Assinar declaração de óbito;
- Atuar na área de urgência e ou emergência, quando necessário;
- Atuar nas demais tarefas e atividades inerentes a sua formação profissional, fazendo-o, quando necessário, na sua área de especialidade, de acordo com as determinações ético-profissionais;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;
- Atender os requisitos técnico/profissional da sua área de atuação conforme o exigido pelo concurso;
- Seguir as diretrizes da Secretaria que atua;
- Cumprir e fazer cumprir os protocolos médicos estabelecidos pelo Sistema Único de Saúde.

MÉDICO VETERINÁRIO.

- Prestar assistência técnica, prioritariamente, a grupo de produtores e, individual ou coletivamente, aos beneficiários;
- Inspecionar e fiscalizar locais de produção, manipulação, armazenagem e comercialização de produtos de origem animal, visando à observância de medidas sanitárias, higiênicas e tecnológicas consideradas necessárias;
- Elaborar e coordenar projetos de produção animal, a nível municipal e em parceria com outras entidades;
- Participar e coordenar na realização de exposições, Feiras, Simpósios, Cursos;
- Promover e coordenar a busca de transferência de novas tecnologias que venham a beneficiar a pequena propriedade rural e produção em geral;
- Planejar, orientar e supervisionar a manutenção de linhagens e/ou famílias de animais;
- Promover o melhoramento das espécies animais e fixar caracteres adequados às atividades da entidade;
- Orientar os técnicos laboratoriais quanto à coleta, análise anatomopatológica, histopatológica, hematológica e imunológica;
- Realizar exames clínicos e diagnósticos fazendo uso de coleta de material, sacrifício animal, necropsia e exames de laboratório;
- Prescrever e efetuar tratamento dos animais e promover a profilaxia;
- Efetuar controle epidemiológico dos animais e de zoonoses;
- Auxiliar na saúde pública no controle e tratamento de animais domésticos;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;
- Realizar as atividades necessárias ao Serviço de Inspeção Municipal - SIM.

NÍVEL MÉDIO

AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

- Orientar clientela através da recepção, pré-consulta e pós-consulta, conforme prescrição do cirurgião dentista ou odontólogo;
- Controlar informações pertinentes à sua atividade, através de recursos disponíveis em seu setor;
- Manter organização, controle, limpeza, esterilização dos equipamentos, materiais e local de trabalho;
- Proceder à desinfecção e esterilização de materiais e instrumento utilizados após cada atendimento

- Auxiliar em ações educativas pertinentes às suas atividades;
- Auxiliar em tomadas radiológicas e suas respectivas revelações;
- Auxiliar em levantamentos de estudos epidemiológicos;
- Sob supervisão do profissional responsável, realizar procedimentos educativos e preventivos aos usuários, individuais ou coletivos, como evidênciação de placa bacteriana, escovação supervisionada, orientações de escovação, uso de fio dental;
- Preparar e organizar o instrumental e materiais (sugador, espelho, sonda,) necessário para o trabalho cirúrgico ou odontológico;
- Instrumentalizar o Cirurgião Dentista ou Odontólogo durante a realização de procedimentos clínicos (trabalho a quatro mão);
- Agendar o paciente e orientá-lo ao retorno e à preservação do tratamento;
- Acompanhar e desenvolver trabalhos com a equipe de Saúde da Família no tocante à saúde bucal;
- Realizar mapas sobre situação dos pacientes para acompanhamento;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico.

ATENDENTE SOCIAL

- Coordenar, implantar e manter os programas e políticas relacionadas ao Abrigo Institucional Municipal ou outros locais de proteção Social, de acordo com as normas vigentes e em especial, de acordo com as metas da Secretaria de Assistência Social e demais orientações específicas das políticas de proteção à criança e adolescente;
- Garantir aos abrigados todo o atendimento necessário, nas áreas socioeducativas, assistencial, terapêutico, escolar e jurídico, fazendo-o em parceria com os setores competentes
- Organizar o planejamento das atividades do estabelecimento e assegurar avaliação continuada;
- Assegurar a comunicação e fluxo de informações entre o estabelecimento e os demais setores competentes;
- Auxiliar no trabalho dos professores/monitores; monitorando a higiene das crianças; a qualidade no serviço nutricional, a correta aplicação de medicamentos,
- Manter estreito relacionamento com o Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente e Conselho Tutelar;
- Zelar pela manutenção do relacionamento dos abrigados com familiares e no cumprimento de eventuais medidas sócio-educativas;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico.

FISCAL TÉCNICO DE OBRAS E POSTURAS

- Fiscalizar obras públicas e particulares, conferindo a regularidade e adequação às normas dos projetos de engenharia e arquitetura, no que se refere à Legislação e especificações legais vigentes;
- Verificar a adequação de obras quanto a seu licenciamento;
- Informar e acompanhar processos de licenciamento e certidões;
- Notificar embargos e autuações;
- Solicitar ao Departamento competente a vistoria de obras em desacordo com as normas vigentes;
- Vistoriar obras para concessão de licenças, Alvarás, habite-se, levantamentos, desmembramentos e aprovações de projetos;
- Prestar informações em processos da área aos responsáveis hierárquicos e ao público em geral;
- Fiscalizar concessionárias ou permissionárias em relação aos serviços prestados no tocante a observância de normas da Administração Municipal;
- Verificar a regularidade, a adequação do licenciamento e as atividades comerciais, industriais, de prestação de serviços e de ambulantes e feirantes de acordo com as normas vigentes;
- Expedir notificações, intimações, autos de infrações e apreensões;
- Fiscalizar vias públicas, emitir notificações nas irregularidades, e determinar serviços quanto necessários e de acordo com seu enquadramento;

- Executar inscrições e alterações no Cadastro de Contribuintes;
- Verificar atividades, horários de funcionamento, localização e outras especificações de atividades comerciais e industriais segundo normalização e especificações técnicas em vigor;
- Orientar os contribuintes quanto à legislação e códigos vigentes;
- Emitir relatórios e elaborar pesquisas sobre suas atividades e informar imediatamente a chefia sobre irregularidades ocorridas e ou observadas;
- Dirigir veículos leves;
- Acompanhar as demandas inerentes à área de saneamento básico e demais políticas inerentes ao desenvolvimento urbano e organização da infra-estrutura municipal correlata;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico.

FISCAL TÉCNICO SANITÁRIO

- Coordenar ou assegurar a inspeção de fábricas de laticínios, massas, conservas ou de outros tipos de produtos alimentícios, como armazéns, restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos similares, verificando as condições sanitárias dos seus interiores, limpeza do equipamento, refrigeração, suprimento de água, instalações sanitárias e condições de asseio e saúde dos que manipulam alimentos, para assegurar as condições necessárias à produção e distribuição de alimentos sadios e de boa qualidade;
- Proceder à inspeção de imóveis novos ou reformados, antes de ser habitados, verificando as condições sanitárias dos seus interiores, a existência de dispositivos para escoamento das águas fluviais e o estado de conservação das paredes, telhados, portas e janelas, para opinar sobre habite-se;
- Monitorar as atividades de industrialização e comercialização de produtos alimentícios, a imóveis recém-construídos ou reformados visando proteger a saúde da coletividade;
- Identificar problemas na área sanitária, submetendo-os à análise técnica para posterior comunicação e integração com órgãos responsáveis pelas ações subsequentes;
- Verificar projetos e seu licenciamento de acordo com a legislação e especificações técnicas vigentes, notificando, embargando e autuando as irregularidades;
- Orientar a comunidade, técnica e legalmente, na execução de projetos de sistemas individuais de abastecimento de água, coleta de esgoto sanitário e de lixo, visando a adequação dos recursos à proteção ambiental e à melhoria dos padrões de saúde da população;
- Orientar a observação clínica de animais, anotando e coletando materiais para exames;
- Supervisionar e coletar amostras de água, alimentos e medicamentos de acordo com as normas ou rotinas preestabelecidas;
- Detectar irregularidades quanto à saúde ocupacional e outras que afetam a saúde;
- Participar de atividades que visem a saúde comunitária;
- Fiscalizar aterros, nascentes, drenagens e condução de líquidos percolados, drenagens para gases, compactação e cobertura de lixo com material argiloso, processos de reciclagem de lixo em usinas, incineração e operações de vala séptica controlada para o lixo hospitalar, objetivando o cumprimento das normas para defesa ambiental;
- Acompanhar e fiscalizar os serviços de limpeza urbana pública, serviços de valas, drenagem de águas pluviais, execução de aterros de ruas, verificando o sistema de nascentes, drenagem e águas;
- Dirigir veículos leves e inspecionar estabelecimentos de ensino e órgãos públicos;
- Efetuar comunicações, intimações e interdições decorrentes de seu trabalho;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;
- Cumprir os protocolos e determinações da ANVISA e da Vigilância Sanitária Estadual.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM:

- Fazer curativos, aplicar injeções e outros medicamentos, de acordo com as orientações médicas recebidas;
- Verificar sinais vitais de pessoas e pacientes e registrá-los nos prontuários;
- Efetuar a coleta de materiais para exames laboratoriais e intervenção cirúrgica;
- Auxiliar as pessoas e pacientes em sua higiene pessoal, movimentação e alimentação;
- Auxiliar nos cuidados "post mortem";
- Registrar todas as ocorrências em relação a pacientes e doentes;
- Prestar cuidados especiais aos pacientes em isolamento;
- Preparar e esterilizar material, instrumental, equipamentos e ambientes de trabalho, obedecendo às prescrições médicas;
- Zelar pela conservação e higiene de instrumental utilizado;
- Ajudar no transporte de doentes;
- Zelar pela higiene e evitar infecções ou contaminações;
- Zelar pela segurança de pertences de pacientes, antes de encaminhamento de exames, deslocamentos, tratamentos e outros e zelar pela segurança e bem estar desses pacientes;
- Envidar todos os esforços para amenizar sofrimentos e dores, sempre de acordo com as recomendações médicas;
- Desenvolver atividades de apoio nos consultórios médicos, salas de cirurgia, quartos ou locais de tratamento de pacientes;
- Desenvolver trabalhos de conscientização e prevenção de doenças a participar de todos os eventos relacionados à saúde pública do Município;
- Auxiliar nos socorros de emergência;
- Conferir o material cirúrgico e operar o equipamento de esterilização;
- Fazer asseios nos pacientes e colher material para exame de laboratórios;
- Administrar a medicação prescrita, fazer curativos simples e controlar os sinais vitais;
- Executar tratamentos diversos tais como: lavagens, sondagens, nebulizações, aspirações etc;
- Fazer anotações no prontuário das observações e cuidados prestados;
- Atender ao público e cumprir normas em geral;
- Auxiliar ao médico durante a realização de exames e tratamentos;
- Auxiliar nas intervenções cirúrgicas e testar instrumentos cirúrgicos eletrônicos;
- Retirar, lavar, secar, lubrificar todo material cirúrgico;
- Executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade associado à sua especialidade ou ambiente;
- Preencher boletins, diários, fichas, prontuários e demais relatórios que visam o controle e acompanhamento do indivíduo sobre sua responsabilidade;
- Realizar todos os demais trabalhos relacionados à sua profissão, de acordo com o regulamento dos Conselhos Regional e Federal de Enfermagem, com zelo e dedicação, visando a melhoria da saúde pública;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico.

TÉCNICO ADMINISTRATIVO

- Organizar, controlar, e atualizar os arquivos administrativos;
- Efetuar registros em documentos conforme legislação em vigor;
- Efetuar contatos com pessoas de outras Secretarias e de fora da Instituição para referendar e operacionalizar programas e agendas, prestar informações sobre o conteúdo da legislação e suas implicações;
- Elaborar cálculos matemáticos referentes ao nível do segundo grau escolar, tais como: porcentagens, juros, frações e equações de segundo grau;
- Preencher mapas de dados, formulários e relatórios administrativos referentes a atividades rotineiras inerentes à sua área de atuação;

- Acompanhar e controlar a movimentação de pessoal, processos, registros, cargos, de acordo com a legislação em vigor;
- Conferir lançamentos e registros documentais referentes a pagamentos, tributos, recebimentos, etc;
- Redigir cartas, ofícios, memorandos e outros, segundo padrões pré-estabelecidos;
- Classificar contas e registros de acordo com as especificações necessárias e previstas em planos de contas, manuais e legislação;
- Receber encaminhar e expedir correspondências e outros documentos;
- Digitar e manusear documentos diversos, através de equipamentos disponíveis;
- Desenvolver atividades relacionadas a processos administrativos rotineiros ou não, segundo política administrativa para o setor;
- Realizar agendamentos e controles para seus supervisores diretos ou aqueles necessários para exercício de sua função;
- Cadastrar população para usufruir benefícios sociais e manter atualizados cadastros e sistemas relativos a controle e manutenção de programas diversos;
- Auxiliar na preparação de processos licitatórios, conferência de empenhos, arquivamento e prestação de contas;
- Montar projetos nas diversas áreas da prefeitura para solicitação de verbas, com fundamentação pertinente, em programas existentes bem como programas a serem instalados;
- Auxiliar no controle do patrimônio público e sua manutenção e conservação;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico.

TÉCNICO EM INFORMÁTICA

- Executar tarefas referentes à organização e manutenção de arquivos, discos flexíveis, discos rígidos e outros meios de armazenamento de dados;
- Operar e monitorar a performance e configuração dos sistemas instalados em micro computadores;
- Monitorar comunicação eletrônica através do Sistema Operacional e de outros programas aplicativos, via modem ou tecnologias disponíveis;
- Acompanhar as operações em execução, interpretando as mensagens dadas pelo computador, verificando a alimentação do equipamento, regularidade impressão, concordância aparente de resultados e outros fatores de importância, para detectar eventuais falhas de funcionamento, identificar erros e adotar as medidas prescritas para corrigi-los ou reportá-los ao responsável;
- Analisar os problemas potenciais e tomar ações corretivas onde solicitado, ou pedir assistência do programador de sistemas, se assim necessário, onde as causas dos problemas não são aparentes;
- Instalar sistemas operacionais e os softwares utilizados no ambiente de trabalho;
- Orientar os usuários com relação à operação de sistemas e programas;
- Promover assistência técnica e manutenção de redes de computadores;
- Realizar planejamento e execução preventiva e corretiva de hardwares e softwares utilizados;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;
- Manter atualizada as cópias de segurança dos sistemas de informática da municipalidade.

TÉCNICO AGRÍCOLA

- Executar tarefas de caráter técnico relativas à programação, organização, assistência técnica, controle e fiscalização dos trabalhos agropecuários;
- Participar na execução de programas e projetos de extensão rural, irrigação e drenagem, conservação de solos, readequação de estradas rurais e microbacias hidrográficas;
- Efetuar levantamentos e assessoramento técnico nas hortas escolares e comunitárias municipais, tais como: cultivo, preparo do

solo, manejo de pragas, culturas, colheita, acondicionamento e outros;

- Atuar na linha de apoio de implantação e execução do programa de abastecimento alimentar, promoções e fiscalização de produtos agrícola in natura, de acordo com a legislação vigente;
- Executar projetos técnicos ligados à área de criações, manejo e instalações;
- Realizar trabalhos de inseminação artificial;
- Prestar e realizar orientações junto ao Departamento de Agricultura e seus responsáveis;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico.

TECNICO EM AGRIMENSURA

- Executar os trabalhos topográficos relativos a balizamento, colocação de estacas, pontos de georeferenciamento, referência de nível e outros;
- Efetuar o reconhecimento básico da área programada, analisando as características do terreno e realizar levantamentos topográficos na área demarcada, utilizando-se de equipamentos próprios;
- Registrar os dados obtidos nos levantamentos topográficos, anotando e ou transferindo dados de um equipamento para outro, convertendo-as em informações adequadas à utilização de interesse público;
- Elaborar cálculos topográficos, plantas, desenhos, esboços, relatórios técnicos, cartas topográficas, aerofotogrametria e georeferenciamento, indicando e anotando pontos e convenções para o desenvolvimento de plantas e projetos;
- Providenciar o aferimento dos instrumentos utilizados;
- Manter equipamentos e a unidade trabalho organizada, zelando pela sua conservação e comunicando ao superior eventuais problemas;
- Efetuar o alinhamento e demarcação de terrenos e espaços de interesse público;
- Fiscalizar e monitorar a execução de obras de empreitada contratadas;
- Participar de programa de treinamento, quando convocado;
- Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática;
- Acompanhar medidas de obras e desempenhar as atribuições inerentes à atribuição funcional, fazendo-o em cooperação e zelo com os demais setores;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico.

TECNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

- Informar o empregador, através de parecer técnico, sobre os riscos existentes nos ambientes de trabalho, bem como orientá-lo sobre as medidas de eliminação e neutralização;
- Informar os trabalhadores sobre os riscos da sua atividade, bem como as medidas de eliminação e neutralização;
- Analisar os métodos e os processos de trabalho e identificar os fatores de risco de acidentes do trabalho, doenças profissionais e do trabalho e a presença de agentes ambientais agressivos ao trabalhador, propondo sua eliminação ou seu controle;
- Executar os procedimentos de segurança e higiene do trabalho e avaliar os resultados alcançados, adequando-os as estratégias utilizadas de maneira a integrar o processo prevencionista em uma planificação, beneficiando o trabalhador;
- Executar programas de prevenção de acidentes do trabalho, doenças profissionais e do trabalho nos ambientes de trabalho com a participação dos trabalhadores, acompanhando e avaliando seus resultados, bem como sugerindo constante atualização dos mesmos e estabelecendo procedimentos a serem seguidos;
- Promover debates, encontros, campanhas, seminários, palestras, reuniões, treinamentos e utilizar outros recursos de ordem didática e pedagógica com o objetivo de divulgar as normas de segurança e higiene do trabalho, assuntos técnicos, administrativos e prevencionistas, visando evitar acidentes do trabalho, doenças

profissionais e do trabalho;

- Executar as normas de segurança referentes a projetos de construção, ampliação, reforma, arranjos físicos e de fluxos, com vistas à observância das medidas de segurança e higiene do trabalho, inclusive por terceiros;
- Encaminhar aos setores e áreas competentes normas, regulamentos, documentação, dados estatísticos, resultados de análises e avaliações, materiais de apoio técnico, educacional e outros de divulgação para conhecimento e auto-desenvolvimento do trabalhador;
- Indicar, solicitar e inspecionar equipamentos de proteção contra incêndio, recursos audiovisuais e didáticos e outros materiais considerados indispensáveis, de acordo com a legislação vigente, dentro das qualidades e especificações técnicas recomendadas, avaliando seu desempenho;
- Cooperar com as atividades do meio ambiente, orientando quanto ao tratamento e destinação dos resíduos industriais, incentivando e conscientizando o trabalhador da sua importância para a vida;
- Orientar as atividades desenvolvidas por empresas contratadas, quanto aos procedimentos de segurança e higiene do trabalho previstos na legislação ou constantes em contratos de prestação de serviço;
- Executar as atividades ligadas à segurança e higiene do trabalho utilizando métodos e técnicas científicas, observando dispositivos legais e institucionais que objetivem a eliminação, controle ou redução permanente dos riscos de acidentes do trabalho e a melhoria das condições do ambiente, para preservar a integridade física e mental dos trabalhadores.
- Levantar e estudar os dados estatísticos de acidentes do trabalho, doenças profissionais e do trabalho, calcular a frequência e a gravidade destes para ajustes das ações prevencionistas, normas, regulamentos e outros dispositivos de ordem técnica, que permitam a proteção coletiva e individual;
- Articular-se e colaborar com os setores responsáveis pelos recursos humanos, fornecendo-lhes resultados de levantamentos técnicos de riscos das áreas e atividades para subsidiar a adoção de medidas de prevenção a nível de pessoal;
- Informar os trabalhadores e o empregador sobre as atividades insalubres, perigosas e penosas existentes na empresa, seus riscos específicos, bem como as medidas e alternativas de eliminação ou neutralização dos mesmos;
- Avaliar as condições ambientais de trabalho e emitir parecer técnico que subsidie o planejamento e a organização do trabalho de forma segura para o trabalhador;
- Articular-se e colaborar com os órgãos e entidades ligados a prevenção de acidentes do trabalho, doenças profissionais e do trabalho;
- Participar de seminários, treinamentos, congressos e cursos visando o intercâmbio e o aperfeiçoamento profissional.

TELEFONISTA

- Receber e realizar chamadas telefônicas internas, externas, interurbanas e internacionais, transferindo-as para os ramais solicitados;
- Anotar e controlar, conforme pré-estabelecido, dados sobre ligações interurbanas e internacionais completadas;
- Anotar e transmitir recados, na impossibilidade transferir a ligação ao ramal solicitado;
- Elaborar e atualizar banco de dados com agenda telefônica constando, na mesma, os números telefônicos de interesse;
- Providenciar o conserto dos equipamentos que utiliza, quando necessário;
- Prestar atendimento a serviços de fotocópias e envio de fax, a fim de otimizar tempo e trabalho;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico.

RECEPCIONISTA

- Recepcionar e controlar visitantes;

- Encaminhar visitantes para os funcionários das áreas competentes;
- Prestar informações sobre as demandas e ou direcionar as demandas para os setores competentes;
- Enviar e receber correspondências ou produtos;
- Manter atualizado os livros de registros de correspondência e registro de fax.
- Processar a correspondência recebida (pacotes, telegramas, faxes e mensagens), organizá-los e distribuir para os destinatários.
- Utilizar o computador, copiadoras e impressoras;
- Executar arquivamento de documentos;
- Marcar reuniões;
- Controlar o acesso e as chaves da sua área de atuação;
- Registrar informações;
- Utilizar adequadamente o fax, pagers, intercomunicadores, rádios e sistema de alto-falantes.
- Executar atividades de organização da sua área de atuação e desempenhar demais atribuições inerentes à sua área de atuação;
- Assessorar o Chefe Imediato no que lhe for solicitado.

MOTORISTA

- Conduzir veículos automotores destinados ao transporte de passageiros e cargas;
- Conduzir equipamentos em geral disponibilizados pelo município para o desenvolvimento de ações de interesse público;
- Recolher o veículo ou equipamento à garagem ou local destinado quando concluída a jornada do dia, comunicando qualquer defeito porventura existente;
- Manter os veículos em perfeitas condições de funcionamento; fazer reparos de emergência; zelar pela conservação do veículo que lhe for entregue;
- Promover o abastecimento de combustíveis, água e óleo; verificar o funcionamento do sistema elétrico, lâmpadas, faróis, sinaleiras, buzinas e indicadores de direção; providenciar a lubrificação quando indicada; verificar o grau de densidade e nível de água da bateria, bem como a calibração dos pneus;
- Auxiliar os demais profissionais envolvidos na atividade inerente, oferecendo suporte e logística;
- Transportar pessoas, materiais e documentos;
- Zelar pela segurança de passageiros e de terceiros;
- Orientar e auxiliar na carga e descarga de materiais;
- Registrar dados, pré-estabelecidos, sobre a utilização diária do veículo;
- Zelar pela limpeza e conservação do veículo sob sua responsabilidade;
- Verificar, diariamente, as condições de funcionamento do veículo, antes de sua utilização;
- Comunicar a chefia imediata à necessidade de reparos no veículo;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;
- Responsabilizar-se pela manutenção preventiva dos veículos.

OPERADOR DE MÁQUINAS

- Operar, dentre outros equipamentos, as seguintes máquinas: microtrator, máquina demarcadora de faixas, tratores agrícolas (pneu), rolo compactador, rolo compactador vibratório, pá carregadeira motoniveladora, trator de esteiras, retroescavadeira, escavadeira hidráulica e motoniveladora;
- Acompanhar os serviços de manutenção preventiva e corretiva das máquinas e seus implementos e, depois de executados, efetuar os testes necessários;
- Limpar, lubrificar e ajustar as máquinas e seus implementos, de acordo com as instruções de manutenção do fabricante;
- Observar as medidas de segurança ao operar e estacionar as máquinas;
- Anotar, segundo normas estabelecidas, dados e informações sobre trabalhos realizados, consumo de combustível, consertos e outras ocorrências;
- Executar suas atribuições cooperando com zelo e determinação

- na realização de tarefas inter-relacionais que dependam de interação com outros equipamentos e funções;
- Executar demais tarefas correlatas;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico.

NÍVEL FUNDAMENTAL

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

- Realizar mapeamento de sua área;
- Cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro;
- Preencher os relatórios indispensáveis de controle, de acordo com o exigido pelo Programa Estratégia Saúde da Família;
- Identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco;
- Identificar área de risco;
- Orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as e até agendando consultas, exames e atendimento odontológico, quando necessário;
- Realizar ações e atividades, no nível de suas competências, na áreas prioritárias da Atenção Básica de acordo com as políticas existentes e conforme orientação dos responsáveis da área;
- Realizar, por meio da visita domiciliar, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade;
- Estar sempre bem informado, e informar aos demais membros da equipe, sobre a situação das famílias acompanhadas, particularmente aquelas em situações de risco;
- Desenvolver ações de educação e vigilância à saúde, com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças;
- Promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente, entre outras;
- Traduzir para a Secretaria de Saúde a dinâmica social da comunidade, suas necessidades, potencialidades e limites;
- Identificar parceiros e recursos existentes na comunidade que possam ser potencializados pela equipe;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;

AGENTE DE LIMPEZA E SERVIÇOS GERAIS

- Realizar as atividades de limpeza e ou serviços em geral nas dependências dos prédios públicos;
- Realizar a limpeza/faxina de pisos, conservação de pisos, paredes, móveis, sanitários e banheiros e demais demandas existentes na área de limpeza e serviços inerentes;
- Coletar o lixo dos banheiros e alas administrativas, embalar e transportar até local adequado e indicado para coleta;
- Lavar panos de chão e toalhas;
- Realizar outras tarefas relacionadas com a limpeza;
- Responsabilizar-se pelo controle e utilização de equipamentos e materiais colocados a sua disposição, mantendo limpos os móveis e arrumados os locais de trabalho;
- Preparar e servir nas repartições e outros, quando determinado, lanches, cafés e refeições;
- Remover volumes, máquinas, móveis e equipamentos sempre que solicitado;
- Auxiliar na logística de preparo de alimentação e distribuição da merenda escolar;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico.

AGENTE DE OBRAS E SERVIÇOS GERAIS

- Auxiliar em atividades operacionais de serviços especializados, tais como carpintaria, marcenaria, serralheria, serviços de encaimento, colocação de tubos, manutenção de estradas e vias, colocação de placas e outros;
- Auxiliar operadores de máquinas e motoristas em atividades operacionais e de manutenção segundo orientações e de acordo com o nível de exigência de sua área de atuação;

- Remover volumes, máquinas, móveis e equipamentos sempre que solicitado;
- Realizar corte de grama, pintura de meio-fio; realizar atividades de varredura de ruas para posterior pintura; realizar atividades de poda e corte de árvores urbanas; realizar atividades de plantio e conservação de flores e árvores, dentre outras demandas correlatas à sua atividade funcional;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico.

MERENDEIRA

- Preparar e confeccionar refeições e lanches de acordo com os cardápios pré-estabelecidos, segundo técnicas de culinária e higiene;
- Receber, conferir e controlar os gêneros necessários ao preparo de refeições e lanches;
- Distribuir entre as pessoas que a auxiliam, as tarefas de preparo dos alimentos;
- Distribuir e controlar as refeições e lanches a serem servidos, observando os horários pré-estabelecidos;
- Zelar pela conservação, acondicionamento adequado e segurança dos alimentos;
- Manter a higienização e limpeza das áreas da cozinha, refeitório, dos equipamentos e utensílios;
- Auxiliar no preparo e distribuição da merenda escolar;
- Realizar levantamento de produtos e alimentos necessários para a execução da limpeza e refeições que estão em falta;
- Zelar pela manutenção e conservação de equipamentos e produtos necessários à consecução de sua atividade profissional;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;
- Atender as determinações do cardápio estabelecido por nutricionista do Município.

ANEXO II

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONTEUDO PROGRAMÁTICO PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

Língua Portuguesa:

Compreensão e interpretação de frases, palavras ou textos; encontros vocálicos e consonantais; ortografia; acentuação gráfica; sinais de pontuação; emprego das classes de palavras; análise sintática; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; colocação pronominal; classificação dos termos da oração; período composto por coordenação; período composto por subordinação.

Raciocínio lógico:

Princípio da Regressão ou Reversão. Lógica Dedutiva, Argumentativa e Quantitativa. Lógica matemática qualitativa, Sequências Lógicas envolvendo Números, Letras e Figuras. Geometria básica. Álgebra básica e sistemas lineares. Calendários. Numeração. Razões Especiais. Análise Combinatória e Probabilidade. Progressões Aritmética e Geométrica. Conjuntos; as relações de pertinência, inclusão e igualdade; operações entre conjuntos, união, interseção e diferença. Comparações.

Conhecimentos Gerais:

Fundamentos históricos e geográficos do município de São Miguel do Oeste, do Estado de Santa Catarina, do Brasil e do mundo. Atualidades: Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, problemas ambientais. Interação entre o clima, a vegetação, o relevo, a hidrografia e o solo no espaço natural brasileiro. Aspectos culturais, artísticos, históricos e geográficos do Brasil, de Santa Catarina e do Município de São Miguel do Oeste. Lei Orgânica do Município

de São Miguel do Oeste.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

Arquiteto	Acuidades fundamentais da arquitetura, urbanismo e paisagismo. Legislação urbana e normas técnicas aplicadas à arquitetura e ao urbanismo (Legislação Federal e Estadual; Resoluções do CAU/BR; Normas da ABNT). Representação técnica de arquitetura, urbanismo e paisagismo. Informática aplicada à arquitetura e urbanismo. História da arte. Acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos. Sustentabilidade e suas aplicações projetuais no urbanismo e paisagismo. Planejamento urbano. Estatuto da cidade: diretrizes gerais da política urbana - Lei n.º 10.257, de 10/07/2001. Plano diretor municipal - normas para elaboração. Rede de coleta e tratamento de esgotos. Estruturas: sistemas estruturais de concreto e metálicos. Fundações. Planejamento e orçamento de obra. Instalações: elétricas, hidráulicas, gás, águas pluviais.
Assistente Social	O Projeto Ético Político do Serviço Social: os fundamentos teórico/metodológicos. Política Nacional da Assistência Social. Lei Orgânica da Assistência Social. Avaliação e Monitoramento de Serviços e Programas Sociais. Código de Ética Profissional. Lei nº 8.662/1993 - Regulamenta a profissão. Estatuto da Criança e do Adolescente. Estatuto do Idoso. Lei Maria da Penha. Instrumentos e Técnicas de Intervenção: estudo social, perícia social, laudo social e parecer social. Trabalho com grupos. Atuação do Serviço Social na Equipe multidisciplinar, interdisciplinar e inter-profissional. As novas modalidades de família. Metodologias de abordagem familiar. Abordagem individual. Técnicas de entrevista. As Políticas de Seguridade Social no Brasil. Saúde: o SUS- Organização e direitos. Assistência Social: organização e direitos. Previdência Social: organização e direitos.
Bibliotecário	Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação: conceituação; seus princípios fundamentais, evolução e suas relações com outras ciências; biblioteca: evolução do conceito; funções; tipos de documentos e finalidades; história dos registros do conhecimento; a biblioteca na sociedade; o profissional Bibliotecário: formação; mercado de trabalho e perspectivas profissionais. Administração de bibliotecas e serviços de informação: estrutura organizacional da biblioteca; planejamento; organização e administração de unidades de informação e recursos: materiais; financeiros; informacionais e humanos; ação cooperativa em bibliotecas: importância e critério de execução; marketing em bibliotecas; administração de produtos e serviços informacionais. Controle bibliográfico dos registros do conhecimento: representação descritiva dos registros do conhecimento: princípios de catalogação; catálogos: funções, tipos e formas; conceitos de autoria e entrada principal; entradas secundárias; AACR2 e pontos de acesso; tabelas de notação de autor; catalogação dos diferentes tipos de materiais e suportes; metadados "dublin core"; representação temática dos registros do conhecimento: evolução histórica e conceitual da indexação; conceitos e mecanismos básicos; indexação manual; semi automática e automática; linguagens documentárias; sistemas de classificação bibliográfica: princípios de classificação; histórico e evolução; Classificação Decimal de Dewey - CDD; Classificação Decimal Universal - CDU; classificações especializadas; tesouros: conceitos, termos, descritores; recuperação da informação: evolução histórica e conceitual; mecanismos; controle bibliográfico local; nacional e internacional; desenvolvimento de coleções; comunicação científica; preservação do acervo. Profissão do Bibliotecário: Bibliotecário como mediador da informação e da comunicação; teorias da informação e da comunicação; cultura e mídia; legislação e órgãos de classe; ética profissional. Serviço de referência: conceito e técnicas; Bibliotecário de referência: características e atribuições; usuários reais e potenciais; processo de negociação; Disseminação Seletiva da Informação - DSI; serviços presenciais e virtuais: perfis de uso; interesses e necessidades; treinamentos formais e informais; estudo de usuário e de comunidade. Tecnologia em unidades de informação: automações dos serviços de bibliotecas e centros de documentação; sistemas informatizados para gerenciamento de bibliotecas; redes de informação; internet e intranet; bases de dados; recuperação da informação; gerenciamento do fluxo da informação em ambiente web; bancos e bases de dados; bibliotecas digitais de teses e dissertações; principais sistemas de automação: nacionais e internacionais; bibliotecas universitárias enquanto sistemas de informação. A produção do conhecimento; pesquisa documentária; produção monográfica; normalização: conceitos e funções; Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT); Normas Brasileiras de Documentação. Preservação e conservação de documentos: conceitos básicos.
Nutricionista	Políticas Públicas de Saúde: Bases de Estratégia da Saúde da Família (ESF); Segurança Alimentar e Nutricional (SAN); Controle Social em Saúde. Programa Nacional de Alimentação Escolar. Código de ética do nutricionista. Educação Alimentar e Nutricional: Objetivos e possibilidades de ação; Guias alimentares; Promoção e educação em saúde; Alimentação saudável; Hábitos e práticas alimentares. Avaliação Nutricional de coletividades: Vigilância Nutricional - SISVAN; Métodos e técnicas de avaliação do estado nutricional e consumo alimentar de populações; Determinantes sócio-culturais do estado nutricional do consumo de alimentos. Nutrição básica: Conceitos e propriedades; Nutrientes (definição, função, digestão, absorção, metabolismo, interação, biodisponibilidade e fontes alimentares). Nutrição humana nos ciclos de vida: Avaliação Nutricional (critérios e métodos); DRI's - Recomendações nutricionais; Crianças (Pré-escolar e escolar); Adolescentes; Distúrbios do metabolismo (diabetes mellitus e obesidade); Distúrbios do trato digestório; Doenças cardiovasculares; Câncer; Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA/AIDS); Doenças hepáticas.
Contador	Contabilidade Pública: Conceitos gerais; Campo de aplicação. Regimes contábeis. Técnicas de registro e de lançamentos contábeis. Plano de Contas. Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial. Demonstração das Variações Patrimoniais. Orçamento Público: Conceitos gerais; Processo de Planejamento. Ciclo Orçamentário. Orçamento por Programas. Receita Pública: Conceito; Classificação; Estágios; Escrituração Contábil. Dívida Ativa. Despesa Pública: Conceito; Classificação; estágios, escrituração contábil. Restos a Pagar: Conceitos; Sistemática; Implicações após a Lei de Responsabilidade Fiscal. Dívida Pública: Conceitos; Sistemáticas; Implicações após a Lei de Responsabilidade Fiscal. Regime de Adiantamento: Conceito; Finalidades; Controle dos Adiantamentos. Patrimônio Público: Conceito; Bens, direitos e obrigações das Entidades Públicas. Variações Patrimoniais. Variações Ativas e Passivas. Créditos Adicionais: Conceito; Classificação; Autorização e Abertura; Vigência; Indicação e Especificação de recursos. Controle Interno: Conceitos; Objetivos; Implantação do Sistema de Controle Interno e metodologias existentes. Prestação de Contas: Demonstrativos exigidos e seu preenchimento; Prazos. Licitações: Modalidades; Conceitos Gerais; Limites; Processos e Procedimentos Licitatórios. Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009 (Lei da Transparência).

Fiscal de Tributos	<p>Constituição Federal. Código Tributário Nacional. LC 123/2006. Lei nº 8.212/91. Lei nº 9.430/96. Direito Tributário: Conceito de tributo. Dever fundamental de pagar tributo e dever de colaboração com a tributação. Fiscalidade e extrafiscalidade. Espécies tributárias. Competência tributária: critérios de outorga, distribuição da competência. Imunidades tributárias: natureza, classificação, imunidades genéricas a impostos. Outras limitações ao poder de tributar. Princípios tributários: segurança jurídica, capacidade contributiva, igualdade tributária, praticabilidade da tributação. Garantias da legalidade tributária, da irretroatividade e das anterioridades, vedação do confisco. Limitações específicas à União: uniformidade geográfica, vedação da isenção heterônoma. Critérios de tributação: seletividade, progressividade, não cumulatividade, tributação monofásica. Legislação tributária: o papel dos diversos instrumentos legislativos; a lei complementar em matéria tributária. Vigência, interpretação e aplicação da legislação tributária. Capacidade, cadastro e domicílio tributários. Obrigações tributárias principais e acessórias. As diversas relações contributivas, de colaboração e punitivas. Sujeito ativo. Sujeito passivo: contribuintes, substitutos e responsáveis tributários.</p> <p>Responsabilidade tributária do diretor, gerente ou representante das pessoas jurídicas de direito privado. Ilícito tributário: penalidades, multas, responsabilidade por infrações e denúncia espontânea. Constituição do crédito tributário: declarações do contribuinte e espécies de lançamento.</p> <p>Existência, exigibilidade e exequibilidade do crédito tributário. Hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário e seus efeitos. Exclusão do crédito tributário: isenção e anistia. Extinção do crédito tributário: modalidades, pagamento, compensação, decadência e prescrição. Indébito tributário e sua repetição. Garantias e privilégios do crédito tributário. Administração tributária: órgãos da administração tributária federal, fiscalização, inscrição em dívida ativa, certidões negativas de débito. Impostos federais: II, IE, IPI, IR, IOF, ITR. Impostos estaduais e municipais: ICMS e ISS, IPTU. Contribuições federais para a seguridade social sobre a receita, sobre a remuneração, sobre a folha de salários, sobre o lucro, contribuições substitutivas. Simples Nacional. Processo administrativo fiscal federal: autuação, notificações, fase litigiosa, recursos, nulidades. Processo judicial tributário: medida cautelar fiscal, execução fiscal, exceção de pré-executividade, embargos à execução, mandado de segurança, ação declaratória, ação anulatória, ação cautelar de caução, ação consignatória, ação de repetição de indébito, conexão entre ações tributárias. Princípios de Direito Administrativo. Administração direta e indireta. Órgãos públicos. Agentes Públicos. Ato administrativo: requisitos, atributos, classificação, ato administrativo em espécie, revogação e invalidação do ato administrativo. Poderes e deveres dos administradores públicos: uso e abuso do poder, poderes administrativos, deveres dos administradores públicos. Responsabilidade Civil do Estado: aplicação da responsabilidade objetiva. Intervenção do Estado na propriedade: modalidades. Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992).</p>
Fiscal Sanitarista	<p>Noções de saúde pública e saneamento básico; doenças infectocontagiosas, noções básicas e medidas profilaxia das doenças. Doenças de notificação compulsória. Investigação Epidemiológica de Casos e Epidemias. Fiscalização de locais públicos e particulares quanto aos aspectos de higiene nos alimentos, bebidas e instalações físicas. Edificações e Instalações, área externa, pisos, tetos, paredes e divisórias, portas e janelas. Temperatura, validade e condições dos alimentos. Qualidade higiênico-sanitária dos produtos alimentícios e dos estabelecimentos que os comercializam. Doenças veiculadas por alimentos (DVA). Limpeza e sanitização das instalações, iluminação, ventilação, avaliação dos manipuladores - vestuário, asseio pessoal, hábitos higiênicos. Fluxo de produção: matéria-prima e insumos, manipulação dos alimentos, embalagens e rotulagens, armazenamento e transporte do produto final. Vigilância Epidemiológica: controle de doenças e agravos ocasionados por vetores de veiculação hídrica; investigação e controle de surtos e epidemias e controle de zoonoses e animais peçonhentos. Higiene e limpeza de máquinas e equipamentos. Higiene, profilaxia e política sanitária. Armazenagem, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos e resíduos líquidos. Saneamento comunitário, emprego e normas da ANVISA. Noções de Vigilância Epidemiológica e imunizações. Medida Provisória 1.814, de 26/02/99 e suas atualizações. Lei 9.677, de 02/07/98 e suas atualizações. Norma Operacional Básica do SUS 01/1996 e suas atualizações. Lei 8.080, de 19/09/90 e suas atualizações. Lei 6.437, de 20/08/77 e suas atualizações. Legislação federal e estadual sobre vigilância sanitária</p>
Psicólogo	<p>Conhecimentos específicos na área de atuação: Atendimento de idosos, alcoólatras e drogados; Desenvolvimento psicológico da Criança (infância e Adolescência), considerando os pressupostos básicos dados pelas diferenças abordagens psicoterápicas utilizadas na atualidade - Psicanálise, Ludoterapia, Lacania e outros; Direitos fundamentais da criança e do adolescente; O Psicólogo inserido no serviço Público - Atendimento Ambulatorial, Terapias ambulatoriais em saúde mental. Doenças e deficiências mentais. Diagnóstico Psicológico: conceito e objetivo, teoria psicodinâmica, processo diagnóstico, testes e laudos. Abordagens terapêuticas. Psicopatológica: natureza e causa dos distúrbios mentais. Neurose, psicose e perversão: diagnóstico. Função e adequação às necessidades da Comunidade Assistida; O Psicólogo na atuação Clínica; psicologia clínica. Psicopatologia Clínica: conceito de neurose; Conceito básico em psicologia clínica; dinâmica do funcionamento psíquico, história individual, motivos inconscientes, o papel do desejo, o papel do outro; transferência, repressão, resistência; mecanismo de defesa; Psicoterapia com Grupos; conflitos intragrupais, sua dinâmica e importância; a Psicologia Humanística: diretividade e não-diretividade; coordenadores e facilitadores: vantagens e desvantagens; grupos operativos e suas aplicações; Estudos sobre a família: cenário familiar, regras e metaregras. O psicólogo na escola: acompanhamento Escolar, dificuldades na aprendizagem, a escola e a criança/adolescente e o processo de psicodiagnóstico; Aprendizagem - fatores determinantes do processo ensino aprendizagem: família, comunidade, escola, companheiros. A educação inclusiva: os portadores de necessidades especiais, as altas habilidades (superdotados). Psicologia social e organizacional - Comportamento social: atitudes, estereótipos, preconceitos, conformismo. O desenvolvimento humano - Determinantes biopsico-sócio-culturais de comportamento: síndromes genéticas, gestação, parto, puerpério, interação mãe-bebê; Características comportamentais esperadas ao longo do desenvolvimento: constituição do EU. Conceito de sujeito. Desenvolvimento cognitivo. Velhice: perdas e ganhos, sua inserção social. Motivação humana: valores e ação humana. Os grupos: processos grupais, papéis, liderança, leis da dinâmica grupal. O indivíduo e a organização: análise e intervenção, mudança e resistência à mudança. Neuroses profissionais. Gestão de conflitos. Psicologia jurídica. Relações Humanas e Recursos Humanos; Noções de Recrutamentos e seleção e desenvolvimento de Pessoal. Legislação: Constituição Federal, em seus Artigos: 196, 197, 198, 199 e 200. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1.990 em seus artigos: 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14. Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1.990 e suas atualizações, todo o teor. Lei nº 8.142, de 28 de Dezembro de 1.990 e suas atualizações, todo teor. Lei nº 8.742, de 07 de Dezembro de 1.993, todo teor. Lei nº 8.842, de 04 de Janeiro de 1.994, todo o teor. Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2.003, em seus artigos: 15, 16, 17, 18 e 19. Lei nº 11.350, de 05 de Outubro de 2.006, todo teor. Lei nº 12.288, de 20 de Julho de 2010 em seus Artigos: 6, 7 e 8.</p>

Bioquímico	<p>Conhecimentos técnicos profissionais aplicados a laboratórios de análises clínicas. Coleta, transporte, preservação, processamento primário das principais amostras biológicas. Controle de qualidade e estatística. Biossegurança. Princípios básicos de química clínica: cálculos e reagentes. Desinfecção e esterilização. Métodos diagnósticos em imunologia clínica. Diagnóstico laboratorial das doenças infecciosas (sífilis, chagas, toxoplasmosse, rubéola) e das hepatites virais (marcadores de hepatites). Hormônios. Diagnóstico laboratorial de HIV. Diagnóstico laboratorial de doenças autoimunes. Bioquímica: Métodos bioquímicos de diagnóstico, dosagens enzimáticas, cinéticas e colorimétricas. Avaliação laboratorial de funções renais, hepáticas, endócrinas e cardiovasculares. Testes de tolerância a glicose. Hematologia. Formação do sangue: características morfológicas e funcionais das séries hematológicas. Diagnóstico laboratorial das anemias. Fatores de coagulação. Coagulograma. Caracterização morfofisiopatológica e bioquímica das leucoses. Imunohematologia (sistemas sanguíneos e doença hemolítica do recém-nato). Urinalise. Componentes normais e anormais de urinas. Sedimentoscopia da urina e correlações clínicas. Exame químico, densidade, estudo e morfologia das hemácias. Microbiologia. Métodos de colorações: meios de cultura para isolamentos de microorganismos, meios de transporte para cultivos de diversos materiais biológicos, coleta de materiais biológicos, provas bioquímicas para identificação de micro-organismos, culturas qualitativas e quantitativas, mecanismos de ação de antimicrobianos, bacterioscopias e baciloscopias, teste de suscetibilidades aos antimicrobianos, diagnóstico, etiologia patologias e epidemiologias das micoses. Parasitologia. Diagnóstico de helmintos e protozoários, protozooscopia, helmintoscopia, ciclo evolutivo dos protozoários, ciclo evolutivo dos helmintos, métodos específicos para diagnóstico de parasitoses. Ética e Legislação profissional. Lei 8080/90. Lei 8142/90.</p>
Biólogo	<p>Célula procariota e eucariota. Microscopia. Estrutura e função das organelas das células eucarióticas. Membrana plasmática: composição, assimetria, fluidez, permeabilidade e domínios. Transporte através de membrana. Receptores e sinalização celular. Citoesqueleto: microtúbulos, micro-filamentos e filamentos intermediários. Ciclo celular e seu controle: interfase e divisão celular. Biomoléculas: Carboidratos. Lipídios. Aminoácidos e peptídios. Proteínas. Enzimas: mecanismos, cinética, inibição e regulação. Ácidos nucleicos. Bioenergética: Glicólise e gliconeogênese. Ciclo de Krebs. Oxidação dos ácidos graxos. Síntese de ácidos graxos. Cadeia de transporte de elétrons e fosforilação oxidativa. 3 Metabolismo e regulação da utilização de energia: Metabolismo de carboidratos, lipídios, aminoácidos, bases nitrogenadas e proteínas. Fotossíntese. Preparo de soluções: percentagem, normalidade, molalidade, concentração. Métodos de análise aplicados a biomoléculas: cromatografia, eletroforese e espectrofotometria. Gametogênese. Fecundação. Fases iniciais do desenvolvimento embrionário humano. Organogênese. Anexos embrionários. Histologia animal: Tecidos: epitelial, conjuntivo, cartilaginoso, ósseo, sangue, muscular e nervoso. Histologia vegetal: Tecidos meristemáticos. Epiderme e súber, parênquima, colênquima e esclerênquima. Xilema e floema. Fisiologia animal: Sistema respiratório. Organização morfofuncional. Mecânica ventilatória. Ciclo respiratório e sua regulação. Transporte e difusão de O₂ e CO₂. Sistema circulatório: características funcionais e excitabilidade do músculo cardíaco. Sistema digestório. Sistema excretor. Sistema nervoso: Propriedades dos neurônios. Transmissão sináptica: mecanismo, mediadores químicos, excitação/inibição sináptica. Plasticidade neural. Sistemas sensoriais e motores. Sistema nervoso autônomo. Sistema endócrino. Fisiologia vegetal: condução de seiva bruta e elaborada. Fito-hormônio. Transpiração e gutação. Fisiologia do sistema imune. Bases moleculares do sistema imunológico: ativação e função linfocitária. Imunidade celular e humoral. Tolerância imunológica. Mecanismos imunológicos em processos patológicos. Autoimunidade. Alergia e inflamação. Genética clássica. Leis de Mendel. Probabilidade. Extensões das leis de Mendel. Herança ligada ao sexo. Herança quantitativa. Interação entre genótipo e ambiente. Genética humana: análise de heredograma. Ligação, permutação, recombinação e mapeamento genético. Aberrações cromossômicas. Genética molecular: Macromoléculas informacionais. Replicação do DNA e síntese de RNA. Código genético. Mutação e reparo do DNA. Estrutura do DNA. A natureza do gene. Estrutura gênica em procariontes e eucariontes. Organização do genoma eucariótico: associação do DNA com histonas. Replicação do DNA: ciclo celular. Transcrição: início, alongamento e término. Tradução. Tipos de RNAs. O código genético.</p> <p>Processamento do mRNA em eucariontes. Regulação da expressão gênica. Recombinação homóloga. Tecnologia do RNA recombinante: clonagem, bibliotecas genômicas, hibridação. Aplicações do DNA recombinante: Southern, PCR, identificação genética e terapia gênica. Biotecnologia vegetal. Micropropagação vegetal. Métodos de transformação genética de plantas: bombardeamento e eletroporação. Biotecnologia animal. Biotecnologia microbiana e fermentações. Genética de micro-organismos. Características do genoma microbiano: cromossomos e plasmídios. Grupos de bacteriófagos. Mecanismos de transferência gênica: transformação, conjugação e transdução. Melhoramento genético. Organismos Geneticamente Modificados (OGMs). Origem da vida. Teorias evolucionistas. Estrutura populacional e deriva genética. Teoria da endogamia. Fluxo gênico. Mutação. Variabilidade genética. Equilíbrio de Hardy-Weinberg. Seleção natural. Especiação: Mecanismos de especiação: alopátrica, parápátrica e simpátrica. Adaptação. Origem das novidades evolutivas. Taxas de evolução. Equilíbrio pontuado. Alometria e heterocronia. Evolução da interação entre as espécies. Coevolução. Evolução humana. Ecologia de população e comunidades. Conceito de indivíduo, população, comunidade e ecossistema. Cadeia alimentar. Teia alimentar. Pirâmides ecológicas. Relações ecológicas entre espécies. Dinâmica de populações. Sucessão ecológica. Ecologia da conservação. Ecossistemas: fluxo de energia e ciclos biogeoquímicos. Legislação ambiental. Política ambiental e desenvolvimento sustentável. Avaliação de impactos ambientais, riscos ambientais e valoração de danos. Gestão ambiental. Meio ambiente e sociedade. Morfologia, citologia, fisiologia e genética de micro-organismos. Ecologia microbiana. Microbiologia do solo, da água, do ar e dos alimentos. Estrutura bacteriana, isolamento, identificação e classificação de bactérias, esterilização, desinfecção e antissepsia. Caracterização morfológica, biológica e taxonômica dos principais vírus, bactérias, fungos, protozoários e helmintos de importância médica. Infecções oportunistas e emergentes. Ação patogênica dos agentes infecciosos e parasitários. Preparo de soluções. Boas práticas de laboratório. Equipamentos de proteção e segurança (individual e coletiva). Princípios de descarte de resíduos. Coleta, preservação e fixação de material biológico. Organização e manutenção de coleções biológicas. Biologia geral dos vírus. Classificação dos vírus. Estrutura, replicação e biologia molecular das famílias virais: vírus RNA fita positiva, vírus envelopado a RNA, vírus a RNA fita negativa, vírus RNA fita dupla, vírus a DNA com genoma pequeno, vírus a DNA com genoma grande. Consequências biológicas das infecções virais. Noções básicas de Licenciamento Ambiental. Noções básicas de Meio Ambiente e Saúde. Impactos ambientais das atividades humanas, no solo, ar e água. Conservação ambiental. Disposição de resíduos, separação, reciclagem, destino e prevenção.</p>

Enfermeiro	<p>Processo de enfermagem: Sistematização da Assistência em Enfermagem; semiologia e semiotécnica em enfermagem; teorias da enfermagem. Biossegurança: conhecimento e medidas de biossegurança; prevenção e controle de riscos ocupacionais e de infecções hospitalares. Enfermagem na gestão em serviços de saúde: planejamento; tomada de decisão; gerenciamento de pessoal e liderança em enfermagem; relacionamento interpessoal; humanização da atenção em saúde; sistema de informação em saúde. Ética e bioética em enfermagem. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde - princípios e diretrizes; controle social; indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; endemias/epidemias: situação atual, medidas de controle e tratamento; Norma Operacional Básica do SUS; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 28/12/1990. Visita e consulta de enfermagem em domicílio: técnicas e abordagens; estratégias de abordagem a grupos sociais, especialmente à família, à mulher e ao neonato, a grupos em situações vulneráveis e minoritários. Enfermagem em saúde da mulher: Sistematização da Assistência de Enfermagem à mulher; imunização; prevenção do câncer ginecológico e de mama. Climatério. Planejamento familiar: atenção ao casal infértil, atenção à contracepção (métodos reversíveis e irreversíveis) incluindo a contracepção de emergência. Atenção à mulher em abortamento; atenção à mulher vítima de violência doméstica. Enfermagem em saúde materno-neonatal: cuidado de enfermagem à mulher e ao neonato durante o período gravídico-puerperal; trabalho de parto e nascimento; sistematização da assistência de enfermagem à gestante, à parturiente, à puerpera e ao neonato; aleitamento materno. Educação em saúde: educação popular em saúde e sua aplicação na prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde de grupos específicos.</p>
Farmacêutico	<p>Farmacocinética: absorção e vias de administração, formas farmacêuticas, métodos de administração, bioequivalência e biodisponibilidade, distribuição e eliminação. Farmacodinâmica: Mecanismo de ação das drogas e relação entre concentração da droga e efeito. Interação medicamentosa, reações adversas e prescrição. Farmacologia: da dor; da inflamação e da alergia; do sistema respiratório; do sistema digestivo; do sistema nervoso central, periférico e autônomo; do sistema cardiovascular; dos processos infecciosos/ antimicrobianos/antiparasitários; do sistema endócrino. Farmacotécnica: preparo de soluções, cálculos, sistema métrico decimal. Legislação/ assistência farmacêutica no SUS: Política Nacional de Medicamentos e de Assistência Farmacêutica; Assistência farmacêutica na atenção primária à saúde; Atenção Farmacêutica; Ciclo da Assistência Farmacêutica e sua etapas: Seleção, programação, aquisição, armazenamento, distribuição e dispensação de medicamentos em serviços de saúde públicos; Farmácia social e legislação: Código de ética da profissão farmacêutica; Medicamentos genéricos e medicamentos sujeitos a controle especial; Promoção do uso racional de medicamentos; Cuidados farmacêuticos na atenção à saúde. Atenção primária a saúde e a farmácia básica; Farmácia Hospitalar e controle de infecções hospitalares; Farmacovigilância; Comissão de farmácia e terapêutica, suas competências e atribuições; Utilização de medicamentos e as interfaces da assistência farmacêutica com os outros setores do sistema de saúde.</p>
Fisioterapeuta	<p>Anatomia e Fisiologia: artrologia e miologia dos membros superiores e inferiores e do tronco; neuroanatomia; anatomia do sistema respiratório e cardiovascular; neurofisiologia; fisiologia: respiratória, cardiovascular, articular e do envelhecimento; Avaliação e conduta fisioterapêutica para as disfunções cardiovasculares (afecções vasculares periféricas crônicas e agudas, insuficiência cardíaca, doença arterial coronariana), pneumológicas (doença pulmonar obstrutiva crônica, afecções pleurais, bronquiectasia, Síndrome de Angústia Respiratória Aguda, insuficiência respiratória aguda, fibrose cística, traumatismos torácicos, pneumonia e atelectasia), reumatológicas (artroses, artrite reumatóide, espondilite anquilosante, lúpus eritematoso sistêmico), geriátricas (osteoporose, alterações fisiológicas decorrentes do envelhecimento, incontinência urinária), traumatoortopédicas (desvios da coluna vertebral, fraturas, luxações, lesões de partes moles, lesões articulares, complicações osteoarticulares pós-traumáticas: rigidez, distrofia simpático-reflexa, síndrome compartimental), neurológicas (acidente vascular encefálico, traumatismo raque-medular, polineuropatias, doenças extra-piramidais, lesões de nervos periféricos e paralisia facial) e dermatológicas (paciente queimado, úlceras de pressão); Fisioterapia em pré e pós-operatório de cirurgias torácicas, abdominais e ortopédicas; Fisioterapia em Terapia Intensiva: avaliação fisioterapêutica e radiológica do tórax, abordagem cinesioterapêutica do aparelho locomotor e do sistema respiratório, síndrome de imobilismo, noções de assistência ventilatória, monitorização respiratória e desmame; Fisioterapia Geral - cinesioterapia, eletroterapia, termoterapia, fototerapia.</p>
Odontólogo	<p>Cariologia. Doenças da polpa e dos tecidos periapicais. Distúrbios do desenvolvimento das estruturas bucais e parabucais. Tumores benignos e malignos da cavidade bucal. Tumores das glândulas salivares. Cistos e tumores de origem odontogênica. Alterações regressivas dos dentes. Infecções bacterianas, virais e micóticas. Disseminação das infecções bucais. Lesões físicas e químicas da cavidade bucal. Manifestações bucais das doenças metabólicas. Doenças do periodonto. Doenças dos nervos e músculos. Anestesiologia local e controle da dor. Técnicas de anestesia regional e local. Anatomia das regiões da cabeça e pescoço. Soluções anestésicas. Emergências no consultório. Flúor. Adesão aos tecidos dentários. Radiologia. Oclusão. Periodontia aplicada à dentística. Restaurações diretas e indiretas em dentes posteriores com resinas compostas. Restaurações diretas em dentes anteriores com resinas compostas. Lesões não-cariosas. Restaurações adesivas diretas. Facetas diretas com resinas compostas. Restaurações cerâmicas do tipo Inlay/Onlay. Facetas de porcelana. Restaurações de dentes tratados endodonticamente. Restaurações em dentes fraturados. Materiais odontológicos. Biocompatibilidade dos materiais dentários. Materiais de moldagem. Gesso. Resinas para restauração. Amálgama dental. Cimentos odontológicos. Cerâmicas odontológicas. Materiais de acabamento e polimento. Diagnóstico e plano de tratamento em clínica odontológica infantil. Dor em Odontopediatria. Tratamento nas lesões cariosas em dentes decíduos. Terapia endodôntica em dentes decíduos. Desenvolvimento da oclusão. Cirurgia bucal pediátrica. Traumatismo em dentes anteriores. Selantes de fôssulas e fissuras. Doenças infecciosas de preocupação especial na Odontologia. Avaliação do paciente e proteção pessoal. Princípios de esterilização e desinfecção. AIDS e a prática odontológica. Controle da infecção cruzada na prática odontológica. Odontologia preventiva e social. Organização dos serviços de saúde no Brasil. Pacto pela Saúde. Planejamento, programação e Gestão em saúde. Política Nacional de Atenção Básica no SUS. Política Nacional de Humanização. Programa Brasil Sorridente e suas respectivas portarias. Promoção de Saúde. Sistema de referência e contra referência. Sistema Único de Saúde (Lei 8.080/1990, Lei 8.142/1990). Sistemas de informação em saúde. Plano de Gerenciamento de resíduos de serviços odontológicos. Prevenção e controle de riscos.</p>

Odontólogo – Pediatria	Anamnese. Anatomia dental e da cavidade oral. Anestesia em odontologia. Atendimento odontopediátrico hospitalar e clínico. Avaliação Clínica, Diagnóstico e Prognóstico das Patologias Pulpares e Periapicais. Bioética e ética na odontologia. Biossegurança, controle de infecção. Cárie dental, cariologia. Cefalometria. Cirurgia em Odontopediatria. Classificação e etiologia das Maloclusões. Crescimento e desenvolvimento cranio-facial. Crianças com necessidades especiais. Cuidado em saúde bucal. Cuidados pré e pós-operatório. Dentição humana, cronologia, biogênese. Dentística operatória. Doenças gerais com sintomatologia oral. Epidemiologia em saúde bucal. Exame clínico e complementar. Exodontia. Farmacologia e Terapêutica aplicada na odontologia. Fluoretos. Frenectomia. Gingivite e periodontite. Hábitos deletérios. Lesões de tecidos duros e moles em Odontopediatria. Manejo do paciente infantil. Materiais Dentários. Métodos de contenção físicos e químicos. Métodos preventivos. Nutrição, dieta e cárie dentária. Prevenção de doenças bucais e promoção de saúde; Procedimentos clínico-integrados. Radiologia em Odontopediatria. Sistema estomatognático. Terapia medicamentosa em Odontopediatria; Tratamento endodôntico. Traumatismo: dento alveolar. Urgências em Odontologia. Saúde Pública: História das Políticas de Saúde no Brasil. Educação em Saúde. Financiamento e participação social no SUS. Modelos de atenção e cuidados em saúde. Níveis de prevenção, de atenção e de aplicação. Organização dos serviços de saúde no Brasil. Pacto pela Saúde. Planejamento, programação e Gestão em saúde. Política Nacional de Atenção Básica no SUS. Política Nacional de Humanização. Programa Brasil Sorridente e suas respectivas portarias. Promoção de Saúde. Sistema de referência e contra referência. Sistema Único de Saúde (Lei 8.080/1990, Lei 8.142/1990). Sistemas de informação em saúde. Plano de Gerenciamento de resíduos de serviços odontológicos. Prevenção e controle de riscos.
Cirurgião Dentista – Buco-maxilo- facial	Acessos cirúrgicos. Ambiente cirúrgico. Anamnese. Anatomia buço-maxilo-facial. Anestesiologia. Aparelho para bloqueio maxilo mandibular. Articulação têmporo mandibular (ATM). Bioética e ética na odontologia. Cirurgia dos Dentes Inclusos. Cirurgias e procedimentos na região buço-maxilo-facial. Controle de infecção, biossegurança na clínica e ambiente hospitalar, destino de materiais infectantes. Cuidados pós e pré-operatórios. Diagnóstico, prognóstico e tratamento de agravos, traumas e doenças da região buço-maxilo-facial. Mioartropatias do sistema estomatognático e dores orofaciais. Emergências Médicas em Odontologia. Epidemiologia em saúde bucal. Exame clínico, histopatológico, e complementares. Excisão e sutura bucomaxilofacial. Farmacologia e terapêutica aplicada à cirurgia buço-maxilo-facial. Ficha clínica. Fraturas buço-maxilo-facial. Laçada, tunelização, Contenção (splintagem). Lesões traumáticas dos tecidos moles e tratamento. Mesa cirúrgica. Nefralgias faciais. Neuralgia do trigêmeo. Patologia e diagnóstico oral. Preparo da equipe cirúrgica. Prevenção e tratamento dos acidentes e comunicações em cirurgia bucal. Princípios de cirurgia e de tratamentos odontológicos sob anestesia geral. Princípios de Técnica Cirúrgica: Diérese, Hemostasia, Síntese, instrumentais, tipos de sutura e fios. Processos infecciosos do complexo buço-maxilo-facial. Radiologia. Reconstruções. Redução cruenta e incruenta de fratura alvéolo dentária. Reparação Tecidual. Traumatismo dental, dento alveolar e buço-maxilo-facial. Tumores benignos e malignos da cavidade oral. Urgências e emergências em odontologia. Doenças gerais com sintomatologia oral. Saúde Pública: História das Políticas de Saúde no Brasil. Educação em Saúde. Financiamento e participação social no SUS. Modelos de atenção e cuidados em saúde. Níveis de prevenção, de atenção e de aplicação. Organização dos serviços de saúde no Brasil. Pacto pela Saúde. Planejamento, programação e Gestão em saúde. Política Nacional de Atenção Básica no SUS. Política Nacional de Humanização. Programa Brasil Sorridente e suas respectivas portarias. Promoção de Saúde. Sistema de referência e contra referência. Sistema Único de Saúde (Lei 8.080/1990, Lei 8.142/1990). Sistemas de informação em saúde. Plano de Gerenciamento de resíduos de serviços odontológicos. Prevenção e controle de riscos.
Cirurgião Dentista – Endodontista	Abertura coronária. Acidentes e complicações em endodontia. Alterações inflamatórias Pulpares e Periapicais. Anamnese. Anatomia dental, das cavidades pulpares, dos canais radiculares e suas implicações no tratamento endodôntico. Anestesiologia. Auto-transplante Dental. Bio, necro e retratamento. Bioética e ética na odontologia. Ergonomia. Cirurgia de Acesso. Cirurgia Parendodôntica. Como minimizar riscos no tratamento endodôntico. Controle de infecção, biossegurança na clínica, destino de materiais infectantes. Dentes com Abscesso Recorrente. Emergência em odontologia. Epidemiologia em saúde bucal. Etiopatogenia, diagnóstico e tratamento dos problemas endodônticos e periodontais de interesse comum. Exame clínico e complementar. Farmacologia e terapêutica sistêmica aplicada a lesões dental e dento alveolar. Ficha Clínica. Fisiologia dos tecidos pulpar e periapical. Instrumentação dos canais radiculares. Instrumentais e materiais endodônticos. Interrelações da Endodontia no atendimento odontológico integral à saúde individual. Irrigação dos canais radiculares. Isolamento absoluto. Lesões endo-perio. Medicação Intracanal. Microbiologia e Microscopia Endodôntica. Obturação do sistema de canais radiculares. Odontometria. Orientação pré e pós-operatória. Preparo do canal radicular. Radiologia aplicada à endodontia. Retratamento Endodôntico. Soluções irrigantes. Tratamentos endodônticos, de perfurações. Traumatismo dental e dento alveolar. Urgência e emergência em endodontia. Saúde Pública: História das Políticas de Saúde no Brasil. Educação em Saúde. Financiamento e participação social no SUS. Modelos de atenção e cuidados em saúde. Níveis de prevenção, de atenção e de aplicação. Organização dos serviços de saúde no Brasil. Pacto pela Saúde. Planejamento, programação e Gestão em saúde. Política Nacional de Atenção Básica no SUS. Política Nacional de Humanização. Programa Brasil Sorridente e suas respectivas portarias. Promoção de Saúde. Sistema de referência e contra referência. Sistema Único de Saúde (Lei 8.080/1990, Lei 8.142/1990). Sistemas de informação em saúde. Plano de Gerenciamento de resíduos de serviços odontológicos. Prevenção e controle de riscos.

Cirurgião Dentista – Periodontista	Anatomia do Periodonto. Classificação das Doenças Periodontais. Epidemiologia das Doenças Gingivais e Periodontais. Etiopatogenia das Doenças Gingivais e Periodontais. Microbiologia e Imunologia da Doença Periodontal. Interações entre Parasita e Hospedeiro na Doença Periodontal. Fatores Genéticos Associados à Doença Periodontal. Placa e Cálculo Dental e Fatores Predisponentes. Influência das Doenças Sistêmicas no Periodonto. Influência das Doenças Periodontais nas Alterações Sistêmicas. Tabagismo e Doença Periodontal Patologia Periodontal. Doença Gingival: Mecanismos de Defesa; Inflamação Gingival; Características Clínicas da Gingivite; Aumento Gingival; Infecções Gingivais Agudas; Doença Gingival na Infância; Gingivite Escamativa. Doença Periodontal: Bolsa Periodontal; Perda Óssea e Padrões de Destruição Óssea; Desordens do Sistema Mastigatório; Periodontite Crônica; Periodontite Ulcerativa Necrosante; Periodontite Refratária; Periodontite como Manifestação de Doenças Sistêmicas; Periodontite Agressiva. Tratamento da Doença Periodontal: Diagnóstico, Prognóstico e Plano de Tratamento; Diagnóstico Clínico e radiográfico da Doença Periodontal; Determinação do Prognóstico. Instrumentos e instrumentação em periodontia: Instrumentação Manual; Instrumentação Sônica e Ultra-sônica; Irrigação. Tratamento periodontal básico: Raspagem e Alisamento Radicular; Controle Químico e mecânico de placa; Terapia Oclusal. Terapia Cirúrgica Periodontal: Princípios Gerais da Cirurgia Periodontal; Curetagem Gingival; Gingivectomia; Tratamento do Aumento Gingival; Retalho Periodontal para Terapia da Bolsa; Cirurgia Óssea Ressectiva. Terapia Periodontal Regenerativa: Cirurgia Óssea Regenerativa; Tratamento de Dentes com Envolvimento de Furca. Terapia Mucogengival: Cirurgia Plástica Periodontal. Tratamento Periodontal de Suporte. Saúde Pública: História das Políticas de Saúde no Brasil. Educação em Saúde. Financiamento e participação social no SUS. Modelos de atenção e cuidados em saúde. Níveis de prevenção, de atenção e de aplicação. Organização dos serviços de saúde no Brasil. Pacto pela Saúde. Planejamento, programação e Gestão em saúde. Política Nacional de Atenção Básica no SUS. Política Nacional de Humanização. Programa Brasil Sorridente e suas respectivas portarias. Promoção de Saúde. Sistema de referência e contra referência. Sistema Único de Saúde (Lei 8.080/1990, Lei 8.142/1990). Sistemas de informação em saúde. Plano de Gerenciamento de resíduos de serviços odontológicos. Prevenção e controle de riscos.
Cirurgião Dentista – Especialista em Portadores de Necessidades Especiais	Bioética e ética na odontologia. Conceito e classificação de pacientes com necessidades especiais. Controle de infecção, biossegurança na clínica e ambiente hospitalar, destino de materiais infectantes. Crescimento e desenvolvimento intra-uterino e suas repercussões patológicas. Cuidados pós e pré-operatórios. Diagnóstico, prognóstico e tratamento de doenças bucais. Distúrbios endócrino-metabólico. Doenças relacionadas à odontologia. Doenças sistêmicas crônicas. Epidemiologia em saúde bucal. Exame clínico e complementar. Farmacologia e terapêutica na odontologia. Ficha clínica. Paralisia Cerebral. Prevenção Pré-natal e pós-natal. Primeiros Socorros no atendimento ao paciente especial. Tratamento Ambulatorial e métodos de contenção. Urgências e emergências em odontologia. Anestesia. Radiologia odontológica. Cuidado da Saúde Bucal da Pessoa com Deficiência. Saúde Pública: História das Políticas de Saúde no Brasil. Educação em Saúde. Financiamento e participação social no SUS. Modelos de atenção e cuidados em saúde. Níveis de prevenção, de atenção e de aplicação. Organização dos serviços de saúde no Brasil. Pacto pela Saúde. Planejamento, programação e Gestão em saúde. Política Nacional de Atenção Básica no SUS. Política Nacional de Humanização. Programa Brasil Sorridente e suas respectivas portarias. Promoção de Saúde. Sistema de referência e contra referência. Sistema Único de Saúde (Lei 8.080/1990, Lei 8.142/1990). Sistemas de informação em saúde. Plano de Gerenciamento de resíduos de serviços odontológicos. Prevenção e controle de riscos.
Cirurgião Dentista – Protetista	Anatomia: Cabeça, Pescoço e Dentária. Aplicação e seleção dos componentes protéticos. Biomecânica e desenho das Próteses. Controle de infecção, biossegurança. Delineamento de próteses. Desenvolvimento sequenciado teórico clínico e laboratorial em Prótese. Elementos constituintes das Próteses. Emergência e Urgência em Odontologia. Estudo da Área de Assentamento das Próteses. Estudo da Oclusão em seus diversos aspectos Clínicos e Laboratoriais. Ética e Legislação Odontológica. Exame clínico. Ficha clínica. Exames, Diagnóstico, Planejamento e Plano de Tratamento em Prótese. Exames Clínicos e complementares. Instalação, Controle e Manutenção das Próteses. Materiais Dentários. Moldagem. Oclusão. Overdentures. Princípios Biomecânicos dos Preparos com Finalidade Protética. Processamento da prótese total. Radiologia. Relações Maxilo mandibulares em Próteses. Reparos, Forramentos e Reembasamentos em Próteses. Semiologia. Tipos de prótese. Terapêutica medicamentosa. Emergências em Odontologia. Epidemiologia em saúde bucal. Doenças gerais com sintomatologia oral. Saúde Pública: História das Políticas de Saúde no Brasil. Educação em Saúde. Financiamento e participação social no SUS. Modelos de atenção e cuidados em saúde. Níveis de prevenção, de atenção e de aplicação. Organização dos serviços de saúde no Brasil. Pacto pela Saúde. Planejamento, programação e Gestão em saúde. Política Nacional de Atenção Básica no SUS. Política Nacional de Humanização. Programa Brasil Sorridente e suas respectivas portarias. Promoção de Saúde. Sistema de referência e contra referência. Sistema Único de Saúde (Lei 8.080/1990, Lei 8.142/1990). Sistemas de informação em saúde. Plano de Gerenciamento de resíduos de serviços odontológicos. Prevenção e controle de riscos.

Engenheiro Civil	<p>Edificações e Meio Ambiente de Trabalho. Tecnologia do concreto e da argamassa. Projeto e Execução de estruturas em concreto armado (ABNT NBR 6.118:2007 e 2014). Projeto e Execução de alvenarias estruturais e de vedação. Projeto e execução de impermeabilizações. Tecnologia de revestimentos cerâmicos. Conforto acústico (Poluição sonora: medição e avaliação de ruídos; projeto de tratamento acústico de ambientes, ABNT NBR 10151:2000 Versão Corrigida: 2003), lumínico e térmico. Patologia das estruturas de concreto e fundações. Patologia das alvenarias e revestimentos. Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (NR's). Organização de canteiros de obras e planejamento de execução de obras. Obras e projetos complementares: projeto arquitetônico (Representação de projetos de arquitetura - ABNT NBR 6492:1994, Elaboração de projetos de edificações - Arquitetura - ABNT NBR 13532:1995), fundações, contenções, elétrico, telefônico e lógica, hidráulico, sanitário, proteção contra incêndio, pluvial e estrutural. Levantamento Geotécnico. Acessibilidade em edificações - ABNT NBR 9050:2004 Versão Corrigida: 2005. Desempenho em Edificações - ABNT NBR 15575:2013. Instalações de ar-condicionado - Sistemas centrais e unitários - ABNT NBR 16401:2008. Guarda-corpos para edificação - ABNT NBR 14718: 2008. 1.10 Saídas de emergência em edifícios - ABNT NBR 9077:2001. Perícias de engenharia na construção civil - ABNT NBR 13752:1996. Avaliação de Bens imóveis, Orçamentação e Probabilidade. Orçamentação e programação de obras de edificação. Sistemas de informação aplicados à gestão de obras de edificação. Engenharia econômica e de avaliações. Curva ABC, composição de custos unitários e totais, cronogramas físico e físico-financeiro, BDI. Probabilidade e Estatística. Saneamento e Meio Ambiente. Ciclo Hidrológico. Bacia Hidrológica. Controle de inundações e enchentes urbanas. Plano diretor de saneamento ambiental. Poluição e qualidade da água. Sistemas de abastecimento e tratamento de água. Qualidade da água potável. Sistemas de coleta e tratamento de esgotos. Obras hidráulicas: projeto e manutenção de açudes, barragens e canais. Manejo de resíduos sólidos domésticos, industriais e de serviços de saúde. Impactos ambientais de obras de infra-estrutura: avaliação, medidas de controle e monitoramento. Sistemas de gestão ambiental ISO 14000. Legislação específica: Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 - Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986 - Estabelece os critérios básicos para o uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente. Lei nº 9.433, de 08 de Janeiro de 1997 - Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 - Dispõe sobre o licenciamento ambiental. Portaria nº 2914, de 12 de dezembro de 2011 - Estabelece os procedimentos e responsabilidades relativos ao controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seus padrões de potabilidade. Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005 - Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Pavimentos, Rodovias e Transportes. Conceitos e funções de pavimentos flexíveis, rígidos, semi-rígidos e invertidos. Solos e agregados para pavimentação: caracterização, classificação e comportamento quanto à resistência e deformações (elásticas e permanentes). Ligantes asfálticos: tipos, classificação e emprego. Execução de terraplenagem: operações e equipamentos. Revestimentos asfálticos por penetração e misturas asfálticas: constituição, dosagem e dimensionamento de pavimentos rígidos (método PCA 1984) e flexíveis (métodos do DNIT e mecanístico). Avaliação estrutural e projeto de reforço de pavimentos (PRO 11/79 e PRO 269/94). Avaliação funcional de pavimentos (PRO 08/78). Conceito de serventia. Conceitos básicos de gerência de pavimentos. Drenagem de pavimentos. Operação de sistemas de transporte público. Dimensionamento de subsistemas de diferentes modais. Noções de pontes, contenção de taludes. Composições de custos de materiais e serviços, especificações técnicas do DAER. Patologias em pavimentos. Pontes e viadutos: principais tipos de patologias; recomendações para o reforço, reparação, conservação e segurança da estrutura. Infraestrutura Urbana. Projeto e execução: vias de trânsito, rede de abastecimento de água, rede de esgoto pluvial, rede de esgoto cloacal, rede de energia elétrica, iluminação pública. Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Resolução - RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002. Lei nº 5.194, de 24 de setembro de 1966. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Lei nº 12.462, de 4 de agosto 2011.</p>
Engenheiro Ambiental	<p>Crise Ambiental e desenvolvimento sustentável: relação entre população, recursos naturais e poluição; relação entre desenvolvimento econômico e conservação do meio ambiente. Ciclos biogeoquímicos: ciclo do carbono, ciclo do hidrológico, ciclo do nitrogênio. Poluição ambiental: meio aquático, meio terrestre e meio atmosférico. Gestão de resíduos nas fases de projeto, implantação e operação: resíduos de serviço de saúde, resíduos tecnológicos, resíduos urbanos, resíduos recicláveis, resíduos perigosos segundo as diretrizes das legislações brasileiras vigentes. Aspectos legais: Constituição Federal Capítulo VI; Política Nacional de Meio Ambiente; Política Nacional de Resíduos Sólidos; Sistema Nacional do Meio Ambiente Sisnama; Lei de Crimes Ambientais; Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; Novo Código Florestal considerando supressão de vegetação e compensação ambiental de espécies nativas; Legislações dos Municípios Guarapiranga e Billings. Avaliação de Impactos Ambientais: relação entre aspectos e impactos ambientais, condicionantes para a elaboração dos estudos ambientais: Estudo de Impacto Ambiental EIA; Relatório de Impacto Ambiental RIMA; Relatório de Ambiental Preliminar RAP; Estudo Ambiental Simplificado EAS. Processo de licenciamento ambiental: requisitos básicos para o licenciamento ambiental nos âmbitos Municipal, Estadual e Federal; tipos de licenças ambientais: Licença Prévia LP, Licença de Instalação LI, Licença de Operação LO, Alvará Metropolitano. Áreas Contaminadas: gerenciamento de áreas contaminadas etapas, métodos utilizados para caracterização de área contaminada, utilização de ferramentas para identificação da área contaminada, por exemplo: carta cartográfica, fotografia aérea. Gestão Ambiental: ISO 14.000: Sistema de Gestão Ambiental; ISO 14044: Gestão ambiental -Avaliação do ciclo de vida Requisitos e orientações; Logística Reversa.</p>
Médico - Saúde da Família	<p>Medicina Geral: Doenças do Aparelho Cardiovascular. Doenças do Aparelho Respiratório. Pneumonias. Transfusões de sangue e derivados. Doenças do Tecido Conjuntivo e Musculoesqueléticas. Afecções Doenças do Aparelho Digestivo. Doenças Renais e do Trato Urinário. Doenças Endócrinas e do Metabolismo. Doenças Hematológicas e Oncológicas. Doenças Neurológicas. Doenças Psiquiátricas. Doenças Infeciosas. Doenças Dermatológicas. Doenças Oculares. Doenças do Nariz, Ouvido e Garganta. Ginecologia e Obstetrícia. Doenças Reumatológicas. Saúde Pública: Planejamento e Gestão em Saúde; Conceitos de saúde pública e saúde coletiva; Políticas Nacionais de Saúde e Reformas do Estado; Sistema Único de Saúde; Educação em saúde; Promoção de Saúde; Vigilância e prioridades em saúde; Humanização da Assistência à Saúde; Ações e programas de saúde. Ações de atenção à saúde da criança, escolar, adolescente, mulher, homem, idoso. DST/AIDS, mental, tuberculose, hanseníase. Doenças de notificação compulsória. Imunizações. Atenção Básica - Saúde da Família. Estratégia de Saúde da família. Assistência domiciliar. Consciência, educação e boas práticas ambientais no serviço público. Ética Profissional. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais - Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 29 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69. Da Ordem Social - Art. 193 a 204. Do Meio Ambiente - Art. 225. Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso - 226 a 230. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências. Código de Ética Profissional.</p>

Médico Clínico Geral	Medicina Geral: Doenças do Aparelho Cardiovascular. Doenças do Aparelho Respiratório. Pneumonias. Transfusões de sangue e derivados. Doenças do Tecido Conjuntivo e Musculoesqueléticas. Afecções Doenças do Aparelho Digestivo. Doenças Renais e do Trato Urinário. Doenças Endócrinas e do Metabolismo. Doenças Hematológicas e Oncológicas. Doenças Neurológicas. Doenças Psiquiátricas. Doenças Infeciosas. Doenças Dermatológicas. Doenças Oculares. Doenças do Nariz, Ouvido e Garganta. Ginecologia e Obstetrícia. Doenças Reumatológicas. Saúde Pública: Planejamento e Gestão em Saúde; Conceitos de saúde pública e saúde coletiva; Políticas Nacionais de Saúde e Reformas do Estado; Sistema Único de Saúde; Educação em saúde; Promoção de Saúde; Vigilância e prioridades em saúde; Humanização da Assistência à Saúde; Ações e programas de saúde. Ações de atenção à saúde da criança, escolar, adolescente, mulher, homem, idoso. DST/AIDS, mental, tuberculose, hanseníase. Doenças de notificação compulsória. Imunizações. Consciência, educação e boas práticas ambientais no serviço público. Ética Profissional. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais - Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 29 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69. Da Ordem Social - Art. 193 a 204. Do Meio Ambiente - Art. 225. Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso - 226 a 230. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências. Código de Ética Profissional.
Médico Psiquiatria	Saúde Pública: Planejamento e Gestão em Saúde; Conceitos de saúde pública e saúde coletiva; Políticas Nacionais de Saúde e Reformas do Estado; Sistema Único de Saúde; Educação em saúde; Promoção de Saúde; Vigilância e prioridades em saúde; Humanização da Assistência à Saúde; Ações e programas de saúde. Ações de atenção à saúde da criança, escolar, adolescente, mulher, homem, idoso. DST/AIDS, mental, tuberculose, hanseníase. Doenças de notificação compulsória. Imunizações. Consciência, educação e boas práticas ambientais no serviço público. Saúde mental. Ética Profissional. Medicamentos: Informações Básicas. Efeitos Colaterais e seu Manejo. Tratamentos Farmacológicos: Algoritmos. Fundamentos Psicanalíticos: Teoria, Psicopatologia e Desenvolvimento Humano. Delirium, Demência, Transtorno Amnésico. Transtornos Relacionados a Substâncias. Esquizofrenia. Transtornos Psicóticos. Transtornos de Humor. Transtornos de Ansiedade. Transtornos Alimentares. Transtorno de Déficit de Atenção. Transtornos de Personalidade e Transtornos Somatoformes. Doenças e Transtornos em geral. Teorias e conceitos. Psicanálise e tratamentos. Avaliação e Entrevista Psiquiátrica. Distúrbios Psiquiátricos da Criança. Transtornos Globais do Desenvolvimento e Psicose Infantil. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 29 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69. Da Ordem Social - Art. 193 a 204. Do Meio Ambiente - Art. 225. Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso - 226 a 230). - Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.- Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001 - Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Código de Ética Profissional.
Médico Infectologista	Médico infectologista: Legislação do SUS: Princípios e diretrizes do SUS, o SUS na Constituição Federal, Leis, Conselhos de Saúde, Princípios da Infecção Hospitalar, Conceitos em Infecção Hospitalar, Higienização das mãos, Infecção nosocomial do trato urinário, trato respiratório, sistema vascular, Infecções de feridas cirúrgicas, Isolamentos, Infecções comunitárias do trato respiratório, Infecções urinárias e pielonefrites, Insuficiência cardíaca congestiva, Acidente vascular cerebral, Diabetes mellitus tipo I e II, Cetoacidose diabética, Insuficiência Renal, Hemorragias Digestivas, Pancreatites, Insuficiência Hepática. Doenças transmissíveis: conceitos básicos e gerais, agentes etiológicos e transmissão, mecanismos de defesa anti-infecciosa, patogênese e patologia, quadro clínico e terapêutico, diagnóstico diferencial, exames complementares inespecíficos e específicos, epidemiologia e vigilância epidemiológica, profilaxia. Quadros infecciosos e síndromes referentes a: vírus, bactérias, fungos, protozoários e helmintos, ectoparasitoses. Imunização ativa e passiva. Acidentes causados por animais peçonhentos. Destaques a: doenças transmissíveis no Brasil, doenças sexualmente transmissíveis (DST) HIV/AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, tubérculos, cólera, meningite, doenças exantemáticas, antimicrobianos. Epidemiologia, patogenia, clínica, diagnóstico laboratorial, tratamento e profilaxia das seguintes doenças: Arbovírus: Dengue, Febre Amarela. Cisticercose. Doença Meningocócica. Doença Pneumocócica. Doenças Oportunistas na AIDS. Doenças Sexualmente Transmissíveis. Esquistossomose. Estafilococcias. Exantemáticas: Sarampo, Rubéola, Varicela, Hanseníase. Hepatites Virais. Histoplasmoses. Infecções hospitalares. Leishmaniose Tegular e Visceral. Leptospirose. Malária. Paracoccidiodomicose. Parasitoses Intestinais. Síndrome da Imunodeficiência Adquirida. Síndrome Respiratória Severa Aguda. Tubérculos. Mecanismos de Ação, resistência terapêutica e profilática e reações adversas dos Medicamentos Antimicrobianos.
Médico Gastroenterologista	Hemorragia digestiva. Abdome agudo. Doença do refluxo gastroesofágico. Esofagites. Tumores do esôfago (benignos e malignos). Doença ulcero-péptica. Helycobacter pylori e doenças associadas. Gastrites. Tumores do estômago (benignos e malignos). Má absorção intestinal. Doença celíaca. Diarréia aguda. Diarréia crônica. Tumores do intestino delgado. Enteroparasitoses. Tumores do cólon (benignos e malignos). Doença diverticular do tubo digestivo. Pancreatite aguda. Pancreatite crônica. Tumores do pâncreas. Cistos e pseudocistos do pâncreas. Colelitíase e suas complicações. Câncer da vesícula biliar. Hepatites agudas. Hepatite crônica. Hepatite autoimune. Cirrose hepática. Carcinoma hepatocelular. Disfagia. Odinofagia. Ascite. Hipertensão porta. Icterícia. Constipação intestinal. Distúrbios funcionais do tubo digestivo. Doenças inflamatórias intestinais. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais - Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 29 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69. Da Ordem Social - Art. 193 a 204. Do Meio Ambiente - Art. 225. Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso - 226 a 230. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências. Código de Ética Profissional.

Médico Veterinário	Fundamentos teóricos de Bem Estar Animal e de Bioética. Diretrizes gerais para a Erradicação e a Prevenção da Febre Aftosa. Zoonoses: Brucelose, Febre Amarela, Febre Maculosa, Gripe Aviária, Larva Migrans, Leishmaniose, Leptospirose, Raiva, Toxoplasmose e Tuberculose (agente, espécies acometidas, sintomas nos seres humanos, sinais clínicos nos animais, formas de transmissão, diagnóstico, notificação). Doenças infecciosas e parasitárias: aspectos clínicos, de vigilância epidemiológica e de controle (doenças de interesse para a Saúde Pública). Produtos veterinários: medidas e orientações para o uso responsável (antimicrobianos, endectocidas e inseticidas para grandes e pequenos animais). Código de ética profissional e Regulamentação da profissão de Médico Veterinário. Higiene veterinária e inspeção sanitária de produtos de origem animal: condições de transporte, abate sanitário, tecnologia, processamento, inspeção, fiscalização e comercialização. As boas práticas de fabricação e o sistema APPCC na produção de alimentos. Vigilância sanitária no comércio de alimentos de origem animal: doenças transmitidas por alimentos de origem animal, controle físico-químico e microbiológico de alimentos de origem animal, fiscalização. Doenças de notificação obrigatória no MAPA. Bioclimatologia animal.
--------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA O CARGO DE NÍVEL MÉDIO

Língua Portuguesa:

Compreensão e interpretação de frase, palavra ou texto; encontros vocálicos e consonantais; ortografia; acentuação gráfica; sinais de pontuação; emprego das classes de palavras; análise sintática; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; colocação dos pronomes oblíquos átonos; homônimos e parônimos.

Raciocínio lógico:

Princípio da Regressão ou Reversão. Lógica Dedutiva, Argumentativa e Quantitativa. Lógica matemática qualitativa, Sequências Lógicas envolvendo Números, Letras e Figuras. Geometria básica. Álgebra básica e sistemas lineares. Calendários. Numeração. Razões Especiais. Análise Combinatória e Probabilidade. Progressões Aritmética e Geométrica. Conjuntos; as relações de pertinência, inclusão e igualdade; operações entre conjuntos, união, interseção e diferença. Comparações.

Conhecimentos Gerais:

Aspectos sócio-econômicos, geográficos, históricos e político do Brasil e do mundo, de Santa Catarina, e do Município de São Miguel do Oeste. Noções gerais sobre a vida econômica, social, política e cultural em todos os âmbitos (municipal, estadual, federal e mundial). Informações atuais e divulgadas na imprensa sobre fatos políticos, econômicos, sociais e outros no âmbito mundial; Cidadania: Conhecimentos básicos sobre política, direitos humanos, meio-ambiente e saúde. Lei Orgânica do Município de São Miguel do Oeste.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA OS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

Auxiliar de Consultório Dentário	Anatomia da cavidade bucal. Anatomia dental. Atribuições da equipe de saúde bucal no programa de saúde da família. Atribuições de pessoal auxiliar em odontologia (Lei 11.889/2008). Biossegurança, controle de infecção, prevenção e controle de riscos. Cárie dentária/cariologia. Dentição humana. Dieta, nutrição, saúde bucal. Doenças periodontais. Doenças transmissíveis e não transmissíveis. Técnicas de escovação supervisionada. Epidemiologia. Equipamento, material e instrumental de uso odontológico. Ergonomia, riscos ocupacionais. Ética. Fluoretos. Identificação dos dentes. Ficha clínica. Imunidade, resistência, seres vivos. Lei Estadual, Municipal de SC referente à saúde bucal. Periodontia, doenças periodontais. Prevenção das doenças bucais. Radiologia odontológica, processamento filme radiográfico. Saúde Pública: História das Políticas de Saúde no Brasil. Educação em Saúde. Financiamento e participação social no SUS. Modelos de atenção e cuidados em saúde. Níveis de prevenção, de atenção e de aplicação. Organização dos serviços de saúde no Brasil. Pacto pela Saúde. Planejamento, programação e Gestão em saúde. Política Nacional de Atenção Básica no SUS. Política Nacional de Humanização. Programa Brasil Sorridente e suas respectivas portarias. Promoção de Saúde. Sistema de referência e contra referência. Sistema Único de Saúde (Lei 8.080/1990, Lei 8.142/1990). Sistemas de informação em saúde. Plano de Gerenciamento de resíduos de serviços odontológicos. Prevenção e controle de riscos.
Atendente Social	Conhecimento de Projetos Sociais; Entrevistas; História Social da criança e da família; Sistema educacional brasileiro; A educação nos dias atuais. História dos movimentos sociais e mobilização social. Exclusão social. Sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente. Proteção integral: políticas integradas. Conselho de direitos: o que é, o que faz. Conselho Tutelar: o que é, o que faz. Crianças e adolescentes e famílias em situação de rua. Ato infracional e suas vicissitudes. Álcool, tabagismo, outras drogas e redução de danos. Medidas e dispositivos legais de proteção à criança e ao adolescente; o Estatuto da Criança e do Adolescente. Ética profissional. SUAS - Sistema Único de Assistência Social. Lei n.º 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993 (LOAS). Lei 8.080 de 19 de setembro de 1.990 (SUS - Sistema Único da Saúde). Lei 8.069 de 13 de Julho de 1990 (ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente). Lei 8.662/93 (Código de Ética do/a Assistente Social e de Regulamentação da Profissão). Lei 10.741, de 01 de Outubro de 2003 (Estatuto do Idoso).
Fiscal Técnico de Obras e Posturas	Autonomia e competência do Município. Poder de polícia do Município: meios de atuação da fiscalização. Atos administrativos relacionados ao poder de polícia: atributos, elementos, discricionariedade, vinculação; autorização e licença. Direito de construir: fundamento, proteção à segurança e ao sossego, controle da construção, o papel do Município; licenciamento de obras, consulta prévia, aprovação de projeto, emissão de alvará, emissão de habite-se. Código de Obras do Município de São Miguel do Oeste. Código de Posturas de São Miguel do Oeste. Plano Diretor de São Miguel do Oeste. Código Tributário: Taxas de Poder de Polícia. Fiscalização: vistorias, irregularidades, intimação, notificação, auto de infração, sanções, recurso, interdição, cassação de licença, apreensão de bens.
Fiscal Técnico Sanitário	Endemias e epidemias; Epidemiologia. Noções básicas das seguintes endemias: a) Dengue, b) Esquistossomose, c) Leishmaniose, d) Leptospirose, e) Doença de chagas; Prevenção primária das endemias acima citadas; Classificação dos agentes transmissores e causadores das endemias acima citadas; Combate aos agentes transmissores das endemias acima citadas. Noções sobre Saneamento; Combate à poluição; Saneamento do meio; Saúde Pública: Conceito. Objetivos. Epidemiologia geral: processo de saúde/doença. Frequência e distribuição das principais doenças na população brasileira. Medidas gerais de profilaxia, controle, eliminação e erradicação das doenças. Vigilância Sanitária: Conceitos. Áreas de Abrangência. Instrumentos de ação de Vigilância Sanitária. Fiscalização de locais públicos e particulares quanto aos aspectos de higiene nos alimentos, bebidas e instalações físicas. Manipulação dos alimentos, embalagens e rotulagens, armazenamento e transporte do produto final. Abastecimento de água potável, destino dos resíduos e controle de pragas. Higienização e limpeza de máquinas e equipamentos. Lixo: separação, reciclagem, destino; RDC 216/04 da ANVISA; Portaria 326/97 da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde.

Técnico em Enfermagem	Fundamentos de Enfermagem: Noções básicas de saúde e doença, ações de enfermagem com relação à aferição de sinais vitais, realização de curativo, cuidado com a higiene, conforto e segurança ao paciente, preparo do paciente para exames, organização da unidade do paciente, administração de medicamentos por via oral, venosa, intramuscular, sub cutânea, ocular, nasal, retal, otológica. Biossegurança. Enfermagem Médico-Cirúrgica: Assistência de enfermagem a pacientes portadores de afecção cardiovascular, respiratória, digestiva, endócrina, renal, neurológica e hematológica. Assistência de enfermagem ao paciente cirúrgico no pré, trans e pós-operatório. Prevenção e controle de infecção hospitalar. Assistência de enfermagem a pacientes em situação de urgência. Enfermagem Materno-Infantil: Assistência de enfermagem à mulher no ciclo vital (gestante, parturiente e puerpério), no parto normal e de risco e ao recém nascido normal e de risco. Assistência à criança nas fases de lactente, pré-escolar, escolar e adolescente no seu desenvolvimento. Enfermagem em Saúde Pública: Noções de epidemiologia, cadeia epidemiológica, vigilância epidemiológica, indicadores de saúde, atenção primária em saúde. Assistência de enfermagem na prevenção e controle de doenças infecto-parasitárias, crônico-degenerativas e processo de reabilitação. Programa Nacional de Imunização. Programa de Assistência à Saúde da Mulher, Criança e do Trabalhador. Enfermagem em Saúde Mental: Integração da assistência de enfermagem às novas políticas públicas de atenção à saúde mental da criança e adulto.
Técnico Administrativo	Redação de Expedientes (Manual de Redação Oficial da Presidência da República); Noções de Administração Pública: Princípios da Administração Pública; Entidades Componentes; Constituição da República Federativa do Brasil: Direitos e Garantias Fundamentais (Art. 5.º ao Art. 17 da CF); Organização do Estado (Art. 18 ao Art. 43 da CF); Noções de Direito Administrativo: Organização Administrativa do Estado; Licitações (Lei Federal n.º 8.666/93); Informações gerais sobre informática e sistema operacional Windows. Microcomputadores, periféricos, dispositivos de armazenamento de dados, aplicativos, arquivos. Ícones, botões, caixas de diálogo, barra de rolagem. Windows Explorer (conceito e organização de arquivos: pastas/diretórios). Editor de texto Microsoft Word e Write do BrOffice. Planilhas de cálculo Microsoft Excel e Calc do BrOffice. Conceitos de Redes (Internet e Intranet, Internet Explorer 7, Mozilla Firefox, compartilhamento de arquivos e impressoras). Correio eletrônico.
Técnico em Informática	Memória do computador: Utilização; bit, bytes e palavras; tamanho e posições da memória; memórias internas e auxiliares; programas em memória ROM; memória virtual; cache de memória e tempo de acesso e ciclo de memória. Unidade Central de Processamento: execução das instruções; velocidade de processamento; registradores; clock; barramentos; microcomputadores; sistemas operacionais em microcomputadores; instalação de microcomputadores. Unidades de entrada/saída e periféricos: introdução, tipos de dispositivos de entrada, tipos de dispositivo de saída e dispositivos de entrada/saída. Sistemas operacionais e linguagens de programação: apresentação e conceitos fundamentais; a evolução dos computadores; o software; as linguagens de programação; software livre; linguagens da WEB; programas compilados e programas interpretados; ferramentas do escritório moderno; linguagens orientadas a objeto. Organização da Informação: arquivos e registros; organização dos arquivos; procedimentos nos diversos arquivos; bancos de dados e bancos de dados orientado a objetos. Funcionamento do Computador: o suporte do processamento; a carga do sistema; os programas; instruções; multiprogramação e multiprocessamento; conceitos básicos em relação à configuração de setup e montagem do microcomputador. Introdução à Lógica de Programação: algoritmos, tipos de lógica, instrumentos da lógica de programação, fluxogramas, lógica estruturada, árvores e tabelas de decisão. Concepção e programação: conceitos, construção de algoritmos, procedimentos, funções, bibliotecas e estruturas de dados. Programação orientada a objetos. Linguagens de programação (Delphi, Visual Basic, Java, C++, ASP, PHP, AJAX, HTML, XML): conceitos. Redes locais e teleprocessamento: redes de comunicação de dados, meios de comunicação, Internet (definição, funcionamento, serviços e protocolos); elementos de uma rede; conectividade; utilização de microcomputador em rede; estruturas de rede (topologia); padrões e interfaces; conceitualização de redes locais; arquiteturas e topologias de redes. Modelo físico; sistemas operacionais de rede, protocolos e segurança nas redes. Principais componentes: hubs, "switches", pontes, amplificadores, repetidores e gateways. Meios físicos de transmissão: par trançado, cabo coaxial, fibra ótica, wireless, outros meios de transmissão, ligação ao meio, ligações ponto a ponto, ligações multiponto, ligações em rede de fibra ótica; sistemas operacionais de rede: servidores de aplicações, servidores de arquivos e sistemas de arquivos, discos e partições. Sistemas operacionais Windows NT, Windows 2000/2003/2008, Novell e Linux: conceitos. Utilitários Microsoft em português. MS Access 2000/2003/2007/2010: conceitos básicos, implementação de banco de dados, criação e manutenção de tabelas, conceitos da linguagem SQL, uso da barra de ferramentas, atalhos e menus; MS Word 2000/2003/2007/2010; MS Excel 2000/2003/2007/2010; MS Power Point 2000/2003/2007/2010 - Conceitos básicos, uso do ambiente e recursos do sistema. Sistema Operacional Windows: MS Windows 95/98/ME/XP/7, em português. Conceitos básicos, uso de ambiente gráfico; execução de programas, aplicativos, utilitários e acessórios; manipulação de pastas, diretórios, arquivos e atalhos; uso dos recursos de rede; área de trabalho; configuração do ambiente gráfico; área de transferência e lixeira; uso dos menus; interação com o conjunto de aplicativos MS Office; instalação e desinstalação de aplicativos e periféricos. Sistema Operacional Linux: conceitos e principais comandos.
Técnico Agrícola	Noções gerais sobre horticultura, floricultura, fruticultura. Técnicas de irrigação, adubação com matéria orgânica, adubação mineração, noções sobre cultivo das principais culturas. Noções de classificação, armazenagem e conservação dos grãos. Técnicas de conservação dos solos. Uso de defensivos agrícolas. Impacto dos agrotóxicos sobre a cultura, a sociedade e o ecossistema. Plantio e colheita, funções gerais; técnicas de preparo do solo e zootecnia. Agricultura Orgânica. Agricultura Sustentável. Boas Práticas Agrícolas. Defesa e Sanidade Vegetal. Fisiologia Vegetal. Flores e Plantas Ornamentais. Fruticultura. Genética e Melhoramento Vegetal. Grãos, Fibras, Cereais e Oleaginosas. Herbário. Insumo Agrícola. Irrigação e Drenagem. Pós-colheita. Reprodução Vegetal. Semente. Sistemas de Produção Vegetal. Trato Cultural. Agricultura de Precisão. Armazenamento e Transporte. Formação de pastagens. Noções de aproveitamento da água. Padrões de terra. Noções elementares de solo. Noções elementares de Biologia: botânica, nutrição, elementos orgânicos e inorgânicos, deficiências minerais dos vegetais; classificação das forrageiras; Criação de Bovinos; Seleção e Reprodução Animal; Bovinocultura; Equinocultura; Medidas Rurais. Administração de agronegócio; organização e gerenciamento rural.

Técnico em Agri- mensura	Topografia: Definição, objetivos, divisões e unidades usuais. Equipamentos auxiliares da topografia. Métodos de medição de distâncias horizontais. Levantamento de pequenas propriedades somente com medidas lineares. Direções norte-sul magnética e norte-sul verdadeira. Rumos e azimutes. Correção de rumos e azimutes. Levantamento utilizando poligonais como linhas básicas. Cálculo de coordenadas parciais, de abscissas e de ordenadas parciais. Cálculo de área de polígono. Teodolito. Métodos de medição de ângulos. Altimetria-nivelamento geométrico. Taqueometria. Cálculo das distâncias e vertical entre dois pontos pelo método das rampas e pela mira de base. Noções de equipamento eletrônico. Medidas indiretas de distâncias. Divisão de propriedades. Curvas de nível - formas - métodos de obtenção. Terraplenagem para plataformas. Medição de vazões. Curvas horizontais de concordância. Curvas verticais de concordância. Superelevação nas curvas. Superlargura nas curvas. Locação de taludes. Cálculo de volumes - correções prismoidal e de volumes em curvas. Diagrama de massas. Locação de obras. Correção das distâncias. Correção de rumos e azimutes. Traçado das Curvas de Nível. Desenho Topográfico. Locação das Linhas Divisórias. Conhecimentos gerais em AutoCAD até a versão 2010: conceitos, referências, configurações e utilitários.
Técnico em Segu- rança do Trabalho	Higiene do Trabalho: conceitos, definições e classificação dos riscos ambientais. Política de saúde e segurança do trabalho. Implementação de ações preventivas e corretivas. Análise preliminar de risco. Riscos químicos, físicos e Biológicos. Parâmetros e índices utilizados nas avaliações dos riscos. Instrumentos e técnicas aplicadas na medição dos riscos ambientais. Sistemas de Prevenção e Combate a Incêndios. Procedimentos e normas de sistemas de segurança. Metodologia para investigação de acidentes. Determinação de causas de acidentes. Ações educativas de segurança e saúde. Equipamentos fixos e móveis de combate a incêndios: tipos, inspeção, manutenção e recarga. Sistemas e equipamentos de alarme e detecção e proteção contra incêndio. Instruções gerais em emergências e Brigadas de incêndio. Acidente do Trabalho: Conceitos, causas e consequências do acidente do trabalho. Estatísticas de acidentes do trabalho. Doenças profissionais e doenças do trabalho. Medidas de controle: EPIs e EPCs. Atividades Educativas de Segurança no Trabalho: CIPA. Medidas preventivas e de controle dos agentes de risco. Garantias do empregador e deveres do trabalhador.
Telefonista	Relações humanas no trabalho. Atendimento ao público e ao telefone. Manuseio de listas telefônicas: listas de assinantes por nomes, listas de assinantes por ordem de endereço, lista classificada. Ligações Urbanas, interurbanas, nacionais: discagem via telefonista, classes de chamadas, tarifas, discagens diretas (DDD, DDI etc.). Termos técnicos em telecomunicações. Ética no exercício profissional. A imagem da instituição, a imagem profissional, sigilo e postura. Organização: conceitos, finalidade e utilidades. Manuais, regulamentos, normas. Noções de segurança e higiene do trabalho. Noções de Qualidade e aproveitamento racional do tempo e recursos. Princípios fundamentais da administração pública – Art. 37 da Constituição Federal da República de 1988 e suas alterações.
Recepcionista	Relações humanas. Noções de cidadania. Qualidade no atendimento ao público: comunicabilidade; apresentação; atenção; cortesia; interesse; presteza; eficiência; tolerância; discricão; conduta; objetividade. Ética no serviço público. Trabalho em equipe: Personalidade e relacionamento. Eficácia no comportamento interpessoal. Fatores positivos do relacionamento. Comportamento receptivo e defensivo, empatia e compreensão mútua. Comunicação telefônica. Noções de software de controle de ligações. Noções de arquivamento e outros procedimentos administrativos. Atualização de cadastro telefônico. Meios de comunicação. Noções de PABX. Operação de equipamentos de escritório: copiadoras, impressoras de computador e fac-símile. Noções sobre documentos específicos do setor. Redação e comunicação organizacional: Redação oficial. Abreviações e formas de tratamento. Sigilo profissional. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 29 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69.).
Motorista	Legislação e Sinalização de Trânsito: Código de Trânsito Brasileiro, seus anexos e atualizações. Decretos e demais normas do COTRAN. Normas gerais de circulação e conduta. Conceitos e definições sobre segurança no trânsito. Direção defensiva. Primeiros Socorros. Proteção ao Meio Ambiente. Cidadania. Noções de mecânica básica. Princípios de manutenção de veículos. Tipos de óleos lubrificantes. Sistema elétrico. Sistema de arrefecimento. Manobras. Conhecimentos sobre os instrumentos do painel de comando e manutenção do veículo. Uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's). Ética profissional. Regras de comportamento no ambiente de trabalho. Regras de hierarquias no serviço público. Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Zelo pelo patrimônio público.
Operador de Máquinas	Legislação e Sinalização de Trânsito. Normas gerais de circulação e conduta. Sinalização de Trânsito. Direção defensiva e preventiva. Noções de mecânica básica. Código de Trânsito Brasileiro, seus anexos e atualizações. Decretos e demais normas do COTRAN. Condução de veículos da espécie. Conhecimentos sobre os instrumentos do painel de comando. Manutenção de equipamentos rodoviários. Direção e operação veicular de máquinas motorizadas e não motorizadas. Conservação e manutenção de máquinas rodoviárias. Noções básicas dos sistemas de alimentação, arrefecimento, ignição, elétrico, suspensão, freios, direção e transmissão. Sistemas hidráulicos. Óleos e graxas: tipos e especificações. Ferramentas de mecânico: conhecimento e aplicação. Uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's). Ética profissional. Noções de Primeiros Socorros. Regras de comportamento no ambiente de trabalho. Regras de hierarquias no serviço público. Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Zelo pelo patrimônio público.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

Língua Portuguesa:

Compreensão e interpretação de texto; coerência e coesão textual; ortografia; pontuação; acentuação gráfica; emprego da norma culta; classes de palavras: substantivo, artigo, adjetivo, numeral, verbo, pronome, advérbio, preposição, conjunção, interjeição; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; análise sintática.

Raciocínio lógico:

Sequências Lógicas envolvendo números, letras e figuras. Geometria básica. Criptografia. Simetria. Conjuntos; as relações de pertinência, inclusão e igualdade; operações entre conjuntos, união, interseção e diferença. Comparações. Calendários. Numeração. Razão e proporção. Regra de Três.

Conhecimentos Gerais:

Temáticas atuais relevantes e amplamente divulgadas referente a acontecimentos no mundo, no Brasil, no Estado de Santa Catarina e no Município de São Miguel do Oeste. História, Geografia, Ciências Naturais, cultura, artes, pluralidade, generalidades e conceitos do Brasil e

do mundo, do Estado de Santa Catarina e do Município. Fatos da atualidade: nacionais e internacionais; Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e movimentos ecológicos. Lei Orgânica do Município de São Miguel do Oeste.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA OS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

Agente Comunitário de Saúde**	Competências e habilidades do Agente Comunitário de Saúde. Cadastramento de famílias. Pré-Natal. Parto e Nascimento Humanizado, Puerpério. Aleitamento materno. Vigilância epidemiológica. Conceitos básicos: endemias, epidemia, pandemia, hospedeiros, reservatório, vetores de doenças, via de transmissão de doenças. Indicadores de saúde. Interpretação demográfica. Saneamento Básico Meio Ambiente (água, Solo e Saúde). Higiene pessoal (bucal). Saúde da criança, do adolescente, da mulher (exames de prevenção ao câncer de mama e cervico-uterino), do homem (exames de prevenção ao câncer de próstata), do idoso. Prevenção a acidentes da criança e do idoso. Direitos da criança. Direito dos idosos. Alimentação e nutrição. Planejamento familiar. Prevenção e combate ao uso de drogas. Conhecimento sobre as principais doenças Infecciosas e Parasitárias: DST/AIDS, coqueluche, dengue, difteria, doença de chagas, escarlatina, esquistossomose, febre amarela, febre tifóide, hanseníase, hepatites, leptospirose, malária, meningite, parotidite, poliomielite, raiva, rubéola, sarampo, tétano, tuberculose, varicela e outras doenças do aparelho respiratório e circulatório. Biologia e controle de roedores, escorpiões e outros peçonhentos. Calendário de vacinas. PSF (programa de saúde da família). Sistema Único de Saúde (SUS): Seus princípios, Suas diretrizes. Leis (8.080/90 e 8.142/90); Normas e Portarias atuais; Norma Operacional Básica (NOB/SUS/96) e (NOAS/2001).
Agente de Limpeza e Serviços Gerais	Noções de segurança no trabalho: condições e atos inseguros. Conduta no serviço. Questões que simulam as atividades da rotina diária do trabalho, noções de limpeza, equipamentos de proteção individual, sinalização de segurança, equipamentos que auxiliam o desenvolvimento das atividades de limpeza, o uso de produtos de limpeza, medidas mais usadas. Noções de higiene. Destinação de lixo: remoção de lixo e detritos - orgânicos, recicláveis, lixo contaminados. Organização de espaços e Relações Humanas. Procedimentos de condicionamento de gêneros alimentícios e insumos para preparo de refeições; conhecimento de preparo e distribuição de refeições; procedimentos de operação de fogões, aparelhos de preparação ou manipulação de gêneros alimentícios, refrigeração, condições de higiene e uso de utensílios, limpeza e higienização em dependências e prédios, arrumação em locais de trabalho, remoção e conservação de móveis, máquinas e matérias em geral.

Agente de Obras e Serviços Gerais	Atividades específicas teóricas inerentes ao cargo; Boas Maneiras; Comportamento no ambiente de trabalho; Organização do local de trabalho; Carregamento e descarregamento de mercadorias de veículos em geral; Serviços de capina em geral; Limpeza de vias públicas e praças municipais; Tarefas de construção; Instrumentos agrícolas; Serviços de lavoura; Aplicação de inseticidas e fungicidas; Lavagem de máquinas e veículos; Limpeza de peças e oficinas; Produtos de limpeza, sua utilidade e aplicação; Instrumentos e materiais utilizados na realização de limpezas em geral; Serviços de limpeza de: móveis, paredes, janelas, portas, vidros, espelhos, persianas, equipamentos, escadas, pisos, passarelas, tapetes e utensílios; Coleta de lixo e tipos de recipientes; Higiene pessoal e com todo o material mantido sobre a sua responsabilidade; Noções de segurança no trabalho; Noções de primeiros socorros.
Merendeira	Cuidados e práticas no preparo de refeições e lanches da merenda escolar. Seleção de ingredientes do cardápio diário. Métodos de preparo e cozimento dos alimentos e padrões de qualidade. Práticas de conservação de alimentos e organização de copa e cozinha. Técnicas de limpeza de utensílios e da cozinha escolar. Técnicas de lavagem e secagem de louças, utensílios e roupas escolares. Técnicas de desinfecção de ambientes. Limpeza de vidros, pisos, escadas, banheiros e copa. Materiais de limpeza e sua utilização. Destinação do lixo. Lixo Orgânico e Reciclagem. Equipamentos para a segurança e higiene. Limpeza dos diferentes espaços. Produtos de limpeza, sua utilidade e aplicação. Instrumentos e materiais utilizados na realização de limpezas em geral. Regras de comportamento no ambiente de trabalho. Regras de hierarquias no serviço público. Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Zelo pelo patrimônio público. Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio. Noções de Primeiros Socorros. Ética e cidadania.

ANEXO III

FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO DE VAGA CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES OU CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAR PROVA

Vaga para Deficiente físico e /ou Condição especial para REALIZAÇÃO de provas

Eu, _____, portador do documento de identidade n. _____, expedido pelo _____, CPF/MF n. _____, residente e domiciliado na _____, n. _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP n. _____, inscrito no Concurso Público regido pelo edital n. 22 /2014, do Poder Executivo Municipal de São Miguel do Oeste, inscrição n. _____, para o cargo de _____, requiro a Vossa Senhoria:

1 - () Vaga para portadores de deficiência física.

CID n. _____
Nome do Médico _____
2 - () Condição Especial para a realização da prova, sendo a

deficiência:

2.1. () Prova com ampliação do tamanho da fonte:

Fonte n. _____/Letra _____

2.2. () Sala Especial

Especificar: _____

2.3. () Leitura de Prova

2.4. () Amamentação

Nome do Acompanhante: _____

Horários de amamentação: _____

2.5. () Outra Necessidade

Especificar: _____

Pede Deferimento.

São Miguel do Oeste, _____ de _____ de 2014.

Assinatura _____

ANEXO IV

FORMULÁRIO DE RECURSO

Nome do Candidato: _____

Nº de Inscrição: _____

Cargo: _____

E-mail: _____

Tipo de Recurso:

1 - Contra o edital ()

2 - Contra indeferimento de inscrição ()

3 - Contra Inscrição ()

4 - Contra questão da prova ()

5 - Contra o Gabarito ()

6 - Contra a Pontuação Prova ()

7 - outros () Especificar: _

Situação (para uso da Comissão Avaliadora)

1 - Deferido ()

2 - Indeferido ()

Motivo: _____

Nº da Questão: _____ Data: _____

Fundamentação e Referência Bibliográfica:

São Miguel do Oeste, _____ de _____ de 2014.

Assinatura do requerente _____

ANEXO V

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

Nome do Candidato: _____

Nº de Inscrição: _____

Cargo: _____

E-mail: _____

O candidato acima qualificado vem pelo presente requerer seu enquadramento para isenção de taxa de inscrição, no amparo da Lei Estadual nº 10.567/97, juntando os documentos exigidos pelo Edital de Concurso Público nº 22 /2014, do Município de São Miguel do Oeste (SC).

São Miguel do Oeste, _____ de _____ de 2014.

Assinatura do requerente _____

Schroeder

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 01/2014 - FIA

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato do Contrato nº. 01/2014 - FIA

Processo de licitação nº. 02/2014 - FIA - Modalidade Tomada de Preço nº. 01/2014 - FIA

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: GISELI FÁTIMA ZOZ, inscrita no CPF sob o nº. 005.127.819-74 e portadora da carteira de identidade nº. 4.099.678-SSP-SC, residente e domiciliada na Rua Ricardo Gori, nº 437, Schroeder III, neste Município de Schroeder/SC.

Objeto: Contratação de prestação de Serviço do Profissional Psicólogo, a fim de atender o Projeto Oficina de Skate 2015 da Secretaria de Saúde e Assistência Social, Projeto do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social do Setor de Assistência Social, do Município de Schroeder/SC.

Valor do contrato: Sendo 760 horas no valor de R\$ 23,50 (vinte e três reais e cinquenta centavos) a hora, totalizando o valor de R\$ 17.860,00 (Dezessete mil e oitocentos e sessenta reais).

Data da Assinatura: 20/11/2014 - Vigência: 01/01/2015 até 31/12/2015

Moacir Zamboni

Prefeito Municipal em exercício

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2014-FIA

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2014-FIA

O Prefeito Municipal em exercício, Moacir Zamboni, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da Tomada de Preços nº. 01/2014-FIA, Processo de licitação nº. 02/2014-FIA, adjudicando em favor do senhor abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço item, determinando que seja dada ciência aos participantes: Objeto: Contratação de prestação de Serviço do Profissional Psicólogo, a fim de atender o Projeto Oficina de Skate 2015 da Secretaria de Saúde e Assistência Social, Projeto do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social do Setor de Assistência Social, do Município de Schroeder/SC, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Vencedor: GISELI FÁTIMA ZOZ, inscrita no CPF sob o nº. 005.127.819-74.

Valor da proposta vencedora: Sendo 760 horas no valor de R\$ 23,50 (vinte e três reais e cinquenta centavos) a hora, totalizando o valor de R\$ 17.860,00 (Dezessete mil e oitocentos e sessenta reais).

Schroeder, 20 de novembro de 2014.

Moacir Zamboni

Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 02/2014 - FIA

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato do Contrato nº. 02/2014 - FIA

Processo de licitação nº. 03/2014 - FIA - Modalidade Tomada de Preço nº. 02/2014 - FIA

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: GUILHERME COSTA COELHO, inscrito no CPF sob o nº. 065.469.019-78 e portador da Carteira de Identidade nº. 4.241.882-SSP-SC, residente e domiciliado na Rua Prof. Antonio e Ayroso, nº 334, Nova Brasília, na cidade de Jaraguá do Sul/SC.

Objeto: contratação de prestação de serviço do profissional instrutor de skate, com formação em educação física, a fim de atender o Projeto Oficina de Skate 2015, Projeto do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social do Setor de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, do Município de Schroeder/SC.

Valor do contrato: Sendo 760 horas no valor de R\$ 22,50 (vinte e dois reais e cinquenta centavos) a hora, totalizando o valor de R\$ 17.100,00 (Dezessete mil e cem reais).

Data da Assinatura: 20/11/2014 - Vigência: 01/01/2015 até 31/12/2015

Moacir Zamboni

Prefeito Municipal em exercício

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº. 02/2014-FIA

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº. 02/2014-FIA

O Prefeito Municipal em exercício, Moacir Zamboni, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da Tomada de Preços nº. 02/2014-FIA, Processo de licitação nº. 03/2014-FIA, adjudicando em favor do senhor abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço item, determinando que seja dada ciência aos participantes: Objeto: a contratação de prestação de serviço do profissional instrutor de skate, com formação em educação física, a fim de atender o Projeto Oficina de Skate 2015, Projeto do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social do Setor de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, do Município de Schroeder/SC, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Vencedor: GUILHERME COSTA COELHO, inscrito no CPF sob o nº. 065.469.019-78.

Valor da proposta vencedora: Sendo 760 horas no valor de R\$ 22,50 (vinte e dois reais e cinquenta centavos) a hora, totalizando o valor de R\$ 17.100,00 (Dezessete mil e cem reais).

Schroeder, 20 de novembro de 2014.

Moacir Zamboni

Prefeito Municipal em exercício

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2014-ESF/NASF

Convocação Processo Seletivo nº. 002/2014-ESF/NASF

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. IRYNNA NATASHA SOARES DE ALCANTARA, inscrito no CPF sob nº. 865.326.342-04, aprovado em 2º lugar no Processo Seletivo nº. 002/2014-ESF/NASF, para o cargo de MÉDICO, para assumir o respectivo cargo.

O convocado deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 28 de novembro de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Schroeder (SC), 20 de novembro de 2014.

Moacir Zamboni

Prefeito Municipal e.e.

Orlando Tecilla

Secretário de Saúde e Assistência Social

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 003/2014-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 003/2014-SECEL/PMS

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. PAOLA MAROSTICA, inscrita no CPF sob nº. 061.111.599-92, aprovada em 13º lugar no Processo Seletivo nº. 003/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSORA A - EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 28 de novembro de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 20 de novembro de 2014.

Moacir Zamboni

Prefeito Municipal e.e.

Maykel Roberto Laube

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 256/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 256/2014-PMS

Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 102/2014-PMS

Processo nº. 219/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal

Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ANABEL PRIM SCHMITZ, inscrita no CNPJ sob nº. 20.586.937/0001-06, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco nº. 2981, Centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
117	ABACATE - KG. Fruta com cor característica (verde) isenta de doenças. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	500	Quilo	3,99	1.995,00
119	ABOBRINHA VERDE - KG. Frutos firmes, com a casca de cor brilhante, sem partes escuras ou amolecidas. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	500	Quilo	1,70	850,00
125	BATATA DOCE - KG. Tubérculo com boa aparência, sem doenças ou danos físicos. Ausência de brotos ou partes moles, ou unidades estragadas. Não deve apresentar aspecto avançado de maturação, nem matéria terrosa. Livre de insetos, fungos e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	400	Quilo	1,60	640,00

127	BETERRABA - KG. Tubérculo com boa aparência, sem doenças ou danos físicos. Ausência de brotos ou partes moles, ou unidades estragadas. Não deve apresentar aspecto avançado de maturação, nem matéria terrosa. Livre de insetos, fungos e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	500	Quilo	1,60	800,00
129	CAQUI TIPO FUYU - KG. Fruta de cor característica (casca alaranjada). Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	1200	Quilo	2,99	3.588,00
130	CEBOLA DE CABEÇA - KG. Branca, classe média, de 1ª qualidade e tamanho uniforme. Superfície lisa, isenta de doenças ou brotos. Sem partes moles, enrugadas ou unidades muito amadurecidas. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	1000	Quilo	1,55	1.550,00
132	CENOURA - KG. De 1ª qualidade, cor característica (alaranjada), tamanho uniforme, superfície lisa, isenta de doenças ou brotos. Não deve apresentar partes que permaneçam rígidas e secas após a cocção. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	1000	Quilo	1,58	1.580,00

133	CHUCHU - KG. Deve apresentar boa aparência, aspecto firme e coloração característica (verde) . Livre de doenças e danos mecânicos, sem partes moles ou unidades muito amadurecidas. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	800	Quilo	1,49	1.192,00
135	COUVE FOLHA - MAÇO. Vegetal verde escuro, isento de doenças e folhas murchas. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	500	Unidade	1,35	675,00
141	MAÇÃ TIPO GALA - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Cor característica (vermelha). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	2500	Quilo	3,10	7.750,00
142	MAMÃO TIPO FORMOSA - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Cor característica (alaranjada). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	1500	Quilo	1,70	2.550,00

143	MANGA TIPO TOMI - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles ou muito amadurecidas. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Cor característica (alaranjada). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	1000	Quilo	2,10	2.100,00
145	MELÃO TIPO ESPANHOL - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles ou muito amadurecidas. Isenta de doenças. Em perfeito estado de maturação. Cor característica (amarela). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	1000	Quilo	1,75	1.750,00
148	PEPINO TIPO SALADA - KG. De 1ª qualidade, cor característica (casca verde e miolo branco), tamanho uniforme (de médio a grande), superfície lisa, isenta de doenças ou podridões. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	1000	Quilo	1,85	1.850,00
150	PIMENTÃO VERDE - KG. De 1ª qualidade, cor característica (verde), tamanho uniforme, superfície lisa, isenta de doenças ou podridões. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	200	Quilo	3,00	600,00

151	REPOLHO BRANCO - PEÇA. Produto fresco, consistência firme sem pontos de apodrecimento, em perfeita maturação e conservação, cor branca. Tamanho médio a grande. Livre de insetos, fungos e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	800	Unidade	1,25	1.000,00
155	TANGERINA TIPO POKKAN - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	1800	Quilo	1,45	2.610,00
156	TOMATE - KG. Fruto com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles ou muito amadurecidas. Isenta de doenças. Em perfeito estado de maturação. Cor característica (avermelhada). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	2400	Quilo	2,40	5.760,00
TOTAL R\$ REFERÊNCIA					38.840,00

Valor do contrato: R\$ 38.840,00 (trinta e oito mil oitocentos e quarenta reais)

Data da Assinatura: 20/11/2014 - Vigência: 20/11/2015

Moacir Zamboni
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 257/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 257/2014-PMS

Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 102/2014-PMS

Processo nº. 219/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 00.750.862/0001-31, estabelecida na Rua Edgar Linhares, nº 121, Bairro Nova Esperança, na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, CEP: 88336-210.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	AÇÚCAR MASCAVO - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: caldo de cana-de-açúcar. Embalagem plástica, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	250	Unidade	5,34	1.335,00

02	AÇÚCAR BRANCO REFINADO ESPECIAL - EMBALAGEM COM 1 KG. Deverá apresentar grânulos extremamente finos e coloração nitidamente branca. Embalagem plástica, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	80	Unidade	2,32	185,60
03	AÇÚCAR BRANCO REFINADO ESPECIAL - EMBALAGEM COM 5 KG. Deverá apresentar grânulos extremamente finos e coloração nitidamente branca. Embalagem plástica, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	400	Unidade	11,79	4.716,00

08	ARROZ PARBOILIZADO - EMBALAGEM COM 1 KG. Tipo 1, classe longo fino, subgrupo parboilizado polido. Deve apresentar coloração amarelada, grãos íntegros e soltos após o cozimento. Embalagem plástica resistente, transparente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	60	Unidade	2,73	163,80
10	AVEIA EM FLOCOS FINOS - EMBALAGEM COM 200 a 250 G. Feito com cereal integral. Deve apresentar coloração clara e sem sinais de umidade. Embalagem resistente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	250	Unidade	2,94	735,00

14	BISCOITO DOCE SABOR LEITE, EMBALAGEM COM 370 A 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal (podendo ser hidrogenada), açúcar invertido, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizantes lecitina de soja, aromatizante. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor adocicado de leite. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	750	Unidade	3,24	2.430,00
----	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----	---------	------	----------

17	BISCOITO DOCE TIPO MARIA, EMBALAGEM COM 370 A 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizantes lecitina de soja, aromatizante. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor adocicado. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	700	Unidade	3,27	2.289,00
21	CAFÉ TRADICIONAL TORRADO E MOÍDO - EMBALAGEM COM 500 G. Produto de 1ª qualidade, grãos torrados e moídos. Embalagem aluminizada à vácuo, com caixa de papelão protetora. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	180	Unidade	8,34	1.501,20

32	CHÁ DE CAMOMILA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	180	Unidade	3,04	547,20
33	CHÁ DE CAPIM CIDREIRA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	200	Unidade	3,04	608,00

34	CHÁ DE ERVA DOCE - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total MÍNIMO de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	200	Unidade	3,04	608,00
35	CHÁ DE HORTELÃ - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	230	Unidade	3,04	699,20

36	CHÁ DE MAÇA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total MÍNIMO de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	140	Unidade	3,04	422,60
37	CHÁ DE MELISSA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	180	Unidade	3,04	547,20

38	CHÁ DE MORANGO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total MÍNIMO de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	130	Unidade	3,04	395,20
39	CHÁ DE PÊSSEGO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total MÍNIMO de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	150	Unidade	3,04	456,00

40	CHOCOLATE EM PÓ - EMBALAGEM COM 500 G. Produto alimentício COM NO MÍNIMO 30% DE CACAU, contendo os ingredientes: cacau em pó solúvel e açúcar. Deve apresentar coloração marrom escura e sabor intenso de chocolate (não deve ser exageradamente adocicado). NÃO DEVE CONTER LEITE OU DERIVADOS DE LEITE ENTRE OS INGREDIENTES. Produto SEM LACTOSE E SEM GLÚTEN. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	450	Unidade	6,78	3.051,00
44	CREME VEGETAL SEM LEITE E SEM SAL - EMBALAGEM COM 500 G. NÃO DEVE APRESENTAR LEITE E DERIVADOS (Leitelho, soro de leite) entre os ingredientes. NÃO DEVE APRESENTAR A INDICAÇÃO: NÃO RECOMENDADA PARA USO CULINÁRIO. Ingredientes: óleos vegetais líquidos, água, vitamina A, estabilizantes, conservadores, acidulante, corantes naturais (urucum e cúrcuma), aromatizante e anti-oxidantes. Os óleos vegetais líquidos devem ser interesterificados e não hidrogenados. Isenta de sinais de ranço. Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	50	Unidade	4,74	237,00

47	EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 340 G. Deve apresentar entre os ingredientes: tomate, açúcar e sal. Sem conservantes, isento de sujidades e fermentação. Embalagem tipo LATA COM TAMPA ABRE FÁCIL, íntegra, sem pontos danificados, sem amassados ou pontos enferrujados. Sem estufamentos, sem vazamentos e sem corrosão interna. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	800	Unidade	1,98	1.584,00
49	FARINHA DE MANDIOCA BRANCA - EMBALAGEM COM 1 KG. Grupo seca, tipo 1, classe fina, 1ª qualidade. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	350	Unidade	3,05	1.067,50

51	FARINHA DE TRIGO TRADICIONAL OU ESPECIAL - EMBALAGEM COM 1 KG. Farinha de trigo tipo 1, enriquecida com ferro e ácido fólico. Deve apresentar coloração branca. Os grânulos devem ser finos e soltos. Após ser submetida ao calor não deve apresentar coloração escurecida. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	100	Unidade	2,68	268,00
52	FARINHA DE TRIGO TRADICIONAL OU ESPECIAL - EMBALAGEM COM 5 KG. Farinha de trigo tipo 1, enriquecida com ferro e ácido fólico. Deve apresentar coloração branca. Os grânulos devem ser finos e soltos. Após ser submetida ao calor não deve apresentar coloração escurecida. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	180	Unidade	12,05	2.169,00

59	FERMENTO BIOLÓGICO SECO PARA PÃO - EMBALAGEM COM 125 G. Instantâneo. Embalagem à vácuo, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de fungos. Com registro no órgão competente.	30	Unidade	3,68	110,40
60	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO PARA BOLO - EMBALAGEM COM 100 G. Ingredientes: amido de milho ou fécula de mandioca, fosfato monocalcico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio. Não deve conter entre os ingredientes ácido fumárico em substituição ao fosfato monocalcico. Embalagem plástica ou em lata, resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de fungos. Com registro no órgão competente.	300	Unidade	1,99	597,00
75	LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO - EMBALAGEM COM 400 G. Devem constar dentre os ingredientes: leite integral, vitaminas A e D e emulsificante lícitina de soja. Não contém glúten. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente (Ministério da Agricultura).	2000	Unidade	9,79	19.580,00

76	LEITE LONGA VIDA INTEGRAL - EMBALAGEM COM 1 LITRO. Deve apresentar coloração branca, consistência líquida (alimento homogeneizado), isento de grumos ou de odor e sabor azedo. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada, tipo Tetra pack ou plástica. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente (Serviço de Inspeção Estadual ou Federal - Ministério da Agricultura).	3800	Unidade	2,44	9.272,00
79	LENTILHA - EMBALAGEM COM 500 G. Tipo 1, classe misturada. Sem matéria terrosa e sujidades (pedras, pregos). Embalagem plástica, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos.	500	Unidade	4,59	2.295,00

83	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE COM OVOS - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico ou farinha de trigo especial enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corante natural. Deve apresentar coloração clara e ficar solto após o cozimento. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	400	Unidade	2,50	1.000,00
85	MACARRÃO TIPO PARAFUSO COM OVOS - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico ou farinha de trigo especial enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corante natural. Deve apresentar coloração clara e ficar solto após o cozimento. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	500	Unidade	2,49	1.245,00

91	PÃO INTEGRAL - UNIDADE DE 50 G. NÃO deve conter LEITE entre os ingredientes da receita (isento de lactose). Pão preparado com farinha de trigo integral, farinha de trigo especial, centeio e sementes ou grãos (linhaça, gergelim, aveia). Deve apresentar massa fresca e macia. Embalagem plástica, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Com registro no órgão competente.	15000	Unidade	0,58	8.700,00
92	PÃO MASSINHA DE LEITE - UNIDADE DE 50 G. Deve apresentar massa fresca e macia, de coloração clara. Embalagem plástica, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Com registro no órgão competente.	20000	Unidade	0,86	17.200,00

94	PÓ PARA PUDIM SABORES DIVERSOS - EMBALAGEM COM 85 GRAMAS. Devem constar entre os ingredientes: amido de milho, açúcar, sal, aroma artificial e corantes. Sabores: BAUNILHA, CHOCOLATE e MORANGO. Após o preparo, deve ser de cor atraente e consistência cremosa, sem grumos ou partes endurecidas. Não deve ser exageradamente doce. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	350	Unidade	1,54	539,00
95	PÓ PARA PUDIM SABOR BAUNILHA - EMBALAGEM COM 1 KG. Devem constar entre os ingredientes: amido de milho, açúcar, sal, aroma artificial e corantes. Após o preparo, deve ser de cor atraente e consistência cremosa, sem grumos ou partes endurecidas. Não deve ser exageradamente doce. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	120	Unidade	6,60	792,00

96	PÓ PARA PUDIM SABOR CHOCOLATE - EMBALAGEM COM 1 KG. Devem constar entre os ingredientes: amido de milho, açúcar, sal, aroma artificial e corantes. Após o preparo, deve ser de cor atraente e consistência cremosa, sem grumos ou partes endurecidas. Não deve ser exageradamente doce. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	120	Unidade	6,60	792,00
97	PÓ PARA PUDIM SABOR MORANGO - EMBALAGEM COM 1 KG. Devem constar entre os ingredientes: amido de milho, açúcar, sal, aroma artificial e corantes. Após o preparo, deve ser de cor atraente e consistência cremosa, sem grumos ou partes endurecidas. Não deve ser exageradamente doce. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	80	Unidade	6,60	528,00
103	VINAGRE DE ÁLCOOL - EMBALAGEM COM 900 ML. Vinagre de simples fermentação acética natural de álcool hidratado, água potável, acidez de 4 a 4,2%, conservante. Líquido transparente. Embalagem plástica, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente.	280	Unidade	1,55	434,00

TOTAL R\$	89.102,90
-----------	-----------

Valor do contrato: R\$ 89.102,90 (oitenta e nove mil cento e dois reais e noventa centavos)

Data da Assinatura: 20/11/2014 - Vigência: 20/11/2015

Moacir Zamboni
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 258/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 258/2014-PMS

Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 102/2014-PMS

Processo nº. 219/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 03.612.312/0004-97, estabelecida na Rua Judite Melo dos Santos, Distrito Industrial, na cidade de São José, CEP: 88.104-765.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
27	CEREAL DE ARROZ - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Para alimentação infantil. Ingredientes: farinha de arroz, açúcar, amido, sais minerais, vitaminas e probióticos. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	40	Unidade	8,99	359,60

28	CEREAL DE ARROZ E AVEIA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Para alimentação infantil. Ingredientes: farinha de arroz, açúcar, farinha de aveia, extrato de malte, sais minerais, vitaminas e probióticos. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	40	Unidade	8,99	359,60
29	CEREAL DE MILHO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Para alimentação infantil. Ingredientes: farinha de milho enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, sais minerais, vitaminas e probióticos. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	40	Unidade	8,99	359,60

63	FÓRMULA INFANTIL COM FERRO PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES - LATA COM 400 G. Dentre os ingredientes: leite de vaca semi-desnatado ou desnatado, óleos vegetais, vitamina C, taurina, sulfato de ferro e zinco, vitamina A, niacina, gluconato de cobre ou sulfato de cobre, pantotenato de cálcio, vitaminas B1 e B6, ácido fólico, iodeto de potássio, vitamina K, vitamina D e biotina. Não contém glúten. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	300	Unidade	6,39	1.917,00
64	FÓRMULA INFANTIL COM FERRO PARA LACTENTES DE 6 A 12 MESES - LATA COM 400 G. Dentre os ingredientes: leite de vaca semi-desnatado ou desnatado, óleos vegetais, vitamina C, taurina, sulfato de ferro e zinco, vitamina A, niacina, gluconato de cobre ou sulfato de cobre, pantotenato de cálcio, vitaminas B1 e B6, ácido fólico, iodeto de potássio, vitamina K, vitamina D e biotina. Não contém glúten. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	300	Unidade	5,99	1.797,00
65	FÓRMULA INFANTIL ANTI-REGURGITAÇÃO PARA LACTENTES DE 0 A 12 MESES - LATA COM 400 G. Ingredientes: leite de vaca desnatado, lactose, amido, óleos vegetais, vitamina C, taurina, sulfato de ferro, sulfato de zinco, vitamina A, vitamina E, gluconato de cobre ou sulfato de cobre, pantotenato de cálcio, vitaminas B1, B2, B6 e B12, ácido fólico, iodeto de potássio, vitamina K, vitamina D e biotina. Não contém glúten. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	20	Unidade	11,90	238,00
66	FÓRMULA INFANTIL SEM LACTOSE PARA LACTENTES - LATA COM 400 G. Fórmula adequada para lactentes com intolerância à lactose. Deve conter entre os ingredientes: óleos vegetais, lecitina de soja, sais minerais (dentre eles cloreto de magnésio, sulfato ferroso, sulfato de zinco, sulfato de cobre, ácido fólico iodeto de potássio) e vitaminas (dentre elas vitaminas A, D, E, K, B1, B2, B6, B12). NÃO CONTÉM GLÚTEN E LACTOSE. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	20	Unidade	19,22	384,40

67	FÓRMULA INFANTIL À BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES - LATA COM 400 G. Fórmula adequada para lactentes com intolerância à lactose ou em situações nas quais foi indicado retirar o leite de vaca da dieta. Deve conter entre os ingredientes: proteína isolada de soja, xarope de glicose, sais minerais e vitaminas. NÃO CONTÉM GLÚTEN. ISENTA DE SACAROSE, LACTOSE E PROTEÍNAS LÁCTEAS. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	30	Unidade	17,79	533,70
68	FÓRMULA INFANTIL À BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA PARA LACTENTES DE 6 A 12 MESES - LATA COM 400 G. Fórmula adequada para lactentes com intolerância à lactose ou em situações nas quais foi indicado retirar o leite de vaca da dieta. Deve conter entre os ingredientes: proteína isolada de soja, xarope de glicose, sais minerais e vitaminas. NÃO CONTÉM GLÚTEN. ISENTA DE SACAROSE, LACTOSE E PROTEÍNAS LÁCTEAS. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	30	Unidade	17,79	533,70
TOTAL R\$					6.482,60

Valor do contrato: R\$ 6.482,60 (seis mil quatrocentos e oitenta e dois reais e sessenta centavos)

Data da Assinatura: 20/11/2014 - Vigência: 20/11/2015

Moacir Zamboni
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 259/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 259/2014-PMS

Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 102/2014-PMS

Processo nº. 219/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: SUPERMERCADO FRONTAL LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 81.815.219/0001-40, estabelecida na Avenida Prefeito Waldemir Grubba, nº 3051, Vila Lalau, na cidade de Jaragua do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89256-500.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
04	ADOÇANTE DIETÉTICO NATURAL EM SACHÊ - EMBALAGEM COM 50 G (CONTENDO 50 SACHÊS COM 1 G CADA). Ingredientes: lactose, edulcorante natural, glicosídeos de estero e antiumectante. NÃO DEVE APRESENTAR ENTRE OS INGREDIENTES: EDULCORANTES ARTIFICIAIS (CICLAMATO DE SÓDIO, SACARINA, ASPARTAME E ACESSULFAME-K). Embalagem limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	10	Unidade	8,75	87,50

05	AMIDO DE MILHO - EMBALAGEM COM 200 G. Próprio para alimentos. Produto amiláceo extraído do milho. Sob a forma de pó apresenta a coloração branca. Embalagem limpa e não violada, plástica ou caixa de papel espesso envolvendo uma embalagem plástica interna. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	200	Unidade	2,23	446,00
06	ARROZ BRANCO - EMBALAGEM COM 5 KG. Tipo 1, subgrupo polido, classe longo, fino. Deve apresentar coloração branca, grãos íntegros e soltos após o cozimento. Embalagem plástica resistente, transparente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	60	Unidade	12,00	720,00

07	ARROZ INTEGRAL - EMBALAGEM COM 1 KG. Tipo 1, classe longo fino, integral. Embalagem plástica resistente, transparente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	250	Unidade	2,75	687,50
09	ARROZ PARBOILIZADO - EMBALAGEM COM 5 KG. Tipo 1, classe longo fino, subgrupo parboilizado polido. Deve apresentar coloração amarelada, grãos íntegros e soltos após o cozimento. Embalagem plástica resistente, transparente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	450	Unidade	11,95	5.377,50

11	BEBIDA DE SOJA SEM SABOR - EMBALAGEM COM 1 LITRO. Ingredientes: extrato de soja, água, açúcar, sal, óleo vegetal de soja, aromatizante, estabilizante, vitamina A, vitamina D, e emulsificante. NÃO CONTÉM LACTOSE E NÃO CONTÉM GLÚTEN. Isento de grumos ou de odor e sabor azedo. Embalagem íntegra, tipo Tetra-Pak, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	150	Unidade	5,45	817,50
12	BEBIDA DE SOJA SABOR PÊSSEGO - EMBALAGEM COM 1 LITRO. Ingredientes: suco concentrado de pêssago, extrato de soja, água, açúcar, sal, óleo vegetal de soja, aromatizante, acidulante, ácido cítrico, estabilizante, vitamina A, vitamina D, e emulsificante. NÃO CONTÉM LACTOSE E NÃO CONTÉM GLÚTEN. Isento de grumos ou de odor e sabor azedo. Embalagem íntegra, tipo Tetra-Pak, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	150	Unidade	4,60	690,00

13	BISCOITO DE ARARUTA, SEM GLÚTEN - EMBALAGEM DE ATÉ 1 KG. Embalagem resistente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	150	Unidade	14,95	2.242,50
15	BISCOITO DOCE SABOR MAISENA, SEM LACTOSE - EMBALAGEM COM 370 A 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizantes, lecitina de soja, aromatizante e anti-oxidante. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor adocicado de maisena. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	400	Unidade	3,60	1.440,00

16	BISCOITO DOCE SEM GLÚTEN - EMBALAGEM COM 200 G. PRODUTO SEM GLÚTEN. Ingredientes: farinha de arroz e/ou amido de milho, açúcar, ovos, coco ralado, margarina, sal, aromatizante e bicarbonato de amônia. Deve apresentar consistência crocante e sabor moderadamente doce. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	70	Unidade	6,48	453,60
----	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----	---------	------	--------

18	BISCOITO SALGADO CRACKER COM GERGELIM, EMBALAGEM COM 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal hidrogenada, gergelim, açúcar invertido, sal, extrato de malte, emulsificante lecitina desoja, fermento químico bicarbonato de sódio, melhoradores de farinha. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor moderadamente salgado. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	800	Unidade	3,95	3.160,00
----	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----	---------	------	----------

19	BISCOITO SALGADO ÁGUA E SAL (SEM LACTOSE) - EMBALAGEM COM 370 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal hidrogenada, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizante (lecitina de soja), amido. NÃO DEVE APRESENTAR ENTRE OS INGREDIENTES: leite ou soro de leite, além de acidulante ácido láctico e emulsificante esteroil-2-lactil lactato de sódio. Biscoito de primeira linha, de espessura fina e consistência crocante e sabor moderadamente salgado. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	650	Unidade	3,23	2.099,50
20	CACAU EM PÓ - EMBALAGEM COM 200 G. Produto alimentício contendo APENAS CACAU EM PÓ SOLÚVEL. Sem adição de açúcar, amido, leite e derivados de leite. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	250	Unidade	6,97	1.742,50
22	CALDO PARA TEMPERO SABOR CARNE - EMBALAGEM COM 57 G. Ingredientes: sal, gordura vegetal, amido, açúcar, alho, cebola, extrato de carne (carne bovina), salsa, louro, pimenta vermelha, gengibre, cúrcuma, corantes e aromatizantes. Embalagem contendo 6 cubos. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente.	360	Unidade	1,25	450,00
23	CALDO PARA TEMPERO SABOR GALINHA - EMBALAGEM COM 57 G. Ingredientes: sal, gordura vegetal, amido, açúcar, carne de galinha, cúrcuma, cebola, alho, salsa, pimenta-do-reino branca, corantes e aromatizantes. Embalagem contendo 6 cubos. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente.	420	Unidade	1,22	512,40
24	CALDO PARA TEMPERO SABOR LEGUMES - EMBALAGEM COM 57 G. Ingredientes: sal, gordura vegetal, amido, açúcar, cebola, espinafre, alho, cenoura, cúrcuma, alho poró, salsa, repolho, tomate, pimentão vermelho, aipo, abóbora, pimenta do reino branca, corantes e aromatizantes. Embalagem contendo 6 cubos. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente.	300	Unidade	1,25	375,00

25	CANELA EM PÓ - EMBALAGEM COM 30G. Produto alimentício em pó. Deve apresentar coloração morrom e odor característico de canela. Frasco plástico íntegro, limpo e não violado. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	100	Unidade	1,70	170,00
26	CANELA EM RAMA - EMBALAGEM COM 10 A 20 G. Produto alimentício em rama. Deve apresentar coloração morrom e odor característico de canela. Frasco plástico íntegro, limpo e não violado. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	60	Unidade	1,88	112,80
30	CEREAL TIPO FLOCOS DE MILHO (SUCRILHO) AÇUCARADO - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: milho, açúcar, sal, extrato de malte, vitaminas e minerais. Contém glúten. Deve apresentar textura crocante. Ausência de umidade. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	300	Unidade	6,80	2.040,00

31	CEREAL TIPO FLOCOS DE MILHO (SUCRILHO) SEM COBERTURA DE AÇÚCAR - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: milho, açúcar, sal, extrato de malte, vitaminas e minerais. Contém glúten. Deve apresentar textura crocante. Ausência de umidade. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	300	Unidade	6,20	1.860,00
41	COCO RALADO DESIDRATADO, NÃO ACRESCIDO DE AÇÚCAR - EMBALAGEM COM 100 G. Contendo entre os ingredientes: polpa de coco e conservador. Deve apresentar coloração branca e consistência firme. Sem sinais de ranço ou amargor. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	300	Unidade	3,05	915,00

42	COLORAU - EMBALAGEM COM 500 G. Colorífico contendo semolina de milho, extrato oleoso de urucum e sal. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	120	Unidade	2,90	348,00
43	CREME DE ARROZ - EMBALAGEM COM 200 G. Ingredientes: amido de arroz, vitaminas e minerais. Não contém glúten. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	50	Unidade	2,80	140,00
45	DOCE DE FRUTA SABOR BANANA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Ingredientes: polpa de banana, açúcar. Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada, com tampa e lacre de proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	280	Unidade	3,30	924,00

46	DOCE DE FRUTA SABOR MORANGO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Ingredientes: polpa de morango, açúcar. Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada, com tampa e lacre de proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	280	Unidade	3,30	924,00
48	FARINHA DE ARROZ - EMBALAGEM COM 1 KG. Resultado da trituração dos grãos de arroz. Farinha fina indicada para o preparo de bolos. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	20	Unidade	3,65	73,00
50	FARINHA DE MILHO (FUBÁ) PARA POLENTA - EMBALAGEM COM 500 G. Farinha média de milho. Enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	1300	Unidade	1,93	2.509,00

53	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL INTEGRAL - EMBALAGEM COM 1 KG. Obtida pela moagem dos grãos inteiros do trigo. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	100	Unidade	4,40	440,00
54	FARINHA DE TRIGO PARA QUIBE - EMBALAGEM COM 500 G. Própria para alimentos. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	30	Unidade	2,95	88,50
55	FARINHA LÁCTEA - EMBALAGEM COM 210 A 230 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, leite em pó integral, vitaminas e minerais, sal e aromatizante. Contém glúten. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	180	Unidade	3,95	711,00

56	FEIJÃO CARIOCA - EMBALAGEM COM 1 KG. Feijão grupo I, comum, classe cores, tipo 1. Sem matéria terrosa e sujidades (pedras, pregos). Embalagem plástica transparente, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente (Ministério da Agricultura).	350	Unidade	3,00	1.050,00
57	FEIJÃO PRETO - EMBALAGEM COM 1 KG. Feijão grupo I, comum, classe preto, tipo 1. Sem matéria terrosa e sujidades (pedras, pregos). Embalagem plástica transparente, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente (Ministério da Agricultura).	700	Unidade	4,40	3.080,00

58	FEIJÃO VERMELHO - EMBALAGEM COM 1 KG. Feijão grupo I, comum, classe cores, tipo 1. Sem matéria terrosa e sujidades (pedras, pregos). Embalagem plástica transparente, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente (Ministério da Agricultura).	300	Unidade	6,45	1.935,00
61	FIBRA DE TRIGO - EMBALAGEM COM 500 G. Fibra de trigo moída. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	50	Unidade	5,25	262,50

62	FLOCOS DE CEREAIS - EMBALAGEM COM 210 A 240 G. Produto alimentício infantil contendo entre os ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, cevada, aveia, açúcar, sais minerais, vitaminas e sal. Pode ser composto por 3 cereais (aveia, cevada e farinha de trigo) ou por 5 cereais (aveia, cevada, farinha de trigo, arroz e milho). Pode conter farinha de trigo integral. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	80	Unidade	3,30	264,00
69	GELATINA EM PÓ SABORES DIVERSOS - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 30 G. Devem constar entre os ingredientes: açúcar, gelatina em pó, aroma artificial e corante artificial. Não deve conter EDULCORANTES entre os ingredientes. Disponibilizar nos sabores: ABACAXI, CEREJA, MORANGO, LIMÃO, PÊSSEGO e UVA. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	200	Unidade	1,00	200,00

70	GELATINA EM PÓ SABOR ABACAXI - EMBALAGEM COM 1 KG. Devem constar entre os ingredientes: açúcar, gelatina em pó, aroma artificial e corante artificial. Não deve conter EDULCORANTES entre os ingredientes. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	80	Unidade	6,90	552,00
71	GELATINA EM PÓ SABOR MORANGO - EMBALAGEM COM 1 KG. Devem constar entre os ingredientes: açúcar, gelatina em pó, aroma artificial e corante artificial. Não deve conter EDULCORANTES entre os ingredientes. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	100	Unidade	6,90	690,00
72	GELATINA EM PÓ SABOR LIMÃO - EMBALAGEM COM 1 KG. Devem constar entre os ingredientes: açúcar, gelatina em pó, aroma artificial e corante artificial. Não deve conter EDULCORANTES entre os ingredientes. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	40	Unidade	6,90	276,00

73	GELATINA EM PÓ SABOR UVA - EMBALAGEM COM 1 KG. Devem constar entre os ingredientes: açúcar, gelatina em pó, aroma artificial e corante artificial. Não deve conter EDULCORANTES entre os ingredientes. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	80	Unidade	6,90	552,00
74	GELATINA EM PÓ DIET SABORES DIVERSOS - EMBALAGEM COM 12 G. Devem constar entre os ingredientes: gelatina em pó, regulador de acidez, edulcorantes artificiais, aromatizantes e corantes. NÃO DEVE CONTER AÇÚCAR entre os ingredientes. Disponibilizar nos sabores: ABACAXI, CEREJA, MORANGO, LIMÃO, PÊSSEGO e UVA. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	30	Unidade	1,20	36,00

77	LEITE INTEGRAL COM BAIXO TEOR DE LACTOSE (MENOS DE 90% DE LACTOSE) - EMBALAGEM COM 1 LITRO. Deve conter entre os ingredientes: leite integral, enzima lactase e estabilizante. Deve apresentar coloração branca, consistência líquida (alimento homogeneizado), isento de grumos ou de odor e sabor azedo. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada, tipo Tetra pack ou plástica. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente (Serviço de Inspeção Estadual ou Federal - Ministério da Agricultura).	300	Unidade	3,88	1.164,00
78	LEITE ZERO LACTOSE, PARA DIETAS COM RESTRIÇÃO DE LACTOSE, SEMIDESNATADO - EMBALAGEM COM 1 LITRO. Deve conter entre os ingredientes: leite semidesnatado, enzima lactase e estabilizante. Deve apresentar coloração branca, consistência líquida (alimento homogeneizado), isento de grumos ou de odor e sabor azedo. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada, tipo Tetra pack ou plástica. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente (Serviço de Inspeção Estadual ou Federal - Ministério da Agricultura).	100	Unidade	4,45	445,00

80	MACARRÃO DE ARROZ COM OVOS TIPO PARAFUSO - EMBALAGEM COM 500 G. Deve conter entre os ingredientes: farinha de arroz, ovos, corantes naturais (cúrcuma e urucum) e emulsificante. SEM GLÚTEN. Deve apresentar coloração clara e ficar solto após o cozimento. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	60	Unidade	3,35	201,00
81	MACARRÃO TIPO ALETRIA COM OVOS - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico ou farinha de trigo especial enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corante natural. Deve apresentar coloração clara e ficar solto após o cozimento. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	400	Unidade	3,40	1.360,00

82	MACARRÃO TIPO CARACOL COM OVOS - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico ou farinha de trigo especial enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corante natural. Deve apresentar coloração clara e ficar solto após o cozimento. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	500	Unidade	2,59	1.295,00
84	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE INTEGRAL - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: sêmola de trigo durum (grano duro integral) e farelo de trigo. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	800	Unidade	3,63	2.904,00

86	MARGARINA SEM SAL - EMBALAGEM COM 500 G. Deve conter entre os ingredientes: óleos vegetais líquidos, água, vitamina A, estabilizantes, conservadores, acidulante, corantes naturais (urucum e cúrcuma), aromatizante e anti-oxidantes. Os óleos vegetais líquidos devem ser interesterificados e não hidrogenados. Não deve apresentar na indicação: não recomendada para uso culinário. Deve apresentar percentual lipídico entre 65 e 85%. Deve apresentar consistência cremosa, coloração amarelada. Isenta de sinais de ranço. Embalagem plástica, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente.	500	Unidade	4,50	2.250,00
87	MELADO DE CANA-DE-AÇÚCAR - EMBALAGEM COM 250 G. Sem adição de corantes artificiais. Embalagem plástica tipo bisnaga, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	300	Unidade	3,80	1.140,00

88	MILHO EM CONSERVA - EMBALAGEM COM PESO DRENADO DE 200 G. Ingredientes: milho, água, sal e/ou açúcar. Embalagem tipo LATA, íntegra, sem pontos danificados, sem amassados ou pontos enferrujados. Sem estufamentos, sem vazamentos e sem corosão interna. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	550	Unidade	1,85	1.017,50
89	ÓLEO DE GIRASSOL - EMBALAGEM COM 900 ML. Óleo de girassol refinado, tipo 1, aspecto oleoso, transparente e cor própria. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	800	Unidade	6,80	5.440,00
90	PÃO DE MEL - EMBALAGEM COM 400 G. Deve conter entre os ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, amido de milho e aroma de mel. SEM COBERTURA DE CHOCOLATE. Embalagem plástica, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	600	Unidade	3,85	2.310,00

93	PÓ PARA PREPARO DE BEBIDA LÁCTEA SABOR MORANGO - EMBALAGEM COM 400 G. Produto alimentício em pó PARA SER ADICIONADO NO LEITE OU DERIVADO. Deve apresentar entre os ingredientes: açúcar, maltodextrina, aromatizante e corante. Pode conter leite em pó ou soro de leite. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	300	Unidade	5,70	1.710,00
98	POLVILHO AZEDO - EMBALAGEM PLÁSTICA COM 500 G. Extraída da mandioca. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	200	Unidade	3,20	640,00
99	PROTEÍNA TEXTURIZADA DE SOJA NATURAL MÉDIA - EMBALAGEM COM 500 G. Granulada, contendo grãos de soja texturizada natural, SEM ADIÇÃO DE SABOR. Própria para alimentos. Embalagem plástica, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Com registro no órgão competente.	100	Unidade	5,28	528,00

100	ROSQUINHA DE POLVILHO - EMBALAGEM COM 100 A 200 G. Devem constar entre os ingredientes: polvilho de mandioca, ovos, sal, óleo vegetal ou gordura vegetal. Embalagem plástica, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Livre de insetos, fungos e sujidades. Com registro no órgão competente.	1000	Unidade	4,19	4.190,00
101	SAGU (SEM SABOR) - EMBALAGEM COM 500 G. Sagu tipo 1, classe pérola, derivado de raízes de mandioca. Embalagem plástica, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	120	Unidade	3,80	456,00
102	SAL REFINADO IODADO - EMBALAGEM COM 1 KG. Ingredientes: sal refinado (cloreto de sódio), iodato de potássio e anti-umectante. Embalagem plástica, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente.	400	Unidade	1,45	580,00

104	ALMÔNDEGA DE CARNE BOVINA - EMBALAGEM COM 1 KG. Ingredientes: carne bovina, água, especiarias, proteína texturizada de soja, farinha de rosca, sal refinado, tripolifosfato de sódio (estabilizante), corante caramelo (corante), eritorbato de sódio (antioxidante). Contém Glúten. Peso médio entre 15 e 25 g por unidade. Deverá estar congelada em embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente. A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	800	Quilo	7,79	6.232,00
105	CALDO DE PEIXE TILÁPIA CONGELADO - EMBALAGEM COM 1 KG. Ingredientes: carne de peixe (tilápia), água, sal, cebola, tomate, batata, extrato de tomate, óleo de soja, tempero verde e condimentos. Deve ser CONGELADO e TRITURADO. Não deve conter espinhas nem partes rígidas. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente. A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	2000	Quilo	14,90	29.800,00

106	CAÇÃO (TIPO ANJO) EM POSTA CONGELADA - EMBALAGEM COM 1 KG. Carne branca, sem espinhos. Coloração e odor característicos. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	700	Quilo	16,70	11.690,00
107	CARNE BOVINA MOÍDA CONGELADA DE 1ª QUALIDADE - EMBALAGEM COM 1 KG. Tipo POSTA VERMELHA ou COXÃO MOLE. Congelada, isenta de gorduras, ossos, cartilagens, nervos, peles, couros, demais aparas ou pêlos. Coloração vermelha intensa e odor característico de carne fresca (agradável). Livre de excessivos pontos brancos, indicativos de elevada quantidade de gordura. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	1500	Quilo	17,80	26.700,00

108	CARNE SUÍNA PALETA CONGELADA DE 1ª QUALIDADE - EMBALAGEM COM 1 KG. Tipo paleta, cortada em cubos, congelada, isenta de gorduras, ossos, cartilagens, nervos, peles, couros, demais aparas ou pêlos. Coloração rosada e odor característico de carne fresca (agradável). Livre de elevada quantidade de gordura. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	900	Quilo	16,00	14.400,00
-----	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----	-------	-------	-----------

109	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO CONGELADA DE 1ª QUALIDADE - EMBALAGEM COM 1 KG. SEM TEMPERO. Não deve apresentar outros cortes além da coxa e sobrecoxa. Congelada, compacta e conservada em equipamento adequado. Não deve estar amolecida, nem pegajosa, nem apresentar manchas esverdeadas. Coloração característica (rosada). Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência/ produto, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/ transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	1300	Quilo	5,85	7.605,00
-----	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------	-------	------	----------

110	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO SEM OSSO CONGELADA DE 1ª QUALIDADE - EMBALAGEM COM 1 KG. SEM TEMPERO. Não deve apresentar outros cortes além da coxa e sobrecoxa. Congelada, compacta e conservada em equipamento adequado. Não deve estar amolecida, nem pegajosa, nem apresentar manchas esverdeadas. Coloração característica (rosada). Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência/ produto, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/ transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	300	Quilo	8,50	2.550,00
111	FÍGADO DE FRANGO DE 1ª QUALIDADE CONGELADO - EMBALAGEM COM 1 KG. Congelado, conservado em equipamento adequado. Não deve estar amolecido, nem pegajoso, nem apresentar manchas esverdeadas. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência/ produto, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/ transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	80	Quilo	4,80	384,00

112	IOGURTE COM POLPA DE FRUTAS, PARCIALMENTE DESNATADO - EMBALAGEM COM 1 LITRO. Produto alimentício derivado do leite. Possui polpa de frutas e açúcar entre os ingredientes. Sabores variados (morango, côco, pêssego e abacaxi). Não deve ser substituído por bebida láctea. Deve apresentar consistência líquida/cremosa. Isento de pontos escuros e odor ou sabor azedo. Embalagem plástica, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente. A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	5200	Unidade	3,70	19.240,00
-----	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------	---------	------	-----------

113	IOGURTE DE SOJA SABOR FRUTAS - BANDEJA COM 400 G. Alimento com soja sabor iogurte - frutas. Ingredientes: água, açúcar, pedaços de frutas, extrato de soja, amido, fosfato tricálcico, fermentos, aromatizantes, corante natural e conservante. NÃO CONTÉM LACTOSE e não contém glúten. Deve apresentar consistência líquida/cremosa. Isento de pontos escuros e de odor ou sabor azedo. Embalado em bandeja plástica contendo 4 unidades de 100 g cada (peso total da bandeja de 400 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente. A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	200	Unidade	5,98	1.196,00
-----	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----	---------	------	----------

114	<p>PALETA BOVINA CONGELADA CUBOS MÉDIOS DE 1ª QUALIDADE - EMBALAGEM COM 1 KG.</p> <p>Tipo paleta, congelada, isenta de gorduras, ossos, cartilagens, nervos, peles, couros, demais aparas ou pêlos. Coloração vermelha intensa e odor característico de carne fresca (agradável). Livre de quantidade elevada de gordura. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/ transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.</p>	1100	Quilo	16,60	18.260,00
115	<p>PEITO DE FRANGO FILÉ TIPO SASSAMI CONGELADO DE 1ª QUALIDADE - EMBALAGEM COM 1 KG. Isenta de gorduras, cartilagens e ossos. Congelada, compacta e conservada em equipamento adequado. Não deve estar amolecida, nem pegajosa, nem apresentar manchas esverdeadas. Coloração característica (rosada). Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência/produto, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/ transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.</p>	1300	Quilo	8,90	11.570,00
116	<p>QUEIJO MUSSARELA FATIADO - EMBALAGEM COM 300 G. Produto alimentício derivado do leite. Espessura fina, de 1ª qualidade. Deve apresentar coloração amarelo claro, sabor e odor característicos de queijo fresco. Pacotes lacrados, provenientes das indústrias de laticínios. O queijo não deve ser fatiado e subdividido no estabelecimento comercial do fornecedor. Embalagem plástica íntegra, transparente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/ transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.</p>	1000	Unidade	7,00	7.000,00
118	<p>ABACAXI TIPO PÉROLA - PEÇA. Fruta de cor característica (casca amarela e coroa verde). Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Peso aproximado por unidade/peça = 1 a 1,5 kg. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.</p>	2100	Unidade	2,95	6.195,00
120	<p>AGRIÃO (TIPO D'ÁGUA) - MAÇO. Vegetal verde escuro, isento de doenças e folhas murchas. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.</p>	100	Unidade	1,95	195,00

121	AIPIIM CRU DESCASCADO, CONGELADO - KG. Isento de doenças. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	300	Quilo	2,25	675,00
122	ALFACE TIPO CRESPI - PEÇA. Verde, consistência firme e sem pontos de apodrecimento. Produto fresco e com grau de maturação intermediário. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	400	Unidade	1,40	560,00
123	ALHO INTEIRO - KG. Produto in natura com cabeças íntegras. Livre de doenças, brotos e partes amolecidas. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	80	Quilo	11,90	952,00
124	BANANA CATURRA - KG. Grau de maturação intermediário, bem desenvolvida, coloração característica (amarela), consistência firme e sem pontos de apodrecimento. Livre de insetos, fungos, sujidades e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	1500	Quilo	1,00	1.500,00
126	BATATA INGLESA SUJA - KG. Tamanho uniforme, sem doenças, danos físicos ou estágio avançado de maturação. Ausência de brotos e partes moles ou unidades estragadas. Deve estar em boas condições de apresentação, livre de insetos e fungos. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	6000	Quilo	1,50	9.000,00

128	BRÓCOLIS - PEÇA. Produto fresco, cor verde, consistência firme sem pontos de apodrecimento, em perfeita maturação e conservação. Tamanho médio a grande. Livre de insetos, fungos e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	600	Unidade	2,50	1.500,00
131	CEBOLINHA TIPO TEMPERO - MAÇO. Tempero verde, isento de insetos, em perfeita maturação e conservação. Peso mínimo de 300 g por maço. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	250	Unidade	1,65	412,50
134	COUVE-FLOR - PEÇA. Produto fresco, consistência firme sem pontos de apodrecimento (escuras), em perfeita maturação e conservação, cor branca. Tamanho médio a grande. Livre de insetos, fungos e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	800	Unidade	2,20	1.760,00
136	ESPINAFRE - MAÇO. Vegetal verde escuro, isento de doenças e folhas murchas. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	200	Unidade	2,40	480,00

137	LARANJA LIMA - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	400	Quilo	1,80	720,00
138	LARANJA PÊRA - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	4500	Quilo	1,25	5.625,00
139	LIMÃO TAITI - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	200	Quilo	2,95	590,00

140	MAÇÃ TIPO ARGENTINA - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Cor característica (vermelha). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	600	Quilo	4,80	2.880,00
144	MELANCIA - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles ou muito amadurecidas. Isenta de doenças. Em perfeito estado de maturação. Cor característica (casca verde e miolo vermelho). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	4500	Quilo	1,00	4.500,00
146	MORANGA (ABÓBORA) - KG. Vegetal com cor característica (alaranjada). Superfície lisa, sem partes moles. Isenta de doenças, partes moles ou enrugadas. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	200	Quilo	1,30	260,00

147	OVO DE GALINHA TIPO GRANDE VERMELHO - DÚZIA. Ovos selecionados, com cascas limpas, sem trincas ou rachaduras. Devem estar isentos de fezes animais. Embalagem própria para o acondicionamento de ovos (caixa para dúzia). Peso mínimo de 720 g. Rótulo com indicação do fabricante, tipo de produto, quantidade, data de envase, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Com registro no órgão competente.	800	Unidade	4,00	3.200,00
149	PÊRA TIPO WILLIAMS - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Cor característica (verde claro ou amarelo claro). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	300	Quilo	4,30	1.290,00
152	REPOLHO ROXO - PEÇA. Produto fresco, consistência firme sem pontos de apodrecimento, em perfeita maturação e conservação, cor roxa. Tamanho médio a grande. Livre de insetos, fungos e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	400	Unidade	2,90	1.160,00
153	RÚCULA - MAÇO. Vegetal verde escuro, isento de doenças e folhas murchas. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	200	Unidade	1,90	380,00

154	SALSINHA TIPO TEMPERO - MAÇO. Tempero verde, isento de insetos, em perfeita maturação e conservação. Peso mínimo de 300 g por maço. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	400	Unidade	1,90	760,00
157	VAGEM - KG. De 1ª qualidade, cor característica (verde claro), tamanho uniforme, superfície lisa, isenta de doenças ou podridões. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	300	Quilo	4,75	1.425,00
TOTAL R\$					271.731,30

Valor do contrato: R\$ 271.731,30 (duzentos e setenta e um mil setecentos e trinta e um reais e trinta centavos)

Data da Assinatura: 20/11/2014 - Vigência: 20/11/2015

Moacir Zamboni
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 5.787/2014, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº5.787/2014, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal em exercício de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, e ainda:

Considerando a Lei Federal nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição;

Considerando a Lei Municipal nº1.938/2013, de 21 de maio de 2013, que dispõe sobre o procedimento para acessar as informações públicas, no âmbito do Município de Schroeder, nos termos da Lei federal nº. 15.527/2011.

Considerando que o Município assinou termo de adesão ao Portal de acesso a informação fornecido pela Federação Catarinense de Municípios - FECAM, fornecido gratuitamente aos Municípios associados.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o servidor, Senhor Paulo Roberto Ferreira, Controlador Municipal deste Município como RESPONSÁVEL pelo portal de acesso a informação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 20 de novembro de 2014.
MOACIR ZAMBONI
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

DECRETO Nº 3.155/2014 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3.155/2014 de 13 de novembro de 2014
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 6.090,00 (seis mil e noventa reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.06.181.3014.2.343 - Manutenção Convênio Policia Militar
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0054 - Material de Consumo R\$ 450,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA , ESPORTE E LAZER

05.01 - UNID. DE ESPORTE E LAZER

05.01.27.812.3010.2.330 - Manutenção das Atividades Desportivas
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 5.640,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.06.181.3014.2.343 - Manutenção Convênio Policia Militar
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0054 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 450,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA , ESPORTE E LAZER

05.01 - UNID. DE ESPORTE E LAZER

05.01.27.812.3010.2.330 - Manutenção das Atividades Desportivas
3.3.90.32.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Distribuicao Gratuita R\$. 5.640,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 13 de novembro de 2014.
MOACIR ZAMBONI
Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

ATA REGISTRO DE PREÇOS PRESENCIAL 102/2014-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014

Página: 1/56

Número do Registro de Preços: 74/2014								Data do Registro: 20/11/2014		Válido até: 20/11/2015	
Objeto da Compra:								Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.				
1	AÇÚCAR MASCAVO - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: caldo de cana-de-açúcar Embalagem plástica, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	DA COLONIA	0	5,3400	1				
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	PUXA DA BOA	0	5,3500	2				
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	demerara	0	5,7200	3				
2	AÇÚCAR BRANCO REFINADO ESPECIAL - EMBALAGEM COM 1 KG. Deverá apresentar grânulos extremamente finos e coloração nitidamente branca. Embalagem plástica, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	DA BARRA	0	2,3200	1				
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	ALTO ALEGRE	0	2,3300	2				
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	caravelas	0	2,5000	3				
3	AÇÚCAR BRANCO REFINADO ESPECIAL - EMBALAGEM COM 5 KG. Deverá apresentar grânulos extremamente finos e coloração nitidamente branca. Embalagem plástica, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	DA BARRA	0	11,7900	1				
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	ALTO ALEGRE	0	11,8000	2				
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	caravelas	0	12,5000	3				

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014

Página: 2/56

Número do Registro de Preços: 74/2014			Data do Registro: 20/11/2014		Válido até: 20/11/2015		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
4	ADOCANTE DIETÉTICO NATURAL EM SACHÊ - EMBALAGEM COM 50 G (CONTENDO 50 SACHÊS COM 1 G CADA). Ingredientes: lactose, edulcorante natural, glicosídeos de esteryl e antiúmectante. NÃO DEVE APRESENTAR ENTRE OS INGREDIENTES: EDULCORANTES ARTIFICIAIS (CICLAMATO DE SÓDIO, SACARINA, ASPARTAME E ACESULFAME-K). Embalagem limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	STEVITTA	0	8,7500	1
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	zero cal	0	8,9800	2
			MANA REFEICOES LTDA (12974)	MANA	0	10,3300	3
5	AMIDO DE MILHO - EMBALAGEM COM 200 G. Próprio para alimentos. Produto amilácec extraído do milho. Sob a forma de pó apresenta a coloração branca. Embalagem limpa e não violada, plástica ou caixa de papel espesso envolvendo uma embalagem plástica interna. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	APTI	0	2,2300	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	MAIS CERTA	0	2,2900	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	barra	0	2,4500	3
6	ARROZ BRANCO - EMBALAGEM COM 5 KG. Tipo 1, subgrupo polido, classe longo, fino. Deve apresentar coloração branca, grãos íntegros e soltos após o cozimento. Embalagem plástica resistente, transparente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	BURITI	0	12,0000	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	FUMACENSE	0	12,0400	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	arro	0	12,8000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014

Página: 3/56

Número do Registro de Preços: 74/2014		Data do Registro: 20/11/2014		Válido até: 20/11/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	ARROZ INTEGRAL - EMBALAGEM COM 1 KG. Tipo 1, classe longo fino, integral. Embalagem plástica resistente, transparente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	URBANO	0	2,7500	1
8	ARROZ PARBOILIZADO - EMBALAGEM COM 1 KG. Tipo 1, classe longo fino, subgrup parboilizado polido. Deve apresentar coloração amarelada, grãos íntegros e soltos após o cozimento. Embalagem plástica resistente, transparente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	FUMACENSE	0	2,7900	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	tio João	0	2,9900	3
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	DA VÓ	0	2,7300	1
9	ARROZ PARBOILIZADO - EMBALAGEM COM 5 KG. Tipo 1, classe longo fino, subgrup parboilizado polido. Deve apresentar coloração amarelada, grãos íntegros e soltos após o cozimento. Embalagem plástica resistente, transparente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	ITA/JARA	0	2,7400	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	catarião	0	2,9500	3
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	ITA/JARA	0	11,9500	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	DA VÓ	0	11,9600	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	catarião	0	12,9800	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014

Página: 4/56

Número do Registro de Preços: 74/2014			Data do Registro: 20/11/2014		Válido até: 20/11/2015		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
10	AVEIA EM FLOCOS FINOS - EMBALAGEM COM 200 a 250 G. Feito com cereal integral Deve apresentar coloração clara e sem sinais de umidade. Embalagem resistente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	APTI	0	2,9400	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	APTI	0	2,9500	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	nestle	0	3,1800	3
11	BEBIDA DE SOJA SEM SABOR - EMBALAGEM COM 1 LITRO. Ingredientes: extrato de soja, água, açúcar, sal, óleo vegetal de soja, aromatizante, estabilizante, vitamina A, vitamina D, e emulsificante. NÃO CONTEM LACTOSE E NÃO CONTEM GLUTEN. Isento de grumos ou de odor e sabor azedo. Embalagem íntegra, tipo Tetra-Pak, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	PURITY	0	5,4500	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	ADES	0	5,7500	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	ades	0	5,8000	3
12	BEBIDA DE SOJA SABOR PÊSSEGO - EMBALAGEM COM 1 LITRO. Ingredientes: suco concentrado de pêssego, extrato de soja, água, açúcar, sal, óleo vegetal de soja, aromatizante, acidulante, ácido cítrico, estabilizante, vitamina A, vitamina D, e emulsificante. NÃO CONTEM LACTOSE E NÃO CONTEM GLUTEN. Isento de grumos ou de odor e sabor azedo. Embalagem íntegra, tipo Tetra-Pak, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	PURITY	0	4,6000	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	ADES	0	4,9000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014

Página: 5/56

Número do Registro de Preços: 74/2014			Data do Registro: 20/11/2014		Válido até: 20/11/2015		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	ades	0	4,9000	3
13	BISCOITO DE ARARUTA, SEM GLÚTEN - EMBALAGEM DE ATÉ 1 KG. Embalagem resistente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	ARCO IRIS	0	14,9500	1
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	casaredo	0	15,0000	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	CIA DOS CASI	0	15,0000	3
14	BISCOITO DOCE SABOR LEITE, EMBALAGEM COM 370 A 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal (podendo ser hidrogenada), açúcar invertido, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizantes lecitina de soja, aromatizante. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor adocicado de leite. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	MARILAN	0	3,2400	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	PRODASA	0	3,2500	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	casaredo	0	3,5000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014

Página: 6/56

Número do Registro de Preços: 74/2014		Data do Registro: 20/11/2014		Válido até: 20/11/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
15	BISCOITO DOCE SABOR MAISENA, SEM LACTOSE - EMBALAGEM COM 370 A 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizantes lecitina de soja, aromatizante e anti-oxidante. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor adocicado de maiseina. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	NINFA	0	3,6000	1
16	BISCOITO DOCE SEM GLÚTEN - EMBALAGEM COM 200 G. PRODUTO SEM GLÚTEN. Ingredientes: farinha de arroz e/ou amido de milho, açúcar, ovos, coco ralado, margarina, sal, aromatizante e bicarbonato de amônia. Deve apresentar consistência crocante e sabor moderadamente doce. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	JASMINE	0	6,4800	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	MARILAN	0	3,6200	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	casaredo	0	3,8900	3
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	CIA DOS CASI	0	6,5200	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	casaredo	0	6,9000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014

Página: 7/56

Número do Registro de Preços: 74/2014		Data do Registro: 20/11/2014		Válido até: 20/11/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
17	BISCOITO DOCE TIPO MARIA, EMBALAGEM COM 370 A 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizantes lecitina de soja, aromatizante. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor adocicado. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	MARILAN	0	3,2700	1
18	BISCOITO SALGADO CRACKER COM GERGELIM, EMBALAGEM COM 400 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal hidrogenada, gergelim, açúcar invertido, sal, extrato de malte, emulsificante lecitina de soja, fermento químico bicarbonato de sódio, melhoradores de farinha. Biscoito de primeira linha, de espessura fina, consistência crocante e sabor moderadamente salgado. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	PRODASA	0	3,2800	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	casaredo	0	3,5000	3
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	ORQUIDEA	0	3,9500	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	MARILAN	0	3,9900	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	casaredo	0	4,2900	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014

Página: 8/56

Número do Registro de Preços: 74/2014		Data do Registro: 20/11/2014		Válido até: 20/11/2015		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
19	BISCOITO SALGADO ÁGUA E SAL (SEM LACTOSE) - EMBALAGEM COM 370 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal hidrogenada, sal, fermento químico (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio), estabilizante (lecitina de soja), amido. NÃO DEVE APRESENTAR ENTRE OS INGREDIENTES: leite ou soro de leite, além de adjuvante ácido láctico e emulsificante esteroil-2-lactil lactato de sódio. Biscoito de primeira linha, de espessura fina e consistência crocante e sabor moderadamente salgado. Não devem apresentar biscoitos quebradiços no interior da embalagem e nem possuir sabor, odor ou aparência característicos de mofo. Embalagem íntegra, limpa, não violada, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	NINFA	0	3,2300
20	CACAU EM PÓ - EMBALAGEM COM 200 G. Produto alimentício contendo APENAS CACAU EM PÓ SOLÚVEL. Sem adição de açúcar, amido, leite e derivados de leite. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	MARLAN	0	3,2700
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	casaredo	0	3,5000
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	GAROTO	0	6,9700
21	CAFÉ TRADICIONAL TORRADO E MOÍDO - EMBALAGEM COM 500 G. Produto de 1ª qualidade, grãos torrados e moídos. Embalagem aluminizada à vácuo, com caixa de papelão protetora. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	JURERE ECO	0	8,3400
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	apti	0	6,9800
			MANA REFEICOES LTDA (12974)	MANA	0	8,0300
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	OURO	0	8,3500

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014

Página: 9/56

Número do Registro de Preços: 74/2014		Data do Registro: 20/11/2014		Válido até: 20/11/2015			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
22	CALDO PARA TEMPERO SABOR CARNE - EMBALAGEM COM 57 G. Ingredientes: sal, gordura vegetal, amido, açúcar, alho, cebola, extrato de carne (carne bovina), salsa, louro, pimenta vermelha, gengibre, cúrcuma, corantes e aromatizantes. Embalagem contendo 6 cubos. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente.	UN	LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	pele	0	8,9000	3
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	ARISCO	0	1,2500	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	ARISCO	0	1,2900	2
23	CALDO PARA TEMPERO SABOR GALINHA - EMBALAGEM COM 57 G. Ingredientes: sal, gordura vegetal, amido, açúcar, carne de galinha, cúrcuma, cebola, alho, salsa, pimenta-do-reino branca, corantes e aromatizantes. Embalagem contendo 6 cubos. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente.	UN	LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	maggi	0	1,4900	3
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	ARISCO	0	1,2200	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	ARISCO	0	1,2600	2
24	CALDO PARA TEMPERO SABOR LEGUMES - EMBALAGEM COM 57 G. Ingredientes: sal, gordura vegetal, amido, açúcar, cebola, espinafre, alho, cenoura, cúrcuma, alho poró, salsa, repolho, tomate, pimentão vermelho, alho, abóbora, pimenta do reino branca, corantes e aromatizantes. Embalagem contendo 6 cubos. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente.	UN	LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	maggi	0	1,4900	3
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	KNOR	0	1,2500	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	ARISCO	0	1,3000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014

Página: 10/56

Número do Registro de Preços: 74/2014 Data do Registro: 20/11/2014 Válido até: 20/11/2015

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	maggi	0	1,4900	3
25	CANELA EM PÓ - EMBALAGEM COM 30G. Produto alimentício em pó. Deve apresentar coloração marrom e odor característico de canela. Frasco plástico íntegro, limpo e não violado. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	MAKRI	0	1,7000	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	JP	0	1,7400	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	kitano	0	1,9800	3
26	CANELA EM RAMA - EMBALAGEM COM 10 A 20 G. Produto alimentício em rama. Deve apresentar coloração marrom e odor característico de canela. Frasco plástico íntegro, limpo e não violado. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	HORTA E SAB	0	1,8800	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	JP	0	1,9400	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	kitano	0	2,1500	3
27	CEREAL DE ARROZ - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Para alimentação infantil. Ingredientes: farinha de arroz, açúcar, amido, sais minerais, vitaminas e probióticos. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA. (12740)	MILNUTRI - AF	0	8,9900	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	MUCILON	0	9,0000	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	MUCILON	0	10,8800	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014

Página: 11/56

Número do Registro de Preços: 74/2014 Data do Registro: 20/11/2014 Válido até: 20/11/2015									
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
28	CEREAL DE ARROZ E AVEIA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Para alimentação infantil. Ingredientes: farinha de arroz, açúcar, farinha de aveia, extrato de malte, sais minerais, vitaminas e probióticos. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA. (12740)	MILNUTRIARI	0	8.9900	1		
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	MUCILON	0	9.0000	2		
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	MUCILON	0	10.9800	3		
29	CEREAL DE MILHO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Para alimentação infantil. Ingredientes: farinha de milho enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, sais minerais, vitaminas e probióticos. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA. (12740)	MILNUTRI MIL	0	8.9900	1		
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	MUCILON	0	9.0000	2		
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	MUCILON	0	10.9800	3		
30	CEREAL TIPO FLOCOS DE MILHO (SUCRILHO) AÇUCARADO - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: milho, açúcar, sal, extrato de malte, vitaminas e minerais. Contém glúten. Deve apresentar textura crocante. Ausência de umidade. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	GRANOMEL	0	6.8000	1		
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	nestle	0	6.9000	2		
			MANA REFEICOES LTDA (12974)	MANA	0	7.9400	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014

Página: 12/56

Número do Registro de Preços: 74/2014		Data do Registro: 20/11/2014		Válido até: 20/11/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
31	CEREAL TIPO FLOCOS DE MILHO (SUCRILHO) SEM COBERTURA DE AÇÚCAR - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: milho, açúcar, sal, extrato de malte, vitaminas e minerais. Contém glúten. Deve apresentar textura crocante. Ausência de umidade. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	GRANOMEL	0	6,2000	1
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	nestle	0	6,2900	2
			MANA REFEICOES LTDA (12974)	MANA	0	7,2400	3
32	CHÁ DE CAMOMILA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	LEÃO	0	3,0400	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	LEÃO	0	3,0500	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	leão	0	3,2900	3
33	CHÁ DE CAPIM CIDREIRA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	LEÃO	0	3,0400	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	LEÃO	0	3,1300	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	leão	0	3,2900	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014

Página: 13/56

Número do Registro de Preços: 74/2014		Data do Registro: 20/11/2014		Válido até: 20/11/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
34	CHÁ DE ERVA DOCE - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total MÍNIMO de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	LEÃO	0	3,0400	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	LEÃO	0	3,1300	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	leão	0	3,2900	3
35	CHÁ DE HORTELÃ - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	LEÃO	0	3,0400	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	LEÃO	0	3,1300	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	leão	0	3,2900	3
36	CHÁ DE MAÇA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total MÍNIMO de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	LEÃO	0	3,0400	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	LEÃO	0	3,2000	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	leão	0	3,2900	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014**

Página: 14/56

Número do Registro de Preços: 74/2014 Data do Registro: 20/11/2014 Válido até: 20/11/2015**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
37	CHÁ DE MELISSA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	LEÃO	0	3,0400	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	CHINES	0	3,1300	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	leão	0	3,2900	3
38	CHÁ DE MORANGO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total MÍNIMO de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	LEÃO	0	3,0400	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	CHINES	0	3,1300	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	leão	0	3,2900	3
39	CHÁ DE PÉSSEGO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Não deve apresentar entre os ingredientes folhas e talos de ERVA-MATE. Embalagem em caixa de papel espesso, revestida por camada de plástico. Deve conter 10 saquinhos de chá (conteúdo total MÍNIMO de 10 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	LEÃO	0	3,0400	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	CHILENO	0	3,2300	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	leão	0	3,2900	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014

Página: 15/56

Número do Registro de Preços: 74/2014		Data do Registro: 20/11/2014		Válido até: 20/11/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
40	CHOCOLATE EM PÓ - EMBALAGEM COM 500 G. Produto alimentício COM NO MÍNIMO 30% DE CACAU, contendo os ingredientes: cacau em pó solúvel e açúcar. Deve apresentar coloração marrom escura e sabor intenso de chocolate (não deve ser exageradamente adoçado). NÃO DEVE CONTER LEITE OU DERIVADOS DE LEITE ENTRE OS INGREDIENTES. Produto SEM LACTOSE E SEM GLUTEN. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	BRETZKE	0	6,7800	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	BRETZKE	0	6,7900	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	apti	0	6,8500	3
41	COCO RALADO DESIDRATADO, NÃO ACRESCIDO DE AÇÚCAR - EMBALAGEM COM 100 G. Contendo entre os ingredientes: polpa de coco e conservador. Deve apresentar coloração branca e consistência firme. Sem sinais de ranço ou amargor. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	APTI	0	3,0500	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	DO VALE	0	3,1400	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	sococo	0	3,1900	3
42	COLORAU - EMBALAGEM COM 500 G. Colorífico contendo semolina de milho, extrato oleoso de urucum e sal. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	SINHA	0	2,9000	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	JP	0	3,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014

Página: 16/56

Número do Registro de Preços: 74/2014		Data do Registro: 20/11/2014		Válido até: 20/11/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
43	CREME DE ARROZ - EMBALAGEM COM 200 G. Ingredientes: amido de arroz, vitaminas e minerais. Não contém glúten. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	kilano	0	3,2000	3
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	YOKI	0	2,8000	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	YOKI	0	2,9300	2
44	CREME VEGETAL SEM LEITE E SEM SAL - EMBALAGEM COM 500 G. NÃO DEVE APRESENTAR LEITE E DERIVADOS (Leiteiro, soro de leite) entre os ingredientes. NÃO DEVE APRESENTAR A INDICAÇÃO: NÃO RECOMENDADA PARA USO CULINÁRIO. Ingredientes: óleos vegetais líquidos, água, vitamina A, estabilizantes, conservadores, acidulante, corantes naturais (urucum e cúrcuma), aromatizante e anti-oxidantes. Os óleos vegetais líquidos devem ser interesterificados e não hidrogenados. Isenta de sinais de ranço. Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	cremogenma	0	2,9800	3
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	BECEL	0	4,7400	1
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)		0	4,7500	2
45	DOCE DE FRUTA SABOR BANANA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Ingredientes: polpa de banana, açúcar. Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada, com tampa e lacre de proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	MANA REFEICOES LTDA (12974)	MANA	0	5,4600	3
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	NECTAR	0	3,3000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014

Página: 17/56

Número do Registro de Preços: 74/2014		Data do Registro: 20/11/2014		Válido até: 20/11/2015			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
46	DOCE DE FRUTA SABOR MORANGO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Ingredientes: polpa de morango, açúcar. Embalagem plástica íntegra, limpa e não violada, com tampa e laque de proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	LUIZ ALVENSE	0	3.3400	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	oliveira	0	3.5900	3
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	NECTAR	0	3.3000	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	LUIZ ALVENSE	0	3.5400	2
47	EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 340 G. Deve apresentar entre os ingredientes: tomate, açúcar e sal. Sem conservantes, isento de sujidades e fermentação. Embalagem tipo LATA COM TAMPA ABRE FÁCIL, íntegra, sem pontos danificados, sem amassados ou pontos enferrujados. Sem estufamentos, sem vazamentos e sem corrosão interna. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	oliveira	0	3.5900	3
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	ELEFANTE	0	1.9800	1
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	quero	0	1.9900	2
			MANA REFEICOES LTDA (12974)	MANA	0	2.2900	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014

Página: 18/56

Número do Registro de Preços: 74/2014		Data do Registro: 20/11/2014		Válido até: 20/11/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
48	FARINHA DE ARROZ - EMBALAGEM COM 1 KG. Resultado da titulação dos grãos de arroz. Farinha fina indicada para o preparo de bolos. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	URBANO	0	3,6500	1
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	urbano	0	3,8900	2
			MANA REFEICOES LTDA (12974)	MANA	0	4,4700	3
49	FARINHA DE MANDIOCA BRANCA - EMBALAGEM COM 1 KG. Grupo seca, tipo 1, classe fina, 1ª qualidade. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	SUPER 10	0	3,0500	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	MOINHO JAR	0	3,0700	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	ultra10	0	3,2900	3
50	FARINHA DE MILHO (FUBÁ) PARA POLENTA - EMBALAGEM COM 500 G. Farinha média de milho. Enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	SINHA	0	1,9300	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	SINHA	0	1,9900	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	sinha	0	2,1900	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014

Página: 19/56

Número do Registro de Preços: 74/2014			Data do Registro: 20/11/2014		Válido até: 20/11/2015		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
51	FARINHA DE TRIGO TRADICIONAL OU ESPECIAL - EMBALAGEM COM 1 KG. Farinha de trigo tipo 1, enriquecida com ferro e ácido fólico. Deve apresentar coloração branca. Os grânulos devem ser finos e soltos. Após ser submetida ao calor não deve apresentar coloração escura. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	SUDOESTE	0	2,6800	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	NORDESTE	0	2,7000	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	boasorte	0	2,9000	3
52	FARINHA DE TRIGO TRADICIONAL OU ESPECIAL - EMBALAGEM COM 5 KG. Farinha de trigo tipo 1, enriquecida com ferro e ácido fólico. Deve apresentar coloração branca. Os grânulos devem ser finos e soltos. Após ser submetida ao calor não deve apresentar coloração escura. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	SUDOESTE	0	12,0500	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	SUDOESTE	0	12,0600	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	boasorte	0	12,7900	3
53	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL INTEGRAL - EMBALAGEM COM 1 KG. Obida pela moagem dos grãos inteiros do trigo. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	NORDESTE	0	4,4000	1
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	jasmine	0	4,6900	2
			MANA REFEICOES LTDA (12974)	MANA	0	5,3900	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014

Página: 20/56

Número do Registro de Preços: 74/2014		Data do Registro: 20/11/2014		Válido até: 20/11/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
54	FARINHA DE TRIGO PARA QUIBE - EMBALAGEM COM 500 G. Própria para alimentos. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	JUREIA	0	2,9500	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	JOINVILLE	0	3,0800	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	Jureia	0	3,1300	3
55	FARINHA LÁCTEA - EMBALAGEM COM 210 A 230 G. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, leite em pó integral, vitaminas e minerais, sal e aromatizante. Contém glúten. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	NUTRIMENTA	0	3,9500	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	NUTRIMENTA	0	4,0400	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	nestle	0	4,2500	3
56	FEIJÃO CARIOCA - EMBALAGEM COM 1 KG. Feijão grupo I, comum, classe cores, tipo 1. Sem matéria terrosa e sujidades (pedras, pregos). Embalagem plástica transparente, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente (Ministério da Agricultura).	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	RAINHA DO L	0	3,0000	1
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975);	Feijão caloca	0	3,1000	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	JARAGUA	0	4,4400	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014

Página: 21/56

Número do Registro de Preços: 74/2014 Data do Registro: 20/11/2014 Válido até: 20/11/2015						
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	caidão	0	4,9000
57	FEIJÃO PRETO - EMBALAGEM COM 1 KG. Feijão grupo I, comum, classe preto, tipo 1. Sem matéria terrosa e sujidades (pedras, pregos). Embalagem plástica transparente, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente (Ministério da Agricultura).	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	RAINHA DO L	0	4,4000
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	REIDA MESA	0	4,4700
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)	Feijão preto	0	4,4900
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	caidão	0	4,8000
58	FEIJÃO VERMELHO - EMBALAGEM COM 1 KG. Feijão grupo I, comum, classe cores, tipo 1. Sem matéria terrosa e sujidades (pedras, pregos). Embalagem plástica transparente, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente (Ministério da Agricultura).	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	RAINHA DO L	0	6,4500
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975);	Feijão vermelh	0	6,4900
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	JARAGUA	0	6,9500
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	caidão	0	6,9900
59	FERMENTO BIOLÓGICO SECO PARA PÃO - EMBALAGEM COM 125 G. Instantâneo. Embalagem à vácuo, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de fungos. Com registro no órgão competente.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	FERMIX	0	3,6800

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014

Página: 22/56

Número do Registro de Preços: 74/2014 Data do Registro: 20/11/2014 Válido até: 20/11/2015							
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
60	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO PARA BOLO - EMBALAGEM COM 100 G. Ingredientes: amido de milho ou fécula de mandioca, fosfato monocalcico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio. Não deve conter entre os ingredientes ácido fumárico em substituição ao fosfato monocalcico. Embalagem plástica ou em lata, resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	NORDESTE	0	3,6900	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	flaishamann	0	3,8500	3
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	APTI	0	1,9900	1
61	FIBRA DE TRIGO - EMBALAGEM COM 500 G. Fibra de trigo moída. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	APTI	0	2,0000	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	royal	0	2,1500	3
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	GRANOMEL	0	5,2500	1
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)		0	5,5000	2
			MANA REFEICOES LTDA (12974)	MANA	0	6,3300	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014

Página: 23/56

Número do Registro de Preços: 74/2014		Data do Registro: 20/11/2014		Válido até: 20/11/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
62	FLOCOS DE CEREAIS - EMBALAGEM COM 210 A 240 G. Produto alimentício infantil contendo entre os ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, cevada, aveia, açúcar, sais minerais, vitaminas e sal. Pode ser composto por 3 cereais (aveia, cevada e farinha de trigo) ou por 5 cereais (aveia, cevada, farinha de trigo, arroz e milho). Pode conter farinha de trigo integral. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	NUTRIMENTA	0	3.3000	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	NUTRIMENTA	0	3.3400	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	nestle	0	3.5000	3
63	FÓRMULA INFANTIL COM FERRO PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES - LATA COM 400 G. Dentre os ingredientes: leite de vaca semi-desnatado ou desnatado, óleos vegetais, vitamina C, taurina, sulfato de ferro e zinco, vitamina A, niacina, gluconato de cobre ou sulfato de cobre, pantotenato de cálcio, vitaminas B1 e B6, ácido fólico, iodeto de potássio, vitamina K, vitamina D e biotina. Não contém glúten. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA. (12740)	MILUPA 1	0	6.3900	1
			MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (12741)	NESTOGENO	0	6.4000	2
			BRUTHAN COMERCIAL LTDA. (12938)	Enfamil Premit	0	13.9100	3
64	FÓRMULA INFANTIL COM FERRO PARA LACTENTES DE 6 A 12 MESES - LATA COM 400 G. Dentre os ingredientes: leite de vaca semi-desnatado ou desnatado, óleos vegetais, vitamina C, taurina, sulfato de ferro e zinco, vitamina A, niacina, gluconato de cobre ou sulfato de cobre, pantotenato de cálcio, vitaminas B1 e B6, ácido fólico, iodeto de potássio, vitamina K, vitamina D e biotina. Não contém glúten. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA. (12740)	MILUPA 2	0	5.9900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014

Página: 24/56

Número do Registro de Preços: 74/2014		Data do Registro: 20/11/2014		Válido até: 20/11/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
65	FÓRMULA INFANTIL ANTI-REGURGITACÃODE PARA LACTENTES DE 0 A 12 MESES - LATA COM 400 G. Ingredientes: leite de vaca desnatado, lactose, amido, óleos vegetais, vitamina C, taurina, sulfato de ferro, sulfato de zinco, vitamina A, vitamina E, gluconato de cobre ou sulfato de cobre, pantotenato de cálcio, vitaminas B1, B2, B6 e B12, ácido fólico, iodo de potássio, vitamina K, vitamina D e biotina. Não contém glúten. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (12741)	NESTOGENO	0	6,0000	2
			BRUTHAN COMERCIAL LTDA. (12938)	Enfamil Premit	0	13,2000	3
			NUTRIPORT COMERCIAL LTDA. (12740)	APTAMIL AR	0	11,9000	1
			MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (12741)	NAN ARNEST	0	11,9100	2
66	FÓRMULA INFANTIL SEM LACTOSE PARA LACTENTES - LATA COM 400 G. Fórmula adequada para lactentes com intolerância à lactose. Deve conter entre os ingredientes: óleos vegetais, lecitina de soja, sais minerais (dentre eles cloreto de magnésio, sulfato ferroso, sulfato de zinco, sulfato de cobre, ácido fólico iodo de potássio) e vitaminas (dentre elas vitaminas A, D, E, K, B1, B2, B6, B12). NÃO CONTEM GLÚTEN E LACTOSE. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	BRUTHAN COMERCIAL LTDA. (12938)	Enfamil AR Prt	0	16,7200	3
			NUTRIPORT COMERCIAL LTDA. (12740)	APTAMIL SEM	0	19,2200	1
			MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (12741)	NAN S'NEST	0	19,2300	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	APTAMIL S/ L/	0	33,8500	3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados a alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
67	FÓRMULA INFANTIL À BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES - LATA COM 400 G. Fórmula adequada para lactentes com intolerância à lactose ou em situações nas quais foi indicado retirar o leite de vaca da dieta. Deve conter entre os ingredientes: proteína isolada de soja, xarope de glicose, sais minerais e vitaminas. NÃO CONTEM GLÚTEN, ISENTA DE SACAROSE, LACTOSE E PROTEÍNAS LACTEAS. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA. (12740)	APTAMIL SOJ.	0	17,7900	1
68	FÓRMULA INFANTIL À BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA PARA LACTENTES DE 6 A 12 MESES - LATA COM 400 G. Fórmula adequada para lactentes com intolerância à lactose ou em situações nas quais foi indicado retirar o leite de vaca da dieta. Deve conter entre os ingredientes: proteína isolada de soja, xarope de glicose, sais minerais e vitaminas. NÃO CONTEM GLÚTEN, ISENTA DE SACAROSE, LACTOSE E PROTEÍNAS LACTEAS. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (12741)	NAN SOY/NEE	0	17,8000	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	APTAMIL SOJ.	0	32,9300	3
			NUTRIPORT COMERCIAL LTDA. (12740)	APTAMIL SOJ.	0	17,7900	1
69	GELATINA EM PÓ SABORES DIVERSOS - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 30 G. Devem constar entre os ingredientes: açúcar, gelatina em pó, aroma artificial e corante artificial. Não deve conter EDULCORANTES entre os ingredientes. Disponibilizar nos sabores: ABACAXI, CEREJA, MORANGO, LIMÃO, PÊSSEGO e UVA. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (12741)	NAN SOY/NEE	0	17,8000	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	APTAMIL SOJ.	0	33,9500	3
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	BRETZKE	0	1,0000	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	APTAMIL SOJ.	0	1,0900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014

Página: 26/56

Número do Registro de Preços: 74/2014			Data do Registro: 20/11/2014		Válido até: 20/11/2015		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
70	GELATINA EM PÓ SABOR ABACAXI - EMBALAGEM COM 1 KG. Devem constar entre os ingredientes: açúcar, gelatina em pó, aroma artificial e corante artificial. Não deve conter EDULCORANTES entre os ingredientes. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	royal	0	1,2900	3
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	APTI	0	6,9000	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	APTI	0	6,9100	2
71	GELATINA EM PÓ SABOR MORANGO - EMBALAGEM COM 1 KG. Devem constar entre os ingredientes: açúcar, gelatina em pó, aroma artificial e corante artificial. Não deve conter EDULCORANTES entre os ingredientes. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	royal	0	7,3000	3
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	APTI	0	6,9000	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	APTI	0	7,2500	2
72	GELATINA EM PÓ SABOR LIMÃO - EMBALAGEM COM 1 KG. Devem constar entre os ingredientes: açúcar, gelatina em pó, aroma artificial e corante artificial. Não deve conter EDULCORANTES entre os ingredientes. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	royal	0	7,3000	3
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	APTI	0	6,9000	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	APTI	0	7,2500	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	royal	0	7,3000	3
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	APTI	0	6,9000	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	APTI	0	7,2500	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	royal	0	7,3000	3
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	APTI	0	6,9000	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	APTI	0	7,2500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014

Página: 27/56

Número do Registro de Preços: 74/2014		Data do Registro: 20/11/2014		Válido até: 20/11/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
73	GELATINA EM PÓ SABOR UVA - EMBALAGEM COM 1 KG. Devem constar entre os ingredientes: açúcar, gelatina em pó, aroma artificial e corante artificial. Não deve conter EDULCORANTES entre os ingredientes. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	APTI	0	6,9000	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	APTI	0	7,2500	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	royal	0	7,3000	3
74	GELATINA EM PÓ DIET SABORES DIVERSOS - EMBALAGEM COM 12 G. Devem constar entre os ingredientes: gelatina em pó, regulador de acidez, edulcorantes artificiais, aromatizantes e corantes. NÃO DEVE CONTER AÇÚCAR entre os ingredientes. Disponibilizar nos sabores: ABACAXI, CEREJA, MORANGO, LIMÃO, PESSEGO e UVA. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	BRETZKE	0	1,2000	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	APTI	0	1,2400	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	royal	0	1,2900	3
75	LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO - EMBALAGEM COM 400 G. Devem constar dentre os ingredientes: leite integral, vitaminas A e D e emulsificante lícitina de soja. Não contém glúten. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente (Ministério da Agricultura).	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	ITAMBÉ	0	9,7900	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	AURORA	0	9,8000	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	ninho	0	9,9000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014

Página: 28/56

Número do Registro de Preços: 74/2014		Data do Registro: 20/11/2014		Válido até: 20/11/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
76	LEITE LONGA VIDA INTEGRAL - EMBALAGEM COM 1 LITRO. Deve apresentar coloração branca, consistência líquida (alimento homogeneizado), isento de grumos ou de odor e sabor azedo. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada, tipo Tetra pack ou plástica. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente (Serviço de Inspeção Estadual ou Federal - Ministério da Agricultura).	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	LANGUIRU	0	2,4400	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	PIRACANJUB,	0	2,4500	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	lider	0	2,8000	3
77	LEITE INTEGRAL COM BAIXO TEOR DE LACTOSE (MENOS DE 90% DE LACTOSE) - EMBALAGEM COM 1 LITRO. Deve conter entre os ingredientes: leite integral, enzima lactase e estabilizante. Deve apresentar coloração branca, consistência líquida (alimento homogeneizado), isento de grumos ou de odor e sabor azedo. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada, tipo Tetra pack ou plástica. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente (Serviço de Inspeção Estadual ou Federal - Ministério da Agricultura).	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	ELEGE	0	3,8800	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	TIROL BAIXA I	0	3,8900	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	bom gosto	0	4,1000	3
78	LEITE ZERO LACTOSE, PARA DIETAS COM RESTRIÇÃO DE LACTOSE, SEMIDENATADO - EMBALAGEM COM 1 LITRO. Deve conter entre os ingredientes: leite semidesnatado, enzima lactase e estabilizante. Deve apresentar coloração branca, consistência líquida (alimento homogeneizado), isento de grumos ou de odor e sabor azedo. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada, tipo Tetra pack ou plástica. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente (Serviço de Inspeção Estadual ou Federal - Ministério da Agricultura).	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	PIRACANJUB,	0	4,4500	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	PREMIER TIRI	0	4,4900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014

Página: 29/56

Número do Registro de Preços: 74/2014			Data do Registro: 20/11/2014		Válido até: 20/11/2015		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	piracanjuba	0	4,8800	3
79	LENTILHA - EMBALAGEM COM 500 G. Tipo 1, classe misturada. Sem materia terrosa e sujidades (pedras, pregos). Embalagem plástica, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	YOKI	0	4,5900	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	PINDUCA	0	4,6000	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	jureia	0	4,8900	3
80	MACARRÃO DE ARROZ COM OVOS TIPO PARAFUSO - EMBALAGEM COM 500 G. Deve conter entre os ingredientes: farinha de arroz, ovos, corantes naturais (cúrcuma e urucum) e emulsificante. SEM GLUTEN. Deve apresentar coloração clara e ficar solto após o cozimento. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	URBANO	0	3,3500	1
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	renata	0	3,5000	2
			MANA REFEICOES LTDA (12974)	MANA	0	4,0300	3
81	MACARRÃO TIPO ALETRIA COM OVOS - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico ou farinha de trigo especial enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corante natural. Deve apresentar coloração clara e ficar solto após o cozimento. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	ORQUIDEA	0	3,4000	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	GERMANI	0	3,4400	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014

Página: 30/56

Número do Registro de Preços: 74/2014			Data do Registro: 20/11/2014		Válido até: 20/11/2015		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
82	MACARRÃO TIPO CARACOL COM OVOS – EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico ou farinha de trigo especial enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corante natural. Deve apresentar coloração clara e ficar solto após o cozimento. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	renata	0	3,6900	3
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	PETYBON	0	2,5900	1
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	renata	0	2,6900	2
83	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE COM OVOS - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico ou farinha de trigo especial enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corante natural. Deve apresentar coloração clara e ficar solto após o cozimento. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	MANA REFEICOES LTDA (12974)	MANA	0	3,0900	3
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	BORTOLINI	0	2,5000	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	OGLIARI	0	2,5200	2
84	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE INTEGRAL - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: sêmola de trigo duro (grano duro integral) e farelo de trigo. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	renata	0	2,6500	3
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	ORQUIDEA	0	3,6300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014

Número do Registro de Preços: 74/2014		Data do Registro: 20/11/2014		Válido até: 20/11/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados a alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
85	MACARRÃO TIPO PARAFUSO COM OVOS - EMBALAGEM COM 500 G. Ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico ou farinha de trigo especial enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corante natural. Deve apresentar coloração clara e ficar solto após o cozimento. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	GALO	0	3,8000	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	renata	0	3,8500	3
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	BORTOLINI	0	2,4900	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	OGLIARI	0	2,5200	2
86	MARGARINA SEM SAL - EMBALAGEM COM 500 G. Deve conter entre os ingredientes: óleos vegetais líquidos, água, vitamina A, estabilizantes, conservadores, acidulante, corantes naturais (urucum e cúrcuma), aromatizante e anti-oxidantes. Os óleos vegetais líquidos devem ser interesterificados e não hidrogenados. Não deve apresentar na indicação: não recomendada para uso culinário. Deve apresentar percentual lipídico entre 65 e 85%. Deve apresentar consistência cremosa, coloração amarelada. Isenta de sinais de ranço. Embalagem plástica, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente.	UN	LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	renata	0	2,6900	3
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	DELICIA	0	4,5000	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	DORIANA	0	4,7000	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	soya	0	4,7200	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014

Página: 32/56

Número do Registro de Preços: 74/2014		Data do Registro: 20/11/2014		Válido até: 20/11/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
87	MELADO DE CANA-DE-ACÚCAR - EMBALAGEM COM 250 G. Sem adição de corantes artificiais. Embalagem plástica tipo biscoito, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	KLABUNDE	0	3,8000	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	LUIZ ALVENSE	0	3,9000	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	superbom	0	3,9900	3
88	MILHO EM CONSERVA - EMBALAGEM COM PESO DRENADO DE 200 G. Ingredientes: milho, água, sal e/ou açúcar. Embalagem tipo LATA, íntegra, sem pontos danificados, sem amassados ou pontos enferrujados. Sem estufamentos, sem vazamentos e sem corrosão interna. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	QUERO	0	1,8500	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	GOIAS VERDE	0	1,8900	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	quero	0	1,9900	3
89	ÓLEO DE GIRASSOL - EMBALAGEM COM 900 ML. Óleo de girassol refinado, tipo 1, aspecto oleoso, transparente e cor própria. Embalagem plástica, resistente, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	SINHA	0	6,8000	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	SINHA	0	6,8400	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	liza	0	6,8900	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014

Página: 33/56

Número do Registro de Preços: 74/2014			Data do Registro: 20/11/2014		Válido até: 20/11/2015		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
90	PÃO DE MEL - EMBALAGEM COM 400 G. Deve conter entre os ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, amido de milho e aroma de mel. SEM COBERTURA DE CHOCOLATE. Embalagem plástica, resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	KRONE	0	3,8500	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	BOLAMEL	0	3,8900	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	panco	0	4,0000	3
91	PÃO INTEGRAL - UNIDADE DE 50 G. NÃO deve conter LEITE entre os ingredientes da receita (isento de lactose). Pão preparado com farinha de trigo integral, farinha de trigo especial, centeio e sementes ou grãos (linhaça, gergelim, aveia). Deve apresentar massa fresca e macia. Embalagem plástica, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Com registro no órgão competente.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	AMORE DIPAN	0	0,5800	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	BELPÃO	0	0,5900	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	lekker	0	0,6000	3
92	PÃO MASSINHA DE LEITE - UNIDADE DE 50 G. Deve apresentar massa fresca e macia, de coloração clara. Embalagem plástica, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Com registro no órgão competente.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	AMORE DI PA	0	0,8600	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	BELPÃO	0	0,8700	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	lekker	0	0,8900	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014

Página: 34/56

Número do Registro de Preços: 74/2014			Data do Registro: 20/11/2014		Válido até: 20/11/2015		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
93	PÓ PARA PREPARO DE BEBIDA LÁCTEA SABOR MORANGO - EMBALAGEM COM 400 G. Produto alimentício em pó PARA SER ADICIONADO NO LEITE OU DERIVADO. Deve apresentar entre os ingredientes: açúcar, maltodextrina, aromatizante e corante. Pode conter leite em pó ou soro de leite. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	MUKY	0	5,7000	1
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	barra	0	6,0000	2
			MANA REFEICOES LTDA (12974)	MANA	0	6,9000	3
94	PÓ PARA PUDIM SABORES DIVERSOS - EMBALAGEM COM 85 GRAMAS. Devem constar entre os ingredientes: amido de milho, açúcar, sal, aroma artificial e corantes. Sabores: BAUNILHA, CHOCOLATE e MORANGO. Após o preparo, deve ser de cor atraente e consistência cremosa, sem grumos ou partes endurecidas. Não deve ser exageradamente doce. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	APTI	0	1,5400	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	BRETZKE	0	1,5500	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	royal	0	1,7800	3
95	PÓ PARA PUDIM SABOR BAUNILHA - EMBALAGEM COM 1 KG. Devem constar entre os ingredientes: amido de milho, açúcar, sal, aroma artificial e corantes. Após o preparo, deve ser de cor atraente e consistência cremosa, sem grumos ou partes endurecidas. Não deve ser exageradamente doce. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	APTI	0	6,6000	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	APTI	0	6,6200	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	royal	0	7,2500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014

Página: 35/56

Número do Registro de Preços: 74/2014		Data do Registro: 20/11/2014		Válido até: 20/11/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
96	PÓ PARA PUDIM SABOR CHOCOLATE - EMBALAGEM COM 1 KG. Devem constar entre os ingredientes: amido de milho, açúcar, sal, aroma artificial e corantes. Após o preparo, deve ser de cor atrante e consistência cremosa, sem grumos ou partes endurecidas. Não deve ser exageradamente doce. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	APTI	0	6,6000	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	APTI	0	6,8800	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	royal	0	7,2500	3
97	PÓ PARA PUDIM SABOR MORANGO - EMBALAGEM COM 1 KG. Devem constar entre os ingredientes: amido de milho, açúcar, sal, aroma artificial e corantes. Após o preparo, deve ser de cor atrante e consistência cremosa, sem grumos ou partes endurecidas. Não deve ser exageradamente doce. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	APTI	0	6,6000	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	APTI	0	6,8800	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	royal	0	7,2500	3
98	POLVILHO AZEDO - EMBALAGEM PLÁSTICA COM 500 G. Extraída da mandioca. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	CORUJA	0	3,2000	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	APTI	0	3,2200	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	jureia	0	3,4000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014

Página: 36/56

Número do Registro de Preços: 74/2014		Data do Registro: 20/11/2014		Válido até: 20/11/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
99	PROTEÍNA TEXTURIZADA DE SOJA NATURAL MÉDIA - EMBALAGEM COM 500 G. Granulada, contendo grãos de soja texturizada natural, SEM ADIÇÃO DE SABOR. Própria para alimentos. Embalagem plástica, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	GRANOMEL	0	5,2800	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	SINHA	0	5,5000	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)		0	5,5500	3
100	ROSQUINHA DE POLVILHO - EMBALAGEM COM 100 A 200 G. Devem constar entre os ingredientes: polvilho de mandioca, ovos, sal, óleo vegetal ou gordura vegetal.Embalagem plástica, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Livre de insetos, fungos e sujidades. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	BIRKITZ	0	4,1900	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	CIA DOS CASI	0	4,2000	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	casaredo	0	4,2500	3
101	SAGU (SEM SABOR) - EMBALAGEM COM 500 G. Sagu tipo 1, classe pérola, derivado de raízes de mandioca. Embalagem plástica, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	PINDUCA	0	3,8000	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	NEVE	0	3,8200	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	apti	0	4,0600	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014

Página: 37/56

Número do Registro de Preços: 74/2014		Data do Registro: 20/11/2014		Válido até: 20/11/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
102	SAL REFINADO IODADO - EMBALAGEM COM 1 KG. Ingredientes: sal refinado (loreto de sódio), iodato de potássio e anti-umectante. Embalagem plástica, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	CRUZEIRO	0	1,4500	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	ZIZO	0	1,4600	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	lebre	0	1,8000	3
103	VINAGRE DE ÁLCOOL - EMBALAGEM COM 900 ML. Vinagre de simples fermentação acética natural de álcool hidratado, água potável, acidez de 4 a 4,2%, conservante. Líquido transparente. Embalagem plástica, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, volume, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	CHEMIM	0	1,5500	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	CHEMIM	0	1,5700	2
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	hoening	0	1,8000	3
104	ALMÔNDEGA DE CARNE BOVINA - EMBALAGEM COM 1 KG. Ingredientes: carne bovina, água, especiarias, proteína texturizada de soja, farinha de rosca, sal refinado, tripolifosfato de sódio (estabilizante), corante caramelo (corante), eritorbato de sódio (antioxidante). Contém Glúten. Peso médio entre 15 e 25 g por unidade. Deverá estar congelada em embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente. A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto a temperatura.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	FRIDEL	0	7,7900	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	KING ALIMENT	0	15,0000	2
			MANA REFEICOES LTDA (12974)	MANA	0	17,2500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014

Página: 38/56

Número do Registro de Preços: 74/2014		Data do Registro: 20/11/2014		Válido até: 20/11/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
105	CALDO DE PEIXE TILÁPIA CONGELADO - EMBALAGEM COM 1 KG. Ingredientes: carne de peixe (tilápia), água, sal, cebola, tomate, batata, extrato de tomate, óleo de soja, tempero verde e condimentos. Deve ser CONGELADO e TRITURADO. Não deve conter espinhas nem partes rígidas. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente. A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	RANCHO BOA	0	14,9000	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	RANCHO BOA	0	15,8900	2
			MANA REFEICOES LTDA (12974)	MANA	0	18,2700	3
106	CAÇÃO (TIPO ANJO) EM POSTA CONGELADO - EMBALAGEM COM 1 KG. Carne branca, sem espinhos. Coloração e odor característicos. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	COPACOL	0	16,7000	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	PEIXE VIVO	0	17,0000	2
			MANA REFEICOES LTDA (12974)	MANA	0	19,5500	3
107	CARNE BOVINA MOIDA CONGELADA DE 1ª QUALIDADE - EMBALAGEM COM 1 KG. Tipo POSTA VERMELHA ou COXÃO MOLE. Congelada, isenta de gorduras, ossos, cartilagens, nervos, peles, couros, demais aparas ou pêlos. Coloração vermelha intensa e odor característico de carne fresca (agradável). Livre de excessivos pontos brancos, indicativos de elevada quantidade de gordura. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	MENESTRINA	0	17,8000	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	MENESTRINA	0	17,9900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014

Página: 39/56

Número do Registro de Preços: 74/2014		Data do Registro: 20/11/2014		Válido até: 20/11/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
108	CARNE SUÍNA PALETA CONGELADA DE 1ª QUALIDADE - EMBALAGEM COM 1 KG. Tipo paleta, cortada em cubos, congelada, isenta de gorduras, ossos, cartilagens, nervos, peles, couros, demais aparas ou pelos. Coloração rosada e odor característico de carne fresca (agradável). Livre de elevada quantidade de gordura. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	KG	MANA REFEICOES LTDA (12974)	MANA	0	20,6900	3
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	TOMELIN	0	16,0000	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	KING ALIMENT	0	16,9800	2
			MANA REFEICOES LTDA (12974)	MANA	0	19,5300	3
109	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO CONGELADA DE 1ª QUALIDADE - EMBALAGEM COM 1 KG. SEM TEMPERO. Não deve apresentar outros cortes além da coxa e sobrecoxa. Congelada, compacta e conservada em equipamento adequado. Não deve estar amolecida, nem pegajosa, nem apresentar manchas esverdeadas. Coloração característica (rosada). Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência/produto, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	AGROVENET	0	5,8500	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	COPACOL	0	6,0000	2
			MANA REFEICOES LTDA (12974)	MANA	0	6,9000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014

Página: 40/56

Número do Registro de Preços: 74/2014		Data do Registro: 20/11/2014		Válido até: 20/11/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
110	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO SEM OSSO CONGELADA DE 1ª QUALIDADE - EMBALAGEM COM 1 KG. SEM TEMPERO. Não deve apresentar outros cortes além da coxa e sobrecoxa. Congelada, compacta e conservada em equipamento adequado. Não deve estar amolecida, nem pegajosa, nem apresentar manchas esverdeadas. Coloração característica (rosada). Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência/produto, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	AGROVENETI	0	8,5000	1
111	FIGADO DE FRANGO DE 1ª QUALIDADE CONGELADO - EMBALAGEM COM 1 KG. Congelado, conservado em equipamento adequado. Não deve estar amolecido, nem pegajoso, nem apresentar manchas esverdeadas. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência/produto, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado) obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.		DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	COPACOL	0	8,6900	2
			MANA REFEICOES LTDA (12974)	MANA	0	9,9900	3
		KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	MORGANA	0	4,8000	1
112	IOGURTE COM POLPA DE FRUTAS, PARCIALMENTE DESNATADO - EMBALAGEM COM 1 LITRO. Produto alimentício derivado do leite. Possui polpa de frutas e açúcar entre os ingredientes. Sabores variados (morango, coco, pêssego e abacaxi). Não deve ser substituído por bebida láctea. Deve apresentar consistência líquida/cremosa. Isento de pontos escuros e odor ou sabor azedo. Embalagem plástica, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente. A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.		DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	COPACOL	0	5,0000	2
			MANA REFEICOES LTDA (12974)	MANA	0	5,7500	3
		UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	FRIMESA	0	3,7000	1
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	lider	0	3,8900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014

Página: 41/56

Número do Registro de Preços: 74/2014		Data do Registro: 20/11/2014		Válido até: 20/11/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
113	IOGURTE DE SOJA SABOR FRUTAS - BANDEJA COM 400 G. Alimento com soja sabor iogurte - frutas. Ingredientes: água, açúcar pedaços de frutas, extrato de soja, amido, fosfato tricálcico, fermentos, aromatizantes, corante natural e conservante. NÃO CONTEM LACTOSE e não contém glúten. Deve apresentar consistência líquida/cremosa. Isento de pontos escuros e de odor ou sabor azedo. Embalado em bandeja plástica contendo 4 unidades de 100 g, cada (peso total da bandeja de 400 g). Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente. A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	LACTOPLASA	0	3,8900	3
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	BATAVO	0	5,9800	1
			LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (11969)	lider	0	5,9900	2
114	PALETA BOVINA CONGELADA CUBOS MÉDIOS DE 1ª QUALIDADE - EMBALAGEM COM 1 KG. Tipo paleta, congelada, isenta de gorduras, ossos, cartilagens, nervos, peles, couros, demais aparas ou pêlos. Coloração vermelha intensa e odor característico de carne fresca (agradável). Livre de quantidade elevada de gordura. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	KG	MANA REFEICOES LTDA (12974)	MANA	0	6,8900	3
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	MENESTRINA	0	16,6000	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	MENESTRINA	0	16,9800	2
			MANA REFEICOES LTDA (12974)	MANA	0	19,5300	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014

Página: 42/56

Número do Registro de Preços: 74/2014		Data do Registro: 20/11/2014		Válido até: 20/11/2015		Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
115	PEITO DE FRANGO FILÉ TIPO SASSAMI CONGELADO DE 1ª QUALIDADE - EMBALAGEM COM 1 KG. Isenta de gorduras, cartilagens e ossos. Congelada, compacta e conservada em equipamento adequado. Não deve estar amolecida, nem pegajosa, nem apresentar manchas esverdeadas. Coloração característica (rosada). Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência/produto, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	AGROVENET	0	8,9000	1	
116	QUEIJO MUSSARELA FATIADO - EMBALAGEM COM 300 G. Produto alimentício derivado do leite. Espessura fina, de 1ª qualidade. Deve apresentar coloração amarelo claro, sabor e odor característicos de queijo fresco. Pacotes lacrados, provenientes das indústrias de laticínios. O queijo não deve ser fatiado e subdividido no estabelecimento comercial do fornecedor. Embalagem plástica íntegra, transparente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura). A entrega/transporte deverá ser realizada com veículo adequado (refrigerado), obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930) MANA REFEICOES LTDA (12974) SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	COPACOL MANA LACTOVALLE	0 0 0	9,0000 10,3500 7,0000	2 3 1	
117	ABACATE - KG. Fruta com cor característica (verde) isenta de doenças. Deve apresentar casca íntegra, sem partes moles. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975) SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	Abacate INATURA	0 0	3,9900 4,0000	1 2	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014

Página: 43/56

Número do Registro de Preços: 74/2014 Data do Registro: 20/11/2014 Válido até: 20/11/2015						
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	IN NATURA	0	6.4400
118	ABACAXI TIPO PÉROLA - PEÇA. Fruta de cor característica (casca amarela e coroa verde). Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Peso aproximado por unidade/peça = 1 a 1,5 kg. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	INATURA	0	2.9500
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)	Abacaxi pérola	0	3.1000
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	IN NATURA	0	3.4400
119	ABOBRINHA VERDE - KG. Frutos firmes, com a casca de cor brilhante, sem partes escuras ou amolecidas. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)	Abobrinha verc	0	1.7000
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	INATURA	0	1.7500
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	IN NATURA	0	1.9400
120	AGRÃO (TIPO D'ÁGUA) - MAÇO. Vegetal verde escuro, isento de doenças e folhas murchas. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	INATURA	0	1.9500
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)	Agrião d'água	0	1.9900
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	IN NATURA	0	2.4400
121	APIM CRU DESCASCADO, CONGELADO - KG. Isento de doenças. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	CATARINENSI	0	2.2500

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014

Página: 44/56

Número do Registro de Preços: 74/2014 Data do Registro: 20/11/2014 Válido até: 20/11/2015									
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
122	ALFACE TIPO CRESPA - PEÇA. Verde, consistência firme e sem pontos de apodrecimento. Produto fresco e com grau de maturação intermediário. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	MANA REFEICOES LTDA (12974)	MANA	0	2,5800	2		
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	DEVATE	0	3,9900	3		
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	INATURA	0	1,4000	1		
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975);	Alface crespa	0	1,4900	2		
123	ALHO INTEIRO - KG. Produto in natura com cabeças integras. Livre de doenças, brotos e partes amolecidas. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	IN NATURA	0	2,0500	3		
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	INATURA	0	11,9000	1		
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975);	Alho in natura	0	12,0000	2		
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	PONTE	0	14,9500	3		
124	BANANA CATURRA - KG. Grau de maturação intermediário, bem desenvolvida, coloração característica (amarela), consistência firme e sem pontos de apodrecimento. Livre de insetos, fungos, sujidades e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	INATURA	0	1,0000	1		
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)	Banana caturrã	0	1,0800	2		
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	IN NATURA	0	2,6000	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014

Página: 45/56

Número do Registro de Preços: 74/2014			Data do Registro: 20/11/2014		Válido até: 20/11/2015		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
125	BATATA DOCE - KG. Tubérculo com boa aparência, sem doenças ou danos físicos. Ausência de brotos ou partes moles, ou unidades estragadas. Não deve apresentar aspect avançado de maturação, nem matéria terrosa. Livre de insetos, fungos e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)	Batata doce	0	1,6000	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	INATURA	0	1,7000	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	IN NATURA	0	2,8500	3
126	BATATA INGLESIA SUJA - KG. Tamanho uniforme, sem doenças, danos físicos ou estágio avançado de maturação. Ausência de brotos e partes moles ou unidades estragadas. Deve estar em boas condições de apresentação, livre de insetos e fungos. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	INATURA	0	1,5000	1
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)	Batata inglesa	0	1,6000	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	IN NATURA	0	3,4900	3
127	BETERRABA - KG. Tubérculo com boa aparência, sem doenças ou danos físicos. Ausência de brotos ou partes moles, ou unidades estragadas. Não deve apresentar aspecto avançado de maturação, nem matéria terrosa. Livre de insetos, fungos e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)	Beterraba	0	1,6000	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	INATURA	0	1,7000	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	IN NATURA	0	2,9400	3
128	BRÓCOLIS - PEÇA. Produto fresco, cor verde, consistência firme sem pontos de apodrecimento, em perfeita maturação e conservação. Tamanho médio a grande. Livre de insetos, fungos e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	INATURA	0	2,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014

Página: 46/56

Número do Registro de Preços: 74/2014		Data do Registro: 20/11/2014		Válido até: 20/11/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
129	CAQUI TIPO FUYU - KG. Fruta de cor característica (casca alaranjada). Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles, isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)	Brócolis	0	2,5900	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	IN NATURA	0	2,9400	3
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975);	Caqui Fuyu	0	2,9900	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	IN NATURA	0	3,0000	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	IN NATURA	0	4,4400	3
130	CEBOLA DE CABEÇA - KG. Branca, classe média, de 1ª qualidade e tamanho uniforme. Superfície lisa, isenta de doenças ou brotos. Sem partes moles, enrugadas ou unidades muito amadurecidas. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975);	Cebola	0	1,5500	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	IN NATURA	0	1,6000	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	IN NATURA	0	3,2400	3
131	CEBOLINHA TIPO TEMPERO - MAÇO. Tempero verde, isento de insetos, em perfeita maturação e conservação. Peso mínimo de 300 g por maço. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	IN NATURA	0	1,6500	1
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)	Cebolinha tem	0	1,6900	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	IN NATURA	0	1,9400	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014

Página: 47/56

Número do Registro de Preços: 74/2014		Data do Registro: 20/11/2014		Válido até: 20/11/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
132	CENOURA - KG. De 1ª qualidade, cor característica (alaranjada), tamanho uniforme, superfície lisa, isenta de doenças ou brotos. Não deve apresentar partes que permaneçam rígidas e secas após a cocção. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)	Cenoura	0	1,5800	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	INATURA	0	1,6000	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	IN NATURA	0	1,9400	3
133	CHUCHU - KG. Deve apresentar boa aparência, aspecto firme e coloração característica (verde). Livre de doenças e danos mecânicos, sem partes moles ou unidades muito amadurecidas. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)	Chuchu	0	1,4900	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	INATURA	0	1,5000	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	IN NATURA	0	2,8600	3
134	COUVE-FLOR - PEÇA. Produto fresco, consistência firme sem pontos de apodrecimento (escuros), em perfeita maturação e conservação, cor branca. Tamanho médio a grande. Livre de insetos, fungos e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	INATURA	0	2,2000	1
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)	Couve-flor pç	0	2,2500	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	IN NATURA	0	2,9400	3
135	COUVE FOLHA - MAÇO. Vegetal verde escuro, isento de doenças e folhas murchas. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)	Couve-flor maç	0	1,3500	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	INATURA	0	1,4000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014

Página: 48/56

Número do Registro de Preços: 74/2014			Data do Registro: 20/11/2014		Válido até: 20/11/2015		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados a alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
136	ESPINAFRE - MAÇO. Vegetal verde escuro, isento de doenças e folhas murchas. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	IN NATURA	0	2,3400	3
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	INATURA	0	2,4000	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	IN NATURA	0	2,4400	2
			MANA REFEICOES LTDA (12974)	MANA	0	2,8600	3
137	LARANJA LIMA - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	INATURA	0	1,8000	1
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975;	Laranja lima	0	1,8500	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	IN NATURA	0	2,2400	3
138	LARANJA PÊRA - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	INATURA	0	1,2500	1
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975;	Laranja pêra	0	1,3000	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	IN NATURA	0	2,4400	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014**

Página: 49/56

Número do Registro de Preços: 74/2014			Data do Registro: 20/11/2014		Válido até: 20/11/2015	
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
139	LIMÃO TAITI - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	INATURA	0	2,9500
140	MAÇÃ TIPO ARGENTINA - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Cor característica (vermelha). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975);	Limão taiti	0	2,9900
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	IN NATURE	0	4,1600
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	INATURA	0	4,8000
141	MAÇÃ TIPO GALA - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Cor característica (vermelha). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)	Maça argentin	0	4,9000
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	IN NATURE	0	5,9400
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975);	Maça gala	0	3,1000
142	MAMÃO TIPO FORMOSA - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Cor característica (alaranjada). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	INATURA	0	3,1500
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	IN NATURE	0	3,8400
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975);	Mamão fornos	0	1,7000

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014

Página: 50/56

Número do Registro de Preços: 74/2014			Data do Registro: 20/11/2014		Válido até: 20/11/2015		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
143	MANGA TIPO TOMI - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles ou muito amadurecidas. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Cor característica (alaranjada). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	INATURA	0	1,7500	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	IN NATURA	0	2,7100	3
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975;	Manga Tomi	0	2,1000	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	INATURA	0	2,2000	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	IN NATURA	0	2,7400	3
144	MELANCIA - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles ou muito amadurecidas. Isenta de doenças. Em perfeito estado de maturação. Cor característica (casca verde e miolo vermelho). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	INATURA	0	1,0000	1
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975;	Melancia	0	1,0500	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	IN NATURA	0	1,8400	3
145	MELÃO TIPO ESPANHOL - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles ou muito amadurecidas. Isenta de doenças. Em perfeito estado de maturação. Cor característica (amarela). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)	Melão Espanhol	0	1,7500	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	INATURA	0	1,8000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014

Página: 51/56

Número do Registro de Preços: 74/2014			Data do Registro: 20/11/2014		Válido até: 20/11/2015		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	IN NATURA	0	2,9400	3
146	MORANGA (ABÓBORA) - KG. Vegetal com cor característica (alaranjada). Superfície lisa, sem partes moles. Isenta de doenças, partes moles ou enrugadas. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	INATURA	0	1,3000	1
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975);	Moranga abóbora	0	1,4000	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	IN NATURA	0	2,9400	3
147	OVO DE GALINHA TIPO GRANDE VERMELHO - DÚZIA. Ovos selecionados, com cascas limpas, sem trincas ou rachaduras. Devem estar isentos de fezes animais. Embalagem própria para o acondicionamento de ovos (caixa para dúzia). Peso mínimo de 720 g. Rótulo com indicação do fabricante, tipo de produto, quantidade, data de envase, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Com registro no órgão competente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	LAR	0	4,0000	1
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)	Ovo vermelho	0	4,2000	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	LINDSAY	0	4,7400	3
148	PEPINO TIPO SALADA - KG. De 1ª qualidade, cor característica (casca verde e miolo branco), tamanho uniforme (de médio a grande), superfície lisa, isenta de doenças ou podridões. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975);	Pepino Salada	0	1,8500	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	INATURA	0	1,9000	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	IN NATURA	0	2,9400	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014

Página: 52/56

Número do Registro de Preços: 74/2014 Data do Registro: 20/11/2014 Válido até: 20/11/2015									
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
149	PÊRA TIPO WILLIAMS - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Cor característica (verde claro ou amarelo claro). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	MANA REFEICOES LTDA (12974)	MANA	0	3,3900	4		
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	INATURA	0	4,3000	1		
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	IN NATURA	0	4,4400	2		
150	PIMENTÃO VERDE - KG. De 1ª qualidade, cor característica (verde), tamanho uniforme, superfície lisa, isenta de doenças ou podridões. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	MANA REFEICOES LTDA (12974)	MANA	0	5,1600	3		
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975;	Pimentão verd	0	3,0000	1		
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	INATURA	0	3,2000	2		
151	REPOLHO BRANCO - PEÇA. Produto fresco, consistência firme sem pontos de apodrecimento, em perfeita maturação e conservação, cor branca. Tamanho médio a grande. Livre de insetos, fungos e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	IN NATURA	0	4,1400	3		
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)	Repolho branco	0	1,2500	1		
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	INATURA	0	1,3000	2		
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	IN NATURA	0	2,8600	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014

Página: 53/56

Número do Registro de Preços: 74/2014		Data do Registro: 20/11/2014		Válido até: 20/11/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
152	REPOLHO ROXO - PEÇA. Produto fresco, consistência firme sem pontos de apodrecimento, em perfeita maturação e conservação, cor roxa. Tamanho médio a grande. Livre de insetos, fungos e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	INATURA	0	2,9000	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	IN NATURA	0	2,9400	2
			MANA REFEICOES LTDA (12974)	MANA	0	3,4400	3
153	RÚCULA - MAÇO. Vegetal verde escuro, isento de doenças e folhas murchas. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	INATURA	0	1,9000	1
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975;	Rucula maço	0	1,9900	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	IN NATURA	0	2,4400	3
154	SALSINHA TIPO TEMPERO - MAÇO. Tempero verde, isento de insetos, em perfeita maturação e conservação. Peso mínimo de 300 g por maço. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	INATURA	0	1,9000	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	IN NATURA	0	1,9400	2
			MANA REFEICOES LTDA (12974)	MANA	0	2,2900	3
155	TANGERINA TIPO POKKAN - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975;	Tangerina Pon	0	1,4500	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	INATURA	0	1,5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014

Página: 54/56

Número do Registro de Preços: 74/2014		Data do Registro: 20/11/2014		Válido até: 20/11/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
156	TOMATE - KG. Fruto com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles ou muito amadurecidas. Isenta de doenças. Em perfeito estado de maturação. Cor característica (avermelhada). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	IN NATURA	0	3,9600	3
			ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946 (12975)	Tomate	0	2,4000	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	INATURA	0	2,4500	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	IN NATURA	0	3,9400	3
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	INATURA	0	4,7500	1
157	VAGEM - KG. De 1ª qualidade, cor característica (verde claro), tamanho uniforme, superfície lisa, isenta de doenças ou podridões. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)	INATURA	0	4,7500	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)	IN NATURA	0	4,7600	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014

Página: 55/56

Número do Registro de Preços: 74/2014		Data do Registro: 20/11/2014		Válido até: 20/11/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MANA REFEICOES LTDA (12974)	MANA	0	5,5200	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2014

Página: 56/56

Número do Registro de Preços: 74/2014		Data do Registro: 20/11/2014		Válido até: 20/11/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, E							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 74/2014
PROCESSO Nº 219/2014

- (11930) - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA
- (11969) - LIDERANCA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME
- (12273) - SUPERMERCADO FRONTAL LTDA
- (12740) - NUTRIPORT COMERCIAL LTDA.
- (12741) - MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
- (12938) - BRUTHAN COMERCIAL LTDA.
- (12974) - MANA REFEICOES LTDA
- (12975) - ANABEL PRIM SCHMITZ 09652021946

Schroeder, 20 de Novembro de 2014.

LEI Nº 2.055/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

LEI Nº2.055/2014

ALTERA ANEXOS DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em Exercício, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alterados Anexos de Receitas e Despesas da Lei Municipal nº2.049/2014, de 14/10/2014, que Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Município de Schroeder para o exercício de 2015

Art. 2º Os documentos anexados a presente lei substituirão àqueles apensados a Lei mencionada no artigo anterior.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 14 de novembro de 2014.

MOACIR ZAMBONI
Prefeito Municipal e.e.

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Rua Marechal Castelo Branco, 3201 – Centro _ Caixa Postal 01 – CEP 89275 000 – SCHROEDER – SC
Fone / Fax (47) 3374-6500 – prefeitura@schroeder.sc.gov.br – www.schroeder.sc.gov.br

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (conforme Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/2
Data: 28/10/2014

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Receitas	Valor	Despesas	Valor
RECEITAS CORRENTES	46.142.131,81	DESPESAS CORRENTES	36.648.637,20
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.630.489,37	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	22.050.698,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	700.433,88	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	180.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	465.200,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.417.939,20
RECEITA AGROPECUÁRIA	90.000,00	DESPESAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	41.200,00
RECEITA DE SERVIÇOS	2.244.720,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	41.200,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	37.071.926,61		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	939.361,95		
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	41.200,00		
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	41.200,00		
DEDUÇÕES DA RECEITA	-4.852.990,33		
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-4.852.990,33		
		Superavit	4.640.504,28
Total	41.330.341,48	Total	41.330.341,48
Superavit do orçamento corrente	4.640.504,28		
RECEITAS DE CAPITAL	12.455.361,00	DESPESAS DE CAPITAL	16.935.865,28
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6.200.000,00	INVESTIMENTOS	15.625.865,28
ALIENAÇÃO DE BENS	64.516,00	INVERSOES FINANCEIRAS	50.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6.190.845,00		

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (conforme Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/2
Data: 28/10/2014

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Receitas	Valor	Despesas	Valor
RECEITAS DE CAPITAL	12.455.361,00	DESPESAS DE CAPITAL	16.935.865,28
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6.190.845,00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	1.260.000,00
Deficit	4.480.504,28		
Total	16.935.865,28	Total	16.935.865,28

Resumo

RECEITAS CORRENTES	46.142.131,81	85,79 %	DESPESAS CORRENTES	36.689.837,20	68,21 %
RECEITAS DE CAPITAL	12.455.361,00	23,16 %	DESPESAS DE CAPITAL	16.935.865,28	31,49 %
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMEN	41.200,00	0,08 %	RESERVA DE CONTINGENCIA	160.000,00	0,30 %
DEDUÇÕES DA RECEITA	-4.852.990,33	-9,02 %			

Total	53.785.702,48	100,00 %	Total	53.785.702,48	100,00 %
-------	---------------	----------	-------	---------------	----------

OSVALDO JURCK Prefeito Municipal	HERCÍLIO PEITRUKA JUNIOR Contador	PAULO ROBERTO FERREIRA Controle Interno
FERNANDO RODRIGO DA ROSA Procurador do Município		

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas (Consolidado)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 1/7

Data: 28/10/2014

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00.00 RECEITAS	58.597.492,81	47.747.233,87	50.182.527,26
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES	46.142.131,81	43.194.554,32	45.603.956,24
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00.00 RECEITA TRIBUTÁRIA	4.630.489,37	4.911.468,32	5.079.855,44
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00.00 IMPOSTOS	3.095.248,60	3.411.468,32	3.479.855,44
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00.00 Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	2.150.000,00	2.561.468,32	2.701.355,44
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00.00 Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	1.350.000,00	1.831.468,32	1.941.355,44
4.1.1.1.2.02.01.00.00.00.00 Imposto s/ Prop.Predial e Territ. Urbana - 60%	652.860,00	1.098.880,99	1.164.813,26
4.1.1.1.2.02.02.00.00.00.00 Imposto s/ Prop.Predial e Territ. Urbana - 25%	364.500,00	457.867,08	485.338,86
4.1.1.1.2.02.03.00.00.00.00 Imposto s/ Prop.Predial e Territ. Urbana - 15%	332.640,00	274.720,25	291.203,32
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00.00 Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	350.000,00	360.000,00	380.000,00
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00.00 IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	350.000,00	360.000,00	380.000,00
4.1.1.1.2.04.31.01.00.00.00 IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - 60%	169.260,00	216.000,00	228.000,00
4.1.1.1.2.04.31.02.00.00.00 IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - 25%	94.500,00	90.000,00	95.000,00
4.1.1.1.2.04.31.03.00.00.00 IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - 15%	86.240,00	54.000,00	57.000,00
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00.00 Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	450.000,00	370.000,00	380.000,00
4.1.1.1.2.08.01.00.00.00.00 Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis - 60%	217.620,00	222.000,00	228.000,00
4.1.1.1.2.08.02.00.00.00.00 Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis - 25%	121.500,00	92.500,00	95.000,00
4.1.1.1.2.08.03.00.00.00.00 Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis - 15%	110.880,00	55.500,00	57.000,00
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00.00 Impostos sobre a Produção e a Circulação	945.248,60	850.000,00	778.500,00
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00.00 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	945.248,60	850.000,00	778.500,00
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00.00 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	945.248,60	850.000,00	778.500,00
4.1.1.1.3.05.01.01.00.00.00 Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza - 60%	435.240,00	510.000,00	540.000,00
4.1.1.1.3.05.01.02.00.00.00 Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza - 25%	288.248,60	212.500,00	225.000,00
4.1.1.1.3.05.01.03.00.00.00 Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza - 15%	221.760,00	127.500,00	13.500,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00.00 TAXAS	1.185.240,77	1.200.000,00	1.300.000,00
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00.00 Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	278.841,90	228.000,00	246.000,00
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00.00 Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	183.511,46	156.000,00	168.000,00
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00.00 Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	59.969,99	36.000,00	39.000,00
4.1.1.2.1.32.00.00.00.00.00 Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	35.360,45	36.000,00	39.000,00
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00.00 Taxas pela Prestação de Serviços	906.398,87	972.000,00	1.054.000,00
4.1.1.2.2.28.00.00.00.00.00 Taxa de Cemitérios	12.277,55	12.000,00	13.000,00
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00.00 Taxa de Limpeza Pública	734.444,32	816.000,00	884.000,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00.00 Outras Taxas pela Prestação de Serviços	159.677,00	144.000,00	157.000,00
4.1.1.2.2.99.00.00.99.00.00 Outras Taxas pela Prestacao de Servicos	159.677,00	144.000,00	157.000,00
4.1.1.3.0.00.00.00.00.00.00 CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	350.000,00	300.000,00	300.000,00
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00.00 Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	350.000,00	300.000,00	300.000,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00.00 RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	700.433,88	793.000,00	843.000,00
4.1.2.3.0.00.00.00.00.00.00 CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PI	700.433,88	793.000,00	843.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	465.200,00	50.300,00	50.300,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	465.200,00	50.300,00	50.300,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários	465.200,00	50.300,00	50.300,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00.00 Remuneração de Outros Depósitos Bancários	185.200,00	45.300,00	45.300,00
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00.00 Rec de Rem de Dep Bancários de Rec Vinc FUNDEB	19.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.02.01.00.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEB - 60%	15.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.02.02.00.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEB - 40%	4.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00.00 Remun.de Depósitos Banc.de Recursos Vinculados - F	30.600,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.01.00.00.00 Rec Rem Dep Banc Rec Vinc Saúde - Atenção Básica	23.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.02.00.00.00 Rec Rem Dep Banc Rec Vinc Saúde - Média e Alta C	1.600,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.03.00.00.00 Rec Rem Dep Banc Rec Vinc Saúde - Vigilância em S	4.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.04.00.00.00 Rec Rem Dep Banc Rec Vinc Saúde - Farmac Básica	2.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00.00 Receita Remuneração de Depósitos Bancários - MDE	81.100,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.05.01.00.00.00 Rec Remun de Dep Banc - MDE - Impostos Educação	5.000,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas (Consolidado)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 2/7

Data: 28/10/2014

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
4.1.3.2.5.01.05.02.00.00	Rec Remun de Dep Banc - MDE - Convênios Educaç	45.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.05.03.00.00	Rec Remun de Dep Banc - MDE - Sal. Educação	20.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.05.05.00.00	Rec Remun de Dep Banc - MDE - PNAE	1.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.05.06.00.00	Rec Remun de Dep Banc - MDE - PNATE	100,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.05.07.00.00	Rec Remun de Dep Banc - MDE - Outros Recursos F	10.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.06.00.00.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vinc Ações Serv Públicos	7.600,00	40.000,00	40.000,00
4.1.3.2.5.01.06.01.00.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vinc Saúde - Impostos Saúd	3.200,00	3.000,00	3.000,00
4.1.3.2.5.01.06.02.00.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vinc Saúde - Convênios Saú	4.200,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.06.03.00.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vinc Saúde - Atenção Básic	0,00	30.000,00	30.000,00
4.1.3.2.5.01.06.04.00.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vinc Saúde - Média e Alta C	0,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.06.05.00.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vinc Saúde - Vigilância em S	0,00	4.000,00	4.000,00
4.1.3.2.5.01.06.06.00.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vinc Saúde - Farmac Básica	0,00	2.000,00	2.000,00
4.1.3.2.5.01.06.09.00.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vinc Saúde - Alienação de B	200,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.09.00.00.00	Receita de Remuneração Depósitos Bancários da CIDI	500,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.10.00.00.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vinc - FNAS	8.400,00	5.300,00	5.300,00
4.1.3.2.5.01.10.02.00.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vinc FNAS - API	0,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.10.03.00.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vinc FNAS - PAC	0,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.10.04.00.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vinc FNAS - Média Comple	5.000,00	3.000,00	3.000,00
4.1.3.2.5.01.10.05.00.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vinc - Outras Trans FNAS	800,00	100,00	100,00
4.1.3.2.5.01.10.07.00.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vinc FNAS - Bolsa Família	800,00	100,00	100,00
4.1.3.2.5.01.10.08.00.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vin FNAS - Benefícios Even	0,00	100,00	100,00
4.1.3.2.5.01.10.09.00.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vin FMAS - Piso Básico Fix	1.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.10.10.00.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vin - Demais Transf.do Esta	800,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Remuneração de Outros Dep Banc Recursos Vinculad	38.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.00.06.00	Remun,de Depós.Bancários de Rec.Vinc.Convênios	500,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.01.00.00	Rec Rem Dep Banc - Rec Vinc - COSIP	15.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.02.00.00	Rec Rem Dep Banc - Rec Vinc - Transf Convênio	10.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.03.00.00	Rec Rem Dep Banc - Rec Vinc - Fun Esp Petróleo	3.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.04.00.00	Rec Rem Dep Banc - Rec Vinc - Conv Tran - Militar	1.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.05.00.00	Rec Rem Dep Banc - Rec Vinc - Conv Tran - Civil	1.500,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.06.00.00	Rec Rem Dep Banc - Rec Vinc - Conv Tran - Prefeito	1.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.07.00.00	Rec Rem Dep Banc - Rec Vinc - Alienação de Bens	3.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.08.00.00	Rec Rem de Outros Depósitos Bancários FIA	3.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração de Dep. Banc. de Rec. Não Vinculados	280.000,00	5.000,00	5.000,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remuneração de Outros Dep Recursos Não Vinculado	280.000,00	5.000,00	5.000,00
4.1.3.2.5.02.99.01.00.00	Remuneração de Outros Dep Banc Não Vinc - FIA	0,00	2.500,00	2.500,00
4.1.3.2.5.02.99.09.00.00	Remuneração de Outros Dep.de Recursos ã Vinculad	250.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.02.99.10.00.00	Remun.de Outros Dep.de Recursos ã Vinculados - Sc	30.000,00	0,00	0,00
4.1.4.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUÁRIA	90.000,00	80.000,00	90.000,00
4.1.4.9.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Agropecuárias	90.000,00	80.000,00	90.000,00
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	2.244.720,00	2.100.000,00	2.200.000,00
4.1.6.0.0.41.00.00.00.00	Serv. de Captação/Adução/Trat/Res e Dist. de Água	2.244.720,00	2.100.000,00	2.200.000,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	37.071.926,61	34.047.786,00	35.560.800,80
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	36.503.726,61	33.531.666,00	35.031.436,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	17.037.541,38	14.897.666,00	15.282.436,00
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	12.839.842,98	10.512.000,00	10.820.020,00
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	12.826.242,98	10.500.000,00	10.800.000,00
4.1.7.2.1.01.02.10.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	12.826.242,98	10.500.000,00	10.800.000,00
4.1.7.2.1.01.02.10.01.00	Cota-Parte do Fundo de Particip.dos Munic - 60%	6.114.360,00	6.300.000,00	6.480.000,00
4.1.7.2.1.01.02.10.02.00	Cota-Parte do Fundo de Particip.dos Munic. - 25%	3.456.000,00	2.625.000,00	2.700.000,00
4.1.7.2.1.01.02.10.03.00	Cota-Parte do Fundo de Particip.dos Munic. - 15%	3.255.882,98	1.575.000,00	1.620.000,00
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Prop. Territorial Rural	13.600,00	12.000,00	20.020,00

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas (Consolidado)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 3/7

Data: 28/10/2014

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural - 60%	6.576,96	7.200,00	12.012,00
4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural - 25%	3.672,00	3.000,00	5.005,00
4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural - 15%	3.351,04	1.800,00	3.003,00
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	370.360,00	300.000,00	310.000,00
4.1.7.2.1.22.11.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Hídricos	199.060,00	190.000,00	200.000,00
4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	11.130,00	10.000,00	10.000,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	160.170,00	100.000,00	100.000,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	2.514.000,00	2.980.166,00	2.980.166,00
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	Transf. - SUS- PACS	406.000,00	526.266,00	526.266,00
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	Transf. - SUS - PSF	545.000,00	655.200,00	655.200,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	Transf. - SUS- Saúde Bucal	57.000,00	150.000,00	150.000,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	Transf. - SUS- PAB	421.000,00	1.086.000,00	1.086.000,00
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	Transf. - SUS- Vigilância Sanitária	16.000,00	12.000,00	12.000,00
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	Transf. - SUS- Farmaceutica Básica	90.000,00	84.000,00	84.000,00
4.1.7.2.1.33.09.00.00.00	Transf. - SUS- Media e Alta Compl Amb Hosp	200.000,00	326.000,00	326.000,00
4.1.7.2.1.33.10.00.00.00	Transf. - SUS- NASF	240.000,00	96.000,00	96.000,00
4.1.7.2.1.33.12.00.00.00	Transf SUS Vig Epidemiologica	65.000,00	44.700,00	44.700,00
4.1.7.2.1.33.13.00.00.00	Transferências SUS - PMAQ	374.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.14.00.00.00	Transferências SUS -Grupo de apoio para jovens	100.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	174.100,00	173.000,00	173.000,00
4.1.7.2.1.34.02.00.00.00	Transferencias FNAS - IGD/SUAS	12.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.03.00.00.00	Transf FNAS - Piso Fixo Média Complexidade	78.000,00	84.000,00	84.000,00
4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	Transf. - FNAS - Bolsa Família	12.000,00	12.000,00	12.000,00
4.1.7.2.1.34.05.00.00.00	Transferencias FNAS - BPC.	100,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.06.00.00.00	Transf. - FNAS - Piso Básico Fixo	72.000,00	65.000,00	65.000,00
4.1.7.2.1.34.99.00.00.00	Outros Prog Financeiros por Transf Fundo a Fundo	0,00	12.000,00	12.000,00
4.1.7.2.1.34.99.01.00.00	Outras Transf IGD - SUAS	0,00	12.000,00	12.000,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	1.094.900,00	885.000,00	947.000,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	760.000,00	700.000,00	750.000,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	207.500,00	165.000,00	175.000,00
4.1.7.2.1.35.03.01.00.00	Transf.Diretas do FNDE ref. ao PNAE	207.500,00	165.000,00	175.000,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	18.400,00	10.000,00	11.000,00
4.1.7.2.1.35.04.01.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNATE - Ens.Fundamenta	18.400,00	10.000,00	11.000,00
4.1.7.2.1.35.06.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE - EI	9.000,00	10.000,00	11.000,00
4.1.7.2.1.35.99.00.00.00	Outras Transferências Diretas do FNDE	100.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	44.338,40	47.500,00	52.250,00
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 60%	21.442,05	28.500,00	31.350,00
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 25%	11.971,37	11.875,00	13.062,50
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 15%	10.924,98	7.125,00	7.837,50
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	11.774.770,23	11.834.000,00	12.449.000,00
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	11.445.770,23	11.530.000,00	12.145.000,00
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	9.888.177,26	10.000.000,00	10.500.000,00
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS - 60%	4.781.922,52	6.000.000,00	6.300.000,00
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS - 25%	2.669.807,86	2.500.000,00	2.625.000,00
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS - 15%	2.436.446,88	1.500.000,00	1.575.000,00
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	1.350.000,00	1.300.000,00	1.400.000,00
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA - 60%	652.860,00	780.000,00	840.000,00
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA - 25%	364.500,00	325.000,00	350.000,00
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA - 15%	332.640,00	195.000,00	210.000,00
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	142.592,97	160.000,00	170.000,00
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação 60%	68.957,96	96.000,00	102.000,00
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação 25%	38.500,10	40.000,00	42.500,00

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
 ANEXO DE METAS FISCAIS

Página: 4/7
 Data: 28/10/2014

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas (Consolidado)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação 15%	35.134,91	24.000,00	25.500,00
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico	65.000,00	70.000,00	75.000,00
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	297.000,00	284.000,00	284.000,00
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	Transf. Estado - Saúde Farmaceutica Básica	88.000,00	80.000,00	80.000,00
4.1.7.2.2.33.02.00.00.00	Transf. Estado - Saúde - Média Alta Complexidade	60.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.33.03.00.00.00	Transf. Estado - Saúde - NASF	30.000,00	96.000,00	96.000,00
4.1.7.2.2.33.04.00.00.00	Transf. Estado - Co Financiamento Saude	119.000,00	108.000,00	108.000,00
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	32.000,00	20.000,00	20.000,00
4.1.7.2.2.99.00.01.00.00	Transferência do Estado - Serviços Eventuais	5.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.99.00.02.00.00	Transferências do Estado - Proteção Social Basica.	27.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.99.99.00.00.00	Demais Transf do Estado	0,00	20.000,00	20.000,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	7.691.415,00	6.800.000,00	7.300.000,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	7.691.415,00	6.800.000,00	7.300.000,00
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	7.103.415,00	6.800.000,00	7.300.000,00
4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	588.000,00	0,00	0,00
4.1.7.3.0.00.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas	170.000,00	215.712,00	228.740,48
4.1.7.3.0.00.00.99.00.00	Transferências de Instituições Privadas	170.000,00	215.712,00	228.740,48
4.1.7.3.0.00.00.99.01.00	Transf.p/Fundo da Infância e Adolescência	50.000,00	70.000,00	70.000,00
4.1.7.3.0.00.00.99.02.00	Outras Transferências de Instituições Privadas	120.000,00	145.712,00	158.740,48
4.1.7.5.0.00.00.00.00.00	Transf. de Pessoas	10.200,00	10.408,00	10.624,32
4.1.7.5.0.00.00.99.00.00	Outras Transferências de Pessoas	10.200,00	10.408,00	10.624,32
4.1.7.5.0.00.00.99.01.00	Transf. p/Fundo da Infância e Adolescência - FIA	5.000,00	5.000,00	5.000,00
4.1.7.5.0.00.00.99.02.00	Outras Transferências de Pessoas	5.200,00	5.408,00	5.624,32
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	388.000,00	290.000,00	290.000,00
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	238.000,00	240.000,00	240.000,00
4.1.7.6.2.02.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Destin Programas de Educação	80.000,00	70.000,00	60.000,00
4.1.7.6.2.02.00.01.00.00	Transf. de Convênios Estados Destin.Progr.de Educa	80.000,00	70.000,00	60.000,00
4.1.7.6.2.03.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Destin Progr.Educa - Ens.Méd	158.000,00	170.000,00	180.000,00
4.1.7.6.4.00.00.00.00.00	Transferência de Convênios Instituições Privadas	150.000,00	50.000,00	50.000,00
4.1.7.6.4.00.00.01.00.00	Transferência de Convênios de Instituições Privadas	150.000,00	50.000,00	50.000,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	939.361,95	1.212.000,00	1.780.000,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	382.132,35	323.000,00	550.000,00
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	38.023,77	33.000,00	33.000,00
4.1.9.1.1.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. e Vig. Sanit.	1.500,00	1.500,00	1.500,00
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	10.154,48	8.000,00	8.000,00
4.1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 60%	4.910,71	4.800,00	4.800,00
4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 25%	2.741,71	2.000,00	2.000,00
4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 15%	2.502,06	1.200,00	1.200,00
4.1.9.1.1.39.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI	627,46	500,00	500,00
4.1.9.1.1.39.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI - 60%	303,44	300,00	300,00
4.1.9.1.1.39.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI - 25%	169,41	125,00	125,00
4.1.9.1.1.39.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI - 15%	154,61	75,00	75,00
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	8.741,83	8.000,00	8.000,00
4.1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 60%	4.227,55	4.800,00	4.800,00
4.1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 25%	2.360,29	2.000,00	2.000,00
4.1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 15%	2.153,99	1.200,00	1.200,00
4.1.9.1.1.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora das Contrib de Melhoria	2.000,00	0,00	0,00
4.1.9.1.1.98.00.01.00.00	Multas e Juros de Mora de Contribuição de Melhoria	2.000,00	0,00	0,00
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	15.000,00	15.000,00	15.000,00
4.1.9.1.1.99.00.01.00.00	Multas de Juros e Mora de Outros Tributos	15.000,00	15.000,00	15.000,00
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	251.284,58	186.000,00	399.000,00
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	113.348,74	95.000,00	95.000,00

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
 ANEXO DE METAS FISCAIS

Página: 5/7
 Data: 28/10/2014

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas (Consolidado)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
4.1.9.1.3.11.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 60%	54.815,45	57.000,00	57.000,00
4.1.9.1.3.11.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 25%	30.604,16	23.750,00	23.750,00
4.1.9.1.3.11.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 15%	27.929,13	14.250,00	14.250,00
4.1.9.1.3.12.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ITBI	1.119,20	1.000,00	1.000,00
4.1.9.1.3.12.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ITBI - 60%	541,25	600,00	600,00
4.1.9.1.3.12.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ITBI - 25%	302,18	250,00	250,00
4.1.9.1.3.12.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ITBI - 15%	275,77	150,00	150,00
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	8.196,64	8.000,00	8.000,00
4.1.9.1.3.13.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 60%	3.964,38	4.800,00	4.800,00
4.1.9.1.3.13.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 25%	2.212,36	2.000,00	2.000,00
4.1.9.1.3.13.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 15%	2.019,90	1.200,00	1.200,00
4.1.9.1.3.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx Fisc. Vig. San.	1.000,00	0,00	0,00
4.1.9.1.3.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Contrib Melhoria	21.975,00	22.000,00	230.000,00
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	105.645,00	60.000,00	65.000,00
4.1.9.1.5.00.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	5.565,00	7.000,00	8.000,00
4.1.9.1.5.99.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	5.565,00	7.000,00	8.000,00
4.1.9.1.5.99.01.00.00.00	Outras M/J Mora Div Ativ de Outras Rec - Principal	5.565,00	7.000,00	8.000,00
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	87.259,00	97.000,00	110.000,00
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	65.000,00	57.000,00	60.000,00
4.1.9.1.9.15.00.01.00.00	Convênio SSP-Trânsito - DETRAN/SC	65.000,00	57.000,00	60.000,00
4.1.9.1.9.15.00.01.01.00	Convênio SSP/SC - Polícia Militar	18.000,00	19.000,00	20.000,00
4.1.9.1.9.15.00.01.02.00	Convênio SSP/SC - Polícia Civil	18.000,00	19.000,00	20.000,00
4.1.9.1.9.15.00.01.03.00	Convênio SSP/SC - Prefeitura	29.000,00	19.000,00	20.000,00
4.1.9.1.9.50.00.00.00.00	Multas por Auto de Infração	5.565,00	5.000,00	5.000,00
4.1.9.1.9.99.00.00.00.00	Outras Multas	16.694,00	35.000,00	45.000,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	56.833,00	90.000,00	100.000,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	56.833,00	90.000,00	100.000,00
4.1.9.2.2.98.00.00.00.00	Outras Restituições Educ	25.000,00	30.000,00	35.000,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	31.833,00	60.000,00	65.000,00
4.1.9.2.2.99.00.01.00.00	Outras Restituições em folha	31.833,00	60.000,00	65.000,00
4.1.9.2.2.99.00.01.01.00	Outras Restituições em folha - FUNDEB 60%	5.000,00	0,00	0,00
4.1.9.2.2.99.00.01.02.00	Outras Restituições em folha - FUNDEB 40%	3.333,00	0,00	0,00
4.1.9.2.2.99.00.01.05.00	Outras Restituições em folha - MDE	20.000,00	0,00	0,00
4.1.9.2.2.99.00.01.99.00	Outras Restituições	3.500,00	60.000,00	65.000,00
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	432.751,60	729.000,00	1.050.000,00
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributaria	421.622,60	709.000,00	800.000,00
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	143.514,18	187.200,00	224.640,00
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 60%	69.379,28	112.320,00	134.784,00
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 25%	38.785,33	46.800,00	56.160,00
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 15%	35.349,57	28.080,00	33.696,00
4.1.9.3.1.12.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ITBI	2.225,81	2.880,00	3.456,00
4.1.9.3.1.12.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ITBI - 60%	1.076,40	1.728,00	2.073,60
4.1.9.3.1.12.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ITBI - 25%	600,97	720,00	864,00
4.1.9.3.1.12.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ITBI - 15%	548,44	432,00	518,40
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	21.642,61	28.800,00	34.560,00
4.1.9.3.1.13.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 60%	10.466,37	17.280,00	20.736,00
4.1.9.3.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 25%	5.843,50	7.200,00	8.640,00
4.1.9.3.1.13.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 15%	5.332,74	4.320,00	5.184,00
4.1.9.3.1.98.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. das Contrib de Melhoria	60.375,00	265.320,00	287.584,00
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	193.865,00	224.800,00	249.760,00
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	193.865,00	224.800,00	249.760,00
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	11.129,00	20.000,00	250.000,00

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
 ANEXO DE METAS FISCAIS

Página: 6/7
 Data: 28/10/2014

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas (Consolidado)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	11.129,00	20.000,00	250.000,00
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Receit - Princ	11.129,00	20.000,00	250.000,00
4.1.9.3.2.99.01.00.99.00	Receita de Dívida Ativa não Tributária de Outras Rec	11.129,00	20.000,00	250.000,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	67.645,00	70.000,00	80.000,00
4.1.9.9.0.02.00.00.00.00	Receita de Ônus de Sucumbência de Ações Judiciais	2.000,00	2.000,00	2.000,00
4.1.9.9.0.02.02.00.00.00	Receita de Ônus de Sucumbência	2.000,00	2.000,00	2.000,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	65.645,00	68.000,00	78.000,00
4.1.9.9.0.99.00.03.00.00	Outras Receitas	65.645,00	68.000,00	78.000,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	12.455.361,00	4.552.679,55	4.578.571,02
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6.200.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	6.200.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
4.2.1.1.4.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contratuais	6.200.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
4.2.1.1.4.03.00.00.00.00	Operações de Crédito Interna Programas Saneamento	5.000.000,00	0,00	0,00
4.2.1.1.4.99.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	1.200.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	64.516,00	81.632,00	92.497,28
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	64.516,00	81.632,00	92.497,28
4.2.2.1.6.00.00.00.00.00	Alienação de Móveis e Utensílios	20.000,00	20.000,00	20.000,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	44.516,00	61.632,00	72.497,28
4.2.2.1.9.00.00.01.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	44.516,00	61.632,00	72.497,28
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6.190.845,00	3.471.047,55	3.486.073,74
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	6.190.845,00	3.471.047,55	3.486.073,74
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	4.460.845,00	3.271.047,55	3.286.073,74
4.2.4.7.1.01.00.00.00.00	Transf. de Convênio p/ SUS	904.900,00	930.000,00	930.000,00
4.2.4.7.1.01.10.00.00.00	Convênios com o Ministério da Saúde	904.900,00	930.000,00	930.000,00
4.2.4.7.1.02.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç	400.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.02.20.00.00.00	Outros Convênios da União para a Área de Educação	400.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.05.00.00.00.00	Transf. Conv União Dest.Prog. Infra-Estrut.Transp	2.315.945,00	1.991.047,55	2.006.073,74
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	840.000,00	350.000,00	350.000,00
4.2.4.7.1.99.01.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União FIA	420.000,00	50.000,00	50.000,00
4.2.4.7.1.99.02.00.00.00	Outras Transf de Convênios da União Agric	200.000,00	200.000,00	200.000,00
4.2.4.7.1.99.03.00.00.00	Outras Transf. de Convênios da União - Esporte	120.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.99.06.00.00.00	Outras Transf de Conv da União Habitação	100.000,00	100.000,00	100.000,00
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	1.730.000,00	200.000,00	200.000,00
4.2.4.7.2.05.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados Dest.Infra-Estrutura Tra	1.730.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	0,00	200.000,00	200.000,00
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	(4.852.990,33)	(4.403.900,00)	(4.588.454,00)
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	(4.852.990,33)	(4.403.900,00)	(4.588.454,00)
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	(4.852.990,33)	(4.403.900,00)	(4.588.454,00)
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências	(4.852.990,33)	(4.403.900,00)	(4.588.454,00)
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	(2.576.836,28)	(2.111.900,00)	(2.174.454,00)
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	(2.567.968,60)	(2.102.400,00)	(2.164.004,00)
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	(2.565.248,60)	(2.100.000,00)	(2.160.000,00)
9.1.7.2.1.01.02.10.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	(2.565.248,60)	(2.100.000,00)	(2.160.000,00)
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	(2.720,00)	(2.400,00)	(4.004,00)
9.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Dedução Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Ru	(2.720,00)	(2.400,00)	(4.004,00)
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	(8.867,68)	(9.500,00)	(10.450,00)
9.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Dedução Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87	(8.867,68)	(9.500,00)	(10.450,00)
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	(2.276.154,05)	(2.292.000,00)	(2.414.000,00)
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	(2.276.154,05)	(2.292.000,00)	(2.414.000,00)
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	(1.977.635,45)	(2.000.000,00)	(2.100.000,00)
9.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	(1.977.635,45)	(2.000.000,00)	(2.100.000,00)
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPV	(270.000,00)	(260.000,00)	(280.000,00)

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015
ANEXO DE METAS FISCAIS

Página: 7/7
Data: 28/10/2014

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas (Consolidado)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
9.1.7.2.2.01.02.02.00.00 Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IP	(270.000,00)	(260.000,00)	(280.000,00)
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00 Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	(28.518,60)	(32.000,00)	(34.000,00)
9.1.7.2.2.01.04.02.00.00 Dedução Cota-Parte do IPI sobre Exportação Fundeb	(28.518,60)	(32.000,00)	(34.000,00)
Total geral:	53.744.502,48	43.343.333,87	45.594.073,26

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

HERCÍLIO PEITRUKA JUNIOR
Contador

PAULO ROBERTO FERREIRA
Controle Interno

FERNANDO RODRIGO DA ROSA
Procurador do Município

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 1/5

Data: 28/10/2014

As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:

Categoria Econômica e Grupos de Natureza de Despesa	R\$ 1,00		
	2015	2016	2017
1 - MUNICÍPIO DE SCHROEDER			
DESPESAS CORRENTES (I)	24.308.016,20	22.545.277,56	24.129.183,82
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.000.915,00	13.417.204,66	14.294.508,70
Transferências a Consórcios Públicos	10.000,00	6.000,00	6.000,00
Rateio pela Participação em Consórcio Público	10.000,00	6.000,00	6.000,00
Aplicacoes Diretas	13.990.915,00	13.411.204,66	14.288.508,70
Aposentadorias e Reformas	30.000,00	35.000,00	40.000,00
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	10.554.000,00	10.269.974,20	11.002.785,08
Obrigacoes Patronais	3.290.000,00	3.039.556,30	3.177.106,72
Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	116.915,00	66.674,16	68.616,90
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	180.000,00	0,00	0,00
Aplicacoes Diretas	180.000,00	0,00	0,00
Juros sobre a Divida por Contrato	180.000,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.127.101,20	9.128.072,90	9.834.675,12
Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	481.000,00	639.000,00	646.000,00
Contribuicoes	451.000,00	609.000,00	616.000,00
Subvencoes Sociais	30.000,00	30.000,00	30.000,00
Transferências a Consórcios Públicos	10.000,00	6.000,00	6.000,00
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	10.000,00	6.000,00	6.000,00
Aplicacoes Diretas	9.599.101,20	8.482.572,90	9.182.175,12
Diarias - Civil	27.000,00	20.000,00	20.000,00
Auxilio Financeiro a Estudantes	187.000,00	182.570,60	182.884,86
Material de Consumo	2.521.300,00	2.146.985,69	2.305.110,43
Premiacoes Culturais,Artist.Cientif.Despor. e Out	47.000,00	6.000,00	6.000,00
Material de Distribuicao Gratuita	26.000,00	54.902,00	55.949,55
Passagens e Despesas com Locomocao	21.500,00	11.475,50	11.737,39
Outras Despesas de Pessoal decorr.de Contr.de Terc	160.220,00	10.475,50	10.737,39
Servicos de Consultoria	50.000,00	0,00	0,00
Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	89.000,00	111.121,72	113.700,72
Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	4.827.748,20	4.794.823,79	5.309.737,48
Auxilio-Alimentacao	1.114.333,00	729.790,30	742.566,31
Obrigacoes Tributarias e Contributivas	514.500,00	406.690,05	415.882,30
Indenizacoes e Restituicoes	13.500,00	7.737,75	7.868,69
Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgã	37.000,00	500,00	500,00
Obrigações Tributárias e Contributivas	37.000,00	500,00	500,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	15.457.665,28	5.680.455,03	5.872.744,25
INVESTIMENTOS	14.197.665,28	5.680.455,03	5.872.744,25
Transferências a Consórcios Públicos	5.000,00	2.000,00	2.000,00
Rateio pela Participação em Consórcio Público	5.000,00	2.000,00	2.000,00
Aplicacoes Diretas	14.192.665,28	5.678.455,03	5.870.744,25
Obras e Instalacoes	11.825.305,72	3.930.000,00	3.990.000,00
Equipamentos e Material Permanente	2.187.359,56	1.748.455,03	1.880.744,25
Aquisicao de Imoveis	180.000,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	1.260.000,00	0,00	0,00
Aplicacoes Diretas	1.260.000,00	0,00	0,00
Principal da Divida Contratual Resgatado	1.260.000,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	135.000,00	1.375.522,91	1.765.062,93
RESERVA DE CONTINGENCIA	135.000,00	1.375.522,91	1.765.062,93
RESERVA DE CONTINGENCIA	135.000,00	1.375.522,91	1.765.062,93

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 2/5

Data: 28/10/2014

As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:

Categoria Econômica e Grupos de Natureza de Despesa	R\$ 1,00		
	2015	2016	2017
1 - MUNICÍPIO DE SCHROEDER			
Reserva de Contingencia	135.000,00	1.375.522,91	1.765.062,93
Total da entidade:	39.900.681,48	29.601.255,50	31.766.991,00
2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER			
DESPESAS CORRENTES (I)	9.541.067,00	8.968.453,00	8.968.453,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.134.628,00	6.128.003,00	6.128.003,00
Rateio pela Participação em Consórcio Público	12.628,00	8.833,00	8.833,00
Rateio pela Participação em Consórcio Público	12.628,00	8.833,00	8.833,00
Aplicacoes Diretas	6.122.000,00	6.119.170,00	6.119.170,00
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	4.630.000,00	4.488.900,00	4.488.900,00
Obrigacoes Patronais	1.421.000,00	1.477.270,00	1.477.270,00
Sentencas Judiciais	3.500,00	3.500,00	3.500,00
Despesas de Exercicios Anteriores	2.500,00	2.500,00	2.500,00
Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	65.000,00	147.000,00	147.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.406.439,00	2.840.450,00	2.840.450,00
Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	695.000,00	50.000,00	50.000,00
Contribuicoes	35.000,00	50.000,00	50.000,00
Subvencoes Sociais	660.000,00	0,00	0,00
Transferências a Consórcios Públicos	113.647,00	108.154,00	108.154,00
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	113.647,00	108.154,00	108.154,00
Aplicacoes Diretas	2.593.592,00	2.675.796,00	2.675.796,00
Material de Consumo	862.900,00	1.087.000,00	1.087.000,00
Material de Distribuicao Gratuita	153.200,00	65.000,00	65.000,00
Passagens e Despesas com Locomocao	8.000,00	5.000,00	5.000,00
Outras Despesas de Pessoal - Terceirização	81.800,00	91.000,00	91.000,00
Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	133.160,00	53.000,00	53.000,00
Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	957.040,00	928.000,00	928.000,00
Auxilio-Alimentacao	363.200,00	437.296,00	437.296,00
Obrigacoes Tributarias e Contributivas	32.192,00	2.500,00	2.500,00
Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	32.192,00	2.500,00	2.500,00
Contribuição Para Custeio de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercicios Anteriores	1.500,00	5.500,00	5.500,00
Indenizacoes e Restituicoes	600,00	1.500,00	1.500,00
Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgã	4.200,00	6.500,00	6.500,00
Obrigações Tributárias e Contributivas	4.200,00	6.500,00	6.500,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	1.128.700,00	1.481.600,00	1.481.600,00
INVESTIMENTOS	1.128.700,00	1.481.600,00	1.481.600,00
Aplicacoes Diretas	1.128.700,00	1.481.600,00	1.481.600,00
Obras e Instalacoes	276.500,00	983.500,00	983.500,00
Equipamentos e Material Permanente	852.200,00	498.100,00	498.100,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	10.000,00	10.000,00	10.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	10.000,00	10.000,00	10.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	10.000,00	10.000,00	10.000,00
Reserva de Contingencia	10.000,00	10.000,00	10.000,00
Total da entidade:	10.679.767,00	10.460.053,00	10.460.053,00
3 - FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE SCHROEDER			
DESPESAS CORRENTES (I)	56.000,00	128.000,00	128.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	56.000,00	128.000,00	128.000,00
Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	8.000,00	24.000,00	24.000,00

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SCHROEDER

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 3/5

Data: 28/10/2014

As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:

Categoria Econômica e Grupos de Natureza de Despesa	R\$ 1,00		
	2015	2016	2017
3 - FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE SCHROEDER			
Subvencoes Sociais	8.000,00	24.000,00	24.000,00
Aplicacoes Diretas	48.000,00	104.000,00	104.000,00
Material de Consumo	2.000,00	20.000,00	20.000,00
Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	37.000,00	62.000,00	62.000,00
Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	2.000,00	12.000,00	12.000,00
Obrigacoes Tributarias e Contributivas	7.000,00	10.000,00	10.000,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	2.000,00	60.000,00	60.000,00
INVESTIMENTOS	2.000,00	60.000,00	60.000,00
Aplicacoes Diretas	2.000,00	60.000,00	60.000,00
Equipamentos e Material Permanente	2.000,00	60.000,00	60.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	5.000,00	5.000,00	5.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	5.000,00	5.000,00	5.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Reserva de Contingencia	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Total da entidade:	63.000,00	193.000,00	193.000,00
4 - FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER			
DESPESAS CORRENTES (I)	1.267.400,00	1.153.000,00	1.153.000,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	720.000,00	622.305,00	622.305,00
Rateio pela Participação em Consórcio Público	0,00	2.205,00	2.205,00
Rateio pela Participação em Consórcio Público	0,00	2.205,00	2.205,00
Aplicacoes Diretas	720.000,00	620.100,00	620.100,00
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	533.000,00	439.100,00	439.100,00
Obrigacoes Patronais	164.000,00	145.000,00	145.000,00
Sentencas Judiciais	1.500,00	3.000,00	3.000,00
Despesas de Exercicios Anteriores	1.500,00	3.000,00	3.000,00
Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	20.000,00	30.000,00	30.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	547.400,00	530.695,00	530.695,00
Transferencias a Municipios	144.000,00	156.000,00	156.000,00
Contribuicoes	144.000,00	156.000,00	156.000,00
Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	18.000,00	18.000,00	18.000,00
Subvencoes Sociais	18.000,00	18.000,00	18.000,00
Transferências a Consórcios Públicos	0,00	4.095,00	4.095,00
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	0,00	4.095,00	4.095,00
Aplicacoes Diretas	385.400,00	352.600,00	352.600,00
Material de Consumo	77.400,00	46.000,00	46.000,00
Premiacoes Culturais,Artist.Cientif.Despor. e Out	5.000,00	10.000,00	10.000,00
Material de Distribuicao Gratuita	90.600,00	86.000,00	86.000,00
Passagens e Despesas com Locomocao	6.000,00	7.000,00	7.000,00
Substituição de Mão-de-Obra (LRF, art. 18, §1º)	3.000,00	4.000,00	4.000,00
Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	69.800,00	37.500,00	37.500,00
Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	73.000,00	100.000,00	100.000,00
Auxilio-Alimentacao	46.200,00	50.100,00	50.100,00
Obrigacoes Tributarias e Contributivas	9.900,00	5.500,00	5.500,00
Outros Auxilios Financeiros a Pessoas Fisicas	1.500,00	3.500,00	3.500,00
Despesas de Exercicios Anteriores	1.500,00	1.500,00	1.500,00
Indenizacoes e Restituicoes	1.500,00	1.500,00	1.500,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	34.500,00	266.000,00	266.000,00
INVESTIMENTOS	34.500,00	266.000,00	266.000,00

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SCHROEDER

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 4/5

Data: 28/10/2014

As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:

Categoria Econômica e Grupos de Natureza de Despesa	R\$ 1,00		
	2015	2016	2017
4 - FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER			
Aplicacoes Diretas	34.500,00	266.000,00	266.000,00
Obras e Instalacoes	5.000,00	30.000,00	30.000,00
Equipamentos e Material Permanente	29.500,00	236.000,00	236.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	5.000,00	5.000,00	5.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	5.000,00	5.000,00	5.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Reserva de Contingencia	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Total da entidade:	1.306.900,00	1.424.000,00	1.424.000,00
5 - CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER			
DESPESAS CORRENTES (I)	1.498.854,00	1.258.581,00	1.358.581,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.195.155,00	1.020.000,00	1.070.000,00
Aplicacoes Diretas	1.195.155,00	1.020.000,00	1.070.000,00
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	947.115,00	820.000,00	850.000,00
Obrigacoes Patronais	243.040,00	200.000,00	220.000,00
Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	5.000,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	303.699,00	238.581,00	288.581,00
Aplicacoes Diretas	303.699,00	238.581,00	288.581,00
Diarias - Civil	60.000,00	25.000,00	25.000,00
Material de Consumo	60.000,00	48.581,00	58.581,00
Passagens e Despesas com Locomocao	5.000,00	0,00	0,00
Servicos de Consultoria	10.000,00	0,00	0,00
Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	13.600,00	20.000,00	20.000,00
Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	130.099,00	125.000,00	155.000,00
Obrigacoes Tributarias e Contributivas	5.000,00	0,00	0,00
Despesas de Exercicios Anteriores	20.000,00	20.000,00	30.000,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	210.000,00	286.944,37	271.948,26
INVESTIMENTOS	210.000,00	286.944,37	271.948,26
Aplicacoes Diretas	210.000,00	286.944,37	271.948,26
Obras e Instalacoes	120.000,00	156.944,37	141.948,26
Equipamentos e Material Permanente	90.000,00	130.000,00	130.000,00
Total da entidade:	1.708.854,00	1.545.525,37	1.630.529,26
6 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE SCHROEDER			
DESPESAS CORRENTES (I)	18.500,00	18.500,00	18.500,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.500,00	18.500,00	18.500,00
Aplicacoes Diretas	18.500,00	18.500,00	18.500,00
Material de Consumo	1.000,00	1.000,00	1.000,00
Material de Distribuicao Gratuita	1.000,00	1.000,00	1.000,00
Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	1.000,00	1.000,00	1.000,00
Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Obrigacoes Tributarias e Contributivas	500,00	500,00	500,00
Outros Auxilios Financeiros a Pessoas Fisicas	10.000,00	10.000,00	10.000,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	103.000,00	103.000,00	103.000,00
INVESTIMENTOS	53.000,00	53.000,00	53.000,00
Aplicacoes Diretas	53.000,00	53.000,00	53.000,00
Obras e Instalacoes	51.000,00	51.000,00	51.000,00
Equipamentos e Material Permanente	1.000,00	1.000,00	1.000,00
Aquisicao de Imoveis	1.000,00	1.000,00	1.000,00
INVERSOES FINANCEIRAS	50.000,00	50.000,00	50.000,00

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SCHROEDERPágina: 5/5
Data: 28/10/2014

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:

Categoria Econômica e Grupos de Natureza de Despesa	R\$ 1,00		
	2015	2016	2017
6 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE SCHROEDER			
Aplicacoes Diretas	50.000,00	50.000,00	50.000,00
Aquisicao de Imoveis	50.000,00	50.000,00	50.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	5.000,00	5.000,00	5.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	5.000,00	5.000,00	5.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Reserva de Contingencia	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Total da entidade:	126.500,00	126.500,00	126.500,00
Total geral:	53.785.702,48	43.350.333,87	45.601.073,26

OSVALDO JURCK
Prefeito MunicipalHERCÍLIO PEITRUKA JUNIOR
ContadorPAULO ROBERTO FERREIRA
Controle InternoFERNANDO RODRIGO DA ROSA
Procurador do Município

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 1/3

Data: 28/10/2014

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			36.648.637,20
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		22.050.698,00	
3.1.71.00.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público		22.628,00	
3.1.71.70.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	22.628,00		
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		22.028.070,00	
3.1.90.01.00.00.00	Aposentadorias e Reformas	30.000,00		
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	16.664.115,00		
3.1.90.13.00.00.00	Obrigaçoes Patronais	5.118.040,00		
3.1.90.91.00.00.00	Sentencas Judiciais	5.000,00		
3.1.90.92.00.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	4.000,00		
3.1.90.94.00.00.00	Indenizacoes Restituiçoes Trabalhistas	206.915,00		
3.2.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA		180.000,00	
3.2.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		180.000,00	
3.2.90.21.00.00.00	Juros sobre a Divida por Contrato	180.000,00		
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		14.417.939,20	
3.3.40.00.00.00.00	Transferencias a Municipios		144.000,00	
3.3.40.41.00.00.00	Contribuicoes	144.000,00		
3.3.50.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		1.202.000,00	
3.3.50.41.00.00.00	Contribuicoes	486.000,00		
3.3.50.43.00.00.00	Subvencoes Sociais	716.000,00		
3.3.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		123.647,00	
3.3.71.70.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBL	123.647,00		
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		12.948.292,20	
3.3.90.14.00.00.00	Dianias - Civil	87.000,00		
3.3.90.18.00.00.00	Auxilio Financeiro a Estudantes	187.000,00		
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	3.524.600,00		
3.3.90.31.00.00.00	Premiacoes Culturais,Artist.Cientif.Despor. e Out	52.000,00		
3.3.90.32.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	270.800,00		
3.3.90.33.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	40.500,00		
3.3.90.34.00.00.00	Outras Despesas de Pessoal decorr.de Contr.de Terc	245.020,00		

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 2/3

Data: 28/10/2014

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.3.90.35.00.00.00.00	Servicos de Consultoria	60.000,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	343.560,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	5.994.887,20		
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxilio-Alimentacao	1.523.733,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	569.092,00		
3.3.90.47.18.00.00.00	Contrib Previdenciária S/ Servicos de Terc - PF	32.192,00		
3.3.90.47.22.00.00.00	Contribuição Para Custeio de Iluminação Pública	0,00		
3.3.90.48.00.00.00.00	Outros Auxilios Financeiros a Pessoas Fisicas	11.500,00		
3.3.90.92.00.00.00.00	Despesas de Exercicios Anteriores	23.000,00		
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes	15.600,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			16.935.865,28
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		15.625.865,28	
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		5.000,00	
4.4.71.70.00.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público			
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	5.000,00		
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalacoes	12.277.805,72	15.620.865,28	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	3.162.059,56		
4.4.90.61.00.00.00.00	Aquisicao de Imoveis	181.000,00		
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS			
4.5.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		50.000,00	
4.5.90.61.00.00.00.00	Aquisicao de Imoveis	50.000,00		
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA			
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.260.000,00	
4.6.90.71.00.00.00.00	Principal da Divida Contratual Resgatado	1.260.000,00	1.260.000,00	
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			160.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		160.000,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		160.000,00	
9.9.99.99.00.00.00.00	Reserva de Contingencia	160.000,00		

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 3/3
Data: 28/10/2014

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
9.9.99.99.00.00.00.00	Reserva de Contingencia	160.000,00		
Total das despesas:				53.744.502,48
Total geral das transferências:				0,00
Total geral das despesas:				53.744.502,48
Total geral:				53.744.502,48

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

HERCÍLIO PEITRUKA JUNIOR
Contador

PAULO ROBERTO FERREIRA
Controle Interno

FERNANDO RODRIGO DA ROSA
Procurador do Município

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 1/6

Data: 28/10/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			46.142.131,81
4.1.1.0.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		4.630.489,37	
4.1.1.1.0.00.00.00.00	IMPOSTOS		3.095.248,60	
4.1.1.1.2.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	2.150.000,00		
4.1.1.1.2.02.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	1.350.000,00		
4.1.1.1.2.02.01.00.00	Imposto s/ Prop.Predial e Territ. Urbana - 60%	652.860,00		
4.1.1.1.2.02.02.00.00	Imposto s/ Prop.Predial e Territ. Urbana - 25%	364.500,00		
4.1.1.1.2.02.03.00.00	Imposto s/ Prop.Predial e Territ. Urbana - 15%	332.640,00		
4.1.1.1.2.04.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	350.000,00		
4.1.1.1.2.04.31.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	350.000,00		
4.1.1.1.2.04.31.01.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - 60%	169.260,00		
4.1.1.1.2.04.31.02.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - 25%	94.500,00		
4.1.1.1.2.04.31.03.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - 15%	86.240,00		
4.1.1.1.2.08.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	450.000,00		
4.1.1.1.2.08.01.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis - 60%	217.620,00		
4.1.1.1.2.08.02.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis - 25%	121.500,00		
4.1.1.1.2.08.03.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis - 15%	110.880,00		
4.1.1.1.3.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	945.248,60		
4.1.1.1.3.05.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	945.248,60		
4.1.1.1.3.05.01.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	945.248,60		
4.1.1.1.3.05.01.01.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza - 60%	435.240,00		
4.1.1.1.3.05.01.02.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza - 25%	288.248,60		
4.1.1.1.3.05.01.03.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza - 15%	221.760,00		
4.1.1.2.0.00.00.00.00	TAXAS		1.185.240,77	
4.1.1.2.1.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	278.841,90		
4.1.1.2.1.17.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	183.511,46		
4.1.1.2.1.25.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	59.969,99		
4.1.1.2.1.32.00.00.00	Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	35.360,45		
4.1.1.2.2.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	906.398,87		
4.1.1.2.2.28.00.00.00	Taxa de Cemitérios	12.277,55		
4.1.1.2.2.90.00.00.00	Taxa de Limpeza Pública	734.444,32		
4.1.1.2.2.99.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	159.677,00		
4.1.1.2.2.99.00.00.99	Outras Taxas pela Prestacao de Servicos	159.677,00		
4.1.1.3.0.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA		350.000,00	
4.1.1.3.0.04.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	350.000,00		
4.1.2.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		700.433,88	
4.1.2.3.0.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		700.433,88	
4.1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		465.200,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		465.200,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	465.200,00		
4.1.3.2.5.01.00.00.00	Remuneração de Outros Depósitos Bancários	185.200,00		
4.1.3.2.5.01.02.00.00	Rec de Rem de Dep Bancários de Rec Vinc FUNDEB	19.000,00		
4.1.3.2.5.01.02.01.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEB - 60%	15.000,00		
4.1.3.2.5.01.02.02.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEB - 40%	4.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.00.00	Remun.de Depósitos Banc.de Recursos Vinculados - Fundo	30.600,00		
4.1.3.2.5.01.03.01.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vinc Saúde - Atenção Básica	23.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.02.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vinc Saúde - Média e Alta Com	1.600,00		
4.1.3.2.5.01.03.03.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vinc Saúde - Vigilância em Sa	4.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.04.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vinc Saúde - Farmac Básica	2.000,00		
4.1.3.2.5.01.05.00.00	Receita Remuneração de Depósitos Bancários - MDE	81.100,00		
4.1.3.2.5.01.05.01.00	Rec Remun de Dep Banc - MDE - Impostos Educação	5.000,00		
4.1.3.2.5.01.05.02.00	Rec Remun de Dep Banc - MDE - Convênios Educação	45.000,00		
4.1.3.2.5.01.05.03.00	Rec Remun de Dep Banc - MDE - Sal. Educação	20.000,00		
4.1.3.2.5.01.05.05.00	Rec Remun de Dep Banc - MDE - PNAE	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.05.06.00	Rec Remun de Dep Banc - MDE - PNATE	100,00		
4.1.3.2.5.01.05.07.00	Rec Remun de Dep Banc - MDE - Outros Recursos FNDE	10.000,00		
4.1.3.2.5.01.06.00.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vinc Ações Serv Públicos	7.600,00		
4.1.3.2.5.01.06.01.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vinc Saúde - Impostos Saúde	3.200,00		

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 2/6

Data: 28/10/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.3.2.5.01.06.02.00.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vinc Saúde - Convênios Saúde	4.200,00		
4.1.3.2.5.01.06.09.00.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vinc Saúde - Alienação de Bens	200,00		
4.1.3.2.5.01.09.00.00.00	Receita de Remuneração Depósitos Bancários da CIDE	500,00		
4.1.3.2.5.01.10.00.00.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vinc - FNAS	8.400,00		
4.1.3.2.5.01.10.04.00.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vinc FNAS - Média Complexidad	5.000,00		
4.1.3.2.5.01.10.05.00.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vinc - Outras Trans FNAS	800,00		
4.1.3.2.5.01.10.07.00.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vinc FNAS - Bolsa Família	800,00		
4.1.3.2.5.01.10.09.00.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vín FMAS - Piso Básico Fixo	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.10.10.00.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vín - Demais Transf.do Estado	800,00		
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Remuneração de Outros Dep Banc Recursos Vinculados	38.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.00.06.00	Remun.de Depós.Bancários de Rec.Vinc.Convênios-Habi	500,00		
4.1.3.2.5.01.99.01.00.00	Rec Rem Dep Banc - Rec Vinc - COSIP	15.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.02.00.00	Rec Rem Dep Banc - Rec Vinc - Transf Convênio	10.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.03.00.00	Rec Rem Dep Banc - Rec Vinc - Fun Esp Petróleo	3.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.04.00.00	Rec Rem Dep Banc - Rec Vinc - Conv Tran - Militar	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.05.00.00	Rec Rem Dep Banc - Rec Vinc - Conv Tran - Civil	1.500,00		
4.1.3.2.5.01.99.06.00.00	Rec Rem Dep Banc - Rec Vinc - Conv Tran - Prefeito	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.07.00.00	Rec Rem Dep Banc - Rec Vinc - Alienação de Bens	3.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.08.00.00	Rec Rem de Outros Depósitos Bancários FIA	3.000,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração de Dep. Banc. de Rec. Não Vinculados	280.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remuneração de Outros Dep Recursos Não Vinculados	280.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.09.00.00	Remuneração de Outros Dep.de Recursos ã Vinculados	250.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.10.00.00	Remun.de Outros Dep.de Recursos ã Vinculados - Servs.Á	30.000,00		
4.1.4.0.0.0.0.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUÁRIA		90.000,00	
4.1.4.9.0.0.0.00.00.00.00	Outras Receitas Agropecuárias		90.000,00	
4.1.6.0.0.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		2.244.720,00	
4.1.6.0.0.41.00.00.00.00	Serv. de Captação/Adução/Trat/Res e Dist. de Água	2.244.720,00		
4.1.7.0.0.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		37.071.926,61	
4.1.7.2.0.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		36.503.726,61	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	17.037.541,38		
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	12.839.842,98		
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	12.826.242,98		
4.1.7.2.1.01.02.10.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	12.826.242,98		
4.1.7.2.1.01.02.10.01.00	Cota-Parte do Fundo de Particip.dos Munic - 60%	6.114.360,00		
4.1.7.2.1.01.02.10.02.00	Cota-Parte do Fundo de Particip.dos Munic. - 25%	3.456.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.10.03.00	Cota-Parte do Fundo de Particip.dos Munic. - 15%	3.255.882,98		
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	13.600,00		
4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural - 60%	6.576,96		
4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural - 25%	3.672,00		
4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural - 15%	3.351,04		
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	370.360,00		
4.1.7.2.1.22.11.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Hídricos	199.060,00		
4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	11.130,00		
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	160.170,00		
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	2.514.000,00		
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	Transf. - SUS- PACS	406.000,00		
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	Transf. - SUS - PSF	545.000,00		
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	Transf. - SUS- Saúde Bucal	57.000,00		
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	Transf. - SUS- PAB	421.000,00		
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	Transf. - SUS- Vigilância Sanitária	16.000,00		
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	Transf. - SUS- Farmaceutica Básica	90.000,00		
4.1.7.2.1.33.09.00.00.00	Transf. - SUS- Media e Alta Compl Amb Hosp	200.000,00		
4.1.7.2.1.33.10.00.00.00	Transf. - SUS- NASF	240.000,00		
4.1.7.2.1.33.12.00.00.00	Transf SUS Vig Epidemiologica	65.000,00		
4.1.7.2.1.33.13.00.00.00	Transferências SUS - PMAQ	374.000,00		
4.1.7.2.1.33.14.00.00.00	Transferências SUS -Grupo de apoio para jovens	100.000,00		
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	174.100,00		
4.1.7.2.1.34.02.00.00.00	Transferencias FNAS - IGD/SUAS	12.000,00		
4.1.7.2.1.34.03.00.00.00	Transf FNAS - Piso Fixo Média Complexidade	78.000,00		

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 3/6

Data: 28/10/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	Transf. - FNAS - Bolsa Família	12.000,00		
4.1.7.2.1.34.05.00.00.00	Transferências FNAS - BPC.	100,00		
4.1.7.2.1.34.06.00.00.00	Transf. - FNAS - Piso Básico Fixo	72.000,00		
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	1.094.900,00		
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	760.000,00		
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	207.500,00		
4.1.7.2.1.35.03.01.00.00	Transf.Diretas do FNDE ref. ao PNAE	207.500,00		
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	18.400,00		
4.1.7.2.1.35.04.01.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNATE - Ens.Fundamental	18.400,00		
4.1.7.2.1.35.06.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE - EI	9.000,00		
4.1.7.2.1.35.99.00.00.00	Outras Transferências Diretas do FNDE	100.000,00		
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	44.338,40		
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 60%	21.442,05		
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 25%	11.971,37		
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 15%	10.924,98		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	11.774.770,23		
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	11.445.770,23		
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	9.888.177,26		
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS - 60%	4.781.922,52		
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS - 25%	2.669.807,86		
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS - 15%	2.436.446,88		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	1.350.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA - 60%	652.860,00		
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA - 25%	364.500,00		
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA - 15%	332.640,00		
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	142.592,97		
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação 60%	68.957,96		
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação 25%	38.500,10		
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação 15%	35.134,91		
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico	65.000,00		
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	297.000,00		
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	Transf. Estado - Saúde Farmaceutica Básica	88.000,00		
4.1.7.2.2.33.02.00.00.00	Transf. Estado - Saúde - Média Alta Complexidade	60.000,00		
4.1.7.2.2.33.03.00.00.00	Transf. Estado - Saúde - NASF	30.000,00		
4.1.7.2.2.33.04.00.00.00	Transf. Estado - Co Financiamento Saude	119.000,00		
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	32.000,00		
4.1.7.2.2.99.00.01.00.00	Transferência do Estado - Serviços Eventuais	5.000,00		
4.1.7.2.2.99.00.02.00.00	Transferências do Estado - Proteção Social Basica.	27.000,00		
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	7.691.415,00		
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	7.691.415,00		
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	7.103.415,00		
4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	588.000,00		
4.1.7.3.00.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas		170.000,00	
4.1.7.3.00.00.99.00.00	Transferências de Instituições Privadas	170.000,00		
4.1.7.3.00.00.99.01.00	Transf.p/Fundo da Infância e Adolescência	50.000,00		
4.1.7.3.00.00.99.02.00	Outras Transferências de Instituições Privadas	120.000,00		
4.1.7.5.00.00.00.00.00	Transf. de Pessoas		10.200,00	
4.1.7.5.00.00.99.00.00	Outras Transferências de Pessoas	10.200,00		
4.1.7.5.00.00.99.01.00	Transf. p/Fundo da Infância e Adolescência - FIA	5.000,00		
4.1.7.5.00.00.99.02.00	Outras Transferências de Pessoas	5.200,00		
4.1.7.6.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.		388.000,00	
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	238.000,00		
4.1.7.6.2.02.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Destin Programas de Educação	80.000,00		
4.1.7.6.2.02.00.01.00.00	Transf. de Convênios Estados Destin.Progr.de Educação	80.000,00		
4.1.7.6.2.03.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Destin Progr.Educa - Ens.Méd	158.000,00		
4.1.7.6.4.00.00.00.00.00	Transferência de Convênios Instituições Privadas	150.000,00		
4.1.7.6.4.00.00.01.00.00	Transferência de Convênios de Instituições Privadas	150.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		939.361,95	
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		382.132,35	

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 4/6

Data: 28/10/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	38.023,77		
4.1.9.1.1.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. e Vig. Sanit.	1.500,00		
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	10.154,48		
4.1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 60%	4.910,71		
4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 25%	2.741,71		
4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 15%	2.502,06		
4.1.9.1.1.39.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI	627,46		
4.1.9.1.1.39.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI - 60%	303,44		
4.1.9.1.1.39.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI - 25%	169,41		
4.1.9.1.1.39.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI - 15%	154,61		
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	8.741,83		
4.1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 60%	4.227,55		
4.1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 25%	2.360,29		
4.1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 15%	2.153,99		
4.1.9.1.1.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora das Contrib de Melhoria	2.000,00		
4.1.9.1.1.98.00.01.00.00	Multas e Juros de Mora de Contribuição de Melhoria	2.000,00		
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	15.000,00		
4.1.9.1.1.99.00.01.00.00	Multas de Juros e Mora de Outros Tributos	15.000,00		
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	251.284,58		
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	113.348,74		
4.1.9.1.3.11.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 60%	54.815,45		
4.1.9.1.3.11.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 25%	30.604,16		
4.1.9.1.3.11.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 15%	27.929,13		
4.1.9.1.3.12.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ITBI	1.119,20		
4.1.9.1.3.12.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ITBI - 60%	541,25		
4.1.9.1.3.12.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ITBI - 25%	302,18		
4.1.9.1.3.12.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ITBI - 15%	275,77		
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	8.196,64		
4.1.9.1.3.13.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 60%	3.964,38		
4.1.9.1.3.13.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 25%	2.212,36		
4.1.9.1.3.13.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 15%	2.019,90		
4.1.9.1.3.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx Fisc. Vig. San.	1.000,00		
4.1.9.1.3.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Contrib Melhoria	21.975,00		
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	105.645,00		
4.1.9.1.5.00.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	5.565,00		
4.1.9.1.5.99.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	5.565,00		
4.1.9.1.5.99.01.00.00.00	Outras M/J Mora Div Ativ de Outras Rec - Principal	5.565,00		
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	87.259,00		
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	65.000,00		
4.1.9.1.9.15.00.01.00.00	Convênio SSP-Trânsito - DETRAN/SC	65.000,00		
4.1.9.1.9.15.00.01.01.00	Convênio SSP/SC - Polícia Militar	18.000,00		
4.1.9.1.9.15.00.01.02.00	Convênio SSP/SC - Polícia Civil	18.000,00		
4.1.9.1.9.15.00.01.03.00	Convênio SSP/SC - Prefeitura	29.000,00		
4.1.9.1.9.50.00.00.00.00	Multas por Auto de Infração	5.565,00		
4.1.9.1.9.99.00.00.00.00	Outras Multas	16.694,00		
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		56.833,00	
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	56.833,00		
4.1.9.2.2.98.00.00.00.00	Outras Restituicoes Educ	25.000,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	31.833,00		
4.1.9.2.2.99.00.01.00.00	Outras Restituições em folha	31.833,00		
4.1.9.2.2.99.00.01.01.00	Outras Restituições em folha - FUNDEB 60%	5.000,00		
4.1.9.2.2.99.00.01.02.00	Outras Restituições em folha - FUNDEB 40%	3.333,00		
4.1.9.2.2.99.00.01.05.00	Outras Restituições em folha - MDE	20.000,00		
4.1.9.2.2.99.00.01.99.00	Outras Restituições	3.500,00		
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		432.751,60	
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributaria	421.622,60		
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	143.514,18		
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 60%	69.379,28		
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 25%	38.785,33		

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 5/6

Data: 28/10/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 15%	35.349,57		
4.1.9.3.1.12.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ITBI	2.225,81		
4.1.9.3.1.12.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ITBI - 60%	1.076,40		
4.1.9.3.1.12.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ITBI - 25%	600,97		
4.1.9.3.1.12.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ITBI - 15%	548,44		
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	21.642,61		
4.1.9.3.1.13.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 60%	10.466,37		
4.1.9.3.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 25%	5.843,50		
4.1.9.3.1.13.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 15%	5.332,74		
4.1.9.3.1.98.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. das Contrib de Melhoria	60.375,00		
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	193.865,00		
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	193.865,00		
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	11.129,00		
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	11.129,00		
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Receit - Princ	11.129,00		
4.1.9.3.2.99.01.00.99.00	Receita de Dívida Ativa não Tributária de Outras Receitas	11.129,00		
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		67.645,00	
4.1.9.9.0.02.00.00.00.00	Receita de Ônus de Sucumbência de Ações Judiciais	2.000,00		
4.1.9.9.0.02.02.00.00.00	Receita de Ônus de Sucumbência	2.000,00		
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	65.645,00		
4.1.9.9.0.99.00.03.00.00	Outras Receitas	65.645,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			12.455.361,00
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO		6.200.000,00	
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		6.200.000,00	
4.2.1.1.4.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contratuais	6.200.000,00		
4.2.1.1.4.03.00.00.00.00	Operações de Crédito Interna Programas Saneamento	5.000.000,00		
4.2.1.1.4.99.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	1.200.000,00		
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS		64.516,00	
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		64.516,00	
4.2.2.1.6.00.00.00.00.00	Alienação de Móveis e Utensílios	20.000,00		
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	44.516,00		
4.2.2.1.9.00.00.01.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	44.516,00		
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		6.190.845,00	
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		6.190.845,00	
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	4.460.845,00		
4.2.4.7.1.01.00.00.00.00	Transf. de Convênio p/ SUS	904.900,00		
4.2.4.7.1.01.10.00.00.00	Convênios com o Ministério da Saúde	904.900,00		
4.2.4.7.1.02.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç	400.000,00		
4.2.4.7.1.02.20.00.00.00	Outros Convênios da União para a Área de Educação	400.000,00		
4.2.4.7.1.05.00.00.00.00	Transf. Conv União Dest.Prog. Infra-Estrut.Transp	2.315.945,00		
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	840.000,00		
4.2.4.7.1.99.01.00.00.00	Outras Transf de Convênios da União Cultura	420.000,00		
4.2.4.7.1.99.02.00.00.00	Outras Transf de Convênios da União Agric	200.000,00		
4.2.4.7.1.99.03.00.00.00	Outras Transf. de Convênios da União - Esporte	120.000,00		
4.2.4.7.1.99.06.00.00.00	Outras Transf de Conv da União Habitação	100.000,00		
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	1.730.000,00		
4.2.4.7.2.05.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados Dest.Infra-Estrutura Tra	1.730.000,00		
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			-4.852.990,33
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE		-4.852.990,33	
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências		-4.852.990,33	
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-2.576.836,28		
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-2.567.968,60		
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-2.565.248,60		
9.1.7.2.1.01.02.10.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-2.565.248,60		
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-2.720,00		
9.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Dedução Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural - F	-2.720,00		
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-8.867,68		

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDERPágina: 6/6
Data: 28/10/2014

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
9.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Dedução Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 F	-8.867,68		
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-2.276.154,05		
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-2.276.154,05		
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	-1.977.635,45		
9.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	-1.977.635,45		
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-270.000,00		
9.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-270.000,00		
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	-28.518,60		
9.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Dedução Cota-Parte do IPI sobre Exportação Fundeb	-28.518,60		
Total das receitas:				53.744.502,48
Total geral das transferências:				0,00
Total geral das receitas:				53.744.502,48
Total geral:				53.744.502,48

OSVALDO JURCK
Prefeito MunicipalHERCÍLIO PEITRUKA JUNIOR
ContadorPAULO ROBERTO FERREIRA
Controle InternoFERNANDO RODRIGO DA ROSA
Procurador do Município

Serra Alta**PREFEITURA****EXTRATO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 75/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 75/2014

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 75/2014

Tipo: Maior oferta.

OBJETO: Concessão de espaço físico edificado do Terminal Rodoviário de Passageiros (Rodoviária) localizado em Serra Alta SC. para exploração de venda de passagens.

Entrega dos Envelopes : 08:45 horas do dia 23 de dezembro de 2014.

Abertura dos Envelopes : 09:00 horas do dia 23 de dezembro de 2014.

O Edital se encontra disponível no site do Município www.serraalta.sc.gov.br ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30h e das 13:30 às 17:30horas.

SERRA ALTA, 21 de novembro de 2014.

BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO

PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Sombrio**PREFEITURA****LEI Nº. 2188/2014**

LEI Nº. 2188 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

"DENOMINA PRÉDIO PÚBLICO QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. O Futuro Prédio onde será instalado o Posto de Saúde situado no Bairro Nova Brasília no Município de Sombrio, passará a denominar-se "UNIDADE DE SAÚDE ANDRÉ NORMÉLIO BARRETO".

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Sombrio (SC), 18 de novembro de 2014.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Timbó

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 27 2014 SAMAE - AQUISIÇÃO DE EMBALAGENS DE POLIETILENO

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 27/2014 - SAMAE

OBJETO: aquisição de embalagens de polietileno reciclado destinadas à coleta seletiva de resíduos sólidos. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h30min do dia 04 de dezembro de 2014. ABER-TURA: dia 04 de dezembro de 2014 as 09h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 20/11/2014

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente SAMAE

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 139 2014 PMT - MANUTENÇÃO EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 139/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó

OBJETO: registro de preço para contratação de empresa para manutenção de equipamentos de informática para atender as necessidades de órgãos da administração direta e indireta.

EMPRESAS FORNECEDORAS: BITSET Comércio de Equipamentos e Suprimentos de Informática Ltda e AJ BRASIL Informática Eirelli ME.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 17.867,50 (dezessete mil oitocentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 19/11/2015

Timbó, 20/11/2014

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde

DEISE ADRIANA NICHOLETTI MENDES

Secretária de Assistência Social

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente Fundação Cultural de Timbó

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente SAMAE

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO 2014.089 - FUMTRAN

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/089

AUTORIZANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Trânsito.

AUTORIZADO: IPOG - Instituto de Pós-Graduação & Graduação LTDA.

OBJETO: Contratação de curso de especialização MBA em Infra-estrutura de Transportes e Rodovias para a funcionária Luciana Hartmann, engenheira civil lotada na Secretaria de Planejamento trânsito e Meio Ambiente.

DATA DA ASSINATURA: 10/11/2014

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO - 13.2014 FMS -OLIMED

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 13/2014

CONTRATANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADO: OLIMED Material Hospitalar Ltda.

OBJETO: Equilíbrio econômico financeiro dos itens 77, 78, 79 e 80, que ficam acrescidos proporcionalmente ao aumento ocorrido, passando a ser respectivamente de R\$ 1,82, R\$ 11,81, R\$ 11,81, R\$ 11,82.

DATA DA ASSINATURA: 03/11/2014.

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde

LEI Nº 2743, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 2743, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014

Denomina a Rodovia Municipal TBO-483.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rodovia Municipal TBO-483, a estrada que tem início no lado par da Rodovia Municipal TBO-429, distante pelo lado esquerdo 2.276,94 metros até a esquina formada com o lado par da Rodovia Municipal TBO-440 (Estrada Mulde Central). Essa Rodovia se inicia desta amarração, seguindo na direção leste até a divisa entre os municípios de Timbó/Pomerode, conforme mapa constante em anexo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25 2014
FCT - ITENS DE ILUMINAÇÃO NATALINA**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 25/2014

CONTRATANTE: Fundação Cultural de Timbó.

CONTRATADO: LYSING COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA.

OBJETO: Constitui como objeto do presente termo de dispensa a aquisição de itens de iluminação decorativa natalina e demais acessórios (cabo multiplexado, cabo de força, cordas luminosas) a serem utilizados na decoração de iluminação do projeto Natal Mais Encantado, em virtude do processo licitatório por pregão presencial ter sido deserto nos itens citados.

VALOR TOTAL: R\$ 10.977,96 (dez mil novecentos e setenta e sete reais e noventa e seis centavos).

Timbó, 21 de novembro de 2014

JORGE R. FERREIRA

Diretor Presidente Fundação Cultural de Timbó

**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 155 2014 PMT -
PAVIMENTAÇÃO DA RUA CURITIBANOS**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 155/2014

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Paviplan Pavimentação LTDA.

OBJETO: Prestação de serviço de pavimentação asfáltica de 490,22 m² (quatrocentos e noventa metros quadrados e vinte e dois décimos quadrados) com fornecimento de meio fio na Rua Curitiba, por meio do edital de Credenciamento n.º 48/2013.

VALOR TOTAL DA PAVIMENTAÇÃO: R\$ 119.700,21 (cento e dezanove mil setecentos reais e vinte e um centavo).

VALOR A SER PAGO MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC REFERENTE À ÁREA DOS MORADORES NÃO ADERENTES, ENTRONCAMENTOS, CRUZAMENTOS, VIRADOUROS E INTERSEÇÕES DAS RUAS: R\$ 31.035,82 (trinta e um mil trinta e cinco reais e oitenta e dois centavos).

VALOR A SER PAGO PELOS PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS LINDEIROS REFERENTE À SUA ÁREA DE COMPETÊNCIA: R\$ 88.664,39 (oitenta e oito mil seiscentos e sessenta e quatro reais e trinta e nove centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 90 (noventa) dias após recebimento da ordem de serviço.

Timbó, 21 de novembro de 2014

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 24/2014**

Portaria Nº 24/2014

Concede férias à servidora Giani Zaira Seidel, analista legislativa na Câmara Municipal de Timbó.

O presidente da Câmara Municipal de Timbó, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, III da Lei Orgânica e art. 50, § 3º, I, do Regimento Interno, com fundamento no art. 84 do Estatuto do Servidor Público Municipal, Resolve:

Art. 1º Conceder dez dias de férias, relativas ao período aquisitivo 28/05/2013 a 27/05/2014, à servidora Giani Zaira Seidel, Analista legislativa na Câmara Municipal de Timbó.

Art. 2º A servidora fruirá as férias concedidas por este ato no período de 5 à 14 de Janeiro de 2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Timbó, 19 de Novembro de 2014.

Jorge Augusto Kruger

Presidente

Três Barras

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.433 DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO Nº 4.433 DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR

TOTAL DE

R\$ 304.995,15, PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO VIGENTE.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município e de acordo com o Art. 5º da Lei nº. 3.105 de 20 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Abre crédito adicional suplementar por excesso e/ou provável excesso de arrecadação no orçamento da Prefeitura Municipal de Três Barras, para exercício 2014, no valor de R\$ 49.007,56 (Quarenta e nove mil, sete reais e cinquenta e seis centavos), como segue:

03 – GABINETE DO PREFEITO			
01 – Gabinete do Prefeito			
004.0122.0003.2005 – Manutenção do Gabinete do Prefeito			
3190.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	48.507,56

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA			
01 – Secretaria de Agricultura			
004.0122.0007.2012 – Manutenção da Secretaria de Agricultura			
3190.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	500,00

Art. 2º Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o excesso e/ou provável excesso de arrecadação, como segue:

-Conta Receita nº 417220102000000 - Cota-Parte do IPVA, vínculo 10000, no valor de R\$ 49.007,56.

Art. 3º - Abre crédito adicional suplementar por anulação de dotações ao orçamento da Prefeitura Municipal de Três Barras, para exercício 2014, no valor de R\$ 255.987,59 (Duzentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e oitenta e sete reais e cinquenta e nove centavos), como segue:

08 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE			
01 – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte			
012.0365.0013.2063– Manutenção dos CMEIS – Educação Infantil			
3190.00.00	11900	Aplic. Diretas/ Transferências do FUNDEB-(aplic. outras)	248.643,35
06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA			
01 – Secretaria de Agricultura			
004.0122.0007.2012– Manutenção da Secretaria de Agricultura			
3190.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	7.344,24

Art. 4º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, no valor de R\$ 255.987,59 (Duzentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e oitenta e sete reais e cinquenta e nove centavos), será

utilizado os recursos provenientes das seguintes anulações:

08 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE			
01 – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte			
012.0365.0013.2063– Manutenção dos CMEIS – Educação Infantil			
3190.00.00	11800	Aplic. Diretas/ Transferências do FUNDEB-(aplic. profis)	248.643,35

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA			
01 – Secretaria de Agricultura			
004.0122.0007.2012– Manutenção da Secretaria de Agricultura			
3390.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	574,26
4490.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	6.769,98

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Três Barras, 31 de outubro de 2014.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

DECRETO Nº 4.434 DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO Nº 4.434 DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR

TOTAL DE R\$ 82.500,00, PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO VIGENTE.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município e de acordo com o Art. 5º da Lei nº. 3.105 de 20 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Abre crédito adicional suplementar por excesso e/ou provável excesso de arrecadação no orçamento da Prefeitura Municipal de Três Barras, para exercício 2014, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), como segue:

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO			
01 – Secretaria de Administração			
004.0122.0005.2009 – Manutenção das Atividades da Administração			
4490.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	20.000,00

Art. 2º Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o excesso e/ou provável excesso de arrecadação, como segue:

-Conta Receita nº 417220102000000 - Cota-Parte do IPVA, vínculo 10000, no valor de R\$ 20.000,00.

Art. 3º Abre crédito adicional suplementar por excesso e/ou provável excesso de arrecadação no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Três Barras, para exercício 2014, no valor de R\$ 100,00 (Cem reais), como segue:

12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
01 – Fundo Municipal de Saúde			
010.0301.0009.2060 – Atenção Básica			
3390.00.00	12303	Aplic. Diretas/ Conv. União p/Constr.e Area Viv./Saude	100,00

Art. 4º Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o excesso e/ou provável excesso de arrecadação, como segue:

-Conta Receita nº 413250103090000 -REM. DEP. BANC CENTRO DE VIVENCIA, vínculo 12303, no valor de R\$ 100,00.

Art. 5º - Abre crédito adicional suplementar por anulação de dotações ao orçamento da Prefeitura Municipal de Três Barras, para exercício 2014, no valor de R\$ 62.400,00 (Sessenta e dois mil e quatrocentos reais), como segue:

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO			
01 – Secretaria de Administração			
004.0122.0005.2009 – Manutenção das Atividades da Administração			
4490.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	62.400,00

Art. 6º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, no valor de R\$ 62.400,00 (Sessenta e dois mil e quatrocentos reais), será utilizado os recursos provenientes das seguintes anulações:

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO			
01 – Secretaria de Administração			
004.0122.0005.2009 – Manutenção das Atividades da Administração			
3350.00.00	10000	Transferências a Inst. Priv. s/ Fins Lucr / Recursos Ordinários	37.400,00
3391.00.00	10000	Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Orgaos/ Recursos Ordinários	25.000,00

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Três Barras, 31 de outubro de 2014.

ELOI JOSE QUEGE
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

DECRETO Nº 4.436 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 4.436 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR TOTAL DE

R\$ 170.000,00, PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO VIGENTE.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº. 3.151 de 11 de novembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito adicional suplementar por anulação de dotações ao orçamento da Câmara de Vereadores de Três Barras, para exercício 2014, no valor de R\$ 170.000,00 (Cento e setenta mil

reais), como segue:

01 – CÂMARA DE VEREDORES			
01 – Câmara de Vereadores			
001.031.001.2001 – Processo Legislativo			
3190.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	170.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, no valor de R\$ 170.000,00 (Cento e setenta mil reais), será utilizado os recursos provenientes das seguintes anulações:

01 – CÂMARA DE VEREDORES			
01 – Câmara de Vereadores			
001.031.001.2001 – Manut. Atividades Legislativas			
4490.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	5.000,00
001.031.001.1003 – Mobiliário e Equip. de Informát.			
4490.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	24.500,00
001.031.001.2001 – Manut. Atividades Legislativas			
3390.00.00	10000	Aplic. Diretas/ Recursos Ordinários	140.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Três Barras, 14 de novembro de 2014.

ELOI JOSE QUEGE
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

*Folha 2 de 2 do Decreto nº 4.436 de 14 de novembro de 2014.

PORTARIA Nº. 450 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014

PORTARIA Nº. 450 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

AUTORIZA o pagamento á servidora inativa RITA GEOMARE DOMBROVSKI, PROFESSORA, 40hrs - lotada na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes, do quadro de pessoal estatutário desta Prefeitura, de parcela mensal no valor de R\$1.470,49 (hum mil, quatrocentos e setenta reais e quarenta e nove centavos), a titulo de complementação de proventos, em consonância com o previsto no parágrafo único do art. 180 da Lei Complementar nº138 de 08 de outubro de 2009 e requerimento protocolado sob o nº 959 de 02 de outubro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 02 de outubro de 2014.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 23 de outubro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

PORTARIA Nº. 451 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014

PORTARIA Nº. 451 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora ELAINE CARINE MIRANDA SCHEUER, no cargo de Secretária Adjunta - PC 05 - quadro de funcionários comissionado desta Prefeitura - 30 dias de férias do período 11/03/2013 a 10/03/2014, lotada na secretaria de Agricultura & Meio Ambiente deste município. A contar 20 de outubro de 2014.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), 23 de outubro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

PORTARIA Nº. 453 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 453 de 23 DE OUTUBRO DE 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Conceder, a servidora ROSANE NATALIA LOPES OLEGARIO, no cargo de AUX DE SERVIÇOS GERAIS, 40hrs, Quadro de funcionários Temporário desta Prefeitura, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes; 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de Saúde junto ao INSS, a contar o atestado de 21/10/2014 e encaminhado ao Auxílio doença em 05/11/2014.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 23 de outubro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

PORTARIA Nº. 452 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014

PORTARIA Nº. 452 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR, a THALITA DA SILVA BDRUTCHENK, para exercer as

funções no cargo de SECRETÁRIA ADJUNTA, PC 05, quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura. Lotada na Secretaria de Administração & Planejamento desde município. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 17 de outubro de 2014.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 23 de outubro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

PORTARIA Nº. 454 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 454 de 23 DE OUTUBRO DE 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Conceder, a servidora ARIANE CAROLINE KRAILING, no cargo de PROFESSORA, 20hrs, Quadro de funcionários Temporário desta Prefeitura, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes; 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de Saúde junto ao INSS, a contar o atestado de 20/10/2014 e encaminhado ao Auxílio doença em 04/11/2014.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 23 de outubro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

PORTARIA Nº. 455 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014

PORTARIA Nº. 455 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

CONCEDER a funcionária, JESSICA MARA DOS PASSOS TAVARES, cargo de PROFESSORA, 20hrs temporária - lotada na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, com base no artigo 7º. Inciso XVIII da Constituição Federal, a contar de 01 de outubro de 2014.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 23 de outubro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

PORTARIA Nº. 457 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014
PORTARIA Nº. 457 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, O Senhor MARCIO ALVES, das funções que exercia no cargo de SECRETÁRIO, PC 01, quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura. Lotado na Secretaria de Urbanismo & Limpezas Pública desde município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 31 de outubro de 2014.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 29 de outubro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

PORTARIA Nº. 458 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014
PORTARIA Nº. 458 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

CONCEDER a funcionária, MARCELA CRISTINA DE LIMA, cargo de TÉCNICA DE ENFERMAGEM, temporária - lotada na Secretaria de Saúde, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, com base no artigo 7º. Inciso XVIII da constituição Federal, a contar de 20 de outubro de 2014.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 29 de outubro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

PORTARIA Nº. 459 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014
PORTARIA Nº. 459 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR [A PEDIDO], a Senhora TEREZINHA APARECIDA DOS SANTOS PACHECO, das funções que exercia no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, quadro de funcionários temporários desta Prefeitura. Aprovada através de Processo Seletivo, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes desde município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 30 de outubro de 2014.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 29 de outubro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

PORTARIA Nº. 462 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014
PORTARIA Nº. 462 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR [A PEDIDO], a Senhora IVANILDA GONTARSKI, das funções que exercia no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, quadro de funcionários temporários desta Prefeitura. Aprovada através de Processo Seletivo, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes desde município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 03 de novembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 07 de novembro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

PORTARIA Nº. 463 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014
PORTARIA Nº. 463 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR o Senhor MÁRCIO ALVES, para exercer as funções no cargo de SECRETÁRIO DE URBANISMO, PC 01, lotado na Secretaria de URBANISMO & LIMPEZAS PÚBLICAS deste Município, quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 05 de novembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 07 de novembro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

PORTARIA Nº. 464 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº. 464 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Interromper, os 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de Saúde junto ao INSS da servidora ROSANE NATALIA LOPES OLEGARIO, no cargo de AUX DE SERVIÇOS GERAIS, 40hrs, Quadro de funcionários Temporário desta Prefeitura, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes; a contar o atestado de 21/10/2014. A mesma retornou ao trabalho em 05/11/2014.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 07 de novembro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

PORTARIA Nº. 465 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº. 465 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

CONCEDER o gozo de férias a Servidora THALITA DA SILVA BDRUTCHENK, cargo de Secretaria Adjunta, lotada na secretaria de Administração & Planejamento do quadro de pessoal efetivo desta Prefeitura, 05 (cinco) dias de férias haver do período aquisitivo 11/03/2013 á 10/03/2014, sustado pela Portaria 183/2014. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 10 de novembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 07 de novembro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

PORTARIA Nº. 466 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº. 466 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR [A PEDIDO], a Senhora PATRICIA KELCZESKI, das funções que exercia no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, quadro de funcionários temporários desta Prefeitura. Aprovada através de Processo Seletivo, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes desde município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 06 de novembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 07 de novembro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

PORTARIA Nº. 460 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 460 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais co5, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

De acordo com o disposto no artigo 4º. do Decreto nº. 3.795 de, 10 de Setembro de 2010, nomear Comissão Permanente de Ascensão Funcional - anual, órgão colegiado, sob a coordenação e supervisão do Secretário de Administração e Planejamento, que será composta dos seguintes membros titulares com seus respectivos suplentes:

Titular : Silvana Jarschel
Suplente: Ignês P. Scherer

Titular : Eloá Steklain
Suplente: Tereza Dobrochinski Budant

Titular : Sônia Cleomara Vieira Biscaia Canani.
Suplente: Mariza C. de Maria

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 07 de Novembro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Treze Tílias

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 75/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 75/2014 - PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de um veículo, 02 (dois) lugares, tipo caminhonete, carroceria aberta, para atender a necessidade do Município de Treze Tílias, conforme Anexo I.

O recebimento dos envelopes contendo a "proposta" e "documentação" será até as 09h00 min do dia 04/12/2014, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH
Prefeito

Trombudo Central

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO PE 01/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

RETIFICAÇÃO PROCESSO LICITATORIO Nº 107/2014 - PE Nº 01/2014

O Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, por intermédio de seu Prefeito Sr. Silvio Venturi, torna pública a RETIFICAÇÃO do Edital de Pregão Eletrônico PMTC nº 01/2014, comunicando às pessoas interessadas a seguinte mudança no Edital:

1) Fica alterado o subitem 1.3:

Onde se lê: ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 09:00 horas do dia 26 de novembro de 2014

Leia-se: ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 13:30 horas do dia 04 de dezembro de 2014.

2) Fica alterado o subitem 1.4:

Onde se lê: INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10:00 horas do dia 26 de novembro de 2014.

Leia-se: INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 14:30 horas do dia 04 de dezembro de 2014.

3) Fica alterado o subitem 1.5:

Onde se lê: CADASTRO DAS PROPOSTAS: As propostas somente poderão ser cadastradas no sistema, a partir das 14:00h do dia 13/11/2014 até as 14:00h do dia 25/11/2014.

Leia-se: CADASTRO DAS PROPOSTAS: As propostas somente poderão ser cadastradas no sistema, até as 14:00h do dia 03/12/2014.

4) Fica alterado o subitem 9.1.4 letra "a":

Onde se lê: a) Comprovação de aptidão para fornecimento de bens, compatível em características com o objeto da licitação, através de no mínimo 01 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

Leia-se: a) Comprovação de aptidão para fornecimento de bens/ instalação, compatível em características com o objeto da licitação, através de no mínimo 01 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

5) Acrescenta-se ao item 9.1.4 as letras "b", "c", "d".

6) Acrescenta-se ao item 12 o subitem 12.6.

7) Acrescenta-se ao subitem 15.1 a letra "o".

Permanecem inalteradas as demais disposições.

Trombudo Central, 20 de novembro de 2014.

Silvio Venturi

Prefeito Municipal

PREGÃO ELETRÔNICO 02/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

PREGÃO ELETRONICO PMTC Nº 02/2014

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRONICO PMTC Nº 02/2014, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução UNITÁRIO visando a AQUISIÇÃO DE TRATOR DE PNEUS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS PARA SECRETARIA DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO. O prazo de recebimento de propostas será a partir das 14:00h do dia 21/11/2014 até as

14:00h do dia 03/12/2014, sendo que a abertura das propostas dar-se-á as 09:00h do dia 04/12/2014 e o início da disputa as 10:00h do dia 04/12/2014, sendo feito através do endereço eletrônico: bll.org.br. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30min as 17:00min, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através do email: licita@trombudocentral.sc.gov.br ou encontrada no site bll.org.br.

Trombudo Central, 20 de novembro de 2014.

Silvio Venturi

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 24/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 24/2014

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e do Decreto Regulamentar nº 3.555/2000, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 24/2014, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução POR ITEM visando a AQUISIÇÃO DE VEÍCULO 0KM ANO 2014, MODELO 2015 PARA SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 10:00h. do dia 03 de dezembro de 2014, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração - Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30min as 17:30min, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através do email: licita@trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo Central, 20 de novembro de 2014.

Silvio Venturi

Prefeito Municipal

Tunápolis

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 124/2014 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 89/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 124/2014

Edital de Pregão Presencial nº 89/2014

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação,

na modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto consiste na aquisição de wafers recheados, a serem distribuídas para as crianças em na noite do show natalino, de acordo com os itens, especificações, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório e da Lei autorizativa nº 930/2009 de 11 de março de 2009.

Entrega das propostas até às 9h45min do dia 03 de dezembro de 2014.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 51/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 51/2014

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 51/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA CONSTRUTORA HAMMES LTDA EPP.

Pelo presente Termo Aditivo, de um lado o Município de Tunápolis, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Sr. Enoí Scherer, portador do CPF nº 656/321/769-91, e de outro lado a Empresa CONSTRUTORA HAMMES LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 09.153.806/00001-94, estabelecida na Rua Jundiá,100, Área Industrial, no Município de Itapiranga/SC, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato administrativo nº 51/2014.

Considerando o contrato administrativo nº 51/2014 - Prefeitura Municipal de Tunápolis, celebrado em 28 de maio de 2014, proveniente do Processo Licitatório nº 67/2014 e Tomada de Preço nº 05/2014, em que consta como objeto a "Contratação de empresa em regime de empreitada global (mão de obra e materiais) para construção de Quadra Escolar Coberta com Vestiário (980,40m²) na Rua João Castilho deste Município, de acordo com o termo de compromisso PAC 208664/2014".

Considerando a necessidade da continuidade ininterrupta dos serviços prestados no contrato celebrado com a empresa CONSTRUTORA HAMMES LTDA EPP, empresa esta denominada como CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente TERMO ADITIVO ao contrato acima mencionado, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Cláusula Primeira- DO PRAZO:

Ao presente contrato fica prorrogada a vigência do prazo anteriormente fixado, conforme previsto na Lei 8.666/93 em seu artigo 57. O prazo Contratual fica prorrogado para 31 de dezembro de 2014, de acordo com a justificativa anexa.

Cláusula Segunda: As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis - SC, 21 de novembro de 2014.

Enoi Scherer	Construtora Hammes Ltda EPP
Prefeito Municipal	CONTRATADA
Testemunhas:	

1)
Cleverson Inácio Kerkoff
CPF: 918.368.409-34

2)
Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

Urussanga

PREFEITURA

AVISO PR 30/2014/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Comissão Permanente de Licitação Julgamento - CPLJ

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO N.º 30/2014/FMS

Objeto: locação de impressoras e manutenção de impressoras do patrimônio da Secretaria de Saúde. Recebimento dos envelopes: até as 10h30 do dia 03/12/2014, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 - Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: às 10h30 do dia 03/12/2014, no mesmo local. Edital: o edital estará a disposição dos interessados das 07h às 13h, de segunda-feira à sexta-feira, somente em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser solicitado através do e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br

ROSANE ZATTA
Pregoeira

AVISO TP 25/2014/PMU

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE URUSSANGA - CPLJ

AVISO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 25/2014/PMU

Objeto: gêneros alimentícios. Recebimento dos envelopes: até 08h30 do dia 10/12/2014, na Prefeitura Municipal, sito à Praça da Bandeira, 12 - Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: às 08h30 do dia 10/12/2014. Edital: estará a disposição dos interessados das 07h às 13h, segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, somente no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser solicitado pelo e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br

AVISO PR 55/2014/PMU

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Comissão Permanente de Licitação Julgamento - CPLJ

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO N.º 55/2014/PMU

Objeto: aquisição de material de expediente. Recebimento dos envelopes: até as 08h30 do dia 04/12/2014, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 - Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: às 08h30 do dia 04/12/2014, no mesmo local. Edital: o edital estará a disposição dos interessados das 07h às 13h de segunda-feira à sexta-feira, somente em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser solicitado através do e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br

ROSANE ZATTA
Pregoeira

AVISO PR 56/2014/PMU

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Comissão Permanente de Licitação Julgamento - CPLJ

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO N.º 56/2014/PMU

Objeto: aquisição de material elétrico. Recebimento dos envelopes: até as 08h30 do dia 05/12/2014, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 - Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: às 08h30 do dia 05/12/2014, no mesmo local. Edital: o edital estará a disposição dos interessados das 07h às 13h de segunda-feira à sexta-feira, somente em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser solicitado através do e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br

ROSANE ZATTA

Pregoeira

AVISO PR 31/2014/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Comissão Permanente de Licitação Julgamento - CPLJ

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO N.º 31/2014/FMS

Objeto: confecção de próteses dentárias. Recebimento dos envelopes: até as 11h30 do dia 04/12/2014, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 - Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: às 11h30 do dia 04/12/2014, no mesmo local. Edital: o edital estará a disposição dos interessados das 07h às 13h, de segunda-feira à sexta-feira, somente em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser solicitado através do e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br

ROSANE ZATTA

Pregoeira

AVISO PR 57/2014/PMU

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Comissão Permanente de Licitação Julgamento - CPLJ

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO N.º 57/2014/PMU

Objeto: aquisição de lubrificantes. Recebimento dos envelopes: até as 10h30 do dia 05/12/2014, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 - Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: às 10h30 do dia 05/12/2014, no mesmo local. Edital: o edital estará a disposição dos interessados das 07h às 13h de segunda-feira à sexta-feira, somente em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser solicitado através do e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br

ROSANE ZATTA

Pregoeira

AVISO PR 58/2014/PMU

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Comissão Permanente de Licitação Julgamento - CPLJ

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO N.º 58/2014/PMU

Objeto: aquisição de pneus novos. Recebimento dos envelopes: até as 11h do dia 10/12/2014, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 - Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: às 11h do dia 10/12/2014, no mesmo local. Edital: o edital estará a disposição dos interessados das 07h às 13h de segunda-feira à sexta-feira, somente em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser solicitado através do e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br

ROSANE ZATTA

Pregoeira

AVISO PR 32/2014/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Comissão Permanente de Licitação Julgamento - CPLJ

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO N.º 32/2014/FMS

Objeto: aquisição de material de pintura. Recebimento dos envelopes: até as 08h30 do dia 11/12/2014, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 - Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: às 08h30 do dia 11/12/2014, no mesmo local. Edital: o edital estará a disposição dos interessados das 07h às 13h, de segunda-feira à sexta-feira, somente em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser solicitado através do e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br

ROSANE ZATTA

Pregoeira

AVISO PR 33/2014/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Comissão Permanente de Licitação Julgamento - CPLJ

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO N.º 33/2014/FMS

Objeto: aquisição de camisetas para campanhas. Recebimento dos envelopes: até as 10h30 do dia 11/12/2014, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 - Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: às 10h30 do dia 11/12/2014, no mesmo local. Edital: o edital estará a disposição dos interessados das 07h às 13h, de segunda-feira à sexta-feira, somente em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser solicitado através do e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br

ROSANE ZATTA

Pregoeira

AVISO PR 34/2014/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Comissão Permanente de Licitação Julgamento - CPLJ

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO N.º 34/2014/FMS

Objeto: aquisição de peças e serviços manutenção veículos da frota da Secretaria de Saúde. Recebimento dos envelopes: até as 08h30 do dia 12/12/2014, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 - Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: às 08h30 do dia 12/12/2014, no mesmo local. Edital: o edital estará a disposição dos interessados das 07h às 13h, de segunda-feira à sexta-feira, somente em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser solicitado através do e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br

ROSANE ZATTA

Pregoeira

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO N. 175/2013/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do Contrato: 175/2013/FMS

Data de assinatura: 20/11/2014

Processo de Licitação n.º 19/2013/FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMS

Contratado: IVETE TERESINHA PREVIDI CROZETTA

CNPJ/CPF: 117.909.460-34

Objeto: locação de imóvel, localizado no Rio Maior, Urussanga/SC.

Valor Global do Aditivo: R\$ 8.136,00

Vigência prorrogada até 31/12/2015.

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO N. 128/2014/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do Contrato: 128/2014/FMS

Data de assinatura: 20/11/2014

Processo de Licitação n.º 25/2014/FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMS

Contratado: STELLA MARIS DE AGOSTIN TALAMINI

CNPJ/CPF: 378.856.939-53

Objeto: locação de imóvel, localizado no Centro, Urussanga/SC.

Valor Global do Aditivo: R\$ 18.600,00

Vigência prorrogada até 31/12/2015.

Videira**PREFEITURA****DECRETO Nº 10.347/14**

DECRETO Nº 11.347/14, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.035/13, de 06 de dezembro de 2013.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 74.899,77 (Setenta e quatro mil, oitocentos e noventa e nove reais e setenta e sete centavos) à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

12 – Fundo Municipal p/ Reeq dos Bombeiros Voluntários	
01 – Fundo Municipal p/ Reeq dos Bombeiros Voluntários	
2.072 – Manutenção do Fundo Municipal p/ Reeq dos Bombeiros Voluntários	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0026.0 – Aplicações Diretas	74.899,77
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	74.899,77

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do provável excesso de arrecadação no exercício de 2014, pelo recebimento do recurso de Convênio TR nº 1314 entre o Estado de Santa Catarina por meio da SDR - Secretaria de Desenvolvimento Regional Videira e Município de Videira - Processo SDR 091474/2014, que tem por objeto a Construção do Quartel para o Corpo de Bombeiros Militar de Videira.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 19 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

ANEXO V - CONTROLE DE GASTOS COM EDUCAÇÃO 10 2014

DECRETO Nº 8.766/07

ANEXO V

CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS COM ENSINO - MÊS OUTUBRO/2014

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DESPESAS PRÓPRIAS COM ENSINO	
1. BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	ARRECADAÇÃO ATÉ O MÊS
1.1 - IPTU	4.106.732,04
1.2 - ITBI	1.816.483,44
1.3 - ISS	6.765.884,05
1.5 - IRRF	1.414.784,98
1.6 - Dívida Ativa de Impostos	473.262,83
1.7 - Multas e Juros de Impostos	322.494,73
1.8 SOMA	14.899.642,07
Receitas Base de Cálculo do FUNDEB	
	Total
1.10 - Cota-Parte do FPM - 20%	15.406.241,37
1.11 - Cota-Parte do ICMS Deson. Export. (LC 87/96) -20%	112.370,67
1.12 - Cota-Parte do ICMS - 20%	28.647.119,49
1.13 - Cota-Parte do IPI Exp. - 20%	442.033,53
1.14 - Cota-Parte do ITR - 20%	33.749,33
1.15 - Cota-Parte do IPVA - 20%	5.623.030,37
1.16 - Cota-Parte do ITCMD - 20%	0,00
1.17 SOMA	50.264.544,76
1.18 TOTAL	65.164.186,83

2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	Até o Mês
Especificação	Acumulado
2.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (25% de 1.18)	16.291.046,71
2.1.1 - Cota- parte Transferências do FUNDEB (retorno)	16.318.242,60
2.2 - Rendimento s/ Aplicação FUNDEB	177.407,05
2.3 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.2	660.027,52
2.4 - Cota-Parte do Salário Educação	1.609.540,47
2.5 - Rendimento Aplicação Salário Educação	260.136,21
2.6 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.4	1.983.875,18
2.7 - Convênios Vinculados ao Ensino	1.414.054,45
2.8 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.7	146.171,39

3. APLICAÇÃO	Até o mês		
Especificação	Exigência Legal	Liquidada	Diferença
3.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (100% de 2.1)	16.291.046,71	19.581.058,69	3.290.011,98
3.1.1 - Valor gasto com Ensino Fundamental		10.376.000,73	
3.1.2 - Valor gasto com Educação Infantil		9.205.057,96	
3.2 - Contribuição do FUNDEB (Sub-vinculação contábil)	16.495.649,65	15.469.873,97	-1.025.775,68
3.3 - Remun.Prof Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1+2.2+2.3)	9.897.389,79	11.502.268,97	1.604.879,18
3.4 - Ensino Fundamental e Educação Infantil (máximo 40% de 2.1.1 +2.2+2.3)	6.598.259,86	3.967.605,00	-2.630.654,86
3.5 - Cota Parte Salário Educação (100% de 2.4+2.5+2.6)	3.853.551,86	315.148,36	-3.538.403,50
3.6 - Convênios Vinculados ao Ensino (100% de 2.7+2.8)	1.560.225,84	1.125.831,54	-434.394,30

4.CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS (EM %)	MÍNIMO %	LIQUIDADO %	DIFERENÇA %
4.1 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (25% de 1.18)	25,00%	20,16%	-4,84%
4.1 - Remun.Profissionais Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1+2.2)	60,00%	69,73%	9,73%
4.2 - Ensino Fundamental e Educação Infantil (máximo 40% de 2.1.1)	40% (máximo)	24,05%	-16,35%

5. GANHO/PERDA COM FUNDEB	Valor recebido até o mês	Valor retido até o mês	Diferença
5.1 - Cota-parte - Transferências do FUNDEB	16.318.242,60	10.052.660,69	6.265.581,91

Fonte: Departamento de Contabilidade

Videira-SC, 12 de novembro de 2014.

Maria Angélica Vanz
Contadora CRC-SC 022532/0-5

Roberta Aparecida Martinez
Secretária Municipal de Educação

Wilmir Carelli
Prefeito Municipal

ANEXO 1 RREO 5 BIM 2014

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)						R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	117.537.016,40	117.537.016,40	22.102.956,96	18,81	106.206.443,83	11.330.572,57
RECEITAS CORRENTES	111.034.816,40	111.034.816,40	21.784.593,46	19,62	105.092.853,38	5.941.963,02
RECEITA TRIBUTÁRIA	16.521.000,00	16.521.000,00	3.607.969,86	21,84	17.290.096,23	-769.096,23
IMPOSTOS	14.275.000,00	14.275.000,00	3.087.519,54	21,63	14.103.884,51	171.115,49
TAXAS	2.121.000,00	2.121.000,00	509.778,76	24,03	3.129.080,67	-1.008.080,67
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	125.000,00	125.000,00	10.671,56	8,54	57.131,05	67.868,95
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	5.070.000,00	5.070.000,00	943.504,79	18,61	4.133.931,16	936.068,84
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.920.000,00	3.920.000,00	651.626,09	16,62	2.817.627,54	71.88
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.150.000,00	1.150.000,00	291.878,70	25,38	1.316.303,62	-166.303,62
RECEITA PATRIMONIAL	10.355.730,00	10.355.730,00	2.729.355,05	26,36	13.960.898,18	-3.605.168,18
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	89.000,00	89.000,00	14.746,15	16,57	91.860,53	-2.860,53
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	10.180.730,00	10.180.730,00	2.701.357,30	26,53	13.838.578,76	-3.657.848,76
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	78.000,00	78.000,00	12.458,60	15,97	22.567,55	55.432,45
Outras Receitas Patrimoniais	8.000,00	8.000,00	793,00	9,91	7.891,34	108,66
RECEITA DE SERVIÇOS	336.900,00	336.900,00	273.208,74	81,09	429.428,25	-92.528,25
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	76.173.786,40	76.173.786,40	13.182.696,04	17,31	65.065.184,40	11.108.602,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	75.994.886,40	75.994.886,40	13.121.343,52	17,27	64.787.090,31	11.207.796,09
Transf. de Pessoas	24.000,00	24.000,00	15.000,00	62,50	42.810,89	-18.810,89
Transf. de Conv.	154.900,00	154.900,00	46.352,52	29,92	235.283,20	-80.383,20
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.577.400,00	2.577.400,00	1.047.858,98	40,66	4.213.315,16	-1.635.915,16
Multas e Juros de Mora	1.031.800,00	1.031.800,00	246.975,92	23,94	1.109.228,74	-77.428,74
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	630.000,00	630.000,00	645.237,43	102,42	1.096.692,75	-466.692,75
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	705.000,00	705.000,00	129.417,76	18,36	714.036,17	-9.036,17
RECEITAS DIVERSAS	210.600,00	210.600,00	26.227,87	12,45	1.293.357,50	-1.082.757,50
RECEITAS DE CAPITAL	6.502.200,00	6.502.200,00	318.363,50	4,90	1.113.590,45	5.388.609,55
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	828.000,00	828.000,00	67.538,42	8,16	115.261,52	712.738,48
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	828.000,00	828.000,00	67.538,42	8,16	115.261,52	712.738,48
ALIENAÇÃO DE BENS	31.000,00	31.000,00	0,00	0,00	0,00	31.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	26.000,00	26.000,00	0,00	0,00	0,00	26.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	240.000,00	240.000,00	25.888,77	10,79	142.095,56	97.904,44
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.403.200,00	5.403.200,00	224.936,31	4,16	856.233,37	4.546.966,63
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	656.000,00	656.000,00	216.325,11	32,98	610.800,42	45.199,58
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	4.747.200,00	4.747.200,00	8.611,20	0,18	245.432,95	4.501.767,05
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	11.125.000,00	11.125.000,00	1.751.080,37	15,74	7.795.651,93	3.329.348,07
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	11.125.000,00	11.125.000,00	1.751.080,37	15,74	7.795.651,93	3.329.348,07
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	475.000,00	475.000,00	79.100,03	16,65	361.252,88	113.747,12
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	10.650.000,00	10.650.000,00	1.671.980,34	15,70	7.434.399,05	3.215.600,95

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	11.125.000,00	11.125.000,00	1.751.080,37	15,74	7.795.651,93	70,07
Contribuição Assistência Médica	475.000,00	475.000,00	79.100,03	16,65	361.252,88	76,05
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	10.650.000,00	10.650.000,00	1.671.980,34	15,70	7.434.399,05	69,81
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	128.662.016,40	128.662.016,40	23.854.037,33	18,54	114.002.095,76	88,61
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	128.662.016,40	128.662.016,40	23.854.037,33	18,54	114.002.095,76	88,61
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	128.662.016,40	128.662.016,40	23.854.037,33	18,54	114.002.095,76	88,61
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	16.260.201,09	—	—	7.053.637,16	—
Superávit Financeiro	—	16.260.201,09	—	—	7.053.637,16	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VII)	121.467.945,40	22.792.120,76	144.260.066,16	17.963.501,37	89.522.208,70	18.261.671,39	77.112.876,80	53,45
DESPESAS CORRENTES	89.755.110,00	14.729.733,35	104.484.843,35	13.896.554,31	80.384.469,30	16.735.170,32	72.040.863,61	68,95
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	46.075.601,00	2.633.856,85	48.709.457,85	7.735.644,46	35.852.062,87	7.756.269,46	35.842.907,87	73,59
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	4.500.000,00	0,00	4.500.000,00	789.186,46	3.941.837,90	789.186,46	3.941.837,90	87,60
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	39.179.509,00	12.085.876,50	51.275.385,50	5.371.723,39	40.590.568,53	8.186.714,40	32.256.117,84	62,91
DESPESAS DE CAPITAL	16.282.835,40	8.084.634,98	24.367.470,38	4.066.947,06	9.137.739,40	1.526.501,07	5.072.013,19	20,81
INVESTIMENTOS	14.782.835,40	7.434.634,98	22.217.470,38	3.674.373,68	7.220.160,60	1.133.927,69	3.154.434,39	14,20
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.500.000,00	650.000,00	2.150.000,00	392.573,38	1.917.578,80	392.573,38	1.917.578,80	89,19
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.280.000,00	0,00	15.280.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	150.000,00	-22.247,57	127.752,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	7.194.071,00	-1.121.000,00	6.073.071,00	850.209,47	4.097.580,72	850.209,47	4.097.580,72	67,47
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.194.071,00	-1.121.000,00	6.073.071,00	850.209,47	4.097.580,72	850.209,47	4.097.580,72	67,47
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	128.662.016,40	21.671.120,76	150.333.137,16	18.813.710,84	93.619.789,42	19.111.880,86	81.210.457,52	54,02
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	128.662.016,40	21.671.120,76	150.333.137,16	18.813.710,84	93.619.789,42	19.111.880,86	81.210.457,52	54,02
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	32.791.638,24	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	128.662.016,40	21.671.120,76	150.333.137,16	18.813.710,84	93.619.789,42	19.111.880,86	114.002.095,76	75,83
								69.122.679,64

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 15.379.014,91

FONTE:
VIDEIRA, 13/11/2014

CRISTINA KLOCK	ALEXANDRE GANASINI	SANDRA BALDO	WILMAR CARELLI
Contadora CRC/SC 020534/O-0	Secretário de Finanças	Coordenadora Controle Interno	Prefeito Municipal

ANEXO 2 RREO 5 BIM 2014

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Legislativa	121.467.945,40	144.260.066,16	17.963.501,37	89.522.208,70	18.261.671,39	77.112.876,80	94,95	53,45
Ação Legislativa	1.317.500,00	1.309.500,00	137.452,51	752.593,46	146.113,42	725.870,17	0,89	55,43
Administração	8.220.430,00	9.978.198,57	1.156.176,73	8.135.880,02	1.712.889,08	6.749.945,97	0,89	55,43
Administração Geral	5.513.780,00	6.678.780,00	740.388,89	5.746.697,39	1.135.845,10	4.554.009,58	8,31	67,65
Administração Financeira	1.659.000,00	1.659.000,00	252.295,66	1.334.279,29	365.522,36	1.233.575,35	5,61	68,19
Controle Interno	107.000,00	107.000,00	13.863,24	64.237,42	14.151,00	63.693,66	1,52	74,36
Normalização e Fiscalização	706.350,00	965.116,57	138.624,20	696.513,47	139.565,12	685.089,54	0,08	59,53
Comunicação Social	234.300,00	568.300,00	11.004,74	294.152,45	57.805,50	213.577,84	0,84	70,99
Segurança Pública	784.000,00	1.641.841,34	47.080,49	569.738,26	131.433,93	471.807,28	0,26	37,58
Policimento	450.500,00	813.758,92	26.581,13	275.052,76	44.738,08	200.333,57	0,58	28,74
Defesa Civil	333.500,00	828.082,42	20.499,36	294.685,50	86.695,85	271.473,71	0,25	24,62
Assistência Social	3.593.550,00	4.522.013,19	458.157,40	2.619.858,39	518.625,03	2.300.796,37	0,33	32,78
Administração Geral	50.000,00	50.000,00	2.982,88	33.022,69	6.767,03	24.893,55	2,83	50,88
Assistência ao Idoso	92.575,00	92.575,00	0,00	60.000,00	12.000,00	60.000,00	0,03	49,79
Assistência ao Portador de Deficiência	88.009,20	92.392,19	0,00	80.000,00	9.124,10	57.820,97	0,07	64,81
Assistência a Criança e ao Adolescente	1.296.490,20	1.988.287,75	207.543,25	1.081.593,94	228.866,79	908.238,32	0,07	62,58
Assistência Comunitária	2.066.475,60	2.298.758,25	247.631,27	1.365.241,76	261.867,11	1.249.843,53	1,12	45,68
Previdência Social	6.690.000,00	6.690.000,00	1.271.096,16	5.878.221,32	1.286.898,53	5.861.491,84	1,54	54,37
Previdência do Regime Estatutário	6.690.000,00	6.690.000,00	1.271.096,16	5.878.221,32	1.286.898,53	5.861.491,84	7,22	87,62
Saúde	17.145.138,00	22.278.941,76	2.277.693,23	17.346.280,03	2.809.513,60	13.984.274,80	7,22	87,62
Atenção Básica	7.737.431,00	13.728.023,65	1.527.978,22	10.454.239,54	1.609.730,06	8.730.210,33	17,22	62,77
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	8.762.247,00	6.966.342,37	563.957,97	6.181.794,84	1.071.055,16	4.691.716,37	10,75	63,59
Vigilância Sanitária	314.460,00	671.116,02	47.403,34	294.949,20	49.963,48	249.208,71	5,78	67,35
Vigilância Epidemiológica	331.000,00	913.459,72	138.353,70	415.296,45	78.764,90	313.139,39	0,31	37,13
Educação	29.510.891,00	37.677.652,05	6.348.519,26	26.001.912,75	6.226.204,36	23.028.748,02	0,39	34,28
Administração Geral	2.195.001,00	2.891.001,00	441.300,17	1.948.250,27	491.020,46	1.913.618,97	28,36	61,12
Alimentação e Nutrição	444.940,00	511.940,00	136.942,64	509.612,00	155.980,43	386.490,52	2,36	66,19
Ensino Fundamental	13.788.700,00	17.971.171,76	3.489.981,48	12.514.083,13	2.946.176,57	10.270.053,92	0,48	75,50
Ensino Médio	22.550,00	22.550,00	0,00	17.804,28	16.572,33	17.200,13	12,65	57,15
Ensino Superior	876.000,00	996.000,00	14.212,45	885.045,98	166.115,06	645.556,86	0,02	76,28
Educação Infantil	12.183.700,00	15.284.989,29	2.266.082,52	10.127.117,09	2.450.339,51	9.795.827,62	0,79	64,81
							12,06	64,09

Continua 1/4

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Cultura	121.467.945,40	144.260.066,16	17.963.501,37	89.522.208,70	18.261.671,39	77.112.876,80	94,95	53,45
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	1.751.880,00	1.841.880,00	274.052,90	1.468.782,07	240.047,82	1.292.776,09	1,59	70,19
Difusão Cultural	54.000,00	49.000,00	2.831,26	32.203,41	8.394,26	24.761,18	0,03	50,53
Turismo	724.880,00	714.880,00	78.871,55	543.066,09	47.766,74	462.939,26	0,57	64,76
Urbanismo	973.000,00	1.078.000,00	192.350,09	893.512,57	183.886,82	805.075,65	0,99	74,68
Infra-estrutura Urbana	17.755.056,40	19.787.944,35	1.527.064,77	10.735.843,45	2.043.844,54	8.710.621,73	10,73	44,02
Serviços Urbanos	7.419.146,40	8.293.191,03	530.652,19	2.653.825,20	525.022,17	1.972.471,98	2,43	23,78
Extensão Rural	10.310.910,00	11.469.753,32	996.412,58	8.082.018,25	1.518.822,37	6.738.149,75	8,30	58,75
Habitação	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	435.000,00	435.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	435.000,00	435.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	598.000,00	598.000,00	6.584,92	71.853,49	8.820,62	58.072,79	0,07	9,71
Gestão Ambiental	598.000,00	598.000,00	6.584,92	71.853,49	8.820,62	58.072,79	0,07	9,71
Preservação e Conservação Ambiental	915.000,00	2.357.000,00	1.591.247,60	2.023.063,73	59.708,36	418.241,74	0,52	17,74
Agricultura	915.000,00	2.357.000,00	1.591.247,60	2.023.063,73	59.708,36	418.241,74	0,52	17,74
Extensão Rural	3.314.000,00	3.526.472,73	771.560,94	2.821.794,98	821.151,63	2.624.154,37	3,23	74,41
Indústria	3.314.000,00	3.526.472,73	771.560,94	2.821.794,98	821.151,63	2.624.154,37	3,23	74,41
Administração Geral	912.500,00	912.500,00	28.025,11	180.158,41	34.998,24	178.625,69	0,22	19,58
Promoção Industrial	302.500,00	302.500,00	28.025,11	180.158,41	34.998,24	178.625,69	0,22	59,05
Transportes	610.000,00	610.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abastecimento	1.254.000,00	1.368.056,60	17.383,57	348.939,67	105.571,66	346.776,19	0,43	25,35
Desporto e Lazer	1.254.000,00	1.368.056,60	17.383,57	348.939,67	105.571,66	346.776,19	0,43	25,35
Desporto Comunitário	1.440.100,00	1.765.918,91	177.132,21	1.274.526,60	236.448,52	1.196.709,48	1,47	67,77
Encargos Especiais	1.440.100,00	1.765.918,91	177.132,21	1.274.526,60	236.448,52	1.196.709,48	1,47	67,77
Outras Transferências	10.400.900,00	12.161.396,23	1.874.273,57	9.292.762,07	1.879.402,05	9.163.964,27	11,28	75,35
Outros Encargos Especiais	250.000,00	360.496,23	99.990,82	243.990,82	89.190,82	171.667,89	0,21	47,62
Reserva de Contingência 1	10.150.900,00	11.800.900,00	1.774.282,75	9.048.771,25	1.790.211,23	8.992.296,38	11,07	76,20
Outros Encargos Especiais	150.000,00	127.752,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Encargos Especiais	150.000,00	127.752,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.280.000,00	15.280.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Legislativa	7.194.071,00	6.073.071,00	850.209,47	4.097.580,72	850.209,47	4.097.580,72	5,05	67,47
Ação Legislativa	20.000,00	28.000,00	4.222,52	19.890,61	4.222,52	19.890,61	0,02	71,04
	20.000,00	28.000,00	4.222,52	19.890,61	4.222,52	19.890,61	0,02	71,04

Continua 2/4

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	7.194.071,00	6.073.071,00	850.209,47	4.097.580,72	850.209,47	4.097.580,72	5,05	67,47
Administração	734.820,00	734.820,00	100.678,20	496.562,54	100.678,20	496.562,54	0,61	67,58
Administração Geral	493.820,00	493.820,00	59.194,83	297.603,67	59.194,83	297.603,67	0,37	60,27
Administração Financeira	169.000,00	169.000,00	29.835,06	141.188,90	29.835,06	141.188,90	0,17	83,54
Controle Interno	11.000,00	11.000,00	1.649,03	7.964,12	1.649,03	7.964,12	0,01	72,40
Normalização e Fiscalização	61.000,00	61.000,00	9.999,28	49.805,85	9.999,28	49.805,85	0,06	81,65
Assistência Social	379.766,00	249.766,00	23.816,69	122.831,31	23.816,69	122.831,31	0,15	49,18
Assistência à Criança e ao Adolescente	61.757,00	83.757,00	8.451,47	44.353,10	8.451,47	44.353,10	0,05	52,95
Assistência Comunitária	318.009,00	166.009,00	15.365,22	78.478,21	15.365,22	78.478,21	0,10	47,27
Previdência Social	30.000,00	30.000,00	3.931,63	18.518,32	3.931,63	18.518,32	0,02	61,73
Previdência do Regime Estatutário	30.000,00	30.000,00	3.931,63	18.518,32	3.931,63	18.518,32	0,02	61,73
Saúde	670.500,00	691.500,00	99.132,41	511.586,03	99.132,41	511.586,03	0,63	73,98
Atenção Básica	105.500,00	234.500,00	50.776,15	206.966,81	50.776,15	206.966,81	0,25	88,26
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	495.000,00	375.000,00	37.768,07	256.128,76	37.768,07	256.128,76	0,32	68,30
Vigilância Sanitária	60.000,00	60.000,00	6.137,83	31.239,04	6.137,83	31.239,04	0,04	52,07
Vigilância Epidemiológica	10.000,00	22.000,00	4.450,36	17.251,42	4.450,36	17.251,42	0,02	78,42
Educação	4.165.585,00	3.115.585,00	453.491,15	2.088.473,69	453.491,15	2.088.473,69	2,57	67,03
Administração Geral	279.500,00	279.500,00	53.707,63	218.317,82	53.707,63	218.317,82	0,27	78,11
Ensino Fundamental	1.774.300,00	1.084.300,00	173.272,44	793.290,74	173.272,44	793.290,74	0,98	73,16
Educação Infantil	2.111.785,00	1.751.785,00	226.511,08	1.076.865,13	226.511,08	1.076.865,13	1,33	61,47
Cultura	42.000,00	42.000,00	6.326,64	31.225,29	6.326,64	31.225,29	0,04	74,35
Turismo	42.000,00	42.000,00	6.326,64	31.225,29	6.326,64	31.225,29	0,04	74,35
Urbanismo	660.000,00	660.000,00	96.259,56	468.905,29	96.259,56	468.905,29	0,58	71,05
Serviços Urbanos	660.000,00	660.000,00	96.259,56	468.905,29	96.259,56	468.905,29	0,58	71,05
Agricultura	225.000,00	225.000,00	33.264,87	167.279,92	33.264,87	167.279,92	0,21	74,35
Extensão Rural	225.000,00	225.000,00	33.264,87	167.279,92	33.264,87	167.279,92	0,21	74,35
Indústria	10.000,00	10.000,00	0,00	377,27	0,00	377,27	0,00	3,77
Administração Geral	10.000,00	10.000,00	0,00	377,27	0,00	377,27	0,00	3,77
Desporto e Lazer	149.800,00	117.800,00	11.726,99	67.324,69	11.726,99	67.324,69	0,08	57,15
Desporto Comunitário	149.800,00	117.800,00	11.726,99	67.324,69	11.726,99	67.324,69	0,08	57,15
Encargos Especiais	106.600,00	168.600,00	17.358,81	104.605,76	17.358,81	104.605,76	0,13	62,04
Outros Encargos Especiais	106.600,00	168.600,00	17.358,81	104.605,76	17.358,81	104.605,76	0,13	62,04

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	7.194.071,00	6.073.071,00	850.209,47	4.097.580,72	850.209,47	4.097.580,72	5,05	67,47
Encargos Especiais	106.600,00	168.600,00	17.358,81	104.605,76	17.358,81	104.605,76	0,13	62,04
Outros Encargos Especiais	106.600,00	168.600,00	17.358,81	104.605,76	17.358,81	104.605,76	0,13	62,04
TOTAL (III) = (I + II)	128.662.016,40	150.333.137,16	18.813.710,84	93.619.789,42	19.111.880,86	81.210.457,52	100,00	54,02

FONTE:

VIDEIRA, 13/11/2014

CRISTINA KLOCK	ALEXANDRE GANASINI	SANDRA BALDO
Contadora CRC/SC 020534/O-0	Secretário de Finanças	Coordenadora Controle Interno
WILMAR CARELLI		
Prefeito Municipal		

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

ANEXO 8 RREO 5 BIM 2014

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	15.225.000,00	15.225.000,00	3.259.633,58	14.899.642,07	97,86
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	4.420.000,00	4.420.000,00	963.791,14	4.578.982,57	103,60
1.1.1- IPTU	3.700.000,00	3.700.000,00	884.926,52	4.112.902,39	111,16
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	20.000,00	20.000,00	6.617,63	9.538,78	47,69
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	400.000,00	400.000,00	47.734,87	302.901,15	75,73
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	300.000,00	300.000,00	26.044,46	159.810,60	53,27
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	(1.532,34)	(6.170,35)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.835.000,00	1.835.000,00	371.332,61	1.817.727,42	99,06
1.2.1- ITBI	1.750.000,00	1.750.000,00	372.637,70	1.840.988,53	105,20
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	30.000,00	30.000,00	0,00	1.243,98	4,15
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	(1.305,09)	(24.505,09)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	7.145.000,00	7.145.000,00	1.589.176,74	7.088.147,10	99,20
1.3.1- ISS	7.000.000,00	7.000.000,00	1.497.977,95	6.768.149,43	96,69
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	50.000,00	50.000,00	14.962,43	44.855,12	89,71
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	55.000,00	55.000,00	37.711,97	169.117,70	307,49
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	40.000,00	40.000,00	39.042,68	108.290,23	270,73
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	(518,29)	(2.265,38)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.825.000,00	1.825.000,00	335.333,09	1.414.784,98	77,52
1.4.1- IRRF	1.825.000,00	1.825.000,00	335.333,09	1.415.614,44	77,57
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	(829,46)	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	59.343.500,00	59.343.500,00	10.149.667,42	50.264.544,76	84,70
2.1- Cota-Parte FPM	17.000.000,00	17.000.000,00	2.548.622,60	15.406.241,37	90,62
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	16.350.000,00	16.350.000,00	2.548.622,60	15.406.241,37	94,23
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	650.000,00	650.000,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	35.700.000,00	35.700.000,00	6.086.586,09	28.647.119,49	80,24
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	180.000,00	180.000,00	24.971,26	112.370,67	62,43
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	550.000,00	550.000,00	90.925,67	442.033,53	80,37
2.5- Cota-Parte ITR	13.500,00	13.500,00	18.496,68	33.749,33	250,00
2.6- Cota-Parte IPVA	5.900.000,00	5.900.000,00	1.380.065,12	5.623.030,37	95,31
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	74.568.500,00	74.568.500,00	13.409.301,00	65.164.186,83	87,39
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.570.000,00	1.570.000,00	373.414,42	1.869.676,68	119,09
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.450.000,00	1.450.000,00	312.561,29	1.609.540,47	111,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	120.000,00	120.000,00	60.853,13	260.136,21	216,78
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	924.000,00	924.000,00	487.682,10	1.474.877,37	159,62
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.494.000,00	2.494.000,00	861.096,52	3.344.554,05	134,10
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	11.588.700,00	11.588.700,00	2.029.932,97	10.052.660,69	86,75
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	3.300.000,00	3.300.000,00	509.724,47	3.081.248,03	93,37
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	7.000.000,00	7.000.000,00	1.217.317,01	5.729.422,96	81,85
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	36.000,00	36.000,00	4.994,24	22.474,08	62,43
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	110.000,00	110.000,00	18.185,14	88.406,71	80,37
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.700,00	2.700,00	3.699,31	6.749,79	249,99
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	1.140.000,00	1.140.000,00	276.012,80	1.124.359,12	98,63
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	19.440.000,00	19.440.000,00	3.378.205,50	16.495.649,65	84,85
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	19.300.000,00	19.300.000,00	3.349.473,26	16.318.242,60	84,55
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	140.000,00	140.000,00	28.732,24	177.407,05	126,72
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	7.711.300,00	7.711.300,00	1.319.540,29	6.265.581,91	81,25
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	11.664.000,00	15.059.000,00	2.715.388,40	11.502.268,97	76,38
13.1- Com Educação Infantil	1.589.000,00	5.219.000,00	1.094.440,22	4.585.027,52	87,85
13.2- Com Ensino Fundamental	10.075.000,00	9.840.000,00	1.620.948,18	6.917.241,45	70,30
14- OUTRAS DESPESAS	7.776.000,00	5.041.027,52	201.801,01	4.627.632,52	91,80
14.1- Com Educação Infantil	6.002.000,00	3.572.027,52	4.813,35	3.561.074,28	99,69
14.2- Com Ensino Fundamental	1.774.000,00	1.469.000,00	196.987,66	1.066.558,24	72,60
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	19.440.000,00	20.100.027,52	2.917.189,41	16.129.901,49	80,25
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					16.129.901,49
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %					69,73
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %					28,05
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					2,22
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					660.027,52
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					660.027,52
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	18.642.125,00	18.642.125,00	3.352.325,25	16.291.046,71	87,39
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	12.317.425,00	13.517.452,52	2.368.559,03	9.865.085,48	72,98
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	14.226.000,00	16.597.738,11	2.933.268,36	10.408.574,65	62,71
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	11.849.000,00	11.309.000,00	1.817.935,84	7.983.799,69	70,60
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.377.000,00	5.288.738,11	1.115.332,52	2.424.774,96	45,85
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	26.543.425,00	30.115.190,63	5.301.827,39	20.273.660,13	67,32
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					6.265.581,91
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					177.407,05
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					660.027,52
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					32.573,92
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					7.135.590,40
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					13.138.069,73
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					20,16
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.570.000,00	3.553.875,18	83.118,51	315.148,36	8,87
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	467.000,00	837.766,53	181.850,54	652.861,38	77,93
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.037.000,00	4.391.641,71	264.969,05	968.009,74	22,04
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	28.580.425,00	34.506.832,34	5.566.796,44	21.241.669,87	61,56

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	32.573,92
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	32.573,92
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	831.087,01	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	16.318.242,60	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	15.776.558,55	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	15.670.936,59	0,00
49.2 Restos a Pagar	105.621,96	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	177.407,05	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.550.178,11	0,00

VIDEIRA, 13/11/2014

CRISTINA KLOCK	ALEXANDRE GANASINI	SANDRA BALDO	WILMAR CARELLI
Contadora CRC/SC 020534/O-0	Secretário de Finanças	Coordenadora Controle Interno	Prefeito Municipal

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 660.027,52, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

ANEXO 12 RREO 5 BIM 2014

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

R\$ 1,00						
RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	15.170.000,00	15.170.000,00	14.899.642,07	98,22		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	3.700.000,00	3.700.000,00	4.106.732,04	110,99		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	1.750.000,00	1.750.000,00	1.816.483,44	103,80		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	7.000.000,00	7.000.000,00	6.765.884,05	96,66		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.825.000,00	1.825.000,00	1.414.784,98	77,52		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	70.000,00	70.000,00	54.393,90	77,71		
Dívida Ativa dos Impostos	485.000,00	485.000,00	473.262,83	97,58		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	340.000,00	340.000,00	268.100,83	78,85		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	59.343.500,00	59.343.500,00	50.264.544,76	84,70		
Cota-Parte FPM	17.000.000,00	17.000.000,00	15.406.241,37	90,62		
Cota-Parte ITR	13.500,00	13.500,00	33.749,33	250,00		
Cota-Parte IPVA	5.900.000,00	5.900.000,00	5.623.030,37	95,31		
Cota-Parte ICMS	35.700.000,00	35.700.000,00	28.647.119,49	80,24		
Cota-Parte IPI-Exportação	550.000,00	550.000,00	442.033,53	80,37		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	180.000,00	180.000,00	112.370,67	62,43		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	180.000,00	180.000,00	112.370,67	62,43		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	74.513.500,00	74.513.500,00	65.164.186,83	87,45		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	5.030.088,00	5.030.088,00	4.135.023,17	82,21		
Provenientes da União	4.631.350,00	4.631.350,00	3.816.566,68	82,41		
Provenientes dos Estados	398.718,00	398.718,00	318.456,49	79,87		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	357.000,00	357.000,00	450.389,14	126,16		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	5.387.088,00	5.387.088,00	4.585.412,31	85,12		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	17.405.138,00	21.231.531,10	16.727.594,65	78,79	13.834.945,87	65,16
Pessoal e Encargos Sociais	9.237.600,00	8.930.891,54	6.812.109,26	76,28	6.809.909,26	76,25
Outras Despesas Correntes	8.167.538,00	12.300.639,56	9.915.485,39	80,61	7.025.036,61	57,11
DESPESAS DE CAPITAL	410.500,00	1.738.910,66	1.130.271,41	65,00	660.914,96	38,01
Investimentos	410.500,00	1.738.910,66	1.130.271,41	65,00	660.914,96	38,01

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	410.500,00	1.738.910,66	1.130.271,41	65,00	660.914,96	38,01
Investimentos	410.500,00	1.738.910,66	1.130.271,41	65,00	660.914,96	38,01
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	17.815.638,00	22.970.441,76	17.857.866,06	77,74	14.495.860,83	63,11
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	5.315.068,00	8.386.069,19	5.798.543,55	32,47	4.263.041,13	29,41
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	5.030.068,00	7.763.232,19	5.439.969,87	30,46	3.924.410,01	27,07
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	285.000,00	622.837,00	358.573,68	2,01	338.631,12	2,34
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	5.315.068,00	8.386.069,19	5.798.543,55	32,47	4.263.041,13	29,41
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	12.500.570,00	14.584.372,57	12.059.322,51	45,27	10.232.819,70	33,70
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						15,70
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]⁶						458.191,68

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA					
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
Inscritos em 2013	430.597,86	284.290,96	146.306,90	0,00	
TOTAL	430.597,86	284.290,96	146.306,90	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º					
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)				
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00		
TOTAL (VIII)	0,00	0,00	0,00		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26					
LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)				
-	-		-		
DESPESAS COM SAÚDE (Por subfunção)					
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até Bimestre (l)	% ((Total j)*100	Até Bimestre (m) % (m/Total m)*100
Atenção Básica	7.842.931,00	13.962.523,65	10.661.206,35	59,70	8.937.177,14
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	9.257.247,00	7.341.342,37	6.437.923,60	36,05	4.947.845,13
Vigilância Sanitária	374.460,00	731.116,02	326.188,24	1,83	280.447,75
Vigilância Epidemiológica	341.000,00	935.459,72	432.547,87	2,42	330.390,81
TOTAL	17.815.638,00	22.970.441,76	17.857.866,06	100,00	14.495.860,83
			100,00		

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+h" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $V(h+i) - (15 \times l(i)/100)$

VIDEIRA, 13/11/2014

CRISTINA KLOCK Contadora CRC/SC 020534/O-0	ALEXANDRE GANASINI Secretário de Finanças	SANDRA BALDO Coordenadora Controle Interno
WILMAR CARELLI Prefeito Municipal		

Vitor Meireles

PREFEITURA

DECRETO Nº 069/2014

DECRETO Nº 069/2014

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE VEÍCULOS.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 01º - Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão de Avaliação de Veículos para alienação:

TELMO LUIZ KOERICH - Presidente

CLAUDINEI FELICIANO - Secretário

SANDRO LUNELLI - Membro

Art.º 02 - O veículo a ser avaliado pela comissão é;

1- VW/GOL 1.0 GIV, PLACA MIU6322, NA COR BRANCA, ANO/MOD 2011/2011, CHASSI 9BWAA05W2BP103614, RENAVAL 321869885, COMBUSTÍVEL ÁLCOOL/GASOLINA, AR CONDICIONADO.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 20 de novembro de 2014.

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/2014.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 024/93.

LEI Nº 0900**LEI N. 0900, de 18 de novembro de 2014.****ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO
DE VITOR MEIRELES PARA O EXERCÍCIO DE 2015.**

O **Prefeito Municipal de Vitor Meireles**, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Vitor Meireles para o exercício de 2015 estima a Receita e Fixa a Despesa em R\$ 17.000.000,00 (dezesete milhões de reais).

DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art. 2º - O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 15.510.000,00 (quinze milhões, quinhentos e dez mil reais), e fixa a Despesa em R\$ 12.035.320,00 (doze milhões, trinta e cinco mil, trezentos e vinte reais), e em R\$ 3.474.680,00 (três milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil, seiscentos e oitenta reais) as transferências Financeiras aos: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL e CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.

§ 1º - Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas, Transferências da União e do Estado e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES	15.260.000,00
1.1 Receita Tributária	724.320,00
1.2 Receitas de Contribuições	135.000,00
1.3 Receita Patrimonial	63.300,00
1.4 Receita de Serviços	100.000,00
1.7 Transferências Correntes	14.176.600,00
1.9 Outras Receitas Correntes	60.780,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	2.440.000,00
2.2 Alienação de bens	63.000,00
2.4 Transferências de Capital	2.377.000,00
9. DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	(2.190.000,00)
9.7 Deduções da Receita Corrente	(2.190.000,00)
TOTAL	15.510.000,00

§ 2º - A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza distribuídas da seguinte maneira:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

02 – GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO	R\$	356.000,00
03 – SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	R\$	1.949.210,00
04 – SEC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	R\$	680.000,00
05 – SEC. DE PLANEJAMENTO, CIDADE E DES.	R\$	185.000,00
06 – SEC. DE EDUCAÇÃO	R\$	4.161.198,50
07 – SEC. DE OBRAS E SERVICOS	R\$	2.788.411,50
09 – FUNDO MUN. INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	R\$	50.000,00
11 – SEC. DE ESPORTES, CULTURA E TURISMOS	R\$	1.712.000,00
12 – FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO INT. SOCIAL	R\$	38.500,00
13 – SEC. DE DES. DO DIST. DE BARRA DA PRATA	R\$	95.000,00
90 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	20.000,00
TOTAL	R\$	12.035.320,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

04 – ADMINISTRAÇÃO	R\$	1.963.210,00
06 – SEGURANÇA PÚBLICA	R\$	65.000,00
08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$	50.000,00
12 – EDUCAÇÃO	R\$	4.161.198,50
13 – CULTURA	R\$	120.000,00
15 – URBANISMO	R\$	431.000,00
16 – HABITAÇÃO	R\$	38.500,00
17 – SANEAMENTO	R\$	5.000,00
18 – GESTÃO AMBIENTAL	R\$	10.000,00
20 – AGRICULTURA	R\$	670.000,00
23 – COMÉRCIO E SERVIÇOS	R\$	12.000,00
24 – COMUNICAÇÃO	R\$	20.000,00
26 – TRANSPORTE	R\$	2.357.411,50
27 – DESPORTO E LAZER	R\$	1.580.000,00
28 – ENCARGOS ESPECIAIS	R\$	532.000,00
99 – RESERVA CONTINGÊNCIA	R\$	20.000,00
TOTAL	R\$	12.035.320,00

III - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$	9.007.249,00
3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais	R\$	4.711.050,00
3.2.00.00 - Juros e Encargos da Dívida	R\$	53.929,00
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes	R\$	4.242.270,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$	3.008.071,00
4.4.00.00 – Investimentos	R\$	2.650.000,00
4.6.00.00 - Amortização da Dívida	R\$	358.071,00
9.9.99.99 – Reserva de Contingência	R\$	20.000,00
TOTAL	R\$	12.035.320,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 3º - O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde do Município de Vitor Meireles, para o exercício de 2015, estima a Receita em R\$ 1.250.000,00 (um milhão, duzentos e cinquenta mil reais), e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 2.312.680,00 (dois milhões, trezentos e doze mil e seiscentos e oitenta reais), e fixa a Despesa em R\$ 3.562.680,00 (três milhões, quinhentos

e sessenta e dois mil e seiscentos e oitenta reais).

§ 1º - A receita será realizada conforme discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

I. RECEITAS CORRENTES	R\$ 1.040.000,00
1.3 Receitas Patrimoniais	R\$ 8.000,00
1.7 Transferências Correntes	R\$ 1.032.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 210.000,00
2.2 Alienação de bens	R\$ 10.000,00
2.4 Transferências de Capital	R\$ 200.000,00
TOTAL	R\$ 1.250.000,00

§ 2º - A Despesa do Fundo Municipal de Saúde do Município de Vitor Meireles será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza, distribuída da seguinte maneira:

1.	
2. <u>I – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO</u>	
10 – SAÚDE	R\$ 3.562.680,00
TOTAL	R\$ 3.562.680,00

II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$ 3.292.680,00
3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 1.653.200,00
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes	R\$ 1.639.480,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 270.000,00
4.4.00.00 – Investimentos	R\$ 270.000,00
TOTAL	R\$ 3.562.680,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 4º - O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Vitor Meireles, para o exercício de 2015, estima a Receita em R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 586.000,00 (quinhentos e oitenta e seis mil reais), e fixa a Despesa em R\$ 826.000,00 (oitocentos e vinte e seis mil reais).

§ 1º - A receita será realizada conforme discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

I. RECEITAS CORRENTES	R\$ 240.000,00
1.3 Receitas Patrimoniais	R\$ 2.200,00
1.7 Transferências Correntes	R\$ 237.800,00
TOTAL	R\$ 240.000,00

§ 2º - A Despesa do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Vitor Meireles será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza, distribuída da seguinte maneira:

3.	
4. <u>I – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO</u>	
08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 826.000,00
TOTAL	R\$ 826.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$ 791.000,00
3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 375.000,00
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes	R\$ 416.000,00

DESPESAS DE CAPITAL	R\$	35.000,00
4.4.00.00 – Investimentos	R\$	35.000,00
TOTAL	R\$	826.000,00

DO ORÇAMENTO DA CÂMARA DE VEREADORES

Art. 5º - O Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Vitor Meireles, para o exercício de 2015 estima as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 576.000,00 (quinhentos e setenta e seis mil reais), e fixa a Despesa em R\$ 576.000,00 (quinhentos e setenta e seis mil reais).

§ 1º - A Despesa da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Vitor Meireles será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza, distribuída da seguinte maneira:

5.

6. I – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 – LEGISLATIVA	R\$	576.000,00
TOTAL	R\$	576.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$	566.000,00
3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais	R\$	424.000,00
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes	R\$	142.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$	10.000,00
4.4.00.00 – Investimentos	R\$	10.000,00
TOTAL	R\$	576.000,00

Art. 6º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

I – Intempéries	R\$	10.000,00
II – Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	R\$	10.000,00
TOTAL	R\$	20.000,00

§ 1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º - Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçadas ou orçadas a menor e/ou despesas decorrentes de decisões judiciais.

§ 3º - Não se efetivando até o dia 10/12/2015 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstas neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, até o limite que o Orçamento para 2015 tenha reservado recursos para riscos fiscais.

§ 4º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao evento “Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor” serão utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art. 7º - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 8º - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 25% da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos, desde que não comprometidos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias.

III – superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único – Se exclui desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 9º - As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizados se ocorrer ou estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 10 - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 11 – As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação.

Art. 12 – Durante o exercício de 2015 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei, desde que aprovado em lei específica.

Art. 13– Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da federação.

Art. 14 - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 15- A presente Lei vigorará durante o exercício de 2015, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, 18 de novembro de 2014.

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
SDemonstrativo de Receitas/Despesas por C
ategoria Econômicas
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Orçamento/2015

Anexo 1 da Lei 4.320/64 - Adendo II Portaria SOF N.º 8, de 04/02/1985

CONSOLIDADO

RECEITAS	R\$	DESPESAS	R\$
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
Receitas Correntes	16.540.000,00	Despesas Correntes	13.656.929,00
Receitas Tributárias	724.320,00	Pessoal e Encargos	7.163.250,00
Receitas de Contribuições	135.000,00	Juros e Encargos da Dívida	53.929,00
Receitas Patrimoniais	73.500,00	Outras Despesas Correntes	6.439.750,00
Receitas Agropecuárias	0,00		
Receitas Industriais	0,00		
Receitas de Serviços	100.000,00		
Transferências Correntes	15.446.400,00		
Outras Receitas Correntes	60.780,00		
Receitas Correntes Intra-Orçam.	0,00		
Receitas Tributárias Intra-Orçam.	0,00		
Receitas de Contribuições Intra-Orçam.	0,00		
Receitas Patrimoniais Intra-Orçam.	0,00		
Receitas Agropecuárias Intra-Orçam.	0,00		
Receitas Industriais Intra-Orçam.	0,00		
Receitas de Serviços Intra-Orçam.	0,00		
Transferências Correntes Intra-Orçam.	0,00		
Outras Receitas Correntes Intra-Orçam.	0,00		
Dedução da Receita Corrente	2.190.000,00		
Total das Receitas Correntes	14.350.000,00	Total das Despesas Correntes	13.656.929,00
Déficit	0,00	Superávit	693.071,00
Soma	14.350.000,00	Soma	14.350.000,00
Superávit do Orçamento Corrente	693.071,00	Déficit do Orçamento Corrente	0,00
Receitas de Capital	2.650.000,00	Despesas de Capital	3.323.071,00
Operações de Crédito	0,00	Investimentos	2.965.000,00
Alienação de Bens	73.000,00	Inversões Financeiras	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	Amortização da Dívida	358.071,00
Transferências de Capital	2.577.000,00		
Outras Receitas Capital	0,00		
Receitas de Capital Intra-Orçam.	0,00		
Operações de Crédito Intra-Orçam.	0,00		
Alienação de Bens Intra-Orçam.	0,00		
Amortização de Empréstimos Intra-Orçam.	0,00		
Transferências de Capital Intra-Orçam.	0,00		
Outras Receitas Capital Intra-Orçam.	0,00		
Total das Receitas de Capital	2.650.000,00	Total das Despesas de Capital	3.323.071,00
		-(Reserva Contingência	20.000,00
		+ Reserva do RPPS)	0,00
Déficit	693.071,00	Superávit	0,00
R E S U M O			
Receitas Correntes	14.350.000,00	Despesas Correntes	13.656.929,00
Receitas de Capital	2.650.000,00	Despesas de Capital	3.323.071,00
		Reserva de Contingência	20.000,00
		Reserva do RPPS	0,00
Subtotal	17.000.000,00	Subtotal	17.000.000,00
Transferências Financeiras Recebidas		Transferências Financeiras Concedidas	
Transferências Recebidas	0,00	Transferências Concedidas	0,00
TOTAL	17.000.000,00	TOTAL	17.000.000,00

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

Demonstrativo Geral da Receita por fontes e da Despesa por Funções do Governo

Exercício de 2015 (Consolidado)

Página 1

Art. 2º, Par. 1º, Alínea I da Lei 4.320/64

Especificação de Receitas	Fonte	Total	Especificação de Despesas	Categ. Econômica
RECEITAS CORRENTES		16.540.000,00	LEGISLATIVA	
RECEITA TRIBUTARIA		724.320,00	JUDICIARIA	
IMPOSTOS	545.000,00		ESSENCIAL A JUSTICA	1.963.210,00
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA			ADMINISTRACAO	
RETIDO NAS FONTES - TRABALHO	130.000,00		DEFESA NACIONAL	
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OUTROS RENDIMENTOS	500,00		SEGURANCA PUBLICA	65.000,00
IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMOVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMOVEIS	10.860,00		ASSISTENCIA SOCIAL	
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	200.020,00		PREVIDENCIA SOCIAL	876.000,00
TAXAS	129.320,00		SAUDE	3.562.680,00
TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	73.260,00		TRABALHO	
TAXA DE FISCALIZACAO DE VIGILANCIA SANITARIA	100,00		INDUSTRIAS E PRESTADORAS DE S	4.161.198,50
TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS	200,00		CULTURA	120.000,00
TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS	200,00		DIREITOS DA CIDADANIA	
TAXA DE APROVAÇÃO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO CIVIL	100,00		URBANISMO	431.000,00
OUTRAS TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	5.000,00		HABITACAO	38.500,00
TAXA DE CEMITÉRIOS	50.000,00		SANEAMENTO	5.000,00
TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA	5.060,00		GESTAO AMBIENTAL	10.000,00
OUTRAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	50.000,00		CIENCIA E TECNOLOGIA	
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	50.000,00		AGRICULTURA	670.000,00
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	50.000,00		ORGANIZACAO AGRARIA	
RECEITA DE CONTRIBUICOES		135.000,00	INDUSTRIA	
CONTRIBUICAO PARA O CUSTEIO DO SERVICO DE LIMPEZA PUBLICA			COMERCIO E SERVICOS	12.000,00
RECEITA PATRIMONIAL		73.500,00	COMUNICACOES	20.000,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	73.000,00		ENERGIA	
REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	73.000,00		TRANSPORTE	2.357.411,50
REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS DE RECURSOS VINCULADOS			DESPORTES E LAZER	1.580.000,00
RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCARIOS DE RECURSOS VINCULADOS			RECURSOS ESPECIAIS	532.000,00
RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCARIOS DE RECURSOS VINCULADOS - FUNDOS DE RESERVA			RESERVA DE CONTINGENCIA	20.000,00
RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCARIOS DE RECURSOS VINCULADOS - FNAS				
RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE OUTROS DEPOSITOS BANCARIOS DE RECURSOS VINCULADOS - OUTROS				
RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS DE POUPANCA				
REMUNERAÇÃO DE OUTROS DEPOSITOS DE RECURSOS NÃO VINCULADOS - OUTROS				
RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES	500,00			
REC. DE CONTRATO DE PERMISSAO DE USO	500,00			
RECEITA DE SERVICOS		100.000,00		
SERVICOS DE TRANSPORTE RODOVIARIO	80.000,00			
OUTROS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	20.000,00			
TRANSFERENCIAS CORRENTES		15.446.400,00		
TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	15.064.900,00			
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	8.392.700,00			
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICIPIOS	100.000,00			
COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	12.000,00			
COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO	90.160,00			
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA UNICO DE SAÚDE - SUS - REPASSES FUNDO A FUNDO				
ATENÇÃO BASICA	825.000,00			
VIGILANCIA EM SAUDE	39.000,00			
ASSISTENCIA FARMACEUTICA	40.000,00			
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS				
FNAS/CV - FORTALECIMENTO DE VINCULOS	100.000,00			
CRAS - CENTRO DE REF. DE ASSIST. SOCIAL	90.000,00			
IGDF - Gestão Bolsa Família	13.200,00			
Transferencia IGD-SUAS	9.900,00			
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS				
TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	225.000,00			

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo Geral da Receita por fontes e da Despesa por Funções do Governo
 Exercício de 2015 (Consolidado)

Página: 2

Art. 2º, Par. 1º, Alínea I da Lei 4.320/64

Especificação de Receitas	Fonte	Total	Especificação de Despesas	Categ. Econômica
TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENC	50.000,00		PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE	
TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENC	25.000,00		PROGR. NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO ESCOLAR-	
TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONER	4.372.200,00		L.C. Nº 87/96	
DEMAIS TRANSFERENCIAS DA UNIAO	3.850.000,00			
TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS	310.000,00			
COTA-PARTE DO ICMS	60.000,00			
COTA-PARTE DO IPVA	40.000,00			
COTA PARTE DO IPI	19.200,00			
COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO	19.200,00			
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA	28.000,00		PROGRAMAS DE SAÚDE - REPASSE FUNDO A FUNDO	
PROGRAMA FARMACIA BASICA ESTADUAL	50.000,00			
NASF - NUCLEO DE APOIO A FAMILIA	40.000,00			
COFINANCIAMENTO ATENCAO BASICA	19.200,00			
OUTRAS TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS	19.200,00			
TRANS. FUNDO ASSISTENCIA SOCIAL	2.300.000,00			
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB	10.000,00			
TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	10.000,00			
TRANSF.DOS ESTADOS DF E SUAS ENTIDADES	30.000,00			
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS	10.000,00		SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	
CONVENIO DO ESTADO PARA A EDUCACAO	310.000,00			
CONVENIO TRANSPORTE ESCOLAR	26.500,00			
OUTROS CONVENIOS COM O ESTADO	25.000,00			
TRANSFER. CONVENIOS DE INSTITUICOES PRIVADAS		60.780,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES				
MUL.JUR.MORA TX FISC.VIGILANCIA SANITARIA	200,00			
MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRI	500,00		TERRITORIAL URBANA - IPTU	
MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS	1.500,00		DE QUALQUER NATUREZA - ISS	
MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.500,00			
MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	500,00			
MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO	1.500,00		SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA	
MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO	1.500,00		SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISS	
MULTAS JUR. MORA DIV.ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	500,00			
MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	500,00		EM GERAL PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	
MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO	20.000,00			
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE	500,00		PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU	
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS	500,00		DE QUALQUER NATUREZA - ISS	
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE	500,00		VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS PRINCIPAL	500,00			
RECEITA DE HONORARIOS DE ADVOGADOS	400,00			
OUTRAS RECEITAS	13.180,00			
RECEITAS DE CAPITAL		2.650.000,00		
ALIENACAO DE BENS		73.000,00		
ALIENACAO DE BENS MOVEIS	10.000,00			
ALIENACAO DE OUTROS BENS MOVEIS	10.000,00			
ALIENAÇÃO DE BENS MOVEIS NÃO VINCULADOS	40.000,00			
ALIENAÇÃO DE BENS MOVEIS VINC. SAÚDE	10.000,00			
ALIENACAO DE BENS VINCULADOS A EDUCACAO	40.000,00			
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL		2.577.000,00		
TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	2.577.000,00			
TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	100.000,00			
TRANSFERENCIAS DE CONV. DA UNIAO SUS	100.000,00			
TRANSF. CONVENIOS DESTINADOS A EDUCACAO	30.000,00			
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIAO	500,00			
TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	100.000,00			
TRANSFERENCIAS DE CONV. DO ESTADO SUS	100.000,00			

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo Geral da Receita por fontes e da Despesa por Funções do Governo
 Exercício de 2015 (Consolidado)

Página: 3

Art. 2º, Par. 1º, Alínea I da Lei 4.320/64

Especificação de Receitas	Fonte	Total	Especificação de Despesas	Categ. Econômica
TRANSF. DE CONVENIOS SUS	100.000,00			
OUTRAS TRANSF. DE CONVENIOS DO ESTADO	000.000,00			
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DO ESTADO	000.000,00			
(R) DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE		-2.190.000,00		
(R) DEDUÇÃO DA RECEITA DE TRANSF. CORRENTES		-2.190.000,00		
(R) DEDUÇÃO DA RECEITA DE TRANSFERÊNCIA INTERGOVERNAMENTAL				
(R) DEDUÇÃO DA RECEITA DE TRANSFERÊNCIA DA UNIAO				
(R) DEDUÇÃO DA RECEITA DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICI				
(R) DEDUÇÃO DA RECEITA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERR				
(R) DEDUÇÃO DE RECEITA PARA A FORMAÇÃO DO FUNDOS - ICMS DESONERAÇÃO - LEI COMPLEMENTAR 87/96				
(R) DEDUÇÃO DA RECEITA DE TRANSFERÊNCIA DO ESTADO				
(R) DEDUÇÃO DA RECEITA DE PARTICIPAÇÃO DO ESTADO				
(R) DEDUÇÃO DA RECEITA DO ICMS	-770.000,00			
(R) DEDUÇÃO DA RECEITA DA COTA-PARTE DO ICMS	62.000,00			
(R) DEDUÇÃO DA RECEITA DO IPI/EXPORTAÇÃO	12.000,00			
SubTotal		17.000.000,00	SubTotal	16.424.000,00
Transferências Financeiras			Transferências Financeiras	576.000,00
Total		17.000.000,00	Total	17.000.000,00

VITOR MEIRELES, 17 de NOVEMBRO de 2014.

LOURIVAL LUNELLI
 PREFEITO MUNICIPAL

LUIS CARLOS BOING
 CRC/UF: 23187/O-6 SC - CONTADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária Segundo as Categorias Econômicas
 Exercício de 2015 (Consolidado)

ANEXO II da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Página: 1

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	DESPESAS CORRENTES			
	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Total
01.001 - CAMARA DE VEREADORES	424.000,00		142.000,00	566.000,00
02.001 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL	280.000,00		71.000,00	351.000,00
03.001 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS	680.500,00	53.929,00	830.210,00	1.564.639,00
04.001 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, SILV. PEC. E MEIO AMBIE	385.000,00		170.000,00	555.000,00
05.001 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, CIDADE E DES.ECONOMICO	146.000,00		39.000,00	185.000,00
06.001 - SECRETARIA DE EDUCACAO	2.419.550,00		1.396.648,50	3.816.198,50
07.001 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	650.000,00		1.505.911,50	2.155.911,50
08.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	1.653.200,00		1.639.480,00	3.292.680,00
09.001 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA			48.000,00	48.000,00
10.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	375.000,00		416.000,00	791.000,00
11.001 - SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO	75.000,00		125.000,00	200.000,00
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL			38.500,00	38.500,00
13.001 - SECRETARIA DE DES. DO DISTRITO DA BARRA DA PRATA	75.000,00		18.000,00	93.000,00
90.099 - RESERVA DE CONTINGENCIA			20.000,00	20.000,00
Total.....	7.163.250,00	53.929,00	6.459.750,00	13.676.929,00

VITOR MEIRELES, 17 de Novembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária Segundo as Categorias Econômicas
Exercício de 2015 (Consolidado)

ANEXO II da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Página: 2

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	DESPESAS DE CAPITAL			
	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total
01.001 - CAMARA DE VEREADORES	10.000,00			10.000,00
02.001 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL	5.000,00			5.000,00
03.001 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS	26.500,00		358.071,00	384.571,00
04.001 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, SILV. PEC. E MEIO AMBIE	125.000,00			125.000,00
05.001 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, CIDADE E DES.ECONOMICO				0,00
06.001 - SECRETARIA DE EDUCACAO	345.000,00			345.000,00
07.001 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS	632.500,00			632.500,00
08.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	270.000,00			270.000,00
09.001 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA	2.000,00			2.000,00
10.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	35.000,00			35.000,00
11.001 - SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO	1.512.000,00			1.512.000,00
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL				0,00
13.001 - SECRETARIA DE DES. DO DISTRITO DA BARRA DA PRATA	2.000,00			2.000,00
90.099 - RESERVA DE CONTINGENCIA				0,00
Total.....:	2.965.000,00		358.071,00	3.323.071,00

VITOR MEIRELES, 17 de Novembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária Segundo as Categorias Econômicas
Exercício de 2015 (Consolidado)

ANEXO II da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Página: 3

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Total Geral
01.001 - CAMARA DE VEREADORES	576.000,00
02.001 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL	356.000,00
03.001 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS	1.949.210,00
04.001 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, SILV. PEC. E MEIO AMBIE	680.000,00
05.001 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, CIDADE E DES.ECONOMICO	185.000,00
06.001 - SECRETARIA DE EDUCACAO	4.161.198,50
07.001 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS	2.788.411,50
08.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	3.562.680,00
09.001 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA	50.000,00
10.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	826.000,00
11.001 - SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO	1.712.000,00
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	38.500,00
13.001 - SECRETARIA DE DES. DO DISTRITO DA BARRA DA PRATA	95.000,00
90.099 - RESERVA DE CONTINGENCIA	20.000,00
Total.....:	17.000.000,00

VITOR MEIRELES, 17 de Novembro de 2014.

LOURIVAL LUNELLI
PREFEITO MUNICIPAL

LUIS CARLOS BOING
CONTADOR
CRC/ SC 23187/O-6

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

Consolidação Geral da Despesa

Exercício de 2015 (Consolidado)

Página: 1

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES PESSOAL E			13.656.929,00
31000000000000	ENCARGOS SOCIAIS TRANSFERENCIAS A			7.163.250,00
31710000000000	CONSORCIOS PUBLICOS APLICACOES		3.500,00	
31900000000000	DIRETAS		7.159.750,00	
32000000000000	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA			53.929,00
32900000000000	APLICACOES DIRETAS		53.929,00	
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			6.439.750,00
33400000000000	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS		12.592,80	
33500000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR		885.000,00	
33710000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		3.500,00	
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		5.310.727,12	
33930000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		227.930,08	
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			3.323.071,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			2.965.000,00
44710000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		1.000,00	
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		2.964.000,00	
46000000000000	AMORTIZACAO DA DIVIDA			358.071,00
46900000000000	APLICACOES DIRETAS		358.071,00	
90000000000000	RESERVA DE CONTINGENCIA			20.000,00
99000000000000	RESERVA DE CONTINGENCIA			20.000,00
99990000000000	RESERVA DE CONTINGENCIA		20.000,00	
Total.....				17.000.000,00

VITOR MEIRELES, 17 de NOVEMBRO de 2014.

LOURIVAL LUNELLI
PREFEITO MUNICIPALLUIS CARLOS BOING
CONTADOR
CRC/ SC 23187/O-6

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
Exercício de 2015 (Consolidado)

Página: 1

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 01	CAMARA DE VEREADORES			
Unidade Orçamentária...: 001	CAMARA DE VEREADORES			
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			566.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			424.000,00
31900000000000	APLICAÇÕES DIRETAS		424.000,00	
10000	Recursos Ordinários	424.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			142.000,00
33500000000000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		12.000,00	
10000	Recursos Ordinários	12.000,00		
33900000000000	APLICAÇÕES DIRETAS		130.000,00	
10000	Recursos Ordinários	130.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			10.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			10.000,00
44900000000000	APLICAÇÕES DIRETAS		10.000,00	
10000	Recursos Ordinários	10.000,00		
Total.....				576.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
Exercício de 2015 (Consolidado)

Página: 2

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8. de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 02	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL			
Unidade Orçamentária...: 001	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL			
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			351.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			280.000,00
31900000000000	APLICAÇÕES DIRETAS		280.000,00	
10000	Recursos Ordinários	280.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			71.000,00
33900000000000	APLICAÇÕES DIRETAS		71.000,00	
10000	Recursos Ordinários	71.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			5.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			5.000,00
44900000000000	APLICAÇÕES DIRETAS		5.000,00	
10000	Recursos Ordinários	5.000,00		
Total.....				356.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 Exercício de 2015 (Consolidado)

Página: 3

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8. de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....:	03	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS		
Unidade Orçamentária.....:	001	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS		
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES PESSOAL E			1.564.639,00
31000000000000	ENCARGOS SOCIAIS TRANSFERÊNCIAS A			680.500,00
31710000000000	CONSÓRCIOS PÚBLICOS Recursos Ordinários		500,00	
10000	APLICAÇÕES DIRETAS	500,00		
31900000000000	Recursos Ordinários		680.000,00	
10000	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	680.000,00		
32000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS			53.929,00
32900000000000	Recursos Ordinários		53.929,00	
10000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	53.929,00		
33000000000000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			830.210,00
33500000000000	Recursos Ordinários		122.000,00	
10000	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	122.000,00		
33710000000000	Recursos Ordinários		500,00	
10000	APLICAÇÕES DIRETAS	500,00		
33900000000000	Recursos Ordinários		700.750,00	
10000	Recursos Ordinários - Convênio Bombeiros	429.000,00		
10002	Recursos Ordinários - Precatório	3.000,00		
10005	Convênio de Trânsito - Militar	250.250,00		
11000	Convênio de Trânsito - Civil	6.000,00		
11100	Convênio de Trânsito Prefeitura	6.000,00		
11200	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	6.500,00		
33930000000000	Recursos Ordinários		6.960,00	
10000	DESPESAS DE CAPITAL	6.960,00		
40000000000000	INVESTIMENTOS			384.571,00
44000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS			26.500,00
44900000000000	Recursos Ordinários		26.500,00	
10000	Recursos Ordinários - Convênio Bombeiros	13.000,00		
10002	Convênio de Trânsito - Militar	12.000,00		
11000	Convênio de Trânsito - Civil	500,00		
11100	Convênio de Trânsito Prefeitura	500,00		
11200	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	500,00		
46000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS			358.071,00
46900000000000	Recursos Ordinários		358.071,00	
10000	Receitas de Impostos - Educação	254.285,50		
10100	OAlienação Bens Dest.Outros Programas	53.785,50		
18900		50.000,00		
Total.....				1.949.210,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
Exercício de 2015 (Consolidado)

Página: 4

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 04		SECRETARIA DE AGRICULTURA, SILV. PEC. E MEIO AMBIE		
Unidade Orçamentária...: 001		SECRETARIA DE AGRICULTURA, SILV. PEC. E MEIO AMBIE		
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			555.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			385.000,00
31900000000000	APLICAÇÕES DIRETAS		385.000,00	
10000	Recursos Ordinários	385.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			170.000,00
33900000000000	APLICAÇÕES DIRETAS		170.000,00	
10000	Recursos Ordinários	170.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			125.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			125.000,00
44900000000000	APLICAÇÕES DIRETAS		125.000,00	
10000	Recursos Ordinários	25.000,00		
13454	Transf. de Convênios da União Outros	100.000,00		
Total.....				680.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
Exercício de 2015 (Consolidado)

Página: 5

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 05	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, CIDADE E DES.ECONOMICO			
Unidade Orçamentária....: 001	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, CIDADE E DES.ECONOMICO			
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES PESSOAL E			185.000,00
31000000000000	ENCARGOS SOCIAIS TRANSFERÊNCIAS A			146.000,00
31710000000000	CONSÓRCIOS PÚBLICOS Recursos Ordinários		1.000,00	
10000	APLICAÇÕES DIRETAS	1.000,00		
31900000000000	Recursos Ordinários		145.000,00	
10000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	145.000,00		
33000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS			39.000,00
33900000000000	Recursos Ordinários		39.000,00	
10000		39.000,00		
Total.....				185.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 Exercício de 2015 (Consolidado)

Página: 6

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8. de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 06 SECRETARIA DE EDUCACAO				
Unidade Orçamentária...: 001 SECRETARIA DE EDUCACAO				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			3.816.198,50
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			2.419.550,00
31900000000000	APLICAÇÕES DIRETAS		2.419.550,00	
10100	Receitas de Impostos - Educação	355.000,00		
11800	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Remu.Magistério)	1.614.550,00		
11900	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)	450.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.396.648,50
33500000000000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		24.000,00	
10100	Receitas de Impostos - Educação	24.000,00		
33900000000000	APLICAÇÕES DIRETAS		1.372.648,50	
10000	Recursos Ordinários	108.000,00		
10003	Recursos Ordinários - Convênio Empresas	25.000,00		
10100	Receitas de Impostos - Educação	326.398,50		
11900	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)	201.950,00		
13600	TSalário Educação	215.500,00		
13701	Programa Nacional de Alimentação Escolar	55.200,00		
13702	Progr. Nac. Apoio ao Transporte Escolar	120.100,00		
16255	Transf.Convênio -Estado/Educação	320.500,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			345.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			345.000,00
44900000000000	APLICAÇÕES DIRETAS		345.000,00	
10100	Receitas de Impostos - Educação	43.000,00		
11900	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)	40.000,00		
13254	Transf.Convênios-União/Educação	137.000,00		
13600	TSalário Educação	10.000,00		
16255	Transf.Convênio -Estado/Educação	100.000,00		
18700	OA alienação Bens Dest. Educação Básica	15.000,00		
Total.....				4.161.198,50

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 Exercício de 2015 (Consolidado)

Página: 7

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8. de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 07		SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS		
Unidade Orçamentária...: 001		SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS		
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			2.155.911,50
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			650.000,00
31900000000000	APLICAÇÕES DIRETAS		650.000,00	
10000	Recursos Ordinários	650.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.505.911,50
33710000000000	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		1.000,00	
10800	Contrib Custeio Serv. Ilum. Públ.-COSIP	1.000,00		
33900000000000	APLICAÇÕES DIRETAS		1.504.911,50	
10000	Recursos Ordinários	1.278.811,50		
10700	Contrib Interv Domínio Econ. - CIDE	15.000,00		
10800	Contrib Custeio Serv. Ilum. Públ.-COSIP	135.000,00		
13900	Fundo Especial de Petróleo	51.100,00		
16455	Transf. Convênio -Estado/Outros	25.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			632.500,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			632.500,00
44900000000000	APLICAÇÕES DIRETAS		632.500,00	
10000	Recursos Ordinários	51.000,00		
13454	Transf. de Convênios da União Outros	400.000,00		
13900	Fundo Especial de Petróleo	40.000,00		
16455	Transf. Convênio -Estado/Outros	141.500,00		
Total.....				2.788.411,50

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 Exercício de 2015 (Consolidado)

Página: 8

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 08 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
Unidade Orçamentária....: 001 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES PESSOAL E			3.292.680,00
31000000000000	ENCARGOS SOCIAIS TRANSFERÊNCIAS A			1.653.200,00
31710000000000	CONSÓRCIOS PÚBLICOS Receitas de Impostos -		2.000,00	
10200	Saúde	2.000,00		
31900000000000	APLICAÇÕES DIRETAS		1.651.200,00	
10200	Receitas de Impostos - Saúde	1.000.000,00		
13801	Atenção Básica	90.000,00		
13802	Gestão do SUS - ESF	251.200,00		
13803	Gestão do SUS - SAUDE BUCAL	40.000,00		
13804	Gestão do SUS - PACS	200.000,00		
13807	NASF - Nucleo Apoio da Família - Federal	54.000,00		
16701	Atenção Básica - Cofinanciamento Estado	16.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.639.480,00
33400000000000	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS		12.592,80	
10200	Receitas de Impostos - Saúde	12.592,80		
33500000000000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		700.000,00	
10200	Receitas de Impostos - Saúde	700.000,00		
33710000000000	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		2.000,00	
10200	Receitas de Impostos - Saúde	2.000,00		
33900000000000	APLICAÇÕES DIRETAS		703.917,12	
10004	Recursos Ordinários - Alvará Sanitário	11.000,00		
10200	Receitas de Impostos - Saúde	486.317,12		
13800	Transf - SUS/União	50.000,00		
13801	Atenção Básica	54.000,00		
13803	Gestão do SUS - SAUDE BUCAL	10.000,00		
13806	Atenção Básica - Espec. Regionais	10.000,00		
13807	NASF - Nucleo Apoio da Família - Federal	24.000,00		
13808	Assistência Farmacêutica Básica Federal	3.500,00		
13815	Vigilância em Saúde - Sanitaria	8.300,00		
13816	Vigilância em Saúde - Epidemiologia Atenção	19.300,00		
16701	Básica - Cofinanciamento Estado Assistência	24.000,00		
16708	Farmacêutica Básica - Estado TRANSFERÊNCIAS	3.500,00		
33930000000000	A CONSÓRCIOS PÚBLICOS Receitas de		220.970,08	
10200	Impostos - Saúde	74.770,08		
13801	Atenção Básica	15.000,00		
13807	NASF - Nucleo Apoio da Família - Federal	70.000,00		
13808	Assistência Farmacêutica Básica Federal	36.600,00		
16708	Assistência Farmacêutica Básica - Estado	24.600,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			270.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			270.000,00
44710000000000	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		1.000,00	
10200	Receitas de Impostos - Saúde	1.000,00		
44900000000000	APLICAÇÕES DIRETAS		269.000,00	
10200	Receitas de Impostos - Saúde	25.000,00		
13354	Transf. de Convênios da União Saude	100.000,00		
13800	Transf - SUS/União	5.000,00		
13801	Atenção Básica	5.000,00		
13807	NASF - Nucleo Apoio da Família - Federal	2.000,00		
13815	Vigilância em Saúde - Sanitaria Vigilância	7.000,00		
13816	em Saúde - Epidemiologia Transf. de	5.000,00		
16355	Convênios do Estado Saude OAlienação	110.000,00		
18800	Bens Dest. Programas Saúde	10.000,00		
Total.....				3.562.680,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
Exercício de 2015 (Consolidado)

Página: 9

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Anexo III Portaria SOR Nº. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa				
Órgão.....: 09	FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA			
Unidade Orçamentária...: 001	FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA			
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3000000000000000	DESPESAS CORRENTES			48.000,00
3300000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			48.000,00
3390000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS		48.000,00	
10000	Recursos Ordinários	48.000,00		
4000000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			2.000,00
4400000000000000	INVESTIMENTOS			2.000,00
4490000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS		2.000,00	
10000	Recursos Ordinários	2.000,00		
Total.....				50.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
 Exercício de 2015 (Consolidado)

Página: 10

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8. de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 10		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
Unidade Orçamentária...: 001		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			791.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			375.000,00
31900000000000	APLICAÇÕES DIRETAS		375.000,00	
10000	Recursos Ordinários	325.000,00		
13501	CRAS - Centro de Ref. da Assit. Social	40.000,00		
13504	Fortalecimento Vínculos de Convivência	10.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			416.000,00
33500000000000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		27.000,00	
10000	Recursos Ordinários	12.000,00		
13501	CRAS - Centro de Ref. da Assit. Social	15.000,00		
33900000000000	APLICAÇÕES DIRETAS		389.000,00	
10000	Recursos Ordinários	240.000,00		
13500	Transf.Sist.Único A.Social-SUAS/União	24.900,00		
13501	CRAS - Centro de Ref. da Assit. Social	30.000,00		
13502	IGD - SUAS	7.900,00		
13503	IGDF - Bolsa Família	11.200,00		
13504	Fortalecimento Vínculos de Convivência	75.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			35.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			35.000,00
44900000000000	APLICAÇÕES DIRETAS		35.000,00	
10000	Recursos Ordinários	9.000,00		
13500	Transf.Sist.Único A.Social-SUAS/União	2.000,00		
13501	CRAS - Centro de Ref. da Assit. Social	5.000,00		
13502	IGD - SUAS	2.000,00		
13503	IGDF - Bolsa Família	2.000,00		
13504	Fortalecimento Vínculos de Convivência	15.000,00		
Total.....				826.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
Exercício de 2015 (Consolidado)

Página: 11

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 11		SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO		
Unidade Orçamentária...: 001		SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO		
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			200.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			75.000,00
31900000000000	APLICAÇÕES DIRETAS		75.000,00	
10000	Recursos Ordinários	75.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			125.000,00
33900000000000	APLICAÇÕES DIRETAS		125.000,00	
10000	Recursos Ordinários	125.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			1.512.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			1.512.000,00
44900000000000	APLICAÇÕES DIRETAS		1.512.000,00	
10000	Recursos Ordinários	12.000,00		
16401	Transf.Convênio -Estado/FUNDAM	1.500.000,00		
Total.....				1.712.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
Exercício de 2015 (Consolidado)

Página: 12

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8. de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Anexo 2 da Lei 4.320/04 - Anexo III Portaria SOR Nº. 6, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa				
Órgão.....: 12		FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL		
Unidade Orçamentária...: 001		FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL		
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3000000000000000	DESPESAS CORRENTES		38.500,00	38.500,00
3300000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			38.500,00
3390000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS			
10001	Recursos Ordinários - FHS	38.500,00		
Total.....				38.500,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
Exercício de 2015 (Consolidado)

Página: 13

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8. de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 13	SECRETARIA DE DES. DO DISTRITO DA BARRA DA PRATA			
Unidade Orçamentária...: 001	SECRETARIA DE DES. DO DISTRITO DA BARRA DA PRATA			
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			93.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			75.000,00
31900000000000	APLICAÇÕES DIRETAS		75.000,00	
10000	Recursos Ordinários	75.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			18.000,00
33900000000000	APLICAÇÕES DIRETAS		18.000,00	
10000	Recursos Ordinários	18.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			2.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			2.000,00
44900000000000	APLICAÇÕES DIRETAS		2.000,00	
10000	Recursos Ordinários	2.000,00		
Total.....				95.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
Exercício de 2015 (Consolidado)

Página: 14

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8. de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....:	90	RESERVA DE CONTINGENCIA		
Unidade Orçamentária....:	099	RESERVA DE CONTINGENCIA		
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
9000000000000000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			20.000,00
9900000000000000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			20.000,00
9999000000000000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		20.000,00	
10000	Recursos Ordinários	20.000,00		
Total.....				20.000,00

VITOR MEIRELES, 17 de NOVEMBRO de 2014.

LOURIVAL LUNELLI
PREFEITO MUNICIPAL

LUIS CARLOS BOING
CRC/UF: 23187/O-6 SC - CONTADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
Exercício de 2015 (Consolidado)

Data: 17/11/14

Hora: 14:04:19

Pág.: 1

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 01	- CAMARA DE VEREADORES			
Unidade Orçamentária....: 001	- CAMARA DE VEREADORES			
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
01. 031. 0001.2001	- MANUTENCAO DO PODER LEGISLATIVO.			
3300000000000000	DESPESAS CORRENTES			566.000,00
3310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			424.000,00
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS		424.000,00	
3330000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			142.000,00
3335000000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR		12.000,00	
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS		130.000,00	
3400000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			10.000,00
3440000000000000	INVESTIMENTOS			10.000,00
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS		10.000,00	
Total Projeto/Atividade				576.000,00
Total				576.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
Exercício de 2015 (Consolidado)

Data: 17/11/14

Hora: 14:04:19

Pág.: 2

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 02		- GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL		
Unidade Orçamentária...: 001		- GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL		
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
04. 122. 0002.2002 - MANUTENCAO DO GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO				
3300000000000000	DESPESAS CORRENTES			350.000,00
3310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			280.000,00
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS		280.000,00	
3330000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			70.000,00
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS		70.000,00	
Total Projeto/Atividade				350.000,00
06. 182. 0019.1002 - OBRAS DE CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO				
3400000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			5.000,00
3440000000000000	INVESTIMENTOS			5.000,00
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS		5.000,00	
Total Projeto/Atividade				5.000,00
06. 182. 0019.2031 - COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL				
3300000000000000	DESPESAS CORRENTES			1.000,00
3330000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.000,00
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS		1.000,00	
Total Projeto/Atividade				1.000,00
Total				356.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
 Exercício de 2015 (Consolidado)

Data: 17/11/14

Hora: 14:04:19

Pág.: 3

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 03	- SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS			
Unidade Orçamentária....: 001	- SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS			
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
04. 122. 0004.0004 - SENTENÇAS JUDICIAIS				
3300000000000000	DESPESAS CORRENTES			250.250,00
3330000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			250.250,00
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS		250.250,00	
Total Projeto/Atividade				250.250,00
04. 122. 0005.2005 - CONTRIBUICAO A ENTIDADES MUNICIPALISTA				
3300000000000000	DESPESAS CORRENTES PESSOAL E			111.000,00
3310000000000000	ENCARGOS SOCIAIS TRANSFERENCIAS A			500,00
3317100000000000	CONSORCIOS PUBLICOS OUTRAS DESPESAS		500,00	
3330000000000000	CORRENTES TRANSFERENCIAS A			110.500,00
3335000000000000	INST.PRIV.S/ FINS LUCR TRANSFERENCIAS A		110.000,00	
3337100000000000	CONSORCIOS PUBLICOS		500,00	
Total Projeto/Atividade				111.000,00
04. 123. 0003.2003 - MANUTENCAO DA ADMINISTRACAO E FINANÇAS				
3300000000000000	DESPESAS CORRENTES			786.960,00
3310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			500.000,00
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS		500.000,00	
3330000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			286.960,00
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS		280.000,00	
3339300000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		6.960,00	
3400000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			10.000,00
3440000000000000	INVESTIMENTOS			10.000,00
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS		10.000,00	
Total Projeto/Atividade				796.960,00
04. 123. 0004.0003 - PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS				
3300000000000000	DESPESAS CORRENTES			180.000,00
3310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			180.000,00
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS		180.000,00	
Total Projeto/Atividade				180.000,00
06. 181. 0003.2004 - MANUTENCAO DA SEGURANCA PUBLICA				
3300000000000000	DESPESAS CORRENTES			45.500,00
3330000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			45.500,00
3335000000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR		12.000,00	
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS		33.500,00	
3400000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			13.500,00
3440000000000000	INVESTIMENTOS			13.500,00
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS		13.500,00	
Total Projeto/Atividade				59.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
 Exercício de 2015 (Consolidado)

Data: 17/11/14

Hora: 14:04:05

Pág.: 4

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 03	- SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS			
Unidade Orçamentária....: 001	- SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS			
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
24. 722. 0012.2030 - MANUT. E AMPLIAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICACAO				
3300000000000000	DESPESAS CORRENTES			17.000,00
3330000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			17.000,00
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS		17.000,00	
3400000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			3.000,00
3440000000000000	INVESTIMENTOS			3.000,00
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS		3.000,00	
Total Projeto/Atividade				20.000,00
28. 843. 0004.0001 - AMORTIZACAO DO PRINCIPAL E ENCARGOS DA DIVIDA				
3300000000000000	DESPESAS CORRENTES			53.929,00
3320000000000000	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA			53.929,00
3329000000000000	APLICACOES DIRETAS		53.929,00	
3400000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			358.071,00
3460000000000000	AMORTIZACAO DA DIVIDA			358.071,00
3469000000000000	APLICACOES DIRETAS		358.071,00	
Total Projeto/Atividade				412.000,00
28. 845. 0004.0002 - CONTRIBUICAO AO PASEP				
3300000000000000	DESPESAS CORRENTES			120.000,00
3330000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			120.000,00
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS		120.000,00	
Total Projeto/Atividade				120.000,00
Total				1.949.210,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
 Exercício de 2015 (Consolidado)

Data: 17/11/14

Hora: 14:04:19

Pág.: 5

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 04	- SECRETARIA DE AGRICULTURA, SILV. PEC. E MEIO AMBIE			
Unidade Orçamentária....: 001	- SECRETARIA DE AGRICULTURA, SILV. PEC. E MEIO AMBIE			
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
18. 541. 0006.2009 - RECUPERACAO E CONCIETIZACAO AMBIENTAL				
3300000000000000	DESPESAS CORRENTES			10.000,00
3330000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			10.000,00
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS		10.000,00	
Total Projeto/Atividade				10.000,00
20. 606. 0006.1001 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA				
3400000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			110.000,00
3440000000000000	INVESTIMENTOS			110.000,00
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS		110.000,00	
Total Projeto/Atividade				110.000,00
20. 606. 0006.2006 - MANUTENCAO DA SEC. DE AGRICULTURA, SILV. PEC. E ME				
3300000000000000	DESPESAS CORRENTES			505.000,00
3310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			385.000,00
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS		385.000,00	
3330000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			120.000,00
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS		120.000,00	
3400000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			5.000,00
3440000000000000	INVESTIMENTOS			5.000,00
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS		5.000,00	
Total Projeto/Atividade				510.000,00
20. 606. 0006.2007 - APOIO AO ASSOCIATIVISMO, COOPERATIVISMO E DIV. DE				
3300000000000000	DESPESAS CORRENTES			10.000,00
3330000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			10.000,00
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS		10.000,00	
3400000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			10.000,00
3440000000000000	INVESTIMENTOS			10.000,00
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS		10.000,00	
Total Projeto/Atividade				20.000,00
20. 606. 0006.2008 - RECUPERACAO DO SOLO				
3300000000000000	DESPESAS CORRENTES			30.000,00
3330000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			30.000,00
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS		30.000,00	
Total Projeto/Atividade				30.000,00
Total				680.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
Exercício de 2015 (Consolidado)

Data: 17/11/14

Hora: 14:04:20

Pág.: 6

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 05	- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, CIDADE E DES.ECONOMICO			
Unidade Orçamentária....: 001	- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, CIDADE E DES.ECONOMICO			
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
04. 121. 0018.2029 - IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DA CIDAD				
3300000000000000	DESPESAS CORRENTES			180.000,00
3310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			145.000,00
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS		145.000,00	
3330000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			35.000,00
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS		35.000,00	
Total Projeto/Atividade				180.000,00
17. 512. 0017.2039 - SANEAMENTO BASICO				
3300000000000000	DESPESAS CORRENTES PESSOAL E			5.000,00
3310000000000000	ENCARGOS SOCIAIS TRANSFERENCIAS A			1.000,00
3317100000000000	CONSORCIOS PUBLICOS OUTRAS DESPESAS		1.000,00	
3330000000000000	CORRENTES			4.000,00
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS		4.000,00	
Total Projeto/Atividade				5.000,00
Total				185.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
 Exercício de 2015 (Consolidado)

Data: 17/11/14

Hora: 14:04:20

Pág.: 7

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 06		- SECRETARIA DE EDUCACAO		
Unidade Orçamentária....: 001		- SECRETARIA DE EDUCACAO		
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
12. 306. 0010.2024 - MERENDA ESCOLAR				
3300000000000000	DESPESAS CORRENTES			95.200,00
3330000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			95.200,00
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS		95.200,00	
Total Projeto/Atividade				95.200,00
12. 361. 0010.1007 - AMPLIACAO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENSINO FUND				
3400000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			312.000,00
3440000000000000	INVESTIMENTOS			312.000,00
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS		312.000,00	
Total Projeto/Atividade				312.000,00
12. 361. 0010.2022 - MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL				
3300000000000000	DESPESAS CORRENTES			1.970.398,50
3310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			1.574.550,00
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS		1.574.550,00	
3330000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			395.848,50
3335000000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR		24.000,00	
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS		371.848,50	
3400000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			20.000,00
3440000000000000	INVESTIMENTOS			20.000,00
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS		20.000,00	
Total Projeto/Atividade				1.990.398,50
12. 361. 0010.2023 - MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR				
3300000000000000	DESPESAS CORRENTES			860.600,00
3310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			240.000,00
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS		240.000,00	
3330000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			620.600,00
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS		620.600,00	
Total Projeto/Atividade				860.600,00
12. 362. 0016.2026 - APOIO AO ENSINO MEDIO E CURSOS PROFISSIONALIZANTE				
3300000000000000	DESPESAS CORRENTES			68.000,00
3330000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			68.000,00
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS		68.000,00	
Total Projeto/Atividade				68.000,00
12. 364. 0016.2027 - APOIO AO ENSINO SUPERIOR E ESPECIALIZACOES				
3300000000000000	DESPESAS CORRENTES			50.000,00
3330000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			50.000,00
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS		50.000,00	
Total Projeto/Atividade				50.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
 Exercício de 2015 (Consolidado)

Data: 17/11/14

Hora: 14:04:05

Pág.: 8

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 06	- SECRETARIA DE EDUCACAO			
Unidade Orçamentária....: 001	- SECRETARIA DE EDUCACAO			
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
12. 365. 0010.2020 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL (CRECHES)				
3300000000000000	DESPESAS CORRENTES			505.000,00
3310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			380.000,00
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS		380.000,00	
3330000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			125.000,00
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS		125.000,00	
3400000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			10.000,00
3440000000000000	INVESTIMENTOS			10.000,00
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS		10.000,00	
Total Projeto/Atividade				515.000,00
12. 365. 0010.2025 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL (PRÉ-ESCOLA)				
3300000000000000	DESPESAS CORRENTES			267.000,00
3310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			225.000,00
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS		225.000,00	
3330000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			42.000,00
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS		42.000,00	
3400000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			3.000,00
3440000000000000	INVESTIMENTOS			3.000,00
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS		3.000,00	
Total Projeto/Atividade				270.000,00
Total				4.161.198,50

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
 Exercício de 2015 (Consolidado)

Data: 17/11/14
 Hora: 14:04:20
 Pág.: 9

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 07	- SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS			
Unidade Orçamentária....: 001	- SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS			
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
15. 452. 0017.2035 - MANUTENCAO E MELHORIA DA ILUMINACAO PUBLICA				
3300000000000000	DESPESAS CORRENTES			136.000,00
3330000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			136.000,00
3337100000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		1.000,00	
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS		135.000,00	
Total Projeto/Atividade				136.000,00
15. 452. 0017.2036 - MANUTENCAO DA LIMPEZA PUBLICA				
3300000000000000	DESPESAS CORRENTES			225.000,00
3330000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			225.000,00
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS		225.000,00	
Total Projeto/Atividade				225.000,00
15. 452. 0017.2037 - MANUTENCAO DOS SERVICOS URBANOS				
3300000000000000	DESPESAS CORRENTES			60.000,00
3330000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			60.000,00
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS		60.000,00	
3400000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			10.000,00
3440000000000000	INVESTIMENTOS			10.000,00
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS		10.000,00	
Total Projeto/Atividade				70.000,00
26. 782. 0014.1013 - AQUISICAO DE VEICULOS E EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS				
3400000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			352.500,00
3440000000000000	INVESTIMENTOS			352.500,00
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS		352.500,00	
Total Projeto/Atividade				352.500,00
26. 782. 0014.2033 - MANUTENCAO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS				
3300000000000000	DESPESAS CORRENTES			1.734.911,50
3310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			650.000,00
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS		650.000,00	
3330000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.084.911,50
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS		1.084.911,50	
3400000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			15.000,00
3440000000000000	INVESTIMENTOS			15.000,00
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS		15.000,00	
Total Projeto/Atividade				1.749.911,50
26. 782. 0015.1016 - PAVIMENTACAO DE RUAS				
3400000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			255.000,00
3440000000000000	INVESTIMENTOS			255.000,00
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS		255.000,00	
Total Projeto/Atividade				255.000,00
Total				2.788.411,50

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
 Exercício de 2015 (Consolidado)

Data: 17/11/14

Hora: 14:04:20

Pág.: 10

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 08	- FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
Unidade Orçamentária....: 001	- FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
10. 301. 0007.1004	- AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS EM SAÚDE			
3400000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			240.000,00
3440000000000000	INVESTIMENTOS			240.000,00
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS		240.000,00	
Total Projeto/Atividade				240.000,00
10. 301. 0007.2011	- MANUTENCAO DO DEPTO DE SAUDE E ASSISTENCIA MEDICA-			
3300000000000000	DESPESAS CORRENTES PESSOAL E			2.551.080,00
3310000000000000	ENCARGOS SOCIAIS TRANSFERENCIAS A			1.653.200,00
3317100000000000	CONSORCIOS PUBLICOS APLICACOES		2.000,00	
3319000000000000	DIRETAS		1.651.200,00	
3330000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			897.880,00
3334000000000000	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS		12.592,80	
3337100000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		2.000,00	
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS		662.317,12	
3339300000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		220.970,08	
3400000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			18.000,00
3440000000000000	INVESTIMENTOS			18.000,00
3447100000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		1.000,00	
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS		17.000,00	
Total Projeto/Atividade				2.569.080,00
10. 301. 0007.2013	- AUXILIO PARA ASSOCIACAO HOSPITALAR			
3300000000000000	DESPESAS CORRENTES			700.000,00
3330000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			700.000,00
3335000000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR		700.000,00	
Total Projeto/Atividade				700.000,00
10. 304. 0007.2014	- ACOES DE VIGILANCIA EM SAUDE			
3300000000000000	DESPESAS CORRENTES			41.600,00
3330000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			41.600,00
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS		41.600,00	
3400000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			12.000,00
3440000000000000	INVESTIMENTOS			12.000,00
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS		12.000,00	
Total Projeto/Atividade				53.600,00
Total				3.562.680,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
Exercício de 2015 (Consolidado)

Data: 17/11/14

Hora: 14:04:20

Pág.: 11

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 09	- FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA			
Unidade Orçamentária....: 001	- FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA			
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
08. 243. 0008.2015 - PROGRAMA DE PROTECAO SOCIO-EDUCATIVO				
3300000000000000	DESPESAS CORRENTES			48.000,00
3330000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			48.000,00
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS		48.000,00	
3400000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			2.000,00
3440000000000000	INVESTIMENTOS			2.000,00
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS		2.000,00	
Total Projeto/Atividade				50.000,00
Total				50.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
 Exercício de 2015 (Consolidado)

Data: 17/11/14

Hora: 14:04:20

Pág.: 12

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 10		- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
Unidade Orçamentária....: 001		- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
08. 241. 0009.2017 - INTEGRACAO DA TERCEIRA IDADE				
3300000000000000	DESPESAS CORRENTES			30.000,00
3330000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			30.000,00
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS		30.000,00	
3400000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			2.000,00
3440000000000000	INVESTIMENTOS			2.000,00
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS		2.000,00	
Total Projeto/Atividade				32.000,00
08. 244. 0009.2016 - ATENCAO AS FAMILIA CARENTES				
3300000000000000	DESPESAS CORRENTES			566.000,00
3310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			250.000,00
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS		250.000,00	
3330000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			316.000,00
3335000000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR		12.000,00	
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS		304.000,00	
3400000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			23.000,00
3440000000000000	INVESTIMENTOS			23.000,00
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS		23.000,00	
Total Projeto/Atividade				589.000,00
08. 244. 0009.2018 - APOIO AOS CLUBES DE MAES				
3300000000000000	DESPESAS CORRENTES			5.000,00
3330000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			5.000,00
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS		5.000,00	
Total Projeto/Atividade				5.000,00
08. 244. 0009.2038 - PROTEÇÃO SOCIAL BASICA - CRAS				
3300000000000000	DESPESAS CORRENTES			190.000,00
3310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			125.000,00
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS		125.000,00	
3330000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			65.000,00
3335000000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR		15.000,00	
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS		50.000,00	
3400000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			10.000,00
3440000000000000	INVESTIMENTOS			10.000,00
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS		10.000,00	
Total Projeto/Atividade				200.000,00
Total				826.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
 Exercício de 2015 (Consolidado)

Data: 17/11/14

Hora: 14:04:20

Pág.: 13

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 11	- SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO			
Unidade Orçamentária....: 001	- SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO			
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
13. 392. 0013.1012 - CONSTRUCAO DE ESPACOS CULTURAIS E TURISTICOS				
3400000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			10.000,00
3440000000000000	INVESTIMENTOS			10.000,00
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS		10.000,00	
Total Projeto/Atividade				10.000,00
13. 392. 0013.2021 - FESTIVIDADES E EVENTOS OFICIAIS				
3300000000000000	DESPESAS CORRENTES			40.000,00
3330000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			40.000,00
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS		40.000,00	
Total Projeto/Atividade				40.000,00
13. 392. 0013.2032 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES CULTURAIS E TURISTICAS				
3300000000000000	DESPESAS CORRENTES			68.000,00
3310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			40.000,00
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS		40.000,00	
3330000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			28.000,00
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS		28.000,00	
3400000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			2.000,00
3440000000000000	INVESTIMENTOS			2.000,00
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS		2.000,00	
Total Projeto/Atividade				70.000,00
23. 695. 0013.2010 - INCENTIVO AO TURISMO				
3300000000000000	DESPESAS CORRENTES			12.000,00
3330000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			12.000,00
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS		12.000,00	
Total Projeto/Atividade				12.000,00
27. 812. 0011.1009 - CONSTRUCAO DE GINASIO DE ESPORTE				
3400000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			1.500.000,00
3440000000000000	INVESTIMENTOS			1.500.000,00
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS		1.500.000,00	
Total Projeto/Atividade				1.500.000,00
27. 812. 0011.2028 - APOIO AO ESPORTE AMADOR				
3300000000000000	DESPESAS CORRENTES			80.000,00
3310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			35.000,00
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS		35.000,00	
3330000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			45.000,00
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS		45.000,00	
Total Projeto/Atividade				80.000,00
Total				1.712.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
Exercício de 2015 (Consolidado)

Data: 17/11/14

Hora: 14:04:20

Pág.: 14

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 12	- FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL			
Unidade Orçamentária....: 001	- FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL			
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
16. 482. 0020.2019 - FUNDO DE HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL				
3300000000000000	DESPESAS CORRENTES			38.500,00
3330000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			38.500,00
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS		38.500,00	
Total Projeto/Atividade				38.500,00
Total				38.500,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
Exercício de 2015 (Consolidado)

Data: 17/11/14

Hora: 14:04:20

Pág.: 15

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 13		- SECRETARIA DE DES. DO DISTRITO DA BARRA DA PRATA		
Unidade Orçamentária....: 001		- SECRETARIA DE DES. DO DISTRITO DA BARRA DA PRATA		
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
04. 123. 0003.2034 - DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO DA BARRA DA PRATA				
3300000000000000	DESPESAS CORRENTES			93.000,00
3310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			75.000,00
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS		75.000,00	
3330000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			18.000,00
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS		18.000,00	
3400000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			2.000,00
3440000000000000	INVESTIMENTOS			2.000,00
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS		2.000,00	
Total Projeto/Atividade				95.000,00
Total				95.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
Exercício de 2015 (Consolidado)

Data: 17/11/14

Hora: 14:04:20

Pág.: 16

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 90		- RESERVA DE CONTINGENCIA		
Unidade Orçamentária....: 099		- RESERVA DE CONTINGENCIA		
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
99. 999. 0099.9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA				
3900000000000000	RESERVA DE CONTINGENCIA			20.000,00
3990000000000000	RESERVA DE CONTINGENCIA			20.000,00
3999900000000000	RESERVA DE CONTINGENCIA		20.000,00	
Total Projeto/Atividade				20.000,00
Total				20.000,00
Total Geral				17.000.000,00

VITOR MEIRELES, 17 de NOVEMBRO de 2014.

LOURIVAL LUNELLI
PREFEITO MUNICIPAL

LUIS CARLOS BOING
CONTADOR
CRC/SC 23187/O-6

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão
EXERCÍCIO DE 2015 (Consolidado)

Página: 1

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Órgão.....: 01 CAMARA DE VEREADORES				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			566.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			424.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		424.000,00	
10000	Recursos Ordinários	424.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			142.000,00
33500000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR		12.000,00	
10000	Recursos Ordinários	12.000,00		
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		130.000,00	
10000	Recursos Ordinários	130.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			10.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			10.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		10.000,00	
10000	Recursos Ordinários	10.000,00		
Total.....:				576.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão
EXERCÍCIO DE 2015 (Consolidado)

Página: 2

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Órgão.....: 02 GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			351.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			280.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		280.000,00	
10000	Recursos Ordinários	280.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			71.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		71.000,00	
10000	Recursos Ordinários	71.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			5.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			5.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		5.000,00	
10000	Recursos Ordinários	5.000,00		
Total.....:				356.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão
 EXERCÍCIO DE 2015 (Consolidado)

Página: 3

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Órgão.....: 03 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES PESSOAL E			1.564.639,00
31000000000000	ENCARGOS SOCIAIS TRANSFERENCIAS A			680.500,00
31710000000000	CONSORCIOS PUBLICOS Recursos Ordinários		500,00	
10000	APLICACOES DIRETAS	500,00		
31900000000000	Recursos Ordinários		680.000,00	
10000	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	680.000,00		
32000000000000	APLICACOES DIRETAS			53.929,00
32900000000000	Recursos Ordinários		53.929,00	
10000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	53.929,00		
33000000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR			830.210,00
33500000000000	Recursos Ordinários		122.000,00	
10000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	122.000,00		
33710000000000	Recursos Ordinários		500,00	
10000	APLICACOES DIRETAS	500,00		
33900000000000	Recursos Ordinários		700.750,00	
10000	Recursos Ordinários - Convênio Bombeiros	429.000,00		
10002	Recursos Ordinários - Precatório	3.000,00		
10005	Convênio de Trânsito - Militar	250.250,00		
11000	Convênio de Trânsito - Civil	6.000,00		
11100	Convênio de Trânsito Prefeitura	6.000,00		
11200	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	6.500,00		
33930000000000	Recursos Ordinários		6.960,00	
10000	DESPESAS DE CAPITAL	6.960,00		
40000000000000	INVESTIMENTOS			384.571,00
44000000000000	APLICACOES DIRETAS			26.500,00
44900000000000	Recursos Ordinários		26.500,00	
10000	Recursos Ordinários - Convênio Bombeiros	13.000,00		
10002	Convênio de Trânsito - Militar	12.000,00		
11000	Convênio de Trânsito - Civil	500,00		
11100	Convênio de Trânsito Prefeitura	500,00		
11200	AMORTIZACAO DA DIVIDA	500,00		
46000000000000	APLICACOES DIRETAS			358.071,00
46900000000000	Recursos Ordinários		358.071,00	
10000	Receitas de Impostos - Educação	254.285,50		
10100	OAlienação Bens Dest.Outros Programas	53.785,50		
18900		50.000,00		
Total.....:				1.949.210,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão
EXERCÍCIO DE 2015 (Consolidado)

Página: 4

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Órgão.....: 04 SECRETARIA DE AGRICULTURA, SILV. PEC. E MEIO AMBIÉ				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			555.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			385.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		385.000,00	
10000	Recursos Ordinários	385.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			170.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		170.000,00	
10000	Recursos Ordinários	170.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			125.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			125.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		125.000,00	
10000	Recursos Ordinários	25.000,00		
13454	Transf. de Convênios da União Outros	100.000,00		
Total.....:				680.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão
EXERCÍCIO DE 2015 (Consolidado)

Página: 5

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Órgão.....: 05 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, CIDADE E DES.ECONOMICO				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES PESSOAL E			185.000,00
31000000000000	ENCARGOS SOCIAIS TRANSFERENCIAS A			146.000,00
31710000000000	CONSORCIOS PUBLICOS Recursos Ordinários		1.000,00	
10000	APLICACOES DIRETAS	1.000,00		
31900000000000	Recursos Ordinários		145.000,00	
10000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	145.000,00		
33000000000000	APLICACOES DIRETAS			39.000,00
33900000000000	Recursos Ordinários		39.000,00	
10000		39.000,00		
Total.....:				185.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão
 EXERCÍCIO DE 2015 (Consolidado)

Página: 6

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Órgão.....: 06 SECRETARIA DE EDUCACAO				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			3.816.198,50
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			2.419.550,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		2.419.550,00	
10100	Receitas de Impostos - Educação	355.000,00		
11800	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Remu.Magistério)	1.614.550,00		
11900	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)	450.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.396.648,50
33500000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR		24.000,00	
10100	Receitas de Impostos - Educação	24.000,00		
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		1.372.648,50	
10000	Recursos Ordinários	108.000,00		
10003	Recursos Ordinários - Convênio Empresas	25.000,00		
10100	Receitas de Impostos - Educação	326.398,50		
11900	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)	201.950,00		
13600	TSalário Educação	215.500,00		
13701	Programa Nacional de Alimentação Escolar	55.200,00		
13702	Progr. Nac. Apoio ao Transporte Escolar	120.100,00		
16255	Transf.Convênio -Estado/Educação	320.500,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			345.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			345.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		345.000,00	
10100	Receitas de Impostos - Educação	43.000,00		
11900	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)	40.000,00		
13254	Transf.Convênios-União/Educação	137.000,00		
13600	TSalário Educação	10.000,00		
16255	Transf.Convênio -Estado/Educação	100.000,00		
18700	OA alienação Bens Dest. Educação Básica	15.000,00		
Total.....:				4.161.198,50

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão
 EXERCÍCIO DE 2015 (Consolidado)

Página: 7

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Órgão.....: 07 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			2.155.911,50
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			650.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		650.000,00	
10000	Recursos Ordinários	650.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.505.911,50
33710000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		1.000,00	
10800	Contrib Custeio Serv.Ilum.Públ.-COSIP	1.000,00		
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		1.504.911,50	
10000	Recursos Ordinários	1.278.811,50		
10700	Contrib Interv Domínio Econ. - CIDE	15.000,00		
10800	Contrib Custeio Serv.Ilum.Públ.-COSIP	135.000,00		
13900	Fundo Especial de Petróleo	51.100,00		
16455	Transf.Convênio -Estado/Outros	25.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			632.500,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			632.500,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		632.500,00	
10000	Recursos Ordinários	51.000,00		
13454	Transf. de Convênios da União Outros	400.000,00		
13900	Fundo Especial de Petróleo	40.000,00		
16455	Transf.Convênio -Estado/Outros	141.500,00		
Total.....:				2.788.411,50

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão
 EXERCÍCIO DE 2015 (Consolidado)

Página: 8

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Órgão.....: 08 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES PESSOAL E			3.292.680,00
31000000000000	ENCARGOS SOCIAIS TRANSFERENCIAS A			1.653.200,00
31710000000000	CONSORCIOS PUBLICOS Receitas de Impostos -		2.000,00	
10200	Saúde	2.000,00		
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		1.651.200,00	
10200	Receitas de Impostos - Saúde	1.000.000,00		
13801	Atenção Básica	90.000,00		
13802	Gestão do SUS - ESF	251.200,00		
13803	Gestão do SUS - SAUDE BUCAL	40.000,00		
13804	Gestão do SUS - PACS	200.000,00		
13807	NASF - Nucleo Apoio da Família - Federal	54.000,00		
16701	Atenção Básica - Cofinanciamento Estado	16.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.639.480,00
33400000000000	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS		12.592,80	
10200	Receitas de Impostos - Saúde	12.592,80		
33500000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR		700.000,00	
10200	Receitas de Impostos - Saúde	700.000,00		
33710000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		2.000,00	
10200	Receitas de Impostos - Saúde	2.000,00		
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		703.917,12	
10004	Recursos Ordinários - Alvará Sanitário	11.000,00		
10200	Receitas de Impostos - Saúde	486.317,12		
13800	Transf - SUS/União	50.000,00		
13801	Atenção Básica	54.000,00		
13803	Gestão do SUS - SAUDE BUCAL	10.000,00		
13806	Atenção Básica - Espec. Regionais	10.000,00		
13807	NASF - Nucleo Apoio da Família - Federal	24.000,00		
13808	Assistência Farmacêutica Básica Federal	3.500,00		
13815	Vigilância em Saúde - Sanitária	8.300,00		
13816	Vigilância em Saúde - Epidemiologia Atenção	19.300,00		
16701	Básica - Cofinanciamento Estado Assistência	24.000,00		
16708	Farmacêutica Básica - Estado TRANSFERENCIAS	3.500,00		
33930000000000	A CONSORCIOS PUBLICOS Receitas de		220.970,08	
10200	Impostos - Saúde	74.770,08		
13801	Atenção Básica	15.000,00		
13807	NASF - Nucleo Apoio da Família - Federal	70.000,00		
13808	Assistência Farmacêutica Básica Federal	36.600,00		
16708	Assistência Farmacêutica Básica - Estado	24.600,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			270.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			270.000,00
44710000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		1.000,00	
10200	Receitas de Impostos - Saúde	1.000,00		
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		269.000,00	
10200	Receitas de Impostos - Saúde	25.000,00		
13354	Transf. de Convênios da União Saude	100.000,00		
13800	Transf - SUS/União	5.000,00		
13801	Atenção Básica	5.000,00		
13807	NASF - Nucleo Apoio da Família - Federal	2.000,00		
13815	Vigilância em Saúde - Sanitaria Vigilância	7.000,00		
13816	em Saúde - Epidemiologia Transf. de	5.000,00		
16355	Convênios do Estado Saude OAlienação	110.000,00		
18800	Bens Dest. Programas Saúde	10.000,00		

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão
EXERCÍCIO DE 2015 (Consolidado)

Página: 9

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nº 8 de 04/02/1985

6800..		08	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
Código	Especificação		Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
Total..					3.562.680,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão
EXERCÍCIO DE 2015 (Consolidado)

Página: 10

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Órgão.....: 09 FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			48.000,00
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			48.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		48.000,00	
10000	Recursos Ordinários	48.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			2.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			2.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		2.000,00	
10000	Recursos Ordinários	2.000,00		
Total.....:				50.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão
 EXERCÍCIO DE 2015 (Consolidado)

Página: 11

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Órgão.....: 10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			791.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			375.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		375.000,00	
10000	Recursos Ordinários	325.000,00		
13501	CRAS - Centro de Ref. da Assit. Social	40.000,00		
13504	Fortalecimento Vínculos de Convivência	10.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			416.000,00
33500000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR		27.000,00	
10000	Recursos Ordinários	12.000,00		
13501	CRAS - Centro de Ref. da Assit. Social	15.000,00		
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		389.000,00	
10000	Recursos Ordinários	240.000,00		
13500	Transf.Sist.Único A.Social-SUAS/União	24.900,00		
13501	CRAS - Centro de Ref. da Assit. Social	30.000,00		
13502	IGD - SUAS	7.900,00		
13503	IGDF - Bolsa Família	11.200,00		
13504	Fortalecimento Vínculos de Convivência	75.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			35.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			35.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		35.000,00	
10000	Recursos Ordinários	9.000,00		
13500	Transf.Sist.Único A.Social-SUAS/União	2.000,00		
13501	CRAS - Centro de Ref. da Assit. Social	5.000,00		
13502	IGD - SUAS	2.000,00		
13503	IGDF - Bolsa Família	2.000,00		
13504	Fortalecimento Vínculos de Convivência	15.000,00		
Total.....:				826.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão
EXERCÍCIO DE 2015 (Consolidado)

Página: 12

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Órgão.....: 11 SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			200.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			75.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		75.000,00	
10000	Recursos Ordinários	75.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			125.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		125.000,00	
10000	Recursos Ordinários	125.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			1.512.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			1.512.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		1.512.000,00	
10000	Recursos Ordinários	12.000,00		
16401	Transf.Convênio -Estado/FUNDAM	1.500.000,00		
Total.....:				1.712.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão
EXERCÍCIO DE 2015 (Consolidado)

Página: 13

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Órgão.....: 12 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3000000000000000	DESPESAS CORRENTES			38.500,00
3300000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			38.500,00
3390000000000000	APLICACOES DIRETAS		38.500,00	
10001	Recursos Ordinários - FHS	38.500,00		
Total.....:				38.500,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão
EXERCÍCIO DE 2015 (Consolidado)

Página: 14

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Órgão.....: 13 SECRETARIA DE DES. DO DISTRITO DA BARRA DA PRATA				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			93.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			75.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		75.000,00	
10000	Recursos Ordinários	75.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			18.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		18.000,00	
10000	Recursos Ordinários	18.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			2.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			2.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		2.000,00	
10000	Recursos Ordinários	2.000,00		
Total.....:				95.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão
EXERCÍCIO DE 2015 (Consolidado)

Página: 15

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Órgão.....: 90 RESERVA DE CONTINGENCIA				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
900000000000000	RESERVA DE CONTINGENCIA			20.000,00
990000000000000	RESERVA DE CONTINGENCIA			20.000,00
999900000000000	RESERVA DE CONTINGENCIA		20.000,00	
10000	Recursos Ordinários	20.000,00		
Total.....:				20.000,00
Total Geral				17.000.000,00

VITOR MEIRELES, 17 de NOVEMBRO de 2014.

LOURIVAL LUNELLI
PREFEITO MUNICIPAL

LUIS CARLOS BOING
CONTADOR
CRC/ SC 23187/O-6

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo do Programa de Trabalho por Órgão e Unidade

Exercício de 2015 (Consolidado)

Página: 1

Período: Orçado

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Órgão.....: 01 - CAMARA DE VEREADORES					
Unidade Orçamentária.: 001 - CAMARA DE VEREADORES					
Código	Especificação	Operações Especiais	Projeto	Atividades	Total
01 . 031	LEGISLATIVA			576.000,00	576.000,00
01 . 031 . 0001	ACAO LEGISLATIVA			576.000,00	576.000,00
01 . 031 . 0001 . 2001	PROCESSO LEGISLATIVO			576.000,00	576.000,00
10000	MANUTENCAO DO PODER LEGISLATIVO.			576.000,00	576.000,00
	Recursos Ordinários			576.000,00	576.000,00
Total da Unidade		0,00	0,00	576.000,00	576.000,00
Total do Órgão		0,00	0,00	576.000,00	576.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo do Programa de Trabalho por Órgão e Unidade
 Exercício de 2015 (Consolidado)

Página: 2

Período: Orçado

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Órgão.....: 02		- GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL			
Unidade Orçamentária...: 001		- GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL			
Código	Especificação	Operações Especiais	Projeto	Atividades	Total
04 . 122	ADMINISTRACAO GERAL			350.000,00	350.000,00
04 . 122 . 0002	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR			350.000,00	350.000,00
04 . 122 . 0002 . 2002	MANUTENCAO DO GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO			350.000,00	350.000,00
10000	MANUTENCAO DO GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO Recursos Ordinários			350.000,00	350.000,00
06	SEGURANCA PUBLICA				
06 . 182	DEFESA CIVIL		5.000,00	1.000,00	6.000,00
06 . 182 . 0019	DEFESA CIVIL MUNICIPAL		5.000,00	1.000,00	6.000,00
06 . 182 . 0019 . 1002	OBRAS DE CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO		5.000,00		5.000,00
10000	OBRAS DE CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO Recursos Ordinários		5.000,00		5.000,00
06 . 182 . 0019 . 2031	COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL			1.000,00	1.000,00
10000	COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL Recursos Ordinários			1.000,00	1.000,00
Total da Unidade		0,00	5.000,00	351.000,00	356.000,00
Total do Órgão		0,00	5.000,00	351.000,00	356.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo do Programa de Trabalho por Órgão e Unidade
 Exercício de 2015 (Consolidado)

Página: 3

Período: Orçado

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Órgão.....: 03		- SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS			
Unidade Orçamentária...: 001		- SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS			
Código	Especificação	Operações Especiais	Projeto	Atividades	Total
04	ADMINISTRACAO	430.250,00		907.960,00	1.338.210,00
04 . 122	ADMINISTRACAO GERAL	250.250,00		111.000,00	361.250,00
04 . 122 . 0004	ENCARGOS ESPECIAIS	250.250,00			250.250,00
04 . 122 . 0004 . 0004	SENTENÇAS JUDICIAIS	250.250,00			250.250,00
	PAGAMENTO DE PRECATORIOS DE SETENÇAS JUDICIAIS				
	TRANSITADO EM JULGADO CONTRA O MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES				
	10005 Recursos Ordinários - Precatório	250.250,00			250.250,00
04 . 122 . 0005	FORTALECIMENTO DO MUNICIPALISMO			111.000,00	111.000,00
04 . 122 . 0005 . 2005	CONTRIBUICAO A ENTIDADES MUNICIPALISTA			111.000,00	111.000,00
	10000 CONTRIBUICAO A ENTIDADES MUNICIPALISTA			111.000,00	111.000,00
04 . 123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA	180.000,00		796.960,00	976.960,00
04 . 123 . 0003	ADMINISTRACAO GERAL			796.960,00	796.960,00
04 . 123 . 0003 . 2003	MANUTENCAO DA ADMINISTRACAO E FINANÇAS			796.960,00	796.960,00
	10000 MANUTENCAO DA ADMINISTRACAO E FINANÇAS			796.960,00	796.960,00
04 . 123 . 0004	ENCARGOS ESPECIAIS	180.000,00			180.000,00
04 . 123 . 0004 . 0003	PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS	180.000,00			180.000,00
	10000 PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS	180.000,00			180.000,00
06	SEGURANCA PUBLICA			59.000,00	59.000,00
06 . 181	POLICIAMENTO			59.000,00	59.000,00
06 . 181 . 0003	ADMINISTRACAO GERAL			59.000,00	59.000,00
06 . 181 . 0003 . 2004	MANUTENCAO DA SEGURANCA PUBLICA			59.000,00	59.000,00
	10000 MANUTENCAO DA SEGURANCA PUBLICA, ATRAVES DE				
	CONVENIO RADIO PATRULHA E TRANSITO, E CONVENIO A				
	10000 CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTARIOS			24.000,00	24.000,00
	10002 Recursos Ordinários - Convênio Bombeiros			15.000,00	15.000,00
	11000 Convênio de Trânsito - Militar			6.500,00	6.500,00
	11100 Convênio de Trânsito - Civil			6.500,00	6.500,00
	11200 Convênio de Trânsito Prefeitura			7.000,00	7.000,00
24	COMUNICACOES			20.000,00	20.000,00
24 . 722	TELECOMUNICACOES			20.000,00	20.000,00
24 . 722 . 0012	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO			20.000,00	20.000,00
24 . 722 . 0012 . 2030	MANUT. E AMPLIAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICACAO			20.000,00	20.000,00
	10000 MANUTENCAO E AMPLIACAO DOS MEIOS DE COMUNICACAO			20.000,00	20.000,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	532.000,00			532.000,00
28 . 843	SERVICO DA DIVIDA INTERNA	412.000,00			412.000,00
28 . 843 . 0004	ENCARGOS ESPECIAIS	412.000,00			412.000,00
28 . 843 . 0004 . 0001	AMORTIZACAO DO PRINCIPAL E ENCARGOS DA DIVIDA	412.000,00			412.000,00
	10000 AMORTIZACAO DO PRINCIPAL E ENCARGOS DA DIVIDA				
	10100 Recursos Ordinários	308.214,50			308.214,50
	18900 Receitas de Impostos - Educação	53.785,50			53.785,50
28 . 845	OAlienação Bens Dest.Outros Programas	50.000,00			50.000,00
28 . 845 . 0004	TRANSFERENCIAS	120.000,00			120.000,00
28 . 845 . 0004 . 0002	ENCARGOS ESPECIAIS	120.000,00			120.000,00
	10000 CONTRIBUICAO AO PASEP	120.000,00			120.000,00
	Recursos Ordinários	120.000,00			120.000,00
Total da Unidade		962.250,00	0,00	986.960,00	1.949.210,00
Total do Órgão		962.250,00	0,00	986.960,00	1.949.210,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo do Programa de Trabalho por Órgão e Unidade
 Exercício de 2015 (Consolidado)

Página: 4

Período: Orçado

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Órgão.....: 04		- SECRETARIA DE AGRICULTURA, SILV. PEC. E MEIO AMBIE			
Unidade Orçamentária...: 001		- SECRETARIA DE AGRICULTURA, SILV. PEC. E MEIO AMBIE			
Código	Especificação	Operações Especiais	Projeto	Atividades	Total
18	DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL			10.000,00	10.000,00
18 . 541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL			10.000,00	10.000,00
18 . 541 . 0006	PRODUTOR RURAL ASSISTIDO			10.000,00	10.000,00
18 . 541 . 0006 . 2009	RECUPERAÇÃO E CONCIETIZACAO AMBIENTAL			10.000,00	10.000,00
18 . 541 . 0006 . 10000	RECUPERAÇÃO E CONCIETIZACAO AMBIENTAL Recursos Ordinários			10.000,00	10.000,00
20	AGRICULTURA			10.000,00	10.000,00
20 . 606	EXTENSÃO RURAL		110.000,00	560.000,00	670.000,00
20 . 606 . 0006	PRODUTOR RURAL ASSISTIDO		110.000,00	560.000,00	670.000,00
20 . 606 . 0006 . 1001	AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA		110.000,00	560.000,00	670.000,00
20 . 606 . 0006 . 10000	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, CONSTRUÇÃO DE AGROINDÚSTRIA Recursos Ordinários				110.000,00
20 . 606 . 0006 . 13454	Transf. de Convênios da União Outros		10.000,00		10.000,00
20 . 606 . 0006 . 2006	MANUTENÇÃO DA SEC. DE AGRICULTURA, SILV. PEC. E MEIO AMBIENTE		100.000,00	510.000,00	610.000,00
20 . 606 . 0006 . 10000	RECUPERAÇÃO DO SOLO			510.000,00	510.000,00
20 . 606 . 0006 . 2007	APOIO AO ASSOCIATIVISMO, COOPERATIVISMO E DIV. DE CULTURA Recursos Ordinários			20.000,00	20.000,00
20 . 606 . 0006 . 10000	APOIO AO ASSOCIATIVISMO, COOPERATIVISMO E DIV. DE CULTURA Recursos Ordinários			20.000,00	20.000,00
20 . 606 . 0006 . 2008	RECUPERAÇÃO DO SOLO, PRINCIPALMENTE AUXÍLIO FINANCEIRO PARA TRANSPORTE DE CALCÁRIO Recursos Ordinários			30.000,00	30.000,00
20 . 606 . 0006 . 10000	RECUPERAÇÃO DO SOLO, PRINCIPALMENTE AUXÍLIO FINANCEIRO PARA TRANSPORTE DE CALCÁRIO Recursos Ordinários			30.000,00	30.000,00
Total da Unidade		0,00	110.000,00	570.000,00	680.000,00
Total do Órgão		0,00	110.000,00	570.000,00	680.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo do Programa de Trabalho por Órgão e Unidade
 Exercício de 2015 (Consolidado)

Página: 5

Período: Orçado

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Órgão.....: 05		- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, CIDADE E DES.ECONOMICO			
Unidade Orçamentária...: 001		- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, CIDADE E DES.ECONOMICO			
Código	Especificação	Operações Especiais	Projeto	Atividades	Total
04 . 121	ADMINISTRAÇÃO			180.000,00	180.000,00
04 . 121 . 0018	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO			180.000,00	180.000,00
04 . 121 . 0018 . 2029	PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA CIDADE			180.000,00	180.000,00
	IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DA CIDAD			180.000,00	180.000,00
	IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DA				
	CIDADE				
17 . 512	Recursos Ordinários			180.000,00	180.000,00
17 . 512 . 0017	SANEAMENTO			5.000,00	5.000,00
17 . 512 . 0017 . 2039	SANEAMENTO BASICO URBANO			5.000,00	5.000,00
	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA			5.000,00	5.000,00
	SANEAMENTO BASICO			5.000,00	5.000,00
	SANEAMENTO BASICO			5.000,00	5.000,00
	Recursos Ordinários			5.000,00	5.000,00
Total da Unidade		0,00	0,00	185.000,00	185.000,00
Total do Órgão		0,00	0,00	185.000,00	185.000,00

Página: 6

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

www.diariomunicipal.sc.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo do Programa de Trabalho por Órgão e Unidade
 Exercício de 2015 (Consolidado)

Página: 7

Período: Orçado

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Órgão.....: 07 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS Unidade Orçamentária...: 001 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS					
Código	Especificação	Operações Especiais	Projeto	Atividades	Total
15	URBANISMO			431.000,00	431.000,00
15 . 452	SERVICOS URBANOS			431.000,00	431.000,00
15 . 452 . 0017	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA			431.000,00	431.000,00
15 . 452 . 0017 . 2035	MANUTENCAO E MELHORIA DA ILUMINACAO PUBLICA			136.000,00	136.000,00
10800	MANUTENCAO E MELHORIA DA ILUMINACAO PUBLICA Contrib Custeio Serv. Ilum. Públ.-COSIP			136.000,00	136.000,00
15 . 452 . 0017 . 2036	MANUTENCAO DA LIMPEZA PUBLICA			225.000,00	225.000,00
10000	MANUTENCAO DA LIMPEZA PUBLICA Recursos Ordinários			225.000,00	225.000,00
15 . 452 . 0017 . 2037	MANUTENCAO DOS SERVICOS URBANOS			70.000,00	70.000,00
10000	MANUTENCAO DOS SERVICOS URBANOS Recursos Ordinários			70.000,00	70.000,00
26	TRANSPORTE			70.000,00	70.000,00
26 . 782	TRANSPORTE RODOVIARIO		607.500,00	1.749.911,50	2.357.411,50
26 . 782 . 0014	ESTRADAS VICINAIS		607.500,00	1.749.911,50	2.357.411,50
26 . 782 . 0014 . 1013	AQUISICAO DE VEICULOS E EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS		352.500,00	1.749.911,50	2.102.411,50
10000	AQUISICAO DE VEICULOS E EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS Recursos Ordinários		352.500,00		352.500,00
13454	Transf. de Convênios da União Outros		16.000,00		16.000,00
16455	Transf. Convênio -Estado/Outros		195.000,00		195.000,00
26 . 782 . 0014 . 2033	MANUTENCAO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS		141.500,00		141.500,00
10000	MANUTENCAO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS Recursos Ordinários			1.749.911,50	1.749.911,50
10700	Contrib Interv. Domínio Econ. - CIDE			1.658.811,50	1.658.811,50
13900	Fundo Especial de Petróleo			15.000,00	15.000,00
16455	Transf. Convênio -Estado/Outros			51.100,00	51.100,00
26 . 782 . 0015	URBANIZAÇÃO DE VIAS		255.000,00	25.000,00	255.000,00
26 . 782 . 0015 . 1016	PAVIMENTACAO DE RUAS		255.000,00		255.000,00
10000	PAVIMENTACAO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NAS RUAS DO PERIMETRO URBANO DO MUNICIPIO				
13454	Transf. de Convênios da União Outros		10.000,00		10.000,00
13900	Fundo Especial de Petróleo		205.000,00		205.000,00
			40.000,00		40.000,00
Total da Unidade		0,00	607.500,00	2.180.911,50	2.788.411,50
Total do Órgão		0,00	607.500,00	2.180.911,50	2.788.411,50

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo do Programa de Trabalho por Órgão e Unidade
 Exercício de 2015 (Consolidado)

Página: 8

Período: Orçado

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Órgão.....: 08 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE Unidade Orçamentária...: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					
Código	Especificação	Operações Especiais	Projeto	Atividades	Total
10	SAUDE		240.000,00	3.322.680,00	3.562.680,00
10 . 301	ATENCAO BASICA		240.000,00	3.269.080,00	3.509.080,00
10 . 301 . 0007	SAUDE PARA TODOS		240.000,00	3.269.080,00	3.509.080,00
10 . 301 . 0007 . 1004	AMPLIACAO E MANUTENCAO DOS SERVICOS EM SAUDE		240.000,00		240.000,00
	AQUISICAO DE VEICULOS, MOVEIS E EQUIPAMENTOS,				
	AMPLIACAO E REFORMA DE UNIDADES DE SAUDE				
	10200 Receitas de Impostos - Saúde		20.000,00		20.000,00
	13354 Transf. de Convênios da União Saúde		100.000,00		100.000,00
	16355 Transf. de Convênios do Estado Saúde		110.000,00		110.000,00
	18800 OAlienação Bens Dest. Programas Saúde		10.000,00		10.000,00
10 . 301 . 0007 . 2011	MANUTENCAO DO DEPTO DE SAUDE E ASSISTENCIA MEDICA-			2.569.080,00	2.569.080,00
	MANUTENCAO DO DEPTO DE SAUDE E ASSISTENCIA				
	10200 MEDICA-ODONTOLOGICA			1.580.680,00	1.580.680,00
	13800 Receitas de Impostos - Saúde			55.000,00	55.000,00
	13801 Transf - SUS/União			164.000,00	164.000,00
	13802 Atenção Básica			251.200,00	251.200,00
	13803 Gestão do SUS - ESF			50.000,00	50.000,00
	13804 Gestão do SUS - SAUDE BUCAL			200.000,00	200.000,00
	13806 Gestão do SUS - PACS			10.000,00	10.000,00
	13807 Atenção Básica - Espec. Regionais			150.000,00	150.000,00
	13807 NASF - Nucleo Apoio da Familia - Federal			40.100,00	40.100,00
	13808 Assistência Farmacêutica Básica Federal			40.100,00	40.100,00
	16701 Atenção Básica - Cofinanciamento Estado			28.100,00	28.100,00
	16708 Assistência Farmacêutica Básica - Estado			700.000,00	700.000,00
10 . 301 . 0007 . 2013	AUXILIO PARA ASSOCIACAO HOSPITALAR				
	AUXILIO PARA ASSOCIACAO HOSPITALAR				
	10200 Receitas de Impostos - Saúde			700.000,00	700.000,00
10 . 304	VIGILANCIA SANITARIA			53.600,00	53.600,00
10 . 304 . 0007	SAUDE PARA TODOS			53.600,00	53.600,00
10 . 304 . 0007 . 2014	ACOES DE VIGILANCIA EM SAUDE			53.600,00	53.600,00
	ACOES DE VIGILANCIA EM SAUDE				
	10004 Recursos Ordinários - Alvará Sanitário			11.000,00	11.000,00
	10200 Receitas de Impostos - Saúde			3.000,00	3.000,00
	13815 Vigilância em Saúde - Sanitaria			15.300,00	15.300,00
	13816 Vigilância em Saúde - Epidemiologia			24.300,00	24.300,00
Total da Unidade		0,00	240.000,00	3.322.680,00	3.562.680,00
Total do Órgão		0,00	240.000,00	3.322.680,00	3.562.680,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo do Programa de Trabalho por Órgão e Unidade
 Exercício de 2015 (Consolidado)

Página: 9

Período: Orçado

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Órgão.....: 09 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA					
Unidade Orçamentária.: 001 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA					
Código	Especificação	Operações Especiais	Projeto	Atividades	Total
08 . 243	ASSISTENCIA SOCIAL			50.000,00	50.000,00
08 . 243 . 0008	ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE			50.000,00	50.000,00
08 . 243 . 0008 . 2015	MENOR ASSISTIDO			50.000,00	50.000,00
10000	PROGRAMA DE PROTECAO SOCIO-EDUCATIVO			50.000,00	50.000,00
	PROGRAMA DE PROTECAO SOCIO-EDUCATIVO			50.000,00	50.000,00
	Recursos Ordinários			50.000,00	50.000,00
Total da Unidade		0,00	0,00	50.000,00	50.000,00
Total do Órgão		0,00	0,00	50.000,00	50.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo do Programa de Trabalho por Órgão e Unidade
 Exercício de 2015 (Consolidado)

Página: 10

Período: Orçado

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Órgão.....: 10		- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
Unidade Orçamentária.: 001		- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
Código	Especificação	Operações Especiais	Projeto	Atividades	Total
08	ASSISTENCIA SOCIAL			826.000,00	826.000,00
08 . 241	ASSISTENCIA AO IDOSO			32.000,00	32.000,00
08 . 241 . 0009	ASSISTÊNCIA SOCIAL			32.000,00	32.000,00
08 . 241 . 0009 . 2017	INTEGRAÇÃO DA TERCEIRA IDADE			32.000,00	32.000,00
08 . 241 . 0009 . 10000	INTEGRAÇÃO DA TERCEIRA IDADE Recursos Ordinários			32.000,00	32.000,00
08 . 244	ASSISTENCIA COMUNITARIA			794.000,00	794.000,00
08 . 244 . 0009	ASSISTÊNCIA SOCIAL			794.000,00	794.000,00
08 . 244 . 0009 . 2016	ATENCAO AS FAMILIA CARENTES			589.000,00	589.000,00
08 . 244 . 0009 . 10000	ATENCAO AS FAMILIA CARENTES Recursos Ordinários			439.000,00	439.000,00
08 . 244 . 0009 . 13500	Transf.Sist.Único A.Social-SUAS/União			26.900,00	26.900,00
08 . 244 . 0009 . 13502	IGD - SUAS			9.900,00	9.900,00
08 . 244 . 0009 . 13503	IGDF - Bolsa Família			13.200,00	13.200,00
08 . 244 . 0009 . 13504	Fortalecimento Vínculos de Convivência			100.000,00	100.000,00
08 . 244 . 0009 . 2018	APOIO AOS CLUBES DE MAES			5.000,00	5.000,00
08 . 244 . 0009 . 10000	APOIO AOS CLUBES DE MAES Recursos Ordinários			5.000,00	5.000,00
08 . 244 . 0009 . 2038	PROTEÇÃO SOCIAL BASICA - CRAS			200.000,00	200.000,00
08 . 244 . 0009 . 10000	PROTEÇÃO SOCIAL BASICA - CRAS Recursos Ordinários			110.000,00	110.000,00
08 . 244 . 0009 . 13501	CRAS - Centro de Ref. da Assit. Social			90.000,00	90.000,00
Total da Unidade		0,00	0,00	826.000,00	826.000,00
Total do Órgão		0,00	0,00	826.000,00	826.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo do Programa de Trabalho por Órgão e Unidade
 Exercício de 2015 (Consolidado)

Página: 11

Período: Orçado

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Órgão.....: 11 - SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO					
Unidade Orçamentária...: 001 - SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO					
Código	Especificação	Operações Especiais	Projeto	Atividades	Total
13	CULTURA		10.000,00	110.000,00	120.000,00
13 . 392	DIFUSAO CULTURAL		10.000,00	110.000,00	120.000,00
13 . 392 . 0013	DESENVOLVIMENTO CULTURAL E TURISTICO		10.000,00	110.000,00	120.000,00
13 . 392 . 0013 . 1012	CONSTRUCAO DE ESPACOS CULTURAIS E TURISTICOS		10.000,00		10.000,00
13 . 392 . 0013 . 10000	CONSTRUCAO DE ESPACOS CULTURAIS E TURISTICOS Recursos Ordinários		10.000,00		10.000,00
13 . 392 . 0013 . 2021	FESTIVIDADES E EVENTOS OFICIAIS			40.000,00	40.000,00
13 . 392 . 0013 . 10000	FESTIVIDADES E EVENTOS OFICIAIS Recursos Ordinários			40.000,00	40.000,00
13 . 392 . 0013 . 2032	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES CULTURAIS E TURISTICAS			70.000,00	70.000,00
13 . 392 . 0013 . 10000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES CULTURAIS E TURISTICAS Recursos Ordinários			70.000,00	70.000,00
23	COMERCIO E SERVICOS			12.000,00	12.000,00
23 . 695	TURISMO			12.000,00	12.000,00
23 . 695 . 0013	DESENVOLVIMENTO CULTURAL E TURISTICO			12.000,00	12.000,00
23 . 695 . 0013 . 2010	INCENTIVO AO TURISMO			12.000,00	12.000,00
23 . 695 . 0013 . 10000	INCENTIVO AO TURISMO Recursos Ordinários			12.000,00	12.000,00
27	DESPORTO E LAZER		1.500.000,00	80.000,00	1.580.000,00
27 . 812	DESPORTO COMUNITARIO		1.500.000,00	80.000,00	1.580.000,00
27 . 812 . 0011	ESPORTE É VIDA		1.500.000,00	80.000,00	1.580.000,00
27 . 812 . 0011 . 1009	CONSTRUCAO DE GINASIO DE ESPORTE		1.500.000,00		1.500.000,00
	CONSTRUCAO DE GINASIO DE ESPORTE NO PERIMETOR URBANO DO MUNICIPIO PARA PRATICA DE ESPORTES PELA POPULANCAO				
27 . 812 . 0011 . 16401	CONSTRUCAO DE GINASIO DE ESPORTE NO PERIMETOR URBANO DO MUNICIPIO PARA PRATICA DE ESPORTES PELA POPULANCAO -Estado/FUNDAM		1.500.000,00		1.500.000,00
27 . 812 . 0011 . 2028	APOIO AO ESPORTE AMADOR			80.000,00	80.000,00
27 . 812 . 0011 . 10000	APOIO AO ESPORTE AMADOR Recursos Ordinários			80.000,00	80.000,00
Total da Unidade		0,00	1.510.000,00	202.000,00	1.712.000,00
Total do Órgão		0,00	1.510.000,00	202.000,00	1.712.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo do Programa de Trabalho por Órgão e Unidade
 Exercício de 2015 (Consolidado)

Página: 12

Período: Orçado

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Órgão.....: 12		- FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL			
Unidade Orçamentária.: 001		- FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL			
Código	Especificação	Operações Especiais	Projeto	Atividades	Total
16 . 482	HABITACAO URBANA			38.500,00	38.500,00
16 . 482 . 0020	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL			38.500,00	38.500,00
16 . 482 . 0020 . 2019	FUNDO DE HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL			38.500,00	38.500,00
10001	FUNDO DE HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL Recursos Ordinários - FMS			38.500,00	38.500,00
Total da Unidade		0,00	0,00	38.500,00	38.500,00
Total do Órgão		0,00	0,00	38.500,00	38.500,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo do Programa de Trabalho por Órgão e Unidade
 Exercício de 2015 (Consolidado)
 Período: Orçado

Página: 13

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Órgão.....: 13 - SECRETARIA DE DES. DO DISTRITO DA BARRA DA PRATA Unidade Orçamentária.: 001 - SECRETARIA DE DES. DO DISTRITO DA BARRA DA PRATA					
Código	Especificação	Operações Especiais	Projeto	Atividades	Total
04 . 123	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA			95.000,00	95.000,00
04 . 123 . 0003	ADMINISTRAÇÃO GERAL			95.000,00	95.000,00
04 . 123 . 0003 . 2034	DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO DA BARRA DA PRATA			95.000,00	95.000,00
	AÇÕES ADMINISTRATIVAS AUXILIARES PARA O			95.000,00	95.000,00
10000	DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO DE BARRA DA PRATA			95.000,00	95.000,00
	Recursos Ordinários				
Total da Unidade		0,00	0,00	95.000,00	95.000,00
Total do Órgão		0,00	0,00	95.000,00	95.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
Demonstrativo do Programa de Trabalho por Órgão e Unidade
 Exercício de 2015 (Consolidado)

Página: 14

Período: Orçado

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Órgão.....: 90 - RESERVA DE CONTINGENCIA					
Unidade Orçamentária.: 099 - RESERVA DE CONTINGENCIA					
Código	Especificação	Operações Especiais	Projeto	Atividades	Total
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	20.000,00			20.000,00
99 . 999	RESERVA DE CONTINGENCIA	20.000,00			20.000,00
99 . 999 . 0099	RESERVA DE CONTINGENCIA	20.000,00			20.000,00
99 . 999 . 0099 . 9999	RESERVA DE CONTINGENCIA	20.000,00			20.000,00
10000	Recursos Ordinários	20.000,00			20.000,00
Total da Unidade		20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
Total do Órgão		20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
Total Geral		982.250,00	2.784.500,00	13.233.250,00	17.000.000,00

VITOR MEIRELES, 17 de Novembro de 2014.

LOURIVAL LUNELLI
 PREFEITO MUNICIPAL

LUIS CARLOS BOING
 CONTADOR
 CRC / SC 23187/O-6

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
AN 9 - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções
Exercício de 2015 (Consolidado)
Período: Orçado

Página: 1

Anexo 9 da Lei 4320/64 - Adendo VIII Portaria SOF Nr 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

Funções						
Órgão	Legislativa	Judiciária	Essencial á Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
01.000- CAMARA DE VEREADORES	576.000,00					
02.000- GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL				350.000,00		6.000,00
03.000- SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS				1.338.210,00		59.000,00
04.000- SECRETARIA DE AGRICULTURA, SILV. PEC. E MEIO AMBIE						
05.000- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, CIDADE E DES.ECONOMICO				180.000,00		
06.000- SECRETARIA DE EDUCACAO						
07.000- SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS						
08.000- FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE						
09.000- FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA						
10.000- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL						
11.000- SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO						
12.000- FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL						
13.000- SECRETARIA DE DES. DO DISTRITO DA BARRA DA PRATA				95.000,00		
90.000- RESERVA DE CONTINGENCIA						
Total	576.000,00			1.963.210,00		65.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
AN 9 - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções
Exercício de 2015 (Consolidado)
Período: Orçado

Página: 2

Anexo 9 da Lei 4320/64 - Adendo VIII Portaria SOF Nr 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

Funções						
Órgão	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
01.000- CAMARA DE VEREADORES						
02.000- GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL						
03.000- SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS						
04.000- SECRETARIA DE AGRICULTURA, SILV. PEC. E MEIO AMBIE						
05.000- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, CIDADE E DES.ECONOMICO						
06.000- SECRETARIA DE EDUCACAO						4.161.198,50
07.000- SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS						
08.000- FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE						
09.000- FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA		50.000,00				
10.000- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		826.000,00				
11.000- SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO						
12.000- FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL						
13.000- SECRETARIA DE DES. DO DISTRITO DA BARRA DA PRATA						
90.000- RESERVA DE CONTINGENCIA						
Total		876.000,00		3.562.680,00		4.161.198,50

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
AN 9 - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções
Exercício de 2015 (Consolidado)
Período: Orçado

Página: 3

Anexo 9 da Lei 4320/64 - Adendo VIII Portaria SOF Nr 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

Funções						
Órgão	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
01.000- CAMARA DE VEREADORES						
02.000- GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL						
03.000- SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS						
04.000- SECRETARIA DE AGRICULTURA, SILV. PEC. E MEIO AMBIE						
05.000- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, CIDADE E DES.ECONOMICO						
06.000- SECRETARIA DE EDUCACAO						
07.000- SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS			431.000,00			
08.000- FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE						
09.000- FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA						
10.000- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL						
11.000- SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO	120.000,00					
12.000- FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL				38.500,00		
13.000- SECRETARIA DE DES. DO DISTRITO DA BARRA DA PRATA						
90.000- RESERVA DE CONTINGENCIA						
Total	120.000,00		431.000,00	38.500,00	5.000,00	10.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
AN 9 - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções
Exercício de 2015 (Consolidado)
Período: Orçado

Página: 4

Anexo 9 da Lei 4320/64 - Adendo VIII Portaria SOF Nr 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

Funções						
Órgão	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
01.000- CAMARA DE VEREADORES 02.000- GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL 03.000- SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS 04.000- SECRETARIA DE AGRICULTURA, SILV. PEC. E MEIO AMBIE 05.000- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, CIDADE E DES.ECONOMICO 06.000- SECRETARIA DE EDUCACAO 07.000- SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS 08.000- FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 09.000- FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA 10.000- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL 11.000- SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO 12.000- FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL 13.000- SECRETARIA DE DES. DO DISTRITO DA BARRA DA PRATA 90.000- RESERVA DE CONTINGENCIA Total		670.000,00			12.000,00	20.000,00
		670.000,00			12.000,00	20.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
AN 9 - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções
Exercício de 2015 (Consolidado)
Período: Orçado

Página: 5

Anexo 9 da Lei 4320/64 - Adendo VIII Portaria SOF Nr 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

Funções						
Órgão	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingênc	Total
01.000- CAMARA DE VEREADORES						576.000,00
02.000- GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL						356.000,00
03.000- SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS				532.000,00		1.949.210,00
04.000- SECRETARIA DE AGRICULTURA, SILV. PEC. E MEIO AMBIE						680.000,00
05.000- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, CIDADE E DES.ECONOMICO						185.000,00
06.000- SECRETARIA DE EDUCACAO		2.357.411,50				4.161.198,50
07.000- SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS						2.788.411,50
08.000- FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE						3.562.680,00
09.000- FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA						50.000,00
10.000- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL						826.000,00
11.000- SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO			1.580.000,00			1.712.000,00
12.000- FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL						38.500,00
13.000- SECRETARIA DE DES. DO DISTRITO DA BARRA DA PRATA						95.000,00
90.000- RESERVA DE CONTINGENCIA					20.000,00	20.000,00
Total		2.357.411,50	1.580.000,00	532.000,00	20.000,00	17.000.000,00

VITOR MEIRELES, 17 de Novembro de 2014.

LOURIVAL LUNELLI
PREFEITO MUNICIPAL

LUIS CARLOS BOING
CONTADOR
CRC / SC 23187/O-6

HOMOLOGAÇÃO INSCRIÇÕES PROCESSO SELETIVO Nº 005/2014

HOMOLOGAÇÃO DOS INSCRITOS

O MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, TORNA PÚBLICO:

O presente Edital de Homologação dos Inscritos no Processo Seletivo objeto do Edital nº 005/2014, de 22 de outubro de 2014, conforme Anexo Único, parte integrante deste Edital.

1. A Prova Escrita será realizada no dia 23/11/2014 com início às 9h até no máximo às 12h. A prova terá duração mínima de 1 hora e máxima de 3 horas e será realizada na E.E.B. Victor Meirelles, Rua Leopoldo Kranbeck, nº 03, centro.

1.1. É obrigatória a apresentação de documento oficial com foto. Poderá ser exigido comprovante de pagamento.

1.2. O portão de acesso ao local de prova será aberto às 8h15min e fechado às 9h.

2. A Entrega Dos Títulos será no mesmo local da prova escrita em sala específica, onde o candidato após realizar a prova escrita entregará seus títulos.

2.1. Os documentos da prova de títulos servirão também para comprovação da habilitação mínima exigida pelo edital;

2.2. O candidato à vaga de professor que não entregar documentos comprovando a habilitação mínima, na forma descrita acima, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado no momento da publicação das notas.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, 20 de novembro de 2014.

Lourival Lunelli

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

PROFESSOR ARTES		04 candidatos
Inscrição	Nome	RG
28	ANASTÁCIA SANTANA GONÇALVES	5232665-9
31	MARINA DE OLIVEIRA	7R/4.342.986
22	ROZANE DA SILVA	2628826
30	SOLIANI RODINEI BORGES	4.203.772

PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA		05 candidatos
Inscrição	Nome	RG
5	ARTUR SANTANA GONÇALVES	5232379
19	CRISTINA RENGEL	49358979
20	FRANCIELE DINIZ VENDRAMI	6.033.061
23	HUÉRLON SARTOR	5720260
14	WAGNER DE BRITO	5405544

PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E SÉRIES INICIAIS		20 candidatos
Inscrição	Nome	RG
7	ALINI NEILI MASOTE	4744056
5	ARTUR SANTANA GONÇALVES	5232379
9	CIRLEI FAUSTO	5.797.133

10	DENY ELEN DOS SANTOS	48369233
1	ELAINE CRISTINA BENINCA	4088650
2	GRACIELI MONDINI	5.412.061-6
24	ISABEL BORGHESANG MORGHENROTH	3.394.958
18	LEONIRCE RINALDI FAUSTO	3353726
11	LUCIANE MEIRE DAL-PRÁ DA SILVA	4.187.907-4
26	MARCIA QUESINSKI	4.311.855
31	MARINA DE OLIVEIRA	7R/4.342.986
29	MIRIAN CARLA BERKENBROCK	1897184
16	PATRÍCIA HOBOLD ZALASKO	5.307.320
15	PATRÍCIA TILLMANN	5529335
27	ROSILENA MEDEIROS DA SILVA FAUSTO	2026454
4	ROSIMERI LUZIA SCHUTZE MAIBERG	5181346
22	ROZANE DA SILVA	2628826
30	SOLIANI RODINEI BORGES	4.203.772
25	VACLA BELA CAMLEM	4794911
17	VERA LUCIA TIBES DE MELLO	3272226

Xavantina

PREFEITURA

ATA TP 09-2014 PMXV

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2014 - PMXV. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA PARA REALIZAÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA HILÁRIO JOSÉ RAVADELLI, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO CONSTANTE NO ANEXO "E" DESTE EDITAL

Aos vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze, às nove horas, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Xavantina, reuniu-se o Presidente da Comissão Permanente de Licitações Sr. Joselino Luiz Naissinger e sua Equipe de Apoio, constituída pelos servidores Izilde Jandira Pawiokiewicz Fasolo, Soraia Ellis Budke e Taciane Caon, designada pelo Decreto 005/2014, com a finalidade de efetuar a abertura dos Envelopes nº 01 - Documentação de Habilitação e nº 02 - Propostas de Preços, referentes à licitação em epígrafe. Apresentou-se para participar do certame a seguinte empresa: TERRAMAX CONTRUÇÕES E OBRAS LTDA sendo que a mesma não mandou representante para a sessão. Aberta a sessão pública foram conferidos e rubricados o Envelope 01 - Documentação de Habilitação e o Envelope 02 - Propostas de Preços da licitante, sendo que os mesmos estavam lacrados e verificou-se que os mesmos foram protocolados dentro do prazo fixado no subitem 1.2 do edital. Na sequência, procedeu-se à abertura do Envelope 01 - Documentação de Habilitação, sendo que os documentos nele contido foram conferidos e rubricados pelo Presidente e pelos Membros da Comissão. Constatou-se que a empresa atendeu às exigências formais relativas à habilitação, constantes do item nº 5 (e respectivos subitens) do instrumento convocatório e, por conseguinte, foi julgada habilitada pela Comissão. Desta forma, passou-se a abertura do envelope nº 02 - proposta de preço. Aberto o envelope, a proposta foi conferida e rubricada pelo Presidente e pelos Membros da Comissão. Constatou-se que a empresa atendeu às exigências formais relativas à proposta, constantes do item nº 6 (e respectivos subitens) do instrumento convocatório. Quanto ao preço cotado, verificou-se que o preço global proposto pela licitante TERRAMAX CONTRUÇÕES E OBRAS LTDA foi de R\$ 261.923,41 (duzentos e sessenta e um mil, novecentos e vinte e três reais e quarenta e um centavos), inferior ao valor estabelecido como preço global máximo no subitem 9.1 do edital. Assim a Comissão Permanente de Licitações declara a empresa TERRAMAX CONTRUÇÕES E OBRAS LTDA vencedora do certame com o valor global de R\$ 262.248,03 (duzentos e sessenta e dois mil, duzentos e quarenta e oito reais e três centavos). O Presidente e a Comissão abrem o prazo de cinco dias úteis e contar do dia de hoje, sendo até às 16:00 horas do dia 27/11/2014 para recurso. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Presidente e pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações.

Joselino Luiz Naissinger Presidente da Comissão Permanente de Licitações	Izilde Jandira Pawiokiewicz Fasolo Membro da Equipe de Apoio
Soraia Ellis Budke Membro da Equipe de Apoio	Taciane Caon Membro da Equipe de Apoio

Zortéa

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 01/2014 - ENGENHEIRO SANITARISTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ZORTÉA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE CHAMAMENTO

A Prefeitura Municipal de Zortéa, através da Secretária de Administração e Finanças, torna público que está contratando profissionais da área da engenharia sanitária ou empresas do ramo, que possuam em seu quadro de pessoal tais profissionais, para elaboração de projeto de adequação de estação de tratamento de esgoto e projeto de emissário para coleta de esgoto residencial do Município de Zortéa - SC. Contatos: E-mail: administração@zortea.sc.gov.br - prefeitura@zortea.sc.gov.br - Telefones: (49) 3557-2011 - 3557-2012 ou (49) 8432-6395 e 8404-2181, com os Srs. Paulo C. Beloto ou Flávio Lima.

Zortéa - SC, 20 de novembro de 2014.

DECRETO Nº 066/2014 - NOMEIA COMISSÃO PLANO DECENAL

DECRETO Nº 066/2014 DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL QUE SERÁ RESPONSÁVEL NO MUNICÍPIO PELA ELABORAÇÃO DO PLANO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO.

PAULO JOSÉ FRANCESCKI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA - ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal; e

CONSIDERANDO o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, destinado a regulamentar a forma como o Poder Público, por seus mais diversos órgãos e agentes, deverá prestar o atendimento especializado ao qual adolescentes autores de ato infracional têm direito;

CONSIDERANDO que o SINASE foi originalmente instituído pela Resolução nº 119/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, e foi aprovado pela Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que trouxe uma série de inovações no que diz respeito à aplicação e execução de medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, dispondo desde a parte conceitual até o financiamento do Sistema Socioeducativo, definindo papéis e responsabilidades;

CONSIDERANDO que com o advento da Lei nº 12.594/2012, passa a ser obrigatória a elaboração e implementação, nos municípios o Plano de Atendimento Socioeducativo (de abrangência decenal), com a oferta de serviços e programas destinados à execução das medidas socioeducativas em meio aberto (cuja responsabilidade ficou a cargo dos municípios) e privativas de liberdade (sob a responsabilidade dos estados), além da previsão de intervenções específicas junto às famílias dos adolescentes socioeducandos;

CONSIDERANDO que o objetivo do SINASE, é a efetiva implementação de uma política pública especificamente destinada ao atendimento de adolescentes autores de ato infracional e suas respectivas famílias, de cunho eminentemente intersetorial, que ofereça alternativas de abordagem e atendimento junto aos mais diversos órgãos e "equipamentos" públicos;

CONSIDERANDO que o SINASE, estabelece que a aplicação e execução das medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, por ser norteadas, antes e acima de tudo, pelo "princípio da proteção integral à criança e ao adolescente", deve observar uma "lógica" completamente diversa da que orienta a aplicação e execução de penas a imputáveis (sem prejuízo, logicamente, do "garantismo" que, tanto na forma da lei quanto da Constituição Federal é assegurado indistintamente em qualquer dos casos), e que a verdadeira solução para o problema da violência infanto-juvenil, tanto no plano individual quanto coletivo, demanda o engajamento dos mais diversos órgãos, serviços e setores da Administração Pública, que não mais podem se omitir em assumir suas responsabilidades para com esta importante demanda;

CONSIDERANDO que a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo é uma tarefa complexa, que por força do disposto na própria Lei nº 12.594/2012, relativa ao SINASE, demanda uma abordagem eminentemente interdisciplinar, considerando, inclusive, a necessidade de execução das ações a ele correspondentes de forma intersetorial;

CONSIDERANDO que a elaboração do Plano de Atendimento Socioeducativo depende de dados confiáveis acerca da demanda de atendimento e estes deverão ser colhidos junto às mais diversas fontes - Polícias Civil e Militar, Ministério Público, Poder Judiciário, Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO que não é correto "delegar" exclusivamente ao CREAS a responsabilidade pela elaboração do "Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo" (assim como pela execução das medidas nele previstas), pois embora a área da assistência social seja muito importante tanto no processo de elaboração do "Plano", quanto no atendimento dos adolescentes autores de atos infracionais e suas famílias, o planejamento e execução das ações respectivas deve também ficar a cargo de outros setores da administração (assim como outros "atores" do "Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente"), que desta forma, precisam ser também chamados a participar, formando uma "comissão intersetorial" encarregada de elaborar um esboço de "Plano Municipal";

CONSIDERANDO que o Plano de Atendimento Socioeducativo é uma construção coletiva, e exige uma a definição de uma "comissão intersetorial" que irá esboçá-lo e colocá-lo a aprovação em Audiência Pública;

DECRETA

Art. 1º. Nomear a Comissão Intersetorial responsável pela elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, conforme segue:

Charles Antonio Alves
Secretaria Municipal de Assistência Social
Coordenador

Valdecir Teófilo Panho
Representando a Secretaria Municipal de Assistência Social

Analú Chiamolera Schmidt
Representando a Secretaria Municipal de Saúde

Nilvane Wilpert Pires
Representando a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura

Zeli Terezinha Dariva
Representando o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente

Elaine Infeld
Representando o Conselho Tutelar

Maridulce Rossari
Representando a Delegacia de Polícia Civil

Juliana Nosswitz
Representante do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS

Art. 2º. A Comissão Intersetorial terá a responsabilidade de elaborar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo e encaminhar para aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Art. 3º. O Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo será entregue ao CMDCA e terá vigência no período de 2014 a 2024.

PARÁGRAFO ÚNICO: A Comissão Intersetorial definirá entre seus membros um coordenador, além de definir conjuntamente o calendário de reuniões sistemáticas para o processo de elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor a partir da sua publicação.

Zortéa - SC, 21 de outubro de 2014.
PAULO JOSÉ FRANCESCKI
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado o presente Decreto em 21 de outubro de 2014.

FLÁVIO RODRIGUES DE LIMA
SECRETÁRIO INTERINO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DECRETO Nº 074/2014 - NOMEIA COMISSÃO REAVALIAÇÃO

DECRETO Nº 074/2014 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.
"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO PARA REAVALIAÇÃO DA PLANTA DE VALORES DE IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE ZORTÉA CONFORME CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL"

PAULO JOSÉ FRANCESCKI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA - ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais; e

- Considerando que a planta genérica de valores de imóveis do Município de Zortéa, é datada do ano de 1997, durante todo esse período não sofreu nenhuma alteração;

- Considerando que os valores cobrados pela Municipalidade, estão muito aquém dos valores reais;

- Considerando as avaliações de valores venais efetuadas por bancos financiadores habitacionais e imobiliárias dentro do Município de Zortéa, são bem diferentes dos praticados pela Municipalidade;

- Considerando a necessidade de implantação de um sistema de progressão para os tributos incidentes sobre imóveis, caso do IPTU, já preceituado na Legislação pertinente;

DECRETA

Artigo 1º - Ficam nomeados os membros abaixo identificados para comporem a Comissão Municipal de Avaliação de Valor Venal e da Planta de Valores do Município de Zortéa, conforme segue:

- PAULO CESAR BELOTO
Secretário de Administração e Finanças

- CEZAR AUGUSTO SUSIN
Representante do Departamento Tributário Municipal

- LEOVANI POLIDORO
Fiscal Tributos e Obras.

- FLÁVIO RODRIGUES DE LIMA
Contador Geral

- ALCIR OSMAR GAMBETA
Engenheiro Civil - Contratado

- NELSON VICENTE DE ALMEIDA
Representante da Bancada do PSDB no Legislativo

- VALMIR ALVES
Representante da Bancada do PMDB no Legislativo

- MARCIO ANDREY TERRA
Representante da Bancada do PT no Legislativo

- VALDIR VIEIRA SARMENTO
Representante da Bancada do PP no Legislativo

- IRINEU JOSÉ WESCHENFELDER
Representante Indicado pelo Bairro Conceição

- JOÃO VALDIR MACIEL
Representante indicado pelo Bairro Imigrantes

- ASSIS ROBERTO SCHIMIT
Representante Bairro Centro

- SIDNEI RODRIGUES
Representante Bairro Andorinhas

- ALAOR LUIZ SUSIN
Representante das Imobiliárias do Município de Zortéa

Artigo 2º - A Presidência da Comissão será exercida pelo Secretário de Administração e Finanças, nomeando para tanto um Secretário para secretariar todos os trabalhos da Comissão.

Artigo 3º - A Comissão poderá se reunir nas repartições públicas, bem como em locais definidos pela mesma, utilizando-se de todos os recursos necessários para concepção da nova avaliação, sendo que todas as reuniões deverão possuir atas das mesmas.

Artigo 4º - A Comissão terá um prazo de 30 (trinta) dias para apresentação da proposta de alteração da Planta de Valores Venal do Município de Zortéa.

Artigo 5º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Zortéa - SC, 19 de novembro de 2014.
PAULO JOSÉ FRANCESCKI
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado o presente Decreto em 19 de novembro de 2014.

PAULO CESAR BELOTO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

LEI Nº 505/2014 - APROVA ORÇAMENTO 2015

LEI Nº 0505/2014 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO JOSE FRANCESKI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

I - DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Zortéa para o exercício de 2015 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 14.060.000,00 (Quatorze milhões e sessenta mil reais).

II - DOS ORÇAMENTOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Art. 2º O Orçamento do Poder Executivo para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 14.060.000,00 (Quatorze milhões e sessenta mil reais), fixa as Despesas do Poder Legislativo e Executivo em R\$ 645.000,00 (Seiscentos e quarenta e cinco mil reais) e R\$ 13.415.000,00 (Treze milhões, quatrocentos e quinze mil reais) respectivamente.

§ 1º Os orçamentos do Fundo Municipal de Assistência Social e do Fundo Municipal da Infância e da Adolescência integrarão o orçamento do Poder Executivo como unidades orçamentárias, respeitados na fixação de suas despesas aquelas estabelecidas na legislação em vigor.

§ 2º O orçamento do Fundo Municipal de Saúde - FMS, no valor de R\$ 2.402.330,00 (Dois milhões, quatrocentos e dois mil, trezentos e trinta reais) integrará o orçamento do Poder Executivo como Unidade Gestora, respeitadas na fixação de suas despesas aquelas estabelecidas na legislação em vigor.

§ 3º Observado o inciso I, § 8º, do artigo 120 da Constituição Estadual, é permitido ao Poder Executivo Municipal recompor dotações orçamentárias, em até o limite de um quarto do montante citado no caput deste artigo, mediante transposição, remanejamento ou transferências de valores entre Unidades Orçamentárias ou Gestoras, projetos, atividades, operações especiais, ou modalidades de aplicação.

§ 4º A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada conforme o quadro:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	14.015.000,00
Receita Tributária	435.800,00
Receita de Contribuições	120.000,00
Receita Patrimonial	95.000,00
Receita de Serviços	206.160,00
Transferências Correntes	13.118.870,00
Outras Receitas Correntes	39.170,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	45.000,00
Operações de Crédito	0,00
Alienação de Bens	0,00
Amortizações de Empréstimos	0,00
Transferências de Capital	45.000,00
TOTAL	14.060.000,00

§ 5º As Despesas dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas obedecendo a seguinte classificação institucional:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	
ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Unidade Gestora – Prefeitura Municipal	11.012.670,00
Gabinete do Prefeito	760.360,00
Secretaria de Administração e Finanças	1.579.000,00
Secretaria de Educação e Cultura	4.357.030,00
Secretaria de Infraestrutura	2.471.360,00
Secretaria de Assistência Social	112.000,00
Secretaria de Agricultura, Ind. Com. e Turismo	753.120,00
Diretoria de Esportes	215.000,00
Encargos Gerais	153.000,00
Fundo Municipal de Assistência Social	590.800,00
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	6.000,00
Reserva de Contingência	15.000,00
Unidade Gestora – Fundo Municipal de Saúde	2.402.330,00
Fundo Municipal de Saúde	2.402.330,00
Unidade Gestora – Câmara Municipal de Vereadores	645.000,00
Câmara Municipal de Vereadores	645.000,00
TOTAL	14.060.000,00

§ 6º A classificação funcional-programática e por natureza econômica das Despesas dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei.

Art. 3º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no Anexo IV da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO (art. 5º, III, "b" da LRF).

§ 1º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais.

§ 2º Não se efetivando até o dia 10/12/2015 os riscos fiscais, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o Orçamento para 2016 tenha reservado recursos para riscos fiscais.

Art. 4º Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de um mesmo projeto, atividade ou operações especiais.

Parágrafo único - Nos termos do art. 26, parágrafo único da Lei nº 502/2014 (LDO), a abertura de créditos adicionais suplementares na forma do artigo 43, III, da Lei Federal nº 4.320/64, quando não ocorrer dentro de um mesmo projeto, atividade ou operações especiais, deverá ser autorizada por Lei específica e obedecer ao limite de 25% da despesa fixada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras.

Art. 5º Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta lei com recursos vinculados a destinações oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/1964 será realizado por destinação de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF, e Portaria STN nº 437/2012.

§ 2º O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das destinações de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF, e Portaria STN nº 437/2012.

Art. 6º Fica o Executivo Municipal autorizado a:

I - Abrir créditos adicionais suplementares, utilizando como fonte de recurso o excesso de arrecadação em cada uma das destinações de recursos, observada a tendência do exercício.

II - Abrir créditos adicionais suplementares, utilizando como fonte de recurso o superávit financeiro do exercício anterior apurado em cada uma das destinações de recursos.

III - Assinar convênios com o Governo Federal, Estadual e Municipal através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

IV - Mediante autorização legal específica, transferir recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, de caráter educativo, assistencial, saúde, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal.

V - Realizar em qualquer mês do exercício financeiro operações de crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiência de caixa, nos termos do art. 7º, II da Lei Federal nº 4.320/64.

VI - Realizar Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento previsto em Lei Complementar Federal (arts 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Zortea - SC, 14 de novembro de 2014.

PAULO JOSÉ FRANCESCKI

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente Lei em 14 de novembro de 2014.

PAULO CESAR BELOTO

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

LEI COMPLEMENTAR Nº 026/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 026/2014 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014. MODIFICA A REDAÇÃO DO ARTIGO 12 E ANEXO I, TABELA B, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 480/2014, DE 25 DE MARÇO DE 2014, QUE INSTITUIU O QUADRO DE PESSOAL E PLANO DE CARREIRA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ZORTÉA -SC.

PAULO JOSE FRANCESKI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições conferidas

pela Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara promulgou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - O Artigo 12 da Lei Complementar nº 480/2014, de 25 de Março de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12. O Quadro de Cargos Efetivos e o respectivo Plano de Carreira dos servidores da Câmara Municipal de Vereadores constituem-se de Categorias Funcionais classificadas por grupos de atividades e compostas dos seguintes cargos e classes:

Quantidade	Categoria Funcional	Padrão –R\$	Classes
01	Contador	R\$ 2.623,35	A-B-C-D-E-F
01	Agente Operacional	R\$ 804,00	A-B-C-D-E-F

Parágrafo único. A nomeação para o cargo de Contador, exigirá, respectivamente, comprovação de habilitação para o exercício profissional, através de inscrição junto ao CRC - Conselho Regional de Contabilidade.

Art. 2º - O ANEXO I, TABELA B, Vencimentos do Quadro de Pessoal Efetivo, da Lei nº 480/2014, de 25 de Março de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

TABELA B
Vencimentos do Quadro de Pessoal Efetivo

Cargos/ Categorias Funcionais	CLASSES					
	A (R\$)	B 5% (R\$)	C 5% (R\$)	D 5% (R\$)	E 5% (R\$)	F 5% (RS)
Contador	2.623,35	2.754,51	2.892,24	3.036,85	3.188,69	3.348,13
Agente Operacional	804,00	844,20	886,41	930,73	977,26	1.026,13

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01 de Novembro de 2014.

Zortéa - SC, 14 de novembro de 2014.
PAULO JOSÉ FRANCESCKI
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente Lei em 14 de novembro de 2014.

PAULO CESAR BELOTO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

LEI COMPLEMENTAR Nº 027/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 027/2014 DE 14 DE OUTUBRO DE 2014. MODIFICA A REDAÇÃO DO ARTIGO 16, “CAPUT” E REVOGA O PARÁGRAFO ÚNICO DO MESMO ARTIGO, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 480/2014, DE 25 DE MARÇO DE 2014, QUE INSTITUIU O QUADRO DE PESSOAL E PLANO DE CARREIRA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ZORTÉA -SC.

PAULO JOSE FRANCESKI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara promulgou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - O Artigo 16, “Caput”, da Lei Complementar nº 480/2014, de 25 de Março de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 16. Promoção é o ato pelo qual o servidor efetivo ascende à Classe imediatamente superior dentro da faixa de vencimento da Categoria Funcional a qual pertence, observado o interstício mínimo de 3 (três) anos de efetivo exercício em cada classe.

Art. 2º - O “parágrafo único”, do Artigo 16, da Lei Complementar nº 480/2014, de 25 de Março de 2014, fica expressamente revogado.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 25 de Março de 2014.

Zortéa - SC, 14 de novembro de 2014.
PAULO JOSÉ FRANCESCKI
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente Lei em 14 de novembro de 2014.

PAULO CESAR BELOTO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Associações

AMAUC

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A LOJA INCONFIDÊNCIA DE CONCÓRDIA Nº 27, sociedade civil com personalidade jurídica própria, com sede à rua Luiz Rossetto, s/n, Bairro São Cristóvão, na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina, por meio de seus sócios abaixo-assinados, nos termos do art. 12, IV do Estatuto Social, CONVOCA todos os associados quites com as suas obrigações, para a ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA que realizar-se-á no dia 8 de dezembro de 2014, tendo como local a sede da entidade, às 19h30min em primeira convocação, com a presença da maioria dos associados ou, às 20h em segunda convocação, com a presença de qualquer número de associados, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

I - Eleger a Diretoria para o período de 09/12/2014 a 31/06/2015;

II - Apreçar o relatório anual da Diretoria (mandato 01/07/2012 a 31/06/2013);

III - Discutir e homologar as contas e o balanço geral, com o Parecer do Conselho Fiscal da gestão anterior.

Concórdia SC, 19 de novembro de 2014.

Associados:

ALAOR ANTONIO CAMILLO	ÂNGELO VIEIRA JUNIOR
MICHEL POY OLMÍ	ANTONIO BATISTELLA
NÉLIO SAVOLDI	ANTONIO CARLOS HEPP
OSSAN ABU EL HAJE	ARISTEU DIAS DINIZ
ROBERTO KURTZ PEREIRA	ELOI AMORIN AYMAY
VALDOMIRO F.S. MERLO	GELSO RAMOS

AMMVI

ATA DA REUNIÃO PARA JULGAMENTO DA PROPOSTA LICITAÇÃO 09/2014

ATA DA REUNIÃO PARA JULGAMENTO DA PROPOSTA
LICITAÇÃO: CONVITE Nº 09/2014

OBJETO: Prestação de serviços e fornecimento de materiais e equipamentos para rede de dados e telefonia da sede da AMMVI, conforme descrição dos itens relacionados no Anexo I do Instrumento Convocatório.

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze (19/11/2014), às nove horas, na sala da Assessoria Jurídica do 2º andar na sede da AMMVI, realizou-se reunião pública para análise e julgamento da proposta apresentada na Licitação nº 09/2014, registrando-se a presença dos membros da Comissão de Licitação.

Declarando aberta a reunião pública, o Presidente da Comissão de Licitações informou que a Assessoria de Tecnologia da Informação da AMMVI analisou a proposta apresentada, tendo detectado

falhas que comprometem sua aceitabilidade, visto que a licitante não respeitou a descrição correta dos equipamentos/materiais previstos no Anexo I do Instrumento Convocatório, bem como não apresenta preço unitário dos mesmos.

Contudo, considerando-se que a licitante ADAPSAT SUPORTE TECNICO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS E COMERCIO LTDA - EPP foi a única licitante participante do processo com proposta global de R\$ 62.800,00 (sessenta e dois mil e oitocentos reais), incluindo R\$ 24.800,00 de serviços e R\$ 38.000,00 de materiais, de acordo com o limite fixado pelo item 3.5 do Instrumento Convocatório, a Comissão de Licitações decide desclassificar a proposta e, fazendo uso do disposto no art. 48, § 3º, da Lei nº 8.666/93, fixar o prazo de três dias úteis para apresentação de nova proposta, corrigidos os erros apontados e respeitado o valor global proposto inicialmente.

Do mesmo modo, deliberou-se pela intimação do licitante a respeito da decisão acima, via e-mail e por publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual lavrou-se a presente ata, assinada pelos participantes.

Blumenau, 19 de novembro de 2014.

Luiz Claudio Kades Presidente	Vanessa Cristina de Souza Secretária	Beatriz Padilha Membro
----------------------------------	-----------------------------------------	---------------------------

ATA DA REUNIÃO PARA JULGAMENTO DA PROPOSTA LICITAÇÃO 08/2014

ATA DA REUNIÃO PARA JULGAMENTO DA PROPOSTA

LICITAÇÃO: CONVITE Nº 08/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO, TIPO SPLIT, COM MÃO-DE-OBRA INCLUINDO REMOÇÃO DE APARELHOS EXISTENTES NA AREA INTERNA DA SEDE DA AMMVI, conforme instrumento convocatório e seus anexos.

Aos dezoito dias do mês de Novembro do ano de dois mil e quatorze (19/11/2014), às nove horas e trinta minutos, na sala da Assessoria Jurídica do 2º andar na sede da AMMVI, realizou-se reunião pública para análise e julgamento da proposta apresentada na Licitação nº 08/2014, registrando-se a presença dos membros da Comissão de Licitação.

Declarando aberta a reunião pública, o Presidente da Comissão de Licitações informou que a Assessoria de Planejamento Urbano, Arquitetura e Engenharia da AMMVI analisou a proposta apresentada, tendo considerada em conformidade com o Instrumento Convocatório.

Diante disso, a Comissão de Licitações delibera pela classificação da proposta apresentada pela licitante TECNOPONTO LTDA - EPP, pelo preço global de R\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais), a qual se declara vencedora do certame.

Do mesmo modo, deliberou-se pela intimação do licitante a respeito do julgamento da proposta via e-mail e por publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual lavrou-se a presente ata, assinada pelo membros da Comissão de Licitações.

Blumenau, 19 de Novembro de 2014.

Luiz Claudio Kades Presidente	Vanessa Cristina de Souza Secretária	Beatriz Padilha Membro
----------------------------------	-----------------------------------------	---------------------------

FECAM**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 04/2014 – COMITRA**
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 04/2014 - COMITRA

O presidente do CONSELHO DE ÓRGÃOS MUNICIPAIS INTEGRADOS AO SISTEMA NACIONAL DE TRÂNSITO - COMITRA, FABIANO MARTINS ADRIANO, no uso de suas atribuições, CONVOCA os membros titulares e/ou suplentes para reunião.

Data: 26 de novembro de 2014.

Hora: 13h30min às 17h30min.

Local: Hotel Brüggemann, localizado à Rua Santos Saraiva, nº 416, Estreito - Florianópolis/SC - CEP: 88.070-101. Tel.: (48) 3244-2344.

Ordem do dia:

1. Apresentação do sistema Fórum de Colegiados da FECAM;
2. Divulgação do calendário 2015 para a realização de leilões no Estado (encaminhado pela CEL);
3. Apresentação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina sobre aplicação dos recursos oriundos de multas de trânsito;
4. Automatização dos procedimentos de publicação de multas de trânsito pelo Diário Municipal;
5. Acesso à base de dados do RENAVAL e RENACH (desenvolvimento pelo CIGA de software de gestão municipal do trânsito);
6. Eleição da Diretoria para o ano de 2015;
7. Assuntos diversos.

Florianópolis/SC, 20 de novembro de 2014.
FABIANO MARTINS ADRIANO
Presidente do COMITRA

Consórcios**ARIS****DECRETO Nº 06/2014**

Decreto/ARIS n. 06, de 01 de outubro de 2014

Nomeia para o cargo de Diretor Geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, o Sr. Adir Faccio.

O Presidente do Conselho de Administração da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, no uso das suas atribuições dispostas no § 1º, do artigo 41 do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS,

DECRETA:

Art. 1º Nos termos da deliberação da Assembleia Geral da ARIS ocorrida em 23 de abril de 2014, fica nomeado e empossado, a partir do dia 01/09/2014, o Sr. Adir Faccio (CPF n. 295.153.869-34) para exercer as funções do cargo de Diretor Geral da ARIS, para o 2º mandato que se exaure em 31 de agosto de 2018.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor com data retroativa de 1º de setembro de 2014.

Florianópolis, 1º de outubro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Presidente do Conselho de Administração da ARIS
Prefeito Municipal de Corupá

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 062/2014 PREGÃO Nº 04/2014

Aviso de Licitação

Pregão Presencial nº 62/2014

Processo Licitatório nº 04/2014

O Diretor Geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, Sr. Adir Faccio, torna público que fará realizar no dia 03 de dezembro de 2014, às 9:00h, licitação na modalidade pregão presencial, na sede da ARIS localizada na Rua Santos Saraiva, 1546, Estreito, Florianópolis, com a finalidade de REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAL GRÁFICO, conforme especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I do Edital, disponível no endereço eletrônico www.aris.sc.gov.br ou disponível pelo e-mail compras@aris.sc.gov.br.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

- Início do recebimento das propostas: 8h30min do dia 03/12/2014.
- Prazo final para entrega dos envelopes de proposta e de habilitação: 08h50min do dia 03/12/2014.
- Abertura da sessão pública do pregão: 9h00min do dia 03/12/2014.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes neste edital.

As dúvidas poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:

- Telefone/fax: (48) 3954-9100
- E-mail: compras@aris.sc.gov.br
- Site: www.aris.sc.gov.br
- Endereço: Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Bairro Estreito, Florianópolis/SC, CEP 88070-101

Florianópolis 19/11/2014.

Adir Faccio

Diretor Geral da ARIS

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 042/2014 PREGÃO Nº 02/2014

Aviso de Licitação nº 42/2014

Pregão nº 02/2014

O Diretor Geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, por intermédio de seu Diretor Geral, Sr. Adir Faccio, torna público que fará realizar no dia 03/12/2014, às 16h30min, licitação na modalidade PREGÃO para REGISTRO DE PREÇOS, forma presencial, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE ESPECIFICAMENTE DE APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE LABORATÓRIO, conforme especificações constantes no Termo de Referência - ANEXO I do Edital.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

- Início do recebimento das propostas: 16h00min até do dia 03/12/2014.

- Prazo final para entrega dos envelopes de proposta e de habilitação: 16h25min do dia 03/12/2014.

- Abertura da sessão pública do pregão: 16h30min do dia 03/12/2014.

Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:

- Telefone/fax: (48) 3954-9100

- E-mail: compras@aris.sc.gov.br

- Site: www.aris.sc.gov.br

- Endereço: Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Bairro Estreito, Florianópolis/SC, CEP 88070-101

Florianópolis 10 de setembro de 2014.

Adir Faccio

Diretor Geral da ARIS

CIM-AMAVI

EXTRATO CONTRATO Nº 28/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 28/2014

Contratante: Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI - CIM- AMAVI

Contratada: Eliana Dalsenter & Cia Ltda.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios e materiais de uso diverso para a manutenção do Acolhimento Institucional Albertina Berkenbrock situado na Rua Walter Rohde, 02, na cidade de Vidal Ramos/SC.

Valor: R\$ 52.196,08 (cinquenta e dois mil, cento e noventa e seis reais e oito centavos).

Vigência: 4 (quatro) meses a partir de sua assinatura.

Data de Assinatura: 20/11/2014.

Assinam: José Constante, Presidente da AMAVI e Estela Dalsenter, Eliana Dalsenter & Cia Ltda. - EPP.

EXTRATO CONTRATO Nº 29/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 29/2014

Contratante: Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI - CIM- AMAVI

Contratada: Lanchonete do Acácio Ltda.-ME

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios e materiais de uso diverso para a manutenção do Acolhimento Institucional Albertina

Berkenbrock situado na Rua Walter Rohde, 02, na cidade de Vidal Ramos/SC.

Valor: R\$ 2.811,00 (dois mil e oitocentos e onze reais).

Vigência: 4 (quatro) meses a partir de sua assinatura.

Data de Assinatura: 20/11/2014.

Assinam: José Constante, Presidente da AMAVI e Sandro Hoepfers, Lanchonete do Acácio Ltda.-ME.

CIMCATARINA

ATA N. 05_2014 - REUNIÃO COLEGIADO COMPRAS

ATA 05/2014 - REUNIÃO COLEGIADO DE COMPRAS CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

Aos dezoito dias do mês de novembro de dois mil e quatorze, na sede do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, sito à Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, Fraiburgo/SC, em segunda convocação e às catorze horas, participaram da reunião ordinária do Colegiado de Compras do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, os seguintes membros titulares, Sr. Julio Cesar Ferreira, Sra. Andréa Aparecida Rezzadori, Sr. Josnei Bavaresco, Sr. Genésio Rinaldi, Sr. Dirceu Joamin de Freitas, Sr. Delcir Barzotto, Srta. Helin Perazzoli e Sra. Sintia Bogo Perotto, também se fizeram presentes o Sr. Luiz Fernando Raldi, Srta. Nádia De Lorenzi, Srta. Jane Ferreira da Silva, Sra. Zoldane da Fonseca, Srta. Angela Mugnol Motter e Srta. Graziela Dallew, com a devida convocação nº 005/2014, publicada no DOM Edição nº. 1613 de 12 de novembro de 2014, obedecidas as disposições do Regimento Interno, objetivando tratar dos seguintes assuntos como ordem do dia: I Conceito do Colegiado; II. Eleição e Posse da Nova Diretoria do Colegiado; III. Alterações do Regimento Interno CINCO para CIMCATARINA; IV; Discussão de assuntos relacionados a gestão de compras Públicas; V. Assuntos gerais sobre compras e licitações; Os trabalhos foram presididos pela Vice- Presidente Sra. Andréia Aparecida Rezzadori, a quem escolheu ao Diretor Executivo do Cimatcarina, Sr. Elói Ronnau, para auxiliá-la. Com a palavra a vice Presidente deu as boas vindas a todos, justificou a ausência da Presidente Poliana Carla Hass, e verificando estarem presentes o número mínimo de membros titulares em segunda convocação deu início aos trabalhos. Referente ao item I Conceito do Colegiado; foram discutidas novamente as finalidades, as competências, o funcionamento, o perfil do Membro Colegiado, a elaboração de Orientações Técnicas, a criação de Comitês e Câmaras Técnicas, as ferramentas que poderão servir para socialização entre os membros, e por fim foi discutido a necessidade de criação de um objetivo maior para o colegiado defender, e ficou definido que será levantada uma bandeira para: "Boa Gestão nas Compras Públicas", tendo como ação inicial: "Criar o Manual de Boas Práticas na Gestão do Setor de Compras". Em sequência referente ao item II, Eleição e Posse da Nova Diretoria do Colegiado; sendo que o mandato da Diretoria atual encerra em 25 de novembro de 2014, foi aberta a eleição para a Nova Diretoria para quem quisesse se candidatar aos cargos de Presidente e Vice-presidente. O membro de Fraiburgo Sra. Andréa Aparecida Rezzadori e o membro de Monte Carlo Sr. Delcir Barzotto se candidataram para os respectivos cargos, presidente e vice-presidente, conforme o regimento, estando os demais representantes de acordo, a eleição foi realizada por aclamação, os candidatos receberam a unanimidade dos votos. A Diretoria do Colegiado de Compras do Consórcio Intermunicipal Catarinense, CIMCATARINA ficou assim composta: Presidente Sra. Andréia Aparecida Rezzadori, e Vice-Presidente Sr. Delcir Barzotto, para mandato de 1 (um) ano a contar a partir de 26 de novembro de 2014. Ato contínuo referente ao item III. Alterações do Regimento Interno CINCO para CIMCATARINA, após leitura, discussão e alterações solicitadas, foi posto em

votação onde foi aprovado por unanimidade. IV; Discussão de assuntos relacionados a gestão de compras Públicas, ficou definido que será criada uma lista de contatos dos membros para facilitar a comunicação entre os membros e para facilitar foi discutido a importância de que cada município acompanhe suas solicitações de compras, os devidos empenhos, as autorizações de fornecimento, bem como os possíveis cancelamentos das autorizações. Foi demonstrado novamente a tela do sistema stlicita, onde os usuários podem visualizar as decisões e os devidos cancelamentos, onde conseguem emitir relatório constando qual item, qual autorização de fornecimento ou empenho foi afetado, balizando o cancelamento dos respectivos empenhos em seus municípios. Em sequência referente ao item V. Assuntos gerais sobre compras e licitações foi solicitado aos membros para indicarem assuntos que queiram incluir em pauta para próximas reuniões. Por fim a Vice Presidente, fez seus comentários e deixou livre a palavra para quem quisesse se manifestar e, na ausência de manifesto, como nada mais havia para ser tratado, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, determinando a mim, Nadia de Lorenzi, que lavrasse a presente ata e procedesse a sua publicação, no órgão de publicação oficial do Consórcio Público, a fim de surtir os seus efeitos legais e jurídicos. A presente ata segue assinada pelos Membros, por mim, e pelos demais participantes, como sinal de sua aprovação. Fraiburgo, SC, 19 de outubro de 2014. Era o que continha em dita ata que foi devidamente arquivada.

Andrea Aparecida Rezzadori Vice - Presidente Membro de Fraiburgo	Julio César Ferreira Membro do Município de Caçador
Josnei Bavaresco Membro do Município de Iomerê	Sintia Bogo Perotto Membro do Município de Tangará
Dirceu Joanim de Freitas Membro do Município de Matos Costa	Helin Perazzoli Membro do Município de Pinheiro Preto
Delcir Barzotto Membro do Município de Monte Carlo	Genésio Rinaldi Membro do Município de Frei Rogério
Jane Ferreira da Silva Representante do Município de Brunópolis	Zoldane da Fonseca Representante do Município de Tangará
Angela Mugnol Motter Representante do Município de Tangará	Graziela Dallew Representante do Município de Caçador
Nádia De Lorenzi Representante do CIMCATARINA	Luiz Fernando Raldi Representante do CIMCATARINA

Elói Ronnau
Representante do CIMCATARINA

CIMVI

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014 - HOMOLOGAÇÃO FINAL DAS INSCRIÇÕES E LOCAL DAS PROVAS

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014 - INSCRIÇÕES

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI torna pública a relação da homologação final das inscrições e o local das provas para o Concurso Público nº 01/2014, como segue:

I - Para o emprego de Agente Administrativo:

Candidato(a)	Inscrição	CPF
Aline Christina Brehmer	209	071.869.879-74
Aline Miyuki ui	177	058.257.379-36
Ana Paula Siqueira Haupt	004	064.112.969-60
andrey rogerio abreu	223	045.845.969-05
atena daiana schneider ferla	012	048.283.939-27
BÁRBARA CRISTINE SALVADOR CAMPESTRINI	007	004.287.399-11
Beatriz joazeiro gomes de jesus	174	099.184.577-32
Beatriz Padilha	010	003.577.259-05
Bianca Karinia Darius	192	027.044.919-17
CÉLIO DE SOUZA	214	037.570.229-63
CHARLES HENRIQUE SCHUSTER	071	057.770.619-58
Cleonir Felippi	180	041.225.139-60
Deise Flores	129	005.872.749-30
Denis Miketio Valenga	198	060.301.249-35
Dyones Rodrigo Ferreira	215	056.508.129-26
Elizangela Elaine Montanha	147	058.125.079-61
elton felipe furlani lopes	140	078.707.389-05
EVERTON ADRIANO FERREIRA DE SOUZA	077	076.838.249-17
Felipe Anderson França	172	084.029.779-36
FELIPE HENRIQUE DE MORAES	054	083.545.659-55
Felipe Maciel de Carvalho	066	075.285.279-55
Fernando Berkenbrock	094	088.201.299-14
FERNANDO HORN BATISTA	220	041.034.339-06
GIANCARLO DA SILVA ROCHA	090	004.906.599-85
GILMARA LUCIANO	032	044.856.239-12
GIOVANI KULPA	159	072.556.129-70
GRAZIELA LARGURA	082	007.726.419-35
HUGO LEONARDO TUCKUMANTE	058	323.843.918-95
humberto carlos frnandes	139	651.373.109-72
James Schmitt	185	648.520.169-68
Jêñifer Alana Mora	208	066.194.429-86
Jéssica Aline Mora	083	066.194.439-58
Jéssica Gazola	065	078.273.229-13
João Rafael Balkoski	153	065.215.529-45
John Pierre Schubert	092	062.321.149-14
JOICE HELENE PASSOLD	211	043.979.359-98
jonatha aleixo pereira	184	009.593.469-37
Júlia Weber	109	082.687.049-00
lenio mauro de souza	197	008.157.779-65
Leticia Tomaselli	037	072.397.209-50
Lourenço de Albuquerque Martins	050	005.468.409-90
Luana da Silva	157	011.768.269-13
Luane Rita Raduenz	124	065.046.849-01
LUCAS PAOLO PELLIN	173	091.920.129-65
Luciana Pasqualini	060	004.581.269-18
Luciane Bernardino	040	029.730.029-66
Luciano Schneider	117	902.425.059-53
Manuela Simão Schaefer	048	069.632.579-90
MARCELO ALCEU AMARO CAVALHEIRO GADOTTI	148	006.077.419-37
Marcelo Reinert	227	781.212.219-00

Marcilene Lunardi	121	083.720.999-44
MARCOS DA ROCHA	039	071.920.559-05
Maria Sueli Herminio	179	680.256.029-15
Marlon Luiz Schwirkoski	145	004.241.789-90
Matheus Norenberg da Luz	165	062.539.499-26
Matheus Vinicius Rosar	217	011.425.929-10
Meriellen Heiden	202	067.821.829-39
Monica Slomp Sevegnani	196	045.094.409-36
Natália França Ramos	195	049.911.559-75
Nikolas Derro Gomes	186	085.433.739-30
PATRICIA BARBARESCO	061	095.555.009-24
Priscila Guimarães Azevedo	057	020.078.225-80
Rafael Ramon Sarda	154	042.035.379-83
rafaela jaqueline loth bernardi	059	037.208.479-69
Reinaldo Augusto Schroeder Filho	156	750.595.509-82
Rodrigo Rafael Giovannella	149	005.992.759-36
Rômulo Pércles Furtado	141	901.933.429-87
Samuel Henrique Wipprich	111	069.945.539-14
Sheila Pieritz Britto	039	044.099.249-40
TANARA CRISTINA DOS SANTOS	164	072.428.619-50
TATYANE SANI PRESTES BORGES	087	005.487.499-81
VERIDIANA ZIELINSKI SALVADOR	176	096.253.259-21
VILSON PIOVEZAN	074	774.010.509-00
Viviana Romilda Wüerz	133	016.758.059-03
VIVIANE LARA	014	033.678.389-26
Wender Ribeiro	135	282.326.688-73
WILLIAN ARNDT	178	064.305.199-61

II - Para o emprego de Engenheiro Químico:

Candidato(a)	Inscrição	CPF
Alexandre Pavanati	142	025.782.869-90
Alonso Ehlert	212	066.474.779-50
Ana Lucia Twardowsky Ramalho do Vale	210	022.522.899-88
Anderson Moreno	201	085.179.119-03
Anderson Negherbon	158	041.875.089-02
André Moro da Silva	222	043.293.839-77
Andre Persuhn Duwe	171	004.948.659-46
Angélica Maria Benedetti	175	069.883.359-78
Ariana Aparecida Rothermel	191	041.815.589-59
Arthur Travalloni Louvisse	136	140.179.637-06
BERNARDO ZIMMERMANN	056	009.783.640-07
Camila	194	005.404.350-66
CARINA STAHNKE	150	066.281.069-42
Caroline Poffo	152	071.097.109-55
Danubia Carina Crespi	073	041.054.589-90
Débora Bahr Bollmann	097	069.282.849-43
Débora Kloeckner Machado	137	005.905.740-86
Diane Rodrigues Silveira	104	010.089.809-27
Edson Piske	009	896.340.559-15
Eduardo Cezario Bieuz	183	064.261.859-30
Eduardo Rosene Melo	070	076.483.999-38

EMERSON ANDRADE FELIX DA SILVA	204	037.244.539-06
Eric Scherer da Silveira	051	013.933.620-60
Fabício Simon Martins	049	937.273.720-87
Felipe Paloschi Schmitz	008	071.057.949-76
Fernando Batista de Barros Linares	093	054.458.889-40
Francis Pierre de França	089	015.152.819-57
Gerson Luis Guebert	131	651.637.459-72
Gilson Padaratz	081	560.056.019-20
Giovani Renato Zonta	155	049.402.719-35
GUILHERME PEDRO BOM TRAN-COSO	226	040.823.599-31
João Batista Ramos	046	067.693.509-55
João Pedro Missias Santos e Santos	088	062.248.439-70
Jose Carlos de Souza	052	039.767.816-90
José Ferreira Filho	167	461.146.026-68
Kassara Évelyn Costa	144	064.732.049-54
Klaus Peter Schlei	132	067.069.019-89
Kleber Serrão Franco	018	301.772.148-56
Larissa Marcelli Silveira Vigo	021	892.808.659-00
Louise Amanda Kuhl	170	074.416.319-63
Lucile Cecília Peruzzo	187	907.723.429-20
Luis Fernando Konkewicz Stramari	016	065.095.879-98
Luiz Fernando Keller	099	065.393.229-41
Maiara Goulart Medeiros	030	053.248.499-10
Maicon Juliano Franzen Lopes	017	050.906.479-50
Marco Antonio Polidoro	033	074.653.249-04
Mario Augusto de Siqueira	130	802.537.849-72
mauro jaeger	190	536.247.000-06
PRISCILA EMMANUELLA TESKE	086	068.862.919-98
Tamires Emergente	216	062.194.809-88
Vânia de Oliveira Alves	031	364.510.098-90
Vinicius de Melo Guimarães	151	048.767.659-95

As provas serão realizadas no dia 30 de novembro de 2014 (domingo), das 09h30min às 11h30min, na Escola Municipal Pe. Martinho Stein, localizada na Rua Rodolfo Piske, nº 310, Bairro Pe. Martinho Stein, na cidade de Timbó - SC, observadas as disposições dos itens 4 e 5 do Edital de Concurso Público nº 01/2014.

O(A) candidato(a) deverá comparecer, com antecedência mínima de vinte (20) minutos do horário fixado, ou seja, até às 09h10min, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, seu documento oficial de identificação com foto e seu comprovante de inscrição. Após o horário designado (09h30min) não será mais autorizado o ingresso do(a) candidato(a) no local das provas, sendo que o(a) ausente, por qualquer motivo, será eliminado do Concurso Público.

Informações relativas ao Concurso serão prestadas no horário das 08:30 as 11:00 horas e das 14:00 as 16:30 horas, na sede administrativa do CIMVI, na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 459, 1º andar, sala "04", centro, esquina com a Rua Estados Unidos, na cidade de Timbó - SC, Fone (47) 3382-6811, e na sede da AMMVI, na Rua Alberto Stein, 466, Velha, Blumenau - SC, Fone (47) 3331-5800, na home page do CIMVI (www.cimvi.sc.gov.br) e da AMMVI (www.ammvi.org.br) e no site www.nubesconcursos.com.br.

Timbó, em 21 de Novembro de 2014.

Hartwig Persuhn

Valter Conrado Araujo

Presidente do CIMVI

Diretor Executivo do CIMVI

Comissão Especial de Concurso Público:

Norma Conzatti Kades

Silvana Vicente Roepke

Renato Carlos Brandes

CIS/AMARP

RESOLUÇÃO Nº 48/2014

Consórcio Intermunicipal de Saúde-CIS-AMARP

Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 – Videira/SC.

<http://www.amarp.org.br>

cis@amarp.org.br

Resolução nº 48/2014

Euzébio Calisto Viecele, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, art.17 do Estatuto Social do CIS-AMARP.

Considerando que na tabela Anexo V - TABELA DE PROCEDIMENTOS CIS-AMARP ao edital de chamada pública nº 01/2010, consta o procedimento código 02.04.03.003-0, proveniente da tabela SUS.

Considerando que em sua descrição esse código deixa dúvidas e margem a interpretações diferentes quanto à obrigatoriedade da realização do exame bilateralmente;

Considerando que os prestadores vem realizando o procedimento com o código acima, pelo valor de R\$ 45,00 bilateralmente.

Considerando que a resolução CISAMARP nº 47/2014 cria o código MAMOGRAFIA BILATERAL nº 9016287, em substituição ao acima citado.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica excluído do Anexo V - TABELA DE PROCEDIMENTOS CIS-AMARP o procedimento a seguir:

MAMOGRAFIA	CÓD. SUS	VALOR
Mamografia	02.04.03.003-0	45,00

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionando a sua validade à publicação no DOM/SC Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Videira, 17 de Novembro de 2014.

EUZÉBIO CALISTO VIECELE

Presidente CIS-AMARP

CIS/AMMVI

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014 - HOMOLOGAÇÃO FINAL DAS INSCRIÇÕES

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014

HOMOLOGAÇÃO FINAL DAS INSCRIÇÕES

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI torna pública a homologação final das inscrições para o Concurso Público nº 01/2014, como segue:

1. DAS INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS - AGENTE ADMINISTRATIVO:

NOME DO(A) CANDIDATO(A)	Inscrição	CPF	Situação
ADAIANE SOUZA ZATTI	180	012.908.720-31	Homologado
ADRIANA DEMARCH	110	080.177.879-44	Homologado
ALEX MIRANDA NACER	276	876.310.671-04	Homologado
ALESSANDER DE PIN	99	035.060.089-94	Homologado
ALINE BOEING	124	008.038.139-10	Homologado
ALINE MIYUKI UI	247	058.257.379-36	Homologado
ANA KATIUCE FELLEBERG	324	025.153.970-93	Homologado
ANA PAULA SIQUEIRA HAUPT	8	064.112.969-60	Homologado
ANDERSON FELIPE VOLANTE MARQUES	193	831.521.130-72	Homologado
ANDRE BURINI	305	049.585.069-18	Homologado
ANDRE LUIZ CARDOSO DA SILVA	92	060.350.019-63	Homologado
ANDRESSA CAROLINE DE OLIVEIRA	227	054.822.989-90	Homologado
ANDREY ROGERIO ABREU	314	045.845.969-05	Homologado
ANE CRISTINE KILPP ROCHA	159	988.299.209-91	Homologado
ANIELA TACHINI	13	047.028.669-58	Homologado
ANTHONIA DA SILVEIRA	153	059.871.859-12	Homologado
ATENA DAIANA SCHNEIDER FERLA	27	048.283.939-27	Homologado
BEATRIZ PADILHA	7	003.577.259-05	Homologado
BIANCA R. SCHADRACK	288	050.269.069-07	Homologado
BRUNA FERREIRA DA ROCHA	76	090.882.819-55	Homologado
BRUNO SCHMITT	98	050.634.409-67	Homologado
CAMILA MAYARA PEREIRA	116	085.573.459-09	Homologado
CAMILA SANTIAGO SHIGUEMOTO	123	009.209.339-63	Homologado
CARLA LUIZA BARTHEL	224	047.771.799-31	Homologado
CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA	265	049.018.569-01	Homologado
CARLOS RUECKL	264	827.720.299-72	Homologado
CAROLINA DE FARIA	113	030.540.699-07	Homologado
CAROLINE CANOVA FRANCO	181	000.431.140-08	Homologado
CÉLIO DE SOUZA	307	037.570.229-63	Homologado
CLAUDIO ODEBRECHT DOS SANTOS	293	222.857.179-20	Homologado
CLEONIR FELIPPI	257	041.225.139-60	Homologado

CLEUSA FELIPPI	267	030.544.339-94	Homologado
CRISTIANE ELISABETH TILLMANN	272	028.258.119-71	Homologado
CRISTIANE RACHADEL	101	080.381.459-33	Homologado
DAIANE FALEIRO DA SILVA	1	017.160.360-54	Homologado
DANIEL CARDOSO CÂMARA	243	044.187.225-56	Homologado
DANIEL DA SILVA	274	044.234.519-48	Homologado
DANIEL FERNANDO KÜSTNER	85	086.014.119-59	Homologado
DANIELE PASOLD DIAS	200	040.083.779-05	Homologado
DANIELLA DE SOUZA MARTINS	228	066.186.539-83	Homologado
DEBORA CRISTIANE DE ASSIS	56	046.419.529-22	Homologado
DEBORA LUIZA BERTOLDI	188	058.399.239-07	Homologado
DIEGO FRANCISCO CARVALHO DA COSTA	244	846.043.101-06	Homologado
DIEGO SOTILE GRZYBOWSKI	309	010.586.230-44	Homologado
DOUGLAS DINIZ BELEZA	239	007.377.199-66	Homologado
DYEGO CRUZ LIMA	59	828.661.201-91	Homologado
ELIANA ALMEIDA DE OLIVEIRA GOES	140	948.136.719-34	Homologado
ELISANGELA ARNOLD ALVES	260	832.969.489-53	Homologado
ERIKA CRISTINA MOREIRA SUFFREDINI	204	319.783.948-02	Homologado
EUGENIO FELIPE CAPRISTANO	266	079.825.959-01	Homologado
EVERTON ADRIANO FERREIRA DE SOUZA	91	076.838.249-17	Homologado
FABIANA DENISE ERN	24	969.684.869-20	Homologado
FABIO NOGUEIRA KAFELTZ	296	042.649.049-51	Homologado
FABRICIO ROBERTO HAHNE	65	936.122.229-53	Homologado
FELIPE HENRIQUE DE MORAES	75	083.545.659-55	Homologado
FELIPE MACIEL DE CARVALHO	86	075.285.279-55	Homologado
FERNANDA REGINA RIFFEL	119	085.634.309-98	Homologado
FERNANDO BERKENBROCK	134	088.201.299-14	Homologado
FERNANDO STEIMBACH	225	051.110.509-65	Homologado
FLAVIANE PIRES DOS SANTOS	125	063.297.629-29	Homologado
FLÁVIO BITTENCOURT	21	380.618.569-72	Homologado
FRANCINE KUCHARSKI LANAU	136	001.800.460-12	Homologado
FRANCISCO WASHINGTON DO NASCIMENTO SANTOS	151	051.368.473-52	Homologado
GABRIEL HENRIQUE DA SILVA	290	096.166.609-93	Homologado
GABRIELLI DE OLIVEIRA	157	068.300.869-22	Homologado
GEICE CRISTINA CORREA	216	075.533.379-94	Homologado
GIANCARLO DA SILVA ROCHA	128	004.906.599-85	Homologado
GILMAR LANG	283	746.994.669-15	Homologado

GILMARA LUCIANO	42	044.856.239-12	Homologado
GILNEI JOEL DAVID	142	803.062.179-53	Homologado
GIOVANI KULPA	223	072.556.129-70	Homologado
GREICE REGINA FERRARI	201	082.425.669-76	Homologado
HENRIQUE ALBERTO ANTUNES STAHNKE	63	049.268.849-41	Homologado
HUGO LEONARDO TUCKUMANTEL	78	323.843.918-95	Homologado
ISOLETE SCHLICKMANN	137	049.269.129-02	Homologado
JAMYLLE CARDOSO DA SILVA	66	076.046.329-80	Homologado
JANE MARIA DE SOUZA	17	077.842.869-96	Homologado
JAQUELINE REGINA FRANCA	206	073.734.989-14	Homologado
JEAN CARLOS ANTONOWSKY	67	050.091.229-79	Homologado
JENIFFER KOPSCH	133	086.280.129-07	Homologado
JENIFFER VIVIANI DE SOUZA E SILVA	32	010.133.089-80	Homologado
JESSICA CRISTINE DA SILVA	62	083.120.459-10	Homologado
JÉSSICA GAZOLA	83	078.273.229-13	Homologado
JESSICA KESKE	152	076.645.399-51	Homologado
JOÃO CORREIA DA SILVA FILHO	11	600.862.899-34	Homologado
JOÃO RAFAEL BALKOSKI	208	065.215.529-45	Homologado
JOEL XAVIER SCHMITZ	284	032.107.039-90	Homologado
JOHN PIERRE SCHUBERT	131	062.321.149-14	Homologado
JOICE HELENE PASSOLD	302	043.979.359-98	Homologado
JOSE LINDANOR JORDAO	219	222.909.749-00	Homologado
JOSELAINE RODRIGUES DOS SANTOS	126	067.780.229-30	Homologado
JOSIANE DOS SANTOS CARDOSO CAMARA	221	633.757.025-15	Homologado
JULIA SIMÃO SCHAEFER	96	101.660.599-43	Homologado
JÚLIA WEBER	160	082.687.049-00	Homologado
JULIANA APARECIDA BOSIO	102	067.809.019-03	Homologado
JULIANA MASSON	245	051.947.239-03	Homologado
JULIANA RACHADEL	259	063.957.009-79	Homologado
JULIE CYPRIANI SANTOS	306	090.866.309-95	Homologado
JULIE PAUL	122	077.812.169-03	Homologado
JULIER VICENTE HILGERT	249	010.187.259-38	Homologado
JULIO CESAR NARDES	262	901.421.529-00	Homologado
KATHERINE KUHNEN	104	054.477.789-13	Homologado
KATIEIA DALBERTO GREITER	120	069.247.039-50	Homologado
LEANDRO LUIZ ZIBELL	277	040.022.429-19	Homologado
LENIO MAURO DE SOUZA	271	008.157.779-65	Homologado
LILIAN OECKSLER MORBIS	174	970.604.109-53	Homologado
LIZANDRO NUNES FERNANDES	269	343.334.698-48	Homologado
LUCIANA ALVES DOS SANTOS	127	043.013.839-30	Homologado
LUCIANE BERNARDINO	4	029.730.029-66	Homologado
LUÍS DE OLIVEIRA NETO	282	074.058.529-04	Homologado
LUIS EDUARDO TESTONI	179	074.759.619-07	Homologado

MAIKE MARIA COSTA DOS SANTOS	70	038.117.069-18	Homologado
MAÍRA CORRÊA CARDOZO	238	026.422.069-20	Homologado
MARCEL DA SILVA FONSECA	88	373.215.478-50	Homologado
MARCO AURELIO DE CARVALHO FILHO	215	060.813.318-30	Homologado
MARCOS DA ROCHA	2	071.920.559-05	Homologado
MARCOS RODRIGUES DE CARVALHO	312	092.726.416-16	Homologado
MARIA SALETE FARRIAS	300	568.423.689-87	Homologado
MARIELE GIROTO ARAUJO	5	000.690.960-40	Homologado
MARINA DUTRA GARCIA DA SILVA	297	064.627.149-05	Homologado
MATHEUS NORENBORG DA LUZ	218	062.539.499-26	Homologado
MIRIAN TERESINHA NUNES	39	810.928.499-04	Homologado
MOACIR ANTONIO DE OLIVEIRA	318	563.353.429-87	Homologado
NAITHA TABUSO	72	388.531.308-14	Homologado
NATÁLIA FRANÇA RAMOS	280	049.911.559-75	Homologado
NEURI RODRIGUES DA SILVA	29	005.276.439-71	Homologado
OCTAVIO DE SOUZA FELIPE DA SILVA	298	328.372.898-41	Homologado
PATRÍCIA ADRIANA PETERSEN METTE	254	901.688.289-87	Homologado
PATRICIA REINERT	12	718.970.549-04	Homologado
PAULA WACKERNAGEL	217	053.772.019-73	Homologado
PAULO ROBERTO TRIBESS SANTOS	268	069.915.349-27	Homologado
PAULO VICTOR DE OLIVEIRA	241	089.165.559-06	Homologado
PRISCILA SUANI MONGCONAN	292	079.616.449-54	Homologado
QUERLI ADRIANA DE PELEGRIN	16	040.881.509-45	Homologado
RAFAEL CARLOS ZENI	230	041.193.849-50	Homologado
RAFAELA JAQUELINE LOTH BERNARDI	73	037.208.479-69	Homologado
RENATA DE DAVID PERFEITO	320	010.869.680-42	Homologado
ROBERT WAGNER DE OLIVEIRA VIEIRA	250	000.478.913-00	Homologado
ROBERTA ASSI	242	030.513.629-13	Homologado
ROBERTO DE ANDRADE PEDROSO	79	951.855.855-87	Homologado
ROBSON UILIAN ROCKENBACH FERNANDES	275	008.787.830-59	Homologado
RODIMAR GRAF	321	003.613.259-40	Homologado
RODRIGO HENN NIESCIUR	281	075.222.979-66	Homologado
RODRIGO ROSA RANGEL	187	061.374.109-94	Homologado
ROSANA CUSTODIO DA LUZ CASTELLAIN	80	902.900.709-53	Homologado
SABINE HELOISE TILLMANN	299	041.563.099-16	Homologado
SAMANTHA DIRKSEN	100	080.787.479-50	Homologado
SAMARA CRISTINA CORRÊA	287	079.396.579-92	Homologado

SÉRGIO EDUARDO DE ALMEIDA BROERING JÚNIOR	310	033.844.319-36	Homologado
SHAIANA CARLA BAUMGARTEN	139	088.486.679-37	Homologado
SIDNEI HEINZEN	168	007.487.219-24	Homologado
SORAIA COELHO	129	022.609.249-64	Homologado
TARCIANO LOPES SANTOS	14	104.936.477-59	Homologado
TATIANA MULLER PFAU	41	063.743.809-40	Homologado
TATYANE SANI PRESTES BORGES	121	005.487.499-81	Homologado
THAIS WILL	246	080.786.419-66	Homologado
THIAGO MENDES DA SILVA	237	057.928.834-08	Homologado
VANESA THEILACKER	256	062.458.129-25	Homologado
VANESSA MARTINS KRETZSCHMAR MENDES	325	009.759.529-27	Homologado
VANIA RAMOS	263	005.344.179-65	Homologado
VANUSA LEITE DE ARAUJO SCHMIDT	69	728.360.839-72	Homologado
VILMA MARTINS DE OLIVEIRA NEGERBON	258	041.589.329-12	Homologado
VIVIANE LARA	18	033.678.389-26	Homologado
VOLNEI JOSÉ FAVERO JÚNIOR	15	047.444.409-08	Homologado

2. DO LOCAL DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

2.1 As provas serão realizadas no dia 30 de novembro de 2014 (domingo), na UNIASSELVI/FAMEBLU, no campus I, bloco C (Rua Doutor Pedro Zimmermann, 385 - Salto Norte, Blumenau).

2.2 Os portões de acesso ao local de prova serão abertos às 13h00min e fechados às 14h30min, de acordo com o horário oficial de Brasília-DF. O início da prova está marcado para as 14h30min.

2.3 O candidato que chegar após o horário estabelecido não poderá ingressar no local de prova, ficando, automaticamente, excluído do certame.

2.4 - O candidato deverá comparecer, com antecedência mínima de vinte (20) minutos do horário fixado, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, seu documento oficial de identificação com foto e seu comprovante de inscrição.

Informações relativas ao Concurso serão prestadas no horário das 08:30 as 11:00 horas e das 14:00 as 16:30 horas, na sede administrativa do CISAMVI e da AMMVI, na Rua Alberto Stein, 466, Velha, Blumenau - SC, Fone (47) 3331-5800, na home page do CISAMVI e da AMMVI (www.ammvi.org.br) e no site www.nubesconcursos.com.br.

Blumenau, em 20 de Novembro de 2014.

Hartwig Persuhn
Presidente do CISAMVI

Carlos Cesar da Silva
Diretor Executivo do CISAMVI

CONSÓRCIO LAMBARI**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 2/2014**

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 2/2014

O Presidente do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e Bacias Contíguas, instituído pelo Decreto Estadual nº 652 de 03 de setembro de 2003, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 10, I, "a" do Regimento Interno, convoca os membros que representam os Usuários de Água, Sociedade Civil e Órgãos Públicos, bem como o público em geral, para participarem da Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 12 de dezembro de 2014, tendo como local a sala de reuniões da AMAUC, sito à rua Marechal Deodoro, 772, 12º andar - Edifício Mirage Office - centro, na cidade de Concórdia, , em primeira convocação às 08h30min com a presença de metade mais um dos seus representantes ou em segunda convocação, meia hora após com no mínimo 1/3 dos seus integrantes, conforme disciplina o art. 11 do Regimento Interno, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

1. Abertura;
2. Relatório das atividades desenvolvidas em 2014;
3. Relato das ações da Comissão da Água (Sistemas alternativos de abastecimento público);
4. Plano de Trabalho para o ano de 2015;
5. Divulgação e premiação do 3º Concurso de Fotografias "Olhares sobre a Água";
6. Relato experiência gestão da água em Ipumirim;
7. Assuntos Gerais
8. Encerramento.

Concórdia, 20 de novembro de 2014.

VILMAR COMASSETTO

Presidente